REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "A" AO Nº 188 – TERÇA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26

Líder
Eunício Oliveira - PMDB (63,70)

.....

Líder do PMDB - 19

Eunício Oliveira (63,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1

Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 9

Líder
Gim - PTB (56,58,59)

Vice-Líder
Alfredo Nascimento (41,66)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino (125)
Mozarildo Cavalcanti (57,126)

Líder do PR - 3

Alfredo Nascimento (41,66)

Líder do PSC - 0

Eduardo Amorim (17,47,48,72,131)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 24

Líder
Humberto Costa - PT (116,121)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,102)
Inácio Arruda (89,96,115,127)
Marcelo Crivella (36,120,128)

.....

Líder do PT - 14

Humberto Costa (116,121)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,95)
Anibal Diniz (25,99)
Paulo Paim (94)
Eduardo Suplicy (103)

Líder do PDT - 6

Acir Gurgacz (49,55,67,102)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PCdoB - 2

Vanessa Grazziotin (1,91,117)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (89,96,115,127)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella (36,120,128)

Governo

Líder
Eduardo Braga - PMDB (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17

Vice-Líderes
Mário Couto (34,61,123)
Jayme Campos (28,106,110,124)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (80)
Paulo Bauer (5,35,74,79)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Líder do SD - 1

Vicentinho Alves (42,54,71,111)

PSB - 4

Líder
Rodrigo Rollemberg - PSB (69,101)

Vice-Líder
Lídice da Mata (29,38,82,129)

PROS - 1

Líder
Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE
Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de agosto de 2014 4
1.1.1.1 – Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais
Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de março de 2014 22
Ata da 2ª Reunião, realizada em 12 de março de 2014 23
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de agosto de 2014 39
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2014 52
1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de setembro de 2014 74
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2014 92
Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de outubro de 2014 104
Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de novembro de 2014 125
1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE
Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de setembro de 2014 144
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2014 165
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2014 194
1.1.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de setembro de 2014 217
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de setembro de 2014 225
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de setembro de 2014 259
Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de setembro de 2014 284
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2014 345
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2014 393
Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de outubro de 2014 412
Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2014 494
1.1.5.1 – Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça
Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de fevereiro de 2014 514
Ata da 2ª Reunião, realizada em 14 de abril de 2014 527
1.1.6 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2014 554
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2014 565
1.1.7 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2014 592
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2014 597

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quinze minutos do dia cinco de agosto do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Douglas Cintra e Blairo Maggi, e, ainda, do Senador Odacir Soares. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em compromisso partidário, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, José Agripino, João Vicente Claudino e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo como expositor o Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. A Presidência convida o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil – Dirad, e o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica – Dipec, para comporem a Mesa. Após a exposição do Sr. Alexandre Tombini, usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Jayme Campos, Odacir Soares, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Ana Amélia e Cristovam Buarque. Antes de encerrar a reunião, a Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 35 de 2014 (Aviso nº 742-Seses-TCU-Plenário), de 28 de maio de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.836/2013-2, na Sessão Ordinária de 28/5/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta; Aviso nº 36 de 2014 (Aviso nº 745-Seses-TCU-Plenário), de 28 de maio de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.837/2013-9, na Sessão Ordinária de 28/5/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 39 de 2014 (Aviso nº 775-Seses-TCU-Plenário), de 11 de junho de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 032.883/2013-7, na Sessão Ordinária de 11/6/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 40 de 2014 (Aviso nº 780-Seses-TCU-Plenário), de 11 de junho de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.492/2013-1, na Sessão Ordinária de 11/6/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 41 de 2014 (Aviso nº 782-Seses-TCU-Plenário), de 11 de junho de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.494/2013-4, na Sessão Ordinária de 11/6/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 42 de 2014 (Aviso nº 784-Seses-TCU-Plenário), de 11 de junho de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.496/2013-7, na Sessão Ordinária de 11/6/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 43 de 2014 (Aviso nº 786-Seses-TCU-Plenário), de 11 de junho de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.497/2013-3, na Sessão Ordinária de 11/6/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 44 de 2014 (Aviso nº 825-Seses-TCU-Plenário), de 18 de junho de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.487/2013-8, na Sessão Ordinária de 18/6/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 46 de 2014 (Aviso nº 777-Seses-TCU-Plenário), de 11 de junho de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.488/2013-4, na Sessão Ordinária de 11/6/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 551-GP/TCU, de 11 de junho de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.462/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para conhecimento, em especial quanto ao contido no subitem 9.6 da referida Deliberação, prolatada pelo Plenário daquela corte, na Sessão de 4/6/2014, ao apreciar o processo nº TC 037.804/2012-0, que trata de Monitoramento do cumprimento das determinações constantes do Acórdão nº 1642/2012-TCU-Plenário, referentes à obtenção do pagamento da cota-parte da contribuição sindical devida ao FAT e inadimplida pela Contag e pela Fetagri/MS; Aviso nº 47 de 2014 (Aviso nº 855-Seses-TCU-Plenário), de 2 de julho de 2014, do Tribunal de

Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.491/2013-5, na Sessão Ordinária de 2/7/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; Aviso nº 48 de 2014 (Aviso nº 866-Seses-TCU-Plenário), de 9 de julho de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do processo nº TC 034.099/2013-1, na Sessão Ordinária de 9/7/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; e Ofício, de 15 de maio de 2014, da Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê-SC, sobre a Moção de apoio às reivindicações da Federação dos Municípios Catarinenses. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Luiz Henrique**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 25ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

A pauta da reunião de hoje diz respeito a uma audiência pública destinada a discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convidado para esta audiência, o Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini. S. Exª, o Presidente do Banco Central, já se encontra na Secretaria da Comissão.

Peço aos ilustres Senadores Odacir Soares e Jayme Campos que conduzam o convidado ao plenário da Comissão. (*Pausa.*)

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores, bem como aos convidados presentes, que o Senador Lindbergh Farias, Presidente desta Comissão, mandou justificativa. Não tem condições de comparecer à presente reunião ordinária em virtude de compromisso, como candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, de uma sabatina agendada para esta manhã com a equipe do jornal *Folha de S.Paulo*.

Por isso, quero justificar a ausência de S. Exª, o Presidente Lindbergh Farias.

De acordo com os arts. 397 e 398 do nosso Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª, o Sr. Ministro Alexandre Tombini, terá 30 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Senadores e pelas Srªs Senadoras inscritas.

A palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Exmº Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Luiz Henrique, e Exmºs Senadores aqui presentes.

É sempre uma grande honra retornar a esta Casa e a esta Comissão para prestar esclarecimentos a V. Exªs, e à sociedade brasileira, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 32, de 2007, para discorrer sobre os fundamentos econômicos, a forma de condução da política monetária e os resultados das ações do Banco Central do Brasil.

Eu distribuí uma apresentação que está nos eslaides para ser passada, mas, antes disso, farei uma breve introdução oral.

Começo, Exmºs Senadores, pela conjuntura internacional. Primeiro, estamos, naturalmente, sempre atentos à conjuntura internacional, especialmente porque sabemos da importância da economia global para o Brasil em várias dimensões, por exemplo, o seu impacto sobre a corrente de comércio e sobre os fluxos financeiros do nosso País.

Também temos ciência de que os desdobramentos da crise financeira global, direta ou indiretamente, influenciam a percepção de nossos empreendedores e investidores. É importante acrescentar que, além de nossas próprias reflexões, bem como as da área técnica do Banco Central, a nossa análise sobre a economia internacional resulta também de reuniões e contatos que, continuamente, mantemos no exterior e na presença em grandes e importantes fóruns de discussão como o G20, o *Financial Stability Board,* o Comitê de Estabili-

dade Financeira Global, a OCDE, o Banco de Compensações Internacionais, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Nessas reuniões, nesses fóruns, temos sido uma voz de ponderação e pragmatismo sobre a recuperação global, nem excessivamente otimista, nem demasiadamente pessimista. Cremos que a evolução da economia internacional, em grande medida, confirma a nossa avaliação feita em meses recentes no sentido de que a recuperação em 2014 continuaria em curso, mas em ritmo menos intenso do que o esperado, inicialmente, por algumas instituições multilaterais.

Nesse sentido, um grande número de países está revendo para baixo suas projeções de crescimento, e isso engloba países avançados, como os Estados Unidos, assim como economias emergentes como o México, a China e o Brasil, dentre outros.

Apesar dessas revisões, não estamos na situação verificada em meados de 2011, quando desenvolvimentos na Europa indicavam agravamento da crise.

Está havendo e haverá elevada variância nos sinais oriundos de indicadores semanalmente divulgados. Nesse sentido, devemos ser capazes de entender o significado dos dados de alta frequência, assim como colocá-los numa perspectiva de mais médio e longo prazo.

No Banco Central do Brasil, continuamos operando dentro das margens do cenário que havia nos últimos meses e que comunicamos nos nossos vários documentos apenas com alguns ajustes.

A explicação central para a ainda lenta recuperação global me parece que reside no fato de que, apesar de as políticas de estímulo monetário e financeiro adotadas pela maioria dos países terem evitado uma nova grande depressão, o aumento da liquidez global não foi capaz de traduzir-se em mudança permanente e significativa da confiança dos setores reais das economias avançadas, ou seja, os espíritos animais dos empreendedores ainda não se restabeleceram totalmente, apesar de haver alguns sinais recentes mais encorajadores, como o maior crescimento da economia norte-americana.

Mesmo assim, a assunção de riscos de mais longo prazo por meio de investimento e formação de capital ainda não foi retomada de maneira plena, não obstante termos sinais positivos dos mercados acionários e, de certa forma, dos mercados de imóveis, em particular dos Estados Unidos.

Essa ainda presente aversão a risco ou dificuldade de retomada dos espíritos animais se justifica por várias razões, dentre elas a própria severidade da crise, que deixou sequelas profundas em várias economias e mercados, e as retomadas frustradas ou os falsos positivos vividos nos anos subsequentes à crise global.

Como disse em outras oportunidades, algumas economias, a exemplo dos Estados Unidos e da Inglaterra, estão em fase mais avançada do processo de recuperação e, consequentemente, do processo de normalização das condições monetárias.

Especificamente sobre os Estados Unidos, choques climáticos levaram à contração do Produto Interno Bruto no primeiro trimestre, visão essa ratificada pelas estatísticas do segundo trimestre, que apresentaram uma forte recuperação. Essa oscilação do crescimento, apesar de afetar a expectativa de expansão da economia em 2014, não deve modificar a atual estratégia de retirada gradual dos estímulos naquela economia.

Porém há outras importantes áreas econômicas cujos estímulos devem ser mantidos ou até mesmo ampliados. É o caso do Japão e principalmente da zona do euro, onde há risco de deflação e a atividade já fraca deve ser ainda impactada por tensões geopolíticas que ora se observam no leste daquele continente.

Os movimentos nessas duas importantes áreas econômicas podem, ao menos em parte, suavizar impactos decorrentes do processo de normalização das condições monetárias nos Estados Unidos.

Em relação à China, estamos observando uma gradual mudança de patamar de crescimento que deve se estabilizar ao redor de 7,5% ao ano.

Todos esses elementos do cenário externo estão sendo gerenciados por meio de uma melhor comunicação por parte das autoridades dos respectivos países, o que permite também uma maior previsibilidade para as economias emergentes.

Em suma, por hora, ainda não há grande mudança no cenário econômico internacional, apesar de um processo de recuperação um pouco mais lento que se antecipava no início do ano e de sinais de que a recuperação da economia dos Estados Unidos tende a continuar. Nesse contexto, os mercados financeiros globais permanecem com elevado nível de liquidez, prêmios de risco comprimidos e volatilidade em patamar próximo ao mínimo histórico

Como já ressaltei em outras oportunidades, cenários como esse não são eternos, estão sempre sujeitos a estresses momentâneos e por isso requerem atenção redobrada dos agentes econômicos e não devem ser motivo para a complacência.

Além disso, precisamos monitorar a evolução das tensões geopolíticas que se intensificaram nas últimas semanas no leste da Europa e no Oriente Médio, avaliar potenciais implicações para os mercados financeiros

e para os preços de ativos no mercado financeiro internacional. Precisamos também monitorar a evolução da situação do nosso parceiro e vizinho, a Argentina.

Em suma, num ambiente global que evolui em linha com o nosso cenário base não antecipamos variações capazes de mudar significativamente a análise que temos dos desafios domésticos no País, que eu passo a discorrer agora.

Começo pela atividade econômica.

No contexto global, o Brasil se destaca pela dimensão do seu mercado doméstico, que continua sendo o principal suporte do crescimento. Pelo lado da demanda, abstraindo oscilações de alta frequência, comuns em períodos de transição, as contas nacionais indicam que o consumo tem se mantido em expansão moderada. Essa dinâmica tem sido favorecida pelo incremento da massa salarial, das concessões de crédito às famílias e da confiança do consumidor, que, apesar do recuo observado em meses recentes, mas com alguma melhora na margem, permanece em patamares relativamente favoráveis.

Após significativa expansão de 5,2% em 2013, o investimento vem mostrando certa acomodação, mas no acumulado dos últimos quatro trimestres, findos em março, a expansão alcança 4,1% – a expansão dos investimentos.

Prospectivamente, minha avaliação é de que o desempenho da formação de capital este ano será menos favorável do que o observado em 2013.

Com a recuperação da atividade global como um todo, em particular de importantes parceiros comerciais do Brasil, a exemplo dos Estados Unidos, que já mencionei, a contribuição do setor externo para o crescimento da economia tem evoluído e tende a se mostrar positivo num futuro próximo.

Dessa forma, na medida em que outros importantes destinos de nossas exportações, como a União Europeia, apresentem indicadores de atividades mais consistentes, deve-se esperar ganhos adicionais para o nosso comércio exterior.

Em relação ao balanço de pagamentos, o déficit em transações correntes tem se mantido relativamente constante com proporção do Produto Interno Bruto, desde o terceiro trimestre do ano passado.

Além disso, importa destacar que o financiamento do resultado das contas correntes continua ocorrendo majoritariamente via ingressos líquidos de investimentos estrangeiros diretos.

Pelo lado da oferta da economia, o setor de serviço mantém-se em expansão; porém, em ritmo moderado, quando comparado ao dos anos anteriores. Um processo natural de acomodação, após longo período de forte expansão.

A agricultura deve bater novamente recorde de produção de grãos este ano, mesmo após a produção graneleira haver aumentado em torno de 16%, em 2013, comparativamente ao ano anterior.

A indústria, por sua vez, tem sido negativamente impactada por eventos localizados, de modo que não se pode descartar o cenário de recuo da produção industrial, em 2014.

Em relação ao mercado de trabalho, a economia brasileira continua a gerar empregos, em especial, no setor de serviços, e a renda real do trabalhador brasileiro cresce.

A taxa de desemprego da economia brasileira encontra-se no seu nível de mínimo histórico. Esse patamar historicamente baixo é resultado da queda praticamente contínua da taxa de desemprego, ao longo da última década, que reflete mudanças na demanda e nas condições de oferta do trabalho.

Por um lado, a ascensão de 40 milhões de brasileiros à classe média elevou a demanda por serviços, setor da economia intensivo em mão de obra. Esse movimento por si só explica a inserção de milhões de cidadãos brasileiros no mercado de trabalho formal.

Por outro lado, o crescimento do investimento em escolaridade, fruto da combinação de políticas públicas de educação e de melhora da renda das famílias, permitiu a milhares de jovens a opção pelo estudo, pela qualificação, em detrimento de ingressar mais cedo e menos preparado no mercado de trabalho.

Isso resultou na queda da taxa de participação de jovens no mercado de trabalho, o que representa menor oferta de mão de obra, no presente, de um grupo que costuma exibir uma taxa de desemprego mais elevada no conjunto da população em idade ativa. No entanto, esse movimento representa no futuro maior oferta de mão de obra com melhor qualificação.

Por fim, o Brasil passa também por uma transição demográfica, na qual a fração de jovens da população está em queda, fruto de mudança no perfil de fecundidade observado há décadas e do aumento da expectativa de vida dos brasileiros.

Por esses e outros fatores é que observamos atualmente a taxa de desemprego em seu mínimo histórico.

Em síntese, a economia brasileira cresceu 2,5%, em 2013, e manteve o ritmo no acumulado em quatro trimestres, até março deste ano. No entanto, na avaliação do Banco Central, o ritmo de expansão da atividade

econômica, em 2014, tende a ser menos intenso do que o observado no ano passado, mostrando moderação próximo da estabilidade no primeiro semestre e recuperação ao longo do segundo semestre deste ano.

Em horizonte mais amplo, uma vez vencido o atual ciclo de ajustes, o ritmo de crescimento tende a retornar para patamares mais próximos do crescimento do produto potencial.

Nesse contexto, inserem-se, por exemplo, os impactos positivos sobre investimentos do programas de concessão dos serviços públicos, principalmente no segmento de infraestrutura e de logística.

As melhorias na infraestrutura e na logística gerarão externalidades positivas em todos os segmentos, tornando a nossa economia mais competitiva.

Em prazos mais longos, portanto, a tendência é de que se fortaleçam as bases para a ampliação da taxa de investimento da economia e para uma alocação mais eficiente dos fatores de produção no Brasil.

Consequentemente, teremos ganho de produtividade e taxas de crescimento do PIB em patamares mais elevados.

Ex^mo^s Senadores, em relação ao comportamento dos preços, a inflação continua sob controle e encerrará o exercício de 2014 dentro dos limites estabelecidos no âmbito do regime de metas.

No que se refere à variação mensal dos preços, desde março a economia mostrou significativa desinflação dos preços ao consumidor e, principalmente, dos preços no atacado. Sobre estes últimos, os preços no atacado, houve deflação nos últimos três meses, o que sugere que a inflação ao consumidor tende a permanecer bem comportada nos meses à frente.

Não obstante o cenário benigno para a inflação mensal, no acumulado de 12 meses a inflação tende a se mostrar ainda em patamares elevados, em grande parte reflexo do alinhamento de preços relativos na economia brasileira.

A propósito, atualmente, identificamos a ocorrência simultânea de dois processos de realinhamento de preços relativos. Primeiro, o realinhamento das taxas de câmbio de moedas de economias emergentes e moedas de economias avançadas – no caso do Brasil, esse movimento teve início em meados de 2011 –, e o segundo realinhamento de preços relativos diz respeito ao realinhamento entre os preços administrados e os preços livres na economia.

Ajustes de preços relativos são frequentes e têm impactos diretos na inflação. Entretanto, mais uma vez, gostaria de destacar que cabe à política monetária conter os efeitos de segunda ordem deles decorrentes. Para combater essas e outras pressões de preços, a propósito, as condições monetárias foram apertadas e os efeitos da elevação da taxa Selic sobre a inflação, em parte, ainda estão por se materializar.

No médio prazo, pressões inflacionárias ora presentes na economia, a exemplo das decorrentes dos processos de realinhamento de preços que a há pouco citei, tendem a arrefecer ou até mesmo se esgotarem. Assim, mantidas as condições monetárias, isto é, levando em conta estratégia que não contempla redução do instrumento de política monetária, a inflação tende a entrar em trajetória de convergência para a meta nos trimestres finais do horizonte de projeção do Banco Central. Enquanto isso, a política monetária deve se manter vigilante, de modo a mitigar riscos, minimizar riscos à convergência da inflação à meta no horizonte relevante para a política monetária.

Em relação ao mercado de crédito, gostaria de ressaltar que esse tem crescido de forma moderada e que não há quaisquer indícios de formação de potenciais riscos à estabilidade do Sistema Financeiro Nacional. É isso que temos observado a partir do amplo monitoramento que o Banco Central realiza. É esse o contexto que motivou os ajustes que promovemos nas medidas macroprudenciais recentemente. O cenário atual é bem diferente daquele que prevalecia em 2010, quando observávamos sinais que poderiam levar à formação de potenciais riscos à estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Nos últimos anos, observamos moderação do ritmo de expansão do crédito ao consumo. Isso ocorreu, principalmente, pela mudança do perfil de demanda para o crédito das famílias. Aumentou o interesse pelo financiamento para a aquisição da casa própria, em detrimento do financiamento ao consumo, que, inclusive, vem caindo em termos relativos nos balanços das famílias, em linha que podemos observar em outras economias avançadas e emergentes. Moderou também a expansão do crédito às empresas.

Além disso, nos últimos anos, observamos mudança no comportamento das instituições financeiras, que adotam, atualmente, políticas de concessão de crédito adequadas ao perfil dos clientes, e também mudança dos próprios clientes, que estão mais conscientes quanto ao uso do crédito.

Diante desse cenário, optamos por promover alguns aperfeiçoamentos nas medidas macroprudenciais e adotar outras medidas para melhorar a distribuição de liquidez na economia brasileira.

Ex^mo^s Senadores, como mencionei em diversas oportunidades, a política macroprudencial é conduzida com o objetivo de assegurar a estabilidade financeira. Em momentos de euforia, como em 2010, tais políticas

visam a moderar excessos, atuando de forma seletiva e pontual para mitigar a formação de potenciais riscos à estabilidade do sistema financeiro como um todo.

Mas quando não há indícios de potenciais riscos ou observamos desaceleração indesejada do ritmo de expansão da oferta de crédito, por exemplo, localizada em segmentos econômicos com menor capacidade de acesso a financiamentos, é justificável que medidas macroprudenciais apontem na direção oposta, exatamente o que o Banco Central fez.

A política monetária, por sua vez, deve ser conduzida focando o objetivo de assegurar a estabilidade de preços. Seu efeito é mais amplo, afeta a economia como um todo por diferentes canais, entre eles, o mercado de crédito, e sua atuação ocorre de forma gradual e cumulativa. Por isso, gostaria de afirmar, mais uma vez, que não há contradição ou incompatibilidade entre as ações recentes de política macroprudencial e a política monetária, uma vez que são instrumentos que têm objetivos distintos.

Exmo Sr. Presidente, Exmos Senadores, gostaria de passar alguns eslaides, rapidamente, para concluir a minha apresentação, para, então, ficar à disposição das perguntas. Não vou discorrer sobre todos os eslaides, vou focar aqui na parte final da apresentação, em que trato de inflação.

Bem, essa história nós todos conhecemos, são ciclos monetários adotados recentemente no País, desde 2006. Nós vemos aí a taxa básica de juros da economia, a taxa Selic, em 11%, desde abril deste ano, desde início de abril, ou seja, há quatro meses a taxa Selic em 11%. Incidentalmente, essa taxa de 11% é menor do que o menor nível de taxa de política monetária adotado durante o período pré-crise. Ou seja, não há taxa menor do que a taxa corrente adotada pelo Banco Central no período que antecedeu a crise financeira global de 2008. Portanto, nós continuamos evoluindo na direção de tornar a política monetária e outras políticas mais eficientes. Hoje os níveis são diferenciados, ainda que esses níveis atendam por hora as condições que precisamos para conduzir a inflação para a meta no horizonte relevante de projeção.

Essa é a taxa de câmbio nominal do real em relação ao dólar; nós vemos essa última subida, como eu mencionava agora há pouco. Desde meados de 2011, há uma depreciação do câmbio nominal, ou seja, vai de um momento mais forte do real, na faixa de 1,5 por dólar, aos níveis de hoje, na faixa de 2,20, 2,30, enfim, inclusive estamos observando no momento. Então, essa é uma desvalorização nominal bastante razoável ocorrida no período, ligeiramente acima de 40%. Nesse mesmo período, a inflação acumulada pelo IPCA, por exemplo, é em torno de 19%, dando aí um ganho real para a taxa de câmbio nesse último período, de meados de 2011 até o presente momento.

Aí é um Índice de Preços de Commodities, mostrando… Bom, isso realmente não dá para ver uma tendência. Na ponta, se vê na margem um recuo do Índice de Preço de Commodities que o Banco Central vem calculando.

Índice de Preço de Commodities, nós vemos aqui no gráfico da esquerda que, apesar de ter havido um recuo nos últimos dois, três anos no Índice de Preço de Commodities, os níveis ainda estão em patamares elevados em relação à série histórica.

Agora só queria focar a atenção em alguns índices mais gerais de preços da economia.

O Índice de Preços ao Produtor, por exemplo, está aí em deflação já há alguns meses, cinco meses de deflação, ou seja, inflação negativa por cinco meses; nós vemos isso tanto no mensal quanto esse recuo forte no acumulado em 12 meses.

Nós temos agora o índice de preços ao atacado, ao produtor amplo, da Fundação Getúlio Vargas, também aí três meses de deflação, de inflação negativa, no acumulado de 12 meses, na faixa de 4,50.

E nós temos aí os Índices Gerais de Preços, dos quais o IPA, que acabei de mencionar, faz parte; nós temos esses índices encadeados, em que nós vemos uma deflação ocorrendo já por três meses, há inclusive projeções da própria Fundação Getúlio Vargas de que pode vir mais um mês de deflação nos índices gerais.

Esse é um fenômeno relativamente raro.

Nos últimos 20 anos, aconteceu apenas quatro vezes de termos três meses seguidos de inflação negativa no Índice Geral de Preços. Se formos a quatro meses, estamos falando aí em três episódios de deflação por quatro meses seguidos nos últimos 20 anos. Então, de fato, a inflação tem mostrado recuo nos índices gerais, inclusive com episódios de forte recuo que não são frequentes na economia brasileira.

Nós temos o indicador da Fipe, que tem apresentado uma variação mensal bastante bem comportada. No acumulado de 12 meses, está na faixa de 5,36%.

O IPCA, nosso índice do regime de metas de inflação, tem também apresentado um recuo recentemente no mensal, e, no acumulado de 12 meses, também estamos perto do que seria o limite superior de 6,5%. E, nesse gráfico que foi distribuído, estão as projeções do relatório de inflação do Banco Central divulgado em julho deste ano.

Então, eram esses os meus comentários iniciais, Exmo Sr. Presidente Luiz Henrique.

Agora me coloco à inteira disposição de V. Exªs para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A Presidência agradece a S. Exª o Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini, e registra, com grande satisfação, a presença neste plenário do Coordenador Nacional do Confaz e Secretário de Estado da Fazenda do Governo do Pará, José Barroso Tostes Neto; do Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Prof. Andrea Calabi; do nosso ex-colega Luiz Osvaldo Pastore; e do empresário catarinense Alexandre Fernandes. Todos nos honram com sua presença.

Iniciando a fase de diálogo nesta Comissão, concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao Senador capixaba Ricardo Ferraço, do PMDB.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estimado Presidente, Senador Luiz Henrique; Srªs e Srs. Senadores; Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Carlos Hamilton e Dr. Altamir Lopes, sejam evidentemente V. Sªs muito bem-vindos a esta Comissão.

A última vez que estiveram aqui, salvo melhor juízo, foi no mês de março. De lá para cá, decorridos cinco meses, muitas coisas aconteceram, e, naturalmente, também os números da economia se alteraram.

O Comitê de Política Econômica elevou a taxa Selic de 10,75% ao ano para o atual patamar de 11%. As expectativas de crescimento da economia brasileira se deterioraram de forma significativa de 1,7% – chegando à metade – para 0,86% para 2014, segundo o boletim Focus de ontem, que não é um dado de qualquer consultoria privada, não é um dado do mercado; é um dado capturado a partir de análises e exames que o próprio Banco Central faz. E, para 2015, há a perspectiva também e a redução de crescimento de 2% para 1,5%.

As expectativas de inflação sustentam-se rodando, teimosamente e de maneira resiliente, o teto da meta. Isso sem contar com os preços represados de combustíveis e energia.

A confiança se deteriorou de maneira significativa nesse período, numa intensidade, a meu juízo, inimaginável. Em quase todas as áreas (indústria, serviços, comércio e entre consumidores), observamos índices de confiança similares àqueles de 2008, 2009, no auge da crise internacional, que ficou conhecida como Crise do Subprime, que trouxe inevitáveis consequências não apenas para a economia brasileira como para a economia global. Ainda hoje, o mundo se arrasta com desafios extraordinários em função dessa crise.

Enquanto isso acontecia, vínhamos observando o Governo fazendo sistematicamente discursos otimistas, retilíneos, defendendo que as coisas vão bem e que estamos no caminho certo. Com tudo isso, há que se considerar que a conjuntura nos parece bastante adversa: a inflação beira os 7% e o crescimento está na faixa de 1%, ambiente de inflação alta e crescimento baixo e declinante, situação que nos afasta e nos diferencia da maioria dos países emergentes, inclusive dos países que compartilham com o Brasil, aqui, na região. Se traçarmos um comparativo imediato, a inflação na região, em torno de 3%…

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – … e a nossa quase 7%; o PIB médio na faixa dos 4%, 5%, e o nosso na faixa de 1%.

Com essas considerações, Sr. Presidente, a política econômica do atual Governo levou o Brasil a uma estagflação, descrita como uma situação de baixo crescimento conjugada com inflação elevada, o que me parece o pior dos mundos? Qual a responsabilidade da política monetária nesse resultado, a meu juízo, perverso, haja vista que muitos agentes creditam ao Banco Central uma crescente incapacidade de coordenar expectativas para o alcance da meta da inflação? Qual a causa, ou causas, da perda de confiança do mercado no Banco Central, uma instituição de tão elevada capacidade técnica? Seria a excessiva interferência do Governo na condução da política monetária ou a total descoordenação da política de gastos, subsídios e aumentos da dívida pública executada pelo Ministério da Fazenda? Os jornais de hoje, pelo menos o jornal *O Globo* traz, com letras garrafais, a notícia "Gastos públicos subiram de 14% em 1997 para 18,8% do PIB em 2013", ou seja, a carga tributária federal, somente a carga tributária federal, somente para sustentar os gastos perdulários do Governo Federal, subiu de 18,15% para 25,3%.

Observamos, Sr. Presidente, que, em 2012, estávamos com uma taxa básica de juros que chegou a 7,25% ao ano, uma das mais baixas da história do País, saudada por todos nós. Nesse mesmo período, até mesmo a Presidenta da República veio a público, em rede nacional, criticar os bancos privados pelos elevados *spreads* praticados e incitar os bancos oficiais a praticarem taxas mais baixas de juros para os tomadores de empréstimos, acirrando a competição com os bancos privados. O Governo chegou a prometer que deixaria como seu maior legado, ou um dos seus maiores legados, uma redução histórica nas taxas de juros do nosso País.

Atualmente, Sr. Presidente, a taxa Selic definida pelo Comitê de Política Monetária encontra-se em 11% ao ano, maior, portanto, do que aquela observada quando do início do atual Governo.

O que deu errado, Sr. Presidente, com relação à política monetária? V. Exª concorda com a versão do Governo de que a culpa por esse fracasso é da crise internacional e da economia externa? Isso virou um mantra

na economia brasileira. Ou reconhece que ocorreram erros na condução da política econômica do Brasil e, se houve, quais são, a juízo de V. Exª, esses erros?

Por que há tanta desconfiança na economia brasileira? Excesso de intervencionismo seria uma das causas? Excesso de intervenção política em decisões que precisam ser tomadas com base em fundamentos técnicos, em razão da conveniência e da conjuntura, sobretudo eleitoral? O que V. Exª mudaria na atual política econômica ou o que recomendaria fosse modificado para um próximo período de governo? O que nós repetiríamos ou no que nós deveríamos ousar para que esses elementos e esses fundamentos macroeconômicos pudessem possibilitar uma visão de mais médio e longo prazo no sentido de previsibilidade, que é o que nos parece faltar na economia brasileira?

Gostaríamos também de ouvir de V. Exª sobre a política de subsídios do atual Governo. De 2009 para cá, já foram aportados cerca de R$400 bilhões no BNDES para concessão de crédito subsidiado a diversos setores industriais de serviços e até para Estados e Municípios. A concessão de crédito subsidiado pelo governo virou uma panaceia, remédio para todos os males da economia e dos investimentos, que, na verdade, não vemos crescer no seu agregado. A economia brasileira há algum tempo não investe tão pouco.

O aumento da dívida pública para ampliação inédita da concessão dos subsídios financeiros e creditícios tem contribuído para retirar a eficácia da política monetária no combate à inflação? A atuação no Tesouro Nacional na expansão dos gastos públicos tem sobrecarregado o Banco Central no controle inflacionário? Por que, Sr. Ministro, o Banco Central amplia a colocação de operações compromissadas com títulos mobiliários da sua própria carteira? Poderia nos explicitar o custo dessas operações compromissadas de maneira comparativa às colocações primárias de títulos do Tesouro Nacional? Que função essas operações exercem na política que V. Exª lidera no Banco Central? Por que o custo implícito da dívida pública no Brasil tem crescido e encontra-se tão acima da taxa Selic?

São essas, Sr. Presidente, as considerações que eu gostaria de merecer a atenção do Presidente Tombini, evidentemente evidenciando aqui todo o meu respeito pela carreira de V. Exª, pela condição como chegou à Presidência do Banco Central. Mas há um conjunto de interrogações, um conjunto de contradições que gostaríamos que pudesse enfrentar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, pela pertinência e pela relevância da presença de V. Exª aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado aos senhores diretores do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu agradeço a V. Exª.

Seguindo já uma tradição desta Comissão, proponho que S. Exª o Sr. Presidente do Banco Central responda às perguntas após as indagações de três dos Srs. Senadores.

Se o Plenário estiver de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eu quero assinalar a presença nesta Comissão do Dr. Altamir Lopes, Diretor de Administração, e do Dr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica do Banco Central. V. Sªs são bem-vindos a esta Comissão.

Concedo a palavra, pela ordem regimental, ao ilustre representante do Mato Grosso do Sul, Senador Jayme Campos, integrante do Partido Democratas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Mato Grosso. O Moka é do Mato Grosso do Sul, mas Estado uno é o meu Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Perdão a V. Exª.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre, demais diretores aqui, eu serei rápido.

Vou ser bastante econômico, tendo em vista que o nosso querido Senador Ricardo Ferraço já fez várias indagações que naturalmente eu gostaria de fazer.

Entretanto, meu caro Presidente, segundo o IBGE, a produção industrial caiu pelo quarto mês consecutivo, entre junho e maio. Comparado a junho do ano passado, a produção recuou 6,9% e é a maior queda no que se refere a bens de capital, o que indica a redução dos investimentos. Enquanto isso, o superávit primário do primeiro semestre caiu 43,6% em relação ao mesmo período do ano passado, foi o pior da história. Foi também a primeira vez na história que se registrou déficit primário no mês de junho. Em seis meses, o Governo cumpriu apenas 29,7% da meta atual anual do superávit. Ante a gravidade – é uma indagação mais direta – desses dados e indicadores, que planos o Banco Central pretende pôr em prática para recuperar a credibilidade no mercado?

Outra pergunta, para ser bem objetivo, a produção automobilística tem sido um pilar importante no desenvolvimento da nossa economia. A venda de automóveis no País caiu 8,6% no acumulado deste ano até julho em comparação ao mesmo período de 2013. No mês de julho, ocorreu o pior resultado desde 2009. A Anfavea prevê a queda de 10% da produção no ano. É por aí que ela está estimando: uma queda de 10% ao ano. As montadoras estão dando férias coletivas e suspendendo os contratos de trabalho para adiar as demissões.

O que eu gostaria de indagar a V. Exª? Na opinião do senhor, Dr. Alexandre Tombini, quais as relações entre esse fenômeno e a possível adoção de medidas de política monetária capazes de minimizar todos esses feitos?

Sou bem prático e objetivo. Espero que V. Exª me responda com bastante objetividade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu agradeço ao ilustre Senador mato-grossense, Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra ao representante do Estado de Rondônia, Senador pelo PP, Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente do Banco Central, senhores diretores, queria fazer uma indagação rápida a V. Exª a partir da percepção, por parte da população brasileira, do quadro econômico nacional em processo de deterioração.

É claro que essa percepção da política econômica, de certa maneira, foge da competência de V. Exª na resposta que possa vir a dar à indagação que eu estou fazendo, porque o Banco Central trata praticamente de política monetária. Mas, dentro desse universo da formulação de política econômica por parte do Governo que está na percepção da população brasileira em processo de agravamento e processo de crise – crise renitente, crise que não consegue ser ultrapassada –, eu perguntaria a V. Exª: dentro da ótica do Banco Central, da ótica de V. Exª, como Presidente do Banco Central, dentro desse quadro perverso, o que poderia ser feito a curto prazo – porque nós temos um governo cujo mandato termina em 31 de dezembro – de modo a se projetar para o médio e longo prazo no próximo mandato presidencial? O que poderia ser feito com certa rapidez para que esse quadro econômico, a partir de providências do Banco Central, pudesse ter pelo menos paralisado o seu processo de agravamento?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu agradeço a S. Exª o Senador Odacir Soares.

Retorno a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Exmos Senadores, os três Senadores que já formularam seus questionamentos.

O Senador Ferraço fez uma série de indagações que talvez pudessem ser resumidas na minha intervenção.

Primeiramente, escreveu um quadro de deterioração nas perspectivas de crescimento. Eu mencionava na minha apresentação inicial que a revisão do crescimento tem sido mais uma norma do que a exceção hoje nas principais economias do G20. Se nós virmos, desde o início do ano, que foi o horizonte temporal a que V. Exª se referia, houve uma dramática revisão de várias perspectivas de crescimento em economias avançadas e emergentes. Algum fator comum deve haver, não digo para explicar toda a magnitude, mas a direção das revisões que nós vimos recentemente.

Se V. Exª se recorda, também mencionei há pouco no meu discurso, temos áreas importantes que têm impacto sobre a economia brasileira, como por exemplo a zona do euro.

A zona do euro vem de uma contração no ano passado, está esboçando aí um pequeno crescimento para este ano, mas recentemente foram adotadas uma série de políticas, digamos assim, não políticas para digamos evitar uma crise, porque como eu mencionei aqui nós não estamos como estávamos em 2011, numa deterioração daquela área econômica, acho que estamos num claro processo de melhora, mas esse processo é sujeito, digamos, a variações ao longo do tempo.

Nós vemos a Europa, então, recorrendo a medidas não convencionais que ainda não havia recorrido, mesmo durante os piores dias de 2011.

Nós temos a economia japonesa, que tem um programa de estímulos de grande monta, que tem dado resultados, é bem verdade, mas que também está num período ainda de expansão das suas políticas para fazer frente aos desafios econômicos. Então, nós vimos revisão forte de crescimento, inclusive nas economias da região.

Nós temos economias emergentes, como a do México que fez várias reformas, que tem apresentado… No ano passado, cresceu 1,5% enquanto o Brasil crescia 2,5%. Um exemplo de país que adotou várias reformas que estão no ideário, digamos, de abertura da economia, de redução do peso do Estado. Várias dessas reformas têm sido adotadas e nem por isso os resultados no curto prazo apareceram. Não que não venham. Certamente o crescimento daquela economia é bom para o Brasil, mas a revisão tem sido generalizada, não é um fato isolado, não é algo que diz respeito apenas ao Brasil.

Bem, então, dito isso, V. Exª mencionava a questão da estagflação. Eu mostrei ainda há pouco que nós estamos caminhando para um fenômeno no Brasil em que nós temos aí três, possivelmente quatro meses seguidos, de deflação nos índices gerais de preço.

Isso diz alguma coisa em relação a inflação de preços ao consumidor. Não é por outra razão que o Banco Central, digamos, neste momento, há quatro meses, não subiu a taxa de juros. Quer dizer, tem havido progres-

sos, sim, na parte da inflação. Nós estamos longe do que seria, pelo menos na parte da inflação, do seu conceito levantado de estagflação, nós estamos longe dessa realidade, e vamos avançar nesse tema.

V. Exª mencionava que há represamento de preços. Como a sua assessoria deve ter visto nas nossas projeções, nós tínhamos um aumento de preços administrados em 2013 da ordem de 1,5%. Este ano, a nossa projeção inclui um aumento de 5%, com 14% para energia. Isso está explicitado nas nossas projeções. E para o ano de 2015, nós temos um aumento da inflação de preços administrados da ordem de 6%. Então esse, digamos assim, distensionamento, essa mudança de preços relativa, inclusive aludida em meu discurso, está acontecendo neste momento na economia brasileira.

Bem, certamente nós não podemos falar de crise aqui. Foi mencionada a palavra crise. A crise financeira global, que aconteceu o seu ápice em 2008, teve reverberações para a economia global e ainda tem efeitos. Mas certamente nós estamos num quadro agora de transição também na economia brasileira.

Depois de cinco, seis anos de crise, depois de várias medidas, nos países avançados, para introduzir liquidez nos mercados, com a participação preponderante dos bancos centrais, estamos iniciando um processo de normalização das condições, como eu mencionava, primeiramente, pelos Estados Unidos.

Mas eu pergunto: que crise é essa em que estamos no menor nível de desemprego na economia brasileira de todos os tempos? Que crise é essa em que a inflação está sob controle?

A inflação média, desde o início do Plano Real, mensal, é da ordem de 0,52%, 0,53% ao mês. A inflação mensal média, nesses últimos 42 meses, foi de 0,51%. Então, estamos em linha.

V. Exª, eu creio, chama pela ambição nessa área – acho que é importante. Nós também a temos. Acho que a inflação tem que ser mais baixa –, mas não há descontrole nenhum.

Nós temos 380 bilhões em reservas internacionais. Uma hora somos acusados de termos uma economia frágil; depois, em um segundo momento, de estarmos exagerando na força que colocamos nos mercados. Então, creio que há uma contradição em termos, porque o Brasil continua bastante resistente, resiliente a essa mudança de humores, à essa mudança de política que está ocorrendo no cenário internacional.

Ou seja, vimos um teste ao longo de 2013 que acho que foi real, quando houve o início da consideração a respeito da retirada ou da diminuição dos estímulos quantitativos que estavam sendo injetados na economia americana, e os mercados se anteciparam e reagiram de uma forma violenta. Isso que eu falava no meu discurso sobre essa baixa volatilidade no momento, não é motivo para complacência, porque a volatilidade cai gradualmente e, quando ela sobe, ela dá um pulo, ainda que seja temporário, e, depois, volta a um padrão mais normal. Mas, enfim, nós passamos bem pelo ano de 2013 com relação a esse desafio.

Entramos 2014 com alguma volatilidade nos mercados, no início do ano. Agora, o Brasil, o Banco Central tem um programa que tem, digamos, ajudado naquilo que V. Exª mencionava quanto à previsibilidade, para não haver essa variável, digamos assim, turvando o horizonte de agentes econômicos, empresários, enfim, investidores, que compõem a variável externa.

Olhando para a frente, temos algumas questões relativas à atuação do Banco Central, as compromissadas. Compromissadas é como outra operação de esterilização de liquidez na economia, de forma a manter a taxa de juros onde o Comitê de Política Monetária define tecnicamente, e essa taxa tem que prevalecer no mercado. Para isso, o Banco Central se vale de operações compromissadas, tanto no *overnight* quanto em prazos mais longos, em linha com as taxas de mercado nesse período.

V. Exª também mencionava que o custo da dívida não cai tanto quanto caía, por exemplo, a taxa básica. Isso eu já falei várias vezes aqui, em outras oportunidades, nos nossos debates. O Governo se financia em toda a estrutura temporal; ele não se financia no *overnight*. A taxa Selic é uma taxa de um dia de *overnight*.

Naturalmente, se há uma expectativa de que a economia vá crescer muito, provavelmente as taxas mais longas sobem. Se há uma expectativa de que a inflação vá subir muito, provavelmente as taxas mais longas sobem. E como o prazo médio da dívida não é de um dia – é de vários dias, é de três anos –, então, você tem essa desconexão.

Bem, com relação a perspectivas, creio – como falei agora há pouco – que estamos em pleno emprego no Brasil, por razões estruturais, políticas públicas. Aquele crescimento que se deu com base na incorporação tem que ser visto de uma perspectiva estratégica de longo prazo. Ou seja, se estamos em pleno emprego, temos que investir em quê? Em qualificação da força de trabalho.

Creio que para isso há programas; no nível da qualificação técnica, há grandes programas; e programas e também políticas de qualificação no nível superior. Há vários programas no Brasil. Parte dessa menor participação do jovem na força de trabalho diz respeito ao fato de que estão estudando por mais anos e, no futuro, haverá uma oferta de trabalho mais qualificada. Então, isso está sendo feito e tem que ser intensificado daqui para frente.

Outra questão diz respeito à produtividade global da economia. Essa produtividade do trabalho, a produtividade global da economia, de todos os setores, creio que pode ser fortemente impactada. Vou dizer uma coisa óbvia aqui, mas é isto, não tem mágica: é investir em infraestrutura e logística. Os Senadores bem sabem, conhecem essa história.E investimento em infraestrutura num país como o Brasil é aquilo que os ingleses chamam de *low-hanging fruits*, ou seja, frutas próximas, à mão, fáceis de apanhar.

Então, tem que se investir em infraestrutura, que é um investimento de algumas centenas de bilhões de reais por ano. Se pensarmos numa economia que investe 18, quiçá 20 no futuro – já há gente falando em 24 –, então o grosso desse investimento, o investimento em infraestrutura, tem um impacto generalizado na economia, aumenta a produtividade da economia como um todo, mas, certamente, o que move o investimento num país é o investimento privado em máquinas e equipamentos, que é o grosso. Estamos falando de algumas centenas, na infraestrutura, com impacto em todos os setores; o investimento em máquinas e equipamentos seria de R$700 milhões, R$800 milhões/ano. Então, para isso, obviamente, eu falei aqui de espíritos animais nas economias avançadas, e também tem que se criar essa perspectiva para o investimento reagir de maneira mais forte à frente.

Temos algumas incertezas. V. Exª e os colegas falaram em redução da confiança. Isso está nos dados, isso é dado de consulta, nós vemos isso.

Temos alguma recuperação na confiança dos consumidores. Vimos dois meses de recuperação, 3%, inclusive, no último dado da Fundação Getúlio Vargas e da CNI. Tem algo a ver com a redução da inflação. Mostramos ali os três, quatro meses de Índices Gerais de Preços, os índices do consumidor reduzindo, preço de alimentos também moderando, e a confiança do consumidor começa a ampliar. Vimos isso, esperamos que esse processo se consolide à frente.

Então, tem que se fortalecer a questão da confiança, mas creio que, olhando para frente, é isto: investir em qualificação da mão de obra, incrementar os investimentos em infraestrutura e fortalecer o clima, o ambiente de negócios, a confiança empresarial. Não acho que devemos inventar nada além daquilo que está aí, mas, possivelmente intensificando à frente.

O Senador Jayme Campos também mencionava algo na mesma linha. Creio que a mensagem era mais direcionada ao que o Banco Central pretende fazer para… V. Exª mencionava a produção de automóveis. Nós estamos vendo os dados. De fato, houve queda grande nas vendas. No meu discurso inicial, eu falava de fatores localizados, afetando a produção industrial.

Pelo lado da produção, há a questão dos dias úteis. Certamente, no segundo semestre, você vai ter uma… Já estamos no segundo semestre, mas, ao longo do segundo semestre, você vai ter uma realidade distinta do que no primeiro semestre.

Falávamos aqui na questão argentina, *en passant*. Certamente, a Argentina afetou esse segmento. V. Exª bem sabe que o segmento produz aí em torno de 4 milhões de veículos/ano. Nossa exportações para a Argentina eram em torno de 400 mil, ou seja, uma parte relevante, 10%. E houve uma queda nas exportações para a Argentina, neste ano, até o momento, em relação ao ano passado, de mais de 30%. Se olharmos a Argentina, o país representa pouco mais de 8% das exportações totais brasileiras. É o terceiro maior parceiro depois de China e Estados Unidos, sem contar União Europeia, mas falando de países individuais.

Então, esses 8% tiveram algum impacto, sim, na produção industrial. Eventos localizados têm a ver com isso também. Dessa exportação para a Argentina, Senador, 90% são exportações de manufaturados. É um mercado bastante importante, que tem enfrentado uma desaceleração econômica mais recentemente.

Então, há esse fator localizado, que nós acompanhamos, naturalmente, como falei aqui, mas depende mais deles. Neste momento, certamente, seria importante para a produção e a exportação de automóveis, mas também para a produção industrial como um todo. Nós temos um comércio intraindústria, digamos assim, muito forte entre São Paulo e Buenos Aires, que conhecemos bem e está sendo, no momento, afetado.

Acho que o Banco Central tem que – é o que mencionava o Senador Ferraço – entregar previsibilidade e tranquilidade nas áreas da estabilidade monetária e da estabilidade financeira. Acho que trabalhamos bastante nos últimos três anos para deixar o Sistema Financeiro mais forte. Os problemas que havia foram endereçados. Então, isso também é um fator de resiliência da economia brasileira. Nós temos um setor privado que está bem provisionado, bem capitalizado, inclusive rentável. Isso também é mais uma força para a economia, que não pode ser esquecida.

O Banco Central vai continuar buscando suas duas missões de entregar a estabilidade monetária e a estabilidade financeira para o País no momento em que tem seus desafios, em particular, a economia mundial em transição. Creio que temos navegado de forma segura nesse processo, usando nossos instrumentos para ter tranquilidade e pensar nas questões de mais longo prazo para o País.

Eu creio que o que o Senador Odacir levantou também está mais ou menos em linha com o que foi dito. Ou seja, nós, no curto prazo, vamos continuar olhando no nosso foco inflação/estabilidade financeira e lidando com essa transição que existe no mundo de forma segura, usando os nossos instrumentos com parcimônia, mas com efetividade.

Então, era isso que eu teria a dizer nesta primeira rodada de debates.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A Presidência agradece a S. Exª, o Sr. Presidente do Banco Central, e inicia uma nova rodada de indagações, concedendo a palavra ao representante do Estado de Goiás, pelo PSDB, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Presidente, pela deferência, como bloco de três, porque presido a CE. Presidente desta Comissão, Luiz Henrique, Presidente Alexandre Tombini, Sr. Diretor Carlos Hamilton e o nosso Diretor Altamir Lopes, goiano, de Formosa.

Eu vou ser bem econômico, Presidente, e fazer uma única pergunta, porque acredito que o Senador Ferraço e os outros já cobriram bastante o tema em que temos essa dúvida, e o Presidente ainda vai continuar nesse tema.

Eu tenho apenas uma pergunta, que se reporta à operação realizada pelo banco privado nacional que resultou na colocação de 4 bilhões em créditos da União em uma conta paralela, descoberta pelo Banco Central em maio. Está sendo investigada pela autoridade monetária. O BC instaurou um procedimento de análise, coordenado pela área de supervisão, para averiguar as razões da mudança contábil detectada poucos dias antes de o caso ser revelado por *O Estado de S. Paulo*. O registro desse ativo de 4 bilhões a favor do Tesouro Nacional, que estava fora do radar do sistema automático do BC, reduziu de 15 para 11 bilhões o rombo nas contas do Governo Federal em maio. Todas as informações foram confirmadas pelo próprio BC ao Estadão.

Pergunto a V. Exª: os supervisores apuram se houve violação com dolo, isto é, com sentido de desvio irregular, ou se houve apenas um erro de apuração? Caso seja passivo de punição, o BC pode aplicar uma multa ao banco privado, que pode ser contestada administrativamente. Eu pergunto se o Banco Central, se V. Exª, que, aqui, em maio, ficou de trazer um resultado dessa investigação, já pode nos adiantar alguma coisa.

Muito obrigado. Era essa a única pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço, Senador Cyro Miranda.

Antes de conceder a palavra ao Senador Blairo Maggi, quero anunciar, com grande satisfação, a presença do Prof. Simão Cirineu, servidor aposentado do Banco Central, que exerceu, com grande brilho, o cargo de Secretário de Fazenda do Estado de Goiás e que nos honra também com sua presença.

Concedo a palavra a S. Exª o representante do PR, Senador pelo Mato Grosso, Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente.

Apresento-me para o trabalho novamente, já que estou voltando de uma licença de 121 dias. Então, de hoje para frente, estou à disposição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Tenho certeza de que não, meu suplente foi muito bom aqui.

Bem, Presidente, neste ano, não vou fazer parte das eleições, não vou disputar as eleições e já defini, lá em Mato Grosso, que também não estarei em palanques ajudando companheiros ou atrapalhando adversários. Então, esse período é para mim tranquilo aqui, na Casa. Estarei presente a todas as sessões, não só nas comissões como no plenário também, conduzindo a minha Comissão, da qual sou Presidente.

Fiz uma reunião, hoje pela manhã, na CMA. Lamentavelmente, o senhor já estava aqui, na sua Comissão. Mas amanhã teremos lá uma reunião extraordinária – gostaria de convidar a todos –, para que possamos ouvir a Presidente da Funai sobre os mais diversos temas, sobre a demarcação de terras e também sobre a questão da localização ou do contato com índios isolados no Estado do Acre, que é um tema importante para discutirmos.

Mas quero cumprimentar o Ministro Tombini, por mais uma vez encontrá-lo aqui, nesta Comissão, como é de praxe; também o Carlos Hamilton, o Altamir Lopes, que estão aqui conosco. Quero desejar boas-vindas a todos aqui.

Ministro Tombini, o senhor usou uma frase ou uma palavra no meio da sua explanação, que me faz refletir também. O senhor se colocou, dizendo assim: "Que crise é essa? Que crise é essa que a gente vive no Brasil, neste momento?"

Nesse período em que fiquei de licença de 121 dias, andei em vários Estados brasileiros onde minha empresa tem algum tipo de negócio, e em todas as áreas que visitei – construção civil, portuária, estaleiros em Manaus, obras em Porto Velho, no Maranhão, no Estado do Paraná, estive em Santa Catarina –, todos os lugares em que passamos, vimos, como fala a garotada, que "estão bombando". Todo lugar está cheio, as obras estão acontecendo, não só as obras públicas, mas as privadas.

Então, não consigo entender muito bem todo esse mau humor do mercado para com a política econômica do Governo. Claro, temos de entender que estamos num período eleitoral e que a oposição vai tentar bombardear o Governo. E a situação tem o papel de defender o Governo.

Quero aqui defender o Governo, porque, como falei, por onde ando, vejo as coisas funcionando. Vejo as coisas funcionando.

Há dados importantes, que não são divulgados aqui, e até sugeriria ao Presidente que desse uma olhada… Quando fui Governador do Estado do Mato Grosso, sempre gostava de olhar um índice que me dizia tudo que eu queria saber no Estado. Eu o andei olhando também pelos Estados, e está assim também, pelos Estados brasileiros. Qual é o consumo de energia elétrica nos Estados? Tem caído ou aumentado? Praticamente em todos ele tem aumentado.

Ora, se aumenta o consumo de energia, está aumentando a economia, alguma coisa está acontecendo. Não conheço ninguém que liga um motor, para deixá-lo ligado ou só para gastar energia e pagar a conta. Isso é insanidade. Então, se olharmos individualmente esse índice, vamos perceber que de fato a economia brasileira vem crescendo, vem acontecendo, mas não conseguimos ver isso nos números. Eu não sei se é a forma como esses dados são captados ou se a nossa economia está muito subterrânea. Pode ser também. Pode ser que haja muita gente trabalhando no caixa dois, informalmente, o que a economia visível não consegue perceber. Alguma coisa meio errada há nesse assunto.

Então, seria mais esta colocação, seria dizer: não acho que tudo está perdido, não acho que tudo está errado. Há coisas erradas? Há coisas erradas, que precisam ser corrigidas. E os debates que fizemos aqui são exatamente para isto: para poder demonstrar, instigar a dizer "Não estou contente com isso, não estou contente com aquilo". Cada um que vem aqui depois faz uma reflexão e pode alterar o rumo das coisas.

Então, faço essa colocação, mais nesse sentido.

E queria deixar, agora, uma preocupação para o Presidente do Banco Central, que não é bem da sua área, mas no fim vai refletir… É o seguinte: eu vi aqui na sua explanação a questão dos preços das *commodities*, e, nos últimos anos, estão sempre dizendo que as *commodities* vão cair. E, na realidade, elas não caíram nos últimos anos. Mas, especificamente neste ano, a conjuntura internacional dos preços de *commodities*, principalmente preços agrícolas, demonstra uma queda muito forte, uma queda que vai além de 20% do que nós tínhamos até quatro ou cinco meses atrás. Quer dizer, isso, Presidente Tombini, vai impactar nas contas públicas do Brasil. E há mais um problema, um agravante neste sentido, que é não só a diminuição dos recursos que vão entrar no caixa do Tesouro, os dólares que vão entrar, como uma possível postergação da entrada desses recursos, como aconteceu na Argentina.

O argentino, por exemplo, não vendeu a safra de soja e de milho dele; está lá estocada. Eles usam aqueles sacos, *bags,* aqueles armazéns a céu aberto, e o agricultor gosta de ver o seu produto na casa dele. Então, a Argentina não conseguiu levar dólares suficientes para dentro do País, porque a safra deles está lá.

No Brasil, poderá acontecer alguma coisa, mas poderá se o Governo não usar dos instrumentos que tem – e temos vários instrumentos de apoio ao transporte, de movimentação de mercadorias, que estão sendo acionados. O Governo, com toda certeza, vai olhar isso. Caso contrário, a mercadoria que está no interior do Brasil não será exportada neste momento, porque os preços são muito ruins. Não exportando, o trem estará vazio, como caiu muito a movimentação; os caminhões, também. Os preços dos fretes caíram mais de 30%, o que é bom, para a economia do agricultor, mas é ruim para quem é dono do caminhão, para quem é concessionário da malha ferroviária, porque as contas deles continuam. Então, há uma certa desorganização nesse setor, que me preocupa.

E quero dizer o seguinte: todas as outras vezes que disseram que as *commodities* iriam cair, eu fui contrário a essa opinião e falei: "Nós temos todos os indicadores necessários, e o que se demonstra é que o consumo aumenta anualmente e a produtividade não aumenta na mesma proporcionalidade". Bom, mas neste ano, infelizmente, estou com a opinião diferente. Estou com a opinião do mercado. Vamos passar um ou dois anos – não sei se um, dois ou três – por situações muito difíceis nesse setor, e, principalmente o setor primário brasileiro, que sustentou a balança, que sustentou boa parte da política econômica brasileira, veio do agronegócio. E nós teremos, então, um período mais fraco, um período de menos contribuição de recursos dentro do Tesouro Nacional, com dólares vivos.

Então, seria só mais, não digo um alerta, mas um comentário de que o Banco Central, a política do Governo tem mais um sinal, pelo menos amarelo, na parede hoje para olhar, para se posicionar, porque isso aqui, com toda certeza, fará falta ou, pelo menos, senão falta, dificultará a política econômica, porque teremos, com toda certeza, menos dólares.

Bom, vai acontecer? Está acontecendo. Pode reverter? Pode. Só mexendo com o clima. Daqui a pouco, dá um problema nos Estados Unidos ou não sei onde, e as coisas voltam ao normal, porque, neste ano, todos

os astros se alinharam para que Argentina tivesse uma boa safra; o Paraguai, uma boa safra; a, Bolívia, o Brasil, a América do Sul, uma excelente safra; os Estados Unidos, a 30 dias da colheita, prometendo uma supersafra de soja, de milho e de algodão. Os países europeus, também. Quer dizer, o alinhamento dos astros é de preços baixos.

Então, fica só essa preocupação colocada, não só para o Banco Central, mas para os agricultores, para o agrobrasileiro, que está indo para um período de mais dificuldade.

Parabéns, Presidente, e muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É possível um aparte ao Senador Blairo Maggi?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – O aparte é concedido se o interveniente o permitir. Acredito que o fará.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Estou bonzinho. Estou chegando hoje. (*Risos.*) Com todo prazer, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Valendo-me da experiência do Senador Blairo Maggi e também do Presidente do Banco Central, e não apenas da experiência como homem público, como ex-governador, de um dos mais importantes Estados deste País, o Estado do Mato Grosso, mas também a experiência dele como grande empreendedor, Senador Blairo Maggi, há uma profunda contradição que eu não consigo compreender, que está relacionada ao baixo nível de desemprego em nosso País.

Se comparado com o mundo, nós estamos vivendo, de fato, uma situação de pleno emprego. Ao mesmo tempo em que nós vivemos uma circunstância e uma conjuntura de pleno emprego, as despesas públicas com o Seguro-Desemprego salário desemprego estão explodindo.

Qual a explicação para esse nível de contradição na visão de V. Exª, não apenas como Senador, como ex-Governador, como empreendedor, mas também em relação a dos nossos diretores do Banco Central em relação à essa contradição, se é que há?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª quer responder…

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Estou sendo sabatinado agora? (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, não. Estou me valendo da experiência de V. Exª como grande empreendedor. Porque isso é, de fato, uma incógnita que nós não conseguimos entender. É uma constatação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente Tombini, permita-me, rapidamente.

Sim, da mesma forma como eu coloquei ao Presidente, os números mostram uma coisa e visualmente você vê outra. O Senador tem razão. Quer dizer, há pleno emprego e você vê os números subindo. Isso tem que ser explicado. Eu não sei, acho que o Ministério do Trabalho e Emprego, a área social deve saber o que está acontecendo: se de repente está entrando mais gente que não estava na lista e foi facilitada a entrada. Eu acho que o Governo, em minha opinião, precisa fechar essa torneira. Ele não pode deixá-la aberta, tem que haver mais critérios. Estados Unidos e outros países também têm mecanismos de proteção aos desempregados, mas têm mais critérios para as pessoas poderem entrar. Eu conheço, na minha atividade, muita gente que chega para pedir emprego e diz que não quer ser registrado porque está recebendo o Seguro-Desemprego. Ora, eu não posso contratar. Mas tem gente que contrata e o indivíduo faz dupla jornada: uma recebendo para não trabalhar e, outra, recebendo para trabalhar.

Então, precisa – e acho que esse é um papel do Senado também – abrir os olhos o Governo para que ele possa ver isso com mais calma, com mais tranquilidade, porque algo errado, de fato, está acontecendo nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª Senador Blairo Maggi.

Concedo a palavra à ilustre representante do Rio Grande do Sul, Senadora pelo PP, Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Luiz Henrique, caro Presidente Alexandre Tombini, diretores do Banco Central, Dr. Altamiro Borges, Dr. Carlos Hamilton, caros colegas Senadores, o Senador Blairo me deu uma injeção de otimismo e, ao final, me baixou o astral. Preferiria ficar com a primeira parte do que ele falou, mas é a realidade.

Ontem, o jornal *Valor Econômico* transcreveu uma declaração do Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Dr. Luiz Awazu, dizendo que

os juros subiram acima "de qualquer medida razoável de neutralidade" e permanecerão nesse patamar pelo tempo "adequado", no primeiro pronunciamento do BC em defesa de sua estratégia de combate à inflação desde que ela foi questionada pelo mercado financeiro pela adoção de um conjunto de medidas de estímulo ao crédito.

O alívio nas exigências de compulsórios e nos requerimentos de capital dos bancos feito pelo Banco Central pretende suavizar os danos que o excesso de pessimismo está causando sobre a oferta de crédito para investimentos e para alguns segmentos do mercado, como as pequenas e médias empresas.

Então, o próprio Banco está admitindo esse pessimismo.

De que decorre esse pessimismo, Presidente Alexandre Tombini?

O Fundo Monetário Internacional também fez algumas observações sobre o setor público, não sobre a economia, mas sobre as contas públicas do País. E, ontem, a Comissão Econômica para América do Sul e Caribe (Cepal) mostrou que, por uma redução ou um dinamismo menor na demanda interna/externa da região da América Latina e Caribe, a projeção de crescimento do PIB brasileiro cai de 2,3% para 1,4%. E há um espaço limitado para a implementação de políticas que impulsionem a retomada do crescimento econômico.

Ora, se o Fundo Monetário, do qual o Brasil é sócio, é um organismo Cepal que tem respeitabilidade, esse pessimismo decorre, na sua visão, desse cenário? V. Exª mencionou aqui a Argentina. Agora mesmo, o Japão, a União Europeia estão entrando contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio contra o Inovar-Auto por excesso de protecionismo. Não só nas áreas de *commodities,* como sinalizou negativamente o Senador Blairo Maggi, teremos dificuldades de aumento de receita, no caso das exportações, mas também na área da indústria de transformação da exportação de manufaturados, pela situação desse parceiro importante que é a Argentina. Então, eu queria que V. Exª me explicasse essa questão do pessimismo.

O Governo tem reagido fortemente contrariamente a isso, autoridades do Governo têm dito que não há razão para isso, contestam o Fundo Monetário, contestam manifestações de instituições do mercado, mas, afinal, a realidade e o pessimismo que existe decorrem da questão política ou decorrem de um cenário que a gente não está conseguindo enxergar? Porque a economia e o mercado financeiro, parece-me, desde que eu era jornalista, é um mercado extremamente sensível que nem sempre se justifica: há um grau de especulação, há um grau, enfim, de fatores que são imponderáveis.

Então, eu queria que V. Exª me explicasse, a partir desse reconhecimento próprio do Diretor do Banco Central, quando diz que os juros subirão acima, por tempo, pelo tempo adequado, que tempo é esse, na projeção que V. Exª faz em relação a isso, porque afeta, sobretudo, a questão…

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – … das pequenas e médias empresas, e a Região Sul está bastante impactada sobre isso.

E também, eu queria tratar com V. Exª duas questões.

Nós estamos aqui, no Senado, lidando muito com uma questão – está aí o Senador Luiz Henrique, que é o Relator – da renegociação, da mudança o indexador da dívida dos Estados com a União. Qual é o impacto que essa decisão prevista – prevista – para novembro poderá dar sobre uma avaliação de risco de agências internacionais? Isso tem alguma coisa a ver? Isso impacta realmente ou é uma, digamos, justificativa que está sendo dada pela Fazenda para não decidirmos? Estamos desde fevereiro nessa pendência.

E, ainda, claro – falo aqui pelos aprovados no último concurso do BC –, se há alguma previsão de aproveitamento de nomeação para o quadro funcional do Banco Central dos 785. Sei que o Banco Central já chamou vários. Já tratei desse assunto aqui, mas, hoje, volto à V. Exª para saber sobre esses que estão aguardando uma oportunidade de um bom emprego, que é o Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu agradeço à ilustre Senadora Ana Amélia, última Parlamentar presente a indagar o Sr. Presidente do Banco Central.

Concedo a palavra à S. Exª, para suas considerações a respeito das indagações feitas e as suas expressões finais.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Senador Casildo, é um prazer tê-lo aqui na Mesa ou estar na sua Mesa, digamos assim.

Bom, a questão colocada pelo Senador Cyro Miranda, questão referente à apuração de resultados fiscais, foi inclusive tratada por outro Senador, o Senador Aloysio Nunes, que, em contato com o Banco Central, também mostrou alguma preocupação em relação ao esclarecimento desse tema. Então, aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para também atender a esse pedido do Senador.

O Banco Central, em 15 de julho, soltou uma nota de esclarecimento a respeito do tema, e certamente o Dr. Calabi e o Dr. Simão Cirineu conhecem bem essa contabilidade pública. Nós temos dois critérios: o critério acima da linha, que é critério das entradas de despesas e receitas primárias, um critério apurado pelo Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional; e temos um critério que olha pela ótica do financiamento, ou seja, do financiamento do setor público não financeiro, olhando ativos e passivos do setor público não financeiro no balanço do sistema financeiro.

Então, isso é clássico. Não são todos os bancos centrais que têm estatísticas fiscais, mas nós, o Banco Central do Brasil, por tradição, fazemos. O Dr. Altamir trabalha no tema há mais de 30 anos. Certamente, é um tema importante para a economia brasileira ter também o Banco Central fazendo essa conta abaixo da linha no País.

Então, o nosso processo é um processo consagrado e segue as melhores práticas internacionais. Nós temos uma governança robusta em relação ao nosso procedimento. Esse procedimento inicia-se com a captura de dados eletrônicos do balanço, de novo, das instituições financeiras no seu relacionamento com o setor público não financeiro. Esse relacionamento, então, é capturado nessas estatísticas. Esse processo passa por uma validação e um *check* de consistência. Então, não há qualquer discrepância.

O número do abaixo da linha referente a maio foi, digamos, com pequenas diferenças históricas tradicionais entre o acima e o abaixo da linha, divulgado em junho pelo Banco Central. Aquele é o número. Não existe um número parcial, um número preliminar; existe um procedimento seguindo normas internacionais consagradas. Então, é uma prática corriqueira importante, com um governança bastante robusta e seguindo as melhores práticas internacionais de cálculo de estatísticas fiscais. Então, basicamente é isso.

Já esclarecemos questões adicionais relativas a casos específicos. Certamente o Congresso Nacional, o Senado Federal tem o poder requisitório para acessar qualquer evento mais concreto que eu não possa aqui me aprofundar.

Em relação às questões também suscitadas pelo Senador Blairo Maggi, certamente ele confirmou a ideia da pressão no mercado de trabalho. Estamos no recorde de baixa de desemprego. Houve a questão levantada no aparte do Senador Ferraço sobre Seguro-Desemprego, no contexto de mercado de trabalho aquecido. Enfim, não é minha área, não posso me aventurar sobre esse tema, mas só para dizer que houve um grande processo de formalização no mercado de trabalho brasileiro e os salários aumentaram. Então, se o desemprego ficasse constante, é normal que houvesse o impacto para cima no Seguro-Desemprego em níveis similares de desemprego. Se o desemprego está caindo, certamente as áreas pertinentes do Governo devem se debruçar sobre essas preocupações

Em relação às questões da Senadora Ana Amélia, nós temos uma governança no Banco Central. Eu não respondo pelo que os diretores falam. Eu não posso aqui, digamos, tecer comentários sobre o que um diretor disse. Estou aqui com dois diretores, que podem ter pensamentos diferentes do presidente. Isso faz parte da governança do Banco Central. É assim que nós decidimos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Bom, independente, ou não seria uma diretoria, seria apenas um presidente absoluto. Então, acho que aí vou endereçar esse seu questionamento ao diretor, para que ele, bilateralmente, responda a sua preocupação.

V. Exª falava também na questão do otimismo e do pessimismo. Como eu descrevi, em resposta ao Senador Ferraço, creio que temos que continuar investindo em qualificação da mão de obra nos dois segmentos do mercado de trabalho, o mais qualificado e o técnico, para aumentar a produtividade do trabalho, enfim, aumentar o produto de longo prazo, o produto potencial da economia. Precisamos continuar investindo em infraestrutura – o Senador Blairo Maggi mencionou questões específicas do setor dele. E precisamos fortalecer a confiança, para deslanchar o investimento privado, que é o grosso do investimento agregado no País.

Enfim, falar de confiança é sempre difícil. O que o Banco Central tem que fazer, o que tem que continuar fazendo é dar previsibilidade para a economia nas suas atribuições. E isso essa administração está fazendo e vai continuar, procurando se comunicar cada vez melhor com a sociedade, enfim, comunicar a estratégia que segue de combate à inflação, de assegurar a higidez do sistema financeiro e também dar tranquilidade nesse mundo em transição, dar tranquilidade em termos de financiamento do balanço de pagamentos.

O Senador Blairo Maggi conhece bem o segmento e V. Exª conhece bem o segmento no Rio Grande, mas no País também. E numa linguagem mais econômica, temos, nos últimos quatro anos, três anos de termos de troca em decréscimo. Nos oito anos anteriores, em seis anos os termos de troca subiram. Então essa é a realidade. O patamar das *commodities* ainda está num nível elevado numa perspectiva histórica, mas é uma realidade. E ele mencionava a importância, digamos, da infraestrutura logística para que essa produção escoe, à despeito de um certo recuo no preço internacional das *commodities*.

Encerrando a questão do indexador, eu já tive oportunidade de discorrer a respeito da questão fiscal aqui, creio, em março. Enfim, eu não vou entrar nos detalhes do caso concreto, mas quero dizer que a reestruturação que houve, o equacionamento das finanças públicas brasileiras passou por uma reestruturação, por uma troca de dívida, por condicionalidades impostas aos entes da Federação, por indexadores que asseguraram a solvência do sistema como um todo. Enfim, é importante que esse processo continue o mais robusto possível, sob o risco de ter repercussões na avaliação de risco do Brasil.

Mas não estou me referindo exatamente sobre à proposta porque não tenho aqui os detalhes dela, mas, em tese, eu já falei, em março, e falo agora de novo, que temos que ter cuidado especial para não flexibilizar LRF, não flexibilizar esse acordo que foi feito e que vem funcionando ao longo dos anos.

Sobre os aprovados…

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente Tombini, o senhor já tem projeção sobre o PIB/2014?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Temos: 1,6%, divulgado no último Relatório de Inflação, em junho deste ano.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É um pouco melhor que o da Cepal, que previa 1,4%. Então não haverá, na visão do Banco Central, nenhum tipo de acontecimento que possa mudar esta projeção?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – O Banco Central, a cada três meses, quando divulga o seu Relatório de Inflação, pode ajustar, sim, as projeções, tanto de inflação quanto de produto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Agora os concursados.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Para finalizar, o Banco Central está operando hoje com 4.100 funcionários, é um nível de mínima. Nós temos atribuições novas, como o Sistema de Pagamentos, e estamos empenhados em fazer com que tenhamos um quadro adequado de funcionários, inclusive dando curso a esse concurso que já está homologado. Certamente estamos trabalhando nisso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Dr. Alexandre Tombini.

Concedo a palavra ao ilustre Senador representante do Distrito Federal e do PDT, Prof. Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, é um grande prazer estar mais uma vez aqui assistindo a suas posições sempre muito claras, bem elaboradas.

Eu queria voltar aqui a sua apresentação de algum tempo atrás, como também de outros representantes do Governo. Aliás eu não gostaria de tratar Presidente do Banco Central como representante de Governo. Eu defendo um Banco Central independente, há muitos anos. Mas, de qualquer maneira, há uma relação.

Tanto o senhor como os outros foram unânimes em denunciar até como intervenção do Federal Reserve uma posição sobre vulnerabilidade da economia brasileira. E disseram que o Federal Reserve não tinha a menor autoridade para se manifestar sobre vulnerabilidade de país, etc. Mas agora, faz poucos dias, foi o Fundo Monetário que apresentou um relatório falando em vulnerabilidade.

Nós agora estamos levando em conta essas manifestações externas sobre a nossa vulnerabilidade ou continuamos achando que o País está solidamente protegido de quaisquer riscos e que a ideia de vulnerabilidade é uma posição extemporânea dessas autoridades naquele momento do Banco Central americano e neste momento do próprio Fundo Monetário Internacional? Então, essa é a minha posição. Já estamos tendo que acender uma luz sobre a vulnerabilidade em função de manifestações externas ou ainda não temos que nos preocupar com isso?

E o segundo: dá para a gente prever lá adiante a volta do IPC ao patamar de 4,5% ou temos que nos acostumar a trabalhar com o limite de 6,5% como sendo o padrão para os próximos anos?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra, para a sua última resposta à indagação, ao Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo Senador Cristovam Buarque, em relação à questão de vulnerabilidade, esta semana foram divulgados dois relatórios do Fundo: um sobre um projeto piloto de, digamos, vulnerabilidade externa; outro relacionado a efeitos, desdobramento, digamos, desse processo de normalização das condições monetárias sobre as demais economias, o que eles chamam de *spillovers,* de desdobramentos transfronteiriços. No primeiro há a questão relativa ao fato de dizer que a nossa posição externa, do Brasil, está moderadamente fraca em relação aos fundamentos de médio e longo prazo, em relação ao conjunto das políticas econômicas; está moderadamente enfraquecida, digamos assim. Nessa mesma categoria que o Fundo classificou, estão Canadá, a Austrália, o Reino Unido, e não vi ninguém sair dizendo que o Canadá e o Reino Unido não são vulneráveis, enfim – da mesma forma que nós não vamos fazer. Então, isso é um fato levantado nesse relatório. Inclusive, estamos melhor que a França, melhor que a Espanha e melhor que uma série de outros países nesse relatório, em relação a esse ponto.

V. Exª mencionava se levamos em conta; levamos em conta todas as análises, não quer dizer que tenhamos que responder a todas as análises. Podemos responder com políticas, e isso vem sendo feito. Quero crer que o Banco Central tem transitado nesse ambiente de mudanças lá fora de uma forma segura, oferecendo proteção, deixando o câmbio como primeira linha de defesa, antecipando as questões domésticas. Estamos numa posição hoje que penso ser uma posição razoável de enfrentamento desse processo que já está em curso desde o início do ano passado.

Em relação ao outro documento do *spillover*, o relatório do Fundo parte do pressuposto de que, em relação à demanda privada em alguns países que ele escolhe, os mais, digamos assim, frágeis ou vulneráveis, e há uma contração de 0,5% autônoma, de forma independente, digamos, da perda das condições financeiras e monetárias lá fora. Quer dizer, há uma premissa que precisa ser explicada; o exercício é esse. Mas a prova do pudim, Senador Cristovam Buarque, tem sido a capacidade que o Brasil tem demonstrado de enfrentamento dessa nova situação, usando meios próprios, dialogando com a comunidade financeira internacional, estando bem atualizado para, digamos, se posicionar em relação às suas políticas, no âmbito do Banco Central, em relação à sua visão de mundo. Mas, certamente, todas essas avaliações devem ser levadas em consideração, e nós as levamos e estudamos.

Acho que nós temos uma posição externa favorável. A relação dívida externa/reservas internacionais é baixíssima. Nós temos um volume de reservas que não é exagerado, mas é um volume certamente confortável, em torno de 15% do Produto Interno Bruto. Nós temos um setor financeiro sólido, bem provisionado, bem capitalizado, inclusive rentável.

Enfim, estamos usando os nossos instrumentos para assegurar estabilidade financeira e tranquilidade na questão do financiamento do balanço de pagamentos. Acho que é isso em relação… Claro que temos que olhar com cuidado essas análises, mas também não podemos nos deixar levar por análises nesse sentido.

Ontem, por exemplo, dos dez maiores fundos internacionais, cinco aumentaram a sua, digamos, tendência de participação no mercado brasileiro. Certamente, um país que estaria à beira de uma crise, que fosse vulnerável, não teria esse tipo de reação dos mercados.

Eu falei aqui no meu discurso que a volatilidade tende a cair gradualmente e, quando ela sobe, sobe em soluços. Então, nós temos um momento de baixa na volatilidade global, não só no Brasil. Os mercados estão com volatilidade muito baixa. Nessas últimas semanas, aumentou um pouquinho, mas esse não deve ser motivo de complacência para os agentes econômicos.

Nós estamos aqui em agosto já, enfim, com uma certa tranquilidade em relação à nossa capacidade de navegar frente a esses desafios de normalização das condições financeiras e monetárias.

Ah, sim, a inflação. Esqueci.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam para réplica.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não é réplica, é uma consulta, na verdade.

Levando em conta que, de fato, nós não precisamos estar assustados no que se refere a reservas – inclusive, 2008 mostrou que as nossas reservas tinham condições de enfrentar bem as turbulências –, eu pergunto se seria heterodoxo imaginar, já que o Banco Central não é independente, no caso do Brasil, que uma parte das reservas pudessem ser aplicadas para rentabilidades não tão baixas como são as dos títulos triplo A, para que o País pudesse contar com algum recurso da rentabilidade das reservas para alguns investimentos.

Eu falo especificamente em investimentos na hora em que algum governo decidir fazer uma revolução na educação brasileira, em que vai precisar de recursos a longo prazo para dar um salto. Seria tecnicamente possível que parte das reservas – e não precisaríamos de muitas – tivesse uma rentabilidade um pouco melhor, embora sem a mesma segurança que têm os triplo A, para investir recursos na educação brasileira?

Como o Banco Central veria uma proposta em algum momento de um governo nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra ao Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Acho que esse é um debate importante, haja vista também que há recursos naturais para serem desenvolvidos nos próximos anos que podem, sim, gerar uma condição, digamos, superavitária na conta corrente brasileira, e nós precisamos estar preparados para absorver esses fluxos no futuro.

Eu imagino que esses fluxos a serem absorvidos no futuro, dentro de um conceito não de liquidez imediata e segurança absoluta, poderiam fazer parte de um fundo soberano que tivesse… Obviamente, segurança é importante; liquidez talvez não seja tão importante para um fundo soberano como é para um Banco Central. Então, nesse contexto, acho que faz sentido, sim, e vários países têm isso.

Nós temos um Fundo Soberano. Faltam as receitas que, creio, virão com o desenvolvimento do recurso natural que nós temos para ser desenvolvido. Creio que faz sentido, sim. Há exemplos, há práticas internacionais de excelente qualidade em relação a países nórdicos. Há muita experiência nisso. Aqui na região também há alguma experiência, na Ásia também. Certamente, não é uma ideia…

O Banco Central tem que ficar na administração das reservas, naturalmente, seguindo princípios de segurança e liquidez e, terceiro, rentabilidade. Mas pode haver outro ente, independente do Banco Central. Ainda que possa usar o Banco Central nas suas operações de mercado – nós já temos uma *expertise*, não precisa criar

–, o Banco Central, inclusive, com a placa dessa outra instituição, poderia fazer as operações em nome dessa outra instituição. Mas isso, certamente, é algo que tem que ser pensado. Acho que o Senado aqui está bem posicionado para essa reflexão, sem dúvida.

Em relação à inflação, perdão, para encerrar, Sr. Presidente, acho que não. Não estamos condenados à inflação de 6%. Nós vimos agora, eu estava até mencionando, Senador – não sei se recebeu um conjunto de eslaides –, que nós temos a inflação dos Índices Gerais de Preços caindo já por três meses. Segundo a Fundação, pode ter um quarto mês, quem sabe até um quinto, mas três meses já é um evento atípico. Nos últimos 20 anos, ocorreu em 1998, 2005 e 2009. Então, certamente, isso tem reflexos.

Há pouco, discutíamos a questão dos preços das *commodities,* que ainda está em níveis altos, mas tem recuado nos últimos anos. O Senador Blairo Maggi mencionava que a perspectiva dele, nos próximos dois anos, pode ser de moderação nesse segmento.

Para encurtar a história, creio que nós temos visto já a inflação do consumidor mais bem comportada no mensal. Há efeitos estatísticos, alguns processos ainda estão em curso, mas, certamente, ainda vamos continuar perseguindo essa meta de 4,5%.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Avisos do Tribunal de Contas da União nºs 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 551, 47 e 48.

Comunico também que esta Comissão recebeu ofício, de 15 de maio de 2014, da Câmara Municipal de Vereadores da Xanxerê, sobre a moção de apoio às reivindicações da Federação dos Municípios Catarinenses.

Os expedientes acima referidos serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Agradecemos a S. Exª o Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central; agradecemos às Srªs e Srs. Senadores pela participação neste debate.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 8 minutos.)

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO, DE 2014, ÀS 14 HORAS E 15 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia doze de março do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, com a presença dos Senadores Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Lúcia Vânia e Aloysio Nunes Ferreira. Deixam de comparecer os Senadores Walter Pinheiro, Álvaro Dias, Wilder Morais e João Vicente Claudino. A Presidente declara aberta a Reunião, e esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a deliberação de Requerimentos. Item 1– Requerimento da Subcomissão de Assuntos Municipais n° 1 de 2014, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública no âmbito desta Subcomissão de Assuntos Municipais (CAEAM), para debater a regulamentação da Lei nº 12.732/2012, que autoriza a instalação de lojas francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 1 de 2014-CAEAM. Item 2– Requerimento da Subcomissão de Assuntos Municipais n° 2 de 2014, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que requer, nos termos regimentais, seja realizado, no âmbito desta Subcomissão de Assuntos Municipais (CAEAM), Ciclo de Palestras e Debates ao longo do ano de 2014, para debater os temas e projetos de interesse do Município brasileiro, contando com a participação de especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações a respeito da situação desses entes da Federação, abordando, entre outros, aspectos econômicos, logísticos, previdenciários, jurídicos e sociais, bem como a discussão sobre um Pacto Federativo mais equilibrado, na visão municipalista. O referido Ciclo de Debates será dividido em etapas, sendo estas marcadas, no decorrer do ano, pela Subcomissão, que também fará a indicação dos respectivos convidados. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 2 de 2014-CAEAM. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerra a reunião às quatorze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Nossa pauta é deliberativa.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Subcomissão de Assuntos Municipais (CAEAM), para debater a regulamentação da Lei nº 12.723/2012, que autoriza a instalação de lojas francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

É o caso das cidades do Mato Grosso do Sul, do nosso querido Senador Waldemir Moka, esse Estado que tem dois países de fronteira, o Paraguai e a Bolívia.

Então, esse tema não interessa apenas ao meu Estado do Rio Grande do Sul, mas também a Estados como o Mato Grosso do Sul, ao Paraná, Santa Catarina e a outros Estados.

Em discussão o requerimento, que eu imagino esteja bem claro. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A Subcomissão aprova este Requerimento, de 2014, desta Subcomissão de Assuntos Municipais.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requer, nos termos regimentais, sejam realizados por esta Subcomissão de Assuntos Municipais (CAEAM), Ciclo de Palestras e Debates ao longo do ano de 2014, para debater os temas e projetos de interesse do Município brasileiro, contando com a participação de especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações a respeito da situação desses entes da Federação, abordando, entre outros, aspectos econômicos, logísticos, previdenciários, jurídicos e sociais, bem como a discussão sobre um Pacto Federativo mais equilibrado, na visão municipalista. O referido Ciclo de Debates será dividido em etapas, sendo estas marcadas, no decorrer do ano, pela Subcomissão, que também fará a indicação dos respectivos convidados.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Este requerimento é de minha autoria, como o anterior.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, vamos colocar em discussão o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado. A Subcomissão aprova o Requerimento desta Subcomissão.

(Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 39 minutos.)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO, DE 2014, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia doze de março do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, com a presença dos Senadores Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Lúcia Vânia e Aloysio Nunes Ferreira. Deixam de comparecer os Senadores Walter Pinheiro, Álvaro Dias, Wilder Morais e João Vicente Claudino. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater a regulamentação da Lei nº 12.723/2012, que autoriza a instalação de lojas francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras, em atendimento ao Requerimento nº 1/2014-CAEAM, com a presença do Sr. Luis Felipe de Barros Reche, Subsecretário Substituto da Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil, representante do Ministério da Fazenda e representante do Sr. Ernani Argolo Checcucci Filho; do Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul Frederico Antunes, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Regulamentação da Lei dos Free Shop; do Sr. Wesley Rocha, Consultor da Confederação Nacional de Municípios – CNM, representante do

Sr. Paulo Ziulkoski; e do Sr. Sérgio Castro, Assessor Parlamentar da Câmara dos Deputados e representante do Deputado Federal Marco Maia. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Waldemir Moka e Inácio Arruda, e, ainda, o Prefeito de Jaguarão – RS, Sr. Cláudio Martins. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerra a reunião às dezesseis horas e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado* juntamente com as notas taquigráficas.

A pauta da audiência pública de hoje é para debater a regulamentação, como eu disse, da Lei nº 12.723, que autoriza a instalação de lojas francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de Municípios de cidades estrangeiras.

Convido para estar aqui presente o Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Regulamentação da Lei dos Free Shop, Deputado Frederico Antunes.

Deputado Marco Maia, que será representado pelo Sr. Sérgio Castro, que trabalhou nesta matéria, que eu convido para estar presente.

Wesley Rocha, que representa a Confederação Nacional dos Municípios e seu Presidente Paulo Ziulkoski.

Representante do Ministério da Fazenda, indicado pelo Sr. Ministro.

Enquanto aguardamos, para não retardar, porque temos pauta específica hoje na nossa Ordem do Dia...

Obrigada pela presença. Obrigada, Wesley, também pela presença.

Vamos começar. Tenho certeza de que o Senador Moka, representante do Mato Grosso do Sul, Vice-Presidente desta Subcomissão... A gente pode começar os trabalhos porque os demais... Às vezes, é um problema de voo, às vezes é um problema de trânsito em Brasília, que está igual, hoje, a todas as outras cidades.

Então, vamos abrir a nossa exposição.

Quero saudar também a representação de Jaguarão, Maria Emma, que venham cá, o nosso Prefeito de Jaguarão, que está aqui para participar, como os nossos amigos que nos acompanham.

Jaguarão é uma cidade no extremo sul do Rio Grande do Sul, que é separado por uma ponte que está sobre o Rio Jaguarão, a Ponte Mauá, que é uma das mais bonitas, Senador Moka, convido-lhe para conhecer a Ponte Mauá, que está sendo restaurada, e do outro lado está a cidade, também muito irmã de Jaguarão, que é Rio Branco, que é a cidade uruguaia.

Além de Rio Branco, há a cidade de Chuy, com "y", que é uruguaia, e, do lado brasileiro, gaúcho, é Chuí, com "i"; nós temos as cidades de Santana do Livramento e as cidade de Rivera. Diferente do caso de Jaguarão e de Quarai – Quaraí e Artigas também são separadas por um rio –, no caso de Chuí e no caso de Santana do Livramento, é uma fronteira seca.

Eu imagino que lá no seu Estado também as cidades são assim. Não sei se Pedro Juan Caballero é assim ou qual é a cidade que no Mato Grosso que é?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ponta Porã e Pedro Juan Caballero são cidades separadas por uma rua, uma avenida

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Uma rua. É assim que é no Chuí.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas nós temos outras também do mesmo jeito. Tem Coronel Sapucaia e do outro Capitán Bado. Agora, a minha cidade Bela Vista é o rio, o Rio Apa, e, do outro lado, Bella Vista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Então a nossa geografia fica muito parecida, Senador Moka, daí a relevância do tema. E nessas cidades de Santana do Livramento e Rivera, como no Chuí, também é uma rua. Então, às vezes estamos com um pé numa cidade e outro em outra cidade. Normalmente – eu imagino que aconteça lá –, me chama muito a atenção isso, as pessoas estão sentadas numa praça e dizem assim "Lá em Rivera...". Mas o "lá" me dá a ideia de um lugar mais distante, eu diria "ali". As pessoas dizem "lá" como se fosse longe! Mas é uma convivência muito fraterna, ainda que se registrem os problemas que temos, de fronteira.

Eu tenho a honra de convidar o nosso Subsecretário da Secretaria de Aduana e Relações Internacionais Luís Felipe de Barros Reche para fazer uso da palavra. Daremos quinze minutos a cada expositor. Depois fala o representante da Confederação Nacional dos Municípios, e as perguntas que tivermos serão respondidas.

Queria também saudar Jefferson Olea Homrich, Vice-Prefeito do Município de São Borja, a terra dos Presidentes, que está presente aqui. Agradeço a sua presença também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente da Câmara...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada pela presença, por prestigiar nossa audiência pública.

Por favor.

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – Boa tarde, Senadora, boa tarde, Senador Waldemir Moka, boa tarde a todos os presentes.

Primeiramente eu queria agradecer o convite da Casa, da Senadora Ana Amélia, agradecer por nos dar a oportunidade de apresentar os termos que estão sendo propostos para a regulamentação da Lei nº 12.723.

Eu preparei uma apresentação que vai pautar a condução da explanação.

É uma lei que saiu em 2012 – todos os senhores conhecem – e sua regulamentação trouxe uma dificuldade muito grande para a Receita Federal, porque o regime de loja franca é um regime que vige já há muitos anos, e vige em cima de um modal completamente diferente do que está sendo proposto, do que foi colocado pela lei. Então, a extensão de um benefício restrito a um modal, a um limite físico numa extensão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Maior do que o aeroporto ou o porto.

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – ... maior, sem aquelas travas, sem aqueles limites. Então, a construção em si – pretendo mostrar isso na apresentação que preparei –, a construção do modelo, na visão da Receita Federal, é fundamental para que a lei possa trazer um benefício.

Então, como eu falei, o modelo da loja franca... A loja franca é um regime especial, um regime aduaneiro especial estabelecido em lei, o Decreto-Lei nº 1.455, de 1966, que vem funcionando esses anos todos, associado a um benefício tributário, ou seja, é possível que uma pessoa usufrua de um benefício fiscal pela viagem internacional. Como funciona em linhas gerais todos os senhores sabem, mas o modelo vigente diz que é um estabelecimento que vende mercadoria nacional e estrangeira a passageiros em viagens internacionais – a lei usa este termo: "passageiros em viagens internacionais" –, chegada, saída ou em trânsito, em estabelecimentos de porto ou aeroporto – aí eu tenho a restrição física – nos termos e condições fixados pelo Ministro da Fazenda. Ou seja, o Ministro da Fazenda, por ser um benefício fiscal, limita e estabelece termos, requisitos e condições.

Na prática, um passageiro internacional tem direito a usufruir tanto de mercadorias nacionais ou estrangeiras num limite de US$500. E há limites quantitativos estabelecidos nessa regulamentação que foi feita pelo Ministro da Fazenda e pela Receita Federal: a bebidas alcoólicas, a cigarros, artigos de toucador, relógios, instrumentos eletrônicos – são 24 unidades de bebida alcoólica, 10 artigos de toucador. Há um conjunto de limites quantitativos que vão limitar o usufruto do benefício e há uma vedação a pérolas, pedras especiais e metais preciosos. Então, esse é o benefício e o modelo que vige já ao longo de todos esses anos.

Bom, aí está a principal dificuldade de se regulamentar uma loja franca de fronteira, porque hoje o regime aduaneiro especial de loja franca tem um modelo de controle que é baseado, primeiro, num fluxo em mão única, ou seja, o viajante entra naquele corredor destinado ao embarque, passa pela loja e não tem como voltar, é um fluxo único, de saída ou de chegada. Então, isso impede, do ponto de vista físico, que ele retorne para revender esse bem, ou seja, que ele compre e volte para o Brasil, não deixe o País, ou que ele entregue para outra pessoa que vai voltar. Então, essa é uma limitação física para que o regime não seja desvirtuado, não vire um comércio.

Segundo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É individual, pessoa física...

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – É individual, é uma pessoa física que está viajando e que tem um limite restrito, é destinado a ela, e não à revenda.

Segundo: é necessária a apresentação do bilhete. Ele está viajando, está comprando, não é qualquer pessoa que vai entrar lá e fazer uma compra, há essa limitação de estar efetivamente numa viagem internacional.

Terceiro: há o próprio custo da viagem. Ninguém vai fazer viagens sucessivas para usufruir sucessivamente da cota, não faria sentido isso. Então, hoje tudo isso limita e modela o controle aduaneiro que é exercido em loja franca de porto ou aeroporto. Além do mais, eu tenho um local alfandegado, ou seja, tenho presença fiscal constante ali.

Outra coisa que é importante entender é que, além da venda em si, do benefício que o viajante tem, digamos assim, para o usufruto do benefício, eu tenho um beneficiário, eu tenho uma loja que está importando mercadorias estrangeiras em grande quantidade e que pode permanecer com essas mercadorias por um ano sem o recolhimento dos tributos, os tributos ficam suspensos. No momento em que há a venda dessa mercadoria ao passageiro internacional, essa suspensão se converte em isenção, mas, ao longo de todo esse ano, eu tenho uma pessoa jurídica, uma empresa, que tem uma grande quantidade de mercadorias, ela importa em grande quantidade mercadorias estrangeiras e adquire produtos nacionais com isenção e importa com suspensão.

Então, esse contorno... Por que eu trouxe um pouco mais do regime vigente, que quase todos conhecem? Para mostrar que, se o modelo de controle não for bem construído, quando eu tiro essas travas todas, ou seja, o fluxo único, o local alfandegado, pessoas que tenham bilhete de passagem na mão, eu posso multiplicar isso muitas vezes e começar a trazer um dano: dano para o próprio Município, que pode perder arrecadação com a venda local de produtos com todos os tributos federais e estaduais, ICMS, enfim, posso criar um grande dano; posso criar um dano federal, porque isso vale para o País inteiro, eu posso ter muitos Municípios com muitos estabelecimentos vendendo muitos produtos; e posso gerar, por fim, um dano à própria indústria. Se eu tiver pessoas que não são viajantes fazendo compras, mas são pessoas usufruindo muitas vezes do mesmo regime para revender a mercadoria que adquiriram com isenção, eu posso criar um dano para a própria indústria desses produtos que são vendidos nessa loja. Vamos lembrar que a grande maioria é de produtos estrangeiros.

Então, como construir um modelo de controle que permita o desenvolvimento do Município? Acho que é isso que se quer, é isso que se quer buscar: que você fomente o turismo, que você tenha um fluxo de pessoas maior na região, pessoas que vão fazer compras também no exterior – temos lojas francas também em outros países, como no Uruguai e na Argentina – e isso vai mover o comércio, vai mover o turismo, vai mover a cidade como um todo e vai gerar desenvolvimento. Então, o cerne da questão é: como construir um modelo que, ao lado, permita esse ganho do regime, o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, coíba ações que o desvirtuem e tragam dano em vez de benefício. Esse é o cenário, é o escopo que temos.

Bom, além da Lei nº 12.723, que trouxe a possibilidade de loja franca de fronteira, eu tenho a própria lei do regime. Ou seja, eu estou vinculado, na construção dessa regulamentação, às normas do regime, às regras gerais, às condições gerais de funcionamento do regime e às condições que foram trazidas pela própria lei. Então, no caso de loja franca de fronteira, vou ter que obedecer essas condições, que são as condições do Decreto Lei nº 1.455. Vendas de mercadorias nacionais ou estrangeiras, compradores que são viajantes internacionais, uma situação física que são Municípios cortados por uma linha de fronteira que pode ser seca ou fluvial, termos, limites e condições estabelecidos pelo Ministro da Fazenda, que é um benefício fiscal – a lei outorgou ao Ministro da Fazenda a competência para estabelecer termos, limites e condições –, e pagamento em moeda nacional e estrangeira, então, isso rege o regime loja franca como um todo e vai reger também a loja franca de fronteira.

Regra geral também, para todo regime, porto, aeroporto ou fronteira. Um beneficiário do regime, ou seja, a loja que vai revender esses produtos é habilitada pela Receita Federal, a Receita Federal vai atestar que ela atende às condições estabelecidas para o usufruto; e o tratamento tributário a ser dado, o que eu já comentei. A mercadoria estrangeira é importada pelos beneficiários do regime e geralmente é importada em consignação, ou seja, é permitido que se pague após a venda. Permanece-se com essas mercadorias estrangeiras em regime suspensivo, sem pagar os impostos ao controle aduaneiro, e, quando se vende essa mercadoria ao passageiro, ao viajante, ele se converte em isenção. A mesma coisa com os produtos nacionais. Eles são isentos, eles saem do estabelecimento industrial equiparado com isenção de tributos. Então, esse é o tratamento tributário que é dado em qualquer aquisição de mercadoria nacional ou estrangeira em regime de loja franca.

Aí vem a novidade da lei. A lei pegou aquele regime que já vige em zona primária de porto e aeroporto e permitiu autorização para exploração de loja franca em cidades gêmeas de cidades estrangeiras na linha de fronteira do Brasil. Então, ela tirou aquelas travas de local físico alfandegado e permitiu que fosse estabelecido usufruto do benefício desse regime em qualquer cidade gêmea que atenda a esses critérios.

A lei não definiu o que é uma cidade gêmea, qual o conceito de uma cidade gêmea, mas sabemos que há uma regulamentação sendo discutida no Ministério da Integração Nacional que vai definir o conceito de cidade gêmea.

Outra coisa que se trouxe dentro desse cenário, uma diretriz que veio colocada e que entendemos que é fundamental, é que o próprio Município tem de decidir se ele quer ou não. Entendemos que não cabe ao Ministro da Fazenda ou ao prefeito local definir, porque a própria cidade tem de decidir se isso é benéfico para ela ou não, se algum setor que se sinta prejudicado quer ou não. Pode haver setores prejudicados, pode haver setores beneficiados ou setores prejudicados. A cidade pode ou não perder arrecadação. Então, entendemos que é uma decisão do próprio Município, se ele deseja ter lojas francas de fronteira ou não. Essa é a primeira diretriz.

E há as duas outras diretrizes que pautaram a construção do modelo.

A segunda é a competência. É um benefício fiscal, e a competência é do Ministro da Fazenda para estabelecer termos, limites e condições. Já há uma proposta formulada, formal, da Receita Federal, da regulamentação que está sendo apresentada aqui para os senhores que está em avaliação pelo Ministério da Fazenda. Então, tudo isso que estamos colocando aqui ainda depende de uma avaliação do Ministério da Fazenda, que é quem tem a competência para estabelecer termos, limites e condições de funcionamento.

E a terceira é a necessidade de regulamentar, que é essa portaria do Ministro, e de disciplinar também os procedimentos e os controles específicos. Para que não haja o desvirtuamento do regime, eu vou ter de estabelecer controles para que ele seja bem usado, primeiro, para que eu não tenha, pelo beneficiário do regime, pela loja franca, pelo estabelecimento que está vendendo, um desvio de mercadorias, ou seja, o destino final dessa mercadoria com isenção tem de ser o viajante. Ele não pode ser desvirtuado. Então, eu tenho um controle que tem de ser estabelecido para o próprio beneficiário, tributário e físico. Segundo, controle da venda, para que o benefício não seja usufruído pelo viajante de maneira irregular.

São essas as três etapas que o processo de regulamentação tem de cumprir.

O que está sendo proposto? Qual é a base do controle? Primeiro, quem pode comprar? Residente ou não residente em viagem internacional. A lei fala em um passageiro internacional. Quando se transporta esse conceito para uma cidade de fronteira, se você transpôs a fronteira, você já está em viagem. Então, você não tem um bilhete de passagem, a pessoa pode viajar, estar em viagem internacional em meios próprios, talvez até caminhando. Então, um residente ou não residente em viagem internacional. E a lei também não fixa brasileiro ou estrangeiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – Há outros modelos em que há limitação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pode...

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – Posso?

Há outros modelos em que há limitação. O modelo uruguaio também só vende a brasileiros...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Secretário, só me permita uma observação.

A ideia nossa é... Por exemplo, o cara que vai a Ponta Porã vai para comprar em Pedro Juan. O que nós estamos querendo com a lei é que ele compre em Ponta Porã. Ele não vai atravessar a fronteira, ele não será um viajante internacional. Ao contrário. O que nós estamos querendo é impedir que aquele comprador brasileiro saia do Brasil para comprar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – E deixar seu dinheiro lá.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... atravessando uma avenida. Salvo melhor juízo...

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – De qualquer...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Se uma das condições é ser viajante internacional, então, está-se partindo da ideia de que nós...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Temos de viajar para comprar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... queremos que continuem comprando do outro lado.

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – Na prática, Senador... A lei já diz que é um passageiro em viagem internacional.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu sei, mas...

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – Então, de qualquer forma, mesmo um morador... Basta ele atravessar a fronteira para que ele já esteja em viagem internacional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Que ele já está em viagem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu sei. Aí é que eu estou dizendo que o conceito, Senadora Ana Amélia, não bate. Vou colocar um exemplo claro aqui: o cara mora em Campo Grande e vai a Ponta Porã. O que nós estamos querendo é que, em Ponta Porã, possa haver um *shopping* do mesmo porte que os que há do outro lado.

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – Isso vai ser possível.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, mas... Eu estou...

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – O que eu estou querendo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É que ele está...

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – O que eu estou colocando para o senhor...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Só um pouquinho. Ele está mostrando como é hoje.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas não era lá...Residente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Não. Mesmo isso, Senador Moka. Vamos falar não o caso que tem o rio, que tem de atravessar e que dá a ideia de distância. Mesmo ali em Rivera, que é uma fronteira seca, na hora em que passou para lá, já é um estrangeiro. Ele está botando o que é hoje para ajustar o que pode ser...

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – O que diz a lei.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone*.) – Está dizendo que é uma das condições.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Sim, da viagem. Ao final, vamos ter de ajustar essa lei à realidade brasileira, porque eles também estão, eu diria, diante de um impasse.

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – Eu entendo, Senadora, que não precisa, porque a lei diz que tem de ser um passageiro em viagem internacional. O que estamos criando aqui é uma dedução de que basta que ele atravesse a fronteira para ele estar em viagem internacional. É uma presunção de que ele está em viagem internacional...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Para o sistema de hoje...

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – Para adaptar a lei. A lei diz que tem de ser um viajante internacional. E, além do mais, há o estrangeiro que vai entrar no País e que vai comprar aqui também e que está em viagem internacional.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, mas...

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – Então, na prática, o que vai acontecer? Vai haver estabelecimentos na cidade que vão estar vendendo a brasileiros residentes ou não. Na prática, o que vai acontecer é que há uma presunção de que aquela pessoa está em viagem internacional, adaptando-se à lei, porque há uma presunção. Na prática, há residentes ou não residentes, brasileiros e estrangeiros, comprando na loja franca. O.k.?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nunca foi esse o objeto da lei. Nunca foi. O objeto da lei é...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas vou deixá-lo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Expor. Daí talvez, na conclusão da exposição dele, esclareçamos, até porque me foram suscitadas muitas dúvidas, pois não caberá apenas ao Ministério da Fazenda complementar essa lei. Essa lei não vai existir se os Municípios não se manifestarem e se o Ministério da Integração Nacional também não definir qual a natureza de uma cidade gêmea, pelo que foi dito. Então, é mais complexo do que nós estamos supondo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Exatamente. Também esses dois aspectos.

Então, por favor.

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – Bom, como eu vinha falando, a definição dos termos, limites e condições que estão na lei. Hoje, como coloquei na apresentação, nos eslaides anteriores, há limites quantitativos para determinados produtos, como bebidas, cigarros, alguns artigos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Perfumes.

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – Perfumes, toucador.

Isso deve ser disciplinado. Isso foi submetido à avaliação do Ministério da Fazenda e vai constar do ato de regulamentação do Ministro.

Limite de compras. O limite de US$300 já está estabelecido, ele foi estabelecido num ato do Mercosul. O mesmo ato que disciplinou a regra de bagagem do Mercosul, que é a Decisão CMC nº 53, de 2008, estabeleceu que o limite tem de ser não inferior a US$300.

Então, esse é o limite que já está estabelecido na regulamentação do Mercosul e que está sendo proposto que seja refletido na regulamentação do Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Até para esclarecer: essa cota, esse limite de compra para quem vai para o Mercosul – vai a Montevidéu, vai a Buenos Aires – é de US$300?

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – Isso. Eu vou explicar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Mesmo de avião?

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – Não, de avião são US$500. Nós temos dois limites aí, temos dois regimes que estão superpostos, quando você tem um viajante internacional.

Você tem o limite de bagagem, que é aquele que você tem para as compras que você faz no exterior, aquilo que você compra quando vai a outro país ou quando compra numa loja franca do exterior. Para esse, o limite é de US$500, em aeroporto, e de US$300 na fronteira terrestre. Bagagem.

Nós temos um segundo limite, nos dois casos: eu tenho um limite adicional de US$500, no modal aéreo, para aquisição em loja franca no País. Ou seja, no modal aéreo, eu tenho 500 da bagagem mais 500 na loja franca.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – São US$1 mil.

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – US$1 mil. E eu tenho também, já vigente, um limite de US$300 para bagagem do viajante terrestre. Então, são limites que se somam.

Aquilo que é adquirido no exterior, bagagem que é US$300, mais aquilo que é adquirido em loja franca. São 300 mais 300. Os dois decorrem dessa decisão do Mercosul regulamentada pelo Ministro da Fazenda.

Bom, primeiro, é a presunção que eu já mencionei.

Toda compra é considerada como de viajante; basta cruzar, talvez até uma fronteira seca, e eu estou em viagem. Então, presume-se que qualquer residente ou não residente, nacional ou estrangeiro, está em viagem. Eu atendo à lei. Entendemos que não há necessidade de alteração da lei. Ele está em viagem.

Segundo, uma periodicidade. Não queremos que vire um comércio, que uma pessoa residente vá todos os dias à loja comprar produtos. Isso vai virar uma revenda, vai virar um comerciante. Na verdade, o usufruto que se quer dar, o benefício que se quer dar é para o viajante, para o turista, para que ele deixe de ir lá, do outro lado, no Uruguai, e passe a comprar aqui ou que ele vá e compre nos dois. Ele pode comprar lá e aqui. São limites que se somam.

E há o terceiro. Isso também já vige para loja franca de porto e aeroporto, apesar de não ter sido implementado ainda, mas o excesso, aquilo que excede o limite, ele pode também ser adquirido e ele vai sofrer a mesma tributação da bagagem, ou seja, somente o pagamento do imposto de importação, uma alíquota de 50%.

Essa é a regra geral.

Então, ele não vai ter limitação de ser estrangeiro ou nacional, residente ou não residente, qualquer pessoa pode fazer a compra. Há uma periodicidade mínima de 30 dias e, para aquilo que exceder a cota de US$300, que é fixada no ato do Mercosul, ele tem uma isenção adicionada; neste caso, a isenção de bagagem daquilo que foi adquirido no exterior e que já vige. O.k?

Controle. Como vai se controlar isso para evitar que pessoas vão com frequência, todos os dias, várias vezes ao dia, comprar e revender? Bom, ao residente, a compra vai ser permitida a quem tenha documento de identidade e inscrição de CPF, e ao não residente um documento de identificação emitido por país estrangeiro.

O uso da cota, já mencionei, é por viajante e a cada intervalo de 30 dias, como foi mencionado anteriormente.

O controle dessa cota vai ser feito por meio de um sistema informatizado. Como vai funcionar? Teríamos dois modelos básicos para fazer a regulamentação. Primeiro, seria parecido com o modelo argentino: eu tenho um local fechado, alfandegado, como se fosse um *shopping*; lá você teria todas as lojas e as pessoas entrando nesse *shopping*, digamos assim, comprando e vendendo.

O segundo modelo é parecido com o modelo uruguaio, em que você tem diversas lojas. Em cada loja, você tem a possibilidade de ser beneficiário, desde que atenda àqueles critérios, requisitos e condições. E eu preciso de um sistema de controle, porque eu tenho de controlar a cota da compra daquele viajante em todas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*.) – No período.

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – E em todas. Ele não vai comprar numa só; ele vai comprar em todas.

Então, o pressuposto desse modelo de controle é que eu possa identificar essa pessoa por meio de um documento e ter um sistema informatizado, que vai controlar duas coisas: vai controlar o uso da cota em todas as lojas em que ele fez aquela arrecadação e o período, e vai controlar também – isso é muito importante, é fundamental – o regime do beneficiário. Ele tem um volume muito grande de importação de mercadorias estrangeiras. Então, não pode haver desvio. O destino final dessa mercadoria tem de ser o viajante.

Requisitos e condições gerais para a autorização.

Primeiro, a existência de lei municipal em caráter geral. É aquilo que eu coloquei. Entendemos que cabe ao Município – entendemos que não cabe ao ministro, ao prefeito – decidir se quer ou não; regularidade fiscal; um sistema informatizado de controle; a venda exclusivamente de mercadorias no regime, ou seja, ele vai se habilitar e só vai vender mercadorias ao amparo do regime. Ele não vai misturar mercadoria no regime e fora do regime. Ele pode utilizar depósitos próprios para armazenar essa mercadoria e ele tem um ano para destinar... O beneficiário pode importar essas mercadorias e ele tem um ano para fazer a venda dessas mercadorias, ou seja, a destinação: ou a exportação para outro país, ou a venda para os viajantes, ou despacho para consumo ou qualquer outra destinação àquelas mercadorias que ele vai importar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Isso é para o operador?

O SR. LUÍS FELIPE DE BARROS RECHE – Para o beneficiário do regime, para a loja franca, para o *free shop*. Essas são as condições para que a loja seja habilitada ao regime.

E ele vai estar sujeito a uma série de sanções pecuniárias e administrativas, de suspensão, de cancelamento, de advertência, em qualquer descumprimento dessas regras e desses controles que estão estabelecidos.

São essas as regras gerais.

Como eu falei, isso foi submetido à avaliação do Ministério da Fazenda, que é quem tem competência para dispor. Ainda dependemos de normas procedimentais da Receita Federal, disciplinando todos os procedimentos e os controles.

Isso está praticamente pronto. Depende da definição do modelo em si para concluirmos o trabalho das normas e dos sistemas. Isso depende da portaria do Ministério da Fazenda. Mas, do ponto de vista da Receita, é essa a proposta que está sendo apresentada.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu deixei mais tempo para o Dr. Luís Felipe porque, evidentemente, era quem nós queríamos ouvir mais. Todos são importantes, mas ele é o agente que vai fazer a execução e a implementação do processo.

Existem muitas dúvidas. O Senador Moka levantou algumas das essenciais dúvidas a respeito do projeto.

Então, eu consulto a Mesa. Até queria agradecer à Receita Federal por haver cedido o senhor para vir aqui, e acho que isso é um respeito ao Senado.

Nós vamos ouvir os demais expositores, Senador Moka.

Eu vou dar 15 minutos. Eu dei mais tempo a ele, porque, de fato, tudo está concentrado nele. As grandes perguntas e as grandes questões são para ele. Como ele fez os esclarecimentos dele, as dúvidas foram levantadas.

Como ele mencionou muito a questão dos Municípios, vou passar a palavra ao Wesley Rocha, que representa aqui a Confederação Nacional dos Municípios; em seguida, ao Sr. Sérgio Castro, que representa o Deputado Marco Maia, que é o autor da lei que criou os *free shops,* e ao Deputado Frederico Antunes, que preside uma comissão especial na Assembleia do Rio Grande do Sul, que trata dos *free shops*. Aos dois, eu agradeço também a presença nesta audiência pública.

Com a palavra, Wesley Rocha.

O SR. WESLEY ROCHA – Boa tarde a todos, boa tarde, Senadora.

Gostaríamos de agradecer o convite que nos foi dado, para a Confederação Nacional dos Municípios. Em nome do Presidente Paulo Ziulkoski, hoje estamos aqui para debater e somar ao debate, que certamente é de suma importância para os Municípios brasileiros.

Agradecemos também à Senadora pela iniciativa, que é necessária para poder regulamentar a lei, que foi expedida, publicada em 2012.

Agradeço também sempre a participação ativa do Deputado Frederico Antunes e não menos a do Deputado Marco Maia, autor do projeto. Junto à Confederação, participamos ativamente das articulações para aprovar a lei, em 2012.

Mas, de tudo o que foi ouvido daquilo que o representante da Receita disse aqui, nós gostaríamos de trazer alguns aspectos históricos e somá-los também ao debate, trazendo algumas estatísticas e dados que possam reforçá-los e que ainda mais façam avançar nos debates para que a gente tenha aí a regulamentação não só das questões dos *free shops*, mas como um todo nesses Municípios, nas regiões de fronteiras, que sofrem muito com a questão econômica e com a questão de desenvolvimento social, tendo em vista os *free shops* das chamadas cidades gêmeas.

A CNM é sempre muito ativa em relação a isso. Em 2007, realizou o primeiro Encontro de Municípios de Fronteira, com reuniões em Santana do Livramento, Foz do Iguaçu, Corumbá e Boa Vista. Peço licença para ler alguns dados para somá-los também. Esses encontros em 2007 foram emergentes, foram um dos pilares das iniciativas de trabalho. De lá surgiram diversas proposições: a revisão das políticas de incentivo às importações e exportações; criações de zonas francas nos Municípios argentinos e uruguaios que repercutem negativamente na economia local; apoio à criação de Zonas de Livre Comércio na região de faixa de fronteira; reativação dos ramais ferroviários na região de fronteira; implantação de polos de desenvolvimento integrados; criação de um programa nacional de desenvolvimento da faixa de fronteira; estímulo ao desenvolvimento de programas de agricultura familiar; incentivos fiscais para os Municípios fronteiriços; políticas de desenvolvimento igualitário para as cidades gêmeas que sofrem com as diferenças de legislação entre países; aumento de investimentos para os Municípios da faixa de fronteira; polos de desenvolvimento em áreas com pedras preciosas, turismo em geral e até religioso; facilitar o investimento internacional na faixa de fronteira para que os Municípios dessas áreas possam competir com outras regiões.

Ou seja, a gente percebe que o debate, Senadora, se amplia cada vez mais. A gente até compreende as justificativas da Receita, mas a Confederação sempre entende que temos de avançar nos debates e que, se não

enfrentarmos as realidades, a gente não consegue avançar de forma positiva, só avançar de forma negativa, uma coisa que não nos interessa, não interessa a ninguém, não interessa ao País.

Continuo com alguns dados que a Confederação teve a oportunidade de levantar. Só para ilustrar a situação do comércio de *free shops:* esses *free shops* são responsáveis pelo extraordinário desenvolvimento urbano das cidades uruguaias e paraguaias de fronteira em função da geração de novos empregos que promoveram ao longo do tempo. A maior evidência desses fatos se vê nas cidades uruguaias onde existem lojas com visuais de primeiro mundo e que comercializam e – entre aspas – "contrabandeiam" eletrodomésticos, bebidas, alimentos, roupas, medicamentos, produtos de informática, dentre outros, e atraem brasileiros de toda parte do Brasil, que gastaram, em 2012, a expressiva quantia de US$1 bilhão. Nesse mesmo período, o Brasil exportou para o Uruguai US$1,644 bilhão e importou US$1 bilhão, apresentando um saldo positivo de US$626 milhões.

Então, basta fazer a comparação, Senadora, para avaliar os prejuízos que essas lojas e *free shops* causam nesses Municípios fronteiriços, hoje chamados Municípios gêmeos. É, inclusive, uma iniciativa da própria Confederação junto ao Deputado Marco Maia termos essa denominação, para haver clareza com relação a essa nomenclatura. Nós sabemos que são as que ficam ao lado de Municípios fronteiriços que possuem os *free shops*. Contudo, precisamos de uma regulamentação e precisamos avançar muito nisso. A lei de 2012 precisa urgentemente ser regulamentada.

Esclarecemos que essas lojas comercializam também produtos brasileiros como pneus, autopeças, móveis, artigos de bazar, eletrodomésticos, eletrônicos, enfim, diversos produtos importados do nosso País com uma tributação entre 10% e 15%. Lá comercializam esses produtos para brasileiros e sem limites de valores, quantidade ou cotas diárias. Preços muito inferiores são praticados lá no exterior. Por que isso? Por que nós temos essas situações? A carga tributária dos países do Mercosul é menor do que carga tributária brasileira. A fonte é o Decex. Isso prejudica muito a competitividade entre esses Municípios, lojas e empresários.

Diante desse quadro, as atividades comerciais das cidades brasileiras geminadas sofrem efeitos negativos em suas economias, vivendo uma situação de caos financeiro e sobrevivendo com enormes dificuldades. Como exemplos, nos últimos 15 anos, no Município de Santana do Livramento, cidade gêmea com Rivera, cerca de 400 empresas de grande e de médio porte foram encerradas, o que já causou um desemprego da ordem de mais de 10 mil pessoas. A fonte é a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul e o IBGE. Idêntico fenômeno ocorreu nas cidades de Foz do Iguaçu, Uruguaiana, Jaguarão, entre outras.

Vale lembrar também que expressiva parcela da população desses Municípios está desempregada. A Confederação abraçou a causa, indo ao encontro dos Municípios fronteiriços com sedes geminadas não só no Rio Grande do Sul, mas também em vários Estados brasileiros.

Entretanto, sabemos que apenas as regras criadas pela Lei nº 12.273, de 2012, não resolverão a aflitiva situação econômica dos Municípios da linha de fronteira. Poderá, sim, aliviar a situação sob o ponto de vista comercial, mas depende dos termos de regulamentação, como dito também pela representante da Receita Federal. Não é qualquer tipo de regulamentação que nos interessa. É uma regulamentação positiva no sentido de criar um conjunto de ações necessárias para estabelecer uma ordem econômica e financeira.

A par disso, a Confederação também propõe algumas ideias. Ao longo do tempo, aqui na Câmara e no Senado Federal, durante a tramitação dos projetos, propôs duas providências de caráter legislativo. Uma foi a Região Integrada de Desenvolvimento da Fronteira Oeste, que, na forma do PLS nº 686, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, aguarda regulamentação aqui no Senado Federal. A outra seria com relação às áreas de livre comércio. São ideias, sugestões. Elas devem ser debatidas, sob o ponto de vista da Confederação, de uma forma madura. Mesmo que possa demorar um determinado tempo, que saia a regulamentação de uma forma específica.

Para finalizar, Senadora, nós gostaríamos de deixar à disposição toda a estrutura da Confederação e também a voz e o porta-voz dos Municípios brasileiros, para que a gente possa, sim, se integrar com os Ministérios e ouvir as bases. As bases é que devem ser ouvidas nesse sentido. As soluções não podem vir daqui de Brasília sem um estudo aprofundado de tudo o que pode ocorrer nesses Municípios, impactos positivos e negativos que possam advir. Sabemos que toda medida pode ter um impacto positivo e negativo, mas dos males, o menor. Vamos tentar avançar nessas situações, Senadora. Gostaríamos de colocar a Confederação à disposição para qualquer tipo de debate e conversa que possamos ter ao longo do tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada pela exposição, Wesley Rocha, que falou aqui em nome da Confederação Nacional dos Municípios, representando o Presidente Paulo Ziulkoski.

Quero renovar aqui a referência que fiz à presença do Prefeito de Jaguarão, Cláudio Martins. Aliás, falava com o Subsecretário da área aduaneira da Receita Federal. Casualmente, ele me disse que o caso Jaguarão foi um espelho, para a Receita, um padrão de referência para ver como funciona no Uruguai e como deveria funcionar do outro lado. Então, faço uma homenagem ao nosso Prefeito Cláudio Martins, Prefeito de Jaguarão.

Quero saudar o Vice-Prefeito de São Borja, Jefferson Olea Homrich. Quero também saudar o Presidente da Câmara de Vereadores de São Borja, Jeovane Weber Contreira, e Maria Emma Lippolis, que é a Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Jaguarão. Então, a fronteira está bem representada aqui.

Com isso, passo a palavra ao Sr. Sérgio Castro, que representa aqui o Deputado Marco Maia, autor da lei dos *free shops*.

O SR. SÉRGIO CASTRO – Boa tarde a todos e a todas. Na pessoa da Senadora Ana Amélia, gostaria de cumprimentar a Mesa aqui presente. O Deputado Federal Marco Maia, que não pôde estar aqui presente, mas que tem profundo carinho e apreço por esse tema, pediu-me que fizesse breves considerações sobre o tema. Por quê? Porque esse tema já vem de algum tempo. Todos aqui são testemunhas do esforço que ele tem feito para que isso se concretize. *Free shop* não é um tema novo. Existe no Uruguai. Nós, do Rio Grande do Sul, conhecemos *free shop* desde a década de 80. Um país pequeno, como o Uruguai, tem e mantém até hoje as lojas francas, funcionando com seu sistema de controle, que funciona.

Alguns anos atrás, o Deputado Federal Marco Maia foi procurado pelo pessoal da fronteira para buscar uma solução, para ver essa competição desigual que há entre os dois países. Não é verdade? Então, vê-se, dia após dia, brasileiros indo à fronteira – não é Senador? – comprar. Então, vemos divisas e mais divisas se esvaindo do Brasil naquela torneira aberta infindável. Nós precisamos, do lado de cá... Como bem foi falado pelo representante do Ziulkoski, empreendimentos nossos, da fronteira, que vão se diluindo.

O Deputado acompanhou esse trajeto – e acompanhei esse momento – e viu a tristeza do lado de cá. Não é verdade? Por exemplo, nós não temos um hotel de rede internacional, não há nada! Não existe um hotel de grande rede no Brasil. Não existe nada! E, do outro lado, existe. Então, não temos um hotel decente pelo menos. Não que os hotéis de lá não o sejam. Há o Portal quanto os que lá existem, são hotéis decentes, mas precisa-se de uma rede grande que gere empregos e que traga competitividade e a concorrência. Não temos. Não temos lá um *shopping* e um grande restaurante. Não temos atrativos.

A ideia do Deputado e da Senadora Ana Amélia, quando se juntaram a esse processo, creio que era justamente trazer o desenvolvimento. Não o do contrabando, do descaminho; não pensar que lá vai só o muambeiro, o chibeiro, não! Mas que vão pessoas de bem com sua família, visitar a fronteira, visitar o outro lado e aproveitar para comprar e trazer um regalo, trazer um presente, trazer um artigo, um perfume para os seus. Essa é a ideia. E nós temos condições e dinheiro para isso.

Então, foi feito todo um trabalho. Uma coisa que já existe no Brasil. É novo? Não. Já existe no Brasil desde 1986 nos aeroportos. Então, nada mais o Deputado quis, e o Congresso concordou plenamente, que se estendesse a todos os brasileiros o mesmo direito, que não só o passageiro do transporte aéreo tivesse esse privilégio; que se estendesse a todo viajante, pois a lei tem de ser igual para todos. Quando a lei diz que "o viajante internacional", não se entende que o cara que vá à pé, mesmo fazer uma caminhada, seja um viajante? Entende-se.

O Deputado é um grande parceiro do Governo, Deputado petista, da Base, foi Presidente da Câmara, parceiro da Receita Federal e do Ministério da Fazenda. Mas ele só pediu que lembrasse e questionasse a ansiedade que está se tornando isso. Por quê? Uma coisa é prometer algo para alguém; outra coisa é prometer e cumprir. Outra coisa, vamos convir, não é porque é um ano eleitoral, mas vamos convir que estamos em um ano eleitoral. E aí nós vamos chegar na fronteira, o Deputado vai chegar na fronteira, e o pessoal vai questionar: "Deputado, era conversa mole o que o senhor prometeu aqui? E esse projeto vai virar lei?" "Já virou lei e já foi votado em 2012." "Mas já estamos em 2014. Está mais demorado que parto, mais de nove meses se passou e ainda não nasceu a criança."

Então, o Deputado Marco Maia está à disposição para discutir a regulamentação e entende que cidades gêmeas não podem ser um entrave. Não podemos ficar nos permeando em que é cidade gêmea e o que não é. A questão do plebiscito municipal, pode até vir em conta, mas não está previsto na lei, isso é algo que está vindo agora. Não existe... Nos aeroportos, ninguém perguntou se quiseram ou não quiseram. Foi colocado lá por uma decisão de Governo.

E fiscalização. Vamos ver. No momento em que existirem as lojas francas – e a Receita Federal vai fiscalizar, está lá no artigo da Constituição Federal que é prerrogativa –, vai aumentar muito mais a fiscalização, não só da loja franca, mas a fiscalização geral de fronteira. Vai ser um benefício para o País, Senadora. No momento em que o pessoal da aduana, os auditores e analistas que estão lá fiscalizando, não fiscalizarão só a loja franca, mas o todo, porque eles vão ter que olhar a pessoa, eles não sabem se ela comprou ou não comprou, vai aumentar e melhorar nossa fiscalização, que hoje é deficiente.

Hoje, tivemos um caso sério em Porto Soberbo, Senadora. E falando na fronteira, o Prefeito de Tiradentes até está em Brasília. Por quê? Porque foi fechado o posto da fronteira da Receita Federal em Porto Soberbo e em Porto Vera Cruz. Então, hoje não existe fiscalização, existe uma portaria do superintendente criando o comércio de subsistência, o comércio fronteiriço. Então, as pessoas que vão lá, inadvertidamente, que não são da

cidade, compram da Argentina e vêm para o Brasil estão perdendo suas mercadorias ao chegar em Santo Ângelo, porque não tiveram o momento para fazer a declaração da bagagem nem pagar o tributo lá na fronteira. O que nosso Superintendente, Paulo Paz, alega é justamente falta de pessoas. Não temos gente para fiscalizar.

Então, levando-se a loja franca, haverá o incremento da venda, o incremento do Município, vai haver rede hoteleira, vai atrair investimento e vai atrair, lógico, também, os olhos da Receita, vai haver mais fiscalização, vai fiscalizar outras coisas, como o agrotóxico, como o contrabando de entorpecentes e outras coisas muito mais... Vai beneficiar, será uma medida saneadora e beneficiadora.

Para encerrar, queria agradecer o convite da Senadora. Estamos à disposição. Somos parceiros para a regulamentação, se for preciso vamos buscar subsídios no Uruguai e aprender com eles, talvez, sobre o que eles fizeram para regulamentar. Um país deste tamanho e com funcionamento de lojas francas há mais de 30 anos. Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Sérgio.

Sua declaração me lembrou a lógica do bitrem: uma coisa puxa a outra. Então, de fato, nessa matéria, foram bem colocados também os aspectos políticos.

Quero agradecer também a presença do nosso competente e dedicado Senador Inácio Arruda, que é do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nossa fronteira é marítima.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A fronteira é marítima, é verdade.

O tema... Aliás, Sérgio, você falou sobre o empenho pessoal. Quando a lei entrou em vigor, aqui nesta Casa, vimos o caso do Senador Moka, pelo Mato Grosso do Sul, que, como o Rio Grande do Sul, tem fronteiras com dois países. Há outros Estados, como o Acre, que faz fronteira com dois países também, Bolívia e Peru. Há outros Estados também, na Amazônia, como Roraima, também com suas fronteiras com a Venezuela e Guiana, e assim sucessivamente. O Amapá, lembro-me do Senador Randolfe.

Quando a matéria chegou ao plenário – Senador Moka ajudou muito o debate sobre a aprovação – viu-se que praticamente a maior parte dos Estados... E aí o Senador Inácio Arruda também deu o Ceará como Estado de fronteira marítima, e tivemos o Ceará ajudando-nos a aprovar a lei. Então, a lei passou a ser um direito coletivo agora, dos brasileiros.

Para encerrar, convido o Deputado Frederico Antunes, que é o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Regulamentação da Lei dos Free Shops junto à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

O SR. FREDERICO ANTUNES – Boa tarde a todos. Cumprimento a Senadora Ana Amélia Lemos; o Dr. Luís Felipe; cumprimento o Sérgio, que representa o Deputado Marco Maia; cumprimento o Wesley, representando a Confederação Nacional dos Municípios; saúdo o Senador Moka, o Senador Arruda, Prefeitos, Vereadores, entidades e assessores que estão aqui conosco.

Digo, Senadora, que nós nos orgulhamos muito, nós do Rio Grande do Sul, de suas ações e atividades intensas, permanentes e oportunas e, de forma muito especial, suas atividades e seus olhos e atenções para nossa região de fronteira.

As regiões de fronteira estão, no *ranking* de prioridades, nos parece, colocadas nos últimos lugares da preferência das execuções das ações que beneficiem, principalmente, Senador Moka, a dignidade da população de fronteira.

Hoje, nós temos um êxodo acontecendo, gerado por falta de cuidados, falta de atenções. Nós pedimos que sejam não mais que o centro ou que o litoral, mas que sejam, no mínimo, semelhantes às atenções dadas e as ações rápidas que atingem as comunidades de outras regiões. E esta foi, Senadora, uma ação solicitada pelos cidadãos de fronteiras, interpretada pelo Deputado Marco Maia como importante e sustentada por V. Exª, Senadora, junto com o Senador Moka e o Senador Arruda, mesmo não sendo um Senador de fronteira. Mas, compreendendo esta necessidade humana da vivificação de uma faixa importante do nosso território, defendeu, com outros Senadores. E nós conseguimos fazer as alterações necessárias, em regime de urgência urgentíssima, num dia intenso de trabalho, e votarmos entre a Câmara e o Senado. E se tornou lei.

Isto foi suscitado, em 2010, pelo Gabinete de Segurança Institucional. Eu trouxe aqui inclusive o documento do Gabinete de Segurança Institucional quando ele manifestou que era fundamental criarmos para os Municípios de faixa de fronteira. E não estou falando especificamente do caso desse projeto que inteligentemente colocou cidades gêmeas, porque nós perderíamos definitivamente a possibilidade e o controle de o objeto desse projeto ser ele praticado. Imagine nós fazermos em faixa de fronteira que é 150 quilômetros.

Então, lá, no estudo de faixa de fronteira, com esse foco de notarmos o êxodo e a falta de vidas a serem mantidas na fronteira, dizia, como exemplo do Uruguai, que estava acontecendo o inverso do desejado. Não na época da criação dessa faixa de fronteira na Constituição, que era a época de guardar território por medo

de invasão de comunidades de outros países limítrofes, mas sim de preservarmos vidas onde elas nascem e termos essa condição.

Essa luta vem com indicações sociais, econômicas, de mais tempo e do próprio seio do Executivo nacional, e depois transformada e traduzida por esta lei pelos Deputados e Senadores. Agora, nós precisamos da prática dela. E nós ouvimos falar, Dr. Luís Felipe; o Dr. Ernani fez uma apresentação na Frente Nacional dos Prefeitos, um ano atrás. No final, o Deputado Marco Maia perguntou a ele: "Dr. Ernani, o senhor tem como nos dizer, porque esta é a pergunta para a qual todos querem ter resposta, quando ficará pronta a regulamentação?" O Dr. Ernani respondeu: "Eu quero afirmar, em nome da Receita Federal, que a regulamentação estará pronta até dezembro de 2013". E depois foi reafirmado isto.

Agora, nós estamos com essa situação apresentada pelo senhor, que vai precisar passar pelo Ministério da Fazenda, porque é uma portaria e tem que sair dele, para que essa regulamentação definitivamente possa ser praticada.

Nós esperávamos que, no início do ano, isto acontecesse. Para quem considera que o início do ano é depois do Carnaval, a gente está em tempo, ainda, de fazer isto. Agora, se continuar com algumas outras fases sendo colocadas após outras que já foram ditas como fase final, aí nós vamos ter definitivamente explicitado que existe uma rejeição às prioridades de fronteira, numa interpretação livre, democrática e real, porque não está sendo cumprido o mínimo – diferente das ações do litoral, diferente das ações do centro do País, principalmente num ano de Copa do Mundo.

Eu queria aqui chamar atenção, também, que nós queremos receber quem virá gastar o seu dinheiro no Brasil visitando a Copa do Mundo como recebem as cidades do centro do País. Nós não queremos, mais uma vez, ser corredores de passagem, como estamos sendo, cidadãos de fronteira e cidades de fronteira, onde o que recebemos é o lixo, é a sobra que as pessoas que passam pelas nossas fronteiras deixam ao retornar para suas casas, que não são na fronteira, são longe da fronteira, em busca de produtos com tributação menor.

É este o tema principal. As pessoas estão indo buscar produtos com tributação menor. E por que nós não podemos comprar, como disse o Senador Moka? Nós que vamos ao outro lado comprar e irrigar o comércio. Porque não são somente os *free shops* que ganham. Ganham todos aqueles que estão dentro do circuito, vamos chamar assim, os prestadores de serviço, os vendedores ambulantes, ou aqueles que estão vendendo um *souvenir* ou algo do gênero ou da tradição do Estado que está sendo visitado. Não só produtos importados serão comprados – os postos de combustível, hotéis, bares, similares, etc. e tal. Então, a Receita também deixa de arrecadar, o País deixa de arrecadar quando isso também demora a acontecer. Perde porque há uma evasão de divisas ao comprarem do outro lado e perde em não podermos irrigar a venda e a circulação aqui dentro. Então, nós também estamos dando um tiro no pé quando retardamos.

Voltando à Copa do Mundo, nós estamos querendo participar desse processo, Dr. Luís Felipe. Eu represento aqui as Assembleias Legislativas que se reuniram e resolveram colaborar na pressão política junto aos Deputados Federais e Senadores, para que esse assunto fosse definitivamente aprontado, fosse colocado em prática. E, por exemplo, no meu caso, que sou morador de Uruguaiana, sou cidadão de Uruguaiana, nós vamos ter dezenas de milhares de argentinos e chilenos passando pela nossa fronteira para ver jogar a Argentina em Porto Alegre, e não poderemos aproveitar agora. Virão os uruguaios ao Brasil e também não poderemos aproveitar.

E só foi dada celeridade aqui, solicitada pela Senadora Ana Amélia, que foi uma heroína, mais uma vez, em defesa dessa causa, porque ela queria que houvesse tempo para que fosse regulamentado e praticado e para que tivéssemos nós, em um calendário tão especial e quase impossível de se ver duas vezes como a Copa do Mundo, a possibilidade de estarmos com ele instalado. E foi-nos dito: vai estar. Será regulamentado até o mês de dezembro de 2013, e poderemos acelerar o processo.

Senadora, um dos pontos que me parece ser interessante é ser facultativo, e acho que isso já foi dito pelo Dr. Luís Felipe. Será encaminhada para os Municípios a possibilidade de implantarem ou não. Isto era o que nos deixava mais sestrosos, como dizemos lá, mais arredios, às vezes, à questão, se não fosse ela facultativa. Era a possibilidade de uma análise do comércio local dizer: olha, para nós, não é conveniente. Nós aqui não queremos. Nós achamos que aqui vamos sair perdendo.

Quando se implanta a possibilidade de legislar o Município sobre a matéria, nós estamos definitivamente ampliando o processo democrático da implantação de um sistema que pode ser bom para quem deseja e pode, não sendo, também não ser implantado para outros. Então, eu acho que esse é o fato que nos deixa mais, vamos dizer, tranquilos e seguros. O que nos deixa intranquilos, inseguros e preteridos é essa demora.

Então, eu pediria para encaminhar para o final essa manifestação primeira, Senadora. Que o Senado, a Comissão de Assuntos Econômicos, que sempre nos recebeu muito bem aqui, encaminhasse um ofício para o Ministério da Fazenda, se possível, narrando aquilo que foi um compromisso assumido, podendo colocar alguns argumentos que aqui já foram colocados com muita competência, muito melhores que os meus, mas

colocando a necessidade de querermos participar desse processo e tirar algum tipo de proveito e melhoria, aumento de dignidade neste período da Copa do Mundo agora.

E me parece que, daquilo que foi narrado, tudo é tranquilo. Há uma cota que está estabelecida em lei, que não é a mesma cota dos compradores estrangeiros, Senador Moka. Nós só temos a cota de US$300 porque foi solicitado pelo presidente paraguaio ao então Presidente Lula que aumentasse para esse valor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Era US$150.

O SR. FREDERICO ANTUNES – Era US$150. Eles continuam com US$150. Ou seja, o lindeiro – no nosso caso, Uruguai e Argentina; do senhor lá de Mato Grosso do Sul, Paraguai e Bolívia –, quando vier comprar, ele poderá comprar com cota de 150. Agora, esse é um tema para depois, nós queremos que ele compre 150 agora, depois ele vai querer comprar mais e vai fazer a pressão para aumentar o nível e nós vamos poder vender até 300. E temos que vender para nós mesmos, porque outro fato gerador de desigualdade é quando se diz que o cidadão que anda de avião pode ir para o outro lado e comprar produtos importados. E o que anda de moto? E o que anda de táxi? E o que anda de ônibus? E o que anda a pé? Ele não pode? Claro que pode, isso é uma igualdade, uma simetria que tem que ser colocada e, diga-se de passagem, o Senado e a Câmara votaram dessa forma.

A Confederação Mundial de Turismo, numa palestra em Foz do Iguaçu – e vou encerrar, Senadora – expôs uma pesquisa: 69% do turismo no mundo hoje é o turismo de compra, 69%. A globalização acelerou a possibilidade de comprar em outro lugar. As pessoas viajam para comprar e viajam para fazer religião, e viajam para fazer as duas coisas, e viajam para fazer passeio, e viajam a negócios, e Fortaleza, que é um lugar maravilhoso – diga-se de passagem –, um local hospitaleiro, atrai dessa forma também. Acho que boa parte da economia do Ceará provém do turismo. Então, por que vamos perder essa oportunidade? Nós da fronteira queremos participar, queremos estar definitivamente integrados na era da harmonização do desenvolvimento e da dignidade. E essa morosidade nos pretere, nós gostaríamos de pedir agilização dessa regulamentação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço a exposição do Deputado Frederico Antunes.

Já antecipo ao Dr. Luís Felipe, que aqui representa a Receita Federal, essa demanda, que passa a ser uma demanda da própria Subcomissão e da Comissão de Assuntos Econômicos.

Depois, faremos verbalmente esse encaminhamento da justa demanda endossada pelo Sérgio Castro, pelo Deputado também e pelo Wesley. Não seria diferente a posição da nossa Comissão, que tem na Vice-Presidência o combativo Senador Waldemir Moka, que fala muito porque vive a realidade numa cidade. Como ele disse, tem que sair de Campo Grande até a cidade mais próxima, depois atravessar para chegar e para ir comprar. Então, não há necessidade, o princípio da lei, Senador, foi exatamente esse.

E aqui está a empresária de uma empresa de mais de 80 anos, que está sobrevivendo graças à coragem, porque senão já teria... Ela trabalha com tecidos. Imaginem o que ela enfrenta – pois vem hoje tecido da Coreia, da China, da Índia, do Vietnã, da Tailândia e da Indonésia – para sobreviver na concorrência.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – Eles chegam lá na hora e dizem assim: "Olha, eu vou lá do lado de lá, porque do lado de lá é metade do preço do Brasil."

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Exatamente. Essa realidade foi a que levou o Deputado Marco Maia a receber a adesão e o apoio da Bancada gaúcha na Câmara e daqui do Senado a esse projeto. Então, o espírito, como simplificou o Senador Moka no projeto do Deputado Marco Maia, é exatamente este: é dar ao lado de cá a mesma possibilidade, desde que desejem as comunidades cidades gêmeas, de operar aquele dispositivo aduaneiro que existe do lado de lá. Isso seria apenas estabelecer um tratamento de justiça. Claro que, como disseram aqui – tanto o Deputado, o Sérgio não sei se mencionou, mas o Wesley – o Município terá voz para dizer: "Queremos implementar" ou "Não queremos implementar."

Então, acho que isso também é um sistema democrático, e o Prefeito Cláudio Martins pode depois falar.

Eu passo a palavra ao Senador Moka, porque é inscrito para questionar os expositores.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, Presidente; Wesley, que representa a Confederação Nacional dos Municípios, tenho só uma observação. Eu acho que a Confederação, neste momento, tem que focar. Se começarmos a querer discutir zona franca, não sei o quê, nós vamos nos perder. Nós temos um projeto e precisamos de foco nele, é a primeira coisa. Porque é claro que nós temos um monte de outras coisas, mas, neste momento... E vou lhe dizer uma coisa sem medo de errar: isso só foi aprovado, primeiro, porque a iniciativa era, nada mais, nada menos, do então Presidente da Câmara; segundo, porque nós temos aqui, graças a Deus, uma Senadora do calibre da Senadora Ana Amélia, que pegou isso – pegamos juntos – para aprovar. Por quê? Porque, aí, Luís Felipe, com todo o respeito, há uma pressão interna das lojas,

porque eles não querem isso. É evidente, aqui mesmo, a concorrência interna, o que é uma besteira, porque eles mesmos poderiam ir para lá. E isso é bobagem.

Agora, eu sou nascido na fronteira, criado ali. Eu não conheço de ouvir dizer, não; eu nasci na fronteira e conheço o que vocês puderem imaginar. É um absurdo, é desigual, é desleal com o nosso empresário, porque as pessoas saem de Campo Grande, andam mais de 300km para irem a Ponta Porã, que é uma cidade agradabilíssima, fazem tudo lá. Isso é lógico. Restaurante fatura lá diferentemente, nós temos bons hotéis, mas qual é o objetivo? Atravessar uma rua e comprar lá nas lojas. Por quê? Porque o preço é muito menor, porque o Paraguai, quando importa isso, não tributa. Ele só tem um tributo lá. Então, é muito desigual.

O que o Presidente Marco Maia fez é isto aqui: nós queremos que, na cidade gêmea, a cidade que está ali do lado, haja essas mesmas condições. É só isso. Agora, achar que vai todo mundo lá comprar, vai virar um não sei o quê, meu Deus, isso acontece. Vai a São Paulo, ou mesmo a Campo Grande, a quantidade de coisas, piratas, que são vendidas e tudo, meu Deus do céu!

Então, a preocupação, eu lhe garanto que, se colocado do jeito que você quer, eu acho que tudo bem. Vamos começar. Nós falamos na fronteira que "começo de cantiga é assobio". Sempre eu repito isso. Então, vamos colocar a primeira, e vamos ver como isso vai funcionar. Eu lhe garanto que isso vai funcionar muito bem e só vai trazer benefício para a região de fronteira.

Em relação à fronteira, no nosso caso, eu costumo dizer que nós precisamos colocar luz. Nós estamos agora, graças à Presidente Dilma, pavimentando de Sete Quedas até a última cidade. Está tudinho pavimentado. Estamos levando para lá, se Deus quiser, um centro de tecnologia de inovação e formação. A gente tem que levar para a nossa fronteira alternativas para os nossos jovens. Nós estamos perdendo a guerra para o chamado crime organizado. Isso vai gerar emprego, renda, o que é fundamental, porque é o lado social dessa questão, que é você colocar exatamente oportunidade na fronteira.

E a fronteira, ao contrário do que as pessoas dizem, não é onde termina o País, é onde começa, aonde homens e mulheres vão para guardar o nosso território. É assim que eu vejo. Portanto, Luís Felipe, Senadora Ana Amélia, eu acho que nós temos que pegar com garra, se for o caso. Ele colocou aqui que vão, a partir disso aqui, pedir o apoio da Confederação. Não vamos desfocar. É isso aqui, neste momento, é esse o projeto. Vamos juntos nisso aqui. E aí, vamos no Ministro da Fazenda. Vamos começar com isso? Vamos começar com isso.

Concordo com a lei municipal. Acho que é uma boa observação. É importante o prefeito enviar um projeto de lei para a Câmara, e os vereadores, que representam a população, vão debater e vão aprovar se querem ou não querem isso daí. No mais, Ana, nós temos que começar. Temos que começar isso, fazer com que isso aconteça. Nós temos Capitán Bado e Coronel Sapucaia, uma cidade pequenininha, que tem grandes problemas.

Eu tenho certeza de que muita gente que sai dali da fronteira, para você ter uma ideia, saem lá do Paraná, de São Paulo, para ir a Pedro Juan. São milhares e milhares. No Salto de Guairá, perto de Mundo Novo, é a mesma coisa. Nós precisamos dotar isso. Nos deem essa oportunidade, Receita, Ministério da Fazenda. Eu tenho certeza do que disse – aliás, foi muito feliz – o assessor do Presidente Marco Maia. É disso que nós precisamos.

Então, da minha parte, Senadora, eu não tenho pergunta. Eu gostaria de, juntos, somar com V. Exª, com Marco Maia, com o Senador Inácio. Vamos ao Ministro Guido Mantega. Vamos pegar o boi pelo chifre mesmo. Vamos lá, vamos fazer sair isso, vamos fazer sair a primeira. Nós estamos falando de quantas cidades? Cinquenta e poucas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Vinte e oito.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está vendo? Não é uma coisa assim. São poucas. Claro que, depois que começar, pode ser que tenha que ampliar. Mas, neste momento, nós estamos falando de 28 Municípios que terão outra realidade.

Muitíssimo obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Moka, a observação feita por V. Exª reflete uma realidade que é igual, não é diferente no Rio Grande do Sul. Há aproximadamente dez anos, quando o senhor ia à fronteira com o Uruguai, especialmente – porque foi o Uruguai que estabeleceu o regime de *free shops*, do ponto de vista que a gente costuma chamar –, o Uruguai tinha, nesta região da fronteira com o Rio Grande do Sul, uma defasagem de desenvolvimento econômico violenta. Mesmo cidades como Rivera, ou Artigas, ou Rio Branco. Rio Branco era um pequeno povoado abandonado – vamos usar a palavra – numa zona belíssima, com a bonita ponte Mauá, o Rio Jaguarão.

A cidade de Jaguarão tem um patrimônio arquitetônico preservado muito bonito. A prefeitura faz um trabalho interessante para preservar tudo isso. Criou pousadas. Essa cidade, Senador, a pequena Rio Branco, hoje fervilha. Fervilha! Os grandes restaurantes de outros empreendedores foram para Rio Branco, porque o turista é o turista de compras. A cidade é bonita. Ela ainda não descobriu. Ela é tão, digamos assim, inversamente colocada, porque ela está de costas para a parte mais bonita, que é o rio. Agora, os novos empreendedores

abriram a cidade para o rio, para o qual ela estava de costas. Todo o lixo, a parte feia estava na parte bonita da cidade de Rio Branco.

Os restaurantes são de primeira qualidade. As lojas francas que há em Rio Branco construíram lá prédios. É moderníssimo tudo: especialização em eletrônicos, em perfumaria, em roupas, em material esportivo. Cada dia que se vai lá – eu faço isso há oito, dez anos – é uma surpresa.

Santana do Livramento. O Sérgio falou da história dos hotéis. Santana do Livramento, também, em menos de dez anos, em seis ou oito anos, construiu um hotel cassino – eles ainda têm o adicional, porque eles têm jogo lá, cassino. Construíram um hotel cinco estrelas em Rivera. E o que acontece? Além do atrativo do *free shop*, há o cassino, e as pessoas se hospedam nesse hotel. Então, ele ganha triplamente: ganha o cassino, ganha o *free shop* e ganha o hotel. O hotel é, de fato, Senador Moka, um hotel cinco estrelas.

Uma empresa construiu um *shopping center* de 10 mil metros quadrados. Um *shopping center*, uma empresa construiu. O faturamento foi aqui revelado – não sei se foi pelo Wesley. A última vez em que lá estive, de US$1,2 bilhão, 60% estavam lá só na fronteira com o Rio Grande do Sul.

Como o senhor disse, Senador Moka, no caso da sua cidade lá, Pedro Juan Caballero, lá no Rio Grande do Sul vai gente do Paraná, de Santa Catarina. Quando há uma festa de casamento, o que é que acontece? Toda semana, ou a cada 15 dias ou a cada mês, desde um ano antes, o pessoal vai lá e compra a sua cota e abastece.

O Rio Grande do Sul, que é um produtor de espumantes da melhor qualidade, de vinhos de boa qualidade, também está perdendo. E poderia vender os nossos vinhos no nosso *free shop*, com uma isenção tributária, que seria uma vantagem adicional.

Penso que o resultado desta audiência, primeiro, prioridades um, dois e três: regulamentar o *free shop*. A demanda principal da audiência é regulamentar o *free shop*. A demanda de todos os expositores é focada nisso.

Então, nós vamos fazer uma correspondência, o Senador Moka também. Vamos firmar correspondência para o Ministro. Vamos ao Ministro, Senador Moka, pedir uma audiência, ou ao Secretário da Receita Federal, para que apenas ande o mais depressa possível isso. Porque não adianta prometer. Nós fizemos a nossa parte, nós fizemos a lei, e a lei foi sancionada pela Presidente da República. Então, agora, falta a execução, e a gente espera da Receita Federal, assim como teve o respeito de vir aqui, por meio do seu Subsecretário, com toda a fidalguia, com todo o respeito à Casa – porque não são as pessoas, é a Casa...

Eu queria agradecer ao senhor, de novo, por estar aqui. Se o senhor tiver alguma coisa...

Mas, antes, eu queria passar a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É muito rápido, porque a nossa fronteira é muito grande.

Primeiro, acho que a Receita cumpre esse papel dela de mais ou menos uma espécie de São Tomé: só vai vendo. Então, nós temos que demonstrar. E, para demonstrar, é preciso colocar em prática, não tem jeito. Acho que tem que centralizar nisso.

Quando nós começamos o Simples, nós enfrentamos esse problema

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Bem lembrado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – E a Receita cumpriu seu papel de batalhar até o fim, na ideia de que aquilo não daria certo, etc. e tal. E deu certo, deu muito certo. Resultou em várias versões que aprimoraram aquela política, que hoje é uma política do Governo Federal.

Outro aspecto que considero muito importante é que nós vamos ampliar os negócios. E um país que teve a capacidade de fazer, para poder manter empregos e aumentar a geração de empregos, uma ampla isenção fiscal, bilionária, de muitos bilhões, para empresas, inclusive, que remetem bilhões de lucros... Então, você imagina: só as montadoras, elas tiveram de isenção um valor quase igual ao que elas remeteram de lucro no ano anterior; e parte da isenção dos resultados terminou que também foi remetida para o exterior.

Então, se nós temos capacidade...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – E comprometeram, na isenção do IPI, a receita dos Municípios e dos Estados.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Claro, claro!

Então, se nós temos capacidade de realizar políticas que permitam às empresas permanecer em nosso território, fazendo amplas isenções fiscais, exonerações grandes, gigantescas... Acho que essa experiência, sinceramente... Quer dizer, vamos pagar para ver. O Felipe sabe disso, é um jovem consciente. É só colocar em prática. O resultado vai ser muito bom para nós.

Ontem, tive oportunidade de participar de uma reunião no Itamaraty, um diálogo que estão fazendo no Itamaraty sobre a política externa brasileira, muito interessante, e, já no finalzinho do dia, entrou o problema da fronteira. E duas questões foram ali colocadas, rapidamente: o comércio de fronteiras e a questão da formação

das populações que estão nas fronteiras, com a ideia de, quem sabe, a gente vir a fazer *campi* das universidades federais e dos estudos federais nas cidades de fronteiras, para garantir uma melhor qualidade de formação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Uma massa crítica.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... do nosso povo, e ainda atrai também os nossos vizinhos, o que não é ruim. Nós já temos a Unila, lá em Foz do Iguaçu. Se a gente começa a espalhar *campi* nas fronteiras brasileiras, vai ser algo extraordinário. Isso é que é fazer política boa de fronteira com os nossos vizinhos. Os nossos vizinhos vão gostar, e nós mais ainda. É isso que nós temos de fazer.

Eu tenho certeza que, na hora em que o Felipe colocar esse negócio em prática, ele vai dizer: "Puxa, vocês tinham razão. A Senadora tinha razão. Deu certo. Funcionou. Vai ser bom para o Brasil e vai ser bom para os nossos vizinhos. Não é bom só para nós. É bom para nós e bom para eles".

Acho que é assim que a política que nós... Quando debatemos isso aqui, o sentido era esse.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Nós vamos humanizar a Receita.

Acho que foram perfeitamente definidas as nossas prioridades.

Eu queria renovar os agradecimentos ao Dr. Luís Felipe de Barros Reche pela presença aqui.

Eu queria agradecer também ao Sérgio Castro, que representou aqui o Deputado Marco Maia, ao Wesley Rocha e ao Frederico Antunes.

Eu queria, Senadores, como o Prefeito de Jaguarão veio de muito longe, lá de Jaguarão, e até foi mencionado – fiquei muito feliz, porque o Dr. Luís Felipe mencionou – conceder a ele uns cinco minutos. Não é convencional, mas como esta é uma Subcomissão municipalista, penso que a democracia nos permite. E o Senador Moka faz sinal com a cabeça de que eu posso passar a palavra a S. Exª. Então eu queria ouvir algumas palavras do Prefeito Cláudio Martins, de Jaguarão.

O SR. CLÁUDIO MARTINS – Primeiro, quero agradecer à Senadora pela distinção, cumprimentar a distinta Mesa e, o mais rapidamente possível, dizer para o Senador Inácio que a BR-116 começa lá em Fortaleza e termina exatamente em Jaguarão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone*.) – Quatro mil...

O SR. CLÁUDIO MARTINS – E tantos quilômetros.

Primeiro, Luís Felipe, gostei muito da sua exposição. A gente sai daqui bastante esperançoso.

Atrevo-me a dizer que o conceito de cidade gêmea já existe tacitamente, porque nos processos nós temos elencadas as 28 cidades. E o Rio Grande do Sul talvez se empenhe mais nesse processo porque nós sentimos possivelmente numa dimensão maior o impacto da instalação dos *free shops* em Rio Branco.

E poderíamos dizer, de uma forma muito simplificada, que, quando se atravessa uma rua ou um rio partindo do último ponto urbano e no país vizinho existe, no seu primeiro ponto urbano, uma outra cidade, nós temos aí uma cidade gêmea de fronteira. Se a questão for criar conceito muito simplista, eu até deixo aqui essa proposta, pedagogicamente falando, na linguagem de professor, que é a minha profissão.

Há algumas questões que nós também precisamos reforçar, embora sem dizer algo muito diferente do que já foi dito. Acho que estamos muito bem representados nas falas aqui.

Primeiro, quero dizer que não se trata simplesmente de uma disputa ou de um contraponto ao que já existe no Uruguai, mas de um conjunto de fatores. Eu sou oriundo da condição de comerciário, trabalhei nisso por 14 anos, e vi o ápice e a derrocada literalmente do comércio, presenciei isso. Fui vítima do desemprego, no início da década de 90, de uma empresa que tinha 19 funcionários e, em questão de dois meses, ficou com três. Eu ainda fui um deles. Felizmente eu estava terminando a minha faculdade para migrar para o magistério, que é a minha profissão.

Como a Senadora Ana Amélia, com bastante propriedade, falou, a cidade de Rio Branco, por exemplo, que é cidade gêmea de Jaguarão, no período de instalação do *free shop*, nos últimos dez anos, cresceu 35%. Se nós analisarmos o nosso antepenúltimo censo e o último veremos que Jaguarão perdeu 15% da sua população. Esta é a relação que está posta: uma perda absurda de população e de perspectiva.

Eu tenho uma questão que acho importante colocarmos aqui, porque da mesma forma, Luís Felipe, que é oportuno nós dizermos que os Municípios têm que regulamentar, e é correto, não nos interessa estabelecer uma condição para os Municípios nesse processo de regulamentação, então não se trata de regulamentar por regulamentar onde se criem situações para grandes empresas ou grandes *shoppings*. Ou seja, é preciso criar uma perspectiva – e somente assim valerá de verdade essa luta – para que empresários de um modo geral, mas também os empresários locais possam disputar esse filão de mercado. Esse é um tema extremamente importante.

E, para não ser deselegante com o tema, quero novamente dizer que nós estamos felizes, sentindo-nos verdadeiramente representados. Se estamos numericamente aqui, sob o ponto de vista do gestor...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Quantitativo.

O SR. CLÁUDIO MARTINS – ... quantitativo, sub-representados estamos pelas agruras e pelas dificuldades do dia a dia. Vejam bem, não é fácil ir ao orçamento de Município pequeno, com extremas dificuldades no seu orçamento livre, e dispor de uma despesa entre passagens e diárias de três mil e poucos reais para o Prefeito estar aqui. Isso custa muito para o Município.

Então é importante que nós, que estamos engajados nessa luta, possamos ter respostas dentro daquilo que já tratamos.

E cumprimento a Receita Federal porque cumpriu a sua meta com o compromisso que assumiu conosco à razão de um ano atrás e nós, através dos nossos representantes, vamos pressionar o Governo Federal e o Ministério da Fazenda para que haja a regulamentação da lei.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, caro Prefeito Cláudio Martins.

Como o Sérgio Castro e o Deputado Frederico Antunes foram muito incisivos – eu diria que com palavras idênticas em relação a isso – e o Senador Moka deu o fecho para a questão da prioridade para o foco. Inclusive na recomendação à própria Comissão Nacional dos Municípios, penso que este foi o desfecho fundamental. E agora também se soma o Prefeito Cláudio Martins.

Eu queria renovar o agradecimento ao Dr. Luís Felipe e agradecer ao Sérgio, que representa aqui o Deputado Marco Maia, ao Wesley e ao Deputado Frederico Antunes, que veio de Porto Alegre especialmente para esta audiência. E ao Vice-Prefeito de São Borja, Jefferson Olea Homrich; ao Jeovane Weber Contreira, que é o Presidente da Câmara de Vereadores de São Borja, e à nossa Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, Maria Emma Lippolis, de Jaguarão.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 9 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE AGOSTO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos, do dia seis de agosto de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Durval, Roberto Requião, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, e das Senadoras, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, de 2005 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Paim. *Acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxade juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic).***TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, de 2007 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Valdir Raupp. *Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado.***TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, de 2007 – Não Terminativo –** *Altera dispositivos da Lei nº 10.820, de 2003, e da Lei nº 8.213, de 1991, para limitar em vinte por cento, da remuneração ou do benefício disponível, o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de* **Autoria:** Senador Paulo Paim *arrendamento mercantil a idosos que percebam até três salários mínimos, e dá outras providências.* **TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2007 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Paim. *Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2007 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Pedro Simon. *Acrescenta artigo à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências".* **Relatório:** Pela recomendação de Declaração de Prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº (s) 300, de 2005 e 641, de 2007; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº (s) 276, 345 e 565, todos de 2007, que tramitam em conjunto. **Relatoria**: Senador Cyro Miranda. **Resultado (em 06/08/2014):** Aprovado Parecer pela recomendação da Declaração de Prejudicialidade

dos Projetos de Lei do Senado nºs 300, de 2005 e 641, de 2007; e contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 276, 345 e 565, todos de 2007, que tramitam em conjunto. **ITEM 2 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Mário Couto. *Dispõe, na forma do que preceitua o Art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a fixação em R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), do valor do Salário Mínimo Nacional, a entrar em vigor no dia 01 de janeiro de 2014 e dá outras providências.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Inácio Arruda e outros. *Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo de longo prazo,estabelecendo os parâmetros de reajuste para o período de 2016 a 2019; altera a Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.***Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013, que tramita em conjunto.**Resultado (em 06/08/2014):** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2014, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo); e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013, que tramita em conjunto. **Relatoria**: Senador Paulo Paim. **EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 37, de 2014.** *Requeiro, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal informações ao Tribunal de Contas União, nos termos do art. 71, inciso VIII, da Constituição Federal, consoante o art. 1º, XVII, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,os arts. 1º, XXV, 264, IV e §§, e 265 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União e nos termos regimentais, solicita-se a essa Corte que responda à presente INFORMAÇÃO acerca da legalidade da retenção de valores a título de contribuições previdenciárias patronais, incluindo as alíquotas de Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) e de Risco Ambiental de Trabalho (RAT), bem como de contribuições devidas por lei a terceiros (definidas no art. 109 Instrução Normativa nº 971/2009, da Receita Federal do Brasil – RFB), em contratos administrativos firmados com entidades beneficentes alcançadas pela isenção prevista no art. 195, § 7º, da Constituição Federal, verbis: Art.1 9 5.... § 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei. No que tange à contribuição a terceiros, o art. 109-A da Instrução Normativa RFB nº 971/2009 anota, entre outras, a seguinte hipótese de não-incidência dessa espécie tributária: Art. 109-A. Não estão sujeitos à contribuição de que trata o art. 109 [contribuições devidas por lei a terceiros, p.ex.: Sistema S, FNDE, Incra etc.: ..... VIII – entidades beneficentes de assistência social certificadas na forma da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e que cumpram os requisitos legais. Em termos mais precisos, a presente consulta assenta-se nas seguintes indagações: 1) Em um contrato decorrente de licitação, firmado entre um ente público, sujeito à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e uma entidadebeneficente amparada pela isenção previdenciária definida no art.195, § 7º, da Constituição Federal, e nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, é regular a retenção, pelo ente contratante, de parcelas a título de contribuições evidenciarias patronais, incluindo as alíquotas de SAT e RAT, bem como das contribuições a terceiros versadas no art. 109 da Instrução Normativa RFB nº 971/2009,incluídas na composição de custos/preços que integrou o respectivo edital de licitação e/ou minuta de contrato?) Na hipótese em comento, é possível, sob o ponto de vista da regularidade do procedimento, repassar o valor desses itens à contratada? 3) Ainda na hipótese central da presente consulta, é legalmente possível à contratante, em substituição ao procedimento da retenção, reduzir unilateralmente o valor do contrato em proporção equivalente à provisão para as contribuições mencionadas na primeira questão, quando esses itens forem incluídos na composição de custos/preços que integrou o respectivo edital de licitação e/ou minuta de contrato? Esse tipo de glosa colide com o princípio da vinculação aos termos do edital? O móvel da presente consulta é a possibilidade, no âmbito da Administração Pública, de processos licitatórios regulares serem vencidos, eventualmente, por entidades enquadradas na situação retrodescrita. Em tese, esse tipo de contratação pode ocorrer quando os objetivos institucionais da licitante harmonizam-se com o objeto licitado (ex.: entidades voltadas à promoção de inclusão social de pessoas com deficiência que, no exercício desse mister,firmam contratos com entidades da Administração Pública, direta ou indireta, voltados à prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra mediante alocação profissional de pessoas deficientes – abstração feita à hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 24, inciso XX, da Lei 8.666, de 1993). Sob tais circunstâncias, a remuneração da entidade contratada geralmente ocorre por meio da cobrança de uma taxa de* **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia e outros *administração, cuja arrecadação deve ser aplicada integralmente no custeio e na promoção das suas atividades fins, enquanto entidade beneficente de assistência social,i.e., sem fins lucrativos. Na hipótese desta consulta, a eventual retenção contratual de parcelas a título de contribuições patronais para a seguridade social (previdenciárias,SAT/RAT e terceiros) parece traduzir-se em fonte ilegal de receita da contratante – que,em tese, não precisa repassar esses valores aos respectivos destinatários legais das contribuições –, além de gerar prejuízos reflexos aos objetivos constitucionais das políticas públicas de assistência social, insertos no art. 203 de nossa Lei Maior, na medida em que subtraem recursos que, em tese, seriam devidos às entidades regularmente reconhecidas como beneficentes. Cumpre anotar que, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 971/2009, esse tipo de retenção não é devida, verbis: Art.1 4 9 . N ã o s e a p l i c a o i n s t i t u t o d a r e t e n ç ã o :... III – à contratação de entidade beneficente de assistência social*

isenta de contribuições sociais; Anota-se que não se logrou sucesso na tentativa de encontrar, na base de dados de jurisprudência desse TCU, nenhum precedente versando precisamente sobre as indagações aqui apresentadas. Há acórdãos que tratam da possibilidade da inclusão de provisões para tributos, inclusive de natureza previdenciária, como itens de custo em planilhas para licitações nas hipóteses de contratação de entidades com imunidade ou isenção tributária. Todavia, os precedentes encontrados analisam apenas a legalidade da inclusão, ou não, desses itens nas planilhas de custo tão somente sob o ponto de vista do princípio da isonomia entre licitantes. Não enfrentam a legitimidade da retenção ou glosa dos respectivos valores pela Administração quando a contratada possui isenção ou imunidade tributária. Registre-se, neste ponto, que a demanda trata de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria inserta no universo de competências dessa nobre Corte de Contas: normas de execução

de contratos administrativos, fontes de receita de entidades públicas e eficiência de políticas públicas. Ademais, a Consulta indica precisamente o seu objeto, foi formulada articuladamente e a matéria atine ao plexo de competências desta Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, o que demonstra a sua pertinência temática. Dessa forma, estão atendidos os requisitos de admissibilidade da Consulta, conforme reza o art. 264 do Regimento Interno do TCU. **Resultado (em 06/08/2014):** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 38, de 2014. Autoria:** Senadora Ana Amélia e outros *Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre o sistema regulatório das pesquisas clínicas de produtos para a saúde, alimentos e cosméticos no país. Para tanto sugiro sejam convidados: – Representante da Anvisa; – Representante da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP); – Dra. Greyce Lousana – Presidente Executiva da Sociedade Brasileira de Profissionais em Pesquisa Clínica (SBPPC); – Dr. João Carlos Basilio – Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC); – Dr. Paulo Henrique Fraccaro – Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO); – Dr. Edmundo Klotz – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA).***Resultado (em 06/08/2014):** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 39, de 2014. Autoria:** Senador Paulo Paim. *Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais para debater o tema: "Licença Classista Remunerada", para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Roberto Kupski – Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate); 2. Pedro Armengol – Diretor Executivo e Coordenador do Setor Público da CUT; 3. Lineu Neves Mazano – Secretário do Servidor Público da UGT; 4. Luiz Azevedo – secretário-executivo da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; 5. Eva Maria Cella Dal Chiavon – Secretária Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; 6. Diogo de Sant´Ana – Secretário Executivo da Secretaria Geral da Presidência da República.* **Resultado (em 06/08/2014):** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 14 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 40, de 2014. Autoria:** Senador Paulo Davim. *Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais,discutir a respeito da Lei 9.478 de 1997, que Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, com relação à implementação da prática de autoatendimento nos postos de combustível no Brasil. A relação de nomes a serem convidados será encaminhada posteriormente.* **Resultado (em 06/08/2014):** Aprovado. Adiados os itens: ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, de 2010; ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2011; ITEM 5 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, de 2013; ITEM 6 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2013; ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, de 2013; ITEM 8 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2014; ITEM 9 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 2014 e ITEM 10 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2014. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Paulo Davim, Cyro Miranda a Senadora Ana Amélia, Lúcia Vânia e o Senador Waldemir Moka, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinco minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 885, de 2014, do Tribunal de Contas da União, que encaminha para ciência cópia de auditoria realizada no INSS com o objetivo de verificar a legalidade na concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria por idade e de aposentadoria por tempo de contribuição no Regime Geral de Previdência Social.

Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizeram necessárias.

Vamos passar para a nossa pauta. Já temos a presença, aqui, do Senador Paulo Paim, que é o Relator do item 2. O Senador Cyro Miranda, do item 1, já está se dirigindo a esta Comissão.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, de 2013
– Não terminativo -

Dispõe, na forma do que preceitua o Art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a fixação em R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), do valor do Salário Mínimo Nacional, a entrar em vigor no dia 01 de janeiro de 2014 e dá outras providências.
Autoria: Senador Mário Couto

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, de 2014
– Não terminativo -

Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo de longo prazo, estabelecendo os parâmetros de reajuste para o período de 2016 a 2019; altera a Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.
Autoria: Senador Inácio Arruda e outros
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013, que tramita em conjunto.
Observações:
– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.
– Votação simbólica.

A votação é simbólica e eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do seu relatório.

Senador Paulo Paim, antes porém, eu vou convidar a Senadora Vanessa Grazziotin para que assuma o comando dos trabalhos desta reunião.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Este não é terminativo aqui? Então dá para votar hoje.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Paim, faça a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin. Eu vou fazer a leitura do nosso relatório, dizendo que a intenção, tanto de V. Exª, Senadora Vanessa, que é a autora, é a primeira signatária, como do Senador Inácio Arruda e também do Senador Mário Couto é das melhores, para manter uma política de salário mínimo que está dando certo. O único problema é que o Senador Mário Couto coloca um valor que foge um pouco da realidade atual. Nós tivemos, com essa política que os senhores aqui apresentaram, e ele também reconhece, salário mínimo de US$60, e foi para US$350. O importante neste momento...

Por que eu tive que fazer um adaptação no substitutivo, valorizando mais o projeto de V. Exª e do Inácio Arruda, que estão mais de acordo com a realidade? Claro que eu gostaria de aumentar de R$724,00, como é hoje, para R$1.400,00. É praticamente um aumento de 100%. Mas como sei que isso é impossível e o projeto não andaria, eu optei então por caminhar na linha do projeto de V. Exª e do Senador Inácio Arruda, deixando aqui meus reconhecimentos à iniciativa também do Senador Mário Couto.

Deu entrada nesta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013, de autoria do Senador Mário Couto, que fixa o valor do salário mínimo em R$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), nos termos do art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal. Esse valor passaria a vigorar, de acordo com a proposição, a partir de 1º de janeiro de 2014.

Na CAS, o PLS nº 159, de 2013, recebeu parecer pela aprovação na forma de substitutivo, que se tornou a Emenda nº 1 – CAS. A referida emenda altera a Lei 12.382, de 2011, que estabelece a sistemática de valorização do salário mínimo até 2015, estendendo-se, a partir daqui, até 2021. Além disso, altera também a Lei 8.213, de 1991, que garantirá a todos os benefícios em manutenção do Regime Geral da Previdência Social o mesmo reajuste dado ao salário mínimo.

Em função da aprovação do Requerimento nº 206, de 2014, do Senador José Pimentel, a matéria passou a tramitar em conjunto com o PLS nº 31, de 2014, de autoria dos Senadores Vanessa Grazziotin e Inácio Arruda.

O PLS nº 31 altera a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, para garantir a continuidade da atual sistemática de reajuste do salário mínimo para o período de 2016 a 2019. A referida lei estabelece a vigência do mecanismo de reajuste apenas para 2015.

Após a aprovação da tramitação conjunta, a matéria foi encaminhada para esta Comissão para exame, devendo seguir ainda para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para análise em decisão terminativa. Então, aqui o projeto não é terminativo.

O salário mínimo é um instrumento de regulação do mercado de trabalho que visa, em última análise, garantir as condições básicas de vida para os trabalhadores e seus familiares. Nos últimos dez anos, observamos uma valorização expressiva do salário mínimo, perfazendo um aumento real do salário mínimo, com essa metodologia usada – e agora estendida até 2020, 2021 – da ordem de 70% no período, de acordo com os cálculos do próprio DIEESE.

Esse ganho foi resultado de uma política governamental de cunho distributivo que logrou reflexos também no chamado setor informal, mediante o chamando "efeito farol" exercido pelo salário mínimo, tido como referência para os preços dos serviços. Além disso, foram diretamente favorecidos cerca de quatro milhões de participantes do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre idosos e pessoas com deficiência, cujo valor do benefício auferido é de um salário mínimo.

De um modo geral, o aumento real do salário mínimo, juntamente com a extensão do alcance dos programas de transferência de renda, notadamente o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria, além da Previdência Rural, foram responsáveis por uma inusitada reversão do perfil distributivo de nosso País. O Brasil passou a vivenciar uma conjuntura de aumento do consumo das classes mais baixas, resultante, em última análise, de um novo e mais equânime padrão de distribuição de rendimentos.

Eu sempre defendi essa tese, Srª Presidenta, de que o salário mínimo, se fosse aumentado de forma decente, cumpriria esse papel. Nos Governos Lula e Dilma o salário mínimo, de fato, o cumpriu e por isso é importante manter a atual política salarial, nos termos que esse substitutivo contempla.

Assim, a política governamental de recuperação do poder de compra do salário mínimo, posta em prática pelo Governo nos últimos anos, tem dado mostra de eficácia e justeza. O aumento gradativo do valor real do salário mínimo tem feito com que o processo de incremento da renda das classes menos favorecidas não tenha causado grandes impactos na economia.

No entanto, entendemos que a iniciativa de se dar um aumento de quase 80%, passando de R$ 789,00 para R$ 1.400,00, como pretende o PLS nº 159, de 2013, pode vir a causar sérios distúrbios ao sistema econômico. Tendo em vista o papel de referência do preço do trabalho do salário mínimo, referência esta que perpassa todo o mercado, um aumento abrupto de tal monta poderia provocar uma desestabilização econômica e até criar um grande debate, que não seria frutífero em relação a uma política de salário mínimo que tem dado certo.

Cumprimento pela iniciativa o autor, no caso, Mário Couto, mas não dá para aceitar a proposta, embora seja simpática.

Antes, no intuito de que se dê prosseguimento ao processo redistributivo, nos parece mais adequada a continuidade da política de reajuste do Governo. Tive a alegria de participar do amplo debate, em viagem em todo o País. E aprovamos em plenário e agora é lei, cuja vigência está atualmente prevista para expirar em 2015. Por isso, o cuidado dos Senadores ao querer que essa política continue.

Assim, em nosso entendimento, a preservação da referida política seria, sem sobressalto nem atropelos, o ideal.

O Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Inácio Arruda, propõe justamente a continuidade da atual sistemática até 2019. A Lei nº12.382, de 23 de fevereiro de 2011, estabeleceu diretrizes para a política de valorização do salário mínimo, fixando esse critério até 2015, com base no índice de reajuste do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e a título do aumento real a variação do PIB dos dois anos antes.

Entendemos, assim, ser mais adequada a alteração da Lei nº 12.382, de 2011, na mesma forma proposta pelo PLS nº 31, de 2014, fazendo com que seus critérios de reajuste do salário mínimo estejam vigentes por mais quatro anos. Tal medida irá garantir a continuidade do processo redistributivo em curso, beneficiando

importantes segmentos sociais como o dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, beneficiários do BPS que ganham um salário mínimo. Aí há todo aquele ganho também da Previdência Rural.

Lembro-me de que tive uma conversa, Senadora Vanessa, com a Presidenta Dilma e ela disse que, enquanto estivesse aqui, manteria a política do salário mínimo. Por isso, penso que o projeto veio em boa hora, acreditando que a Presidente Dilma será reeleita. Consequentemente, não vejo problema nenhum na sanção dessa iniciativa, que está em sintonia com o que pensa a Presidenta, o Presidente Lula e esses Senadores que trabalharam na Comissão Mista naquela oportunidade – e fui relator da matéria na Comissão Mista.

Há de se destacar, no entanto, o fato de que um dos agrupamentos sociais que mais contribuíram com o crescimento econômico do País, não apenas no período recente, mas durante as últimas quatro ou cinco décadas, não tenha sido devidamente contemplado com os ganhos reais. Trata-se da categoria dos aposentados, aqueles que durante toda sua vida laboral, com o suor de seu rosto, construíram as bases para que o País pudesse, hoje, vir a desfrutar desse ambiente tão positivo, como mostra o quadro da elevação do salário mínimo.

De acordo com a legislação vigente, o mecanismo de fixação do salário mínimo e do Regime Geral da Previdência Social, nos casos de aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição, prevê o estabelecimento de um valor inicial de benefício baseado no salário médio de contribuição no período que vai de julho de 1994 até a data do requerimento de aposentadoria. Além disso, ficam excluídos 20% dos salários de contribuição de menor valor. A essa média aplica-se o fator previdenciário, que leva em conta três variáveis: a idade do segurado, a expectativa de sobrevida da população e o tempo de contribuição do segurado no momento da aposentadoria, que corta praticamente esse fator, que não está, claro, em debate – o fator nós já aprovamos e está na Câmara –, corta pela metade o salário do trabalhador.

Assim, o aposentado, que já tem o valor inicial do benefício minorado em função da fórmula em vigor do fator, tem sua situação agravada com a atual fórmula de reajuste de seus benefícios.

Desse modo, entendemos que o PLS nº 31, de 2014, tem o mérito de melhor se adequar aos objetivos da política de salário mínimo que tem dado certo pelo Governo da Presidenta Dilma.

Em nossa proposta, o reajuste para preservar o poder aquisitivo dos benefícios previdenciários de valores maiores do que o salário mínimo continua a corresponder à concessão da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) observada no ano anterior.

O aumento real, por seu turno, tem como base a variação do crescimento das remunerações dos empregados informadas na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (GFIP), assim é chamada, como também da própria contribuição da Previdência. Então, não há motivo nenhum para achar que não dá para controlar a forma por que vai se dar o crescimento da massa salarial.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2014, nos termos do substitutivo em anexo, e pela rejeição, mas elogiando o nobre Senador Mário Couto por seu projeto original, já que não dava para, neste substitutivo, contemplar um reajuste de 80%.

O voto é favorável e o substitutivo está nas mãos dos Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agradeço ao Senador Paim, que fez a leitura do seu relatório.

Como ele mesmo explanou, fez um substitutivo que aprimora o projeto apresentado, estabelecendo datas... O Senador Paim, como sempre, é muito atencioso e cuidadoso com as questões dos trabalhadores brasileiros.

O Senador Inácio e eu, como autores, com certeza, abraçamos e até agradecemos a forma como V. Exª contribuiu para aprimorar este projeto.

O procedimento que vamos adotar aqui na Comissão neste momento será o da leitura dos relatórios, porque não alcançamos ainda quórum para votação. Então, faremos a leitura dos relatórios e, se tivermos quórum, votaremos. Caso contrário, ficará para a próxima reunião, porque, às 10 horas, como está convocada, haverá sessão extraordinária do plenário.

Então, voltamos para o item 1 da pauta.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Davim.

Eu não abri a discussão, desculpe-me; eu não abri a discussão, desculpe-me.

Antes de passar ao próximo item, em discussão o relatório apresentado pelo Senador Paim.

A discussão não está encerrada. Continuaremos na próxima reunião.

Com a palavra, o Senador Davim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu quero só esclarecer para quem... Perguntaram-me aqui. Nós estamos só fazendo a leitura. Nós sabemos que não há assinatura no livro. Consequentemente – sabemos que às 10 horas vamos ter sessão –, os projetos não serão votados, mas podemos aproveitar para ler os relatórios e deixar a discussão em aberto, como já orientou bem V. Exª. É que me perguntaram aqui.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente. Se alcançarmos o quórum até às 10 horas, votaremos; senão, ficará para a próxima reunião.

Senador Davim com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Senadora Vanessa, eu subscrevi dois requerimentos: um de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e outro de iniciativa da Senadora Ana Amélia. E há outro de minha autoria, mas farei o requerimento verbalmente e, em seguida, encaminharei à Mesa. Eu gostaria de saber em que momento eu posso...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

Nós temos aqui relatores presentes. Nenhum desses projetos foram lidos ainda; nenhum relatório. Nós não vamos nem nomear relator *ad hoc*, porque não há sentido se não há quórum para votação.

Então, estão presentes até o momento: o Senador Cyro Miranda, que relata o item 1; o Senador Paim, que relata o item 7 e poderá fazer a leitura; V. Exª, que relata, Senador Davim, o item 10. Então, nós faremos a leitura desses relatórios todos e passaremos a ler, da mesma forma, não deliberando – vamos apenas ler –, os requerimentos para posterior deliberação.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu tenho dúvida se este já foi lido. (*Pausa.*)

Este item já foi lido, foi retirado de pauta, e voltou hoje.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A Mesa verificará, porque é o último item. Então eu passo...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Não foi lido? Então, tudo bem. Eu posso ler.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito. Então, podemos seguir dessa forma?

Eu passo a palavra para a leitura do relatório do item 1.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, de 2005
– Não terminativo -

Acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic).
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Cyro Miranda.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, de 2007
– Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado.
Autoria: Senador Valdir Raupp

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, de 2007
– Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 10.820, de 2003, e da Lei nº 8.213, de 1991, para limitar em vinte por cento, da remuneração ou do benefício disponível, o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos que percebam até três salários mínimos, e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2007
– Não terminativo -

Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa.
Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2007
– Não terminativo -

Acrescenta artigo à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências".
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela recomendação de Declaração de Prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº (s) 300, de 2005 e 641, de 2007; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº (s) 276, 345 e 565, todos de 2007, que tramitam em conjunto.
Observações:
– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.
– Votação simbólica.

Estão apensados a este o Projeto nº 276, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp; outro do Senador Paim, que é o Projeto nº 345, de 2007; o Projeto nº 565, de 2007, também do Senador Paim; e o Projeto de Lei nº 641, de autoria do Senador Pedro Simon.

Então, eu passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Meu bom dia à Presidenta, meu bom dia aos Srs. Senadores. Ao nobre autor, Paulo Paim, meus respeitos de sempre.

O PLS nº 300, de 2005, do Senador Paulo Paim, que está sendo apensado a outros, determina que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha a aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social, incluindo a taxa de abertura de crédito, não exceda em cinco pontos percentuais ao ano a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Taxa Selic) ou a taxa que vier a substituí-la.

O projeto exclui do limite de cinco pontos percentuais sobre essa taxa básica da economia os acréscimos tributários, os juros de mora e os custos associados à recuperação de crédito.

O autor justifica a proposição assinalando que os juros cobrados ainda são elevados, apesar da tendência de queda dos últimos anos, e que, dada a estrutura de mercado do sistema financeiro brasileiro, caberia às instituições reguladoras coibir os abusos praticados. Dessa forma, na ausência de limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional, resta ao Parlamento limitar os juros, tendo em vista o baixo risco de crédito dos aposentados.

Eu vou a análise, Srª Presidente, porque eu acho que pode ser mais explicativa.

Como a matéria foi distribuída apenas para a CAS e a CAE, analisamos, também, os seus aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais. Ainda que os aspectos econômicos e financeiros sejam abordados regimentalmente na CAE, não poderemos nos furtar, em nossa análise no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, a versar sobre as questões econômico-financeiras, de modo a aquilatar as consequências sociais da eventual aprovação, isolada ou em conjunto, dessas proposições.

Entendemos que não há óbices constitucionais aos projetos de lei, pois o art. 48 da Constituição Federal, notadamente em seu inciso XIII, estabelece que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República...

Quanto à juridicidade e técnica legislativa, adota-se a espécie normativa adequada, ou seja, projeto de lei ordinária. Como a espécie legislativa foi objeto de dúvida durante a tramitação do PLS nº 300, de 2005, avaliamos que não se trata de matéria relativa à estrutura do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 192 da Lei Maior, que exigiria lei complementar. Ademais, pela própria incidência de seus dispositivos, é fácil constatar que se trata de projetos de lei que alteram o ordenamento jurídico na esfera das leis ordinárias.

Lembramos, em relação à Lei nº 4.595, de 1964, que o Supremo Tribunal Federal tem o entendimento de que apenas os seus dispositivos que se referem à estrutura do Sistema Financeiro Nacional são recepcionados como complementares pela Constituição Federal. Nesta linha, pode ser citado trecho do acórdão do STF no julgamento da ADIN nº 449, em 29 de agosto de 1996, que teve como relator o Ministro Carlos Velloso:

As normas da Lei nº 4.595, de 1964, que dizem respeito ao pessoal do Banco Central do Brasil, foram recebidas pela CF/88 como normas ordinárias e não como lei complementar.

Portanto, os projetos em análise não apresentam óbices de natureza constitucional, jurídica ou regulamentar, com duas exceções: a primeira diz respeito a dispositivos do PLS nº 345, de 2007, que vinculam o salário mínimo para determinados fins, o que é vedado pelo art. 7º.

Em 17 de setembro de 2003, o Presidente da República editou a Medida Provisória nº 130, dispondo sobre as operações de crédito em consignação. A Medida Provisória foi convertida em lei, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, beneficiando especialmente os trabalhadores sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na medida em que essa modalidade de operação de crédito permite o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de *leasing* na folha de pagamento dos empregados.

As operações de crédito consignado preexistiam à medida provisória, mas eram restritas a funcionários públicos. Os bancos realizavam empréstimos similares aos consignados aos trabalhadores da iniciativa privada, usando uma engenharia complexa, usando um sistema pelo qual os salários eram depositados em contas correntes da instituição financeira credora, que, assim, descontava o valor das prestações na data do recebimento do salário. A extensão da modalidade de consignação aos empregados do setor privado tornou desnecessária essa circunvolução operacional.

A Lei nº 10.820 estabelece que os empregados regidos pela CLT poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos.

Assim, a medida ampliou o mercado, pois assegurou a possibilidade de celebração de acordos entre instituições financeiras e empresas, com o estabelecimento de parâmetros financeiros e condições gerais aplicáveis aos empregados, permitindo reduzir riscos e custos administrativos das operações.

Tendo em vista a evolução da legislação pertinente à matéria, passa-se à análise dos processos em exame nesta Comissão.

O PLS nº 300, de 2005, limita a taxa de juros a cinco pontos percentuais acima da taxa básica.

Conforme o art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, nos termos da redação dada pela Lei nº 10.953, de 2004, os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social podem autorizar o INSS a proceder aos descontos em folha de pagamento e, de forma irrevogável e irretratável, também as instituições financeiras na qual recebam seus benefícios a reter, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil por elas concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.

Quanto ao mérito, é de se notar que a proposição inspirou e abriu caminho para as providências que, posteriormente, e com base na própria Lei nº 10.820, o Poder Executivo veio a tomar a partir de 2005 para regular as taxas de juros dos empréstimos em consignação para os aposentados do INSS. O Conselho Nacional da Previdência Social (CNSP) e o INSS vêm, desde então, estabelecendo limites e condições nas operações de empréstimo consignados aos aposentados do INSS, especialmente prevendo teto de juros, de modo a garantir aos seus beneficiários efetiva redução no custo dos empréstimos tendo em vista a solidez da garantia oferecida.

Assim, o PLS nº 300, de 2005, de autoria do insigne Senador Paulo Paim, de modo percuciente e pioneiro, apontou caminhos e se adiantou à regulamentação que viria, posteriormente, a ser adotada pelo Poder Executivo.

Atualmente, o limite de juros nas operações de crédito pessoal consignado para os beneficiário do INSS – de 2,14% a.m., que equivale à taxa de juros anual de 28,9% – está na Resolução do Conselho Nacional de Previdência Social nº 1.320, de 22 de maio de 2012.

O modelo vigente, portanto, além de disciplinar o mercado de crédito pessoal consignado para os beneficiários do INSS nos moldes pretendidos pelo PLS nº 300, tem a vantagem de oferecer maior agilidade às autoridades incumbidas da regulamentação, o que, por sua vez, permite maior adaptabilidade às condições de mercado. A rapidez com que variam as condições do mercado financeiro torna a regulamentação pela via infralegal mais adequada e eficiente. A disciplina pela via legal – dado o próprio tempo mais largo que demanda o processo legislativo – pode não ser a forma mais adequada ao acompanhamento da volatilidade dos parâmetros do mercado financeiro.

Dessa forma, não há discordância quanto ao mérito da proposta. Pelo contrário, o seu objetivo vem sendo cumprido na atual configuração jurídica que disciplina a matéria.

Concluímos, desse modo, pela prejudicialidade do PLS nº 300, de 2005, vez que seu objetivo foi cumprido pela edição de normas infralegais posteriores aqui citadas, todas em obediência ao que dispõe a lei de regência.

Então, dessa maneira e pelo exposto, Srª Presidente e senhor autor, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2005, e de nº 641, de 2007, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 276, nº 345 e nº 565, de 2007.

Esse é o voto, Srª Presidente e senhor autor. A intenção foi a melhor, mas já estava contemplado diante desse relatório que acabei de ler.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cumprimentando o Relator da matéria, colocamos em discussão, sem, obviamente, encerrá-la. Em discussão neste momento, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu quero apenas cumprimentar o Relator, o Senador Cyro Miranda, que, como sempre, faz uma série de ponderações. Valorizou o projeto que eu apresentei, mas, depois, disse que, no andar da carruagem, ele está sendo aplicado já no dia a dia via normas do próprio Governo. Ele reconhece a importância da iniciativa, mas entende que agora está prejudicada porque, na prática, já foi aplicado o princípio da minha intenção, que era sempre na linha de proteger o aposentado e o pensionista.

Eu, como autor, também acompanho o parecer brilhante do nosso Relator e o agradeço pelas considerações em relação ao nosso trabalho.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Senador Paim, o que muitas vezes acontece nesta Casa é a demora. Quando V. Exª propôs esse projeto, não havia ainda essas outras medidas; vem desde 2005. Mas veja quanto tempo isso fica tramitando. A gente então gasta um tempo tremendo quando isso poderia ter sido resolvido na época da sua proposição.

Mas eu o parabenizo, como sempre, pela sua atenção aos aposentados. Eu acho que V. Exª é o maior, o grande defensor deles nesta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Fica a discussão suspensa para continuar numa próxima reunião.

Conforme o acertado, passamos para o item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, de 2013
– Terminativo -

Dá nova redação ao caput do Art. 1º e § 2º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, a fim de permitir que a concessão do benefício de seguro-desemprego, a catadores de caranguejos e mariscos, devidamente registrados nas colônias de pesca de suas regiões, e dá outras providências.

Autoria: Senador Mário Couto

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2013, e da Emenda que apresenta.

Observações:

– Em 13.03.2014, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer favorável ao Projeto.

– Votação nominal.

Esse projeto é terminativo.

Portanto, será feita a leitura e somente o início da discussão, que continuará na próxima reunião.

Com a palavra, o Relator, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, primeiro, quero dizer que, no projeto anterior, sobre o salário mínimo, por haver ali um desencontro no valor inicial, eu tive que rejeitar o projeto do Senador Mário Couto, mas reconheço o mérito da iniciativa, e aprovar o projeto de V. Exª, que orientava, e orienta, na linha de manter a atual política salarial.

Então, é com satisfação que relato este projeto, também do Senador Mário Couto, que me procurou para que eu fosse Relator. E eu estou dando parecer favorável. O Mário Couto está ouvindo aí. Note que eu estou fazendo um equilíbrio, aqui, grande.

Vamos direto à análise do projeto, da bela iniciativa do Senador Mário Couto.

Eu entro na análise.

Esta Comissão de Assuntos Sociais possui competência para apreciação de proposições referentes a relações de trabalho e seguridade social, nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal. Sendo o benefício do seguro desemprego associado a esses dois temas, entendo que é adequada, regimentalmente, a distribuição da matéria para análise desta Comissão.

A matéria se encontra entre aquelas de competência do Congresso, nos termos do art. 22, XXIII, e 48 da Constituição Federal. Não há, portanto, impedimentos constitucionais e regimentais a considerar.

Como bem ressaltado pelo Senador Benedito de Lira, que relatou a proposta na CRA, a concessão do seguro-desemprego para os catadores de caranguejo e mariscos possui os mesmos fundamentos que justificaram a concessão dos benefícios aos pescadores artesanais.

A concessão do benefício, de maneira similar ao que ocorre com os pescadores, busca proteger o meio ambiente, as reservas naturais de caranguejos e mariscos, a própria atividade extrativista e a subsistência do catador e de sua família. É preciso deixar registrado, ainda, que os catadores de caranguejo e de mariscos, nor-

malmente, não usufruem de renda similar àquela auferida pelos pescadores. Necessitam, pelos parcos rendimentos auferidos e pelas condições muitas vezes insalubres de trabalho, de uma atenção especial do Estado.

Merecem, de qualquer forma, um tratamento isonômico e uma base mínima de renda, capaz de impedir que, durante o defeso – ontem estava no plenário um projeto de nossa autoria sobre a questão do defeso –, fiquem entregues à própria sorte. O benefício deve ser concedido, mormente porque a suspensão temporária da atividade ocorre em benefício de toda a sociedade, que deve financiar a preservação da natureza.

Em princípio, entretanto, os catadores de caranguejo e outros profissionais associados à pesca possuem esse direito por definição. A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, define a pesca, no inciso III do art. 2º, como "toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros". Como o próprio Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) reconhece, ao vetar matérias anteriores sobre o mesmo tema, não há impedimentos à concessão do benefício aos profissionais mencionados ou outros que trabalhem associados a esse ramo de exploração econômica.

A verdade, no entanto, é que a fruição desse direito vem sendo frustrada, talvez em razão da elevada informalidade dessa atividade e de eventuais exigências burocráticas no momento da inscrição desses profissionais nas colônias de pescadores. A Resolução do Codefat nº 657, de 16 de dezembro de 2010, em seu art. 2º, estabelece numerosas exigências, que são de difícil preenchimento.

Uma das exigências refere-se a notas fiscais. É muito improvável que o catador de caranguejo tenha documentos fiscais de venda de seus produtos, a menos que a coleta tenha sido substancial e o produto tenha sido repassado para intermediários ou para industrialização. Por fim, recolher o INSS, mensalmente, outro elemento de prova, para "substituir" as notas fiscais seria oneroso para esses pequenos coletores.

Portanto, exigir emissão de nota fiscal de catadores de caranguejo, que vendem seu produto, muitas vezes, para pequenos bares e restaurantes semi-informais e mesmo nas ruas, nas vias, parece-nos um exagero. Um simples recibo poderia substituir essa exigência. É preciso, realmente, deixar de usar os direitos sociais como elemento auxiliar de arrecadação tributária, fazendo recair sobre trabalhadores pobres parte dos custos burocráticos.

Atentos às vicissitudes enfrentadas pelos trabalhadores da pesca, que possuem o direito ao seguro-desemprego durante o defeso, mas não conseguem usufruí-lo, estamos apresentando uma emenda para facilitar a comprovação do exercício da atividade.

Pelos motivos expostos, votamos pela aprovação do projeto do Senador Mário Couto, Projeto nº 491, de 2013, com a seguinte emenda – leio a emenda, rapidamente.

> EMENDA Nº – CAS
> Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2013, o seguinte art. 3º, renumerando-se como 4º o atual art. 3º, com a seguinte redação:
> "Art. 3º A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:
> 'Art. 2º-A. Os catadores de caranguejo e mariscos e outros profissionais da exploração pesqueira, categoria artesanal, que não sejam classificados como pescadores em sentido estrito, poderão comprovar a sua atividade, para fins de recebimento do seguro-desemprego durante o defeso, mediante declarações de associações, cooperativas ou colônias por eles organizadas.
> Parágrafo único. Os trabalhadores de que trata o caput deste artigo, ficam dispensados da apresentação de notas fiscais, que poderão ser substituídas por recibos de venda de produtos, subscritos por comerciantes estabelecidos na localidade em que esses trabalhadores artesanais exercem sua atividade.'"

É o parecer, favorável ao projeto do Senador Mário Couto.

Esperamos a votação em momento adequado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Paim.

À Mesa é comunicado que nós já atingimos quórum exatamente para os não terminativos, porque, para os terminativos, temos que fazer votação nominal, e a maioria é com votação nominal. Então, antes de continuarmos aquele procedimento, vamos aos procedimentos normais.

Já foi lido o item nº 1, o projeto de lei. O Relator é o Senador Cyro Miranda. É um projeto que, pela...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Prejudicialidade.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... prejudicialidade, recomenda-se a declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei nº 300, de 2005, e nº 641, de 2007; e rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 276, nº 345, nº 565, todos de 2007, que tramitam em conjunto.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Em votação.

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, recomendando a declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 300, de 2005, e nº 641, de 2007; e contrário aos Projetos de Lei do Senado nº 276, nº 345 e nº 565, todos de 2007, que tramitam em conjunto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Item nº 2 da pauta, cujo relatório já foi lido, a discussão iniciada e suspensa. Então, volto ao Projeto de Lei nº 31, de 2014, na forma do substitutivo apresentado pelo Relator, Senador Paulo Paim, que tramita em conjunto, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013, que tramita em conjunto. É um projeto sobre o salário mínimo, valorização.

Dando sequência aos debates, em discussão. Reaberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2014, na forma da Emenda nº 1 – CAE, Substitutivo, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2013, que tramita em conjunto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Eram apenas esses dois Projetos de Lei não terminativos que nós tínhamos.

Então, eu vou passar à leitura dos requerimentos, porque o procedimento aqui...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Já aprove. Já aprove.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Do procedimento aqui, não estou lembrada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aprove, já aprove.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Ler e aprovar?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Isso, isso, ler e aprovar.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Aqui, porque há Comissões em que a gente lê.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Na CAE é ler e aprovar.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, os membros da Comissão me socorram.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aqui é menos burocrático.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Requerimento. Item extrapauta. Requerimento da Senadora Lúcia Vânia, subscrito pelo Senador Paulo Davim.

Requer informações do Tribunal de Contas da União acerca da legalidade da retenção dos valores, a título de contribuições previdenciárias patronais, incluindo as alíquotas de seguro de acidente do trabalho e de risco ambiental do trabalho, bem como as contribuições devidas por lei a terceiros, em contratos administrativos firmados com entidades beneficentes alcançadas pela isenção prevista no art. 195, § 7º, da Constituição Federal.

A Senadora não está. Senador Paulo Davim, gostaria de encaminhar o requerimento?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, a Senadora Lúcia Vânia, não se encontrando na Casa, pediu-me para subscrever esse requerimento. Ao apreciá-lo, compreendi que é de grande importância. Eu acho que essa audiência pública vai ser importante. Ela está solicitando informações ao Tribunal de Contas, que esclarecerá algumas dúvidas que pairam sobre o desconto desses recursos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento de 2014, também extrapauta, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre o sistema regulatório das pesquisas clínicas de produtos para a saúde, alimentos e cosméticos no País. Para tanto, sugere sejam convidados: representante da Anvisa; representante da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep); Drª Greyce Lousana, Presidente-Executiva da Sociedade Brasileira de Profissionais em Pesquisa Clínica (SBPPC); Dr. João Carlos Basilio, da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos; Dr. Henrique Fraccaro, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios; e Dr. Edmundo Klotz, da Associação Brasileira de Indústrias da Alimentação.

Então, são seis convidados, exatamente o número que esta Comissão deliberou informalmente, mas a que todos obedecem para as audiências públicas.

Eu passo a palavra, para o encaminhamento, à autora do requerimento, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Cara Senadora Vanessa Grazziotin, nossa Vice-Presidente, que está presidindo esta reunião especial, eu imagino que o nosso Presidente está participando, na CNA, do debate com os presidenciáveis. Então, quero apenas explicar que o nosso combativo Senador Moka está sempre nos acompanhando e a Senadora Vanessa cumpre uma missão importante agora, nossa Vice-Presidente, aos caros colegas Senadores.

Senadora Vanessa, aqui, na Casa, e V. Exª certamente sabe que a Câmara também tinha esse mesmo rito, quando fazemos um trabalho que tem repercussão e resultados, em seguida, todos os setores que são análogos ou que vivem o mesmo drama nos procuram para também entrar na solução do problema.

Nós fizemos aqui, nesta Comissão de Assuntos Sociais, um trabalho de enorme relevância para a questão relacionada à melhoria da qualidade de vida dos pacientes portadores de doenças graves e até em situação terminal. É a questão da licença ou do registro para novos medicamentos, a chamada pesquisa clínica.

O Brasil estava muito atrasado – está atrasado ainda – nesses procedimentos. É um ano, um ano e meio para uma liberação. E aqui está o nosso querido Senador Paulo Davim, que é médico e conhece melhor do que eu até esse tema.

O que acontece? A demora no registro do medicamento impõe um sacrifício à pessoa que poderia estar sendo cobaia desse medicamento e melhorando a sua qualidade de vida com essa doença, minimizando e mitigando os efeitos graves da enfermidade.

Além do mais, nós perdemos espaço na inovação tecnológica, na pesquisa clínica, na própria indústria de medicamentos e no desenvolvimento de modernas técnicas médicas na terapêutica.

Então, como o resultado foi muito importante, a Anvisa está abrindo uma consulta pública, Senador Paulo Davim, para reduzir para 30 dias o registro no âmbito da Anvisa, mas como não somos um país simplificador, mas complicador, não é só a Anvisa, mas a Conep, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, todos entram nesse processo.

Como aconteceu esse trabalho, a Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo, através de um cardiologista colega do Senador Paulo Davim, cardiologista que é, o Vereador Paulo Frange, realizou, no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, um amplo debate com as partes envolvidas para pesquisas clínicas também. Veja, a Câmara de Vereadores de São Paulo, fez um trabalho relevante. Estive em visita a um vereador a convite dele e ouvi lá as pesquisadoras, uma das quais está aqui, a Drª Greyce Lousana, que é Presidente Executiva da Sociedade Brasileira de Profissionais em Pesquisa Clínica. Ela está angustiada por conta da demora nesses avanços.

Essa audiência decorre, portanto, dessa demanda reprimida num setor, o da área da pesquisa clínica voltada aos medicamentos, o que já está resolvido pela ação da Comissão de Assuntos Sociais, a nossa audiência, cara Presidente. Agora, eles incluem outras agendas, como a questão relacionada a produtos para a saúde, alimentos e cosméticos. Então, nós entramos numa outra área, porque esses produtos terão impacto sobre a saúde.

Eu fico muito grata. Essa é a razão de estarmos aqui. Eu achei que era relevante dar um histórico, por que estamos pedindo uma audiência pública nessa matéria.

Agradeço muito à Presidência e também, pelo apoio, aos caros colegas Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cumprimentando a Senadora Ana Amélia e destacando que concordo plenamente com o que ela expôs, eu, que sou da área...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Da área. Eu sei.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Continua em discussão.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, eu, naturalmente, cumprimento a Senadora Ana Amélia pela iniciativa.

Estão me chamando para votar na CCJ. Eu tenho um requerimento de minha autoria. Se nós pudermos votar o dela e, em seguida, o meu...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sim, sim.

Então, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento apresentado pela Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Davim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu tenho que votar agora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O Senador Paim tem que votar correndo. Pode apresentar?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Claro.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu só pedi agilidade porque...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, mas é agora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito. O de ambos. Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O meu requerimento é só para discutir a licença classista remunerada, que é do movimento sindical, uma polêmica enorme, e eu listo aqui seis convidados. Esse é o requerimento. Se puder colocar em votação.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno, solicita-se uma audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a licença classista remunerada. E aqui estão seis convidados nominados.

Em discussão o requerimento de autoria do Senador Paim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Quem concorda, permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Davim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado, obrigado, obrigado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, serei breve. Eu estou solicitando verbalmente a V. Exª e a esta Comissão uma audiência pública para que possamos promover uma discussão sobre a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre uma fiscalização de atividade relativa ao abastecimento nacional de combustível. O objetivo principal dessa audiência pública é discutirmos essa questão de autoatendimento nos postos de gasolina, algo que, no mundo inteiro, já se pratica,a implantação, a implementação dessa prática no Brasil. Eu me lembro de que, quando foram implantados caixas nos bancos, caixas de autoatendimento, isso gerou uma polêmica terrível, e hoje em dia trouxe muito benefício e agilidade no atendimento à sociedade. Da mesma forma, nós queremos discutir esse assunto.

Por isso eu estou solicitando a aprovação desse requerimento e, oportunamente, o mais breve possível, encaminharei, oficializarei o requerimento, assim como os nomes dos convidados.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente, Senador Davim. Aqui tem sido a prática desta Comissão aceitar os requerimentos apresentados verbalmente, mas alerto V. Exª para o fato de que deve chegar hoje ainda.

Então, em discussão o requerimento do Senador Davim para debater a Lei nº 9.471. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Não havendo votos contrários, está aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, nós agradecemos a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores e encerramos a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 05 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos, do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Fleury, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Douglas Cintra e das Senadoras, Angela Portela, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 418, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Paim. *Dispõe sobre a concessão de visto, a repatriação de marítimos empregados a bordo de navio de turismo estrangeiro que opere em águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.* **Relatório:** Pela provação do Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. **Relatoria**: Senador Vital do Rêgo. **Resultado:** Retirado de Pauta a pe-

dido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. *Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.* **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2014. **Relatoria**: Senador Cyro Miranda. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2014. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. **ITEM 3 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, de 2011 – Terminativo – Autoria do Projeto:** Senador Blairo Maggi. **Ementa do Projeto:** *Altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta.***Relatório:** Pronto para deliberação. **Relatoria do Projeto**: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, de 2010 – Terminativo – Autoria:** Senador Marcelo Crivella. *Dispõe sobre o direito de férias proporcionais ao empregado doméstico.* **Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2010. **Resultado:** Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2010. **Relatoria**: Senadora Ana Rita. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. *Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para instituir a obrigatoriedade de disponibilizar ao consumidor informações nutricionais de alimentos preparados.***Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2011, e da Emenda nº 1-CMA. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. *Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos hospitalares disporem de unidades de terapia intensiva.***Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2013. **Relatoria**: Senador Humberto Costa. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2013. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Bauer. *Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os alimentos que contenham lactose indiquem, em rótulo, o teor dessa substância.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Relatoria**: Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Mário Couto. *Dá nova redação ao caput do Art. 1º e § 2º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, a fim de permitir que a concessão do benefício de seguro desemprego, a catadores de caranguejos e mariscos, devidamente registrados nas colônias de pesca de suas regiões, e dá outras providências.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2013, e da Emenda que apresenta. **Relatoria**: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senador Blairo Maggi. *Altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, para permitir o exercício de atividade profissional remunerada às pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2014, e das 3 (três) Emendas que apresenta. **Relatoria**: Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senadora Ana Rita. *Reduz o número mínimo de pessoas físicas necessárias à criação de cooperativas singulares, autoriza a criação das Cooperativas de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis Solidárias e das Cooperativas de Crédito Comunitárias Solidárias e dá outras providências.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2014. **Relatoria**: Senador Paulo Davim. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Cyro Miranda, Paulo Bauer e Douglas Cintra a Senadora Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Rita, Ana Amélia, e Lúcia Vânia e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Às dez horas e trinta e nove minutos assume a Presidência a Senadora Ana Amélia. Às dez horas e cinquenta e cinco minutos reassume a Presidente o Senador **Waldemir Moka**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro a 32ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento de acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas da União, referentes a:

A – Avaliação dos resultados da ação orçamentária de implantação, construção e ampliação de unidades de pronto atendimento;

B – relatório das ações governamentais e de controle externo das políticas públicas de assistência social;

C – verificação de regularidade da execução das ações relacionadas ao seguro desemprego de trabalhadores e pescadores do Estado do Paraná;

D – embargo de declaração do Ministério da Saúde quanto aos prazos para apresentação de documentos, conclusão de obras de construção ou ampliação das Unidades de Pronto Atendimento.

E – Estrutura tarifária e os reflexos da Medida Provisória nº 579/2012 para consumidores residenciais e industriais.

Informo que os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Quanto ao item 1 da pauta, de autoria do Senador Paulo Paim, o Relator, Senador Vital do Rêgo, mandou um pedido, por escrito, solicitando a retirada de pauta do respectivo projeto do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, quero concordar com o Relator, uma vez que fica clara a posição de dele, bem como do governo, de não ser contra o projeto, mas, sim, de abrir mais um espaço para a negociação, a fim de que possamos votar a matéria, com certeza, ainda no mês de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

O item 2, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, Relator Senador Cyro Miranda...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu solicitaria a retirada de pauta do item 10.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Do item 10?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª o faz na qualidade de Relator. Então, V. Exª está atendido de ofício.

(É o seguinte o item retirado):

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2014
– Terminativo -

Reduz o número mínimo de pessoas físicas necessárias à criação de cooperativas singulares, autoriza a criação das Cooperativas de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis Solidárias e das Cooperativas de Crédito Comunitárias Solidárias e dá outras providências.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2014.
Observações:
– Votação nominal.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) –

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.
Autoria: Senador Alfredo Nascimento.
Relatoria: Senador Cyro Miranda.
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2014.
A votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para a leitura do seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Muito bom dia, Senador Moka, Presidente desta Comissão, colegas Senadores e Senadoras.

Primeiramente, gostaria de dizer que é um prazer dizer estarmos retomando os nossos trabalhos, o que já não era sem tempo. Acho que temos ainda dois meses pela frente que poderão ser bastante produtivos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou fazer um resumo do relatório.

Esse projeto, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, exige que a Anvisa avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil. O autor alega que a Anvisa não estaria cumprindo com o seu papel fiscalizador e alerta também que, em pesquisas feitas no Brasil, só foram avaliados 13 tipos de alimentos e que a Anvisa não analisou a quantidade na carne, leite e nos alimentos industrializados.

Em resposta, a Anvisa diz que existem problemas estruturais que inviabilizam o trabalho: carência de equipamentos e de recursos humanos, bem como a indisponibilidade de laboratórios especializados.

Diante dos exposto, opinamos pela rejeição do projeto, pois entendemos que não há omissão em fiscalizar, mas, sim, na capacitação, independentemente da questão do mérito, tendo em conta que o PLS em exame não inova no ordenamento jurídico, uma vez que versa sobre a competência já normatizada, padecendo, portanto, de juridicidade.

Em vista do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2014.

Este e o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2014.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão que lá será terminativa.

Passemos ao item 3.

Turno sumplementar de discussão do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 434/2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Em 04.06.2014, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de nova Emenda Substitutiva integral.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Moka, este projeto já foi lido, já foi discutido, já foi votado. Nós estamos agora indo para o segundo turno de votação, por ser um substitutivo.

Claro que há uma preocupação de todos quanto a esta matéria porque, sempre é bom lembrar – com tristeza, mas é bom lembrar – que inúmeros analistas e estudiosos do tema, articulistas, pessoas que conhecem com profundidade, muito mais do que o Relator, levantam a tese de que a fadiga pode ter contribuído inclusive no acidente no qual perdemos o nosso querido candidato à Presidência da República Eduardo Campos.

Eu me lembro de que, na oportunidade, diversos órgãos de imprensa me ligaram perguntando como estava o projeto, porque o projeto trata da fadiga. Ninguém está dizendo que foi só isso. Estou apenas levantando a hipótese de que pode ela pode ter contribuído. Como estaria o projeto que avança no sentido de combater a fadiga, ou seja, que o trabalhador do setor possa desenvolver a sua atividade profissional com o máximo de segurança para a equipe de voo e também para todos os tripulantes, independentemente, é claro, da dimensão, do número de passageiros do avião?

O pedido do setor empresarial, que me procurou inúmeras vezes, e também do Senador Moka, foi que déssemos mais um tempo antes de votarmos a matéria. O tempo foi dado: 30 dias, 45 dias, 90 dias. Chegamos ao momento em que os representantes dos aeronautas que estão aqui nos informaram que não têm mais o que dialogar porque infelizmente a possibilidade de um acordo diferente do que está no relatório, já aprovado por esta Comissão, não está avançando, embora eles tenham a maior boa vontade de até ceder, se fosse necessário, alguma coisa aqui e acolá na busca do entendimento.

Pois bem, o Senador Ciro Nogueira nos procurou esta semana não só a mim, mas creio que ao Senador Jayme Campos, que ajudou muito na votação do tema, não pedindo vista, como também o Presidente Senador Moka, nos informando, a nós todos, que o setor pedia duas semanas. Se em duas semanas não houvesse entendimento, na terceira semana se votaria aqui mediante acordo, e o projeto vai para a Câmara. Claro que o setor dos trabalhadores está como – como é o termo? – "gato escaldado tem medo de água fria". É isso não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Água quente! Mas até de água fria já tem medo. (*Risos.*)

Vamos inverter que vai ficar mais forte. O setor está preocupado. Os trabalhadores estão aqui, estiveram comigo e com o Presidente Moka hoje pela manhã. Caminhamos na linha de, mais uma vez, mostrar que os trabalhadores querem construir um grande acordo. E eu, naturalmente, e o Senador Moka advogamos isso.

Confesso que advogamos junto a eles. Eles resistiram muito, mas acabaram passando a bola para as nossas mãos, dizendo o seguinte: se efetivamente em duas semanas não houver o acordo – eles acham que não vai haver, estou sendo muito franco –, na terceira semana se vota, mas mediante o seguinte acordo: não haverá pedido de vista aqui, ali, protelação e nem jogar para o Plenário. Se o setor empresarial, como disse, construir o acordo, porque acha que é possível em duas semanas, eu diria que é um acordo viável.

Apesar da resistência deles – estão ali com a cara não muito boa –, mas acho que quem é líder tem que assumir o ônus e o bônus. E eu, como Relator, assumo. Eu sei que o Moka, na fala que tivemos, também assume. Se o acordo for firmado e for cumprido, se, em duas semanas, não fecharmos o acordo, se vote exatamente como está, com o compromisso de o projeto ir para a Câmara. E, lá na Câmara, se tiver que alterar, altere e volte para cá – se não houver acordo aqui.

O ideal, claro, pelo trabalho exaustivo que todos fizemos – todos nós, pois foi um trabalho de equipe, eu não sou especialista em voo, naturalmente –, um trabalho de equipe de toda esta Comissão com o sindicato de aeronautas e setores do empresariado – também trabalharam – é que haja o acordo. Se houver esse acordo, eu acho que.. Desde que a palavra seja cumprida: vota-se aqui e vai direto para a Câmara sem nenhum tipo de recurso. Senão, é melhor votar hoje e daí irmos para a tramitação.

Mas eu acho que é um acordo viável para os dois lados. Os empresários pedem mais duas semanas, eles acham que em duas semanas há como ajustar o texto com os trabalhadores, e aí votar. Os trabalhadores dizem que é muito difícil porque, até o momento, não veio nenhuma proposta concreta em relação ao texto que esta Comissão já aprovou. Mas, assim mesmo, assumimos essa responsabilidade e eles, naturalmente, vão levar para categoria, já que foi um apelo feito por nós aqui pois achamos que seria o melhor caminho.

Esse é o meu ponto de vista, Presidente. Conversei muito com V. Exª, que tem sido um mediador também nessa – não é conflito – busca do interesse comum. O Senador Jayme Campos também, conversei hoje pela manhã com ele, e ele disse: "Olha, com o que vocês fizerem eu estou junto."

Enfim, essa é a minha posição. Mas seria fundamental, Senador me permita, pois o Senador Ciro Nogueira foi quem nos pediu e foi o interlocutor na mediação também... Não digo aqui que o Ciro Nogueiro representa os empresários e que nós representamos os trabalhadores. Não. Ele foi o mediador na busca do interesse comum. Ele é que fez esse pedido a V. Exª, a nós e ao Senador Jayme Campos. Seria bom se ele concordasse com esse acordo. Se não concordar com esse acordo, então votamos – a votação é simbólica – e a matéria vai pelos trâmites pelo Regimento, que sabemos não é fácil.

Eu, particularmente, confesso a minha opinião e disse aos trabalhadores que o melhor seria esse acordo firmado para ambos os lados. Teríamos 15 dias para o acordo; não havendo acordo, vota-se na terceira semana, e o projeto vai para a Câmara dos Deputados.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou conceder a palavra, mas, antes, por uma questão até de solidariedade, para não ficar a fala do Paim de forma isolada...

Quero dizer para vocês o seguinte: para a Presidência e para a Comissão – e estou me dirigindo aos representantes dos aeronautas –, a coisa mais fácil e mais tranquila, já que o plenário aqui é totalmente favorável à proposta, é votarmos. Está em turno suplementar, é a coisa mais simples para mim.

Quero dizer para vocês que vamos ficar bem, vocês vão sair daqui todos alegres achando que.. Só que isso não é assim. Eu peço que vocês entendam o que eu estou dizendo: que a tramitação de um projeto como este, em que há pelo menos duas partes envolvidas diretamente, a primeira coisa que vai acontecer é que nós vamos aprovar aqui – eu posso estar enganado – e vamos ter uma lista de assinaturas, Senador Cyro Miranda, que vai levar o projeto para o Plenário do Senado. Aí nós vamos estar dependendo de pauta para ser colocado lá em discussão e votação no plenário.

Vai chegar à Câmara esse texto sem acordo. Vocês vão começar lá da estaca zero. E vocês viram o quanto que, mesmo com nossa boa vontade aqui, é difícil.

Eu digo a vocês: a melhor maneira de fazer aprovar, talvez ainda este ano, é se conseguirmos aprovar aqui um texto em que haja acordo, um texto consensuado. Aí aprova-se aqui no Senado e vai direto para a Câmara, e a Câmara recebe um texto que representa o entendimento entre vocês e as companhias. E aí não temos nenhum tipo de dificuldade na tramitação.

Claro que pode haver, mas a tendência é essa.

O contrário é que parece que, votando hoje, vamos abreviar. Eu digo para vocês que não tenho nenhuma dificuldade em votar isso, até porque é um turno suplementar. Eu não preciso sequer de votação nominal hoje aqui. Vocês imaginem a facilidade que eu, como Presidente, tenho para fazer isso. O que eu estou tentando fazer... Para vocês, que já esperaram 90 dias, esperar duas semanas...

Eu vou dizer uma coisa para vocês: nós vamos sair daqui, vamos conversar – eu já falei que eu quero cumprimentar o Comandante Adriano Castanho –, vamos chamar o presidente do sindicato das empresas. Quando estivermos juntos, eu, o Relator, o representante de vocês e o representante das empresas, como é a minha forma de agir, vou dizer que será dada, dependendo da decisão do Plenário, mais duas semanas, vale dizer, esta semana e a outra. Não deu? Na outra quarta, depois dessa semana. Então, nós estamos considerando essa semana uma, a outra semana duas; na outra quarta, votaremos de qualquer maneira, com acordo ou sem o acordo. Podem dizer; " Mas o que adianta esperar?" É que o discurso muda. Se tivermos que enfrentar uma discussão no plenário do Senado, eu mesmo subo à tribuna para dizer: "Olha, não houve... Nós demos prazo, prorrogamos... Houve a maior boa vontade para o entendimento com as companhias e, se não fizeram o acordo, é porque realmente não quiseram ou não foi possível." E aí eu tenho uma posição definida.

Eu quero externar a minha posição. Particularmente, insisto: a coisa mais fácil para mim é votar isso hoje. Mas, com a experiência que tenho, não posso. E, na condição de Presidente desta Comissão, tenho que assumir, embora possa até parecer para vocês uma atitude antipática, mas é o ônus.

Eu digo para vocês que a melhor forma de votar ainda este ano esta lei é votarmos um acordo consensuado. Se não for possível, vamos saber isso em duas semanas: esta, a segunda e logo na outra quarta. Ou seja, daqui a duas semanas. Não é isso, Paim?

Se eles tiverem vontade de fazer, eu acho que é o tempo suficiente. Se até lá não for possível, deve haver problemas, não quero entrar nesse detalhe, mas esse é o compromisso da Comissão, e aí vou ouvir. Mas o Presidente está assumindo a condição de votar, não é de aprovar. Mas o texto já foi aprovado. Nós estamos no turno suplementar, votamos o texto do Paim. E agora, a menos que alguém possa emendar, e cabe emenda até encerrar a discussão – estamos ainda na fase de discussão – vai à votação.

Ouço, agora, o Senador Paulo Davim. Logo em seguida o Presidente Jayme Campos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Presidente Moka, eu concordo em gênero, número e grau com as suas afirmações e as do Senador Paim.

Agora, eu chamo a atenção para a importância da figura do Presidente da CAS nessa questão. Agrada-me quando o senhor externou essa intenção de convidar representantes das entidades das empresas, juntamente com os representantes do aeronautas. Eu acho que o Presidente da CAS poderá ser a figura facilitadora para dar celeridade a esse acordo. Podemos mostrar inclusive para as empresas, para que fique claro, que não aceitamos esses pedidos como ato protelatório. A importância... Inclusive se as empresas estiverem usando isso como artifício para protelar, vão ficar mal perante o Parlamento, perante o Senado.

Então, essa conversa na presença do Presidente da CAS, dos representantes da Aeronáutica e das empresas pode dar celeridade a este acordo.

Essa é a sugestão que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, estou acompanhando esse projeto, desde a sua tramitação inicial, há algum tempo, aqui na Comissão de Assuntos Sociais. E, lá atrás, o Senador Ciro Nogueira, certa feita, pediu-me que eu fizesse um pedido de vista aqui. V. Exª é testemunha, minha cara amiga, Senadora Ana Amélia.

Portanto, esse projeto já se arrasta há algum tempo. A visão que tenho aqui é a visão mais ou menos parecida com a do nosso querido Presidente Waldemir Moka.

Entretanto, é aquela velha história, Paim, o risco que corre o pau corre o machado, na medida em que se pode esperar mais duas semanas. Podemos simplesmente votar aqui, porque é nossa obrigação votarmos aqui, e não chegarmos a uma forma consensual como estamos esperando, ou seja, sentarmos todos hoje, aeronautas, com a presidente da associação das empresas. Se não chegarmos a um consenso, daqui a pouco estão expirando os trabalhos legislativos, daqui a pouco temos alguns feriados, 15 de novembro, vem dezembro, vem o Orçamento, e, lá pelos dias 18 ou 19 de dezembro, aqui se encerram os trabalhos.

Então, acho que seria muito mais ponderado V. Exª, Presidente, sentar, de forma mais urgente possível – não duas semanas. Se as empresas quisessem... Não estou fazendo nenhuma defesa aqui dos Srs. Aeronautas,nenhuma, não estou contratado. Mas houve prazo, prazo realmente bastante elástico, ou seja, enorme, e não se chega a um consenso. Não será nessas próximas duas semanas, quero crer. Até pela minha experiência de governador, três vezes prefeito, Senador, conheço um pouco da política. Parece que não está havendo uma certa boa vontade, mas vocês podem ficar naquela expectativa de que vão sentar e chegar a um consenso, e ser aprovado. Daqui a pouco, não se consegue aprovar de forma consensual,como é o desejo de todos nós aqui, sobretudo com o encaminhamento que o nosso Presidente faz, também o Senador Paulo Paim, que é o relator da matéria. Daqui a pouco, não sendo consensual, vocês continuarão na mesma delonga, postergando; daqui a pouco, nem se vota este ano, deixa para o ano que vem, já é outro Congresso Nacional, e dê certo.

Já fiz a sugestão. Imagino e faço um apelo a V. Exª: em vez de duas semanas, vamos deixar uma semana só. Em vez de esperarmos 15 dias, vamos convocar ou convidar – acho que o melhor termo é convidar – o presidente da associação das empresas com o presidente da representação dos aeronautas, para sentarmos...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu já tomei...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Acho que é melhor... Pode falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É que não falei, mas já tomei essa providência. Ao término desta sessão, já pedi e convidei o Presidente do Sindicato das Empresas. Quero, na frente do comandante, do Senador Paim, dizer do prazo e dizer, como falou o Senador Paulo Davim, que não vamos entender essa coisa como medida protelatória.

Agora, acho que o problema hoje não é mais com eles mesmo. As próprias empresas é que precisam...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – ...se acordarem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...fazer um acordo entre elas para ofertar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Então, concluindo já, Sr. Presidente, acho que seria louvável a iniciativa de V. Exª na medida em que suscitasse o presidente da associação dos empresários – aqui já está o representante dos aeronautas – para sentarem na próxima semana, ou seja, agora já, se possível esta semana ainda, para depois votarmos. Caso contrário, vou lhe dar, vou externar apenas a minha opinião: vão jogar mais 15 dias, o Presidente vai colocar em votação, caberá, naturalmente, regimentalmente um pedido de vista, uma emenda, uma emenda aqui, de Comissão, e até mesmo, caso vá para o Plenário, uma emenda de Plenário. Então, é aquela velha história: é prolongar a morte, se for o caso aí; é outra velha história: conversa de delegado para bêbado. Vocês conhecem? Conversa de delegado para bêbado.

Então, temos que aprovar urgentemente. Caso contrário, não vejo nenhuma possibilidade até pelos prazos que já foram dados. Quanto tempo já se discutiu essa matéria e não se conseguiu fechar um acordo? É sinal de que não querem fechar acordo coisa alguma. Estão levando com a barriga. Essa é a minha opinião. (*Palmas.*)

É a minha opinião. E sugiro aqui ao Presidente Moka que, o mais rapidamente possível, convoque essa reunião para ver se vamos chegar a um denominador comum. Caso contrário, apenas a título de sugestão, falo, como disse aqui: vamos para o pau, vamos votar a matéria e vamos ao Plenário da Casa. É aquela velha história: não vamos achar a coisa mastigada aqui. Volto a repetir: o risco que corre o pau corre o machado. Vamos botar para conversar senão não se chega em acordo coisa alguma. É conversa de enganar bobo. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Estou apostando na seriedade de quem está pedindo para fazer o acordo. Em não havendo, temos prazo também para isso. Se forem uma ou duas semanas, eu acho que... Na conversa com os representantes, eu propus duas semanas. Estou falando de 12 de novembro, para ficar bem explícito. E por que 12 de novembro? Porque pode ser que os aeronautas não queiram aceitar as propostas que eles vão apresentar – e eles têm o direito de não querer. É disso que estou falando.

Contudo, na tentativa do texto consensuado eu vou persistir, porque... Nós já poderíamos ter votado; apenas não votamos em busca desse consenso. Aliás, na época, vocês mesmos chegaram a dizer: "Não, não; vamos então tentar o acordo". E essa é a ideia, mas, se não for possível, vamos votar.

Senadora Ana Rita...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É que eu tenho uma lista de inscritos agora, Senador.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu serei breve, Sr. Presidente, até porque o assunto já foi bastante debatido, e já foi feito um encaminhamento. Todavia, eu gostaria de ressaltar que estamos tratando de um assunto altamente importante, porque não se trata apenas, pura e simplesmente, de mexer na carga horária dos aeronautas; nós estamos falando de segurança de voo, da segurança das pessoas... (*Palmas.*)

Estamos falando da segurança de uma população inteira, que, cada dia mais, utiliza o transporte aéreo. Então, o assunto é de alta importância.

O que me preocupa é a posição das empresas, que parece passar a ideia – e me desculpem se eu estiver equivocada – de que vamos esperar para acontecer e, depois que acontecer, vamos resolver o problema. Em contrapartida, a atitude dos aeronautas, dos trabalhadores, é uma atitude sábia e preventiva. Vamos evitar que problemas aconteçam, com antecedência, porque a carga horária de voo e as condições... Eu tive oportunidade de recebê-los por duas vezes em meu gabinete e conversei profundamente sobre o tema. Na oportunidade, os representantes de diversas entidades de aeronautas manifestaram a agonia e a angústia desses trabalhadores, que têm os seus voos... Eu não vou expressar aqui tudo que ouvi, porque também não quero cumprir o papel de amedrontar a população, mas a situação é grave.

Então, quanto mais esperamos para votar essa matéria que regulamenta a carga horária e que leve a esses trabalhadores a possibilidade de ter um descanso e não ter que, muitas vezes, dormir na cabine do avião... Porque é isso que está acontecendo, e quem está correndo risco de vida somos nós, a população inteira, que, cada vez mais, utiliza o transporte aéreo. Então, o assunto é grave; não é simples.

Assim, podemos dar mais 15 dias para que as empresas não esperem... Porque já aconteceu com Eduardo Campos, como aconteceram outras vezes. E há indícios de que houve problemas humanos ali. Não foi problema técnico; foi problema humano. E também me foi dito, Senador Moka, que o que se investiga hoje nos acidentes aéreos são as causas técnicas; não se investigam as causas humanas. Por isso, muitas vezes, as pesquisas não mostram que há problemas humanos nos voos, pois, repito, isso não é investigado quando há um acidente. Só se investiga quando há indícios de problemas mecânicos, de problemas técnicos; não problemas humanos.

Então, fica aqui a nossa observação de que esse é um assunto que precisa ser tratado com a maior brevidade possível. E a gente faz um apelo às empresas, que não são muitas, que têm um papel a cumprir, prestando serviços ao povo brasileiro, e cujos trabalhadores precisam ser cuidados, precisam também ter condições dignas de trabalho para poderem prestar um bom serviço à nossa sociedade, um serviço que traga segurança e tranquilidade aos usuários do transporte aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu faço questão de me pronunciar, neste momento, para apoiar a posição corajosa, consequente e sincera de V. Exª e do Relator Paulo Paim.

Eu só quero aqui lembrar que, quando começou a tramitar aqui, o projeto era totalmente diferente. Era um projeto que visa a aumentar a carga e a jornada de trabalho dos aeronautas. Aumentar! Então, foi exatamente a partir do debate, do diálogo com a categoria que todos nos convencemos de que era preciso mudar uma lei de mais de 30 anos – salvo engano, não é, Senador Paim? – para garantir a todos os usuários do transporte aéreo do Brasil, que cada vez está mais democratizado, o que é muito bom para a população brasileira. Entendemos que era preciso atualizar a lei.

Sou testemunha do empenho que eles todos estão fazendo. É uma mobilização, de fato, nacional. Eu entro dentro do avião, Presidente, e não sei como eles descobrem que sou eu que estou lá, mas todos vêm falar comigo – imagino que com os Senadores seja a mesma coisa – e pedir apoio a esse projeto. Eu concordo com o Senador Paim que vale a pena, porque enfrentar o debate, vamos ter que enfrentá-lo lá na Câmara se não for aqui no Plenário. Eu espero que não seja, espero que seja lá na Câmara, porque não há...

Eu conversava com o Senador Paim, e ele me dizia da dificuldade de encontrar pontos de negociação tendo em vista a realidade objetiva tácita do projeto. Não é um projeto que põe as empresas de aviação em risco. Não é um projeto que diminui a possibilidade de operação dessas empresas, não. Garante a segurança e, ao mesmo tempo, a competitividade das empresas e tudo mais. Mas eu acho que, em uma semana, não vamos... Acho que vamos votar em uma, duas semanas, no máximo, um teto; no máximo, em duas semanas, mas com o empenho, a tentativa e a busca do acordo até na próxima quarta.

Eu acho que vale muito a pena, até porque, tanto eles quanto nós, temos melhores e maiores condições de nos posicionarmos favoravelmente ao projeto, porque falta da busca do diálogo concretamente não será. Então, se não chegarmos até lá, vamos ver como votamos todos nós a favor do povo brasileiro, das empresas também. Eu acho inclusive que a tentativa é esta: mostrar que não há oposição entre empresas e aeronautas. Essa é única tentativa para que a gente construa um consenso e vote rapidamente um projeto de que o Brasil precisa. O Brasil precisa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo à Senadora Vanessa Grazziotin, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, apenas para dizer que, em nome do PT, respaldamos a ideia de darmos esse período para essa tentativa de negociação com o compromisso de que não haverá recurso ao Plenário, e de votarmos aqui dentro dos próximos dias essa proposição. Todo o respaldo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Senador Moka, resumindo, entendi a sua posição, um Parlamentar experimentado como é – Deputado por várias vezes – conhece como esta Casa age. Acho que tem razão em dar uma última oportunidade.

Agora, eu quero deixar bem claro aqui que o Congresso Nacional não pode ser pautado por *lobby* de companhias aéreas dessa maneira.

Eu acho que temos que ter o discernimento e mostrar, como já dito, e eu falei aqui na última reunião, que um ser humano tem um comportamento totalmente diferente quando tem que se apresentar desta forma: um dia, cinco horas da manhã; outro dia, à meia-noite, um fuso horário totalmente maluco na vida deles. Quando se veem com uma jornada de trabalho que se equipara, que dá segurança a todos e inclusive à própria companhia aérea, eu acho que essa seria a última chance de um acordo. Se não tiver, este Congresso tem que encarar isso de frente e deliberar, porque nossa função é não aceitarmos *lobby* e muito menos deixar que isso procrastine, porque isso depende também de aceitarmos ou não as emendas e fazer com que ande mais rápido. Isso já está passando da hora. Nós estamos brincando, nós estamos dando sorte, muita sorte ainda, por não ter acontecido muito mais coisas.

Então, é uma imprevisibilidade das companhias aéreas que precisa ser sentida. Eles vão ter essa chance. Se não quiserem, nós vamos ter que assumir a nossa postura, e ainda este ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Senador Waldemir Moka, caros colegas, o Senador Jayme Campos lembrou bem do episódio e até me penitencio porque, se, naquele momento, tivéssemos dado vista, já estaríamos avançados. Então, me penitencio porque, entendendo que já havíamos consensuado sobre o relatório do Senador Paulo Paim, teríamos votado. Às vezes há falta de comunicação: por que um pedido de vista? Claro que o pedido de vista é para aperfeiçoar ou para acrescentar ou para fazer alguma coisa. Até dispensaria uma explicação, mas uma explicação convincente como essa que o senhor deu agora, a partir da qual teremos um prazo e, esgotado esse prazo, de qualquer maneira, votarmos o projeto. É uma forma mais clara sobre o andamento da votação de uma matéria tão importante como essa.

Lembrar que o projeto do meu correligionário Deputado Jerônimo Goergen, de nº 4.824, de 2012, também vem nessa direção dentro do substitutivo do Senador Paulo Paim. Então, a Câmara também trabalha no mesmo caminho exatamente para regularizar uma questão que, como disse a Senadora Ana Rita, mais do que qualquer questão profissional corporativa da categoria, tem a ver, sim, com a segurança de voo dos milhares e milhares de passageiros que diariamente no Brasil, e do Brasil para fora, e de outros países para cá, se valem do transporte aéreo.

São vários acidentes que tivemos, como o famoso acidente da Air France, sobre o qual ainda restam dúvidas sobre o que aconteceu. Outros acidentes que aconteceram no Brasil, com a TAM, a Gol, e esse que vitimou Eduardo Campos e que comoveu o País. Tem que se examinar sob a ótica também disso.

Creio que, do ponto de vista política e do ponto de vista legislativo, o caminho tomado por V. Exª, com aquiescência do Relator, é a compreensão clara de que é melhor consumir 15 dias e assegurar a votação do que não aceitar os 15 dias e perder todo um trabalho realizado com esse risco que V. Exª lembrou muito bem aos aeronautas.

Aqui também trago uma outra questão que tem a ver com esta Comissão, que é a insegurança criada para essa profissão que, acreditando em previdência complementar, participou do Aerus e, agora, estamos na

fase crucial esperando a execução de uma sentença judicial para o resgate de um direito dos aposentados e pensionistas aeronautas do sistema de aposentadoria complementar do Aerus.

Isso também compõe o espectro geral da atividade que é tão importante em nosso País.

Estamos na fase final dessa questão do Aerus, que tantas vezes tratamos aqui nesta Comissão.

Queria cumprimentar o Senador Moka pelo encaminhamento dado a essa matéria. Tenho certeza que esse é o caminho indicado do ponto de vista político e também do ponto de vista legislativo.

E aos aeronautas do Rio Grande do Sul, tenham certeza de que a bancada do Rio Grande do Sul estará aqui firma para votar a favor dessa matéria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Todas as colocações foram feitas.

Quero deixar clara uma coisa aqui: eu ficaria muito aborrecido comigo mesmo se não externasse isso para vocês. Vou insistir: a coisa mais fácil hoje seria votar o turno suplementar. Eu não preciso nem de quórum. Eu quero que vocês entendam isso. Eu não quero e não gostaria que passasse para vocês que eu, por exemplo, estou submetido a pedido ou de Parlamentares ou de empresas. Absolutamente não é! É legítimo que alguém venha pedir vista, mas dentro do Regimento. O que eu estou tentando buscar e eu falei hoje de manhã com o representante dos senhores mostrando que nós temos dois caminhos: votar simplesmente o texto e nós temos a possibilidade de o texto ir ao plenário do Senado. Nós vamos enfrentar esse debate lá e temos que aprovar hoje na Comissão e, depois, no plenário do Senado. E aí nós precisamos ter pauta. O projeto tem que ser pautado pela Mesa Diretora.

Há exatamente essas duas semanas para fechar o acordo, se for possível. Agora, o acordo do texto não vai depender. Aí o Relator vai tentar mediar o que é possível e o que não é. Eu concordo, assim como a Senadora Ana Rita, a Senadora Vanessa, todos aqui.

Gente, eu sou médico e conheço essa realidade. Essa questão do Eduardo Campos, em função da projeção, tomou uma dimensão nacional. Mas quantas pessoas anônimas já foram vítimas de desastres por cansaço, por estresse em pequenos aviões? Estamos falando de uma coisa que é muito maior. Daí a minha responsabilidade, porque eu gostaria de um texto aprovado aqui na Comissão, um texto que fosse consensuado, porque, a partir daí, vai direto para Câmara e, na Câmara, temos condições de dizer, e vocês também, que esse texto representa um esforço e um acordo nosso. Ou seja, não precisa ninguém oferecer emenda. Esse texto é o texto que ficou bom para nós e, de certa forma, as empresas concordaram com ele. "Mas, se não houver acordo e as empresas não quiseram?" Eu estou afirmando que isso tem prazo para acontecer: 12 de novembro. Ou mesmo até antes, mas não vai passar de 12 de novembro. É isso que eu estou falando. E para não ficar aqui uma posição de que: "Ah, mas foi o Presidente Moka que quis assim." Não. Se o Senador Paulo Paim chegasse aqui e lesse o relatório e falasse: "Eu quero que seja votado", eu votaria. Essa é a minha colocação. Eu estou fazendo um apelo, mais uma vez, até para dizerem: "Ah, mas nós pedimos 15 dias, 10 dias e não nos foi dado". Então, mais uma vez, demonstrando que não há intransigência e, sim, vontade de um texto consensuado, podemos abrir ou não. E eu ainda não fechei a discussão, para não dizer que estou querendo impor, até porque os Senadores e Senadoras não deixariam.

Vamos deixar claro isso daí. Não é uma questão do Senador Moka, hoje Presidente da Comissão. Há um ano, era o Senador Jayme. É que ficamos com a responsabilidade de conduzir. Eu tenho dois caminhos: ou tentar o acordo, ou votar o texto aqui e ficar numa boa, porque votei o texto que eles estão querendo, Senador Humberto Costa, Senador Benedito.

Mas isso significa ganhar nesse momento, mas tenho certeza de que não estou apostando no caminho da facilidade e nem estou dizendo que o fato de buscarmos o acordo... Porque, como disse o Senador Jayme, se o acordo não existir daqui a duas semanas, vamos votar do mesmo jeito que hoje votaríamos. É só uma tentativa. Que fique bem claro isso, para amanhã ou depois dizerem que se esperou duas semanas e não houve o avanço. Tudo bem. Mas tentamos fazer o acordo. Não foi possível, mas a Comissão de Assuntos Sociais deu o tempo mais que necessário para se tentar o acordo. Não houve acordo, vamos votar. E, aí, se tiver que enfrentar discussão no Plenário, vocês terão o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais na tribuna do plenário do Senado defendendo esse projeto, caso ele seja votado aqui.

Este é o meu compromisso de fazer e dar o testemunho da paciência, da vontade que vocês tiveram o tempo todo de chegar a um acordo. Não foi possível acordo, vamos a voto, como aqui colocado pelo Senador Cyro Miranda.

Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Considero de bom senso a proposta de V. Exª e também o entendimento do Senador Paulo Paim. Acho que podemos dar o limite de 12 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim. Esse prazo foi consensuado.

Senador Paulo Paim tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, para avançarmos na pauta, quero dizer que conversamos muito com os aeronautas, e o que eles me pediram apenas – e o Líder Humberto Costa foi rápido e preciso em sua fala – foi que a gente feche um acordo de votar no dia 12, mas que todos assumamos o compromisso de que não vai haver recurso nenhum e que a matéria vai para a Câmara, onde tentaremos o acordo lá. Foi isso o que eles pediram; só isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aqui da Comissão. Aqui, ninguém vai pedir que vá ao Plenário. Está o.k?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas nós...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Estou dizendo, porque amanhã ou depois não quero ser surpreendido com...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito, Sr. Presidente, mas nós não podemos acordo com quem não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu sei disso, Vanessa, mas estou dizendo que o fato de fechar acordo, hoje, aqui, de que não vai haver...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas veja bem Sr. Presidente, acho que tem que ficar claro para eles que estão presentes aqui que, de nossa parte, não haverá. Agora, nós não podemos nos responsabilizar pelos outros, porque, senão, fica parecendo que a culpa é nossa, que estamos enrolando, que estamos utilizando de manobras para não votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não é possível conversar com o Senador Ciro Nogueira, que representa essa mediação sentido de que não haja...? Concordamos em votar somente no dia 12, mas que haja da parte dele também, já que foi ele que nos solicitou esse prazo, o compromisso de que não haverá recurso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Essa será a condição.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu indago a V. Exª – se V. Exª não tiver condições de me informar, a Dulcídia tem capacidade tendo em vita que conhece muito bem o Regimento –: na medida em que não só o Senador Ciro Nogueira ou outro qualquer Senador que faz parte da Comissão seja ou não titular (suplente) tem a prerrogativa de fazer o pedido de encaminhamento ao Plenário.

Eu gostaria de receber uma resposta do senhor: um pedido do Senador Ciro Nogueira, imaginando que ele remeta ao Plenário, esta Comissão tem autoridade regimental para aceitar ou não esse pedido de S. Exª de encaminhamento ao Plenário? Essa é a indagação que quero fazer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Regimentalmente, não. Esse é...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – É porque estamos falando aqui de um acordo político. Entretanto, regimentalmente, cabe a ele fazer um pedido aqui. Diante da votação...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, não. Ele pode colher assinaturas de Senadores. Há um número regimental, me parece, salvo melhor juízo, de 10% da quantidade de Senadores. Ou seja, estamos falando mais ou menos de nove Senadores para levar ao Plenário.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Dez por cento não representa ...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para levar ao Plenário.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Para levar ao Plenário. Quer dizer, para que fique bem explicitamente colocado, se eventualmente o Senador Ciro Nogueira fizer esse pedido, ele precisará de, pelo menos, nove assinaturas com ele. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Exatamente isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Feito isso, é bom que se esclareça para os senhores que, regimentalmente, conforme palavras do Sr. Presidente, mesmo que o Senador Ciro Nogueira quisesse fazer aqui um pedido para que seja remetido ao Plenário, cabe ao Plenário aqui rejeitar, ou seja, só vai aceitar diante de mais oito Senadores, conforme disse V. Exª (com mais o autor, são nove), que são necessários para fazer esse pedido para encaminhar, para remeter ao Plenário da Casa, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É exatamente isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Feito isso, trata-se de um assunto superado diante do Regimento, o qual cabe a Presidência acatar seja ele quem for o Senador, interessado ou não interessado na matéria.

Então, está bem colocado aqui – não é isso, Presidente Moka? – que apenas um ou dois Senadores não serão suficientes para pedir que essa matéria seja remetida para o Plenário da Casa. Fito isso, não há mais di-

ficuldade alguma para que, na próxima votação, seja daqui a 8, 10 ou 15 dias, possamos colocar em pauta e votarmos aqui.

Volto a repetir aqui: este é um assunto polêmico. A associação, o sindicato, sei lá, dos empresários do setor aéreo não vai chegar a consenso porque são várias empresas, e todas têm interesses diferenciados. Para fechar um acordo entre eles, não é muito fácil, até porque não é o caso do presidente. O presidente representa, naturalmente, as filiadas. Todavia, basta uma ou duas manifestações contrárias para não se fechar o acordo. Ou seja, teria que ser de forma consensual. Mas, pelo que estou sentindo, pelas palavras que ouvia do presidente aqui, não está havendo consenso entre eles. Há essa dificuldade. Todavia, espero que, sentados, como V. Exª e o Relator propuseram aqui, vamos chegar ao acordo e votarmos, de forma consensual, para o bem tanto das empresas quanto dos aeronautas e sobretudo do povo brasileiro, que, naturalmente, usa o transporte neste País, nacional e sobretudo internacionalmente.

Essa é a minha manifestação. Estou solidário a V. Exª. Conte comigo, votarei no dia em que V. Exª pautar novamente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Jayme.

Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu faço um último apelo, que vai na linha do encaminhamento – e não vou advogar nada aqui.

Quando conversei, hoje, pela manhã, com os aeronautas, eles entenderam que seria fundamental que o outro lado concordasse com o encaminhamento que eles estavam propondo; encaminhamento este com o qual nós temos também que concordar.

Eu proporia o seguinte: a matéria ficaria, neste momento, fora de pauta; nós faríamos contato com o Senador Ciro Nogueira, que, por sua vez, faria os contatos que entendesse adequado, já que ele o solicitou a V. Exª e a mim também, a fim de sabermos se concorda com esse acordo. Se eles disserem que concordam com esse acordo, não votamos e vamos para o dia 12. Se ele disser: "Não; não tem acordo nenhum", então, votamos, o recurso entra e vamos brigar no plenário.

Eu acho que esse é um meio termo. Eu sei que V. Exª tem sido muito sábio nesse encaminhamento, tanto que quase havia me dito isto: "Vamos consultar o Ciro". Então, que o Senador Ciro Nogueira diga se concorda com esse acordo ou não, já que ele representa e quer ajudar na mediação até o fim. Se ele disser: "Olha, Paim, não há condição nenhuma; nós vamos entrar com o recurso", a gente vota e vamos para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O que eu pretendo é exatamente isso, Senador Paulo Paim.

Então, vou suspender a discussão, não vou encerrá-la.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vamos conversar com os representantes dos aeronautas, das companhias e com V. Exª, que é o Relator. A presença do Senador Ciro Nogueira é importante no sentido de que ele está tentando mediar isso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foi ele quem trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... com esse viés.

Mas eu quero dizer aos aeronautas e às empresas que esta Comissão é completamente independente. Estou tentando esse encaminhamento porque entendo ser o melhor. Vamos deixar clara essa posição aqui! Eu acho que esse é o melhor caminho. Agora, se for para levar ao plenário por não haver acordo, aí, nós podemos, certamente, na quarta-feira que vem, votar isso, ou ainda convocar, se o pessoal assim entender, uma reunião extraordinária e votar a matéria ainda hoje à tarde ou amanhã pela manhã, se não houver esse entendimento de que não vai haver recurso para o plenário.

Então, eu apenas suspendo a discussão e vamos buscar o entendimento. Em não havendo entendimento, a Comissão vai ficar absolutamente à vontade, com a independência que temos aqui, para votar isso.

Aí, comandante, o prazo é aquele que eu levar para conseguir reunir a Comissão. A Comissão se reúne, ordinariamente, todas as quartas-feiras, mas nada impede que façamos uma reunião extraordinária no sentido de aprovar o texto, uma vez que só preciso de uma votação que não é nem nominal.

Então, estou mostrando que há uma enorme boa vontade. Insisto em dizer que o caminho mais fácil para mim era abrir a reunião, conceder a palavra ao Relator, ouvir todo mundo e votar o texto que está aí. Contudo, poderiam dizer assim: "Poxa, Moka, estávamos pertinho de fechar o acordo e você não deixou sair o acordo".

Agora, por outro lado, se for uma manobra protelatória, nós vamos ficar sabendo também. Não há espaço para manobras protelatórias, porque nós não vamos deixar passar. Mesmo havendo o acordo, é dia 12 de novembro. Se não houver o acordo, nós podemos votar antes mesmo desse prazo do dia 12 de novembro.

Não sei se fui claro.

Está retirado de pauta e a discussão está apenas suspensa, ou seja, está em aberto a discussão, o que me permite, em não havendo acordo, fazer essa votação, de acordo com V. Exªs, num prazo menor que o do dia 12 de novembro. Se não houver essa possibilidade do acordo, nós podemos votar isso nesta semana ainda.

Agradeço a presença dos aeronautas, na pessoa do seu comandante, dizendo que entendam vocês que, aqui, nós estamos tentando buscar o acordo, mas isso não significa que possa haver manobras protelatórias.

Pois não, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, se puder contar com o apoio dos demais integrantes desta Comissão, eu gostaria de pedir a V. Exª a inversão de pauta para que esse projeto, o item 6, do qual eu sou Relator, pudesse ser discutido, porque eu estou com outras atribuições em outras Comissões. Se não for atrapalhar a vida de ninguém, eu agradeceria a V. Exª e aos demais integrantes da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa, eu vou indagar à Senadora Lúcia Vânia e à Senadora Ana Rita, que são as Relatoras presentes aqui de itens que vêm antes do item de V. Exª. Se ambas concordarem e o Plenário concordar, eu faço a inversão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Claro, claro.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Lúcia Vânia?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Ana Rita também concorda.

Então, vamos ao item de nº 7 da pauta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – É o de número 6, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Item 6, desculpe.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, de 2013
– Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos hospitalares disporem de unidades de terapia intensiva.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2013.

Observações:

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, inicialmente faço meu agradecimento à Senadora Ana Rita, à Senadora Lúcia Vânia e aos demais integrantes da Comissão pela concessão dessa prioridade.

O projeto é o 225, do Senado, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos hospitalares possuírem unidades de terapia intensiva.

O art. 1º do projeto determina que 10% do total de leitos dos hospitais, públicos e privados, devem, obrigatoriamente, ser destinados à terapia intensiva. O primeiro parágrafo estabelece que as UTIs podem se especializar no atendimento a grupos etários específicos ou a determinados agravos. Já o segundo parágrafo exclui da obrigatoriedade prevista no *caput* os hospitais que não se destinam ao atendimento de pacientes de alto risco.

O art. 2º do projeto define estabelecimentos hospitalares como unidades que tenham, ao menos, 50 leitos de internação. Já o art. 3º determina que 6% do total de leitos de hospitais que atendam gestantes de alto risco deverão ser destinados à terapia intensiva para adultos e neonatos.

O art. 4º estipula prazo de dois anos para os hospitais se adaptarem a essas disposições e o art. 5º define as penalidades previstas em caso de descumprimento das determinações previstas.

O autor argumenta que, apesar dos avanços do SUS, persiste a deficiência no atendimento ao paciente com quadro clínico grave.

Apesar de haver previsão constitucional que obrigue o Estado a garantir assistência integral à saúde, o País não dispõe de leitos de terapia intensiva em número suficiente.

A CAS analisa esse projeto em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

É atribuição da CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde. O projeto abrange essa temática, portanto, está dentro das atribuições da Comissão. Além disso, por se tratar de projeto em apreciação em caráter terminativo e exclusivo, a Comissão também examina a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

Considero o projeto constitucional, juridicamente adequado e, do ponto de vista da técnica legislativa, também adequado.

O mérito é também inquestionável, porque há uma preocupação em solucionar um déficit assistencial no âmbito da saúde pública, que aflige milhares de pessoas no nosso País.

Contudo, há uma grande dificuldade em se abordar tal problema, uma vez que não existe recomendação cientificamente fundamentada sobre número ideal de leitos de terapia intensiva por habitante. Entretanto, o Ministério da Saúde, por meio de uma portaria de 2002, determinou que 4% a 10% do total de leitos hospitalares devam ser destinados à terapia intensiva, o que significa 1 a 3 leitos para cada 10 mil habitantes.

Usando esse parâmetro, o censo produzido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib) evidenciou que o Norte e o Nordeste são carentes de leitos de UTI, pois contam, respectivamente, com 0,7 e 0,8 leitos para cada 10 mil habitantes. Portanto, há, de fato, deficiência em determinados locais do País.

Não obstante, para resolver o problema, é necessário considerar, além do posicionamento técnico do Ministério da Saúde, os princípios que regem o SUS. Assim, as diretrizes de regionalização, descentralização e hierarquização evocam a predominante atuação do gestor local na organização das ações e dos serviços de saúde.

Em razão de sua amplitude territorial, o Brasil possui grandes diferenças microrregionais quanto à epidemiologia, à oferta de serviços e à disponibilidade de recursos humanos e financeiros. Nesse contexto, é fundamental o papel desses gestores, pois, por melhor conhecerem as peculiaridades de suas respectivas regiões, têm melhores condições de equalizar a oferta e a demanda para serviços de terapia intensiva.

Assim, uma lei que obrigue todos os estabelecimentos de saúde a destinarem 10% de seus leitos à terapia intensiva, poderia causar distorções no sistema de saúde. A mais grave seria o excesso de leitos em relação à demanda em algumas localidades. Isso sem falar da inibição da construção de novas unidades hospitalares: para muitos Municípios brasileiros, é melhor ter um hospital com poucos leitos de UTI do que não ter hospital algum.

Ressalte-se que, por seu alto custo de instalação, uma UTI subutilizada significa desperdício injustificável de recursos humanos e financeiros. Além disso, os equipamentos dessas unidades, quando em desuso, estão fadados à deterioração e à obsolescência.

Conclui-se, portanto, que o projeto de lei em análise vai de encontro ao princípio da regionalização do SUS, pois, além de poder gerar distorções na organização do sistema de saúde, desconsidera a competência da esfera de governo local em prover assistência, identificar prioridades de intervenção e planejar os serviços.

Portanto, em vista do exposto, meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2013.

Sr. Presidente, resumidamente, a intenção do projeto é boa, no entanto nós não temos um parâmetro científico que diga qual deve ser a melhor relação entre número de leitos de UTI e habitantes. Reconhecemos que há deficiência de leitos em determinadas regiões, mas aprovar uma lei como essa significaria engessar os gestores até para que eles pudessem adequadamente garantir, por meio de portarias e decisões das comissões bipartites e tripartites, onde esses leitos devem ser colocados.

Por outro lado, V. Exª sabe também que o problema não é apenas de instalação das UTIs, nós temos carência de médicos intensivistas. Então, à medida que se propõe fazer UTI, temos que ampliar a formação de especialistas nessa área, e ninguém melhor do que o Ministério da Saúde junto com o Ministério da Educação para trabalhar em conjunto essa ideia.

Então, por essa razão, embora reconhecendo o mérito, eu proponho a rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Para discutir, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Presidente, eu também elogio a iniciativa do Senador Alfredo Nascimento, mas, realmente, como disse o Senador Humberto Costa, cria um engessamento muito grande, porque, para se instalar leitos de UTI, existem algumas variáveis a serem consideradas: primeiro, a carência regional; segundo, a característica de cada unidade. Haverão de convir que, para um hospital que faz politrauma, para um hospital de urgência que faz politrauma, a necessidade de leitos de UTI é bem maior do que para um hospital que não tem porte de urgência e atende pacientes de menor risco. Então, a característi-

ca do hospital também tem que ser considerada. E, evidentemente, a questão da mão de obra especializada – não só o médico intensivista, mas também o enfermeiro intensivista e os demais profissionais que trabalham na Unidade de Terapia Intensiva.

A Unidade de Terapia Intensiva – e eu falo porque sou especialista nisso – é multidisciplinar. Tem que ter o fisioterapeuta respiratório, o fisioterapeuta motor, a assistência nutricional em paciente crítico, o médico intensivista. Enfim, é uma equipe multidisciplinar que compõe os recursos humanos de uma UTI.

Então, por tudo isso, eu concordo com o parecer do Senador Humberto Costa, mesmo ressaltando a nobre preocupação do Senador Alfredo Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

A votação é nominal. Quem vota com o Relator Humberto Costa está votando "não" ao projeto.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente. "Não".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa, voto conhecido: voto "não", pela rejeição, porque é o Relator.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Rejeitado, por unanimidade, o Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2013.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, de 2010
– Terminativo -

Dispõe sobre o direito de férias proporcionais ao empregado doméstico.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2010.
Observações:
– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Relatório.

Vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 257, de 2010, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Referido projeto modifica a redação do art. 6º-A da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar que o empregado doméstico dispensado tenha direito à percepção de indenização referente a férias proporcionais correspondentes ao período mínimo de seis meses de trabalho antes da cessação do contrato.

O projeto foi lido em 20 de outubro de 2010 e distribuído a esta Comissão, onde fui designada para relatar e na qual não se apresentaram emendas.

Esta Comissão de Assuntos Sociais possui competência para a apreciação do projeto, dado que o art. 22, inciso I, conjuntamente com o art. 48, ambos da Constituição Federal, garantem a competência da União e, por extensão, do Congresso Nacional para legislar sobre o Direito do Trabalho, matéria que não se encontra no campo da iniciativa privativa do Poder Executivo.

Além disso, o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal põe a matéria no escopo deliberativo desta Comissão de Assuntos Sociais.

No tocante ao seu aspecto material, contudo, ainda que justa e meritória a proposição, entendemos que não deve subsistir.

O tema, a extensão dos direitos dos empregados domésticos foi, ao longo dos anos, desde a promulgação da Constituição de 1988, objeto de inúmeras propostas de legislação que buscavam equalizar os direitos desta categoria com o dos demais trabalhadores urbanos.

A adoção da Convenção nº 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) representou um ponto de inflexão no tratamento legislativo da matéria. Ainda que essa Convenção não tenha sido submetida ao juízo do Congresso Nacional e mesmo que, na prática, suas disposições já fossem quase que integralmente implementadas na legislação nacional, sua adoção gerou o ímpeto social que resultou, no Brasil, na aprovação da Emenda à Constituição nº 72, que fez convergir – ainda que não igualasse – os direitos dos domésticos e o dos demais trabalhadores.

Em resposta à edição da Emenda nº 72, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 224, de 2013 – Complementar. O aludido projeto regulamentou, de maneira integral, o contrato de trabalho do empregado doméstico, em substituição à atual Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972 – precisamente a lei que a presente proposição visa a modificar.

Ora, mesmo que seu conteúdo seja justo, a proposição em exame quedou-se ultrapassada pelo desenvolvimento legislativo representado pelo PLS nº 224, de 2013 – Complementar, que ora se encontra em exame na Câmara dos Deputados.

Destarte, foi perdida a oportunidade para sua apreciação, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto.

Do exposto, o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do PLS nº 257, de 2010, ante o disposto no art. 334, inciso I, do Regimento Interno.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Na verdade, no relatório da Senadora Ana Rita, ela declara prejudicado o projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação a declaração de prejudicialidade.

Quem vota com a Relatora vota "sim" para a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2010.

A votação é nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora, Sr. Presidente. "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Senadora Ana Rita é a Relatora e vota "sim".

João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.
O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – MT) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.
O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.
A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Douglas Cintra.
O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovada por unanimidade a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2010.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2011
– Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para instituir a obrigatoriedade de disponibilizar ao consumidor informações nutricionais de alimentos preparados.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2011, e da Emenda nº 1-CMA.
Observações:
– Em 18.03.2014, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA.
– Votação nominal.

Eu concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, a iniciativa visa incluir art. 47-A no Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para obrigar as unidades de comercialização de alimentos e os serviços de alimentação a disponibilizar, ao consumidor, informação nutricional dos alimentos preparados. A cláusula de vigência da proposição determina que a lei que se originar da proposição entre em vigor 180 dias após a sua publicação.

O autor argumenta que o excesso de peso é um dos fatores de risco para várias doenças crônicas não transmissíveis relacionadas a dieta, tais como dislipidemia, hipertensão arterial, acidente vascular cerebral, doença coronariana, diabetes e determinados tipos de câncer. E aponta que muitos brasileiros baseiam a sua dieta em comidas rápidas, consumidas fora de casa, constituídas principalmente de alimentos processados e bebidas açucaradas, que contêm grandes quantidades de gordura ou açúcar, alta densidade calórica, abundância de gordura e de carboidratos, escassez de fibras, de vitaminas e de minerais.

Por essas razões, a proposição objetiva promover a alimentação saudável, mediante a oferta de informações nutricionais ao consumidor.

Na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o projeto foi aprovado com a Emenda nº 1. Agora, compete à Comissão de Assuntos Sociais decidir sobre a matéria em caráter terminativo.

De acordo com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde.

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, a alimentação saudável é a base para a saúde. E a principal estratégia para a promoção da alimentação saudável é torná-la viável no cotidiano das pessoas, favorecendo o consumo de alimentos de elevado valor nutritivo e resgatando hábitos e padrões alimentares mais saudáveis. Nesse sentido, a proposição sob análise pretende oferecer à população informações nutricionais básicas sobre alimentos preparados em restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares, para que possa selecionar alimentos de maneira mais saudável, reduzindo a incidência e a prevalência de doenças relacionadas à alimentação.

Além disso, no intuito de aperfeiçoar o projeto de lei, também acatamos o texto aprovado pela CMA, que atende sugestão do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). De fato, a participação da autoridade sanitária nesse processo é essencial, notadamente no sentido de prover aos esta-

belecimentos de pequeno porte, que não dispõem de recursos para a realização de análise laboratorial, a fim de determinar a composição nutricional de suas preparações, tabelas de composição de alimentos e formas simplificadas de disponibilizar ao público informações nutricionais dos alimentos preparados.

Além de considerarmos a iniciativa meritória, em relação aos demais aspectos previstos na competência terminativa desta Comissão, ressaltamos que o projeto trata de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Por conseguinte, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Constituição Federal. Tampouco há norma constitucional que esteja em conflito, no aspecto material, com o teor da proposição em exame.

Assim, não se vislumbram óbices quanto à constitucionalidade da medida. Igualmente, não se verifica vício de injuridicidade. No que tange à regimentalidade, cumpre destacar que o trâmite da proposição observou o disposto no Risf.

Por fim, acerca da técnica legislativa, o projeto segue as regras definidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2011, com a adoção da Emenda nº 1 da CMA.

Quero, na oportunidade, cumprimentar o Senador Antonio Carlos Valadares, autor deste projeto.

Para elucidar a questão da emenda, gostaria de lê-la:

> Emenda nº 1 – CMA
> Dê-se ao art. 47-A do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2011, a seguinte redação:
> "Art. 47-A As unidades de comercialização de alimentos e os serviços de alimentação deverão disponibilizar ao consumidor as informações nutricionais dos alimentos preparados.
> Parágrafo único. A forma de declaração e a abrangência das informações nutricionais a que se refere o caput serão estabelecidas em regulamento pela autoridade sanitária competente."

É este o relatório, Sr. Presidente, com o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Vou encerrar a discussão, mas não temos quórum para deliberar, porque o projeto é terminativo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Enquanto aguardamos chegar alguém...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Ciro não é membro. Vocês estão contando o Senador Ciro Nogueira.

Vou encerrar a discussão, e vamos ficar com a matéria só aguardando o quórum.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB. *Fora do microfone*.) – Se chegar mais um, eu leio o outro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Penso que é melhor suspender a reunião, porque, senão, V. Exª também... Mas V. Exª quer ler?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB. *Fora do microfone*.) – Eu queria ler.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está encerrada a discussão, aguardando o quórum.

Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Senador Ciro Nogueira, nós falamos muito no seu nome aqui. E, com a sua presença aqui e a televisão ao vivo, criou-se, é claro, uma expectativa. Os aeronautas estão aqui, na sala ao lado, esperando para ver se há possibilidade de o acordo ser firmado com a autoridade de V. Exª.

Eu e o Senador Moka advogamos aqui o que V. Exª nos solicitou, e o que foi proposto: nós fechamos esse acordo, mas, se não houver entendimento, a matéria vai ser discutida lá na Câmara, a partir do dia 12, dia 15. Se V. Exª pudesse dar uma posição quanto a isso...

Nós só suspendemos o processo de votação. Eu seguro o meu relatório, e vamos ter duas semanas de discussão com o setor. Com acordo ou sem acordo, votaríamos no dia 12, e todos se comprometem a não pedir vista, a não obstruir, a não requerer para o plenário. Aí, vamos tentar construir o acordo lá na Câmara. Se V. Exª pudesse dar um...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI. *Fora do microfone*.) – Vamos fazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Podemos conversar lá com eles? Excelente, então. Sinto-me contemplado, Presidente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aproveitando a presença de representantes dos aeronautas... O Senador Ciro Nogueira já está aqui, e tenho informação de que o presidente do sindicato que representa essas empresas já está aguardando.

Vou conceder a palavra aqui ao Senador Cícero Lucena, e eu pediria à Senadora Ana Amélia que presidisse a reunião para que eu pudesse...

V. Exª pode fazer isso?

O próximo item é o nº 7.

Vou esperar a Senadora Ana Amélia assumir. Quero passar a Presidência para a Senadora Ana Amélia para que eu possa tentar esse acordo, mediar esse entendimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Como anunciou o Senador Waldemir Moka, concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena, que é o relator do PLS nº 260, de 2013.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2013
– Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os alimentos que contenham lactose indiquem, em rótulo, o teor dessa substância.

Autoria: Senador Paulo Bauer, do PSDB de Santa Catarina

Relatoria: Senador Cícero Lucena, do PSDB da Paraíba

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para apresentar o seu relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Vou ao relatório, Srª Presidente.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 260, de 2013, de autoria do Senador Paulo Bauer, inclui o art. 19-A no Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, cujo *caput* determina que os rótulos de alimentos que contenham lactose deverão trazer a indicação do teor da substância, em caracteres facilmente legíveis, na forma do regulamento. Conforme o parágrafo único do dispositivo, incluem-se na determinação do *caput* as embalagens de leite (art. 1º da proposição).

O art. 2º do projeto estabelece que a vigência da lei ocorra após cento e oitenta dias de sua publicação.

Na justificação do projeto, o nobre Senador Paulo Bauer apresenta os resultados de diversos estudos que apontam a elevada ocorrência da intolerância à lactose em nosso País.

Ele lembra que tal condição é determinada geneticamente e tem incidência enormemente variável de acordo com a etnia: essa incidência é muito baixa entre os brancos europeus (3%), medianamente elevada nos povos do norte da África, América Central, Índia e Oriente Médio (50%) e excessivamente elevada nos povos africanos, afro-caribenhos, sul-americanos e nas populações do leste e sudeste asiático (90%).

De acordo com o autor da proposição, diversos estudos apontam a elevada ocorrência da intolerância à lactose em nosso País, em percentuais que variaram de 45% a 71%. Em geral, considera-se que 50% da população brasileira, no mínimo, são afetados por essa condição, enquanto estudos internacionais apontam que 75% da população mundial sofrem de intolerância à lactose.

A justificação do projeto também assinala a importância de sabermos o teor da lactose nos alimentos, para que as pessoas afetadas possam administrar seu consumo diário de leite e derivados, de forma a manterem uma ingestão adequada de cálcio. Isso porque o grau da intolerância varia significativamente: enquanto a maioria das pessoas afetadas pode conviver com a ingestão de até um copo de leite por dia, outras têm sintomas desencadeados por quantidades menores de produtos lácteos.

Relatado o conteúdo da proposição, assinalamos que ela foi distribuída exclusivamente à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para ser apreciada em caráter terminativo, e não recebeu emendas no prazo regimental.

Vamos à análise.

Compete à CAS, na forma do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os temas concernentes à proteção e defesa da saúde, matéria de que trata o PLS nº 260, de 2013, de autoria do Senador Paulo Bauer.

Tendo em vista o caráter da apreciação, incumbe a este colegiado verificar a existência de óbices constitucionais, jurídicos, regimentais ou de técnica legislativa à aprovação do projeto. Quanto a esses aspectos, não vislumbramos vício algum.

As informações apresentadas na justificação do projeto demonstram o mérito da intenção de informar a população sobre o teor de lactose dos alimentos. No entanto, é preciso considerar a viabilidade da medida e seu custo-benefício.

Determinar o teor de lactose dos alimentos é um procedimento de custos significativos. Obrigar os produtores de todos os alimentos industrializados e comercializados no País a adotar as providências necessárias para calcular esse teor é uma medida que irá onerá-los, sem se fazer acompanhar de benefícios na mesma proporção.

Em primeiro lugar, porque é difícil determinar o teor de lactose nos alimentos com precisão absoluta. E, em segundo lugar, porque esse teor pode variar enormemente nos diferentes lotes de um mesmo produto.

Do ponto de vista da pessoa com intolerância à lactose, o mais importante é saber se o alimento contém ou não o açúcar.

Por essas razões, optamos por determinar que os rótulos dos alimentos que contenham lactose indiquem a presença da substância, conforme as determinações fixadas em regulamento, medida que não irá impor grande ônus aos produtores.

Além disso, julgamos importante que as regras de rotulagem contemplem os dispositivos necessários para dar destaque aos alimentos isentos de lactose ou com teores reduzidos do açúcar. Isso irá recompensar os esforços de produtores dedicados a aprimorar seus laticínios, para contemplar as necessidades de consumidores com restrições dietéticas.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº – CAS
> (ao PLS nº 260, de 2013)
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013, a seguinte redação:
> "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem de alimentos que contenham lactose."

> EMENDA Nº – CAS
> (ao PLS nº 260, de 2013)
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2013, a seguinte redação:
> "Art. 1º O Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 19-A:
> "Art. 19-A. Os rótulos de alimentos que contenham lactose deverão indicar a presença da substância, conforme as disposições do regulamento.
> Parágrafo único. Os rótulos de alimentos cujo teor original de lactose tenha sido alterado deverão informar o teor de lactose remanescente, conforme as disposições do regulamento."

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Cícero Lucena.

Está em...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Um momentinho, Senador.

Está em discussão.

Estou falando regimentalmente, Senador Paulo Bauer, autor do projeto.

Em discussão a matéria.

Eu queria até dizer que, quando o Senador Cícero Lucena estava apresentando o relatório – é muito boa a iniciativa do Senador Paulo Bauer –, lembrando do caso do glúten, que não há especificação de quantias, mas sim: "esse produto contém ou não contém glúten", me pareceu também estar dentro, digamos, da mesma restrição que pessoas podem ou não consumir glúten tanto quanto lactose. Então lembrei logo disso quando V. Exª estava fazendo a leitura.

Com muito prazer, concedo o aparte ao autor do projeto, Senador Paulo Bauer. Em seguida, ao Senador Cyro Miranda.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Senadora Ana Amélia, cumprimento V. Exª e uso da palavra, primeiro, para cumprimentar o Senador Cícero Lucena pelo brilhante relatório que faz da matéria.

Também quero aqui mencionar, registrar que a iniciativa que tomei é por conta de um procedimento que eu adoto no exercício do mandato de ouvir de fato as bases, ouvir de fato a sociedade.

Este assunto chegou ao meu conhecimento graças à iniciativa de uma cidadã catarinense chamada Jéssica Duarte, que reside na cidade de Rio do Sul. Inclusive, agora, na campanha eleitoral para o governo do Estado, eu tive a oportunidade de conhecer e visitar. Ela é uma jovem que não tem possibilidade de viver, de ter vida regular com os alimentos que são oferecidos para consumo pelas indústrias, pelo comércio, porque ela tem, efetivamente, uma restrição ao uso. Ela tem intolerância à lactose. Por isso ela me contou toda a sua experiência pessoal.

Aliás, quando nós tomamos a iniciativa de apresentar este projeto, que foi muito bem elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado a nosso pedido, essa cidadã, Jéssica Duarte, essa jovem, tomou a iniciativa de fazer uma manifestação através da internet que chegou a milhares de outras manifestações, de adesões Brasil afora, inclusive de outras partes do mundo, cumprimentando não só o autor da matéria, mas o próprio Senado por estar tratando do assunto.

Por isso considero que é muito importante a aprovação desse texto e dessa proposição.

Depois, em sendo aprovada nas Comissões seguintes e na Câmara dos Deputados, nós, na verdade, estaremos protegendo a saúde, protegendo as pessoas, sem que isso reflita em aumento de custos, em aumento de preços de alimentos, mas, com certeza, vai refletir em redução de despesas médicas, porque as pessoas, ao evitarem o consumo, a ingestão de lactose, vão evitar a indisposição, a consulta e até, eventualmente, a internação médica.

Por isso o meu abraço à Jéssica.

Posso dizer a V. Exª, Senadora Ana Amélia, que o Senado, como Casa política, como instituição representativa dos Estados, quando acolhe uma sugestão de uma cidadã, de um cidadão brasileiro, discute e faz isso virar uma regra, com certeza beneficia toda a sociedade.

Meus cumprimentos ao Senador Cícero Lucena e meu agradecimento pela atenção a todos os Senadores com relação a este assunto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria aduzir apenas, Senador Paulo Bauer, que realmente o Senado, a maior parte dos Senadores que operam especialmente com redes sociais... É um mecanismo que serve para o bem e para o mal; de um modo geral, mais para o bem, como foi o caso dessa rede formada em defesa do projeto pela iniciativa da Jéssica e pela formulação que contou com a competente assessoria legislativa do Senado Federal, que é de grande qualidade.

Então, de fato, a Comissão de Assuntos Sociais tem, em alguns momentos, feito audiências públicas com acompanhamento pelas redes sociais, e é inacreditável o que tem de repercussão, como foi no debate que fizemos aqui sobre o problema da mortandade envolvendo acidentes de moto, por exemplo. Então, nós, da Comissão de Assuntos Sociais, sabemos o quanto há de utilidade, de proveito em relação às redes sociais, que serviram também para fomentar, estimular e ampliar a relevância do projeto de sua autoria, que trata de definir a questão da lactose nos alimentos.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente.

Quero parabenizar pela atenção o Senador Paulo Bauer, pois talvez essa atitude da Jéssica pudesse passar em branco. Mas ele, atento, procurou trazer esse problema para um projeto. E muito mais ainda parabenizo o Relator Cícero Lucena – ambos são do PSDB – por poder ajustar, não fazer de um rótulo um bulário, porque aquilo amanhã poderia ser, dadas as divergências de valores percentuais, somente: "contém ou não contém". Mas tomou aquela iniciativa, como V. Exª falou: "contém glúten, não contém glúten, contém açúcar, não contém açúcar", resolvendo assim o problema. Então, os dois estão de parabéns, ambos do PSDB, a quem eu saúdo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu quero cumprimentá-lo.

Como é uma votação que exige quórum, ela vai ser suspensa, como aconteceu com outras matérias, com o nosso Presidente que já está aqui, Waldemir Moka. Então, fica suspensa a discussão e a votação para a próxima reunião, quando tivermos quórum.

Cumprimento o Relator e o autor.

Com a palavra o Presidente Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É só para uma comunicação, Senador Jayme, Senadora Lúcia Vânia, Senadores Paulo Bauer, Cícero e Cyro.

Acabei de vir de uma reunião com todos os aeronautas, talvez com o dobro dos que estavam aqui no Plenário. Compareceram lá o Relator, Senador Paim; o representante, Presidente do Sindicato das Companhias;

e o Senador Ciro Nogueira, que tomou o compromisso de que, no dia 12, com acordo ou sem acordo, nós votaremos a matéria. Ele se comprometeu, dizendo que, de sua parte, não haveria nenhuma outra intenção que não fosse buscar o acordo, ou seja, não vai pedir para o Plenário e não haverá nenhuma manobra protelatória.

Então, eu acho que valeu a pena buscar o entendimento e que, ouvidas as duas partes agora, o entendimento está muito próximo de ser feito, o que me surpreendeu, mas positivamente. Ouvi todos ali dizendo que estão muito próximos agora de um acordo. Eu estava achando que isso era possível.

Achei importante dizer para todos os senhores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria cumprimentar, pelo esforço, o Senado Waldemir Moka, que agiu com seu espírito sempre conciliador para encontrar um consenso em torno de uma matéria tão relevante, como a questão da regulamentação dos aeronautas e a questão do horário de voo, da segurança dos voos. Então, quero cumprimentá-lo. Vamos torcer para que dê certo.

Presidente Moka, queria que V. Exª assumisse a Presidência, porque eu queria falar sobre essa nossa reunião, que vai ser muito importante, pois esta Comissão teve muito a ver com ela.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Moka, eu queria até, lembrando a sua condição de médico, falar, nesta Comissão em que a maioria são homens, que nós já estamos encerrando o Outubro Rosa, que é um alerta internacional, já com grande repercussão, especialmente no País, quando a gente vê a imagem do Congresso ou de prédios públicos iluminados de rosa. É uma alerta para as questões relacionadas à saúde da mulher, mas especificamente sobre a questão relacionada ao câncer de mama.

Agora nós estamos entrando em novembro, no Novembro Azul, e isso tem um sentido. Novembro Azul é para driblar o preconceito ao câncer de próstata, é o mês mundial de combate ao câncer de próstata. Até há um site: www.novembroazul.com.br. que explica isso didaticamente.

O mais importante é que nós vamos celebrar com uma audiência pública o acendimento das luzes do Congresso Nacional na tarde do dia 3, na próxima segunda-feira, às 17 horas, Presidente, e ficaríamos muito honrados, porque o requerimento é uma iniciativa de minha autoria, aqui no Senado, e do Deputado Federal Dr. Jorge Silva, na Câmara dos Deputados... Então, essa sessão solene do Congresso será destinada a comemorar os 26 anos do Dia Nacional de Combate ao Câncer de Próstata – Saúde do Homem, a realizar-se no dia 3 de novembro, segunda-feira, às 17 horas, no plenário do Senado Federal. É uma iniciativa conjunta do Senado e da Câmara, como desta Comissão de Assuntos Sociais, presidida com muito zelo e competência, antes, pelo nosso querido Senador Jayme Campos e agora pelo também aplicadíssimo Senador Waldemir Moka. Estão todos convidados.

O próprio Ministério da Saúde trata dessa matéria e amplia. O Novembro Azul não trata tão somente de câncer de próstata, como o Outubro Rosa, mas da amplitude do conceito de saúde do homem. Eu costumo dizer, Senador Moka, o fiz quando discutimos essa matéria, que os homens cuidam mais do seu automóvel – levam para a revisão, levam para a oficina, fazem o abastecimento, trocam o óleo –, mas não fazem um exame de prevenção, seja para doenças cardiovasculares, seja... Eu estou vendo muitas cabecinhas fazendo o sinal que sim. O senhor mesmo, na audiência, disse que os homens são levados pelas namoradas, pelas esposas, pelas companheiras, pelas filhas meio à força para o médico para fazer uma revisão, não é mesmo? Então, nós queremos, com essa iniciativa, fomentar, estimular todos os homens de qualquer idade a fazer a prevenção. Prevenir é sempre o melhor remédio.

Muito obrigada, Presidente.

Estão todos convidados para o dia 3 de novembro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, vou estar presente, mas eu acho que é importante colocarmos uma coisa que, no ano passado, nós já dissemos, eu adverti e, este ano, nós precisamos ver. A rede pública, por exemplo, o SUS tem muito poucos profissionais, muito poucos os médicos que fazem urologia. Isso é fundamental dizer. Com uma campanha como essa, vai haver demanda nos centros de saúde. Então, quando você faz a campanha, a pessoa fala: "Então, eu vou lá". Aí, quando chega lá, não encontra o profissional, o especialista. É preciso, realmente, ter urologista. Estou falando especificamente do câncer de próstata, evidentemente fazendo a correlação com o câncer de mama, com o câncer de colo de útero, mas é impressionante como você não encontra esse profissional na rede do Sistema Único de Saúde.

Então, eu acho que, nessa audiência pública, seria importante dizer que vai aumentar a demanda e que o Ministério da Saúde tem que ter essa preocupação, pois nós precisamos desse especialista.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinqüenta e seis minutos do dia dois de setembro dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eunício Oliveira, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Cássio Cunha Lima, Aloysio Nunes Ferreira, Douglas Cintra, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Paulo Paim, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Gim e da Senadora Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Alvaro Dias, José Agripino, Magno Malta e a Senadora Gleisi Hoffmann. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença de Suas Senhorias a Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, Maria Alice Nascimento Souza, e o Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Técio Lins e Silva. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, de 2014 – Não Terminativo.** Cria Funções Comissionadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – FCPRF; cria e extingue cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas; e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 2014 – Não Terminativo.** Altera o art. 5º da Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, para incluir entre os peritos oficiais os peritos em papiloscopia. **Autoria:** Deputado Luciano Castro. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador Gim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 3) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 20, de 2014 – Não Terminativo.** Altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre os requerimentos de voto de aplauso, congratulações, louvor, solidariedade ou censura. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, de 2014 – Não Terminativo.** Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. **Autoria:** Deputado Osmar Serraglio. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 6) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2011 – Não Terminativo.** Altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano. **Autoria:** Senador Paulo Bauer e outros. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatório:** Favorável à Proposta, na forma da Emenda nº 2 (Substitutivo) e contrário à Emenda nº 1-CCJ. **Resultado:** Concedida vista à Senadora Ana Rita, nos termos regimentais. **ITEM 16) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, de 2012 – Terminativo.** Altera os arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e revoga a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003. **Autoria:** Deputado Renato Molling. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CE a 3-CE. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 23) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, de 2011 – Não Terminativo.** Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionários nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais. **Autoria:** Deputada Alice Portugal. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 24) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2013 – Não Terminativo.** Altera a delimitação da Reserva Particular do Patrimônio Natural Emílio Einsfeld Filho em Santa Catarina e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Onofre Santo Agostini. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, de 2013 – Complementar – Não Terminativo.** Altera o Código Eleitoral para impor celeridade processual nos casos que especifica. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 27) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº**

117, de 2013 – Não Terminativo. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estabelecer o significado da expressão "guarda compartilhada" e dispor sobre sua aplicação. **Autoria:** Deputado Arnaldo Faria de Sá. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda n° 1-CDH (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 28) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, de 2008. Ementa do Projeto:** Dispõe sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado, alterando a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. **Autoria do Projeto:** Deputado Marcelo Barbieri. **Relatoria das Emendas**: Senador Gim. **Relatório:** Contrário às Emendas nº 2-PLEN e nº 3-PLEN. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário às Emendas nºs 2-PLEN e 3-PLEN. **EXTRAPAUTA: ITEM 29) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2014 – Não Terminativo.** *Dispõe sobre a criação de funções comissionadas e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.* **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 30) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2014 – Não Terminativo.** *Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.* **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 31) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, de 2014 – Não Terminativo.** *Transforma os cargos de Auxiliar Judiciário em cargos de Técnico Judiciário e de Analista Judiciário no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.* **Autoria:** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Relatoria:** Senador Gim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 32) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, de 2014 – Não Terminativo.** *Transforma os cargos de Juiz de Direito em Juiz de Direito de Turma Recursal no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.* **Autoria:** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Relatoria:** Senador Gim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 33) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 39, de 2014.** *Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2014.* **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 40, de 2014.** *Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2014.* **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 41, de 2014.** *Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2014.* **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 42, de 2014.** *Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2013.* **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 43, de 2014.** *Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2014.* **Autoria:** Senador Gim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 44, de 2014.** *Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2014.* **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 45, de 2014.** *Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2014.* **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 46, de 2014.** *Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2014.* **Autoria:** Senador Gim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 47, de 2014.** *Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2014.* **Autoria:** Senador Gim. **Resultado:** Aprovado. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Gim. O Senhor Senador Gim devolve a Presidência ao Senador Vital do Rêgo. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Anibal Diniz. O Senhor Senador Anibal Diniz devolve a Presidência ao Senador Vital do Rêgo. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e dois minutos do dia dois de setembro de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2013; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 437, de 2012; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007;

ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2013; ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2013; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, de 2012; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 367, de 2007; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2008; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 728, de 2011; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2012; ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, de 2012; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2009; ITEM 20) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2012; ITEM 21) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2013; ITEM 22) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2014; ITEM 26) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, de 2014; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos. Peço que o serviço de som melhore a audibilidade do nosso microfone.

Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 39ª Reunião extraordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será destinada à deliberação dos itens 1 a 28. E antes de iniciarmos o item 1, gostaria de, em nome desta Presidência, agradecer o empenho das Srªs e Srs. Parlamentares que, dentro de uma agenda eleitoral extremamente difícil de cada um, cumprem o chamamento do Senado Federal para um esforço concentrado. E a única Comissão que tem reunião em curso no Senado Federal é a Comissão de Constituição e Justiça.

Por isso, na condição de Presidente, que coordena os trabalhos desta Comissão, quero agradecer penhoradamente o respeito que V. Exªs têm pela Comissão de Constituição e Justiça e, principalmente, à atividade e atenção que cada um dos senhores e senhoras tiveram com esta Presidência no ato convocatório.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Gim Argello, já que o item 1 é o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, de 2014
– Não terminativo -

Cria Funções Comissionadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – FCPRF; cria e extingue cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas; e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:

Está com a palavra o nobre Senador, Presidente desta Comissão, Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, para acompanhamento de V. Exªs, tenho em mão relatório do PLC nº 72, de 2014, que cria funções comissionados no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cria e extingue cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores e funções gratificadas e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007.

Há mais de uma década, senhoras e senhores, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal luta e pleiteia por uma reestruturação nos seus quadros. A análise que fizemos a respeito da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e do mérito é extremamente favorável, e, digo a V. Exªs, tardia. Precisávamos, já antes, ter essa reestruturação na carreira dos senhores oficiais, dos senhores membros da Polícia Rodoviária Federal.

Antes de tudo, cumpre registrar que a criação de cargo constitui matéria tratada em lei federal nos termos da Constituição Federal. O PLC nº 72 é de autoria do Chefe do Executivo, e as leis do ciclo orçamentário autorizam a criação de funções.

No tocante ao mérito, cabe realçar a tendência recente de criação de funções comissionadas de exercício privativo de integrantes das carreiras em atividade nos órgãos cuja estrutura elas integram. Diante disso, temos diversos exemplos de criações que colocamos aqui na área do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte e de desenvolvimento de educação.

Cabe ressaltar que a Cabe destacar que a Polícia Rodoviária Federal é instituição prevista pela própria Carta Magna, em seu art. 144, II. O rol de atribuições desse órgão, desempenhadas no âmbito das rodovias federais, é bastante amplo, incluindo as de realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações de segurança pública, exercer os poderes de autoridade de trânsito, aplicar multas, executar serviços de prevenção, atendimento em acidentes e salvamento de vítimas, assegurar a livre circulação e colaborar na prevenção e repressão a crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho, entre outros delitos.

A área de atuação da Polícia Rodoviária Federal abrange aproximadamente 78 mil quilômetros de rodovias federais, em todas as unidades da Federação, conforme informações da malha rodoviária federal fornecidas pelo DNIT a esta relatoria. O Boletim Estatístico de Pessoal do registra que, nos últimos dez anos, ingressaram no quadro do Departamento de Polícia Rodoviária Federal mais de quatro mil servidores por concurso público. A estrutura organizacional desse Departamento, no entanto, não acompanhou a evolução do País em termos de aumento da malha rodoviária, da população e da frota nacional. Hoje, o Departamento conta com menos superintendências que o número de Estados-membros. Há menos superintendências do que a quantidade de Estados–membros. O Projeto de Lei da Câmara vem aperfeiçoar e possibilitar a reestruturação do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e o aperfeiçoamento de sua gestão, razão por que merece ser aprovado.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLC nº 72, de 2014, e, no mérito, pela sua aprovação.

Registro a presença da Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Drª Maria Alice, e de diversos membros dessa carreira, que tanto dignificam o trabalho dos senhores e o exercício da cidadania brasileira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Nós que agradecemos, Senador Vital do Rêgo, por tão brilhante relatório. Só um projeto desses justificaria a análise nesse nosso esforço concentrado, tendo em vista que estamos fazendo justiça à de Polícia Rodoviária Federal, órgão que, por todos brasileiros, é tão bem visto, tão querido. Mais do que isso, hoje, os superintendentes no Brasil todo visitam as nossas instalações. Vocês são muito bem-vindos: Diretor-Geral e todos os senhores e senhoras membros da de Polícia Rodoviária Federal.

Dizendo estas palavras e parabenizo mais uma vez o nosso Presidente, Senador Vital do Rego...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – ....coloco em discussão a matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Para discutir, nobre Senador Flexa Ribeiro. V. Exª está com a palavra. Logo a seguir, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente Senador Gim, Relator Senador Vital do Rêgo, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o projeto é de vital importância.

Quero parabenizar o Senador Vital pelo seu parecer e fazer um apelo à de Polícia Rodoviária Federal: no meu Estado, o Estado do Pará, houve fechamentos de pontos de fiscalização ao longo das rodovias.

Eu tenho um levantamento, não estou com ele em mãos, mas foi feito um concurso algum tempo atrás, foram admitidos para o Pará setenta e poucos novos policiais rodoviários federais que depois foram levados para o Paraná.

Então, vou votar a favor, acho-os necessários para controlar melhor as rodovias federais, diminuir as mortes desnecessárias. Mas peço que haja a retomada dos postos de fiscalização que foram fechados nas rodovias federais do Estado do Pará.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tenho certeza, agradecendo o voto de V. Exª, de que esse projeto de reestruturação vai abrir um novo leque de oportunidades para se restaurar direitos como o que V. Exª colocou com muita propriedade, a reestruturação do serviço nas suas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Agradecendo ao Senador Flexa Ribeiro, passo a palavra ao nobre Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, também quero felicitar o Senador Vital do Rêgo pela relatoria, pela iniciativa, durante toda essa década de luta da Polícia Rodoviária Federal, e aproveitar, em nome da nossa Paraíba – e tenho certeza de que o Senador Vital vai endossar a reivindicação –, aproveitando a presença da diretora-geral da nossa PRF, para solicitar que a nossa Paraíba possa ser contemplada com mais quadros de policiais e agentes, uma vez

que nós temos um déficit no nosso Estado. Historicamente, concursos vêm sendo realizados e a Paraíba não tem sido contemplada.

Diante das nossas necessidades, aproveito a oportunidade e o ensejo para, em nome do nosso Estado, apresentar essa reivindicação, ao tempo em que felicito V. Exª e também naturalmente a conquista da nossa Polícia Rodoviária Federal, que merece integral, total e irrestrito apoio.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Cássio Cunha Lima.

Com a palavra o nobre Senador Moka, representante do Mato Grosso do Sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, parabenizando o Presidente da nossa Comissão e hoje relator desse importante projeto, o Senador Vital do Rêgo, quero dizer para os Srs. Senadores e para as Srªs Senadoras, imaginem para o meu Estado, Mato Grosso do Sul, a importância que tem a Polícia Rodoviária Federal. Tenho certeza de que, embora não conheça estatísticas, o grande responsável por apreensão de drogas na fronteira é exatamente a Polícia Rodoviária Federal. Entretanto, em vez de se estruturar a Polícia Rodoviária Federal, ela tem sido encolhida. Então, esse projeto tem um alcance muito grande, mais do que a gente possa imaginar.

Portanto, eu aqui queria dar esse testemunho da importância que tem a Polícia Rodoviária Federal não só nessa questão de drogas, mas também para o controle principalmente de Estados como o de Mato Grosso do Sul, que tem uma extensa fronteira seca com o Paraguai e com a Bolívia, portanto, porta de entrada das drogas, do contrabando, e por aí vai.

Eu acho que o projeto é muito feliz e oportuno; o relatório do Senador Vital do Rêgo também. Tenho certeza de que será aprovado. Mas vim aqui, V. Exª sabe que sou apenas suplente na Comissão de Constituição e Justiça, porque não poderia faltar ao compromisso com o meu Estado e também com a valorosa Polícia Rodoviária Federal do nosso País e, em especial, do meu querido Mato Grosso do Sul.

Voto favorável, parabenizando o relator e também o envio, pelo Executivo, desse importante projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka, do Estado do Mato Grosso do Sul.

Passo a palavra, então, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu quero registrar, em nome do PMDB, o apoio para esse projeto, louvar a iniciativa e o relatório do Senador Vital do Rêgo e registrar duas coisas, Sr. Presidente. Primeiro, que estamos aqui aprovando aqui cargos de DAS e melhor estruturando a Polícia Rodoviária Federal, o que é muito importante – tem nosso apoio, é fundamental. Mas eu quero aqui também registrar o apoio para que o Governo Federal chame os concursados que aguardam o chamamento para aumento de efetivo da Polícia Rodoviária Federal nos Estados.

Existe uma série de pré-requisitos que já foram cumpridos, é preciso ampliar o efetivo da Polícia Rodoviária Federal. Reuni-me com eles em Roraima, tenho me reunido aqui em Brasília e, sem dúvida nenhuma, é uma força extremamente importante no sentido de combater tráfico de drogas, entrada de armas, saída de carros roubados. Então, esta deve ser uma prioridade do Governo: a ampliação dos quadros da Polícia Rodoviária Federal no Brasil.

E em homenagem ao Senador Vital do Rêgo, além de encaminhar favoravelmente, eu gostaria de registrar o pedido de urgência desta matéria, para que possamos votá-la simbolicamente ainda hoje no plenário do Senado com a aprovação dos cargos. (*Palmas*.)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Uma informação desta Relatoria ao Senador Romero Jucá, sempre muito diligente: já ontem mesmo, nós conseguimos a inclusão na pauta de plenário – item 16. E já estamos pedindo ao Presidente Renan Calheiros para inverter a ordem para que esse item seja o primeiro da pauta da sessão de hoje, com o apoio de V. Exª, que é imprescindível.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – É importante, só para registrar, que nós tenhamos a urgência...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovada aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente, porque, se surgir alguma emenda de plenário, a matéria estando em urgência, a emenda será apreciada no plenário, não vai retardar. E pode ser que alguém queira retardar, a gente nunca sabe. Então, como seguro morreu de velho, a gente vai preparar e vai aprovar a questão dos policiais rodoviários federais.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – E desconfiado ainda anda vivo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Já pedi à assessoria...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª tem experiência para isso, Senador Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Já pedi à assessoria que providencie o pedido de urgência da votação encaminhado pelo Relator, Senador Vital do Rêgo.

Sobre os concursados, temos 451, hoje, Senador Romero Jucá, Senador Mozarildo Cavalcanti – V. Exª ontem me pediu – eu os recebi ontem no final da tarde no nosso gabinete, dei um telefonema à Ministra do Planejamento. Hoje pela manhã eles devem ter sido recebidos... Uma comissão desses funcionários, que já foram aprovados em concurso, 451 se não me engano, e estão acampados na porta do Ministério e, hoje, consegui que o gabinete da Ministra os recebesse.

Com essa aprovação aqui, tenho certeza que com a necessidade de quadros que existe, esses que já foram aprovados devem ser chamados – 451 novos servidores para a Polícia Rodoviária Federal.

Dando essa notícia, passo a palavra ao Senador Valadares, que pede a palavra para entrar na discussão dessa matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, em nome do PSB, quero aqui, a exemplo dos oradores que me antecederam, prestar o nosso apoio ao andamento e à aprovação desta proposta que visa fortalecer essa instituição que tem o respeito de todo o Brasil, que é a Polícia Rodoviária Federal, que tem uma atribuição específica de fazer a vigilância e o controle nas rodovias federais, dando o seu contributo ao combate à criminalidade, à regularização dos veículos, as estradas, enfim, uma função preponderante que pressupõe segurança pública nas rodovias do nosso País.

Eu acho totalmente coerente o que aqui falou o Senador Jucá, referendado pelo nosso Senador Gim e também pelo Relator, Senador Vital do Rêgo, da importância de se chamar os concursados, porque, já que se criam funções comissionados e também cargos em comissão, é mais do que claro que a prioridade deve ser para os concursados.

O Governo Federal, então, atendendo ao apelo desta Casa, desta Comissão, haverá de entender que a Polícia Rodoviária Federal se fortalece com a criação desses cargos, o que vai dar maior vitalidade, maior flexibilidade a sua atuação em todo o País e também o chamamento mais urgente possível daqueles que pela Constituição merecem a nomeação imediata.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Agradeço ao Senador Valadares. E passo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente e Líder do nosso Partido, quero pedir sua permissão para falar em nome do PTB e dizer que nós somos completamente a favor deste projeto. Lá em Roraima, que é um Estado que tem fronteira com dois países, a Guiana e a Venezuela, e tem rodovias federais que chegam até essa fronteira, fora, como disse o Senador Moka, são fronteiras secas, que atravessam livremente, além de passar pelas rodovias federais.

Então, acho que já passou até da hora mesmo, mas nunca é tarde para corrigir as coisas. Acho importante aprovar esse projeto e reiterar também a questão de concursados. Não consigo entender. O Governo tem pedido a criação de cargos comissionados com frequência e os concursados não são nomeados. Então, quero deixar aqui o meu protesto e o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Está bem.

Para discutir, a nobre Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Rapidamente, Sr. Presidente, posso aqui também falar em nome da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores. A orientação de voto é pela aprovação desta matéria, considerando a sua relevância e considerando que esse projeto contribui em muito para a reestruturação da Polícia Rodoviária Federal. Então, é muito importante o fortalecimento dessa instituição, o fortalecimento do trabalho realizado pela Polícia Rodoviária Federal nas estradas do nosso País, um país imenso como o nosso, um país continental, e é preciso, sim, ter uma presença mais forte, mais marcante da nossa Polícia Federal.

Então, também a nossa Bancada tem total acordo na votação, na aprovação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Obrigado, Senadora.

Passo a palavra ao nobre Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, na mesma linha dos colegas Senadores, apenas para prestar o nosso apoio também, em nome do PSD. Quero dar um depoimento em favor da Polícia Rodoviária Federal do nosso País, do trabalho que é feito em nosso Estado. Nós também fazemos fronteira com dois países, Peru e Bolívia. E, hoje, mesmo diante das precárias situações em que se encontra a nossa Polícia Rodoviária Federal, mesmo assim é gratificante o trabalho que esses heróis, policiais federais, exercem naquela região de fronteira, principalmente no combate ao tráfico de drogas. Todos os dias, está lá nos jornais uma ação da Polícia Rodoviária Federal naquelas nossas rodovias, principalmente a BR-317, que liga a Bolívia ao nosso País.

Então, eu queria aqui também prestar o nosso apoio, em nome do PSD, a esse projeto de reestruturação, que entendemos é de fundamental importância para o fortalecimento da nossa Polícia Rodoviária Federal, instituição que orgulha todos os brasileiros.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Nós que agradecemos, nobre Senador Petecão.

Mais uma vez, parabenizamos o Relator, Presidente desta Comissão, o brilhante Senador Vital do Rêgo, por tão bem construído relatório, vejam vocês, que vai passar por unanimidade aqui.

Tendo colocado isso, pergunto se mais algum Senador gostaria de fazer uso da palavra para discutir a matéria, que continua em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário. (P*almas.*)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, vamos votar a urgência do projeto!

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Já há pedido do Presidente desta Comissão e Relator desta matéria, Senador Vital do Rêgo, que submeto ao Plenário.

Em discussão a urgência. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, apenas quero manifestar meu voto favorável, acompanhando a Senadora Ana Rita, pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Continua em discussão o pedido de urgência. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o pedido de urgência à matéria.

Aprovado.

A matéria segue direto para o plenário, parabenizando, mais uma vez, a Polícia Rodoviária Federal e o nobre Senador Vital do Rêgo. (*Palmas*.)

Senador Vital do Rêgo, aproveito, então, para devolver-lhe a Presidência, mas já faço um pedido de inversão de pauta para o item nº 28, tendo em vista que se encontra aqui na galeria da nossa Comissão o Presidente do Instituto Brasileiro dos Advogados, Dr. Técio Lins e Silva, e o Conselheiro da OAB Federal, Dr. Pedro Paulo. Então, peço a V. Exª que faça a inversão de pauta para o item 28, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço aos senhores.

Em discussão, sem nenhuma objeção, a inversão de pauta. Sem objeção, vamos ao item 28.

Quero registrar a cada um e a todos os companheiros de plenário o abraço da Polícia Rodoviária Federal, através da Drª Maria Alice, que, em nome de todos os nossos companheiros do Departamento de Polícia Rodoviária Federal Brasileira, agradece a compreensão dos senhores.

Vamos a plenário, hoje, com o pedido de urgência e já tentando a inversão de pauta. Vamos encerrar essa longa e penosa trajetória da Polícia Rodoviária Federal para sua reestruturação da carreira – não esquecendo a Paraíba, não é Drª Larissa? Não esquecendo a Paraíba, que precisa muito.

Vamos ao item 28.

ITEM 28

EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, de 2008

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado, alterando a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.*
Autoria do Projeto: Deputado Marcelo Barbieri
Relatoria das Emendas: Senador Gim
Relatório: Contrário às Emendas nº 2-PLEN e nº 3-PLEN.
Observações:

Foram apresentadas emendas e, no seu relatório, o Senador de posicionou contrário às emendas.

Concedo a palavra ao Senador Gim, para proferir seu relatório.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 2 e 3 – PLEN ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2008 (Projeto de Lei nº 5.762,

de 2005, na origem), do Deputado Marcelo Barbieri, que dispõe sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado, alterando a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Relatório.

Retorna a esta Comissão para o exame de emendas, nos termos do art. 277 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 83, de 2008 (Projeto de Lei nº 5.762, de 2005, na Casa de origem), que dispõe sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado, alterando a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, de autoria do Deputado Federal Marcelo Barbieri.

A matéria foi aprovada por esta Comissão na forma do Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ) apresentado pelo então Senador Demóstenes Torres, no dia 8 de dezembro de 2010. Em seguida, foi aberto prazo para emendamento em Plenário, oportunidade em que o Senador Antonio Carlos Valadares apresentou duas emendas, a saber:

a) Emenda nº 2-PLEN, para supressão da referência expressa à Ordem dos Advogados do Brasil no parágrafo único do art. 3º alterado pelo Substitutivo, para impedir a confusão interpretativa que indica, mantendo a possibilidade de a representação por abuso de autoridade ser feita "pelo correspondente conselho de classe profissional"; e

b) Emenda nº 3-PLEN, para redução da pena prevista pelo Substitutivo para seis meses a dois anos de detenção, nos moldes da pena inicialmente prevista pelo PLC nº 83, de 2008, e que foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

Análise.

O Substitutivo aprovado por esta Comissão alterou expressivamente a proposição original vinda da Câmara dos Deputados. Em tributo ao princípio constitucional da isonomia, o texto passou a tratar da Lei do Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965) – e não mais do Estatuto da Advocacia – e buscou abraçar todas as categorias profissionais.

A Emenda nº 2-PLEN propõe uma fórmula mais genérica para o dispositivo que trata da representação profissional. Contudo, a menção específica ao conselho profissional dos advogados mantém a proposta mais próxima ao texto original. Por essa razão, somos pela preservação da redação do Substitutivo.

A Emenda nº 3-PLEN, por sua vez, corrige o que julga ser desproporcionalidade da sanção penal trazida pelo novo texto. A sanção passou de 10 dias a 6 meses de detenção para 2 a 4 anos. Na opinião do ilustre autor da emenda, um salto expressivo. Todavia, considerando que tal pena se refere a todas as condutas de abuso de autoridade previstas na Lei nº 4.898, de 1965, e não apenas ao caso específico do desrespeito às prerrogativas profissionais, o aumento é bem-vindo. Há muito que tal pena encontra-se defasada. É hora oportuna para atualizá-la. E, considerando a gravidade das condutas constantes da referida Lei, o novo intervalo penal proposto nos parece proporcional.

Voto.

Em face do exposto, somos pela rejeição das Emendas nº 2-PLEN e nº 3-PLEN.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado, por unanimidade.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado.

Obrigado, mais uma vez. Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a presença do Dr. Técio Lins e Silva...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sempre bem-vindo. Um dos maiores advogados deste País, querido Técio Lins e Silva, representando o Instituto dos Advogados Brasileiros.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – O maior criminalista deste País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sua presença é importante sempre nesta Casa.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 20, de 2014
– Não terminativo -

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre os requerimentos de voto de aplauso, congratulações, louvor, solidariedade ou censura.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:

Concedo a palavra, para relatar *ad hoc*, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Vital do Rêgo, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o item 3, como foi dito pelo nosso Presidente, fala sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2014, de autoria do Presidente da CCJ, Senador Vital do Rêgo, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre os requerimentos de aplauso, congratulações, louvor e solidariedade ou censura.

O Relator é o Senador Luiz Henrique e vou transmitir aos nossos pares o Parecer do Senador Luiz Henrique, que é pela aprovação.

Diz o Senador Luiz Henrique que duas são as principais modificações propostas para essa modalidade de requerimento, como eu disse, requerimento de voto de aplauso, congratulações, louvor, solidariedade ou censura. Consoante a nova redação proposta para o art. 222 do Regimento Interno (RISF) da Casa: 1) amplia significativamente os atos ou acontecimentos que possam merecer a homenagem ou censura, atualmente restritos, nos termos normativos, aos de alta significação nacional ou internacional; 2) simplifica o rito processual de requerimento na hipótese de ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional, mediante a previsão de quórum qualificado de apresentação da proposição (um terço dos Senadores), e, em, contrapartida, não mais é exigido o parecer de comissão, hoje previsto, conforme o caso, para ser proferido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ou de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Em decorrência da redação sugerida para o art. 222, a proposição promove os ajustes necessários no art. 255, bem como a revogação de outros dispositivos regimentais, expressos no art. 4º do projeto.

A proposição disciplina, ainda, em seu art. 2º, o arquivamento dos requerimentos de legislaturas anteriores, assim como a necessidade de renovação, pelos seus autores, dos requerimentos desta legislatura que ainda não tenham sido deliberados.

A proposição não recebeu emendas.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Quanto ao voto, votamos pela aprovação do PRS nº 20, de 2014, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado por unanimidade.

Agradeço a V. Exªs.

Nós temos mais de 900 requerimentos, desde 2000, de congratulações que precisavam de um parecer. Ficou um entulho que, agora, esse projeto passa a regular de forma mais eficiente indo direto ao Plenário desde que tenha a assinatura de um terço dos Srs. Senadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É para dar eficiência e agradeço à manifestação de V. Exª que foi escolhido *ad hoc* exatamente por força do cargo que V. Exª ocupa na Secretaria-Geral da Mesa.

V. Exª é um dos Senadores que mais trabalham pela eficiência do processo legislativo na Casa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

Quero parabenizá-lo pelo projeto e pedir que ele tramite em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a solicitação do Senador Flexa, em votação o regime de urgência. (*Pausa*.)

Aprovado.

Nós estamos agora selecionando os pareceres não terminativos dos Srs. e Srªs Senadores que estão presentes à reunião.

Item 23, da Senadora Ana Rita, presente à reunião.

ITEM 23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, de 2011
– Não terminativo -

Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionários nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.
Autoria: Deputada Alice Portugal
Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só um minutinho, Sr. Presidente, estou localizando aqui o relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente, enquanto a nossa Relatora...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já localizei.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Ao item 10 eu gostaria que V. Exª desse prioridade.

Eu sou o Relator dessa matéria.

O Relator está aqui presente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É e nós vamos tentar acumular mais presença dos Srs. Senadores porque a matéria é terminativa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Exige quórum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Desculpe-me, Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu vou a partir da análise, para ser mais breve, considerando a extensão da nossa pauta.

Trata-se de matéria compreendida no âmbito das competências privativas da União, assim como no âmbito da competência residual e suplementar dos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com os arts. 25 e 30 de nossa Lei Maior. Da análise da proposta, não foram identificados vícios de constitucionalidade formal ou material.

A Consolidação das Leis do Trabalho e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho já protegem as trabalhadoras celetistas contra os abusos das revistas íntimas. O PLS nº 2, de 2011, vem, oportunamente, para alcançar e tutelar também as funcionárias dos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.

Uma das preocupações desta Comissão, por força regimental, deve ser ainda a segurança pública. O projeto, diligentemente, excepciona os ambientes prisionais e as revistas levadas a cabo por força de investigação policial. Todavia, no balanço dos direitos constitucionais – de um lado o direito da dignidade da mulher e, de outro, o da segurança pública –, julgamos que aquele deve ceder a este nas situações em que existem fundados indícios de prática de infração penal, nos termos dos arts. 240, §2º, e 244 do Código de Processo Penal, grifados abaixo.

Eu não vou fazer a leitura desses artigos para que possamos nos adiantar.

É uma situação comum em aeroportos, por exemplo. É interesse da sociedade que haja uma revista mais detalhada em passageiros suspeitos, para prevenir ações atentatórias contra a vida e a integridade física das pessoas. São situações que independem de mandado judicial e que podem acontecer independentemente de haver investigação formal em curso.

Na forma como redigido, o art. 3º da proposta não parece recepcionar essas situações, dando azo a um conflito de normas.

Além disso, não convém que a multa administrativa seja expressa nominalmente na moeda corrente, pois, a cada ano, seu valor ficará defasado em relação ao seu valor real, por força da inflação. É legítima a utilização do salário mínimo para a fixação de multa administrativa. É, aliás, o critério usado pelo Código Penal para a multa penal. Conforme julgados do Superior Tribunal de Justiça, trata-se de critério para a fixação da sanção pecuniária, e não da utilização como indexador, como veda a Constituição.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 2, de 2011, com o oferecimento das seguintes emendas. A primeira emenda: Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2011; a segunda emenda: Dê-se ao inciso I do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2011, a seguinte redação:

> "Art. 2º .....
> I – multa no valor de trinta salários mínimos ao empregador, revertido aos órgãos de proteção dos direitos da mulher;
> ....."

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

Quero aproveitar para dizer que hoje foi publicado um decreto do conselho nacional do sistema penitenciário – parece-me que é esse o nome –, dando fim à revista vexatória nos presídios.

Então, o Projeto de Lei que ora estamos analisando está em consonância com esse decreto. Existe, também, um projeto de lei de minha autoria tramitando aqui, no Congresso Nacional, que é amplo e impede revistas vexatórias nos presídios, causando constrangimento às mulheres que lá vão fazer visitas aos seus familiares.

Então, é apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

A matéria vai a plenário.

Item 6 da pauta, página 83.

ITEM 6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2011
– Não terminativo -

Altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.

Autoria: Senador Paulo Bauer e outros

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável à Proposta, na forma da Emenda nº 2 (Substitutivo) e contrário à emenda nº 1-CCJ.

Observações:

– Em 17/07/2014, foi apresentada a emenda nº 2, de autoria do Senador Paulo Bauer.

Em virtude da justificada ausência do Senador Luiz Henrique, nomeamos o Senador Cássio Cunha Lima para relatoria *ad hoc,* a quem concedo a palavra o Senador Cássio Cunha Lima, para proferir o seu relatório.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a iniciativa de conceder a imunidade ao ICMS, veiculada na PEC 115, do Senador Paulo Bauer, e na Emenda nº 1, da CCJ, no substitutivo aprovado pelo Parecer nº 1.536, esbarrou numa anomalia causada pela guerra fiscal entre os Estados. No caso de um laboratório, por exemplo, matéria-prima de outro Estado, é forte o temor de que o fisco do Estado de fabricação do medicamento não reconheça os créditos do ICMS a que o laboratório teria direito pela aquisição, em outro Estado, de insumos empregados em mercadoria imune, isto é, no caso do medicamento de uso humano. A fim de mitigar o impacto da imunidade sobre o Erário da União e dos entes subnacionais, os valores dessas contribuições federais e taxas serão gradativamente reduzidos, à razão de 20% a cada um dos anos subsequentes ao da promulgação da resultante emenda, até sua completa extinção a partir do início do quinto ano.

A Emenda nº 2 irá desonerar a fabricação de medicamentos de uso humano das taxas instituídas pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal.

Desta forma, ante o exposto, passo ao voto. Em reexame, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, na forma da Emenda nº 2; rejeitada a Emenda nº 1, da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Ana Rita, para discutir.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Gostaria de aprofundar um pouco mais esse assunto, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista concedida a V. Exª, na forma regimental.

Item 24. Está aqui o bravo Senador Petecão.

ITEM 24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2013
– Não terminativo -

Altera a delimitação da Reserva Particular do Patrimônio Natural Emílio Einsfeld Filho em Santa Catarina e dá outras providências.

Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Senador Petecão, com a palavra.

Já foi concedida vista, já foi lida, a matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.

Concedo a palavra ao Senador Petecão, para as suas considerações finais.

Nenhum adendo, nada de novo?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Não, Presidente, apenas para dar celeridade às nossas votações e aproveitar o quórum, gostaria de agradecer aos Senadores que já apoiaram na primeira discussão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer, voto favorável.

Os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Está aqui presente o Senador Mozarildo Cavalcanti, vamos ao item 25:

ITEM 25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, de 2013
– Não terminativo -

Altera o Código Eleitoral para impor celeridade processual nos casos que especifica.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta.

Senador Mozarildo, com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, acho que todos nós temos tido experiências com relação a essa questão da celeridade dos processos eleitorais. No meu Estado, por exemplo, o Governador foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral, e tirou o mandato, porque nunca foi apreciado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Não tem sentido uma eleição, como tivemos a de 2010, ficar para trás dos processos de 2012, das eleições municipais.

Então, esse projeto é altamente meritório, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao PLS nº 384, de 2013, Complementar:

"Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação."

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se aos incisos I, II e III do parágrafo único do Art. 35 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, nos termos propostos pelo art. 1º do PLS nº 384, de 2013, Complementar, a seguinte redação:

"Art. 1º.....

.....

"Art. 35.....

.....

Parágrafo único. .....

I – no caso do inciso II do *caput* deste artigo, de noventa dias;

II – no caso do inciso III do *caput* deste artigo, de sete dias;

III – no caso do inciso XII do *caput* deste artigo, setenta e duas horas após a manifestação do Ministério Público.

....."

Esse é o relatório, Sr. Presidente, favorável à matéria com as duas emendas que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório.

Parabenizo V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – No mérito, uma matéria que tem alto alcance.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Raupp, eu vou votar o item de que V. Exª é Relator. A palavra pela ordem é sobre esse assunto?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Não, eu queria pedir um extrapauta para dois itens: o PLC 62 e o PLC 63, de interesse do STF.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos votar logo o 27 e os Senadores analisam esse extrapauta.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Claro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, estou presidindo a Comissão da Medida Provisória 561 e eu tenho duas matérias para relatar aqui. A questão dos engenheiros, que é uma matéria terminativa, extremamente importante...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não temos quórum.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não há quórum ainda... E o item 5, que é uma...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O item 5 é não terminativo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª solicita preferência para...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu queria pedir a preferência, porque a matéria é extremamente rápida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Raupp, V. Exª concorda com essa preferência.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.K.

Item 5, p. 77.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.
Autoria: Deputado Osmar Serraglio
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: A ser apresentado.
Observações:

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, esta matéria é muito simples.

Nós tivemos, em 18 de novembro de 1994 uma lei que definiu provimento, o concurso e a progressão dos cartórios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A remoção.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – A remoção.

No caso do Estado do Paraná, até 1994 – portanto, no intervalo de 1988 a 1994 – nós tivemos uma série de legislações estaduais que definiram remoções, que fizeram concursos públicos. Portanto, se criou um hiato que estaria, em tese, descoberto pela lei.

Esse projeto de lei do Deputado Osmar Serraglio especificamente trata dessa questão do Paraná, uma questão de justiça, de cumprimento de uma legislação estadual. É uma ratificação de leis estaduais que foram aprovadas.

Portanto, nosso parecer é favorável. Votamos que seja aprovado e que seja atendido esse cumprimento da legislação estadual do Estado do Paraná, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado por unanimidade.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço urgência da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a urgência. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Vamos agora ao item 27.

ITEM 27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, de 2013
– Não terminativo -

Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estabelecer o significado da expressão "guarda compartilhada" e dispor sobre sua aplicação.
Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda n° 1-CDH (Substitutivo).
Observações:
– A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto foi apresentado, na Câmara, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, tendo sido distribuído, para apreciação conclusiva, à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Em sua forma original, o projeto compunha-se de três artigos, sendo que: o art. 1º (i) propunha nova redação para o §2º do art. 1.584 do Código Civil, de forma a esclarecer que a guarda compartilhada seria determinada pelo juiz sempre que ambos os genitores estivessem aptos a exercer o poder familiar, a não ser que um deles esclarecesse expressamente não desejá-la, caso em que se concederia a guarda exclusiva (ou unitária, conforme a nomenclatura já adotada pelo Código) ao outro genitor, e pretendia conferir outra redação ao § 3º daquele mesmo artigo, embora um equívoco formal tenha feito com que esse dispositivo fosse numerado à semelhança do anterior.

Também com o § 2º dispondo que nenhum estabelecimento privado ou público poderia negar-se a prestar informações sobre a criança a qualquer dos seus genitores, sob pena de multa no valor de um salário mínimo ao dia, por cujo pagamento os representantes do estabelecimento seriam corresponsáveis; o art. 2º alvitrava alteração para o art. 1.585 do Código Civil a fim de estipular que em sede de medida cautelar de separação de corpos não se decidiria guarda de filhos, mesmo que provisória, devendo essa ser estatuída somente após o contraditório; e, por fim, o art. 3º fixava a cláusula de vigência, ao definir que a lei eventualmente oriunda do projeto entraria em vigor na data de sua publicação.

Do voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto votamos pela rejeição da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo) e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2013.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1 da CDH.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1 – CDH, Substitutivo.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado. Como sempre, a eficiência do Vice-Presidente faz com que a presença desta Presidência seja irrelevante.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu pediria urgência, Sr. Presidente para o item nº 27.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Urgência solicitada, urgência aprovada e concedida.

Parabenizo o Senador Valdir Raupp.

Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra.

Nós estamos com uma dificuldade de som aqui...

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Deu certo.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu pediria a V. Exª que a gente volte à ordem normal, para o item nº 2, tendo em vista que nós temos nas galerias aqui a presença dos papiloscopistas do Distrito Federal, projeto da nobre Senadora Lúcia Vânia, que eu gostaria, com muita humildade, se o senhor pudesse me designar relator *ad hoc*, tendo em vista que ela me ligou pedindo já que é uma matéria que ela gostaria que fosse votada hoje e eu também entendo a relevância dessa matéria, tendo em vista que temos papiloscopistas do Brasil todo aqui. E V. Exª é um apoiador desse projeto.

E também, aproveitando a mesma fala, mas outros pedidos, que o senhor, por favor, também determine o extrapauta dos itens: PLC nº 82, de 2014 e PLC nº 83 de 2014, que versam sobre o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por ser uma questão de justiça com o nosso Tribunal de Justiça do Distrito Federal e também mais dois PLCs, o PLC nº 62, de 2014 e nº 63 de 2014, que também tratam da reestruturação de carreira do Supremo Tribunal Federal.

Assim é o nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Gim usa todo o seu prestígio para pedir muito, mas pede bem.

Iniciamos atendendo ao Senador Gim com o Item nº 2 da pauta. V.Exªs concordam, já concordaram, página 51, uma matéria sobre polícia científica, um envolvimento gigante no País inteiro, dos peritos oficiais em papiloscopia.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 2014
– Não terminativo -

Altera o art. 5º da Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, para incluir entre os peritos oficiais os peritos em papiloscopia.
Autoria: Deputado Luciano Castro
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:

Concedo a palavra ao Senador Gim para relatar o item 2 da pauta, cuja relatora é a Senadora Lúcia Vânia, que tem um trabalho belíssimo nessa matéria, é uma defensora ardorosa, mas, por impossibilidade plenamente justificada, não está na comissão no dia de hoje; relatando *ad hoc*, Senador Gim Argello. Altera o art. 5º da Lei nº 12.030, de setembro de 2009 para incluir entre os peritos oficiais, os peritos em papiloscopia.

Senador Gim Argello com a palavra.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente Vital do Rêgo, competente Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, brilhante Senador pelo Estado da Paraíba.

Eu gostaria de agradecer também hoje a presença nas Comissões do Senado do Presidente da Asbrapp. Pfeifer, muito obrigado, sua presença aqui muito nos honra.

Gostaria de agradecer ao Presidente da Fenap, o Maciel, e aqui do nosso Sinpol do Distrito Federal, o Gaúcho. Obrigado, Gaúcho, sua presença aqui muito nos honra também.

Sr. Presidente, peço permissão a V. Exª para ir direto ao relatório.

Vem para a análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 78/2014, de iniciativa do Exmo Sr. Deputado Federal Luciano Castro, com substitutivo aprovado da Exma Srª Deputada Federal Flávia Morais, que relaciona entre o rol dos peritos oficiais da Lei nº 12.030/09 também os peritos em papiloscopia.

O projeto de lei, de apenas dois artigos, teve a sua constitucionalidade, juridicidade e o mérito do substitutivo aprovados por unanimidade em todas as comissões pelas quais tramitou na Câmara dos Deputados.

Os peritos em papiloscopia, especialistas da área da segurança pública, sempre foram considerados peritos oficiais de natureza criminal. Isso porque são investidos, por lei, em cargos públicos, exercem suas atividades em instituições oficiais, têm formação, *expertise* e atribuições legais de realizar perícias papiloscópicas e necropapiloscópicas e emitir seus respectivos laudos. Sempre instruíram e continuam a subsidiar milhares de inquéritos policiais e processos criminais anualmente em nosso País.

Entretanto, a partir da entrada em vigor da Lei nº 12.030/09, a segurança jurídica restou fragilizada porquanto a referida norma, ao relacionar os peritos oficiais de natureza criminal, deixou de mencionar expressamente os peritos em papiloscopia, dando margem a questionamentos dos laudos dessa que é uma das atividades periciais mais antigas no Brasil e no mundo, fundamental para a elucidação de crimes e identificação de vítimas.

Em nosso País, a perícia oficial criminal tem sido realizada normalmente por três grandes grupos de peritos: os da área chamada criminalística, que, em regra, buscam a materialidade do crime; os da medicina legal que evidenciam a *causa mortis*, lesões corporais, etc; e os da papiloscopia, que identificam a autoria do delito

e a identificação da vítima. Os odontolegistas e os especialistas em DNA também atuam na identificação de pessoas.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente, plenamente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos à discussão do projeto.

Com a palavra, o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Apenas para registrar que este projeto, Senador Gim, tem uma utilidade enorme, notadamente nas perícias que são feitas em acidentes de natureza violenta, como, por exemplo, a queda de um avião, onde os corpos são quase que transformados em fragmentos, e é preciso, então, a ação de vários peritos, principalmente os da perícia papiloscópica, para identificação dos corpos.

Vários acidentes que foram aqui assinalados no relatório precisaram desse tipo de exame, como, por exemplo, as mortes em massa do voo 1907 da GOL, em 2006; do voo 3054 da TAM, em 2007; do terremoto do Peru; o voo AF-447 da Air France, em 2009. No último acidente, lamentável, que ceifou a vida de Eduardo Campos, de Pedro Valadares e de mais cinco pessoas, também a perícia papiloscópica conseguiu, com o seu trabalho e com a sua especialidade, ajudar na identificação desses corpos.

Por essa razão, este projeto também procura fazer uma distinção entre aquilo que nós conhecemos simplesmente como peritos criminais, que são gênero, identificando, neste projeto, uma especialidade que já vem funcionando no Brasil com todo o brilho e competência, a da perícia papiloscópica.

Portanto, meus parabéns a V. Exª, Senador Gim, por essa lembrança e por colocar como prioridade a votação desse projeto. E também a boa vontade desse Presidente, Senador Vital do Rêgo, que consegue, em todas as oportunidades, escolher as melhores soluções para o Brasil.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Valadares. Eu agradeço o reconhecimento de V. Exª, com toda a suspeição da amizade fraterna que nos une.

Nessa matéria, eu me inseri profundamente, em virtude da condição de médico e de advogado. E já fui monitor da carreira de Medicina Legal na Universidade Estadual da Paraíba, então eu sei da importância. Tenho em profunda reflexão por que nós ainda não concedemos esse direito a esses profissionais que são tão necessários à polícia científica no nosso País. *(Palmas)*

Finalmente, em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a matéria está aprovada.

Parabenizo os senhores.

Com a solicitação de urgência do Senador Gim Argello, aprovada a urgência também. *(Palmas)*

Parabenizo V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Manifesto o meu apoiamento ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Chegou, Pedro. Com certeza. V. Exª conhece profundamente essa matéria e sabe da sua necessidade.

Chegou corado. Isso não é de praia; é de caminhada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – De caminhada, sim.

A praia de mar mais perto de Mato Grosso está a 2.500km. É o Rio Araguaia, o Rio Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Mas a cor está boa, Pedro. A cor está boa.

Vamos lá.

Temos quatro itens extrapauta e gostaria da atenção de V. Exªs, solicitada pelo Senador Raupp e pelo Senador Gim.

Vamos ao primeiro.

ITEM 29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2014
– Não terminativo -

Dispõe sobre a criação de funções comissionadas e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a proposição de autoria do Presidente do Supremo Tribunal Federal determina a criação de 52 funções comissionadas de nível FC-2, duas funções comissionadas de nível FC-4 e três cargos em comissão de nível CJ-1 no quadro de pessoal da Corte Suprema.

Na avaliação da constitucionalidade e legalidade de proposições que criam cargos e funções públicas é especialmente relevante a apreciação de sua adequação orçamentária.

Nesse aspecto, o PLC nº 62, de 2014, atende às exigências fixadas no § 1º do art.169 da Constituição, que condiciona a criação de cargos públicos à existência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

A lei orçamentária para 2014, Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, consigna, no item 2.1.2 de seu Anexo V, dotação específica para atender às despesas decorrentes do projeto em análise. Essa previsão, conjugada ao disposto no art. 80 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, demonstra o cumprimento das prescrições constitucionais relativas ao incremento das despesas com pessoal.

Com respeito à análise da juridicidade e regimentalidade do PLC nº 62, de 2014, não se identifica óbice ao seguimento da sua tramitação.

Do voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2014, e, no mérito, pela sua aprovação.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa*.)

Aprovada por unanimidade.

Foi solicitada a urgência.

A urgência está requerida, urgência aprovada.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos ao outro item.

ITEM 30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2014
– Não terminativo -

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Com a palavra o Senador Raupp. Reitera os mesmos argumentos do projeto anterior.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Perfeitamente.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2014, e, no mérito, pela sua aprovação, Sr. Presidente.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria.

Em votação. (*Pausa*.)

Aprovada por unanimidade.

Solicitada e reiterada o pedido de urgência do Senador Gim.

Urgência aprovada.

Próximo item extrapauta.

EXTRAPAUTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, de 2014
– Não terminativo -

Transforma os cargos de Auxiliar Judiciário em cargos de Técnico Judiciário e de Analista Judiciário no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Autoria: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:

Concedo a palavra ao Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto ao voto.

Transforma os cargos de Auxiliar Judiciário em Técnico Judiciário e Analista Judiciário no Quadro Permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Sou favorável ao projeto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria cuja urgência foi solicitada pelo Senador Suplicy, urgência concedida.

Mais um item extrapauta.

EXTRAPAUTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, de 2014
– Não terminativo -

Transforma os cargos de Juiz de Direito em Juiz de Direito de Turma Recursal no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
Autoria: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:

Com a palavra o Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Transforma os cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito de Turma Recursal do Quadro Permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Sou plenamente favorável ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

A matéria vai a Plenário com um pedido de urgência do Sr. Relator.

Urgência requerida, urgência votada, urgência aprovada.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, gostaria de agradecer de forma especial ao Dr. Amarildo Vieira de Oliveira, meu querido amigo, Diretor-Geral do Supremo Tribunal Federal que se encontra aqui, e a todos do Judiciário do Distrito Federal que estão aqui, também do nosso Tribunal de Justiça. Levem o nosso abraço ao nosso Presidente e aos demais órgãos.

Hoje se fez justiça com a nossa Justiça, tanto local quanto federal. Parabéns a vocês e parabéns a esta Comissão, porque hoje realmente foi um dia muito profícuo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Treze matérias aprovadas com a presença do meu Líder, Senador Eunício Oliveira – com a saudade já antecipada de V. Exª, bem queimado, corado pelo Cariri cearense, pelo sol do Cariri cearense!

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. *Fora do microfone*.) – Pelo sol do Cariri!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pauta limpa, treze projetos aprovados, deliberados por esta Comissão.

Agradeço a presença dos senhores.

Cumprida a nossa missão, estejam todos convidados para o esforço concentrado, agora em plenário.

Tenham todos um bom dia e fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Ala Senador Nilo Coelho, número dois, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, José Agripino, Douglas Cintra, Antonio Carlos Rodrigues, Humberto Costa, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Cyro Miranda e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Lídice da Mata, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Eduardo Braga, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Mozarildo Cavalcanti e Magno Malta. Registra a presença o Senador Fleury. A Presidência registra a presença de Sua Excelência a Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião Extraordinária / Finalidade:** Prestação de contas. Apresentação do Relatório Executivo de Resultados do Procurador-Geral da República (PGR), Rodrigo Janot Monteiro de Barros, para o período de setembro de 2013 a agosto de 2014. Usam da palavra os Senadores José Agripino, Pedro Taques, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Antonio Carlos Valadares, Ricardo Ferraço, Fleury, Cyro Miranda, Anibal Diniz e a Senadora Gleisi Hoffmann. **Participantes: Rodrigo Janot Monteiro de Barros,** Procurador-Geral da República (PGR). **Resultado:** Realizada a Reunião. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos! Agradeço a presença de V. Exªs e peço as devidas desculpas aos Srs. Parlamentares por não estarmos na nossa sala de trabalho em virtude de conclusão de recursos para melhor acomodação dos senhores e das pessoas que nos visitam. Nós estamos concluindo lá as obras de adaptação para que o espaço da Comissão de Constituição e Justiça possa estar melhor preparado para recebê-los.

Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permancer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será destinada à oitiva do Procurador-Geral da República, Sr. Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, para exposição do seu relatório executivo de resultados da Procuradoria-Geral da República referente ao período de setembro de 2013 a agosto de 2014.

O documento é bastante extenso e detalhado, permitindo de forma didática a avaliação clara e objetiva da importância do trabalho do Ministério Público da União em geral e do Ministério Público Federal em particular. Com ele é possível ainda ter uma visão bastante precisa da qualidade da gestão do Dr. Rodrigo Janot à frente da instituição.

Como sabemos, o PGR é escolhido pela chefia do Executivo dentre membros da carreira e nomeado após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal para um mandato de dois anos.

O Dr. Rodrigo Janot inaugura, com a apresentação desse relatório, uma prática absolutamente benéfica, saudável, eficaz e recomendável, de prestação de contas, não só a este Colegiado e ao Senado, mas a toda a população. A produção desse relatório, aliás, foi um compromisso que o Dr. Janot assumiu perante esta Comissão, quando de sua sabatina. E agora cumpre de forma absolutamente transparente.

Da leitura atenta do documento, podemos colher algumas informações decisivas para que esta Comissão avalie o trabalho do MPF ao longo dos últimos 12 meses. Gostaríamos de destacar, por exemplo, a resolução do Conselho Superior do MPF que criou mais uma Câmara de Coordenação e Revisão, a 7ª CCR, destinada a cuidar do controle externo da atividade policial e do sistema prisional. A preocupação da instituição com o tema tão delicado e importante merece os mais efusivos aplausos.

A interiorização das unidades do MPF e o estímulo ao diálogo com a sociedade são outra marca desse primeiro ano de gestão. Citamos a título de exemplo, a criação e efetiva instalação, em maio passado, da Procuradoria da República no Município de Monteiro, no Cariri paraibano, o que contribui cada vez mais para a aproximação do MPF com os cidadãos do interior do País.

Também destacamos ganhos de eficiência na gestão, trazidos pelas alterações da estrutura administrativa do órgão, especialmente do gabinete do Procurador-Geral.

Nessa esteira, esperamos que os avanços na relação entre MPF e esta Casa progridam cada vez mais, notadamente quanto ao compartilhamento de informações para o exercício da função fiscalizadora que, desde a criação do Parlamento inglês, ainda nos anos de 1200, configura atividade típica do Legislativo.

Enfim, como se vê, a atuação do Ministério Público Federal nestes últimos 12 meses merece o elogio da Presidência desta Comissão, com o que, certamente, todos os membros do Colegiado concordarão, por conduzir-se no caminho da transparência, da atuação impessoal, da eficiência, além de buscar, sempre, a colaboração que se espera seja, cada vez mais, identificada e intensificada com o Congresso, com o Senado e com esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com estas palavras, tenho a honra de passar a palavra ao Dr. Rodrigo Janot para a sua exposição.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Exmo Sr. Presidente, Exmos Senadores, é com satisfação que compareço a esta Comissão do Senado para, conforme compromisso assumido há um ano, quando de minha arguição perante esta Casa, apresentar relatório das atividades do Ministério Público Federal nesse período de setembro de 2013 a setembro de 2014.

Como já havia adiantado naquela época, a atuação do Procurador-Geral se apoiou em um tripé: da transparência, do diálogo e do profissionalismo. Com base nesses três fundamentos, eu tentei – e creio haver conseguido –, enfim, melhorar os serviços do gabinete do Procurador-Geral da República.

No relatório constam detalhadamente as atividades que foram cumpridas.

Eu gostaria de ressaltar que, durante esse período, nós implantamos 131 salas de atendimento ao cidadão nas unidades do Ministério Público espalhadas por este País, como forma de buscar uma aproximação do Ministério Público e a sociedade em entender, orientar a sua atuação.

O gabinete do Procurador-Geral sofreu uma mudança de estrutura. Hoje nós temos prazos, procedimentos, ritos para a atuação de todas as provocações que chegam no âmbito do gabinete do Procurador-Geral da República.

Conseguimos, também, trabalhar com processos que deram entrada no gabinete do Procurador-Geral no ano de 2014. Hoje, à exceção de três feitos que dependem de outros feitos para serem julgados, nós não temos, no âmbito do gabinete do Procurador-Geral, nenhum que seja anterior a 2014. Estamos trabalhando com os processos deste ano. Da mesma forma, no gabinete do Procurador-Geral Eleitoral, nós trabalhamos com os processos referentes a 2014, sem nenhum acervo anterior.

Duas vertentes de atuação, que eu mencionei também na época da minha arguição, receberam um tratamento especial. A primeira delas, a questão do sistema prisional brasileiro.

O sistema prisional brasileiro é um sistema, como os senhores conhecem, que demanda atuação preponderante dos governos estaduais e, de forma supletiva, do Governo Federal. O perfil do sistema carcerário brasileiro não é um bom perfil. E ontem tivemos uma derrota judicial no pedido de extradição do Sr. Pizzolato, na Itália, exatamente por este fato. É que ali o Judiciário italiano, reconheceu... Embora o Judiciário italiano tenha reconhecido como válidas todas as teses jurídicas que nós arguímos para obter a extradição, o único fato que foi obstáculo à extradição foi o sistema carcerário brasileiro. Ali se afirmou que existe a potencialidade do descumprimento de direitos humanos no cumprimento de penas de réus. Por esse motivo, o Judiciário italiano entendia de denegar o pedido de extradição.

O Estado brasileiro deve recorrer disso. O próprio Ministério Público italiano aguarda a publicação do acórdão para examinar a possibilidade de recurso, mas esse é um fato que chama a atenção. Esse problema do sistema carcerário tem que ser enfrentado por todos nós.

No âmbito do Conselho Nacional de Justiça, nós assumimos o protagonismo na matéria e conseguimos, em comum acordo, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério da Justiça, Conselho dos Defensores Públicos e Conselho dos Secretários Estaduais de Justiça ou de Segurança, o nome que se dê – a nomenclatura varia de Estado para Es-

tado –, elaborar um programa que se chama Segurança sem Violência. Esse programa sugere ações de curto, de médio e de longo prazo para tentarmos minimizar e encaminhar a solução do sistema carcerário brasileiro.

Além do Programa Segurança sem Violência, no âmbito do Ministério Público Federal, por proposta do Procurador-Geral, o Conselho Superior do Ministério Público aprovou uma câmara específica para tratar de perto dessa questão do sistema carcerário brasileiro e do controle externo da atividade policial.

Aguardamos agora o final das eleições, porque em boa parte essas medidas devem ser concertadas e ajustadas com os governos estaduais, mas, com base nos dados do Depen, a ideia é que – esses dados objetivos do Depen – a gente escolha os dez Estados da Federação em que a situação carcerária seja mais contundente de forma negativa, para que possamos, em conjunto, tentar encaminhar soluções de curto, de médio e de longo prazo.

Ao lado dessa questão da Segurança sem Violência e da criação da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão no âmbito do Ministério Público, nós atacamos também o outro ponto a que me comprometi aqui, um ano atrás, quando de minha arguição. É o combate à corrupção de forma mais contundente e objetiva.

Para tanto, fizemos também uma mudança estrutural no âmbito da atuação do Ministério Público Federal.

Até então, nós tínhamos a atividade bipartida no que se refere ao combate à corrupção. Unidades ou colegas atuavam na área não penal, na área de improbidade por exemplo, e outras unidades ou outros colegas atuavam na área penal.

O que se demonstrou ao longo do tempo foi uma duplicidade muitas vezes de atuação. Então, o que fizemos? Fizemos a unificação dessas investigações. Então nós temos, em nível de primeiro grau hoje, os núcleos que atuam, seja na área penal, seja na área não penal, no combate à corrupção. E eu reestruturei em nível de coordenação nacional a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, que hoje se destina a tratar exclusivamente do combate à corrupção.

Então, esses dois pontos eram pontos com os quais eu me comprometia a me dedicar com afinco; essas modificações estruturais foram feitas. Estamos trabalhando de maneira mais eficaz no combate à corrupção e, em breve, teremos dados que possam vir a ser revelados de forma mais objetiva.

Fiz questão de vir aqui, reconhecendo a interlocução da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a quem compete arguir e fazer o indicativo positivo ou negativo do Procurador-Geral da República, a ela, com certeza, deve prestar contas de sua atuação o Procurador-Geral da República.

Eu pedi que se colocasse na bancada de cada um de V. Exªs o relatório de atividades, que, de forma pormenorizada, revela o que foi feito neste primeiro ano do meu mandato.

Agradeço ao ilustre Presidente da Comissão esta oportunidade de estar aqui com V. Exªs e, para encerrar, gostaria de dizer que o contato de hoje é muito melhor do que o de um ano atrás, porque há um ano atrás existia a tensão da arguição e hoje, pelo menos, essa tensão é uma conversa mais franca e mais amena.

Agradeço imensamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dr. Janot, hoje como ontem, há confiança no desempenho de V. Exª. Ontem, a expectativa de que pudéssemos inaugurar um novo momento de relacionamento com o Ministério Público Federal no que diz respeito ao desempenho e eficiência do trabalho das comissões do Senado Federal no uso de suas prerrogativas constitucionais.

Hoje, inaugurando esse processo, este final de ano, o início do próximo ano, o Senado cada vez mais intensificará o controle, a fiscalização e o uso de suas prerrogativas no sentido de oferecer ao cidadão brasileiro, da melhor forma possível, a transparência no exercício das suas funções.

Nós estamos na Comissão de Constituição e Justiça com a sua presença, que veio cumprir aquilo a que V. Exª havia se comprometido com esta Comissão por ocasião de sua sabatina, tão elogiada por todos, aclamada aqui nos votos que recebeu. Nós haveremos de dar continuidade a esse processo de interatividade da Comissão com os órgãos de profunda relação, cada uma delas.

Eu franqueio a palavra aos Srs. Senadores.

Com a palavra, o Senador José Agripino; depois, Senadora Gleisi e Senador Pedro Taques.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a minha palavra é muito breve, é só uma manifestação.

Estive presente à sabatina, como conversei com o Dr. Rodrigo Janot, antes da sabatina, até oferecendo algumas sugestões, todas elas já ocorridas. Eu queria só fazer uma manifestação, primeiro de tudo, ao que ele falou: os processos que estão em apreciação na PGR são processos de 2014, o que dá a demonstração de eficiência e celeridade na apreciação daquilo que chega à PGR. O que é um fato merecedor de aplauso.

E o segundo é que quero fazer o destaque e sublinhar. O ano de 2014 não foi um ano fácil para o País e para a PGR, e aqui quero fazer o registro da sobriedade e do profissionalismo com que a PGR, tendo à frente

o Dr. Janot, vem se conduzindo, à frente das dificuldades que o País atravessa e que remetem à PGR muito da responsabilidade da promoção de esclarecimentos.

Quero fazer de público aqui o elogio à Procuradoria-Geral da República e ao seu titular pela sobriedade e pelo profissionalismo na condução de fatos de interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A inteligência do Senador José Agripino faz com que Deus lhe dê também o poder de síntese e a sobriedade com que V. Exª fala tem uma amplitude extraordinária.

O Dr. Rodrigo Janot também é um excelente reconstrutor de pontes, sem ser engenheiro.

Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Bom dia. É um prazer revê-lo aqui nos nossos trabalhos.

Bom dia, Dr. Rodrigo Janot. É um prazer imenso recebê-lo aqui na nossa Comissão.

Bom dia a todos os nossos colegas Senadores.

Quero me somar às palavras do Senador José Agripino, reconhecer o seu profissionalismo, a sua capacidade, a sua forma de atuação, a serenidade e a responsabilidade com que o senhor conduz a Procuradoria Geral da República. Parabéns! E acho que é uma situação muito oportuna e importante para nós recebê-lo aqui, depois de um ano, com prestação de contas, vindo falar aos Senadores e colocar-se à disposição. Acredito que o diálogo, a transparência e o profissionalismo é que podem conduzir melhor as nossas relações institucionais.

Eu queria, entretanto, Dr. Rodrigo, falar sobre uma situação que o senhor comentou, que é o sistema carcerário brasileiro, e sobre a preocupação que nós temos em relação a isso.

O Estado do Paraná, que represento nesta Casa, teve, desde dezembro de 2013 até agora, 22 rebeliões em suas penitenciárias, inclusive com situações bastante críticas. Depois de Pedrinhas, no Maranhão, onde tivemos aquela crise, talvez a do Paraná tenha sido uma das maiores, inclusive com denúncias junto à OEA sobre a questão de não resguardo dos direitos humanos. E continuamos tendo. Inclusive, recentemente, há 15 dias, tivemos também uma última rebelião. Temos um sistema carcerário extremamente precário, e sei que o governo do Paraná já encaminhou os projetos para cá.

Lembro que, em 2011, quando assumi a Casa Civil, uma das primeiras tarefas que a Presidenta nos pediu para fazer foi exatamente uma ação em relação a aumentar o número de vagas no sistema penitenciário. Nós tínhamos mais de um bilhão, à época, para construir 45 mil vagas. A dificuldade é extrema; a dificuldade dos Estados, nos projetos, em fazer as propostas, em encaminhar, em chegar a uma situação adequada, talvez muito também por isso não ser priorizado. Como é uma situação que a própria sociedade acaba não tendo como prioridade, ou seja, acha que o sistema penitenciário vai do jeito que vai e, quando há rebelião, também muitas vezes não reconhece a consequência disso no sistema de segurança como um todo, talvez os governos não se empenhem. Nós começamos a ter empenho dos governos – e posso falar do governo do Paraná – a partir do final de 2013. Então, é uma situação muito crítica, e nós não vamos resolver isso rapidamente, porque, até as construções serem feitas, nós vamos continuar tendo esse problema.

E há um problema mais grave, que é o crime organizado atuando dentro das penitenciárias. Ou seja, como o Estado não provê o direito básico do preso e da sua família, é o crime organizado que acaba provendo. Isso coloca em risco o direito das famílias, o direito dos presos, mas sobretudo de quem trabalha no sistema penitenciário. Os nossos agentes penitenciários no Estado estão apavorados. Em número pequeno, são feitos reféns e têm sido também torturados nesses processos de rebeliões.

Não sei o que poderíamos fazer, em termos mais emergenciais, para dar uma sustentação. Obviamente, há casos não só no Paraná. Há casos em outros Estados. Estou falando aqui do meu Estado, porque é um Estado que tenho acompanhado. Mas talvez possamos juntar não só as secretarias de Justiça – acho que é uma bela iniciativa o que vocês fizeram, de juntar todos, porque, se não estiver todo mundo no enfrentamento, não vamos conseguir –, mas também chamar os trabalhadores do sistema penitenciário, chamar talvez outras instituições que ajudem, que não são da institucionalidade pública, como as próprias igrejas, pastorais. Temos que fazer alguma coisa para que isso não se torne, nesse período em que estamos tentando colocar em prática as 45 mil vagas, algo insustentável.

Então, ao passo em que eu queria reconhecer o seu esforço, reconhecer o trabalho da Procuradoria, o que vocês estão fazendo, também faço este apelo. E nós nos colocamos à disposição aqui para ajudá-los no sentido de poder minimizar esses impactos até podermos dar uma resposta em termos de vagas e de estrutura prisional no País.

Obrigada, e parabéns, Dr. Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência vai colher todas as manifestações dos Srs. Senadores. Nós ainda teremos a nossa reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e, ao final, passaremos a palavra, para a sua exposição derradeira, ao Dr. Rodrigo Janot.

Quero registrar, diante de tantas autoridades do mundo judiciário e em nome de todas elas, a presença da Drª Norma Cavalcanti, presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.

Seja bem-vinda, queridíssima presidente, Drª Norma Cavalcanti.

Vou passar a palavra ao Senador e Governador Pedro Taques, já sentindo saudades antecipadas deste encontro tão extraordinariamente aproveitado por todos nós e por V. Exª. V. Exª recebeu o julgamento do povo Mato Grosso, digno do comportamento, da qualidade do trabalho. E, se o Senado perde, o Estado do Mato Grosso vai ganhar um grande gestor. Seja feliz e vamos aproveitar cada instante de V. Exª, até o dia 1º de janeiro do próximo ano.

Com a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo. É próprio de V. Exª, de um bom paraibano, que tem um coração chagoso, um coração grande. E essas palavras reputo ao coração de V. Exª e à nossa amizade.

Quero cumprimentar o Dr. Rodrigo Janot, os Senadores e Senadoras que aqui se encontram.

Dr. Rodrigo, vou pautar a minha fala tendo em conta esses eixos que se encontram na capa deste relatório – diálogo, diálogo! Como todos sabem, fui Procurador da República por 15 anos, e me exonerei, não me licenciei, nem me aposentei, por uma distorção do modelo constitucional, ao menos como penso. E, na época em que fui Procurador da República, conversar com político era perigoso; existiam até alguns procuradores que não faziam isso, tinham aversão a conversar com político.

V. Exª inaugurou esse diálogo, sem perder a independência, sem fazer com que o Ministério Público deixasse de ser uma instituição permanente e essencial à própria existência do Estado democrático de direito. Quero parabenizar V. Exª por esse diálogo. E diálogo não significa submissão, diálogo não significa perda da capacidade de exercer as atribuições constitucionais.

Quero cumprimentá-lo por esse diálogo com o Poder Legislativo, com o Poder Executivo. Em tempos de antanho, à época em que eu estava no Ministério Público, propusemos uma reunião com a bancada dos Deputados Federais e Senadores do Estado de Mato Grosso, mas isso não foi possível, porque esse diálogo não existia. E hoje vejo que, nas várias unidades do Ministério Público, isso se faz presente; já participei de uma reunião como Senador da República dentro do Ministério Público Federal, para que pudéssemos estabelecer alguns temas de comunicação.

V. Exª aqui também trata da unidade, e esta unidade é muito importante. Nós todos sabemos que a Constituição estabelece a independência, mas independência não quer dizer voluntarismo, independência não quer dizer loucura, independência não quer dizer amadorismo. E essa unidade tem que ser ofertada pelo chefe administrativo da instituição, sem qualquer prejuízo das funções institucionais do Ministério Público.

Durante os 15 anos em que fui Procurador da República, nunca recebi um telefonema do Procurador-Geral da República, pedindo que eu fizesse isso ou aquilo. E tenho certeza de que a atuação de V. Exª se pauta por essa unidade e independência das funções institucionais. Transparência aqui é esta democracia dialógica; transparência não é só fazer *site*, transparência é o que V. Exª está dizendo aqui, as ações que foram ajuizadas, o resultado dessas ações.

Na página 27 – já fiz uma leitura com olhos desarmados desse relatório –, eu me assustei: Mato Grosso, 1.308 ações eleitorais manejadas. Na terceira coluna, está-se dizendo que é Minas Gerais, não é Mato Grosso. Logo, já disse: "Olha, ainda bem que não é o nosso Estado; Minas Gerais, 1.308, e São Paulo, 2.058 ações de impugnações do registro de candidatura!" – então, Mato Grosso não vai tão mal, de acordo com o previsto na página 27.

Essa transparência é digna de nota, porque, na República, não existe lugar para o segredo, lugar para a escuridão, lugar para a maracutaia feita na calada da noite. E V. Exª está demonstrando isto, essa transparência, com relatório, que, aliás, foi um compromisso na sabatina, da qual tive a honra de participar.

Profissionalismo aqui, a meu juízo, significa que o servidor público tem que ser um técnico e tem que ser aparelhado com os instrumentos para que ele possa exercer a sua arte – alguns entendem que é uma arte –, e esse profissionalismo se faz nessa nova configuração do Ministério Público, inclusive do gabinete do Procurador-Geral da República, a possibilidade de os procuradores regionais eleitorais, por exemplo, terem exclusividade nas suas atuações, o que resulta num tempo razoável dos processos.

Eu participei de dois processos eleitorais e fui Procurador Regional Eleitoral em dois Estados, sei a angústia do político em, numa campanha eleitoral, ter uma ação de impugnação do registro que ainda não restou julgado; e esse profissionalismo faz com que nós possamos chegar a bom termo.

Efetividade – esta palavra aqui me agrada muito; o art. 37 da Constituição faz referência à necessidade de eficiência e efetividade, está ali, ao menos ao meu pensar, ali se encontra. Nós levantarmos quantos inquéritos policiais, por exemplo, na função de controle externo da atividade policial chegam a bom termo. Quantos inquéritos policiais resultam em denúncias? Quantas denúncias resultam em ações penais que tenham resultado? E esse resultado não é só a condenação, porque o processo é um instrumento de dignidade; esse resultado pode ser, inclusive, a absolvição, porque o processo traz a dignidade. Então, nós estabelecermos uma métrica para saber da efetividade do membro do Ministério Público na sua atuação, para mim também se apresenta como republicano.

Quero encerrar minha fala, Sr. Presidente – peço desculpas por não ter sido tão econômico na fala –, ressaltando a importância deste ato: o Procurador-Geral da República vir aqui e prestar contas. Na democracia, não existe espaço para donos do poder; na democracia, nós todos somos controlados, e uma das perguntas que fiz ao então indicado Dr. Rodrigo Janot foi, na época da sabatina, eu me recordo muito bem: quem controla o controlador? Se o Procurador-Geral da República pode deixar de ofertar uma denúncia criminal e o Supremo Tribunal Federal não pode fazer nada, só podem chorar os Ministros do Supremo se assim não concordarem, mas esse controle se faz aqui através da efetividade da presença de V. Exª e do controle que é feito pela Comissão de Constituição e Justiça. Então, o resultado daquela minha indagação aqui se concretiza.

Eu gostaria de cumprimentá-lo e fazer uma sugestão: uma maior participação do Ministério Público brasileiro, e aqui estou utilizando uma expressão que já é utilizada no Supremo Tribunal Federal, na formulação de políticas públicas para a segurança pública. Não é possível que o titular constitucional da ação penal não participe junto ao Poder Executivo e sem qualquer subordinação, mantidas as independências, da formulação de políticas públicas voltadas para a segurança pública.

Como Governador eleito do Estado de Mato Grosso, na campanha eleitoral, eu debati este tema: o titular constitucional da ação tem que participar, sim. V. Exª fez referência ao sistema penitenciário, que, no Brasil todo, nós conhecemos e sabemos da ofensa à dignidade da pessoa humana que se apresenta, e o Ministério Público tem que fazer a sua parte aqui. Como Senador da República, busquei, e aí quero agradecer a V. Exª e ao Presidente da CCJ a participação de membros do Ministério Público na elaboração do relatório que trata do novo Código Penal, na Comissão de Segurança Pública do Senado, de que sou Relator, porque o Ministério Público deve, sim, participar da construção dessa política pública voltada para a tranquilidade e a paz do cidadão.

No mais, quero cumprimentar V. Exª e fazer uma indagação. O senhor disse que esses processos que estão sendo manejados já são de 2014, mas nós temos 62 subprocuradores-gerais, que auxiliam, por delegação de V. Exª, no Supremo e no Superior Tribunal de Justiça. Como se encontra essa distribuição e o andamento desses feitos em relação aos subprocuradores-gerais?

Na minha época, existia, me parece, a Clip, nome que se dava naquele tempo antigo, não sei como isso se dá hoje. No mais, quero parabenizar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, além do Código Penal, V. Exª exerceu a relatoria – e hoje tenho a honra de segui-lo –, V. Exª também tem a seu cargo e encargo os processos relativos à Comissão de Segurança Pública na área da relatoria geral. Mas também um dos desejos maiores desta Presidência é dar efetividade e repercussão às políticas públicas, e V. Exª é Relator da avaliação que nós estamos fazendo do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci. Até o final do ano, nós haveremos de aprovar o seu relatório para estarmos atendendo à Resolução nº 44 do Senado, que estabelece procedimentos de avaliação de políticas públicas por parte das Comissões Permanentes da Casa.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, eu o cumprimento pela sessão hoje muito especial, com a vinda do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, a quem cumprimento pelo seu trabalho tão independente e tendo em conta a confiança que a Presidenta Dilma Rousseff lhe confiou ao designá-lo, depois ter sido aprovado aqui pelo Senado Federal.

Dentre o leque das atribuições da Procuradoria-Geral da República está a Procuradoria Eleitoral, conforme eu observo aqui, inclusive o mapa de ações da Procuradoria Eleitoral.

Ontem, da tribuna do Senado, o Senador Aloysio Nunes, de maneira indignada, relatou a forma como, através da rede social de comunicações, tais como o WhatsApp. Twitter e Facebook e outros, ele se sentiu gravemente ofendido, assim como o próprio companheiro de chapa dele, o titular, o candidato à Presidência Aécio Neves, porque muitos relatos foram feitos de forma ofensiva a ambos, sobre procedimentos ou ações que eles jamais teriam realizado, mas ali estavam expressos. E, em decorrência disso, o Senador Aloysio Nunes colocou em questão a disposição da Presidenta Dilma de dialogar com todos os segmentos da sociedade, o que, claro, envolve a possibilidade de dialogar com o Congresso Nacional, inclusive com os membros da oposição. Para

ilustrar a V. Exª, ele chegou, a um certo momento de seu pronunciamento, a dizer: "Como é que eu vou cumprimentar as pessoas que estão me dando uma facada nas costas?".

Por que eu relato isso? Porque, ainda ontem mesmo, o Senador Humberto Costa, nosso Líder do PT, informou ao Senador Aloysio Nunes que nisso não havia qualquer responsabilidade e envolvimento do Partido dos Trabalhadores, seja da sua direção e muito menos por parte da Presidenta Dilma Rousseff, uma ação dessa natureza.

E eu fiquei pensando até, no propósito de ajudar e ser solidário ao Senador Aloysio Nunes, que seria importante detectar essa ação que não foi apenas aos candidatos do PSDB, foi também aos candidatos do Partido dos Trabalhadores. Eu mesmo, que passei a utilizar muito o Facebook, recebo mensagens diariamente, desde que, por exemplo, não fui eleito. Mas, depois do 6 de outubro, aumentou ainda mais o número de mensagens que chegam a mim, a ponto de eu estar com dificuldades. Desde o dia 6 de outubro, chegaram mais de 50 mil mensagens. Se eu for ler todas, talvez não consiga fazer bem o meu trabalho normal.

Pois bem, entre as que chegam para mim, além de todas que são positivas e elogiosas, chegam muitas ofensivas, dizendo coisas que absolutamente eu não realizei.

No dia 30 de setembro, um Vereador do PSDB de São Paulo, Coronel Telhada, fez uma denúncia caluniosa a meu respeito. Assim, eu tomei a atitude de comparecer, na segunda-feira, ao Procurador Eleitoral de São Paulo André de Carvalho Ramos e substanciei todo o relato. Ele próprio disse que vai tomar uma ação, como Procurador Eleitoral, sobre infringência possível da legislação eleitoral com respeito ao dano moral e eleitoral que foi feito contra mim.

Mas eu relato esse caso porque – quem sabe? – V. Exª, como Procurador-Geral, talvez possa recomendar ao Procurador Eleitoral, até em cooperação com o Departamento Especial de Corregedoria de Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, que se consiga detectar essas ações – que, na verdade, são caluniosas, criminosas –, para tentar pará-las.

O Senador Aloysio Nunes, em diálogo comigo, disse: "Isso pode ter vindo até do exterior; a gente não sabe bem a origem". Mas, em diálogo com pessoas especializadas na área de informática, elas me disseram que, sim, a Polícia Federal e – quem sabe? – a Procuradoria Eleitoral teriam meios de detectar; talvez, se tiverem vindo do exterior, poderiam ter um entendimento com os países de onde talvez tenham vindo as comunicações.

Por que eu trago isso? Para que – quem sabe? – possa uma iniciativa da Procuradoria-Geral e da Polícia Federal detectar esses procedimentos para preveni-los e evitá-los em eleições próximas.

Então, é a sugestão que eu gostaria de dar a V. Exª. E cumprimento-o pela forma como se tem conduzido à frente da Procuradoria-Geral da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, bom dia.

Exmo Procurador-Geral da República, eu não sabia que V. Exª estava aqui, muito menos para fazer um trabalho de prestação de contas; mas fiquei muito feliz em encontrá-lo, por razões muito simples: primeiro porque me parece uma coisa muito positiva essa iniciativa de V. Exª, sem que seja uma determinação constitucional, de estar aqui para fazer uma prestação de contas do trabalho da Procuradoria-Geral da República. Segundo, para fazer coro com outros Senadores que aqui se manifestaram no sentido de reconhecer que V. Exª tem sido absolutamente fiel à defesa que aqui fez quando da sabatina, quando das conversas que todos nós tivemos com V. Exª acerca de sua visão sobre como deve trabalhar o Ministério Público: de maneira transparente, tendo esse diálogo com o Parlamento, que não diminui nenhuma das partes; pelo contrário, acho que V. Exª deu uma demonstração cabal de que essa independência, essa autonomia que cada um dos Poderes tem pode conviver com o diálogo construtivo.

Eu, sempre muito preocupado com a maneira como trabalha o Ministério Público, dirigi a V. Exª várias questões, manifestando preocupações, por exemplo, sobre a condução de processos; muitas vezes, informações que são fundamentais para o próprio sucesso do inquérito e a criação das condições para a geração da denúncia e que, muitas vezes, as informações vazam e, com isso, não somente geram dificuldades, problemas para pessoas que têm uma vida pública, mas que, muitas vezes, comprometem a possibilidade de um processo feito adequadamente.

Reconheço o esforço que V. Exª tem feito no sentido de ter essa preocupação. Não nos cabe aqui julgar o mérito das decisões que V. Exª tomou. Isso é parte dessa independência e dessa autonomia. Mas o cuidado que V. Exª tem tido no sentido de que as coisas se façam da maneira mais imparcial possível me parece que é um fator importante.

Eu queria apenas e simplesmente dizer – aí falo em meu nome, mas posso dizer que represento o pensamento da nossa bancada – que V. Exª tem-se conduzido absolutamente à altura daquilo que nós esperávamos, e temos total certeza de que algumas questões que fogem ao controle de V. Exª poderão ser melhor elaboradas para que esse trabalho seja ainda mais completo. Confiamos plenamente não apenas na competência, capacidade técnica, mas, sobretudo, na forma correta, ética, com que V. Exª tem se colocado.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador do PSOL, Randolfe Rodrigues, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Caríssimo Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República, primeiro, cumprimentar V. Exª por estar indo além das prerrogativas constitucionais, cumprindo um compromisso ao qual V. Exª assumiu aqui, durante sua sabatina aqui como candidato à Procuradoria-Geral da República. V. Exª disse que, um ano após àquela sabatina, V. Exª voltaria aqui para prestar contas. E V. Exª anima todos nós com a prestação de contas que apresenta.

Permita-me dizer que fica constrangedor para nós, ao sabatinar agora, pela segunda vez, V. Exª, fazer somente loas. A prestação de contas de V. Exª aqui é destacada pela transparência. V. Exª chega a detalhar, inclusive, quantas autoridades públicas recebeu nesse período de um ano, quantos Deputados Federais, Senadores, Ministros de Tribunal de Contas, membros do Poder Executivo, Ministros do STJ, do Tribunal Superior do Trabalho, do Supremo Tribunal Federal.

Mais que isso, sei de depoimentos de membros do Ministério Público Federal de como tem sido a atuação de V. Exª e da celeridade que tem dado aos processos e procedimentos no Ministério Público Federal. Nós sabemos da necessidade, para a República, do Ministério Público Federal, e sabemos, nesse período, a fogueira que o Ministério Público Federal e a Procuradoria-Geral da República ultrapassaram com as ameaças que têm tido as prerrogativas da Procuradoria-Geral da República e do Ministério Público Federal.

A maior das ameaças foi a Proposta de Emenda Constitucional nº 37, que, no meu entender, era uma ameaça às atribuições e à própria existência do Ministério Público Federal. Outras têm tido e, inclusive, tramitado aqui no Congresso Nacional.

Relembro aquela máxima de um dos *fouding fathers*, um dos heróis da independência americana – "O preço da liberdade é a eterna vigilância". Porque, a toda hora, aqui, no Congresso Nacional, tramitam iniciativas que ameaçam as prerrogativas do Ministério Público Federal. Por isso, é tão importante a existência da Procuradoria-Geral da República e ter a sua frente alguém que dê celeridade aos procedimentos e às prerrogativas do Ministério Público Federal.

É por isso que tenho de aqui fazer uma saudação. Isso é que foi importante na definição da minha posição política no segundo turno dessa eleição presidencial, porque tenho de reconhecer que, de 2002 para cá, houve um reconhecimento do respeito à lista tríplice vinda das escolhas dos Procuradores da República, dos membros da carreira, do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos dos Estados. É esse respeito à lista tríplice que tem dado lugar a que seja escolhido entre os membros do Ministério Público Federal alguém de conhecimento e entre os melhores da carreira, como é o caso de V. Exª.

Assim como foi para o Ministério Público Federal, Dr. Rodrigo Janot, uma conquista republicana ser escolhido para Procurador-Geral da República alguém da lista tríplice; assim como foi um salto republicano ser escolhido para o Ministério Público Federal, para a Procuradoria da República o mais votado, acho que V. Exª está trazendo aqui uma conquista republicana: ao primeiro ano do mandato de V. Exª, vir de volta – Presidente Vital do Rêgo – à Comissão de Constituição e Justiça e fazer uma prestação de contas detalhada da gestão de V. Exª.

Acho que, se isso fizer escola, estaremos aperfeiçoando, como disse o Senador Pedro Taques, os métodos de controle. Como foi perguntado ao Senador Pedro Taques, o controlador tem também de ser controlado, e V. Exª está trazendo um método de controlar o controlador: trazer à prestação de contas à Comissão de Constituição e Justiça. Isso são saltos e conquistas republicanas, que são importantes, indispensáveis.

Acho que o que nós mais precisamos, Dr. Rodrigo Janot, Senador Pedro Taques, em nosso País, talvez seja isto: instaurar e aperfeiçoar métodos republicanos.

Haver Ministério Público Federal, Procuradoria-Geral da República funcionando em um país como o nosso é um salto republicano; ter-se escolhido entre os mais votados já é uma conquista republicana.

E há de ser feito justiça: essa conquista só foi possível e aperfeiçoada durante os últimos oito anos – e aí tem de ser feita justiça também, Senadora Gleisi – durante os governos de Lula e Dilma. Isso tem de ser reconhecido: durante o período dos governos petistas, porque antes isso não era possível.

E agora V. Exª, um ano depois, vir aqui e trazer prestação de contas é também uma conquista importante para aperfeiçoar os métodos de fiscalização e os métodos de controle. Acho que assim nós aperfeiçoamos a nossa democracia, a nossa República, o nosso País, o que nós precisamos.

Sou de um Estado – o Senador Pedro Taques sabe disso – em que estamos precisando muito de República, de democracia e de controle, porque às vezes acaba acontecendo isto: avança-se na República, e retrocede-se na República... A democracia também possibilita isso.

Mas hoje, na CCJ, com o que V. Exª inaugura, nós avançamos – e muito – em conquistas republicanas. Eu o saúdo e parabenizo por isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra, como último orador inscrito, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, Senador Vital Rêgo, Exmo Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, inicialmente eu queria me somar ao que disseram os demais colegas sobre essa decisão voluntária, porém de grande significado, de o Procurador-Geral vir à nossa Comissão e apresentar a sua prestação de contas, demonstrando, efetivamente, um trabalho primoroso realizado em todo o Brasil, em todas as regiões, no combate à corrupção e a diversos crimes contra a flora, contra a Fazenda Pública. Enfim, é um relatório que especifica a atuação marcante do Ministério Público em todo o Brasil.

Por exemplo, na p. 24, nós temos a informação de que pelo menos 75% das ações impetradas pelo Ministério Público foram aceitas pela Justiça, ou seja, aprovadas, transformadas em sentença. E, em muitas regiões, no caso de crimes de estelionato, crimes contra a flora, falsificação de documento público, contrabando ou descaminho houve realmente a instauração do Ministério Público de diversas ações, que configuram a preocupação dessa instituição com assuntos tão importantes que podem, sem dúvida alguma, se não forem apurados, causar prejuízos enormes ao nosso País.

Eu gostaria até de fazer uma pergunta ao Dr. Janot sobre a instauração de inquéritos do Ministério Público. Em várias regiões, nós verificamos que os crimes que mais evoluíram e que determinaram a ação do Ministério Público foram os de estelionato, os de contrabando ou descaminho, crimes contra a ordem tributária e também crimes contra a flora. Então, eu gostaria de que V. Exª pudesse fazer um comentário sobre o motivo por que ocorreram tais ações e, se essa instauração foi feita, qual o resultado para a sociedade em relação ao trabalho do Ministério Público.

Ao fazer essa pergunta, mais uma vez eu quero exaltar a sua participação na melhoria da prestação do serviço público, porque o Ministério Público é defensor da nossa sociedade, cada vez mais vigilante, numa atuação em comum acordo com a Polícia Federal, com os demais órgãos de segurança. O Ministério Público é sempre atuante. E nós aqui, no Senado Federal, reconhecemos a força, o trabalho, o prestígio dessa instituição, que valoriza a democracia brasileira. A partir da Constituição da República de 1988, o Ministério Público passou a ter uma participação efetiva na fiscalização e no controle de diversas ações do Poder Público e também na ação das empresas privadas.

Meus parabéns a V. Exª! Continue assim: sempre um homem aberto, sempre um homem inovador, trazendo essa novidade de uma prestação de contas ao Senado Federal, mais de perto à Comissão de Justiça; um homem sempre aberto, valorizando a atividade política, mas cumprindo com a sua obrigação constitucional de fiscalizar, em nome da sociedade, aquilo que for bom para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

V. Exª e o Senador Ricardo Ferraço pediram a inscrição.

Com a palavra, S. Exª o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Na linha de tantos outros honrados Senadores que me antecederam, cumprimento o Dr. Janot pela iniciativa, uma iniciativa voluntária, que não consta das obrigações, mas V. Exª dá um sinal muito importante: V. Exª cria um marco e todo um diferencial na gestão à frente da Procuradoria-Geral da República. Esse sinal é tão importante por ser voluntário e por expressar o que há de mais expressivo na República, que nós estaremos inclusive, Dr. Janot, transformando essa iniciativa de V. Exª numa Proposta de Emenda à Constituição para que os procuradores-gerais que sucederem V. Exª – até porque todos nós estamos temporariamente nessas funções –, possam ter, da iniciativa de V. Exª, esse caráter, que é o caráter da transparência de se submeter a qualquer tipo de questionamento em relação à condução e execução no exercício à frente da instituição.

Presidente, definir que esse tipo de iniciativa possa ser regulamentada, possa ser regra, possa ser premissa, e que nós possamos, inclusive, ter um calendário anual com essa previsão estabelecida para que nós possamos nos preparar para esse debate.

Só ontem tomamos conhecimento da honra e da alegria de receber aqui o Dr. Janot, mas como a ideia é que isso vire rotina através de uma Proposta de Emenda à Constituição, para a qual vamos pedir o apoio de V. Exª e dos pares na Casa, que isso possa ser um calendário anual, tamanha a importância e o símbolo de termos aqui na Comissão de Constituição e Justiça, que sabatina o Procurador-Geral da República, a prestação de contas dos seus atos, da sua gestão.

Cumprimento V. Exª que me dá inspiração para que nós possamos transformar isso numa Proposta de Emenda à Constituição e que o sucessor de V. Exª possa seguir o caminho, o exemplo e a referência que V. Exª dá à República brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A afinidade de pensamento, de posições e de ideias com V. Exª e esta Presidência é exemplo constante, não apenas vínculos partidários.

Nós já havíamos tomado essa determinação, e V. Exª traz a ideia consubstanciada a partir do exemplo da presença do Dr. Janot.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Fleury, com a palavra, pela ordem, V. Exª.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Eu queria fazer minhas as palavras do Senador Ricardo Ferraço – acho que ele foi muito feliz na colocação. Quero dizer ao Procurador que esse exemplo é o exemplo de que o Brasil precisa: prestação de contas aberta, limpa e sem compromisso o senhor prometeu, e aqui hoje traz, e esta Casa inteira está sensibilizada pela prestação de contas de V. Exª.

Isso é o que eu tinha a dizer.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Fleury.

Senador Cyro, pela ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Presidente.

Exmo Sr. Rodrigo Janot, que tive o prazer de conhecer na outra audiência pública, a primeira, só para me aliar a todos os companheiros e parabenizá-lo por tudo aquilo que V. Exª colocou naquela audiência que ia fazer e a sua independência total, livre de qualquer amarra, de partido, de ideologia, o senhor está cumprindo.

Parabéns! É isso o que nós esperávamos e continuamos a querer de muitas e muitas outras pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Cyro.

Informo a V. Exªs, Senadoras e Senadores, que, imediatamente após a participação do Procurador-Geral, nós encerraremos esta sessão extraordinária e abriremos a sessão ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Desejo que as assessorias preparem as iniciativas de retirada. Vamos estudar iniciamente a pauta para otimizar os nossos trabalhos, tentar aproveitar melhor a extensa pauta que nós temos. Então, as iniciativas de retirada, de reexame, V. Exªs encaminhem já à Secretaria para as providências necessárias.

Dr. Janot, um ano atrás V. Exª foi sabatinado. A tensão do momento de ontem mostra o relaxamento de hoje e o sentimento do dever cumprido. Que bom V. Exª ter ouvido, aqui, manifestações de todas as bancadas presentes nesta Casa e nesta Comissão: todas as bancadas mostrando a humanização que V. Exª trouxe ao Ministério Público Federal, a transparência, a eficiência e, agora, inaugurando um novo modelo que deverá ser normatizado por esta Comissão para que este exemplo de hoje se torne rotina no amanhã.

Com a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Desculpe-me. Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Dizem que a lei, dificilmente, muda o homem, não é? E, aqui, nós estamos mudando a Constituição. Quem sabe pode ser uma PEC ou uma Emenda Rodrigo Janot! Vamos intitulá-la. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Justa homenagem.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Sr. Presidente, tentando responder de maneira mais objetiva a todas as intervenções, eu vou tentar fazer, aqui, agrupando.

Começaria por essa brincadeira, esse elogio do Senador Pedro Taques, que o princípio da impessoalidade vigora no serviço público, e eu preferiria que fosse a emenda do Congresso Nacional, enfim.

Eu gostaria de agradecer as honrosas palavras do Senador Agripino Maia, do Senador Humberto Costa, do Senador Randolfe Rodrigues, e dizer, Senador Randolfe Rodrigues, que, realmente, a minha iniciativa é de maneira a representar uma conquista do processo democrático. Agradeço as palavras gentis do Senador Fleury e do Senador Cyro e, com muita satisfação, Senador Ricardo Ferraço, vejo essa ideia de institucionalizar essa prática.

Vou dar um exemplo singelo que, no âmbito da Procuradoria-Geral da República, encerramos, semana passada, um concurso público da arte do grafite. O vencedor fez um painel enorme que vai constar, vai estar presente na sala de reuniões do Procurador-Geral da República.

É uma expressão cultural, popular – e é uma atividade do Ministério Público a defesa do patrimônio cultural –, e, aí, perguntavam-me: "Mas e o próximo Procurador-Geral? Pode tirar?" Poder, pode. A gente tenta é induzir às boas práticas, mas como o que se pretende, aqui, é uma conquista da democracia, a institucionalização das boas práticas é sempre muito bem-vinda e muito bem-aceita.

Diria, Senador Pedro Taques, que, realmente, as mudanças são feitas através de indução de comportamentos, e já se diz que o homem muda o mundo, e o mundo mudado muda o homem. Eu acho que é nesse caminho.

Quanto às observações feitas pela Senadora Gleisi, eu diria o seguinte, Senadora: o problema do sistema carcerário brasileiro – eu queria dar ênfase a isto... Este é um assunto pelo qual a população não se interessa. Os prisioneiros são marginais ao sistema, marginais à sociedade, marginais à vida. E o que não se vê e o que não se percebe é que o recrudescimento dentro do sistema carcerário reflete, diretamente, na segurança pública fora dos muros do sistema.

Eu acho que esse é o grande trabalho de convencimento que nós temos que ter, agregando novas pessoas, com certeza, a esse projeto, e entender que temos que tratar essas pessoas como seres humanos que são. As pessoas que cometem erros devem responder pelos seus erros na exata medida prevista em lei e não mais do que isso.

A questão da construção de presídios... Nesta cesta, eu vou encaminhar a cada um dos Senadores esse projeto Segurança sem Violência. Esta cesta de produtos prevê várias ações, dentre elas existe a inversão de um paradigma da construção.

A construção de vagas é feita, tendo em consideração, hoje, como parâmetro, o cumprimento do regime fechado no cumprimento da pena.

Enquanto isso, os estabelecimentos de regime semiaberto não oferecem as vagas suficientes. Nós temos hoje em torno de 90 mil presos, que teriam direito ao regime semiaberto e que estão cumprindo em regime fechado e ocupando vagas em regime fechado.

Os projetos arquitetônicos de presídios existem já desenvolvidos pelo Depen, e a simples inversão dessa lógica, de tratar como prioritárias essas 90 mil vagas, gera ou propicia a utilização de uma tecnologia que hoje é praticada na construção do Minha Casa, Minha Vida. Então, essa tecnologia pode ser usada para a construção do sistema para o regime semiaberto, que seria bem mais rápido do que o outro, e aliviaríamos, de certa forma, o sistema carcerário como um todo.

Mas farei chegar às mãos de cada um dos senhores os projetos constantes desse Segurança sem Violência, que tem o envolvimento do Sistema S, o envolvimento da sociedade civil organizada, no treinamento, na incorporação, na profissionalização do preso, enfim, várias são as sugestões que são feitas, e farei chegar a cada um dos Srs. Senadores, mesmo porque nós temos que contar com o apoio do Congresso Nacional, porque algumas soluções passam necessariamente pela aprovação de projetos de lei. Então, farei chegar a cada um dos Srs. Senadores esse projeto.

Senador Pedro Taques, quando o senhor enfatiza aqui, por exemplo, o diálogo, eu diria que não me recusei – e até com um desgaste pessoal visível –, eu não me recusei a receber nenhum Parlamentar, nenhum advogado, nenhuma autoridade, e as audiências foram várias e se sucederam. É preciso que nós, neste momento ímpar que o Brasil vive, que a gente não demonize quem exerce a atividade política e que a gente não demonize os parceiros eventuais do Ministério Público na atuação das suas atividades. Por isso, eu recebo a todos com muita honra. Eu acho que é obrigação de uma autoridade que tem a vida das pessoas sendo tocada por ela, receber, ouvir essas pessoas, ouvir até o desabafo dessas pessoas.

Eu vou dar um exemplo aqui, vou pedir licença para não citar o nome de um Parlamentar que veio muito agoniado conversar comigo e dizer: "Há um processo penal aí que essa coisa não se resolve." Toda vez que eu me encontro com ele, a gente brinca sobre a questão. Eu falei: "O que é?" Ele falou: "Não, eu respondo por um crime eleitoral de boca de urna." Eu falei: "É? E qual é a prova que existe""O DVD está aí." Eu falei: "Então eu vou ver o DVD e depois entro em contato com o senhor." Levei o DVD para casa; num sábado, coloquei lá e fui olhar. A carreata, boca de urna, era composta por três veículos: um triciclo, um bugue e um outro carro, sem caixa de som, sem bandeira, as pessoas estavam dentro dos carros com os adesivos das suas próprias campanhas. Eu falei: "Não, a gente tem que ter uma linha de atuação." O diálogo é que te leva a essas coisas.

A unidade, eu tomei um cuidado, e brinco muito com a Drª Norma, que foi citada aqui, que ela é o controle externo do Conselho Nacional do Ministério Público, está lá em toda reunião do Conselho, está lá a nossa Presidente da Conamp. A unidade se faz com a prática de um MP brasileiro, cada qual com sua atribuição, cada

qual com seu feixe de funções, mas nós não podemos esquecer o nexo nacional da instituição Ministério Público, que foi dada pelo Congresso Nacional. Ao criar o Conselho Nacional do Ministério Público, o Congresso reconhece e potencializa o nexo nacional do Ministério Público, e aí sim, com muita ênfase, deve ser a referência do Ministério Público brasileiro.

A transparência, eu acho que se dá por números, por atividade. Eu acho que toda autoridade tem que estar exposta mesmo. Se os senhores, se já não está funcionando adequadamente, até o final deste ano estará o Portal da Transparência da Procuradoria-Geral da República, onde todos os dados são acessíveis por qualquer um, qualquer pessoa, via internet, ela tem o acesso ali e vê esses dados.

E tem adotado também, alguns dos senhores já me deram o privilégio e o prazer da visita, reuniões periódicas – café da manhã com os Senadores, café da manhã com os líderes, café da manhã com os jornalistas – em que possamos ter um espaço para falar abertamente sobre as questões que envolvem essa atividade nossa.

A questão da maior participação do Ministério Público brasileiro na formulação de política, Senador, vou pedir vênia para divergir. Acho que Ministério Público não formula política. Quem formula política é o Congresso Nacional, são os administradores públicos. O que o Ministério Público pode fazer é induzir à aplicação de políticas formuladas ou aquelas que decorram diretamente da própria Constituição.

Então, acho que, nesse ponto, nós podemos auxiliar nessa indução da implementação de políticas públicas. E acredito que o Segurança sem Violência seja um exemplo que possa dar o resultado que esperamos e estamos investindo com muita ênfase nisso.

Quanto à questão da movimentação de subprocuradores-gerais do STJ, Senador, o que tenho a dizer é que, no STJ, a atuação dos subprocuradores-gerais não se dá por delegação. Dá-se por designação. A atividade é própria dos subprocuradores-gerais.

Não posso interferir, independência funcional de cada um deles, na atuação profissional desses meus colegas. O que posso fazer é tentar induzir à atividade de cada um. E como eu faço isso? Faço expondo-me e adotando essas posturas que entendo que são boas práticas e que devem replicar no âmbito do Ministério Público como um todo.

Senador Suplicy, acho que essa questão das redes sociais é uma novidade para todos nós. Foi a primeira vez em uma eleição em que essas redes sociais atuaram de forma muito ativa. Acho que todos nós temos que aprender com isso. É uma coisa nova. E o que posso afirmar é que, na visão do Procurador-Geral da República, nenhuma ofensa faz bem à democracia. Ao contrário, faz muito mal à democracia. O processo político, o processo democrático pressupõe convivência de divergências. Isso tem que acontecer para aprimorar a própria sociedade brasileira.

Gostaria de fazer já um registro aqui, para não tomar muito tempo de V. Exªs. Tenho ouvido muito, acho que isso é um consenso nacional, sobre a necessidade de uma reforma política. O Brasil tem que passar por uma reforma política.

Gostaria de ressaltar aqui uma iniciativa do TSE, que contou com o apoio unânime das duas campanhas no segundo turno, dos dois candidatos. Envolveu as coligações, os próprios candidatos e seus advogados. Num determinado momento, o TSE chama para si a responsabilidade de pedir que a campanha se postasse de uma maneira a esclarecer ao eleitor, enfim, de atingir aquela finalidade a que ela deveria ou se proporia. Ambas as partes – as coligações, os candidatos e seus advogados – acolheram imediatamente. E, de uma forma inédita, todas as representações foram retiradas. Na última semana, os dez últimos dias, no julgamento do TSE, essas representações judiciais não ocorreram e não foram levadas nem a julgamento com a retirada.

Então, é um processo novo. Acho que esse foi um passo concreto para o início da reforma política. Temos que aproveitar o momento e contar agora que esta é Casa de excelência, de onde as ideias surgirão. E que essa reforma política possa realmente atender ao que se pretende.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Senador Antonio Carlos Valadares, não sei lhe dizer – vou até me informar – a razão pela qual esse crime de estelionato, que tem a ver com previdência, com Caixa Econômica etc., teve esse aumento, esse incremento na prática desse delito. Vou me informar e me comprometo a lhe encaminhar uma resposta técnica, concreta.

E enfatizar, como V. Exª disse, que o trabalho do Ministério Público não é um trabalho isolado, é um trabalho cooperado com a Polícia Federal, com a Receita Federal, com a CVM, com o Banco Central. É assim que nós procuramos trabalhar: com o trabalho cooperado com todos os demais órgãos que, de alguma forma, podem auxiliar nas diversas investigações.

Sr. Presidente, creio haver respondido, de maneira genérica, cada uma das indagações e assumo, agora, o compromisso de que ao final do segundo ano do meu mandato, aqui, de novo, estarei, independentemente de haver ou não alteração constitucional, para prestar contas, agora sim, de todo o meu mandato.

E Sr. Presidente, se me permite agora a franqueza e a flexibilidade do momento, que não tem aquele rigor de uma arguição de sabatina, gostaria de pedir aos senhores, agora, que auxiliem o Ministério Público Federal, que auxiliem o Ministério Público da União, contando com a boa vontade dos senhores numa emenda de comissão no orçamento do Ministério Público da União. (*Risos.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não ficou sem pedir.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Quem não chora não mama, dizem lá na minha terra. Já que este é o momento propício, espero contar com o auxílio dos senhores.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Presidente, V. Exª tem um grande assessor que, por uma coincidência muito feliz, é de Sergipe: nosso Dr. Sílvio, que veio lá de Sergipe para trabalhar com V. Exª e é assessor parlamentar muito eficiente. Está sempre conosco, aqui.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Essa também é uma proposta, de que eu estabeleceria um grupo de colegas encarregados somente do contato com o Parlamento brasileiro. E esse grupo existe, de colegas que têm a visão do Ministério Público, têm a sensibilidade de...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Ainda tem o Eduardo Pelella, não é? Também veio de Sergipe.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Exatamente. Também, meu chefe de gabinete.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sergipe está prestigiado no Ministério Público.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – É isso, Sr. Presidente. Não quero mais tomar o tempo desta Comissão. Agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes de V. Exª nos deixar, passo a um breve relato do Senador Anibal Diniz, meu queridíssimo Vice-Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Procurador Rodrigo Janot, é uma honra poder estar presente a esta reunião da CCJ, com esta sua prestação de contas. Devo dizer que é uma deferência muito especial, porque, de todos os ocupantes de funções que passam por arguição aqui no Senado, pelo menos nesses quatro anos em que estou presente aqui no Senado, acho que sua presença aqui foi a primeira espontaneamente agendada. É algo digno de registro e de elogios.

Portanto, até por essa deferência, acho que temos, aqui, uma obrigação de priorizar a emenda de bancada para a Procuradoria da República, conforme o pedido de V. Exª.

Parabéns por toda a transparência imprimida ao longo desse primeiro ano de mandato. Esperamos total sucesso nesse segundo ano de atuação. Muito obrigado e parabéns pela presença.

O SR. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Anibal. Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião extraordinária e imediatamente reiniciaremos na ordinária deliberativa desta Comissão.

Dr. Rodrigo, seja sempre muito bem-vindo a esta Comissão.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Ala Senador Nilo Coelho, número dois, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Sérgio Petecão, Romero Jucá, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Douglas Cintra, Antonio Carlos Rodrigues, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Cyro Miranda e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Angela Portela, Lídice da Mata, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Eduardo Braga, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, Mozarildo Cavalcanti e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata reunião anterior, que é dada por aprovada. O Presidente registra a presença do Senhor Presidente da Confederação Brasileira de Empresas Juniores, Ryoichi Oka Penna. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2012 – Não**

Terminativo. *Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para acrescentar a acessibilidade aos portais públicos da internet.* **Autoria:** Comissão de Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Pedro Simon (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2013 – Não Terminativo.** *Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incluir dispositivos sobre campanhas educativas.* **Autoria:** Deputado Onofre Santo Agostini. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, de redação. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 437, de 2012 – Terminativo.** *Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.* **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, acatadas as Emendas nº 1 e 2 – CE, com seis emendas que apresenta. *Durante a discussão foi oferecida a Emenda nº 9 pelo Senador Anibal Diniz, acatada pelo Relator.* **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CE-CCJ e 2-CE-CCJ, e nºs 3-CCJ a 9-CCJ. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010 – Terminativo.** *Altera o art. 69 e o item 6 do Anexo II – Sinalização, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a travessia de pedestres em passagem sinalizada.* **Autoria:** Deputada Perpétua Almeida. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos da art. 282 do RISF. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, de 2012 – Terminativo.** *Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular para fins de formação de condutores em vias públicas.* **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 367, de 2007 – Terminativo.** *Acrescenta parágrafos aos arts. 67 e 80 da Lei nº 6.015, de 31 dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para vincular os assentos de óbito aos de nascimento, e para atribuir ao juiz de paz competência para homologar pedidos de habilitação para o casamento, nos casos que especifica.* **Autoria:** Senador Gilvam Borges. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 728, de 2011 – Terminativo.** *Define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providências.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 18) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, de 2014 – Não Terminativo.** *Altera o art. 144 da Constituição Federal para instituir garantias para os policiais civis e militares e suas famílias.* **Autoria:** Senador Fernando Collor e outros. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 19) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2013 – Não Terminativo.** *Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre a cobrança de pedágio.* **Autoria:** Deputado Esperidião Amin. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 20) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2013 – Não Terminativo.** *Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.* **Autoria:** Deputado Osmar Terra. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Favorável ao Projeto, acolhendo as Emendas nºs 1, 2, 3, 7 e 8, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e contrário às Emendas nºs 4, 5, 6 e 9. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2009 – Terminativo.** *Acrescenta § 3º ao art. 54 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para, nos contratos de locação empresarial de espaço em shopping center, tornar nula a cláusula pela qual o locatário fica impedido de instalar outro estabelecimento, de mesma bandeira, em áreas geográficas próximas ao shopping center cujo espaço tenha sido locado.* **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relató-

rio. **EXTRAPAUTA: ITEM 27) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 48, de 2014.** *Requeiro, com fundamento nos arts. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta Casa Legislativa, para debater o papel dos Juízes na proteção do meio ambiente, com a presença dos seguintes convidados: • Sr. Ministro Antonio Herman Benjamin (Ministro STJ e Presidente do FONAMA – Fórum Nacional da Magistratura e Ambiente); • Sra. Ministra Izabella Teixeira (Ministra do Meio Ambiente); • Sr. Embaixador Eduardo dos Santos (Secretário-Geral das Relações Exteriores); • Sr. Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho (Chefe, Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, Ministério das Relações Exteriores); • Sta. Elizabeth Mrema (Diretora, Divisão de Direito Ambiental e Convenções, PNUMA, Nairóbi); • Sr. João Ricardo dos Santos Costa (Presidente, Associação de Magistrados Brasileiros); • Sr. Ministro Ricardo Lorenzetti (Presidente, Corte Suprema da Argentina); • Sr. Ministro Sergio Muñoz (Presidente, Corte Suprema do Chile); • Luc Lavrysen (Ministro, Corte Constitucional, Bélgica, e Presidente, Forum de Juízes pelo Ambiente da União Europeia) e • Ragnhild Noer (Ministra, Suprema Corte da Noruega).* **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovado. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Anibal Diniz. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2011; ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2013; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2013; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2013; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2008; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2012; ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, de 2012; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2009; ITEM 17) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2014; ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2010; ITEM 23) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, de 2012; ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 485, de 2011; ITEM 25) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2009, TRAMITAM EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, de 2007, PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 510, de 2007, e PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, de 2009; ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2013; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do Ofício 373, da Presidência da Câmara Municipal de Sobral, que sugere a apresentação de Projeto de Lei para que as empresas de vendas de motos a partir de 125 cilindradas exijam dos compradores a apresentação da Carteira Nacional de Habilitação no ato de compra.

A presente reunião será destinada à deliberação dos itens 1 a 26.

Há um requerimento de nossa autoria solicitando reunião especial, audiência pública em reunião especial, para tratar com o Ministro Herman Benjamin e diversas autoridades de um fórum internacional sobre direito e meio ambiente.

A partir da ECO 92, é realizado anualmente um fórum internacional, que, neste ano, será no Brasil. Nós vamos receber todas essas autoridades das Américas, com a liderança do Ministro Herman Benjamin, aqui oportunamente nesta Comissão, com data a ser aprazada.

Em discussão...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... e em votação.

Em discussão e em votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Vamos lá.

Pela ordem...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... Senadora Gleisi, Senador Cyro, Senador Agripino.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ricardo.

Gleisi, Cyro, Agripino e Ricardo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Presidente, eu queria fazer uma ponderação em relação à pauta de hoje.

Nós temos a convocação da Comissão Mista de Orçamento ao meio-dia para fazer avaliação do relatório preliminar da LDO, de que V. Exª é relator. Temo que meia hora seja muito curto para que nós possamos abrir um debate mais aprofundado sobre temas que, inclusive, são polêmicos.

Eu queria consultar a V. Exª, consultar a este Plenário se poderíamos fazer um acordo sobre os itens a serem votados aqui, independentemente de eles serem terminativos ou não, mas por acordo de mérito. Eu elenquei alguns itens aqui que eu acho que nós poderíamos – até para avançar na pauta da CCJ – fazer, e, aí, posteriormente, na próxima quarta-feira, em que nós não vamos ter uma reunião, pelo menos ao meio-dia, da CMO, a gente poder aprofundar mais a pauta.

Então, eu gostaria de consultar a V. Exª se posso fazer essa proposta e também ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Consulto os Líderes daqui...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... e nós vamos fazer a consulta aos Líderes para otimizar uma pauta que seja harmoniosa no seu mérito.

Eu, inclusive, informo aos senhores que devo, daqui a pouco, me retirar, mas o Senador Anibal continuará no exercício da Presidência, é comum essa alternância de comando na Presidência. Eu estarei defendendo o relatório preliminar da LDO que nós estaremos votando na CMO.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Cyro, o Senador Agripino, o Senador Ricardo e o Senador Paulo Bauer.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu, na mesma linha da Senadora Gleisi, ia pedir a inversão de pauta do item 5, que é terminativo, não é polêmico e já foi lido. É de autoria do Senador José Agripino.

Então, é um item que não vai ocupar nenhum espaço e ele já vem rolando por várias e várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Os senhores concordam com a inversão de pauta?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sim.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Presidente, se eu pudesse só citar os itens, porque daí a gente já...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos citar os itens todos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu queria só sugerir à Comissão que a gente pudesse dispor, por não haver grandes polêmicas, o item 2, 3, 5, 8, 10, 13 e 20.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Dentro dessa ordem, eu só peço a inversão de pauta e concordo com V. Exª.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu vou passar a palavra pela ordem ao Senador Paulo Bauer.

Só fazendo um ajuste junto à assessoria, os itens propostos pela Senadora Gleisi em que não há nenhuma dificuldade de aprovação por parte do seu partido ou da sua base são os itens 2, 3, 5, 8, 10, 13 e 20. Eu repito, para que a assessoria dos Srs. Parlamentares possa acompanhar...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu vou passar a palavra pela ordem à Senadora Lúcia, só um minuto. Itens 2, 3, 5, 8, 10, 13 e 20.

Eu vou, Senadora Lúcia, inscrever V. Exª pela ordem, como já inscrevi o Senador Paulo Bauer, mas eu preciso ouvir o Senador Agripino, o Senador Cyro eu já ouvi, o Senador Ricardo e o Senador Paulo.

Por favor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu queria concordar com a Senadora Gleisi Hoffmann, fazendo apenas uma sugestão. É claro que nós vamos ter problema de quórum daqui a pouco. Nos itens sugeridos por S. Exª, os itens 2 e 3 são não terminativos, os itens 5, 8, 10, 13 são

terminativos. Que se começasse pela apreciação nessa ordem desses itens, para aproveitar o quórum e, em seguida, votar as matérias que são terminativas que nós poderíamos votar independentemente do quórum. Eu acho que, com isso daí, a gente pragmatiza a proposta da Senadora, que é perfeita.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª só está definindo uma ordem de procedimento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Isso, isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concorda com os itens elencados...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Concordo com os itens e concordo com o Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... e define que, aproveitando o quórum do momento...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Iniciaríamos pelo primeiro item terminativo, que, por um acaso, é o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de apelar a V. Exª para que nós pudéssemos priorizar a deliberação de dois importantes projetos que nós já entregamos à Mesa, pela relevância e pela importância desses projetos.

O primeiro deles é o PLC nº 42, que altera o art. 20 do Código Civil, para permitir a publicação de biografias de personalidades públicas sem autorização prévia. Esse tema foi bastante debatido no Congresso brasileiro, na Câmara dos Deputados, desde 2011.

Então, eu queria apelar para que V. Exª pudesse pautar esse projeto, considerando a importância e a relevância dele para a sociedade brasileira. E eu diria que é mesmo uma conquista civilizatória com relação a essa "jabuticaba" – porque só encontramos este tipo de premissa no Brasil. Mundo afora, as biografias são liberadas, e no Brasil nós temos esse impedimento.

A outra matéria, Sr. Presidente, é o PLS nº 68, de minha autoria, que já foi relatado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que propõe o repasse fundo a fundo, independentemente de convênio, acordo ou ajuste, de dotação orçamentária do Fundo Penitenciário Nacional.

Nós temos debatido muito esse tema. Agora, mesmo, com a presença aqui do Dr. Janot, ficou explicitada a crise e a complexidade do sistema penitenciário nacional.

Na prática, o que nós percebemos é que esses recursos continuam sendo contingenciados, ano após ano, e há necessidade de nós criarmos um critério automático, mecânico para que os Estados possam contar em seus planejamentos com recursos da União.

Apelo a V. Exª, dada a relevância desse projeto para os nossos Estados, que nós pudéssemos priorizar, também, a inclusão desse projeto em pauta a ser definida por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O pedido de V. Exª sempre tem uma influência muito grande sobre esta Presidência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sobre o primeiro pedido, V. Exª precisa encaminhar à Secretaria um requerimento de sua autoria desistindo de uma audiência pública que já foi aprovada, para, assim sendo, a Presidência imediatamente pautar – como sempre atende a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Faremos isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paulo Bauer, com a palavra.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu apenas queria registrar que, em que pese a importância do pleito da Senadora Gleisi, na verdade nós temos um item, que é o item nº 1 da pauta, uma proposta de emenda à Constituição de minha autoria, cujo Relator é o Senador Luiz Henrique, que já tem um pedido de vista por parte da Senadora Ana Rita. E hoje seria o dia em que ela deveria se manifestar a respeito do seu pedido de vista.

Eu temo que, invertendo-se a pauta, este item, que já está aguardando deliberação desde o mês de maio deste ano, acabe não sendo objeto de deliberação nem nesta reunião, nem na próxima. E nós acabaríamos por vê-lo transferido até para o próximo ano, diante do que se prevê daqui para a frente em termos de matérias importantes que precisaremos deliberar.

Eu considero que o pedido da Senadora Gleisi poderia ser atendido desde que o item nº 1 da pauta continuasse a ser o nº 1, porque a inversão fará o nº 1 ser o nº 8 ou 10, seja lá qual for.

Assim, nós poderíamos discutir o nº 1 e, em seguida, os demais. Contudo, submeto-me à vontade, obviamente, da maioria dos Srs. Líderes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Na mesma direção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na mesma direção o Senador Luiz Henrique.

Senadora Lúcia Vânia, que pediu a palavra pela ordem, para concluirmos esta fase.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria também de ver a possibilidade da inclusão do item nº 18, que é não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Inclusão?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sim, inclusão. É não terminativo. Eu não sei se haveria alguma objeção nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos estudar o item nº 18, Senadora Lúcia Vânia, que institui garantias para policiais civis e militares e suas famílias.

Peço à assessoria para estudá-lo.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Considerando a colocação...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... do Senador Paulo Bauer, quero apenas dizer, Senador, que nós não incluímos esse item porque há uma divergência, inclusive na nossa Bancada, sobre o posicionamento.

Nós temos um parecer... A Senadora Ana Rita tem um parecer e, agora, também o Senador Pimentel me pediu, se fosse possível a gente adiar, porque ele tem um entendimento e gostaria de discutir melhor a matéria. Por isso eu sugeri. Então, para a gente não precisar, inclusive, encaminhar contrário ou não superar essa divergência interna.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu poderia sugerir, na condição de Presidente, ao Colegiado para manter, como item 1 da pauta, para a próxima reunião e, aí, assim, em qualquer situação, nós vamos deliberar, no voto, dentro dessa realidade. Algumas bancadas, internamente, estão divididas em relação à eficiência tributária junto aos Estados da medida que V. Exª propõe por meio de PEC. Vamos estudar nesta semana e, impreterivelmente, vamos votar, Senador Paulo e Senador Luiz Henrique, na próxima quarta-feira, continuando como primeiro item da pauta.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Então, Presidente, permita-me fazer outra solicitação a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Faça.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Diante da manifestação da Senadora Gleisi, de que há necessidade de mais debate e discussão, peço que não seja na próxima quarta e sim na seguinte, porque, senão, o tempo ficará muito curto para nós, a partir de amanhã até a próxima quarta, chegar a uma conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k., fica para...

Então, determino... Atendo V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SC) – Mas teria de ser, porque essa será a terceira vez que ela vai para a primeira e da primeira passa para trás.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Atendo V. Exª que há de reconhecer que esta Presidência cumpriu com a palavra empenhada: ele é o primeiro item e sempre estava na condição de primeiro item até por justiça ao desejo de V. Exª e ao mérito de sua proposta.

Fica para daqui a 15 dias como primeiro item da pauta.

Vamos agora aos itens terminativos.

O item 5, que Senador Agripino colocou como item 1 da marcha dos terminativos.

Os projetos a serem aprovados, por deliberação do Colegiado 2, 3, 5, 18, 10, 13 e 20...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não. Oito, dez...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Desculpa: 2, 3, 5, 8, 10, 13 e 20.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Há uma solicitação da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dezoito.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – O projeto está entrando agora.

Nós, necessariamente, pediríamos vista, Senadora, para avaliar, como vários outros.

Então, aqueles que nós tínhamos, como pedido de vista, eu não coloquei nessa sugestão.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Mas seria interessante que não fosse pedido vista para a gente acelerar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos começar a estudá-lo com pedido de vista.

O.k., faremos assim.

Inclui-se agora o 18 com o compromisso da vista.

Número 5... Item 5. Página 87.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 437, de 2012
– Terminativo -

Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto, acatadas as Emendas nº 1 e 2 – CE, com seis emendas que apresenta.

Observações:

– A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sendo acatadas as Emendas 1 e 2, das seis emendas apresentadas;

– Em 04/06/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;

– Votação nominal.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Como vota o Senador José Pimentel? (*Pausa.*)

Senadora Gleisi, como vota V. Exª?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

Senador Taques. (*Pausa.*)

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, eu voto com o Relator, ressaltando a importância da matéria. É uma proposição muito acertada do Senador Agripino, e o relatório do Senador Cyro.

E faria uma observação, se me permite, Senador Cyro, se pudesse acrescer na redação final e que seria a eliminação da proibição de captação de recursos para seus integrantes. Acho que essa poderia ser mantida, mas tirar a instituição. Acho que um projeto meritório como esse, das empresas juniores, seria de bom alvitre que nós incentivássemos e que as instituições que criassem essas empresas *juniors* pudessem também auferir algum tipo de vantagem no sentido da captação de recursos para a instituição, inclusive para o fortalecimento dos cursos que tivesse essa empresa.

Então, meu voto é favorável plenamente. Se pudesse acatar essa sugestão, acho que ajudaria a fortalecer ainda mais essa proposta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Se me permite, vou discutir depois com o autor. O senhor me apresente a emenda para que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem que apresentar a emenda, porque nós não temos condições de...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não... Só seria um acréscimo de redação, para não atrapalhar a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já faça a sugestão ao Senador Cyro logo ali. Senador Cyro consulta...

Vamos continuar a votação.

Senador Valadares, como vota V. Exª?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Acompanhando o Relator.

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Senador Crivella. (*Pausa.*)

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Líder Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Com o autor e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dupla homenagem.

Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Agripino, voto conhecido, autoria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Só um registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só um registro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – É da presença entre nós, pela importância da matéria, do presidente da Confederação Brasileira de Empresas Juniores, que é um jovem, o Sr. Ryoishi Penna. Ele veio pessoalmente acompanhar a votação e assistir à aprovação dessa matéria, conferindo importância especial ao que nós estamos votando para o empreendedorismo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Seja bem-vindo!

Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Mais algum Senador que eu não... Senadora Lúcia Vânia...

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu voto "sim", Sr. Presidente.

Quero registrar que estão presentes aqui jovens empresários e empreendedores do Mato Grosso do Sul. Aliás, esses jovens do Mato Grosso do Sul realmente estão fazendo a diferença. Eu acho que o projeto do Senador Agripino Maia é um projeto muito bom. A Relatoria do Senador Cyro Miranda é brilhante, como sempre, Senador. Quero dizer que acho que o caminho é este mesmo: nós temos que estimular os nossos jovens a cada vez mais empreender, gerar emprego e renda. Eu acho que esse é o caminho de uma sociedade socialmente justa e economicamente viável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com certeza, Sr. Presidente, é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k. Vou passar agora...

Aprovada.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou passar a V. Exª para se referir às emendas e submeter o colegiado a uma segunda votação.

Aprovado o projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Eu acato com muito prazer a emenda do Senador Anibal. Acho que é realmente excelente. A gente não tinha colocado, até com medo que houvesse uma reação do próprio Partido em função disso. Então, acato com o maior prazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação, as emendas. Se os Srs. Senadores concordarem podemos repetir a votação do projeto para as emendas. O.k.? (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, só um registro de agradecimento aos membros da Comissão, que por unanimidade aprovaram essa ideia com manifestações como a do Senador Moka, que reconhece o mérito da intenção em benefício do empreendedorismo. Eu acho que essa é uma matéria que vai produzir efeitos positivos para as universidades do Brasil. A contribuição do Senador Anibal Diniz é muito positiva. Estimula que universidades tenham algum tipo de benefício para incrementar ações voltadas para a criação de empresas juniores dentro de sua estrutura. Recebo com muita alegria a contribuição de S. Exª, que é positiva.

Agradeço a unanimidade da aprovação pelos membros da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Parabenizo V. Exª pela iniciativa. Esta Presidência a acompanhou ao longo dos últimos meses e fez um esforço para que se tornasse realidade uma iniciativa tão meritória para a conquista econômica e social de jovens empreendedores que estão esperando que o arcabouço legal possa facilitar os seus empreendimentos. Isso é o que V. Exª colocou no seu projeto, interagindo com as universidades, que é de tamanha amplitude social e econômica no Brasil. Parabenizo V. Exª. Parabenizo Cyro pelo relatório, Anibal pelas contribuições.

Aprovado o projeto, o relatório e as Emendas nºs 1, 2, 3 e 8 da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010
– Terminativo -

Altera o art. 69 e o item 6 do Anexo II – Sinalização, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a travessia de pedestres em passagem sinalizada.
Autoria: Deputada Perpétua Almeida
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
– Em 19/03/2014, foi lido o relatório e adiada a discussão;

Nós vamos colocar em votação.
Em discussão a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
Votação nominal.
Como vota a Senadora Gleisi?
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares é o Relator.
Senador Inácio?
O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe?
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Suplicy?
O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Humberto?
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Ana Rita?
A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique?
O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anibal?
O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eunício?
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Petecão?
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Moka?
O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Agripino?
O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia?
A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cyro?
O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Douglas Cintra?
O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria foi aprovada.

O Substitutivo é aprovado e será submetido a segundo turno suplementar, com as providências cabíveis.

Item 10, página 177.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, de 2012
– Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular para fins de formação de condutores em vias públicas.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Anibal para a leitura do seu relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Vital.

Trata-se de uma matéria extremamente meritória da Senadora Ana Amélia este PLS 454, porque ele propõe que nos treinamentos de autoescola sejam feitas práticas em vias públicas e não somente em circuito fechado.

No mérito, consideramos que a iniciativa incorpora importante contribuição à norma vigente no sentido de qualificar o processo de formação de condutores e, por consequência, elevar os padrões de segurança no trânsito.

Voto.

Em razão do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2012, proposto pela Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Como vota a Senadora Gleisi Hoffmann?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anibal é o Relator.

Senador Valadares? (*Pausa.*)

Com o Relator.

Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eunício?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Lúcia Vânia?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Cyro?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Douglas Cintra?
O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria está aprovada.
Serão tomadas as providências cabíveis.
Item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 728, de 2011
– Terminativo -

Define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providências.
Autoria: Senador Marcelo Crivella e outros
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
– A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
– Votação nominal.

Com a palavra, a Senadora Gleisi.
O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Seria rejeição ou prejudicialidade?
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela rejeição do projeto.
O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Os eventos já transcorreram?
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Os eventos já transcorreram.
O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Parece que seria pela prejudicialidade.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Parece que seria pela prejudicialidade em virtude de perda do objeto invocado na ementa, mas, por trás há também disciplina do direito de greve, Luiz Henrique, no período que antecede e durante a realização dos eventos. Como fala em dois eventos só são os eventos referentes à Copa. Não há menção sobre projetos... Olimpíada não está aqui.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu vou ler o voto da Relatora.
Acompanhamos o entendimento das outras Comissões. A proposta perdeu sua oportunidade. A Copa das Confederações já foi concluída e faltam apenas dois meses [na época do relatório] para a Copa do Mundo. Não há, portanto, tempo hábil para discussão da matéria.
Diante do exposto, pela rejeição.
E aí, acrescento: pela prejudicialidade...
Senadora Gleisi, todos nós estávamos tomando o voto de S. Exª como um voto nosso. Inclusive, li a parte final do seu voto referente à prejudicialidade e rejeição da matéria.
Vamos votar.
Senadora Gleisi, voto conhecido.
Senador Anibal.
O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares.
O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Inácio Arruda.
O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Randolfe Rodrigues.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eduardo Suplicy.
O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Humberto Costa.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Luiz Henrique.
O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a Relatora, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eunício.
O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Petecão.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Waldemir Moka.
O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agripino.
O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – RN) – Com a Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)
O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cyro.
O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Douglas Cintra.
O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Rejeitado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Esses já são os não terminativos, para cumprirmos a nossa pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2012
– Não terminativo -

Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para acrescentar a acessibilidade aos portais públicos da internet.
Autoria: Comissão de Legislação Participativa
Relatoria: Senador Pedro Simon
Relatório: Pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto.
Observações:
– A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Em discussão, a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)
Aprovada por unanimidade.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incluir dispositivos sobre campanhas educativas.
Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas de redação que apresenta.
Observações:
– A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para proferir o seu relatório.
Vota S. Exª pela aprovação do projeto com duas emendas.
O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, um projeto da maior importância do Deputado Onofre Santo Agostini, instituindo política nacional de resíduos para incluir dispositivos sobre campanhas educativas.

O projeto é mais do que meritório porque procura estabelecer uma conscientização coletiva, uma cultura ambientalista no seio da sociedade brasileira. O projeto é constitucional e legal, e, por isso, opino pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passa a constituir parecer desta Comissão.

Quanto ao projeto do item 18 da Senadora Lúcia Vânia, há acordo para concessão de vista. Vou ler apenas a matéria e conceder vista coletiva.

ITEM 18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, de 2014
– Não terminativo -

Altera o art. 144 da Constituição Federal para instituir garantias para os policiais civis e militares e suas famílias.

Autoria: Senador Fernando Collor e outros

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

Nós vamos conceder vista coletiva, Senador Lúcia Vânia. O.k.?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim, senhora.

Vista concedida.

Último projeto da pauta para liberar V. Exªs.

Item 20, página 358.

A matéria é do Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Finalmente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Finalmente, Senador Valadares.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2013
– Não terminativo -

Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Autoria: Deputado Osmar Terra

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável ao Projeto, acolhendo as Emendas nºs 1, 2, 3, 7 e 8, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e contrário às Emendas nºs 4, 5, 6 e 9.

Observações:

– Em 10/09/2013 foi realizada a 1ª Audiência Pública para instruir a matéria;

– Em 04/02/2014 foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Romero Jucá;

– Em 25/02/2014 foram recebidas as Emendas nºs 2 e 3, de iniciativa do Senador Romero Jucá;

– Em 19/03/2014 foram recebidas as Emendas nºs 4 a 9 de iniciativa do Senador Romero Jucá;

– Em 20/05/2014 foi realizada a 2ª Audiência Pública para instruir a matéria;

– A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; e de Direitos Humanos e legislação Participativa.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para proferir o seu relatório.

Antes, presto uma homenagem a V. Exª, que, com o seu talento, tem sempre cumprido grandes missões nesta Casa. Ao longo desses diversos mandatos que o povo de Sergipe lhe confiou, V. Exª abraça grandes cau-

sas. E eu testemunho o cuidado que V. Exª teve na apreciação desta matéria, o zelo que V. Exª teve na condução desse assunto tão importante para o Brasil, para o povo brasileiro e para a família brasileira.

E V. Exª hoje já pode apresentar finalmente o seu relatório, depois de meses de estudo, com diversas audiências públicas, com centenas de encontros com todos os que o procuraram, interessados em pautá-la.

Por isso, antes de passar a palavra a V. Exª, eu queria dar o testemunho desta Presidência de todo o êxito e sucesso que V. Exª teve, e o reconhecimento desta Presidência pelo seu trabalho, Senador Valadares.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente, é só para registrar o meu voto no item 13, que é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está registrado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Presidente, inicialmente eu queria agradecer a V. Exª pela confiança que teve na minha pessoa ao me indicar para relatar esta matéria tão complexa, que exigiu de mim muito esforço, muita dedicação, muita compreensão e o atendimento às diversas demandas que foram feitas pelas várias entidades que entraram em contato comigo aqui, no Senado Federal.

É uma matéria que diz respeito à vida, a salvar os nossos adolescentes contra o uso de drogas que modificam a sua personalidade, prejudicam a sua mente, a sua saúde e podem transformar o adolescente num criminoso, além de trazer sofrimento à família brasileira.

A droga hoje invadiu de norte a sul, de leste a oeste do Brasil, não só as capitais, as periferias, mas também a zona rural, principalmente com o *crack*. No Nordeste, há uma intensificação da prática desse vício, que vem causando prejuízos enormes à nossa sociedade.

Presidente, este, na verdade, é o segundo relatório, porque o primeiro relatório eu li. V. Exª assistiu à leitura de parte desse relatório. Em seguida, a reunião foi presidida pelo Senador Eduardo Suplicy, quando demoramos quase três horas só lendo o relatório. Então, se eu fosse ler de novo este relatório, levaríamos três horas de novo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Exato. Apenas, se V. Exª me permite, eu passaria uma transparência, um PowerPoint, rapidamente, só para avivar a memória dos presentes. Em seguida, nós passaríamos à votação.

Eu acho que a matéria está de bom tom. Ela está adaptada, vamos dizer, ao desejo da maioria da sociedade, ao desejo da maioria dos Senadores, da imensa maioria dos Senadores, e vai passar em muitas comissão. Então, para que pedir vista aqui, se temos condições de operacionalizar qualquer emenda modificativa alterando, corrigindo lá na frente?

V. Exª falou em mais três comissões, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Três comissões. Ainda vai a três comissões.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Então, eu pediria compreensão aos Senadores. Esta não é a Comissão de mérito. A comissão de mérito parece que vai ser a de Direitos Humanos ou outra que diz respeito à saúde. Direitos Humanos, não é? É a última. Vai ser a de Direitos Humanos. Então, mais três comissões para os Senadores poderem fazer suas alterações, caso haja necessidade.

Eu pediria à nossa técnica do PC que introduzisse a primeira transparência. Como lembrete, vai ser rápido, não vou tomar o tempo dos senhores.

Enquanto a técnica prepara o ambiente, eu gostaria de dizer que o Senador Romero Jucá estudou a matéria e apresentou oito emendas, e nós aceitamos a maioria. Foi zero a zero, empate. V. Exª foi vitorioso com as emendas que apresentou.

Então, veja: reformulação da Lei de Drogas. Estas são as entidades que nós ouvimos: a começar pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva e terminando pela Viva Rio, entidade que lida com a assistência aos dependentes e usuários.

Segundo. Próximo.

Também ouvimos o Governo Federal, o Ministro da Saúde, o Ministério da Justiça, o Ministério da Fazenda, a Casa Civil, a secretaria de assuntos governamentais, que é a Secretaria de Relações Institucionais, e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Nas duas audiências públicas, ouvimos todas essas entidades para melhorar e aperfeiçoar o projeto.

Quais são os eixos estruturantes, os assuntos, os temas desse projeto? Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), prevenção, atenção ao usuário e ao dependente, compreendendo a reinserção social e econômica, atenção à saúde, acolhimento pelas comunidades terapêuticas, aspectos criminais, mecanismo de financiamento.

Em frente.

O Sisnad é composto pela União, Estados e Municípios. Cada um com sua característica, sua atribuição. A União, com a coordenação geral e o combate ao tráfico internacional, o sistema de informações; os Estados, com atenção à saúde; e os Municípios, com a prevenção.

Próximo.

SUS (Sistema Único de Saúde) e Suas (Sistema Único de Assistência à Saúde). Naturalmente, os dois sistemas trabalham integrados na política de prevenção e no atendimento aos dependentes químicos.

Próximo.

Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Estão aí as instituições, os órgãos que cuidam do sistema nacional, que é o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas – está aí tudo escrito –, o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, sistema de informações, avaliação e gestão.

Do lado direito, os acréscimos que fizemos, depois de ouvirmos todas essas entidades.

Sugestões que foram aceitas dentro do Senado, principalmente de instituições ligadas ao combate às drogas e também à assistência social.

Próximo.

Prevenção. Prevenção, como estão vendo aí, no projeto que veio da Câmara: anualmente, na quarta semana de junho, haverá a Semana Nacional de Política sobre Drogas, com intensificação dos debates públicos e ações educativas – estão ali relacionadas as ações educativas para a política de prevenção.

E do lado direito vai aparecer aí o que nós acrescentamos: a divulgação de informações sobre a atenção à saúde do usuário ou dependente e a divulgação de iniciativas que estimulem a reinserção social de pessoas que fazem uso problemático de drogas.

Então, a prevenção é direcionada para a redução de fatores de vulnerabilidade e de risco para a promoção e fortalecimento dos fatores de proteção.

Próximo, por favor.

Atenção ao usuário e ao dependente. Bom, o projeto original traz uma cota de 3% das vagas, quer dizer, uma reserva de 3% das vagas em obras públicas que gerem mais de 30 postos de trabalho; atendimento nos programas de educação profissional através dos Serviços Nacionais de Aprendizagem que estão aí relacionados (Senai, Senac, Senar e Senat).

Do lado direito está o nosso substitutivo, que suprime essa questão das cotas. Por quê? Porque isso reforçaria o estigma do dependente no ambiente de trabalho – então, se alguém que foi dependente ou é dependente vai ao trabalho, eles ficariam "esse cara é maconheiro, é viciado, é não sei o quê", pode criar um estigma contra o trabalhador – e dificultaria seu acesso ao sistema de saúde, porque há localidades bastante distantes na construção de obras públicas onde não há os centros de atendimento ambulatoriais necessários ao atendimento a essas pessoas.

Portanto, o que é que nós fazemos? Acrescentamos o encaminhamento do usuário ou dependente do Sistema Nacional de Emprego a programas de reinserção no mercado, mediante estratégias específicas de atendimento, com proteção contra quaisquer formas de discriminação. Essa foi uma sugestão que nós recebemos aqui de várias empresas industriais e de construção civil, que se achavam inabilitadas para a prática dessa reserva de 3% obrigatória. Isso poderia encarecer as obras, retardar as obras, enfim, vários argumentos foram apresentados, e nós resolvemos suprimir para, naturalmente, lá na frente, nas outras comissões, haver uma discussão mais adequada.

Ainda sobre a atenção à saúde: disciplina geral do tratamento do usuário ou do dependente, prioridade para o ambulatorial; atendimento à individualização; protocolos técnicos.

Duas modalidades de internação: a voluntária e a involuntária. A involuntária, passando aí para o lado direito... A involuntária lá na frente nós vamos explicar melhor. Nós incluímos no substitutivo: receber informações sobre tratamentos disponíveis, incluindo desconfortos, riscos, efeitos colaterais e benefícios associados; escolher de forma autônoma e responsável seu tratamento; receber atenção psicossocial – essa aí foi até uma sugestão do ex-Presidente Fernando Henrique –; não ser internado contra a própria vontade; presença médica, exceto nas circunstâncias previstas no art. 23-A, que eu vou falar lá na frente; garantia de sigilo das informações, quer dizer, alguém que foi internado, sobre os medicamentos que ele usa, sobre o tratamento personalizado, tudo isso aí tem que ser objeto de sigilo das informações.

Próximo.

Bom, o que é que significa internação involuntária? Involuntária é aquela em que o paciente vai ser internado, embora ele não opine sobre isso, mas ele vai ser internado em condições em que ele possa causar perigo à sua própria vida ou à de terceiros.

Quem pode pedir? Um familiar ou responsável legal, na absoluta falta desse servidor público da área da saúde. E quem determina? O médico. Precisa haver uma autorização médica para haver a internação.

E outras condicionantes aí estão: avaliação prévia sobre o tipo de droga; prazo máximo de 90 dias na internação; e quem interrompe, quem dá alta é o médico, em qualquer circunstância.

Próxima.

Nós acrescentamos apenas estes dois itens: que permite que a interrupção seja decidida pela família, quando não houver risco imediato à vida da pessoa internada ou de terceiros, avaliado pelo médico responsável – veja que o médico sempre está presente –; que permite que a interrupção seja solicitada ao médico responsável por servidor público da área de saúde ou da assistência social.

Acolhimento pelas comunidades terapêuticas, que fazem parte do Sisnad. Essas instituições não são instituições de saúde, da área de saúde; são instituições que procuram, com o seu trabalho, recuperar o dependente. Então, estão incluídas como integrantes do Sisnad. São normas de referência para o funcionário fixadas pelo Senad no Ministério da Justiça, quer dizer, elas funcionam, mas dentro de normas, dentro de regras que são estabelecidas por um órgão do Governo Federal do cenário do Ministério da Justiça.

Vejam que as comunidades terapêuticas fazem um trabalho de recuperação, mas não podem realizar internações de qualquer tipo. Quem pode fazer isso são as entidades de saúde, são os órgãos de saúde. Todas as comunidades terapêuticas que foram chamadas aqui, que debateram conosco aprovaram integralmente a nossa proposta.

Do lado direito, nós acrescentamos aquele item lá em cima, que especifica que os projetos terapêuticos desenvolvidos têm como principal instrumento a convivência entre pares, que inclui um rol de obrigações mínimas a serem observadas, que não havia na proposta original. Aliás, essas obrigações mínimas já constam de uma portaria do Ministério da Saúde, nós apenas reforçamos o que já existe em portaria, incluindo no projeto de lei.

Próxima.

Agora é uma questão tanto quanto inovadora, porque a Lei atual, que é a 11.343, que nós estamos alterando, fala o quê? Ela fala que, para determinar se uma pessoa flagrada com drogas é consumidora ou é traficante, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida quando for para julgamento, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação e as circunstâncias sociais e pessoais, bem como aos antecedentes da gente.

Nesse §2º do art. 28, que criminaliza o uso das drogas, resolvemos fazer uma alteração que está ali do lado direito, tirando a expressão "as circunstâncias sociais e pessoais". Por quê? Porque o policial, na hora da abordagem: "Bom, este rapaz aqui é negro, só pode ser maconheiro mesmo. Este é viciado." Mas, se ele for branquinho, tipo classe média: "Não, ele não é. Ele é um consumidor." E os senhores sabem que o consumidor é criminalizado, mas, se ele é um traficante, a criminalização é muito mais dura. Porque, se ele for um simples consumidor, não vai para a cadeia; ele vai cumprir medidas administrativas, vai pagar multa, vai exercer um trabalho social. Não vai ser preso. Mas, se ele for acusado de ser um traficante, por menor que seja o uso daquela droga, ele vai pegar cadeia. Ou seja, vamos encher os nossos presídios de pessoas que foram confundidas, a meu ver, como traficantes.

Por isso que nós acrescentamos o §2º-A. Esse §2º-A não é inspiração nossa. Já foi objeto de apreciação pela Câmara dos Deputados. Foi o Deputado do PT Paulo Teixeira que apresentou um dispositivo semelhante a este, mas, em vez de a quantidade apreendida, para o agente ser identificado como traficante ou consumidor, ser suficiente para cinco dias, como nós apresentamos, ele apresentou para dez dias. Nós reduzimos para cinco dias, que é uma sugestão já prevista, parece-me, pela Comissão do Código Penal. Quer dizer:

§ 2º-A Salvo prova em contrário, presume-se a destinação da droga para uso pessoal quando a quantidade apreendida for suficiente para o consumo médio individual por cinco dias, conforme limites definidos pelo Poder Executivo da União.

Quer dizer, a Anvisa é que vai elaborar a sua Portaria, a sua Resolução, dizendo, para cada droga, qual quantitativo para até cinco dias a pessoa ser identificada como simples consumidora.

Aí estão os aspectos criminais, que cria uma forma de tráfico de drogas qualificado pela chefia de organização criminosa, com o aumento da pena mínima de cinco para oito anos de reclusão – isso aí no projeto original –, e inclui, na configuração do tráfico privilegiado, o agente flagrado com pequena quantidade de droga. E prevê novas regras para apreensão e medidas assecuratórias de bens e valores apreendidos.

Do lado direito, está o nosso substitutivo.

Mantém, para aquela chefia de organização criminosa do tráfico, a incidência das Leis 11.343 e 12.850 – essa é a lei nova, que foi sancionada quando o projeto ainda estava em tramitação no Congresso Nacional e que permite, em tese, a aplicação de uma pena de 8 a 23 anos de reclusão! O Senador Romero Jucá propõe de 11 a 23 anos de reclusão. Eu achei que a diferença é mínima e não merece alteração; mas, se quiser negociar, não há o menor problema. Eu acho que, de 8 a 23 anos, está de bom tamanho.

Adapta a Lei de Drogas à jurisprudência do Supremo, que entende como inconstitucionais as vedações à liberdade provisória e à conversão de penas privativas de liberdade em penas restritivas de direitos.

Por último, ajusta a Lei de Drogas às novas regras do processo penal aplicáveis às medidas cautelares. É a Lei 12.403, de 2011.

Próxima, por favor.

Mecanismos de financiamentos. Estão aí todos os mecanismos de financiamentos. Para não entrarmos em maiores detalhes, do lado direito estão as formas de incentivo a doações e patrocínios para projetos de atenção a usuários de drogas.

Quero dizer o seguinte: nós ouvimos o Ministério da Fazenda, ouvimos a Casa Civil, o Ministério do Planejamento, que aprovaram totalmente essa sugestão de dedução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física no valor equivalente a 30% (trinta por cento) da doação; o patrocínio no limite de 6% (seis por cento) do imposto devido, nos anos-calendários de 2015 a 2019, pelo modelo completo de Declaração de Ajuste Anual.

Próxima.

As últimas alterações estão aí. Fernando Henrique Cardoso, conforme todos sabem, é presidente de uma instituição internacional ligada à ONU que estuda as drogas em todo o mundo, na América Latina principalmente. Ele é o presidente da Comissão Global de Política sobre Drogas.

Importação do critério objetivo para diferenciar usuário e traficante. Isso aí já incluímos. Ele propõe dez dias, nós estamos propondo cinco dias.

Próximo.

A importância do critério objetivo para diferenciar o usuário do traficante – isso eu já li.

Próximo, por favor.

Recomendação de considerar avanços sobre o debate da descriminalização do uso de droga.

Audiência realizada sobre a Sugestão nº 10 e proposta de regulação da maconha, que está no âmbito da Sugestão nº 8. O Senador Cristovam Buarque, na Comissão de Direitos Humanos, é o responsável por esta matéria da descriminalização da maconha e do uso de drogas.

Nós resolvemos não entrar nesse aspecto, porque esse projeto não trata desse assunto. Será um projeto específico a lei de descriminalização das drogas, como aconteceu no Uruguai.

Nós introduzimos um mecanismo, que eu acho importante. Houve aqui, no Distrito Federal, o caso de uma criança por nome de Anny de Bortoli Fischer, portadora de doença rara chamada encefalopatia epiléptica infantil precoce. Ela conseguiu, na 3ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, ordem judicial para assegurar a importação.

Como não há nenhuma indústria que produza os canabidinóides, que são produtos derivados da maconha, quando há a necessidade para a cura de uma doença grave para uso terapêutico, é preciso haver a importação.

Então, para evitar que a cada instante o paciente tenha que se dirigir, através de sua família, à Justiça, nós já introduzimos no projeto de lei aquilo que a Anvisa está regulamentando.

Art. 30-A. É permitido a pacientes ou seus representante legais importar derivados e produtos de Cannabis para uso medicinal, como parte do tratamento de doença grave, exigindo-se a apresentação da receita médica e autorização do órgão federal da saúde competente [...].

Ou seja, a Anvisa, nesse caso, é o órgão responsável para autorizar a importação do produto. Nós introduzimos esse mecanismo na defesa da saúde pública do brasileiro, que ainda não dispõe de produtos à base de canabidinóides.

Próximo.

Outra sugestão de Fernando Henrique. Naturalmente, o art. 9º da Lei 11.343, que nós já estamos alterando, diz o seguinte:

Art. 9º. É indispensável a licença prévia da autoridade sanitária para produzir, extrair, fabricar, transformar [...] substância ou droga ilícita que cause dependência física ou psíquica, ou produto químico destinado à sua preservação, observadas as demais exigências legais.

Então, a Lei nº 10.409, de 11 de janeiro, prevê esse art. 9º, que foi revogado pela Lei nº 11.343.

Próximo.

Fernando Henrique Cardoso também. Está aí.

Próximo, por favor.

Sugestões acolhidas. Estas são algumas sugestões acolhidas: a do Presidente da Global... Já deu para ler?

Próximo.

Aí são as emendas do Senador Romero Jucá. Acho que eu deveria...

O Senador Romero Jucá está aqui?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Estou aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Então vamos ouvi-lo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Estou aqui, querido Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador, com o que V. Exª não concorda.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senador Valadares, eu quero poupar... Pelo princípio da economicidade, eu quero poupar tempo e dizer o seguinte: V. Exª é um diligente e competente Senador. Eu fiz várias emendas, V. Exª teve a amizade, a presteza, a consideração de discutir comigo essas emendas, nós fizemos uma tratativa juntos, e eu quero registrar que o relatório de V. Exª melhora este projeto que veio da Câmara dos Deputados.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – V. Exª acatou algumas emendas minhas, outras não acatou, mas eu quero dizer que eu endosso o relatório de V. Exª.

Não farei destaque das emendas que não foram acatadas em respeito ao seu trabalho e acredito que nós já estamos dando um passo importante na aprovação de uma série de matérias, outras seguirão em discussão para outros projetos. A construção legislativa não é uma construção pronta e acabada, é um processo que acontece permanentemente.

Então, eu vou votar pelo relatório de V. Exª sem apresentar nenhum destaque, em homenagem ao seu trabalho, à sua competência e dedicação com o que o senhor fez esse projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Obrigado, Senador Romero Jucá. V. Exª contribuiu com as suas emendas para o aperfeiçoamento da matéria e contribuiu mais ainda, quando, não apresentando qualquer destaque, deixa que a matéria prossiga normalmente na sua tramitação, e, em outras comissões, quem sabe, esse assunto poderá retornar.

Mas quero dizer aos Srs. Senadores que o Senador Romero Jucá foi bastante compreensivo e que nós trabalhamos em conjunto na realização e na elaboração desse projeto.

Voltando ao quadro anterior, porque eu fui muito rápido, e há algumas alterações que são importantes. O quadro anterior. Esse aí.

Então, entre os objetivos para o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, inclui-se o pluralismo de abordagem nas atividades de prevenção e a convergência com as políticas para a criança e o adolescente, políticas do álcool, tabaco e psicofármacos e políticas de esporte, cultura e lazer.

No âmbito do Sistema Nacional de Informações de Políticas sobre Drogas, inclui-se a criação da ouvidoria para melhoria do atendimento aos usuários e dependentes, assim como, na Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, inclui-se a divulgação de diferentes formas de tratamento da dependência e de boas práticas para reversão do risco de *overdose*.

Entre os princípios e diretrizes das atividades de reinserção social e econômica contidos no nosso projeto, incluem-se a coordenação com as políticas de atenção à criança, ao adolescente e ao jovem e a compatibilidade com os programas de atenção ao tratamento que visam à redução de danos sociais e à saúde.

Na disciplina geral do tratamento do dependente, acrescentam-se as modalidades de atenção psicossocial a que já me referi. Não é só saúde, mas também psicólogo, psiquiatra ali perto do dependente para tentar curá-lo e levá-lo à vida normal perante a nossa sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que cumpri o meu papel. Atendi à maioria de todas as emendas que foram propostas por organizações nacionais que se interessaram por este assunto. A matéria está enquadrada entre as principais que o Congresso Nacional discutiu durante toda esta legislatura.

Cumprindo a minha tarefa, eu quero agradecer a todos os Srs. Senadores e Senadoras pela atenção e pelo apoio que me deram durante a tramitação desta matéria.

Obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Coloco em discussão a matéria.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para discutir, Senadora Lídice da Mata. Senador Suplicy também se inscreve?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Suplicy, Senadora Ana Rita. Senadora Lídice da Mata, com a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Senadoras, eu não quero atrasar esse processo de aprovação dessa matéria, até porque eu compreendo, como disse o Líder Romero Jucá, que se trata

de uma matéria que vai passar por outras comissões em um debate mais longo nesta Casa, mas ela se inicia muito bem instruída pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Todos nós conhecemos o seu talento e a sua dedicação a todos os temas que ele tem a tarefa de relatar, especialmente temas que envolvam uma necessidade de aprofundamento maior de estudo, como é o caso dessa matéria. Fui testemunha durante todo este ano. Em alguns momentos, participei do esforço de debater essa matéria, convocada pelo Senador Valadares, e de integrar uma mesa de conversação com diversos atores, diversas entidades a respeito deste assunto. Por isso, eu quero aplaudir o seu relatório.

Como todo relatório, muitas vezes é necessário ceder em alguns pontos de vista para haver a possibilidade de sua aprovação. Acho que a disposição do Senador Romero Jucá em aprová-lo sem solicitar os destaques de suas emendas é também uma demonstração da vontade de diálogo nesse processo.

Eu, que pude participar intensamente desse debate, tanto no meu Estado como aqui – há alguns anos debato essa questão, participo de mesas e também do acompanhamento de políticas públicas para a recuperação, atendimento e acolhimento a pessoas usuárias de drogas –, quero aplaudir o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares.

Claro que, eventualmente, podemos achar que, aqui ou ali, poderíamos ter ido além. Mas, como conheço muito bem a sua capacidade de intermediação de interesses, sei que esse é o projeto que ele conseguiu manter, fazendo o máximo possível de esforço para que ele se mantenha numa política que atenda ao princípio de que os usuários de drogas não podem ser tratados como criminosos, ao princípio do dever do Estado de acolher e, principalmente, de dar a eles a garantia de um tratamento adequado, justo e humano. E também passar a ideia de que a política de criminalização e de repressão às drogas que foi desenvolvida no mundo inteiro, sob o comando de uma posição repressora e criminalizante, chegou ao fracasso.

É preciso, portanto, rever os parâmetros de aplicação de uma medida que realmente possa constituir-se numa política pública de abordagem da questão das drogas no Brasil que não leve a um nível de punição dobrada àquelas pessoas, principalmente, pessoas de baixa renda, pessoas que, na pobreza, na situação de desespero, têm encontrado a busca da droga como superação de suas dificuldades. Elas têm que ser chamadas a um tratamento que o Estado lhes garanta para acreditar na possibilidade de uma outra vida, de um outro futuro que não aquele de entrega às drogas.

Eu quero voltar a parabenizar, portanto, esse esforço, essa competência, essa dedicação que é marca desse Senador. Muito me orgulha participar como companheiro da sua Bancada e do seu trabalho cotidiano.

Muito obrigada. Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu também quero cumprimentar o Senador Antonio Carlos Valadares pelo seu extraordinário trabalho e dedicação no sentido de apresentar um relatório com as informações que foram recolhidas.

Assim como a Senadora Lídice da Mata é testemunha, também sou testemunha de como V. Exª contribuiu enormemente, sobretudo com a disposição de ouvir os representantes das mais diversas entidades da sociedade civil, como Viva Rio, Sou da Paz e tantas outras, como aqui colocou.

Acho que V. Exª conseguiu aprimorar muito o projeto que veio da Câmara, que teve a iniciativa primeiro do Senador Osmar Terra, com algumas preocupações. Mas V. Exª soube como humanizar esse projeto, sobretudo com uma compreensão humana de enorme valor.

V. Exª também ouviu recomendações de pessoas que têm estudado esse assunto, como do próprio ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. E que, possivelmente, ainda quisesse avançar mais na direção, talvez, do que acredito que devemos apreciar, estudar e acompanhar de perto: quais serão as consequências, por exemplo, da Lei do Presidente Pepe Mujica, que passará a ser colocada em prática. É possível até que haja modificações em decorrência das eleições. Mas, se confirmada a eleição do Presidente Tabaré Vázquez, é muito provável que tenhamos, a partir de 2015, a colocação em prática da nova lei, que guarda relação com esse projeto.

Então, queria aqui até fazer uma sugestão. Acredito que os parlamentares brasileiros, os Senadores, poderemos até visitar o Uruguai, proximamente, para ver como é que estão sendo os efeitos dessa nova legislação que, em princípio, guarda paralelo com as legislações de Portugal e outros países mais avançados nessa direção.

Gostaria de fazer uma indagação, porque fiquei com uma dúvida. V. Exª propõe, e estou de pleno acordo, que, para fins medicinais, possa uma família ou o Brasil, portanto, importar produtos medicinais fabricados no exterior que contenham a *Cannabis* ou maconha.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Produtos decorrentes da *Cannabis*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A minha pergunta é a seguinte: se, porventura, no Brasil, se passar a produzir também esses produtos de natureza medicinal, a lei prevê que esse produto pode ser produzido, se for para fins medicinais? Porque me veio à mente essa indagação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – É pertinente a indagação de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Agradeceria se puder esclarecer se a tecnologia de se produzir tal produto medicinal poderá ser realizada por uma empresa brasileira ou até empresa estrangeira que produz medicamentos no Brasil, se isso seria de alguma maneira também contemplada nesse projeto de lei.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Há que se registrar no Ministério da Saúde, ter autorização da Anvisa para a produção desse produto, originário da *Cannabis*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Portanto, se um laboratório aqui no Brasil...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Aqui, por exemplo, essa autorização, Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ...resolver pedir a autorização junto à Anvisa, ao Ministério da Saúde, isso poderá ser autorizado, conforme prevê...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Acho que não há... Por exemplo, a Lei 6.360, de 1967, que dispõe sobre a vigilância sanitária fala que nenhum dos produtos de que trata essa lei, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes do registro no Ministério da Saúde.

Então, se for registrado com essas, vamos dizer, características, trazendo substâncias que podem ser pró-ativas e que possam causar alguma dependência, isso só pode acontecer com autorização do Ministério da Saúde, conforme lei já existente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, a sua resposta é positiva e esclarece a minha dúvida.

Quero muito cumprimentá-lo pelo seu extraordinário trabalho. V. Exª merece toda a consideração pela dedicação. Todos somos testemunhas de como se avançou para termos um projeto melhor.

Parabéns a V. Exª.

Voto favoravelmente, Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de manifestar todo o nosso respeito ao Senador Valadares e o reconhecimento pelo trabalho que realizou, considerando que essa é uma matéria bastante difícil, complexa, ampla, que envolve diversos setores, não só a área da saúde e a área de segurança pública. Ele, com muita dedicação e muito compromisso, de forma muito responsável, como sempre se coloca, analisou e apresenta aqui um relatório bastante avançado. É claro que poderá, no processo de tramitação nesta Casa, ainda, receber novas contribuições. Mas como disse a Senadora Lídice da Mata, sai de um patamar bastante importante, interessante, após uma análise e um estudo.

Quero parabenizar o Senador Valadares e, também, reafirmar aqui como foi importante o envolvimento de diversos profissionais estudiosos do tema, intelectuais, a sociedade, de um modo geral, o próprio Governo, no debate desse assunto. Parabéns por essa abertura que o senhor manifestou e, como sempre, tem manifestado aqui nos debate, especialmente em temas polêmicos como esse.

Eu gostaria apenas de registrar alguns dados que me chamaram a atenção. Segundo pesquisas realizadas pela Fiocruz e também pela Senad, do Ministério da Justiça, em setembro de 2013, cerca de 370 mil usuários de craque ou similares existem nas 26 capitais brasileiras e, também, no Distrito Federal, dos quais, 50 mil são crianças e adolescentes. Então, há uma responsabilidade muito grande, porque essa questão das drogas atinge um público que não é só de adultos, mas, em particular, crianças e adolescentes. Sabemos e conhecemos que precisam ter tratamento desde os seus primeiros anos de vida.

Além disso, o número de usuários de drogas ilícitas, em geral, exceto a maconha, é quase três vezes maior. Atinge um milhão de pessoas. A análise do perfil dos usuários de craque revelou que 80% dos usuários de drogas querem tratamento para deixar o consumo. Isso é muito importante. Além disso, Senador Valadares, eu quero destacar que a proposta que V. Exª apresenta inclui as comunidades terapêuticas no rol de entidades que deverão, também, receber os pacientes através de encaminhamento de profissionais da área de saúde, em particular, do profissional médico.

Isso é muito importante para que tenhamos aí um controle e que esse tratamento possa fazer parte de uma política pública, de fato, de atendimento às pessoas. As comunidades terapêutica prestam um importante trabalho mas é necessário que elas estejam inseridas nos procedimentos da área de saúde. Fiquei muito convencida com o seu relatório, que faz esse destaque tão importante.

Então, quero aqui parabenizá-lo mais uma vez. Como membro desta Comissão, votarei favorável ao relatório com muita alegria, com muita disposição, porque sei que estamos no caminho certo para oferecer uma importante contribuição para a sociedade brasileira.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Obrigado, Senadora Ana Rita, muito obrigado.

Eu...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Valadares tem a palavra para as considerações finais.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Eu gostaria de agradecer a V. Exª, Senador Suplicy, Senador Jucá, a todos aqueles que se pronunciaram e dizer que, entre tantas ações inovadoras que foram aprovadas nesse projeto, é a primeira vez que, por um sentimento de direitos humanos – V. Exª foi Presidente e é Presidente da Comissão de Direitos Humanos – resolvemos trabalhar, e como trabalhamos, para convencer as entidades, para convencer os Senadores de que haveria necessidade imperiosa de se fazer uma distinção entre usuário e traficante.

E através daqueles dispositivos que nós introduzimos, a quantidade de dias ou tempo para uso ou consumo pessoal, de até cinco dias, quando alguém é flagrado com a droga, aquilo vai dar ao juiz a possibilidade de avaliar se aquele adolescente, se aquela criança, se aquele adulto terá que ir ou não para a cadeia.

Hoje fica um critério extremamente subjetivo, a polícia que vai dizer. O juiz, às vezes, quando recebe um inquérito, já está devidamente feito com a prova na própria delegacia, o juiz não tem nem como tergiversar, vai ter que condenar e levar aquela criança, aquele usuário de droga à cadeia, às vezes, sem merecer, quando ele poderia ser enquadrado como um simples, um mero consumidor.

Por isso que, na questão de diretos humanos, esse projeto fortalece a preocupação de V. Exª e de todo o Senado com essa proposição aprovada agora.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria ....

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, só ....

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ... registrar a importância da aprovação do projeto ...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se me permite, Senador Romero Jucá, eu ...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... eu gostaria antes, também, de fazer um cumprimento a V. Exª em contribuir para que tenhamos a votação dessa matéria. E V. Exª colaborou com o Senador Antonio Carlos Valadares que acolheu metade das suas emendas. Então, por sua atitude de não pedir agora que seja o destaque ou que demoremos mais, quero cumprimentá-lo. Meus cumprimentos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Obrigado, Senador Suplicy, eu fiz realmente esse reconhecimento, Sr. Presidente, pelo excelente trabalho e pela forma de condução do Senador Antonio Carlos Valadares.

Então, quero registrar que nós avançamos. Essa é uma matéria extremamente complexa, esse é um desafio contemporâneo do Brasil e do mundo, mas, no Brasil, é um desafio muito grande. Então, na verdade, nós conseguimos avançar.

E queria pedir a V. Exª que colocasse como itens 1 e 2 da pauta, da próxima reunião, já que não entraram aqui no acordo de votação porque eu não estava presente nesse momento, primeiro o item 17, que é um item não terminativo, que é a PEC 14, que diz respeito aos Estados de Roraima e do Amapá – está aqui o Senador Randolfe também que pode, e tenho certeza de que vai corroborar com esse pleito de prioridade –, e também o PLC 13/2013 de que sou relator e que trata da questão dos engenheiros, do reconhecimento da importância da carreira dos engenheiros e arquitetos no Brasil.

Então queria pedir a V. Exª que pudesse colocar – essas matérias já estão na pauta, uma como item 4 e outra como item 17 –, eu pediria que na próxima reunião o item 17 fosse o primeiro item porque é não terminativo e o Item 4, que é terminativo, fosse o segundo item da pauta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Secretaria da Mesa já está atenta para encaminhar a solicitação de V. Exª.

Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores favoráveis ao projeto e às Emendas de nºs 1, 2, 3, 7 e 8, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta e contrários às Emendas de nºs 4, 5, 6 e 9, mantenham-se como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas nº 1, 2, 3, 7 e 8, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e contrário às Emendas nº 4, 5, 6 e 9.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia cinco de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Cássio Cunha Lima, Douglas Cintra, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Antonio Carlos Rodrigues, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Paulo Paim, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Cyro Miranda e das Senadoras Lídice da Mata, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira e a senadora Gleisi Hoffmann. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2014 – Não Terminativo.** *Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a isonomia remuneratória entre os policiais e bombeiros militares dos ex-Territórios e os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal.* **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria**: Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2013 – Terminativo.** *Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.* **Autoria:** Deputado José Chaves. **Relatoria**: Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. Votam vencidos os Senadores Pedro Taques, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Paulo Paim, Ricardo Ferraço e Douglas Cintra. **ITEM 5) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010 – Terminativo.** *Altera o art. 69 e o item 6 do Anexo II – Sinalização, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a travessia de pedestres em passagem sinalizada.* **Autoria:** Deputada Perpétua Almeida. **Relatoria**: Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** O Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, de 2012 – Terminativo.** *Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências.* **Autoria:** Deputado Luis Carlos Heinze. **Relatoria**: Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2009 – Terminativo.** *Altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais".* **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria**: Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2010 – Não Terminativo.** *Altera os arts. 4° e 11, da Lei n° 9.986, de 18 de julho de 2000, para otimizar o funcionamento das agências reguladoras em atenção ao interesse público e à proteção e defesa dos direitos dos consumidores e usuários.* **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). **Relatoria**: Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Douglas Cintra, nos termos regimentais. **ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2013 – Não Terminativo.** *Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.* **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria**: Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 18) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 63, de 2013 – Não Terminativo.** *Altera o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal para esta-*

belecer novo rito ao processo relativo a propostas de emenda à Constituição. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria**: Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **EXTRAPAUTA: ITEM 20) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 49, de 2014.** *Em aditamento ao Requerimento nº 48, de 2014, que solicita a realização de audiência pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o papel dos Juízes na proteção do meio ambiente, requeiro que seja acrescentado os seguintes convidados: Sr. Nicholas Robinson (Professor da Pace University, Nova York); Sr. Arnold Kreilhuber (PNUMA, Nairobi); Sr. Nicholas Bryner (Pesquisador, George Washington University); Sra. Claudia de Windt (OEA – Organização dos Estados Americanos).* **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 50, de 2014.** *Requeiro a dispensa do requerimento n° 23 de 2013, que solicita a realização de audiência pública para discutir o papel e poderes de investigação do Ministério Público, uma vez que com a derrubada da PEC 37, se garantiu a autonomia do órgão fiscalizador.* **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 51, de 2014.** *Requer a realização de duas audiências públicas com especialistas em direito eleitoral para discussão do financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais.* **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e quarenta e sete minutos do dia cinco de novembro de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2013; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2013; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2008; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2012; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 485, de 2011; ITEM 12) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, de 2014; ITEM 14) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, de 2012; ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2009, TRAMITAM EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, de 2007, PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 510, de 2007, e PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, de 2009; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, de 2014; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2014 – Complementar, TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2014 – Complementar; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Vital do Rêgo, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 19.

O item 1 é matéria não terminativa. Diante da necessidade de quorum qualificado, nós vamos logo para os não terminativos.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2014
– Não terminativo -

Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a isonomia remuneratória entre os policiais e bombeiros militares dos ex-Territórios e os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal.

Autoria: Senador José Sarney e outros

Relatoria: Senador Romero Jucá

Senador Jucá com a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, esta matéria é uma matéria que faz justiça aos ex-Territórios de Roraima, Amapá e Rondônia, resgata uma situação que já existia anteriormente. É uma matéria extremamente conhecida, portanto, meu parecer é favorável para essa aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o voto favorável do Senador Inácio, aprovado por unanimidade.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Que era o voto da unanimidade, você vê aí. Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O item número 5 é turno suplementar, apenas vou fazer a leitura, não houve emendas.

Deixe-me só ler esse item 5.

Pág. 75. Turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 26. É um projeto que altera o Código de Trânsito Brasileiro para dispor sobre travessia de pedestres em passagens sinalizadas.

Não houve nenhuma emenda e coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado por unanimidade.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Inácio e o Senador Randolfe.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, muito rapidamente apenas para solicitar a inclusão na pauta da próxima reunião da Emenda nº 21, de autoria também do Senador Romero Jucá. É muito importante, eu já relatei, e vamos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferido. Estará na pauta da próxima reunião.

Senador Randolfe e depois Senador Jucá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, só rapidamente cumprimentar o Senador Romero Jucá e fazer justiça ao que foi aprovado ainda há pouco.

É uma conquista histórica para os bombeiros e policiais militares do ex-Territórios federais do Amapá e de Roraima, é um anseio que não tinha sido contemplado anteriormente na antiga PEC nº 111 e que necessitava ser contemplado nesta Proposta de Emenda Constitucional. Tinha sido encaminhado anteriormente na PEC Nº 14 e, numa articulação justa e necessária, eu queria aqui cumprimentar o Senador Romero Jucá pelo esforço conjunto que foi feito aqui para que aqui na CCJ fosse aprovada. E eu queria urgência desta Comissão para, o quanto antes, ser recomendado o encaminhamento para o Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu quero, primeiramente, agradecer a V. Exª o compromisso que V. Exª tem, teve e sempre terá, tenho certeza, com os novos Estados, os mais recentes Estados da Federação, Rondônia, Roraima e Amapá.

Nós conseguimos hoje aqui uma vitória importante, por unanimidade, que é exatamente resgatar um tratamento que as polícias militares e os bombeiros dos ex-Territórios já tiveram, com equiparação ao GDF. E quando se criou o Fundo do GDF, separaram essas equiparações e prejudicaram os policiais militares dos ex-Territórios. Então, nós estamos hoje aqui resgatando esse direito.

Vamos procurar construir um calendário especial, e contamos com o apoio de V. Exª, do Senador Randolfe e do Senador Sarney. Esse trio, eu, Senador Randolfe e Senador Sarney articulamos no sentido de realmente aprovarmos rapidamente essa matéria, resgatarmos a identidade, como falou o Senador Randolfe, independentemente da PEC nº 111. Essa matéria não entrou na PEC nº 111 exatamente porque isso retornaria à Câmara dos Deputados e geraria uma demanda grande.

Lembrar que a PEC nº 111, que virou a Emenda Constitucional nº 79, já foi promulgada, inclusive por mim, no exercício da Presidência do Senado e do Congresso, e o Governo Federal está devendo a indicação de membros para que, até novembro, comece a análise da documentação dos servidores dos ex-Territórios, sob pena de o Governo Federal ter que pagar multa pelo atraso dessa avaliação.

Então, hoje é um dia importante. Agradeço a V. Exª e registro o trabalho do Senador José Sarney, do Senador Randolfe.

Quero também dizer que o item 2 da pauta, que é o item que prevê a votação da questão dos engenheiros, arquitetos, é uma votação terminativa. Peço a V. Exª que nós possamos colocar na pauta logo que tenhamos quórum para essa votação terminativa, porque é um compromisso que nós temos, também, com os técnicos, engenheiros, arquitetos e agrônomos de todo o Brasil, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com certeza, Senador Jucá.

Quero registrar, inicialmente, o empenho do Senador José Sarney e o empenho do Senador Randolfe Rodrigues. Ontem mesmo, recebi uma ligação telefônica do Senador Randolfe me pedindo urgência na tramitação dessa matéria. Por isso, ao lado de V. Exª, que conduziu com tanto esmero, com tanta eficiência, como sempre faz em todas as suas missões, nós conseguimos a aprovação, para a justiça dos policiais e bombeiros dos Territórios.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2010
– Não terminativo -

Altera os arts. 4° e 11, da Lei n° 9.986, de 18 de julho de 2000, para otimizar o funcionamento das agências reguladoras em atenção ao interesse público e à proteção e defesa dos direitos dos consumidores e usuários.
Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:

Com a palavra para defender seu Relatório, Senador Inácio Arruda, que vai fazer uma síntese sobre a matéria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a matéria é muito simples. Trata-se de ampliar a defesa dos consumidores frente, também, a ação das agências reguladoras.

Nós sabemos que as agências foram criadas e, hoje, têm um papel importante na regulação de serviços no Brasil, tanto de serviços que são originários da União, como dos estados, mas os consumidores, através de suas representações, têm tido dificuldades de fazer com que as agências compreendam o volume altíssimo de reclamações que surgem, dia a dia, em relação a prestação do serviço. Então, o projeto busca incluir as organizações de defesa do consumidor, também, no trabalho das agências reguladoras.

Portanto, é uma matéria meritória. O nosso voto é pela aprovação, como a inclusão de uma emenda, a emenda...

Esse projeto é originário de um debate grande na Comissão de Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, que é também a de meio ambiente – no meio ambiente pode-se discutir tudo. Exatamente por isso, o debate em torno dessa questão foi elevado e essa matéria origina-se de um debate forte na Comissão de Defesa do Consumidor. Então, nosso voto é favorável, com a emenda que vou ler, rapidamente.

EMENDA Nº – CCJ
Dê-se ao art. 11 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, na forma que propõe o art. 2º do PLS nº 284, de 2010, a seguinte redação:
Art. 2º .....
"Art. 11. .....
§ 1º .....
§ 2º Os órgãos de proteção e defesa do consumidor terão direito à petição e a representação perante a agência reguladora, que dará prioridade à análise de tais demandas, bem como fundamentará o acolhimento ou a rejeição do pleito.
§ 3º Os órgãos de proteção e defesa do consumidor poderão solicitar à agência reguladora que esta custeie os estudos técnicos necessários à defesa de seus interesses."

É uma emenda simples, também, para permitir que os órgãos de defesa do consumidor tenham informações mais adequadas e estudos mais adequados em relação a essa questão.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Presidente, eu peço vistas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista solicitada e concedida ao Senador Douglas Cintra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 16.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto.
Observações:
A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Com a palavra para defender seu relatório, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Autoria do Senador Pedro Taques.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – É projeto ou decreto lei?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É o Projeto de Lei do Senado nº 223.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Mas, sendo de Governador, não é decreto-lei?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É decreto-lei. Mas este é projeto. Ele está no exercício do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O Senado está mudando. Trocaram o couro da cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Couro novo.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Trata-se de projeto de lei do Senador, agora Governador eleito, Pedro Taques, que altera a Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.

Segundo o art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que me forem submetidas. Já a análise e metas sobre a proposição ficará a cargo da CMA.

Em relação à juridicidade, a matéria inova o ordenamento jurídico, é dotada de generalidade, abstração e potencial coercitividade. Além disso, o projeto está em harmonia com as demais regras em vigor e os princípios do Direito, sendo o projeto de lei ordinária a via jurídica adequada ao fim pretendido.

Sobre a regimentalidade, o exame de admissibilidade da matéria, conforme dito, é de competência desta Comissão. Quanto à técnica legislativa, a proposição está em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2011.

Portanto, somos pela aprovação desta matéria, Sr. Presidente.

Esse é o voto deste Relator, com louvor à iniciativa do Senador Pedro Taques, Governador eleito do glorioso Estado do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

Felicito o Sr. Governador eleito Senador Pedro Taques.

É matéria de inegável mérito. Com certeza, após a lei, V. Exª vai usá-la em plenitude no Estado do Mato Grosso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Me permita, Sr. Presidente, cumprimentar o Senador Randolfe pelo excepcional relatório, que aprimorou muito o projeto. Tirou os vícios que existiam no projeto. Parabéns, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª

ITEM 18

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 63, de 2013
– Não terminativo -

Altera o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer novo rito ao processo relativo a propostas de emenda à Constituição.
Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Favorável ao Projeto

Senador Inácio Arruda para defender o seu relatório.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, também uma iniciativa do Senador Antonio Carlos Rodrigues, o relatório também é simples. Compete à nossa Comissão a matéria. Merece louvor o projeto de autoria do Senador, uma vez que torna obrigatória a realização de audiência pública na tramitação de PECs, procedimento que hoje é uma coisa facultativa. Então, hoje é uma coisa facultativa. Então, o objetivo dele é muito simples: PEC tem de ter uma audiência pública. Eu acho que é importante. Nosso voto é favorável. É pela aprovação. Eu acho que é uma matéria que merece o apoio de todos os nossos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

ITEM 19

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994, incluindo a possibilidade de transferência direta de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional aos fundos dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

A relatoria é do Senador Aloysio Nunes Ferreira. E nomeio *ad hoc*, por impedimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra pela ordem o autor, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apelo a V. Exª que, na ausência do Relator, considerando a dedicação do Relator ao tema, que nós não levássemos à deliberação e a voto. Eu recebi uma solicitação do Senador Aloysio Nunes Ferreira para que pudéssemos tê-lo aqui para que ele pudesse fazer a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferida a solicitação de V. Exª, com a colaboração do Senador Pedro Taques.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em que pese, naturalmente, a extraordinária honra de ter o Senador Pedro Taques Relator *ad hoc* por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um dos momentos que engrandecem a gente é o aprendizado permanente no exercício da condução desses trabalhos. Em questão de segundos, você tem de entender pensamentos, semióticas, conveniências...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – E muxuxos também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É. E tentar...

Fica adiado para a próxima reunião, com a presença do Senador Relator Aloysio Nunes Ferreira.

Vamos aos requerimentos.

Mas atendi o Senador Ferraço.

Requerimento em aditamento ao Requerimento nº 48

Solicita a realização de audiência pública para debater, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o papel dos juízes na proteção do meio ambiente.

É um adendo ao requerimento anterior. É um requerimento do Senador Cássio, solicitando dispensa de realização de audiência pública.

Há dois requerimentos em votação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos aos projetos não terminativos.

Há mais algum?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Posso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II da Constituição, combinado com o art. 93 do Regimento desta Casa, a realização de duas audiências públicas com a presença dos especialistas abaixo indicados para a discussão a respeito da possibilidade de adoção do financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais.

Convidados: Dr. Adriano Soares da Costa, advogado; Dr. Carlos Velloso, ex–Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Presidente do TSE; Dr. Fernando Neves, ex-Ministro do TSE; Dr. Joel José Cândido, advogado; Dr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalvez, ex-Procurador Regional Eleitoral do Estado de São Paulo; Dr. Márcio Luiz Silva, advogado; Dr. Thales Tácito Cerqueira, Promotor de Justiça Eleitoral no Estado de Minas e com vários livros sobre esse tema, Sr. Presidente.

A sociedade brasileira acompanha com atenção recente o protagonismo do Poder Judiciário na regulamentação das questões eleitorais através das decisões do Tribunal Superior Eleitoral. Apenas como exemplo, recentemente o Tribunal Superior Eleitoral editou a Resolução nº 23.389, modificando a quantidade de Deputados Federais e Estaduais de 13 Estados da Federação. Nesse mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal já realizou uma – e irá realizar outras – audiência para tratar do tema. Assim, solicito a realização desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu gostaria de receber o requerimento, já para colocá-lo em votação imediatamente.

A partir do requerimento votado, esta Presidência vai esclarecer ao Plenário como está o andamento de diversas propostas sobre reforma política, cujo conhecimento de V. Exªs se faz necessário, assim como para o Brasil acompanhar.

Em discussão o requerimento do Senador Pedro Taques, solicitando a realização de duas audiências para discussão do financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais.

O Senador Suplicy deseja discutir?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de ser favorável ao requerimento, mas também proponho que também seja convidado o Presidente da OAB, Marcus Vinicius, para estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k, com a inclusão, com a concordância do autor.

Em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Srªs e Srs. Senadores e profissionais da imprensa, esta Presidência tem o dever de passar o seguinte informativo.

Com relação à reforma política, já aprovamos o PLS 268, de 2011, que destina recursos ao Tribunal Superior Eleitoral, em favor dos partidos políticos, para financiamento público de campanha e está aguardando deliberação do Plenário. Já houve aprovação desta Comissão, já fizemos a nossa tarefa.

A PEC 38, que trata da posse e duração dos mandatos, também aprovamos aqui na CCJ e aguarda deliberação do Plenário.

A PEC 40, de 2011, que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. Aguarda deliberação do Plenário.

O PLS 266, de 2011, prevê a perda de mandato por desfiliação partidária, por questão de fidelidade partidária. Também aguarda deliberação do plenário.

Em resumo, o financiamento público, a posse e duração dos mandatos, as coligações e a fidelidade partidária esta Comissão já aprovou e já remeteu ao plenário para deliberação da Casa.

Os projetos já enviados pelo plenário, pelo Senado, aprovados aqui e enviados à Câmara: Domicílio Eleitoral, o PLS 265, e Cláusula de Desempenho, O PLS 267. Foram aprovados pelo Senado e estão esperando deliberação da Câmara dos Deputados. Essas são as matérias acerca de reforma política.

Eu gostaria de reconferir, pois acho que já temos quórum terminativo. Estamos por um.

Senador Pedro Taques, no Item 10 V. Exª é relator, a autoria é do Senador Inácio Arruda. Gostaria que V. Exª tomasse posição para ler o seu relatório. Estamos a um parlamentar, a um passo para atingirmos o quórum.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2009
– Terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais".
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
– Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
– Votação nominal.

V. Exª poderia ler o relatório, a síntese do relatório para que, com a presença de mais um colega, o Senador Mozarildo chegou, possamos iniciar a votação. Depois, iremos ao item do Senador Jucá.

Senador Taques com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Posso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Suplicy pediu a palavra pela ordem.

Senador Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Agradeço se V. Exª e o Senador Pedro Taques puderem informar se temos a previsão de, durante o ano legislativo, concluirmos a votação do Projeto de Reforma do Código Civil, da qual o Senador Pedro Taques é o relator, e antes que ele assuma o Governo. Do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Do Código de Processo Civil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Código Penal eu tenho a honra de relatar, depois que o Senador Pedro Taques concluir o seu trabalho, e vamos apresentar ainda este ano o nosso relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Uma informação relevante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, S. Exª, autor do projeto.

Projeto de Lei do Senado 121, de 2009, de autoria de S. Exª, o Senador Inácio Arruda, tem o propósito de estabelecer vedação à prática do chamado assédio moral no serviço público federal promovendo, para isso alterações na Lei 8.112, de 1990.

A proposição é estruturada em três artigos.

O primeiro deles altera o art. 117 da Lei 8.112, de 1990, que elenca uma série de condutas cuja prática é vedada ao servidor público federal, para incluir nesse dispositivo o inciso XX, de forma a que fique proibido ao servidor coagir moralmente subordinado através de atos ou expressões reiteradas que tenham por objetivo atingir a sua dignidade ou criar condições de trabalho humilhantes ou degradantes, abusando da autoridade conferida pela posição hierárquica.

O art. 2º do projeto altera a redação do inciso XIII do art. 132 do Estatuto dos Servidores Públicos Federais, incluindo, entre as transgressões puníveis com a demissão a prática do assédio moral, descrita no artigo anterior do projeto.

O art. 3º determina a cláusula de vigência da lei na data de sua publicação.

O nobre Senador Inácio Arruda, autor do projeto, argumenta, em sua justificação, que o assédio moral põe em risco a sanidade mental e a dignidade e honra dos servidores atingidos, razão pela qual sua prática deve ser reprimida. Aduz, ainda, que o assédio moral é execrável em qualquer ambiente de trabalho, mas torna-se ainda mais reprovável quando se trata do serviço público, em que o eventual exercício de cargos de chefia se

dá em nome do interesse público e deve ser pautado pelos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade.

O projeto não recebeu emendas no prazo regulamentar. Fui designado Relator para o ato, conhecido no linguajar do juridiquês como *ad hoc*, na reunião desta Comissão realizada no dia 20 de março de 2013, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, e, como não estava seguro sobre a constitucionalidade da proposição, solicitei a sua retirada de pauta para reexame.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Compete a esta Comissão avaliar o PLS nº 121 em seu mérito, visto que ele foi distribuído em caráter terminativo, e também com respeito a sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, como determina o art. 101 do Regimento desta Casa.

Na avaliação da constitucionalidade da proposta, é inarredável analisarmos questões ligadas a um possível vício de iniciativa decorrente de sua apresentação por parlamentar, em violação ao que dispõe o art. 61, §1º, inciso II, alínea "c", da Constituição Federal.

Essa disposição, em harmonia com o art. 2º da Constituição da República, garante e respeita a independência e autonomia do Poder Executivo para definir sua estrutura funcional e organizacional. É esse preceptivo que impede possíveis represálias, bonificações ou demais intromissões do Poder Legislativo na própria existência do governo estatal. Isso tendo como premissa que a Administração Pública Estatal é personificada nos atos funcionais de seus servidores públicos.

Nessa senda, é caudalosa a corrente de constitucionalistas que defendem a impossibilidade de alteração de legislações, por iniciativa parlamentar, que possua iniciativa restrita por normas constitucionais a outra autoridade.

Vale destacar que o Supremo Tribunal Federal vem reiteradamente declarando a inconstitucionalidade de diplomas legais que são editados ao arrepio da exigência de iniciativa privativa em matérias similares a aqui examinada.

A iniciativa de projetos de lei referentes a servidores públicos e seu regime jurídico compete ao Chefe do Poder Executivo respectivo e nem mesmo a sanção pode convalidar o vício de iniciativa e sanar a inconstitucionalidade formal de proposições que violem esse preceito, como decidiu a Suprema Corte na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.192, dentre outras.

Assim, chegou-se a apresentar relatório propondo a rejeição do projeto por conter vício de iniciativa, mas, após reexame mais acurado da matéria, percebe-se que podemos saneá-lo para que não se perca a oportunidade de seu objeto no aperfeiçoamento da proteção ao servidor público e, por consequência, a própria Administração Pública contra o famigerado assédio moral. Pelo o que, do modo como proposto o projeto, é inarredável que façamos reparações com vistas ao saneamento de seu vício formal e resguardo de seu mérito, Sr. Presidente.

O mérito da proposição, aliás, é de inconteste procedência. Por isso, quero cumprimentar o autor. O assédio moral é uma prática execrável, que deve ser extirpada das relações de subordinação empregatícias, ainda mais no serviço público, onde o Estado é o empregador e o bem comum é sempre a finalidade. O serviço público deve sempre ser ornamentado pelos princípios da impessoalidade e da moralidade.

Diversos Estados já possuem legislação que proíbem o assédio moral no serviço público estadual, como é o caso do Rio de Janeiro – cito a lei –, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais.

Nesse permeio, é interessante destacar a posição adotada pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial – trago o número –, relatado pela Ministra Eliana Calmon, no dia 3 de setembro de 2013, que considerou ato de improbidade administrativa o assédio moral praticado por ex-prefeito contra servidora pública municipal.

Segundo a Ministra Relatora:

A Lei nº 8.429 (Lei de Improbidade Administrativa) objetiva coibir, punir ou afastar da atividade pública todos os agentes que demonstrem pouco apreço pelos princípios da juridicidade, denotando uma degeneração de caráter incompatível com a natureza da atividade desenvolvida.

E arremata:

A partir dessas premissas, não tenho dúvida de que comportamentos como o presente enquadram-se em "atos atentatórios aos princípios da Administração Pública" [disse a Ministra baiana], pois "violam os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições", em razão do evidente abuso de poder, desvio de finalidade e malferimento à impessoalidade, ao agir, de forma deliberada, em prejuízo de outro.

Penso que, baseando-se na posição adotada pela Segunda Turma do STJ, podemos contribuir com a proteção pretendida pela proposição contra o assédio moral e o qualificar expressamente como ato de improbidade administrativa, dirimindo qualquer dúvida porventura existente.

Com esse propósito, Sr. Presidente e Sr. Autor, mantemos a definição dada pelo autor do projeto em análise, S. Exª o Senador Inácio, a assédio moral, mas propomos emenda substitutiva para que essa definição seja acrescentada como inciso VIII ao art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, criando, assim, nova hipótese de improbidade administrativa que atente contra os princípios da Administração Pública.

Lembramos, por fim, que essa alternativa não apenas contorna a inconstitucionalidade formal da proposição original, como também estende o combate à odiosa prática do assédio moral a todos os entes da Federação.

Por isso, passo a votar.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto da autoria de S. Exª o Senador Inácio, que dá um conceito que calha à fiveleta ao que determina as decisões judiciais, mas essa alteração tem que ser feita na Lei de Improbidade Administrativa. Trocando em miúdos, Sr. Presidente, para que o Sr. Avelino, de Acorizal, uma cidade muito importante do nosso Estado, possa entender, e também a Dona Maria de Colniza, na divisa com o Estado de Rondônia, Pará e Mato Grosso: se nós alterássemos a Lei nº 8.112, seria inconstitucional, padeceria do chamado vício de iniciativa, inconstitucionalidade formal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – ... Sessenta e um. Sessenta e um da Constituição.

Para que nós não possamos perder esse conceito de assédio moral, alteramos a Lei de Improbidade Administrativa, e valerá a disposição do Senador Inácio Arruda para todos os servidores públicos do Brasil, independentemente de Municípios, Estado ou da União.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para discutir, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu acho que merece relevo a iniciativa do extraordinário Senador Inácio Arruda, que, em bom tempo, incorpora, a meu juízo, um conceito civilizatório nas relações profissionais, nas relações funcionais.

Está correto o Senador Pedro Taques, que aperfeiçoa a iniciativa do Senador Inácio Arruda, corrige o vício de inconstitucionalidade, cria uma abrangência, institui um conceito e um valor no relacionamento humano – volto a repetir – civilizatório, mas a consulta que ouso fazer ao meu ilustre amigo, Senador, Governador e Professor Pedro Taques é se não seria de bom tom que incluíssemos, no art.11, "constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão dolosa". A palavra "dolosa" tem o sentido de revelar a intenção da pessoa, porque, eventualmente, por uma falha humana, você pode cometer um tipo de excesso que não pode estar revelado em uma pré-intenção. Nós temos observado que a caracterização da improbidade administrativa em nosso País tem se excedido no campo da subjetividade, e isso, às vezes, tem produzido algum tipo de injustiça. Então, a ponderação que faço ao Senador Pedro Taques, ao Professor de Direito Constitucional Pedro Taques é se não faria sentido uma reflexão nessa direção, para que nós pudéssemos tipificar e tornar preciso o ato intencional da pessoa com relação ao assédio moral.

É a reflexão que faço a S. Exª, como Relator, e ao Autor, também, o Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu vou passar a palavra ao Sr. Relator, que, nesta condição, no seu substitutivo, pode aceitar ou não a sugestão de V. Exª...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Foi serena a sugestão de V. Exª no que diz respeito ao aperfeiçoamento do projeto do Senador Inácio. Eu diria que o Senador Pedro Taques fez uma cirurgia legal: trouxe para o arcabouço legal da improbidade e evitou todas as possíveis discussões jurídicas sobre o vício de iniciativa na esfera constitucional. Há uma dúvida levantada pelo Senador Ferraço e V. Exª pode, agora, se manifestar acerca do acolhimento, ou não, do caráter doloso da iniciativa que o Senador Ferraço prevê como tipificação dessa improbidade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, o art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa trata das condutas culposas. No art. 11, existe dúvida na jurisprudência, e o Senador Ferraço, de forma inteligente, quer afastar essa dúvida, no entanto, sempre existe uma adversativa, não é, Sr. Presidente? Assim, prefiro retirar o projeto para analisar com mais amiúde esse tema, por quê? Na topologia legislativa, se alterarmos o *caput* do art. 11, alteraremos todas as disposições dos seus incisos. Eu preciso analisar caso a caso, tendo em conta a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e, notadamente, do STJ, que faz a uniformização da jurisprudência dos Estados, da Justiça Estadual e Federal, para saber como o STJ tem analisado isso. Faremos, então, muito razoável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deixe-me dar uma sugestão aqui, até para tornar cada vez mais produtivo o nosso trabalho. Nós teremos dois turnos. Aprovaríamos agora o relatório de V. Exª, sem alteração, e o Senador Ferraço vai fazer uma emenda ao turno suplementar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas não vai ser hoje?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não. Na emenda ao turno suplementar, V. Exª analisaria a emenda do Senador Ferraço. O.k.?

Estamos de acordo?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos votar.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação nominal.

O Senador Pedro Taques. Voto conhecido.

Senador Antonio Carlos Valadares com a palavra. Como vota V. Exª?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o relator.

Senador Inácio Arruda, o autor.

Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o relator, destacando que o relator substituto melhorou o relatório mais que o relator anterior. Entendeu? Quero ressaltar e destacar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª. V. Exª ajudou também.

Senador Suplicy, como vota V. Exª?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Inácio, como vota V. Exª?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Voto com o substitutivo porque esse é o caso em que a emenda é melhor do que o soneto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bem.

O Senador Ferraço já votou e está aperfeiçoando o projeto.

Senador Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Com o relator e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o relator.

Senador Douglas?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o relator.

Senador Mozarildo?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o relator.

Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado.

O substitutivo é aprovado e será submetido ao turno suplementar.

Vamos, agora, à sequência normal. Já temos quórum.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2013
– Terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.

Autoria: Deputado José Chaves

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

– A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

– Em 18/12/2013, a Presidência concedeu vista ao Senador Humberto Costa, nos termos regimentais;

– Em 12/02/2014 foi encerrada a discussão e adiada a votação da matéria;

– Votação nominal.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei bastante rápido.

Essa matéria já foi discutida aqui e vai ao encontro, exatamente, de uma vontade nacional, que é o fortalecimento das carreiras técnicas do serviço público: a carreira do engenheiro, do arquiteto, do engenheiro agrônomo. São extremamente importantes e relevantes, tanto que o Governo tem estimulado diversos programas no sentido de estimular as escolas de engenharia e o número de engenheiros a serem formados pela necessidade de construirmos, inclusive, a infraestrutura no Brasil.

Essa matéria pretende fazer com que engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, quando realizarem, quando forem profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público estadual, federal ou municipal, sejam considerados atividades essenciais, exclusivas de Estado, com o mesmo tipo de tratamento que tem os servidores da Receita Federal, os advogados da AGU, ou seja, é uma equiparação exatamente justa, no sentido de que profissionais extremamente relevantes para a construção tenham o mesmo tratamento já dado a diversos setores dentro da Administração Pública.

O voto é favorável. Pedimos a aprovação. Logo após a aprovação, vamos pedir urgência de Plenário, para que possamos votar ainda neste mês de novembro esta matéria.

Aliás, como a matéria é terminativa, não é preciso que haja urgência.

Então, o voto é "Sim", Sr. Presidente, pedindo o voto de todos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dou a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para discutir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, acho que este Projeto tem uma característica de reconhecer o trabalho, sem dúvida alguma, muito importante, exercido pelos engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos, todos eles merecedores do nosso acatamento, do nosso respeito. Só tenho uma dúvida, que gostaria do esclarecimento do nobre Senador, Relator desta matéria.

Há reivindicações de outras categorias, como a dos médicos, por exemplo, que querem inserir-se, com muita justiça, aos direitos aqui atribuídos aos profissionais referidos neste projeto.

Gostaria de saber, então, se poderíamos, nesta fase, incluir outras categorias, outros profissionais, que considero também exercer um papel preponderante não só na Administração Pública Federal, como também na Estadual e na Municipal.

Seria, então, de bom alvitre que nós colocássemos como prioridade na ação de reconhecimento desses profissionais a isonomia profissional, para que, depois, não sejamos acusados de estarmos privilegiando determinadas categorias em detrimento de outras.

Gostaria que V. Exª, Senador Romero Jucá, me esclarecesse, se possível.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Meu caro Senador Valadares, pugno pelo fortalecimento do serviço público e acho que as carreiras profissionais efetivas devem ser valorizadas.

Só queria fazer um apelo. Esta matéria já veio da Câmara dos Deputados e já foi aprovada. Em sendo aprovada nesta Casa, ela irá à sanção da Presidência da República.

Existem outros projetos tramitando, que dizem respeito a outras categorias. No caso dos médicos, inclusive, existe a discussão de projetos para criar a carreira de médico federal. Na verdade, é um passo além na questão da atividade médica para ser discutida a nível nacional.

Então, pediria a V. Exª, apesar da justeza de colocar os médicos no mesmo tipo de enquadramento, que não fizéssemos isso neste Projeto, sob pena de remetê-lo de volta à Câmara dos Deputados e prejudicarmos os engenheiros. Tenho certeza de que a intenção dos médicos e de V. Exª não é prejudicar os engenheiros.

Se V. Exª fizer um projeto nessa mesma linha, colocando os méritos e aí discutindo ou não a questão do médico federal, assinarei a urgência com toda a tranquilidade e garantia. Agora, gostaria de apelar aos Senadores e às Senadoras que pudéssemos votar a matéria do jeito que está, exatamente para que não gere prejuízo para engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos, que já foram aprovados na Câmara dos Deputados.

Fica aqui o apelo para que não mexamos nisso.

É a mesma questão, fazendo um paralelo, do adicional de tempo de serviço que estamos discutindo agora para o Judiciário. Existem outras categorias querendo o mesmo benefício. Se votarmos tudo num projeto só, este fica inviável.

Então, se aprovarmos para o Judiciário, no futuro, será aprovado também para outras categorias também. Acho que temos fortalecer o serviço público, a carreira pública, mas temos de fazê-lo por partes, exatamente por conta da limitação do próprio serviço público.

Assim, fica aqui o apelo para que não emendemos esta matéria e possamos aprová-la da forma como está.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares, há uma PEC de nossa autoria há pelo menos seis meses esperando que seja votada no plenário do Senado – no mínimo seis meses –, tornando a carreira dos médicos essencial ao serviço público. Inclusive já tivemos uma discussão com o Governo, participando com outros Parlamentares da Base, para buscarmos uma solução que pudesse atender aos médicos, transformando em carreiras essenciais ao serviço público. Ontem decorreu mais uma sessão, mais um turno. São cinco, e o primeiro foi ontem. Esperamos que, até o final do ano, possamos oferecer ao País a justeza que V. Exª coloca quando analisa os engenheiros, os arquitetos e os engenheiros agrônomos e também incluir os profissionais médicos como essenciais ao serviço público.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, apenas para dizer que, em face da argumentação de V. Exª de que a PEC será votada ainda este ano...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – PEC 46.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – ... reconhecendo o serviço essencial desempenhado por esses profissionais, os médicos, e também diante da argumentação que eu considero plausível do nosso Relator Romero Jucá, eu me reservo para votar com V. Exª no plenário. V. Exª é um Senador prestigiado por esta Casa e certamente alcançará os seus objetivos.

Voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Vamos a voto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, só para indagar da S. Exª o Relator. Este projeto vai repercutir nos Estados e nos Municípios. Por exemplo, no Município de Pacaraima, da divisa da Venezuela com o Brasil, em Roraima, chamado de BV8, em Pacaraima...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Onde prevalece uma população de cearenses – 99% da comunidade...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Povo inteligente, com certeza...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ...é originária do Ceará.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Como em todo Brasil.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – E ampliando fronteira sempre.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Então, daqui a pouco, os cearenses estão dominando a Venezuela.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Santa Elena já está ali... Pelo menos o comércio de Santa Elena já tem forte influência no Ceará.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

Eu gostaria de um esclarecimento do Relator sobre se isso não feriria, quase que de morte, o Pacto Federativo. Como é possível o Legislativo da União criar direitos, prerrogativas que repercutem, por exemplo, no direito de greve dos engenheiros de Pacaraima, através de uma legislação federal? Nós sabemos que, em razão do Pacto Federativo, os Municípios não são menos importantes que os Estados, e os Estados não são menos importantes que a União, que a República.

Tenho só essa indagação, porque tenho dúvidas a respeito disto: da inconstitucionalidade por ofensa ao Pacto Federativo, porque qualificar uma função, profissão ou ofício como essencial, exclusiva do Estado, tem repercussões, inclusive, na seara penal. Só esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

Eu estou concedendo a palavra pela ordem em dimensão e respeito a cada um dos senhores, porque, nesta reunião, neste projeto, já houve o encerramento de discussão, mas, como a matéria é importante, porque mexe efetivamente com direitos e deveres da União em uma categoria que está presente em todo Território nacional como essencial à vida das pessoas – são os engenheiros, arquitetos, engenheiros agrônomos –, eu faço, neste momento, por uma questão de respeito a V. Exªs, esclarecimentos, e o Relator se posiciona, mesmo tendo encerrado o período de discussão.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Humberto Costa. Em 18/12, a Presidência concedeu vista a S. Exª neste projeto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, naturalmente que eu já senti, seja por conta da posição do Relator como de manifestações que aconteceram – porque eu estava acompanhando do meu gabinete –, que essa matéria será aprovada, mas acho importante fazer um alerta para que, posteriormente, as pessoas não se sintam, vamos dizer assim, frustradas em relação ao resultado final.

É nítido que essa proposta, embora possa ter um mérito importante, tem dois problemas: um problema é aquele a que se referiu o nosso futuro Governador Pedro Taques – ele já está começando a pensar como Governador –; o outro é a própria iniciativa. Eu acredito que esse projeto não poderia ser uma iniciativa do Parlamento. Ele trata de reestruturação do serviço público, especialmente nessa área de recursos humanos.

E o outro aspecto é de mérito, no que diz respeito ao que é carreira de Estado efetivamente, não é? Acho que a reforma administrativa que foi feita, no Brasil, de forma muito inteligente – esse foi um dos bons legados do governo do PSDB – deixou muito claro o que era carreira de Estado, o que era essencial, o que era atividade concorrente. No caso, por exemplo, dos médicos – e V. Exª apresentou aquela proposta –, nós fizemos uma ampla discussão do regime.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª ajudou muito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Nós estamos aqui aprovando o Regime Jurídico Único na condição de carreira de Estado para uma profissão que é tipicamente uma profissão de atuação concorrencial entre o Estado e o setor privado.

Sei que nós vamos perder aqui, mas eu não poderia deixar de marcar a minha posição, até porque acho que, quando chega à Presidência da República, todo mundo fica com raiva, blá-blá-blá, mas é flagrante a inconstitucionalidade, e as pessoas precisam saber que essa frustração vai acontecer. Então, demarco aqui a minha posição, apenas para que fique registrado que não houve unanimidade nesse entendimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Jucá, com a palavra; depois, pela ordem – a discussão já encerrou, mas estou passando a palavra pela ordem aos Srs. Parlamentares –, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu posso falar no final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Ricardo Ferraço vai falar, pela ordem, para questões de esclarecimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu falo com absoluta tranquilidade e até com isenção, porque minha esposa é arquiteta e minha filha está estudando Engenharia de Produção. Então, dentro da minha casa, tenho uma arquiteta e uma engenheira de produção. Seguramente, eu teria todas as razões para legislar em causa própria, mas as ponderações que faz o Senador Pedro Taques e as que faz o Senador Humberto Costa nos remetem a uma reflexão mais aprofundada.

A medida garante o enquadramento desses servidores na categoria de atividades exclusivas de Estado, instituída pela Emenda à Constituição nº 19, de 1998. Segundo o atual texto do art. 247 da Constituição, os servidores públicos que exerçam atividades exclusivas de Estado gozarão de garantias especiais para, por exemplo, a perda do cargo. Analisando o PLC, o Presidente da Associação Nacional de Servidores Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Poder Executivo Federal destacou a necessidade de melhor estruturação administrativa do País, o que certamente passa por melhores condições de trabalho dos engenheiros, arquitetos e agrônomos.

Não está em discussão aqui a relevância, a importância dessas que são atividades muito importantes para a evolução humana, pela inovação que essas atividades profissionais têm garantido e produzido nas relações sociais, no dia a dia da sociedade. Portanto, é evidente que o trabalho realizado por esses profissionais ocupa papel central, estratégico no desenvolvimento econômico e na erradicação de um conjunto de desafios. No entanto, nenhum desses muitos méritos autoriza a categorização dessa nobre profissão como essencial e exclusiva de Estado. Isso está para além – é minha opinião pessoal –; está nos limites do marco constitucional.

A discussão aqui não é se essas profissões são essenciais para o desenvolvimento do País ou não. Aliás, não há dúvida com relação a isto: são essenciais, sim. A categoria "atividades exclusivas de Estado" foi pensada para abranger estritamente as atividades mais caras ao Estado, não no sentido da nobreza do ofício, mas sim de sua relevância eminentemente pública, isto é, atividades que só podem ser exercidas por agentes estatais e que se relacionam diretamente à expressão do poder estatal, não possuindo, portanto, correspondência no setor privado.

Por essas e tantas outras razões, e achando sinceramente que isso será vetado, já anunciado aqui pelo Líder do Governo, o Senador Humberto Costa, eu acho que nós vamos gerar hoje uma boa notícia que virá acompanhada de uma frustração. Então, por essas razões, por convicção pessoal, eu peço vênia ao meu estima-

do amigo, Senador Romero Jucá, para dizer que – até por razões familiares, a minha esposa é arquiteta, a minha filha é engenheira –, Senador Marcelo Crivella, por isenção absoluta, eu vou acompanhar a manifestação, até porque não estamos aqui julgando o mérito; nós estamos aqui julgando o marco constitucional dessa iniciativa.

Então, por essas razões, eu me manifesto contrariamente, pedindo vênia a quem pensa naturalmente diferente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não há nenhuma solicitação mais pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de ressaltar um detalhe importante. O Supremo Tribunal Federal diz que o Estado deveria interferir em três profissões: uma que lida com a vida, que é a saúde; outra que lida com a garantia da vida, que é a construção, a engenharia civil, a arquitetura, porque obras mal feitas causam desastres tremendos; e outra é a saúde.

Nós estamos fazendo aqui hoje uma espécie de ato político. Várias vezes nós aprovamos aqui projetos que sabemos que não vão prosperar na Câmara dos Deputados, porque são apenas indicativos; mas o fazemos, porque somos uma Casa política.

Na questão da engenharia especificamente, para V. Exª ter uma ideia, no meu Estado do Rio de Janeiro, hoje, uma empresa é contratada para fazer uma obra e outra empresa é contratada para fazer a medição da obra, porque não há engenheiros suficientes. Há trinta anos, eu era engenheiro do Estado do Rio de Janeiro. Nós éramos 1200 engenheiros; hoje são 400 apenas, a maioria se aposentando. Não há concurso público. E as medições feitas por uma outra empresa causam prejuízos ao Erário, porque há interesses, é claro, é óbvio. Não há um engenheiro de carreira, não há ali um servidor público. O Tribunal de Contas do Estado determinou que a assinatura das medições fosse por um engenheiro do Estado, mas as medições não podem ser feitas, porque as obras são muitas, no País inteiro – o Governador do Mato Grosso vai se deparar com isso –, e nós não temos uma carreira de Estado para incentivar esses profissionais. Para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, no Estado do Rio de Janeiro, era para concluirmos a nossa Rodovia do Contorno em 2009, e só concluímos este ano, em 2014, atrasando cinco anos. Não foi por falta de recursos, não; é porque nós não tínhamos engenheiros públicos para assinar os processos de desapropriação. Esses precisam ter um agente público.

Essa desestruturação atrasa muito a nossa infraestrutura, prejudica o crescimento, causa corrupção enorme. Imagina V. Exª um prédio, por exemplo, que está previsto ser pintado com tinta acrílica. Ora, dois profissionais que não têm compromisso com o Estado podem dizer o seguinte: vamos misturar na fachada desse prédio, que vai 5 mil galões, metade PVA e metade acrílica. Quem vai descobrir, Sr. Presidente? Sete anos depois, quando essa fachada, exposta ao sol e à chuva, estiver toda manchada. É um prejuízo enorme ao povo brasileiro e ao Erário.

De tal maneira que nós sabemos que há vícios, mas o assunto é tão relevante e importante, que eu vou votar favoravelmente, para que o Governo desperte que é necessário haver uma carreira. Obra pública precisa ter engenheiro público, com espírito público, com carreira de Estado, senão nós vamos terminar com prejuízos, eu diria, inestimáveis, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Presidente?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu peço à galeria para não se manifestar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Presidente, só para... Antes do Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes do Relator, Senador Valadares e, depois, o Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares e, depois, o Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Presidente, eu não costumo me arrepender de votos dados anteriormente e continuo com essa conduta aqui, nesta Comissão. Eu já me pronunciei, apesar do argumento que havia colocado inicialmente, com a preocupação de uma harmonização entre as diversas carreiras, incluindo o médico como beneficiário desta ação proposta no projeto. Então, Sr. Presidente, acho que vale até, como disse o Senador Crivella, pelo efeito ou simbolismo da sua aprovação, reconhecendo que os engenheiros, de um modo geral – eu conheço a situação no meu e de outros Estados –, recebem salários ou remuneração

irrisórios, humilhantes, aviltantes. Este projeto que estamos aprovando aqui, de forma simbólica, mesmo que não dê resultado lá na frente, já dá um recado aos Governos no sentido de que respeitem esses profissionais...

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu peço à galeria para não se manifestar novamente.

Por favor, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria a atenção dos nobres Senadores e Senadoras para fazer aqui três observações.

A primeira delas: nós estamos aqui discutindo um projeto que não é inconstitucional. Aliás, esse projeto já passou na Câmara dos Deputados, está aqui, em última instância como terminativo, e vai à sanção da Presidente.

O que esse projeto diz? Na verdade, esse projeto é uma sinalização política e técnica. Esse projeto não impinge qualquer tipo de despesa a Estados, Municípios ou União. Qualquer acréscimo de salário terá de ser fruto de uma lei específica para ser discutida. Mas o que diz o projeto? Primeiro, os ocupantes de cargos efetivos no serviço público – portanto, os servidores concursados que estão atuando no sentido de fazer a sua profissão –, nesse caso, os servidores efetivos que estão atuando, as atividades deles estão sendo reconhecidas como essenciais e exclusivas, porque o são. Na verdade, o atesto de uma obra não pode ser feito por outra pessoa, a não ser o engenheiro especificamente definido para isso. Então, o que se está reforçando aqui é o papel funcional, profissional de servidores que são extremamente importantes e que não têm esse reconhecimento...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Já existe a obrigação, mas não há o reconhecimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Já existe a obrigação, mas não há, no papel, o reconhecimento técnico e político da sua grandeza, da sua atuação.

Não estamos aqui tratando de aumento de salário, não estamos tratando aqui de diferenciação de categorias. Estamos dizendo que quem é efetivo, quem é engenheiro tem um papel essencial e que a sua atividade tem que, efetivamente, ser considerada exclusiva e, portanto, não pode ser feita por outras pessoas em detrimento... O que é função do engenheiro não pode ser feito por um técnico em engenharia, por exemplo, ou por um técnico em agrimensura, e por aí vai.

Na verdade, isso aqui é uma sinalização, uma explicitação política da prioridade que se tem de dar a engenharia, arquitetura e agronomia em nosso País. É só isso. A discussão de ampliação de salário vai depender da alçada municipal, da alçada estadual e da alçada federal. Isso depende de lei específica, e a legislação é clara quanto a isso.

Agora, se nós pudermos fazer esse gesto e encaminharmos a matéria para sanção, acho que o Congresso deveria fazê-lo, e eu voto para que seja feito. Se houver veto da Presidência da República, o Congresso tem 30 dias para apreciá-lo. E se houver veto da Presidente da República, eu vou trabalhar para derrubar esse veto, porque isso é prioridade para a construção do País, independentemente de qualquer Governo.

Portanto, Sr. Presidente, feitos esses esclarecimentos técnicos, não há inconstitucionalidade, não há qualquer tipo de quebra de hierarquia estadual, municipal ou federal. Portanto, pela valorização dos técnicos e profissionais da engenharia e da arquitetura no Brasil, eu peço o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, como vota V. Exª?

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Face à ampla argumentação...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, são vários argumentos, e trouxeram, inclusive, doutrinadores britânicos como Jack, o estripador, para discutir em partes o projeto, e eu sei da importância do engenheiro. Aliás, a Constituição, no art. 5º, inciso XIII, fala que, se as profissões, ofícios forem importantes para o Estado, ele pode regulamentar. Aliás, o Estado já fez isso, a regulamentação da profissão. Isso já está regulamentado. Um técnico de edificações não pode praticar todos os atos do engenheiro. Sabe-se isso desde a década de 60, parece-me.

Muito bem. A questão aqui é – e o Sr. Relator não respondeu à indagação que eu fiz: o Município de Pacaraima, onde existem muitos cearenses que...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Também têm de ser protegidos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Precisamos de engenheiros no Brasil. Eu não estou discutindo a importância do engenheiro, do arquiteto. Agora, é saber: este projeto de lei vai produzir efeitos na pessoa jurídica com capacidade política Estado, na pessoa jurídica com capacidade política Município? Se for produzir efeitos, a meu juízo, é inconstitucional. Só isso.

Eu mantenho a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Voto, entendendo da importância dos engenheiros – e eu poderia citar trinta amigos engenheiros aqui, mas eu não posso ser mais amigo deles do que da Constituição –, pela inconstitucionalidade. Nesse particular, voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Eu votarei favorável. Votarei, não; voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Suplicy, como vota V. Exª?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Acompanho o voto do Líder do PT, Humberto Costa, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela inconstitucionalidade.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª já se manifestou. É só para tomar o voto de V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, eu vou votar e vou declarar.

Eu compreendo o que está no coração – tenho certeza – do Senador Jucá e de todos os Senadores que o acompanham. O sentido é um sentido mais que meritório: é a valorização, o fortalecimento. Mas nós estamos na Comissão de Constituição e Justiça. Nós não estamos em alguma outra Comissão em que o mérito pudesse ser enfrentado.

Nesta Comissão, em função do nosso voto aqui ter como prioridade e premissa o marco legal e constitucional, eu voto contra, acompanhando o Prof. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Humberto já se manifestou pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, primeiro vou me dirigir ao Senador Romero Jucá.

Senador Romero Jucá, V. Exª hoje – se V. Exª me permite, Sr. Presidente, um minuto – apresentou um requerimento que vai levar a que todo trabalhador brasileiro não tenha mais adicional de insalubridade, periculosidade, serviço penoso, e vai acabar com a especial. O seu requerimento foi entregue na Comissão de Assuntos Sociais e o projeto que resgatava esse direito, só para manter o direito, infelizmente, não foi votado. Eu lamento muito isso. E, neste momento, aqui, Senador Romero Jucá, V. Exª apresenta um projeto que, em tese, eu sou a favor, mas que é, por todos aqui, assegurado que é inconstitucional. Eu vejo uma contradição muito grande em V. Exª. Quando é de interesse do peão, do trabalhador... Eu sou de chão de fábrica e sei o que é um serviço insalubre, o que é um serviço periculoso; eu sei o que é você chegar a ferro quente derretido. E o requerimento de V. Exª é porque o Supremo está para decidir o nosso projeto que ia garantir a especial para os trabalhadores. Essa é a enorme contradição. Eu falei lá na comissão e estou repetindo aqui, agora, na frente de V. Exª. Vai trazer prejuízo para milhões de trabalhadores deste País o requerimento que V. Exª apresentou.

Devido a tudo isso, a essas suas contradições que eu quero entender, mas não entendo, não consigo entender, eu vou acompanhar o Líder Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

O Senador Romero Jucá é o Relator...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, só para dar uma informação ao Senador Paulo Paim. O Governo pediu alguns dias de prazo para discutir uma opção...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, não precisava ir para a outra Comissão. Era só retirar de pauta e nós acertávamos lá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O Governo pediu. É a política do Governo. Ele não assinou porque ele não estava lá. Pediram-me alguns dias exatamente para fechar e ir à Comissão. Não é postergado; pelo contrário, é ajudado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos concluir. Nós estamos em processo de votação.

Senador Benedito de Lira, como vota V. Exª?

Do Senador Jucá o voto é conhecido.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Voto contra o Relator, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Contra o Relator.

Senador Mozarildo

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já votaram pelo Senador Anibal.

Placar final: 8 votos "sim"; 6 votos "não".

Aprovado o projeto.

Agora, sim, vocês podem se manifestar. (*Palmas.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente, só pedir para irmos direto ao item 9. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 9. Concedida a solicitação.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, de 2012
– Terminativo -

Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

– O projeto já foi apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

– Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

– Votação nominal.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Serei bastante breve, Sr. Presidente, e farei uma síntese de todo o projeto para que a gente possa aproveitar o quórum qualificado.

Este projeto, o PLC nº 90, de 2012, de autoria do Deputado Luiz Carlos Heinze, propõe a prorrogação do prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço ao Senador Romero e a V. Exªs que se mantenham em silêncio para que nós possamos ouvir o relatório do Senador Acir.

Desculpe, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com relação à nossa emenda substitutiva, as mudanças foram feitas no sentido de atender à necessidade da ratificação dos títulos de domínio na faixa de fronteira, que se constituem em problema para inúmeros proprietários de imóveis rurais, principalmente pela insegurança jurídica gerada a partir da demora do Poder Executivo na avaliação dos processos de ratificação.

Na atual legislação, o processo de ratificação requer a comprovação de certidões dominiais e a produção de laudos de produtividade, além de georreferenciamento, o que torna moroso e caro para os agricultores, que, em alguns casos, ficam até sem poder obter financiamentos rurais, dado que a garantia real do seu imóvel se apresenta, digamos, sob suspeição, além dos problemas de transmissão de domínio.

Diante disso, a proposta pretende facilitar os procedimentos e simplificar a ratificação para os proprietários de propriedades de até 15 módulos fiscais, que, com o georreferenciamento e o comprovante da regularidade cadastral emitida pelo Incra – abre aspas, "Segundo informações do Incra, a partir de outubro de 2014, as certidões ser emitidas via internet em todo o Brasil", fecha aspas –, poderão ratificar suas propriedades di-

retamente nos cartórios, dispensando a comprovação com certidões dominiais e vistoria do Incra, tendo em vista a atual necessidade de emissão de laudos de produtividade.

Pretende-se com isso, Sr. Presidente, ratificar aproximadamente 90% dos imóveis em faixa de fronteira, segundo dados do Incra, o que possibilitará a celeridade nas análises dos imóveis acima de 15 módulos fiscais. Nos demais imóveis acima de 15 módulos fiscais, será mantido o mesmo procedimento anterior. Inclusive nas áreas acima de 2.500 hectares, há necessidade de aprovação do Conselho de Segurança Nacional.

Portanto, o nosso parecer é pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós temos quórum? (*Pausa.*)

Ótimo, vamos à discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas a título de sugestão ao Relator – não seria um capricho, nem uma perfumaria, mas, para se evitar debates sobre a constitucionalidade e a inconstitucionalidade daqui para a frente, sugiro mudar, substituir o Incra por órgão ou entidade do Poder Executivo competente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Diretamente é o Incra, mesmo, mas não há nenhum prejuízo ao projeto se fizer essa mudança.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É porque o perigo está no detalhe, Sr. Presidente. O diabo mora no detalhe, e é possível discussão sobre a constitucionalidade em razão disso. Então, com "órgão ou entidade do Poder Executivo competente", penso que resolveria isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Acolhida a sugestão do Senador Pedro Taques, não muda nada...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª incorpora o substitutivo?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Incorporo o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É só uma questão de nomenclatura do Pedro Taques...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É só nomenclatura. E não muda nada o projeto, engrandecendo mais o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Uma nomenclatura de alta amplitude, parece-me.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação.

Senador Pedro Taques, como vota V. Exª?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Voto com o projeto, com o Relator, com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ótimo.

Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Voto, Sr. Presidente, com o Relator, a quem cumprimento pela propriedade do relatório e pela propriedade da iniciativa do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Benedito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Senadora Ana Rita vota aqui? (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O substitutivo é aprovado e será submetido ao turno suplementar, nos termos do art. 282.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, e o item 3?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe, há um voto em separado da Senadora Gleisi, que não está presente. A Senadora Gleisi está ausente e fez um voto em separado. O senhor concordaria em adiá-lo para a próxima reunião? Ele continuaria como item 3 da pauta. Em nome da Senadora Gleisi, eu já agradeço a elegância de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Claro.

Se V. Exª assim permitir, se puder antecipar, já que o 1 já foi e o 2 também, o 3 poderá ser 1.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim, concedo novamente a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de V. Exªs. Tenham todos um bom dia e fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2014.

Às onze horas e oito minutos do dia dois de setembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Romero Jucá, Ana Amélia, Wilson Matos, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Douglas Cintra, Gim, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Cássio Cunha Lima, Aloysio Nunes Ferreira e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu e José Agripino. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda faz um registro em nome desta Comissão em solidariedade ao goleiro Aranha, do Santos Futebol Clube, repudiando as agressões racistas sofridas pelo jogador, no último dia 27 de agosto, no jogo da Copa do Brasil contra o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, realizado em Porto Alegre – RS. Prosseguindo, a presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para a deliberação dos projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira, requer, oralmente, a inversão de pauta para votação do Item 2, o que é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que "Altera a Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, que institui a Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer favorável é aprovado. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Pedro Uczai, que "Confere ao Município de Anchieta, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Produção de Sementes Crioulas". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ana Amélia e o parecer favorável é aprovado. Logo após, a Senhora Senadora Ana Amélia, requer, oralmente, a inclusão em pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 9**). Prosseguindo, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão em pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 10**). **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que "Altera a Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, para fomentar a criação de entidades representativas dos estudantes". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Alfredo Cotait, que "Dispõe sobre o mandato de dirigentes de clubes, federações, confederações e outras entidades esportivas que recebam subvenções, verbas e quaisquer outros recursos do orçamento federal e de empresas sob controle estatal federal, inclusive os de publicidade e propaganda". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer, pela prejudicialidade do projeto, é aprovado. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2005**, de caráter não terminativo, de auto-

ria do Senador Pedro Simon, que "Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Dispõe sobre a escolha dos dirigentes escolares)", **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2007**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que "Acrescenta inciso ao art. 14 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de forma a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas". O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o parecer é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2005, na forma do substitutivo oferecido, rejeitando a emenda e a subemenda a ele apresentadas, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Kátia Abreu, respectivamente, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2007, que tramita em conjunto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. Neste momento, o Senhor Senador Flexa Ribeiro, requer, oralmente, a inclusão em pauta do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009. A proposta é aprovada (**ver Extra-Pauta: Item 7**). Logo após, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão em pauta do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2014, assim como, de dois Requerimentos. A proposta é aprovada (**ver Extra-Pauta: Itens 8, 11 e 12**). Prosseguindo, a presidência passa à deliberação das matérias incluídas extra-pauta. **Extra-Pauta**, **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Marcelo Castro, que "Dispõe sobre o adiamento dos feriados.", **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Milton Monti, que "Dispõe sobre a comemoração de feriado e dá outras providências". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro, e o parecer é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009, na forma do substitutivo oferecido, acatando parcialmente a emenda apresentada pela Senadora Maria do Carmo Alves, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 108, 2009, que tramita em conjunto, assim como, das emendas apresentadas pelos Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos à Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente desta Comissão, para relatar o seguinte item: **Extra-Pauta**, **Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que "Declara o Tenente-Coronel Jorge da Silva Prado Patrono do Material Bélico da Aeronáutica". O relator é o Senador Cyro Miranda e o parecer favorável é aprovado. Retorna à presidência o Senhor Senador Cyro Miranda. **Extra-Pauta**, **Item 9: Requerimento nº 30/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, que requerem "... nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas no âmbito desta Comissão com a finalidade de debater o tema 'O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa'". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta**, **Item 10: Requerimento nº 31/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda, Ana Amélia e Cristovam Buarque, que requerem "... nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de debater o tema 'A construção de uma Base Curricular Nacional Comum'". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta**, **Item 11: Requerimento nº 32/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer "... nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, nos próximos dias 10 e 11 de setembro, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Fórum Nacional 'Visões do Desenvolvimento Brasileiro e Nova Revolução Industrial – a maior desde 1790', a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta**, **Item 12: Requerimento nº 33/2014-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer "... nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, no próximo dia 23 de setembro, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da Cerimônia Oficial de Abertura da 42ª ABAV –Expo Internacional de Turismo, a ser realizada no Teatro Renault, na cidade de São Paulo – SP". O Requerimento é aprovado. Fica adiada a seguinte matéria: **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2013**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda ,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, requeiro a preferência do item nº 2 da nossa Ordem do Dia. Trata-se de um projeto de lei de inciativa da Senhora Presidenta da República, que já foi relatado nesta Comissão por mim.

Pediria a V. Exª, com a aquiescência dos colegas, se pode haver essa preferência.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Submeto aos nossos Colegas se há alguma objeção. (*Pausa.*)

Em não havendo objeção, faremos, sim, a abertura da primeira relatoria já com V. Exª.

Gostaria de fazer aqui não um comunicado, mas dar uma posição desta Comissão.

Como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solidarizo-me com o goleiro Aranha dos Santos, vítima de racismo na última 4ª feira, 27 de agosto, no jogo entre Grêmio e Santos, pelas Oitavas de Finais, da Copa do Brasil, na casa do time gaúcho em Porto Alegre.

Manifesto a minha indignação e o meu total repúdio às agressões sofridas por todos os atletas em campos de futebol, aqui e no exterior. Enfatizo, mais uma vez, o que já disse anteriormente: o Brasil é composto por brancos, negros, pardos, índios e orientais, enfim, por uma grande diversidade étnica.

Exatamente, por esse motivo, temos a responsabilidade de dar o bom exemplo, combatendo a discriminação racial dentro e fora dos campos de futebol.

Apenas para deixar registrado.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Aliás, já foi lido o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Não. Não foi.

Na minha ansiedade por aprovar o Projeto, Sr. Presidente, achei que já havia lido o relatório, mas não o fiz.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Foi lido em sonho. Então, vamos à Ementa do PLC nº 35.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, que institui a Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC, e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Observações:
Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

Com a palavra o nobre Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei que é submetido a esta Comissão é de autoria da Senhora Presidenta da República e já foi apreciado pela Câmara dos Deputados.

Ele não recebeu emendas durante a sua tramitação no Senado Federal e é um projeto bastante singelo, mas importante, que diz respeito à Universidade Federal do ABC, no Estado de São Paulo.

O projeto visa a corrigir um equívoco que está abrigado no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.145, de 2005, que criou esta universidade, a Universidade Federal do ABC. Por um equívoco do referido projeto, está lá determinado que o ato constitutivo dessa universidade, do qual será parte integrante o seu estatuto, no Cartório de Registro Civil competente é, digamos assim, o ato jurídico indispensável a conferir a essa universidade uma personalidade jurídica.

Ora, sendo uma universidade pública, essa exigência é descabida e a sua presença na lei constitutiva da universidade pode constituir obstáculo à plena realização da sua missão institucional.

Desse modo, o projeto proposto pela Presidente da República elimina essa imperfeição. Além disso, a Câmara dos Deputados apresentou uma emenda, aprovada pelo Plenário, que amplia o âmbito de atuação dessa universidade para outras localidades de interesse institucional, ou seja, a Universidade Federal, mediante decisão dos seus órgãos diretivos, poderá, além do ABC, estender as suas atividades a outras localidades do Estado de São Paulo.

Por isso, Sr. Presidente, sendo um projeto meritório, eu, ainda que um Senador de oposição, mas não uma oposição raivosa, rancorosa, intransigente, a tudo e a todos, aprovo o presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes. Esta é, como sempre, a sua atitude republicana, sempre vendo, em primeiro lugar, os interesses do Brasil e dos brasileiros, e não os de um partido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – É a velha e sempre nova política.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Exatamente. Parabéns!

Coloco, então, em discussão o PLC nº 35, que altera a Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, conforme relato do eminente Senador. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Primeiramente, eu gostaria de avisar às Srªs e aos Srs. Senadores que nós estamos ao vivo pela TV Senado, que prestigia, mais uma vez, os trabalhos desta Comissão.

Pediria à Senadora Ana Amélia para atuar como Relatora *ad hoc* do item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, de 2013
– Não terminativo -

Confere ao Município de Anchieta, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Produção de Sementes Crioulas.
Autoria: Deputado Pedro Uczai
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Favorável
Observações:
Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

Consulto a Senadora se aceita ser Relatora *ad hoc*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – De muito bom grado, caro Presidente Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Então, Com muito prazer, passo a palavra a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E o faço até pela relevância da questão. Quando se fala em sustentabilidade, em preservação da nossa biodiversidade, deliberar sobre as famosas sementes crioulas, que são as sementes nativas cuja produção devemos incentivar, é atuar em prol da preservação do meio ambiente.

Passo direto à análise, caro Presidente, para facilitar também a deliberação por parte das Srªs e dos Srs. Senadores.

O emprego das sementes crioulas mostra grande importância para a preservação da biodiversidade nas práticas agrícolas. Pelo plantio e seleção de sementes, gerações de agricultores desenvolveram espécimes mais bem adaptados às condições regionais e com alto grau de resistência às adversidades.

Os agricultores da cidade de Anchieta, no Estado de Santa Catarina, Estado vizinho ao meu, estão entre aqueles que mais se empenharam e se empenham nessa prática que mostra relevantes vantagens para a agricultura familiar, tanto no custo como na produtividade, e que também se utiliza em plantações de maior escala.

A pequena cidade do Oeste catarinense já conquistou renome nacional e entre os países vizinhos, como produtora de sementes crioulas de grande variedade e excelente qualidade. Uma prova disso tem sido a realização anual em Anchieta da Festa Nacional das Sementes Crioulas, reunindo delegações de diversos Estados brasileiros, representações de vários países e de dezenas de organizações relacionadas à agricultura, em particular da agricultura familiar, entre os participantes do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Nada mais justo, portanto, que o Congresso Nacional reconheça, com a concessão do título proposto, os esforços da população e sobretudo dos agricultores preservacionistas no desenvolvimento de promoção das sementes crioulas, prática que merece, por sua vez, maior visibilidade e incentivo.

O voto, conforme o exposto e com muita honra aqui sendo a Relatora *ad hoc* do Senador Paulo Bauer, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2013, na origem.

Então, o voto é esse, caro Presidente Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Coloco em discussão o Projeto de Lei da Câmara nº 120, que confere ao Município de Anchieta, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Produção de Sementes Crioulas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será apreciada pelo Plenário do Senado.

Parece que há um requerimento de V. Exª, que pediu para...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Incluir extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – ...ser incluído extrapauta.

Consulto primeiro se os nobres Pares concordam com a inclusão extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma divergência, peço a V. Exª que o leia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, faço antes um preâmbulo sobre por que estamos, com o apoio de V. Exª, propondo um debate no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Acordo Ortográfico.

Esta Comissão, liderada por V. Exª – e eu, com muita satisfação sendo sua Vice-Presidente –, acolhemos, e esse é o dever de uma comissão temática, a demanda dos professores de Língua Portuguesa, professores e especialistas nessa matéria tão relevante, afinal, ela é a forma pela qual nos comunicamos, é a expressão, a palavra. Então, nada mais relevante do que explicar o esforço que fizemos na prorrogação do Acordo, o que muitos não entenderam ou por desinformação ou por má-fé – prefiro acreditar que tenha sido por desinformação.

Quando nós fizemos isso, estávamos diante de uma crise que Portugal, a pátria mãe da língua, vivia naquele momento. Sérias dificuldades! Também levamos em conta, Senador Aloysio, algumas objeções e oposições de parte do Ministério da Cultura de Portugal, que havia retirado os corretivos dos seus sistemas para ajuste ao Novo Acordo, por não concordar com ele – a Secretaria de Cultura do Governo de Portugal. Além disso, como é um acordo internacional, que envolve todos os países de língua portuguesa, dentro do grupo CPLP, o que nós entendemos? Se não havia ratificação – o que era fundamental para a entrada em vigor – por alguns países de fala de língua portuguesa, como iríamos implementar uma matéria, um acordo que não estava respaldado pela necessária revalidação, ratificação pelos Parlamentos?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – ... depois teríamos que voltar atrás.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Exatamente, Senador Aloysio.

Nós estaríamos, digamos, sendo incoerentes ao admitir o desrespeito à ausência do Parlamento na ratificação de um acordo dos Poderes Executivos.

Diante da resistência em Portugal a esse Acordo, que foi, digamos assim, liderado pelo Brasil, pela Academia Brasileira de Letras, penso que um acordo dessa natureza precisaria necessariamente passar pelas academias de Língua Portuguesa de todos os países – não só a nossa – e também ser ratificado pelos Parlamentos. A democracia é isso. Até para não dar a ideia de que nós, como o maior país de fala de Língua Portuguesa, quiséssemos a hegemonia ou tomar a dianteira decidindo unilateralmente um tema dessa relevância. Esse é um pensamento da lógica política, que esta Comissão tem o dever de encaminhar.

Quando começamos a acolher a demanda dos professores, entre os quais o Prof. Pasquale Cipro Neto, que é muito conhecido, do Prof. Ernani Pimentel e outros, percebemos que até os professores de Língua Portuguesa, que serão os agentes primeiros nesse processo, ou os escritores, não entraram para pelo menos manifestar as suas posições sobre ele.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Não houve um debate aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aqui, no debate que houve, Senador Aloysio, no debate que nós propusemos, esteve ausente sempre, em todas as audiências que propusemos, exatamente a entidade mais importante: a Academia Brasileira de Letras. Por duas vezes que nós tentamos, não vieram. Mas vieram professores que nos convenceram de que havia elementos, sim, do ponto de vista da língua, necessários, fora esses todos que eu alinhei – institucionais, políticos e as questões legais da ratificação.

O que nós fizemos? Encaminhamos ao Governo Federal – e aí louvo a Ministra, nossa colega Senadora Gleisi Hoffmann, que acolheu as argumentações. Seria um gesto – eu diria assim – de atenção política com a crise que Portugal, àquele momento, estava vivendo, para não alterar substancialmente o que representaria mais um encargo a Portugal, e também para abrir espaço para um debate mais profícuo e mais amplo sobre a questão, e não limitar apenas a uma instituição. Com todo o respeito que nós temos, a Academia Brasileira de Letras, com isso, não diminui a sua relevância. Nós somos os primeiros a reconhecer o que ela representa para o nosso País, e todos os membros que lá estão a compondo – alguns gaúchos, do meu Estado, como Carlos Nejar, que hoje está compondo. Espero que a nossa querida Lya Luft um dia chegue lá também. Mas há figura notáveis. Perdemos o Moacyr Scliar, que era acadêmico, era um imortal. E tantos outros a compuseram, do Rio Grande do Sul.

Eu queria, então, neste requerimento, solicitar o apoio – sei que os demais Senadores concordarão, pela lógica disso – para uma série de audiências públicas – uma série, não uma só, porque a questão é muito complexa –, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Os convidados serão posteriormente indicados na seleção, que vai envolver escritores, professores de Língua Portuguesa, e as próprias representações diplomáticas. Eu penso que seria importante convidar os membros da diplomacia de Angola, de Moçambique, de Guiné-Bissau, dos que tiverem representação diplomática em Brasília. Penso que darão uma bela contribuição para posicionar os seus países nesse processo.

Esse é o requerimento, e agradeço que estejamos em boa companhia, V. Exª e eu, fazendo o requerimento da série de audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Eu é que agradeço. Principalmente por estarmos ao vivo na TV Senado, que tem uma audiência extremamente importante, quero esclarecer, porque principalmente V. Exª, como eu, estivemos na mídia de uma maneira um pouquinho distorcida, ou bastante distorcida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito distorcida!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito distorcida. Em primeiro lugar, nós não somos autores e nem queremos nenhuma reforma ortográfica. Nós estamos, sim, querendo disciplinar um acordo que houve desde 1990 para a homogeneização das línguas lusófonas, que são os dez países que integram a CPLP. Com isso, alguns pegaram carona nessa história e começaram a falar que seria bom tirar o "h" do "homem", o "x" de não sei o quê...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Isso não é nossa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Isso não é nossa matéria e muito menos a nossa intenção. Mas, para haver um acordo ortográfico, têm que sentar todos. E V. Exª falou muito bem: já fizemos duas audiências públicas. A principal ainda não compareceu, que é a Academia Brasileira de Letras, que é importantíssimo que esteja presente. Os professores não foram ouvidos. Mas aqui não fica a intenção de fazer nenhuma reforma ortográfica, de maneira nenhuma. O Brasil já passou por várias fases e nós temos que ter a consciência de que uma reforma ortográfica que entra em vigência em 1º de janeiro de 2016 vai prejudicar aqueles alunos que estão prestando vestibular, que estão estudando em cima de determinados acordos já feitos. As editoras, nós temos que ter responsabilidade para com elas. Nós temos que ouvi-las. Então, isso não é feito assim, do jeito que estão pensando. Então, foi muito bom que V. Exª tenha esclarecido. Nós vamos fazer mais de uma audiência pública.

Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Foi boa essa complementação, porque nós não estamos entrando no debate, nem interferindo no conteúdo do Acordo. Não cabe a nós.

O que nos cabe é que esse Acordo seja fruto de um consenso máximo possível entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, envolvendo os professores, os escritores, através das suas entidades, das suas academias, e os governos. Estão envolvidos aí questões diplomáticas, questões políticas dos congressos desses países, os conteúdos que serão definidos por quem opera e maneja a Língua Portuguesa, que são esses agentes, não nós. Não examinamos conteúdo. Examinamos a forma como esse acordo, um acordo internacional, tem que proceder às normas legais para isso. Não é firula política, é fazer a coisa como ela deve ser feita.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Coloco, então, em discussão o requerimento. Encaminho para discussão o requerimento de autoria da Senadora Ana Amélia e meu.

Senador Cristovam, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, apenas para apoiar a proposta da Senadora Ana Amélia. Eu estou absolutamente convencido de que a intenção sua e dela é uma intenção extremamente positiva. Ninguém está querendo mudar uma acordo ortográfico ou qualquer outro interna-

cional a partir daqui, mas não há razão para ficar contra debater as coisas, discutir as coisas, analisar o futuro. A língua é uma coisa muito sagrada, tanto na sua fala quanto na sua ortografia. Mas as coisas se purificam quando são necessárias.

Eu tenho uma preocupação com a alfabetização de adultos em um país que tem 13 milhões de analfabetos adultos, o Brasil – deve haver mais uns vinte ou dez, somando os países africanos de Língua Portuguesa, uma língua que tem um número tão grande de analfabetos adultos –, que, às vezes, tem dificuldade em superar esse analfabetismo por causa da complexidade como nós os letrados fazemos a maneira de escrever as palavras da nossa língua.

Eu creio que tudo isso justifica analisar com, obviamente, a percepção de que não se brinca com a maneira como a língua vem sendo escrita ao longo do tempo. E lembrando que o português é escrito, hoje, de maneira muito diferente de até os anos 30, até os anos 40. Os livros que meu pai tinha em casa eram escritos diferentemente. Eu me lembro de como eram diferentes. Eu me lembro do tempo de farmácia com "ph". Muito mais complicado ensinar um analfabeto adulto a escrever farmácia com "ph" do que farmácia com "f". Então, há uma necessidade. Não é preciso ter medo dessa evolução.

Portanto, vamos debater com calma, com tranquilidade, como o senhor defende, como a Senadora Ana Amélia defende, mas não vamos fugir de defender esse assunto. Por isso, apoio a proposta da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, coloco em votação o requerimento.

Quem não se opõe ao requerimento permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item extrapauta aprovado:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 30, de 2014

Requeremos, nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas no âmbito desta Comissão com a finalidade de debater o tema "O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa". Os convidados serão posteriormente indicados.

Autoria: Senador Cyro Miranda e outros.)

Temos também outro requerimento, extrapauta, que coloco à apreciação de V. Exªs, se concordarem com a inclusão. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 31, de 2014

Requemos, nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de debater o tema "A construção de uma Base Curricular Nacional Comum". Os convidados serão oportunamente indicados.

Autoria: Senador Cyro Miranda e outros

Tenho também já o apoiamento a esse requerimento da Senadora Ana Amélia. E até perguntaria ao Senador Cristovam Buarque se também gostaria de subscrever este requerimento para debater o tema "A Construção de uma Base Curricular Nacional Comum". Porque isso está jogado. Cada um vem com uma ideia. Daqui um pouquinho, isso vira uma colcha... Já está uma colcha de retalhos. E V. Exª, como ex-ministro, teria uma contribuição fundamental.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, nós temos um item, que é terminativo, mas eu gostaria de deixá-lo lido. É de sua relatoria.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, de 2014
– Terminativo -

Altera a Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, para fomentar a criação de entidades representativas dos estudantes.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.
Observações:
1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto, e outra para a emenda.
2 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 5/8/2014.

V. Exª poderia fazer a leitura para que, posteriormente, a gente, então, abra a discussão e deixe sobrestada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o projeto de lei que passo a relatar é de autoria do nosso colega o Senador Pedro Taques.

Ele visa a alterar a Lei 7.398, de 4 de novembro de 1985, para fomentar a criação de entidades representativas dos estudantes.

O projeto, por meio da alteração que propõe o art. 1º dessa lei mencionada, pretende garantir aos estudantes da educação básica a "livre associação voltada para atividades educacionais, culturais, cívicas, esportivas, sociais, assuntos de sua comunidade e monitoramento da gestão educacional e financeira da instituição".

O primeiro artigo a ser inserido na referida lei estabelece que as instituições de ensino devem incentivar a criação de organizações de estudantes, assegurando-lhes autonomia de atuação. Assim, "sempre que necessário", as escolas devem colaborar na formação de organizações estudantis, apoiando a constituição, a divulgação e a realização de eleições pelos estudantes.

O segundo artigo assegura às organizações estudantis, nas ocasiões necessárias, o espaço físico e mobiliário adequados para o funcionamento e participação nas atividades escolares.

Já o terceiro artigo estipula que, salvo em situações "excepcionais devidamente justificadas", os representantes dos estudantes terão direito de participar das reuniões administrativas e pedagógicas da instituição de ensino, com a prerrogativa do uso da palavra.

Por fim, a proposição estipula que a lei sugerida entre em vigor na data da sua publicação.

Na justificação, o autor, o Senador Pedro Taques, lembra o papel histórico dos estudantes na história brasileira das últimas décadas e enfatiza a relevância da maior participação dos estudantes nos assuntos escolares, cívicos e políticos, por meio dos seus órgãos de representação.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Segundo destaca a justificação do projeto, a participação dos estudantes em momentos relevantes da história contemporânea da Nação, como, por exemplo, na Campanha "O Petróleo é Nosso", nas "Diretas Já" e nos protestos de junho de 2012, revela a importância da participação política dos jovens. Contudo, nos últimos tempos, lembra o autor, essa ação tem ocorrido de forma esporádica e sem propostas concretas para os problemas do País. Podemos ver nessa situação um desejo de participação combinado com uma dispersão de ideias políticas, certamente fruto das mudanças culturais e do cenário ideológico. Entretanto, superada a era dos radicalismos, parece-nos que o movimento estudantil merece ser prestigiado, pois pode oferecer um novo frescor ao panorama político nacional.

Dado que o tema da participação dos estudantes do ensino pré-universitário é objeto da Lei 7.398, de 1985, e é compatível com a Lei de Diretrizes e Bases, não vemos razão para operar mudanças nesta última. Sugerimos, todavia, uma emenda para compatibilizar a nomenclatura da ementa da Lei 7.398, de 1985, com a utilizada na nova redação que se pretende dar ao art. 1º da referida lei. Se, na alteração do *caput* do art. 1º, foi abandonada a expressão "1º e 2º graus", em favor da "educação básica", deve-se fazer o mesmo na ementa da lei que se pretende modificar, para tornar a ementa adequada ao conteúdo da lei.

Assim, o nosso voto é pela aprovação do presente projeto de lei, com a emenda sugerida.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Eu abro a discussão e vou deixá-la sobrestada, porque nós não temos quórum qualificado.

Se algum dos senhores quiser começar a discussão, está aberta.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria destacar a qualidade do relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira e também a iniciativa oportuna do Senador Pedro Taques, dando relevância ao papel que os centros de estudantes, os centros acadêmicos...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Os grêmios...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... os grêmios estudantis, todos, a União dos Estudantes, tiveram e têm, ainda hoje, na... Embora hoje a sociedade tenha se mobilizado pelas mudanças comportamentais, políticas e sociológicas em função de redes sociais, da agilidade da comunicação, do contato direto, que mudaram um pouco esse processo, ainda assim, há uma relevância institucional muito grande da participação dos centros acadêmicos e da União dos Estudantes em todos os níveis – no nível secundário e no nível superior, no caso das universidades. Então, isso é relevante.

Eu queria parabenizar não só o autor, Senador Pedro Taques, que é um grande Parlamentar e que chegou aqui, já mostrando um grande serviço, mas a qualidade também do relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Foi muito bem escolhido o relator, porque o Senador Aloysio Nunes foi um líder estudantil.

Senador Aloysio, foi muito bem escolhida essa relatoria. Não foi a esmo, foi proposital, porque V. Exª foi um líder estudantil extremamente ativo.

Acho que esse projeto... Pena que ele não veio, há mais anos, para que a questão pudesse ter sido resolvida de uma maneira ampla.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Eu agradeço a menção de V. Exª. Realmente fui, no meu tempo de jovem, quando estudante de Direito, Presidente do meu Centro Acadêmico, o Centro Acadêmico 11 de Agosto. Fui também Diretor do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, que cursava ao mesmo tempo.

O movimento secundarista tem uma história importante no Brasil, uma história rica de participação, de conquistas.

Esse projeto de lei do Senador Pedro Taques, além de assegurar a participação da representação dos estudantes da educação básica nas decisões que dizem respeito à organização da vida escolar, cria, confere a essas representações, que já existem, um direito, que poderá ser, inclusive, exigido depois pelas vias judiciais, se for o caso – espero que não seja. É o direito de ter o apoio das escolas onde atuam, para terem sua sede, seu mobiliário.

Como regra geral, as escolas favorecem a criação dos seus centros estudantis, dos seus grêmios estudantis, mas, no caso em que isso não acontecer, no caso em que houver qualquer obstáculo ao funcionamento dessas entidades por parte da direção das escolas, o projeto de lei, se aprovado, vai conferir à representação estudantil um direito – o direito, no sentido jurídico do termo – a obter o apoio ou, pelo menos, de não haver um embaraço que possa ser anteposto às suas atividades pelas direções, enfim, pela direção das escolas onde atuam.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Para discutir, Senador Wilson Matos.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Quero também parabenizar o Senador Pedro Taques pela iniciativa e o Senador Aloysio pelo relatório.

Sou educador. Hoje administro uma universidade com 60 mil alunos. Temos também o ensino fundamental, e médio e acho de muita relevância esse projeto, tendo em vista que precisamos despertar em nossos adolescentes, em nossa juventude o espírito de liderança, de empreendedorismo.

Esses movimentos dos diretórios acadêmicos, escolares certamente trazem muito desenvolvimento pessoal àquele grupo que está participando, que está à frente; também desenvolvem neles a capacidade de comunicação e os torna menos alienados, porque a participação, realmente, dos nossos adolescentes, dos nossos jovens, hoje, nos movimentos tem sido meio pífia, e esse projeto garante espaço, participação efetiva.

Sou a favor da aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Wilson Matos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Também, na mesma linha, quero parabenizar tanto o autor, Senador Pedro Taques, quanto o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que fez um brilhante relatório, favorável ao fomento para a criação de entidades representativas de estudantes.

É muito importante que a ação política seja iniciada no cidadão ainda à época de sua juventude. E a criação dessas entidades representativas na educação básica é importante para motivá-los. Isso deve ser feito também pela direção da escola, como prevê o projeto do Senador Pedro Taques, a quem novamente parabenizo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Então, deixo sobrestada a discussão, até que tenhamos quórum.

Para discutir ainda...

Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. *Fora do microfone*.) – A discussão está sobrestada?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Está sobrestada, mas, se V. Exª quiser fazer algum comentário, por gentileza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, queria dizer que me sinto provocado, chamado à discussão, porque a Lei nº 7.398, de novembro de 1985, está na origem da minha militância política.

Primeiro, nunca é demais suscitar a referência histórica da Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Ela é a redenção do movimento estudantil. Um dos primeiros atos da ditadura foi proibir a existência de grêmios estudantis e colocar, em seu lugar, os chamados centros cívicos. Esse foi um dos atos de força do regime autoritário de 1964.

Os grêmios eram a base do então movimento estudantil, e a sua substituição pelos centros cívicos foi um dos atos de força para impedir a organização do movimento estudantil e, na redemocratização, uma das conquistas do movimento estudantil. Então, um dos meus primeiros passos no movimento estudantis foi acompanhar, como militante estudantil secundarista comemorei e celebrei, nos primeiros passos da minha militância secundarista, a conquista da Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, a chamada Lei do Grêmio Livre.

Portanto, uma alteração, um aperfeiçoamento, nesta lei, no sentido de assegurar, ampliar, incentivar e garantir que os grêmios tenham o apoio e o incentivo, sem nenhuma limitação por parte das direções dos estabelecimentos, é algo que deve ser incentivado e exultado por todos nós. Então, não poderia deixar de frisar esse documentário do que foi o avanço para a democracia a Lei nº 7.398 e o tanto é necessário reafirmá-la com seu título originário.

A Lei nº 7.398 é a Lei do Grêmio Livre, que restabeleceu nas escolas públicas do País o direito à liberdade de organização dos estudantes secundaristas, dos grêmios não mais como entidade tutelada, dos diretores de escolas, mas como entidades livres dos estudantes. É importante que se entenda assim: entidade livre dos estudantes. Deve ser incentivada pelos diretores de escola a organização dos estudantes, para terem suas entidades livres.

Acredito que este é o interesse do Senador Pedro Taques e do Relator quando apresenta essa matéria: ter o incentivo aos estudantes, à sua organização, e não ter nenhum tipo de coibição, para que os estudantes, nas escolas, possam ter as suas entidades de representação e organização.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Randolfe.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente,...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Apenas para uma memória, Senador Cyro Miranda. Eu participava da União Lagoense de Estudantes Secundários, que era do meu Município.

União Lagoense dos Estudantes Secundários, a salinha onde nos reuníamos era num clube, no Clube Comercial da Cidade, que nos cedia uma sala, e, dali, saíram desembargadores, figuras notáveis. A União Municipal era associada à União Gaúcha de Estudantes Secundários, e o presidente da minha geração Aluízio Paraguassu, pela sua liderança, chegou a Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, já é falecido. E, se não me engano, em 1962, fizemos um congresso brasileiro de estudantes secundaristas nacional, a Ubes, em Pelotas, que foi memorável.

Eu queria fazer apenas esse registro para ver que, hoje, tanto tempo se passou, e estamos apenas atualizando uma democratização no processo de participação dos estudantes na vida escolar. Então, eu queria cumprimentar, mais uma vez, o Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Lembrando que tudo começava como representante de classe, né? Aí, os representantes de classe se reuniam, formavam o grêmio e assim por diante.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero fazer minhas as palavras do Senador Randolfe sobre a importância deste projeto de lei. Eu fico surpreso como nenhum de nós teve a inicia-

tiva de apresentá-lo antes do Pedro Taques porque é tão óbvia a sua importância que talvez por isso ninguém tenha apresentado. Vai ver que a gente deixou, Senador Aloysio, como uma coisa natural, que não precisasse de lei nenhuma. Mas o fato é que ela surgindo é positiva. A prática estudantil, e aqui está o Senador Aloysio, eu, o Randolfe, quase todos, essa prática estudantil faz parte da pedagogia de formação do cidadão, além de trazer grandes vantagens para a sociedade o fato de termos jovens mobilizados. Isso é o que talvez falte hoje.

Então, fico satisfeito de dar meu apoio ao projeto de lei do Senador Taques, na mesma linha do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Agradecendo, fica sobrestada esta discussão, pois é item terminativo.

Aproveito e passo ao Senador Cristovam para que relate o Projeto de Lei do Senado nº 328/2010.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2010
– Não terminativo -

Dispõe sobre o mandato de dirigentes de clubes, federações, confederações e outras entidades esportivas que recebam subvenções, verbas e quaisquer outros recursos do orçamento federal e de empresas sob controle estatal federal, inclusive os de publicidade e propaganda.
Autoria: Senador Alfredo Cotait
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela prejudicialidade.
Observações:
1– Nas reuniões dos dias 13/3 e 13/11/2012 foram aprovados requerimentos, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Lídice da Mata, respectivamente, propondo Audiência Pública para instruir o presente projeto, realizada no dia 28/11/2012.
2 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, esse é um relatório que foi fruto da conversa de muita gente e que levou à posição da prejudicialidade e consequente proposta de arquivamento do Projeto de Lei que já tomo a iniciativa de alertar para facilitar o debate.

A Comissão está examinando o Projeto 328, de 2010, do Senador Alfredo Cotait, que visa a proibir a recepção de "subvenções e quaisquer outras verbas do orçamento federal e de empresas sob controle estatal federal" por parte de clubes, federações e confederações esportivas, que tenham presidentes ou dirigentes com período de mandato superior a quatro anos, salvo na hipótese de reeleição para mandato de até quatro anos, consoante seu art. 1º.

O art. 2º do projeto estende a proibição aos atuais dirigentes ou presidentes cujos mandatos ultrapassaram ou vierem a ultrapassar o estipulado no art. 1º.

O art. 3º determina que a vigência da lei em que se transformar o projeto seja o primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação.

A proposição é justificada, nas palavras do autor, em razão de os dirigentes esportivos se perpetuarem "nos seus cargos, para tanto recorrendo a artimanhas de todo o tipo, inclusive com evidências de uso das mesmas entidades.

Quero dizer que sou totalmente favorável à justificativa do autor. Não podemos deixar que dirigentes esportivos se perpetuem no cargo, deveríamos dar um limite.

Entretanto, a matéria em análise, por tratar de questão relativa ao esporte, enquadra-se entre aquelas passíveis de apreciação por esta Comissão.

A proposta em exame insere-se no âmbito das competências concorrentes da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Apesar da boa técnica legislativa em que foi lavrada a proposição, recentemente foi promulgada a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, e esta lei, tão recente, acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.615, de 24 de março, que institui normas gerais sobre o desporte e dá outras providências.

Nesta nova lei, de 2013, está no art. 18-A:

Art. 18-A. Sem prejuízo do disposto no art. 18, as entidades sem fins lucrativos componentes do Sistema Nacional do Desporto, referidas no parágrafo único do art. 13, somente poderão receber recursos da administração pública federal direta e indireta caso:

I – seu presidente ou dirigente máximo tenham o mandato de até 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) única recondução;

II – atendam às disposições previstas nas alíneas "b" a "e" do § 2o e no § 3o do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997...

E assim seguem, Senador, os artigos dessa lei mostrando que, apesar da boa intenção do Senador e de que o espírito da sua proposta se justifica, a lei que está em vigor já prevê o que S. Exª propõe, tendo sido aprovada três anos depois da sua proposta.

Por isso, em face do exposto e considerando as previsões dos arts. 133, V, "d", e 334, I e §4º, do Regimento Interno do Senado Federal, votamos pela declaração de prejudicialidade e consequente arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2010.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Cristovam Buarque, pela prejudicialidade, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 1, sob a relatoria do Senador Randolfe Rodrigues.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2005
– Não terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Dispõe sobre a escolha dos dirigentes escolares).
Autoria: Senador Pedro Simon

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2007
– Não terminativo -

Acrescenta inciso ao art. 14 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de forma a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti.
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.
Relatório: Favorável ao PLS nº 328/2005, na forma do substitutivo oferecido, rejeitando a subemenda de autoria da Senadora Kátia Abreu e a emenda de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e pela rejeição do PLS nº 344/2007, que tramita em conjunto.
Observações:
1 – Na reunião do dia 11/2/2014, foi concedida vista coletiva. Não foram apresentadas manifestações por escrito.
2 – Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.
3 – A matéria tramita em conjunto com o PLS nº 344, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti.

Com a palavra o nobre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 328, de 2005, e 344, de 2007, que tratam do processo de escolha de diretores de escolas públicas, como forma de concretizar o princípio constitucional da gestão democrática.

O PLS nº 328, de 2005, do Senador Pedro Simon, prescreve três formas de escolha de dirigentes, a critério de cada sistema de ensino: indicação do responsável pela administração do ensino, escolha pela comunidade escolar e concurso público.

O PLS nº 344, de 2007, da Senadora Ideli Salvatti, estabelece a eleição direta pela comunidade escolar como forma única de escolha dos ocupantes do cargo ou função de dirigente de escolas de ensino fundamental, médio e técnico das redes federal, estaduais e municipais. Além disso, o projeto estipula como duração

mínima do mandato desses dirigentes o prazo de dois anos, designando como eleitores os professores, funcionários, alunos e pais.

O PLS nº 328, de 2005, foi inicialmente distribuído à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à CE, com previsão de decisão terminativa nesta última.

Em 2008, ainda antes de ser apreciada na CCJ, a proposição passou a tramitar em conjunto com diversos projetos relacionados à educação. Em 2009, voltou a tramitar individualmente e, em julho daquele ano, passou a tramitar em conjunto com o PLS nº 344, de 2007.

Em 16 de dezembro de 2009, o PLS nº 328/2005 foi aprovado pela CCJ, com emenda, e o PLS nº 344, de 2007, rejeitado. Nos termos da emenda, proposta pelo relator, Senador Marco Maciel, seriam admitidas a indicação e o concurso para a escolha dos dirigentes escolares, mas não a escolha pela comunidade escolar.

Já o PLS nº 344, de 2007, quando tramitava de forma autônoma, foi objeto de decisão terminativa nesta Comissão. Relatado pela Senadora Fátima Cleide, foi aprovado ainda em 2008, na forma de substitutivo, que não prosperou em razão do apensamento à proposição mais antiga.

Incumbidos da relatoria da matéria, em agosto de 2013 apresentamos nosso relatório a esta Comissão, concluindo pela aprovação de substitutivo ao PLS nº 328, de 2005, e, nos termos regimentais, pela rejeição do PLS nº 344, de 2007. Após a realização de audiência pública sobre a matéria, em 14 de agosto de 2013, a Senadora Kátia Abreu apresentou subemenda ao substitutivo que havíamos oferecido. Apresentamos novo relatório à matéria, rejeitando a subemenda e mantendo os termos do substitutivo, em 19 de setembro de 2013.

Incluída na pauta da Comissão de Educação, no início da atual sessão legislativa, a matéria foi objeto de emenda substitutiva oferecida em 18 de fevereiro de 2014 pelo ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Após a análise desta Comissão, os PLS nºs 328, de 2005, e 344, de 2007, serão apreciados pelo Plenário.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno, compete à CE opinar sobre matérias que versem acerca de normas gerais e diretrizes e bases da educação, como é o caso das proposições em análise.

Trata-se de questão sensível, porque atinge o núcleo do poder administrativo e pedagógico de cerca de duzentas mil escolas estaduais e municipais, onde, nas três etapas da educação básica, estudam aproximadamente cinquenta milhões de alunos. Ademais, é tema igualmente discutido na educação superior pública. A diferença é que neste segmento a autonomia das universidades e a tradição de gestão colegiada já se impuseram e se transformaram em dispositivos legais em âmbito federal e de muitos Estados.

Não é de se estranhar, portanto, que, desde a Constituinte, o assunto ainda desperte posições antagônicas. De um lado, há o método de indicações verticalizadas dos dirigentes pelas autoridades de cada ente federado; de outro, as posições que se dividem entre o processo eletivo e aquele radicalmente meritocrático, representado pelo concurso público. De fato, este último é o caso da emenda substitutiva apresentada pelo Senador Aloysio Nunes, que pretende incluir parágrafo único no art. 14 da LDB, para determinar que o concurso público seja a única forma de escolha dos dirigentes das escolas públicas.

Já a subemenda proposta pela Senadora Kátia Abreu admite que a escolha dos ocupantes das funções de direção nas escolas seja feita mediante eleição pela comunidade escolar, mas intenta acrescentar o requisito de que os candidatos estejam capacitados em gestão educacional por instituições vinculadas ou conveniadas aos órgãos de educação.

A nosso ver, a interpretação do art. 206, inciso VI, da Constituição Federal, que consagrou, como princípio do ensino, a gestão democrática do ensino público, na forma da lei, possui, ao mesmo tempo, caráter incisivo, restritivo e flexível.

De fato, causa espécie que a gestão democrática seja um princípio somente das escolas públicas, podendo vigorar nas instituições privadas, inclusive nas comunitárias, algum tipo de gestão que não seja assim entendida. A razão dessa restrição, como testemunham os documentos da Constituinte, era o receio de que os professores tomassem decisões descabidas nas escolas particulares, cerceando o poder de seus proprietários.

Importa ressaltar, entretanto, que o princípio é incisivo, margeando a imposição, para as escolas públicas, de modo a indicar que o tempo do autoritarismo, da centralização, do clientelismo e de outros comportamentos não igualitários, nem participativos, havia ficado ou deveria ficar para trás.

Consequência da democratização do País, havia-se ingressado no tempo da construção da "gestão democrática do ensino público, na forma da lei".

Não por acaso surgiram em vários Estados e Municípios leis novas – independentemente de dispositivo na LDB – que disciplinaram, de forma variada, segundo as correlações de forças locais, eleições de diretores de escolas e, até mesmo, de administradores regionais e secretários de educação. Esses avanços, entretanto, se ressentiam da ausência de uma diretriz geral, e entravam em conflito com dispositivos administrativos e constitucionais.

A LDB foi aprovada em dezembro de 1996, um momento em que os entusiasmos da década de 1980, que haviam inspirado o parágrafo único do art. 1º da Constituição – "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente" – já haviam cedido a reações mais ou menos conservadoras, que se materializaram nas definições de gestão democrática incluídas em seus arts. 14 e 15, sem nenhuma palavra dita sobre a escolha dos dirigentes.

Essa omissão fortaleceu, de um lado, a flexibilidade, mas, de outro, deixou ao Poder Judiciário a missão de dirimir situações de conflito. Resultaram daí duas tendências: a primeira, de ampliação da variedade de formas de escolha de dirigentes, ao sabor das ideologias dos governantes ou da pressão dos educadores. A segunda, de reversão periódica dos processos em andamento, muitos dos quais bem-sucedidos. Para tanto, lançou-se mão até de pedidos liminares que, quando obtidos na Justiça, trouxeram prejuízo às redes de ensino.

De toda a sorte, a experiência dos concursos confirmou a necessidade de que os candidatos sejam profissionais da educação, com atuação permanente na rede e com formação pedagógica e administrativa. Essa preocupação poderia ser secundarizada em um processo eletivo puro, que se pautasse exclusivamente pelos valores de liderança e identidade com o projeto de cada escola, os quais seriam proeminentes ou quase determinantes como critérios de escolha.

A nosso ver, a já longa experiência de escolha por eleições, disciplinadas de variadas formas, tem revelado não somente o acerto desse processo, que induz o aprofundamento do debate sobre o projeto pedagógico das escolas. Acima de tudo, revela-se o poder das eleições como formadoras da cidadania dos estudantes, preparando-os para o exercício da democracia representativa e direta preconizada pelo art. 1º da Carta.

Para além dos ganhos em democracia e participação, o processo de eleição pela comunidade escolar gera impactos positivos nos próprios resultados da educação, na medida em que compromete a comunidade com a gestão e o gestor com a comunidade, emprestando legitimidade à direção e aderência ao projeto político-pedagógico da escola. A aprendizagem dos alunos só tem a ganhar com isso.

Atentos a essas realidades e possibilidades, oferecemos um substitutivo com duas características: a) valorização da competência dos candidatos às direções, que deverão ser escolhidos exclusivamente entre profissionais da educação já aprovados por concurso; e b) mudança do caráter administrativo dos dirigentes, que, já detentores de cargos como profissionais da educação, assumem somente mandatos eletivos, em funções, e não cargos de direção. Desse modo, os dispositivos quedam protegidos de veto em razão do disposto nos arts. 37, inciso II, e 84, inciso XXV, da Constituição. Além disso, o substitutivo remete a regulamentação das normas propostas aos entes federados, reforçando seu caráter flexível.

A alternativa da eleição para diretor não descuida dos aspectos de mérito, como pode ser alegado pelos defensores do concurso público para a direção das escolas. Pelo contrário. Nosso substitutivo explicita que a eleição se dê entre "detentores de cargos de profissionais da educação, obtidos em concurso público de provas e títulos". Com isso, é assegurada a competência técnica dos candidatos, o domínio do conhecimento sobre o ofício de professor, que é a base para um bom desempenho como diretor de escola. A eleição alia o fator técnico à necessária competência política para conduzir a escola como instituição complexa e colaborativa que é, e não como unidade fabril submetida a uma perspectiva gerencial e tecnicista.

Contudo, não nos parece que devamos incluir essa exigência no projeto como pré-requisito para a escolha dos dirigentes escolares. Isso acabaria por alimentar um mercado de cursos de capacitação junto às milhares de prefeituras e secretarias de educação, sem qualquer garantia de qualidade na formação oferecida. O que se quer é expandir as iniciativas oficiais de formação continuada, bem como fortalecer os aspectos de gestão ministrados nos cursos de formação inicial dos educadores brasileiros.

Por essa razão, deixamos de acolher a subemenda apresentada pela ilustre Parlamentar, Senadora Kátia Abreu.

Do voto.

Pelas razões apresentadas, somos pela rejeição da subemenda apresentada pela Senadora Kátia Abreu e pelo ilustre Senador Aloysio Nunes. E, em vista do disposto na alínea "b", do inciso II, do art. 260, do Regimento Interno do Senado Federal e somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2005.

É esse o meu voto, Sr. Presidente, com as alterações que apresento no projeto.

É esse o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Um minutinho.

Senador Randolfe, muito obrigado pela leitura e principalmente pela qualidade desse seu substitutivo, pela acuidade que teve em analisar as emendas.

Realmente eu li esse projeto já desde ontem e fiquei entusiasmado com o seu relatório.

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Primeiro uma pergunta de ordem regimental.

Eu posso pedir vista?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Bom, agora é o substitutivo, porque já foi pedido vista.

Não, eu acho que não, Senador.

Não, não houve alteração. Então, já foi pedido vista desse projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero dizer o seguinte: provavelmente, eu deveria ter dado mais atenção a esse projeto logo que entrou aqui na Comissão e conversado com o Senador Randolfe. Não o fiz. Se fosse possível vista, eu ia pedir para ter uma conversa, e vou explicar por quê.

Eu creio que a emenda da Senadora Kátia é muito procedente.

Acerca da escolha do dirigente, em primeiro lugar, é preciso dizer que é a mais importante, é o mais importante ato, Senador, para que uma escola funcione bem.

Essa escolha exige, sim, a participação da comunidade. O diretor não pode ser uma pessoa com relação externa fria, sem contato com os professores. Por isso, a ideia do concurso público, a meu ver, não basta, mas a ideia da eleição pura e simples não está dando certo, porque, além da boa convivência que vem da democracia, exige-se sim um preparo do dirigente. Nem todos os professores têm vocação para dirigir, para gerir uma escola. E outros podem até ter desejo, mas não têm o preparo.

Por isso, o que venho defendendo há muitos anos – e até me pergunto por que nunca dei entrada a um projeto nesse sentido – é que o diretor seja eleito pelos seus pares e pela comunidade, mas só possam ser candidatos ou candidatas aqueles que tiverem um diploma de gestor, oferecido por uma escola especial da própria Secretaria, que, durante um período de meses, preparem os professores que sonham em serem gestores para que eles estejam preparados.

Ou seja, a eleição é democrática, mas o candidato tem que apresentar um mérito. Essa é a ideia que sempre defendi e que a Senadora Kátia apresenta de uma maneira, a meu ver, extremamente competente e brilhante.

Eu lamento que não tenhamos discutido antes...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Senador, mas há uma oportunidade ainda em plenário, a emenda de plenário, que V. Exª pode apresentar, e ela vai ser discutida. Esse projeto é terminativo no Plenário.

Então existe uma chance.

Infelizmente, regimentalmente, eu não posso atendê-lo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não pode. Eu cheguei tarde. Essa é a verdade. Reconheço e peço desculpas à escola brasileira por ter cochilado neste assunto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Mas temos o Plenário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas eu vou tentar sim, Senador Randolfe, com todo o carinho e respeito, fazer com que a proposta da Senadora Kátia seja acatada.

Ela defende a eleição. Sem isso, a gente não tem bom gestor. Mas ela defende o preparo do gestor antecipadamente.

Esse é o caminho que a gente precisa ter.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Para discutir Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Cyro Miranda, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu concordo, como não poderia deixar de ser, com o Senador Cristovam Colombo...

Cristovam Buarque, desculpe-me.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – De Olinda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Não descobriu a América, mas o Brasil. (*Risos*.)

E concordo, Senador Cyro Miranda, porque, no Pará, o Senador Simon Jatene estabeleceu um pacto pela educação e, nesse pacto, consta a eleição por votação lógica dos professores para a diretoria das escolas. Mas, como prevê o Senador Cristovam Buarque, há necessidade de haver pré-requisitos para que ele possa então colocar o seu nome para ser votado para a direção da escola.

Eu acho importante, primeiro, a votação da direção para evitar a intervenção política na direção da escola. Com isso, pode-se trazer má gestão para a escola por falta de conhecimento do professor na questão de gestão, não de conhecimento dele da matéria que por acaso seja a sua disciplina.

Eu pediria ao Relator, Senador Randolfe – e pergunto ao Presidente Cyro Miranda se não é possível – pedir para retirar de pauta o projeto, de tal forma que possamos discutir melhor com o Senador Randolfe e com

o Senador Cristovam a inclusão de condições para que o professor ou a professora se candidate à direção da escola. Isso é muito importante, demais importante para a melhoria do ensino básico em nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro, eu submeto... O senhor arrumou um colega defensor, Senador Buarque.

Senador Cristovam, há aqui um defensor também da sua tese, que está fazendo uma proposta que só o Relator é que pode dizer se acata ou não.2

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Mas, Senador, em tempo, também concordo plenamente com o Senador Flexa Ribeiro, com o Senador Cristovam Buarque. O próprio PNE, aprovado nesta Casa há pouco tempo, contempla o quesito meritocracia para indicação ou eleição dos diretores. Segundo o PNE, a escola que incluir o quesito meritocracia na escolha ou eleição do diretor terá mais facilidade de recebimento de verbas públicas. Isso está no PNE.

Então, vamos eliminar a possibilidade de recebimento de verbas públicas pelo fato da meritocracia. Sou plenamente favorável que se inclua a possibilidade de haver outros componentes na escolha dos diretores. Posso até testemunhar que, na minha cidade, escolhemos por competência e habilidade, através de um projeto feito por uma universidade. Há 300 candidatos a serem diretores da rede pública de nossa cidade, cem escolas. Passam por conhecimentos gerais, específicos, pedagógicos e também uma comissão de psicólogos que fizeram uma análise da capacidade de liderança e empreendedorismo desses diretores.

Daí, saiu uma lista dos cem primeiros colocados. Esses foram indicados diretores da cidade em que moro. Saímos do Ideb de 4,8 para 6 quase que em ato contínuo, dois anos e meio depois da segunda avaliação. Então, a gestão é fundamental que seja feita com pessoas que tenham perfil de gestores, não só de educadores. Todos educadores têm o seu mérito, mas a capacidade de gestão é um ingrediente fundamental para o sucesso da nossa educação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Wilson.

Eu pergunto ao Senador Randolfe se ele acata retirar para que possamos receber emendas para que V. Exª torne a examiná-las.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Ao apelo do Senador Cristovam, Sr. Presidente, e obviamente da maioria dos colegas, como não?

Obviamente, acato os nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu só quero dizer, para conhecimento dos outros, da grande coincidência que o senhor, Presidente, o Senador Flexa e eu tivemos o mesmo professor no ensino médio, Afonso Reich. Ele foi nosso professor e deveria ficar contente porque essa triangulação deu certo graças ao jovem Randolfe que aceitou retirar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Então, em homenagem ao nosso ex-professor, agradeço, sensibilizado, ao Senador Randolfe por ter...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, em uma Comissão que tem V. Exª e o Prof. Cristovam aqui, nós só temos a aprender.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Então, fica retirado de pauta para que possamos receber as emendas para que V. Exª possa analisá-las.

Eu quero também aqui saudar a presença do ilustre Senador Douglas Sintra que está na suplência do Senador Armando, um companheiro muito querido, que está em uma campanha acirrada lá em Pernambuco.

Desejamos bastante êxito.

Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Pediria a V. Exª que incluísse como item extrapauta projeto terminativo, pelo menos para a leitura, Projeto de Lei da Câmara de nº 108, de 2009, do Deputado Marcelo Castro que dispõe sobre o adiamento dos feriados e sobre o Projeto de Lei nº 296, de 2009, do Deputado Milton Monte, que tramitam em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se opõem-se que seja incluído extrapauta? (*Pausa.*)

Não tendo ninguém que faça objeção incluímos, então, aprovado para item extrapauta o Projeto de Lei da Câmara nº 296.

Aproveito também para submeter à apreciação dos nobres pares a inclusão de um projeto de minha relatoria, o Projeto de Lei da Câmara de nº 80, não terminativo, que declara o Tenente Coronel Jorge da Silva Prado patrono do material bélico da Aeronáutica.

Consulto as Srªs e aos Srs. Senadores se concordam que seja incluído.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Incluídos os dois projetos extrapauta.

Em seguida, temos ainda...

O Senador Rollemberg não está.

Então, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para a leitura do Projeto de lei da Câmara nº 296, de 2009, terminativo, que e dispõe sobre a comemoração do feriado e dá outras providências.

EXTRAPAUTA

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, de 2009
– Terminativo -

Dispõe sobre o adiamento dos feriados.
Autoria: Deputado Marcelo Castro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 296, de 2009
– Terminativo -

Dispõe sobre a comemoração de feriado e dá outras providências.
Autoria: Deputado Milton Monti
Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatório: Favorável ao PLC nº 296/2009, na forma do substitutivo oferecido, acatando parcialmente a emenda apresentada pela Senadora Maria do Carmo Alves, e pela prejudicialidade do PLC nº 108/2009, que tramita em conjunto, e das emendas a ele apresentadas pelos Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda.
Observações:
1 – Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.
2 – Na reunião de 11/2/14, a matéria foi lida e iniciada a discussão.
3 – Na reunião do dia 8/4/2014, foi concedida vista coletiva. Não foram apresentadas manifestações por escrito.

Com a palavra, o nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Cyro Miranda, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, como o próprio Presidente já disse, o projeto foi lido em sessão anterior, mas teve a emenda acatada. Então, gostaria de não a lê-lo completamente, mas fazer as observações necessárias.

Esse projeto deriva do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, do Deputado Marcelo Castro e do Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009, de autoria do Deputado Milton Monte.

Esses dois projetos tramitam em conjunto.

O PLC nº 108, de 2009, foi recebido nesta Casa, em 04 de junho de 2009. A iniciativa propõe que sejam comemorados nas sextas-feiras os feriados que caírem nos demais dias da semana, excetuando-se os que ocorrerem nos sábados e domingos e os dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de Setembro (Independência) e 25 de dezembro (Natal), ressalvados os feriados estaduais e municipais.

O PLC nº 296, de 2009, é composto de três artigos. O art. 1º determina que os feriados que caírem entre terças e sextas-feiras serão comemorados por antecipação nas segundas-feiras, salvo os dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), carnaval, Sexta-Feira Santa, 7 de Setembro (Independência) e 25 de dezembro (Natal).

Pelo art. 2º, a proposição estabelece que, no caso de haver mais de um feriado na mesma semana, a comemoração do segundo passará à semana seguinte. O art. 3º determina a entrada em vigor da lei em que porventura se tornar o projeto na data de sua publicação.

Anteriormente, Presidente, como disse, houve experiência semelhante relativamente à comemoração dos feriados, com a Lei nº 7.320, de 11 de dezembro de 1985, para a antecipação dos feriados às segundas-feiras, não tendo sido devidamente aceita pela população brasileira, uma vez que a Lei nº 8.087, de 29 de outubro de 1990 revogou-a.

Todavia, os principais argumentos a favor da antecipação dos feriados são de natureza econômica. Embora a indústria e o comércio sofram prejuízos significativos com a prática de "imprensar" os dias entre os fe-

riados e os finais de semana, o volume de vendas é substancialmente maior às sextas-feiras, o que justifica a antecipação do feriado para as segundas-feiras, para resguardar o crescimento econômico do País.

Por isso, deixamos de acatar as emendas da Senadora Maria do Carmo Alves, do Senador Antonio Carlos Valadares e do Senador Inácio Arruda, rejeitando o Projeto nº 108, de 2009, e aprovando o PLC nº 296, de 2009, com a rejeição das emendas. Ou seja, com a seguinte redação do substitutivo:

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os feriados que caírem entre terças e sextas-feiras serão comemorados por antecipação nas segundas-feiras, salvo os dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), Carnaval, Sexta-Feira Santa, 1º de maio (Dia do Trabalhador), Corpus Christi, 7 de setembro (Dia da Independência), 12 de outubro (Nossa Senhora da Aparecida, Padroeira do Brasil) e 25 de dezembro (Natal).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação".

Nós não acatamos as emendas dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda porque eles pretendiam postergar os dias feriados para as sextas-feiras e não para as segundas-feiras. Isso iria trazer prejuízos para o comércio: se fechasse sexta – o maior movimento sendo sábado –, haveria um feriado prolongado na sexta-feira, sábado e domingo. Por isso é que não acatamos a emenda e aprovamos o Projeto nº 296, de 2009, que transfere os feriados para as segundas-feiras seguintes ao dia em que o feriado cair.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Quero parabenizá-lo pelo cuidado que teve ao analisar todas as emendas e, com muita razão, não acatá-las. V. Exª está prestando um grande serviço à Nação brasileira, porque há prejuízo muito grande com os feriados que caem principalmente nas terças e nas quintas-feiras, e mesmo nas quartas-feiras, eles paralisam o País, um país que muito precisa produzir. Então, isso é de bom senso.

Eu, continuando a discussão, passo a palavra para o Senador Wilson.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, concordo plenamente com o parecer do Senador Flexa Ribeiro.

Em 2007, quando estive compondo esta Comissão de Educação, fiz um projeto semelhante a esse, mas sobretudo pensando no aspecto da educação de nosso País, porque quando o feriado cai na terça ou na quinta-feira se faz recesso escolar na segunda e/ou na sexta, quando é na quinta o feriado. Então, esse projeto traz um grande benefício para a educação ao extinguir os recessos educacionais em dias úteis – quando o feriado cai na quinta, sexta-feira ninguém quer ir para a escola e, em regra, suspendem as aulas por causa disso.

Nós gastamos aproximadamente meio bilhão por dia no conjunto da educação brasileira e, em um dia de recesso, esse dinheiro acaba indo pelo ralo.

Então, esse já foi fruto de um projeto meu em 2007 que não prosperou, mas fico feliz em participar da aprovação dessa mesma proposição agora neste dia.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Quando as coisas têm que acontecer, elas acontecem. Então, um dos votos está nas mãos de V. Exª.

Eu quero saudar aqui a presença do Deputado Ricardo Barros do Paraná, que muito nos honra com a sua presença.

Seja sempre bem-vindo.

Eu peço à Senadora...

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Ainda pela ordem, é o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Nós temos também a presença aqui do Prefeito Carlos Roberto Pupin, da cidade de Maringá, nos visitando nesse momento, bem como do Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá e outros líderes empresariais da nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sejam bem-vindos, prefeito e senhores líderes empresariais da cidade progressista de Maringá, que tive o privilégio de visitar várias vezes.

Senadora Ana Amélia, peço a V. Exª, como Vice-Presidente, que conduza os trabalhos para que eu possa relatar o meu relatório do item incluído extrapauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – ... com muita aquiescência de V. Exªs.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem.

V. Exª encerrou a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Não, não. Ela está sobrestada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Ainda em discussão?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – É.

Como não há quórum suficiente, se encerrarmos esta discussão, vamos encerrar a possibilidade de que seja ainda discutida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – Está bom.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Convido para fazer uso da palavra, então, o Senador, nosso Presidente, Cyro Miranda, Relator do Projeto de Lei da Câmara 80, de 2014.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2014
– Não terminativo -

Declara o Tenente-Coronel Jorge da Silva Prado Patrono do Material Bélico da Aeronáutica.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Observações:
Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

Eu passo a palavra ao Relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Presidente, Senadora Ana Amélia.

Eu vou direto à análise. Já foi lido o propósito desse projeto.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta comissão o parecer sobre proposições que tratem de homenagens cívicas, categoria em que se enquadra a proposição ora em análise.

O PLC nº 80, de 2014, destaca, em sua justificação, que o homenageado, em 1943, especializou-se em armamento nos Estados Unidos da América e assumiu a chefia da Seção de Material Bélico do Primeiro Grupo de Caça na campanha das Forças Armadas Aéreas brasileiras na Itália.

O então Segundo-Tenente Prado teve seu batismo de fogo no dia 11 de novembro de 1944, ocasião em que o Primeiro Grupo de Caça realizou a sua primeira missão como uma unidade aérea independente, com a primeira esquadrilha da P47, composta somente por pilotos brasileiros, armada pela Seção de Armamentos por ele chefiada.

Com o fim da guerra, de volta ao Brasil, o oficial dedicou toda a sua carreira à área de material bélico, contribuindo para a aquisição, a manutenção, a distribuição e o desenvolvimento de equipamentos bélicos, atividades que tornam a Força Aérea brasileira mais preparada para a defesa da Pátria.

Consideramos, portanto, justa e meritória a declaração do Tenente-Coronel Jorge da Silva Prado como Patrono de Material Bélico da Aeronáutica.

Para competir a esta comissão pronunciar-se sobre a proposição em caráter conclusivo, cumpre também analisar os aspectos de constitucionalidade, juricidade e regimentalidade da matéria. Nesses aspectos, também não há reparos a fazer ao PLS nº 80, de 2014.

O voto.

Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juricidade do mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2014; Projeto de Lei nº 6.301, de 2013, na sua origem.

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Em discussão o relatório do Senador Cyro Miranda, tratando dessa matéria, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de iniciativa do Executivo, declarando o Tenente-Coronel Jorge da Silva Prado Patrono do Material Bélico da Aeronáutica. (*Pausa.*)

Como não há Senador que queira discutir a matéria, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 80, com a relatoria do nosso Presidente.

Antes de retornar a Presidência a V. Exª, eu queria, com muito bom grado, anunciar a presença aqui do Deputado Vilson Covatti, liderando aqui uma comitiva de prefeitos e lideranças da região norte do Rio Grande do Sul, já que, na divisa entre o Município de Iraí e o Município de Palmitos, em Santa Catarina, uma ponte que, em janeiro, tinha mostrado sinais de problemas foi interditada nessa semana que passou, provocando um grave problema em toda a região nos dois Estados. Então, hoje, haverá uma audiência com o Diretor Geral do DNIT para tentar amenizar ou neutralizar o problema. Eu queria agradecer ao Prefeito de Frederico Westphalen, Prefeito Betinho Felin, pela presença aqui junto com outras lideranças da região.

Ao fazer esse registro dos nossos líderes da região norte do nosso Estado, eu passo a Presidência ao Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Parabéns aos senhores prefeitos por terem uma Senadora como a Senadora Ana Amélia, extremamente competente e atenta a todos os problemas não só do Brasil, mas, principalmente, do seu Estado. Parabéns a todos.

Também há aqui dois requerimentos para serem colocados em extrapauta para a apreciação de V. Exª.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 33, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, no próximo dia 23 de setembro, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da Cerimônia Oficial de Abertura da 42ª ABAV –Expo Internacional de Turismo, a ser realizada no Teatro Renault, na cidade de São Paulo – SP.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Peço aos Srs. Senadores que concordam com esse relatório e com essa inclusão extrapauta que se manifestem. (*Pausa.*)

Como não há nenhuma manifestação contrária, considero aprovado.

Também requeiro que seja incluso extrapauta... (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma objeção, leio o requerimento.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 32, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, nos próximos dias 10 e 11 de setembro, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Fórum Nacional "Visões do Desenvolvimento Brasileiro e Nova Revolução Industrial – a maior desde 1790", a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Autoria: Senador Cyro Miranda

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Coloco em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem faça objeção, aprovado o requerimento.

Passo a palavra ao Senador Wilson Matos, pela ordem.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda, eu gostaria de comunicar aos membros desta Comissão que protocolei, na semana passada, um projeto de lei, que, dentre todos aqui de bastante relevância, eu considero também importante para a educação brasileira.

Quero dizer que eu trago uma experiência de 43 anos como educador de escolas municipais, de escola estadual, de universidades. Fundei, há 25 anos, uma instituição universitária, hoje com 60 mil alunos, com uma excelente avaliação do Enade, conceito 4 nas últimas três avaliações. Com base nisso, a minha motivação principal de estar aqui no Senado é trabalhar para a melhoria da educação brasileira, assim como todos que estão aqui têm feito.

O meu projeto, protocolado na semana passada, trata da implantação do tempo integral para o ensino fundamental, mas não de forma completa de uma só vez, pois sabemos que a fragilidade dos Municípios brasileiros não permite isso. Nós não temos outro caminho a não ser uma escola que seja inclusiva, uma sala de aula que seja prazerosa, em que o aluno aprenda a aprender e em que adquira todas as competências e habilidades de cada ano e de cada série para aprender bem na série seguinte. Caso contrário, nós vamos continuar tendo essa escola excludente, em que, no ensino fundamental, 23% das crianças e adolescentes desistem; no

ensino médios, 33% desistem; e, no ensino superior, 40% dos que entram no ensino superior brasileiro desistem, porque eles não aprendem a aprender. E uma grande parte daqueles pré-adolescentes e adolescentes que desistem acaba indo para a periferia da vida, sem poder ter o seu desenvolvimento de cidadania, o seu desenvolvimento de ética e, sobretudo, o seu desenvolvimento pessoal e profissional para uma inserção na sociedade de uma forma digna.

Então, o meu projeto prevê a implantação de tempo integral no ensino fundamental de forma gradativa, de forma que, em 2016, implantemos o tempo integral somente no primeiro ano do ensino fundamental, da primeira série. No ano seguinte, implantaremos o segundo ano; e, no outro ano, o terceiro ano, para que as Prefeituras e os Estados possam ir se organizando progressivamente, de tal forma que até o cumprimento do nosso PNE 2024 tenhamos implantado tempo integral uniforme em todos os anos do ensino fundamental.

O nosso PNE aprovado agora trouxe que, até 2024, 50% das escolas deverão ser de tempo integral, com 25% dos alunos participando desses projetos. E nós vamos continuar mantendo – é uma previsão para os próximos dez anos – 75% das crianças participando de uma escola muito ruim hoje.

De todos os projetos de avaliação internacional de que o Brasil participa, nós estamos nos últimos lugares. Ruy Barbosa disse que a escola de qualidade é que traz a dignidade para a nossa sociedade. Nós estamos ainda muito distante disso. Ainda mais: as escolas hoje, de tempo integral, 10% das escolas públicas brasileiras, têm no segundo turno, por falta da definição de um projeto pedagógico para o tempo integral, mais atividades lúdicas.

No meu projeto, estou propondo que 50% do segundo turno seja dedicado a ciências, matemática e língua portuguesa, e os outros 25% restantes do tempo deverão ser usados com filosofia, artes, esportes e outros programas.

Estou sugerindo também, Presidente, a criação de uma nova carreira para reduzir um pouco o custo do segundo turno, que é a criação do mediador do ensino aprendizagem, o mediador do conhecimento, contratado com características especiais. Poderão ser os estudantes universitários, que tenham o domínio das matérias específicas, das disciplinas básicas, nas que o aluno tem de se aprofundar, e também profissionais da educação que queiram participar desse projeto.

Vejo esse projeto como forma de, gradativamente, termos o ensino fundamental de tempo integral implantado, até 2024, neste Brasil e assim incluirmos todos em uma escola de qualidade.

Então, peço a análise com carinho dos nossos colegas.

Esse foi o primeiro projeto. Estarei protocolando mais três projetos, na próxima semana, e todos tratam do ensino fundamental. Como gestor hoje do ensino superior, entendo que, se não corrigirmos a base, não vamos conseguir avançar no ensino fundamental.

Não conheço no mundo – conheço escolas em mais de cinquenta países – nenhum país que tenha dado certo com escola de tempo parcial. Na nossa escola de tempo parcial, desperdiçamos 30% do tempo com intervalo e merenda. É claro que tem de haver, mas 18% de indisciplina, segundo pesquisa da OCDE, ocorre dentro da sala de aula em nosso País. E essa indisciplina não é um problema da nossa criança; é um modelo implantado hoje que leva a criança a ser indisciplinada, porque ela não adquire as competências e as habilidades plenamente do primeiro ano para fazer um bom segundo ano. E assim vai acumulando defasagem, ano após ano, e a escola deixa de ser um lugar prazeroso. E resta a ela se dispersar. Aí perdemos 18% do tempo em indisciplina, e mais 12% nas chamadas atividades burocráticas.

Então, temos uma questão gravíssima na educação fundamental para ser corrigida, que o nosso projeto pretende corrigir. Inclusive, teremos um custo adicional não muito alto. Temos a expectativa do aumento da participação do PIB na educação e também dos recursos do pré-sal para viabilizar a implantação desse projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Parabéns, Senador Wilson Matos. É oportuno e um privilégio tê-lo nesta comissão.

Esse é um projeto em que V. Exª sente, lá na ponta, toda a carência que há no ensino fundamental.

Hoje, nas universidades, a grande reclamação é a qualidade do aluno que lá está chegando, cada vez pior. Tanto é que estamos perdendo competitividade; os universitários estão tendo uma dificuldade tremenda, principalmente no início, e tem de se reensinar tudo aquilo que já deveria ser base.

Então, esse projeto é oportuno.

Eu lhe prometo uma coisa: assim que chegar a esta Comissão, nós vamos dar celeridade. Tenho certeza de que os nossos pares aqui farão a apreciação desse projeto com muita observância a esses quesitos que V. Exª elencou.

Pois não.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Só acrescentando, como o senhor bem disse, com base na minha experiência lá, numa universidade com 60 mil alunos – e é o que ocorre no Brasil

–, 70% dos estudantes que entram na universidade brasileira hoje são desinformados – eles não aprenderam a aprender, não adquiriram o gosto pela leitura –; 65% deles colam, e a cola é uma mentira,não é uma verdade; e 50% deles são analfabetos funcionais. É esse o quadro do nosso ensino superior. Como vamos ter uma juventude que realmente abrace a ciência, a inovação e a tecnologia dentro de um contexto desse?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com toda a razão. Esse será um dos grandes projetos. Se nós não mexemos na base, no alicerce, não adianta. A casa continua ruindo e de repente ela cai de vez.

Agradecendo a presença das Srªs e dos Srs. Senadores que abrilhantaram esta Comissão, declaro encerrada a presente reunião. Previamente V. Exªs serão avisados sobre a data da próxima reunião deliberativa.

Mais uma vez, meu muito obrigado a todos que colaboraram com esta Comissão, na pessoa do nosso amigo Júlio Linhares.

(Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2014.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Ana Amélia e Wilson Matos, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Douglas Cintra, Gim e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 30/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, destinada a debater "**O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Ernani Pimentel, Presidente do Centro de Estudos Linguísticos da Língua Portuguesa e Membro do Grupo de Trabalho Técnico da Comissão de Educação, Cultura e Esporte destinado a debater o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; Senhor Evanildo Cavalcante Bechara, Professor e Membro da Academia Brasileira de Letras; Senhor Antônio Martins de Araújo, Presidente da Academia Brasileira de Filologia; e Senhora Thais Nicoleti, Consultora de Língua Portuguesa da Folha de São Paulo e do portal UOL**. A presidência registra a presença para acompanhar a presente reunião, do Senhor Pasquale Cipro Neto, professor e consultor de língua portuguesa; Senhora Stella Maris Bortoni Ricardo, professora e membro da Associação Brasileira de Linguística; Senhora Edelweiss de Morais Mafra, revisora de texto do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF); e Senhora Carmen Lucia Prata da Costa, licenciada em Letras e revisora de texto aposentada do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Ana Amélia e Cyro Miranda, autores do Requerimento, e o Senhor Senador Wilson Matos. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a palavra aos participantes inscritos, excepcionalmente, em virtude da extrema relevância do tema, uma vez que o Regimento Interno do Senado Federal não prevê manifestações de não parlamentares neste tipo de reunião. Usa da palavra a Senhora Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo, professora e membro da Associação Brasileira de Linguística. Prosseguindo, a presidência faz a leitura das perguntas e comentários recebidos, por e-mail, através dos canais de interatividade do Senado Federal, de autoria do Senhor José Pereia Martins, Presidente da ONG Alfabeto sem Amarras; Senhora Anna Flávia Schmitt de Baranski (Santa Catarina); Senhora Samara Sadek (Distrito Federal); **Senhor** Abraao Jacinto Pereira (Roraima); Senhor Flávio dos Santos (Pernambuco); Senhora Ana Paula Rummel (Distrito Federal); Senhor Francisco José de Abreu, (Fortaleza-CE); Senhor Ricardo Nakaoka (Distrito Federal) e Senhor Lucas Teixeira. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, esclarece que as manifestações enviadas e que não foram respondidas serão encaminhadas aos expositores para conhecimento. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a

presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 30, de 2014-CE, de minha autoria e da de S. Exª a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente desta Comissão, para a realização de audiência pública destinada a debater o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Antes de iniciar, eu gostaria de agradecer as presenças do Senador Fleury e da nobre Senadora e Vice-Presidente desta Comissão, Ana Amélia, que muito contribui para o êxito dos nossos trabalhos.

Dando início a esta audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhem os convidados para tomarem assento à Mesa.

Convido o Professor Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras; convido o Professor Ernani Pimentel, Presidente do Centro de Estudos Linguísticos da Língua Portuguesa; o Sr. Antônio Martins de Araújo, Presidente da Academia Brasileira de Filologia; e também a Srª Thais Nicoleti, Consultora de Língua Portuguesa da *Folha de S.Paulo* e do UOL, que muito nos honram com as suas presenças.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de informar que a presente audiência pública tem a cobertura ao vivo da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com os serviços dos seguintes canais de interatividade com o cidadão: Alo Sênado, pelo telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. A população poderá acessar ainda o Facebook e o Twitter do Senado Federal para participar desta audiência pública.

Começo com a leitura da justificativa do requerimento citado, o que dirime algumas dúvidas que, às vezes, ficaram no ar pela proposta de audiência pública.

Esta Comissão tem acompanhado, nos últimos anos, a implantação do Acordo Ortográfico entre os Países de Língua Portuguesa, realizando audiência pública, reuniões de trabalho com especialistas e outras ações legislativas pertinentes às nossas prerrogativas regimentais e constitucionais.

As conclusões advindas desse esforço foram encaminhadas ao Poder Executivo, tendo como primeira sugestão a suspensão do Acordo Ortográfico previsto para o ano vigente.

Sensível aos argumentos proferidos pelos Senadores Cyro Miranda, Ana Amélia, Lídice da Mata e pelos Professores Ernane Pimentel e Pasquale Cipro Neto, a Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, publicou o Decreto nº 7.875, de dezembro de 2012, que transferiu, de janeiro de 2013 para 1º de janeiro de 2016, a entrada em vigor do Acordo.

A criação de um grupo de trabalho no âmbito desta Comissão visa dar continuidade às discussões iniciadas e contribuir para seu aperfeiçoamento e simplificação, demandas de setores da sociedade civil acolhidas por esta Comissão.

Diante do exposto e pela relevância do assunto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões.

Senadora Ana Amélia e Senador Cyro Miranda.

Esse é o propósito desta audiência pública.

Quero fazer um retrospecto e tirar algumas dúvidas e algumas interpretações errôneas que têm sido feitas por especialistas e também por algumas pessoas da imprensa, alguns órgãos da imprensa.

Em 1990, foi firmado esse Acordo de Unificação da Língua Portuguesa entre os países lusófonos e ratificado, em 1º de janeiro de 2013, pela Presidente. Em 2013, foi ratificado para que entrasse em vigor em 2016, conforme eu anunciei aqui.

Por não ter tido ainda um acordo amplo entre os países, o que vai ser explicado aqui até por uma comissão que esteve em Portugual dialogando com o parlamento daquele país para saber do seu posicionamento, o Senado não tem – nem esta Comissão – o direito nem a prerrogativa de fazer qualquer alteração em ortografia ou muito menos de também induzir que esse processo seja levado para um lado ou para o outro, mas

ele tem, sim, o poder e o dever de fiscalizar, propor, provocar e principalmente ouvir a sociedade, dada a pluralidade deste tema.

Por solicitação inclusive nossa, foram a Portugal ouvir o parlamento, como eu já disse, o Professor Ernani Pimentel e o Professor Pasquale Neto, que, oportunamente, poderão dizer como se encontra a situação nesses outros países.

Tínhamos tanta razão que o Executivo concordou, de pronto, em um prazo de 30 dias, com um adiamento por mais dois anos dessa situação. Não poderíamos fazer nada de afogadilho nem concordar com algumas posições, porque, a nosso ver, a influência de uma mudança ortográfica tem, sim, efeitos de muita importância na vida de todos os brasileiros e de todos aqueles que envolvem este País. Então, é preciso pensar muito bem, ao se fazer uma unificação de línguas, em até onde isso é possível, em que tipo de simplificação pode ser feita, como pode ser feita sem ferir a história e toda uma vivência de língua, os setores que estão envolvidos, não só os alunos, os que praticam a língua, mas também as editoras. Há todo um envolvimento, isso é uma coisa de muita responsabilidade. Portanto, a obrigação desta Comissão nada mais é do que provocar o debate, suscitar esse debate, cabendo, deopis, ao Poder Executivo a conclusão final

É essa a nossa posição. O que estávamos vendo é que, no dia 1º de janeiro de 2013, entraria em vigor um acordo que não era acordo, do qual vários países estavam reclamando; e, também, internamente, aqui, no Brasil, esta Comissão recebeu centenas e centenas de *e-mails* e de manifestações de setores que não foram ouvidos, com o dos professores. Não é justo que aqueles que estão no dia a dia, que têm a prática não sejam, pelo menos, ouvidos.

Essa é a função desta Comissão, nada mais. Longe de nós termos qualquer tipo de pensamento no sentido de modificar isso para o lado A ou B. Cabe a nós conduzir esse processo de maneira extremamente democrática.

Desde já, agradecendo a presença de todos os nossos convidados, gostaria, antes de ter início a exposição do nosso primeiro convidado, de passar a palavra à Senadora Ana Amélia, que é também cabeça desta Comissão. Aqui hão há Presidente nem Vice, mas parceiros trabalhando juntos nesse assunto há mais de dois anos; portanto, eu gostaria de ouvi-la.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Cyro Miranda; caro Senador Fleury, em primeiro lugar, agradeço e cumprimento todos os convidados pela presença, que ilustra esta audiência pública cuja finalidade principal, como bem salientou o Senador Cyro Miranda, é, apenas e tão somente, mediar um conflito criado em matéria extremamente relevante, porque diz respeito à forma de nos comunicar dentro e fora do Brasil.

Especialmente em um conjunto de países, os da Comunidade de Países da Língua Portuguesa, a CPLP, esses conflitos afloraram, notadamente porque a pátria mãe da Língua Portuguesa, por intermédio de várias autoridades, desde especialistas até lideranças políticas de diversos partidos em Portugal, revelaram um desconforto com o assunto, até levando para o lado da hegemonia geopolítica que, eventualmente, o Brasil tivesse interesse de impor sobre a sua matriz, no caso, Portugal.

Em nada disso, seguramente, teve a intenção o ex-Presidente José Sarney quando criou, junto com a Academia Brasileira de Letras – ele, hoje, um acadêmico, um imortal – a comissão de estudos. Não teve a intenção de ferir esses princípios, ele tão amigo que é de Portugal e tão respeitado que é naquele país.

Mas não podemos descartar o exame dessa questão também sob o ponto de vista da geopolítica, não só daquilo que nos interessa mais nesta Comissão, que é a questão da Língua propriamente dita, da ortografia – é um acordo ortográfico.

Então, se consultarmos a Wikipédia ou qualquer outro *site* de pesquisa em relação a essa matéria, nós vamos encontrar muitas e fundamentadas razões para ter que, no mínimo, por dever de ofício e de competência desta Comissão, abrir o espaço, como fizemos em 2011, para iniciar esse debate. E, pela primeira vez – e cumprimento o Presidente Cyro Miranda –, contamos aqui, hoje, com a presença das partes mais importantes nesse processo, no caso, a Academia Brasileira de Letras, na pessoa do Professor Evanildo Bechara, que foi o artífice desse processo.

Esta forma democrática é a mais recomendada nos dias de hoje, em nosso País, às vésperas de uma decisão histórica que teremos no próximo domingo.

Então, a missão da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, sob o comando do Senador Cyro Miranda, de quem tenho a honra de ser a Vice-Presidente, é, tão somente, mediar o entendimento, uma vez que não somos especialistas em Língua Portuguesa; nós somos apenas Senadores e temos a responsabilidade, com o mandato que nos delegaram os eleitores de Goiás e do Rio Grande do Sul, de tentar aqui buscar esse consenso e esse entendimento. E nada mais do que isso! Não vamos mexer uma vírgula no conteúdo do Acordo; não podemos! Isso não é matéria nossa! Isso é conteúdo, é mérito. Nós estamos aqui fazendo uma

articulação política para um entendimento que diz respeito aos interesses da defesa nacional no conceito de nação, visto que a língua faz parte desse conceito de nação, bem como do conceito de entendimento com os demais países de Línguia Portuguesa. Nós temos que ter um Acordo pelo qual todos nós, no mínimo, tenhamos respeito e a ele possamod dar uma acolhida, como deve ser, democraticamente, em todos os regimes e em todos os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Então, quero cumprimentar e agradecer, mais uma vez, a todos os que nos dão a honra de suas presenças nas audiências de hoje e de amanhã, porque, de tão relevante, foi dividida em duas reuniões.

Muito obrigada, caro Presidente, e renovo os agradecimentos ao Presidente da Academia Brasileira de Filologia, Professor Antônio Martins de Araújo; ao Dr. Evanilod Bechara, professor e membro da Academia Brasiieira de Letras; ao Professor Ernani Pimentel, que suscitou aqui as questões, à Srª Thaís Nicoleti; e ao Sr. Pasquale Cipro Neto, essa figura tão amada e tão respeitada por todos que lhe assistem pela televisão e o acompanham pelos jornais.

Muito obrigada, Presidente Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Senadora, eu que agradeço pela manifestação extremamente esclarecedora e que complementou, de maneira brilhante, o nosso pensamento, o pensamento desta Comissão, dirimindo quaisquer dúvidas sobre a nossa não ingerência nesse processo, e sim de condução.

Muito obrigado, Senadora.

Eu também gostaria de registrar a presença da Professora Stella Maris Bortoni Ricardo, professora e membro da Associação Brasielira de Linguística; do Professor Pasquale Cipro Neto, amigo querido desta Comissão; de Edelweiss de Morais Mafra, revisora do texto do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF); e de Carmen Lucia Prata da Costa, revisora de texto, licenciada em Letras, servidora aposentada do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Com isso, desejando êxito a todos os nossos expositores, passo a palavra, em primeiro lugar e com muita hora, ao Professor e membro da Academia Brasileira de Letras, Evanildo Bechara, para a sua exposição.

V. Sª contará com um prazo de 20 minutos, que, se necessário, será prorrogado.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Muito bom dia.

Em primeiro lugar, quero deixar o agradecimento e a satisfação da Academia Brasileira de Letras pelo fato de um corpo doutrinário deste Congresso debruçar-se sobre os problemas de Língua Portuguesa e aqui, mais especialmente, sobre a questão ortográfica. Todavia, nós temos que dizer que as duas teses trazidas pela preocupação dos ilustres Senadores remontam a discussões de 200 anos atrás.

Nós comemoramos, há pouco, os 800 anos de Língua Portuguesa escrita, mas a sua sistematização ortográfica data de menos de 150 anos. É claro que as nações novas do mundo moderno, desenvolvidas sob a égide da cultura greco-latina, teriam como fonte fundamental a lição das línguas grega e latina, já que o hebreu, que seria a outra língua do mundo antigo, não teve a repercussão desses dois idiomas.

A nossa ortografia começou, portanto, sob a égide da etimologia numa época em que os estudos linguísticos ainda não poderiam apresentar suas conclusões aos ortógrafos da época e aos *scriptoria*, que começaram a escrever as línguas modernas da Europa, especialmente o italiano, o espanhol e o português. Os estudos etimológicos só foram desenvolvidos cientificamente depois do método histórico comparativo, inaugurado na Europa no início do século XIX, graças a Bopp, a Schleicher, a Dietz e a outros grandes especialistas.

De modo que a etimologia aplicada à ortografia daquela época estava sujeita, naturalmente, a chuvas e trovoadas; e a primeira tentativa de pôr a ortografia portuguesa nos trilhos da ciência data de 1885, quando o maior foneticista de Portugal à época, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, e mais um indianista, Vasconcelos Abreu, num opúsculo, traçaram as metas de uma reforma ortográfica científica. E essa reforma ortográfica científica faria a união, sempre que possível, da preocupação etimológica, para garantir a grafia correta das palavras, e a pronúncia da língua em causa.

Esse sistema misto vem sendo desenvolvido desde 1885, passou por um período importante, com a publicação da *Ortografia Nacional,* de Gonçalves Viana, em 1904, que foi a grande diretriz da reforma portuguesa de 1911.

Em 1907, a Academia Brasileira de Letras iniciou um processo de simplificação ortográfica, graças a um testemunho e à atuação de um acadêmico chamado Medeiros e Albuquerque, que, muito embora fosse um grande escritor, não era um especialista em linguística e filologia. Mas a reforma de Medeiros e Albuquerque caminha pela linha da atual tese da simplificação ortográfica, isto é, aquele sistema em que, para cada som da língua, nós só tivéssemos uma única representação gráfica. Assim, a ortografia da nossa Academia fez com que a palavra "Brasileira", já que a academia se chamava Academia Brasileira – e a Academia tinha como principal objetivo saber como iria grafar a sua epígrafe –, pela reforma do Medeiros e Albuquerque, esse "Brazileira" te-

ria de ser escrito com "z", já que este fonema seria representado pela letra "z". Então, "brazileira" com "z", como "roza" com "z".

Todavia, Medeiros e Albuquerque não teve a coragem de pegar uma palavra como "exame", onde temos o mesmo fonema escrito agora com "x" por exigência etmológica, e deixou que a palavra "exame" continuasse a assim ser grafada, com "x". Contudo, na tese da simplificação ortográfica, a palavra "exame" começaria a ser escrita com "z", dado o princípio de que cada som seria representado por uma só letra. Então, "exame" seria escrito com "z".

Ora, esse sistema simplificador, aparentemente ideal, seria realmente maravilhoso se pudesse ser aplicado em toda a sua plenitude. Todavia, esse sistema de simplificação vai trazer muito mais problemas que soluções, porque esse sistema simplifcador vai terminar com os chamados homófonos. Nós, hoje, podemos distinguir "seção" – por exemplo, estamos aqui, numa seção do Senado, seção tomada no sentido de uma divisão; a Comissão de Educação, Cultura e Esporte é uma seção de todo o Senado, é uma divisão dele. Ao lado da palavra "seção", que se escreve, como nós sabemos, com "s" inicial e "ç", nós temos a palavra "sessão", com "s" inicial e "ss", que é uma reunião. Então, aqui não é só uma seção do colegiado de Senadores, mas é também uma sessão, uma reunião em que se vai discutir a problemática ortográfica. E ainda temos "cessão", com "c" e "ss", que significa o ato de ceder. Então, essas três palavras, que se escrevem diferentemente graças às suas razões etimológicas, passariam a ser escritas "sesão". Aparentemente teríamos resolvido um problema ortográfico, mas iríamos criar o maior problema da função da língua, que é a comunicação entre as pessoas.

Vista a palavra "sesão", assim escrita (s-e-s-ã-o), nós ficaríamos sem saber se essa "sesão" é uma divisão, que tem ao lado um representante com uma dupla fonética, que é "secção" – posso dizer "seção" ou "secção" –, e teríamos ainda "sessão" (reunião) e "cessão" (ato de ceder).

Esse sistema simplificador não é novo, começou em Portugal em 1875, quando um major, médico do Exército português, defendeu o sistema de uma ortografia naquele tempo chamada sônica. Mas é uma ortografia que tem os mesmos princípios científicos, a mesma ordenação científica do atual sistema simplificador. Essa reforma, começada pelo major Barbosa Leão, não teve sucesso em Portugal.

Na década de 40, um outro membro do Exército Brasileiro, General Klinger, do Rio Grande do Sul, também tentou essa reforma[simplificadora. De modo que o nome dele, Klinger, que é um nome alemão, seria escrito com "g"; já a palavra "geral" ou "general" – já que ele era um militar e era general – seria escrita com "j".

Essa reforma também teve, em Minas, um professor, de nome Boaventura, que chegou a sistematizar toda a ortografia, vindo a publicar um livro em que toda matéria ortográfica estava representada.

Ora, diante desse fato, da experiência da história, que é a mestra da vida, na frase de Cícero, temos que defender que a ortografia que seria possível é a ortografia que já se vem organizando desde 1885, passando pelo livro seminal de Gonçalves Viana, de 1904, e pela reforma portuguesa de 1911; e, depois, as duas Academias se têm reunido no sentido de chegarmos a um acordo.

Ora, realmente, a Senadora tem muita razão quando disse que Portugal apresentou muitas críticas ao Acordo de 1990; mas, se observarmos, essas críticas, principalmente de um advogado da direita, o Vasco Graça Moura, há pouco falecido, diziam respeito à proposta de 1986, que era uma proposta não simplificadora, era uma proposta que vinha trazer mudanças, algumas até radicais, como a abolição da acentuação dos proparoxítonos. Lindley Cintra, que fazia parte desta comissão técnica portuguesa do Acordo de 1986, chamou atenção para este fato dizendo que a não acentuação dos proparoxítonos era o calcanhar de aquiles dessa reforma de 1986.

Todavia, as duas Academias não se deram por vencidas e voltaram a se reunir, e dessa reunião saiu o Acordo de 1990, que não é um acordo do qual sou artífice. Esse Acordo de 1990 teve dois grandes artífices: do lado português, o Professor João Malaca Casteleiro, catedrático da Universidade de Lisboa, membro da Academia das Ciências de Lisboa, que trouxe, com a sua orientação didática, a experiência dos ortógrafos portugueses de 1945; e, do lado brasileiro, Antônio Houaiss, que, como sabemos, reúne um conhecimento enciclopédico, mas tem na sua espinha dorsal uma formação de linguista.

Desse modo, a Academia Brasileira de Letras não é contra a simplificação ortográfica; acha que, a considerar a simplificação ortográfica nos moldes em que repete a experiência do Barbosa Leão, de 1875, em Portugal, principalmente no Porto, e os ideais do General Kingler, da década de 40, e do Professor Boaventura, da década de 80, melhor será continuarmos com a tradição iniciada pela reforma portuguesa de 1911.

Por outro lado, essa reforma simplificadora vai afastar o português escrito no Brasil da tradição escrita de todas as línguas de cultura, com especial atenção das suas línguas irmãs, principalmente as duas línguas irmãs que tentaram uma simplificação ortográfica, o espanhol e o italiano, que são duas línguas renovadoras da sua ortografia, ao contrário do francês, que continuou com o sistema tradicional.

Por outro lado, só para terminar, a Academia Brasileira de Letras acha que o problema educacional, o problema do ensino da língua escrita não se prende rigorosamente à ortografia; prende-se a um bom ensino

de língua, a um desenvolvimento pedagógico. E a prova disso é que, por mais complicada que seja uma ortografia – e das ortografias modernas as mais complicadas são a inglesa e a francesa –, sabemos que não é por uma reforma ortográfica que o índice cultural de um país vai melhorar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Agradeço ao Professor Evanildo, que ainda dispõe de mais quatro minutos. Mas se achar...

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Então, nesses quatro minutos, Senador, eu só gostaria de agradecer a atenção e pedir que perdoem o entusiasmo do professor. Apesar da minha aproximação de 87 anos de idade, dos quais 70 em sala de aula, eu quero dizer que entro em sala de aula com o mesmo entusiasmo, com a mesma fé de que, pela cultura, este País encontrará o destino que lhe faz falta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, mais uma vez, Professor Evanildo, pela sua brilhante exposição.

Concedo agora, com muito prazer, a palavra ao Presidente do Centro de Estudos Linguísticos da Língua Portuguesa, Professor Ernani Pimentel.

O SR. ERNANI PIMENTEL – É um prazer estar aqui.

Gostaria de me referir ao Exmº Sr. Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; à Exmª Srª Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão; ao Senador que me ligou dizendo que não poderia estar, o Senador Cristovam Buarque, que é um histórico integrante desta Casa e que foi o primeiro a entender a importância do assunto; ao Senador Fleury, pela sua presença; aos demais Senadores; às senhoras e senhores convidados, senhoras e senhores participantes.

Eu gostaria que distribuíssem a todos os da Mesa e do ambiente esse texto, que eu gostaria que fizesse parte da ata desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Eu peço à Secretaria, por gentileza, que distribua aos presentes.

O SR. ERNANI PIMENTEL – Como o tempo é muito curto e os detalhes são muitos, eu preferi entregar à Comissão e a todos os senhores um texto escrito que mostra o que a gente pensa.

Primeiro, o índice está ali. Quem somos e o que queremos?

Nós somos um grupo de professores com bastante experiência – professores de Língua Portuguesa –, que desde que começamos a ensinar, há mais de 50 anos, quando entrávamos no capítulo ortografia – e isso nos nossos livros didáticos também –, tínhamos que pedir desculpa ao aluno pela falta de lógica. O aluno teria de estudar decorando.

E, quando percebemos o Acordo como foi feito, vimos um problema sério. Na contracapa deste livrinho, no final, na última capa, há realmente o que a gente pensa.

Os problemas causados por este Acordo Ortográfico não se devem aos homens, mas ao tempo. Por quê? Esse Acordo, a rigor, já estava praticamente definido em 1975. Ele só foi assinado em 1990, mas, em 1975, o que se havia decidido já vinha desde inconformismos de 1945. De qualquer jeito, não interessa em qual das datas, o que a gente vê nas regras ortográficas é a valorização de uma educação do século passado enraizada em séculos anteriores. Então, nosso primeiro pressuposto é de que, no século XXI, quando o ensino se faz cada vez mais racional e lógico, a gente não pode usar regras que não se baseiem nisso, porque o próprio alunado não aceita.

Vou dar um exemplo: "ch" e "x". Nós estamos falando aqui para pessoas altamente letradas, a quem peço que se coloquem na posição de um cidadão comum. Quando se usa o "x" e quando se usa o "ch"? Nós não temos regra objetiva para isso.

As palavras de origem árabe, indígena ou africana se escrevem com "x". Mas quem ensina quais são essas palavras? Isso é de uma época em que se ensinava latim – e eu sou dessa época, tanto que estudei latim e grego. Depois, o estudo do latim foi virando apenas o estudo de declinações e a traduções de pequenas frases. Ao par disso, vinha uma lista de radicais e prefixos latinos, gregos, franceses etc., das línguas que influíam na nossa, e o aluno lia aquelas listas de radicais e se baseava nisso. Hoje, com a Internet, nós recebemos palavras às centenas a cada dia. Então, não é possível a gente, para saber escrever, ter que saber a origem.

Vou dar um exemplo: "tsunami". "Tsunami" entrou na imprensa... Todo mundo sabe escrever, não é? T-S--U-N-A-M-I. É assim que está escrito em todos os lugares, e está escrito errado, porque a palavra é paroxítona e teria que ter um circunflexo ou teria que ser escrita "tsunam/e/". Mas as pessoas têm que saber...

Eu fiz um teste... De onde vem a palavra "tsunami"? Se eu for perguntar aqui, eu tenho certeza de que a maioria vai dizer que veio da Indonésia, porque foi lá que aconteceu o problema. Mas, na realidade, a palavra vem do Japão. Mas a pergunta é: eu preciso saber de onde vem a palavra para saber escrevê-la? Hoje, não; nem é possível. Então, querer lincar a ortografia à etimologia... Eu tenho até um capítulo aqui sobre etimologia, mostrando que não existe etimologia. Etimologia acaba sendo um mito que a gente procurar achar "é assim"...

Quando a gente propõe, por exemplo, que se elimine o "h" inicial das palavras, é porque a gente vê as dúvidas dos alunos. "Ágio" não tem "h", mas "hagiógrafo" e "hagiologia" têm "h". E quem é que vai saber por que tem "h"? Ouviu a palavra, deveria saber escrever. E, aí, dizem: "Como assim? 'Homem' vai perder o 'h'? Que absurdo!"

Bom; no início da nossa língua, "homem" não tinha "h". Não existia esse "h" inicial em "homem", em "hoje"... Não existia esse "h". O verbo "haver" era sem "h". Depois, quando ocorreu a febre de querer ressuscitar a grafia latina, fez-se isso mal e mal. Então, algumas coisas funcionam, outras não funcionam. Por exemplo, o inglês é mais preocupado com a grafia latina do que nós. "Estender", em inglês, é com "x"; o nosso é com "s"; e, no latim, era com "x". Por que nós estamos com "s"?

Então, existe um capítulo aqui mostrando que não dá mais para se basear na etimologia, até porque não se pode ensinar para o aluno a origem de todas as palavras. Mas se pode ensinar, sim, que ele aprenda.

Vamos continuar no "x". Usa-se "x" para palavras de origem africana. Existe uma dança dos quicongos chamada "chica" e que, portanto, deve ser escrita com "x". Vá aos dicionários: em todos está com "ch". Então, para que estudar essa regra?

Coloquem-se na minha posição: 73 anos, 52 anos de pesquisa. Meu motorista chega de uma viagem de férias à fazenda da família dele no Piauí e me conta que estava com o "chacho" na mão. Eu perguntei: "O que é 'chacho'?" Ele respondeu: "É um tipo de facão". "Como é que escreve?" "Eu não sei, porque nunca vi escrito". Aí eu pensei: "Como é que se escreve 'chacho'? Com 'x' ou com 'ch'?". Bom, parece uma onomatopeia, deve ser o ruído que se faz ao cortar cana ou qualquer coisa desse tipo. Mas eu fico na dúvida: eu vou escrever como? Então, vamos procurar nos dicionários. Não está dicionarizado. Então, eu não posso escrever. Eu não posso escrever porque não existe regra. Se nós temos tantas dúvidas entre "x" e "ch", nós podemos eliminar o "ch" e ficar só com o "x" e resolver o problema de todos os que aprendem.

Por favor, para cima.

Então, quanto ao problema da etimologia, vocês vão ler – é importante ler – que não existe essa possibilidade. A etimologia, hoje, é um mito.

O Acordo exige muitas modificações, ajustes necessários. Vou deixar outros casos como "forma/fôrma" para pegar, por exemplo, primitivos escritos de um jeito e derivados do mesmo primitivo escritos de outro. E você vai pegar outro exemplo que inverte essa lógica.

Outro absurdo do Acordo é dizer que as exceções estão consagradas pelo uso. Uai?! Tudo está consagrado pelo uso! Então, não se faça acordo!

Duplas grafias. Existem muitas palavras que têm duplas grafias e uma pronúncia. Para que isso?

Por causa do Acordo, pela Internet, milhares de professores nos perguntam se mudou o conceito de paroxítona e oxítona. Porque, na realidade, o Acordo estabelece, nas regras de acentuação, que oxítonas terminadas em ditongo são vistas como oxítonas. Antigamente, eram proparoxítonas. Hoje, eles falam em "proparoxítonas aparentes". Então, já caiu, em concurso público, que a palavra é proparoxítona. Por exemplo, a palavra "colégio" ou qualquer palavra que termine em ditongo que vire hiato ou em hiato, ditongo crescente. Já caiu que palavras essas são proparoxítonas. E muitos alunos entram com recurso dizendo que, se elas são "proparoxítonas aparentes", então, não são proparoxítonas; só têm a aparência de proparoxítonas.Um ponto desse tira o emprego de uma pessoa.

Outro problema é que o conceito de aglutinação no Acordo é confuso. Todas as nossas gramáticas mostram o que é aglutinação e o que é justaposição. O Acordo fala em aglutinação, várias vezes, dando exemplo de justaposição. Aí professores nos perguntam: "Mudou o conceito de aglutinação?"

Outra coisa é o uso do hífen. Na realidade, se a ortografia começou a ser organizada cientificamente em 1875, isso é também discutível. Já havia preocupação de organizar a ortografia já no século XIII, no século XV, no século XVI. Pero de Magalhães Gândavo, por exemplo, já se preocupava em organizar a ortografia. Se formos observar durante todos esses séculos, vamos perceber um capítulo, o hífen, que nunca foi bem organizado. Todos os senhores que estão aqui presentes, antes do Acordo Ortográfico, sabiam usar o hífen? Decoraram aquele número enorme de radicais, prefixos etc.? Sabiam? Não sabiam. E, agora, depois do Acordo, sabem? Não sabem, desculpem. Se eu começar a pegar exemplos do Volp, eu vou começar a mostrar que ninguém sabe, porque o que é dito não é o que é feito.

Como a minha preocupação é buscar simplificar, eu me aventurei e aqui apresentei uma proposta de uso de hífen que só tem duas regras. Depois, os senhores podem ler. São 22 regras com um monte de exceções transformadas em duas regras sem exceção.

Na realidade, eu não sou especialista, eu sou um estudioso. E o que eu estou fazendo por este movimento Simplificando a Ortografia é apresentar propostas que abram a discussão. O maior obstáculo à simplificação da ortografia e à atuação do professor em sala de aula, porque o professor fica desmentido em sala de aula... Todo professor de Português, quando entra no assunto ortografia, entra em sala de aula inseguro e vendido,

principalmente hoje em que o aluno tem o *laptop* e fala: "Professor, não está assim, não". Então, a minha preocupação é apresentar alguma coisa da qual se possa partir e buscar soluções para o século XXI. Os séculos que passaram já passaram. Esse ensino baseado na etimologia – não era uma etimologia, mas uma pseudo-etimologia – é dos séculos que foram. Nós podemos, agora, com a linguística comparativa, com a linguística aplicada, discutir fórmulas objetivas e racionais para as quais eu dou um ponto de partida. Com certeza, 200 sugestões ou críticas vão aparecer, mas isso aqui é um ponto de partida. É é isso que eu acho que o Senado Federal, através desta Comissão, está entendendo. É necessário que se pense melhor.

Outra coisa: a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa são dois, vamos dizer assim, ápices da cultura dos dois países. Só que cada academia só tem um especialista capaz de discutir tecnicamente um acordo ou uma ortografia – um especialista!

Hoje, existem "trocentas" academias, existem "trocentas" associações e, na realidade, todas têm que participar de uma discussão. E não se pode deixar o professor de fora disso, porque o professor é quem lida com o aluno. Eu aprendi em sala de aula, porque é o aluno que ensina a gente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERNANI PIMENTEL – Então, eu gostaria que o texto que está aqui entregue fosse visto como ponto de partida para uma discussão aberta e para que se crie um organismo internacional para organizar essa ortografia, como outras línguas têm.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Professor Ernani Pimentel, muito obrigado pela sua exposição e ponto de vista.

Em sequência, passo a palavra ao Presidente da Academia Brasileira de Filologia, Sr. Antônio Martins de Araújo.

O SR. ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO – Exmºs Srs. Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente desta Comissão, a quem agradeço a distinção do convite para, na condição de Presidente da Academia Brasileira de Filologia, vir até cá apresentar meu ponto de vista sobre as pendências do iminente Acordo Ortográfico luso-brasileiro, e em cujas pessoas cumprimento a sua brilhante e operosa equipe, que, em muito boa hora, dá-nos o ensejo de trocar ideias com outros especialistas de vários pontos do País sobre aquele palpitante tema. Cumprimentos estes que desejo estender ao meu amigo e colega de longa data, Professor Ernani Pimentel, que muito bem deu de si para que se propiciasse tão frutífero debate. Assim, trago-lhes, aqui e agora, para exame, um ensaio intitulado "Uma breve mirada sobre o iminente acordo ortográfico luso-brasileiro".

Já se passaram vários decênios que as nações anglófonas, francófonas, hispanófonas etc. designaram seus especialistas de alto nível em ortografia a fim de discutirem e concertarem com os especialistas de suas ex-colônias as eventuais divergências entre seus países, já então todos política e administrativamente independentes e soberanos, a fim de aprovarem uma só ortografia, respectivamente, para o inglês, o francês e o espanhol.

Lamentavelmente, muito depois dessa convergência de propósitos, por uma série de razões, entre as quais avultou a recuperação de sua independência e soberania, após a vitória da Revolução dos Cravos, na discussão em favor da aprovação de uma só ortografia por parte de nosso País e de Portugal, com suas ex-colônias africanas, esse consenso vem demorando a acontecer.

Nossos irmãos lusitanos sempre acolheram com simpatia e carinho os turistas brasileiros que visitamos seu belo e acolhedor país. *Mutatis Mutandis*, muitos e muitos anos já se separam dos ataques aos então pejorativamente chamados de galegos, que precederam a proclamação de nossa independência política e administrativa por parte do príncipe lusitano D. Pedro I, que muito amava nosso País e, principalmente, nossas patrícias, mestiças, a uma das quais concedeu o título de marquesa, a Marquesa de Santos.

Como o estudo dos sucessivos sistemas ortográficos de um idioma não pode dissociar-se da história do país em que ele é praticado, impõe-se lembrar, aqui e agora, o que preceitua Georges Canguilhem no ensaio "O objeto da História das Ciências" com que abre a obra intitulada Epistemologia editada pela Tempo Brasileiro com seus colegas Bachelar, Miller e Foucault.

Eis o que ele diz à página 11 daquela obra – aspas: "Sem a epistemologia seria impossível discernir dois tipos de história ditas das ciências, a dos conhecimentos superados e a dos conhecimentos sancionados, quer dizer ainda atuais porque ativos".

Como a natureza não dá saltos, impõe-se também promover uma rápida mirada sobre os sucessivos tentâmens para domar as regras ortográficas de nosso idioma. Os meus predecessores aqui na mesa já se referiram a alguns deles, em especial o meu querido confrade da Academia Brasileira de Filologia, o Prof. Dr. Evanildo Cavalcante Bechara. Nossa Academia Brasileira de Letras, da qual ele é sócio, e a Academia de Ciências de Lisboa – da qual é sócio o Malaca Casteleiro, que esteve entre nós e prometeu vir ao nosso congresso do ano que

vem, da Academia Brasileira de Filologia, no Rio de Janeiro – coeditaram, sucessivamente nos anos de 1931, 1932, 1943 e 1945, o seu acordo ortográfico com seu respectivo formulário.

Ora muito que bem, entre as dezenas de propostas de reformulações ortográficas da língua portuguesa, merece ser lembrada a *Ortografia Portuguesa até 1500*, apresentada como dissertação de doutorado em filosofia – é em inglês que está escrita – à universidade da Pensilvânia, em Filadélfia, no ano 1948, por uma especialista cujo nome eu omiti. Desgraçadamente, omiti-o aqui. Daqui a pouco o meu censor vai liberá-la.

A Ortografia da Língua Portuguesa, de João Franco Barreto (Lisboa, João da Costa) 1671; As *Regras* de Magalhães de Gândavo (Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981); a *Ortografia da Língua Portuguesa*, de Galhardo (Lisboa, Galhardo, 1767); as *Regras Gerais Breves e Compreensivas no Escrever da Língua Latina e Portuguesa*, do Padre Bento Pereira (Coimbra, João Antunes da Silva, 1753); a *Ortographia ou Modo de Escrever Certo na Língua Portuguesa*, de Álvaro Ferreira de Vera. De Duarte Nunes de Lião (Lisboa)... Há um texto que eu fiz distribuir aqui sobre uma análise que eu chamo "Duarte Nunes do Lião e a saudade do latim". Comumente se ouve falar em "de Leão". Ele não é de León, na Espanha; ele é de Lyon, na França. Então, há diferença entre esse "i" e o "e". Duarte Nunes de Lião (Lisboa, Imprensa Nacional, 1983); *Compêndio de Ortografia*, de Frei Luís do Monte Carmelo (Lisboa, Antonio Rodrigues Galhardo, 1767); *As Regras Gerais Breves e Compreensivas do Escrever da Língua Latina e Portuguesa*, de Bento Pereira (Coimbra, José Antunes da Silva, 1753; *A Ortografia e o Modo de Escrever Certo na Língua Portuguesa,* de Álvaro Ferreira de Vera (Lisboa, Matias Rodrigues, 1631); *O Verdadeiro Método de Estudar*, vol. I, do Padre Luís António Verney (Lisboa, Sá da Costa, 1949).

É interessante lembrar que nas cartas d'*O Verdadeiro Método de Estudar*, o Padre Verney, muito oportunamente, já nos meados deste século em que ele editou – século XIX, se não me engano, 1800, por aí –, reivindicava o direito das mulheres à unversidade, o que lhes era negado pelos seus maridos, para que fossem dominadas mais seguramente por eles. Tanto *A Ortografia Nacional* (Lisboa, Viúva Tavares Cardoso, 1904) quanto o *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1912), ambos – como aqui lembrado pelo mestre Bechara – de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana.

Ora, não podemos ainda esquecer, omitir, duas gramáticas maranhenses. Tenho que puxar a brasa para a minha sardinha. Eu sou marioca – nasci no Maranhão, embora viva no Rio de Janeiro há 46 anos. Não podemos ainda omitir duas gramáticas maranhenses novecentistas, cada qual por uma especial característica, a saber: o *Compêndio da Gramática Portuguesa*, do Padre Antônio da Costa Duarte, publicado no Maranhão pela Tipografia Nacional em 1929, por ser a primeira editada em nosso País; e não o *Compêndio de Gramática Nacional,* de Antônio Álvares Pereira Coruja (Rio de Janeiro, Tipografia Francesa, 1847), como, por muito tempo, consideraram meus sábios mestres, sábios e saudosos filólogos brasileiros, Antenor de Veras Nascentes e Sílvio Edmundo Elia, de saudosa memória.

Aquela nossa ortografia pioneira, a do Padre Antônio da Costa Duarte, dedicou cerca de catorze páginas. Está intitulado *Orthographuia da Língua Portuguesa*. Na introdução, refere-se à *Orthographia Etymologica*, de que falou o nosso querido predecessor, um dos primeiros oradores aqui. No Capítulo IV, conceitua a Ortographia e classifica-as em Etymologica, em Usual e em da Pronunciação ou Philosofica – ortografia da pronunciação ou filosófica, que era o tal sonho do Klinger, que queria que se escrevesse como se pronunciava.

Tanto o precedente e aparato teórico quanto a pequena bibliografia luso-brasileira sobre sistemas ortográficos, principalmente novecentistas, visam a relembrar a adequada e oportuna decisão do então Presidente brasileiro Emílio Garrastazu Médici, em decretar o sumiço do trema, que tanto atazanava os digitadores de texto de toda espécie. A língua escrita é apenas a outra face da língua falada, mas cada uma dispõe de seus próprios recursos.

Num País de dimensões continentais como o nosso, as diferenças dialetais não impedem a comunicação via informática, cuja expressão escrita transcende as diferenças locais. Assim, a pronúncia tensa das vogais finais átonas por parte dos gaúchos não os impede de compreender ao telefone ou nas redes sociais a pronúncia tensa das consoantes dentais dos pernambucanos, alagoanos e sergipanos.

Enquanto lá, no Sul, "o leit/E/ quent/E/ dói no dent/E/ da gent/E/", tchê, barbaridade, lá, em Pernambuco, Sergipe, Alagoas, dizem: "Eu não /T/e /D/isse? /D/in/D/inha quer falar con/T/igo/." A dental é muito tensa.

Uma vez, enquanto engraxava sapatos, nos anos 70 – dei cursos durante muitos anos, pela Cades, em Mato Grosso, antes da separação (Cuiabá, Corumbá, Ponta Porã, Dourados e Campo Grande), havia chovido muito, e o Rio Coxipó havia transbordado. Aí o menino, o que engraxava meus sapatos, virou-se para o outro e disse assim: "Ô t/ch/io, vai /t/chuver. O Co/t/xipó en/t/cheu/." Eu digo: que diabo de língua é essa?! (*Risos.*)

O SR. ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO – Essa pronúncia africada do "tchê", que se usa no Rio de Janeiro – como se diz, "a mulata tem um tchã" –, está viva lá, ao nordeste de Portugal.

Um saudoso confrade nosso, Gladstone Chaves de Melo, um dia foi visitar uma daquelas leirias. Havia uma portuguesa, "baixotita", com estalicídio, com rosto inchado, um lenço amarrado à cabeça e o chapéu a ca-

var a terra. E o Gladstone aproximou-se, puxou conversa com ela e disse: "Boa tarde, minha senhora. "Boa tarde, senhor doutor". Era uma hora da tarde, mais ou menos. "Estou a ver que a senhora está com a cara inchada." Aí ela deu uma aula de Português para ele. "Não, senhor, doutor. Eu estou com a cara in/t/chada. A enxada eu trago às mãos". (*Risos.*)

O SR. ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO – Ela fazia oposição entre o "ch" e o "x".

Então, dizia eu, na expressão escrita, essas diferenças dialetais se minimizam.

Desejamos concluir – fazer uma ligeira transcendência aqui, transporte para outro trecho – esta breve comunicação com uma proposta mais do que oportuna e adequada para esses nossos novos tempos, com a qual acho que meu querido amigo vai concordar. Assim como o ex-Presidente – ou a Presidenta futura, iminente – deverá reduzir as incongruentes, conflitantes e muitas vezes inexequíveis regras de utilização do hífen, já provei, em 1989, na Universidade Católica de Nanzan, em Nagoya, no Japão, que nem portugueses, nem brasileiros conseguem dominar todas as regras abstrusas. Essa é a minha proposição em favor do nosso belo idioma. Por quê? Porque existe uma verdadeira gangorra ortográfica luso-brasileira.

Abrigando as normas do dicionário de Cândido de Figueiredo, a proposta de reforma ortográfica de Medeiros e Albuquerque à Academia Brasileira de Letras, em 1907, teve o mérito de sacudir o imobilismo que havia nesse ponto. Com a advento da Nova República, o governo português instituiu àquela época uma comissão de filólogos, já lembrada pelo mestre Bechara, que trabalhou a partir do material apresentado pelo foneticista Aniceto dos Reis Gonçalves Viana. À luz das modernas doutrinas científicas, visou-se então a uniformizar as várias ortografias existentes e a imprimir no produto final um máximo de simplificação.

Nessa altura, a proposta de Medeiros já havia sido torpedeada por vários filólogos brasileiros e desviada do seu curso inicial por outros colegas seus de Academia. Além disso, a adesão de renomados mestres brasileiros à reforma portuguesa de 1911, inequivocamente superior à nossa, enfraqueceu-a ainda mais.

Via de regra, por falta de assessoramento adequado aos governantes brasileiros, passaram-se mais de trinta anos – muito mais de trinta anos – de vacilações institucionais em relação à ortografia. Grosso modo, eis algumas das idas e vindas à questão.

Após vigorar por três anos a reforma de 1907 da Academia Baasileira de Letras, vigora a portuguesa por quatro. Segue-se uma década de discussões entre os adeptos de uma e de outra.

Em 1929, a Academia Brasileira de Letras retorna às doze regrinhas ortográficas de 1912, da autoria de João Ribeiro.

Em 1931, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa celebram seu primeiro Acordo, que será ratificado só em 1933. Com a Constituição do ano seguinte, volta-se à ortografia de 1891. Vale dizer, à falta de memória, escreve-se como bem se quer.

Em 1938, ressuscita-se o Acordo de 1931, mas sem a simplicidade acentual deste.

Em 1942, a Academia Brasileira de Letras perfilha o Vocabulário de Rebelo Gonçalves, com treze alterações nas regras de acentuação tônica.

No ano seguinte, praticamente se retorna ao texto de 1931. Nesse ano de 1943, nosso Ministério de Educação e Saúde disputa com a Academia Brasileira de Letras a competência de decidir na questão ortográfica. Ao fim e ao cabo, prevalece o bom senso, e o Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, elaborado por cerca de quarenta filólogos patrícios de reconhecida autoridade, se impõe ao arbítrio.

No segundo semestre de 1945, a Conferência Interacadêmica de Lisboa reverá o texto daquela Convenção e tentará um novo Acordo. Depois de aprovado pelos dois governos, mas por lesivo às nossas normas linguísticas, só terá curso em Portugal.

No ano de 1948, rara é a voz de filólogo brasileiro que não se tenha feito ouvir contra a aprovação desse Acordo por parte do Legislativo. Entre os mais combatentes, Júlio Nogueira e Cândido Jucá Filho. José de Sá Nunes, sozinho do outro lado, tenta defender-se a si e à nossa delegação por suas cedências aos portugueses. Dessa representação, além de Sá Nunes, constituída ainda de um historiador, Pedro Calmon, de um poeta amigo de Getúlio Vargas e de um romancista, somente este disse algo a respeito. Na obra *Sentimento Lusitano*, dedica, no capítulo "A unidade imperial da nossa ortografia", justas palavras de admiração ao filólogo lusitano Rebelo Gonçalves, principal engenheiro da reforma de 1945.

2. 0 feitiço contra o feiticeiro

Nosso esforço de unificação ortográfica do português dá-se no Encontro de 6 a 12 de maio de 1986, na cidade do Rio de Janeiro. Suas Bases Analíticas retomam as de 1945 (por nós já rejeitadas em 48, mas renegociadas em 75). Novamente, a comunidade científica se pronuncia a *posteriori*. Desta vez, em Portugal. Ali, algumas das vozes discordantes mais eloquentes fulcram suas considerações fora do mérito filológico e linguístico. Pela primeira vez invocada na polêmica dos anos 40, nossa pujança demográfica nos permite já consumir tudo o que produzimos.

Por serem Portugal e Brasil hoje parceiros na indústria da comunicação de massa, o CEE, antes de ser um empecilho para a uniformização ortográfica das nações lusófonas, aponta para a conveniência de procurá-la. Por outro lado, a crescente informatização eletrônica de dados aconselha o despojamento de acentos e hífens para melhor rendimento da produção. Se faltam horas-aula nestes países para suprir o esvaziamento acentual e melhorar o rendimento da leitura em língua pátria, multipliquem-nas como convém.

O inglês vive muito bem sem essa profusão de acentos, e as aulas desse idioma se multiplicam pelo mundo afora. A tendência à simplificação de ditongos e à ditongação dos hiatos está na deriva da língua falada no Brasil. O hífen proliferou neste século, e nem por isso essa tendência foi arrefecida. É sabido de todos que a irracionalidade das regras atuais do hífen obriga professores do idioma e comunicadores a acercar-se do dicionário com frequência! Que diabo de regra é essa que você toda hora tem que saber? Então, você decora: "sigasupranicepis", supra, ultra, proto, pseudo – para vogal, h, r e s. Não há língua que aguente uma desgraça dessa, não é?

É sabido de todos que a irracionalidade das regras atuais do hífen obriga professores do idioma e comunicadores acercar-se do dicionário com frequência.

O alemão vive muito bem praticamente sem ele. Dobrando "ss" e "rr", lembrando, vamos, então juntar, vamos aglutinar e acabar com essa história de hífen e deixar só nos casos que não puderem ser evitados. É o caso de "ad-rogar", "sub-rogar", porque senão o juiz "adroga" a questão; ele não "ad-roga" a questão. *(Risos.)*

Qualquer que seja o acordo e uniformização e simplificação que se venha celebrar, terá que repensar os acentos e o hífen do Português. Praticamente, sem eles, a literatura portuguesa atingiu as culminâncias que atingiu no século XVI. O iluminista Luís Antônio Verney e seus seguidores já desaconselhavam esse bando de acento no século XVIII.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO – O próprio Verney se arrependeu de tentar generalizar o hífen aos vocábulos críticos, como preposições e artigos.

Era o que eu tinha a dizer, fazendo essa provação, já que se acabou com o trema, vamos acabar com o hífen.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Nossos agradecimentos ao Presidente da Academia Brasileira de Filologia, Dr. Antônio Martins de Araújo.

Para encerrar o primeiro bloco de exposição, para depois passarmos às perguntas, com muito prazer, Thais Nicoleti, Consultora de Língua Portuguesa da *Folha de S.Paulo* e do UOL.

Por gentiliza.

A SRª THAIS NICOLETI – Bom dia a todos.

Primeiro, eu gostaria de agradecer ao convite feito pelo Senado ao abrir espaço para mim aqui nessa discussão.

Estou aqui representando a *Folha de S. Paulo.* Eu gostaria de dizer que o que tenho a apresentar aqui é a minha experiência com o Acordo Ortográfico dentro da redação da *Folha:* as dificuldades que as pessoas tiveram no início, o grau de adesão, as dificuldades que têm ainda hoje ou não.

Para tanto, elaborei alguns eslaides que, acho, vão nos ajudar a ver isso.

Eu gostaria de mostrar que, desde o dia 1º de janeiro de 2009, quando o Acordo Ortográfico entrou em vigor, a *Folha de S.Paulo* já foi impressa totalmente dentro das novas regras, claro que considerando as eventuais dificuldades. Não sei de dá para exergar ali, mas na coluna esquerda da primeira página existe um resumo das regras novas instituídas pelo Acordo Ortogáfico. Elas estão ali.

Então, isso mostra o quanto a imprensa, não só a *Folha de S. Paulo*, mas a imprensa de um modo geral abraçou o Acordo Ortográfico. Foram inúmeras matérias, reportagens a respeito das mudanças introduzidas. Foi aberto espaço também para quem quissesse criticar, e isso aconteceu bastante em diversas ocasiões, mas, sobretudo, houve um esforço educativo da parte do jornal de, por diversas vezes, publicar as regras e textos que ensinassem a usar as novas regras.

Nessa primeira página, realmente, não vai dar para ver, mas só lá embaixo aparece pela primeira vez "União Europeia" sem o acento. Essa foi a regra absorvida com mais facilidade pela imprensa. Posso falar, particularmente na *Folha*, mas acho que a questão se espalha para aos outros veículos também, até porque são palavras muito usadas: "assembleia", "estreia", "ideia", palavras de uso muito frequente na imprensa. As pessoas aprendem menos pela gramática, por você ensinar que se trata de um ditongo aberto, sem acento na paroxítona do que pela analogia. Se "ideia" não tem mais acento, "estreia", "assembleia", então as palavras semelhantes perderam o acento.

A supressão do trema foi muito rápida. A *Folha* teve um momento, quando entrei lá, em 1999, a *Folha* tinha abolido, por conta própria, o uso do trema. Era antioficial, não era oficial. E brigamos para que o trema voltasse.

E ele foi voltando no caderno infantil, na *Folhinha*, e no caderno de vestibulares, no qual eu escrevia, que era o caderno Fuvest, extinto depois por causa do argumento de que tínhamos de usar a ortografia oficial para as crianças e para os adolescentes que estavam na escola se preparando. Com isso, aos pouquinhos, o trema foi voltando, e a Folha passou a obedecer à ortografia oficial. E ele desapareceu no dia 1º de janeiro de 2009 com a reforma ortográfica. Não fez muita falta para ninguém.

É interessante como ouvimos muito de qualquer pessoa: "Ah, que saudade do trema!" Mas quando ele era vigente ninguém usava. A verdade era esta: nós, professores, tínhamos que insistir, corrigir, brigar: "Olha, tem trema aqui, não tem ali!"

Quanto à pronúncia, as pessoas, com ou sem trema, pronunciam "exting/ü/ir", em vez de "extinguir". Então, onde não havia trema, elas colocam um trema mental e criam essa pronúncia pseudoculta.

Mais para a frente.

A supressão do acento nas letras dobradas do "veem", do "voo" e do "enjoo", foi muito rápido, até porque existem os corretores ortográficos que fazem parte do sistema. Então, isso ajuda bastante. Não resolve todos os problemas, mas ajuda.

Há também que lembrar que entramos com a reforma ortográfica na *Folha* antes da publicação do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, que só foi publicado em meados de março de 2009. Portanto, por dois meses e meio, ainda tínhamos algumas dúvidas, mas, enfim, fomos enfrentando até a chegada do Volp.

Supressão dos acentos diferenciais de "polo" e de "pelo'. Sem problemas.

O hífen no encontro das vogais idênticas: "micro-ondas", "anti-inflacionário", "extra-aula" foi muito fácil, muito tranquilo, porque, como gosta de dizer o Prof. Pimentel, tem lógica. Então, isso aí ficou fácil, facilitou muito a regra do hífen. Esse hífen considero que tornou muito mais simples a regra do novo Acordo.

Confusões iniciais aqui: se "destróier" e o bairro do Rio de Janeiro, "Méier", deveriam manter o acentou ou não, dado que esse acento está no ditongo aberto da paroxítona. Do meu ponto de vista, isso nunca foi um problema. Estava claro que essas palavras recebem o acento por serem paroxítonas terminadas em "r". Entretanto, surgiu uma questão teórica: é ditongo aberto ou não é? Acabaram ficando assim mesmo. Não são palavras muito usadas no jornal, então, não chegou a ser um problema sério dentro da redação.

"Feiura", "bocaiuva". Entendo que esse acento de "fei/ú/ra", que desapareceu no português do Brasil tenha sido uma correção, porque era, de fato, um acento totalmente desnecessário. É diferente a pronúncia de "saúde". Ali você precisa do acento, senão vira "saude". E "feiura" não tem como pronunciar de duas maneiras, com e sem acento. Então, entendo que isso aí foi simplificação.

O "tem" e "têm", "vem" e "vêm" estão ali porque foram confusões que surgiram. O Acordo Ortográfico não mexeu nisso, não alterou a grafia dessas formas verbais. Entretanto, as pessoas têm a impressão de que esses acentos são diferenciais e os confundiam com os outros acentos diferenciais de palavras de classe gramatical diferente. Embora eles sejam diferenciais, eles distinguem palavras da mesma classe gramatical, são formas verbais: singular e plural. Por isso, eles não poderiam ser alterados.

O item nº 4, "acriano", gerou muita polêmica, não no jornal, é claro. Mas vocês sabem que, no Estado do Acre, professores até se insurgiram contra a substituição do "e" do "acreano" pelo "i", que foi também uma correção, porque o sufixo é "iano". No jornal, enfrentávamos sempre problema com a grafia de "rodriguiano" quando se refere à obra de Nelson Rodrigues. Muita gente achava que era "rodrigueano" porque Nelson Rodrigues acaba com "e". Mas sendo o "e" átono, diz a regra: "iano". Enfim, isso é dicionarizado, é muito antigo.

No caso do Acre, não tenho conhecimento da pronúncia lá, mas se alguém souber... Não sei se eles pronunciam "acreano" até por influência da grafia que foi vigente durante tantos anos. Não sei se esse seria o motivo de tanta revolta por lá, mas aparentemente isso já se resolveu.

"Infantojuvenil" tinha um hífen que não se justificava; acho que, sem muito alarde, a Academia Brasileira de Letras juntou, aglutinou, tirou aquele hífen que não tinha justificativa, portanto, entendo que tenha sido uma correção.

O número cinco é um pouquinho mais problemático porque, no início, houve um entendimento de que a grafia "bem-feito", com hífen, que é a grafia mais conhecida, muito usada, seria substituída pela primeira forma ali, "benfeito", com "n", forma aglutinada. Houve esse entendimento porque, até com a publicação do Volp, não aparecia o verbo "benfazer" com hífen. Mas as pessoas não gostaram nem um pouco. Existiu uma relação, parece-me, com a forma das palavras. As pessoas não querem ver modificadas as palavras que usam muito. Quando veio a errata do Volp, com alguns aditamentos e correções, "bem-fazer" com hífen, voltou a aparecer. E o dicionário de Antonio Houaiss resolveu a questão abrindo duas entradas: uma para "benfeito", aglutinado, com um significado; outra, para "bem-feito", com hífen, para outro significado. E tudo se resolveu.

O problema do "bem-vindo" é que, na esteira do "bem-feito", as pessoas começaram a achar que "bem--vindo" era uma forma aglutinada, até porque existe o nome próprio Benvindo, de maneira aglutinada. Então, houve esta confusão de se dizer "seja benvindo", sem hífen, tudo grudado.

Acerca de "para-raios" e "paraquedas", houve uma confusão, sim, porque "paraquedas" perdeu o hífen e o acento diferencial, mas "para-raios", "para-brisa" e "para-lamas" não. Particularmente, entendo que, no caso de "paraquedas", até mesmo as pessoas que praticam esse esporte, os *sites de* paraquedismo já tinham feito essa reforma antes. Não se encontrava "pára-quedismo" escrito da maneira correta, da grafia antiga, que seria "pára", com acento, hifen, "quedismo". Dado que não existe "quedismo" como palavra isolada na língua, automaticamente, as pessoas juntavam e faziam "paraquedismo", tudo junto, sem acento, como é hoje a forma correta. Acho que caiu bem, não houve nenhum problema, não houve nada de traumático nisso. Agora, isso não é motivo para juntarmos o "para-brisa" e "para-lamas" ou o "para-raios", colocando "rr". Não tem nada a ver, são palavras diferentes, porque essas últimas não têm derivados.

Esse trecho que eu trouxe aqui foi publicado no *site* do Prof. Gabriel Perissé. São dizeres do Prof. Evanildo Bechara, que está aqui, sobre o problema do "acriano" e "acreano". Está aqui, e, como não temos muito tempo, vocês depois podem ler no material que receberam.

Aqui, um caso de horóscopo, na *Folha de S Paulo,* um "benvindo" que saiu todo grudado. Olhem: "Adversários inteligentes serão benvindos". Isso em 2009.

Aqui, para-choque. A grafia de para-choque, também na *Folha,* em 2011: foi usado parachoque tudo junto. Olhem lá: "garantia de parachoque a parachoque". Era um texto sobre veículos, então há aqui a confusão, achando que se juntaria.

Aqui é um trecho da coluna do Juca Kfouri, o colunista esportivo. Motivado por um texto da *ombudsman* da *Folha de S. Paulo,* um texto interno, por sua vez, motivado por um texto do Prof. Pasquale, aqui presente, escreve, em sua crítica interna, que, de fato, seria bom que aquele acento do "para" voltasse.

O Juca Kfouri – dá para voltar ao Juca Kfouri? – abraça essa causa, pois acha que uma frase onde se diz "São Paulo para para ver o Corinthias jogar" fica muito ruim sem o acento diferencial do "para" .

Nessa, eu discordo do Juca Kfouri, porque nós temos o "para" de duas classes gramaticais. Então, não há muita dificuldade para entender que um é verbo e que o outro é preposição.

Agora, aqui, nós temos uma caso interessante, muito recente, da *Folha* do dia 29 de agosto, onde aparece esse título na primeira página: "Greve contra a polítca econômica para Buenos Aires". É claro que o leitor frequente de jornal sabe que todo título jornalístico tem um verbo. Porém, e se não soubesse? Ele poderia ter lido isso como "Greve contra a política econômica para Buenos Aires", o que também não faria muito sentido, ainda porque não existe uma política econômica para uma cidade. Mas, enfim, vamos dizer que esse seria o pior dos casos e, quem sabe, talvez, a gente não poderia pensar, para casos como esse ou piores, em fazer o acento facultativo, que está dentro do princípio do novo Acordo, como ocorre com "forma", hoje. A palavra não tem acento, mas admite-se, pelo Acordo, que, facultivamente, ele seja usado em caso de ambiguidade ou dificuldade de compreensão. Então, fica aí a sugestão.

Vamos para frente.

Confusões iniciais ainda.

A retirada do hífen em antigos substantivos compostos e adjetivos ligados por preposição. Então, em "mão de obra", "boca de urna", todo mundo queria continuar usando o hífen. As pessoas gostam do hífen! Eu vejo as pessoas dizerem "vamos tirar", mas não sei... Quando é para tirar, as pessoas não gostam não.

No caso do "calcanhar de aquiles", houve muita reclamação. Por quê? Porque as pessoas diziam: "Ah, está bem; eu aceito tirar os hífens, mas, então, quero escrever 'aquiles' com letra maiúscula, porque é o calcanhar de Aquiles, que não é um substantivo comum". E ficou essa questão.

Em "pimenta-do-reino", por ser espécie botânica, assim como nas espécies animais, manteve-se o hífen. Tudo bem!

Em "subumano/sub-humano", houve muito problema – o que é mais interessante aqui –, porque, como as duas grafias são corretas (o Acordo manteve as duas), existe uma pronúncia disseminada que coloca uma semivogal ali no meio: "sub/i/umano". No imaginário das pessoas não estudiosas da língua, se você deixar com hífen, agora se pode falar "sub/i/umano". Contudo, aí, o que se deve dizer é: "Não; é 'subumano', pois o que está mudando é a grafia". Enfim, mas as duas estão valendo.

Quanto a nomes próprios de cidades e países, o que as pessoas diziam? "Ah, mas vai mudar o nome da cidade?" Quando é "Coreia", ninguém liga muito, porque a gente sabe que "Coreia" é a maneira brasileira de escrever; agora, se você pegar "Águas de Lindoia", as pessoas dizem: "Ah! Mudou o nome da cidade? Eu vou mudar o nome da cidade?" Eu digo: "Não! Você está mudando a grafia do nome". Não é? Mas você tem que explicar. Assim como em "Pompeia", que é cidade, que é bairro de São Paulo, enfim.

Nomes próprios de pessoas. É claro que não das pessoas vivas, cujos nomes estão preservados pelo Acordo de qualquer mudança, mas fica a pergunta: se se vai editar hoje uma obra de Raul Pompeia, como é que vamos fazer? Grafamos Raul "Pompeia" ou Raul "Pompéia"? E, aí, parece que fica a critério de cada um, a critério da editora.

Só para fazer uma observação, a *Folha de S.Paulo* grafa Euclydes da Cunha com "y", em respeito ao RG do Euclydes da Cunha. A gente já tem muitas edições dos *Sertões* e da obra dele em que aparece "Euclides" da Cunha, ou seja, com "i", porque já passou por outras reforma ortográficas; contudo, nós, lá, voltamos para o "y".

Novos erros.

Embora isso seja interessante, eu acho que não vou conseguir terminar, mas, enfim...

Novos erros: "autofalante". Parece uma piada, não é?

Vai-se dizer que não é "autofalante", com "u"; é "alto-falante" com "l", com hífen, mas eu acho que a vontade de fazer o "auto" coladinho no que vem depois foi tanta, que esse "autofalante" aí apareceu mais de uma vez.

Olhem só esses outros: 'hiperrealista" com "rr". Vamos mostrar as capas, as páginas do jornal.

Eu não consigo mudar aqui, gente. Para onde eu aponto?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Por gentileza, pode continuar. Houve uma poupança de tempo aqui que reverteu em seu favor.

A SRª THAIS NICOLETI – Ah, muito obrigada.

Mas eu acho que estou apontando errado. Para onde eu aponto para ele mudar? Está com um probleminha. (*Pausa.*)

Obrigada.

Esta aqui é uma página da *Folha* corrida. Então, temos lá que a grafia "alto-falante" não saiu de maneira correta. Saiu aquele "autofalante", alguma coisa que se pode imaginar que fale sozinha. Não era nada disso, mas saiu lá. E vale observar que isso, depois, foir parar na coluna Erramos, da *Folha de S.Paulo*. Foi considerado um erro meio feio, meio chato.

Então, vamos para o próximo, por favor.

Aqui, recentemente, encontrei no *site* da *Folha*, de novo, o "autofalante", agora no material *on-line*. Quer dizer que isso ainda é um problema para a gente lá, mas isso não é problema do Acordo Ortográfico. Acho que ele é gerado muito indiretamente pelo acordo.

Aqui, esse título – esse, pelo menos, dá para ver: imagens "hiperrealistas". Há vontade de usar "rr". Então, houve aquele entendimento meio básico de que, se tem "r", deve-se dobrar o "r". Mas não é assim. Dobra o "r" se o prefixo terminar com vogal, não é? Mas o prefixo "hiper" termina com "r". Quer dizer: a regra é uma só. Se você terminou com "r" e começou com "r", o hífen deveria estar lá: "hiper-realista".

Então, isso, de vez em quando, acontece ainda.

Vamos mais um?

O "transexual"...

Mas acho que isso, no fundo, vem da formação mesmo educacional das pessoas. A gente não pode culpar um acordo ortográfico.

Mas vejam lá: essa ideia de que tudo vai ter "rr" ou "ss", as pessoas absorveram isso de maneira intuitiva. Isso é o que eu quero dizer.

Então, ali aparece "transsexual", com "ss", sendo que, depois de um prefixo "trans", não teria por quê. Não existe este "nss" na Língua Portuguesa.

Então, vamos para frente.

Aqui, teria sido interessante se desse para ler. Neste aqui, o colunista escreveu um texto em que suprimiu o acento diferencial de "pode" e "pôde". Esse acento foi mantido no Acordo Ortográfico, porque ele é útil. Ali, talvez, por achar que os acentos caíram, aquela informação meio rápida: "Acento diferencial, caíram todos". Então, ele tirou, e olhem a confusão que surgiu ali naquele texto. No segundo trecho, ele tem ali: "Ele pode, por um momento, sentir o que pode ser o sofrimento". Mas não é. Ele estava querendo dizer que ele pôde, contando uma história, por um momento, sentir o que pode ser o sofrimento de um homossexual.

Vamos mais um?

Este aí é o nosso principal problema, na verdade, mas, agora, o pessoal está aprendendo, de tanto a gente forçar. O "papeis", sem acento... Por que as pessoas estão tirando o acento de "papéis"? Por causa da regra do ditongo. "Ah, não caiu o acento do "ei"? Não! Só nas paroxítonas. Quando cai na última sílaba, não se tira. Mas o maior problema é que o corretor ortográfico – qualquer corretor ortográfico, gente – não pega isso. Ele não pega o caso de "papeis", o caso de "fieis" e mais alguns, porque existe a forma "papeis", que é uma forma verbal

do verbo "papar". "Fieis" também; existe a forma verbal do verbo "fiar": que vós fieis, no subjuntivo, segunda do plural.

Então, o corretor ortográfico tem memória, mas ele não sabe aplicar as regras.

Então, vamos para a frente.

Este aqui é um caso curioso, em que o nome do campeonato é pan-pacífico. Vejam lá como foi escrito: grafia intuitiva, associou com "pan-americano", ou seja, se o "pan-americano" é escrito "pan" hífen "americano", em "pan-pacífico" só muda o "americano" pelo "pacífico". E aí não é. Qual é a grafia correta? A grafia correta é aquela que está ali embaixo: "p""a""m""pacífico", porque antes do "p", o prefixo "pan" vira "pam", com "m". Certo?

Aí o que acontece? A estranheza da grafia. Porque as pessoas estão habituadas a dizer "pan" como uma redução do nome do campeonato. "Fulano participou do pan." E não raro isso aparece na imprensa. Aí quando se fala "pampacífico" sem o "pacífico" em letra maiúscula fica esquisito. Então, depois que eu disse que não era assim, que era daquele jeito, o jornalista falou: "Mas será que eu poderia, pelo menos, usar o 'p' maiúsculo aí no meio." E eu falei: "Aí não dá também."

Mas a grafia realmente é um pouco estranha, mas é ela.

Vamos para frente.

Aqui é o exemplo do Hospital Panamericano de São Paulo, muito antigo. Em São Paulo existe também a Praça Panamericana, tudo sem hífen, nunca usaram. Nunca usaram o hífen em "pan-americano" e as pessoas falam "panamericano" e não usam deliberadamente. Muito difícil encontrar.

Questões que eu considerei aqui teóricas. A mandachuva juntou e o guarda-chuva não juntou! "Mandachuva" e "guarda-chuva", do ponto de vista do jornal, não foi problema em nenhum momento.

"Coerdeiro" eu fiz uma rápida busca no arquivo da *Folha*... Essas palavras só aparecem no meus textos e nos textos do Prof. Pasquale, quando se discute o Acordo Ortográfico. Co-herdeiro é com "h" e com hífen? Ou é sem "h"? Ninguém mais fala coerdeiro, ninguém escreve coerdeiro. Então, eu imagino que essa questão ficou sendo teórica, porque no texto do Acordo aparece com hífen e me parece que Portugal manteve a forma com hífen. E aqui, a Academia Brasileira de Letras entendeu de tirar esse hífen e juntar. Eu não vejo nenhum problema nisso; muito pelo contrário porque essa "desobediência", entre aspas, ao Acordo entendo como uma adaptação. O Prof. Bechara já explicou bastante isso. Ela só alterou "coerdeiro", o verbo coerdar e suas flexões, e me parece que "coomólogo" e "coomologia". Somente essas palavras. São muito poucas palavras, e o ganho disso é que palavras como "coabitar" e "coabitação", que já usamos sem "h" há muito tempo, permanecem do jeito que elas são. E se tivéssemos que manter "co-herdeiro" com "h", teríamos que fazer voltar o "h" de "co-habitar" por uma questão de coerência. E isto é que ficaria estranho: fazer voltar uma letra que já foi aglutinada e que já desapareceu, ainda mais um "h", não é, Prof. Pimentel? Seria estranho voltar um "h" que já foi.

Então, aí não parece ser um problema, é uma palavra de uso muito restrito, e fazer cavalo de batalha em cima disso, no meu entender, é uma grande perda de tempo.

Vamos para frente.

Aqui problemas permanentes relativos ao hífen... Veja bem, aqui estão os doutores, os filólogos, as pessoas que realmente estudam o idioma. Eu aqui estou apresentando uma percepção que têm as pessoas que trabalham com o idioma no seu dia a dia, que produzem textos escritos. Então, a percepção disseminada. Nós vamos dizer aqui que ninguém conhece a regra de hífen, embora tenha ficado muito mais fácil agora, depois da reforma. Não tem comparação com o que era antes. Ainda assim, existe uma tendência a hifenizar aqueles prefixos de mais de uma sílaba, como "mega", "mini", "micro", "super". No "mega" as pessoas gostam de pôr o hífen; no "mini" a mesma coisa. Eles sentem como uma palavra autônoma. "Micro", "super" então... "Super" virou uma palavra. Se olharmos nas redes sociais, nos *e-mails*: "Estou super feliz."

Olhem lá, é daquele jeito ali que aparece, como uma palavra separada, e ninguém em acentuá-la por ser uma paroxítona terminada em "r"; não passa pela cabeça.

Ali, temos o "micro" e pequenas empresas, e trago aqui esse exemplo porque isso está todos os dias nos jornais. Poderíamos pensar aquele "micro" como uma redução do substantivo "microempresa"? Não é! Ninguém fala "micro" para dizer "microempresa", mas aparece daquele jeito, porque a pessoa não vai escrever "microempresas", tudo grudadinho, e "pequenas empresas".

(*Soa a campainha.*)

A SRª THAIS NICOLETI – Então, é um problema. Não sei como solucionar ou se deixa assim.

Ali, aquelas questões de oscilação. Nunca tivemos no Acordo, em nenhum vocabulário ortográfico a definição de ter braço direito ou saia justa, com hífen, mesmo as pessoas usando isso como substantivos compostos. Fica para a gente pensar.

Está acabando.

Aqui hifenação abusiva, mostrando o caso de "mini-vaca". A palavra surgiu, e, em vez de a pessoa fazer dentro da regra, põe um hífen porque sente que é "uma coisa diferente, então, põe".

Para ver que isso não é só na *Folha de S.Paulo,* temos o caso de "mega-sena", o concurso da Caixa Econômica Federal. "Megassena", antes da reforma e depois da reforma, deveria ser uma palavra escrita com "ss". Isso não foi a reforma, não foi o acordo que mudou. Já era assim, e nunca foi. Então, o jornal, a *Folha de S.Paulo* nem se atreve a mudar, a mexer com a "Megassena". Enquanto eles escreverem assim, vamos escrever assim também. Então, fica para o pessoal da Caixa Econômica pensar, porque isso não foi o Acordo. Já era assim.

Mais uma.

Esse é um texto que está na *Folha*, mas foi reproduzido de Facebook. "Depois de mini-férias pós Copa..." Estão vendo? Isso é meio disseminado. A pessoa põe com hífen. Então, onde deveria ter hífen, no "pós-Copa", não tem; no "mini-férias", tem. As pessoas acham que, se colocar um "mini" antes de "férias", tudo bem. Estou chamando de "mini". Agora, se ela juntar, é outra palavra, uma palavra que ela nunca viu na vida.

Aqui são padronizações que fazemos no jornal: "mini-Petrobras". As pessoas falam assim, adoram usar os prefixos "mini", "mega", "hiper": "uma mini-Petrobras". Falando aqui do Eike Batista, "A derrocada de um Midas". É o Eike Batista. Fazendo uma comparação das empresas dele, a OGX seria a "mini-Petrobras" e a MMX, a "mini-Vale". Nesse tipo de caso, optamos realmente pelo hífen, preservando os nomes "Petrobras" e "Vale". O mesmo que se faz quando dizemos "anti", colocamos o prefixo "anti" diante do nome de alguém, geralmente um político: "anti-fulano", "anti-beltrano".

Aqui é uma questão para o Volp, porque diz respeito ao vocabulário ortográfico. Essas que estão destacadas em vermelho são palavras que não aparecem no Volp nem nos dicionários. As outras aparecem. Esta é regra do "mal": o "mal" deve se hifenizar somente diante das vogais e do "h", "mal-humorado", com hífen, "mal-entendido", com hífen, e, com o resto, juntar, mas não é o que as pessoas fazem. Quando está no dicionário, está no corretor ortográfico, que é alimentado pela base do Volp. Se a gente escreve "malparado", escreve "noites maldormidas", escreve "malfeito", não erra. Agora, se escrever separado e sem hífen, o corretor ortográfico não vai apontar como erro porque as duas palavras existem.

(*Soa a campainha.*)

A SRª THAIS NICOLETI – Vamos terminando, o acordo ortográfico sugeriu essa grafia para quem nasce no Kwait: "kuwaitiano", com a volta do "w" e do "k". O Volp não incorporou. Ele ainda mantém "coveitiano". Se eu disser à Folha de S.Paulo para usar "coveitiano", eles vão me matar! Não dá para usar "coveitiano", em hipótese alguma, ou "Coveite". No Houaiss e no Aurélio, aparecem as duas.

No Acordo tem "malawiano"; no Volp, as duas, com "w" e com "u"; no Houaiss, temos com "u", e ele diz que, com "w", é forma não preferível. No Aurélio com "u". Temos aí uma discrepância entre fontes importantes.

E há as excessões. Para terminarmos, aqui realmente as exceções. Entendemos o motivo pelo qual estão aí, um motivo mais de respeito ao texto do Acordo. Mas já que o Acordo interpretou que deveremos tirar os hifens de "mão de obra", de todas essas palavras com a preposição no meio, por que manter? Essas palavras não são mais consagradas do que as outras. Então, acho que aqui seria muito simples tirar todos esses hifens aí e pronto, chega disso. Não há nenhum motivo para manter isso.

Aqui estrangeirismos, só para mostrar. Os professores aqui já falaram de... O Professor Pimentel falou do "*tsunami*"; o "*origami*" também. "*Origami*" também, palavra de origem japonesa. Não existe registro de "*origami*" e as pessoas usam muito no jornal. Existe ali no Aulete, no Aurélio, no Sacconi. Nós já temos o "origâmi" dentro da Língua Portuguesa com acento. Volp e Houaiss não registram.

"*Karaoke*". Está vendo "*karaoke*"? Estou lendo de baixo para cima, gente. "Caraoquê" é o que aparece no dicionário do Antonio Houaiss, totalmente aportuguessado, com "c" e com "qu". E ele indica, na informação etmológica, origem japonesa com "k". Volp não registra, e Aulete, além de usar com "k", põe um acento circunflexo para indicar pronúncia. Então, isso poderia ser regularizado. É uma palavra que usamos bastante.

"Habitué" a gente tem... Qual o problema? Volp não dá, mas nós temos no dicionário o "*habitué*" que está em francês. Então, isso significa que a pessoa tem de saber fazer a flexão em francês, "*habitué*" com um "e" ou com "ee". Então, você se obriga a estar escrevendo em português, e, ao colocar uma palavra como essa, estrangeira, tem de fazer a flexão na própria língua. É um pouco estranho. Se houvesse um acento circunflexo ali, facilitaria a vida de todo mundo.

"*Crème brulée"* é outro problema, porque "*crème*" em francês é feminino, por isso "*brulée*" está lá – "queimado", em francês – com o duplo "e". Só que nós escrevemos o "*crème brulée*". Então, não tem solução o "*crème brulée*", gente. Não tem solução em português, por hora, a menos que se inventasse um "brulê" com acento circunflexo, que valeria a pena, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Temos mais um minuto para conclusão, por gentileza.

A SRª THAIS NICOLETI – Certo.

Então, o "*filé mignon*", a primeira de todas lá, gente, ninguém discute o "filé *mignon*", certo? Mas olha que grafia esquisita, porque aportuguesou o "filé", mas não o "*mignon*". Volta, por favor, e compara com o "*champignon*", que é o de baixo. O "*drink*", que eu coloquei ali... Porque agora as pessoas são muito mais bilíngues do que eram na década de 70, quando houve aquela outra reforma.

Pode virar.

Então, elas não querem mais escrever "drinque", com "qu"; muito menos "xampu" com "x". Elas querem escrever "*shampoo*" com "s", "h", "a", "m", "p", "o", "o". Querem escrever em inglês. E os rótulos, as embalagens não nos deixam mentir.

Aqui acho que tudo bem. Eu tinha levantado alguns nomes de etnias indígenas que antropólogos e os próprios índios usam com "k", com "y", com "w", e que estão consagradas no Volp com "c", aportuguesadas.

Esse aqui foi um problema que ocorreu na *Folha*, com a pimenta "baniua". Então, nós fizemos, na legenda da foto, "baniua" com "u". Mas olha o rótulo da pimenta, lá: "*baniwa*" com "w". Então, ficou a foto de um jeito e a legenda de outro. E nós temos aí um desacordo na mesma imagem, porque não tínhamos o que fazer.

(*Soa a campainha.*)

A SRª THAIS NICOLETI – Pronto, gente. Podemos terminar? Ah, sim. É isso? Só isso aqui, gente. Por exemplo, só para observar que "brasuca", embora devesse ser escrito com "s", que é essa maneira jocosa como os portugueses chamam os brasileiros, já que "Brasil" é com "s", "brasuca" é com "s" e tem registro, a Copa foi no Brasil, a bola foi chamada de "brazuca", porém com "z". E não foi o Professor Pimentel que sugeriu. Acho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª THAIS NICOLETI – Mas ele está seguindo, porque é "Brazil" em inglês. Então, fizemos essa concessão. E o outro caso...

Pode passar o último, por favor.

E esse aqui é mais desagradável ainda: o Comitê Paraolímpico Brasileiro se transformou em Comitê "Paralímpico", para fazer uma associação com o Inglês, que não tem o "o". Mas isso, do ponto de vista do Português – e aí que o Prof. Bechara, por favor, me ajude –, parece-me um absurdo!

Então, o que a gente faz no jornal? Continuamos usando "paraolímpico", mas, quando vamos falar desse comitê em particular, temos de falar desse jeito.

E aí? Podemos, assim, ir mutilando as palavras? Como é que fica?

Então, termino desta maneira e agradeço a vocês a paciência de terem me ouvido durante tanto tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado Thaís pela sua exposição.

Sentimos que realmente que há palavras que são usuais, mas não são lógicas, e que outras são lógicas, mas não usuais.

Cumprimento também o nosso Senador Wilson Matos, que também é educador.

Iniciamos, então, as nossas perguntas.

Passo a palavra à coautora desse requerimento, nossa Vice-Presidente Senadora Ana Amélia, para iniciar as suas perguntas. Posteriormente, passarei a palavra também aos Srs. Senadores que quiserem formulá-las. Temos os internautas e também abro para a plateia a possibilidade de fazer algumas perguntas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O bonito desta audiência é que tratamos a língua portuguesa, e todos falaram muito bonito, usaram bem a língua portuguesa. Uma coisa é você escrever a palavra. Outra coisa é você dizê-la. Ela tem um encanto maior, e todos as disseram muito bem, claro, sobre o de que tratamos aqui. Quero cumprimentá-los, alguns com mais humor, com mais picardia, como o nosso Professor Antonio Martins Araújo, fazendo uma brincadeira com os sotaques.

Então, quero lhe lembrar, já que o senhor provocou os gaúchos, que todos foram "trilegais" – com hífen ou sem hífen, como quiserem – na apresentação.

Na verdade, Professor Antonio, nosso Presidente, se o senhor estiver na minha terra em Lagoa Vermelha, que fica em Campos de Cima da Serra, no Nordeste do Rio Grande do Sul, ou na região missioneira, o senhor vai dizer: "leit/E/ quent/E/" ou boa "tard/E?. Mas se o senhor estiver em Porto Alegre vai dizer "leit/ch/e" "quent/ch/e" ou boa "tard/ji/".Então, até em um Estado, temos as formas de falar serão diferentes.

E agora temos mais um: o "gringo", que é o candidato cuja falar também muda, porque tem um acento. E o "gringo", para nós gaúchos, não seria o do conceito do resto do Brasil, que é o americano. Gringo, para nós, é alguém de descendência italiana. Para nós, do Rio Grande do Sul, falar em gringo é falar de alguém que é de origem italiana e que carrega no "R". Ele diz "ca/R/oça", e não "carroça". Mas é assim aceito, porque assim falamos.

Há uma cidade que se chama "Pantano" Grande. Assim se escreveu, não se colocou acento. Se se disser "Pântano", está errado. Assim também "Novo Cabrais". Assim se criou a palavra e se diz sempre. Temos também "Não me Toque", separado, sem hífen.

Mas eu, então, queria dizer que o Professor Pimentel trouxe aqui um neologismo, que não consta nem do Houaiss, nem no Volp e nem no Aurélio: "trocentos". Ela não está em nenhum deles. Foi uma contribuição valiosa.

Agora, especificamente, sobre o nosso tema aqui, apenas porque o Prof Bechara introduziu uma questão ideológica na reação em Portugal, acho que a língua não pode ter ideologia. Ela tem nacionalidade, mas já que foi na ideologia, então, volto para o outro lado. O senhor falou de um parlamentar da Direita.

Eu vou usar o que disse uma ex-Ministra da Cultura de Portugal, Deputada do Partido Socialista Português, no Porto. Falo da Deputada Isabel Pires de Lima, que é Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Deputada do Partido Socialista, como reafimei, e apontou como uma das principais fragilidades do Acordo Ortográfico, abre aspas:

O fa/c/to [como se diz em Português, com o "c" mudo] de acabar por nem sequer se revelar uma versão fraca de unificação ortográfica, como se pretendia, mas antes uma versão permissiva, erigindo o princípio da facultatividade excessiva, o qual vai contra o próprio conceito normativo de ortografia, originando nomeadamente [bem portuguesa a expressão] a possibilidade do uso de duplas grafias dentro do mesmo país, isto é, abrindo a porta à heterografia.

Então, eu, só para lhe dizer que há controvérsia até se formos no campo ideológico dentro de outros partidos.

Eu queria, à luz do que foi dito aqui, Prof. Evanildo, então trazendo o que falou a professora, perguntar ao senhor, à luz do que foi dito aqui e sabendo que este Acordo entra em vigor em 2016, porque foi um pedido nosso, aqui, que condições teremos de encontrar um consenso com os outros países neste espaço tão curto de tempo para fazer esse ajustamento? Se é que o senhor vê possibilidade nessa "concertação" de entendimento, até para evitar que o Brasil queira impor aos países de língua portuguesa, especialmente, Portugal, uma forma e uma norma de dizer. Então, existem várias posições.

Para o Prof. Pimentel, eu queria, também, lhe saber sobre seu argumento quanto à questão da aglutinação ou justaposição. E até lembro que, numa das audiências, aqui, ficou a história do "guarda-chuva" e do "mandachuva", que era a dúvida que ficou. Ao Prof. Pimentel, do que se viu, aqui, nesta audiência, também um novo item – a Thais talvez não tenha.... –, com a introdução da linguagem, diminuída que foi na rede social, está sendo alterada, diariamente, a forma de se escrever, e houve até uma polêmica, aqui, nesta Comissão, entre livros didáticos do Ministério da Educação, de formas de concordância verbal completamente arrevesadas que se aceitavam. Agora, num livro didático, você não atentar para a correção da forma? Você pode aceitar no falar, mas, no escrever, eu penso que a gente tenha que ter cuidado para preservar, exatamente, a essência da nossa língua.

Então, eu queria saber do Prof. Pimentel da mesma pergunta que fiz para o Prof. Bechara sobre essa condição de encontrarmos. E saber do senhor, que, junto com o Prof.Pasquale, esteve em Portugal conversando com representantes especialistas do parlamento – imagino da academia portuguesa –, quais as condições que temos de um entendimento em relação a essa possibilidade de um acerto para melhorar e para que a gente possa, de alguma maneira, introduzir um entendimento que seja bom para todos os países de forma muito respeitosa e muito democrática?

Então, são essas colocações que faço inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Eu, inicialmente, então, passo ao Prof.Evanildo Bechara para responder, e, posteriormente, ao Prof.Ernani Pimentel.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Prezada Senadora, agradeço a atenção com que me ouviu e passo, na medida do possível, a responder aos seus questionamentos.

Eu citei como da direita Vasco Graça Moura, mas acontece que essa ideia da outra parlamentar se explica muito bem: ela não é, realmente, uma técnica, principalmente em ortografia. E, quando ela tratou da duplicidade de formas, ela fez uma confusão entre grafias duplas e palavras duplas. Grafias duplas são grafias de uma mesma palavra, não mudam o seu sentido, não são duas palavras que, no dicionário, aparecem verbetadas em verbetes diferentes, como, por exemplo, em Portugal, "fato" e "facto".

Aí, não há uma divergência, não há uma duplicidade de grafias. Trata-se, aí, de duas palavras diferentes que têm, no dicionário, entradas diferentes.

Então, o acordo aceita a duplicidade de palavras; não aceita a duplicidade de pronúncia de uma palavra só. Por exemplo: em Portugal, eles dizem corruto; em português do Brasil, nós dizemos corrupto.

Então, acontece que aí são duas formas que vigem na língua.

Agora, quando Portugal escreve director com "c", e nós escrevemos diretor sem "c", aí há apenas uma duplicidade somente de grafia. E essa duplicidade de grafia o Acordo não aceita. De modo que não se pode criticar o Acordo por ela aceitar duplicidade de palavras. O que o Acordo não aceita é duplicidade de grafias, já que estamos tentando simplificar a grafia da língua portuguesa na medida do possível.

O outro ponto a respeito do questionamento é saber se, com pouco tempo, nós conseguiremos essa união dos países lusófonos. Entre nós, no Brasil, ocorre muito esta declaração que não é verdadeira. Por exemplo – lê-se muito isto: parte dos países lusófonos, como Portugal, é contrária às mudanças propostas para a unificação da ortografia. Ora, isso é totalmente inverídico em relação ao que se está fazendo nos países lusófonos sobre um acordo dos diversos países. Por exemplo, nós temos o ILTEC, que é o Instituto Internacional de Linguística e Tecnologia, que está preparando com o IILP e com as demais comissões técnicas, não só o acordo comum, o vocabulário comum de toda a língua portuguesa, mas os vocabulários ortográficos nacionais.

Os países estão representados por técnicos: no Brasil, é o Carlos Alberto Faraco, que é catedrático no Paraná, e, por mim, representando a academia; em Cabo Verde, temos o Manuel Veiga e a Elvira Freitas, ambos professores universitários; em Moçambique, Bento Sitoe, da Universidade Eduardo Mondlane, e Perpétua Gonçalves; de Portugal, Telmo Verdelho e Maria Helena Mira Mateus; de São Tomé e Príncipe, Fernanda Pontífice e Beatriz da Costa Afonso; e do Timor Leste, Benjamim de Araújo e Côrte-Real e Crisódio Araújo.

Ora, todos os anos, há cimeiras. Agora, nós não podemos exigir de países que têm numerosas línguas africanas nacionais o mesmo comportamento e rapidez de implementação de países como Portugal e Brasil, que têm o português como língua materna. Para esses países, o português é uma língua de vocação internacional; para Portugal e Brasil a língua é uma língua nacional. Mas todos esses países já estão apresentando, e países como o Timor Leste já apresentou ao IILP o seu vocabulário ortográfico.

Então, só estão faltando dois países – Moçambique e Angola –, que ainda estão atrasados por outros motivos, não por motivos de desobediência ao Acordo.

De modo que seria interessante que o Senado conhecesse esse trabalho que já está no fim, para que, em 2015, nós tenhamos o Vocabulário Ortográfico Comum de todos os países lusófonos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Prof. Evanildo.

Passo a palavra para, também, responder à Senadora Ana Amélia ao Prof. Ernani Pimentel. Vou pedir que sejamos um pouquinho mais sucintos, porque temos uma quantidade enorme de perguntas dos internautas, que estão respondendo ao nosso apelo. Também temos, aqui, Senadores que querem fazer pergunta, e vamos abrir, como o assunto é muito importante, para duas ou três pessoas dentre os nossos convidados da plateia.

Por gentileza, Prof. Ernani.

O SR. ERNANI PIMENTEL – Senadora Ana Amélia, a exposição da Profª Thaís parece que deu um exemplo para a gente da dificuldade de se saber essas regras. Não é verdade? Porque, para cada caso, há uma explicação, mas nós não podemos ter uma explicação para cada caso. A gente tem que ter uma explicação para todos os casos.

Então, por exemplo, o problema do trema, que tem tantas possibilidades, com apenas duas regras, sem nenhuma exceção, resolve-se o problema do trema.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERNANI PIMENTEL – Desculpe. O problema do hífen.

O problema do trema é sério também. Eu vou... Aqui, na página 28, há um teste que eu fiz com as palavras... Eu vou falar tudo pronunciando o u: "exting/ü/ível", "sang/ü/inário", "ensang/ü/entado", "lâng/ü/ido" e "lang/ü/escente". Aplicado para cidadãos no centro da Capital do País, em uma região nobre, e eu percebi que 50% teve dúvida em sanguinário e ensanguentado; 60% errou em lânguido; 80%, em extinguível; 90%, em languescente; e todos eles se confessaram inseguros.

Então, com as palavras que são muito usadas a gente não tem problema. O problema é quando chega uma palavra que a gente não falou ainda, que a gente não ouviu ainda, e está escrita. Por isso, tem que haver uma saída para isso. Eu não proponho a substituição do trema não, mas existe uma saída para isso, que está proposta, aqui, na substituição do "j" por "gue".

Sobre o problema da duplicidade de grafia, nós temos duplicidade de grafia. Veja uma coisa: "pré-embrião", se eu for procurar no Volp, "pré-embrião" existe com hífen, e existe, também, "preembrião", sem hífen. Então, se eu quero escrever "pré-embrionário" ou "preembrionário", eu posso usá-los, porque se os dois primitivos são aceitos, o derivado pode ser aceito. Mas não. Só se aceita, no Volp, o "pré-embrião", o outro não pode. Assim, eu vou ter que decorar, o com hífen não se aceita.

Aí, eu vou para uma outra palavra: "ad-renal", que se escreve com hífen, e "adrenal", que se escreve sem hífen. Então, eu já gravei, na outra regra, que o sem hífen não é aceito, e vou escrever só "ad-renalina", mas só este que não é aceito agora – o que tem hífen. Perceberam? Não há...

Por isso que eu estou dizendo. E houve um Simpósio Internacional do qual eu participei e, após a minha fala de dez minutos, a equipe de Angola me circundou no café e dizendo o seguinte: "Professor, nós estamos espantados de saber que, no Brasil, existe alguém falando aquilo que a gente sente, mas que não pode falar, porque não se discute, não se pode discutir, o Acordo está sendo imposto". Angola e Moçambique, exatamente os dois países mais populosos. Depois que o pessoal de Angola saiu, veio o pessoal de Moçambique e me falou a mesma coisa. E a base do argumento deles era o seguinte: "Os nossos professores não aprendem essas regras". E eu respondi pra eles: "Nem os nossos." Eu não conheço um professor de língua portuguesa que saiba as regras do Acordo Ortográfico. Não existe!

Então, quanto ao caso do "internetês", o jovem é criativo. Ele foi criado em um mundo muito mais veloz que o nosso, então ele busca simplificar. O caminho, com certeza, é a simplificação. Isso que nós estamos falando aqui, podem ter certeza, é o futuro, pra isso que nós estamos falando, nós não estamos falando de passado, nós estamos falando de presente e de futuro. Então, o "internetês" é uma das maneiras de se escrever. Como existem várias formas de se falar. O que é mais fácil, o que é mais certo falar? "Nós vai" ou "nós vamos"? A resposta é que depende do ambiente, a ideia é ser adequado ou não. Caso eu chegue em um ambiente no qual todo mundo fala "nós vai", e eu chegar falando "nós iríamos, se pudéssemos, galgar as grimpas daquela protuberância geográfica", eu tomaria um tiro antes, não é Senador? Principalmente se fosse em Goiás. Mas se eu falar "nós vai se pode trepar no morro", ele vai deixar, se não for com a minha filha vai, não é?

Então, na realidade, as maneiras diferentes de falar fazem parte da língua. As maneiras diferentes de escrever também fazem parte da língua, só que a língua precisa ter uma forma oficial, para que se façam os relatórios, para que se façam os textos oficiais, para que se façam as provas de adaptação ou de aceitação em universidades e para os empregos etc. Então, nós estamos falando de criar uma língua escrita, uma grafia oficial, mas já científica, de acordo com o nosso pensamento do século 21, que vai facilitar demais o ensino.

Eu dei um curso para 1,5 mil professores da Fundação Educacional do Distrito Federal, e perguntei a eles quantas horas-aula gastavam de ortografia do ensino fundamental ao médio. A resposta foi 400 horas-aula. Eu sugeri algumas simplificações, que estão aqui, e perguntei quantas horas-aula de ortografia. Quem me respondeu mais falou que 150. Então, com 150 horas eu consigo ensinar com mais firmeza aquilo que em 400 nós não conseguimos. E é falando disso, para simplificar, é que a gente tem que pensar não é em quem tem o computador e que tem o corretor eletrônico. Porque a gente, pra saber escrever, não precisa andar com o computador na mão. Perceberam? Eu tenho que saber escrever em qualquer lugar que eu esteja, pescando na canoa lá no Amazonas, não é verdade? Então, o que nós temos que pensar é no Brasil inteiro e em todos os países de língua portuguesa que precisam dessa simplificação, certo? Então, eu não sei se foi suficiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado Professor.

Temos aqui o nosso querido Senador do Paraná, Wilson Matos, que também é educador e dirigente de uma das maiores universidades do Sudeste do País.

Eu passo a palavra e também peço brevidade, porque nós temos aqui, por obrigação, de dar uma resposta aos nossos internautas e aos nossos convidados – por gentileza.

O SR. WILSON MATOS (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PR) – Quero cumprimentar o Presidente Cyro pela reunião aqui e também pela escolha dos expositores de alto nível, os melhores deste País e parabenizá-lo pela exposição.

Mas quero dizer que o Ernani Pimentel acabou expressando bastante os meus pensamentos e sentimentos.

Eu fundei e administro uma universidade, hoje, com 60 mil alunos, mas sou professor de matemática. Então, vocês viram a minha dificuldade em língua portuguesa. Eu fundei, construí, fiz tudo lá com uma equipe, mas chega a hora de colocar no papel e tenho de chamar o pessoal especializado. Então, a gente faz a construção disso.

E vejo hoje que realmente a língua portuguesa é bastante complexa, um extenso conjunto de regras, que faz gastarem-se, durante o ciclo escolar básico, milhares e milhares de horas, tendo em vista que, no ensino básico hoje, a disciplina com maior carga horária é a língua portuguesa. E, assim mesmo, a gente sabe que, quando o aluno chega à universidade brasileira, quando passa no vestibular, 50% deles são analfabetos funcionais, não sabem interpretar um texto.

Gastamos milhares de horas para entender essas regras todas e nos dedicamos muito menos à matemática, à ciência, que têm como objetivo o desenvolvimento cognitivo, e o aluno chega lá sem o domínio dessas proficiências.

Então, a minha palavra aqui é no sentido de que temos de simplificar o máximo, o mais rápido possível, porque a sociedade tem atropelado o nosso sistema ortográfico hoje.

Acho que é importante nas relações da sociedade uma boa comunicação, claro, de um excelente nível, mas temos de ser práticos. Tudo hoje exige pressa, e temos de dominar muito mais os fenômenos da natureza na área da ciência, da matemática, para que realmente possamos desenvolver mais eficientemente a nossa Nação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Wilson, pela colaboração e pela rapidez.

Passo aqui, agora – vamos intercalar um pouquinho –, a algumas perguntas dos nossos internautas.

A pergunta é de José Pereia Martins, Presidente da ONG Alfabeto sem Amarras. Primeiro, ele pergunta ao Sr. Ernani Pimentel: "A letra "x" é a mais fonêmica de todas as letras do alfabeto português. Vejamos: com valor de "s", "sexto", "expectativa", "texto", "experiência", "extremo"; com valor de "ss", "próximo", "auxílio", "máximo", "auxiliar"; com valor de "z", "exame", "êxito", "exato", "exibição"; com valor de "ch", "xerife", "xícara", "ameixa", "enxada"; com valor de "cs", "borax", "fênix", "anexo", "axilas", "sexo"; e sem valor algum, "excêntrico", "excessivo", "excitar". Não seria mais perfeito que essas palavras tivessem tão somente uma única pronúncia?"

Ao também Presidente Antonio Martins de Araújo ele pergunta: "Para chegar-se a uma simplificação ortográfica mais condizente, a letra "c" deveria ter somente o som de "k", mas, quando tiver o valor de fricativa alveolar surda ("c", "ç", etc.), seu uso deveria ser com a seguinte regra, que já é usada parcialmente, "após uma vogal, usar "ss" ("assessor", "assédio", "demissão"), e, após uma consoante, usar somente um "s" ("apreensão", "compulsório", "cansar", "defensivo", "bolso". Essa proposta não deveria ser estudada?"

Aqui um comentário de Anna Flávia Schmitt de Baranski, de Santa Catarina: "A língua é a identidade, o maior patrimônio de uma Nação. Por favor, não despersonalizem os países de língua portuguesa. O que unifica as nações irmãs são as oportunidades, e não essas medidas tresloucadas desse Acordo Ortográfico."

Samara Sadek, do Distrito Federal: "Minha filha está [esta é para a Thais] no primeiro ano, e percebo que, na leitura livre, ela não consegue pronunciar corretamente palavras sem o trema. Assim como se tornou difícil explicar a pronúncia de névoa e assembleia, se o 'e' não tem acento. O idioma não é mais autoexplicativo. Não ficou mais complexo?"

Há outra pergunta, também dirigida ao Prof. Ernani Pimentel, de Abraao Jacinto Pereira: "Haverá novas mudanças?"

Por enquanto, então, eu passo a palavra, pela sequência, primeiro ao Prof. Ernani; depois, ao Prof. Antônio; depois, à Thais.

O SR. ERNANI PIMENTEL – Em primeiro lugar, José Perea Martins é um professor conhecido e com ideias muito desenvolvidas. Tanto é que ele criou e lhe deram uma ONG, a Alfabeto sem Amarras. Ele tem propostas muito interessantes.

José Perea, as propostas que eu estou apresentando aqui você vai receber hoje mesmo, por e-*mail*. E, para todos que quiserem, eu vou deixar também colocadas no *www.simplificandoaortografia.com*.

Quanto à dúvida sobre se haverá novas mudanças, as mudanças vão depender das discussões que acontecerem. Mas as propostas que nós temos estão aqui bem resumidas.

E só um detalhe: eu esqueci de responder a uma pergunta da Senadora, sobre se há tempo para fazer mudanças. Em primeiro lugar, se a gente começar a discutir logo, evidentemente, a gente vai conseguir abreviar esse tempo. Mas, como nós estamos pensando historicamente, mesmo que cheguemos no final de 2016, e a Casa resolva dizer "vamos aceitar o Acordo, fazendo pequenas mudanças", tem que se continuar trabalhando pela simplificação. Inclusive, aqui há um internauta que nos conta uma experiência que aconteceu na Grécia na época de 1960 mais ou menos. O grego não sabia escrever, estava com uma dificuldade muito grande, porque a grafia do grego clássico tinha parado no tempo, e as pessoas já não sabiam mais escrever. Então, nessa época, criou-se uma nova ortografia, bem mais simples, chamada grego moderno. E eles apelidaram o outro grego de grego clássico. E deixaram as duas em função. Em torno de 30 anos, 98% da população da Grécia escreve o grego moderno. Não precisou ser obrigado.

Se se deixar uma ortografia e deixar a outra facultativa, com certeza, as pessoas, até por preguiça, vão adotar a facultativa. Até por preguiça. E, com certeza, isso não afeta a história da língua, não afeta nada da língua. A língua continua do mesmo jeito que é, rica, bela e, ao mesmo tempo, mais atraente para quem quer aprendê-la.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Prof. Antônio.

O SR. ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO – A respeito da pergunta que me foi dirigida, sobre a necessidade de uniformização, a ortografia é o reflexo concreto de uma realidade oral. Então, há certa arbitrariedade nessa conjunção de fatores. Não se pode mudar a coisa porque "poderia ser", mas, sim, deve-se respeitar aquilo que "é". Então, eu acho que é intocável esse problema de ser como está a ortografia, como é que está.

Eu gostaria de aproveitar o ensejo só para lembrar à nossa jornalista Thais Nicoleti que há uma duplicidade de função para o hífen: há o hífen ortofônico, de que me lembrei do "ob-rogar", "ad-rogar", etc. O juiz não "adroga" a questão, ele ad-roga para a sua Vara; mas há um hífen estilístico, que é aquele do "Mega-Sena", que você citou.

Estou lembrando-me aqui de um verso de Fernando Pessoa, um poema que termina assim: "E dessas são as horas mais arco-de-triunfo da minha vida", tudo ligado por hífen, parecendo um trenzinho. Linda! Linda a criação, poética.

Então, esse é o hífen estilístico, de modo que eu acho uma dupla função para o hífen: o hífen ortofônico e o hífen estilístico.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

Thais.

A SRª THAIS NICOLETI – Professor, sobre essa questão do hífen estilítico, concordo com o senhor, é, até, o que nós fazemos no jornal, naqueles casos de "mini-Petrobras", aquelas coisas que eu apresentei ali, mas nós temos uma palavra como "maria vai com as outras", que, antes, era hifenizada, e, agora, com o Acordo, enfim, com o Novo Vocabulário Ortográfico, ela perdeu os hifens. Então, agora, nós escrevemos "maria vai com as outras" sem hífen.

Então, me parece um caso parecido com esse que o senhor levantou.

Também gostaria de mencionar que o Prof. Pimentel disse que depreendeu da minha apresentação que as pessoas têm dificuldade, porque, para cada prefixo, tem uma regra diferente. Absolutamente, não foi o que eu disse, nem mesmo foi a minha intenção levar a essa interpretação. O que eu disse é que aqueles prefixos de duas sílabas tendem a ser compreendidos como uma palavra isolada, em que as pessoas têm certa tendência a hifenizá-los diante de qualquer letra. É uma tendência, eu não sei explicar, mas me parece que tem algo a ver com o aspecto visual da palavra.

É o que o Professor está falando sobre o caso de "mega-sena". "Mega-Sena" não teria uma explicação para ser, assim, com hífen, para desobedecer ao padrão da língua, mas, enfim, ao padrão ortográfico da língua, mas é o que nós percebemos em muitas grafias pouco controladas, porque, como vocês devem saber, o jornal não tem a figura do revisor. Então, o que está certo e o que está errado é, realmente, de responsabilidade de quem está escrevendo.

Por isso que eu acho que é interessante, é um material interessante para que a gente possa aferir como a Reforma Ortográfica atingiu pessoas escolarizadas e que precisam da língua escrita, porque, às vezes, as pessoas mais velhas ou que não tenham de trabalhar com a linguagem dificilmente vão aprender novas regras, passam por um Acordo Ortográfico, passam por outro e continuam escrevendo como sempre escreveram.

É quem realmente precisa, quem tem isso no seu dia a dia é que tende a absorver e vai, enfim, perceber as dificuldades e as facilidades, o que que ficou mais simples. E eu reafirmo que a regra do hífen ficou muito mais simples.

Sobre a pergunta da internauta, ela diz que tem uma filha em processo de alfabetização. Como se sabe, a língua é aprendida, primeiro, oralmente, ninguém aprende a língua pela sua escrita. Então, não é a escrita que vai levar a uma pronúncia, não é escrever "assembleia" com acento ou sem acento que vai levar à pronúncia. A pessoa ouve a palavra "assembleia", ela ouve, no seu ambiente, e ela vai pronunciar "assembleia", e, se ela ouvir "exting/ü/ir", ela vai reproduzir "exting/ü/ir". Então, não é a presença do trema ou a ausência do trema que vai levar a pessoa a aprender.

Eu acho que nós precisamos melhorar as nossas aulas de português, porque onde é que já se viu dizer que o professor não consegue ensinar, porque a língua é que está errada? Isso é um completo absurdo.

Nós temos que melhorar as aulas de português. Não é mudar a ortografia para o professor ensinar de um jeito mais lógico. Aliás, quem foi que disse que língua é lógica? De onde foi que tiraram isso?

É só observar as concordâncias, as escolhas, por que que eu digo, por exemplo, "escolheu má hora e lugar" se eu estou querendo dizer que o lugar também é ruim e não só a hora? Por que eu faço concordância atrativa quando o adjetivo antecede uma sequência de substantivos? É uma lógica isso? Não é lógica.

Por que que se dizia "eu impido", e vocês podem ver, em Gregório de Matos, não está tão longe assim, "eu impido", e, hoje, se diz "eu impeço"? Por que mudou? Não foi por lógica, foi por analogia – analogia – com o verbo pedir.

Então, não dá para a gente cobrar lógica de todas as coisas.

Por exemplo, alguém mencionou "ad-renal", "adrenal" e "adrenalina". Gente, ninguém vai falar "ad-renalina", não vai acontecer isso porque as pessoas dizem "adrenalina". Então, ah, mas, "adrenal", quer dizer, tanto existe a pronúncia "adrenal" como existe "ad-renal", as duas pronúncias convivem, mas não faz sentido, por uma suposta lógica, eu colocar um hífen em "adrenalina" e pedir às pessoas que passem a ler "ad-renalina".

Então, a mesma coisa se dá... Eu acho que a criança tem que estar submetida a um processo educacional melhor, ela tem que ser levada a ler, e a ler textos, a maior variedade possível de textos para que ela saiba se comunicar oralmente e por escrito, com competência nas diversas situações em que ela se encontrar. Temos que melhorar as nossas aulas, não mudar a língua para ficar mais fácil de ensinar.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, professora.

Eu tenho duas perguntas aqui e depois eu passo a palavra também para a Profª Stella Maris para fazer a sua pergunta, e nós vamos intercalando.

A primeira aqui é para o Prof. Ivanildo Bechara. Ele diz: "O Brasil possui uma população superior aos 200 milhões de habitantes, ao passo que a soma das populações dos demais países lusófonos não chega a um quarto disso. Nossas regras não deveriam prevalecer? É mais fácil ensinar 30 milhões de pessoas do que 200 milhões de pessoas?" É o Flávio dos Santos, de Pernambuco.

E aqui para o Prof. Ernani, ele diz assim: "Estamos nivelando por baixo a língua portuguesa [é a Ana Paula Rummel, do Distrito Federal], estamos nivelando por baixo a língua portuguesa, que é rica, bonita, e não tem que alterar. Somos países diferentes em culturas diferentes, costumes diferentes, hábitos diferentes. Isto é o interessante, o bonito. Igualando para nos nivelarmos por baixo e ficarmos com uma ortografia feia."

Por gentileza, Prof. Bechara.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Discordo plenamente do meu conterrâneo pernambucano. Dizer que o Brasil tem 200 milhões e que, portanto, detém o destino da língua portuguesa, isso é um neocolonialismo, isso é o que os portugueses pensam do Brasil, mas o brasileiro não pode pensar do Brasil dessa maneira.

Eu concordo que o problema central está na formação do professor, na pedagogia do ensino da língua. E é muito fácil. Hoje um brasileiro culto, seja engenheiro, seja médico, seja advogado, ele é bilíngue, ele fala o português e fala inglês. Como é que essa pessoa tem capacidade para aprender o inglês perfeito, aprender a falar e a escrever perfeitamente, e ao falar e ao escrever o português tem que se servir de uma ortografia simplificada? Isso é não acreditar na potencialidade intelectual do Brasil, e com isso eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Prof. Ernani.

O SR. ERNANI PIMENTEL – Bom, primeiro para o internauta, falando que existe uma proposta de nivelar por baixo. Não, a gente simplificar alguns dos problemas ortográficos que atazanam a vida de toda a população não é nivelar por baixo, é tirar lixos do caminho. Eu não preciso ficar decorando um monte de coisas e um monte de exceções para eu poder saber escrever. E a língua não é a escrita, eu simplificar a ortografia não vai mudar em nada a língua; não vai mudar em nada.

Quanto a dizer que a língua não é lógica, a língua tem muita lógica, sim. Existem muitos pontos em que não há, mas a organização sintática tem muito de lógica.

Uma outra coisa é que as regras de grafia que nós estamos falando podem ser transformadas em lógica, e isso facilitar o aprendizado da língua. Então, a rigor, a rigor, a lógica... Nós não estamos falando em mudar todas as formas de escrever, ninguém fala aqui em mudar, escrever como se fala. Não é isso. É que existem alguns fonemas que podem ter sua grafia simplificada. E o aluno, até pela lógica, vai saber. Vai saber.

Então, se eu estou dizendo que duas regras de hífen podem resolver o problema, para que que nós temos que trabalhar com 40 regras de hífen? Outra coisa, não é verdade que se aprende ouvindo. Em uma fase da vida se aprende ouvindo, em outra fase da vida se aprende lendo. Então, se eu estou lendo um livro aqui, escrito em Angola, ou escrito em Portugal, e eu fico em dúvida sobre a pronúncia, uma ortografia simplificada me resolveria esse problema, me diria qual é a pronúncia.

Então, quando a gente passa a ler, a gente aprende pelos olhos também. E a ortografia tem que ser simples para que a gente possa saber se aquele "u" é pronunciado ou não, etc e tal. Se a palavra é paroxítona, proparoxítona e etc. Então, na realidade, o que nós queremos é que todos os países de língua portuguesa tenham uma facilidade de escrever e de ler maior, e independente de as aulas terem que melhorar mesmo, e de fazer o aluno ler mais e escrever mais, paralelamente, a gente pode tirar um monte de "lixozinhos" do caminho, e tornar esse aprendizado mais rápido, né? É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado. Muito obrigado, Professor Ernani. Eu passo a palavra para a Profª Stella Maris, por gentileza.

A SRª STELLA MARIS BORTONI-RICARDO – (*Fora do microfone.*)

Em face dos comentários gerais, quero dizer que me impressionou muito...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – A senhora pode falar no microfone.

A SRª STELLA MARIS BORTONI-RICARDO – Muito obrigada Senador.

Eu vou fazer os comentários gerais, mas eu gostaria de dizer que me impressionou muito o relato da Thais, que é jornalista e é professora, e é responsável pela correção ortográfica, e sintática, e morfossintática, em geral, de um jornal tão importante como a *Folha de S.Paulo*. Então, ao ouvi-la expor e apresentar as dificuldades, eu fiquei pensando: nós aqui precisamos... é só uma sugestão, amanhã eu terei a oportunidade de falar um pouco mais longamente sobre isso. Mas nós aqui precisamos falar de que escrita estamos falando? Estamos falando de uma escrita pública? De um jornal? De um *blog* de grande circulação? Do *Diário Oficial da União*? Diário Oficial do Legislativo? Ou estamos falando de uma escrita privada, informal? Por quê?

Para a escrita pública, esta que tem um compromisso com a ortografia vigente, nós temos vocabulários. E é bom que saibamos que o Vocabulário Ortográfico Comum, que virá, de certa forma, virá a ser um apoio para todos nós que precisarmos escrever nessa instância pública, ele está em fase conclusiva. Os nossos representantes do Brasil são: o nosso queridíssimo Prof.Bechara, aqui presente, e o nosso colega Prof. Carlos Henrique Faraco.

Então, o jornalista, o burocrata, o funcionário público, ou qualquer um de nós, quando estivermos exercendo essa tarefa da escrita com esta responsabilidade de sermos fiéis ao que está em vigor em termos de ortografia e em termos de todos os demais ditames da boa escrita ou do bom uso da língua, nós vamos ter esse apoio. E esse apoio está sendo organizado no âmbito da CPLP e sob a supervisão acadêmica da IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa).

Então, isso vai ser um grande avanço. E muitos desses vocabulários nacionais já estão prontos. Alguns países lusófonos tiveram que atrasar um pouco em função do grande número de palavras no seu léxico que são palavras aborígenes, no sentido de serem palavras das línguas emprestadas às línguas que também compõem aquela comunidade de fala.

Então, neste caso, o vocabulário virá trazer esse apoio sempre que precisarmos escrever com essa correção, com essas precisão. E quando é que vamos precisar disso? Não será, meu prezado professor Pimentel, lá na canoa, fazendo um turismo na canoa, ou fazendo apenas uma viagenzinha na canoa lá no Amazonas, se tivermos o privilégio de fazer isso, porque, neste momento, aquele texto será um texto de natureza pessoal, informal, mais quando a Thais Nicoleti decide como é que a *Folha* vai publicar, aí estamos em outra instância, em outro nível de compromisso com as normas ortográficas acordadas.

Muito obrigada.

Amanhã, se me derem essa enorme satisfação, eu ampliarei um pouco esses temas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Profª Stella Maris.

Vou fazer mais três perguntas e aproveito também para que cada um dos senhores possa já, ao respondê-las, fazer também as considerações finais.

E tenho aqui mais umas 30 perguntas dos internautas que passarei para todos os senhores aqui da mesa. Como tenho o endereço eletrônico, a resposta irá direto.

Há uma pergunta para o Sr. Antônio Martins. "Qual a finalidade dessa modificação na ortografia, uma vez que, continua o cidadão, as universidades portuguesas não concordando com essa alteração?"

Ao Prof. Ivanildo. "Por que o hífen precisa existir? Acho que ele é tão desnecessário quanto à ideia de um acordo para unificar a língua portuguesa, dado que as diferenças semânticas e lexicais são mais expressivas que a grafia de umas poucas palavras."

A primeira pergunta é do Sr. Francisco José de Abreu, de Fortaleza, mais pertinho da cidade onde nasceu o nobre Antônio. E a segunda, do Lucas Teixeira.

Uma pergunta para Thais. "Sou contra a perda do acento diferencial, que pode causar confusão, como em manchetes de jornal. Por exemplo, vi uma vez em um jornal: 'carro para estrada'. Sou contra também a perda dos tremas, pois pode causar confusão na pronúncia de palavras menos usadas como ung/ü/ento."

E para o Prof. Ernani Pimentel. "Eu gostaria que relatasse da sua visita, em Portugal, ao parlamento, o que sentiu? Se isso está sendo implementado nele e nos outros países, e quais as dificuldades que eles transmitiram?"

Inicialmente, então, a palavra será dada ao Dr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO – Eu perdi o texto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – A pergunta: "Qual a finalidade dessa modificação na ortografia, uma vez que, continua o cidadão, as universidades portuguesas não concordando com essa alteração?"

O SR. ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO – Mas ainda está em pleno processo a discussão. Está vivendo trocas, ainda não há finalização. Ainda não apareceu a luz verde no fundo do túnel.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

O senhor quer que eu repita a pergunta?

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Pode ser, para que o público...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

"Por que o hífen precisa existir? Acho ele tão desnecessário quanto a ideia de um acordo para unificar a língua portuguesa, dado que as diferenças semânticas e lexicais são mais expressivas que a grafia de umas poucas palavras."

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – A pergunta do colega revela a falta de intimidade com o problema do hífen. O problema do hífen marca a formação de um composto. Ora, o composto resulta da união de duas ou mais palavras que passam a ter, depois de uma operação mental, um outro sentido. Se eu tiver, por exemplo, a expressão "pé de meia". Onde está meu "pé de meia"? É claro que esse "pé de meia" aí, essa junção, não vai formar uma segunda palavra. Não há aí uma operação mental que caracteriza a formação do composto. Mas se eu digo que o meu "pé-de-meia" tem diminuído com a inflação, eu estou diante de um "pé-de-meia" que já não é mais aquele "pé de meia" da minha meia perdida, mas essa expressão "pé-de-meia" já se vai juntar a uma nova palavra que significa as minhas economias. De modo que quem é contra o hífen tira da língua portuguesa e de qualquer outra língua – porque as palavras compostas não são exclusividade do português, elas existem em espanhol, em francês, em italiano, em alemão, em cada língua – a sua maneira de resolver o problema.

O Português, no século XVIII, adotou o sistema francês, que foi o pior sistema para o emprego do hífen, porque o Darmesteter, um grande filólogo da época, disse: "Olha, o francês só vai usar o hífen nos compostos em que os dois elementos sofram variação de plural. Se não houver variação de plural, não há necessidade do hífen." Isso resolvia, mas os portugueses sempre gostaram de criticar os espanhóis, há sempre essa briga natural de dois países vizinhos. Então os portugueses, em vez de resolver o problema do hífen inteligentemente, como fizeram os espanhóis, o português caminhou para o sistema francês, e o resultado é essa confusão em que ninguém se entende. Por isso é que um gramático cearense – e cearenses são muito inteligentes – disse que o traço de união passou a ser um traço de desunião entre os estudiosos no seu emprego.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado. Thais, por gentileza.

A SRª THAIS NICOLETI – Sim. Bem, aqui o internauta Ricardo Nakaoka diz que é contra a perda do acento diferencial e o do trema, enfim, a supressão do trema, diz que causa confusão, que ele viu o título jornalístico "O carro para a estrada", e que isso poderia ser...

Bem, o que eu tenho a dizer sobre isso? É que qualquer mudança ortográfica, para não falar em outras mudanças da vida da gente, qualquer mudança, faz com que a gente saia de uma espécie de zona de conforto.

Então, o Prof. Evanildo Bechara já disse, em outra ocasião, que a reforma ortográfica não é para nós aqui agora, é para as gerações futuras. E eu faço minhas essas palavras dele porque eu acho que nós vamos ficar aqui debatendo e nos debatendo por causa de um acento, por causa de um trema, e futuramente as pessoas vão rir muito disso. Vão dizer: "Nossa, vocês acharam que precisavam mesmo desse acento do "para"?"

Então há exemplos de outros diferenciais que já foram abolidos em reformas anteriores. Eu "acordo" e o "acordo". No momento, as pessoas achavam que elas não poderiam passar sem o acento do "ac/ô/rdo", porque iam confundir com "ac/ó/rdo". "/Ê/le", pronome, tinha acento para distinguir do nome da letra "l". O "c/ô/co" tinha acento, gente, na barraquinha do "coco" às vezes ainda tem, não é?, para distinguir do "c/ó/co", e coisas assim. E nós sobrevivemos.

As novas gerações vêm, aprendem e ninguém sofre tanto por causa disso. Então, acho que esse é um primeiro momento.

E quanto ao "para" no título jornalístico, eu mesma trouxe um caso aqui, dois. Eu acho que a possibilidade de um acento facultativo, somente naqueles casos em que porventura houvesse possibilidade de dupla leitura seria uma sugestão, mas não vejo nenhum grande drama nisso. Também acho que essa história de as palavras desconhecidas "eu não vou saber quando eu estiver lendo", eu acho que todo mundo deveria ler os dicionários, eu acho que é uma excelente leitura que a gente deve fazer e, diferentemente do que algumas pessoas dão a entender, o dicionário não é nosso inimigo. Recorrer a ele é uma coisa muito boa, isso fomenta, estimula o hábito da leitura e da pesquisa e todos os dicionários trazem a pronúncia das palavras, até o Volp traz a pronúncia das palavras.

Então, acho que não vamos abandonar as nossas fontes de referência, as nossas obras de consulta, porque nós estamos aprendendo para sempre. Acho que quem é professor jamais poderia conclamar alguém a abandonar os livros; muito pelo contrário, nós estamos aprendendo todos os dias, e é assim que deve ser.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu gostaria de um esclarecimento da Thais Nicoleti, porque ela fez uma afirmação agora, nesse contexto da resposta, que me preocupou, na medida em que, quando fala e afirma, que estamos perdendo tempo para discutir hífen ou isso. Eu coloco a questão para a senhora, porque nós aqui estamos fazendo um esforço que tem vários sentidos, não apenas no detalhe, às vezes é no detalhe que está o problema, mas nós não estamos aqui apenas na questão do hífen ou do trema. Nós estamos numa questão maior, que é todo o, digamos o que contém o Acordo Ortográfico.

A SRª THAIS NICOLETI – Questão política.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com as suas implicações também, não só linguistas ou da filologia, ele tem outras questões. Então, abrimos esse espaço para a responsabilidade que a instituição Senado da República, em particular a Comissão de Educação, tem. Nós só agimos quando somos demandados, ou quando a sociedade nos provoca ou, quando nós mesmos entendemos a necessidade de buscar, debater temas que são relevantes.

Então, quando nós fomos provocados para esse tema, ele já vinha sendo debatido, nós apenas abraçamos a causa por entendê-la adequada à natureza da Comissão de Educação. Comissão de Educação do Senado Federal. Então, nós...

A SRª THAIS NICOLETI – Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Só para encerrar.

A SRª THAIS NICOLETI – Ah, sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Nós estamos aqui com o melhor espírito. Não vamos mexer, não cabe a esta Comissão qualquer competência, autoridade ou prerrogativa para mexer em uma vírgula deste Acordo, nada. Não nos compete isso. O que é nossa responsabilidade é ter trazido o tema para o debate com a senhora, com o Prof. Pimentel, com o autor, Prof.Evanildo, com o Prof. Antônio Martins de Araújo, com as professoras, com os internautas que falaram, com o Pasquale. Esse é o nosso dever.

Então, fico... Queria que a senhora... Se esse nosso trabalho está sendo perder tempo de discutir isso. Então,...

A SRª THAIS NICOLETI – Senadora!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Acho que é preciso, a precisão é sobre isso.

A SRª THAIS NICOLETI – Posso responder? Então, o que eu quero dizer é o seguinte: que me parece que este debate ser feito depois de o Acordo ter sido implantado é algo um pouco estranho, porque acho que todas essas discussões poderiam ter sido feitas antes, então, da implantação, porque ele foi assinado, ele foi debatido. Eu não sou uma pessoa que tem a vaidade de ser chamada aqui. Eu vim porque fui convidada, mas eu não pleiteei. Sabe, não é uma questão: "Ah o Acordo não é bom, porque eu não fui chamada para opinar se devia ter um acento ou não."

Eu acho que, dado que ele foi aprovado – e foi aprovado nos vários países de língua portuguesa, em todos eles –, acho que ele tem um valor. Algumas pessoas fazem críticas... A gente vê, em redes sociais, pessoas que não conhecem – que eu tenho certeza que não conhecem – que falam que as mudanças são um descalabro, que há coisas absurdas, e a senhora deve saber que não há.

Não há coisas absurdas. O Acordo Ortográfico pode ter uma coisa ou outra, eu mesma fiz as minhas sugestões, mas acho que não há um absurdo, uma coisa para mobilizar as pessoas dessa maneira.

A Comissão de Educação abriu espaço, pode ser importante, ela poderia abrir espaço para outros debates sobre o ensino da língua, coisas que vão além disso.

É isso só.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Tréplica?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não, eu fico angustiada com essa observação, porque é uma das naturezas do regime democrático você permitir, ampliar o debate. Quer dizer, cercear um debate, mesmo que tenha sido... Faltam dois países que não ratificaram o Acordo ainda e é necessário isso. Até poderia ser uma filigrana da questão diplomática, da soberania. Os países, os presidentes assinam, os Executivos, e os Congressos precisam ratificar os acordos. Então, pode para a senhora ser apenas um detalhe o fato de que Angola e Moçambique sejam os dois países, fora o Brasil, de maior população de fala de língua portuguesa, também reconhecendo o fato de que nesses países existe uma língua, que é a língua africana própria das tribos – e são diversas tribos que existem nesses países –, que a gente tem que considerar também.

Então, apenas volto à necessidade de que estamos, sim, cumprindo o nosso dever, cara Thais, nós estamos cumprindo o nosso dever. É da natureza da democracia entender o contraditório. O contraditório não é de uma pessoa, vários professores de língua portuguesa têm nos provocado, nos questionado sobre isso.

Então, não é só uma vaidade, até porque vou lhe dizer: nesta Comissão, convidamos várias vezes a Academia Brasileira de Letras, várias vezes. Talvez isso tivesse terminado há muito tempo se o primeiro convite tivesse sido aceito. Pela primeira vez, desde que estou no Senado, assumi no dia primeiro de fevereiro de 2011, devo ser cobrada a partir desse momento, porque tenho a designação dos eleitores do Rio Grande do Sul. Então, desde esse momento, estou trabalhando convencida de que estou fazendo o papel que devo fazer como Parlamentar, em torno de uma matéria tão relevante, que diz respeito à própria nacionalidade brasileira, ou portuguesa, ou angolana, ou moçambicana. É apenas o registro sobre esse aspecto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Para colaborar com a Senadora, quando nós assumimos a Presidência desta Comissão, nós recebemos inúmeras, centenas e centenas de demandas pedindo que fossem ouvidos. Nós sentimos, então, que esse Acordo não passou por todas as instituições envolvidas. Então, nós nos sentimos, sim, na obrigação de, democraticamente, chamar todos aqui. Não é a nossa responsabilidade nem nossa atribuição fazer a decisão, se tem, não tem, como tem; mas, sim, obrigação de ouvir todos os envolvidos. Causou-nos estranheza que muitas áreas importantes, aqueles que estão na frente, não tiveram oportunidade de ser ouvidos.

Então, o nosso papel, Senadora, é o que V. Exª nos disse aqui: reunir todos esses dados, entregar ao Poder Executivo depois, para que faça sua análise, junto com o MEC e Relações Exteriores, e cheguem à conclusão final.

Então, passo agora a palavra para o Prof. Ernani Pimentel.

Vou passar depois a palavra um por um, todos os senhores poderão fazer as considerações finais e assim externar seus pensamentos.

O SR. ERNANI PIMENTEL – Vou tentar ser o mais breve possível.

Mas, Senadora e Presidente, eu discordo dos senhores. Os senhores têm responsabilidade para serem ouvidos em última instância, porque a lei que implanta o Acordo diz que qualquer alteração ao acordado deve ser submetida ao Congresso Nacional. E, no Congresso Nacional, quem responde por acordo internacional é o Senado. Quando se fala de ortografia, é a Comissão de Educação.

Então, cabe, sim. Inclusive, no nosso texto, eu quero deixar claro, o capítulo VIII, o item 8 diz: "Desrespeitos ao Acordo Ortográfico de 1990 e ao Congresso Nacional", porque o Vocabulário Ortográfico desrespeita, altera o Acordo em vários pontos, e o Congresso não foi consultado. Por isso, nós estamos aqui no Congresso.

Outro assunto é dizer o porquê de estar se abrindo à discussão depois que foi acordado. Pelo fato de nunca ter sido discutido. Esse Acordo é fruto das duas ditaduras, do Brasil e de Portugal, 1975. Nunca foi discutido. Aqui, no Congresso Nacional, ele foi aprovado num final de sessão em voto de maioria, não foi discutido no Senado e não foi discutido no meio dos professores. Eu nunca vi, como professor, um chamamento à discussão, eu só vi a publicação, vamos dizer, extemporânea de uma coisa que tinha sido decidida décadas antes para se implantar naquele momento. Então, é o momento de discutir, sim. Nós precisamos discutir. Nós, professores, queremos discutir.

Por que isso? Inclusive, a professora Stella Maris disse que existem dois portugueses: a escrita pública e a escrita privada. Não interessa onde eu esteja, a ortografia tem de ser uma só. A concordância pode ser diferente, a pronúncia pode ser diferente, como "po/rrr/ta", "po/r/ta", "po/rr/ta", mas a grafia tem de ser uma só. E a ortografia tem de ser padronizada de acordo com critérios científicos e lógicos, porque a nossa educação merece isso.

É por isso que a gente luta, e não estamos sozinhos, somos mais de 30 mil que assinam o manifesto. Desses 30 mil, a maioria é aluno e professor de nível médio e universitário.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, professor. Essa é a sua resposta sobre Portugal?

O SR. ERNANI PIMENTEL – Sobre Portugal? Desculpe-me, Sr. Presidente. Nós estivemos na Assembleia da República para apresentar as nossas propostas. Eu usei até uma estratégia interessante, que eu poderia ter usado aqui, mas achei que lá era mais importante. Eu coloquei vários testes de ortografia no telão e ia mostrando e perguntando, mostrando que aqueles que estavam ali estavam errando os testes. Então, eu estava mostrando a eles que as regras desse Acordo não são absorvidas pelas pessoas, e poderiam ser com mais facilidade.

Tivemos debates, etc., mas saímos de lá com uma frase, pelo menos foi a última frase que gravei, de que eles estavam... Em primeiro lugar, quando nós entramos eles disseram: "Não se discute mais. Já está assinado e não se discute mais." Mas, no final, ouvimos de um Deputado: "Se houver propostas boas e simplificadoras, por que não discuti-las?" Então, nós saímos de lá com esta resposta: por que não discuti-las? Aliás, é isso mes-

mo o que temos de pensar, temos de aplicar. É o pensamento da ditadura ou temos de pensar no pensamento democrático que vivemos e no futuro das novas gerações?

Então, não estamos querendo que as novas gerações sofram aquilo que sofremos. Eu tenho 73 anos e sofri demais com a ortografia. Se pudermos simplificar um pouco a vida dos outros, eu acho que estamos fazendo alguma coisa.

Então, o que eu vejo é que, embora Angola e Moçambique não estejam... Nenhum outro país adotou. Todos estão esperando. A rigor mesmo, todos estão esperando. Portugal está um pouco mais avançado, mas, mesmo assim, com muitas resistências. E eu acho que não temos que decidir a toque de caixa. Podemos pensar, sim, com calma e debater, mas não temos que debater em grupos cuja constituição é por indicação política.

Eu acho que temos que criar uma comissão da língua portuguesa que seja constituída e gerida por quem tenha feito concurso público para isso e se dedique de forma integral a isso, e não apenas porque foi indicado, como tivemos, por exemplo, a Colip, no MEC, que acabou se esvaindo e foi extinta porque as pessoas que estavam ali haviam sido indicadas politicamente, mas, a rigor, elas estavam defendendo ou a causa própria ou a causa de quem os indicou. E, aí, a coisa perde o sentido do cientificismo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

Eu começo as considerações finais pela nossa direita, com dois minutos para cada expositor.

Por gentileza.

O SR. ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO – Para as considerações finais, eu gostaria de trazer aqui, ao testemunho dos ilustres ouvintes, duas frentes de trabalho excepcionais de resgate da história da língua portuguesa.

A primeira é do meu afilhado de batismo e casamento, Professor de História da Língua Japonesa da Universidade de Nagoia, que está publicando e fazendo edições fac-similares, edições fiéis a todos os tratados e gramáticas do séculos XVI e XVII. Chama-se Toru Maruyama.

Um projeto bem maior e bem mais audacioso é de um querido amigo, Dieter Messner, Professor da Universidade de Salzsburgo, na Áustria, que está publicando, em 50 volumes, o dicionário dos dicionários portugueses. Ele pega todos os verbetes, desde o primeiro dicionário, de Jerônimo Cardoso, meados do século XV, até a quarta edição do Morais. Então, você vê a evolução semântica e ortográfica da palavra. Então, a palavra "formidável", que até o dicionário do Padre Rafael Bluteau queria dizer horrível, disforme, hediondo, monstrengo, hoje quer dizer belíssimo.

Era essa a observação que teria a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

À nossa ponta esquerda, Thais.

A SRª THAIS NICOLETI – Bom, eu gostaria de, finalmente, reiterar o meu agradecimento, Senador, ao convite para estar aqui e dizer que aprecio muito o caráter democrático da Comissão, inclusive porque eu estou aqui, democraticamente, expressando a minha opinião, agrade ou não a certas pessoas.

Agora, eu acho que muitas coisas foram discutidas aqui, e nós não fechamos muita coisa, a não ser como isso vai ser encaminhado posteriormente. Eu continuo achando que, se as regras não são absorvidas rapidamente, em vez de mudá-las, talvez devêssemos mudar o ensino, melhorar a maneira de ensinar. Talvez nós estejamos muito presos a cânones do passado. Como ensinar?

Então, essa é uma questão ótima também para a Comissão discutir e convidar pessoas que estão nas universidades, pessoas que estão trabalhando com a pesquisa. Acho que isso seria muito útil.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

Passo, agora, à nossa direita, ao Prof. Evanildo Bechara.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Em primeiro lugar, eu gostaria de defender a Academia Brasileira de Letras sobre uma crítica feita pela nossa querida Senadora.

A Academia Brasileira de Letras não esteve presente às convocações anteriores porque ela pensou o seguinte: este Acordo foi feito e assinado pelos países, de modo que o Senado vai fazer o que a respeito do Acordo?

E a nossa colega Senadora disse muito bem: este Acordo não sofrerá um arranhão depois das discussões feitas aqui, porque aqui nós estamos discutindo outro assunto, quer dizer, outro tipo de ortografia para a língua portuguesa. De modo que a Academia não veio ao atendimento, porque ela achou que o Acordo não devia ser comentado, como nós não comentamos por ser... Por exemplo, estamos agora em período da mudança horário de verão/horário de inverno. Nenhum brasileiro foi ouvido. Quem foi ouvido foi a comissão técnica. E a comissão técnica resolveu democraticamente, porque cabia a ela fazer isso. Agora, o horário de verão agrada a uns, agrada a outros, mas está aí, todo mundo tem que aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Prof. Evanildo Bechara.

Prof. Ernani Pimentel.

O SR. ERNANI PIMENTEL – Eu quero agradecer o convite à participação. E reitero a minha certeza de que ao Senado compete, sim, avaliar se deve ou não aprovar as mudanças apresentadas pela Academia Brasileira de Letras.

Nenhuma decisão feita por grupos minoritários pode ser chamada de democrática. Na época em que esse Acordo foi feito, pensava-se na democracia autocrática. Hoje nós temos uma democracia participativa e precisamos valorizar isso.

Quero agradecer a oportunidade e dizer que o Brasil precisa desse repensar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Posso só chamar...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Pois não. Aqui nós somos democratas.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Aproveitando o timbre democrático desta reunião, eu queria dizer ao nosso querido Prof. Ernani Pimentel que o Acordo que nós estamos discutindo não nasceu em um regime autoritário – 90% do Acordo de 1990 estão vazados no Acordo de 1943, brasileiro, e no Acordo de 1945, português. De modo que o Acordo de 1990 veio apenas disciplinar algumas coisas que estavam soltas nas duas reformas anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, professor.

Eu quero só aqui ler o decreto de...

O SR. ERNANI PIMENTEL – Já que fui citado (*Fora do microfone.*) Eu só precisaria dizer que, em 1975, era ditadura. E, quando, na realidade, esse Acordo foi pensado em 1943, etc., uma das nossas críticas é exatamente isto: naquela época, educação partia de princípios diferentes – memorização; e, hoje, ela parte de princípios lógicos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Eu quero aqui ler, do Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, dois artigos. Foi o decreto que promulgou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

Art. 2º O referido Acordo produzirá efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2009.

Parágrafo único. A implementação do Acordo obedecerá ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, durante o qual coexistirão a norma ortográfica atualmente em vigor e a nova norma estabelecida.

Este Senado, nas pessoas de Ana Amélia, Lídice da Mata e Cyro Miranda, alterou, pediu a prorrogação para 2016. Então, este Congresso, sim, realmente pode se mostrar presente e pedir as modificações necessárias.

E o art. 3º diz assim:

Art. 3º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Também a Constituição nos dá, às Comissões Parlamentares de Inquérito, poderes investigativos e também de apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer. Então, nós estamos cumprindo o nosso dever constitucional.

Esta Casa não poderia passar em branco, pois ela não foi ouvida, e não foram feitas as audiências públicas, que tiveram o anseio e a demanda de vários e vários setores como o dos professores. Então, é nosso dever estarmos ouvindo. Vamos fazer amanhã mais uma audiência e tantas outras quantas forem necessárias. E não misturar nenhum assunto de uma reforma geral ortográfica com o assunto, que também está hoje em pauta, que é o Acordo Ortográfico. São duas coisas que parecem estão sendo misturadas. Por isso que não há afogadilho para fazermos essas coisas de uma hora para outra.

Como ficou parado, nós, quando chegamos a esta Casa, não tido havido nenhuma iniciativa de fora para que fossem ouvidas todas essas pessoas que estavam à margem desse processo. Então esta Comissão está, em primeiro lugar, fazendo o seu papel, porque tem por obrigação levar até o fim.

Eu aqui registro a minha satisfação em ter, Senadora Ana Amélia, companheira de sempre aqui, ativa, Vice-Presidente, que divide comigo todos os trabalhos desta Comissão. Quero agradecer ao Senador Fleury e a todos os expositores. Eu acho que cada vez mais vocês nos ensinam que há mais necessidade do diálogo e de ouvir. Nós temos que ouvir, ouvir e ouvir muito.

Agradecer à Profª Stella, ao Prof. Pasquale, à Edelweiss, à Carmem Lúcia Prata, a todos os que prestigiaram esta audiência, aos colaboradores desta Comissão, em nome de Júlio Linhares, a todos os internautas que interagiram conosco e a todos vocês que se fizeram presentes.

Eu convoco para amanhã, neste horário das 10 horas, mais uma audiência pública, às 9h30, perdão, com as pessoas do Prof. Pasquale Cipro Neto, Stella Maris Bortoni, Evanildo Cavalcante Bechara e Carlos André Pereira Nunes, que será presidida pela nossa Vice-Presidente Ana Amélia.

Agradecemos a presença de todos e encerro a presente reunião, agradecendo muitíssimo a colaboração de todos os senhores.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2014.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas do dia vinte e dois de outubro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Wilson Matos, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Douglas Cintra, Gim e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 30/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, destinada a debater "**O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Pasquale Cipro Neto, Professor, Consultor de Língua Portuguesa e Membro do Grupo de Trabalho Técnico da Comissão de Educação, Cultura e Esporte destinado a debater o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; Senhora Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo, Professora e Membro da Associação Brasileira de Linguística; Senhor Evanildo Cavalcante Bechara, Professor e Membro da Academia Brasileira de Letras; e Senhor Carlos André Pereira Nunes, Professor de Língua Portugesa e Redação Jurídica**. Logo após, a presidência registra a presença para acompanhar a presente reunião, do Senhor Professor Antônio Martins de Araújo, Presidente da Academia Brasileira de Filologia; Senhor Professor Ernani Pimentel, Presidente do Centro de Estudos Linguísticos da Língua Portuguesa e Membro do Grupo de Trabalho Técnico da Comissão de Educação, Cultura e Esporte destinado a debater o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; Senhora Thais Nicoleti, Consultora da Língua Portuguesa da Folha de São Paulo e do portal UOL; Senhora Edelweiss de Morais Mafra, Revisora de texto do Tribunal Regional Federal da Primeira Região – TRF; Senhora Carmem Lucia Prata da Costa, Licenciada em Letras e Revisora de Texto aposentada do Tribunal Regional Federal da Primeira Região – TRF; Senhor Ronaldo Silva, Especialista em Letras. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usa da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia, autora do Requerimento. Logo após, a Senhora Vice-Presidente, Senador Ana Amélia, passa a palavra aos participantes inscritos, excepcionalmente, em virtude da extrema relevância do tema, uma vez que o Regimento Interno do Senado Federal não prevê manifestações de não parlamentares neste tipo de reunião. Usam da palavra o Senhor Professor Ernani Pimentel, Presidente do Centro de Estudos Linguísticos da Língua Portuguesa e Membro do Grupo de Trabalho Técnico da Comissão de Educação, Cultura e Esporte destinado a debater o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; Senhor Antônio Martins de Araújo, Presidente da Academia Brasileira de Filologia; e Senhora Thais Nicoleti, Consultora de Língua Portuguesa da Folha de São Paulo e do portal UOL. Prosseguindo, a presidência faz um agradecimento aos internautas que participaram da reunião através do portal e-cidadania: Senhor Marcelo Santos da Cunha (Mata de São João/BA); Senhora Cláudia Saudanha Rodrigues (Maricá/RJ); Senhora Pamela Silva dos Santos (São Paulo/SP); Senhor Denacir Alves Farias (Vera Cruz/BA); Senhor Genilton Araújo de Santana (Ibiúna/SP); Senhora Neyde Melo Simões (Vitória da Conquista/BA); Senhor Edimisio Vieira (Florianopolis/SC); Senhor Edson Victor P. da Rocha (Gama/DF); Senhora Andreia de Moura; Senhor Alaécio Flor (Fortaleza/CE); Senhor Rodrigo Mário do Vale Rezende (Conselheiro Lafaiete/MG); Senhor Vilmar Teixeira da Silva (Santa Branca/SP); Senhora Heloisa Helena de Abreu Pandolpho (Serra/ES); e Senhor Luciano Benedito David. Logo após, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, esclarece que as manifestações enviadas e que não foram respondidas serão encaminhadas aos expositores para conhecimento. Após as considerações finais dos expositores, a presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as

Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, encerra a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4º Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 30, de 2014, de minha autoria e também do nosso Presidente, Senador Cyro Miranda. Pretendemos a realização de audiência pública destinada a debater o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Quero já aproveitar, antecipadamente, enquanto chegam os nosso convidados – Carlos André Nunes, Prof. Evanildo Bechara, Prof. Pasquale Cipro Neto e a Profª Stella Maris Bortoni –, para dizer que esta audiência pública, como aconteceu ontem, que foi a primeira, tem a cobertura da TV Senado, ao vivo, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado, e contará com os serviços dos seguintes canais de interatividade com o cidadão: Alô Senado, através do telefone 0800 61 2211, e e-cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. A população poderá, interessada que estiver, acessar ainda o Facebook e o Twitter do Senado Federal para participar ativamente desta audiência pública.

Então repetindo aqui os canais de comunicação: telefone direto, gratuitamente, 0800 61 2211, e e-cidadania no portal www.senado.gov.br/ecidadania.

Desde já, agradeço a presença do Professor de Língua Portuguesa Carlos André Nunes; do Professor que nos honra novamente com a sua presença, membro da Academia Brasileira de Letras, Evanildo Bechara; da Professora Stella Maris Bortoni, que também ontem estava aqui conosco; e do Professor Pasquale Cipro Neto, consultor de Língua Portuguesa, que também, em seguida, já comporá esta Mesa, tão logo encerre a entrevista que está concedendo aos nossos veículos de comunicação.

Como nós fizemos ontem, na nossa apresentação, os expositores terão 20 minutos para as suas apresentações, prosseguindo no debate, a exemplo do que tivemos ontem, muito produtivo.

Assim, eu queria iniciar os trabalhos concedendo a palavra à Profª Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo, professora e membro da Associação Brasileira de Linguística.

É uma deferência, professora, porque hoje, como ontem, há apenas uma mulher; daí, a preferência para a senhora.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – *Ladies first*!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Exatamente: *ladies first*.

Com a palavra V. Sª.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Bom dia a todos.

Exmª Srª Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e Presidente desta sessão, prezados senhores professores, especialistas com quem tenho a honra de dividir esta Mesa, prezados senhores e senhoras presentes, eu trouxe o meu texto escrito, ainda assim corro o risco de ultrapassar os 20 minutos. Dessa forma, peço que me avisem se o fizer. Eu também vou me estender em considerações a respeito de alguns aspectos que não estão escritos. De toda forma, o texto está disponível.

Com grande satisfação compareço a esta audiência pública destinada a debater o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e agradeço o convite que me trouxe até aqui.

Agradeço também à Abralin (Associação Brasileira de Linguística), uma associação que congrega mais de três mil especialistas em Linguística no Brasil e que já conta 45 anos de fundação. Essa associação foi fundada por eminentes linguistas, como o Prof. Mattoso Câmara e o Prof. Aryon Rodrigues. Assim, presto aqui a minha homenagem à Abralin, agradecendo a ela a confiança em me delegar a função de representação neste encontro, nesta reunião tão relevante.

Diante de um grupo tão qualificado de debatedores, selecionei alguns tópicos que julguei possam dar modesta colaboração à temática. São dez tópicos, mas eu passarei por eles rapidamente.

O primeiro tópico que eu relacionei diz respeito à relação entre ortografia, alfabetização e escrita.

Em uma análise baseada no senso comum, principalmente de pessoas leigas – e o adjetivo "leigo" aqui não é depreciativo, pois em um mundo tecnológico tão complexo, ninguém é especialista em todos os assuntos. Nós, por exemplo, somos leigos em uma matéria universalmente difundida, como a Medicina, ou em um campo de saber mais específico, como a Física Quântica, por exemplo.

Mas não somos leigos em Linguística da Língua Portuguesa. A linguística vem ser o estudo científico dessa língua, que é a língua oficial do Brasil e de outros sete países espalhados por vários continentes.

Pois bem, numa análise leiga, costuma-se entender que a aquisição da escrita, e consequentemente a superação do analfabetismo, decorre basicamente da aprendizagem da ortografia.

A análise linguística da questão, ao contrário dessa crença, vem demonstrar que as habilidades necessárias à elaboração de um texto bem escrito ultrapassam muito o simples domínio da ortografia. Sem tempo ou intenção de nos aprofundarmos no assunto, podemos pensar em todos os elementos de um texto que o tornam um todo unificado e não uma simples sequência de frases. Entre esses elementos, ressaltem-se os mecanismos referenciais, pronominais, de coesão, os de concordância ou os nexos sequenciais, por exemplo.

Além desses que vão manter o texto como uma manifestação coesa de linguagem, há as exigências semânticas na seleção do vocabulário, de modo a preservar a coerência do que se escreve. Há, ainda, a ordenação da sucessão sintagmática dos períodos.

É muito importante termos em vista que há diferenças nos mecanismos de coesão e de coerência entre textos orais e textos escritos, principalmente quando os textos orais se constroem na interação *in praesentia* dos interlocutores e os textos orais que se constroem *in absentia* desses. Por tudo isso, escrever um texto é difícil, mesmo para quem tem o domínio da modalidade oral da língua em que esse é escrito. Não é pois de se espantar que grande parte de nossos alunos que concluem o ensino fundamental não tenham ainda competência para elaborar um texto escrito.

E a ortografia? Onde fica? A ortografia é apenas uma exigência ulterior, mas nem por isso sem importância ou pouco valorizada, já que erros de ortografia são muito criticados em nossa sociedade. Quem frequenta a internet vê com muita frequência placas e avisos que foram escritos, grafados, com erros de ortografia, e isso passa pelas pessoas que criticam, que se assustam mediante os tais erros de ortografia. Então, a ortografia não é, embora há uma ou duas décadas alguns linguistas quiseram fazer crer, de menor importância. A ortografia é importante. E ela é de importância tanto acadêmica quanto social. Para os leigos – continuo usando a palavra "leigo" para me referir a quem não é da área –, para os que não são da área, erro de ortografia é o famoso erro de português, que é muito criticado. Um cidadão, um brasileiro que cometa esses erros de ortografia sofre grande estigma social. Portanto, a ortografia não é de somenos importância.

O que eu quero dizer, em suma, neste meu primeiro tópico, é que o domínio da ortografia por si só não torna uma pessoa alfabetizada. O conhecimento da língua escrita situa-se muito acima e muito além do uso correto da ortografia. Acho esse pressuposto muito importante porque o que, afinal, nos traz aqui é o desejo compartilhado por todos de que o trabalho na ortografia, a partir do Acordo, possa ajudar a melhorar os índices educacionais.

Tomando, então, esse meu primeiro tópico como um pressuposto, passo ao segundo e novamente me valho do senso comum. Seria o seguinte, uma crença: é aconselhável que as ortografias tenham caráter fonético, ou pelo menos sejam razoavelmente fonêmicas, para facilitar alfabetização, ou seja, tanto quanto possível, devemos escrever como falamos.

Os linguistas também – quando falo linguistas, com muito alegria, incluo os gramáticos, os filólogos, os dialetólogos, como uma categoria ampla, os professores – não acatam, não aderem a esta crença, a de que, quanto mais próximo da língua oral, da pronúncia vigente, mais fácil seria alfabetizar o indivíduo.

O conhecimento das chamadas línguas de cultura contemporâneas demonstra que essa asserção é uma falácia. Em línguas como o inglês, o francês ou o alemão, por exemplo, há uma enorme distância entre a sua ortografia e as pronúncias atuais. Isso ocorre porque a pronúncia dessas línguas foi-se alterando ao longo dos séculos, como de resto sempre acontece com as línguas naturais – estão sempre, permanentemente, em variação, em mudança –, mas as comunidades que as usam optaram por preservar a ortografia em seu formato inicial e não são afeitas a reformas ortográficas.

Eu me lembro de que em uma das minhas temporadas de estudo na Universidade do Texas, em Austin, frequentei um curso em que se discutia muito a conveniência de se fazer uma reforma ortográfica em língua inglesa. E eles chegaram à conclusão de que o ônus seria muito superior ao bônus, mesmo porque é uma língua usada em todo o mundo, com um acervo publicado muito grande. Então, não fazem. Na França também não fazem.

Se a ortografia de uma língua tivesse de ser fiel à fonética, ou à fonêmica daquele idioma, nenhuma criança se alfabetizaria nos países de língua inglesa ou de língua francesa. O que acontece, na verdade, é o contrário

disso, como já ressaltou ontem o Prof. Bechara: a maioria dos países anglófonos ou francófonos apresentam baixíssimos índices de analfabetismo. E, nos *rankings*, como o Pisa, da OCDE, estão muitas posições acima de nós, brasileiros, o que é uma pena. Ficamos sempre em último –, não é, Professor? –, ou em penúltimo, o que é uma pena. Mas é para isso que estamos aqui, não é?

Continuando, minha terceira premissa, traduzida do latim, é: "palavras voam, a escrita permanece", ou seja, a escrita é menos susceptível a mudanças e às circunstâncias que têm influência sobre a produção oral da língua, porque a escrita é gravada para a posteridade. Basta ver os hieróglifos ou hieroglifos – a nossa ortoépia ainda não se decidiu pela pronúncia dessa palavra – egípcios, do Egito antigo, ou os manuscritos do Mar Morto. Então, a escrita é para permanecer. O que se escreve na escrita rupestre em uma caverna da antiguidade, ou em um túmulo, ou em um monumento, ou se escreve em um pergaminho, em um papiro ou na tela de um computador ou de um celular – esses são menos duradouros porque, com mais facilidade, podem ser apagados, mas, de qualquer forma, ficam na nuvem; não pensem que aquilo que escrevemos vai sumir, porque não vai, não é Professor? –, então, existe como um registro para permanecer.

A lógica da escrita é diferente daquela que preside a oralidade. Assim, as grafias das línguas nacionais atuais – e eu me refiro principalmente às línguas das nações ocidentais, já que pouco conheço da escrita das línguas orientais –, surgidas na Idade Moderna, são relativamente novas, surgidas depois da escuridão da Idade Média, como disse, na Idade Moderna, no período de formação das nações contemporâneas, seguem critérios definidos *a priori*, como parte de procesos institucionalizados de padronização da língua, e não registram, via de regra, variantes regionais ou índices de emoção ou ênfase, exceto pelos sinais de pontuação.

Chegamos, assim, à nossa quarta e quase última premissa. O Português, que hoje é língua oficial de oito países, surgiu como tal, distinto do espanhol ou de outras língua latinas vizinhas, como o Galego, como o Espanhol, como o Francês e as demais líguas da Península Ibérica, por volta do ano 1000, século XI, portanto 500 anos antes que as caravelas de Cabral, supostamente por acaso, viessem dar à bela costa do cacau da Bahia de Todos os Santos.

Quando Portugal chegou à terra dos índios Pataxós da Coroa Vermelha, já tinha uma ortografia incipientemente institucionalizada, pois há registros de Português escrito datado, o primeiro, de 1175 (*Notícia de Fiadores*, como nos informam Rodolfo Ilari e Renato Basso – Contexto, 2006). Nessa fase do Português arcaico e mesmo muitos séculos depois, a escrita estava longe de ser codificada. Em um mesmo texto, a mesma palavra podia aparecer sob diversas formas. E, de fato, é esse o trabalho dos filólogos quando vão à caça de palavras escritas sob as mais diferentes formas.

Vamos então à quinta premissa: a padronização da ortografia de nossa língua, que o grande Mattoso Câmara considera razoavelmente fonêmica, só iria ocorrer no século XIX, como um serviço prestado por fonólogos portugueses. Ontem tivemos verdadeiras aulas sobre esse período da protolíngua e do Português arcaico e a padronização da nossa ortografia.

No século XIX, essa padronização foi um serviço prestado por fonólogos portugueses. Possivelmente, salvo melhor juízo, àquela época não havia fonólogos aptos a fazer isso no Brasil, nem em Angola, nem em Moçambique ou em qualquer outro país de Língua Portuguesa como língua oficial, os que formam hoje a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

É preciso enfatizar que esse processo de padronização da ortografia, assim como da ortoepia ou ortoépia, é um processo de política de idioma, uma política de Estado, patrocinada pelo governo nos países ocidentais, justamente quando se cria um governo unificado. Após os muitos reinos medievais, esse governo unificado procura tomar essas providências visando à codificação, à padronização da língua.

A primeira gramática da Língua Portuguesa é de 1536.

Bem, entre essas medidas de padronização, nós temos a lexicografia. Além da organização da ortografia e da ortoepia, nós temos a lexicografia, a elaboração dos dicionários.

Ontem, me causou muito interesse a fala da colega Thaís Nicoleti quando ela mostrou as dificuldades que um grande jornal de circulação tem para decidir como se escreve determinada palavra, principalmente se a palavra for um empréstimo. A grande fonte de vocábulos novos em qualquer língua, incluindo na nossa, são os empréstimos. Estima-se que cerca de 70% a 80% do material na internet internacional seja escrito em inglês. Então, é do inglês mesmo que vem a maioria dos empréstimos.

Já se discutiu aqui, nesta Casa, no Congresso Nacional, a questão dos empréstimos, o que fazer com os empréstimos, mas é muito produtiva a incorporação dos empréstimos ao léxico da língua. Eu fico, às vezes, na dúvida: será que determinada...

(*Soa a campainha.*)

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – ... palavra já está dicionarizada?

Essa campainha não tem a ver conosco, não, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Quer dizer que está a um minuto para o término da senhora. Um minuto mais.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Só?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É que a senhora está... Seu texto... A senhora está fazendo um...

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Estou mesmo, Senadora. Então eu vou me deter em um último assunto.

Eu pensei que essa campainha fosse para alertar os Senadores que fossem para o plenário, mas é para nós mesmos. Está certo. Desculpem-me.

Eu queria dizer que, quando os fonólogos portugueses, no século XIX, promoveram a codificação da língua, eles levaram em conta dois aspectos. O primeiro foi a etimologia.

O nosso caríssimo Prof. Pimentel ontem falou sobre a desnecessidade de se observar a ortografia. Eu faço uma afirmação contrária à sua, prezado professor, porque os nossos objetivos são os mesmos, nossas metodologias é que diferem.

Eles levaram em conta duas coisas. Eles levaram em conta a etimologia. Por quê? Porque uma palavra... O exemplo clássico que se dá é o da palavra "cidade", de *civitas*, em latim, que entrou em todas as línguas românicas, até no inglês, sempre escrita com "c", como no latim. Os latinistas dizem que seria *quivitas*, enfim... Mas em inglês, por exemplo, que tem grande parte do seu léxico oriunda do latim, é *city; e*m francês é *cité; ciudad* em espanhol, etc. Então, a etimologia nos mostra esse parentesco, nos mostra como as palavras são cognatas, e isso é importante na lógica da escrita.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – E as faculdades de letras hoje não ensinam mais filologia romana.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – O que é uma pena, não é, professor? Porque quase não estudamos latim; se não estudarmos filologia românica...

Bem, o segundo aspecto que os fonólogos levaram em conta é a regularidade da morfossintaxe. Por exemplo, nós temos... Hoje, quando estamos ensinando professores ou alunos, desde as séries iniciais, nós nos valemos muito das regularidades. Por exemplo, o imperfeito do subjuntivo será sempre o morfema modo-temporal. Então, o imperfeito do subjuntivo é sempre grafado com "sse": se eu quisesse, se eu fizesse, se eu pudesse. Há a morfologia derivacional: rico-riqueza; a flexional: duque-duquesa, umas se escrevem com "z" e outras com "s". Mas isso é previsível, isso tudo é muito previsível.

Diante disto, eu me detenho – vocês têm o texto – para dizer que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Professora, desculpe-me interromper. Nós duas ouvimos uma coisa que o nosso Júlio não ouviu. A senhora ouviu uma campainha, não ouviu?

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Ouvi.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu também ouvi uma campainha.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Eu até perguntei à senhora se era para ficar quieta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Exatamente. E a campainha... Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu confio na assessoria. Era exatamente isso.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Era para terminar mesmo, não é, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Não, não. Eu ampliei para quatro minutos o seu tempo.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Então, para encerrar, eu deixo aqui a mensagem da Abralin, que recomenda que se consolide o Acordo Ortográfico de 1990, sem que haja nenhuma alteração unilateral. Qualquer alteração que se queira fazer no Acordo, que seja feita no âmbito da CPLP e do Iilp.

Muito obrigada. Desculpe-me, Senadora, por ter ultrapassado o tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Absolutamente. Eu até queria que a senhora repetisse essa frase final, sobre a questão da unilateralidade. Isso é muito importante.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Pois não. O que pensa a Abralin é que o Brasil, a República Federativa do Brasil é signatária de um acordo. E esse acordo foi feito no âmbito da CPLP. O Iilp (Instituto Internacional da Língua Portuguesa) foi indicado para administrar a implantação. Se eu tivesse tempo, falaria sobre os vocabulários, que já estão bem adiantados. Mas entende a Abralin que não se devem fazer alterações unilaterais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Unilaterais. Essa é a palavra.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Quaisquer alterações que sejam multilaterais, no âmbito da CPLP.

Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Profª Stella Maris. Agradeço muito a sua valiosa colaboração. Na hora dos debates, teremos a oportunidade de esclarecer algumas dúvidas que ficaram pendentes.

Inclusive, digo ao Prof. Pasquale que, como esta é uma Casa política, existe aqui um ordenamento. Por ocasião dos depoimentos, há, digamos, uma liturgia do Regimento Interno, em que a interrupção tem que ser feita por intermédio da Mesa. É o rigor que o Regimento permite. Então, quando algum dos expositores quiser fazer uma interrupção, encaminhe, e nós a examinaremos. O ideal é que cada expositor cumpra o seu tempo e, terminado esse tempo, entraremos no debate. É apenas um esclarecimento em respeito aos demais expositores.

Antes de passar a palavra ao Carlos André, eu gostaria de registrar e de agradecer muito a presença do Prof. Antônio Martins de Araújo, Presidente da Academia Brasileira de Filologia, que ontem nos deu a grande honra de estar aqui – muito obrigada, Professor, por nos acompanhar tambem hoje –; do Prof. Ernani Pimentel, Presidente do Centro de Estudos Linguísticos da Língua Portuguesa e membro do Grupo de Trabalho Técnico da Comissão de Educação, Cultura e Esporte destinado a debater o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; da Consultora de Língua Portuguesa do jornal *Folha de S.Paulo* e do portal Uol, Thaís Nicoleti; de Edelweiss de Morais Mafra, Revisora de Texto do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, TRF – muito obrigada –; de Carmen Lúcia Prata da Costa, Revisora de Texto, licenciada em Letras, servidora aposentada do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; e de Ronaldo Silva, especialista em Letras, do Conselho Federal de Engenharia – agradeço ao Confea.

Muito obrigada pela presença.

Passo a palavra, então, ao Carlos André Nunes, também por vinte minutos. Muito obrigada pela presença.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Exmª Srª Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado da República, a quem gostaria de tecer, inicialmente, alguns elogios. Eu acompanho o trabalho da Senadora Ana Amélia e percebo nela uma dedicação muito grande pelo processo educacional, que, não resta dúvida, como já foi dito pela Profª Stella Maris, é o que vai, se não de imediato, mas de forma mediata, melhorar esta Nação, tornar esta Nação uma nação melhor.

Da mesma sorte, eu gostaria de cumprimentar o Prof. Evanildo Cavalcante Bechara, que é da Academia Brasileira de Letras. Um intelectual extraordinário, com quem tive a honra de conviver, antes mesmo desta reunião, algumas vezes lá em Goiânia. Agradeço a deferência, pelo fato de aqui também compor a Mesa.

Gostaria, da mesma sorte, de cumprimentar o Prof. Pasquale Cipro Neto. Já lhe disse: ele é um ídolo para mim, um colega extraordinário, me ensina muito, me ensina todos os dias o trabalho que entendo ser um dos melhores, que é o trabalho de ser professor de Língua Portuguesa, um sujeito muito inteligente.

Gostaria também de cumprimentar a Profª Stella Maris, com quem não tinha tido a honra de conviver ainda, conquanto pude perceber a simpatia, a competência antes desta audiência.

Gostaria de cumprimentar também a Profª Thaís Nicoleti. Eu a acompanho pela *Folha de S.Paulo*. Trabalho belíssimo.

Da mesma sorte, o Prof. Ernani Pimentel, que tem desenvolvido também um trabalho extraordinário em Língua Portuguesa. É um empreendedor incrivelmente bem-sucedido e um intelectual, não resta a menor dúvida quanto a isso.

E o Prof. Antônio. Também não tinha tido a honra de conhecê-lo, da Academia de Filologia.

Pois bem, eu gostaria, neste momento, de dizer que sou Presidente da Comissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil, sou advogado – não estou aqui como advogado; eu estou aqui como professor de Língua Portuguesa –, e represento os meus colegas professores de Língua Portuguesa, aqueles que, como eu, Senadora, ministram aula de manhã, à tarde e à noite, que lidam com as dificuldades dos alunos, que, de certa forma, se sentem constrangidos quando um aluno faz um determinado questionamento, e ele não consegue responder de maneira técnica, porque, hoje, em razão da pós-modernidade – o próprio Zygmunt Bauman fala a respeito –, nós temos a liquidez das informações, e as pessoas são muito mais críticas, então, elas precisam necessariamente de um parâmetro. Então, eu quereria ir diretamente ao ponto e discutir o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Bem, em relação a isso, nós temos, inicialmente, como coloca o art. 13 da Constituição da República Federativa do Brasil, a Língua Portuguesa como o idioma oficial da República Federativa. Isso significa dizer muito, significa dizer que a Constituição da República Federativa do Brasil reconhece esse idioma como sendo, já que está no capítulo ligado às representações nacionais, a materialização do pensamento não só de um povo, mas de uma cultura, o que implica necessariamente a relação de produção de nação. Quando se fala em língua, se fala necesariamente em nação.

E o art. 205 da Constituição Federal fala sobre a educação como um direito de todos e a relação da educação com a finalidade de preparar o indivíduo para o processo de cidadania, que envolve necessariamente o aspecto ligado à cultura – o indivíduo que não conhece sua própria cultura não conhece, em hipótese alguma, a cidadania – e, da mesma sorte, a qualificação para o trabalho, que é extremamente importante também. Por isso, a discussão aqui se torna relevante, principalmente para esse segundo plano, qual seja para a produção pragmática, digamos assim, no dia a dia, porque muitas pessoas podem ter problemas em relação a aspectos de trabalho mesmo por desvios em relação à norma culta.

Com eu disse, vou ser bastante prático em relação a isso e discutir o Acordo Ortográfico de maneira extremamente prática. Nós temos linguistas aqui extremamente competentes para fazer uma outra análise.

Pois bem, é bom lembrar – é muito importante lembrar – que o Senado da República tem, sim, competência para fazer qualquer alteração em relação ao Acordo Ortográfico. O Decreto nº 6.583 prevê isso. Da mesma sorte, o art. 45 da Constituição Federal prevê, como competência exclusiva do Senado, tratar de acordo internacional. É bom lembrar que esse tratado é um tratado de natureza internacional, consequentemente o Senado da República pode, sim, se quiser e se achar que seja recomendável, fazer qualquer tipo de alteração.

Da mesma sorte, quando nós pensamos no Acordo Ortográfico – não sei se todos que estão presentes conhecem o Acordo Ortográfico –, como a Constituição é dividida em capítulos, artigos, parágrafos e incisos, o Acordo Ortográfico é dividido em bases. E nós colocamos aos presentes exatamente essas bases para que eles possam perceber a lógica delas.

Vejam, por exemplo, que a primeira base fala do alfabeto; a segunda base fala do "h"; a terceira base fala sobre a homofonia; a quarta base, sobre as sequências consonânticas; a quinta base, sobre vogais átonas; a oitava base fala da acentuação gráfica. Nós temos várias bases. Temos uma base que fala especificamente sobre o trema, que também causa grande comoção nacional. E, claro, precisaríamos... Eu até tenho uma colega, a Prof. Lêda Selma, da Academia Goiana de Letras, que escreveu um texto muito interessante chamado Trema de Raiva. É sobre o trema, e realmente poderia ser discutido se houvesse mais tempo.

Em relação à audiência pública, eu quereria especificamente discutir algumas bases que nos chamam mais a atenção, entrar nessas bases.

A base primeira, que me chama a atenção, diferentemente do que já foi colocado, é a Base XIX, que fala sobre o emprego das minúsculas e das maiúsculas. Bem, que atire aqui o primeiro dicionário aquele que não teve alguma dúvida em relação à escrita de maiúsculas e minúsculas alguma vez na vida. Por exemplo, quando se vai escrever a palavra "estado", se escreve com a inicial maiúscula ou minúscula? Como é que se faz? Como é que se grafa? Um professor, às vezes, em sala de aula, tem esse tipo de dúvida e precisa recorrer a uma legislação, ele não precisa recorrer apenas a manuais.

Nós temos um problema que em Direito não há. Em Língua Portuguesa, nós temos e precisamos discutir isso.

O Bolívar Lamounier, que é sociólogo, fala algo muito interessante. Ele faz uma comparação, em termos democráticos necessariamente, de quatro Estados – Alemanha, Rússia, Estados Unidos e Brasil. E ele diz assim: "A diferença entre os Estados é que os Estados democraticamente mais desenvolvidos são aqueles que fizeram a chamada tematização", o que significa dizer a discussão de natureza prática das coisas nas Casas legiferantes, que é exatamente o que nós estamos fazendo aqui. Então, não podemos fugir a isso. Precisamos discutir. Isso não pode, sob qualquer hipótese, vir de cima para baixo. Precisa ser discutido e refletido. Então, quando se vai, por exemplo, verificar uma palavra como "estado", não se sabe ao certo, por meio do Acordo, como é que essa palavra é grafada.

Se nós pegarmos o que diz o Acordo, ordinariamente todos os vocábulos da Língua Portuguesa se escrevem com inicial minúscula. Então, estado, até que se prove o contrário, se escreve com inicial minúscula. Essa é a lógica. E ele fala sobre outras especificidades de escrita em relação à inicial minúscula.

Vejamos a maiúscula, que é exceção – a lógica é minúscula. Nos antropônimos, nomes de pessoas; nomes de lugares, por exemplo; nomes mitológicos. Da mesma sorte, nomes de instituições, que é o caso, por exemplo, de Senado Federal – é a letra "d", por isso que Senado Federal está com inicial maiúscula – e outros casos. Mas é por inferência que nós descobrimos por que, por exemplo – repito –, no art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, a palavra "Estados" está com inicial maiúscula, Senador. É por inferência.

Nós percebemos que a palavra "Estados" aí está com inicial maiúscula por derivação imprópria. Isso significa dizer que esse substantivo, ordinariamente, é comum e, consequentemente, com inicial minúscula. Mas aí nós percebemos de que estados nós estamos falando. E, se nós sabemos de que estados nós estamos falando, passa-se então à inicial maiúscula em razão do que nós chamamos, em Língua Portuguesa, tecnicamente, de derivação imprópria, que é a mudança de categoria gramatical. Passa de um substantivo de natureza comum para substantivo próprio.

Entendo que isso poderia estar no Acordo, porque é algo prático, altamente prático e precisa, evidentemente, de constar, além de outros casos, por exemplo, casos de coesão referencial anafórica, como muito bem coloca a Prof. Ingedore Villaça Koch, extraordinária linguista da Universidade de Campinas. Ela fala a respeito desse detalhe.

Então, é importante que nós possamos discutir um pouco mais esses fatos que se nos apresentam importantes.

Pois bem. Além disso, nós temos outras bases, como a base em relação ao hífen. É claro que o hífen já foi discutido aqui muitas vezes, não resta dúvida da importância do hífen para a Língua Portuguesa. E eu não sou daqueles que são contra o hífen. Aliás, eu entendo que o hífen é extremamente importante para a Língua Portuguesa, principalmente por uma questão filológica e filosófica.

Ontem, eu estava com um colega que é Vice-Presidente da OAB e eu falava na Comissão de Educação da OAB, porque está havendo o congresso nacional dos advogados, um congresso muito importante. Eu falei sobre a importância de, no curso de Direito, haver, quase como obrigatórias, as disciplinas – o nome não é mais disciplina – ontológicas ou propedêuticas. Eu não consigo imaginar um aluno de Direito que não tenha lido *Crime e Castigo*, de Dostoievski, e possa advogar na área penal. Eu imagino isso como algo muito grave. E não há filosofia.

Dessa maneira, o que eu quero colocar aqui é a necessidade de nós observamos esse aspecto filosificamente para que nós cheguemos ao aspecto prático.

O hífen é importantíssimo, do ponto de vista, inclusive, didático, porque o hífen demonstra o que nós chamamos de composição por justaposição com noção de composição. A própria Base XV coloca no primeiro artigo: "As palavras compostas por justaposição com noção de composição devem ser colocadas com hífen".

Inclusive, eu coloquei alguns exemplos que nos deixam com um pouco mais de atenção a isso: a palavra "ar-condicionado". Podem imaginar a palavra "ar-condicionado". A palavra "ar", sozinha, e a palavra "condicionado", em separado, são duas palavras diferentes, por óbvio, sendo que o ar é substantivo e condicionado, um adjetivo. Quando eu penso num aparelho e vem à cabeça a materialização desse aparelho, nós temos a palavra "ar-condicionado", que poderia ter outro nome, como, por exemplo, "copo". Mas, não. Resolveram dar o nome de "ar-condicionado", e o nome "ar-condicionado" materializa uma ideia só. Por isso, nós chamamos de composição por justaposição. Ao colocar o hífen, fica didático o fato de que, realmente, é uma palavra composta de duas outras. Ora, em alemão, existe isso – não o hífen, mas, em alemão, existe. Se pegarmos a palavra "volkswagen", nós vamos notar que, em alemão, "volkswagen" é uma palavra composta sem hífen, porque, em alemão, não há essa necessidade, mas, em português, há essa necessidade de, didaticamente, colocar o hífen. Na minha concepção, conquanto muitos discordem – e eu, obviamente, respeito isso, é um Estado democrático –, facilita o aspecto de visualização desta natureza de composição por justaposição que a palavra tem.

Por isso, a ausência do hífen nas palavras compostas, essa eliminação, ao meu ver, se torna, na nossa concepção, simplesmente preconceituosa, não filosófica. Quando eu falo em filosofia, eu não falo só na filosofia aristotélica ou socrática, falo de Perelman, por exemplo, francês extraordinário. Eu estive em Sorbonne há duas semanas, eu estive falando sobre a Língua Portuguesa e sobre um poeta chamado Gilberto Mendonça Teles, que é goiano. Eu falei sobre a poesia dele. E nós discutíamos, em Sorbonne, sobre este detalhe de como é importante o fato de uma língua, especificamente, ter uma identidade e essa identidade dessa língua ser respeitada e, teoricamente, ser entendida e, principalmente, compreendida pelas pessoas.

Então, o hífen precisa ser mais compreendido. Eu diria que o hífen precisaria de um psicólogo, porque ele está sendo muito pouco compreendido, na minha concepção, pelos cidadãos brasileiros, não por culpa deles, mas por culpa, principalmente, de um processo educacional falido, conquanto a Lei nº 13.005 vem tentar resolver o processo educacional brasileiro. Essa lei fala do Plano Nacional de Educação, fala sobre a criação de um sistema nacional de educação.

"Procurador-geral" é um exemplo clássico, "cirurgião-dentista" é um exemplo clássico, "salário-família" é um exemplo clássico, assim como "seguro-desemprego" e "salário-mínimo", quando se trata da pessoa que vai receber o salário mínimo.

Há alguns problemas. Por exemplo, eu vou pedir que entremos no sítio da Academia Brasileira de Letras, se os senhores puderem, por gentileza, colocar para nós... Aliás, eu quero parabenizar a Comissão de Filologia da Academia, que criou o sítio da Academia Brasileira de Letras, especificamente o Volp *on-line*. Hoje, todo cidadão que nos ouve aqui pode acessar o sítio da Academia Brasileira de Letras e lá, no sítio da Academia Brasileira de Letras, clicar Volp e saber como é a grafia de todas as palavras, de qualquer palavra da língua portuguesa.

Vamos pegar, por exemplo, a palavra "hora extra". "Hora extra" é uma palavra que é muito usada por nós advogados – aliás, é usada pelo cidadão em si. Vamos imaginar o seguinte: nós temos a composição por justaposição, como disse, com "salário-família". Salário-família é um instituto. Se salário-família é um instituto,

nós temos a palavra "salário-família" como uma composição por justaposição. Se nós digitarmos "salário, hífen, família", vai aparecer. Vai aparecer "salário-família". Observem que vai aparecer. Qualquer cidadão pode clicar. Vejam que é muito importante – baixem um pouquinho, por favor, para que o cidadão possa ver que aparece lá "salário-família".

Outro elogio: quem quiser baixar aplicativo, tanto para a Apple Store quanto para o Google Play, pode baixar no celular, e não há problema mais, não há necessidade de buscar aqueles dicionários que são informais da internet; pode ir direto ao *site* da Academia Brasileira de Letras.

Mas e se eu digito "hora extra"? Vamos digitar "hora-extra" com hífen, para que nós possamos verificar se "hora extra" tem hífen ou não. E aí nós vamos pesquisar, e vai dizer que não há essa palavra. Mas nós, juristas, ficamos um pouco tristes, porque há essa palavra! Há essa palavra! Hora é substantivo, e extra – que, na verdade, é uma redução de extraordinário – pode ser um adjetivo, não é? Imagine que alguém tenha trabalhado em hora extraordinária, ou hora extra; não há hífen, porque são duas palavras diferentes; mas, quando eu falo do instituto do direito laboral, do Direito do Trabalho, no vocábulo "hora extra", existe uma noção de composição, e há, portanto, composição por justaposição!

Aqui não vai nenhuma crítica especificamente ao fato de não haver, porque não há também no Aurélio, não há no Houaiss; mas o que eu quero colocar é a necessidade, Senadora, de se criar um protocolo um pouco mais exigente em relação às fontes da ortografia no Brasil; repito: às fontes da ortografia no Brasil. Isso porque, se eu coloco "hora-extra" com hífen, por exemplo, é um erro num concurso público – e eu ministro aulas para concurso público. É um equívoco! Mas não é com base especificamente na Base XV, no primeiro artigo, com base na lógica de pensamento de formação.

Então, é necessário que nós – entre aspas – "legislemos" um pouco mais e materializemos essa ortografia com base – e eu queria falar um pouco mais sobre isso, obviamente o tempo não permitirá colocar – em quais são as fontes da ortografia. Quais são as fontes? É a nota explicativa da Academia Brasileira de Letras? É o Acordo Ortográfico? É o Vocabulário Ortográfico? O Aurélio, o Houaiss, que são grandes dicionários, são doutrinas! São apenas doutrinas! São pensamentos de alguns lexicólogos sobre determinada palavra, mas não necessariamente eu posso afirmar que sejam fontes legais. E o Senado tem competência para discutir esse assunto. Eu acho que esse assunto teria que ser um pouco mais discutido. Ele me preocupa um pouco.

Em relação a outra base, que é a Base XVI, há alguns aspectos que também nos chamam a atenção, em relação ao pr/ê/, ao pr/é/, principalmente. Nós, juristas, ficamos um pouco tristes também em relação a algumas palavras. Eu vou dar um exemplo de uma questão de concurso público para analista. Os colegas que trabalham aqui no Senado passam em concurso público – alguns são analistas –, e eles fazem uma prova muito difícil, inclusive; a última prova do Senado foi bem complexa. Uma das questões de uma banca da Esaf e da FGV, que faz a prova, é esta aqui: "Indique a alternativa abaixo em que há um erro de ortografia" – o que já é um desvio, porque ortografia seria grafia correta. Seria um "erro de grafia"; seria melhor colocar assim. E aí nós temos as alternativas: "pr/ê/delinear, pr/ê/destinar, pr/ê/-existência, pr/ô/embrionário e pr/é/questionar".

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Já vou concluir, Senadora.

Bem, qual seria a resposta? A resposta seria letra "c" de casa. Imagine aquele que nos ouve agora em casa como é que ele faria essa questão. Se ele olhar o Acordo Ortográfico, ele não consegue fazer. Não consegue fazer, porque não está escrito no Acordo Ortográfico como é que é a pronúncia, quais são as palavras que têm deveras essa pronúncia. Existe um aspecto apenas de exemplificação, não de exauriência. O que se observa, e a conclusão a que se chega é que – porque pr/ê/ e pr/é/ significam exatamente a mesma coisa, e a lógica é a lógica apenas de pronúncia – a norma culta da língua portuguesa de Portugal e do Brasil tem preferência pelo pr/ê/. Por isso, a palavra não é "pr/é/-questionar", mas, sim, pr/ê/questionar. Mas não há um advogado que fale pr/ê/questionar – devo adiantar aos senhores. Não há um advogado que fale pr/ê/questionar! Não forcem um advogado a dizer, por exemplo, exceção de pr/ê/executividade, porque ele não vai dizer exceção de pr/ê/executividade. E não venhamos também dizer que essas palavras não são importantes, porque, por exemplo, para que um processo chegue ao Supremo Tribunal Federal, tem que haver "pr/é/-questionamento", senão não haverá, sob qualquer hipótese, o processo. Ou seja, isso gera uma problemática em relação a direitos de um cidadão!

Então, é necessário que nós discutamos – é óbvio que eu queria discutir de maneira um pouco mais aprofundada –, é preciso trazer essa problemática, não como crítica, em qualquer hipótese, a ninguém, pois isso é um processo de cidadania e reflexão filosófica. Por isso, eu gostaria, aqui, de...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Carlos André, o senhor tem o mesmo direito da Profª Stella Maris. Mais três minutos.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Eu agradeço, Senadora, pela deferência.

Então, eu quereria apenas concluir dizendo que, necessariamente, como se trata de um acordo ortográfico da Língua Portuguesa, entendo que este debate tem que incluir o Itamaraty, porque, como foi muito bem colocado pela Profª Stella Maris, trata-se de um acordo internacional. A competência exclusiva, segundo o art. 49, é do Senado da República, mas o Itamaraty tem que fazer, necessariamente, parte deste debate, haja vista que a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), que, infelizmente, ainda não tem, repito, ainda não tem a eficiência que deveria ter... Ela deveria ter mais eficiência, mas talvez não tenha por causa exatamente dessa falta de integração que, talvez por meio da Língua Portuguesa, nós podemos fazer ter. Eu quereria que esta Comissão pudesse indicar pessoas, colegas, especialistas que pudessem fazer parte mesmo de um grupo junto ao Itamarty para discutir isso na CPLP.

Eu não entendo mais a Língua Portuguesa como língua portuguesa; eu entendo a Língua Portuguesa como língua brasileira. Eu tenho viajado muito e tenho percebido que muitos falam português por causa do Brasil. Conquanto muito respeito eu tenha a Portugal, por óbvio, o Brasil é um grande país. O Brasil é um país que tem crescido por demais. E esses detalhes são entraves, sim, porque as pessoas deixam de passar em concursos públicos por causa dessa problemática e, principalmente, deixam de passar porque deveras a coisa não se materializou ainda do ponto de vista legal.

Então, aqui termino minha fala e agradeço por demais à Senadora pela deferência, pelos minutos a mais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço imensamente, pela exposição, ao Carlos André Pereira Nunes, que demonstrou aqui, com sua juventude, alguns aspectos que ontem não estiveram presentes, porque uma abordagem, mesmo que seja com uma visão jurídica, de uma terminologia, de um linguagem própria, no trato do ofício, do exercício da atividade jurídica, requer também um cuidado extremamente rigoroso de parte dos que tem responsabilidade por isso. Eu queria, sobretudo, lhe agradecer a referência de que é preciso, sim, debater. Então, agradeço muito.

O que esta Casa e esta Comissão estão fazendo é debater, já que estamos percebendo que existem muitos detalhes que são, aparentemente, relevantes. Mesmo naquele texto que o senhor destacou e para o qual até o Prof. Bechara chamou a atenção, sobre como se escreve Estado ou Município, ali, no mesmo texto, estava "Estados-membros da União", na definição da Constituição Federativa, e "Estado democrático", mas só "Estado"estava com letra maiúscula. Ali estava para ser minúscula ou maiúscula. São questões que a gente tem que esclarecer. Por isso a dificuldade que os professores de Língua Portuguesa têm para entender toda essa, digamos, grande alteração que houve. Mas foi uma observação.

Agradeço ao Carlos André por ter trazido essa riqueza de abordagem.

Passo, agora, a palavra ao Prof. Evanildo Bechara para fazer a sua exposição.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Muito obrigado, Srª Senadora Ana Amélia.

Senhores presentes, membros da Mesa, eu gostaria de fazer algumas considerações sobre alguns temas que foram ventilados durante o nosso encontro de ontem, numa prova evidente de que estas reuniões são importantes, quer na sede do Senado, quer nas instituições científicas.

Eu separei aqui alguns temas de um artigo intitulado: "Uma visão tranquila e científica do Novo Acordo Ortográfico" e vou tratar de alguns pontos que mereceram a crítica da imprensa ou de outras entidades.

Muitas das vozes de resistência apresentam razões destituídas de qualquer fundamentação real. A primeira delas, compartilhada por vozes fora do País, argumentava que o Acordo de 1990 escondia um propósito de neocolonização por parte do Brasil, porque as bases ortográficas atendiam mais aos hábitos vigentes entre o nosso País do que aos hábitos vigentes entre portugueses e africanos. Pondo de lado o argumento de que o texto foi assinado sem restrição por representantes de sete nações soberanas – a que depois se juntou Timor Leste e agora estamos na iminência de ser acrescentado também Guiné –, por mais superficial que seja a leitura das bases, percebe-se que o Acordo mais se aproxima das normas estabelecidas pelo sistema de 1945, corrente entre portuguesese e africanos, do que pelo sistema de 1943, oficial somente no Brasil.

Outra argumentação infundada apegava-se ao fato de o Brasil, pela Academia Brasileira de Letras, ter publicado a quinta edição do seu Vocabulário Ortográfico, o Volp, antes de as nações envolvidas signatárias do texto oficial terem publicado o vocabulário ortográfico comum de que fala o art. 2º do supracitado texto.

Deve-se o argumento mais a confundir as partes e menos a uma leitura inadvertida, porque o art. 2º não trata do léxico comum, mas sim do léxico das terminologias técnicas e científicas, antigo desejo de acadêmicos lusitanos da unificação da nomenclatura técnica que corre diversificada entre o domínio linguístico das nações de língua oficial portuguesa.

Leiamos o art. 2º e tiremos nossas conclusões:

Art. 2º [textualmente]. Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico

comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.

A restrição final traduz inequivocamente a intenção dos signatários, não dando nenhuma margem de discussão, neste particular, à pretendida leitura dos adversários da implementação do Acordo. Na oportunidade, cabe lembrar que a preocupação terminológica já estava esboçada no texto que orientou a reforma ortográfica portuguesa de 1945. A normalização da terminologia técnica e científica é tarefa gigantesca e difícil, prenunciada na cautela da redação do art. 2º: "Tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível".

O caso lembrado pelo nosso colega a respeito de "hora extra" é um caso típico. "Hora extra", dentro da normatividade do Direito, teria que ter esse hífen, segundo provou o nosso colega. Isso pertenceria não ao léxico comum, mas ao léxico terminológico jurídico. Então, é sobre este assunto que devem os especialistas atentar para a sua necessidade.

Um terceiro subterfúgio, alegado pelos inimigos da implementação do Acordo, elaborado pela Academia Brasileira de Letras no seu Volp é que este se afastava do texto oficial de 1990 e ditava normas próprias inexistentes nas bases. O que não observaram os críticos do Volp foi que o texto de 90, além de outras novidades, só trazia à discussão para acordo de unificação os pontos em que divergiam entre si as normas do sistema de 1943, vigente no Brasil, e de 1945, vigente em Portugal. O que nesses sistemas era comum não vinha à baila para discussão por motivos óbvios, porque já estavam unificados nos dois sistemas ortográficos. Basta recorrer a seus pontos comuns, nos dois sistemas, para perceber e justificar a sua ausência no texto oficial de 1990, já que não há possibilidade de uma – há uma expressão técnica em Direito para dizer que não pode haver um vazio legislativo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – ... *vacatio legis*. Pois bem, às vezes, trata-se de um evidente engano do texto de 90.

Já em 1945, o ortógrafo responsável pela redação do Acordo corrigiu um erro que estava na redação do *Diário Oficial,* e esse erro, corrigido, serviu de base para que ele pudesse aplicá-lo na reforma de 45. Trata-se de um evidente engano do texto de 1990, que, repetindo uma lição do texto de 45, contraria a nova lição assumida no texto de 90. É o caso do debatido prefixo "co", em "coerdeiro", quando o texto de 1990 propõe, em geral – o próprio texto diz "em geral" –, a aglutinação desse prefixo. Três linhas depois da citação do "co", na Base XV, e do exempo "coerdeiro", três linhas depois, o acordo de 90 diz que com o prefixo "co", em geral, se dá a aglutinação. Por isso a quinta edição do Vocabulário Ortográfico, ao ter de registrar "cordeiro", registrou exatamente justaposto, como acontece com "coabitar" e outros termos nessas mesmas condições. A lição posterior, de Gonçalves Viana, de separar dois empregos do "co" foi posta de lado pelo Acordo de 1990. De modo que, por engano de redação, já que o texto de 90... Basta fazer uma comparação com a redação do texto de 1945. Até os exemplos são repetidos. Aí, escorregou o redator e deixou ficar o exemplo do "co".

Prosseguindo o capítulo das críticas infundadas, cabe lembrar aquela que acusa o Acordo de 90 de ineficiente, no seu propósito de unificação, ao admitir duplas como "bebê" e "bebé" – "bebê", considerado só no Brasil; e "bebé", considerado em Portugal. Ora, nós temos em Português do Brasil e temos também no Nordeste a pronúncia "bebé". Até temos uma música carnavalesca em que se diz "bebé" e não "bebê", tendo em vista que a letra foi escrita por um nordestino.

No caso de "bebé" e "bebê", temos duas variantes de língua e não simplesmente de ortografia, como ocorre com "Egito", no Brasil, sem "p", e em Portugal, "Egipto", com "p". No caso de "Egito", nós simplificamos, eliminando a consoante não articulada, a consoante muda, o "p", de "Egipto". Mas no caso de "bebé" e "bebê", nós temos dois vocábulos vivos na língua nos dois lados do Atlântico.

Depois eu mostro como o brasileiro foi obrigado a fazer mais cedências do que os portugueses, não só no campo da ortografia, mas também no campo da fonética e no campo da morfologia verbal. Ontem, por exemplo, a professora tratou aqui do caso do sufixo "iano", de "acriano", e do caso de "acreano".

No caso do trema, que foi também discutido aqui, é preciso notar o seguinte: o trema, os encontros "gue", "gui", "que", "qui" se repartem em três pontos diferentes. No primeiro caso, o "u" é sempre proferido. Ninguém diz "sequência" diferente; todos nós dizemos "seq/ü/ência" e não "sequência"; todos nós dizemos "freq/ü/ência" e não "frequência", embora haja a pronúncia "frequência" regionalmente no Brasil, como ocorre no Ceará, por exemplo. Então, temos um primeiro caso em que o "u" é sempre proferido.

Depois temos um segundo caso em que o "u" pode ser proferido ou não. Por exemplo, nós, no Brasil, dizemos "uniling/ü/e"; em Portugal, se diz "unilingue", sem a pronúncia do "u". Então, é um segundo caso em que o "u" pode ser proferido ou não pode ser proferido.

E há um terceiro caso, em que o "u" não deveria ser proferido, que é o caso de "questão", "questionário" e outros. E até casos em que o "u" proferido é um erro de pronúncia. Por exemplo, se nós pegarmos dois verbos: "arguir", de um lado, e "distinguir", de outro, conjugando o verbo "arguir", vamos ver que o "u" faz parte do tema do verbo: eu "arg/ú/o", tu "arg/ú/is" etc. Quando conjugamos um verbo como "extinguir" ou "distinguir", nós dizemos: eu "distingo" e não eu "disting/ú/o", como eu digo eu "arg/ú/o". Portanto, esse "u" não deveria ser proferido, mas o é. E o Acordo de 43, como o Acordo de 45, aceita as duas pronúncias.

Ora, então, o homem comum, na hora de escrever, teria de decidir se a palavra diante da qual ele estava presente estaria no primeiro caso, em que o "u" é sempre proferido; se estaria no segundo caso, em que o "u" é facultativo; ou num terceiro caso, em que o "u" não deveria ser proferido mas o é, na linguagem usual.

Então, o que acontece? O Acordo, muito sabiamente – e isso não é novidade do Acordo de 90, porque, já no Acordo feito nas duas Academias em 1931, o trema foi posto de lado, de modo que, retirando o trema, a obediência, quer dizer, há necessidade de o homem comum, na hora de escrever, decidir-se por esses três casos –, o que fez? Ele não escreve o trema e pronuncia a palavra ou como sabe ou como ouve das pessoas categorizadas.

O emprego do hífen teve, no Acordo de 90, a mais racional descrição. É um problema sério, porque o problema do hífen é um problema de uma operação mental, como nós vimos aqui, uma operação mental que mostra se duas palavras isoladas formam uma sequência ou se as duas palavras se juntam para formar uma terceira. É uma operação mental que vai depender de que interpretação está dando o usuário desse composto.

Para concluir, já que nós temos os 20 minutos, essa série de considerações em defesa do Acordo de 1990, vale a pena aludir a mais duas críticas muito frequentes nas entrevistas.

A primeira delas atende à grande presença do acento gráfico num sistema que se considera simplificador. E, logo a seguir, o crítico se refere à excelência da ortografia inglesa, que não usa acentos. O confronto é antigo entre o português e o inglês, é antigo entre nós. E ele sempre é lembrado com a chancela de Monteiro Lobato, que, no livro *Emília no País da Gramática*, declara textualmente, por intermédio da sua personagem, quase no final da obra, na reclamação da Dona Ortografia contra o uso excessivo dos acentos no português: "Sou contra isso. Quanto menos acentos houver numa língua, melhor. A língua inglesa, que é a mais rica de todas, não se utiliza de nenhum acento. Os ingleses são homens práticos, não perdem tempo em enfeitar as palavras com bolostroquinhas dispensáveis".

Na verdade, os ingleses não usam acento para marcar a sílaba tônica, não porque são pessoas práticas; não o fazem, porque, no inglês, como em outras línguas, como o latim clássico ou as línguas germânicas, em que está o inglês, a posição da sílaba tônica é estruturalmente determinada, fato que não ocorre no português. Em inglês, seria impossível uma palavra ter a pronúncia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – ..."sábia", "sabia" e "sabiá". Isso em inglês é impossível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O senhor tem três minutos. Pode continuar.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Obrigado, Senadora.

A outra crítica diz respeito à pretensa inconstitucionalidade do ato do governo que impôs a obediência do novo sistema ortográfico a todos os usuários da língua. A matéria ortográfica da Língua Portuguesa nunca se apresentou como de natureza plebiscitária. Sobre esse aspecto do problema, Fernando Pessoa, em lúcidas páginas que ficaram inéditas até pouco tempo, referiu-se ao fato de que a ortografia apresenta dois aspectos que precisam ser bem distintos. Há um aspecto cultural, pelo qual a pessoa grafa as palavras de acordo com a sua cultura ou como aprendeu nos bancos escolares. Isso dá o direito de opções variadas ao usuário, como fizeram, por exemplo, os escritores de todos os tempos.

Todavia, o lado social da ortografia em que o texto se destina a uma multidão de usuários não deve oferecer espaço para essa pletora de grafias pessoais, cuja indisciplina iria dificultar a difusão do texto entre todos. Daí entra o papel do governo que, como indivíduo coletivo, tem de evitar a indisciplina. É nesse momento que ele apela para a colaboração dos técnicos que se dedicam a estudos linguísticos e que, em geral, se encontram nas Academias de Letras e nas universidades.

São essas duas instituições que fixam o aspecto social dos sistemas ortográficos.

Já no prefácio da primeira edição do livro *Poemas de Camões*, em 1825, Almeida Garrett conclama o Governo e a Academia para a solução de uma ortografia unificada entre todos os usuários. Por tudo isso, a adoção do Acordo de 1990 seguiu o mesmo rito oficial começado na reforma de 1911, com o concurso do Governo português e da Academia das Ciências de Lisboa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Prof. Evanildo, pela exposição.

A propósito de uma das suas justificativas ou resposta às críticas na comparação com a língua inglesa, eu já vou ler a primeira manifestação aqui, de Vitória da Conquista (BA), Neide Melo Simões. Ela escreveu através das redes da TV Senado: "A língua portuguesa é uma língua muito difícil de aprender, e a língua inglesa é universal. Sou formada em inglês e sei perfeitamente das dificuldades de cada língua. Em minha opinião, se um estrangeiro quiser aprender a língua portuguesa, ele terá diversas dificuldades de acentuação e pontuação, que, em algumas palavras, são desnecessárias".

Apenas para ver que há uma sintonia fina entre o que está sendo dito aqui e o que os nossos assistentes estão dizendo – e já agradeço pela audiência à TV Senado.

Imediatamente, passo a palavra ao Prof. Pasquale Cipro Neto, para sua exposição.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Bom dia.

Senadora Ana Amélia, muito obrigado por tudo o que a senhora tem feito, pelo seu esforço, que é muito importante, pelo seu trabalho, pelo seu dinamismo. A senhora falou da juventude do Carlos André, e a senhora também é juveníssima...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada. (*Risos.*)

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – ... no que diz respeito a isso.

Eu aproveitaria essa questão que foi levantada por essa internauta e faria até um esclarecimento: nós estamos falando aqui de grafia, de ortografia, e a imprensa – não só a imprensa, mas muita gente Brasil afora – ainda faz uma confusão absurda entre grafia e língua. Então, a gente viu muitas manchetes por aí, de 2008 para cá: "Lula assina o decreto que muda a língua portuguesa", ou coisas do gênero. (*Risos.*)

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – A imprensa insiste nisso. Até hoje, a imprensa continua com estas coisas: "Senado debate mudanças na língua portuguesa" e tal.

Ortografia não é propriamente um território que possa ser chamado de... Quando se diz que "Lula assina uma lei que muda a língua portuguesa", a gente passa a pensar que, daquele dia em diante, sabe Deus o que vai acontecer com a língua. Em vez de dizer "eu sou de Guaratinguetá", eu vou dizer "Guaratinguetá eu sou de" – sei lá, qualquer coisa assim. Então, não é por aí, de jeito algum.

Eu vim parar nesta Casa, em 2012, quando participei da primeira audiência, certamente porque a minha voz foi ouvida. Eu trabalho na *Folha de S.Paulo* desde 1989 e escrevi muitos textos relativos ao Acordo, quando o Acordo entrou em vigor, em janeiro de 2009; na TV Cultura, fiz vários programas e boletins a respeito do Acordo, e sempre apresentei os problemas que há no texto e a execução do que prevê o Acordo.

Eu faço questão de dizer que respeito muito quem é favorável à existência de um Acordo de unidade gráfica e respeito muito quem não é. Acho que há argumentos fortes dos dois lados, e é preciso respeitar. A gente não pode achar que, porque fulano de tal é contrário à implantação de um Acordo de unidade gráfica entre os países lusófonos, fulano de tal é um retrógrado, é isso ou é aquilo, ou que o outro é moderno, e vice-versa. Há razões ótimas para a gente ser a favor, e há razões ótimas para a gente não ser a favor. Há uma série de fatores que têm que ser levados em conta e as opiniões têm que ser respeitadas, mas, a partir do momento em que se decide implantar um acordo de unidade, de unificação gráfica, é preciso que a coisa seja feita de tal modo que haja o maior alcance possível dessa unidade, dessa unificação, e é preciso que se respeitem alguns elementos básicos. Por exemplo, o texto oficial do Acordo diz o seguinte: "Artigo 3º – O acordo ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor em em 1º de janeiro de 1994, [já se passaram vinte anos e um pouquinho, quase vinte e um] após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa." Ora, todos nós sabemos que chegou o dia 1º de janeiro de 1994, e não aconteceu absolutamente nada. E a coisa se arrastou, se arrastou, se arrastou, e aí o Brasil resolveu, por conta própria, sem que os outros tivessem fixado data, tivessesm discutido, tivessem aprovado, em suma, sem que houvesse uma adoção concomitante. Então, nós saímos na frente, chegamos a publicar depois, em 2009, um Vocabulário Ortográfico cheio de problemas, e faço questão de me limitar a esses problemas causados por esse atropelo, por essa falta de planejamento, por essa de organização.

Eu lembro bem que, em uma Bienal de São Paulo, o grande assunto era a publicação de livros de acordo com a Reforma Ortográfica um pouco antes que isso acontecesse. Só que o texto do Acordo é complicado, é nebuloso em muitos aspectos. A prova disso é que a editora "A" entendeu determinada base de um jeito, a editora "B" entendeu determinada base de outro jeito. Então, se nós pegarmos livros que foram publicados, certamente publicados ali com pressa – o mercado editorial tem aquela coisa de "saímos na frente!" –, nós veremos a mesma palavra grafada de duas maneiras distintas, mas alguém dirá "Azar deles que não tiveram cuidado, que não tiveram competência!", mas até a Academia Brasileira de Letras caiu nessa arapuca. Em 2008, a Academia Brasileira de Letras publicou um dicionário – dicionário! –, daqueles mais ou menos pequenos, grossinho assim, mas não de página grande. E nesse dicionário havia nas páginas introdutórias explicações relativas à Reforma Ortográfica, ao Acordo Ortográfico, com exemplos, vários exemplos. E, para minha surpresa, eu, que

sou um chato, muito chato, eu que sou o sujeito que vai... Eu leio rodapé, eu leio receita de bula de remédio, eu leio saco de padaria, eu leio tudo, absolutamente tudo – tudo, tudo, tudo –, rótulo de produto, tudo. Eu leio tudo! Muito bem , eu peguei essas palavras que estavam nas páginas introdutórias, nas explicações, e fui procurar essas palavras no dicionário, e elas estavam grafadas de outra maneira. Eu escrevi sobre isso na *Folha de São Paulo.* Muita gente comprou isso e jogou no lixo. Instituições públicas, pessoas, dinheiro foi jogado fora, trabalho foi jogado fora, o que é uma coisa absurda, não é? Absurda e inconcebível, não é?

Publicado o Vocabulário, nós vimos algumas coisas esquisitíssimas. Por exemplo, subumano com duas grafias. Não se encontra no texto oficial do Acordo, em nenhuma base, explicação para isso: com hífen e com "h", e sem hífen e sem "h", mas o mais importante nessa história toda é ver que a coisa foi feita de tal modo, na base da pressa, que, na primeira edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, em uma das duas entradas, eu não lembro se na entrada com hífen ou na entrada sem hífen – não lembro dessa palavra que eu citei – havia não um, nem dois, havia três pontos de interrogação. Então, o sujeito consultava aquilo, achava a palavra e, ao lado, interrogação, interrogação e interrogação. Imagino eu que aquilo deva ter sido anotado antes da digitação, antes de ir para a gráfica. Aquele era um caso a ser discutido. E aquilo, por alguma razão, ou não foi discutido, ou foi, mas alguém se esqueceu. Aquilo foi para a digitação e o digitador: "tchu tchu tchu tchu tchu tchu", né? Então, o sujeito levou para casa um livro, uma obra em que há três pontos de interrogação. Isso mostra como nós fizemos isso de maneira atrapalhada, como fizemos isso de maneira equivocada, com pressa, uma pressa que não se justifica, se o texto ficou dormindo de 1990 até 2007, ficou nas gavetas, dormindo. Por que, de repente, a gente entra com tudo e acontecem essas coisas? Eu sei que não existe obra perfeita, mas algumas coisas dão, assim, a clara visão de que houve atropelo.

Quero entrar agora na questão do hífen. Eu teria uma série de coisas para citar aqui, mas não vai haver tempo, eu vou só... Quando tocar a campainha, paciência.

Ontem, o Prof. Bechara explicou aqui a questão, alguém perguntou, um internauta perguntou sobre o hífen, e o Professor Bechara citou, como exemplo da necessidade da existência do hífen em português, "pé-de-meia". Ele explicou que, se eu perco...

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Não. Não foi assim. Era para explicar... Desculpa.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Não. Mas diga, Prof. Pelo amor de todos os deuses. Diga. Sua palavra é fundamental.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Não. Era a explicação de ser composto ou não ser composto. Não com o hífen.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Sim. Mas alguém falou do hífen.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – É. Mas eu não falei.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Não, não. Mas a pergunta era se o hífen é realmente necessário em português.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Sim. Mas o caso era o seguinte: o hífen seria necessário em alguns casos se houvesse a criação de um composto.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Sim. Perfeito. Perfeito.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Se fosse só uma sequência vocabular, não.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Perfeito. Aí o senhor deu com exemplo "pé-de-meia", e explicou que quando o "pé de meia" é o pé de meia que a gente calça no pé, que a gente põe no pé, as palavras estão lá com seu sentido original, não se cria uma unidade, "pé de meia" grafamos em três palavras, separadas e não com hífen. Mas, no exemplo até que o senhor deu – "com a inflação o meu pé-de-meia começa a minguar", sei lá, mais ou menos por aí –, o "pé-de-meia" não é o pé que a gente compra na loja e põe. Cria-se, então, uma unidade, existe a utilização do hífen. Esse exemplo que o senhor deu, Professor, é justamente uma das exceções do hífen, nos compostos de três ou mais elementos, naquelas exceções, não sei, eu acho o texto, eu não vou dizer aqui, que o texto é esquisito, sei lá como é que eu vou dizer...

É a Base XV, não é? Vamos procurar aqui a Base XV. Base XIV... Base XV. Item 7.

Obrigado. Porque eu tinha separado aqui, mas depois tirei o papel e já perdi a, perdi a...

Item 7, da Base XV? Não! Não pode ser, porque a Base XV não vai...

Mas, em suma, fala-se aqui, no texto oficial, daquelas exceções consagradas pelo uso, e essas exceções são: "água-de-colônia", "arco-da-velha", "cor-de-rosa", "mais-que-perfeito", "pé-de-meia". Por que "pé-de-meia" sim e "pé de moleque" não? "Pé de galinha"? Por quê? Qual é o critério? O que é esse "consagrado pelo uso"?

Prof. Bechara, com todo respeito que eu tenho pelo senhor, eu estudei o senhor na universidade, no colégio. O senhor pra mim é uma figura que merece todo... O senhor é um grande brasileiro, não coloco isso em questão. Mas eu pergunto: por que não admitir que esse item é lamentável e que mostra a fragilidade do texto oficial, que mostra a fragilidade de uma norma que... Como é que eu vou explicar isso na sala de aula? Eu

vou dizer: "Pé-de-meia tem hífen porque é um caso consagrado pelo uso". Mas alguém vai dizer: "Pé de moleque não é a mesma coisa?" Porque, quando eu como um "pé de moleque", eu não pego uma criança, corto o pé dela e vou comer. É o mesmo caso de "pé-de-meia". Por que "pé-de-meia" sim e "pé de moleque" não? Fica uma coisa vazia, uma coisa absolutamente vazia.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Se o meu amigo leu tudo...

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Sim.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – ...vai ver que "pé de moleque", "cor-de-rosa", etc., fazem parte de exceções do Acordo de 1945.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Mas, no Vocabulário Ortográfico, não aparecem com o hífen.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Não, não.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Então, por que vou grafar "pé-de-meia", com hífen, e vou grafar "pé de moleque", sem hífen, e "pé de galinha", sem hífen, "mula sem cabeça", sem hífen? Esse é o questionamento.

O questionamento do "pré"... Esse "pré" é de doer, ele já era ruim e continuou ruim. Eu dei um curso, Prof., no Tribunal Eleitoral da Bahia, e fui explicar o que diz o texto oficial sobre o "pré". A gente lê, e as pessoas já olham, assim, com uma cara... Aquela história de preservar ou não preservar a identidade da acentuação. Então, quando eu digo "pré", eu uso o hífen e o acento; quando não, não uso nem hífen, nem acento.

Eu quero ver qual é o brasileiro que diz doença "pr/ê/existente". Eu nunca vi ninguém, nunca ouvi ninguém dizer doença "pr/ê/existente", mas o mais engraçado é que eu dei como exemplo: "Olha, por exemplo, 'pr/ê/ver', não há dúvida, esse 'pré' se acomodou como uma sílaba átona; 'pr/ê/conceito'..." Quando eu disse "pr/ê/conceito", em Salvador, o pessoal deu risada e disse assim: "Pô, 'pr/ê/conceito' para você que é paulista; para nós é 'pr/é/-conceito'!" Então, até onde o Vocabulário e o Acordo levam em conta esses dados que são reais do Brasil, da realidade brasileira, dos falantes de português? Ou será que os falantes de português da Bahia são menos importantes do que os paulistas ou sei lá o quê? Quer dizer, o hífen foi maltratado, mal resolvido, e nos mostra, com toda a clareza, que é preciso dar a isso um outro estudo, uma outra visão.

O Prof. Carlos André mostrou, aqui, uma questão. De onde que era mesmo, Carlos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Esaf, Escola Superior de Administração Fazendária.

Um dos itens era "pré-questionar", que aparecia com hífen e com acento.

Foi você que colocou o Vocabulário? Nós temos, ainda, o Volp? Podemos colocar, na tela, o Volp? (*Pausa.*)

Podemos? (*Pausa.*)

Então, preparem-se, senhores, veremos uma beleza, aqui, uma maravilha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Saiu em um concurso, não é?

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Ali mesmo. Coloque, novamente, o "pré... Era "pré-qualificar", não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Era "pré-questionar". Coloque "pr/ê/questionar", tudo junto, sem acento e sem hífen – "pr/ê/questionar". Vamos lá. (*Pausa.*)

Está lá a palavra.

Agora, coloque "pr/ê/qualificar" do mesmo jeito. (*Pausa.*)

"Nenhuma palavra encontrada."

Agora, coloque com acento e com hífen. (*Pausa.*)

Se alguém conseguir me explicar por que "pré-qualificar" é com acento e com hífen e "pr/ê/questionar" é sem acento e sem hífen; se alguém conseguir me explicar isso, eu vou vender picolé em Guaratinguetá, onde eu nasci, e desistir de tudo, porque, realmente, não faz o menor sentido. É uma coisa que não tem padrão e se torna uma coisa "inensinável" – "inensinável".

O texto do acordo é tão cheio de problemas, Prof. Bechara, que foi preciso que a Academia publicasse uma nota explicativa...

Temos aí. Por favor. (*Pausa.*)

Suba lá, por gentileza. Coloque no Volp, lá em cima. Coloque o cursor lá, por favor. Vamos lá. (*Pausa.*)

Não, ali, Volp. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Então, volte. Tem que abrir as opções.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Ou é no "nossa língua"? Ponha no "nossa língua". (*Pausa.*)

Aí. Ponha "vocabulário ortográfico" e clique. (*Pausa.*)

Agora, "nota explicativa". Onde é que ela está? Está ali.

Esta nota explicativa tem 15 itens, que esclarecem determinadas coisas, esclarecem por que foram tomadas determinadas posições – sinal de que isso não está claro no Acordo, sinal de que o texto do Acordo não deixou isso claro, e foi preciso...

Desça, pode descer, vá indo, por favor. Começam ali...

"São as seguintes as principais medidas tomadas por esta Comissão", e vai até o número 15, se não me engano. Ora, por que foi preciso estabelecer isso? Por que foi preciso editar essa nota explicativa? Porque há problemas, há problemas. Então, nós não podemos ir adiante com um texto que carece – é evidente que o texto carece – de polimento, que o texto carece de uma aparada, que o texto carece de soluções concretas. O Professor precisa encontrar ali e mostrar para o aluno.

Por exemplo: "sub-região". Quando eu pego, aqui, o capítulo que fala do hífen – não é? – nos prefixos, a primeira coisa que aparece aqui na Base XVI, o primeiro item:

1º) Nas formações com prefixos (como, por exemplo: ante-, anti-, circum-, co-, contra-, entre-, extra-, hiper-, infra-, intra-, pós-, pré-, pró-, sobre-, sub-, super-, supra-, ultra-, etc.) e em formações [....] só se emprega o hífen nos seguintes casos:

a) Nas formações em que o segundo elemento começa por h...

Em nenhum momento, alguém pensou no "sub" com o "r", por exemplo, não é? E isso é evidente, porque ninguém vai escrever "subregião", sem hífen, senão fica "su/bre/gião".

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Mais três minutos.

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Obrigado.

Mas isto tem que ficar claro: eu não posso deduzir as coisas. Eu não posso deduzir, senão a coisa fica complicada, fica esquisita. É preciso que o texto seja refeito nesses aspectos para que haja uma clareza, para que o professor encontre a resposta e possa convencer o aluno de que aquilo, efetivamente, está ali e que funciona daquela maneira.

E eu aproveito os três minutos para falar do acento da forma verbal "para" – eu tirei, de novo, da página aqui. Ontem, eu ouvi o senhor dizer, em uma entrevista, que quem reclama da falta do acento na forma verbal "para" não leve em conta o que diz o Acordo, que considera diferencial apenas o acento circunflexo. Aqui está escrito, na Base IX, "Da acentuação gráfica das palavras paroxítonas", no Item 8, não, desculpe, 9:

Prescinde-se, quer do acento agudo, quer do circunflexo, para distinguir palavras paroxítonas que, tendo respectivamente vogal tônica/tônica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras proclíticas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico: para (á), flexão de parar, e para, preposição; pela(s) (é), substantivo e flexão de pelar, e pela(s), combinação de per e la(s); pelo (é), flexão de pelar...

O Acordo agiu muito bem quando eliminou certos diferenciais que eram pará lá de inúteis. A gente tinha uma dificuldade incrível para explicar para o aluno por que ele tinha que acentuar "polo", "Polo Norte", "Polo Sul". Tínhamos que remontar a aspectos de história da língua e de termos que, absolutamente, não são usados. Não havia necessidade alguma daquele acento em "polo", do acento em "coa", do verbo coar, a combinação de "com" mais "a" – eu tinha que dar e puxar exemplos de textos clássicos literários em que havia o "coa" como "com" mais "a".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – Mas o "toda" já era da outra, da reforma de 71.

Então, esses acentos foram muito bem eliminados. Mas por que eliminar o acento do "para"?

Eu convido o senhor, querido Prof. Bechara, a passar um dia com a gente na redação da *Folha de São Paulo* – o senhor vai ter a companhia da Thais Nocoleti, e, se for numa quarta-feira, vai ter a minha companhia também – para ver o dia a dia do jornal. Como é difícil lidar! Quantas e quantas manchetes nós tivemos que jogar no lixo! Nós não podemos mais usar, porque, se usarmos, criaremos ambiguidade ou poderemos criar dificuldade de leitura ou de captação num primeiro momento. Sabendo que hoje é preciso ter rapidez na leitura, a eliminação do acento na forma verbal "para" trouxe dificuldade de compreensão imediata em muitos casos. Muitas vezes é preciso reler a frase para entender o seu sentido.

Então, eu gostaria de deixar claro aqui: o Acordo, uma vez implementado – está aí –, precisaria passar por uma revisão; o texto precisaria ser clareado; a questão do hífen está muito mal resolvida – existem soluções. O propósito, talvez, fosse, até, interessante: a regra básica estipulada. Mas há casos que têm que ser, absolutamente, alterados. E a gente poderia pensar, se tratarmos disso, em dar outra solução para o hífen, uma solução mais econômica, mais racional, mais enxuta, que eliminasse tantos e tantos casos. Saímos de um caso nebuloso, como era antigamente – tínhamos que decorar aquela tabela de prefixos, com o prefixo tátátátátátátátátá, o hífen existe antes de tátátátátátátátátá, com o prefixo blólólólóló, uma coisa doida –, e passamos para um sistema que, teoricamente, começa de forma mais racional, mas, na sua execução, se mostra absolutamente ineficiente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Prof. Pasquale Cipro Neto, que revela a oportunidade de termos convidado e requerido esta audiência pública, e o faço em nome do Senador Cyro Miranda, que gostaria muito de estar aqui, mas, por uma agenda política, está hoje impossibilitado de comparecer.

Penso que seria muito oportuno que, nesse primeiro momento dos nossos questionamentos, embora tivesse já havido entre o Prof. Pasquale e o Prof. Evanildo, esta Presidência desse a palavra à Mesa agora, aos Membros da Mesa, entre eles, porque aconteceram pontos de vista divergentes. Então, entre os senhores, por favor, estabeleçam. Posteriormente a esses questionamentos entre os senhores debatedores, passo aos demais Membros que estão participando disso, que já estiveram ontem. Eu apenas pediria que se manifestassem levantando a mão, porque eu faço por inscrição dos interessados. (*Pausa.*)

Então, Prof. Pimentel, Prof. Antônio e Thaís.

Carlos André.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Senadora, eu solicitaria que fosse colocada novamente, eu gostaria de insistir, a minha apresentação, para fazer só, corroborando o que o Prof. Pasquale colocou, a apresentação de mais um ponto para que pudéssemos materializá-lo aqui, inclusive para quem nos assiste na TV Senado. Eu gostaria, por gentileza, que fosse colocada exatamente esta questão, que foi uma outra questão.

Eu quero deixar claro que estou trabalhando com questões, para tornar essa audiência bem prática, de fato, porque o objetivo dela é que as pessoas precisam entender a ortografia. Não é Língua. É ortografia.

Uma outra questão que nos chamou bastante atenção foi esta: "Uma das palavras está grafada de forma incorreta na opção". Isso valia uma carreira, porque, quando se erra uma questão em um concurso público, uma, uma só, o sujeito pode perder 200 posições. Há concurso em que isso acontece, sem nenhuma hipérbole. É isso que acontece! É uma vida, uma remuneração. Na letra A ele trazia "pró-ativo – proativo". A pergunta que eu faço é a seguinte: o brasileiro, quando usar essa palavra, lembra que o prefixo "pró" é o mesmo "pro" de pronome? "Pronome" é aquele que está em prol do nome. Significa dizer que pode substituir o nome, que pode acompanhar o nome. "Pró-ativo" é aquele que está em prol da ação. "Pró-ativo" é aquele indivíduo que, por óbvio, tem a tendência a ter uma ação constante no dia a dia, que faz as coisas sem que ninguém tenha que solicitar. O brasileiro não costuma dizer "pr/ô/ativo". Caso fôssemos fazer uma pesquisa científica na Academia – e no meu mestrado eu pude pesquisar isso –, a tendência é que as pessoas costumem usar a palavra "pró-ativo" no Brasil. Aliás, no Brasil, a tendência é que a pronúncia seja aberta, de fato, não só no Nordeste do Brasil, mas em Goiás, o Estado em que eu resido, em que, por exemplo, a tendência é "pró-ativo".

Pois bem, vamos acessar o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Vamos acessar o Volp. Poderia nos fazer essa gentileza de acessar o Volp? (*Pausa.*)

Vamos digitar a palavra "pró-ativo": "pró", com acento gráfico, hífen "ativo". Vamos ver o que diz o Volp. Pesquisar "pró-ativo". (*Pausa.*)

Agora vamos escrever a palavra "proativo", sem o acento gráfico. As duas palavras são possíveis.

O Aurélio foi instalado? (*Pausa.*)

Não foi instalado? (*Pausa.*)

Não houve possibilidade de ser instalado.

Não há possibilidade de mostrar a todos, mas eu vou colocar aqui. O Aurélio Buarque de Holanda, aliás, é comum que as pessoas tenham o Dicionário Aurélio, não aceita o termo "pró-ativo". Notem a problemática.

Ah, o Houaiss, mas eu queria ler o Aurélio para demonstrar isso – esse é o do século XXI, é o mais novo, inclusive, de mais nova geração –, mas está aqui comigo. Estou com o Dicionário Aurélio e, quando eu digito aqui, apenas aparece "proativo", não há "pró-ativo".

Conclusão, o gabarito dessa questão traz que todas são possíveis. A letra "b" é possível, "proótico" ou "pró-ótico", "pré-eleição" ou "preeleição", "pré-demarcar" ou "predemarcar"; "pré-eleito" e "preeleito". Aliás, estamos no Senado e aqui se costuma dizer muito "pré-eleição". É muito mais comum pré-eleição do que preeleição, que seria a lógica. O gabarito à questão foi a letra "a", ou seja, seguiu aquilo que o Aurélio Buarque de Holanda coloca, dizendo que uma está incorreta, o que significa dizer que "pró-ativo" não existe. E chega a nós, professores, um pedido de recurso para essa questão. Em que base, com que base eu tenho que fazer? Eu, como jurista, como advogado, preciso me basear em algo. Eu preciso anular essa questão com base no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, mas o próprio examinador me diz: qual é a legitimidade jurídica que o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa tem para que se anule essa questão? E não anula a questão.

Mais uma vez, eu quero colocar: nós estamos diante de um problema seriíssimo, com dois "is" e acento no segundo "i", seriíssimo, nós estamos com um problema de base legal, de saber onde é que está, deveras, a ortografia, qual é a competência em relação a aspecto de grafia.

Aqui não vai nenhuma crítica específica. Estamos em um estágio de amadurecimento, inclusive, para que o País possa crescer, então, neste momento, as vaidades não são importantes. O País, neste momento, parece-me, pode ser líder nesse bloco da CPLP, se resolver, inclusive, essa problemática, que me parece que em Portugal não se resolve. Então, não é uma crítica, aliás, é uma crítica, cientificamente falando, e eu queria que algum colega pudesse falar a respeito deste assunto: sobre o que é, deveras, a lógica nossa de observação subsidiária do ponto de vista ortográfico. É o Vocabulário? É o Acordo? É a Nota Explicativa? É o Aurélio? É o Houaiss? É o Luft? É o Michaelis? Quem é? Eu quereria que algum colega pudesse tentar me explicar esse detalhe, e não é uma pergunta retórica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Bom, como a questão é tão complexa e tão difícil de responder, penso que ela vai continuar com um grande ponto de interrogação.

Queria saber aqui se a Profª tem alguma, não sobre a pergunta, porque já ficou dito que ela não tem, a interrogação continua, mas sobre uma outra matéria, para que a gente possa fazer a interlocução também com os nossos professores que já estão inscritos aqui, o Prof. Pimentel, o Antônio e a Thaís.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Queria saber aqui se a Profª tem alguma... (*Pausa.*)

Não sobre a pergunta, porque já ficou dito que a interrogação continua, mas sobre outra matéria, para que a gente possa fazer a interlocução também com os nossos professores que já estão inscritos aqui: Prof. Pimentel, Antônio e Thaís.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Senadora, nós temos conhecimento de que os Vocabulários estão em andamento e esse vocabulário comum está em fase final de conclusão, incorporou o vocabulário português e o vocabulário brasileiro, cedidos, gratuitamente, pelo governo português e pela Academia Brasileira de Letras. Pela exemplificação trazida aqui, a feitura desses vocabulários é muito importante, é muito urgente. Não creio que isso vá exigir alterar o Acordo, mas é preciso cumprir o Acordo no que prevê a elaboração desses vocabulários. No Brasil, nós temos dois representantes da CPLP na elaboração desses vocabulários: um deles está aqui conosco, o Prof. Evanildo Bechara; o outro, o Prof. Carlos Alberto Faraco. De qualquer forma, esses vocabulários são importantíssimos, porque, sem eles, nós vamos continuar a encontrar problemas sérios como esses que foram apresentados aqui.

Eu queria, se a senhora me permite, fazer uma sugestão: que esta Comissão usasse da sua autoridade para recomendar que se apresse a elaboração desses vocabulários e que esses vocabulários sejam de amplo conhecimento, sejam postos na rede, porque estamos vendo que há realmente – não discordo dos colegas – muitos pontos que estão a exigir mais sistematização. Isso se resolve no vocabulário ortográfico.

Muito obrigada.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – A senhora me permite, Senadora, fazer um comentário? (*Pausa.*)

Inclusive, se fosse possível, antes da entrada em vigor do Acordo, porque imaginem a notícia amanhã: a partir do dia 1º, haverá nova ortografia. Mas não há o vocabulário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço ao Prof. Carlos André, mas especialmente à Profª Stella, porque ela exatamente chegou ao cerne do nosso trabalho aqui. É exatamente esse o nosso objetivo. Nós não estamos aqui nem de um lado, nem de outro; nem quem critica, como aqui disse o Prof. Pasquale... Não estamos nem de um lado, nem de outro. Queremos chegar a esse centro de reconhecer: existem falhas. Houve uma pergunta feita e não respondida pelo Prof. Carlos André, e essa pergunta tem que ficar respondida para evitar um prejuízo de um direito de um cidadão que presta um concurso público, um direito violado, violado porque não há fundamentação jurídica sobre isso, porque há uma divergência de entendimento sobre uma palavra. Então, não é possível. Isso fere a cidadania, fere o direito, fere a Justiça, porque a Justiça fica também de que forma para tomar a decisão e sentenciar?

Então, eu queria dizer que chegamos exatamente ao ponto, para que as pessoas entendam: não estamos aqui nem do lado A, nem do lado B. Queremos que, de forma de errata, ou de forma de explicação, ou de qualquer forma... Esse é o nosso papel! Que bom que isso foi entendido agora! Agora, eu estou absolutamente serena, Profª Thaís, com este trabalho, porque aqui nós chegamos ao ponto prático das coisas e da vida como ela é no exercício da Língua Portuguesa, na prática da Língua Portuguesa, nas instâncias em que nós escrevemos, seja no campo jurídico, seja na literatura, seja para o professor de português explicar para os seus alunos. As perguntas que vêm aqui são todas elas assim: "É difícil...", "É complicado...", "Temos que ensinar melhor...", "Como passar...". Foi dito, aqui, pela Thaís, ontem, que temos que capacitar, melhorar a qualidade do ensino da Língua Portuguesa. Então, chegamos ao ponto central.

Obrigada, Profª Stella Maris. Obrigada ao Carlos André e, também, ao Prof. Bechara, porque, quando vem aqui o Pasquale e apresenta as notas explicativas... É que os próprios autores do Volp colocaram, eu diria, com o cuidado que requer a importância da língua para a nacionalidade, aquela nota explicativa; exatamente

aquilo. Mas, além dela, vemos aqui – como reconheceu a Profª Stella Maris, provocada pelo Carlos André – a necessidade de ampliar esse aspecto; daquilo que o Pasquale, que é um agente, é um sacerdote da língua, do exercício da prática, como ensinar, é um professor... Então, aqui nós estamos buscando exatamente este centro para aperfeiçoá-lo.

Eu agora, então, passo a palavra para o questionamento do Prof. Pimentel. (*Pausa.*)

Pois não, então o senhor, por favor.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Antes de mais nada, eu gostaria de dizer ao Prof. Pasquale que esse caso que se deu com o dicionário escolar foi uma intromissão dos revisores da Editora Nacional. Quando nós mandamos o texto, para a Editora Nacional, do dicionário escolar, mandamos o texto, mas os revisores tomaram a iniciativa de dar a sua interpretação ao Acordo. Quando verificamos, estava lá, por exemplo, uma série de distorções. Foi uma intromissão desejando honestamente ajudar a Academia, mas sem consultá-la. Foi uma revisão da revisão. E o resultado é que...

O SR. PASQUALE CIPRO NETO – O senhor acaba de dar razão a Millôr Fernandes. Millôr Fernandes dizia que era contrário à pena de morte com exceção de revisor. Claro que... Eu fui revisor, portanto, não quero... É brincadeira isso, mas é que fui revisor, às vezes..

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Mas foi com a melhor intenção, mas sem consultar a Academia. E o resultado é o que vimos... desastroso em relação. E eles recolheram. E todos aqueles que compraram a primeira edição do dicionário escolar tiveram a oportunidade de ter o volume substituído por outro. Na medida do possível, não houve nenhum prejuízo financeiro para quem tivesse comprado a primeira edição do dicionário escolar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Aí, nós tivemos com o dicionário também um *recall,* um *recall* do nosso dicionário.

Mas eu agradeço, Prof. Evanildo, pela explicação sobre os...

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Outra coisa também que eu gostaria de dizer é que o ILTEC, que é o Instituto Internacional de Linguística e Tecnologia, por decisão da CPLP, passou a ser o órgão responsável pela revisão do Acordo, na medida em que essa revisão teria provocações na constituição do VON, que é o Vocabulário Ortográfico Nacional, portanto, no Vocabulário Ortográfico da Academia das Ciências de Portugal e no próprio Vocabulário da Academia. E teria repercussão também no VOC.

Então o ILTEC constituiu 16 professores universitários para confabular com as sugestões do ILTEC na correção e na atualização do Acordo, inclusive na redação do Acordo, porque o ILTEC estava sob a tutela dos países da CPLP, e o ILTEC convocou 16 professores universitários dos oito países para que trocassem ideias. E nós estamos trabalhando nisso. Estamos fazendo a revisão dos Vocabulários Ortográficos portugueses O Prof. Telmo Verdelho e outra professora da Universidade de Coimbra estão fazendo considerações às propostas de alteração apresentadas pelo ILTEC. Nós também, o Prof. Faraco e eu, apresentamos as nossas sugestões, e os outros professores das outras instituições dos outros governos estão fazendo.

Ontem, conversando com o Prof. Ernani, eu disse a ele que mandaria para o ILTEC uma cópia do texto que ele nos ofereceu aqui, para que o ILTEC também tomasse conhecimento dessas informações. E seria muito interessante, quer dizer, no texto do Prof. Ernani, há a colaboração dele, há a colaboração do Prof. Pasquale e há a colaboração muito bem feita de um professor, de cujo nome não me lembro agora, que explicou o problema de emprego de maiúscula e minúscula, o emprego da vírgula, etc.

Então, eu disse ao Prof. Ernani que mandaria, tão logo chegue ao Rio, mandaria um exemplar para o ILTEC também verificar. Isso seria interessante, que o ILTEC tomasse conhecimento das críticas, das sugestões, das ponderações dessas duas reuniões, que estamos mantendo desde ontem, para que o ILTEC também visse o trabalho de professores que atuam todos os dias na sala de aula, que atuam fazendo redação, etc.

Quanto aos deslizes que passaram na confecção do Volp, é preciso notar o seguinte: o que nós fizemos... Primeiro, eu não sou o autor do Acordo. (*Risos.*)

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Tem dito assim: o Prof.... Não tem nada, nem revisor do Acordo. E o Acordo caiu no meu colo sem que eu estivesse prevenido para isso. De repente, a Academia, que desde 1943 vem publicando seu Vocabulário Ortográfico, e nós estávamos na iminência de publicar uma quinta edição da quarta edição, que estava esgotada, então, ficamos nesse dilema: ou vamos fazer uma edição repetindo o anterior, a quarta edição, com melhoramentos, ou nós iríamos implementar o Acordo de 90. A decisão foi essa, tendo em vista que o Acordo de 90 já estava com o decreto assinado pelo Presidente Lula. Então, tivemos, a Comissão de Lexicografia da Academia, constituída de seis colaboradores, nós tivemos de quatro a seis meses para fazer o levantamento de um *corpus* de 360 mil verbetes. Em 360 mil verbetes, se os enganos foram esses apresentados, é claro que é um saldo positivo do trabalho da Comissão. Nós agora estávamos trabalhando para a sexta edição do Vocabulário, tivemos de parar diante do trabalho do ILTEC e dos professores da Comissão

Técnica, dos 16 professores universitários que estão ajudando o ILTEC a fazer uma reformulação, na medida do possível, naquilo que for necessário, do acordo de 90. De modo que, então, nós paramos o trabalho da sexta edição, esperando isso. Por informação do ILTEC, e para atender aqui a sugestão do nosso querido professor, o ILTEC está prometendo que, no fim de 2015, esse VOC, esse Vocabulário Ortográfico Comum, estará pronto e à disposição. Então com ele poderemos fazer as alterações. É claro que, depois de tudo isso, ainda haverá alguém que leia tudo, tudo, tudo, tudo, tudo e que seja capaz de apontar deficiências, inexatidões, etc. A confecção de um livro é como uma partido de um jogo de cartas: quem está do lado de fora tem mais palpite certo do que os que estão jogando cartas diante de uma mesa, com quatro ou cinco parceiros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – E se fosse Flores da Cunha, diriam um palavrão para ele, quando tivesse esse peru, como se chama no jogo, que fica buzinando na cabeça dos jogadores. O Flores da Cunha teria uma resposta adequada.

Essa posição do Prof. Evanildo também nos traz um alento em relação a essa questão e ao nosso trabalho aqui, Professor Evanildo. Eu acrescentaria – o senhor falou da contribuição do Professor Pimentel, do Professor Pasquale –, como o Carlos André levantou uma questão interessante, também penso que seja relevante acolher as ponderações que ele fez, como professor de português.

Passo a palavra ao Prof. Pimentel para o questionamento, em seguida ao Prof. Antônio e à Thaís.

O SR. ERNANI FIGUEIRAS PIMENTEL – Quero parabenizar mais uma vez a iniciativa da Comissão de Educação. Quero parabenizar a brihante atuação, que é comum, da Srª Senadora que está nos presidindo – em todas as suas reuniões, ela é muito sábia para definir as situações. Quero parabenizar todos que falaram até agora. Quero só fazer algumas observações.

Em relação à fala da professora Stella Maris... Desculpe-me, eu sabia o primeiro nome, mas não sabia os outros. Eu queria colocar alguns detalhes, comparar o Português com o Inglês, o Francês e o Alemão. É como comparar formiga com elefante, porque são culturas muito diferentes. Essas Línguas têm muito mais história e tiveram opções ortográficas diferentes, até por que mexer traria muito prejuízo, devido ao alastramento da língua internacionalmente. Eu considero a nossa Língua em começo de expansão. A nova composição geopolítica está dando muito espaço ao desenvolvimento e expansão da nossa Língua. Então, o ensino que se faz na França, na Inglaterra, dispende muito mais verba do que o que a gente consegue dispender aqui, o que significa que precisamos aumentar a verba. Mas, mesmo que se aumente muito as verbas de educação, se a gente fizer algumas simplificações a gente vai potencializar o nosso crescimento de maneira fantástica. Quando falei ontem de um grupo de gestores internacionais que vinham para a América do Sul e tinham de optar entre aprender Português e Espanhol, trinta e dois, entre quarenta, escolheram o Espanhol dizendo que era mais fácil para escrever. Eu apresentei vários outros argumentos, mas eles me perguntaram: quantas regras de hífen tem a Língua Portuguesa? Quantas regras de hífen tem o Espanhol? O Espanhol tem três regras de hífen. O fato de as nossas Línguas seguirem a mesma opção gráfica de outras, como foi citado na palavra *cidade*, que tem o *c* como padrão, mostra que a gente não percebeu com profundidade o que existe nas outras Línguas irmãs. Por exemplo, o Espanhol usa o *j,* quando a gente optou pelo *r.* O Italiano usa o *ch,* quando a gente optou pelo *qu*. Então, o fato de a gente romper alguns parâmetros não é impeditivo ante a grande expansão que se pode ter. O professor Carlos André foi brilhante na colocação dele, dizendo que o hífen é importante. O Alemão não tem hífen, o Italiano não tem hífen. O Senhor não estava ontem, e eu não tive oportunidade de lhe entregar uma proposta que o Simplificando Ortografia fez, de que duas regras de hífen resolvem o problema do hífen. Então, é importante saber definir quando a palavra é composta e não, mas não há necessidade de tanto hífen. Eu até apresentei essa proposta, com duas regras de hífen, e estou pedindo aos colegas que consigam eliminá-las. Se nós conseguirmos não ter nenhuma regra de hífen seria ótimo. Mas o que importa é quanto mais simplificarmos melhor a gente se expande como língua de poder e de comunicação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Professor, eu gostaria que também o senhor observasse o tempo, porque como os outros indagadores... Então, mais 2 minutos, por favor.

O SR. ERNANI FIGUEIRAS PIMENTEL – Ótimo. Muito obrigado.

Um problema que estamos vivendo, Professora Stella, dentro da própria Abralin – a senhora sabe disso –, inclusive tenho depoimento do ex-Presidente do Abralin... Como é mesmo que ele se chama?

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Sírio Possenti...

O SR. ERNANI FIGUEIRAS PIMENTEL – Não é o Sírio Possenti.

Trata-se de Luis Passeggi. Ele deu um depoimento dizendo que, dentro das pesquisas linguísticas dos últimos anos, existem milhares de pesquisas voltadas para a linguística não normativa, a linguística descritiva, mas que não existe pesquisa sobre a linguistica normativa, que é o nosso problema aqui. Então, a falta de pesquisas universitárias dificulta esse trabalho.

Finalmente, quanto ao IILP – e quero fazer votos de que estaja muito bem constituído – que segurança vamos ter de que todas essas incoerências e inconsistências não estejam continuando? Daí a proposta que o "Simplificando a Ortografia" fez de se criar uma comissão com outros parâmetros, onde os membros não sejam indicados, mas sejam postos, meritocraticamente, por concurso público, para que se independam de apadrinhamentos, onde os membros acabam representando interesses econômicos. São interesses fortíssimos.

Em uma última assembléia que houve, na última comissão um ex-governador disse que foi obrigado a comprar 600 mil exemplares de discionários – e a senhora estava presente – para um Estado da Federação.

Então, acho que as nossas propostas têm de ser, por favor, pensadas.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu gostaria de saber se a Professora Etella Maris quer questionar.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Eu poderia?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Por favor. A senhora foi citada duas vezes.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Pois não.

Quando o senhor diz, Professor, que não há parâmetros de comparação entre o Português, a última flor do lácio, o Inglês e o Alemão, sabemos que essas línguas têm mais história. Claro que têm mais história. Mas não podemos desconsidear o fato de que essas comunidades nacionais de fala tomam muito cuidado em não ficar fazendo reformas ortográficas com grande frequência, porque a reforma ortográfica é muito onerosa. E, de ontem para hoje, procurei pelo menos fazer uma leitura de reconhecimento do seu opúsculo. Ela é onerosa não só pela quantidade que o MEC já gastou, publicando livros mediante a ortografia do acordo. O ônus maior é a formação de pessoas. Quando entramos em sala de aula, e as pessoas pedem "vamos estudar o vocabulário, a nova ortografia, isso nós temos que formar, temos que formar professores para que os professores possam usar, principalmente possam ensinar ortografia de forma lógica. O senhor disse que não há lógica. O senhor disse que não há lógica levando em conta essas incongruências que, no bloco anterior, chegamos à conclusão de que poderão ser sanadas com a elaboração dos vocabulários nacionais e do vocabulário comum.

Agora, o senhor pergunta que garantia temos de que esse instituto, Iltec, vai dar conta de fazer isso. Ontem e hoje nós vimos quantas pessoas, quantos técnicos, quantos cientistas têm se debruçado sobre isso, não agora, nos anos 2000, mas esse é um acervo de reflexão que veio se acumulando ao longo dos últimos séculos. E nós não podemos dizer: "é garantido que isso vai ser feito", mas nós vamos ter, pelo bom senso, de ver que o Iltec se cercou de técnicos. O Prof. Bechara disse que com a escolha de dezesseis professores universitários que vêm estudando isso... Quando o colega Passeggi disse que há poucas pesquisas, realmente talvez não haja ainda um número muito grande, mas não são poucas, há muita pesquisa feita sobre o uso da língua portuguesa, oral e escrita, no Brasil. Há muitas pesquisas.

Agora, a ortografia, eu admito que a partir da década de 1960, 1970, deu-se menos – não "menas", menos –, deu-se pouca importância a essa questão, porque argumentavam alguns colegas: "Ela não é uma questão fundamental. Isso se corrige com um *software* e pronto." Mas temos argumentado, principalmente os sociolinguistas, que essa não é uma questão de somenos importância, porque as pessoas que não usam bem da ortografia acabam sendo objeto de muito estigma social.

Então, voltando à sua questão, que garantia temos que o IILP, a Iltec fará isso com competência? Que garantia teríamos, professor, de reunirmos um grupo só aqui no Brasil... Bem, poderiam passar por um concurso público, um concurso público daquele gênero ali que vimos, com várias questões, se tem acento, se não tem acento, se tem hífen, se não tem hífen. É um concurso público realizado pela Esaf, com a qual já colaborei muito. Mas eu quero crer, e eu imagino – não estou falando por todos os meus colegas linguistas –, mas eu quero crer que a CPLP está se cercando de muito cuidado na escolha dos especialistas e cientistas que vão fazer isso, haja vista – e não "haja visto" –, haja vista que os dois representantes brasileiros são duas pessoas da maior competência, o Prof. Evanildo Bechara, que também representa a Academia Brasileira de Letras, e o Prof. Carlos Alberto Faraco, linguista renomado, Ex-Reitor da Universidade Federal do Paraná. Então nós estamos vendo que as escolhas estão sendo escolhas criteriosas. Nós estamos vendo que a CPLP e o IILP, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, e o Iltec estão se cercando de cuidados.

Eu fico muito feliz ao término desta nossa segunda reunião, porque estamos vendo que ela gerou resultados, ela surtiu boas consequências. Uma delas, o Prof. Bechara já disse: vai pegar esse material que professores de Brasília – e isso muito me honra, porque eu também sou professora de Brasília –, professores de Brasília e São Paulo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Goiás.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – ...e de Goiânia refletiram sobre a questão. Isso não se encerra aqui; isso vai para a CPLP, dizendo: os professores brasileiros estão refletindo, estão apon-

tando áreas em que a questão pode ser aperfeiçoada e o será, porque a confecção de um vocabulário não será uma coisa feita de afogadilho, nem será feita de forma apressada, nem em mãos incompetentes, portanto, professor, o que eu pediria ao senhor é ter confiança nos seus colegas que não estão aqui em Brasília, estão – agora a sede está onde, professor? A sede do IILP? Estava em Maputo?

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Não, o ILTEC, a sede é em Lisboa.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Está em Lisboa, então...

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Agora, o IILP, atualmente está em Cabo Verde.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Em Cabo Verde, muito obrigada.

O SR. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA – Estava em Moçambique, foi mudada agora.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Estava em Moçambique, eu me confundi, mas de qualquer forma, nós estamos fazendo a nossa parte, nós estamos comentando, o Senado acaba de prestar uma grande contribuição à educação brasileira que, aliás, é o objetivo precípuo desta Comissão. Nós estamos fazendo a nossa parte. Estamos dialogando com os colegas da CPLP, com outros especialistas lá dizendo: "Olha, aqui no Brasil". E isso independe do fato de três quartos dos usuários da língua portuguesa serem brasileiros, porque não nos cabe prevalecer-nos dessa situação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada professora Stella Maris pela resposta, pelo questionamento. Por favor, professor, porque senão... Há mais dois questionamentos, o senhor tem um minuto, no máximo.

O SR. ERNANI FIGUEIRAS PIMENTEL – Eu só gostaria de pedir, de dizer que o texto que nós apresentamos, parece que teve parte que não foi lido, professora. Há um item...

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Eu não tive tempo de ler não, professor, foi ontem à tarde que me passou isso.

O SR. ERNANI FIGUEIRAS PIMENTEL – Pois é. Por isso que estou dizendo, o item 10 é bem claro: Por que a ABL e outros grupos não podem mais decidir sozinhos? É importante ler esse final, para poder ver qual é a proposta que a gente tem para que, realmente, a educação brasileira fique acima de qualquer suspeita. Só isso.

A SRª STELLA MARIS BORTONI DE FIGUEIREDO RICARDO – Mas a ABL não vai decidir sozinha, não é isso professor? Que nós estamos chegando a uma conclusão...

O SR. ERNANI FIGUEIRAS PIMENTEL – Mas o que eu quero dizer é que como se define a constituição de um grupo desses? É que realmente pode permitir interesses outros serem manipulados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada professor Pimentel. Passo a palavra agora ao professor Antônio Martins de Araújo, pedindo também a...

O SR. ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO – Ratificando o agradecimento pela oportunidade de dialogar com nossos colegas, eu gostaria de lembrar ao nosso colega, Prof. Dr. Carlos Alberto Nunes, como não se pode assassinar a história, lembremo-nos, como legítimos brasileiros, sem qualquer desdouro para nós, de que "minha pátria é a língua portuguesa", como dizia o genial e múltiplo Fernando Pessoa, por isso, não escrevo nenhum ensaio de crítica literária ou semi-estilística – na linha do espanhol Paz Gago – sem contextualizar a obra em análise, em seu tempo e em seu espaço.

A propósito de nosso confrade da Abrafil, o meu querido amigo, Gilberto Mendonça Teles, príncipe dos poetas goianos, mereceu-me ele fechar o meu livro "Peito do Pelicano" com ensaio intitulado "Estratégias Retóricas" do arisco poeta goiano Gilberto Mendonça Teles, por que arisco? Porque seus poemas estão refertos de erotismo envolvidos em metáforas e metonímias muito interessantes. O erotismo dele chega a tal ponto que o e-mail dele é gilmet@globo.com. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada pela finalização e pela conclusão. E se quiser Carlos André fazer um comentário.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Só quero, gostaria só de agradecer, ele é múltiplo, não é? Ele é múltiplo. Não é goiano, é múltiplo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É universal, cosmopolita.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Universal, mas em nome do Estado eu agradeço a...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É apreciador até, porque nos brindou com o livro, ontem, que vamos dar atenção maior ainda.

Passo, então, por fim, a Thaís Nicoleti, que é Consultora de Língua Portuguesa, que, ontem, também, nos brindou com a exposição.

A SRª THAÍS NICOLETI – Mais uma vez, Senadora, gostaria de reiterar meu agradecimento pelo convite para estar participando aqui e gostaria de desfazer qualquer mal-entendido. De modo algum, eu estaria desmerecendo o debate sobre ortografia, tanto que esse tem sido o tema dos meus textos e das entrevistas que eu venho publicando no meu blogue da Folha de S.Paulo.

E gostaria de dizer, agora, baseada no que eu vi aqui, hoje, palestras muito boas, muito significativas, o Prof. Carlos André e, sobretudo, a Profª Stella Maris, agora, como professora de Português, e é nessa condição que eu me coloco, eu lanço uma questão baseada na exposição do Prof. Carlos André.

Eu pergunto se nunca ocorreu a professores que trabalham na preparação de candidatos a concursos públicos questionar o tipo de pergunta de Português feito por essas Bancas. Saber se uma palavra tem ou não hífen pode, como disse o Prof. Carlos André, definir emprego de alguém. Quer dizer, eu defino se a pessoa merece ou não ter aquele emprego pelo seu conhecimento de hífen em "pré-embrionário" ou coisa do gênero.

Então, até que ponto, é a minha pergunta, esse tipo de questão é capaz de aferir a competência linguística de um candidato? E, só, acrescentando, ainda, que a Folha de S.Paulo está, sim, usando o "pára" nas suas manchetes, porque não tem como evitar, ainda que alguns jornalistas, de fato, evitem, não gostem, procurem substituir a palavra.

E, parafraseando o Prof. Carlos André, acho que o acento do "pára"psicológico.

Era isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada a Thaís Nicoleti.

Eu queria renovar que ficou muito claro, da relevância do trabalho, renovar, aqui, fazendo a leitura, até, do Decreto de 29 de setembro de 2008, em que, no seu art. 3º, para ratificar, apenas, no art. 3º deste Decreto, primeiro que se viu, aqui, até, pelo que falou o Pasquale, das datas de implementação do Acordo.

Considerando que o Acordo entrou em vigor internacionalmente em 1º de janeiro de 2007, inclusive no Brasil – inclusive no Brasil –, no plano jurídico externo decreta como vai ser feita a aplicação.

Aí, ele falava, no art. 2º definia a data de 2009. Ele, então, não entrou em 2009. Vimos as dificuldades. A nossa ação junto ao Poder Executivo, no adiamento para 2016, foi de que houvesse essa condição, porque, como disseram aqui, todos têm o senso comum, nenhuma lei é perfeita – nenhuma lei é perfeita. Mas, quanto mais a gente nota imperfeições, mais responsabilidade temos de corrigi-la.

Então, no art. 3º: são sujeitos a aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo de Língua Portuguesa, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

E, aí, o patrimônio pode ser entendido pecuniário ou o patrimônio da própria língua, da própria história e da própria cultura e da própria educação do nosso País.

Então, feito esse esclarecimento, dizer que o nosso papel, aqui, continua sendo este, de mediação – mediação. Não tomamos parte. Nós somos mediadores e queremos e estamos muito felizes hoje. Falo em nome do Senador Cyro Miranda, Presidente desta Comissão, e agradeço à Thaís, ao Prof. Antonio Araújo, ao Prof. Ernani Pimentel, que ontem nos brindaram, ao Carlos André, ao Prof. Evanildo Bechara, ao Pasquale Cipro Neto e à Profª Stella Maris pela valiosíssima contribuição que tivemos.

Queria, apenas, mencionar, e agradecendo, a Heloísa Helena de Abreu Pandolfo, de Serra, no Espírito Santo. E, aqui, só para resumir, essa cidadã, Heloísa Helena de Abreu Pandolfo, desfavorável ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. "Em vez de mudar a ortografia, deveria melhorar o ensino da língua nas escolas".

Não vou ler todos.

De Fortaleza, Alaécio Flores, que cita especificamente o Carlos André, discordando, "porque a língua portuguesa foi imposta por lei e, para sua elaboração, foram desconsideradas a língua dos índios nativos e a dos africanos". É um outro lado de ver a questão.

Andrea Moura; Vilmar Teixeira da Silva, de Santa Branca, São Paulo; Neide Melo Simões, de Vitória da Conquista, Bahia; Genilton Araújo de Santana, de Ibiúna, São Paulo; Edimísio Vieira, de Florianópolis, Santa Catarina; Cláudia Saldanha Rodrigues, de Maricá, Rio de Janeiro; Pâmela Silva dos Santos, de São Paulo, Capital; Denacir Alves Farias, de Vera Cruz, Bahia; Marcelo Santos da Cunha, de Mata de São, Bahia; Edson Victor da Rocha, do Gama, Distrito Federal; Rodrigo Mário do Vale Resende, de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais; e Luciano Benedito Davi, do Ceará.

Vejam que o Brasil inteiro, praticamente, estava aqui presente. Sul, Nordeste, Centro, Sudeste estavam aqui presentes. Então, a todos vocês, de quem tive o prazer de ler as contribuições, agradeço a participação e, sobretudo, o trabalho do sistema da TV Senado e sua cobertura, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado, do Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, do e-Cidadania e do portal www.senado.gov.br.ecidadania, que nos ajudou muito nessa participação democrática nesta audiência pública.

A todos, muito obrigada pelo que contribuíram, decisivamente, neste processo. Obrigada a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Esta encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*

(Iniciada às 10 horas e 00 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE SETEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e nove minutos do dia dois de setembro de dois mil e quatorze, no Plenário número 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin, Sérgio Petecão, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Fleury e Gim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a 55ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. A Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas das 48ª a 54ª Reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Inicia-se a apreciação da pauta, com a inversão de sua ordem. 2ª parte – Reunião de Trabalho com a finalidade de apresentação do Relatório 3-CDH (Biênio 2013/2014 – 1º Semestre de 2014), que contém a descrição de todas as atividades realizadas e projetos aprovados pela Comissão no período. **Resultado**: Reunião de trabalho realizada. 1ª parte – Reunião Deliberativa. **Item 1**. **Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009** – Terminativo – Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado**: Adiado. **Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. **Resultado**: Adiado. **Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. **Resultado**: Adiado. **Item 4**. **Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado**: Adiado. **Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012** – Terminativo – Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado**: Adiado. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado**: Adiado. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. **Resultado**: Adiado. **Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011** – Terminativo – Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. **Resultado**: Adiado. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012 –** Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.

Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. **Resultado:** Adiado. **Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Gim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Resultado**: Adiado. **Item 11 – Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2012 – Complementar** – Não Terminativo – Acrescenta o inciso XV e o § 5º ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e dá outras providências. Autoria: Senadora Lídice da Mata. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2013** – Complementar – Não Terminativo – Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria Fundo Penitenciário Nacional, para determinar que recursos arrecadados com multas decorrentes exclusivamente de sentenças condenatórias em processos criminais que envolvam violência doméstica e familiar devem ser aplicados na manutenção de casas de abrigo destinadas a acolher vítimas de violência doméstica e prioritariamente no reembolso de benefícios ou prestações assistenciais ou previdenciárias, pagas com recursos da seguridade social. Autoria: CPMI – Violência contra a Mulher – 2012 (CPMIVCM). Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Favorável ao PLS nº 374, de 2012 e pelo arquivamento do PLS 297, de 2013. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao PLS 374, de 2012 e pelo arquivamento do PLS 297, de 2013, ambos complementares. **Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2013** – Não Terminativo – Acrescenta § 6º ao art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer o percentual mínimo de cinco por cento do número de vagas para candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, para pessoas com deficiência. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Substituído por *ad hoc*. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **EXTRAPAUTA**. **Item 13. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 68, de 2014**. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os avanços e perspectivas com a Instituição do dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência a ser comemorado no dia 21 de setembro por força da Lei nº. 11.333/2005. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Antonio José Ferreira – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; 2. Ester Pacheco Henriques – FENASP; 3. Janilton Lima – CNC; 4. Waldir Macieira – AMPID; 5. Carmem Fogaça – ONEDEF; 6. Dylson Bessa – Representante dos Conselhos Estaduais de Direitos das Pessoas com Deficiência; 7. Raimundo Nonato – MPS. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado, com a inclusão do Senador Fleury, como convidado para compor a mesa da Audiência Pública. **Item 14. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 69, de 2014.** Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: "Doença da população negra (falciforme) e a dignidade da pessoa". Para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Ministro da Saúde – Sr. Arthur Chioro dos Reis; 2. Dra Belinda Simões – Coordenadora do Centro de Transplante de Medula Óssea – TMO, do hospital das clinicas UFRP – Faculdade de Medicina de Ribeirão preto; 2. Dr.Heder Murare Borba – SNT– Sistema Nacional de Transplante; 3. Ministra da Seppir Luiza Bairros; 4. Dra Joice Aragão – coordenadora do programa Brasileiro de atenção doença falciforme; 5. Sra. Maria Zenó Soares Presidente FENAFAL (Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme). Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado**: Aprovado. Às onze horas e cinquenta e três minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Fleury. Às doze horas e sete minutos o Senhor Presidente eventual Fleury devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. Às doze horas e dez minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Eduardo Suplicy. Às doze horas e vinte e quatro minutos o Senhor Presidente eventual Eduardo Suplicy devolve a presidência para a Senhora Presidenta. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Fleury, Eduardo Suplicy e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 48ª à 54ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Iniciaremos a nossa reunião com a apresentação do relatório das Atividades da Comissão de Direitos Humanos, realizada no primeiro semestre de 2014. Portanto, um balanço das atividades do primeiro semestre.

A Comissão de Direitos Humanos tem como hábito todo o final ou início do semestre fazer um balanço do semestre anterior. É o que vamos apresentar. Posteriormente, entraremos na pauta deliberativa dos projetos, que é de conhecimento público.

Nesse terceiro semestre do biênio 2013/2014, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, sob a Presidência desta Senadora e a Vice-Presidência do Senador João Capiberibe, avançou no cumprimento do seu plano de trabalho, aprovado para o biênio, alcançando resultados bastante positivos e de grande relevância social.

Entre fevereiro e julho deste ano, a CDH e suas subcomissões realizaram 50 reuniões entre audiências públicas, reuniões deliberativas e reuniões de trabalho. Nesse período, as audiências públicas foram o grande destaque da atuação da Comissão. Realizamos 35 audiências, com a finalidade de instruir proposições legislativas ou debater assuntos da mais alta relevância para o País, com temas instigantes e bastante variados, como diversificada foi a autoria dos requerimentos que as determinaram, envolvendo mais da metade dos seus membros.

Destas, quatorze foram audiências interativas, garantindo a participação popular ao vivo, com perguntas, questionamentos e comentários, por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A resposta foi muita ativa e intensa. Centenas de internautas tiveram oportunidade de interagir com os debatedores convidados, incluídos desde ministros de Estado até acadêmicos, religiosos e representantes de diversos movimentos sociais.

A lista de temas é de enorme repercussão social. Tratamos de assuntos como a criação da Frente Parlamentar de Homens pelo fim da violência contra as mulheres; combate à violência doméstica e familiar; o resultado da pesquisa do Ipea intitulada "Estupro no Brasil"; a Convenção de Haia e a situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos; resultados da política externa brasileira de direitos humanos; os direitos e as políticas públicas destinadas às pessoas com síndrome de Down; a necessidade de conscientização com relação ao autismo; o direito de greve no serviço público; direitos humanos e conquistas dos militares; cotas no serviço público; distribuição de competências à Justiça do Trabalho; a humanização do parto no Brasil; a situação de adolescentes e jovens indígenas; a permanência do analfabetismo no Brasil e a necessidade da sua erradicação; envelhecimento e situação dos idosos; criminalização dos movimentos sociais; o mapa da violência hoje; a violência contra os profissionais da comunicação; a necessidade de revisão da Lei da Anistia; os desaparecidos da democracia. E ainda: para analisar a proposta de regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha, que é objeto de uma sugestão popular, recebida pelo Portal e-Cidadania, sob a relatoria do Senador Cristovam Buarque, estão sendo realizadas diversas audiências, organizadas em blocos temáticos, que se estenderão ao segundo semestre desse ano.

A Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, sob a Presidência do Senador João Capiberibe, realizou outras duas audiências públicas neste primeiro semestre: uma para ouvir os membros da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, e receber relatório com depoimentos quanto aos casos de violação de Direitos Humanos praticados contra jornalistas do País durante a ditadura militar; e outra para apurar e esclarecer a participação e as ações ilegais efetuadas por representantes da polícia política brasileira durante o golpe militar que depôs o Presidente chileno Salvador Allende, bem como identificar os policiais que clandestinamente estiveram no Estádio Nacional, local esportivo que foi transformado em campo de concentração de prisioneiros políticos.

No mesmo período, a Comissão de Direitos Humanos realizou 12 reuniões deliberativas, examinando 17 proposições legislativas, sendo seis Projetos de Lei do Senado (PLS), dos quais cinco foram aprovados; seis Projetos de Lei da Câmara (PLC), aprovados; quatro Sugestões Legislativas (SUG) apresentadas pelo Programa Jovem Senador ou diretamente pela sociedade civil, que foram aprovadas e passaram a tramitar como PLS, de autoria da CDH e um Projeto de Resolução do Senado (PRS) para alteração do nome da atual Ala Filinto Müller para Ala Senador Luiz Carlos Prestes.

Entre os projetos examinados, destaco duas leis já sancionadas e de grande impacto: a Lei de Cotas no Serviço Público e a Lei Menino Bernardo.

Além disso, a CDH aprovou 67 requerimentos apresentados por seus Senadores membros.

A Comissão recebeu, neste primeiro semestre, 59 denúncias referentes a violações de direitos humanos, que, após análise de pertinência, geraram providências, visando ao seu esclarecimento e solução.

A CDH realizou, ainda, três diligências: a primeira, ainda durante o recesso parlamentar, em janeiro de 2014, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, Estado do Maranhão, para verificar e discutir, *in loco*, as condições das vítimas de ataques de violência, determinados supostamente por líderes de facções criminosas e

as condições dos detentos, seus familiares, bem como a situação dos agentes penitenciários; a segunda, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, para avaliar a atuação dos Poderes Públicos em relação à tragédia na Boate Kiss, buscar a adoção de medidas pelo Senado Federal em favor das famílias das vítimas e sobreviventes e a prevenção de novos acidentes da mesma natureza, e a terceira e última, no Rio de Janeiro, para acompanhar as investigações do assassinato do Coronel Paulo Malhães, ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, em 24 de abril de 2014.

Se considerarmos todo o período do Biênio 2013/2014 até aqui, a CDH realizou 135 reuniões, sendo 96 audiências públicas (32 interativas) e 39 reuniões deliberativas ou de trabalho, em que foram analisadas 83 proposições legislativas e 190 requerimentos.

Nesse ano e meio, a CDH recebeu e deu tratamento a 142 denúncias relacionadas a violações de direitos humanos, bem como realizou seis diligências externas, com a adoção das providências recomendadas em seus relatórios.

Com esses números e a qualidade da atuação do conjunto do Colegiado – aproveito para agradecer a participação e o empenho dos Senadores membros –, posso afirmar, com toda a segurança, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, que tenho a honra de presidir, já alcançou neste biênio 2013/2014 expressivo resultado e contribuiu enormemente para a ampliação das conquistas e a consolidação dos direitos humanos em nosso País.

Esse relatório foi concluído no dia 31 de julho de 2014. Não tivemos a oportunidade de fazer a sua leitura na primeira reunião deste semestre e a estamos fazendo hoje, para que seja do conhecimento público o resultado do nosso trabalho.

Quero apenas fazer um registro, que não consta do relatório. Infelizmente não conseguimos avançar na aprovação de projetos terminativos, porque dependem da presença mínima, no momento da votação, de dez Senadores. Não conseguimos alcançar o quórum na maioria das nossas reuniões. Infelizmente – repito – não conseguimos avançar na aprovação de projetos terminativos, mas conseguimos aprovar todos os não terminativos, os que não dependem de quórum presencial da maioria, mas apenas do quórum de assinaturas, o que alcançamos em todas as reuniões.

Quero aqui aproveitar a oportunidade para agradecer a todos os nossos colegas Senadores e Senadoras que têm contribuído com a Comissão de Direitos Humanos.

Aqui faço o registro da presença do Senador Fleury, que assumiu recentemente a vaga aqui no Senado, ocupada anteriormente pelo Senador Wilder Morais. O Senador Wilder Morais esteve presente diversas vezes em nossas reuniões, mas que está afastado por questões particulares. Então, muito obrigada, Senador, pela presença de V. Exª. Com certeza, será – já está sendo – um grande parceiro nesta Comissão de Direitos Humanos. (*Pausa.*)

Faço uma consulta ao Senador Fleury, porque estamos aqui com vários projetos terminativos, são dez projetos terminativos e dois projetos não terminativos, além de termos também um requerimento extrapauta para ser apreciado nesta manhã. Assim sendo, solicito ao Senador Fleury que presida esta audiência para que eu possa relatar o item 11.

É possível? V. Exª vai presidir daí? V. Exª pode vir aqui? É possível, Senador Fleury? É importante.

Peço que retiram a cadeira para que S. Exª possa ter acesso. *(Pausa.)*

Para esclarecer: sou relatora do item 11, por isso, passo a Presidência ao Senador Fleury.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Item 11:

ITEM 11

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2012
– Não terminativo -

Acrescenta o inciso XV e o §5º ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e dá outras providências.
Autoria: Senadora Lídice da Mata

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria Fundo Penitenciário Nacional, para determinar que recursos arrecadados com multas decorrentes exclusivamente de sentenças condenatórias em processos criminais que envolvam violência doméstica e familiar devem ser aplicados na manutenção

de casas de abrigo destinadas a acolher vítimas de violência doméstica e prioritariamente no reembolso de benefícios ou prestações assistenciais ou previdenciárias, pagas com recursos da seguridade social.
Autoria: CPMI – Violência contra a Mulher – 2012
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Favorável ao PLS nº 374, de 2012 e pelo arquivamento do PLS 297, de 2013.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.
– Em 03/04/2013, a matéria foi aprovada na CDH.
– Em 17/10/2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.116/2013, para que a matéria passe a tramitar em conjunto com o PLS 297, de 2013.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para leitura do Relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Submetem-se à deliberação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 374, de 2012, complementar, e o PLS nº 297, de 2013, complementar, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher no Brasil, os quais tramitam em conjunto em decorrência da aprovação do Requerimento nº 982, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

O PLS nº 374, de 2012, complementar, altera a norma instituidora do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para permitir a aplicação de recursos desse Fundo às políticas públicas de desenvolvimento social, com foco na reparação de danos causados pela exploração sexual e pelo tráfico de pessoas, e para determinar que os valores referentes a multas impostas em casos de peculato, corrupção ativa ou passiva terão essa destinação.

O PLS nº 297, de 2013, complementar, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher no Brasil, tem por finalidade estabelecer que os recursos provenientes de multas impostas a condenados em processos criminais relativos a violência doméstica ou familiar sejam aplicados prioritariamente no reembolso de benefícios ou prestações assistenciais ou previdenciárias pagos com recursos da Seguridade Social à vítima dessa espécie de crime e também na manutenção das casas de abrigo de vítimas de violência doméstica.

A Senadora Lídice da Mata, autora do PLS nº 374, de 2012, complementar, justifica sua iniciativa com fundamento na importância de favorecer o tratamento e a recuperação de vítimas de exploração sexual de tráfico de pessoas. O aproveitamento de valores de multas aplicadas em caso de corrupção para ajudar a reparar os danos causados pela exploração sexual e pelo tráfico de pessoas tem uma carga simbólica relevante, compensando, de alguma forma, o prejuízo social causado pela corrupção.

A justificação do PLS nº 297, de 2013, por sua vez, remete à conclusão da CPMI da Violência Contra a Mulher no Brasil, com sentido semelhante: de que os valores provenientes das multas devem ser aplicados prioritariamente no reembolso de despesas e na manutenção de aparelhos públicos diretamente relacionados à violência doméstica e familiar.

As proposições foram distribuídas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos opinar sobre proposições referentes à garantia e à promoção dos direitos humanos.

As duas proposições ora examinadas têm sentido compensatório, destinando recursos provenientes da aplicação de multas em razão de condenação por crimes como peculato, corrupção ativa ou passiva e violência doméstica e familiar para combate a esses últimos e à exploração sexual e ao tráfico de pessoas. Essa relação, mais tênue no PLS nº 374, de 2012, complementar, é bastante direta no PLS nº 297, de 2013, complementar.

O mérito das matérias é indiscutível, mas devemos ressalvar que o Senado Federal aprovou, recentemente, em 25 de março de 2014, o PLS nº 298, de 2013, também de autoria da CPMI da Violência Contra a Mulher, que trata da instituição do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, também com o intuito de prever fonte de sustento para as políticas públicas nessa área. Consideramos, portanto, prejudicado o objetivo do PLS nº 297, de 2013, complementar, já abrangido, de modo mais amplo, pela proposição mencionada.

Não temos, contudo, ressalvas à aprovação do PLS nº 374, de 2012, complementar, cujo conteúdo normativo é efetivamente novo e meritório.

Voto.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2012, complementar e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2013, complementar.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de, rapidamente, contribuir com a discussão.

Nós aprovamos recentemente o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e, diante do projeto aqui apresentado pela Senadora Lídice da Mata, o projeto que cria o fundo penitenciário realmente ficou prejudicado. Mas é importante registrar que está assegurado a criação do Fundo Nacional, que é um fundo específico proposto pela CPMI, que vai contribuir, que já está contribuindo, com políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Acredito que já avançamos bastante a partir dos resultados da CPMI.

Este é um resultado positivo: a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher porque é preciso, sim, ter recursos públicos, recursos que vêm da União e também de instituições privadas, porque o Fundo Nacional prevê a possibilidade de obter recursos privados que poderão vir de empresas privadas e que vai para um fundo próprio, específico, fiscalizado, transparente na implementação de políticas públicas. Então, é importante fazer esse registro aqui, hoje, porque a violência contra a mulher ainda é um problema muito forte no nosso País e é preciso investir, de forma ampla, tanto pela União como pelos Estados e Municípios, em políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Esse Fundo, que foi aprovado anteriormente, possibilita o repasse, para os Estados e Municípios, de recursos para a implementação de políticas públicas. É com muita tranquilidade que emitimos esse parecer pela rejeição do fundo penitenciário, uma vez que ele já estará sendo contemplado com projeto apresentado pela Senadora Lídice da Mata. No enfrentamento à violência contra as mulheres, o Fundo Nacional, já aprovado, em vigor – aprovado recentemente, foi uma sugestão apresentada pela CPMI – já contempla a nossa preocupação.

Então, era apenas esse registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao PLS nº 374, de 2012, e pelo arquivamento do PLS nº 297, de 2013, ambos complementares.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao PLS nº 374, de 2012, e pelo arquivamento do PLS nº 297, de 2013.

Devolvo a Presidência à nobre Senadora Ana Rita, que sempre luta por essa causa.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador. É um prazer trabalhar com V. Exª.

Muito obrigada.

A Senadora Vanessa Grazziotin está em agenda externa, na Câmara ....Oh, meu Deus do céu! (*Pausa.)*

Vamos aguardar um minutinho enquanto organizamos o nosso ambiente. (*Pausa.*)

Agradecemos a contribuição do Senador Fleury.

Quero fazer o registro de que a Senadora Vanessa Grazziotin está em compromisso na Câmara dos Deputados neste momento e pediu para que eu relatasse o item 12, de autoria do Senador Pedro Taques. A Senadora Vanessa Grazziotin é a Relatora e me pediu para assumir como relatora *ad hoc*.

Vou solicitar ao Senador Eduardo Suplicy que presida esta reunião para que eu possa proceder, então, à leitura do relatório da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem a palavra a Senadora Ana Rita para relatar o item 12:

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 553, de 2013
– Não terminativo -

Acrescenta § 6º ao art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer o percentual mínimo de cinco por cento do número de vagas para candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, para pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita como Relatora *ad hoc* para proceder à leitura do relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vem ao exame desta Comissão, nos termos regimentais, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 553, de 2013, de autoria do Senador Pedro Taques.

A proposição pretende acrescentar o §6º ao art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer o percentual mínimo de 5% do número de vagas para candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, para pessoas com deficiência.

Na justificação, entre outros argumentos, está posto que está em expansão no Brasil o uso de políticas que concedem benefícios a grupos desprivilegiados como forma de alcançar, num prazo curto, uma situação de equidade mínima no acesso a certos bens fundamentais, sendo os exemplos mais conhecidos dessas políticas o estabelecimento de cotas nas universidades públicas, federais e estaduais, para afrodescendentes, bem como a cota mínima de vagas que os partidos e coligações devem destinar aos candidatos de cada sexo.

Outrossim, a justificação pondera que essa expansão responde ao reconhecimento crescente da importância de a igualdade de oportunidades atingir a totalidade dos cidadãos.

A justificação segue registrando que, no caso específico das pessoas com deficiência, há lacuna significativa que cabe ser preenchida com uma reserva de vagas no acesso à representação política, um percentual de candidaturas, de todos os partidos e coligações, reservado para as pessoas com deficiência.

Não há emendas ao presente projeto de lei.

Análise.

Compete a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre a matéria, uma vez que se trata da integração social das pessoas – aqui quero fazer um acerto, porque o relatório fala das pessoas portadoras de deficiência – das pessoas com deficiência, conforme preceitua o art. 102-F, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, devendo, posteriormente, a proposição seguir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para decisão terminativa, nos termos do previsto no art. 58, §2º, iniciso I, da Constituição Federal e dos arts. 91 e 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Com relação à constitucionalidade e juridicidade, registramos que cabe ao Congresso Nacional legislar privativamente sobre direito eleitoral, conforme previsto no art. 20, inciso I, combinado com art. 48.

Outrossim, o art. 24, inciso XIV, da Lei Maior estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e integração social das pessoas – novamente, fazendo uma correção no relatório – com deficiência.

Ademais, em diversos outros dispositivos a Constituição Federal estabelece e prevê a adoção de normas de sentido favorável e ações afirmativas em favor das pessoas com deficiência, a exemplo dos arts. 23, inciso II; 37, inciso VIII; 203, inciso IV; 207, inciso III, entre outros.

De outra parte, no que diz respeito ao mérito, somos igualmente favoráveis à aprovação da presente iniciativa. Com efeito, é necessário que adotemos medidas, para garantir uma maior integração das pessoas com deficiência à vida pública do País. E a presente iniciativa vem em boa hora ao encontro desta necessidade.

Assim, como bem ponderado na justificação da presente iniciativa, deve valer aqui a mesma fundamentação da reserva de candidaturas por sexo, já garantida pela legislação, nos termos do §3º, do art. 10, da mesma Lei nº 9.504, de 1997, Lei das Eleições, que ora se propõe alterar. Ademais, como igualmente bem lembrado, a Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, que é internacional, incorporada à legislação brasileira, determina que os Estados signatários assegurem que as pessoas com deficiência possam participar efetiva e plenamente na vida política, candidatando-se e ocupando cargos eletivos. E segue, nesse sentido, o presente projeto de lei.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº 553, de 2013.

É esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria, Sr. Presidente, apenas de fazer um registro. Estamos convivendo, nesta Casa, com alguns Parlamentares que são pessoas com deficiência: o Senador Fleury – ajudem-me a lembrar –, o Senador Cafeteira, e com pessoas idosas também, que, muitas vezes e na maioria das vezes, dependem de uma acessibilidade maior, para poderem ter acesso à tribuna do Senado, terem acesso a outros espaços do nosso Senado. E como é importante haver pessoas com deficiência no Legislativo, porque nos alertam, inclusive, para que as nossas Casas Legislativas possam se adequar, cada vez mais, para atender às demandas das pessoas com deficiência, e não é só a deficiência física, é a deficiência visual, por exemplo – não temos nenhum Parlamentar com deficiência visual aqui no Congresso, mas poderemos ter

–, caso em que os portadores da deficiência dependem de equipamentos específicos, para fazer a leitura; e outros tipos de deficiência.

Então, entendo que o projeto de lei relatado aqui pela Senadora Vanessa Grazziotin e de iniciativa do Senador Pedro Taques é muito importante, porque estimula as pessoas com deficiência a participarem do processo eleitoral, a se colocarem à disposição de forma igual aos demais cidadãos e cidadãs. Então, é com muita honra que relatei como *ad hoc* neste projeto.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Fleury, V. Exª tem a palavra, por favor.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Ao ouvir as palavras de V. Exª quero deixar registrado que estive no gabinete do Presidente Renan e fui muito bem acolhido. Coloco-me como um soldado para ajudar. Aliás, já foram feitas algumas modificações em meu gabinete.

As necessidades de um cadeirante como eu são importantes, porque eu as vivo dia a dia. Portanto, não estou tendo nenhuma dificuldade com o Presidente Renan. Aproveito o momento para agradecer ao Presidente Renan e à sua Assessoria pelo que S. Exª tem colocado à minha disposição – as portas das Comissões todas já foram mexidas, meu gabinete já está todo adaptado.

Então, esta Casa, tenho certeza, irá sobressair-se num prazo muito curto, porque, com o Presidente Renan, todos, não só os cadeirantes, mas os idosos, como disse V. Exª, alguns com dificuldade de se locomoverem, terão, em breve, toda a acessibilidade nesta Casa, adaptada ao nível, vamos dizer, de Primeiro Mundo – quem viaja sabe.

O que aconteceu comigo foi um acidente. Existe a rampa, e eu me antecipei. Não foi, hora nenhuma, questão de engenharia; foi barbeiragem minha. Se estivesse no trânsito, mereceria uns pontos na carteira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Fleury, V. Exª traz um depoimento importante sobre os cuidados com a acessibilidade aqui no Senado Federal.

Muito obrigado.

Assim, colocamos em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a palavra, novamente, à Presidenta, Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Há um requerimento extrapauta sobre a mesa.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta. É um requerimento relacionado a uma audiência pública, de minha autoria. (*Pausa.*)

Como não há objeção alguma, está aprovado o requerimento.

Solicito ao Senador Eduardo Suplicy que possa presidir, para que eu possa relatar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, sobre o requerimento, tem a palavra V. Exª.

Trata-se da instituição do Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, a ser comemorado em 21 de setembro, conforme a Lei nº 11.333, de 2005.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O objetivo dessa audiência é, justamente, aproveitar a oportunidade do dia 21 de setembro, que é o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, para que possamos oferecer mais uma oportunidade, aqui no Senado Federal, de debates sobre as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência.

A Comissão de Direitos Humanos, historicamente, tem feito esse debate. À época, inclusive, da Presidência do Senador Paulo Paim, tivemos também a oportunidade de fazer o debate sobre o autismo e sobre outras deficiências, sobre a síndrome de Down, inclusive, e vejo que este é um momento importante.

Portanto, estamos convidando para essa audiência pública o Sr. Antonio José Ferreira, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; a Srª Ester Pacheco Henriques, da Fenasp; o Janilton Lima; o Sr. Waldir Macieira; a Srª Carmen Fogaça; o Sr. Dilson Bessa, que também é representante dos Conselhos Estaduais dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e o Sr. Raimundo Nonato, também, representando o MPS. E parece-me que o Senador Fleury também se coloca à disposição para participar da Mesa.

Então, estamos aqui, verbalmente, incluindo – depois, faremos isso por escrito – a presença do Senador Fleury para que possa também compor essa Mesa de debates.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bem rapidamente, quero cumprimentar V. Exª pela iniciativa.

Havia uma predisposição de fazermos até uma sessão de homenagem a essa data no plenário, mas sabemos que, no mês de setembro, devido ao processo eleitoral, é praticamente impossível. Por isso, cumprimento V. Exª, que traz para esta Comissão esse tema, que é tão importante para todos nós, que envolve, direta e indiretamente, eu diria que diretamente, a vida de 45 milhões de brasileiros.

Parabéns a V. Exª!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se V. Exª permitir...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu teria um requerimento para uma audiência pública, para o mês de novembro ou dezembro, dentro do possível, no que se refere à doença da população negra e à dignidade da pessoa. Refiro-me àquela Doença Falciforme, que já vimos tanto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pediram-me que eu fizesse um debate sobre esse tema aqui na Comissão.

Para tanto, se assim a Comissão entender, convidaríamos representantes da área de Saúde; convidaríamos o Coordenador do Centro de Transplante de Medula Óssea; o Sistema Nacional de Transplantes; a Ministra da SEPPIR, Luiza Bairros; a Drª Joice Aragão, Coordenadora do Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, e a Srª Maria Zenó Soares, Presidente da Fenafal (Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme).

Esse é o requerimento.

Caso V. Exª entenda ser possível votá-lo ainda, eu lhe agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

Consulto as Srªs e aos Srs. Senadores se concordam com a inclusão extrapauta. (*Pausa.*)

Coloco, então, em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento extrapauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Extrapauta.

Eu já fiz a leitura, se V. Exª quiser colocá-lo em votação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, coloco em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Faremos, então, Senador Paulo Paim, o cronograma das audiências públicas para o período dos meses de setembro, outubro e novembro, oportunidade em que estudaremos a possibilidade de ainda este ano, se possível em novembro, por ocasião do Dia Internacional de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, dia 20 de novembro.

Então, tentaremos combinar as datas para que ela possa acontecer nesse período.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE SETEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos do dia três de setembro de dois mil e quatorze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Ana Rita, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro e Fleury. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do

Requerimento nº 56 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 21/05/2014, para debater sobre: "A transposição do regime celetista para o estatutário dos trabalhadores dos conselhos de fiscalização profissional". A Senhora Presidenta informa que a Audiência Pública é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa a palavra aos expositores nesta ordem: Lídio José Ferreira da Silva Lima, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU; Ana Lúcia Vieira Menezes, Deputada Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe; José Augusto Viana Neto, Coordenador do Fórum de Conselhos Federais e Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região – CRECISP; Inês Granada Pedro, Presidenta da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional – FENASERA; Jefferson da Silva Santos, Presidente do Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional nas Entidades Coligadas e Afins de Sergipe – SINDISCOSE; Douglas de Almeida Cunha, Secretário de Juventude da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal – CUT-DF; Alexandre Amaral Gavronski, Procurador Regional da República da 1ª Região. A Senhora Presidenta lê mensagens de cidadãos recebidas por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidenta registra a presença de diversos representantes de conselhos profissionais. A Senhora Presidenta concede a palavra a pessoas presentes no plenário, nesta ordem: Luiz Gustavo B. Muglia, Procurador-Geral do Conselho Federal de Enfermagem; Isaura Dias Moreira, Diretora Jurídica da Federação e do Sindifisque do Paraná; Marcos Costa, Assessor Parlamentar do Sinsercon – BA. A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos: 1) criação de grupo de trabalho para discutir a criação de legislação regulamentadora dos conselhos de fiscalização profissional e dos direitos de seus funcionários, bem como intermediar o contato da sociedade civil com a Presidência da República, a fim de viabilizar o encaminhamento de sugestão de projeto de lei para tratar da matéria. Fazem uso da palavra os Senadores e Senadoras Ana Rita, Eduardo Suplicy e Fleury. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 56ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 56, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria desta Senadora, Ana Rita, aprovada em 21 de maio de 2014, para debater sobre a transposição do regime celetista para o estatutário dos trabalhadores e das trabalhadoras dos conselhos de fiscalização profissional.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link*:http://bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800 612211. Esse endereço está sendo divulgado também na tela da TV Senado.

Bom dia a todos. Sejam bem-vindos e bem-vindas. É uma alegria poder recebê-los aqui para um debate tão importante e há muito tempo esperado por vocês.

Assumi esse compromisso com os trabalhadores de diversos Estados, que me procuraram e queriam fazer esse debate. Havia essa necessidade. Então, estamos aqui, hoje, para ouvi-los e poder contribuir no processo de encaminhamento das questões a serem colocadas.

Para fazer parte da Mesa, vamos, então, convidar – não sei se todos já estão presentes, mas, à medida em que forem chegando, vão compondo a Mesa: Dr. Alexandre Amaral Gavronski, Procurador Regional da República da 1ª Região; o Sr. Lídio José Ferreira da Silva Lima, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU).

Seja bem-vindo. Obrigada pela presença. (*Palmas.*)

Ana Lúcia Vieira Menezes, Deputada Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe – está chegando e foi uma das que nos cobrou e pediu que esta audiência pública fosse realizada; Sr. José Augusto Viana Neto, Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região – também está chegando; a Srª Inês Granada Pedro, Presidenta da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Sr. Jefferson da Silva Santos, Presidente do Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional nas Entidades Coligadas e Afins de Sergipe.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

E também o Sr. Douglas de Almeida Cunha, Secretário da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Vamos combinar um procedimento, porque se trata de uma Mesa com seis pessoas. Normalmente, concedemos 15 minutos para cada convidado e convidada. Então, vamos proceder da seguinte forma: com dez minutos, a campainha vai tocar, para que vocês tenham mais cinco minutos para fazer a fala final.

Então, vamos ouvir toda a Mesa, e, no decorrer, os Parlamentares, Senadores e Senadoras, irão passar por aqui; na medida em que foram chegando, também vão manifestar-se.

Se houver necessidade de ouvir um ou outro, esta Comissão abre normalmente a fala para duas ou três pessoas no máximo; caso contrário, após a fala do último inscrito à Mesa, do último convidado ou da última convidada, faremos as considerações finais com os encaminhamentos.

Então, vou conceder a palavra a todos vocês, mas, antes, quero fazer algumas considerações iniciais para situar inclusive os nossos internautas a respeito do tema a ser tratado aqui hoje.

Há até pouco tempo, os conselhos de fiscalização do exercício profissional viviam uma crise de identidade jurídica, pois não se classificavam nem como instituições públicas, nem privadas ou de natureza associativa. Isso tornava a vida dos servidores desses conselhos um verdadeiro terreno de incertezas. Sofriam os mais absurdos tipos de assédio, chegando até a serem demitidos sem justa causa, sem ampla defesa e sem contraditório, mesmo tendo prestado concurso público.

O Supremo Tribunal Federal colocou um ponto final no assunto com o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.717, em que firmou o entendimento de que os conselhos de fiscalização profissional têm natureza de autarquias federais.

Agora, os servidores dos conselhos enfrentam outro problema: o da transposição do regime celetista para o estatutário.

Daí a razão desta audiência pública. Vamos ouvir os nossos convidados e as nossas convidadas sobre o regime jurídico aplicável aos conselhos de fiscalização profissional e, ao final, fazer os encaminhamentos sugeridos.

Muito bem, Deputada Ana Lúcia. Muito obrigada. Tenho de dar um abraço em V. Exª antes de começarmos. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Quero também informar a todos que, no plenário 3, foi disponibilizado um telão, porque muitas pessoas ainda não conseguiram entrar nesta sala, que está bastante cheia. É importante informar aos colegas de vocês que o plenário 3 está disponível, com um telão, para que vocês possam acomodar-se, sentar-se e acompanhar o debate.

Ainda quero reforçar que quem nos está acompanhando pela Internet e pela TV também poderão dialogar conosco através do portal e-Cidadania, cujo *link* é http://bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Já fizemos aqui um acerto de quem vai falar primeiro. Há uma ordem aqui. Então, vamos começar com o Dr. Alexandre Amaral Gavronski, Procurador Regional da República da 1ª Região. Ainda não chegou.

Então, vamos passar para o Dr. Lídio José Ferreira da Silva Lima, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU.

O SR. LÍDIO JOSÉ FERREIRA DA SILVA LIMA – Bom dia a todos. Cumprimento a ilustríssima Senadora Ana Rita pelo convite. O TCU sempre demonstra satisfação em poder participar das audiências públicas e prestar sempre colaboração aos trabalhos desenvolvidos aqui nas Casas do Congresso Nacional.

O Ministro Presidente Augusto Nardes sempre tem interesse em estreitar relações com o Congresso Nacional, por intermédio dos trabalhos técnicos apresentados. Estamos aqui, mais uma vez, para prestar esse serviço.

Trouxe uma apresentação breve, apenas para falar de algumas decisões tanto dos tribunais superiores quanto do Tribunal de Contas da União acerca do assunto.

Primeiramente, decisões recentes do STF, em que é reconhecido o direito de os trabalhadores dos conselhos se aposentarem no Regime Jurídico Único, estatuído pela Lei nº 8.112, de 1990. A decisão é de 2012. Outra decisão também fala sobre esse mesmo assunto – no RE nº 5916197, Relator, Ministro Marco Aurélio, transitado em julgado em setembro de 2013. Afirma que a lei pode estabelecer aos conselhos profissionais regime jurídico especial, desde que não os desnature.

Nesse sentido, o Decreto nº 969, de 98, na parte em que ressalva o pessoal dos conselhos do regime do serviço público, não subsistiu ao disposto na Constituição, art. 39, redação original, e na Lei nº 8.112, que es-

tabeleceu a todos os empregados e servidores das autarquias, fundações e da administração direta o Regime Jurídico Único.

Trouxe também uma decisão recente do STJ, que ainda não transitou em julgado, determinando a todos os conselhos, com exceção da OAB, que tomem as providências cabíveis para a implantação do Regime Jurídico Único no âmbito dos conselhos de fiscalização profissional, incidindo, no caso, a ressalva contida no julgamento da ADI nº 2.135. Essa é uma decisão que ainda está pendente de decisão final no STJ.

O Tribunal Superior do Trabalho também trata de assunto semelhante, afirmando que também são autarquias federais, contando com o benefício do Decreto nº 1.779, de 1969. Então, no mesmo sentido dos outros tribunais superiores.

O Tribunal de Contas da União decidiu, pela Súmula nº 277, da seguinte forma:

Por força do inciso II do art. 37 da Constituição Federal, a admissão de pessoal nos conselhos de fiscalização profissional, desde a publicação no Diário da Justiça, de 18 de maio de 2001, do acórdão proferido pelo STF, no Mandado de Segurança nº 21.797, deve ser precedida de concurso público, ainda que realizada de forma simplificada, desde que haja observância dos princípios constitucionais pertinentes.

Os precedentes são esses diversos acórdãos publicados no Tribunal de Contas.

Há este acórdão de 2003 também, que é um dos precedentes, entendendo que, a partir de 2001, após a decisão do STF no mandado de segurança, os contratos de trabalho, sem prévio concurso público, devem ser considerados irregulares. Essa foi a decisão tomada naquela ocasião.

Em 2004, também, o TCU decidiu, no Plenário, após consulta formulada pelo Presidente da Comissão Especial da Reforma Trabalhista da Câmara dos Deputados acerca da sujeição dos empregados dessas entidades, admitidos antes da vigência da Lei nº 9.649, de 98, ao regime instituído pela Lei nº 8.112.

E, o acórdão, no item IX.2.3, estabelece o seguinte: que os servidores dos conselhos de fiscalização profissional nunca foram regidos pela Lei nº 8.112, mesmo no período anterior à vigência da Medida Provisória nº 1.549, de 1997, sucessivamente reeditada e convertida na Lei nº 9.649, de 98, uma vez que jamais foram detentores de cargos públicos criados por lei, com vencimentos pagos pela União, sendo-lhes, portanto, incabível a transposição do regime celetista para o estatutário, conforme o art. 243 do referido diploma legal.

É isso que está na redação daquele acórdão.

Colhi também um parecer da AGU, que ainda não foi aprovado pela Presidência da República, cuja ementa transcrevi no eslaide, com relação, inclusive, àquela decisão do STJ, que está pendente de decisão final, falando sobre a inaplicabilidade do Regime Jurídico Único aos servidores dos conselhos profissionais. Foi inclusive formulada pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, sobre a vigência do §3º da art. 58 da Lei nº 9.649, de 98, que atribuiu regime celetista aos servidores dos conselhos.

Aí, ele fala nesse mesmo sentido.

Essa nota técnica, também de nº 41, de 2013, foi uma solicitação do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, feita ao Ministério do Planejamento. E essa nota técnica é de outubro de 2013. Parte dela fala da seguinte forma:

Assim, tem-se com inviável técnica e juridicamente atender à solicitação do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, que não mantém com os órgãos da administração pública qualquer vínculo funcional. Seus funcionários são regidos pela legislação trabalhista e lhes foi vedada qualquer forma de transposição, transferência ou deslocamento para o quadro da administração pública direta ou indireta, além do que a inclusão de pessoal civil na folha de pagamento do Executivo Federal requer previsão e dotação orçamentária específicas, bem como a existência de cargos criados em lei, o que não é o caso dos empregados existentes em tais conselhos.

Essa foi uma solicitação do Fórum dos Conselhos Federais, tendo em vista a decisão do STJ, determinando a aplicação do Regime Jurídico Único.

Então, quem detém a responsabilidade pelo pagamento da folha de servidores do Poder Executivo é o Ministério do Planejamento, por intermédio do Siape. Aí foi feita a solicitação, e a resposta deles foi realizada em forma de norma técnica, que aí está de forma resumida.

Trouxe também essa informação a respeito da ADC nº 34, em trâmite no STF, em que o Cofeci entrou com essa ação declaratória de constitucionalidade em relação ao §3º do art. 58 da Lei nº 9.649, que continua vigente e estabelece que os empregados dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas são regidos pela CLT.

Inclusive, ela foi julgada, sem resolução do mérito, agora em 06.08.2014, e se encontra pendente de julgamento do agravo regimental.

Informações complementares, obtidas por intermédio da Rais de 2013, só a título de informação: há aproximadamente, segundo informações da Rais, cerca de 23 mil funcionários vinculados aos diversos conselhos no Brasil inteiro, cuja folha mensal, em outubro de 2013, era do montante de R$65 milhões.

Recentemente, no dia 28 de agosto, de 2014, o Tribunal de Contas lançou uma cartilha de orientações para os conselheiros de fiscalização das atividades profissionais, que se encontra disponível no endereço que segue abaixo. É esta cartilha aqui, disponibilizada para os membros da Mesa, que trata de vários assuntos relacionados aos conselhos, e um capítulo inclui a questão do regime de trabalho dos profissionais nesses conselhos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LÍDIO JOSÉ FERREIRA DA SILVA LIMA – Esse lançamento ocorreu durante evento realizado no Conselho Federal de Corretores de Imóveis e contou com a presença do Ministro Augusto Nardes, do Ministro-substituto Augusto Sherman e de representantes de diversos conselhos.

Se alguém se interessar pela cartilha, ela se encontra no portal. O arquivo ficou também disponibilizado aqui na Comissão, inclusive com essa mesma apresentação.

Era o que eu tinha a dizer: apenas algumas informações a título de esclarecimento sobre o que o TCU entende sobre o assunto.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Muito obrigada, Lídio José Ferreira da Silva Lima, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, que foi extremamente pontual nos dez minutos.

Então, combinamos aqui, para quem chegou agora, como o Sr. José Augusto Viana Neto, Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região, que haveria dez minutos de fala. Completado esse tempo, a campainha toca, e vocês têm mais cinco minutos, caso seja necessário que se complementem as informações.

Então, vou conceder a palavra à Deputada Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, Ana Lúcia Vieira Menezes.

A SRª ANA LÚCIA VIEIRA MENEZES – Exmª Senadora Ana Rita, primeiro peço desculpas, porque estou bastante gripada e, portanto, rouca.

Quero agradecer o convite, saudar todos os presentes e colocar a importância desta audiência – fizemos esta audiência pela Comissão de Direitos Humanos de Sergipe – para conhecermos a situação dos trabalhadores dessa área.

A Senadora Ana Rita colocou exatamente um pouco do histórico do profissional liberal. As políticas públicas vêm com Vargas, vêm a partir da década de 30, e até hoje a configuração desse conselho é dúbia, gera problemas.

Tomamos conhecimento da relação trabalhista: existem funcionários celetistas, funcionários estatutários, e já foi colocada aqui toda a polêmica jurídica pelo auditor fiscal. A nossa luta, em Sergipe, tem sido no sentido de dialogar com o Poder Executivo e com o Poder Legislativo para que esses trabalhadores tenham um regime jurídico único, com vitória já no Estado do Ceará, para que possamos dar-lhes estabilidade. Eles têm função estratégica para todo o País, porque os conselhos de fiscalização profissional têm os profissionais da própria área para fiscalizar.

Lá em Sergipe, há muitas denúncias. Agora mesmo, o Conselho Regional de Enfermagem demitiu um profissional, e o processo de demissão, na verdade, é outra polêmica. Não sabemos se é para abrir processo administrativo ou se ocorre pela CLT. Ele não teve dirito de defesa. A Central Única dos Trabalhadores e o sindicato já recorreram desse processo, mas é uma situação difícil. Eles denunciam muito assédio moral nas relações. Estamos consolidando a democracia e precisamos ter uma formulação que ajude o diálogo entre os trabalhadores e entre os conselheiros, que são os que administram esses conselhos por eleição direta.

Portanto, não tenho muito o que colocar. A minha posição aqui é mais de solidariedade aos trabalhadores e de agradecimento ao Senado e à Senadora Ana Rita, que, estando em Sergipe para uma audiência pública sobre os 50 anos do regime militar, escutou esses trabalhadores e passou a priorizar esse diálogo, que é de extrema importância. Acho que escutando ambas as partes vamos encontrar o caminho e superar essas contradições, esses pareceres diferenciados. A Justiça já tem dado ganho de causa aos trabalhadores; a área mais técnica, de planejamento e a advocacia têm sido contrários, mas precisamos encontrar um caminho que contribua com a autonomia e o exercício profissional de todos aqueles que fizeram concurso e que hoje são os profissionais dos conselhos.

Agradeço o espaço e parabenizo a audiência pública. Espero avanços no sentido da defesa dos trabalhadores.

Muito obrigada.(*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Deputada Ana Lúcia Vieira Menezes, Deputada Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. Por ocasião da minha ida lá para uma audiência pública, tivemos, sim, oportunidade de ouvir alguns trabalhadores, que trouxeram essa demanda. Somente agora foi possível realizar esta audiência pública, porque a Comissão de Direitos Humanos é muito demandada por audiências públicas, para o debate de diversos temas. Felizmente, agora conseguimos fazer esse agendamento. Queremos aqui agradecer a presença de todos vocês.

Quero já registrar que já está entre nós o Dr. Alexandre Amaral Gavronski, Procurador Regional da República da 1ª Região. Seja bem-vindo. À medida que formos falando, vamos ajustar a mesa para que todos possam ter acesso ao microfone de forma fácil.

Informo a vocês que já recebemos aqui muitas perguntas, comentários e sugestões. À medida que chegarem perguntas direcionadas aos convidados, vou repassando para que eles possam, em uma segunda rodada, comentá-las. Então, o Dr. Lídio já recebeu algumas. Eu vou já fazer a leitura pelo menos de alguns comentários, para que vocês possam ter uma ideia do que está chegando, só para que tenham uma ideia.

Sobre o FGTS. Este questionamento aqui é para todos. Quem se sentir à vontade para, nesta primeira Mesa, falar sobre isso, por favor, já pode manifestar-se. "Sobre o FGTS, uma vez que o entendimento seja do enquadramento dos servidores em regime único, a liberação seria automática ou será necessário entrar com alguma ação para a liberação?". Essa é sobre o Fundo de Garantia. Quem faz essa pergunta é o internauta do Paraná.

Pergunta de alguém aqui do Distrito Federal: "Suportaria a União e, em cascata, os Estados-membros, que estão com suas finanças comprometidas e combalidas, serem compelidos a admitir como servidores públicos, como determina o art. 243 da Lei n° 8.112/90, todos os empregados das centenas de conselhos existentes no País?".

Também há uma pergunta aqui de Pernambuco: "A decisão pela migração tem que ser coletiva ou pode ser individual? O que faremos com os saldos de FGTS? Pode sacar? O que acontece com as pessoas que estão perto de se aposentar (3 a 5 anos) caso migrem? Algum prejuízo (FGTS, aposentadoria)?".

Também temos uma outra pergunta relacionada ao Fundo de Garantia: "Sabemos que existem pessoas em diversos estágios de vida nos conselhos de fiscalização profissional. Sendo assim, a decisão pela migração deve ser coletiva ou individual? O que acontece com os saldos do FGTS pagos até hoje?". Veio de Pernambuco. A pergunta é muito semelhante a uma que já fiz.

Temos outra pergunta aqui também de Pernambuco: "Sou funcionário do Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco e gostaria de saber quanto à questão salarial do sistema CFM/CRM's. Hoje em dia o mesmo cargo que ocupo no Conselho Regional de Medicina de Pernambuco ganha cerca de duas ou três vezes menos que o mesmo cargo do Conselho Federal de Medicina. Gostaria de saber se haverá um igualamento." É também uma pergunta de Pernambuco.

Vou ficar com essas quatro por enquanto. Só para vocês terem uma ideia, são cinco perguntas que nós fizemos. Depois nós faremos as demais.

Eu vou, então, conceder a palavra agora para o Sr. José Augusto Viana Neto, Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região.

O SR. JOSÉ AUGUSTO VIANA NETO – Bom dia a todos.

Senadora, muito obrigado pelo convite e pela cessão da palavra. Quero também dizer que falo aqui na condição de Coordenador do Fórum dos Conselhos Federais de Fiscalização.

Cumprimento todos os que estão à Mesa, os demais presentes, funcionários, diretores de conselhos.

Quero dizer que, ouvindo as manifestações que me antecederam, são fatos já conhecidos do público, sobre a questão da posição, perguntam: o que é bom? Será que é o Regime Jurídico Único, será que é o regime celetista? O que seria bom?

A princípio, defendo a tese do princípio do regime celetista, porque eu acho que os funcionários dos conselhos merecem uma melhor condição de trabalho do que o funcionário público. Há conselhos que receberam até advertência do TCU por estarem remunerando seus funcionários, dando reajustes de salário acima dos índices oficiais repetidas vezes durante os anos que se passam, coisa que não acontece no Estado. Os funcionários têm plano de saúde, plano odontológico, auxílio-maternidade, uma série de benefícios que, como estatutários, perderiam de pronto.

E há uma coisa também muito interessante: existe uma dúvida muito grande acerca de, se implantado o regime estatutário, os conselhos teriam condições de arcar com a responsabilidade pecuniária por tal fato. O que se deduz é que não teriam essa condição e provavelmente iriam necessitar de dinheiro do Tesouro Nacional, dinheiro do Estado, para ajudar a sua manutenção.

Isso é um comentário. Pode ser que sim, pode ser que não, mas cada conselho, na sua legislação, detém autonomia administrativa e financeira.

E há, Senadora, algo muito interessante, em que a sociedade não para para pensar: os conselhos são muito confundidos com entidades classistas, que defendem interesses de profissionais neles inscritos. Há uma interpretação equivocada que traz um prejuízo muito grande não só para os conselhos, como também para a sociedade. E é muito ao contrário disso: os conselhos defendem o interesse da sociedade, autuando os maus profissionais, aqueles que ajam de maneira errada, sem ética, burlando a lei, em desfavor daquele cliente que ele está atendendo. E ninguém imagina que esse trabalho voltado para a sociedade precisa ter uma autonomia muito grande, assim como a OAB tem autonomia – ela não pode ser submetida a nenhum tipo de controle externo, porque é a última mão que a sociedade brasileira pode estender para ver defendidos seus interesses constitucionais no Supremo Tribunal Federal; é com a OAB. Por isso, ela não é submetida a nenhum tipo de controle externo.

E, Senadora, eu lhe digo que, quando uma criança passa mal com a merenda escolar que comeu na escola, normalmente os pais vão reclamar com o diretor da escola, com o prefeito da cidade, ou com o vereador que é amigo dele. E, para a maioria desses setores aonde essas reclamações chegam, o interesse é de que aquela denúncia seja encoberta; que o fato não venha a público, para não prejudicar os responsáveis.

Se essa mesma mãe soubesse que ela pode ir ao Conselho de Nutrição fazer uma queixa, e o Conselho de Nutrição é o único que tem autoridade para entrar no centro de nutrição e dietética da escola e verificar de que maneira os alimentos estão sendo manipulados; de que maneira são guardados; qual a indumentária das pessoas que estão lá dentro preparando esse alimento; qual a habilitação técnica de cada envolvido naquele ambiente que está cuidando da saúde das crianças. E o conselho de nutrição pode ir lá, autuar e responsabilizar o diretor da unidade, o prefeito, e com toda autoridade e isenção que o conselho tem para agir.

E assim agem os conselhos, cada um no âmbito de sua atividade profissional. Nós temos, no Conselho de Corretores de Imóveis, a fiscalização do programa Minha Casa Minha Vida, porque o único agente de fiscalização desse maior programa habitacional do País são os conselhos regionais de corretores de imóveis. Nós temos participação no conselho de controle de atividades financeiras, para evitar os crimes de lavagem de dinheiro no mercado imobiliário; nós participamos de comissão de licitação de patrimônio público nos Estados; apresentamos a declaração imobiliária para evitar que as pessoas soneguem dinheiro de aluguel, Imposto de Renda. Então, fazemos um trabalho voltado à sociedade que é muito grande.

Agora, imaginem: tudo o que fazemos vai desaguar no tribunal ético disciplinar do conselho, e cada conselho existe com essa função. Se esse tribunal ético disciplinar não tiver autonomia suficiente para tomar as suas decisões e ficar submetido a qualquer tipo de controle externo, a sociedade brasileira perde esse importante instrumento de proteção que são os conselhos de fiscalização, que exercem essa atividade por intermédio de nossos funcionários e daqueles profissionais eleitos por voto direto dos demais profissionais para representá-los.

Caso, Senadora, tenhamos que ter, nos conselhos, dinheiro público, com certeza absoluta, vão ter de colocar um superintendente do governo dentro do conselho, para controlar esse dinheiro; vão colocar gerentes, colocar diretores.

E, aí, o que vai acontecer?

O tribunal ético disciplinar que está lá para cumprir com sua função vai ficar submetido às decisões desses funcionários. Aí, o que vai acontecer? Passada a eleição, senta o presidente da República na cabeceira da mesa e fala: "Vamos, agora, distribuir os conselhos de profissões".

Quais são os partidos políticos que vão receber os respectivos conselhos? Para quem nós entregamos o Conselho de Contabilidade? Para quem nós entregamos o Conselho de Engenharia? Para quem nós entregamos o Conselho de Medicina? E, assim, partidariza-se a única tábua de salvação que a sociedade brasileira tem para recorrer nos momentos de dificuldade com relação à atuação ético-disciplinar.

Existem, hoje, nos conselhos, milhares de processos que dão solução a esses importantes problemas sem que eles cheguem ao Poder Judiciário. Se a sociedade perde esse tribunal ético-disciplinar, tudo isso vai desaguar na Justiça Federal. E, aí, nós bem sabemos o tempo que vai demorar a solução para cada tipo de demanda dessa, a fim de que a sociedade tenha um retorno.

Então, Senadores, senhores presentes, nós não estamos tratando aqui de direito de funcionários – e foi dito que são 23 mil pessoas; nós não estamos tratando de questões relacionadas aos 30 conselhos de fiscalização; nós estamos tratando aqui de situações que envolvem os 202 milhões de habitantes deste País, que têm nesses conselhos de fiscalização o único recurso para poderem fazer valer o seu direito frente ao atendimento desses profissionais. Se tirar daí e passar para a Justiça Comum, nós sabemos muito bem que não haverá uma solução tão rápida quanto aquela que é dada pelos conselhos.

Então, o nosso debate aqui hoje é o seguinte: o que é bom para os funcionários? Não sei. O que é bom para os conselhos? Eu também não sei, mas eu sei o que é bom para a sociedade brasileira. A autonomia do tribunal ético-disciplinar desses conselhos não pode ser ferida porque há interesses de funcionários envolvi-

dos. Seria um absurdo para a sociedade brasileira! Essa autonomia do tribunal ético-disciplinar dos conselhos não pode sofrer uma interferência porque os dirigentes dos conselhos acham que deve haver. Absolutamente!

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ AUGUSTO VIANA NETO – Nós temos que pensar na sociedade brasileira. Nós não estamos aqui discutindo questões que já são resolvidas na Justiça Comum. Se há assédio moral, nós temos inúmeras ações nos tribunais sobre isso. Não há necessidade de ferir toda uma sociedade para apenas querer garantir um pouco de uma pequena parte dessa mesma sociedade.

Eu acredito na liberdade, inclusive na liberdade que os conselhos anseiam, de negociação para com os sindicatos da categoria, a fim de que possam atender aquelas demandas que chegam na hora do dissídio; a liberdade de atender boa parte delas e não ficarmos amarrados, como hoje estamos, e não termos a possibilidade de proporcionar aos nossos funcionários aquelas vantagens que o sindicato nos pede, E por quê? Os dirigentes têm medo, porque, se proporcionarem aquelas vantagens, o Ministério Público vai em cima dos dirigentes; o TCU vai em cima dos dirigentes. E, assim, nós ficamos de mãos atadas.

Então, eu acho que o que nós estamos conversando aqui, hoje, é algo muito fácil de resolver; é com as partes envolvidas, que são os conselhos e seus funcionários. Eles é que têm de apresentar para a sociedade brasileira a solução desse importante problema, a fim de que tanto os funcionários possam estar bem atendidos, quanto a sociedade brasileira também seja atendida, sem que tenha o seu direito, a sua tranquilidade ofendida no atendimento dessas questões tão importantes que temos por aí circulando por todos os conselhos.

Ainda mais: os conselhos precisam parar de ser vistos, Senadora, como entidades classistas, porque nós não somos. Lá não há corporativismo, muito pelo contrário, Os profissionais sofrem processos, recebem multas pecuniárias, suspensão de inscrição, cancelamento de inscrição e ainda são denunciados pelo próprio conselho ao Ministério Público pelos atos praticados. Fica aí uma prova de que não há corporativismo – absolutamente!

E os conselhos colaboram com o Ministério Público Federal de vários Estados, colocando à disposição os seus técnicos, os seus especialistas, para darem pareceres em questões que são extremamente importantes. É o caso dos corretores de imóveis quando se desconfia que um prefeito está pagando locação para um determinado imóvel a fim de dar dinheiro àquele que patrocinou a sua campanha. O imóvel vale R$20 mil por mês e o prefeito vai lá e aluga por R$200 mil por mês aquele mesmo imóvel. Quando o Ministério Público vai fazer a investigação, quem vai fazer a avaliação? São os Conselhos de Corretores de Imóveis de cada Estado que fazem a avaliação, entregam para o Ministério Público, para que o patrimônio público, o dinheiro público seja respeitado. Dessa forma, Conselho de Medicina, Conselho de Enfermagem, de Contabilidade... O de Contabilidade tem um trabalho fora do comum em termos de colaboração interna dentro do Governo. Todos os conselhos têm a sua participação, o de Economia, Administração, Educação Física, enfim, todos têm a sua importância muito grande.

Eu acho então que precisamos ser vistos como entidades que são colaboradoras da sociedade e o exemplo que o Brasil dá para o mundo: de não sair um centavo dos cofres públicos. Cem por cento do dinheiro que mantém esses 23 mil funcionários, todo o dinheiro que mantém a estrutura desses conselhos sai do bolso dos profissionais neles registrados. Nós pagamos do nosso bolso para ter as nossas atividades, os nossos atos como profissionais, fiscalizados por um representante do Estado brasileiro, que são os conselhos.

Então eu acredito, Senadora, que essas questões devem ser vistas sem as paixões populares cas e sem as análises superficiais daqueles que estão requerendo tal medida e que provavelmente, muito provavelmente, se atendida, serão os maiores prejudicados, com certeza absoluta. Nós temos um debate preparado para o próximo dia 25 com vários atores, muitos deles presentes aqui, representados aqui nesta Mesa. Nós vamos prolongar, e é muito bom que isso aconteça, para que todos tenham a noção de verificar o contraponto, porque não é uma questão política, não é filosófica, é uma questão prática. Queremos que a sociedade tenha esse braço de proteção ou não? Queremos que os funcionários dos conselhos tenham a importância social para a sociedade brasileira ou não? Portanto, Senadora, o que está em jogo aqui é a autonomia dos tribunais éticos disciplinares.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada. Nós que agradecemos a presença do Sr. José Augusto Viana Neto, inclusive quero aqui fazer uma retificação. O Sr. José Augusto Viana Neto está aqui representando o Fórum dos Conselhos Federais, que é um espaço que congrega representações de todos os demais conselhos.

O senhor é o coordenador desse Fórum? (*Pausa.*)

Então, ele está aqui convidado como Coordenador do Fórum que representa os demais conselhos, embora também seja Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região. É isso?

O SR. JOSÉ AUGUSTO VIANA NETO (*Fora do microfone.*) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas o convite foi feito a ele como Coordenador do Fórum. Só para esclarecer aos presentes e também aos internautas, porque alguns conselhos podem se sentir preteridos pelo fato de não estarem aqui representados. Na verdade, estão, sim, representados através do Fórum, aqui hoje representado pelo seu Coordenador, José Augusto Viana Neto.

Sr. José Augusto, vou aproveitar e passar uma pergunta para o senhor. Se o senhor puder, depois, se manifestar...

Então, muito obrigada ao José Augusto pelas informações.

Vou conceder a palavra agora à Inês Granada Pedro, Presidenta da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional.

A SRª INÊS GRANADA PEDRO – Bom dia a todos, bom dia a todos os presentes.

Eu celebro a participação de todos no auditório, ciente de que não é fácil nos deslocarmos dos nossos Estados e estarmos aqui. Quero cumprimentar toda a Mesa, especialmente na figura do Douglas e do Jefferson, que são meus companheiros de ação sindical, através da Fenasera e dos seus sindicatos regionais, os demais presidentes e dirigentes dos nossos sindicatos, que eu sei que estão na plateia. Mas quero especialmente agradecer a Senadora Ana Rita e a Deputada Ana Lúcia pela atenção que têm dado a esta nossa problemática da transposição de regime.

Quero celebrar este momento que nós estamos vivendo porque ele antecipa os acontecimentos. Talvez antecipar os acontecimentos, antecipar os efeitos dessa decisão do STJ possa compensar o erro que foi cometido no passado, que é o de querer ignorar aquilo que também já estava estabelecido em lei.

Para ajustar um pouquinho melhor o que eu estou falando, digo que a Lei nº 8.112 regulamentou uma disposição da Constituição de 1988, que estabelecia um só regime jurídico para todos os trabalhadores de espaços públicos do Governo.

O Sr. Viana, que me antecedeu na fala, concluiu a sua fala perguntando se a gente quer este braço do Governo atuando bem na sociedade. As autarquias de fiscalização profissional já são um braço administrativo do Governo desde a sua criação, portanto, são espaços de serviço público com arrecadação compulsória inclusive, com legislação em nível federal. Os trabalhadores dessas autarquias estão, portanto, submetidos a um só regime de trabalho, assim como os dos outros órgãos públicos da União, desde a Constituição Federal. A Lei nº 8.112, de 1990, dois anos depois da promulgação da Constituição, apenas regulamentou esse dispositivo. E dois anos depois da lei, em 1992, os conselhos de fiscalização ainda não tinham adotado a lei, não tinham observado essa disposição e um conjunto de sindicatos da categoria, felizmente a maioria com representação presente aqui hoje, ingressou com uma ação, vejam bem, em 1992, justamente para fazer valer aquele dispositivo constitucional.

Se em 1992 as autarquias tivessem dirigido o poder que têm, a energia que têm e tivessem se juntado aos trabalhadores, àqueles sindicatos, naquela ocasião, hoje nós não viveríamos, décadas depois, esse problema que vivemos, de insegurança jurídica, que nós esperamos ver resolvido agora com a sentença proferida pelo STJ. Os conselhos ingressaram com embargos de declaração, mas a sentença está dada.

Os conselhos é mais do que tempo de passarem a fazer aquilo que, por mais de vinte anos, ainda não fizeram, que é ajustar a nossa realidade a essa obrigação legal de que nós somos servidores regidos pelo Regime Jurídico Único.

O que tem feito os sindicatos da categoria e a federação pensarem, avaliarem é a seguinte questão: por que essa resistência, por que a gente fica resistindo a observar aquilo que é disposição legal, aquilo que é obrigação legal? Por que nós já não somos do RJU desde 1990; na pior das hipóteses, desde 1992; se nada deu certo, desde 2001, quando a sentença foi proferida? Por que há essa resistência?

A gente percebe, na fala do coordenador do Fórum dos Conselhos, que a resistência pode vir de um equívoco de interpretação, dessa ideia já consolidada de que vai haver uma ingerência direta do Estado, que os presidentes serão nomeados pela Presidência da República, que o financiamento do sistema vai ser feito pelos cofres públicos e que os trabalhadores vão perder muito com isso.

Então, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para registrar o que já registramos em outras ocasiões pela participação da federação nacional. Nada disso está definido.

Aí a gente tem mesmo que se lembrar da iniciativa e agradecer o convite. Agradeço muitíssimo à Senadora Ana Rita e à Deputada Ana Lúcia, que estão nos ajudando a fazer essa discussão em conjunto, porque isso aí nós precisamos ainda definir. Até na divulgação desse evento aqui – eu vi vários instrumentos de divulgação –, um, pelo menos, cometia o equívoco de dizer que o que se discutiria aqui seria qual o regime a ser aplicado aos trabalhadores, se celetista ou se estatutário. Isso não está mais em discussão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Isso, inclusive, está nas perguntas aqui.

A SRª INÊS GRANADA PEDRO – Está definido que o regime é estatutário por uma sentença. Ela não transitou em julgado, há embargo de declaração. O.k. Mas todos os analistas jurídicos dessa questão, todos os advogados envolvidos têm claro que esses embargos são para esclarecimento de um ou outro ponto da sentença que não vão modificar a sua natureza.

Portanto, eu vejo e celebro com muita alegria este momento, para que a gente se predisponha a, desde já, combinar entre nós que forças nós vamos unir para instalar um cenário que seja adequado aos interesses dos trabalhadores, que preserve a autonomia dos conselhos, que respeite as orientações do TCU, mas que cumpra a lei, que não se exima de cumprir uma lei, porque a lei está aí e precisa ser cumprida.

Nós já estamos, há décadas, sem cumprir a lei e tivemos o pior dos efeitos, o pior dos resultados possível, que é essa insegurança jurídica que permite, por exemplo, que no Conselho de Corretores de Imóveis de São Paulo não haja negociação coletiva. Não se negocia acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria naquele Estado e ali não há RJU para proibir. O funcionário é celetista, a princípio, tem direito de negociação coletiva, mas no Creci de São Paulo não se faz essa negociação. Então, nós não temos nenhuma garantia hoje.

O discurso que se ouve, o que eu tenho ouvido muito por parte dos conselhos é que pintam um cenário tão negro que a gente fica se perguntando de onde ele vem. A ideia é a de que todo mundo vai ser demitido, a de que a administração do conselho vai ser desmontada, de que quem não é concursado será demitido, de que não haverá dinheiro, e nós dependemos dos cofres públicos, de que vamos ficar na mesma situação penosa dos demais servidores públicos do País.

É nesse momento que eu olho com muita satisfação que vários sindicatos da nossa categoria estejam aqui. Fico contente ao perceber que o Douglas e o Jefferson estão compondo a Mesa conosco, porque são também dirigentes de sindicatos e nós sabemos que nós temos uma luta que não é só para preservar tudo o que nós temos hoje, tudo o que conquistamos com a nossa ação sindical através de negociação, preservar o que nós temos na nossa categoria, garantir a continuidade desse quadro que nós temos e também melhorar a condição dos demais servidores públicos no País, porque nós atuamos em prol de uma classe trabalhadora, e não deste ou daquele sindicato, mas do nosso sindicato também dentro de uma sociedade que a gente luta para ser mais igualitária.

Portanto, esse raciocínio de que nós vamos ficar tão ruins quanto os demais servidores públicos é muito relativo, porque nós temos condição de estabelecer um novo modelo, um modelo que garanta que todo esse recurso dos conselhos possa, sim, ser mantido na preservação dos direitos que nós já conquistamos.

Então, eu vou caminhar para o encerramento desta minha fala inicial celebrando este momento profícuo que nós estamos vivendo de, a partir de uma decisão já dada de que somos estatutários, conversar sobre como será a transposição e com otimismo, com alegria, sabendo que nós temos a possibilidade de inaugurar um modelo novo de relações de trabalho baseado no diálogo, no entendimento, na vontade das partes. Se isso for exercido, certamente não perde o conselho, não perdem os trabalhadores e não perde a sociedade.

Até já. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Inês Granada Pedro, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional. Obrigada pelos agradecimentos.

Quero aproveitar para registrar a presença do Senador Fleury, que está aqui acompanhando este debate; registrar a presença do Luiz Henrique de Souza, Vice-Presidente de Administração do Conselho Federal de Contabilidade; registrar a presença também de Elys Tevânia, Diretora-Executiva do Conselho Federal de Contabilidade; também a presença do Presidente do Conselho Federal de Química, Jesus Miguel Tajra Adad.

Se houver mais algum Presidente de Conselho presente, por favor, se manifeste para que a nossa Secretaria possa colher o seu nome e o do conselho.

Vou aproveitar para ler mais algumas perguntas, porque acho que é importante. Não vou definir por ordem de chegada, nem por critério. Vou pegar algumas.

Pergunta de Pernambuco: "O plano de saúde pactuado com a gestão Unimed corre algum risco de corte?" Acho que é uma questão muito local, lá de Pernambuco.

"Os dissídios e o plano de cargos, carreira e vencimentos sofrem alguma modificação com a migração? Como fica plano de saúde, vale-alimentação etc.?"

Outra: "Gostaria de perguntar ao Presidente da mesa se sabe da quantidade de denúncias que os conselhos recebem por má utilização de recursos públicos junto ao Ministério Público no Estados. O Regime Jurídico Único ou um regime que traga estabilidade não ajudaria na boa utilização dos recursos públicos?"

Outras: "Os funcionários dos conselhos de classe serão funcionários públicos federais?" Essa questão já está sendo discutida. "Teremos direito à isonomia salarial entre os funcionários dos respectivos conselhos de classe? Vamos fazer parte do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos?"

"Para que a transposição seja feita, é necessário criação de lei para que haja equiparação salarial?"

"Existe a possibilidade da transposição de celetistas para o Regime Jurídico Único e a permanência da contribuição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, como ocorre, ou ocorreria, em algumas prefeituras municipais?"

Essa já foi lida.

Enfim, são essas as questões que trago aqui apenas para fazer o registro. Os convidados devem sentir-se à vontade para comentá-las.

Vou agora conceder a palavra ao Jefferson da Silva Santos, Presidente do Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional nas Entidades Coligadas e Afins de Sergipe. Muito obrigada. Jefferson, a palavra está com você.

O SR. JEFFERSON DA SILVA SANTOS – Bom dia a todos os presentes. Quero aqui saudar a Mesa. Agradeço completamente à Senadora Ana Rita por ter feito esta audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Agradeço também à Deputada Ana Lúcia, de Sergipe, que começou, lá em Sergipe, uma audiência pública também falando dessa nossa situação, que é muito preocupante tanto para nós, trabalhadores, como para os conselhos de fiscalização.

Preparei uma apresentação. Vou ser bem sucinto porque muitos companheiros aqui já falaram o que eu tinha preparado. Uma das questões que muitos conselheiros e muitos conselhos alegam é que inexistem cargos criados por lei para enquadrar os trabalhadores no Regime Jurídico Único.

O art. 243 da Lei nº 8.112, que é o Estatuto dos Servidores Públicos Federais, instituído em 1990, diz que:

Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta Lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes da União, dos ex-Territórios, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas, regidos pela Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, ou pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, exceto os contratados por prazo determinado, cujos contratos não poderão ser prorrogados após o vencimento do prazo de prorrogação.

O §1º dessa Lei diz que – naquela época eles eram regidos pela CLT:

1º Os empregos ocupados pelos servidores incluídos no regime instituído por esta Lei ficam transformados em cargos, na data de sua publicação.

Ou seja: a alegação de que inexistem cargos públicos nos conselhos não é válida. A própria Lei nº 8.112 veio esclarecer essa situação.

Outra questão é que falam que as autarquias de fiscalização, que são os conselhos, são autarquias híbridas, são autarquias *sui generis,* são entidade paraestatais. A lei que instituiu o Conselho Federal de Enfermagem – não sei se é possível clicar no *link* – diz em seu art. 1º que são criados o Conselho Federal de Enfermagem e os Conselhos Regionais de Enfermagem, constituindo esse conjunto em autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Pode fechar.

Vamos agora à criação da Agência Nacional de Energia Elétrica. Se puder clicar aqui, na criação...

Há um decreto que regulamenta a lei.

No art. 1º está dito:

Art. 1º É constituída a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autarquia sob regime especial, com personalidade jurídica de direito público e autonomia patrimonial, administrativa e financeira, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (...)

Ou seja, o texto é bem parecido, quase que igual. Aí, vêm alguns segmentos dos conselhos e do Ministério do Planejamento querendo qualificar os conselhos como autarquias *sui generis*, entidades paraestatais.

E, ainda, uma observação na lei de criação do Conselho Federal de Química, que eu até gostaria de expor para vocês. Quando foi criado o Conselho, o art. 4º da lei... O Sr. Augusto Viana disse que não existe ingerência do Poder Público, mas, quando foi criado o Conselho, o art. 4º da lei estabeleceu o seguinte:

Art. 4º O Conselho Federal de Química será constituído de brasileiros natos ou naturalizados, registrados de acordo com o art. 25 desta lei e obedecerá à seguinte composição:

a) um presidente, nomeado pelo Presidente da República e escolhido dentre os nomes constantes da lista tríplice organizada pelos membros do Conselho;

Ou seja, quando os conselhos foram criados, antes da Constituição de 1988, já existia sobre eles uma interferência do Estado. Eu não entendo o porquê, após 1988, disso vir mudando. E isso nós vamos analisar nos próximos eslaides.

Pode passar, por favor.

O entendimento do Supremo Tribunal Federal do regime estatutário.

Como a Inês disse, nós não estamos aqui querendo regime celetista ou estatutário porque um seria melhor do que o outro, mas o entendimento da Justiça brasileira, principalmente da Corte Suprema – entendimento pacífico – é o de que o servidores são enquadrados na Lei nº 8.112. A exemplo desse RE nº 549211, em que até a União foi intimada – vamos ver um pouco mais abaixo, aí –: "Ao servidor de órgão de fiscalização profissional admitido ainda na década de 50 é de ser reconhecido o direito de aposentar-se nos termos da Lei nº 8.112 em razão do art. 39 da Constituição Federal".

O representante do Tribunal de Contas apresentou um parecer da AGU dizendo que estava contrariando a Súmula Vinculante nº 10 do Supremo, não é? Mas, dessa aplicação aí, cai por terra o entendimento da AGU. O Supremo entendeu pela inaplicabilidade, no caso, da Súmula Vinculante nº 10 daquela Corte, porque não se declarou inconstitucionalidade de lei nem tampouco se afastou a sua incidência, ou seja, nós estamos querendo, até como disse a Inês, ter um direito garantido. Nós não estamos pedindo nada, não; estamos querendo que o nosso direito seja garantido.

Vamos aos próximos eslaides.

Aí são mais alguns julgados.

Pode passar para o próximo eslaide.

Aí são alguns conselhos que conseguiram na Justiça, após mais de 15 anos de percurso, a mudança: o Conselho Regional de Enfermagem do Ceará. Infelizmente, a previdência não foi mudada, porque a União alegou que não participou do polo da ação. O Conselho Regional de Medicina do Ceará também conseguiu, bem como o Conselho Federal de Medicina, o que, para mim, foi um ato histórico, porque ele fez um ataque com o Ministério Público Federal aqui do Distrito Federal, implantando o regime estatutário.

Pode passar ao próximo eslaide.

Aí se pergunta: os conselhos não estão inseridos na estrutura do Poder Executivo?

O Supremo Tribunal Federal também já disse... Essa ADI nº 3.758 – se puder clicar na ADI – foi uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Ordem dos Músicos do Brasil. Lá embaixo está grifado de amarelo, onde o Supremo Tribunal diz bem explicitamente:

"Asseverou o Pleno, nesse sentido, que os Conselhos de Fiscalização profissional não são entidades autônomas, mas, sim, autarquias, inseridas na estrutura do Poder Executivo, dotadas de competências administrativas e submetidas ao controle ou supervisão do órgão da Administração Direta, quais sejam, os Ministérios, que também não possuem a legitimidade pretendida".

São alguns julgados de que, a meu ver, muitos de vocês não têm conhecimento e que dão mais esperanças aos trabalhadores.

Vamos fechar e passar para o próximo.

E, aí, agora, para completar o entendimento do Supremo Tribunal Federal – pode clicar, por favor, aí – o Veto nº 400. Tentaram criar o Conselho Federal de Conservação, Restauração de Bens Móveis e Integrados. E lá em cima, a Presidente da República vetou todo o projeto de lei, e ela foi bem explícita.

Por fim, a criação dos conselhos profissionais reconhecidos como entidades autárquicas e, portanto, órgãos da Administração Pública, demanda de iniciativa da Presidente da República. Está disposto no art. 61, §1º, inciso II, alínea "e", da Constituição Federal. Dessa forma, restou o projeto também marcado por inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, ou seja, os conselhos de fiscalização só podem ser criados pela Presidência da República.

Vamos só fechar para concluir. Pode passar.

Alguns empecilhos para a mudança. Disseram que a União vai arcar com o ônus se mudar para o regime estatutário.

Eu só queria clicar na segunda opção, abaixo, na página 3. Pode clicar.

O Tribunal de Contas da União fez uma varredura nos conselhos em 2011 e pegou as receitas de vários sistemas. Só o Conselho Federal de Medicina arrecadou, em 2011, cerca de R$298 milhões.

Aí pode fechar, foi um estudo feito pelo TCU.

Eu fiz uma soma desses valores e comparei com algumas agências reguladoras, o orçamento de algumas agências reguladoras. No próximo eslaide, nós vamos ter uma comparação. A Anvisa tem um orçamento de R$368 milhões por ano; a Agência Nacional de Saúde Suplementar, um pouco mais de R$177 milhões; a Agência Espacial Brasileira um pouco mais de R$232 milhões. Os conselhos de fiscalização, pelo menos em 2011, tiveram a arrecadação de mais de R$1,7 bilhão. É muito dinheiro público que a sociedade paga para exercer a profissão. São os profissionais que, para exercer a profissão, todo ano pagam suas anuidades.

Vamos passar para o próximo eslaide?

Houve uma audiência pública na Câmara dos Deputados para analisar e tratar dos encaminhamentos e desdobramentos do Seminário Internacional sobre Regulação do Trabalho e das Profissões de Saúde. Houve

um seminário internacional promovido pelo Ministério da Saúde. E há um trecho da audiência pública que eu particularmente fiquei muito ansioso para mostrar para todos vocês. Se puder abrir o vídeo aí. É a partir do minuto 47. Vamos escutar só esse trecho aí.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. JEFFERSON DA SILVA SANTOS – Pronto. Era só essa parte aí. Pode fechar.

Mais ou menos o que eu queria falar para todos aqui presentes é que é papel do Estado fiscalizar as profissões e, a partir do momento em que o Estado delega isso para os conselhos de fiscalização, que também são Estado, tem que existir alguma relação com o Governo. E quando eu falo em relação com o Governo, é uma relação realmente administrativa. Os conselhos, quando foram criados, eram vinculados a vários Ministérios. A exemplo... Nas eleições do Conselho Federal de Nutricionistas, o Ministério do Trabalho baixava instruções para regulamentar as eleições. E por que isso acabou?

Até 1992, alguns conselhos mandavam para o Ministério do Planejamento ou para a Secretaria da Presidência da República prestação de contas. Até 1990 ou 1992, se não me engano, em alguns conselhos, quando chegava o final do ano, o dinheiro que estava na conta era retirado. Os conselhos não ficavam com o dinheiro. O dinheiro voltava, só não tenho conhecimento de para onde voltava. Porque, para se ter uma ideia, pegar esses documentos é muito difícil.

E, para terminar, pois só falta agora um minuto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEFFERSON DA SILVA SANTOS – ... eu queria falar aqui que os conselhos realmente exercem atividades de Estado – isso nós não estamos querendo discutir. Não estamos. Queremos discutir como os trabalhadores vão trabalhar nesses conselhos. Isso sem contar que os trabalhadores com estabilidade podem fiscalizar os gestores, porque, se for procurar no Tribunal de Contas da União, existem várias e várias irregularidades cometidas por vários gestores que, antigamente, o Tribunal de Contas não fiscalizava. A partir de 2013 foi que começou novamente a fiscalizar, anualmente.

Para se ter uma ideia, nós hoje somos regidos pela CLT. E não podemos fazer dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, porque a Justiça do Trabalho diz que os conselhos são autarquias. Se os conselhos são autarquias, não podem fazer dissídio coletivo. O Supremo Tribunal Federal, em uma decisão recente, disse que os conselhos não podem fazer dissídio coletivo na Justiça do Trabalho porque são estatutários. E estamos aqui para debater a situação e chegar a um consenso para que nosso direito seja realmente garantido.

Muito obrigado a todos.

Só para terminar, o Conselho Federal de Corretores de Imóveis ingressou com uma ação declaratória de constitucionalidade para garantir que os trabalhadores possam ser contratados pelo regime celetista e a alegação é basicamente uma: que é uma entidade de classe em nível nacional. O Supremo Tribunal Federal arquivou a ação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Jefferson, Presidente do Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional nas Entidades Coligadas e Afins de Sergipe. Obrigada por sua contribuição.

Quero aproveitar e registrar a presença da Bianca Queiroga, Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia; e a presença de Valdelice Teodoro, Presidente da Conter (Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia). Obrigada pela presença.

Também gostaria de registrar a presença de alguns representantes do Sinsercon da Bahia; do Sr. Antonio Geraldo Soares Garrido, que é o Presidente do Sindicato; dos diretores do Sinsercon da Paraíba: Josimar Alves de Lima e Raimundo Nonato Lopes de Sousa; e, ainda, da Diretora Presidente Ivana Lozer Machado, do Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional do Estado do Espírito Santo, meu Estado. Que bom! Seja bem-vinda, Ivana. Também do Diretor do Sindicopa do Pará, o Paulo Sérgio Fernandes; do Sindicope, de Pernambuco, Juliano Francino; da Paraíba, o Josimar Alves; o Presidente do Sindecof do Distrito Federal, que é o Douglas, que está aqui à Mesa; do Sindiscose, de Sergipe, que está aqui à Mesa; de Mato Grosso do Sul, a Márcia Lacerda. Obrigada pela presença de todos vocês. Todos estão aqui registrados.

Rapidamente, agora, vou conceder a palavra ao Douglas de Almeida Cunha, Secretário da Central Única dos Trabalhadores aqui do Distrito Federal. Está representando a CUT aqui do Distrito Federal.

O SR. DOUGLAS DE ALMEIDA CUNHA – Bom dia a todas e a todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer esta oportunidade que está sendo concedida, neste debate tão importante, pela Senadora Ana Rita, juntamente com a Deputada Estadual de Sergipe, Ana Lúcia, e dizer que este espaço é muito importante para que possamos construir um caminho, uma unidade nesse processo.

Eu, rapidamente, quero fazer aqui uma abordagem um pouco histórica para poder subsidiar a minha fala. Esse resgate histórico parte do surgimento das profissões do Brasil. A gente tem, na história do nosso do País, um vínculo muito grande, ainda, com a época do engenho de açúcar, época essa em que a gente tinha um feitor que coordenava um engenho e que, posteriormente, veio a se tornar administrador. Nós tínhamos os rábulas, que eram pessoas que operavam o direito, que posteriormente vieram a se tornar advogados, no tempo das Ordenações Filipinas. Nós tínhamos o mestre do engenho – daí se origina, inclusive, o nome do engenheiro. Nós tínhamos os capitães-do-mato, que, até de uma forma engraçada, viraram nossos recursos humanos. E nós tínhamos os escravos, que hoje é o funcionário de conselho, infelizmente.

Essas profissões, no Brasil, evoluíram de uma forma muito interessante, muito peculiar. Na Europa, após a primeira revolução industrial, nós tínhamos os sindicatos de ofício, que tinham uma função de controlar reservas de mercado – era assim que eles buscavam os salários para os seus profissionais. E esses sindicatos de ofício, ao controlar reserva de mercado, diziam quem era e quem não era o profissional daquele processo. Esses sindicatos de ofício acabaram com a segunda revolução industrial na Europa – algo em torno de 1760 a 1840.

No Brasil, nós ainda estávamos na época do engenho de açúcar. E o processo levou a uma evolução em que surgiram os conselhos profissionais com o objetivo de defesa da sociedade. Porém, alguns conselhos – alguns conselhos –, hoje, não fazem mais esse papel de defesa da sociedade. Querem fazer o papel de sindicatos de ofício, de forma a competir com o movimento sindical, que hoje é organizado, conforme a nossa Constituição, por categorias econômicas.

Por que eu estaria abordando aqui sindicatos de ofício, processos históricos? Basta nós analisarmos um pouco o momento econômico em que vive o nosso País, onde nós temos uma das menores taxas de desemprego do mundo, e isso faz com que tenhamos pleno emprego. Nós temos hoje um dos programas mais avançados em relação à formação de nível superior, através de ProUni, Fies, nós temos a formação técnica do Pronatec, temos Ciência sem Fronteiras e, cada vez mais, temos profissionais entrando no mercado de trabalho.

Nós temos também, o que mostra esse debate sobre reserva de mercado, a posição do Conselho Federal de Medicina em relação ao Mais Médicos. Nós temos um déficit de médicos para atendimento da população, e a posição do Conselho Federal de Medicina foi: nós não queremos o médico cubano aqui. Depois a posição mudou. Mas a sociedade estava sendo pensada nesse momento? Que sociedade? É o discurso da falácia King – e é até bom estar aqui do lado do Viana, que eu posso trocar umas cotoveladas com ele –, é o discurso da falácia que o companheiro Viana citou de que os conselhos defendem à sociedade. Alguns conselhos de fato defendem. A gente vê a atuação dos gestores nesse sentido, mas uma boa parte não está preocupada com isso.

Qual o papel dos conselhos em nossa sociedade? Os conselhos foram criados com a concepção de que deveriam atuar para fiscalizar o exercício profissional, mas, infelizmente, muitas vezes, não é isso o que ocorre. Fiscal de conselho se tornou cobrador de luxo, porque ele chega lá no local onde está o profissional para questionar se a anuidade dele foi paga, e não se ele está cumprindo o seu papel correto como profissional. Infelizmente, nós temos n casos que nós vemos o tempo todo na televisão: prédios que acabam de ser construídos e caem. E onde estava o Crea, que não fiscalizou se o material que estava sendo utilizado naquela obra era correto?

Mas o prejuízo das mortes e o prejuízo financeiro das famílias são um problema da sociedade, sociedade essa que os conselhos, volto a dizer, por falácia, dizem que defendem e não defendem. Onde estava o CRO quando, aqui, em Brasília, no HRAN, um odontólogo arrancou toda a arcada dentária de uma criança? O CRO não fiscalizava. E o caso só tomou repercussão, porque tinha sido o 14º caso que esse mesmo profissional arrancou toda a arcada dentária de uma criança. Em todos os processos éticos, esse profissional foi absolvido sob a alegação que ele não tinha o instrumental necessário para fazer sua prática profissional. E onde estava o Conselho que não fiscalizou e fechou esse local antes que causasse prejuízo a essas crianças? Estava preocupado em verificar se o profissional tinha pagado a anuidade. O exercício que ele realiza não é fim.

Com quantos e quantos casos nós que somos dirigentes de sindicatos nos deparamos de demissão de fiscais em conselhos, porque fiscalizou o amigo do gestor? Isso ninguém expõe. Ou como há, aqui, no DF, determinadas áreas e determinadas obras em que os fiscais são proibidos de fiscalizar. Por quê? É por que aquela obra é diferente das outras? Onde está a defesa da sociedade que os conselhos tanto dizem?

E muitos conselhos agora estão com o discurso de que a União tem de pagar a conta, mas aqui o próprio representante do TCU apresentou os dados de que há 23 mil trabalhadores no Brasil, com uma despesa de R$65 milhões. Sem medo de errar, eu chuto que, pelo menos, uns 20 milhões são de cargo comissionado. Nós não vamos pegar, aqui, um único conselho. Não vou pegar nem um grande nem um pequeno, vou pegar o Conselho Federal de Psicologia. Com o orçamento do Conselho Federal de Psicologia, eu pago toda a folha desse pessoal, mas o prejuízo de transformar para o estatutário é tão grande que vai acabar com nossa sociedade.

É só uma conta que até hoje não conseguiram provar matematicamente que exista, porque é o discurso da falácia, é o discurso de que não quer implantar o RJU. E por que não implantar o RJU? Infelizmente, nos con-

selhos, existe um conjunto de gestores que não estão preocupados em dirigir bem o conselho. Pelo contrário, estão preocupados com interesses políticos, interesses financeiros e interesses dos mais escusos...

(*Manifestação da galeria.*)

... que existem dentro dessas autarquias.

E é por isto que não se quer o Regime Jurídico Único: porque os funcionários vão abrir a boca e vão denunciar essas irregularidades. Os funcionários não têm a preocupação de virar servidor público e colocar sua caneta no papel e assinar o relatório técnico dizendo que é o correto a ser feito. Nós vamos assumir nossa responsabilidade como servidores públicos. Porém, hoje, os conselhos – infelizmente, alguns – são um verdadeiro antro de corrupção. Posso apresentar o caso de uma homologação no Sindecof-DF de um cargo comissionado que ganhava o salário de R$65 mil. Isso é conselho. Provavelmente, ele vai ajudar muito nessa estatística aqui dos 65 milhões.

Mas temos que parabenizar... E, aproveitando até a audiência pública, já que o companheiro José Viana é Vice-Presidente do Cofeci daqui, de Brasília, e ele colocou que ele é um dos defensores do regime celetista, vamos começar as negociações coletivas, porque o Conselho Federal de Corretores de Imóveis é um dos conselhos aqui no DF, um dos poucos, que não negociam acordo coletivo. É a regra do chicote. Como eu disse no início da minha fala, nós somos os escravos modernos, porque, quando é negociação coletiva, "não, a gente é ente autárquico, não tem direito à negociação"; quando é para mandar embora, "ah, não, vocês são celetistas, eu posso demiti-los"; quando é para se aposentar, "não, vai ver lá com a CLT no INSS, não vou discutir plano de previdência complementar", mas, quando a pessoa completa 70 anos, você é o primeiro a querer dar o chute na bunda dela, "porque eu sou autarquia". Nós, funcionários de conselho, sempre apanhamos com o lado mais grosso do chicote, quando é para apanhar apanha pela CLT, quando é para apanhar apanha pelo estatutário. O que estamos pedindo é para apanhar só por um regime, não pelo que tem de pior nos dois.

E os funcionários de conselhos não estão contra os gestores – e nós temos que deixar isso bem claro –, porém, os gestores se recusam a dialogar conosco porque nos veem como inimigos, coisa que nós não somos. Nós somos funcionários, nós somos servidores, nós somos peças fundamentais para o funcionamento dos conselhos. E nós queremos que os conselhos cresçam, que a nossa sociedade evolua e que a nossa sociedade reconheça os conselhos como peças fundamentais para que a população tenha os serviços de qualidade que ela merece. Nós queremos ser ferramentas para acabar com a corrupção neste País, nós queremos ser servidores públicos para mostrar que os conselhos têm condição de fazer um Brasil melhor.

Agora, muitos conselhos querem vincular o pagamento ao Estado. Sendo bem sincero, qual o problema que há nisso?

Foi dito, aqui, pelo companheiro Viana que haveria indicação dos gestores para os conselhos, que acabariam as eleições. O Ministério Público é indicado lá, outros são do quadro. O TCU é da mesma forma. E por isso esses órgãos não funcionam? Não prestam?

E agora vou fazer uma outra provocação, já que é para fazer eleição, porque não fazemos as eleições igual ocorre nos conselhos tutelares? Já que os conselhos defendem a sociedade, vamos botar a sociedade para escolher os gestores dos conselhos e vamos rasgar esse vínculo com os sindicatos de ofício que já acabaram na Segunda Revolução Industrial da Europa!

Isso não se quer, porque o corporativismo, infelizmente, das categorias fala tão alto que está se preocupando não com o interesse da sociedade e, muitas vezes, nem com o interesse da categoria que os conselhos poderiam estar representando, mas, sim, de determinados grupos políticos. Pois há conselhos, igual ao que apresentamos na audiência pública que teve no DF, um conselho do DF que gastava mais com passagens aéreas do que a Casa Civil, gastava mais com comunicação do que o Ministério da Saúde. Agora, imagine se fizermos o cálculo para todos os conselhos do Brasil!

Acho sim, é o momento de sentarmos e dialogarmos. O Conselho Federal de Medicina, com todos os senões que possam dizer que há, foi um Conselho que chegou e sentou com os trabalhadores e debateu – está aqui a decisão judicial, temos que cumprir, como vamos fazer. E a partir de uma construção dialogada, negociada, achando soluções para os entraves, conseguimos avançar e assinar um TAC. Acredito que esse seja um caminho.

Uma das pendências que ainda temos, é a questão da aposentadoria, do Funpresp, para a qual eu deixo aqui a sugestão, Senadora, de, talvez, encaminharmos uma mensagem à Presidência da República ou tentarmos agendar uma reunião para debater a adesão dos conselhos ao Funpresp, pois hoje é o único ponto pendente para que tenhamos a aplicação do Regime Jurídico Único na sua integralidade para os trabalhadores de conselhos. Pois todos os outros discursos ditos com entraves podem ser superados, basta termos boa vontade para avançarmos nesse sentido.

Muito obrigado pela oportunidade e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Douglas de Almeida Cunha, representante da Central Única dos Trabalhadores aqui do Distrito Federal.

Vou fazer aqui mais alguns registros, para que possamos depois ouvir o Procurador Regional da República.

Registro a presença de Josenilton Silva, Diretor do Sinsercon da Bahia; de Marcos Costa, Diretor Parlamentar também do Sinsercon da Bahia; de Elvis Lima, do Sindiscose de Sergipe; do Procurador-Geral do Conselho Federal de Enfermagem, o Sr. Luiz Gustavo Muglia. Também registro a presença, do Sinsercon do Rio Grande do Sul, da Presidente Cláudia; do Sindecof de Goiás, do Presidente Sandro Marques, que inclusive trouxe uma delegação.

Também registro a presença de Paulo Sérgio Teixeira de Araújo, Diretor-Tesoureiro do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina; de Marcus Vilmon Teixeira dos Santos, Procurador-Chefe do Conselho Federal de Economia, em representação do Presidente Paulo Dantas.

Obrigada pela presença de todos vocês.

Vou aproveitar para fazer a leitura aqui de algumas perguntas ainda que temos aqui à mesa.

Do Rafael, de Pernambuco: "Sou funcionário do Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco e gostaria de saber em relação aos dissídios coletivos que temos anualmente. Caso passemos ao Regime Jurídico Único ainda teremos direito da correção sobre os índices de inflação anuais?"

Também do mesmo: "Esse processo de transposição de regime já vem se arrastando há alguns anos. Eu gostaria de saber como ficarão as questões de aposentadoria. O Governo Federal arcará aumentos? Perderemos o direito a dissídios anuais? E em relação à isonomia salarial com o Conselho Federal de Medicina?"

E, ainda, do Paraná, o Presidente do Cofeci, João Teodoro da Silva disse em Curitiba, na semana passada, que conversou com a senhora Inês Granada Pedro e que a mesma concordou que a transposição de regime celetista para o Regime Jurídico Único não é viável. "Quais os argumentos que fez a senhora Inês mudar de opinião?"

Não sei se vocês têm como responder essa questão, mas eu estou lendo também porque eu acho importante.

Vou conceder a palavra ao Dr. Alexandre Amaral, Procurador Regional da República da 1ª Região.

O SR. ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI – Muito bom dia a todos e a todas.

Exma Senadora Ana Rita, em cujo nome eu cumprimento todas as autoridades presentes primeiramente eu me apresento. Meu nome é Alexandre Amaral Gavronski, Procurador Regional da República aqui na 1ª Região e integrante da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, que é a Câmara que, dentro do Ministério Público Federal, tem a função de justamente organizar a atuação institucional nesse tema. Então, é a Câmara que vai definir a linha de atuação institucional nessa área. Ela é coordenada pela colega Subprocuradora-Geral da República e Vice-Procuradora-Geral, Drª Ela Wiecko Castilho, que me designou para estar aqui presente e trazer aos senhores a posição do Ministério Público Federal sobre essa questão e participar desse debate. Esse debate é um debate amplamente legítimo, democrático e busca encontrar solução para uma questão bastante complexa.

Foi no âmbito dessa 1ª Câmara que se criou um grupo de trabalho, um grupo interinstitucional, aliás, intercameral – ele integra também colegas da 5ª Câmara, que atua na defesa do patrimônio público. Grupo de trabalho esse coordenado pelo colega André Bertuol, que seria o melhor representante nosso para estar aqui falando aos senhores, porque é, sem dúvida, o colega que mais entende do assunto, mas infelizmente o convite que nós recebemos para estarmos aqui presentes nos chegou na sexta-feira e para o Ministério Público Federal viabilizar a vinda de colegas de outros Estados, no caso o colega André Bertuol é de Santa Catarina, são necessários cinco dias de antecedência. Então, o colega não pôde se fazer presente. Eu acredito que poderei contribuir com esse debate porque conheço um pouco do tema, integro a Câmara, mas infelizmente peço desculpas se, por não ser o integrante coordenador do grupo de trabalho, não tiver a mesma profundidade e análise que teria o colega André Bertuol.

Bem, feita essa apresentação, é importante reiterar também, no início da fala, a postura do Ministério Público Federal, como instituição, que reconhece o seu dever de prestar contas. Então, é muito importante que se diga que estou aqui como membro do Ministério Público Federal prestando contas do que o Ministério Público Federal fez, está fazendo e pensa em fazer, planeja fazer, sobre uma questão de indiscutível relevância, que tem âmbito nacional e que, obviamente, se discutida judicialmente, acaba sendo na Justiça Federal, perante a qual tem atribuição o Ministério Público Federal para defesa dos interesses coletivos da sociedade. Então, faço-me aqui presente também na perspectiva de prestação de contas do que institucionalmente fazemos. E também para ouvir. A audiência pública é um espaço muito democrático de exposição de ideias para a construção de soluções, que são de interesse coletivo. É um belíssimo exemplo de democracia participativa. Então, venho aqui prestar contas e venho aqui ouvir, para levar isso para a nossa instituição, de modo que possamos amplificar o debate interno. Inclusive, já pedi ao Jefferson que encaminhe ao meu *e-mail* a exposição que ele fez, que, sem dúvida, é uma exposição que ajudará nas nossas reflexões.

Feita essa introdução, passo, então, à prestação de contas.

O Ministério Público Federal foi provocado, em dezenas de situações, pelos sindicatos dos servidores, notadamente, no ano dos empregados de conselhos profissionais ou servidores – na verdade, estamos justamente nessa discussão – de maneira evidentemente articulada. É muito legítimo que os sindicatos tenham agido assim, por todo o País, em dezenas de situações, notadamente a partir de 2012, mas também em 2013, muito em razão da decisão do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial 507.536, buscando a atuação do Ministério Público Federal para que se implantasse o regime jurídico nos vários conselhos profissionais.

Isso foi feito de uma maneira que para o sindicato era articulada, mas para o Ministério Público Federal não chegou como articulado. O resultado disso os senhores conhecem bem. Nós tivemos diversos posicionamentos institucionais. Há colegas que ajuizaram ações. Pelas nossas contas, nós temos, do que levantamos até agora, 26 ações civis públicas ajuizadas sobre o tema. Outros colegas expediram recomendações direcionadas aos conselhos. Ações sempre voltadas na linha da exigência do regime jurídico e do concurso público.

Aqui, com relação ao concurso público, deixo bem claro que são duas situações diferentes. Já adianto que nós temos dificuldades de uniformizar o entendimento em relação ao regime jurídico – e vou falar sobre elas na sequência –, mas aproveito para dizer que não temos nenhuma dúvida da obrigatoriedade de concurso público, então essa é uma unanimidade dentro do Ministério Público Federal. A maioria das ações estavam relacionadas a duas coisas: obrigar concurso público e que o concurso público resultasse na contratação de servidores no regime estatutário.

Como disse, 26 ações civis públicas, do que nós temos de levantamento, nós ainda estamos completando esse levantamento. Há algumas recomendações, dirigidas também aos conselhos profissionais nesse sentido. O TAC mencionado, com o Conselho Federal de Medicina – TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) é uma forma negociada de construir soluções jurídicas, possui eficácia de título executivo; e muitos arquivamentos.

Muitos colegas, entendendo que – pela ausência de lei, criando os cargos e a remuneração – não era viável a judicialização dessa questão, arquivavam. Outros colegas sustentando que, inclusive, como a matéria já estava judicializada no Superior Tribunal de Justiça, não seria necessário uma nova judicialização.

Bem, à luz desse quadro, é fácil perceber que, dentro do Ministério Público Federal, sugiram muitos, diversos e díspares entendimentos. Isso obviamente não é bom. Não é bom para a instituição, não é bom para a solução da questão. Exatamente por isso, em março deste ano, foi criado um grupo – esse grupo a que me referi antes, coordenado pelo colega André Bertuol, criado pela 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, Câmara atualmente coordenada pela Vice-Procuradora-Geral da República, Drª Ela Castilho, Câmara que eu integro –, justamente para estudar essa complexa questão e apontar soluções.

Esse grupo, criado desde março, teve a preocupação de fazer o levantamento do que nós temos institucionalmente – e esse levantamento já reproduzi parcialmente –, de buscar os conselhos profissionais à realidade e, junto a nossa assessoria parlamentar aqui no Congresso, buscar as informações sobre as iniciativas de leis existentes. Esse levantamento está praticamente encerrado, ainda falta analisar alguns dados. E constatamos que alguns colegas, alguns Estados, ainda não responderam, então, ainda faltam alguns dados. Mas já fui autorizado pelo colega André Bertuol a reproduzir, aqui, um entendimento do grupo, que é o entendimento, também, meu, e posso antecipar, também, o da Drª Ela Castilho, de que é necessária a lei criando cargos e remuneração, entendimento, esse, que é majoritário – aliás, dentro do grupo não há divergência –, mas que vai ser levado ao encontro nacional da 1ª Câmara que nós teremos, agora, nos dias 22 e 23, para ser debatido com todos os colegas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI – Sendo esse o nosso entendimento, é importante que eu explique um pouco para vocês o porquê disso, tendo em vista que estamos na Casa onde as leis são feitas e é por isso que é muito importante uma audiência pública como esta. E acho que, neste aspecto, a contribuição que tenho a dar ajuda muito na reflexão que estamos fazendo.

Os sindicatos têm o entendimento, que já foi sustentado aqui, que não é necessária a lei e que, na verdade, já há, até, decisão judicial no STJ, que já tem a Lei nº 8.112, de 1990, que, na minha opinião, foi muito bem sustentada aqui pelo Jefferson, embora acho que é importante que a gente leve em consideração que a Lei nº 8.112 é de 1990, que a Lei nº 9.649 é de 1998, e que, no art. 58, §3º, fala em regime estatutário e o Supremo não declarou ela inconstitucional. Então, nós temos uma lei geral de 1990 e uma lei especial de 1998. A lei especial de 1998 fala em regime celetista e não foi declarada inconstitucional pelo Supremo.

Então, a questão não é simples: realmente, não é o fato de existir, lá, o art. 243 da Lei nº 8.112 que resolve o problema. Mas, sendo, ou não, simples, quem responde, quem dá a última palavra é, de fato, o Poder Judiciário e o Superior Tribunal de Justiça. E, aí, o que nós temos? Essa é a razão pela qual o grupo de trabalho está convencido da necessidade de lei.

Nós temos, já, uma decisão, como foi mencionado, no Superior Tribunal de Justiça, decisão, essa, de 2010. Ela não está efetiva até hoje. Se ela não está efetiva até hoje, algum problema existe, não é? Nós temos a Corte superior do País, que já deu a sua decisão num mandado de segurança coletivo ajuizado por representantes dos trabalhadores de conselhos profissionais e ela não se efetivou desde 2010. Ela está em fase de embargos declaratórios, e, nos embargos, obviamente, os conselhos profissionais levantaram essas questões: como implementar?

Lá em Santa Catarina, por exemplo, onde atua o colega André Bertuol, existe um mandado de segurança coletivo em que, também, existe a determinação de implementar. E, aí, nos embargos, o conselho profissional levanta esta questão: "Como que eu vou implementar se não existe lei, se não se preveem os cargos, se não se prevê a remuneração?" E o Judiciário não está sabendo dar essa resposta.

E a posição nossa, do Ministério Público Federal – e num processo democrático como esse de construção da solução é fundamental que nós passemos para todos, aqui, neste debate democrático –, é que o Poder Judiciário terá muita dificuldade de responder. Claro que o Superior Tribunal de Justiça é a Corte maior do País e ele já está provocado a se manifestar nos embargos de declaração. Se o Superior Tribunal de Justiça, nos embargos de declaração, disser: "Não interessa, independe de lei, tem que cumprir", vamos, então, esperar que o STJ, inclusive, diga como vai ser cumprido, porque, afinal, se é o Tribunal, ele pode determinar as medidas a serem adotadas e pode impor sanções para o descumprimento. Mas é fundamental que se leve em consideração – e é por isso que a posição do Ministério Público Federal é no sentido de não ajuizar mais ações, porque nós entendemos que é necessária, mesmo, a edição de lei – que a questão já está judicializada e ela não está dando resultado.

Essa estratégia vem mostrando a sua insuficiência: podemos seguir apostando nela? Aí, sinceramente, espero que os senhores entendam que é legítimo que o Ministério Público Federal faça sua análise jurídica e estratégica da questão. Se os sindicatos quiserem seguir apostando nessa estratégia, é, absolutamente, legítimo que o façam, que briguem no STJ no âmbito desse recurso especial para que o Superior Tribunal de Justiça, faça valer a decisão.

A percepção do Ministério Federal é que é uma estratégia que não surtirá efeitos. Essa é a nossa leitura. É uma leitura que já é majoritária do grupo de trabalho. Antecipo que é minha leitura, como membro da Câmara. Pelo que conversei com a Drª Ela Castilho, é a leitura da coordenadora. Então, tenho a dizer para os senhores, que é altamente provável que essa leitura se confirme no nosso encontro nacional, agora, dos dias 22 e 23. Mas é um encontro onde os demais colegas, que também atuam na questão, estarão para debater. Pode ser que neste momento, a gente reveja essa questão. Inclusive como já pedi ao Jefferson a prestação que ele fez aqui, levarei ao grupo de trabalho, levarei ao nosso debate entre os colegas essa questão, para reanalisarmos o tema, verificarmos se há alguma estratégia a adotar.

Mas, sinceramente, nos parece que não se viabilizará a solução judicial. Não há nova ação judicial que possa resolver, então, por conta disso o Ministério Público não entende que deva seguir ajuizando ações. Na verdade, no atual cenário, novas ações mais confundem do que ajudam. Então, nós não pretendemos ajuizar mais ações. Já temos 24 ajuizadas, as 24 ajuizadas também estão com dificuldades de dar resultado. Nós temos esse mandado de segurança já em sede de recurso especial, no Superior Tribunal de Justiça, o 507.536, com decisão de 2010, que ainda não se efetivou. Então, a nossa leitura é que nova judicialização não é o caminho. No entender do Ministério Federal, o caminho é a edição de uma lei.

Sobre o mérito da lei, nós entendemos que a discussão é eminentemente política, absolutamente legítima. O que está se fazendo aqui é democracia. Na verdade, estão se sustentando aqui várias teses, para um ou outro lado. Isso é democracia e para nós é muito gratificante estarmos aqui presenciando isso, mas a leitura inicial do Ministério Público é que essa temática de, qual lei, se é ou não é conveniente que exista essa lei, é uma discussão política, para ser feita no Parlamento com a direta participação dos interessados, ou seja, em espaços como este e nos demais espaços de articulação política.

Nós não descartamos a possibilidade de apresentarmos algumas sugestões, para edição dessa lei, mas, no dia de hoje, conversei especialmente com a Drª Ela Castilho e com o colega André Bertuol e concordamos que no dia de hoje não é conveniente que o Ministério Público externe qualquer opinião, com relação à conveniência ou não dessa lei, em um ou outro sentido, porque o debate neste momento é eminentemente político.

O Ministério Público é uma instituição jurídica, como instituição jurídica podia fazer o que já fez, o ajuizamento das ações que já propôs, na expedição de recomendações, no TAC, e essas soluções não deram resultado. Não deram resultado porque no nosso entender, realmente, é um debate que deve ser tratado no Parlamento e à luz da ponderação de todos os interesses envolvidos, ter a decisão soberana dos representantes do povo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI – Eu me coloco à disposição para participar aqui até o final desta audiência pública.

Agradeço, Senadora Ana Rita, o convite feito ao Ministério Público Federal – a Drª Ela, inclusive, lhe manda um abraço, lhe tem muito apreço – e estamos sempre à disposição para prestarmos conta do que fazemos e para participarmos de um debate legítimo como este, na construção de soluções para questões tão complexas e relevantes como essa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradecemos aqui, ao Dr. Alexandre Amaral Gavronski, Procurador Regional da República. Obrigada pela presença. Obrigada pelos esclarecimentos.

Quero também, para já ir finalizando essa rodada, registrar aqui a presença do Evandro Vitoriano Elias, do Conselho Federal da OAB; do Rafael Barbosa de Castilho, também do Conselho Federal da OAB; da comitiva do Sindicoes do Espírito Santo, composta do diretor jurídico, diretoras tesoureiras e secretário-geral, e membros do Conselho Regional de Técnicos de Radiologia, de Contabilidade, de Psicologia, de Medicina Veterinária e Serviço Social do Espírito Santo, uma representação bastante expressiva.

Quero apenas registrar que, além desta sala estar bastante cheia, na Sala 3, também, as pessoas estão acompanhando pelo telão, também com um número muito expressivo de pessoas.

Nós vamos agora, o que eu estou sugerindo, acho que é importante, também nós temos que controlar o nosso tempo, já são 11 horas... Uma pessoa nos solicitou para que pudesse falar, foi o Luiz Gustavo Muglia, Procurador-Geral do Conselho Federal de Enfermagem. Além dele, nós vamos abrir para mais duas pessoas. Caso alguém tenha interesse, desta sala ou da Sala 3, que queira se manifestar, mas não em nome próprio, mas sim em nome de uma entidade, enfim, que seja representante de uma entidade que tem condição aqui de poder propor, porque, neste momento de encaminhamento, acho que é importante que, não só se faça o registro, porque me parece que o tema já foi bastante bem colocado, as informações foram bastante enfatizadas aqui, o que nós precisamos agora é pensar nos encaminhamentos. Então, que as falas possam contribuir com este objetivo de propor para a Comissão de Direitos Humanos, ou para quem está aqui à Mesa, algum encaminhamento que possa contribuir com este debate.

Então, enquanto a Secretaria recebe o nome de mais duas pessoas apenas, nós não vamos abrir mais, por causa do nosso tempo, e vamos ainda passar novamente para as considerações finais de toda a Mesa – é preciso que tenhamos atenção com relação ao tempo –, eu vou ler as últimas colocações que aqui chegaram.

Esta é uma pergunta que veio pelo Alô Senado, é do Marcelo do Estado do Rio de Janeiro. Ele diz que trabalha em um conselho de fiscalização do Rio de Janeiro "e estou vendo diversas pessoas serem demitidas de forma arbitrária e pessoas sendo contratadas de forma indiscriminada. Muitas dessas contratações desobedecendo de forma absurda a lei que proíbe contratação de parentes/amigos, ou seja, o nepotismo. Como representante sindical da minha base junto ao meu sindicato, pergunto: 'Afinal, somos ou não somos servidores públicos? Podemos ser demitidos sem justa causa?'" Então, essa é a pergunta de um servidor de um dos conselhos de fiscalização do Estado do Rio de Janeiro.

Outra pergunta de uma pessoa aqui do Distrito Federal – na verdade não é uma pergunta, é apenas um comentário: "Os funcionários de conselhos se deparam com situações rotineiras de má utilização de recursos públicos e não podem denunciar. Um exemplo claro é o direcionamento de licitações. O Estado precisa ajustar isso, ou exigindo processos administrativos para demissão ou transpondo todos para o Regime Jurídico Único."

Outro comentário vem do Estado de São Paulo: "Em 1988, o Crea de São Paulo concedeu para cinco funcionários o regime jurídico pela Lei 1.711/52, revogado pela Lei 8.112/90, homologado pelo Juiz Federal da 14ª Vara, este precedente de aposentação pelo INPS – na verdade INSS – e complementação por parte do Crea de São Paulo. Seria justo para demais funcionários de conselhos." Ele faz esse comentário.

Aqui, também, chegou uma sugestão de uma internauta dizendo o seguinte: "A minha sugestão é que os conselhos de fiscalização profissional sejam transformados em autarquias e passem a ser controlados pela União."

Eu finalizo este momento fazendo, aqui, uma sugestão, também, além da sugestão da Flávia Schmidt, que é de Santa Catarina. Eu gostaria de ouvir a opinião também da Mesa, depois nós vamos ouvir as três pessoas que vão se inscrever, pois dá para perceber com muita clareza que nós precisamos de uma legislação que possa, de forma clara, definir a natureza jurídica dos conselhos de fiscalização e, na verdade, regulamentar a situação dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Eu pergunto à Mesa se existe – pelo que entendi, não existe, é preciso construir uma legislação –, se vocês acham que esse é o caminho, se já há algo sendo construído nessa direção, porque deve ser uma iniciativa do Executivo. Caso contrário, é possível buscarmos apoio da Consultoria do Senado, para que ela faça um estudo, como o apoio, com a ajuda de todos vocês, que já têm um acúmulo. Nós poderemos aqui pensar uma forma de como trabalhar isso, no sentido de propor um projeto de lei. Mas eu entendo que deve ser uma iniciativa do

Executivo, porque se trata da criação de cargos, portanto, há toda a questão orçamentária que precisa ser vista. Então, se for uma iniciativa do Legislativo, é inconstitucional, na minha opinião. Precisaria ser uma iniciativa do Executivo. Precisamos saber como é isso, se algo está sendo feito, para que possamos fazer o encaminhamento aqui que fortaleça esse caminho.

Gostaria que a Mesa se manifestasse. Posteriormente, vamos conceder a palavra aos membros da Mesa, para as considerações, para que vocês possam se manifestar. Mas, antes, quero também reafirmar uma coisa que eu considero muito importante e sobre a qual vários internautas se manifestaram.

O papel principal dos conselhos profissionais, sejam eles estaduais, sejam federais, é a fiscalização do exercício profissional. Quem faz parte do conselho é registrado como profissional. Por exemplo, eu sou assistente social e sou registrada no meu Conselho de Serviço Social da 7ª Região lá do meu Estado. Todo ano, eu pago a minha anuidade; todos fazem isso. É importante a transparência da aplicação desses recursos. Alguns conselhos fazem isso de forma muito bem-feita, através de informativo que nós recebemos em nossas residências. Outros, não sei se fazem. Acho que o conselho, que fiscaliza, precisa ser fiscalizado também.

Eu percebi aqui que há uma série de reclamações, uma série de manifestações. Há uma preocupação com isso. Alguns conselhos recebem, com certeza, um volume muito grande de recursos, porque são conselhos grandes com muitas pessoas associadas, muitos profissionais associados, e que contribuem para poder ter o exercício de sua profissão regularizada pelo conselho, que acompanha e fiscaliza. Mas o conselho também precisa ser transparente da aplicação dos seus recursos.

Essa é uma questão que eu gostaria de ver comentada aqui na Mesa. O representante da CUT colocou essa questão com muita propriedade, mas eu gostaria que os demais membros desta Mesa se manifestassem sobre isso.

Agora, vou conceder a palavra para as três pessoas que se inscreveram. Chegou a mim apenas o Luiz Gustavo Muglia, Procurador-Geral no Conselho Federal de Enfermagem, que está presente. Por favor, Luiz Gustavo.

Vou conceder a vocês um prazo máximo de cinco minutos. Vocês poderão falar da mesa ou utilizar o microfone móvel, que está aqui ao lado.

Após a palavra do Luiz Gustavo, a Izaura Dias Moreira, Diretora Jurídica da Federação e do Sindifisc do Paraná. Em seguida, por último, Marcos Costa, Assessor Parlamentar do Sinsercon-BA.

Por favor, Luiz Gustavo.

O SR. LUIZ GUSTAVO MUGLIA – Inicialmente, bom dia a todos. Peço desculpas porque cheguei um pouco atrasado. Na realidade, eu tinha outro compromisso, uma vez que sou conselheiro da OAB, Seccional Distrito Federal, na 8ª Conferência Regional dos Advogados. Então, quero apenas justificar o meu atraso.

Cheguei exatamente no início da fala do Douglas, amigo de batalha desde 2007, quando entrei para ser Procurador-Geral no Conselho Regional de Enfermagem do DF. Foi dito a esta Mesa que o Conselho não é fiscalizado. Muito pelo contrário,o conselho é fiscalizado. O TCU está de olho nos conselhos. O TCU emana ordenamento jurídico em cima dos conselhos. O TCU aplica multa em cima dos conselhos. O TCU fez uma portaria há mais ou menos dois anos, 24 meses, a Portaria nº 127, que fala sobre isso e obriga todo conselho de classe, seja ele regional, seja federal, a prestar conta, sim, de seus gastos.

A partir deste momento, eu gostaria de tirar uma impressão ou, de repente, uma possível impressão de que existe, de um lado, gestor e, de outro lado, o empregado público que entrou a partir de 2001 através de concurso público, concurso esse que foi ordenado justamente pelo órgão de fiscalização, Tribunal de Contas da União. Por que digo a partir de 2001? Todos sabem que a Constituição de 1988 determinou que todos os ingressantes de cargos públicos, servidores até mesmo de autarquias fossem selecionados através de concurso público. No entanto, existe um lapso temporal, porque não se colocou o que seria esse concurso público. Na realidade, nem seria concurso público. Seria processo seletivo.

Em cima disso, temos que deixar claro que já está determinado que nos conselhos só entram funcionários por meio de concurso público, e só sai funcionário, tanto por determinação do STF quanto do TST, através de quê? De processo administrativo disciplinar.

Passando esse ponto, qual é a outra garantia que o empregado público quer ter? Porque, na realidade, se a gente for verificar a diferença do RJU e da CLT é nada mais do que isto: ter a garantia de ser estável.

Quando falo que o empregado público ou o servidor público diz que quer se manifestar, que está vendo que está sendo direcionada a licitação, ele pode fazer isso tanto em nível de seu conselho como através do Ministério Público Federal. Eu, particularmente, estive em inúmeras reuniões – acabei de chegar de uma, passei uma semana em Fortaleza – exatamente falando sobre esse tema do RJU e da CLT. Por que isso? Por que o Conselho Regional de Medicina de Fortaleza, do Ceará, perdeu uma ação e o Conselho Regional de Enfermagem do Ceará perdeu a mesma ação, em que se mandou, se ordenou que fizessem o quê? A transposição de seus funcionários de CLT para RJU. Muito bem. A ação durou vinte anos apenas. Neste momento, têm que executar.

Fomos despachar com o juiz. O juiz olhou para a nossa cara e disse o seguinte: "Eu dei a decisão, o senhor execute". Tudo bem. Vamos executar. Fizemos um ofício ao Ministério do Planejamento requerendo as matrículas. E ele, com base em uma nota técnica exarada pela AGU, falou que era impossível fazer isso, uma vez que não existe a lei. Muito bem. Como eu vou fazer isso? Não há como.

Funpresp. Fomos oficiar, pegando a comparação com o Conselho Federal de Medicina, o TAC que o Dr. Alejandro, um zeloso Procurador-Geral fez, juntamente com o Ministério Público, junto à Funpresp: "Funpresp, eu quero aderir, eu quero fazer." Responderam: "Não, não pode, porque você não se encontra no rol". Muito bem. É complicado.

Agora, falar sobre lei é mais complicado ainda. Como pode haver uma lei que vai regulamentar cargo e regulamentar salário se efetivamente eu não tenho o orçamento dos conselhos? Os conselhos federais e os conselhos regionais têm autogestão, autoaplicação dos seus recursos. Então, acho que é uma discussão muito grande.

Penso, inclusive, que a gestão em que eu estou é contrária a esse movimento de que há conselho gestor de um lado e trabalhador de outro. Muito pelo contrário. O que a gente quer saber é o seguinte: se vai ser por RJU, para o gestor tanto faz. Não tem problema se é RJU ou CLT. O problema é o seguinte: se eu sou RJU, eu não recolho mais INSS. Eu recolho o quê? Pasep. Pessoal, como eu vou recolher? Não há como recolher.

Com o advento da Lei 12.649, salvo engano, que trata da questão da aposentadoria, como eu vou fazer a complementação dessa aposentadoria? Senhores, é muito simples trazer a questão para cá e falar que os conselhos arrecadam milhões e milhões. A gente não está falando sobre isso. A gente tem que falar o seguinte, pensar o seguinte: por mais que eu tenha milhões dentro de um conselho, se eu aposento alguém da maneira estatutária, da lei anterior, eu tenho um problema muito sério, porque eu vou aposentá-lo com valor integral. Como eu vou manter o conselho? É complicado falar sobre isso.

Então, o que nós entendemos é que, se eu quero uma saída hoje prática e efetiva, eu vou ter que fazer um TAC. Para eu ter um TAC, eu tenho que ter fundamentos. O Conselho Federal de Medicina teve fundamento. Ele tinha uma ação. O Conselho Regional de Enfermagem do Ceará tem uma justificativa que é uma ação judicial. No mais, eu não tenho como preparar um TAC. É uma medida complicada.

Eu estive em três dias de congresso com o MPF, e o MPF me falou exatamente o que eu disse aqui. Não há uma tese. Nós fizemos uma, dentro do conselhão, sobre essa matéria e a AGU veio e disse: "Eu tenho três linhas: uns que falam RJU, uns que falam em CLT e outros que não falam nada." É complicado!

O senhor lembrou bem a questão da ação em 2010. Eu sou um dos advogados que representou o Conselho Federal de Química. Não tem aplicabilidade por quê? Porque eu estou em embargos de declaração, efeito suspensivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ GUSTAVO MUGLIA – Então, nessa matéria, temos que parar de querer dividir entre funcionário e gestor, porque está todo mundo na mesma situação. O gestor está mais preocupado ainda, porque se ele for transpor para RJU, como vai recolher INSS? E se de repente acontece um acidente? Eu não tenho INSS. Eu paro de recolher? Se eu tenho efetivamente que transformar, que tirar o FGTS do salário, eu tenho uma queda de salário. Como é que eu vou fazer? Vou conceder a ele uma recomposição salarial? Tudo bem! E se vier uma decisão da ADI 1717 falando que não é RJU, que é CLT? É complicado!

Então, eu acho que esse aqui é o primeiro passo. Passo esse que vamos ter que trabalhar não um brigando com outro, mas sim de mãos dadas. Porque se tiver algum problema, o gestor vai cair na improbidade, o gestor vai ser responsabilizado por isso. Então, pessoal, eu particularmente sou favorável, porque por mais que eu tenha um TAC e entenda que, se eu o transformei em RJU, não tenho que ter acordo coletivo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ GUSTAVO MUGLIA – Eu não tenho que ter, porque, se eu sou servidor público, é através de lei. Mas eu defendo, sim, a Resolução 154 da OIT, que fala que o sindicalismo tem que estar dentro, tem que aderir sim ao acordo coletivo. Em cima disso, eu acho que, para caminhar e para finalizar, pessoal, volto a insistir: vamos andar de mãos dadas. Não tem como falarmos "o sindicato isso", "o conselho aquilo", "o Viana não aceita acordo coletivo". Alguém já sentou e tentou conversar? Tentou mostrar que é a maior saída?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ GUSTAVO MUGLIA – Será? Porque eu participei, ontem, de uma reunião...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. LUIZ GUSTAVO MUGLIA – Dá licença!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só um minutinho.

O SR. LUIZ GUSTAVO MUGLIA – Eu participei ontem de uma reunião no meu conselho sobre isso e o que eu ouvi não foi isso. O que eu ouvi foi o representante do sindicato instigando a greve. "Vamos para a greve!"

Senhores, será que a greve resolve isso? Será? Num conselho? Estou falando de conselho. Eu tenho conselho que tem 30 pessoas. Eu tenho conselho que tem 20 pessoas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ GUSTAVO MUGLIA – O primordial nosso nada mais é do que fiscalizar. A gente está esquecendo a função precípua do conselho, que é fiscalizar a profissão. Vamos começar a ver com esses olhos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Conclua, Luiz Gustavo.

O SR. LUIZ GUSTAVO MUGLIA – O.k.

Para finalizar, eu queria trazer a questão da Lei 9.648. Realmente ela não está questionada, não foi declarada a inconstitucionalidade do seu artigo. Então, até que se prove o contrário e por mais que eu tenha uma decisão do Luiz Fux, Ministro Luiz Fux falando que já foi questionado, que foi falado, em nenhum momento... Eu já li e reli diversas vezes – tenho colegas da AGU que fizeram a mesma coisa: leram e releram – e não acho esse dispositivo, esse artigo que fala que não é CLT. Não existe isso. Na ADI não existe isso.

Então, senhores, o que o Conselho Federal de Enfermagem quer é auxílio, quer efetivamente participar da discussão, quer efetivamente fazer parte, se for o caso, da criação de lei.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ GUSTAVO MUGLIA – Só que a gente acha que essa lei especificamente não nasce neste ano ainda. Então, é uma questão que a gente vai ter que se debruçar, conversar, pedir realmente a ajuda do Procurador Federal aqui, que peça para os colegas que cessem os ofícios, porque a cada dois dias recebo um ainda: "O que o senhor está fazendo no Conselho Federal de Enfermagem para resolver o RJU?" Estou respondendo de forma simples: aguardando a matrícula do Ministério do Planejamento. Simples! Se é RJU, tem que ter matrícula. Para eu ter matrícula, tenho que ter lei. Se eu não tenho lei, eu não tenho nada. Então, eu sou o quê? Sou CLT.

Deixo uma mensagem: o Conselho Federal de Enfermagem, os Conselhos Regionais de Enfermagem respeitam sim os seus empregados. Respeitam sim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ GUSTAVO MUGLIA – A senhora faz parte do Conselho? A senhora já fez?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Conclua, Luiz Gustavo. O seu tempo já extrapolou no dobro.

O SR. LUIZ GUSTAVO MUGLIA – Eu estou no limite, não, doutora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já tocou a campainha diversas vezes.

O SR. LUIZ GUSTAVO MUGLIA – O.k.

Então, para finalizar, respeitam sim os acordos coletivos onde estive presente, estive participando e quero deixar a mensagem: o Conselho Federal está aberto para qualquer conversa. Se o doutor pertence a um Conselho Regional e não está sendo respeitado. eu dou meu telefone, meu *e-mail*, como dou para todos, e me coloco à disposição para resolver o problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Luiz Gustavo, pela sua intervenção.

Vou solicitar aos colegas que procurem respeitar o tempo para que possamos avançar.

A próxima pessoa inscrita é Izaura Dias Moreira, Diretora Jurídica da Federação do Paraná, Diretora jurídica do Sindfisc, do Paraná.

A SRª IZAURA DIAS MOREIRA – Bom dia. Eu gostaria de agradecer a oportunidade. Quero esclarecer que sou Diretora Jurídica da Federação Nacional dos Servidores e do Sindicato dos Servidores do Paraná.

Percebi, na fala do Coordenador Viana, que há uma preocupação muito grande com a transposição porque me parece que o fórum dos conselhos acha que isso traria uma intervenção nos conselhos a ponto de se fazer a indicação dos presidentes.

Quero relembrar que Thomas Edison inventou a lâmpada e nem por isso fecharam as fábricas de vela. O Henry Ford inventou o carro e nem por isso fecharam as fábricas de carroças. Então, não é a questão da transposição dos empregados do RJU que vai modificar drasticamente a funcionalidade dos conselhos de fiscalização.

Os conselhos de fiscalização – acabei de ouvir que tem que se criar uma lei que diga qual é a natureza jurídica dos conselhos – foram criados, gente, por lei. A natureza jurídica dos conselhos já está dada. Se eles foram criados por lei, são autarquias federais. Está lá, na lei de criação de cada um dos 30 conselhos que existem. Os conselhos nasceram autarquias federais. Então, não há que se fazer uma lei para se discutir a natureza jurídica dos conselhos, isso foi definido quando a lei criou os conselhos. E há outro entendimento equivocado: os profissionais não são associados dos conselhos; eles são inscritos compulsoriamente, são obrigados. O dinheiro dos conselhos não é dinheiro dos profissionais; e´dinheiro público, porque é arrecadação, é contribuição parafiscal. (*Palmas.*)

Quero ainda – permita-me, Jefferson – fazer uma pequena correção na sua fala. Os conselhos não arrecadam R$1,7 bilhão. O próprio TCU divulgou recentemente que os conselhos arrecadam R$7, 8 bilhões. É uma

quantia considerável. E querem passar R$65 milhões para a União pagar. Os conselhos, na verdade, querem a benesse de receber essa quantia exorbitante de r$7 bilhões e querem passar a conta de R$65 milhões para a União pagar!

O que temos, na verdade, é um festival de equívocos. Os conselhos não querem pagar essa conta porque esse discurso, como o próprio Douglas diz, essa falácia de querer empurrar 25 mil servidores para o Estado é para criar o imbróglio jurídico e impossibilitar a aplicação da lei. Temos decisões judiciais, e, se os conselhos tivessem interesse, teríamos isso sendo aplicado. Qualquer conselho que tenha interesse em cumprir o RESP nº507/536 não precisa nem fazer TAC com o Ministério Público.

(*Soa a campainha.*)

A SRª IZAURA DIAS MOREIRA – Ele pode fazer acordo judicial nos autos do RESP. Os conselhos podem, cada um, ir lá e fazer isso porque a decisão do RESP é *erga omnes,* vale para todos os conselhos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Por favor, Luiz, deixe..Por favor, Luiz, você foi ouvido atentamente por nós todos, com muita paciência. Então, vamos ouvir também a Izaura, que é fundamental. Depois, a mesa vai se manifestar.

A SRª IZAURA DIAS MOREIRA – Então, olhem além disso há a questão da previdência social.

A previdência social – existe lei, isso já aconteceu quando da transposição dos servidores do Banco Central, que eram, em sua gênese, celetistas. Nessa ocasião, houve o repasse – e existe lei para isso – do dinheiro arrecadado pela Previdência Social para a previdência do regime próprio.

Então, há a possibilidade de os conselhos criarem o regime próprio no sistema e irem buscar na previdência social o dinheiro que lhe foi repassado dos empregados que estão na ativa.

Há, pois, que se discutir realmente. São inúmeros os problemas, mas a maioria deles já conta com previsão legal que os soluciona a todos. O que falta, na verdade, é vontade política de parte dos conselhos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Srª Izaura Dias Moreira, Diretora Jurídica da Federação e do Sindifisc-PR.

Vamos ouvir agora o Sr. Marcos Costa, Assessor Parlamentar do Sincercon-BA.

O SR. MARCOS COSTA – Boa tarde a todos!

Eu sou Marcos Costa; eu fiz concurso para o Conselho Regional de Corretores de Imóveis em 2008, onde fui empossado. Estudei muito e me planejei para uma carreira pública. O meu sonho foi conquistado em 2008 e me foi tirado em 2013, quando fui demitido sem nenhum processo judicial, sem direito à ampla defesa, retirando-me todo o planejamento profissional dentro do Conselho de Corretores de Imóveis.

Hoje, eu vendo frango assado na rua para não passar fome. Deus não me deixa passar fome.

Contudo, eu queria perguntar aqui aos senhores qual o respeito que se tem à categoria, já que querem manter servidores celetistas para poderem demiti-los a hora que quiserem. Por atos de "pessoalidade"? Apenas por eu ter uma opinião contrária? Ou porque o Sr. Samuel Prado não gosta de ouvir verdades e por isso ele demitiu três servidores, justamente aqueles que se colocam contra uma posição? Parece-me até complexo de inferioridade que o corretor de imóveis tem e, para isso, tem que se posicionar como um gestor público para mostrar que é algo.

Queridos, eu queria, então, ponderar ao TCU e ao Dr. Alexandre: falou-se pacificamente na entrada por concurso público, respeitando o art. 37, com base nos princípios da impessoalidade e da motivação dos atos, mas me parece que o TCU esqueceu ou se omitiu ao não falar nas demissões. Sim; entra-se por concurso público, mas se demite como? Foi omitido esse parecer na cartilha. Portanto, eu queria saber se o TCU aceita manter um canal aberto lá para nós sugerirmos algumas correções.

Também o colega Evaldo Oliveira, enfermeiro fiscal, dirigente sindical do Coren-SE, foi demitido agora, também sem nenhum direito à ampla defesa. È esse o respeito que os conselhos têm para conosco!

Nós temos uma proposta, que vai abarcar algumas coisas: nós gostaríamos de pedir um canal aberto com a Procuradoria da República, com o Senado e pedir também que o Sr. Viana nos conceda assento, lugar e voz em todos os espaços em que se propuser uma discussão sobre a transposição.

Haverá, no dia 25, aqui no Congresso, e nós gostaríamos de levar o nosso povo, de levar a nossa categoria e falar, ainda porque os espaços onde o senhor tem falado são espaços que concordam com a sua opinião; porém, neste espaço, o senhor está ouvindo uma opinião contrária, uma opinião que faz jus aos anseios da categoria.

Eu deixo a pergunta aqui para o Dr. Alexandre e para o representante do TCU: como se faz para demitir? Se se ingressa por concurso público, como se faz para sair? É ato de "pessoalidade"? Eu demito e pronto?!

Era só essa a minha pergunta.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada ao Sr. Marcos Costa, Assessor Parlamentar do Sincercon-BA.

Nós vamos, agora, retomar a palavra aqui, repassando-a aos integrantes da Mesa. Antes, porém, eu quero, inicialmente, dizer que a Comissão de Direitos Humanos se coloca como parceira nesta que é uma discussão importante. Nós estamos aqui com mais de 150 pessoas – aqui nesta sala e na sala nº 3 –, isto é, trata-se de uma audiência extremamente representativa, com opiniões convergentes e também opiniões divergentes. Então, não é um processo simples.

Vocês demonstram que há um acúmulo, pela experiência, pelas discussões já realizadas, mas é preciso construir um caminho que realmente possa resolver essa questão, não só para atender as necessidades dos trabalhadores, mas também dos gestores, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas. Enfim, acho que, de certa forma, esse assunto precisa realmente ser mais bem definido.

Há muitas dúvidas quanto aos encaminhamentos, muitas dúvidas com relação aos procedimentos que já estão sendo adotados em alguns lugares. Então, é preciso realmente um encaminhamento que possa contribuir, talvez, para a construção de uma legislação que venha a disciplinar isso melhor, que venha a atender essas necessidades, essas demandas.

Então, eu gostaria que a Mesa que está aqui pudesse propor, pudesse nos ajudar a definir aqui algum encaminhamento, que a Comissão de Direitos Humanos possa integrar-se de alguma maneira no sentido de ajudar a resolver esse assunto.

Então, vou conceder a palavra aos membros da mesa, talvez começando agora de uma forma diferente. Eu vou começar aqui pela minha esquerda com o José Augusto Viana. Pode ser, José Augusto? Você foi bastante citado aqui. Começar por você que está aqui representando o Fórum dos Conselhos Federais, para falar em nome de todos os conselhos. Vamos seguir essa ordem, até a nossa Deputada.

O SR. JOSÉ AUGUSTO VIANA NETO – Está bom.

Obrigado, Senadora, pelo privilégio de falar em primeiro lugar. Aí, daqui para frente, eu só tomo paulada, mas tudo bem. (*Risos.*)

Tudo o que eu falar será usado contra mim, contra os conselhos, mas isso faz parte do jogo.

Eu quero dizer que há conselhos sem nenhum funcionário – nenhum –, porque não tem arrecadação para contratar um sequer. Há conselhos com um funcionário; há conselhos que têm dois; há conselhos que gerenciam a fiscalização de 150, 200 mil profissionais; há conselhos que gerenciam a fiscalização de 100 profissionais.

Aí, eu pergunto, Senadora: qual seria a estrutura de salário e de arrecadação de um conselho que fiscaliza 100 profissionais? Quais são os cargos? Quanto deve ganhar o gerente de um conselho que fiscaliza 100 inscritos e qual o salário de um gerente que fiscaliza 200 mil inscritos?

Essa isonomia, dentro dos conselhos, só viria mesmo se vier dinheiro de fora. Os números apresentados aqui são absolutamente errados. Eu vou trazer, com o correr do tempo, números o mais próximo possível do real, porque o real ninguém tem e ninguém consegue. Mas os números apresentados aqui estão absolutamente equivocados. Essa quantia de 65 milhões não dá conta de um conselho grande; não dá. É uma conta errada.

E nós estamos aqui discutindo se aplica-se ou não o RJU. Eu vim aqui para colocar a posição daquilo que se debate no Fórum do que pode representar melhor resultado para a sociedade brasileira, porque, se o Estado brasileiro decide que é regime estatutário para os funcionários dos conselhos, os gestores vão simplesmente obedecer ao ordenamento que estiver prevalecendo, e pronto. Nós não temos...

Se me permite, Senadora, gostaria de cumprimentar o Senador Suplicy, que é do meu Estado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aproveito para registrar a presença do Senador Eduardo Suplicy, que é membro da Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ AUGUSTO VIANA NETO – Então, Senadora, se eu estivesse aqui falando por questões pessoais, interesse pessoal, de dirigente de conselho, eu nem saberia dizer qual é o interesse pessoal de cada dirigente de conselho. Isso pertence a eles. Estou aqui falando de maneira institucional e, evidentemente, julgando que estamos tratando com seriedade de assuntos ligados a pessoas sérias e honestas. Eu não imagino que estou aqui conversando com pessoas desonestas e nem acredito que esteja representando pessoas desonestas. Eu acho que temos que conversar à luz da razão. Eu achei muito interessante a exposição tanto do TCU quanto do Ministério Público, demonstrando um equilíbrio fantástico, uma realidade. Temos que construir a proposta com base nesse debate, um debate sério, um debate equilibrado, principalmente respeitoso.

Eu já fui jovem, muitos não acreditam nisso, mas eu já fui jovem, já fui afoito, já me julguei um homem muito inteligente. Hoje, tenho muito mais incertezas do que posso imaginar. Então, acho que o respeito, o equilíbrio nessa transação e nesse debate é mais importante que qualquer outra coisa, estamos discutindo aqui interesse público. Agora, se formos levar para discutir interesse específico dos funcionários, é uma outra questão, totalmente diferente daquela...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ AUGUSTO VIANA NETO – ... que imagino que vim aqui para conversar.

Então, podemos até, no meu ponto de vista, nos unir para discutir a questão dos funcionários e dessa relação. Estamos discutindo aqui a questão de uma legislação, de um impasse jurídico que está levando desassossego a milhares de colegas desses sindicalizados.

Quantas decisões judiciais hoje há pela demissão de funcionários e pela recontratação através do concurso público pelo regime estatutário? Como vivem essas pessoas na iminência de serem demitidas, de perderem seu emprego? Acho que estamos aqui para debater isso. Eu e D. Inês Granada tivemos inúmeras conversas, a princípio mais agressivas, hoje menos agressivas, mas, mesmo assim, muito fortes. Eu não assino dissídio porque não há segurança jurídica para assinar. Quero proporcionar benefício para os funcionários que prestam serviço lá no meu conselho – são eles que levam o conselho, lógico, eles que conduzem as ações do conselho – e quero reconhecer aquela dedicação e fico impedido, porque corro o risco de sofrer uma ação de improbidade, porque estou oferecendo vantagens não previstas em lei. Há aí os acórdãos do TCU, as denúncias no Ministério Público, os inquéritos administrativos em andamento no momento por essas questões.

Então, acho que se me dissessem assim: "Viana, o regime é estatutário, a legislação determinou", olha, vamos seguir nele. A legislação decidiu que o regime é celetista, que maravilha! Vamos, então, fazer negociação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ AUGUSTO VIANA NETO – ... de dissídio, vamos analisar as vantagens que estão sendo requeridas pelo sindicato da base a favor daqueles funcionários com base nos recursos disponíveis e no Orçamento. Claro que vamos conversar, mas precisa-se de segurança jurídica. Hoje, ninguém tem segurança jurídica nem de lá nem de cá, isso não existe. É esse caminho que temos que buscar. Mas, é claro que pode ofender, não há o que fazer. Todos nós somos capazes de tomar uma bala perdida na rua; ofender, falar coisas absurdas, se está-se dizendo que há tantas irregularidades... Ora, por que não põe no papel e manda para o Ministério Público? Não precisa nem assinar embaixo. Para o TCU precisa-se assinar, mas para o Ministério Público não. Escreve-se a denúncia e se manda para lá. O que está lhe impedindo de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ AUGUSTO VIANA NETO – ... denunciar o seu gestor nas irregularidades que ele comete?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Concluindo.

O SR. JOSÉ AUGUSTO VIANA NETO – Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. José Augusto Viana Neto, Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, aqui representando o Fórum dos Conselhos Federais como convidado

Passarei a palavra ao Sr. Douglas de Almeida Cunha, Secretário da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal.

Douglas, eu lhe peço que observe um tempo máximo de cinco minutos, se for possível, para que a mesa possa, se houver necessidade, prorrogar por mais alguns minutos, assim como fizemos com o Sr. José Augusto.

O SR. DOUGLAS DE ALMEIDA CUNHA – *Ok.*

Em primeiro lugar, cumprimento o Muglia, advogado do Cofen, com quem tivemos bons embates. Entretanto, faço a ressalva de que todo processo de negociação contempla embates e é deles que nós alcançamos bons frutos, sobretudo quando há disponibilidade das duas partes em dialogar. No particular, reconheço no Muglia a figura de um excelente negociador.

É interessante que a primeira vez que eu tive contato com o Muglia foi num processo muito difícil no Coren-DF. Naquela oportunidade, havia uma briga política, com a queda do presidente e a volta do presidente anterior etc. Então, num belo dia, eu recebi denúncias lá no Sindicato, por meio de várias ligações anônimas, dizendo assim: "Pelo amor de Deus, venha aqui ao conselho, porque a gente está preso dentro de uma sala e não pode sair". Aí eu fui ao Coren. Lá, o segurança me disse: "Entra por aqui e vá lá na última sala". E eu cheguei lá, onde era a sala da Presidência, com os funcionários lá dentro. Eu fiquei lá em pé, olhando aquela movimentação, com o pessoal falando alto: "volta gestão, caiu liminar etc." Então, uma pessoa, que eu nem sabia quem era, só depois eu descobri que era a presidente do conselho – acho que o nome dela era Heloísa, se não me falha a memória –, voltou-se para mim e perguntou: "Quem é você?" Aí, eu disse: "Bom dia! Meu nome é Douglas e eu sou Secretário-Geral do Sindecof-DF". E ela perguntou: "O que você está fazendo aqui?" Ao que eu disse: "Não; a gente recebeu uma denúncia de que os funcionários não estariam podendo sair nem mesmo para ir ao banheiro". E ela retrucou: "E daí? Se isso estiver ocorrendo, o que você vai fazer?" Eu disse: "Nada; só vou chamar a polícia, porque cárcere privado é crime".

Essa é a relação que têm os conselhos.

Então, Muglia, a gente se conheceu em meio a um processo bem difícil.

Dessa forma, quando a gente começa a ver os processos dos conselhos, a gente começa também a refletir sobre algumas coisas. O companheiro Evaldo, que foi aqui lembrado pelo Marcos, em Sergipe, foi demitido do Coren sem processo administrativo. Mas, aí, a gente poderia dizer: "Ah, mas há uma incerteza jurídica sobre o caso dos trabalhadores em conselhos". Sim; mas há só um pequeno detalhe em relação ao caso do Evaldo: ele é diretor do sindicato, com estabilidade constitucional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DOUGLAS DE ALMEIDA CUNHA – Ele é diretor do Sindscoci e é diretor do Sindicato dos Enfermeiros... Mas ele é diretor de um sindicato!

Ou seja, nem o respeito à Constituição Federal se tem.

"Ah, mas é um caso isolado!" Nós temos "n" casos de dirigentes sindicais que, quando eleitos, os Conselhos demitem. Aqui temos um, que já foi demitido da OAB, o Gustavo.

E, aí, é interessante. A gente até brinca. Não se pode generalizar, mas, de forma geral, a OAB é quem descumpre a lei; a fisioterapia é, normalmente, onde você tem os piores casos de LER e DORT; nos Conselhos de Psicologia é onde se tem os casos de assédio moral; e, para fechar com chave de ouro, normalmente, nos Conselhos de Medicina não se aceita atestado médico.

É para rir, gente! (*Palmas.*)

Aí, nós temos alguns casos que são bem interessantes. Aqui, no DF, o Conselho Regional de Farmácia está há três anos sem recolher as verbas do INSS e do FGTS. Assim, demitiu um grupo de seis trabalhadores e, há três meses, o pessoal está sem receber as verbas rescisórias. Ou seja: simplesmente chegaram, bateram no ombro e disseram: "Olha, a porta é ali. Saia!"

Esse é o sistema democrático dos conselhos. E, aí, quando viemos aqui e fazemos uma fala dura, é porque o nosso lombo apanhou bastante, está calejado, está sofrido, está desgastado. Não somos radicais porque somos maus; é porque estamos sofrendo na pela uma situação que precisa ser mudada.

Nós precisamos do apoio do Ministério Público; nós precisamos do apoio do TCU. Nós, trabalhadores de conselhos, não aguentamos mais! Não aguentamos mais o Sindicato ir ao Conselho Federal de Farmácia, como aconteceu no início de 2011, distribuir o jornal com a decisão do RESP e, assim que o sindicato saiu de lá, o Presidente do Conselho colocar os assessores para recolher os exemplares do jornal das mãos de cada trabalhador do conselho. Não é possível irmos ao Conselho Federal de Química – e é bom que o Jesus esteja presente – e sermos expulsos pelos seguranças sem ter condições de sequer distribuir jornais aos funcionários. Essa é a relação que os conselhos têm com os trabalhadores, com os sindicados. Mas, assim, temos direito – não é Muglia? – de fazer denúncia a qualquer tempo, porque não vai acontecer nada. E, aí, começamos também a achar que tudo é igual. Não é. Essas são as exceções. Há muitos conselhos sérios.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Conclua, por favor.

O SR. DOUGLAS DE ALMEIDA CUNHA – Concluindo, com Cofen, temos tido uma relação muito tranquila; com o CFM, uma relação muito tranquila. Atualmente, com a OAB-DF, temos uma relação muito tranquila. Mas é como eu disse: existem, infelizmente, alguns conselhos que insistentemente querem perseguir o trabalhador. O que estamos pedindo é que, por favor, Senadora; por favor, Ministério Público; por favor, TCU; e por favor, gestores dos conselhos, nos ajudem a dizer o que somos, a resolver nosso problemas, porque só queremos trabalhar e desempenhar com maestria as nossas funções. Muito obrigado. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Douglas de almeida Cunha, representando a CUT (Central Única dos Trabalhadores) aqui, do DF.

Vou conceder a palavra ao Sr. Lídio José Ferreira da Silva Lima, auditor federal de controle Esterno do Tribunal de Contas da União, também pelo tempo de cinco minutos, prorrogáveis por mais um ou dois.

O SR. LÍDIO JOSÉ FERREIRA DA SILVA LIMA – Antes, eu queria fazer apenas um esclarecimento com relação ao número trazido, a despesa informada, sobre a RAIS, de 2013, de apenas um mês, que é o mês de outubro de 2013. A informação que consta da RAIS é informação dos próprios conselhos, que inserem esses dados na RAIS. Então, apenas coletamos essas informações e as trouxemos apenas para divulgar um número que foi apresentado. É lógico que, anualmente, esse valor deve ser multiplicado por 13, incluindo férias. Foram os próprios conselhos que informaram esses valores. O TCU, então, não tem a informação com ele, foi obtida da RAIS de 2013, apenas no mês de outubro.

Entendemos o seguinte: com relação ao que foi colocado pelo Sr. Marcos, acredito que, em se tratando de emprego público – até então, se caracteriza como emprego público o dos funcionários contratados pelos diversos conselhos – há que se observar o contraditório, a exemplo do que se faz no Banco do Brasil Caixa Econômica, que são também empregados públicos concursados. Isso não foi colocado na carteira porque ela é apenas uma orientação para os conselhos sobre vários procedimentos genéricos acerca da prestação de contas

e informações de algumas decisões que o próprio Tribunal tomou em relação ao regime de contratação, até então de forma demandada para o Tribunal.

Portanto, as decisões do TCU se dão em função do que a sociedade demanda do Tribunal em relação a denúncias e representações. O Tribunal decide em função da legislação que se tem na ocasião em que está sendo apreciado o fato, inclusive, com relação a decisões judiciais, tribunais superiores, que são também sempre levados em consideração. Até o momento, o que se tem decidido, no Tribunal, é o que foi trazido aqui na audiência pública. Logicamente, essas posições podem ser alteradas futuramente em função de alterações na legislação como também jurisprudência de tribunais superiores acerca do assunto tratado.

Vejo também, percebi ao longo dos debates, dificuldades operacionais. Até mencionei que o Ministério do Planejamento... Ele citou a dificuldade em relação à matrícula que foi mencionada, orçamento público, dotação orçamentária, o que fazer com os aposentados, os que já estão na situação de aposentados, regras de aposentadoria caso seja realizada a transposição dos funcionários para o regime estatutário. Isso se modificaria para cada grupo caso estivesse no conselho antes da Constituição ou se tivesse ingressado depois – a data do ingresso influencia também na regra da aposentadoria – se essas pessoas iriam ser incluídas no Funpresp ou não, se a aposentadoria se daria com paridade ou pela média.

Há o caso também dos pensionistas dos servidores que já foram aposentados e que ocasionalmente faleceram.

Então, para tudo isso não há uma definição clara de como fazer, e acredito que seja uma dificuldade operacional para que realmente as coisas aconteçam. E o orçamento, como será pago? O próprio conselho arcará com todas as despesas do aposentado, do pensionista ou a União? A iniciativa de lei para aprovar aumento salarial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LÍDIO JOSÉ FERREIRA DA SILVA LIMA – ... seria do Presidente da República? No mínimo, seria isso, porque são entidades vinculadas ao Poder Executivo.

Então, todos esses fatos, todas essas dificuldades precisam ser esclarecidas e colocadas no papel, para que as pessoas possam saber que caminho tomar para resolver o problema.

Então, foi isso que eu percebi na discussão.

O TCU também aceita sugestões com relação ao que foi apresentado, com relação à cartilha. Na cartilha, há o endereço e, no portal do tribunal, também, há telefones, endereço eletrônico da Ouvidoria, da CGCEX, para onde podem ser enviadas as sugestões ou propostas de alterações ou o que quer que seja em relação a esse assunto ou outros que acharem necessários.

Era o que eu queria falar para os senhores.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aqui agradecemos ao Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, o Sr. Lídio José Ferreira da Silva Lima. Obrigada pela cartilha, que é importante porque ela traz uma orientação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – – Eu quero pedir desculpas, mas, sobretudo, cumprimentar V. Exª, Senadora Ana Rita, que, como Presidente, abriu este espaço para essa interação entre os conselhos nacionais e as diversas representações de trabalhadores para bem esclarecer e proporcionar um diálogo, em que os representantes de trabalhadores possam expressar aqui o seu sentimento, dificuldades e tudo, mas também para que os conselhos estejam podendo ouvir este sentimento. Então, certamente, esta audiência significa um aprendizado muito importante, e passos positivos serão dados.

Tenho que pedir licença, Senadora Ana Rita, por uma emergência de obrigação como Senador. Então, não vou poder ficar mais tempo.

Parabéns a V. Exª e a todos que aqui têm contribuído para essa interação tão positiva.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Eduardo Suplicy, sempre muito parceiro da Comissão de Direitos Humanos, ajudando-nos muito aqui.

Senador Fleury, se V. Exª também quiser se manifestar, fique bastante à vontade, no momento oportuno, na hora em que assim o desejar – o Senador Fleury assumiu, recentemente, aqui no Senado Federal. Então, o senhor fique bastante à vontade para se manifestar.

Quer falar agora?

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Daqui a pouco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Daqui a pouquinho? Então, está bem.

Obrigada, Senador Suplicy, pela presença e pelo apoio.

Vou passar a palavra à Inês Granada Pedro, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional (Fenasera).

A SRª INÊS GRANADA PEDRO – Vou responder muito objetivamente, na verdade, a questão que foi levantada pela Senadora Ana Rita. Ela levantou uma questão inicial, fez uma pergunta aos membros da Mesa, e a Federação tem uma resposta muito sucinta a essa pergunta. Então, posso usar parte desses outros cinco minutos para, pelo menos, esclarecer dois pontos importantes.

Há essa questão do *e-mail* que veio dizendo que eu conversei com o Presidente do Cofeci, em que teria sido mencionado que eu era contra a aplicação do RJU e mudei de ideia. Eu queria deixar claro que não conheço o Presidente do Cofeci pessoalmente. Nunca o encontrei. Na verdade, não sei quem é. Lá em 2000, eu, de fato, conversei com o Presidente do Cofeci, mas não era essa pessoa que é presidente hoje. E, naquela ocasião, faço questão de lembrar aqui, eu estive lá, já como diretora da Fenasera – eu e outro colega ocupávamos a secretaria de comunicação –, e eu ouvi uma fala muito estimulante do Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis. Naquela ocasião, ele disse assim: olha, essa Adin que vocês conseguiram fazer aprovar – era a Adin nº 1717 – facilitou muito a minha vida, porque eu, agora, quando sou eleito presidente do conselho, não sou obrigado a ficar atendendo as pessoas que vêm me pedir emprego; quando elas vêm e invocam algum compromisso que elas tinham durante a minha campanha, posso dizer que estou impedido, porque agora eu tenho que fazer concurso público. Então, isso foi dito pelo Cofeci lá no comecinho dos anos 2000.

Infelizmente, não sei se o atual Presidente do Cofeci tem a mesma posição no assunto. Tenho a impressão de que não. E não tive ainda a oportunidade de encontrá-lo pessoalmente e falar sobre isso.

Então, há um equívoco acerca desse *e-mail* que foi dirigido.

Também esclareço que, como o presidente Viana registrou, temos tido muitas conversas. De fato, há muitos anos, eu o encontro, converso com o presidente Viana pela representação que tenho no sindicato de servidores de São Paulo, sindicato da minha categoria. Não sou eu que converso com ele; é o Sinsexpro e, agora, mais recentemente, a Fenasera, para ver se um dia conseguimos retomar os acordos coletivos de trabalho naquele conselho, o que não temos. Então, as nossas conversas são muito frequentes mesmo, mas com essa intenção.

Em relação à questão que foi levantada aqui, como resultado de todos os debates que estamos fazendo, que é o direcionamento de uma gestão na procuradoria – se entendi, é na procuradoria jurídica, em um órgão consultor jurídico aqui do Senado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É a consultoria.

A SRª INÊS GRANADA PEDRO – Sim; na consultoria jurídica, para encaminhar, em conjunto, a proposição de um projeto de lei, de iniciativa do Executivo que responda e regularmente todas essas questões da transposição para o RJU, que, como disse na minha primeira fala, para nós é um assunto resolvido. A federação, inclusive vou repetir, celebra essa iniciativa de regulamentarmos direitinho quais os desdobramentos da aplicação, porque a aplicação vai se dar. Quando analisados os embargos de declaração que foram movidos pelos conselhos, o STJ vai oficiar os conselhos para cumprir, para adotar o RJU – é simples assim. A decisão já está dada: os conselhos serão oficiados e vão adotar.

Sobre como exercitar, como fazer essa transposição, de fato, o que está evidenciado no nosso debate aqui é que há várias questões em aberto. Então, que os conselhos, a representação dos trabalhadores, as assessorias jurídicas, o TCU, o Ministério Público...

(*Soa a campainha.*)

A SRª INÊS GRANADA PEDRO – ... e, particularmente, a Comissão de Direitos Humanos, todos os que puderem contribuir, que o façam, para realizar esse encaminhamento da definição de como aplicar. A federação vê esse encaminhamento com muitos bons olhos; já pediu assento nas reuniões do grupo intercameral; tem sido convidada para as reuniões do Fórum dos Conselhos Federais. A colocação da Izaura foi a colocação da Direção da Fenasera – a Izaura é Diretora Jurídica da Fenasera; somos a mesma entidade.

Então, o que temos muito claro é isso: a lei, que já existe, até já faculta, permite acordos com embasamento jurídico de diversas dessas questões que os conselhos, os contrários, dizem que não estão respondidas. Mas estão, tanto quanto ao recolhimento do pagamento das aposentadorias, quanto ao recolhimento do INSS, do Fundo de Garantia.

(*Soa a campainha.*)

A SRª INÊS GRANADA PEDRO – Haveria já um espaço jurídico, uma garantia jurídica para resolvermos essas questões. Todavia, se é para encaminharmos um projeto através Executivo, vamos fazer isso; a federação concorda, sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada à Srª Inês Granada Pedro. (*Palmas.*)

A Srª Inês é Presidente da Fenasera. Obrigada pela presença e pela contribuição aqui.

Vou, agora, passar a palavra ao Sr. Jefferson da Silva Santos, que é o Presidente do Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional e Entidades Coligadas e Afins, de Sergipe.

O SR. JEFFERSON DA SILVA SANTOS – É um nome extenso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito! (*Risos.*)

O SR. JEFFERSON DA SILVA SANTOS – Vou falar, diretamente, sobre uma nota técnica que o Ministério do Planejamento fez.

O Conselho Regional de Odontologia de São Paulo encaminhou vários ofícios à Presidente da República, pedindo para que fossem criados os cargos nos conselhos de fiscalização. Estou com essa nota técnica na mão e, a meu ver, é muito complicado o posicionamento do Ministério do Planejamento.

O que ocorre é que, nos anos de 2007, 2008, 2009, o Conselho Regional de Odontologia encaminhou vários ofícios à Presidente da República, pedindo para criar os cargos nos conselhos de fiscalização. Em 2012, esses ofícios chegaram ao Ministério do Planejamento, que fez um nota técnica falando sobre assunto.

Vou ler uma parte para vocês, onde se diz:

Por todo o exposto, reitera-se a recomendação de que a pressão que determinados segmentos e o Ministério Público Federal vêm exercendo, para a aplicação do regime estatutário da Lei nº 8.112 aos servidores dos conselhos profissionais, precisa ser enfrentada pelo Poder Executivo, se necessário, em articulação com os Poderes Judiciário e Legislativo.

Essa é uma parte da conclusão da nota técnica do Ministério do Planejamento, que, em ofício ao Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, disse mais ou menos assim – vou ler também um trecho aqui que diz:

O assunto encontra-se em análise neste Ministério [e isso desde 2007, quando o conselho enviou os ofícios]. Lembramos que a questão não se resume à elaboração de lei para a criação de cargos para o exercício nesses conselhos. Os estudos têm que contemplar aspectos orçamentários e podem apontar para a possibilidade de reflexos na natureza jurídica dos conselhos, que poderia ser alterada, inclusive, com a perda de autonomia administrativa, financeira e a possibilidade de eleição de seus dirigentes pelos inscritos em cada um deles, [e o que me deixou mais indignado foi o final] o que não seria desejável neste momento.

O que não seria desejável neste momento para o Ministério do Planejamento? É não alterar a estrutura atual dos conselhos? Por que, se for para regulamentar uma matéria que o Judiciário está dizendo que é cabível... E o que é isso? O que não seria desejável? Porque precisamos entender o que não seria desejável – precisamos!

E eu até gostaria aqui de falar sobre uma parte da palavra de Inês, de que os conselhos, após a decisão dos embargos pelo Ministro Jorge Mussi, lá no Recurso Especial, seriam oficiados para o cumprimento – não é, Inês?

A SRª INÊS GRANADA PEDRO (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. JEFFERSON DA SILVA SANTOS – Acho que não. Acho que os conselhos vão entrar com recurso para o Supremo Tribunal Federal. Eu acho, porque, desde 90...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEFFERSON DA SILVA SANTOS – Então, só que eles fazem parte do processo.

Ocorre que, desde 90, o processo está em curso. Por que os conselhos não disseram que queriam aplicar o regime estatutário? "É o entendimento do Judiciário? Queremos aplicar. Aplico, mas me digam aqui como é". Por que tantos e tantos recursos? Mais de 20 anos uma ação judicial!

Certamente, muitos dos meus colegas dos sindicatos, à época, eram da minha idade. Será que eu, que entrei no Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe em 2011, por meio de concurso público, também vou chegar, daqui a 20 anos, se continuar no conselho, para esperar o regime estatutário novamente?

O Douglas falou: "Por favor, intercedam por nós". Vou além: eu suplico! Suplico ao Ministério Público Federal, à Comissão de Direitos Humanos que intercedam por nós, porque nós estamos sofrendo. Estávamos sofrendo calados, sem expôr a situação. A gente analisou e viu a necessidade de expôr para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEFFERSON DA SILVA SANTOS – ... a sociedade, por meio desta Casa, da Assembleia Legislativa de Sergipe, da Bahia, a situação, porque a sociedade precisa saber o que ocorre nos conselhos. E eu acho que isso a gente deve levar para o debate e construir uma solução, conjuntamente com os conselhos de fiscalização, o Poder Executivo e a classe trabalhadora.

Eu até proponho aqui à Mesa uma articulação para a gente chegar ao Executivo, porque, pelo que se vê das notas técnicas, o Executiva tenta se se esquivar, dizendo: "não é comigo, não é por aqui, não é desejável". Então, como a gente vai resolver? Este é o grande problema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Obrigada, Jefferson da Silva Santos, Presidente do Sindscoce do Estado, do Estado de Sergipe.

O Senador Fleury gostaria de se manifestar. Assim, vou pedir ao Dr. Alexandre para aguardar um minutinho, por favor, porque aqui os Senadores falam na hora em que acham que devem, não é isso?

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – É isso.

Quero cumprimentar V. Exª, que, nesta Comissão, tem mostrado equilíbrio a toda a população nacional que frequenta estas Comissões; e hoje V. Exª deu mais uma prova desse equilíbrio. Numa discussão em que a divergência foi muito maior do que convergência, V. Exª teve o equilíbrio de ouvir a todos e analisar as suas posições.

Jefferson, você pode ficar tranquilo, porque, enquanto a Senadora Ana Rita estiver nesta Comissão, todos vocês serão ouvidos e ela analisará caso a caso antes de uma decisão.

Pegando um gancho da palavra de V. Exª, acho que o grande passo seria a legalização pelo Executivo. Mas, com o pouco conhecimento que tenho, às vezes uma câmara setorial daria condições para que haja uma discussão, para que a senhora encaminhe ao Executivo a fim de regulamentar uma lei que atenda a ambas as partes, em um só local para o julgamento.

Seriam essas as minhas palavras, mais uma vez cumprimentando a senhora por presidir esta Comissão com tanta tranquilidade, com tanto pulso e sempre ouvindo e deixando todos falaram pelo tempo necessário.

Parabéns, Senadora! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Fleury.

Assim que concluirmos aqui as falas dos nossos convidados, vamos fazer alguns encaminhamentos.

Passo a palavra, agora, ao Procurador Regional da República da 1ª Região, o Sr. Alexandre Amaral.

O SR. ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI – Obrigado, Excelência. Eu me aterei aos cinco minutos.

Resumindo: se o assunto estivesse resolvido e bastasse esperar a decisão do STJ nos embargos e na sequência oficiar, nós não estaríamos aqui. O assunto não é simples. O assunto, pelo menos na leitura do Ministério Público Federal, está longe de ser resolvido. Uma vitória jurídica que não é implementável não é vitória ou pelo menos não é jurídica; ela pode ser política. Então, é fundamental, pelo menos na nossa leitura, que se pense em alternativas a essa estratégia jurídica.

Felizmente, na nossa sociedade, o movimento social organizado – e aqui vemos que há vários sindicatos organizados – não precisa de tutores. Os sindicatos e as suas federações estabelecem a sua estratégia. Cabe aos senhores refletir, à luz desse contexto, para identificar se vão seguir o discurso de que a solução já está dada pela lei, a Corte maior do País já decidiu e é isso, ou seja, esse é o caminho.

A visão institucional do Ministério Público, que não é tutor dos sindicatos... Os sindicatos, felizmente, numa democracia são absolutamente livres para escolher a sua estratégia. A decisão institucional do Ministério Público é de que não se justifica seguirmos tentando a via judicial quando se percebe que isso não é implementável. Não adianta a afirmação de que o regime jurídico é único se nós não temos o número de cargos, se nós não temos remuneração.

A Lei nº 8.112, nos seus arts. 2º e 3º, estabelece, claramente, que servidor é ocupante de cargo e que cargo público é previsto em lei. Se não há uma lei prevendo aquele cargo, não há como se dizer qual é a remuneração.

Então, é uma decisão que está posta, antes mesmo da decisão do Parlamento: é a decisão a ser tomada pelas lideranças sindicais aqui presentes. E longe de mim querer indicar o caminho. Eu acho que os senhores são todos absolutamente mais capacitados para decidir esse caminho do que eu poderia indicar. O que é fundamental dizer é que o Ministério Público Federal se convenceu de que não é uma questão simplesmente a ser buscada no Judiciário, porque as decisões judicais que estão aí, inclusive a da mais alta Corte do País em termos de interpretação de lei federal não se implementaram e não têm viabilidade de implementação.

Então, parece-nos fundamental – e aqui vai uma mera sugestão – que o movimento organizado comece a pensar nas alternativas de proposta de lei descendo aos detalhes que são importantes. Por exemplo: vocês, melhor do que qualquer um de nós, conhecem a realidade dos conselhos. Então, vocês têm condições de fazer a identificação de todos os conselhos, quantos são os profissionais de cada conselho, consequentemente, quantos seriam os cargos – isso porque o número de empregados vai corresponder ao número de cargos – e qual a remuneração.

Questões levantadas, como até que ponto é possível remuneração similar em conselhos com estruturas muito diferentes, são muito relevantes. E, no nosso entender, essas respostas têm que ser dadas por vocês também na discussão do processo. Até que ponto se pode pensar numa unificação de valores também, já que não é só a questão da estabilidade; há que se pensar na remuneração. As duas questões passam pela legislação.

Assim, a sugestão de encaminhamento é de que se trabalhe, pelo menos como uma alternativa à estratégia judicial, a elaboração desse anteprojeto, descendo a detalhes fundamentais: número e remuneração. Não adianta apenas pensar na lógica: "Ah, é servidor, é estável e está resolvido!" Não. Precisa saber do número de cargos e da remuneração.

E a solução do art. 243, Jefferson – eu me permito opinar nesse ponto -, é de muito difícil implementação, porque, se o 243 for aplicável, então essa solução retroage a 90. Se o 243 é a solução, então, desde 1990, são todos servidores públicos. E aí veio uma lei, de 1998, que disse que o regime era celetista, e esta não foi declarada inconstitucional pelo Supremo.

Então, com todo respeito, só participando de um debate democrático, parece-me que o caminho do 243 não é o melhor. O melhor caminho mesmo é pensar num projeto de lei que desça a esses detalhes: cargos e remuneração. Nesse aspecto, está disponível o Ministério Público a ser futuramente procurado – possivelmente, não por mim, mas pelo colega André Bertuol, que é o coordenador do nosso grupo de trabalho – para apresentar algumas sugestões, que, ressalto, precisarão passar pelo nosso encontro que vai se realizar agora, nos dias 22 e 23 de setembro, quando, aí sim, teremos uma posição institucional sobre esses pontos também.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Alexandre Amaral.

Desculpe-me a campainha. Se o senhor sentir necessidade de complementar...

O SR. ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI (*Fora do microfone.*) – Não, nada mais, Excelência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A participação do senhor aqui pelo Ministério Público é muito importante.

Eu vou conceder a palavra à nossa Deputada Estadual Ana Lúcia Vieira Menezes, do Estado de Sergipe.

A SRª ANA LÚCIA VIEIRA MENEZES – Neste momento, quero reconhecer a importância do Parlamento para a consolidação da democracia neste País. Acho que, hoje, fizemos esse exercício de escutar a sociedade, de escutar as organizações e de escutar também os agentes públicos, os Poderes constituídos, para que possamos buscar caminhos para solucionarmos graves problemas como esse que vocês estão vivendo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe não pode ter uma relação direta de buscar soluções para esse problema. Foi isso que eu disse ao Jefferson e a todos que fazem o sindicato lá em Sergipe, à Central Única dos Trabalhadores. Entretanto, eu disse também que a Assembleia Legislativa, por meio da Comissão de Direitos Humanos, iria escutar vocês. É papel da Assembleia Legislativa, como é do Congresso Nacional, escutar a sociedade. Acho que o exercício da ausculta ajuda muito a consolidar a democracia, porque nos ajuda a ter o exercício da tolerância, do dissenso e do consenso. Aqui, nós vimos realmente posições antagônicas, mas é necessário que o Poder Legislativo escute esse antagonismo. Nesse sentido, acho que esta audiência pública é vitoriosa, porque, tenho certeza, os encaminhamentos, a partir daqui, vão buscar dar soluções a graves problemas.

Os conselhos dos profissionais são órgãos cujos trabalhadores são profissionais daquela mesma área. Então, o primeiro apelo que faço, com o Ministério Público aqui presente, com a Advocacia da União, com o Procurador de um conselho importante, que é o de Enfermagem, é que precisamos exercitar melhor o diálogo. A situação de Sergipe é muito grave na área de enfermagem e não é de agora. Nós já tivemos problemas sérios de prisão, inclusive, e eram enfermeiros de lá, de Sergipe, que estavam dirigindo a instituição em nível nacional.

Peço um olhar muito especial para Sergipe, para o que estamos vivendo neste momento. Já tentei mediar com a Central Única, mas ainda não conseguimos. Parece-me que, às vezes, quando as pessoas são eleitas para dirigir um conselho, incorporam muito a vontade de poder. O Nietzsche já nos dizia isso: todos nós temos essa vontade de poder, mas precisamos aprender a equilibrar essa vontade de poder.

E esses trabalhadores são estratégicos para todos nós. Há três meses uma criança faleceu, os seus pais e sua irmãzinha quase também foram a óbito, porque eles passaram 48 horas embaixo dos escombros de um edifício cujo proprietário construiu seis andares para uma planta que poderia comportar, no máximo, quatro. O Poder Público foi omisso, como também o Conselho Regional de Engenharia.

Então, são essas coisas...

Por exemplo, questão da merenda, no caso dos nutricionistas, como o representante do Fórum dos Conselhos aqui exemplificou. Nós temos muitas denúncias acerca do problema, inclusive de que a merenda escolar tem que passar pelo crivo de uma nutricionista, mas a maioria dos Municípios não contrata nutricionistas. Essas são coisas que, a meu ver, são de atribuição do conselho e, principalmente, daquele que fez concurso para ser fiscal do conselho.

Por exemplo, lá em Sergipe, a partir do depoimento deles, eu comecei a perceber que, na verdade, nós, que fomos eleitos, é que temos que fiscalizar, e não é bem isso.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA LÚCIA VIEIRA MENEZES – São os concursador que têm que fiscalizar. Os eleitos, como são competentes também da área, entendem da área, vão dialogar com os funcionários naquele conselho, para ver exatamente o parecer, o encaminhamento, em defesa da sociedade. Os conselhos existem, para fortalecer a sociedade, o cidadão e a cidadã, nos seus direitos.

Portanto, fica aqui o apelo para uma melhor relação dos conselheiros eleitos com os funcionários ou empregados de cada conselho.

E, Senadora Ana Rita, mais uma vez, gostaria de parabenizá-la. Infelizmente, só vamos ter até dezembro a sua presença aqui, porque hoje concorre para Deputada estadual – um equívoco do nosso Partido. Mas, mais uma vez, gostaria de parabenizá-la.

E tenho certeza de que o melhor encaminhamento talvez seja este: o de buscarmos assessoria aqui no Parlamento...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA LÚCIA VIEIRA MENEZES – ... e de indicarmos ao Poder Executivo.

Com certeza, os trabalhadores não vão poder abrir mão daquilo em que já foram vitoriosos. Então, como a Suprema Corte tem uma interpretação, cabe-nos, agora, buscar a implementação, que precisa de regulamentação; então, vamos regulamentar.

Percebo que esse é o encaminhamento que a Senadora está dando, e é o melhor encaminhamento, que é também o indicativo do Ministério Público Federal, que, hoje, sai muito mais rico, não só com as informações que já vai levar – informações do sergipano, do Jefferson –, mas também no sentido dessa mediação. Os senhores defendem, a sociedade, o exercício da cidadania. E, lá, temos uma parceria muito boa nessa área de mediação de conflitos, seja ambiental, seja com os quilombolas, em todas as áreas de conflito.

Assim, acho que o senhor também vai levar essa preocupação e vai, agora, preocupar-se com um diálogo mais constante...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA LÚCIA VIEIRA MENEZES – ... com esses conselhos, para que possamos ajudar numa nova caminhada, uma caminhada do exercício pleno dos trabalhadores do conselho, do exercício pleno também dos conselheiros. E que possamos, de fato, regulamentar e que todos vocês tenham direito adquirido e o pleno exercício dos seus direitos.

Era isso que queria colocar.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, o espaço. Acho que provocamos em Sergipe, provocamos na Bahia e, hoje, a nossa Senadora traz, para que todo o Brasil comece a pensar e refletir sobre os rumos de uma nova caminhada.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Deputada Ana Lúcia, pela sua presença, pela contribuição.

Realmente, nós fomos provocados em relação ao tema quando de uma ida nossa a Sergipe, para debater outras questões relacionadas ao período da ditadura militar. Foi uma audiência belíssima, muito participativa. E, naquele momento, os trabalhadores do seu Estado trouxeram essa demanda, como outros aqui nos provocaram também. Recebemos documentos no nosso gabinete, recebemos representantes de algumas categorias que trouxeram também essa demanda.

Então, a realização desta audiência pública é de fundamental importância, porque é preciso, sim, dar uma resposta e dar um encaminhamento que possa atender a essas necessidades que vocês aqui levantaram tão bem, com muito propriedade. É claro, há opiniões diferentes, o que é muito natural, mas também há sugestões, para que possamos avançar.

Então, como encaminhamento desta audiência... Conversando aqui com o Douglas, com a Inês, com o Jefferson, trocando algumas informações; conversando com a nossa assessoria da Comissão de Direitos Humanos, lembrava que é prática desta Comissão, toda vez que fazemos audiências públicas, definir alguns encaminhamentos para as autoridades competentes. E um dos encaminhamentos que já fizemos em outros momentos e que penso que seja o mais pertinente para esta audiência pública – e quero ver se há concordância aqui – é o de que tiremos aqui uma comissão de trabalho que possa construir uma proposta de projeto legislativo. Sinto que aqui há esse acordo, inclusive o Procurador se manifestou também nesse sentido, qual seja, o de que precisamos ter uma legislação que discipline melhor essas relações. Se não há uma legislação, as pessoas ficam muito vulneráveis na hora de tomar alguma decisão, de tomar alguns encaminhamentos, inclusive, o órgão de fiscalização que é o Tribunal de Contas da União. Nós não podemos somente conviver com decisões do Supremo, o Legislativo tem a responsabilidade de disciplinar essas questões e de construir uma legislação que atenda às demandas, que atenda às necessidades.

Para isso, nós precisamos ter um grupo aqui, na minha opinião, que tenha representação, se possível, do Executivo, do Legislativo e, não sei se é possível, do Tribunal de Contas. Que nós possamos aqui construir um colegiado que possa, no debate, a partir do que já há de reflexão acumulada, elaborar esse projeto de lei.

Esta Comissão de Direitos Humanos é diferente das demais comissões daqui, do Senado Federal. Ela tem um valor que eu considero fundamental e que precisa ser mantido e preservado, porque ela é uma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. É a única comissão que pode receber sugestões de projetos de lei ou através do Portal e-Cidadania ou através de alguma entidade que possa subscrever uma iniciativa de projeto de lei que pode ser acolhida pela Comissão de Direitos Humanos.

Como eu vejo que nós podemos encaminhar? Uma comissão de trabalho, que poderá oferecer à Comissão de Direitos Humanos, com o apoio de diversas entidades... Nós receberemos, a porta de entrada pode ser esta Comissão. Ao analisar, com certeza, a comissão vai avaliar que não poderá acolher, porque deve ser uma iniciativa do Executivo, porque gera despesa e cria cargos, mas nós poderemos encaminhar para o Executivo como uma contribuição da Comissão de Direitos Humanos do Senado para que o Executivo analise e, se achar pertinente, o que eu espero que assim aconteça, poderá fazer as alterações que julgar necessárias e encaminhar para cá um outro projeto de iniciativa do Executivo. Nosso papel vai ser o de provocar, o de ser o provocador. Eu acho que é importante construir algo que seja factível, que seja possível de o Executivo acolher. Então, nós temos de ter a capacidade e de ter o apoio dos órgãos de fiscalização e do próprio Ministério Público, para que possamos, na medida do possível, construir algo que esteja dentro das possibilidades de o Executivo acolher. Na medida do possível, também podemos trazer pessoas do Executivo, de preferência do Planejamento ou da Casa Civil ou do Ministério do Trabalho, mas eu acho que seria interessante que fosse alguém do Planejamento.

Esta Comissão de Direitos Humanos, neste primeiro momento, poderia ser a coordenadora dessa discussão. Nós poderemos usar o espaço daqui, do Senado, poderemos usar esta sala ou uma outra sala da Comissão de Direitos Humanos. Poderemos ficar encarregados da mobilização das pessoas e da articulação dessa reunião. A nossa Comissão tem cumprido essa tarefa com outras comissões, frutos também de desdobramentos de audiências públicas.

O que nós precisamos acordar é quem nós vamos convidar para compor essa comissão, se é possível fecharmos isso aqui ou se poderemos continuar dialogando e construir a comissão que Douglas sugeria, não é, Douglas? Talvez você pudesse ajudar aqui. Que ela tivesse a participação do Governo, do Legislativo. Não é isso?

O SR. DOUGLAS DE ALMEIDA CUNHA – Do Ministério Público, do TCU, representantes dos trabalhadores e representantes dos gestores, além do Legislativo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, seria uma comissão que tivesse representação do Legislativo – no caso, do Senado Federal, talvez trazendo alguém da Câmara, porque é um projeto que, depois, vai passar pelas duas Casas –, a participação do Executivo, a participação do Tribunal de Contas...

O SR. DOUGLAS DE ALMEIDA CUNHA – Do Ministério Público.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Do Ministério Público e também dos trabalhadores.

O SR. DOUGLAS DE ALMEIDA CUNHA – E dos gestores de conselhos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E dos gestores.

Nós não podemos ter uma comissão muito grande.

A SRª ANA LÚCIA VIEIRA MENEZES – Eu acho que a AGU era importante, porque eles vão dar parecer...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E da AGU.

Eu consulto se é possível vocês darem uma resposta agora – ou se poderão falar depois – sobre a possibilidade de o Tribunal de Contas e o Ministério Público terem assento nesta Comissão.

O SR. ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI – Excelência, não tenho condições de dar a resposta agora porque seria consultada a Drª Ela Castilho, que é Coordenadora da 1ª Câmara. Com certeza, posso, desde logo, dizer que nós nos disporíamos a comparecer a uma ou duas reuniões desta Comissão para apresentarmos algumas sugestões. Agora, para integrar a Comissão, eu não poderia falar isso sem consultar a Coordenadora da 1ª Câmara, a Drª Ela Castilho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, podemos contar, com certeza, com o apoio e com a contribuição, em termos de informações e de reflexões aqui, na Comissão.

O SR. ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI – Sem dúvida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pergunto ao TCU, da mesma maneira, porque são órgãos controladores. A gente precisa...

O SR. LÍDIO JOSÉ FERREIRA DA SILVA LIMA – Eu, inicialmente, não poderia falar em nome do TCU sobre a participação na Comissão, mas, com certeza, o TCU não vai se furtar a ajudar nos trabalhos. Isso cabe ao Presidente do Tribunal decidir, inclusive sobre quem irá compor a Comissão, enviar o nome para indicação e tudo mais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Entendo que, talvez, no decorrer das reuniões da Comissão, os órgãos, tanto o Ministério Público quanto o TCU e AGU, serem convidados para pode-

rem se manifestar sobre uma questão ou outra, mas que haveria um grupo fixo para ajudar na construção do projeto de lei.

Acho que nós poderemos encaminhar dessa forma. Será mais prudente e viável. E vamos consultar o Executivo e o Planejamento, ouvindo o Planejamento para saber se se dispõe a estar nesta Comissão ou indica algum outro ministério que poderá cumprir essa tarefa ou que tenha um procedimento da mesma forma. De qualquer maneira, a Comissão de Direitos Humanos terá esse papel e precisamos obter de vocês – e dialoguem entre vocês – quem representa os trabalhadores e quem representa os gestores nesta Comissão. São várias entidades, talvez não seja possível definir isso agora, mas que vocês, em comum acordo, façam as indicações para a Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e, assim que as indicações chegarem, tomaremos a providência de convocar a primeira reunião na qual definiremos os procedimentos de funcionamento da Comissão.

Vou solicitar à Consultoria do Senado que participe dessas reuniões, ajudando-nos, inclusive, no levantamento de informações. Vamos trabalhar em conjunto. A ideia, e conforme a Deputada Ana Lúcia disse, é contribuir com essa discussão, o nosso mandato aqui vai até o final do ano; se nós pudermos avançar nessa discussão ainda nesses meses que nos restam, será muito importante. Então, definiríamos um prazo pelo menos de dois meses, que imagino seja razoável, que possamos ter minimamente uma proposta para que possamos fazer os devidos encaminhamentos.

Pelo menos, até o final do mês de novembro, vamos ver se conseguimos ter algo construído aqui e vamos contar muito com a ajuda e com a contribuição de vocês para que possamos de fato dar um pontapé inicial na solução do problema de vocês. Sabemos que ainda há um longo caminho pela frente, não será simples, isso vai exigir do Congresso um profundo debate, com certeza, mas, principalmente, dentro do Executivo. Então, nós não vamos atropelar, mas queremos agilizar para que vocês possam ter uma resposta por parte do Legislativo o mais breve possível.

Então, ficamos com esse encaminhamento.

Há concordância com esse encaminhamento?

Consulto a Mesa se há concordância. (*Pausa.*)

Podemos encaminhar dessa forma.

Então, quero agradecer a presença de todos vocês, quero agradecer a presença de todos que estão nesta sala, representando aqui as diversas entidades, agradecer a presença de todos os que estão na outra sala, a Sala 3, que também acompanharam o debate pelo telão.

Agradeço ao Dr. Alexandre Amaral, Procurador Regional da República da 1ª Região; ao Dr. Lídio José Ferreira da Silva Lima, Auditor Federal do Tribunal de Contas da União; à Deputada Ana Lúcia Vieira Menezes, do Estado de Sergipe; ao Douglas de Almeida Cunha, representando a Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal; à Inês Granada Pedro, Presidenta da Fenasera (Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional), ao Sr. José Augusto Viana Neto, Coordenador do Fórum dos Conselhos Federais e também Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, ao Sr. Jefferson da Silva Santos, Presidente do Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional nas Entidades Coligadas e Afins do Estado de Sergipe.

Agradeço também ao Luiz Gustavo, Procurador-Geral do Conselho Federal de Enfermagem, que aqui se manifestou, à Izaura Dias Moreira, Diretora Jurídica da Federação do Sindifisc-PR, e ao Marcos Costa, também Assessor Parlamentar do Sinsercon-BA, que aqui também se manifestou. E agradecer a nossa equipe da Comissão de Direitos Humanos, a todos os nossos assessores, a todos vocês que estiveram presentes aqui.

Esse diálogo vai permanecer. Posteriormente, talvez, assim que a Comissão concluir seus trabalhos, poderemos fazer uma nova audiência pública, e aí já para debater o projeto apresentado pela Comissão, quem sabe, se houver tempo ainda este ano. Se não houver tempo este ano, nosso compromisso é de deixar isso como tarefa para o próximo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aqui, do Senado Federal.

Um grande abraço para todos vocês.

Obrigada a todos os internautas que tanto se manifestaram pela internet e, também, aquelas pessoas que se manifestaram pelo Alô Senado, pelas contribuições aqui oferecidas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

E solicito a vocês que permaneçam mais um pouco. Solicito às pessoas que estão na sala 3 que venham para cá, para que possamos tirar uma foto, para registro da Comissão de Direitos Humanos, mas também para registro de todos vocês.

Muito obrigada.

Um abraço para cada um e para cada uma. (*Palmas.*)

(Iniciada às 09 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 14 HORAS, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e oito minutos do dia três de setembro de dois mil e quatorze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Ana Rita e João Capiberibe. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 67 de 2014-CDH, de autoria do Senador João Capiberibe, aprovado em 16/07/2014, para debater sobre: "a escalada de violência contra ativistas de movimentos sociais de caráter socioambiental, relacionada à exploração ilegal de madeira na Região Amazônica". A Senhora Presidenta comunica que a audiência pública é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado. Às quatorze horas e onze minutos a Senhora Presidenta faz suas considerações e passa a presidência para o Senador João Capiberibe. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais. Às quatorze horas e dezessete minutos a reunião é interrompida repentinamente por falta de energia elétrica. Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos é reiniciada a reunião no plenário número 15 da Ala Alexandre Costa. O Senhor Presidente finaliza suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra para os expositores nesta ordem: Luciano de Meneses Evaristo, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – DIPRO/IBAMA – Ministério do Meio Ambiente; Adalton de Almeida Martins, Delegado de Polícia Federal da Divisão de Combate aos Crimes ao Meio Ambiente – Ministério da Justiça; Marcio Astrini, Representante do Greenpeace Brasil na Campanha de Combate à Madeira Ilegal na Região Amazônica; Maria Darlene Braga Martins, Representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT; Claudelice Silva dos Santos, Irmã do extrativista José Cláudio Ribeiro da Silva; Antônio Vasconcelos, Presidente da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi – APADRITI; O Senhor Presidente lê mensagens de cidadãos recebidas por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. Às quinze horas e dezessete minutos o Senhor Presidente devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. Às quatorze horas e vinte e nove minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador João Capiberibe. O Senhor Presidente concede a palavra a pessoas presentes no plenário, nesta ordem: Clodoaldo Ramos Pontes, representante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS; Eraldo Pantoja da Costa de Gurupá – PA; e Benedito Clemente de Souza. O Senhor Presidente João Capiberibe faz os seguintes encaminhamentos: 1) criar no Senado um painel fotográfico de pessoas que denunciaram crimes durante audiências públicas, incluindo a presente, e que estão ameaçadas de morte. O painel deve conter uma biografia resumida de cada pessoa; 2) requerer ao Ministério da Justiça a proteção das pessoas que estão ameaçadas, que prestaram depoimentos e denunciaram crimes no Senado Federal; 3) denunciar ao CNJ a lentidão do judiciário; 4) apoiar a realização de audiências públicas com os Governadores e Secretários de Segurança Pública dos Estados em que há exploração ilegal de madeira e ameaça às comunidades que combatem essa atividade, para obter informações acerca das providências que serão efetivadas para proteger o cidadão ameaçado; 5) solicitar ao Ministério Público, ao Ibama e ao Ministério da Justiça, presentes à mesa, que tomem as providências cabíveis em relação às denúncias feitas pelas Senhoras Claudelice e Maria Darlene; 6) solicitar informações sobre os inquéritos policiais instaurados no Acre nos últimos 5 anos, que tratem de exploração ilegal de madeira e ameaça a ativistas; 7) apoiar a revisão imediata de todos os planos de manejo aprovados pelos estados, que envolvam a exploração de madeira; 8) realizar um amplo debate com a sociedade sobre um novo sistema para controlar a madeira que sai da Amazônia, bem como propor ao Executivo que faça o mesmo; 9) criar mecanismos para exigir dos Estados que controlam a extração de madeira nativa que tornem transparente os processos relacionados à atividade. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores e Senadoras Ana Rita e João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e vinte e um minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 57ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 67, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador João Capiberibe, aprovado em 16 de julho de 2014, para debater sobre a escalada de violência contra ativistas de movimentos sociais de caráter socioambiental, relacionada à exploração ilegal de madeira na Região Amazônica.

Esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – link: http://bit.ly/diferenciativa, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Boa tarde a todos vocês! É um prazer recebê-los aqui.

Faço a abertura desta audiência pública com um prazer muito grande, porque vamos debater um tema extremamente importante. E espero que esta audiência realmente possa produzir encaminhamentos positivos, encaminhamentos que possam ajudar a enfrentar essa escalada de violência que acontece nessa região da Amazônia, em função da exploração de madeira.

Esta audiência pública foi solicitada pelo Senador João Capiberibe, que é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a quem passo a palavra e a Presidência da Comissão, para que possa conduzir os trabalhos desta reunião.

Por favor, Senador João Capiberibe, sente-se aqui para compor a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Boa tarde a todos e a todas!

Meus cumprimentos à Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e àqueles que nos acompanham pela TV Senado.

Para iniciar este importante debate, farei uma breve contextualização da conjuntura nos nove Estados integrantes da Região Amazônica.

A Amazônia ainda está submetida, infelizmente, a uma contundente condição de exploração colonial, o que vem acontecendo há 400 anos. Os exemplos da colonização da Argélia e da Indochina, além de outras áreas coloniais, podem ser usados parcialmente para balizar a compreensão do que vem ocorrendo na Amazônia nos últimos anos.

A lógica de mundo adotada pela globalização aplicada hoje na Amazônia é claramente derivada da compreensão adotada na era do descobrimento, no século 15. Trata-se de uma mesma mentalidade aplicada cinco séculos depois, usando novos atores e novos métodos, porém com os mesmos interesses: exploração econômica dos recursos, degradação ambiental e sujeição sociocultural dos povos.

O norte da África – e acrescentaria a África por inteiro – possui muitas semelhanças analíticas com a Amazônia nesse aspecto. Os colonos franceses na Argélia, por exemplo, se tornaram latifundiários em terras que antes pertenciam de forma coletiva à comunidade. Esse foi o procedimento do colonialismo na África, incluindo aí o colonialismo português na Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, onde eles ocupavam as terras ancestrais para produzir para o mercado internacional.

O mesmo processo ocorre na Amazônia, esse mesmo procedimento ocorre na Amazônia, tendo iniciado nos anos de 1950 e se intensificado nos anos de 1970. Na África, os colonizadores eram controladores de toda logística de transporte, navegação mercante, comunicações e todos os interesses eram direcionados à metrópole. Nós vivemos isso com a extração do látex na Amazônia, em que o controle era exercido pelos financiadores externos. Houve o recrutamento de nordestinos, milhares de pessoas à Amazônia para atender a essa demanda externa do capitalismo global.

Na Amazônia, a parcela mais significativa da economia também pode ser enquadrada nessa linha de análise, visto que o grande capital proveniente do centro-sul do Brasil e do exterior – ou seja, de fora da Amazônia – controla os pilares econômicos, que são os principais agentes de transformação da região.

É um processo histórico que ainda hoje continua sendo promovido pelo planejamento estratégico do Estado brasileiro. Isso ocorre em sintonia com os interesses das grandes corporações nacionais e internacionais da mineração, geração de energia, agronegócios e toda sua cadeia de ilegalidades, desmatamentos, crimes ambientais, crimes políticos e violações de direitos humanos.

O modelo de desenvolvimento e a dinâmica socioeconômica que o Brasil e o mundo impõem à Amazônia estão produzindo uma tragédia com o nosso povo e uma barbárie com a biodiversidade da região. Trata-se de um conflito entre exploradores e explorados claramente delimitado entre ricos e pobres, o que a análise materialista convencionou chamar de luta de classes. O componente adicional dessa luta hoje é o ataque ao meio ambiente. Defender o meio ambiente atualmente significa defender trabalhadores rurais, populações indígenas, comunidades extrativistas, enfim, defender o povo explorado da Amazônia. Talvez a Amazônia seja hoje o último grande território de complexidade biodiversa do Globo que ainda não foi integralmente incorporada pelo capitalismo. O Estado brasileiro acoplado às grandes empresas infelizmente continua promovendo essa invasão na região com mão de ferro, coração gelado e o dedo no gatilho. A Amazônia, com cerca de 25

milhões de habitantes é uma região de duplo interesse estratégico para o imperialismo e para o capitalismo brasileiro, primeiro, devido à magnitude financeira dos recursos genéticos, minerais, hídricos, energéticos, florestais, antropológicos e outros; em segundo lugar, em decorrência da importância da Amazônia para o equilíbrio climático global e para o clima no Brasil.

Na última década, o Brasil avançou na redução dos índices de desmatamento, entretanto, ainda estamos longe de vencer essa batalha, principalmente devido à ameaça imposta pelas recentes flexibilizações das regras de proteção ambiental ocorridas nos últimos cinco anos, como o novo Código Florestal, a redução da unidade de conservação e a mudança nas regras de licenciamento ambiental, entre outros. A redução dos índices de desmatamento alcançada nas últimas duas décadas no Brasil foi resultante de uma série de medidas adotadas pelo Poder Executivo e pelo Congresso Nacional. Dentre elas, destaco a promulgação da Lei de Crimes Ambientais em 1998, a edição da Medida Provisória 2.166, de 2001, que ampliou os limites das áreas florestais de reserva legal na Amazônia para 80%, o que foi duramente contestado por aqueles que queriam avançar a fronteira agrícola na região.

Opa, o que foi que aconteceu? (*Pausa.*)

Atenção, por favor!

O áudio está funcionando, mas nós não podemos registrar a imagem. Então, nós vamos suspender até que volte a energia. Então, retornaremos à reunião.

(Suspensa às 14 horas e 22 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito bem. Vamos retomar.

Desculpem o transtorno, essa inconveniência, principalmente para os que se deslocaram de longa distância. Lamentamos o ocorrido, mas vamos retomar a reunião.

Queria apenas concluir afirmando que a CDH do Senado não descansará um segundo para apoiar a luta daqueles que insistem em preservar a nossa região, insistem em construir um caminho diferente para a Amazônia. Nós, aqui, estamos abertos em defesa daqueles que não têm voz, em defesa dos que são mais vulneráveis. Temos feito um esforço, através da nossa Presidente Ana Rita, de ouvir sempre aqueles que vivem mais distante, aqueles que estão cercados pela brutalidade, pela violência do latifúndio, do avanço da fronteira agrícola, da mineração, enfim, dos que causam sofrimento ao nosso povo. A luta, o sacrifício de Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Paulo Fonteles, Fusquinha, Doutor, Irmãos Canutos, dos massacrados em Corumbiara, em Eldorado dos Carajás, Zé Cláudio, Maria do Espírito Santo, e daqui a pouco vamos ouvir sua irmã, e de todas as vítimas da violência do caráter colonial do modelo para nossa Amazônia... Na verdade, temos esperança de que, em algum momento, possamos retomar um novo caminho de reconstrução do desenvolvimento em sintonia com a diversidade da nossa região, em respeito à cultura dos nossos povos e à nossa história. Certamente não vamos esmorecer diante do enorme desafio que temos pela frente.

Portanto, para nós, é uma satisfação recebê-los aqui, ouvi-los e encaminhar aquilo que for da nossa alçada, aquilo que for da nossa competência, através da nossa Comissão, da Presidência da nossa Comissão.

Sem mais demora, vamos então... Sei que várias pessoas se deslocaram para cá e gostariam de se manifestar. Na medida do possível, vamos permitir que isso aconteça, mas vamos respeitar os expositores, aqueles que estão aqui inscritos.

Começo a chamar por Marcio Astrini, representante do Greenpeace Brasil na Campanha de Combate à Madeira Ilegal na Região Amazônica. (*Palmas.*)

Convido Antônio Vasconcelos, Presidente da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (Apadriti). (*Palmas.*)

Convido Maria Darlene Braga Martins, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT). (*Palmas.*)

Seja bem-vinda.

Convido Claudelice Silva dos Santos, irmã do extrativista José Cláudio Ribeiro da Silva, assassinado pelos predadores da natureza. (*Palmas.*)

Convido também Luciano de Meneses Evaristo, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Na verdade, nós tínhamos convidado a Ministra do Meio Ambiente, mas ela nos enviou aqui um representante.

Seja muito bem-vindo. (*Palmas.*)

Também convido o Dr. Adauto Almeida Martins, Delegado da Polícia Federal da Divisão de Combate aos Crimes de Meio Ambiente do Ministério da Justiça. Também havíamos convidado o Ministro, mas você é muito bem-vindo aqui entre nós. (*Palmas.*)

Como nós temos aqui algumas pessoas com limite de tempo, vamos começar por ouvir o Dr. Luciano de Menezes Evaristo.

V. Exª está com a palavra por dez minutos.

Vamos ser rigorosos com o tempo, em função desse transtorno que nós tivemos. Assim, nós seremos rigorosos com relação ao tempo.

Muito obrigado.

O SR. LUCIANO DE MENESES EVARISTO – Boa tarde a todos!

Sr. Presidente, Senador João Capiberibe, prezados componentes da mesa, comunitários, organizações não governamentais, todos os que aqui prestigiam esta audiência pública, é uma honra para mim aqui representar o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA.

Eu fui designado especialmente para esta audiência, uma vez que, na agenda ambiental do governo, quem faz a interface com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e tem mais interfaces com a agenda dos direitos humanos é o IBAMA, é a nossa Diretoria de Proteção Ambiental.

Eu queria, se possível, Senador, colocar alguns ingredientes a mais nessa discussão, percebendo a sua importância, ingredientes mais frescos acerca do que o IBAMA está fazendo em relação ao combate ao desmatamento e qual é a situação real que há, hoje, no campo. Falarei da existência do crime organizado à frente do desmatamento, da fragilidade das instituições que estão no local e o perigo que os ativistas que denunciam o desmatamento correm, bem como e principalmente das comunidades indígenas que passaram a apoiar o IBAMA no combate ao desmatamento e que, hoje, também começam a ser alvo dessas ameaças em razão das ações de desmatamento que nós vimos desarticulando na área.

Eu tinha uma apresentação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO DE MENESES EVARISTO – Bom; então, vamos fazer na garganta mesmo.

Estou trazendo aqui a esta Comissão um pouco da campanha de combate ao desmatamento deste ano. Neste ano, a campanha está muito forte. Como é um ano eleitoral, há uma pressão sobre a floresta. Mas nós estamos acostumados a isso, pois em todo ano eleitoral há essa pressão. Entretanto, o diferencial que estamos percebendo na campanha deste ano em relação à do ano passado é o fortalecimento do crime organizado.

Eu estive, por três vezes, neste ano, na BR-163, a área mais conflagrada do desmatamento. Todas as taxas, todas as estatísticas do DT, hoje, tanto nossas quanto do Imazon, puxam a 163 como um grande vetor do desmatamento. E quem está operando na 163 hoje? O crime organizado; um crime organizado forte, capitalizado, difícil de ser desestruturado.

Eu cheguei à região e encontrei, em abril, uma nova estratégia de desmatamento.

Mas quem é esse crime organizado? É o grileiro, que se associa ao madeireiro, que vai buscar a madeira da área grilada, no primeiro processo de brocagem da floresta. Depois, ele se utiliza da mão de obra do pequeno, do pobre da região, daquele pequeno agricultor, daquele pequeno cidadão que mora ali na área; pega essa mão de obra, faz uma empreita e joga dentro da floresta, criando, hoje, uma tática de guerrilha terrível. Eles instalam, hoje, 10, 20 acampamentos para fazer um grande desmate, de 10, 20 mil hectares, ao mesmo tempo. Colocam esse cidadão em uma situação análoga à escravidão, uma situação degradante de trabalho. Esse cidadão só vai receber ao final da empreita. Se ele for preso pelo IBAMA, ele não vai receber nada.

Essa conjuntura desafia o Estado brasileiro na medida em que se vai, identifica-se onde está o desmatamento, retira-se essas pessoas de lá... E as pessoas são pobres; você não pode dar cadeia para essas pessoas. Você apreende as motosserras, destrói os barracos, mas, no outro dia, está todo mundo de volta, com motosserra nova, de barraco novo.

Para se ter uma ideia, Senador Capiberibe, nós encontramos um acampamento, na época da Copa do Mundo, com televisão no meio do mato para assistir aos jogos do certame.

Então, essa, a situação que nós encontramos e temos dificuldade de combater, porque é um processo de tira e volta, tira e volta, tira e volta, aumentando o desmatamento. E, depois do desmatamento, vem o fogo. Depois do fogo, joga-se o capim, para, depois, vender a terra para outro. Com isso se conclui o processo de desmatamento.

Então, com relação às multas do Ibama, aos embargos do Ibama, nós pegamos todo mundo – autuamos e embargamos -, mas nada disso vinha dando efeito, até que nós pegamos todos os processos individuais de cada grileiro, no eixo da BR-163, e fizemos uma representação criminal à Polícia Federal, que encampou isso e resolveu fazer uma operação para desarticular a quadrilha dos grileiros na região. Quando a Polícia Federal entrou no circuito, ela convidou o Ministério Público Federal, convidou a Receita Federal, convidou o Ibama. Foi feita uma investigação e a quadrilha foi toda desarticulada. Eu não vou dar os detalhes porque o Delegado Adalton vai dar os detalhes dessa grande operação. Só que essa quadrilha foi desarticulada e o desmatamento vai começar a cair em função dessa quadrilha.

Percebemos, pelo monitoramento, que esse mesmo estilo de se fazer o crime ambiental também já passou para o lado sul do Amazonas, na região do Apuí. Quando eu falo 163, falo Apuí, e vou falar Transamazônica, a mesma questão da ameaça aos ativistas que denunciam o meio ambiente vai estar presente.

Hoje, nós temos um ingrediente novo na 163: os índios kaiapós...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vamos aguardar um pouquinho para que o *pen drive* possa ser providenciado.

O SR. LUCIANO DE MENESES EVARISTO – É importante eu colocar o *pen drive* para fazer algumas apresentações, porque há vários ingredientes na história das ameaças aos ativistas. Esses ingredientes vêm da exploração ilegal da madeira. E essa exploração ilegal da madeira vem de quê? Qual é a deficiência do Estado? Por que é que ela ocorre? Ninguém explora madeira ilegal, sai com ela debaixo do braço, ilegal, vai levá-la lá para o porto e vai exportá-la. Quem rouba a madeira vai legalizá-la lá na frente. Então, não existe a madeira ilegal. Quem explora legaliza, exporta e vende. Vamos colocar aqui algumas situações impactantes para esta Comissão que vão mostrar claramente algumas omissões do Estado brasileiro que levam à questão das ameaças aos ativistas.

Vou ser bem rápido para ganharmos tempo.

Os sistemas nossos de monitoramento do desmatamento todo mundo conhece: o Prodes e o Deter. Todos os dias recebemos os dados do satélite do Inpe para fazer a fiscalização.

Aqui é como fiscalizamos os indicativos que recebemos do satélite para tentar localizar o desmatamento no campo.

É importante colocar que, com os dados do histórico do desmatamento de todos os anos, montamos um mapa de Kernel, de áreas críticas do desmatamento, que faz com que a gente distribua inteligentemente a equipe de fiscalização do Ibama, as equipes, para cuidar de 70% de todo o desmatamento da Amazônia, concentrando a nossa ação em áreas críticas.

Eu digo isso por quê? Porque, na hora em que o Ibama tiver que apoiar, tiver que resgatar qualquer ativista ameaçado de morte, tiver que dar-lhe um apoio, estará nessas áreas que vocês vão ver agora.

Aqui está o Ibama; aqui está o helicóptero; aqui estão as viaturas; aqui está o apoio que o Ibama pode dar na questão do resgate daqueles ameaçados por denunciarem o crime ambiental.

Aqui a estratégia que reduziu o Prodes em 79%.

Aqui a antecipação do cumprimento do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Nós temos que diminuir o desmatamento em 80% até 2020. Já reduzimos 70%. Está faltando 10%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO DE MENESES EVARISTO – Aqui é importante parar. Por quê? Aqui a gente está mostrando o combate ao desmatamento por competências.

No Mato Grosso, 82% do desmatamento do Mato Grosso, medido pelo Deter, é de competência estadual. E o Estado não fiscaliza absolutamente nada!

No Pará, 47%, que pode ser somado aos 11% dos assentamentos, que também são de competência estadual, porque quem licencia é quem fiscaliza. Temos ali, então, 47% mais 11%, 58% de desmatamento de competência estadual. E o Estado, em termos de fiscalização ambiental estadual, não faz absolutamente nada.

Rondônia, 68% do desmatamento é estadual.

Digo isso levando em consideração que a Lei Complementar nº 140 define as competências e diz que a primazia da ação é daquele que licencia, que é aquele que fiscaliza.

Temos ali o Amazonas, 30%. Tem um forte desmatamento na área de assentamento, 48%. E também não fiscaliza absolutamente nada. Não entendo por que os Estados da Amazônia não fiscalizam absolutamente nada.

Roraima, 50%.

Maranhão, 84%.

Tocantins, 86%.

Acre, 62%.

Uma das coisas que precisamos perceber, enfrentar e falar no claro é que os entes federativos têm que cumprir suas obrigações constitucionais e combater o crime ambiental. Isso não pode ficar só a cargo do Ibama.

Quando fazemos aquele foco na BR-163, de que falei para vocês, ela representa 1% da Amazônia Legal. Ela concentrou no Deter que fechou agora, em julho, 20% de todas as detecções do Deter e 63% do desmatamento no Pará. Isso aqui é o chamado reduto do crime organizado na prática do crime ambiental.

Ao longo dos anos 2009 a 2013, os senhores veem que foi 10%, 3%, 4%, 7% e 10% do desmatamento de toda Amazônia Legal aquele eixo da BR-163. Aquele é o famoso faroeste. É terra sem lei. A terra onde o crime impera.

Na BR-163, o crime tem algumas estratégias.

Aqui os senhores estão vendo esse trator desmatando nessa área. No início, eles começaram a desmatar com um trator. Alguém está vendo trator? (*Pausa.*)

Olhem o trator. Estão vendo? (*Pausa.*)

Claro que não! O trator está pintado de verde, camuflado, desmatando a floresta. A estratégia... Pintam os tratores de verde! Eles desmatam tudo em volta, deixam uma touceira e enfiam o trator debaixo da touceira, um tratorzinho camuflado para que não seja surpreendido pela fiscalização.

Eles entram na base do Ibama e acorrentam o rotor de cauda do Ibama. O piloto correu. Foi para o hotel. Ameaçaram incendiar o hotel. O piloto fugiu no porta-malas de um carro alugado. Eles fazem isso com o Ibama. Imaginem com o ativista que denunciar o crime ambiental! Isso é com o Ibama, poderoso na área.

"Comitiva de fiscais do Ibama sofre emboscada (...)" Fazem isso conosco!

Esse é o material que o Ibama apreende na área. Ameaçaram incendiar nossa unidade com coquetéis molotov. Se fazem isso conosco, o que dirá com aqueles que denunciam o desmatamento ilegal.

E aí a estratégica do desmatamento multiponto. Estou eu ali. Eu mesmo fui lá e detectei pequenos acampamentos, trabalho em situação degradante, dezenas de acampamentos brocando a floresta por baixo e enganando o satélite do Deter, do Inpe.

Aqui as motosserras, e aro aqui para mostrar. Por que queimei essas motosserras lá? Porque, se eu carregasse essas motosserras dentro do veículo do Ibama, eu vou ser emboscado lá na frente. Eles vão colocar as armas na minha cara e vão tomar as motosserras de mim.

Esse é o clima da BR-163.

Uma coisa, Senadora. Aquele povo que está lá atrás comigo são os índios caiapós da Terra Mekragnotire. Eles vieram aqui a Brasília para reclamar que o madeireiro estava desmatando muito próximo das suas áreas, colocando em risco a integridade da terra caiapó. Esses madeireiros...

Márcio, enquanto o satélite do Deter não enxergava o polígono por conta do multiponto embaixo da floresta, eles me levaram naqueles acampamentos que vocês viram. Os caiapós me levaram. Eu destruí 11 acampamentos com o indicativo dos índios caiapós da Terra Mekragnotire. Esses índios caiapós da Terra Mekragnotire começaram a receber ameaças de morte. Hoje é um povo que está sendo ameaçado por conta desse trabalho, dessa união que eles fizeram com o Ibama para o combate ao desmatamento ilegal.

Aqui mostramos o que aplicamos lá um bilhão e novecentos milhões de multa, que o cara vai recorrer *ad aeternum* para não pagar, e o principal disso aí é a gente mostrar a estratégia.

Você vê lá 158 tratores e mostra que o Mato Grosso continua desmatando com o trator a corte raso. Quando você vai lá no Pará, vê que são poucos tratores e são muitas motosserras apreendidas. Eles largaram o trator e operam agora com motosserra. Uma motosserra desmata um alqueire/dia. Um pequeno acampamento leva um cozinheiro, um meloso – que é o cara que abastece as motosserras e lubrifica as correntes –, e oito motosserristas desmatando um alqueire/dia, ou seja, quase dois e meio hectares por dia – uma motosserra. É o principal instrumento de destruição.

Na questão da madeira, 68 mil metros cúbicos e 12 mil toneladas de grãos apreendemos na operação.

Aqui, o Dr. Adalto vai colocar lá como a gente encerrou o ciclo do crime organizado agora, no dia 26, através de uma operação conjunta entre órgãos e que desarticulou essa quadrilha.

Aqui a gente vai colocar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO DE MENESES EVARISTO – Qual a dificuldade de se combater o roubo de madeira, a comercialização da madeira ilegal? Não adianta você colocar um exército no campo se você tem hoje um sistema chamado documento de origem florestal, onde o Ibama só enxerga a partir da comercialização. O Ibama não enxerga a origem. Eu não sei, quando o Estado joga o crédito de madeira no sistema, de onde ele veio, de que plano de manejo, de que autorização de desmatamento do solo. Isso é importante para trazer à Comissão, porque está na raiz do problema, Senadora.

A gente pega ali o Estado de Rondônia, que colocou, em 2013, três milhões e seiscentos e cinquenta e três mil metros cúbicos de madeira autorizada no sistema. Em 2014, colocou mais um milhão e setecentos e oitenta e sete. Se a gente converter isso em floresta, Rondônia sozinha colocou 634 quilômetros quadrados de floresta no sistema. Como combater o comércio ilegal de madeira se o sistema está inundado de crédito, se a gente não sabe de que plano de manejo veio, se não há nenhum tipo de transparência nos dados de controle dos Estados para com a União. Então, não há combate uniforme porque não há informação uniforme. Isso é gravíssimo!

Aqui eu não tenho o dado do Pará e não tenho o dado do Mato Grosso porque simplesmente eles não fornecem, não aderem, não colocam esse dado no Sistema DOF.

Bom, aqui está o DOF e aqui está a solução para esse problema que acho que esta Comissão tem de começar a encaminhar. O Código Florestal obriga o Ibama a criar um sistema nacional que traga todas as informações da gestão florestal para um sistema nacional. E o Ibama foi além, porque está entregando, em novembro, um sistema nacional de gestão florestal gratuito, público, disponível para todos os Estados que o quiserem adotar, para que façam a gestão florestal nos Estados e todos os órgãos possam consultar, para que a sociedade acompanhe o que está acontecendo e a gente faça um combate mais qualificado ao desmatamento.

Ao lado disso, o Presidente do Ibama baixou, há uma semana, uma instrução normativa para regulamentar a proposição de ações civis públicas. Nós vamos cobrar de todos os desmatadores a recuperação das áreas desmatadas; a recuperação de danos, como exige a Constituição Federal.

Aqui, Senador, deixo um grande alerta. Nós temos a questão da madeira, o roubo de madeira e o desmatamento, que ameaçam as lideranças. Tem mais esse ingrediente gravíssimo no Oeste do Pará.

Aí, nós temos mais de 500 pontos de garimpo nas áreas protegidas da 163 e temos três mil feições de garimpo no oeste do Pará. E o que a gente detectou agora na operação com a Polícia Federal é que os garimpeiros atuam em quadrilha com madeireiros e grileiros e fazem a base do crime organizado lá na área e que em breve, se não estão, estarão ameaçando os ativistas que estiverem denunciando a destruição dos cursos de água, que está em andamento nessas áreas.

Obrigado.

Desculpe, Srª Senadora, o excesso de tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada ao Sr. Luciano de Meneses Evaristo, Diretor de Proteção Ambiental do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente. Obrigada pelas informações, e ficamos muito tristes, porque são dados realmente muito preocupantes.

Embora saibamos que o desmatamento ainda é uma realidade no nosso País, quando olhamos as imagens, isso realmente nos deixa muito preocupados. É uma realidade que precisa ser resolvida. É uma pena que tantas pessoas tenham dado a vida, tenham sido assassinadas por causa disto, por denunciar. Infelizmente, essas coisas continuam acontecendo.

Vou passar a palavra para o Sr. Adalton de Almeida Martins, delegado da Polícia Federal da Divisão de Combate aos Crimes ao Meio Ambiente do Ministério da Justiça.

O SR. ADALTON DE ALMEIDA MARTINS – Boa tarde, Senadora. Boa tarde a todos.

Para mim, é uma satisfação estar aqui e poder participar deste debate com relação a este tema tão importante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Adalton, só para relembrar: nós vamos conceder dez minutos e, se houver necessidade, prorrogamos por mais cinco, assim como fizemos com o Sr. Luciano. Está bem?

O SR. ADALTON DE ALMEIDA MARTINS – Está bem. Não vou me estender.

Já há algum tempo, a Polícia Federal tem percebido que há um aumento da prática de crimes contra o meio ambiente, especialmente na área do Norte do País. Fui lotado no Amapá durante quatro anos, e era uma preocupação nossa ver, ali do lado, no Pará, o crescente número desse tipo de crime.

Outra preocupação nossa também era ver que, apesar do combate, o combate *in loco* que a gente fala – ou seja, estancar o transporte, desmantelar serrarias e até chegar a algumas empresas –, isso não estava implicando o estancamento dessa atividade. A gente chama isso de enxugar gelo.

O que acontecia? A gente desarticulava uma, e, dois dias depois, como o Dr. Evaristo falou, já havia gente operando na região.

Nós começamos a partir daí – esse é um pensamento do Dr. Gilaim, nosso diretor – a ver o lado capitalista da ação criminosa na região, ou seja, quem está se locupletando com esse tanto de madeira desmatada. Vocês viram aí uma parte das fotos, mas eu diria para vocês que é muito mais. E nós começamos a avançar por isso. Ou seja, eu diria que já há algumas investigações em andamento: uma delas conseguimos fazer agora, Operação Castanheira; ou seja, estamos conseguindo chegar ao lado financeiro da coisa. O criminoso não está na madeira só pela madeira e, sim, pela grana, pelo dinheiro que ela vale. Ela é muito cara. A madeira é exportada, a madeira é comercializada.

Então, a gente acredita, assim como na parte da droga: só há produção, se houver consumo. Então, a Polícia hoje está trabalhando muito na parte de inteligência; queremos saber da lavagem de dinheiro, como é esquentada essa madeira, essa documentação de que o diretor falou aqui; quem está por trás disso, os atores públicos. Nós temos fortes indícios de corrupção, nós temos fortes indícios de muito dinheiro sendo lavado nesse tipo de negócio.

É claro que quem sofre com isso são os ribeirinhos, as pessoas que vivem da floresta.

A par disso, eu diria que a Polícia hoje tem operações permanentes voltadas para investigação, nesse nível de investigação. Então, estamos procurando saber quem realmente são os atores, quem são, entre aspas, os "chefes" dessas quadrilhas; quem são os que estão realmente levando o máximo de vantagem com isso.

Isso nos tem demonstrado que nosso caminho está certo, haja vista algumas investigações, como tenho dito, algumas quebras de sigilo, alguns monitoramentos telefônicos, levantamento patrimonial de algumas pessoas que eu não diria que estão..., que estão bem com relação a isso.

Outra parte importante também – nós voltamos aqui, como o Dr. Evaristo falou: parte do garimpo ilegal é a mesma vertente, é a mesma ideia; ou seja: o minério extraído dali – vamos falar de ouro, vamos falar de diamante – é comercializado. Isso é uma... Eu diria para vocês que o ouro tem mercado certo, e empresas operam esse ouro de regiões que não são autorizadas a fornecê-lo.

Então, a Polícia está começando a subir um pouco isso, para saber onde está sendo lavado esse ouro e para onde ele está indo. Espero, em breve, avançarmos as investigações para que se saiba que essas pessoas estão auxiliando no desmatamento e na poluição das nossas terras.

Agradeço novamente por estar aqui, Senadora, por poder ajudá-los. Trabalhei também na parte de proteção ao depoente especial e pude ver alguns denunciantes, algumas pessoas que sofrem com isso, principalmente ali, na área do Pará, requerendo proteção, estando ameaçadas pelo crime organizado.

Outra coisa importante que eu queria deixar: esse trabalho sozinho, só na parte policial, é muito difícil. Temos que criar conscientização. Nessa Operação Castanheira, vimos fazendeiros do sul do País comprando terras lá. Uns dizem que foram enganados, outros não, porém, se tivéssemos uma massificação de informações evitando que as pessoas investissem nessa área ou procurassem ao máximo entender o que é isso, ajudaria um pouco, porque a Polícia teria um pouco menos de trabalho nesse assunto. O que estou querendo dizer? Existe o crime porque existem pessoas que fomentam isso.

Esta é minha fala. Sou muito por grato por estar aqui.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada pela presença, Sr. Adalton de Almeida Martins, Delegado da Polícia Federal da Divisão de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente do Ministério da Justiça.

Realmente, o senhor tem razão. Para enfrentar esse tipo de realidade do crime organizado, especialmente nessas grandes propriedades, nessas grandes regiões, e regiões de difícil acesso, é preciso todo um trabalho de mobilização, de divulgação e também de conscientização para que ninguém se deixe levar por informações ou mesmo... Porque tem que haver punição também. Se houver punição daqueles que cometem esse tipo de crime, as pessoas evitam se envolver com esse tipo de atividade tão danosa ao meio ambiente e tão danosa à vida das pessoas. Então, realmente, é preciso haver um esforço conjunto aí, que vai além da Polícia.

Passo a palavra agora ao Sr. Marcio Astrini, representante do Greenpeace Brasil na Campanha de Combate à Madeira Ilegal na Região Amazônica.

O SR. MARCIO ASTRINI – Boa tarde a todas e a todos. Quero fazer um agradecimento especial ao Senador Capiberibe, que nos recebeu alguns meses atrás, e fez o encaminhamento para que essa audiência pudesse se realizar, e também um agradecimento à Senadora Ana Rita, que agora vai voltar a Presidência ao Senador Capiberibe.

Quero dar boa tarde a todos os meus colegas da Mesa, a todos que estão aqui.

Eu estava conversando um pouco com o Luciano antes de virmos para cá falar, e o Greenpeace está na Amazônia – temos uma sede lá – há mais ou menos 16, 17 anos, e começamos trabalhando com madeira. Madeira sempre foi o foco de trabalho do Greenpeace. Demos uma paradinha nisso, fomos trabalhar com gado, depois continuamos com grado e retomamos, agora, o trabalho de madeira. E fizemos um processo de investigação para isso. A principal descoberta que fizemos depois de dois anos de investigação foi que, ao comparar o que víamos há 15, 20 anos com o que vemos hoje, não houve alteração. E anotei algumas palavras que você falou aqui, e a alteração, infelizmente, é em cima dessas palavras.

Você falou: crime ambiental, máfia, guerra, desafio ao Estado. E é exatamente a mesma coisa que vemos, 15, 16, 20 anos depois. Isso mostra que não é questão de um governo, de um partido, de um governador. É um problema nacional, é um problema de Estado, com "E" maiúsculo. É um problema de abandono.

É o mesmo que a floresta sente e que é estendido às pessoas. Muitas delas estão aqui e vieram contar os assassinatos dos seus parentes. Alguns desses assassinados estiveram aqui, dizendo: "Eu serei assassinado." Conversei com algumas dessas pessoas em regiões de conflito, ou de guerra, ou de desafio ao Estado, no Pará, em Mato Grosso, em Rondônia, no Acre. Ali, na boca do Acre, ao sul do Amazonas, há uma nova fronteira de desmatamento e de desrespeito total à legislação.

Algumas dessas pessoas com quem conversei, Senadora, disseram-me coisas impressionantes. A frase mais impressionante que já ouvi foi a que uma delas me disse: "Estou hoje contando esta história aqui e não verei a mudança, não porque ela não vai acontecer, mas porque vão me matar antes." Ouvi isso da boca não só de uma pessoa.

Depois de 16 anos, tenho duas conclusões muito tristes para dizer. A primeira é que o que a gente vê lá quanto ao crime organizado faz com que o que sai nos noticiários dos jornais, o PCC, o Comando Vermelho sejam organizações mirins, juvenis, perto do que a gente vê atuando nessa região da Amazônia. A segunda coisa é que, infelizmente, boa parte dessa ilegalidade acontece dentro da própria máquina do Estado e é alimentada. Portanto, há órgãos de governos locais como patrocinadores da situação que acontece hoje na Amazônia. É impossível tanta ilegalidade sem ser percebida, é impossível que ela passe simplesmente como se nada acontecesse!

Na investigação nossa, Senador Capiberibe, pegamos um dado impressionante. É um dado de uma medição de satélite feita por um instituto que a gente respeita muito, o Imazon. Ele nos deu o dado de que, no Estado do Pará, que é o maior produtor de madeira tropical do País – metade do que o País produz de madeira na Amazônia sai do Estado do Pará –, 78% da extração de madeira entre os anos de 2011 e de 2012 foram realizados em áreas que não tinham autorização e, portanto, foram realizados de forma ilegal. Setenta e oito por cento não é um número qualquer. Setenta e oito por cento tornam a ilegalidade a regra.

Na outra ponta, quando estávamos montando o relatório, Senador, conversei com alguns empresários, alguns que ainda persistem em tentar ganhar uma licitação pública para explorar uma área de concessão. Alguns deles estavam desistindo, e eu perguntei por quê. Ele me disse: "Porque não sou criminoso, e lá só vinga o crime."

Então, a gente está diante de uma situação realmente alarmante. Quer dizer, nós estamos num local, como o Luciano disse, em que o crime manda, em que a Polícia Federal e o Ibama têm de chegar muitas vezes... Já participei de idas a campo à noite, para não ser percebido. Ele vai lá para intimidar e para fazer seu trabalho, mas ele tem de tomar todos os cuidados para que isso não aconteça de forma contrária, para que ele não seja intimidado e oprimido na sua função, no seu trabalho. Então, essa é a situação em que o Estado chega a essas localidades.

Vou passar algumas conclusões rapidamente sobre o que a gente estudou e viu. Todas elas vão muito na linha do que estou falando até agora.

Essa é uma campanha. Este foi o nome que a gente deu a essa campanha: "Chega de Madeira Ilegal". Inclusive, no Greenpeace, há uma campanha pelo desmatamento zero. A gente começou a debater que nem dava para falar de desmatamento zero, porque a ilegalidade é um negócio tão massacrante na questão da madeira, que não dá para falar de desmatamento zero. Não! O negócio é a ilegalidade mesmo. Então, a gente deu esse nome. Esse mesmo nome "Chega de Madeira Ilegal" a gente colocou numa faixa num daqueles miniportos em que param as balsas que carregam madeira ilegal. Havia uma faixa dessas numa foto que eu vi – infelizmente, eu não a copiei para cá – de 2000. Era exatamente a mesma frase: "Chega de Madeira Ilegal". A gente está repetindo isso 13 ou 14 anos depois.

Então, foram dois anos de investigação, com coleta de dados em campo. No Estado do Pará e em parte do Mato Grosso a gente concentrou as investigações. Publicamos em 2014.

E nós trabalhamos em rede com nove países consumidores e com mais este pessoal todo: Ministério Público, Getúlio Vargas, Imazon, a própria Sema, no Pará, que nos forneceu alguns dados – obviamente que há muito mais para sair de lá, mas conseguimos alguns dados –, agentes de mercado, comunidades assentadas, movimentos e até organismos de certificação, de madeira certificada no Brasil.

E o resultado foi esse quadro de ilegalidade absurda. Eu havia falado em 78% de ilegalidade durante um período estudado no Pará. O Mato Grosso, que é o segundo maior produtor de madeira, ou extrator de madeira da Amazônia, tem 54%. Então, está sempre acima da metade. A conclusão é a seguinte: se você vir um caminhão de madeira circulando na Amazônia com três toras, a chance de duas serem ilegais é gigantesca. É mais ou menos por aí a conta.

A fiscalização é absolutamente insuficiente. Não existe estrutura. Eu vou dizer até que, na escrita ali, fui um pouco menos radical. Quem faz esse exercício, Luciano, no Greenpeace, é um pouco menos radicais, às vezes. Não falta estrutura; não existe estrutura nas agências que regulamentam o setor.

Não existe unificação de políticas de regramentos. O que quero dizer com isso? Que a pessoa que retira madeira no Amazonas retira a madeira e tem serraria com uma regra. No Pará, com outra. Só que todos eles retiram a mesma madeira, fazem transações comerciais entre eles e utilizam sistemas diferentes para controle. O que acontece? Quando eu vendo madeira para o Senador Capiberibe – nós não somos madeireiros, certo, Senador? É só um exemplo –, eu tenho um tipo de registro, o Senador tem outro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO ASTRINI – Às vezes, a madeira que sai do meu pátio entra no pátio dele, eu cancelo depois a compra, essa compra, ou essa entrega de madeira, continua como crédito para ele, a saída da madeira do meu estoque é anulada e eu continuo com o mesmo crédito, eu duplico. Esse é só um exemplo. Eu acredito que há mais de vinte maneiras de se fraudar o sistema.

Eu até gostaria de fazer uma proposta para muitos dos Estados que dizem que os sistemas são eficientes e tal, de colocarem esse sistema de controle de madeira para controlar a arrecadação do IPTU. Eles vão falir no mês seguinte se utilizarem a mesma logística, a mesma engenharia de informação para controlar a madeira para controlar seus impostos.

A madeira na Amazônia não é controlada e os sistemas são uma fábrica de gerar papeis. Todos esses planos de manejo que operam na ilegalidade e com os quais o Luciano, o Ibama e a Polícia Federal vão lá e prendem, nenhum desses planos, senhores, funciona. Não há madeira que saia da Amazônia sem documento oficial registrado no sistema de controle de madeira do seu Estado. Não há madeira ilegal que não é documentada na Amazônia. Toda a madeira que sai, sai com documento proveniente de fraude. É muito difícil você pegar um carregamento de madeira da Amazônia sem documento. Se esse documento é legal ou ilegal é impossível de se saber.

E esse é o resumo do que o delegado e do que o Luciano falou aqui, de enxugar gelo: você chegar com a polícia para prender a ilegalidade e existir uma máquina estatal de geração de documentos para acobertar a ilegalidade.

A violência é uma decorrência desse código de ilegalidade. A ilegalidade da madeira é a mesma que atinge os assentados, que atinge os comunitários, e é a mesma que causa evasão fiscal, com uma perda de oportunidade econômica gigantesca, que é a da madeira na Amazônia. Para se ter ideia, nós estamos falando de um mercado de 5 bilhões e 200 mil empregos. Eu duvido que madeireira ilegal faça fila na porta da Receita Federal para pagar imposto de renda. Não faz. O Brasil desperdiça um dinheiro que poderia estar sendo arrecadado e aplicado em escola e educação.

E a destruição da floresta.

Eu sei que o tempo é curto aqui. Estes são alguns dados que não vou ler, mas apenas para que se tenha ideia do tamanho do mercado de que estamos falando. Eu vou até para o terceiro bloco. São 5 bilhões por ano; 20% de tudo que é retirado de madeira vai para exportação, 80% são de consumo no Brasil.

O Pará fica mais ou menos com metade ou até com pouco mais da metade dessa comercialização que é feita de madeira.

Esse é o motivo pelo qual a gente investigou mais madeira no Estado do Pará, e também é no Estado do Pará que vocês vão ver aqui que é onde estão os maiores relatos de conflitos sociais.

Estes aqui são os países, os maiores compradores. Os Estados Unidos são, de lavada, o maior país comprador de madeira. Depois, a União Europeia. Se você juntar, vira o maior, mas isoladamente você tem esses países da União Europeia como grandes compradores.

Algumas considerações: os Estados precisam de regras únicas, sistemas eficientes. O Governo Federal é que precisa capitanear ou pelo menos exigir dos Estados. A gente tem um oito ou oitenta muito grande nessa situação da madeira. Os Estados não têm capacidade de fazer e de realizar e, muitas vezes, eles não fazem o menor esforço e não têm interesse político para realizar as reformas necessárias, porque um mercado de 5 bilhões muitas vezes é importante na eleição. Um mercado de 5 bilhões e com 200 mil empregos é muito importante para se governar.

Você não precisa acabar com esse mercado, Luciano, Senadores. Não é isso que a gente está pedindo. Nós estamos pedindo inclusive para esse mercado se legalizar para que ele possa sobreviver. Não se sobrevive num mercado de 78% de ilegalidade. Combater a ilegalidade é garantir os 200 mil empregos.

Agora, esses governos precisam que o Governo Federal faça uma ostensiva campanha ou faça um movimento ostensivo para obrigá-los a tornar, por exemplo, os processos que hoje são em grande maioria fraudulentos para a liberação de plano de manejo e exploração da floresta, para que esses processos sejam, por exemplo, públicos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO ASTRINI – Esse é o primeiro e importantíssimo passo. Rever o que foi aprovado até hoje é outro importantíssimo passo. A gente não pode ficar com 5 milhões de metros cúbicos de um Estado como Rondônia sem saber se isso é verdadeiro. Vamos fazer uma auditoria nesses números.

E precisamos de um sistema novo. Nós precisamos que o Governo Federal crie, ou que ele implemente, ou que ele exija dos Governos de Estado, através dos instrumentos, a unificação, a publicidade e a prestação

de contas desses Estados. E a gente precisa mudar os sistemas, avaliar o que ficou no passado e fazer um novo sistema daqui para frente. O sistema está fora absolutamente de controle.

O meu tempo está acabando. Já acabou, não é, Senador? Eu queria só ler – por favor, já estou terminando aqui –, para que a gente tenha alguns números e para que a gente embase uma frase que falei aqui, que muitas vezes o Governo é patrocinador do que acontece.

Em 2001, Senador, o Ibama estimava que 56% de toda a madeira produzida no Pará eram ilegais. Hoje a gente está com 78%. O Ibama, em 2003, disse que cerca de 80% de todos os planos de manejo, no mesmo Pará, foram autorizados de forma inapropriada – estamos falando de 11 anos atrás, quer dizer, a coisa não mudou. Em 2008, a gente teve 1,7 milhão de metros cúbicos de madeira esquentados por esquemas dos mais variados. Em 2012, a gente teve a notícia de que a gente teve 1,9 milhão de metros cúbicos de madeira só em uma modalidade, das 20 ou 30, não sei, que existem para você fraudar o sistema de madeira. Uma modalidade, 1,9 milhão.

Então, está crescendo. A gente não está diminuindo. E começa a haver reações. A gente teve, neste ano, aqui, um varejista, um dos maiores de uma empresa britânica, que simplesmente pediu para retirar da prateleira todos os materiais feitos de madeira amazônica, mesmo aqueles que eles já tinham comprado. E isso não é o que a gente quer ver. O que a gente quer ver é a madeira amazônica nas prateleiras bem manejadas, retiradas de forma responsável e, de preferência, sendo feita pelos manejos comunitários ou em respeito em associação com essas comunidades. É isso o que a gente quer para a floresta.

Há uma série de outras coisas aqui. Eu só queria terminar, Senador, dizendo que o final de tudo isso é que a gente teve aqui um Índice de Progresso Social na Amazônia, que foi publicado nesses dias e, em todos os quesitos, as populações amazônicas perdem de lavada para a média baixa nacional.

Então, toda essa ilegalidade, toda a violência no campo, tudo que acontece lá, obviamente, não leva a nada mais do que agravar um quadro de pobreza, de miséria e de necessidade extrema dessas populações. Necessidades essas de que eu não vou falar, porque a gente, Senador, vê aqui, a gente tem informação do que acontece, e essa ilegalidade traz uma consequência que não é só para as árvores. Essa ilegalidade toda, essa exploração desenfreada tomba árvores, mas tomba vidas. E acho que é por isso que estas pessoas estão aqui, para contar os casos pessoais delas, que são muito mais vivos do que qualquer relato que o Greenpeace ou qualquer um de nós possa fazer, porque isso diz respeito à vida delas. Se não for pela floresta nem pela economia, eu acho que a gente tem que tomar atitude imediata, porque as pessoas estão morrendo por causa dessa situação.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Marcio Astrini.

Eu assino embaixo, assino totalmente embaixo. Este é o país da ilegalidade.

Houve uma coisa tão absurda em 2002, 2003! Foram introduzidas sementes transgênicas de contrabando no Brasil. E nós aqui tentamos, de todas as formas, fazer com que se reprimisse essa prática criminosa. Não conseguimos. Ao contrário, legalizou-se a prática criminosa e se perdeu o controle das sementes transgênicas, que invadiram o País inteiro.

Então, este é o país cujas leis são pouquíssimo respeitadas. E eu falo porque elas só são respeitadas para os adversários do sistema. Do mesmo jeito que assassinam, matam lideranças rurais, ambientalistas, também, na esfera política, a perseguição é atroz, é terrível.

Este País espera por transformações, por mudanças. A expectativa e a esperança – olha – estão de pé. Nós vamos, um dia, mudar este País; eu tenho convicção disso. Tenho certeza disso. Pode ser que não seja tão rápido quanto nós desejaríamos, mas a sociedade brasileira está se reafirmando como sociedade civil.

Na Amazônia, eu vivi essa experiência. Eu fui Governador na Amazônia. Eu fui um governador com certo grau de intransigência diante do cumprimento da lei. Fazer cumprir a lei me resultou vários processos, nenhum criminal, nenhum por improbidade, mas vários processos de uso do Judiciário. Também o Judiciário é omisso diante dessas questões. É outra instituição complicadíssima, que poderia ajudar a fazer do Brasil um país que respeitasse suas leis. Mas os engavetamentos, a lentidão, as omissões do Judiciário diante dos crimes praticados... Ás vezes a polícia vai lá, prende, e o Judiciário, no outro dia, manda soltar, muitas vezes num acinte, numa agressão ao Estado de direito, às regras básicas de convivência na nossa sociedade.

Essa é a realidade do nosso País, que nós vamos ter que mudar. E agora é a hora de mudança. Nós estamos aí às vésperas de uma eleição. Este é o momento apropriado para as denúncias contundentes, de cobrarmos. Porque, daqui a pouco, assumem novos Senadores aqui, novos Deputados Federais, Presidente ou Presidenta – eu tenho impressão de que vai ser Presidenta, vai continuar Presidenta, agora não arrisco dizer qual o nome. (*Risos*.)

Mas, de que vai continuar Presidenta, não tenho a menor dúvida. É isso.

Vamos continuar aqui. Vamos ouvir os testemunhos, que são fundamentais para embasar os nossos encaminhamentos e a pressão que o Parlamento pode exercer. Vamos, então, ouvir a Maria Darlene Braga Martins, que é representante da Comissão Pastoral da Terra. Da CPT nacional ou regional?

A SRª MARIA DARLENE BRAGA MARTINS – Da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Da Amazônia. Muito bem.

A SRª MARIA DARLENE BRAGA MARTINS – Boa tarde.

Eu queria agradecer ao Senador e à Senadora, ao Greenpeace e à Comissão Pastoral da Terra por viabilizarem nossa presença para sermos testemunhas.

Desculpem-me se em alguns momentos eu me emocionar, porque os madeireiros são criminosos e eles mexem diretamente com você. Então, as ações deles, além de mexerem com as comunidades com que a CPT atua diretamente, mexem com a nossa vida, com a vida dos meus filhos, da minha família.

Também é redundante dizer que aumentou o desmatamento. Eu sou do Estado do Acre, um Estado pequeno, onde as políticas ambientais são tidas como modelo no papel – na verdade é no papel. Depois trago dois vídeos em que vocês podem ver fotos nossas, que nós tiramos, nós convivemos com essa realidade. O Greenpeace falava ali da retirada ilegal de madeira. E eu falo mais, falo da retirada da madeira legalizada pelo Estado. O Estado legaliza e eles tiram a madeira de forma tal qual a madeira ilegal é retirada.

A CPT Nacional todo ano publica um *Caderno de Conflitos*. Nesse *Caderno de Conflitos de 2013* há os dados da Amazônia. Esses dados da Amazônia são alarmantes.

Voltando ao desmatamento, o Acre aumentou em 262% no período de junho do ano passado a junho deste ano; Roraima, 254%, houve um aumento. O Pará é o líder – o senhor do Ibama já falou muito bem ali. Em uma década, o Acre triplicou a atividade madeireira no Estado, em uma década houve três vezes o aumento. Essa é uma realidade oculta, é uma realidade que não aparece na mídia, é uma realidade que as famílias vivem e por isso pedem socorro. Não há quem os atenda. Então, essa imagem de desenvolvimento sustentável é sustentável para quem? A impressão que nos dá é que, por conta do progresso e do desenvolvimento, se pode tudo, se pode tirar vida, se pode expropriar as famílias, expulsar as crianças de suas casas.

Então, o preocupante para nós não é nem o que se noticia, é o que não se noticia, porque muita coisa não se noticia nessa nossa Amazônia.

Tenho que ler alguns números de 2013, foram 501 ocorrências de ocupação na Amazônia, só da Amazônia Legal. Foram 35.801 famílias envolvidas. Foram 35 mil famílias envolvidas, gente! Foram 525 expulsas, foram 3.167 despejadas, foram 8.542 ameaçadas de despejo, foram 1.186 casas destruídas, as casas onde as pessoas moram, gente!

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fora do microfone*.) – De que período a que período, Darlene?

A SRª MARIA DARLENE BRAGA MARTINS – Do ano de 2013, está no livro de conflitos de 2013. Foram 20 assassinatos só na Amazônia, no Brasil inteiro foram 34, só da Amazônia foram 20. Foram 5.066 pistolagens, foram 1.011 roças destruídas, 89 da superfície total das áreas de conflito estão na Amazônia. As expulsões aumentaram 11% na Amazônia. No Brasil houve um decréscimo, mas, na Amazônia, houve o inverso, aumentaram 11%. Dos 34 assassinatos, 20 foram na Amazônia; das 241 pessoas ameaçadas, 174 foram da Amazônia; das 5.243 agressões, 129 foram na Amazônia. Isso se explica pelo aumento do desmatamento, pela degradação ambiental, pela pobreza. Enquanto aumentam os investimentos para o agro e hidronegócio o que acontece? Os índios são expulsos de suas terras, os ribeirinhos e os seringueiros estão sendo expulsos de suas colocações. Se você vê na década de 70, 80% da população do Acre moravam no campo, hoje há 15% nas florestas. Há preocupação também com quem vai plantar feijão com arroz para colocar na nossa mesa!

Enquanto aumenta grilagem e a atividade madeireira o que acontece? A impunidade. Eu sempre pergunto: "O que há por trás?" A impunidade, a certeza da impunidade.

O que eles fizeram com a sede da Comissão Pastoral da Terra no Acre é emblemático. Eles invadiram uma vez, numa segunda e invadiram outra vez na terça. Juntamos muita gente, a Secretaria de Direitos Humanos, a sociedade, todos os órgãos ambientais, os órgãos do Governo do Estado, e resolvemos fazer um ato no dia 31 de janeiro de 2013. A gente preparou tudo na nossa sede. Depois vocês vão ver as imagens ali.

Quando eu chego, às 7h da manhã, a primeira pessoa a chegar, eles destruíram... Gente, vocês não têm noção. Eles destruíram tudo, eles quebraram as mesas, eles quebraram as portas, eles pegaram as nossas fotografias e rasgaram com facas. Com isso, o que eles quiseram dizer para nós? "Nós podemos tudo. Nós estamos aqui. Vocês não são nada". Então, a equipe ficou completamente fragilizada, e às vezes a gente se emociona porque mexe com a gente. Eles deixam frases, um palavrão, depois: "Você me paga", e outro palavrão. Então, você não tem condição psicológica, depois, para trabalhar, você precisa de um período para se recompor, se retroalimentar, voltar para as comunidades.

Então, o que acontece na Amazônia só quem vive lá é que sabe, as pessoas que estão lá, que estão trabalhando...

A gente fez uma reunião com a Promotoria Agrária e um seringueiro subiu na mesa e só falou assim: "Promotor, eu não quero que o senhor me dê nada, eu não estou pedindo nada. Deixa eu ficar no meu pedacinho de chão, no meu barraco. Eu não quero mais nada. O meu avô morou lá. O meu avô morou, meu pai morou e hoje sou eu que moro lá".

Foi implantado um plano de manejo sustentável legalizado pelo Governo do Estado, e o Imac diz que fiscaliza e nunca fiscaliza. Então, são essas coisas, entre outras, ameaças, mortes, que fazem parecer, na Amazônia, que você está num Estado sem lei, que eles mandam em tudo e que eles estão sempre lá. Há algumas imagens aí que a gente pode mostrar rapidamente...

Aqui, alguns seringais da bacia hidrográfica do Riozinho do Rola. Algumas dessas comunidades a gente atende. Não vou ler o nome de todas. Ela tem uns problemas agrários e ambientais enormes. Eu quero mostrar pelo menos as fotos, porque as fotos dizem tudo. É um plano de manejo sustentável das Fazendas Ranchão I e Ranchão II.

Aqui está uma foto que os seringueiros tiraram: são castanheiras, são seringueiras que são derrubadas, madeiras de lei que são retiradas, mas tem umas fotos que a gente... É isso que eles fazem.

Isso aqui era um rio, gente! Esse é o principal afluente do Rio Acre. Isso era um rio. Aqui era um rio. Foi um rio. Isso aí eles fazem para o caminhão poder passar e tirar a madeira.

Aqui fechou o rio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA DARLENE BRAGA MARTINS – Sim, para poder... Aqui aterrou o rio. Fizeram isso para passar.

Aqui a CPT e um professor da Universidade acompanhando. Eles não acreditavam; tivemos que levar as pessoas lá.

Então, a partir dessas imagens...

Isso aí é o Riozinho do Rola, principal afluente do Rio Acre.

Aí um padre e a equipe...

Então, com essas imagens nós fizemos uma denúncia. A partir dela, voltaram-se para a CPT as ameaças, as retaliações, os recados, os telefonemas. Aí é aberto o primeiro inquérito, é aberto o segundo inquérito, e até hoje a gente não tem notícia de como está esse inquérito. Isto desde 2001. Então, essas imagens aí são de desde 2001.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP. *Fora do microfone.*) – Essas imagens são...

A SRª MARIA DARLENE BRAGA MARTINS – Não, essas imagens aqui já são de 2011.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP. *Fora do microfone.*) – Tem um inquérito apurando?

A SRª MARIA DARLENE BRAGA MARTINS – Tem um inquérito apurando, dois inquéritos, no Ministério Público estadual e no Ministério Público Federal. Mas o Ministério Público estadual recomendou – é o termo que eles usam – que fosse suspenso esse plano de manejo por um período.

Aqui são as reuniões que a CPT promovia com os órgãos ambientais, com todo mundo, para resolver isso. Então, os seringueiros chegavam à sede da CPT e nós tínhamos de dar algumas respostas.

Então, a partir da nossa atuação específica nesse local, foi que surgiram algumas ameaças.

Então, são seringueiros... As pessoas acham que não há mais seringueiros na Amazônia, mas são seringueiros, sim, que vivem da coleta do látex e da castanha, enfim.

No vídeo seguinte, que é rapidinho, podemos ver o que aconteceu na sede da Comissão Pastoral da Terra após isso – e isso já foi em 2013.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRª MARIA DARLENE BRAGA MARTINS – Então, acho que era só isto: as fotos para mostrar o que realmente os madeireiros e a madeira legal e ilegal estão fazendo no Estado.

Afinal, para dizer que a gente pode perder muita coisa. Acho que a gente pode perder várias coisas, mas não podemos perder a capacidade de nos indignarmos. Nós temos que nos indignar, sim; temos que cobrar do Estado, sim; temos que gritar. Nós temos que denunciar, porque a partir daí esses criminosos vão pagar pelo que estão fazendo com as comunidades da Amazônia.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Darlene Braga Martins.

Nós certamente vamos, através da Comissão de Direitos Humanos, dar alguns encaminhamentos. Entre outros, eu já peço para o Secretário anotar para solicitar os inquéritos instaurados sobre crimes ambientais no Acre, dos últimos cinco anos para cá, para sabermos exatamente em que situação se encontram, em que estágio estão.

São tão óbvios, tão evidentes os crimes! Aterrar um rio parece algo que salta aos olhos, não precisam grandes investigações para chegar aos criminosos.

Então, vamos continuar. Vou passar a palavra à Claudelice Silva dos Santos, que é irmã do extrativista assassinado José Cláudio Ribeiro da Silva.

A SRª CLAUDELICE SILVA DOS SANTOS – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de começar agradecendo, Capiberibe, pela oportunidade de a gente estar aqui externando tudo o que a gente sente. E acho que, quando chegamos aqui, a gente pensa tanto, tanto na nossa fragilidade, que a gente às vezes até se esquece de algumas coisas, de tão indignada que a gente fica!

Eu não sei se agora estou com mais medo do que estava ou se vou me entregar para Deus mais ainda do que eu já tenho entregado a minha própria vida, para eu não perdê-la assim como o Zé Cláudio e a Maria perderam, por causa da irresponsabilidade deste País.

Este País é um país que não liga, não se importa com o seu povo. Ele simplesmente não trata as vidas como prioridade. Por exemplo, cadê aqui um representante do Ministro da Justiça para ouvir todas essas mazelas que a gente tem para dizer aqui? Cadê? Não tem um para ouvir que a Darlene pode morrer a qualquer momento! Que o Cosmo Capistano também pode morrer a qualquer momento! Não tem. Não é prioridade a vida dessas pessoas que defendem esse pedaço de floresta que ainda existe.

Visualizem esse mapa! O que está em rosa é a parte que já foi desflorestada dessa Amazônia. O nome disso é "arco do desmatamento". Esse arco do desmatamento não é estático, não é parado, ele sobe.

E não sobe só destruindo e derrubando floresta, ele sobe derrubando vidas, ele sobe marginalizando mais ainda as populações tradicionais, os movimentos sociais...

Sinto muito dizer aqui, mas não posso falar outra coisa, não posso falar o contrário do que eu vivo, do que a Darlene vive, do que as comunidades vivem nessa situação indignante. Indigna mais ainda ouvir do próprio Governo que não tem como fiscalizar direitos; que o próprio Estado é que dá o aval. Sinto um caroço no meu pescoço de tanta dor, de desespero, de saber que mais vidas sentirão o que sinto na pele, o que minha família sente na pele, de perder um ente querido, porque o próprio Estado é omisso. E eu não sei o futuro disso.

Ainda bem que, de vez em quando, a gente tem esses espaços para poder aliviar a dor da perda e tentar manter pessoas, como a Darlene e o Cosmo, vivas e protegendo essa floresta, que é de todos, que não é só de um, que não é só do povo amazônida não.

O agroextrativista era isso, era o povo unido. Claro, com as denúncias ali. Com uma produção extrativista, agricultura, educação. Tinha formação. Tem gente lá ainda. Tem pessoas lá ainda que vivem com medo, que não podem falar, porque são caladas, porque o assassino de José Cláudio e Maria está lá ainda, assentado. Pessoas que colaboraram estão lá ainda, andando normalmente, como se nada tivesse acontecido.

Essa área que vocês estão vendo aí, verde, com uma barraquinha lá no fundo, não existe mais. Ela foi queimada, o gado comeu essa produção, que ia virar farinha, que ia virar alimento, e aquela floresta também não existe mais. O agricultor que plantou, que fez essa barraquinha, morava aí com cinco filhas e a esposa. Foi expulso pelo próprio assassino de José Cláudio e Maria.

Essa terra hoje está nas mãos da família de José Rodrigues. Isso não é um caso isolado. A prática de terrorismo contra ativistas e contra pequenos agricultores... E, na verdade, os donos daí não eram nem ativistas, apenas queriam o pedaço de chão, José Cláudio e Maria apenas os protegiam e os orientavam nessas questões. Não estão mais aí. Sabem o que aconteceu depois do assassinato? O próprio Estado retirou as famílias do assentamento e do Estado. Mandaram para longe e assentaram José Rodrigues. Isso é inadmissível e indignante!

Essa área que vocês estão vendo aí é de plano de manejo florestal comunitário. Especificamente essa área ainda existe porque é dentro da reserva de José Cláudio e nós protegemos. Não pensem que vai lá o Ibama, de vez em quando, perguntar como está e tal, porque ninguém dá ouvidos para nós. Ninguém. E não é a área isolada.

Isso é o que acontece lá. Estão vendo isso aí? É um monte de cinzas de casas onde ficava, onde morava gente. Essa não é a única foto, existem mais fotos dessa. Essa foto é da casinha do poço, logo do lado tinha uma casinha de guardar os cereais que eles colhiam e logo, do lado, a casa do agricultor. Tudo virou cinza. Essas casas foram queimadas pela pessoa que está citada nesse dossiê feito pela Comissão Pastoral da Terra de Marabá, estava com a PM do lado. Riscou e tacou fogo. Jogou as famílias em cima do carro e tirou de lá. José Cláudio e Maria denunciavam isso junto com a CPT. Logo depois, morreram, foram assassinados.

Essa é a realidade. Olhem lá a família. Indo embora, sendo praticamente expulsa pelo Estado. Não é assim que funciona, o Estado tem que garantir a saúde e nossa integridade física no nosso próprio lugar. Não é expulsar a gente e colocar fazendeiro no lugar, não é assim que funciona não, não é assim que vai sair alimento não. Lá, o José Rodrigues nunca plantou um pé de arroz, lá só tem capim para gado, que, saindo de lá, junto com os outros bois das grandes fazendas, vai para a Friboi de Marabá. É isso que acontece lá.

Esse senhor aqui está no Amazonas, também foi mandado, foi retirado de lá porque o Estado não conseguia garantir a vida dele, a integridade física dele no lugar onde ele estava. Três lotes de chão – hoje, só tem um –, inclusive, é o assassino de José Cláudio e Maria.

É com muita indignação que eu falo isso e com muito temor, muito temor por essas pessoas que ainda estão vivas e que fazem, praticam isso em vários lugares na Amazônia. Não é caso isolado; não é sendo egoísta e falando aqui do caso do meu irmão, mas é um retrato. Isso é um retrato do que acontece na Amazônia inteira. Na Amazônia inteira, acontece isso aí. É isto o resultado da omissão do Estado: Maria e José Cláudio. Esse é o resultado da omissão desse Estado, dizendo aos sem-terra, chacina da Fazenda Princesa, chacina da Fazenda Ubá. Todos esses companheiros morreram nas mesmas proporções que José Cláudio e Maria. São alguns casos apenas que tiveram alguma repercussão.

E os companheiros que desaparecem simplesmente? E os companheiros que nem chegam às estatísticas, porque o corpo fica irreconhecível, e o Estado não admite que saia do Estado para poder fazer o DNA? Onde está o Ibama? Onde está o Estado? Onde está a polícia nesta hora? Respondam!

O caso do Dezinho tem mais de 14 anos. Chacina da Fazenda Princesa, mais de 29 anos depois, o assassino foi julgado. E ele saiu andando do Tribunal do Júri. Por quê? Porque, no primeiro julgamento, havia sido absolvido; igualmente José Rodrigues no caso José Cláudio e Maria.

Até quando este País vai viver assim, dando carta branca para matar? Carta branca para matar. Quem desses aí está preso?! Nenhum está preso. Inclusive o José Rodrigues hoje é foragido da Justiça. No dia em que foi decretada, eu pessoalmente fui à Deca – Delegacia de Conflitos Agrários – de Marabá: "Delegada, é o seguinte: a juíza decretou, tudo mais... Se você for agora lá, você prende ele; se você for daqui a pouco, não encontra mais". Foi feita alguma coisa? Nada!

No inquérito do Acre, também, o que está sendo feito? Em alguma gaveta, eu tenho certeza de que isso está. Cadê a agilidade? Nada, nada do que José Cláudio e Maria fizeram, do que Darlene faz, Cosme e tantos outros na Amazônia fazem é prioridade para o Governo. Prioridade para o Governo é número. Mas não é número de mortos, não. Isso aí, deixa pra lá. É número de PIB, de não sei o quê. Isso é o que importa. Mas essas pessoas aqui contribuem, contribuem, sim, para este País de várias formas, e a gente só pede respeito e consideração.

Julguem os casos, julguem os casos, fiscalizem as unidades de conservação, fiscalizem os assentamentos, porque, da forma que a gente está, não dá para continuar. Olhem aí: só alguns casos, alguns, de longe...

Só que a gente não vai calar e não vai parar diante disso. A nossa luta não vai parar. Não vai morrer com eles. Não vai morrer com eles. Eles não vão conseguir calar a gente. Conseguiram calar José Cláudio e Maria, mas nós não vamos nos calar, porque José Cláudio falava: "É melhor morrer tentando, lutando, do que morrer omisso". Eu posso morrer, mas não vou morrer omissa. Estou falando aqui tudo o que eu gostaria de falar para este País, e vou falar. Se vocês não fizerem nada por nós, nós iremos morrer, mas a gente falou. José Cláudio e Maria falaram. Chico Mendes estava com dois, dois policiais perto dele, e morreu do mesmo jeito. Por que será?

O arco do desmatamento. Esse aqui é de 2012, se não me engano. Está ruim. Aí, eu arrumei esse outro, que retrata mais ou menos.

Em 2006, esse arco era muito forte em Marabá. Não é mais. Sabe por quê? Porque não existe mais arco do desmatamento aí. Ele se deslocou, ele subiu. Por isso, o Acre, Rondônia e Amazonas estão sofrendo essa pressão. Lá também há pessoas defendendo, como José Cláudio e Maria defenderam a floresta. Lá também tem gente. E onde você vê esse rastro vermelho, esse rastro vermelho não é só de desflorestamento, não; é rastro de sangue. É rastro de sangue.

Mais da metade, se não me engano, 80% da madeira que sai da Amazônia vão para São Paulo. Lá, no debate que teve agora, nesta semana, eu falei para eles: "Essa madeira está lavada com sangue." A grande parte dessa madeira está lavada com sangue, porque pessoas morrem todos os dias protegendo ela, mas o sistema é forte. O sistema é engrenado e conversa. Não pensem que os pistoleiros, os fazendeiros, os grileiros do Pará não conversam com os do Acre e não conversam com os de Rondônia. Não é à toa que eles têm uma lista, em que o Zé Cláudio estava e em que não está mais com a Maria, que tem gente de todos os Estados, e eu não sei o que a inteligência deste País faz que não consegue isso. A gente recebe essas notícias e por que a polícia não sabe disso? Por que não tem uma investigação mais a fundo com relação a essas ameaças de morte?

Aí, só mais alguns casinhos para a gente pensar e ver: eles falam que está diminuindo o desmatamento na Amazônia. Sinto muito, é mentira, porque, se fosse verdade, o arco do desmatamento não estava subindo para a Amazônia.

Alguma coisa está errada. Alguma coisa nesse dado, aí, não está batendo. Estão contando pasto como se fosse floresta e não é verdade isso. Lá, tem processo, inclusive, de desertificação.

Aí, eu pergunto para vocês: o que nós vamos fazer agora? Depois de tudo que a Darlene falou, que eu tenho falado, aqui, que o próprio companheiro do Ibama falou e que o nosso pastor vai falar, o que nós vamos

fazer a partir de agora? A gente precisa tomar uma ação rápida, imediata, tanto para salvar a floresta, quando para salvar as vidas das pessoas.

O exemplo de Zé Cláudio e Maria é, realmente, um retrato e é clássico, é até um tanto quanto comum no Pará.

O que vocês sabem desses dados? Só neste ano, 23 companheiros já morreram – só neste ano –, quase superando a média do ano passado.

Só para ter uma ideia, em 2011, morreu o companheiro do Acre, morreram os companheiros do Tocantins, Zé Cláudio e Maria. Observem a localização desses lugares. Aí, deu uma esfriada nesses dois anos, mas, neste ano, já começaram a morrer de novo: 23.

Será que o Governo não está vendo essas coisas que estão acontecendo? Vinte e cinco, não é? O número é maior: 25. Será que o Governo não acompanha esses dados de pessoas que morrem, de pessoas que tombam defendendo floresta, pela terra?

É inadmissível que isso aconteça. O Governo tem que dar um basta e tem que ser urgente, tem que ser urgente, porque, senão, mais vidas vão morrer e não vai demorar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Realmente, algo que nos preocupa e comove é ver os absurdos praticados, os crimes praticados contra pessoas que querem apenas o direito de continuarem vivas, de lutar por aquilo que pensam, por aquilo que estão construindo.

Vamos dar sequência. Nós temos a última intervenção e, em seguida, nós vamos ler, aqui, as perguntas que estão chegando dos internautas, e vamos pedir para que as pessoas da Mesa possam responder essas perguntas e, se o tempo ainda nos permitir, vamos abrir para algumas pessoas.

O último convidado para esta audiência pública é o Sr. Antônio Vasconcelos, que é o presidente da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi, a quem passo a palavra.

O SR. ANTÔNIO VASCONCELOS – Boa tarde.

Eu quero, na minha fala, primeiramente, saudar todos da Mesa: o Senador, as autoridades competentes que estão à Mesa.

Eu quero dizer a todos vocês que, ao chegar aqui, eu cheguei muito triste. Ao sair da minha comunidade, ao sair da minha reserva, eu saí muito triste e assim estou até este momento.

Por que chegamos até aqui? Viemos atrás de uma solução para o grande problema que enfrentamos. Mas quero dizer que sairei daqui mais triste do que quando cheguei. Os dados que eu vi aí são muito mais preocupantes do que eu pensava.

Sabendo, verdadeiramente, que a solução desse problema não é fácil, porque a cada dia os dados aumentam, a cada dia as ameaças aumentam, e nós somos quem está na linha de frente desse grande problema.

Então, aqui, quero falar em nome da Reserva Extrativista do Ituxi – moro ali há 17 anos – e também em nome da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus (Atamp), aqui representado pelo nosso companheiro Benedito.

Quero dizer a vocês que, em 2012, eu estive no Congresso, com o CNS, para pedir socorro, porque os nossos irmãos estavam tombando um após outro. Tivemos em uma audiência, como estamos hoje aqui. Sabemos que os ataques estão acontecendo um após outro. Não fazia uma semana que tinham matado o José Cláudio e a Maria do Espírito Santo, a irmã dele estava conosco, a Claudenice, nessa audiência no Congresso, para pedir socorro por aquela situação existente, porque o meu nome também está na lista dos ameaçados de morte.

Então, vejam: a partir daquele momento em nós anunciamos que estavam sendo tombados um após outro, e o meu nome também estava na lista, uma semana depois a Força Nacional de Segurança chegou à minha casa para me dar segurança e passei dois anos com a Força Nacional dentro da minha casa. Ser protegido pela polícia não é bom, mas quero dizer que foi a maneira de frear as grandes ameaças. Mas, mesmo assim, com a polícia em minha casa, as pessoas ligavam e diziam: "Eu mato você e mato os policiais que estão aí na sua porta."

Então, a situação não foi muito boa, porque passamos dois anos sem poder pisar dentro da reserva extrativista, prisioneiro na minha própria casa, na minha própria residência por defender a causa do pequeno, defender a causa do agricultor, do extrativista que mora dentro daquela reserva.

Então, a minha cabeça chegou a valer R$1 milhão. "A tua cabeça está por R$1 milhão, e tu morres, não tem jeito!" Porque a área da Reserva Extrativista do Ituxi é uma área de grande interesse, tanto madeireiro como mineral.

Então, nós estamos enfrentando uma batalha muito forte.

Veja aqui na fotografia, em que taparam o rio, pode ser até o Rio Ituxi, porque o nosso rio também foi tapado em vários posições, assim como os Rios Querequetê e Coiti foram tapados várias vezes para que os

caminhões saíssem com a madeira. De onde sai essa madeira? Essa madeira sai de dentro do Parque Nacional do Mapinguari, passava em frente da casa da Nilzilene, e diziam: "Estamos tirando essa madeira de dentro do Parque da Dilma". Diziam para ela, e com a Força Nacional na porta da casa dela.

Vejam o tamanho da desordem e o tamanho da violência que nós temos enfrentado.

Hoje, nós estamos dentro da Reserva esperando, a qualquer hora, um ataque acontecer, porque hoje não estou mais com a Força Nacional. E quem foi ameaçado uma vez nunca mais deixa de ser ameaçado; toda vida é ameaçado. Eles apenas dão uma trégua, mas quando voltam é para valer.

Então, por essa razão estamos aqui. É por essa razão que a CPT – Comissão Pastoral da Terra – está aqui. Estamos no mesmo barco. Sabemos que qualquer vacilo um de nós tomba. Por isso que aqui estamos pedindo socorro, pedindo às autoridades competentes, porque esse modelo, que, desde 2012 vem sendo usado, não tem servido para barrar, para resolver a situação das ameças de morte, para resolver a situação do desmatamento ilegal.

Sabemos que durante esses cinco anos que lutamos por um plano de manejo comunitário de 500 hectares dentro da nossa reserva extrativista, centenas de manejos florestais ilegais estão sendo assinados pelos governos e saindo madeira de dentro da nossa reserva, de dentro do nosso parque, e indo diretamente para São Paulo.

Sabemos que esse modelo não tem servido. Queremos que esta Casa busque alternativas para que possa contemplar a nossa situação, contemplar ali, verdadeiramente, para que nós possamos nos sentir mais seguros dentro de nossas reservas. Nós possamos sentir apoio do governo que aí se encontra.

O Senador acabou de dizer que daqui a poucos dias pode mudar, pode ter outros Senadores, pode ter outro Presidente ou Presidenta. Mas sabemos que essa pessoa que será eleita, que nós vamos eleger, com toda a certeza, que pense um tipo de... Que possa pensar num modelo de política que possa nos contemplar, que possa resolver essa situação de uma vez por todas.

Nós não estamos mais querendo ouvir só palavras. Nós queremos ouvir em conjunto a Polícia Rodoviária, a Polícia Federal, a Força Nacional, a Polícia Militar, a Polícia Civil. Em conjunto resolver essa situação porque, no sul do Amazonas, no Município de Lábrea, hoje, só esse conjunto de Polícias pode resolver a grande situação que existe. Porque os mandantes são pessoas que moram em São Paulo, são pessoas que moram no Rio de Janeiro, pessoas que moram nos grandes centros urbanos e ali mandam alguém executar as pessoas que ali estão, impedindo que eles façam o que eles bem querem fazer.

Agora, por que nós somos ameaçados de morte? Nós somos ameaçados de morte porque nós não nos conformamos com ilegalidade e vamos tentar resolver. Somos ameaçados de morte porque estamos fazendo aquilo que o Governo não está fazendo. Razão essa por que nós somos aqueles que estão na linha de frente. Razão essa por que ele diz que nós somos aqueles que atrapalham o desenvolvimento do País.

Eu acredito que o desenvolvimento do País é ver a floresta em pé, é ver nossos irmãos tirando o látex da seringueira, ver nossos irmãos coletando a sua castanha.

Agora, em 2013 se não me engano... Em 2009, o presidente da Associação do Médio Purus foi envenenado com café. Veja: em 2009 ele foi envenenado com café. A esposa do outro vice-presidente sofreu uma violência dentro da cidade. Alguém foi lá e violentou ela fisicamente. Foi feito um Boletim de Ocorrência, que foi para o Ministério Público. Quando foi agora, antes de eu sair da cidade – isso foi em 2009 –, agora, o delegado da Polícia Civil me chama e disse: "Chegou à minha mesa um documento que o Ministério da Justiça mandou para que eu possa averiguar o que aconteceu com o presidente da Associação em 2009".

Veja: em 2009; nós estamos em 2014. O que aconteceu? É que envenenaram ele para matar. O que aconteceu? É que violentaram a esposa do vice-presidente na cidade para que pudessem, ali, pegar o presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO VASCONCELOS – Então, eu quero dizer a vocês que nós confiamos nesta Casa, confiamos nas autoridades, razão essa por que nós estamos aqui pedindo socorro. Pedindo que seja mudado o modelo de governo, o modelo de políticas públicas para que possa, com certeza, nós acreditarmos. E estamos acreditando, mas queremos ver o grande resultado, em conjunto, para que possa barrar essa grilagem que existe, essa madeira legal que é ilegal, manejos florestais que, verdadeiramente, não são legais, pelo qual a população extrativista luta e não consegue ser aprovado esse manejo para que nós possamos tirar essa madeira legalmente, dentro de uma reserva extrativista.

É isso que nós queremos: trabalhar legalmente. Mas nós queremos, também, que nós possamos ter uma vida digna, uma vida com paz. Porque eu acredito que, se não mudar a política de Governo, a maneira de olhar para o homem do campo, nós não teremos paz até que isso venha a acontecer.

Então, era isso que eu tinha que colocar para vocês nesta tarde. E dizer que, em 2012, estivemos no plenário do Senado pedindo socorro. Estamos voltando outra vez, em 2014, dizendo que a coisa não mudou,

a coisa continua como estava. Mas nós não queremos mais que a coisa continue como está. Queremos uma mudança. Não queremos voltar outra vez aqui e estar acontecendo o que sempre vem acontecendo: não tem uma solução para esse problema, para esse grande problema que nós estamos colocando aqui.

Fico bastante assustado quando o delegado da Polícia Federal coloca ali, quando o nosso amigo do Ibama nos coloca, o Ministério do Meio Ambiente, os dados, e aí nós vimos que não tem como resolver a situação imediata, mas, se existir um conjunto, existir um trabalho em conjunto, com uma operação conjunta para resolver essa situação, eu tenho certeza de que isso pode ser resolvido.

Agora, há poucos dias, o delegado da Política Civil me chamou e disse: "Olha, nós temos mandato de 21 pessoas para serem presas no sul de Lábrea, mas aqui já tem, antes de serem presas as pessoas, oito mandatos de soltura, alvará de soltura de pessoas que nem presas foram ainda." Então, veja como é que está a nossa situação dentro do Município de Lábrea. Como é que nós podemos ter uma vida digna? Como é que nós podemos dormir sossegados com a nossa família com uma situação dessas?

Aqui, eu quero deixar o meu agradecimento para todos.

Era isso que eu queria falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado ao Pastor Antônio Vasconcelos.

Encerramos aqui a participação, a primeira participação dos expositores, e eu vou aproveitar para ler algumas perguntas e sugestões que nos chegaram pela rede de computadores, pela internet. Também vou ler uma comunicação da Secretaria de Direitos Humanos, leitura que faço lamentando. Eu leio isso com muito desprazer, mas faz parte da minha obrigação:

Informo que, por motivo de incompatibilidade de agenda, a Srª Ideli Salvatti, Ministra de Estado e chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, não poderá participar da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para tratar da escalada de violência contra a ativista dos movimentos sociais de caráter socioambiental, relacionada à exploração ilegal de madeira na Região Amazônica, a realizar-se no dia 3 de setembro de 2014, quarta-feira, às 14 horas, no Plenário Nobre da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal, Brasília, DF.

Eu leio, mas não posso acatar e aceitar a ausência de quem tem que proteger o direito das pessoas. E, para mim, isso é profundamente lamentável.

Aqui, algumas perguntas.

A pergunta vem de Fabrício Reis Amador:

"Exmª Srª Maria Darlene Braga Martins, representante da Comissão Pastoral da Terra, qual é a realidade, em dados estatísticos, em que mandantes de assassinatos estão presos [eu acho que essas pergunta já foi respondida] e foram condenados em relação àqueles outros casos em que não aconteceu justiça? Por quê?

Essa é uma pergunta que foi enfaticamente respondida. Ou seja: nenhum. A Justiça, no nosso País é para punir os pobres e proteger os ricos. Essa é a Justiça que nós temos, infelizmente. Agora, nós temos meios também – e isso aqui é importante que eu lhes diga –: no caso específico desses oito *habeas corpus* já concedidos antecipadamente, antes da prisão, precisamos comunicar isso ao CNJ e pedir providências.

Eu tenho aqui uma outra pergunta, um comentário da Anna Flávia Schmitt Wyse Baranski. Não diz de onde é, mas tenho quase certeza de que essa senhora é do Paraná.

A melhor forma de proteger os ativistas deveria ser feita através dos serviços de inteligência das Forças Armadas para não sobrecarregar as polícias. É preciso abrir um diálogo com as Forças Armadas para estudar a viabilidade.

O Éder José Guimarães também vai na mesma direção. É do Rio Grande do Sul. Desculpe-me, é de Santa Catarina a Anna Flávia. E o Fabrício Reis Amador é do Pará.

O Éder José Guimarães é do Rio Grande do Sul e ele também vai na mesma direção da Anna Flávia:

Temos as forças armadas do País em total ociosidade social. Ao invés de manter esse contingente sem um retorno social verdadeiro, então que deem um retorno a Pátria e se apropriem de fato da Amazônia brasileira, pois o mundo está de olho em nossas riquezas e não de hoje.

Por último, Marcelo Ferreira, de São Paulo.

Muitos crimes estão sendo cometidos no campo e o Governo não toma providências. Deve-se ao alinhamento do Governo com os ruralistas? O Governo pode ser considerado cúmplice nesses assassinatos?

Essas são algumas questões que foram colocadas, e eu quero fazer alguns encaminhamentos para que esta audiência pública tenha sequência aqui dentro da Comissão de Direitos Humanos: quero solicitar informação acerca dos inquéritos – isso nós já falamos – instaurados no Acre nos últimos cinco anos; requerer ao Ministério Público, bem como ao Ibama e ao Ministério da Justiça, informações a respeito de providências tomadas em relação aos crimes denunciados pela Srª Maria Darlene e pela Srª Claudelice. Nós precisamos localizar com precisão essas denúncias, para que a gente possa tomar as providências que são da nossa alçada.

Agora, eu sugiro, do ponto de vista político, já que nós temos aqui um painel fotográfico dos ex-Presidentes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que nós criemos no Senado, até porque quando nós convidamos pessoas para participar aqui da Comissão de Direitos Humanos, e que apresentam denúncias contundentes, comprovam com provas cabais essas denúncias, elas se expõem à represália. A minha ideia é criar um painel fotográfico com as pessoas que participaram desta audiência e que estão ameaçadas de morte, e com uma rápida biografia de cada uma dessas pessoas. Nós vamos expor isso. Eu vou preparar o requerimento solicitando um espaço aqui dentro do Senado, para que a gente tenha uma exposição permanente dos ameaçados de morte, porque este País não pode... (*Pausa.*)

Não é possível continuar convivendo com isso. É inaceitável. Nós recebemos aqui, com muita frequência, pessoas ameaçadas, com suas vidas em jogo, e nós não tomamos providência. Não há providência. Requeremos que o Ministério da Justiça se responsabilize também. É outro requerimento, que o Ministério da Justiça se responsabilize se qualquer coisa acontecer com essas pessoas que estiveram aqui, prestando depoimento. Nós precisamos assumir. O Senado precisa ter responsabilidade. Nós não podemos apenas ouvir. Nós precisamos responsabilizar o Estado brasileiro por esses absurdos, pelos crimes cometidos contra cidadãos e cidadãs que querem apenas ter o direito de viver e de defender aquilo que pensam. E, por último, requerer a proteção dessas pessoas. Tem gente aqui na plateia que também está ameaçada. Queremos que o fotógrafo prepare uma boa foto, para que a gente possa expor, e encaminharmos um documento ao CNJ, denunciando a lentidão do Judiciário, e esse sistema que não pune. Nós temos que identificar onde é que está o problema, pedir a intervenção do CNJ nos Estados onde a violência é praticada com mais contundência, como é o caso que nós estamos vivendo.

Eu sou de um Estado em que, infelizmente, com a chegada do agronegócio, com a entrada do cultivo de soja, começamos a ter conflitos. Nós tínhamos raros conflitos. São pontuais os conflitos. A cada dez anos nós tínhamos um conflito fundiário. Agora, os conflitos estão acontecendo com certa frequência. Ainda não tivemos caso de assassinato, mas também estou preocupado. Espero que, no nosso Estado, haja um sistema mínimo de defesa das pessoas, mas essa proteção do crime organizado é generalizada no País. Aqui, nesta Casa, também há representantes que terminam protegendo esses criminosos, infelizmente. Infelizmente dar essa proteção também acontece aqui. Agora, vejam, eu me preocupo muito, porque um País que não consegue garantir a integridade física de quem vive nos centros urbanos, em grandes centros urbanos, como São Paulo, onde há verdadeiras matanças, chacinas permanentes, como Rio de Janeiro, onde pessoas desaparecem e nunca mais se ouve falar, isso nos centros urbanos. Agora, preocupa-me, porque imagine alguém que vive submetido a todo tipo de ameaças nos lugares mais remotos e distantes do nosso País.

É hora de o Senado agir e pensar também como proteger, porque não é justo convidarmos pessoas aqui e colocarmos suas vidas em mais risco do que elas já vivem. Então, temos que criar um sistema de proteção aqui, no Senado, para que as pessoas cheguem aqui e possam se expressar com absoluta liberdade, sabendo que vão sair daqui com um mínimo de proteção.

Então, vamos pensar, juntamente com a Senadora Ana Rita e a Comissão de Direitos Humanos, para que possamos caminhar nessa direção.

Eu vou conceder a palavra a todos os painelistas, mas vamos reduzir o tempo. Vamos fazer o seguinte: vou conceder a palavra a uma pessoa que nos acompanha e que se inscreveu, que é o Clodoaldo Ramos Pontes, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Clodoaldo, por favor, você pode usar da palavra.

Logo em seguida... Se tiver mais alguém, por favor, nós vamos abrir mais duas inscrições. Quem mais? Quero o nome daqui a pouco. Três. Pronto, fechado. Agora, eu quero o nome. Vou pedir um resumo por três minutos, porque ainda tenho que voltar ao plenário.

O SR. CLODOALDO RAMOS PONTES – Ótimo.

Muito obrigado, Senador Capiberibe e Senadora Ana Rita, não mais presente aqui.

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) é uma entidade que foi criada na década de 80, pelo Chico Mendes, e representa, na verdade, o extrativista do Brasil e da Amazônia especialmente. O CNS tem tido uma luta histórico-estratégica em defesa de população da floresta, especialmente, já disse, da Amazônia, e também contra a violência na floresta. Claudelice, Zé Cláudio e Maria do Espírito Santo, o próprio Chico e José Wilson, que morreu lá no Acre também, foram pessoas que o CNS já defendeu historicamente.

Agora, nós temos outras frentes também, que é combater a violência, mas também discutir políticas públicas. Para o CNS, é importante que se tenha essa ampliação da luta contra a violência no campo, que o Estado assuma isso de forma efetiva e, praticamente, adote isso como uma estratégia de Governo, para o País, mas no CNS, assim como o Pastor Antônio Vasconcelos falou, também estabelecemos umas políticas, porque não basta apenas o combate à violência, mas também discutir política pública para o País e para o extrativismo.

O CNS tem discutido em seus congressos nacionais muitas políticas que o Estado precisa levar para as florestas: crédito, política, com exceção dos produtos da floresta. Por exemplo, nós temos, agora, o preço mínimo, que é uma luta do CNS juntamente com muitos movimentos sociais da Amazônia.

A violência no campo, a violência na floresta, especialmente onde estão os extrativistas, também tem uma relação econômica, política e social. Então, não adianta combater a violência só com prisão. Também precisa investir nas reservas extrativistas que foram criadas. É fundamental que elas se tornem espaços produtivo de qualidade da vida das pessoas, onde haja saúde, educação e possibilidade de se organizarem de forma comunitária para vender seus produtos, ter preços dos produtos, ter mercado, e que o Estado reconheça isso também como estratégia de conservação do ambiente da floresta.

Temos dados, os últimos dados, apesar do desmatamento na Amazônia, mas os últimos dados mostram que se não fossem as populações extrativistas da Amazônia,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLODOALDO RAMOS PONTES – ... hoje, as florestas amazônicas estariam em situações piores de desmatamento, porque a floresta mantém viva a Amazônia e mantém viva uma política de resistência.

Então, o CNS, na verdade, traz essa luta historicamente para mostrar para o País que essas frentes, que ele tem encarado do ponto de vista da política, como entidade que defende a política em favor dos extrativistas, é muito importante também, porque é a partir dessa política para os extrativistas que vai se ter uma forma de combater a violência na floresta.

(*Interrupção do som.*)

O SR. CLODOALDO RAMOS PONTES – Só para encerrar, Senador, rapidamente. Foi criado agora nesses últimos dois anos, uma discussão, e criamos o Plano Nacional de Fortalecimento do Extrativismo, que vai ser lançado ainda neste ano, no mínimo no ano que vem, que é uma forma de começar a ter um plano, como há o PBQ – Programa Brasil Quilombolas –, como há o Política Nacional de Gestão territorial e Ambiental de terras Indígenas (PNGATI), e como também deve haver um plano de defesa das populações extrativistas, com políticas de Estado, com recursos públicos que vão no – Programa de Aquisição de Alimentos –, no orçamento plurianual do Governo. Enfim, essas coisas todas são importantes para poder ajudar a valorizar a floresta, a valorizar as pessoas e também a combater a violência onde vivem os extrativistas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado. Eu acho que você tem razão, nós temos que ter políticas que garantam o desenvolvimento dessas comunidades, não tenho a menor dúvida.

Agora, enfim, eu passo a palavra, nós temos dois inscritos, ao Heraldo Pantoja da Costa, e peço que identifique o Estado, a comunidade.

O SR. HERALDO PANTOJA DA COSTA – Uma boa tarde à Mesa, a todos os nossos companheiros aqui do Liderar e de outras instituições presentes. Meu nome é Heraldo Pantoja, sou de Gurupá, no Pará.

A minha pergunta é para o Dr. Luciano. Hoje, pela manhã, nós tivemos uma audiência com o Instituto Chico Mendes, e lá foi dito que o Instituto Chico Mendes não tem recursos para fiscalização. E aí a minha pergunta para o Dr. Luciano é sobre o que o Ibama – que é responsável também por fiscalizar esse tema que hoje nós estamos discutindo aqui, que é a questão da extração da madeira ilegal na Amazônia –, realmente está fazendo, porque, no Pará, nós estamos em uma fronteira. Na verdade, em Gurupá está se iniciando, está começando a ser retirada madeira principalmente de áreas quilombolas, de reservas extrativistas, então o nosso medo é que Gurupá já comece a ser um Município – ainda está verde, pode ser que, daqui a alguns anos – como esse mapa que os outros companheiros falaram.

Então, eu represento aqui o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá e a gente está com medo que esse Município fique no arco desse desmatamento que está aumentando na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Sr. Heraldo.

Eu passo a palavra ao Benedito Clemente de Souza.

O SR. BENEDITO CLEMENTE DE SOUZA – Boa tarde a todos. Eu gostaria só de acrescentar mais um pouco ao que os companheiros já comentaram aí na Mesa, como a moça aqui, a Darlene, e a Claudenice, Pastor Antônio e os demais. Isso é uma luta muito grande que a gente batalha aí. Eu sou da cidade de Lábrea, do Município de Lábrea, moro no Médio Purus, moro na Reserva Extrativista do Médio Purus, e, desde quando começou, em 2005, quando a gente começou um trabalho de preservação da natureza, que a gente também tem ameaças.

Em 2010 eu fui ameaçado, pelo camarada que se achava dono da propriedade lá, de ser despejado da comunidade, e ele não conseguiu me despejar porque tinha os companheiros, no caso CNS, ICMBio, CPT, que se levantaram contra também e foram na comunidade no momento em que ele tinha ido para fazer despejo da minha casa comigo e tudo, com a minha família e meus filhos.

E ele foi barrado de fazer esse despejo, porque eu estava defendendo uma área de madeira que ele estava mandando alguns madeireiros de Lábrea derrubarem, a que estava dentro da reserva, e eu o impedi. E eu, com a comunidade, impedimos.

Em seguida, ele não pôde fazer despejo de mim por conta própria. Manipulou a própria comunidade para se levantar contra mim, voltando à comunidade de novo, dizendo que tinha apoio da comunidade para me jogar fora da comunidade. Chegou à comunidade, a comunidade, com licença da palavra, deu um pé na bunda dele, porque as pessoas conhecem o meu trabalho lá, gostam de mim. Ele chegou a dizer que ninguém gostava de mim na comunidade, manipulou a comunidade para isso. No momento, a comunidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENEDITO CLEMENTE DE SOUZA – ...deu um pé na bunda dele; e ele, até hoje, ainda é enraivado comigo. Eu não tenho medo dele, mas tenho cuidado porque ele é metido a poderoso.

Então, tudo isso é ameaça. Nós, quando começamos a trabalhar para defender a floresta ou qualquer patrimônio da natureza, a gente é ameaçado sim. A gente corre ameaça por defender a floresta, corre ameaça por defender o quelônio do Amazonas. Também há uma ameaça grande contra nós; lá estamos em defesa do quelônio. Isso é muito perigoso.

Eram essas as minhas palavras. Se eu fosse falar mesmo sobre ameaça e sobre a Amazônia, o desmatamento que há lá e a devassidão que há lá, eu passaria mais de uma hora aqui, apesar de a gente não ter esse tempo. Eu vou parando por aqui, mas lá a coisa é feia. Precisamos que as autoridades competentes venham nos apoiar nisso aí, porque nenhuma palavra que esse pessoal falou aqui... isso tudo é verdade. Eu fiquei até emocionado quando vi o cara morto aqui, todo derramado o sangue, porque eu também sou uma pessoa que estou correndo risco de ficar nessa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Benedito. Eu vou pedir para que você também entre no painel dos ameaçados, já que participou desta nossa audiência pública. E se houver mais alguém, eu pediria à representante da CPT que nos ajudasse nesse sentido.

Bom, eu vou passar a palavra aqui aos convidados, e eu não gostaria de estabelecer a ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Então muito bem. Então vamos ouvir o Dr. Luciano de Meneses Evaristo. Mas eu teria uma pergunta, Dr. Luciano, já que o senhor vai responder. Esse sistema de medição de desflorestação da Amazônia, o Degrad, o Prodes e o Deter, não é isso? Os dados levantados por eles estão demorando muito a ser liberados. Por que essa morosidade? O que está acontecendo para retardar essas informações sobre desmatamento?

O SR. LUCIANO DE MENESES EVARISTO – Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de dizer que com os depoimentos que ouvi aqui, eu realmente fico indignado. Compartilho da indignação do Presidente da Mesa. A situação é grave. Eu faria sim um encaminhamento bem positivo, é uma situação gravíssima, em primeiro lugar de segurança pública. O Estado não dá segurança ao seu cidadão. A gente deveria fazer uma audiência aqui, chamar os secretários de segurança dos Estados da Amazônia e os secretários de meio ambiente, que sentem aqui para dizer que providência eles têm que tomar para dar segurança ao cidadão que está lá na Amazônia brasileira, segurando a floresta.

Senador, com relação ao Degrad, ao Prodes e ao Deter, isso é da competência do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Nós lá da Diretoria de Proteção Ambiental somos usuários dos dados. A gente utiliza os dados para fazer a fiscalização. O que a gente pode perceber e o que a gente tem percebido com relação ao Deter, nas últimas campanhas, é que o crime organizado encontrou uma forma de ludibriar o sistema Deter atual, que conta com o satélite Modis.

Eu já tenho informação de que o próprio INPE está desenvolvendo um novo sistema de detecção, que deverá ser entregue em outubro, com imagens de altíssima resolução em curto espaço de tempo, que vai evitar essa nova estratégia do crime organizado.

Meu amigo Heraldo pergunta ali por que o Chico Mendes não tem recursos para fiscalizar. Isso não é verdade. O Chico Mendes tem no seu orçamento recursos destinados à fiscalização. Ele deve... No caso das reservas extrativistas, ele é o primeiro órgão a ser acionado quando da fiscalização, com relação à degradação da reserva ou a qualquer tipo de roubo de madeira.

Quando falam que está havendo o desmatamento lá, eu volto para o meu amigo Marcio, do Greenpeace. Por isso, acho que é preciso trazer os secretários de meio ambiente dos Estados aqui, porque não há como fiscalizar a extração ilegal de madeira se a madeira é toda legalizada.

O Ibama não enxerga as origens. Há um descompasso. A informação da gestão florestal do Estado não encosta no sistema do Ibama. O Ibama não consegue ver a origem. E aí o Ibama está propondo, caro Senador,

que em novembro todos os Estados da Amazônia sejam obrigados a aderir ao sistema nacional de gestão florestal. É aquilo que foi colocado pelo colega Marcio, do Greenpeace. É um sistema público, gratuito, onde todos os Estados farão gestão florestal transparente, para todos nós podermos acessar os dados e fiscalizar, de maneira conjunta, o que está havendo com a extração na madeira.

Com um sistema desse, é impossível alguém fazer maracutaia como está em Rondônia, colocando 3 milhões de créditos de madeira no sistema, de uma vez só, porque todos nós sabemos que vai guiar madeira roubada das reservas e das terras indígenas.

É preciso, urgentemente, que a gente ataque a causa do problema. A causa chama-se gestão florestal não transparente. E esta Casa precisa trabalhar para trazê-los aqui, para que obrigue esses Estados a aderirem ao sistema federal, ao sistema nacional, e a gente comece a fazer gestão e faça valer o combate lá.

Cada pessoa que estiver tirando uma madeira, em cada ponto da Amazônia, o Ibama não tem como combater, não tem. Mas o Ibama tem como combater olhando a gestão como um todo. Se a pessoa não tiver o papel para exportar, não vai tirar, porque não vai ficar com a madeira no colo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO DE MENESES EVARISTO – E é isso. Eu queria dizer outra coisa. Lá na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, o Ibama e a Polícia Federal são dos poucos órgãos que sentam e participam de todas as reuniões. E que lá, toda a estrutura do Ibama, no campo, nas áreas onde nós combatemos o desmatamento, está à disposição para a defesa dos ativistas ameaçados de morte.

Em caso de qualquer ameaça, quando precisar do helicóptero do Ibama ir resgatar um ativista em qualquer ponto, nessas áreas onde a gente está, que eu coloquei aqui, nós o faremos de pronto. E temos apoiado várias ações da Secretaria de Direitos Humanos no sentido de dar o atendimento ao ameaçado.

E, aqui, vocês podem contar... E se tiverem denúncia e sentirem que estão ameaçados por essa denúncia, mandem diretamente para mim. Abram a página do Ibama na internet, vejam, lá, meu nome, enviem para mim a denúncia. Eu vou mandar olhar.

Cara colega da CPT, eu vou mandar olhar o plano de manejo lá do Acre e vou dar retorno para aquelas denúncias de destruição do rio e para o plano de manejo com suspeita de ser fraude.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito bem. Muito obrigado, eu acho que é importante que a gente saia daqui com encaminhamentos, não é?

Passo a palavra ao Delegado Adalton de Almeida Martins, que morou no meu Estado, quatro anos, e é uma testemunha de que lá, principalmente, na época em que ele morou, os conflitos fundiários eram mínimos e os ambientais também, mas confesso que estou preocupado.

Ainda não, ainda nós temos, lá, um Governo preocupado com o meio ambiente, que está tratando de não permitir que avance.

Eu acho que os Governos estaduais são muito responsáveis também. Há sugestão de fazer audiência pública com os secretários e com os próximos Governadores. Eu acho que nós vamos trazer para cá os Governadores da Amazônia que vão tomar posse, dia 1º, para que eles possam, então, responder, um pouco, como eles vão, já que são novos, como vão responder para essa... Nós vamos fazer uma audiência pública com os Governadores, vamos convidá-los, para ver como a gente encaminha isso.

Bom, Delegado, com a palavra.

O SR. ADALTON DE ALMEIDA MARTINS – Obrigado. Eu fico estarrecido, aqui, ao ouvir essas denúncias. Na verdade, são denúncias.

Como eu disse, na parte de investigação da Polícia, pelo menos na área de crimes contra o meio ambiente, a gente está procurando entender e identificar a forma capitalista desse tipo de crime. Ou seja, na cadeia de investigação, o que está gerando a pressão sobre o morador da floresta, o que está levando à grilagem, ao desmatamento, à cooptação – como sabemos – de pessoas que vivem na região para se locupletar com isso.

Só para vocês terem uma ideia, tivemos essa última investigação que me chamou muito a atenção. Foi em uma área da BR ali no Pará. O dano ambiental causado, estimado em perícias – e isso está em laudos –, ultrapassa R$ 500 milhões. Temos alguns laudos, é uma região pequena, que eu reputo... Imagine o resto!

Que dinheiro é esse? Para onde está indo isso? Quem está ganhando com isso? Isso traz um rastro que estamos vendo de morte, de ocupação, de expulsão que envolve outras forças no combate a isso.

Pela minha área lá, estamos observando com lupa isso. Eu diria para vocês que fizemos essa investigação, já temos outras. De umas três para cá... E nós fizemos agora também as carvoarias na área do Cerrado. Foram utilizados 400 policiais nessa operação, identificamos algumas siderúrgicas que se beneficiavam com esse tipo de força.

Então, vemos grandes forças agindo nisso. O combate isolado, o combate em cima do grileiro, do matador, de repente, talvez não surta tanto efeito quanto aquele em que a gente começa a estrangular o dinheiro. Essas pessoas agem, na verdade – pelo que tenho visto –, pela ganância. Não é pela necessidade de plantar ou de comer, é pelo dinheiro.

Então, sou muito grato por estar aqui, para ter essa visão também. Eu já tinha visto isso. Como eu falei para vocês, eu trabalhei no Amapá, e era junto com o Pará. Estamos aí para ajudá-los. Temos a Superintendência no Estado.

É claro que a nossa atribuição é um pouco... Nós temos as nossas atribuições. Trabalhamos em conjunto com as polícias, com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, com a Força, com o Ibama. Cada macaco no seu galho. Estamos aí para ajudar. Qualquer denúncia, qualquer coisa que possa nos encaminhar... Temos as delegacias, as superintendências e aqui em Brasília também. Podem falar com a gente na divisão de combate aos crimes contra o meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Bom, eu vou passar a palavra – desculpe Delegado – ao Marcio Astrini, do Greenpeace.

O SR. MARCIO ASTRINI – Bom, então, serei bem rápido, Senador.

Primeiro, o companheiro do CNS falou aqui e eu queria pegar um gancho no que ele falou, no sentido de que a madeira pode ajudar não só as populações, mas também a floresta.

Isso é verdade. Ela tem esse papel, ela tem esse poder, mas não é o que faz hoje. Então, temos um longo caminho. Na verdade, hoje a situação é tão ruim que as próprias comunidades desacreditam que isso seja possível acontecer, e a gente sabe que se você tiver a madeira bem feita, bem extraída da floresta, você consegue preservar a floresta e gerar renda e possibilidades para aquelas comunidades.

Não é o que acontece hoje, definitivamente.

Hoje, temos essa situação que vimos aqui. A madeira destrói a floresta e financia a compra da bala que vai matar as pessoas, o que os nossos outros companheiros mostraram aqui no PowerPoint. Então, precisamos fazer a inversão do jogo.

Eu acredito que isso é possível, porque essas pessoas estão aqui dizendo que existe um caminho, que existe uma solução, mas que nós precisamos de investimento. Não é possível um País que vai buscar petróleo a cinco quilômetros de profundidade, a não sei quantos quilômetros da costa brasileira não ter capacidade de investir na recuperação da tragédia social que é causada pela madeira! Não é possível! Eu me recuso a acreditar.

Em tempo, nós somos contra a exploração do pré-sal; achamos que a exploração é indevida da forma como está sendo feita. Uma parte desse financiamento, essa forma de se achar que o pré-sal é a bala de prata...

Uma parte desse financiamento podia muito bem ir para gerar ali um choque de realidade com uma nova indústria madeireira na Amazônia, para o resgate da dignidade dessas relações que existem lá, principalmente com as populações que ali moram.

E eu queria terminar. Já que o Luciano fez algumas sugestões, eu queria fazer algumas sugestões de encaminhamento também. A primeira é que a gente crie, a partir daqui, desta comissão e desta audiência, um instrumento – obviamente os Srs. Senadores vão analisar qual é o melhor – com que a gente exija, dos Estados que controlam a madeira hoje, a revisão imediata de todos os planos de manejo que eles aprovaram e que hoje geram créditos para acobertar a ilegalidade.

A segunda coisa que deve partir do Governo Federal e que pode muito bem partir como proposta desta Casa é realizar um amplo debate sobre um novo sistema, com reformas do que existe e novos mecanismos, para controlar a madeira que é autorizada a sair da Amazônia daqui para frente. Então, nós temos que rever o que está para trás e criar um mecanismo mais eficiente para o que virá.

A outra coisa – então a terceira proposta, Senador – é que a gente faça um requerimento, um instrumento, algo que exija que imediatamente esses Estados que controlam a retirada da madeira da Amazônia tornem públicos os seus processos que autorizam esses planos de manejo ou essas pessoas a subtrair madeira da floresta. Não tem por que ser escondido. Por que essa caixa preta? Por que o segredo? Por que a gente tem que ouvir o representante do Ministério do Meio Ambiente dizer que ele não consegue enxergar? Por que isso? Não existe motivo para isso.

A gente está num debate – inclusive aqui no Congresso – de que as dotações devem ser abertas. Estão abertas. Já foi aprovado. Faz pouco tempo. Então, agora nós vamos abrir também esses planos de manejo, ver para quem eles saem, como os processos são feitos, quem assina, como eles são fiscalizados, vistoriados antes e depois de serem aprovados.

Queria, por fim, novamente agradecer ao senhor por ter nos recebido, por ter encaminhado esta audiência pública e, pessoalmente, agradecer ao senhor pelo Parlamentar que é, que sempre acolhe essas deman-

das sociais das pessoas que mais necessitam, dos lugares que sofrem maior injustiça. Eu, pessoalmente, tenho uma admiração muito grande pelo senhor e pela sua obra. Quero agradecer-lhe e também dar os parabéns a esse pessoal das comunidades, representantes de CPT que vieram falar aqui hoje, todo o mundo que está aqui. São pessoas de coragem, Senador.

Às vezes a gente dá um pulo lá depois de uma aprovação de um código florestal. A gente sabe que acena com impunidade, com anistia para quem apostou no crime ambiental, no crime contra a vida. E a gente vê o tamanho do reflexo que isso tem com essas pessoas. Aqueles que muitas vezes antes se sentiam pressionados pelo Ibama, pela Polícia Federal se sentem acobertados por uma grande parcela de Parlamentares, da qual eu excluo o senhor.

Mas o senhor sabe, tanto quanto eu, que há muitos aqui que colocam seu mandato para acobertar pessoas. E estas pessoas são de coragem, porque muitas vezes não têm esses Parlamentares, não têm essa força, têm mesmo a arma na cabeça e vêm aqui se expor, em nome das suas comunidades, das suas famílias, para dizer o que está acontecendo na Amazônia. Então, parabéns a vocês por esse ato de coragem!

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Então, vamos ouvir a Darlene, que é da CPT do Amazonas.

A SRª MARIA DARLENE BRAGA MARTINS – É rápido. Eu acho que são três coisas para nós. Eu acho que as comunidades têm que continuar fiscalizando e denunciando. Isso foi a nossa vida. Sempre foi assim. Acho que tem que continuar. E nós temos que cobrar realmente do Estado a impunidade, nós temos que cobrar do Estado que resolva essa questão do crime organizado. E, acima de tudo, a gente tem que cobrar uma efetiva reforma agrária, a regularização dos territórios das comunidades tradicionais, porque com essas ações a gente freia o desmatamento, acaba com as ameaças, as comunidades vivem nos seus territórios com mais tranquilidade.

Finalizando mesmo, lembro-me de uma frase que ouvi num encontro das comunidade indígenas, em Luziânia. O Ninawá, um indígena lá do Acre, dizia assim: "O mundo está doente e precisa de cura". E a cura somos nós. Nós temos de ajudar a curar esse mundo. Então, essa é uma responsabilidade nossa que temos de assumir, todos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Por último, vamos ouvir a Claudelice.

A SRª CLAUDELICE SILVA DOS SANTOS – Mais uma vez, gostaria mesmo só de agradecer a oportunidade de estar aqui falando em nome dessas pessoas que sofrem com essas ameaças, que sofrem com essa pressão, por culpa e por omissão do Estado.

Pena que o companheiro do Ibama já saiu. Queria que ele soubesse que não foi dito aqui que parte, boa parte, do pessoal do Ibama é podre. Eles chegam à comunidade e falam: "Só estou aqui porque fulano foi lá denunciar. Se não fosse isso eu não estaria nem aqui." Claudimaria sofreu com isso muito. Sei que não é um fato isolado. Queria muito que ele estivesse aqui porque bem falou que até o helicóptero do Ibama está à disposição para tirar um companheiro de lá, da frente da bala. Não é efetivamente o que acontece. Ao contrário, eles falam que a gente denuncia. Na verdade, a denúncia é anônima, até onde eu sei. Mas não, eles chegam às comunidades e dizem: "A gente está prendendo aqui a sua motosserra porque chegou essa denúncia aqui. A gente vai levar". E deixam o ameaçado em uma situação pior ainda.

Sei que está sendo gravado e "linkado" para o mundo todo. Queria pedir às pessoas que denunciem, que nos ajudem, que criem forças, que nos ajudem a mobilizar a opinião pública a nosso favor. Lá na Amazônia tem gente, tem gente que vive, que respira e que sofre todo o tipo de mazelas que os grandes centros não ficam sabendo. Nos ajudem a denunciar, a manter as pessoas que estão lá vivas, cobrando do Governo que ele faça aquilo que é para ser feito, que é para fiscalizar, que é para regularizar.

Enfim, essas são as minhas palavras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Queria agradecer a todos os...

Antônio resolveu... Eu acho que ele foi tão contundente no que falou. Realmente, o que ele falou... Não sei, mas se ele desejar. Está bom então.

Queria agradecer por ter atendido o nosso convite. Antes de encerrar, queria fazer algumas considerações.

Em 2003 vim para o Senado, num mandato que me foi ceifado em um terço. Aqui, então, nós discutimos, fizemos audiências públicas. Surgiu a ideia de encaminharmos um projeto para estabelecer regras claras e transparentes para o uso de recursos públicos. Na época, nós estávamos ainda meio que engatinhando na informática. Era 2003. Estamos em 2014. Onze anos são vários séculos no avanço da tecnologia de informática.

Eu apresentei, na época, um projeto de lei aqui no Senado estabelecendo que todos os gastos públicos fossem expostos, em tempo real, na rede mundial de computadores. Havia até uma discussão enorme: não

vamos por internet porque pode aparecer outra rede. Esse projeto, naquele momento, era assim tido como uma utopia, como impossível. Imaginem se os governantes vão expor as suas receitas e despesas com o nível de detalhamento que o projeto de lei estabelecia.

Enfim, para resumir, os anos se passaram e não é que o projeto terminou aprovado! Hoje, claro, ainda há uma certa resistência no cumprimento da lei, mas uma boa parte do Poder Público hoje cumpre rigorosamente a Lei Complementar nº131, de 2009. Levamos alguns anos para aprovar, cinco anos. Mas a lei foi aprovada e hoje é obrigatória.

A grande dificuldade que temos na exigência do cumprimento da lei é que a sociedade não se organizou para exercer o efetivo controle social no cumprimento da lei também no acompanhamento dos gastos públicos. Mas é impressionante o que temos de informação hoje em vários Estados, em várias Prefeituras, no Governo Federal, no próprio Senado da República muito transparente nos gastos. Aqui há muita coisa escondida, mas nos gastos está muito transparente.

E fiquei imaginando... O Estado brasileiro é impotente diante do quadro que foi apresentado aqui, do quadro de violência. E, aí, como fazer para darmos uma resposta a essa situação de falta de controle, de fiscalização? Na verdade, a clandestinidade, a ilegalidade viraram regra, a exceção é a aplicação da lei, pelo menos é que a gente pode deduzir das informações que colhemos hoje, aqui.

Então, vamos pensar numa maneira, primeiro, de tornar obrigatória a transparência relativa aos planos de manejo. Acho que é possível. Podemos elaborar um projeto de lei tornando vários aspectos do uso da floresta mais transparentes, obrigando, digamos, desde o primeiro requerimento ser público até a conclusão do processo, incluindo o transporte. Acho que é uma ideia que a gente pode desenvolver. Vou encaminhar à Consultoria do Senado para que possamos desenvolver um projeto que pode parecer meio utópico, mas acho que a gente tem caminhos para construir isso.

E, também, na questão da transparência dos gastos públicos, eu imaginava que o controle social iria se exercer por pressão política da sociedade. Não aconteceu. Eu imaginava também que os meios de comunicação poderiam se interessar mais pelo controle dos gastos. Também não aconteceu. Depois é que vim entender que essa exposição tão detalhada das receitas e despesas públicas são as fontes de informação dos meios de comunicação. Antigamente, para você conseguir aqui uma informação do gasto de um Senador era uma batalha, tinha que ter uma senha do Siafi. E olha que o Siafi já é um passo adiante. Antes do Siafi era impossível você saber qualquer informação sobre gastos públicos, era impossível, não tinha como saber. A gente tinha que confiar cegamente no agente que nos representa. Agora, imagine, se, hoje, com toda a transparência, você tem muitas irregularidades.

Então, vamos trabalhar na ideia da transparência sobre o uso dos produtos florestais, acompanhado de vocês. Aquilo que falei antes, quem vive nos grandes centros urbanos... Se o Estado brasileiro não tem capacidade... Porque é muito caro garantir a segurança, entendo que é caro, fui Governador e sei que é muito caro. Para você garantir a segurança de uma periferia urbana, você tem que instalar ali uma estrutura de polícia ostensiva. E, ali, tem que ter dezenas de policiais, equipamentos, e o Estado brasileiro não foi feito para proteger todos, foi feito para proteger a elite. E isso está enraizado, não só no plano do Executivo, mas também do Judiciário, que insiste nessa proteção descabida das elites: da elite econômica, da elite política. São raríssimos os casos de punição que conhecemos dos casos de corrupção; são muito raros.

Em geral os punidos são aqueles que são mais ou menos execrados pelo sistema. Esses aí é que correm risco, mas sistematicamente há uma omissão em relação a alguns crimes praticados contra o conjunto da sociedade.

Então nós vamos... Esta audiência pública abriu a possibilidade, e eu acho que esta é a importância da audiência pública: de ouvir, de estabelecer uma proposta clara de controle... de transparência, mas também de controle social, ouvindo exatamente quem mora no coração da floresta, porque vocês trazem a informação e a dúvida: Mas como é que o Estado brasileiro não consegue identificar com antecedência o mandante, antecipar com antecedência a agressão e o assassinato?

E se sugere o Exército! Não é o papel do Exército. E eu acho que a ideia de políticas públicas me parece interessantíssima também. Vai dentro desse contexto.

Enfim, eu queria agradecer a toda a equipe da nossa Comissão, ao Augustinho...

Infelizmente, você poderia ter sido antecipado. Agora nós estamos na fase de encerramento.

Nada mais tendo a tratar, dou por encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 21 minutos.)

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE SETEMBRO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia oito de setembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento nº 27 de 2014-CDH, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 26/03/2014, para "Instruir a Sugestão nº 8/2014, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha – impactos sobre a violência". O Senhor Presidente comunica que a audiência pública é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Daniel Nicory, Defensor Público do Estado da Bahia; Gerivaldo Alves Neiva, Juiz de Direito da Coordenação Estadual da Associação de Juízes para a Democracia da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; Sergio Harfouche, Membro do CONAD – Conselho Nacional sobre Drogas, Promotor de Justiça da Infância e Juventude no Estado do Mato Grosso do Sul e Presidente da CEAD – Conselho Estadual Anti Drogas. O Senhor Presidente concede a palavra a pessoas presentes no plenário, nesta ordem: Pedro da Costa Mello Neto, Médico; Diego Plutarlho – Movimento Brasil sem Drogas; Tulio D.A. Cervo – Capol UnB; Felipe Pinheiro; Diva Araripe Bezerra, Mãe de ex-usuário; João Paulo Silva da Cunha; Esdras Machado, Advogado contra o proibicionismo; Mauro Machado Chaiben, Servidor Público Federal do TJDFT; Claudio Machado; Felipe André; Juliana Freire Soares; Vanderlucio Souza do Movimento Brasil sem Drogas, Blogueiro do Jornal "O Povo"; Luciano Santos; Marcello Pedroso; Erick Torquato Pinto; Rossana Brasil, Presidente da Comissão de Políticas Públicas sobre Drogas OAB/CE; Jorge Damasceno, Ex-usuário; Carlos Penna Brescianinni, Mestre em Ciências Políticas; Luis Eduardo Girão; Movida – Movimento pela Vida; Luiz Bassuma; Ex-Deputado Federal; Marlen Gustavo; Nazareno Feitosa, Policial Federal; Filipe F. Marques – Coletivo Apologia, estudante de Ciência Política; Fabis Carvalho – Pai de paciente que usa canabidiol; Vanessa Barbosa Machado; Weberson Maciel; Olinto Bonifácio Lima. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada um e cada uma, que está aqui ou que está assistindo a esta reunião. Aos que estão nos acompanhando ou aqueles que querem participar via internet ou telefone, este é um debate absolutamente aberto que continua num ciclo de audiências nos dias 22/9 e 13/10.

No dia 22/9, estarão convidados o ex-Ministro do Supremo Ayres Britto; o Diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, Joaquim Falcão; a Drª Raquel Dodge, Subprocuradora-Geral da República; a Drª Maria Gorete Marques de Jesus, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.

No dia 13/10, já passadas as eleições, o Deputado Osmar Terra; Dom Raimundo Damasceno Assis; Dr. Marcos Zaleski – aqui está escrito que ele declinou do convite; a Drª Ana Cecilia Petta Roselli Marques, Presidente da Associação Brasileira do Estudo do Álcool e outras Drogas.

Então, temos essas duas audiências.

Hoje, vamos continuar o debate com as seguintes pessoas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Lembrando isso, declaro aberta a 58ª Reunião, extraordinária, da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 27, de 2014, para instruir a Sugestão nº 8 que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal e industrial da maconha relativamente aos impactos sobre a violência.

Quero insistir em explicar o que quer dizer instruir a Sugestão nº 8. A Sugestão nº 8 veio da sociedade; não teve origem no Senado, não teve origem na Câmara. Veio de um abaixo-assinado com 22 mil assinaturas, se não me engano. Chama-se sugestão porque é uma proposta de que se venha a fazer um projeto de lei. Não é um projeto de lei. E isso entra pela Comissão de Direitos Humanos – todas as sugestões que aqui chegam, como o Ficha Limpa e outras.

Aqui, quando chega, a presidenta ou o presidente da Comissão indica um Senador, e caiu para mim esse assunto. Eu soube pela mídia que estava sendo indicado.

O Senador ou Deputado tem direito de recusar; ou seja, não se pode dizer que é uma imposição da Senadora Ana Rita. Ela colocou meu nome, e eu não fugi do debate, eu não disse a ela que não queria o assunto. Preferia estar debatendo outras coisas, com toda franqueza, mas não fugi e assumi, porque creio que se há um problema, além de outros, muitos sérios neste País, é o problema da droga – cigarro, álcool, maconha, cocaína, anfetaminas. Isso para falar das drogas químicas; há outras que não são químicas, que são mentais, como o consumismo, que tomou conta da nossa juventude e que representa uma forma de droga.

Então, esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse de participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, pelo *link* bet.ly/audienciainterativa e do Alô Senado, através do 0800-612211.

Nós temos dois convidados presentes: Dr. Gerivaldo Alves Neiva, que é juiz de direito da coordenação estadual da Associação de Juízes para a Democracia da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros, a quem convido para fazer parte da Mesa.

O outro convidado é o Daniel Nicory, defensor público do Estado da Bahia.

Vou convidar extrapauta o Dr. Sérgio Harfouche, que é promotor público. Eu o convido para a Mesa. (*Pausa.*)

Como vocês sabem, nós procuramos deixar que o debate flua o mais livremente possível. Mas, como, aqui, muitos querem falar, e da outra vez chegaram 500 manifestações, eu vou pedir que reduzam as falas a um tempo curto de 10 a 15 minutos. Eu quero dizer que vai ser cortado o som depois de 15 minutos. Isso é necessário para termos o debate. Ao mesmo tempo, na hora do debate, nós vamos pegar a inscrição de todos, mas eu gostaria de dar a palavra primeiro para quem nunca falou nesta audiência e, depois, para os outros, pelo menos até uma certa hora da tarde.

Então, dou início, passando a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. Daniel Nicory, depois para o senhor.

O SR. DANIEL NICORY – Senador Cristovam, bom dia, em nome de quem eu cumprimento todos os membros da Mesa.

É uma honra estar aqui.

Meus cumprimentos a todos os presentes.

Quero dizer que tenho plena consciência de que, entre os presentes e mesmo nesta Mesa, nós estamos falando com especialistas no tema, ou mesmo, como disse o Senador Cristovam, que tem outras prioridades, mas certamente já conhece muito o tema. Então, vou poupá-los de algumas repetições para focar a minha intervenção, primeiro, no quadro carcerário que a gente tem hoje e, segundo, numa projeção do que pode acontecer no País caso uma proposta como essa vire projeto de lei e depois seja aprovada.

Nessa primeira tela, Senador Cristovam, senhores presentes e colegas de Mesa, a gente tem a evolução da população carcerária no Brasil. A linha amarela mostra a população carcerária em geral. A linha azul é dos presos provisórios, e a linha verde, de presos por tráfico. Vamos ignorar a linha azul, porque esta é uma apresentação que eu havia preparado para outro propósito, mas que trago aqui por caber inteiramente.

Essas três barras vermelhas mostram três mudanças do ordenamento jurídico no País que teriam o efeito de diminuir o encarceramento. A primeira, o Supremo Tribunal Federal permitindo penas restritivas de direito para o tráfico; a segunda, a Lei das Cautelares no processo penal; e a terceira, a decisão do Supremo que permitiu a liberdade provisória para acusados de tráfico.

O que a gente tem no País é: em seis anos, dados do InfoPen, do Ministério da Justiça, a população de presos por tráfico, em termos absolutos, quase triplicou e, na proporção da população, dobrou de 12% para 25% da população carcerária brasileira, mesmo depois dessas três mudanças do ordenamento jurídico, que deveriam ter reduzido o encarceramento.

Senador e demais presentes, a gente fala na população carcerária brasileira – esses eram outros quadros sobre Bahia e São Paulo, que eu vou pular por causa do tempo –, mas a gente tem que saber qual é o perfil do preso por tráfico no País. Quem é esse preso acusado de tráfico de drogas ou condenado por tráfico de drogas?

A partir de agora, eu vou fazer uma comparação entre duas pesquisas. Uma realizada em São Paulo pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV), realizado pela pesquisadora Maria Gorete – aliás, V. Exª mencionou que ela virá para uma das próximas audiências públicas –, e a pesquisa feita pelo Observatório da Prática Penal, da Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia, que eu tenho a honra de coordenar. Na Bahia, pesquisamos

315 casos; em São Paulo foram pesquisados 667 casos, ocorridos em um período semelhante no tempo: os da Bahia, no primeiro semestre de 2011, e os de São Paulo, de novembro de 2010 a janeiro de 2011, casos esses que foram acompanhados por um certo tempo.

A maior parte das prisões por tráfico no País é feita pela própria Polícia Militar, que faz policiamento ostensivo e de rotina.

Pelo tempo, eu estou passando rápido. Se quiserem que eu permaneça mais tempo num quadro... Eu diria que em São Paulo, mais do que na Bahia, mas, em ambos, a maioria.

A maior parte das prisões em flagrante no País é feita em via pública. Portanto, reforça a tese de que é o sujeito que é encontrado pelo policiamento de rotina sem muita elaboração, sem oferecer muito risco para a própria polícia. Esse é o que é preso. Eu não tenho esse dado na tela porque não foi coletado em São Paulo, mas desarmados, ou seja sem portar arma de nenhuma natureza, no momento da prisão, lá na Bahia, aqui em Brasília e no Rio de Janeiro – uma terceira pequisa que eu não trouxe – foram 80% ou mais de 80%, de presos desarmados.

Bom, esta é a tela que nos interessa especificamente, porque a audiência pública hoje não trata da regulamentação de todas as drogas, mas de uma droga em especial, que é a maconha, a *cannabis sativa*, que é a droga ilegal mais consumida no País e que todas as pesquisas sérias indicam ser a droga ilegal menos lesiva. Todas essas pequisas – cito aqui aquela pesquisa que saiu no *The Lancet*, de David Nutt e outros pesquisadores ingleses, que faz um r*anking* de 16 ou 18 fatores de riscos pessoais e sociais das drogas e que apontam que a *cannabis*, em todos os aspectos, é menos lesiva do que drogas legais que temos no País, como álcool e tabaco.

Não estou dizendo aqui que a maconha não causa dano ao consumidor. Eu não seria irresponsável de dizer isso, primeiro porque eu não sou da área de saúde e, ainda que fosse, eu não chegaria a esse resultado porque não seria verdade. A questão é: entre as drogas que temos no Brasil, quais causam menos danos e quais causam mais danos? A maconha, *cannabis*, entre as drogas ilegais é a menos lesiva e é menos lesiva do que drogas legais, como o álcool. Isso não é apenas uma, nem duas pesquisas que dizem.

Pois bem: qual é o perfil do preso que porta maconha no Brasil? Essa é uma coluna comparativa pela quantidade da droga. A faixa verde clara da base da coluna é dos presos com até 10 gramas da substância. Em São Paulo e na Bahia, são mais de 10%. Quando nós somamos esse mesmo grupo ao grupo dos que portavam entre 10g e 50g da substância, em São Paulo chega-se a quase 50% dos presos, acusados de tráfico – atenção, isso é importante! Na Bahia, são quase 40%.

Por que esse dado é importante? Na maior parte dos países que regulamentaram a maconha, muitos regulamentaram para fins medicinais, mas, pensando nas experiências do Uruguai e de dois Estados americanos, a faixa que se autoriza para compra e posse fica entre 30g e 40g, uma onça ou um pouco mais.

Então, nesse grupo de até 50g é perfeitamente possível entender que esse sujeito era só usuário. É claro que esse não é o único critério; existem outros critérios. Mas quase metade dos presos por posse de maconha em São Paulo e quase 40% dos presos por posse de maconha em Salvador tinham consigo quantidades perfeitamente compatíveis com o consumo por um curto período. Porque eu também não excluo aqui a possibilidade de pessoas com quantidade maiores de droga a terem para consumo, como não excluo a possibilidade de pessoas com quantidade bem pequena da droga a terem para tráfico.

O fato é que a nossa lei, que não estabelece quantidades objetivas para definir a conduta do usuário ou do traficante, ou, o que seria ideal, para criar várias faixas do uso penalmente atípico, a posse de droga ainda proibida ao tráfico, faz com que sejam presos com acusação seriíssima de tráfico de drogas, crime hediondo, pena de reclusão de 5 a 15 anos, pessoas com esse perfil. Quase metade em São Paulo e quase 40% na Bahia, portanto 50g da substância ou menos – ou seja, nada.

Crack não nos interessa aqui, não é o debate.

Quantos tipos de drogas eram apreendidas com presos em Salvador? Mais de 60% com um só tipo. Em São Paulo, 40%. Mais um indicativo de que a probabilidade maior é de que se trate ou de um usuário ou de alguém na última ponta da cadeia do tráfico, que não oferece quase nenhum risco.

São quase todos homens, e isso não nos interessa tanto.

Idade dos presos. Tanto em São Paulo como em Salvador, os presos por tráfico são muito jovens. Os presos são muito jovens. Em nossa pesquisa, em geral, a gente tem uma idade média do preso partindo dos 18 anos, em 29 anos, 30 anos. Presos um pouco mais velhos do que esses são os presos da violência doméstica ou familiar: 35 anos, 36 anos. Os presos das varas criminais comuns: 28 anos, 29 anos. E os presos acusados de tráfico são os mais jovens entre os jovens.

Essa coluna do meio, aqui, ajuda a perceber melhor a questão. As colunas das extremidades mostram as idades dos presos por tráfico em São Paulo e em Salvador; a do meio mostra a idade dos presos por todo tipo de crime em Salvador – presos em flagrante. Então, vejam que, enquanto em Salvador, em geral, 43% dos

presos têm menos de 25 anos, quando eu olho para a mesma faixa etária de presos por tráfico, ela soma 63% dos presos.

Antecedentes criminais. A maioria não tem antecedente, quando presos por tráfico, e quando presos até por outros crimes.

Então, quem é o preso por tráfico no Brasil? Pesquisas, pelo menos essas duas que comparam São Paulo a Bahia, e uma terceira que foi feita comparando Brasília e Rio, indicam coisa muito parecida. Os presos acusados de tráfico, que é uma acusação seriíssima no nosso sistema penal... Senador, se a gente olhar a pena do tráfico de 5 a 15 anos e comparar com a do homicídio simples, que é de 6 a 20 anos, como o tráfico é crime hediondo, na prática, é uma pena pior do que a do homicídio simples. Então, é este perfil de pessoa que nós estamos prendendo por tráfico, sujeitando a essas penas: um indivíduo muito jovem, sem antecedentes, em sua maioria, portando uma quantidade muito pequena de droga, qualquer que seja a droga.

Falando especificamente da maconha, que é objeto na nossa audiência, nós temos quase metade dos presos – em São Paulo, que é o maior Estado, e quase 40% dos presos na Bahia, nas capitais desses Estados, São Paulo a maior cidade, Salvador a terceira – portando 50 gramas ou menos da substância.

Esse aqui é um dado processual que não me interessa tanto, mas o resultado do processo é problema curioso. Em São Paulo, quase todos foram condenados, mesmo com esse perfil, a penas muito altas. Na Bahia, o percentual de condenação já é menor.

Aí é apenas uma questão metodológica, porque a coluna do meio repete a pesquisa exatamente como foi feita em São Paulo, adaptando a nossa metodologia à deles. A da esquerda é o acompanhamento dos casos por até três anos – eles acompanharam só por seis meses. Mas, em todo caso, eu vejo que, na Bahia, 40% dos presos em flagrante não foram condenados. Um em cada quatro presos, na Bahia, é, depois, reconhecido como usuário. Isso em uma coluna; na outra, um em cada cinco depende do tipo de acompanhamento.

Em São Paulo, vejam que o percentual de condenação é muito elevado para o tipo de preso que nós temos. Mas o fato é: na Bahia, em que eu tenho uma pessoa privada da liberdade durante o processo, para depois ser solta, durante três, quatro, cinco meses; ou em São Paulo, ainda pior, uma pessoa que não consegue nem mesmo na sentença provar a condição de usuário.

Aqui é duração da pena e não me interessa tanto.

Este dado aqui é curioso, Senador, demais presentes e colegas de Mesa. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal decidiu que era possível aplicar penas alternativas, não privativas de liberdade, aos condenados por tráfico, desde que, claro, eles fossem primários, tivessem bons antecedentes, cumprissem os requisitos do §4º do art. 33, não tivessem envolvimento com organizações criminosas ou nada disso, e com a pena de quatro anos ou menos. É claro que, para quem ouve a discussão sobre guerra do tráfico, isso pode ter soado estranho comunitariamente. Mas quando a gente sabe, como se vê agora, qual é o perfil do preso por tráfico no País, entende-se perfeitamente a decisão do Supremo e o porquê. Estou até desconsiderando aqui os casos de muitas injustiças que acontecem de usuários presos como traficantes, porque a lei é excessivamente vaga.

Vamos falar de outro público agora.

O público dos pequenos traficantes, da raia miúda do tráfico. Aquele público composto por jovens, muito jovens também, como os que consomem, que veem no tráfico, infelizmente, uma alternativa de vida. É triste uma pessoa ver na ilegalidade uma alternativa de vida, mas sabemos bem, em nosso País, quais as condições que levam a isso.

É muito melhor, não só para ele, mas para o País, que esse sujeito, na sua primeira condenação, tenha uma pena alternativa. Isso já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal há quatro anos. A chance que temos de esse sujeito não delinquir, não redelinquir, é um pouco menor, principalmente, se, durante a pena alternativa, ele tiver uma oportunidade de qualificação profissional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL NICORY – Para concluir, vejam que, na Bahia, mais da metade dos presos teve a prisão convertida em prestação de serviços à comunidade. Em São Paulo, apesar de 41% dos presos terem sido reconhecidos pelo próprio juiz como primários, com bons antecedentes, que não dialogam com a organização criminal, só 5% tiveram a pena convertida.

Então, estamos no País, hoje – é o diagnóstico da lei de hoje –, superlotando as cadeias com jovens sem antecedentes que portam quantidades pequeníssimas de droga, para que eles saiam piores do que entraram.

Sei que o debate aqui é sobre o passo à frente que se pretende dar, que é a regulação do uso recreativo e medicinal, mas, neste primeiro ponto, para instruir a discussão, precisamos conhecer o diagnóstico de hoje. E o diagnóstico que temos hoje no Brasil é de uma lei absolutamente irracional, muito discricionária, em que, aos milhares, estamos acabando com as possibilidades de sucesso profissional desses jovens.

Aí, a seletividade penal incide com a maior crueldade possível. Se um garoto jovem, do meu bairro, do meu condomínio, da minha família, é preso com essa droga, a chance de ele ser considerado sujeito que porta para usa próprio é muito maior. E a vida dele não está abalada aí, mas um garoto mais jovem, nesse mesmo perfil, vai ser preso por tráfico e, dali por diante, vai receber o rótulo – para quem estuda aqui as teorias críticas do Direito Penal – que, dali por diante, vai ser uma profecia que se autorrealiza. Eles estão entrando em um ciclo muito difícil de sair, porque a nossa lei não dá conta da complexidade.

Agradeço a oportunidade e estou à disposição de V. Exª e do plenário para novas intervenções.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Dr. Daniel.

Passo a palavra ao Dr. Gerivaldo Alves Neiva, Juiz de Direito da Coordenação Estadual da Associação de Juízes para a Democracia da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros.

O SR. GERIVALDO ALVES NEIVA – Bom dia a todos e a todas. É um prazer muito grande estar aqui. Quero cumprimentar inicialmente e agradecer efusivamente ao Senador Cristovam Buarque, por ter aceitado a imposição da Senadora que solicitou a S. Exª a relatoria dessa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não foi imposição, mas indicação, pois eu tinha o direito de recusá-la e não o fiz.

O SR. GERIVALDO ALVES NEIVA – Certo. Corrigido então. Estamos todos satisfeitos por V. Exª ter aceitado a indicação e não tê-la recusado, porque acreditamos na sua relatoria nesse processo. Cumprimento os participantes da Mesa, o público presente, os advogados, amigos e colegas.

Quero dizer inicialmente o seguinte: tenho 24 anos de magistratura na Bahia. Ingressei na magistratura da Bahia em 1990 e, desde então, sempre atuei em varas criminais, sempre com essa problemática da violência da criminalidade e das drogas.

Então, o que vim dizer, Senador e público presente, foi um pouco dessa minha história, desse meu convívio com o que é a problemática da criminalidade e da violência neste País.

Sou juiz desta última comarca há 15 anos e vejo, hoje, tristemente, assim, com o coração dilacerado, jovens que, quando cheguei, tinham cinco anos. Depois de 15 anos, eles têm mais de 20 e, às vezes, chegam algemados da penitenciária, porque o Estado brasileiro não conseguiu tirá-los daquele caminho.

Então, Sr. Presidente, sou um juiz que trabalhou com a Lei nº 6.368, de 1976, que, por incrível que pareça – acredito que muitos das senhoras e dos senhores não saibam disto –, é a lei, de 1976, que previa pena de prisão para o portador de substância para o seu uso pessoal.

Trabalho, agora, com a Lei nº 11.343, que não prevê a pena de prisão, mas a de restrição de direitos para os portadores de substância para uso pessoal.

Então, vivi essa história dessas leis – uma mais forte, uma mais branda –, que queria contar aos senhores através de algumas visões minhas. Gostaria de mostrar essa realidade, pegando um pouco as informações trazidas pelo Dr. Daniel. (*Pausa.)*

Eu queria falar dessa realidade nua e crua, mas, se você não conseguir, a gente faz naquele primeiro quadro. Este aí!

De acordo com o que o Dr. Daniel disse, segundo levantamento do InfoPen, do Ministério da Justiça, em dezembro de 2012, este País tinha 548 mil presos, sendo que 49% deles haviam cometido crimes contra o patrimônio, e 25%, crimes relacionados ao tráfico de drogas.

Então, vamos pegar uma *pizza* e dividi-la em quatro pedaços. Metade dessa pizza são delinquentes comuns, que cometeram crimes contra o patrimônio, e mais um quarto dessa pizza estariam envolvidos no crime de tráfico. Desses 548 mil presos que o Brasil tem, o sistema conta apenas com 310 mil vagas.

Assim, temos uma população aí de quase 200 mil presos sobre outros nas penitenciárias. Para complicar, 75% deles estudaram até o ensino fundamental.

Eu sei que V. Exª é um Senador que sempre esteve muitíssimo preocupado com essa questão da educação, e nos causa esse absurdo de espanto saber que, da população carcerária, hoje, no País, 75% estudaram até o ensino fundamental; ou seja, não sabem ler um texto de dez linhas e não sabe dizer, em seguida, o que leu. Quando ele sai da penitenciária, leva toda a carga que o conduziu à mesma e retorna estigmatizado, então, com a condição de ex-presidiário.

Estima-se que o movimento do tráfico mundial dá US$1 trilhão por ano, e o Banco Santander é um dos investigados, nos Estados Unidos, por lavar esse dinheiro. É evidente que este dinheiro não está embaixo de colchão ou de travesseiro, mas rodando no mercado financeiro.

Por fim, tenho de concluir que, depois de 50 anos de proibição de guerra às drogas, a produção e o consumo cresceram, e as leis, seja a de nº 6.368, seja a de nº 11.343, não se mostraram eficientes para resolver problemas muito mais relacionados à alma humana do que à criminalidade.

O problema, hoje, da droga no País, da dependência química, está muito mais vinculado a isto: ao psiquismo de cada pessoa, a sua alma, qual a razão de se envolver com as drogas, e não com a criminalidade.

Enfim, Senador e demais presentes, a sensação que temos hoje, a magistratura brasileira, os que estão envolvidos diretamente com este problema, é a de que estamos enxugando gelo, que não estamos conseguindo dar a resposta que este País precisa com relação ao problema do tráfico e da violência.

Essa é a realidade nua e crua.

Será que conseguimos agora? Não conseguimos. Da rebelião da Penitenciária de Pedrinhas queria mostrar algumas fotos...

Será que você consegue retornar para a composição anterior?

Há umas fotos aí por trás. Ainda bem, Sr. Presidente, que não vamos conseguir mostrar essas fotos, porque são as mais macabras, cujo resultado foram as 18 mortes na rebelião de 2010 e as nove mortes na rebelião de 2013, na Penitenciária de Pedrinhas, onde pessoas foram decapitadas, e as cabeças dessas pessoas mostradas para a população.

É o retrato do que é hoje o sistema penitenciário neste País. O Dr. Daniel falou muito bem. Só acrescento mais esses dados, para que tenhamos essa consciência de que o magistrado, depois de 24 anos, chega à conclusão de que enxugou gelo e não resolveu, através da lei, através da política proibicionista, o problema da produção, do consumo e da oferta das substâncias para os jovens que querem utilizá-la.

Está tão ruim que eu não consigo passar. Há outro eslaide desse, minha senhora, que está no outro formato antigo. Nós fizemos esses testes no início, e todos funcionaram bem. Eu queria que a senhora tentasse novamente.

Eu queria mostrar, naquele quadro anterior, Senador, que esta não é uma discussão nova no Brasil; ela está em andamento no mundo inteiro desde 2009. A UNODC, que é a agência da ONU, publicou um texto, que o quadro ali não vai mostrar, mas que eu trouxe e que podemos mostrar. Desde 2009, a UNODC publicou este texto: *Da Coerção à Coesão*, que ofereceu a toda a comunidade para discutir sobre o tratamento da dependência de drogas por meio de cuidados em saúde, e não da punição.

Ora, nós estamos no ano de 2009, e a ONU já estava debruçada sobre esse problema. Poucos anos depois, dois anos depois, Senador, em 2011, a Comissão Global de Políticas sobre Drogas publicou este outro documento, que nos ofereceu também ao debate. E vejam que é emblemática a capa. Esse "guerra" riscado não é de minha autoria, mas do próprio documento, que risca a palavra "guerra" de "guerra às drogas", e propõe um novo debate, propõe uma nova estratégia para o enfrentamento do problema.

Sei que V. Exª sabe que o nosso ex-Presidente Fernando Cardoso é o presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas.

Mais adiante, no mesmo ano, formou-se aqui, na América Latina, também, uma comissão sobre drogas e democracia, que também publicou um documento sobre a situação na América Latina e ofereceu a toda a comunidade, para ser debatido, para ser conversado. E nós temos também esse documento.

Mais adiante, foi instalada, aqui no Brasil, a Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia, a Comissão Latino-Americana e a Comissão Global. Todas essas comissões prepararam documentos e nos ofereceram como alternativas para o problema.

Conseguiu fazer a outra versão? (*Pausa.)*

Se não, nós passamos adiante nesse mesmo, o debate em andamento, para depois... (*Pausa.*)

Pronto. Então deixa aí.

O que resultou, antes disso, dessa política sobre drogas foram as manifestações de ex-presidentes dos Estados Unidos – Richard Nixon, em 1971; Ronald Reagan, em 1986; e George Bush, em 1989 –, que deram início, então, a essa cruzada chamada de guerra às drogas. Chegou-se ao ponto de o ex-Presidente George Bush dizer: "Usar drogas é contra a lei. Se você viola a lei, você paga o preço. Se você usar drogas, vai ser pego. E, se você for pego, vai para o presídio, vai ser punido. Alguns pensam que não haverá espaço nas cadeias. Nós construiremos o espaço". E, de fato, eles construíram espaço. De fato, os Estados Unidos se tornaram hoje...

Pode passar adiante.

Dessa política dos Estados Unidos resultaram convenções: a Convenção Única sobre Entorpecentes, 1961, que foi emendada em 1972; a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971; e a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988. Esses três documentos, Senador, senhores presentes, fundamentam toda a legislação brasileira. São esses três documentos que fundamentam a Lei nº 11.343 e que regulamentam a Portaria nº 344, da Anvisa. Portanto, a Anvisa vai beber dessa fonte das substâncias psicotrópicas para nos dizer o que é lícito e o que é ilícito.

A senhora pode passar, por favor?

O resultado disso, Senador e demais presentes, é que os Estados Unidos pularam, de 1995 a 2010, de 1,5 milhão presos para 2,270 milhões presos. Resultado: eles tinham 592 presos a cada 100 mil habitantes no ano de 1995, e agora eles têm 731. Essa informação está no *site* www,prisonstudies.org. Esses dados representam que os Estados Unidos têm 5% da população mundial e quase um quarto da população carcerária do Planeta. A política de guerra às drogas nos Estados Unidos, do encarceramento em massa, resultou que uma nação, um país tem um quarto, 25% de toda a população carcerária do Planeta.

E, no Brasil, não foi diferente.

A senhora pode passar, por favor?

No Brasil não foi diferente. O que aconteceu no Brasil? Como o Dr. Nicory mostrou, hoje, no Brasil, se nós vamos dividir uma *pizza*, Senador, nós vamos ter metade dessa *pizza* de presos que cometeram crime contra o patrimônio. E V. Exª sabe, tanto quanto eu e todos que estão aqui, que esses presos que cometeram crime contra o patrimônio são ladrõezinhos pequenos, são delinquentes comuns, que furtaram pequenos objetos. Aí não há ladrões ricos, aí não há os do colarinho-branco compondo essa grande massa de 50% da população carcerária brasileira

E, nessa divisão da *pizza*, mais um quarto dela cometeu o crime contra o tráfico, E nós sabemos, Sr. Senador, e sabem todos os presentes que, daqui, desses que cometeram crimes contra o patrimônio, podemos tirar uma nesga muito boa que cometeram contra o patrimônio exatamente para alimentar a dependência, para alimentar o tráfico. Essa é a *pizza* verdadeira do que nós temos hoje no sistema penitenciário brasileiro: metade de ladrõezinhos comuns e um quarto é de pequenos traficantes. Então, nós temos que, se 75% de presos, hoje, no sistema carcerário, que não suporta essa população, recebessem um tratamento diferenciado, com penas alternativas e outras iniciativas legislativas que nós podemos pensar, nós estaríamos resolvendo o problema de 75% da população brasileira.

A senhora pode passar, por favor.

Daí, Senador, o que nós temos hoje? O que angustia a magistratura brasileira? Nós temos uma legislação hoje, a Lei nº 11.343, que a dogmática penal chama de norma penal heterogênea, e é uma lei penal em branco. O que quer dizer isso? Quando o Congresso Nacional decidiu reformular a Lei nº 6.368 para estabelecer a Lei nº 11.343, disse isto:

Para fins desta lei, considera-se como droga substâncias e produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

Isso é o que nós chamamos de norma penal em branco. Devolveu o Congresso Nacional para a Anvisa dizer "esta é lícita e esta é ilícita."

E o que aconteceu desde o ano de 2006? Está no art. 66, que diz que, enquanto não tivermos essa lista, vai valer a portaria do Serviço de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, que é a Portaria nº 344.

Então, nós vivemos essa coisa esdrúxula hoje, que basta que a tecnocracia da Anvisa amanhã diga que tira essa substância dessa lista para aquela lista que ela deixou de ser ilícita ou deixou de ser regulada ou perdeu aquela categoria para ser outra. Não depende do Poder Legislativo brasileiro; depende da tecnocracia de a Anvisa dizer "esta é esta e esta é aquela."

É essa situação complicada que temos hoje com relação à legislação brasileira.

A senhora pode passar, por favor.

Quero mostrar aos Sr. Senador e aos demais que nós temos um outro problema gravíssimo, que eu acredito que seja a causa desse encarceramento que vivemos hoje, que é o problema do art. 28. O art. 28 trata do problema do consumo pessoal. Mas o que é esse consumo pessoal? E o que nós temos é o parágrafo 2º, que coloca desta forma:

§ 2º. Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz – olhem, é o juiz que vai resolver! – atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

Quando o juiz vai aplicar isso aqui, quando o delegado de polícia vai aplicar isso aqui, nós sabemos muito bem neste País quem é usuário e quem é traficante. Esse é o grande problema.

A senhora pode passar, por favor.

E tanto isso é um problema, Senador, que se tornou motivo de repercussão geral no STF, a relatoria do Ministro Gilmar Mendes para julgar constitucionalidade do art. 28 porque viola o art. 5º, inciso X da Constituição que diz que são invioláveis a intimidade e a vida privada.

Quero chamar a atenção do Sr. Senador e de todos os presentes: imagine-se que, no ano que vem ou neste ano ainda, o Ministro Gilmar Mendes coloque em votação a repercussão geral, e o STF diga que o art. 28 é inconstitucional. Como nós vamos resolver? Como os juízes vão julgar a partir daí se o art. 28 for inconstitu-

cional? Como vamos saber que é uso pessoal ou que não é uso pessoal, porque, se nós tínhamos esse arremedo, agora nós não vamos mais ter nada.

Então, Senador, o STF está vindo como um trem descarrilado sobre o Poder Legislativo brasileiro.

A senhora pode passar, por favor.

Para dar outro exemplo que temos, o problema da constitucionalidade da marcha da maconha. Juízes proibiram, delegados proibiram, e o STF foi e disse que é legal, que podem fazer a marcha da maconha.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERIVALDO ALVES NEIVA – Alguns juízes insistem ainda... O senhor me dá mais cinco minutinhos?

Alguns juízes insistem ainda em proibir marcha da maconha, mas o STF já fez essa intervenção e disse que é legal, sim.

A senhora pode passar, por favor.

Daí, Senador, nós temos, agora, outro grave problema que o Senado teve de resolver através da Resolução nº 5, de fevereiro de 2012, que foi ter de suspender a expressão "vedada a conversão em pena restritiva de direito", que está no art. 33, §4º.

O STF reuniu-se e disse que é inconstitucional essa expressão que consta do art. 33, de que, nos crimes, as penas deverão ser reduzidas a um terço, a dois terços, vedada a conversão em pena restritiva de direito. E o Senado da República teve que baixar a Resolução nº 5 para dizer "suspenda a execução dessa expressão".

E apesar da Resolução nº 5 do STF, muitos juízes ainda decidem com base no texto antigo, vedando a conversão em pena restritiva de direito. O senhor veja que embaralho legislativo nós estamos vivendo; a dificuldade que nós estamos vivendo hoje no País.

O que nós temos mais de problemas com relação ao STF e à lei?

O STF também resolveu discutir a constitucionalidade do 44, incidentalmente num processo, e declarou a inconstitucionalidade da expressão "e liberdade provisória", do 44. Então, veja, Senador, nós tínhamos, no 44: "Os crimes previstos nos arts. 33, 34 a 37 são inafiançáveis e insuscetíveis de *sursis*, graça, indulto e liberdade provisória..."

Como o STF decidiu isso em um único processo, nós vivemos esse grande embaraço hoje. Juízes entendem, como foi decidido em um único processo, que está valendo a expressão "liberdade provisória", embora o STF já tenha dito que não. O senhor veja que o STF está fazendo desta lei uma tábua de pirulitos, cheia de lacunas e cheia de buracos, que a sociedade brasileira tem de resolver e sobre a qual o Congresso Nacional tem que resolver.

O que nós temos mais? O que é que se discute no mundo, hoje, diante de todo esse quadro, diante dessa situação?

A Comissão Global recomenda: quebrar o tabu; buscar um debate aberto e promover políticas que reduzam efetivamente o consumo e que evitem e reduzam os danos relacionados ao uso de drogas; substituir a criminalização e o encarceramento das pessoas que usam drogas pela oferta de saúde e tratamento.

Essa Comissão Global é aquela do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é o presidente. Incentivar – isso é importantíssimo, e nós temos que discutir com essa seriedade de Nação, de Estado brasileiro que está discutindo o problema, discutir isso – que os governos experimentem modelos de regulação legal das drogas, como a *cannabis*, por exemplo, desenhados para minar o poder do crime organizado e salvaguardar a saúde e segurança de seus cidadãos. Isso nós temos que discutir sem panfletários, com responsabilidade; o Congresso Nacional e a sociedade brasileira discutir a partir desse detalhe. Promover penas alternativas para pequenos traficantes; investir mais em recursos de prevenção, baseados em evidências, e agir com urgência, pois a guerra às drogas fracassou, e é necessário mudar as políticas.

Essas são as recomendações que a Comissão Global nos faz, que a Comissão Latino-Americana nos faz, que a comissão brasileira nos faz: nos chamar à responsabilidade. Não é se dizer aqui: "Eu sou proibicionista, eu sou antiproibicionista. O que nós vamos fazer?" O que interessa, Senador, é que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira têm urgência urgentíssima em debater esse problema.

E qual vai ser o caminho do Brasil? O Brasil vai construir o seu caminho. A sociedade brasileira vai construir o seu caminho. E pode construir esse caminho tendo por base as experiências legislativas que o mundo já fez. A Holanda descriminalizou o porte de cinco gramas e o consumo nos *coffee shops*. Nós temos que ver o que se passou na Holanda há mais de uma década. Hoje, na Holanda, o que acontece? Se nós vamos comparar maconha nos Estados Unidos e na Holanda, se equivalem. O consumo de droga, hoje, nos Estados Unidos e na Holanda se equivalem. Entre a juventude, os universitários da Holanda e os dos Estados Unidos consomem a mesma quantidade; não há diferença.

O problema é que, nos Estados Unidos, a política proibicionista é com rigor, e, na Holanda, é liberada nos *coffee shops*. O problema é que a Holanda tem 89 presos para cada 100 mil habitantes; os Estados Unidos têm

720. Imaginemos, então, o que seja um sistema de justiça criminal para manter 80 e o que seja um sistema de justiça criminal para manter 700 encarcerados. Essa é a discussão.

Em Portugal, que descriminalizou a conduta por porte de qualquer droga para 10 dias; a Espanha descriminalizou e permite os clubes de consumo; o Uruguai acabou de aprovar uma legislação de compra de até 40g de maconha por mês e o plantio próprio de seis pés; em Israel, já existe o uso medicinal há muito tempo e, mais recentemente, Washington e Colorado liberaram também 24g nos *coffee shops,* e na próxima eleição nós já temos notícia de pesquisas que são feitas de que mais três Estados talvez aprovem também o uso recreativo nos Estados Unidos.

Então, Senador, para concluir, agora definitivamente, eu quero dizer a V. Exª e a todos que a política que guerra às drogas é uma guerra perdida e resultou apenas no encarceramento em massa de jovens pobres, periféricos e excluídos das oportunidades sociais. O Dr. Daniel Nicory mostrou isso muito bem, e nós temos que ter consciência disso.

A magistratura está atônita diante de uma lei retalhada pelo STF, que marcha feito um trem descarrilado em cima do Legislativo. Não se sabe mais o que se vai discutir, porque amanhã, o STF pode julgar a inconstitucionalidade do 28, o STF pode intervir mais na legislação que nós temos pelas inconstitucionalidades dela e pela desarmonia dela com o momento atual.

Então, o que nós podemos construir mais? A necessidade de um debate urgente sobre as alternativas em discussão no mundo, a exemplo da legalização da maconha para consumo pessoal e liberação das pesquisas científicas da planta *cannabis*.

Então, Sr. Senador, e todos aqui presentes, eu que quero concluir dessa forma: como está, não dá para continuar!

Mandar os jovens para um sistema de regime fechado para serem decapitados, para serem mortos? Como está não dá para continuar! A História não nos absolverá por termos permitido tantas mortes e violência em nome de um tabu injustificado. A História não nos vai absolver – o Congresso brasileiro, a sociedade brasileira – por permitir a continuidade dessa carnificina; a continuidade de ver nossos meninos jovens, pobres, negros, periféricos, sem formação profissional e sem escolaridade, serem mandados para o regime fechado e voltarem, trazendo o que aprenderam no regime, o que aprenderam nos presídios, sobretudo trazendo a condição e o estigma de ex-presidiários.

Então, o que estamos fazendo – é responsabilidade nossa –, se não os matarem lá, é destruí-los quando retornam. Ou a polícia mata, ou se matam, entre si, nesta guerra injustificada, com base nesse tabu de guerras às drogas.

Há mais um vídeo que seria aqui apresentado – não sei se será possível vê-lo – quando vamos ter a oportunidade de ver o nosso ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo personagem de uma animação feita pela Comissão Global

Assim, termino a minha apresentação e agradeço.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.)*

O SR. GERIVALDO ALVES NEIVA – ... Mas um reino mais justo, igualitário e solidário é absolutamente possível e depende de nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado. Quero dizer que tinha visto esse filme. Fica para mim um ponto que ele não contempla: os males que o dragão faz. Isso não aparece bem ali, mas os males que vêm da violência para enfrentar o dragão.

Quero dizer que a sua fala foi muito interessante, mas aquela última frase "A História não vai nos absolver se não formos capazes de fazer um mundo sem drogas" é importante. Agora, como fazer sem drogas, e não como fazer do jeito que estamos fazendo, que não está dando certo. Do jeito que estamos indo, as drogas estão aumentando, o número de presos e de mortes está aumentando; ou seja, estamos fracassando.

Creio que há algo que nos une: é melhor um mundo onde ninguém precise depender de química para ser feliz, ou mesmo para ter saúde. O ideal é que não seja necessário, como, em breve, não serão mais necessárias drogas para se ter saúde. A engenharia genética e a biotecnologia vão consertar a gente, sem remédio; vão consertar as doenças lá dentro. O ideal também é não precisar de droga para ser feliz. Agora, da forma como está – gostaria aqui que alguns dissessem – é o certo. Não há o que fazer. Ou como disse o Bush: "vamos construir cadeia suficiente para todo mundo".

Quero dizer que há uma frase do Reagan que me surpreendeu positivamente, quando diz "abuso de drogas é repúdio a tudo ao que a América é". Ele usou a palavra "abuso" e não a palavra "uso".

Abuso de drogas é repúdio a tudo ao que a civilização é. Uma civilização verdadeira não tem que precisar de drogas. Não é só a química não; a droga do tênis novo, em que há jovens matando para conseguí-los. As

jovens das grifes famosas; a crise, a droga de se lutar para aparecer como é, e não como realmente é. Ou seja, trata-se da perda do seu ser interior e de ser julgado pelo que aparenta ser. O Reagan tem razão sobre tudo isso: é um repúdio ao que a América é. Tiro "América" e ponho "civilização".

Porém, esta Comissão está funcionando, graças à Sugestão nº 08, porque se constata que, assim como está, estamos fracassando. Por outro lado, gostaria de ouvir gente que dissesse: "está ótimo como está. Vamos segurar desse jeito, que a gente ganha essa guerra contra a droga". Até aqui, ninguém disse isso. O que estamos procurando é o que fazer. Insisto: todas as drogas.

Eu vi uma página no jornal do Ceará que pergunta se você gostaria de ser operado por um médico que tenha fumado maconha. Acho que deveria colocar também por um médico que tenha tomado uísque. Não sou médico, mas colocaria a pergunta também em relação a um piloto de avião.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas não só maconha. Vamos colocar até cigarro. Agora, outra coisa: creio que devemos perceber que todas essas drogas são absolutamente nocivas.

O Dr. Daniel mesmo disse que não era especialista em saúde e, por isso, não ia dizer, mas que ele sente que a droga carrega a nocividade. Dizer que não carrega nenhuma nocividade é conversa. Eu mesmo não tomo café com cafeína; só tomo café sem cafeína, porque é uma droga também. Para mim, ela faz mal, pois tenho uma arritmia cardíaca. Faz mal a cafeína.

Então, tudo isso é nocivo. A pergunta é se o combate é o correto; ou seja, se, de repente, eu tomar cafeína, serei preso quando sair daqui. A pergunta é se esse é o caminho, ou me conscientizar que, para cuidar da minha saúde, eu devo...

Agora, essa ideia da cirurgia, do médico, fiquei pensando aqui: será que não deveríamos colocar uma lei seca, medindo se o médico, quando for entrar na sala de operações, fumou ou bebeu. Esse talvez seja um caminho também.

Os jogadores de futebol não fazem exame antidoping? Deveriam fazer com médicos! Deviam fazer com pilotos! Deviam fazer com professores! Deviam fazer com todas as áreas! Ou seja, tomar medidas preventivas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Deputados, Senadores, Governadores, Presidente da República.

Nem diria lei seca, mas lei antidroga. Contra tudo isso, do ponto de vista do consumo na hora de exercer a profissão.

Bem, vou passar a palavra agora ao Promotor Público Sérgio Harfouche.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Exmo Sr. Senador Cristovam Buarque, em nome de V. Exª, peço permissão para cumprimentar a Mesa e todos os demais presentes.

Quero agradecer a oportunidade que o senhor me concede de estar aqui; é a quarta audiência a que eu venho. Sou de Mato Grosso do Sul, promotor de Justiça da infância e juventude há mais de 20 anos, membro do Grupo Nacional de Direitos Humanos ligado à educação, a Copeduc, o que nos aproxima ainda mais, sabendo do seu ideal sobre a educação.

No entanto, preciso acrescentar que também sou membro do Conselho Nacional Antidrogas e Presidente do Conselho Estadual Antidrogas. Mas a minha função precípua é lidar com interesses da infância e juventude. Isso já há mais de 20 anos. Atuei na fronteira com o Paraguai em duas frentes, tanto em Porto Murtinho como em Ponta Porã por mais de três anos. Percebi que a questão da prevenção é fundamental, muito acima do que a da repressão. Mas é utópico nós desprezarmos o confronto, desprezarmos a necessidade de polícia. Basta saber que, quando alguém, seja até mesmo quem esteja infringindo normas, ele precisa de proteção; senão, ficamos à mercê da lei do mais forte.

O meu cumprimento à pessoa de V. Exª é no sentido também de estar permitindo este debate. Mas, se o senhor me permite também, eu quero deixar uma crítica. Eu já disse que esta é a quarta audiência pública de que participo. Esta é a primeira vez que o senhor convida à Mesa alguém que sabidamente se opõe à liberação da maconha. O senhor vai dizer que não, que na audiência passada o senhor chamou um pesquisador, um psicólogo; e qualquer um que vá rever a fala dessas pessoas vai perceber que eles foram a favor da legalização. Assim como também entendo que a Mesa aqui composta por um juiz e um defensor também traz raciocínios contra o *status quo*, contra a situação atual no que diz respeito à legislação.

Eu sou a primeira pessoa que me vejo à Mesa, como já expus nas outras três audiências... O senhor sabe a minha opinião, ou não. Preciso dizer que, se o senhor tivesse me dado oportunidade, na última audiência, de saber que eu viria, eu teria me preparado até melhor por conta do tempo. É um tempo muito exíguo para expor tantos argumentos que existem.

Então, estou surpreso de fazer parte da Mesa, porque só na hora em que o senhor anunciou eu soube.

De qualquer forma, vou aproveitar esta oportunidade preciosíssima que o senhor nos dá, até porque não só os presentes, mas nós sabemos que o Brasil está vendo esta audiência pública. E eu tenho ouvido por onde passo – estive no Rio de Janeiro na semana passada, lidando com a questão da infância – a preocupação que encontramos. Em meio a isso tudo, faço audiências de infratores. São adolescentes abaixo de 18 anos que comparecem à mesa de um juiz representados pelo Ministério Público pela prática de ato infracional.

Eu trouxe um quadro que mostra alguma coisa sobre isso também. Vou procurar seguir esse roteiro que eu adaptei para esta audiência, para tentar aproveitar e otimizar o tempo que V. Exª nos cede.

Nós estamos vendo aqui um debate sobre legislação. A Mesa anterior versou mais sobre a ciência médica. Nós vimos também, na última audiência, mães que trouxeram seus casos de filhos que necessitam de uso de substâncias que hoje são proibidas. Hoje também temos presente aqui o Flávio. Sabemos que há, sim, sem dúvida, a necessidade de uma reflexão acerca do uso do canabidiol como medicamento.

Mas o que nos surpreende, o que talvez traga essa questão, esse conflito é querer, juntamente com a questão médica, discutir a recreacional.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe, eu não lhe atrapalhei quando falou que eu só tinha convidado favoráveis, porque eu vou ler a lista de todos. Agora aí, não. O senhor estava aqui quando eu disse que nós estamos separando o medicinal do recreativo. Não tem mistura...

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Para antecipar a questão do medicinal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não importa.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Mas, sobretudo, o senhor decidiu que vamos prosseguir discutindo sobre o recreativo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Lógico. Claro que vamos continuar discutindo.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora, eu não disse qual vai ser o relatório. Mas vamos continuar discutindo, sim. Como ele disse, a História não vai nos absolver se nós pararmos aqui e dissermos que está tudo bem. Então, nós vamos continuar a insistir no recreativo. Agora, vamos antecipar o medicinal. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Senador, eu já diria que a História já não nos absolve, tendo em vista a tolerância e o falso enfrentamento com que estamos tratando nos últimos 12 anos. A História já não nos absolve. São milhares de mães chorando os filhos mortos. (*Palmas.*)

E eu demonstro isso agora.

A Lei nº 6.368 administrou a questão sobre esse assunto até 2002, como bem frisou o Dr. Gerivaldo. Essa lei vinha trazendo praticamente os mesmos verbos que o art. 28 de hoje traz. Entretanto, a pena era de detenção de seis meses a dois anos. Nessa época, o usuário era preso. E 75% dos cárceres eram ocupados por condenados do art. 16 da Lei nº 6.368.

Na evolução história até hoje, nós passamos pela Lei nº 10.409, de 2002, e, nesse tempo, eu já vim a esta Casa, indicado pelo meu Estado, para debater o assunto; passado pelo Projeto nº 7.134, nós tivemos a Lei nº 11.343.

Nós vamos observar que, na evolução – eu chamo de involução –, nós tínhamos presos que nunca foram tratados. A reincidência chegava a ponto de sete a oito em cada dez. Ou seja, nunca o sistema tratou, nunca se direcionou para o tratamento do usuário. Ele era meramente um criminoso. Nesse ponto, a lei evoluiu, para que, na Lei nº 10.409, por diversas intervenções, exatamente do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que, nitidamente, se posicionava, já naquela ocasião, pela liberação do uso. Diferente, até como o senhor está colocando da regulamentação, no fundo, vai trazer esse mesmo efeito, mas o que nós percebemos é que houve um arrefecimento da atenção no que diz respeito ao aspecto criminológico.

O usuário era preso, e nós tínhamos, sim, o problema das drogas de uma forma crônica, mas era um problema contido. O usuário estava preso, salvo aqueles que se escondiam no seu uso. E isso, de certa forma, trazia proteção, sim, porque nós não víamos pessoas esparramadas pelas ruas fumando e usando à luz do dia, como hoje é feito não só nas cracolândias, mas em qualquer *show,* onde um pai de família é obrigado a aspirar a maconha que o outro está fumando do lado. E não há intervenção alguma, o que faz com que a Lei do Fumo se torne até estranha, porque não se fuma em qualquer espaço onde haja aglomeração pública, mas se veem pessoas usando maconha.

O que acontece? Com a Lei nº 10.409, houve a descarcerização do uso. A Lei nº 10.409 já pôs na rua 75% do contingente carcerário, argumento que já era usado naquela época, isso lá nos idos de 2000, como argumento para a tolerância em relação ao uso. Vamos tratá-los, são pacientes.

No entanto, isso já tem mais de 12 anos, e não se abriu sequer uma vaga para tratamento. Ao contrário. Houve uma desconstrução do sistema de atendimento, especialmente a da internação, graças à famigerada lei antimanicomial. Há o problema dos manicômios que abusavam dos seus internos, mas isso era um problema da saúde pública intervir e sanear e não extinguir, como foi feito. O Ministério da Saúde e o Conselho Federal de Psicologia são os grandes protagonistas dessa questão.

O fato é que, em 2002, nós colocamos nas ruas os presos pelo uso. Não sustento que a prisão era a questão tão somente. Mas era preciso colocar um hospital na porta de saída da cadeia. E, se esse foi o argumento utilizado, que, então, cada usuário que quisesse ir para as ruas passasse pela desintoxicação e pelo tratamento!

O que nós percebemos é que existe o uso de alguns argumentos que se repetem. Eu estava lá debatendo essas normas, e, hoje, aqui, na Mesa e nas outras Mesas, ouvi os mesmos argumentos: pesquisas mostrando o sistema superlotado, pessoas que são injustamente presas. No entanto, nós não percebemos nem um só movimento no sistema que leva à questão do investimento para tratamento, apesar do anunciado plano *Crack*, é Possível Vencer, que destina US$4 bilhões. Até hoje, eu não vi esse dinheiro pelo menos no meu Estado.

A descarcerização não resolveu o problema; pelo contrário, gerou o efeito chamado epidemia do consumo. Basta olhar os índices de consumo! Em vez de se admitir aquilo que o art. 21 dizia... E, aqui, Dr. Gerivaldo, percebo que, para o juiz, quanto mais opções no que diz respeito ao endereçamento do uso, com apoio técnico... Não é só o juiz que decide. O juiz conta com toda uma equipe técnica para decidir sobre alguma coisa. O art. 21 dava nove opções para o juiz endereçar o usuário a tratamento, seja por comparecimento a programa de reeducação etc.. No entanto, esse dispositivo foi, juntamente com o art. 20... O art. 20, aqui em cima, foi revogado, foi vetado.

Mas, quando isto aqui começou a operar, o juiz começou a usar desse sistema, e começaram a reduzir os casos que iam para a Justiça. Ninguém mais era preso. Deixo claro que acompanho isso há 20 anos e que, hoje, mais ninguém é preso pelo uso, não é sequer abordado por um policial.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Isso é o que eu tenho vivido. Avoco aqui a dedicação com que, nesses 20 anos, tenho acompanhado isso, não só em Mato Grosso do Sul mas também em todo o Brasil. Não há prisão por uso. Vamos ser claros!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Não há prisão por uso! Há, sim, associação. Se o cara está armado, ele responde pela arma, não pela droga.

Agora, o problema é que, quando o juiz tinha esses dispositivos, Excelência, a Justiça Terapêutica começou a operar no País. O que é Justiça Terapêutica? É o consórcio da obrigação de não usar. Na Justiça Terapêutica, conforme o art. 21 dessa lei permitia, o uso não é uma opção, o uso de drogas ilícitas não é uma escolha. Então, para que termos leis?

Se ainda há tolerância quanto ao álcool... Aqui, canso de ouvir certos argumentos: "Bom, mas o álcool mata mais, induz mais o consumo de outras drogas do que a própria maconha. Então, se nós já liberamos o álcool, vamos liberar a maconha." O problema é que não há peito, não há coragem, não há força, sem dizer dos investimentos absurdos da indústria de bebidas, que promove, juntamente com a cultura brasileira do uso do álcool, esse tipo de tolerância. Mas o Brasil tem cultura no consumo de álcool, não no de maconha. E estamos pegando carona numa cultura que ainda permite o uso controlado.

Não conheço ninguém que mata a mãe ou que rouba a mãe para comprar cachaça, para comprar bebida, algo contrário do que acontece no caso da maconha. Apesar de alguns virem a dizer que o uso da maconha deixa *light* ou zen o cara, ao contrário existe, sim, uma interrupção da produção de neurônios, das sinapses. E deixo isso aqui para o campo médico, como nós já vimos. Há pesquisadores seriíssimos, como o Dr. Fábio, que veio de Fortaleza; como o Dr. Laranjeira, que alguns atacam, dizendo que ele tem interesse nas suas clínicas – não estou aqui entrando nesse assunto, nem tenho argumentos para fazê-lo –; como a Drª Ana Cecília, da Abead – espero que ela realmente seja chamada para participar destas audiências –, psiquiatras seriíssimos, renomados, fora do Brasil inclusive, que atestam que há, sim, uma interferência na ação dos neurônios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – De qualquer forma, dentro da nossa legislação, quando a Justiça Terapêutica começou a reduzir os casos de internação e os casos de prisão, o que nós vimos foi uma intervenção imediata para coibir a ação da Justiça Terapêutica. Veio, então, em tempo recorde, a Lei nº 11.343.

Eu estive aqui discutindo. Havia Deputado que estava como Relator até de parte do processo, mas mal sabia o que era uma redução de danos, e nós percebemos que um Senador que acompanhou o projeto durante três anos, quando se afastou da relatoria, o então Sr. Senador Romeu Tuma, em quatro meses, aprovou uma lei que ele nem havia debatido. Aí nós entramos no efeito da pandemia.

Qualquer um pode observar que, à medida que arrefecemos o controle da maconha e de outras drogas, demos oportunidade para o usuário fazer uso, mas sem cobrar dele o compromisso e a responsabilidade, já que a Política Nacional sobre Drogas, o plano nacional fala sobre responsabilidade compartilhada. No entanto, na responsabilidade compartilhada, vemos o Estado, muitas vezes, fazendo alguma coisa, mas bem longe do que deveria, e quem paga principalmente é a família.

Então, junto com aquelas mães que choram seus filhos vivos, que convulsionam, eu gostaria de colocar a reflexão sobre aquelas mães que já não têm mais filhos para chorar, porque eles morreram, foram mortos e fazem parte da estatística do mapa da violência. Pessoas com menos de 19 anos estão sendo mortas na questão do consumo, especialmente de maconha.

Para reforçar isso, tenho visto dia a dia, nas audiências que tenho feito, adolescentes que comparecem, com 16, 17 anos, com vários furtos, e você pergunta: "Você usa drogas?" Ele diz: "Não." Você insiste, e ele diz: "Só maconha." E ele está fora da escola, está atrasado.

Eu tenho trabalhado arduamente com um projeto contra a evasão escolar. Alguns deles já têm seus filhos aos 15 anos, e eles têm certeza de que maconha não é droga, por conta justamente desta ação de despenalização. Por quê? Porque o art. 28 eximiu o usuário de qualquer responsabilidade.

Aliás, é uma chacota feita com o Judiciário, porque, quando o art. 28 fala que a pena será advertência, frequência a cursos e até prestação de serviços, o legislador coloca no parágrafo seguinte, no §6º, que, injustificadamente, se o condenado não quiser cumprir duas partes dessa sentença, o juiz poderá aplicar admoestação. Há aqui nitidamente a intenção de desmantelar a ação do Judiciário na intervenção do uso. Isso já era previsto, porque em outros países já havia acontecido. O modelo que usamos foi o modelo português. E mal usado ainda, porque lá ainda se permite o juiz intervir com o descumprimento, com o crime de desobediência. Aqui, nem isso. O sistema português não nos empresta modelo útil.

No sistema da Holanda – para atualizar, doutor, se o senhor me permite –, estão percebendo que a maconha está atraindo para lá um grupo não desejado. E não é holandês que fuma maconha. Holandês usa outro tipo de droga.

Nós temos o Uruguai agora, como carro-chefe desse tipo de coisa, e a população do Uruguai não aceita a forma como está sendo feita a legalização. Aliás, nenhum desses países empresta modelo algum. O Brasil é um país típico, único. O Uruguai tem três milhões de habitantes. O Brasil têm três milhões de usuários de maconha. E aumenta, porque, na proporção em que essa legislação avança para a descarcerização e a despenalização, falta só agora a legalização!

O que precisamos entender é que 95% dos Municípios do Brasil se pronunciaram dizendo que eles têm problema crônico com drogas. Isso não havia antes. Então, o que é que hoje nós temos? Uma pandemia. Percebam: à medida que arrefecemos o controle do uso sem tratamento, ainda que compulsório, porque o uso não é uma opção, temos o aumento do problema.

Então, quando o senhor disser "eu sei que a proibição não resolve, porque nesses anos todos não resolveu", não há proibição. Na mente do brasileiro hoje é legal usar, tanto que ele usa e não acontece nada. O que há, na verdade, no Brasil é uma falsa ideia de moralidade, quando não existe hipocrisia lançada em cima de uma moralidade que não se sustenta.

Enquanto isso, estamos vendo, cada vez mais, a nossa moçada entrar no esquema do consumo.

Hoje está virando moda entre adolescentes que não são de periferia.

Eu tenho recebido em meu gabinete pessoas que frequentam escolas privadas. Entre elas, uma menina de 15 anos e um jovem bem vestido, com o seu iPhone, que disseram para o pai que vão usar porque senão vão para a rua. E uma delas ainda me aparece com um livro de Fernando Henrique Cardoso e o coloca em cima da minha mesa. E eu lhe disse: "Mas ele mesmo falou que o Brasil não está preparado para isso". E, com aquela prepotência do adolescente, ela disse: "O Brasil pode não estar, mas eu estou".

Nós temos que entender que isso é próprio do adolescente. E, ao legalizarmos, ao regulamentarmos... Só essa discussão aqui, mostrando uma tendência à regularização, já tem trazido a falsa ideia a esses adolescentes de que é legal. Eles se precipitam nisso.

O que nós temos, então, na verdade, é uma ênfase desviada da nova lei que não se sustenta, enquanto as pessoas, realmente, estão respondendo pelo uso. Por quê? O art. 28 afasta qualquer aplicação de pena e, por isso, é comum hoje o cara ser preso e dizer que é usuário, que é dependente químico, como se isso fosse um elemento de abrandamento da sua pena ou seja o que for. Mas ele não é tratado. E, quando alguém o quer tratar, o Ministério da Saúde intervém.

Eu ouvi isso do Ministério da Saúde nesse evento que foi chamado Da Coerção à Coesão, que foi um instrumento de manipulação daquele Ministério. O evento deveria acontecer em consórcio com o Ministério da Justiça. A Senad foi convidada e tivemos lá 30 vagas, contadas a dedo, para participar entre 600 participantes,

a ponto de um dos psiquiatras da Bahia dizer: "Mas nós estamos falamos para nós mesmos. Vocês só chamaram aqui quem é contra a intervenção". Já não estávamos nem discutindo criminologicamente. O alvo, naquela hora, foi o Projeto de Lei nº 7663, do Osmar Terra, que hoje está no Senado – PLS 37, de 2013.

Essa nova lei confunde redução de dano com redução de risco, mal e porcamente – perdoem-me a expressão –, importando ideologia que não nos diz respeito – nessa ocasião, Excelência, da Holanda. Ela não responsabiliza o usuário. E nós sabemos que, sem o usuário, não haveria tráfico. O traficante só se importa com aquilo que traz lucro. O uso patrocina o tráfico, e disso não há como dizer o contrário.

Se, utopicamente, como o Senador propôs, conseguíssemos banir o uso de drogas ilícitas como se pretende fazer, o traficante não teria... Mas ele migraria para outro tipo de negócio. É isso que importa para quem lida com esse tipo de coisa. Sem falar dos acionistas, como foi citado na fala de Kevin Sabet, consultor da Casa Branca, dizendo que inclusive George Soros é um dos investidores que está preparando a Bolsa internacional para quando a *Cannabis* se tornar de transnacional, para se poder investir na Bolsa, como foi feito na década de 60 com o cigarro.

Aqueles mesmos artifícios que foram utilizados para promover o cigarro, como por exemplo: "Cigarro faz mal ou faz bem?", colocaram médicos fumando cigarro e dizendo: "Vejam, os médicos preferem Camel". (*Palmas.*)

Parece que há pouca originalidade nesses argumentos, porque eles se repetem; é só olhar o que vem.

Essa fala do Kevin Sabet venho também trazer a experiência que os Estados Unidos já estão enfrentando. Apesar do declínio do índice de acidentes, aqueles que envolvem usuários de maconha estão aumentando.

Havia um interesse do Fisco em recolher US$120 milhões com tributos provenientes da *Cannabis*, e eles não arrecadam US$30 milhões. E o custo social do impacto do uso, o impacto negativo, chega a US$300 milhões, dez vezes mais do que aquilo que se pretendia. O Brasil não precisa disso. Nós temos que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – O senhor me permite? Eu queria usar mais esse tempo para mostrar o que a redução de danos tem feito.

Tem se utilizado um artifício. Eu desconfio do Ministério da Saúde, que recebeu, desde 2002, sobre os seus ombros a oportunidade de conduzir a política sobre drogas na prevenção e no tratamento, e não o fez.

E não o fará, porque continua resistindo, atestando a sua incompetência!

Eu não posso falar mais porque não há um representante aqui, para que se defenda; no entanto, nós temos percebido que há uma importação nociva de ideologias que não nos dizem respeito.

O meu Estado – isso em 2003 – estava fornecendo cachimbo para dependente de *crack*! Chegava-se a tropeçar em gente na rua com um cachimbinho dado pelo Governo do Estado na ocasião! O Ministério da Saúde distribuía *kits* com seringas. E eu fui apurar o custo daquilo: superfaturados! Sempre tem alguém ganhando dinheiro por trás disso, seja um lado, seja outro.

Por favor, tem o vídeo aí? (*Pausa.*)

No início dele. Estou falando do Ministério da Saúde, e aqui há um vídeo do Ministério da Saúde que é uma verdadeira apologia. É o primeiro aí. Esse último, o mais extenso. Tem áudio? Avance só um pouquinho, por favor. Eu deixo o vídeo todo; ele tem 50 minutos. Aqui mesmo que eu quero mostrar. Volte só um segundinho. Aí.

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

Obrigado.

Nós podemos continuar vendo, e não muda a retórica. A retórica é essa. E eu quero que você aplauda o fato de que, depois que essa seringa é consumida por alguém que está sob efeito da droga, ele passa para mais dez, contaminando dez vezes mais aquilo que se precisava combater.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Garanta que alguém que depois de se injetar tenha consciência para dizer: "em nome da redução de danos, vou jogar isso fora". Conversa! Aliás, você vai educar quem não tem mente. Agora, no passado...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos ouvir, até o fim, o Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de citar que a própria lei, este Congresso, no art. 45 da Lei 11.343, reconhece a incapacidade do usuário de drogas para responder por crimes. Aqui diz:

Art. 45. É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Posso prosseguir, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pode.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Obrigado.

Isso significa que o Congresso Nacional, o sistema legislativo reconhece que o usuário de drogas é isento de pena, ou seja, ele não responde. Todo brasileiro pode ser condenado pelo crime que pratica? Não o dependente químico sob efeito das drogas!

Isso vale dizer para qualquer crime. Por quê?Porque é reconhecida a afetação do seu autocontrole, da sua volitividade, da sua compreensão acerca do caráter ilícito. Não vamos discutir, porque é isso que está na lei, é isso que está valendo.

Agora, eu pergunto: como alguém que pode ser isento de pena porque é afetado pela droga que usa, que é isento de pena porque perde sua capacidade de se autodeterminar pode escolher o que é melhor para si, se trata ou não trata. Ele vende o que tem dentro da sua casa, ele põe mulher e filho na rua, enche mulher de filho e deixa que o Estado cuide, se cuidar, para usar droga. Você acha que isso é dignidade? Você acha que é trabalhar pela vida? Manter pessoas nas sarjetas, envoltas no seu próprio vômito, urinadas, bebendo água de chuva?

Aí vêm as comunidades terapêuticas, Excelência, porque já não temos como internar pessoas assim, uma vez que, nos últimos dez anos, restou pouco mais de 10% das vagas para atendimento psiquiátrico, para atendimento de internação. Foi desmantelado... Eu tenho 250 mães chorando e dizendo "me interna junto com meu filho, porque ele vai morrer; ele usa maconha; ele tá devendo na "boca"; me interna junto, porque ele diz que não é usuário, ele não é viciado, porque maconha não vicia; meu filho é viciado, eu conheço", e eu não tenho onde internar essa mãe, não tenho onde internar esse adolescente Claro, sempre debaixo da avaliação psiquiátrica.

Então vêm as comunidades terapêuticas, que oferecem esse trabalho que o Estado nega. E tenho visto, desde que comecei a lidar com o assunto, há 20 anos, uma perseguição desenfreada contra as comunidades terapêuticas, seja pela RDC nº 29, seja pela RDC nº 101. O Ministério da Saúde fala que comunidade terapêutica não é equipamento de saúde. Não é mesmo! "Então, também não dou dinheiro". E vem assistente social e diz que comunidade terapêutica não é equipamento de assistência social. E não é! "Então, também não dou dinheiro". E eles sobrevivem à sua própria sorte.

Três são os elementos que sustentam as comunidades terapêuticas: a espiritualidade, a convivência e a laborterapia. Tentar atacar a convivência não é possível, porque a internação não é obrigatória. Ele vai lá se quiser, ele sai na hora em que quer. E eu acompanhei, pois sou Presidente do Conselho do meu Estado. Tentou-se, então, atacar a espiritualidade dizendo "você não pode falar de Deus". O Padre Hans, fundador das Fazendas da Esperança, foi assediado pelo Ministério da Saúde. Disseram a ele: "você para de falar de Deus que eu te dou dinheiro". Ele perguntou: "Como é que eu vou parar de falar de alguém que me inspira há 28 anos?".

O problema, Excelência, é que aqueles que não creem em Deus ou creem em qualquer outra coisa não estão oferecendo oportunidade para essas pessoas serem acolhidas. Crendo ou não crendo em Deus, crendo ou não crendo em qualquer religião, acho que é possível somar, se o interesse é para o bem. Mas o que eu vejo, na verdade, é um grupo sabotando todas as iniciativas dos que creem, alegando que isso é um problema, sem oferecer qualquer outra resposta, e nós sabemos que, quando alguém tenta desmontar algo e não tem como construir, esse alguém não pode ser ouvido.

Agora, estamos vendo uma tendência de atacar as comunidades terapêuticas pela laborterapia, dizendo que vamos ter que fazer contrato trabalhista para quem está lá dentro, para o cara que arruma sua própria cama, que lava seu próprio prato, que serve o seu café. Dizem que isso se caracteriza como trabalho. Ou assina carteira, ou paga multa. Já me perguntaram o que eu faço. Eu disse: "É simples. Quem é que está dizendo isso? Manda os 150 usuários ou ex-usuários que você tem ficarem na porta dele, comerem na casa dele, se ele tiver uma resposta para isso". O fato é que nós estamos vendo, sim...

Pode voltar os eslaides, por favor, para que eu possa encerrar?

Nós estamos vendo que há uma guerra ideológica daqueles que querem ver o uso, daqueles que querem ver o controle do uso, e isso não é de hoje, porque eu estive nesse evento...

O senhor falou, Dr. Gerivaldo, – perdoe-me se não foi o senhor – que a Anvisa tem a oportunidade de lidar com esse assunto de uma forma tecnocrática.

Não é assim! Se dependesse do Governo Federal, desde a época de Fernando Henrique, já havia esse tipo de iniciativa. O problema é que o Brasil assinou dois tratados. Isso está na Lista I e na Lista IV. Especialmente em 1961, Pernambucano Filho, representando o Brasil no congresso internacional da ONU de 1961, como já foi citado nesta Mesa, assinou um tratado dizendo que a maconha era droga perigosa. Isso foi feito quando a maconha tinha 3% de THC. Hoje, chega a ter 20% THC, e a gente não vê argumento que sustente o contrário.

Temos uma maconha muito mais potencializada hoje, a maconha hidropônica. Há caracterização suficiente para dizermos que a maconha foi piorada.

Vocês que a usam podem ter outro argumento. Tenham-no! Vão precisar dele para realmente usá-la.

Agora, o que acontece, doutor? Permita-me! O Brasil não pode simplesmente legalizar a maconha da noite para o dia, porque quebraria um tratado internacional, como fez a Argentina, que está sofrendo sanções.

Teremos em 2016 uma nova Convenção Internacional sobre Drogas da ONU. Essas discussões, certamente, serão muito proveitosas. Talvez, até mesmo o senhor seja convidado para... Não sei como funciona, doutor, mas, certamente, nós, do Brasil, teremos assento ali para discutir a questão.

O que nós vemos é que o bloco europeu, que já experimentou a liberação e viu a desgraça que isso vira, teve força para retomar, porque o aumento da criminalidade foi perceptível. Eles estão contra a legalização da maconha. Quem a está sustentando agora é esse bloco da Argentina e do Uruguai, e o Brasil, como um chuchu, está pegando as cores dos outros vegetais à sua volta, ainda que eles estejam apodrecendo. O que nós percebemos é que houve... (*Palmas.*)

Eu participei desse simpósio internacional liderado pelo Dr. Carlini, do Cebrid, e lá não havia 50 pessoas. Há mais gente nesta sala do que havia nesse simpósio internacional. Mas havia quatro psiquiatras e pesquisadores para sustentar o uso do Sativex como elemento necessário. Por que isso está sendo feito? Porque o Brasil pode, sim, querer legalizar, mas precisa convencer no tratado com o pedido técnico da sua retirada. E, provavelmente, fará isso em 2016. Antes disso, não pode fazê-lo, mesmo que queira!

O que nós temos é, sim, a oportunidade de, com esta audiência, fortalecermos o que existe no Decreto nº 5.912, que eu já mostro. Esses argumentos que nós estamos enfrentando aqui quanto à liberação da maconha, doutor, vêm desde esse simpósio programado para a liberação. Ele diz que o objetivo é apresentar estudos sobre o uso medicinal da maconha e reunir diversas instituições federais da comunidade científica etc.. Nós precisamos é de uma Agência Nacional da Maconha para regularizar isso. Isso já está sendo encaminhado. Quais são os argumentos? Ele traz um histórico desde 2010 sobre o desenvolvimento dos quadros. Aqui, ele mostra a retirada da droga da Lista IV da Convenção de 1961 como substância perigosa. Essa é a finalidade. O Conad, nessa ocasião, era composto por integrantes tendentes a essa finalidade, tanto que só da área de redução de danos havia oito integrantes.

Fala-se que a despenalização ou descriminalização do uso da maconha já acontece em alguns países e, inclusive, no Brasil. Não é descriminalização! Ainda é crime! Ele é despenalizado, mas não descriminalizado, o que quase vale a mesma coisa, porque a ideia é essa e traz a sensação de impunidade.

Agora, vejam só: isto aqui foi em 2010. A aprovação de medicamentos feitos a base de maconha e de seus derivados sintéticos ou naturais, com a criação da Agência da *Cannabis* Medicinal, até agora não vi isso ser postulado nesta Mesa nas quatro audiências de que participei. Então, a intenção aqui é direcionar para a criação de uma Agência da *Cannabis*. Preciso ir ao tratado e desconstruir aquilo que foi feito para poder admitir isso. Era essa a discussão presente naquela ocasião. Olhem lá: 17 de maio de 2010.

Então, o terceiro ponto que parecia absurdo naquela época – até mesmo no Cebrid, isso foi tido como absurdo – era a aprovação da legalização da maconha para uso recreativo, tema que foge à discussão do uso medicinal, mas que deveria ser mais bem discutido no futuro, devido às suas claras implicações sociais e políticas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Então, é isso o que está acontecendo hoje. Nós estamos perdendo o cuidado na reflexão, admitindo cada vez mais coisas que a própria sociedade brasileira condena. Basta fazer um plebiscito no Brasil sobre isso.

Agora, eu chamo a atenção, doutor, para finalizar, para um documento que já passei às mãos de V. Exª. O Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006, assinado pelo Presidente da República, parece mais um golpe do que, na verdade, um decreto. Bem modelo "hugochaviano". Por quê? Enquanto o Brasil, durante quatro anos, discutiu o Projeto nº 7.127 sobre a questão inclusive do sistema nacional, está aqui a lei: o Presidente da República vetou, dos arts. 8º a 14, o que diz respeito ao Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas. Vetou. E, um mês depois. leio que a Lei nº 11.343 foi aprovada em 23 de agosto. Um mês depois, sozinho, de gabinete, o Sr. Presidente da República traz o Decreto nº 5.912 fora da atenção do Congresso Nacional, fora do Senado, fora da Câmara. Para dizer o quê? Para dizer que o Ministro da Saúde, conforme art. 14 do Decreto nº 5.912, tem competência para autorizar o plantio, o uso, para efeito medicinal de qualquer substância, conforme já passei para as mãos do senhor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Para o cumprimento no disposto nesse decreto, são competências específicas dos órgãos e entidades que compõem o sistema nacional. Compete ao Ministério da Saúde autorizar o

plantio, a cultura e a colheita dos vegetais dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo determinado mediante fiscalização.

Então, naquilo que pretensamente seria um golpe legislativo, já se antecipou competência ao Ministro da Saúde autorizar pesquisa, plantio e uso de substâncias que são proscritas para fins medicinais. Basta que se faça uma portaria e se siga. Nós não precisamos mais que isso. Já é permitido, já é dada a oportunidade de fiscalizar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Então, se a intenção aqui é usar o canabidiol para atender às necessidades das pessoas que sofrem por conta dos transtornos, em decorrência daquilo para o qual o canabidiol poderia ser usado, além de ter outros produtos que poderiam também trazer proveito, eu sugiro que se aproveite a legislação que está aqui.

Esta audiência pública, Excelência, é evidente que passou a ser integrante. Parece-me que é preciso fazer relato sobre tudo aquilo que vem, eu não sei. Depende do Relator, não é? Mas, mais uma vez, agora oficialmente, eu peço que se integre ao documento que o senhor está coletando para avaliação do que o Decreto nº 5.912, art. 14, letra "c", já diz sobre a oportunidade de legislar sobre a questão do canabidiol para fins medicinais, como o caso da morfina. Ninguém fica aqui falando sobre a morfina medicinal. Simplesmente quem precisa vai lá e compra! (*Palmas.*)

É prescrito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Não se precisa gastar porque o tipo de coisa que é dado pelo Poder Público, o sistema de saúde promove, patrocina. Então, quem depende do canabidiol também pode se beneficiar, porque a mesma lei que proíbe o ópio proíbe também a maconha. (*Fora do microfone.*)

Certo. Perdoe-me. Vou encerrar.

Quero fechar, então, dizendo que o descuido com que temos lidado com o desprezo aos índices de violência e prejuízos à juventude, porque cada vez mais estamos vendo os índices de evasão aumentando, e essa gurizada está sendo cooptada pelo tráfico de drogas. (*Palmas.*)

A importação desse sistema garantista, o sistema garantista que é a pretensa intenção de se tratar com humanidade o desprovido, o pobre, porque é ele que vai para a cadeia.

E isso não passa de hipocrisia, porque estamos vendo aumentar cada vez mais a criminalidade.

Hoje, quem está preso – esses 75% de presos – não é por tráfico de drogas tão somente. Como foi bem dito aqui, o art. 33... Olha, esses argumentos todos de superpopulação carcerária foram usados há 10, 15 anos. "Descarcerizou". Antes, só o usuário era preso, juntamente com 15%, 25% de outros criminosos. Todos foram para a rua, voltaram traficantes. Com a Lei nº 11.343, foram colocados nas ruas os primários, os que supostamente não têm envolvimento com o crime organizado. Eu quero saber quem é que vende uma paradinha de pasta base ou um cigarro de maconha se não existe todo um sistema de financiamento, produção e distribuição por trás dele. E o distribuidor, o "aviãozinho", é fundamental para o grande traficante. Sem esse, não existe.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – E nós estamos tolerando isso em nome de um aumento da criminalidade. Por quê? Porque não há punição, não há tratamento, nós não combatemos com seriedade o uso. É a supremacia do interesse privado sobre o interesse público. É como a questão do álcool. O cara não é obrigado a provar contra si próprio, mas ele é visivelmente um alcoolizado. No argumento "você seria operado por um médico que estaria usando maconha?", o Senador discutiu dizendo "e o uso do álcool"? Bom, quem usa álcool, na primeira golada tem um bafo que dá para saber. A maconha não tem o mesmo efeito. O cara pode estar usando...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – A maconha não tem a mesma visibilidade que o álcool, vamos ser honestos.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Há pessoas utilizando outras drogas, sintéticas inclusive.

Por fim, esse...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dr. Sérgio...

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Eu só preciso desse ponto. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Conclua. Conclua.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Obrigado.

Esse ideologismo despótico, travestido de democrático,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – ... manipulação de pesquisas e de debates que eu tenho acompanhado, essa espécie de coerção à coesão, o próprio nome já trata disso. Totalmente manipulado. E isso dava para ver quem

estava lá. Eu não sei se mais alguém estava, mas eu estava. Tentei falar. Como acontece muitas vezes, é aquela vaia maioral de quem está lá só para ouvir a si próprio. Oitenta por cento dos consultados no Brasil são contra a legalização ou a regularização da maconha, inclusive os conselhos de que participo. Eu sou vice-presidente do conselho nacional de presidentes de conselhos. Já é posto e entendido que o uso tem trazido seus danos.

Aqui estão, por exemplo, jovens apreendidos por tráfico de drogas. O Superior Tribunal de Justiça, na Súmula nº 492, de setembro de 2012, estabeleceu que não se interna mais adolescente pego com qualquer quantidade que seja,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – ... na primeira vez, sem ser condenado. Aumentou muito mais! Aumentou, triplicou, porque agora o traficante chega até o guri e diz: "Você não pode mais ser internado na primeira. Vamos lá. Continua usando até uma condenação".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Quem controla é o Senador. Quando ele disser: "Para de falar", eu paro. Por favor, ponha-se no seu lugar. (*Palmas.*)

E aqui nós temos crianças sendo cooptadas logo cedo.

O Brasil é o quarto país que mais mata jovens de 14 a 19 anos, por conta exatamente disso.

Portanto, Excelência, creio que tenho aqui grande parte, não só desse grupo, das mensagens que tenho recebido, principalmente da sociedade brasileira. Se a fala aqui é no sentido de que a história não nos perdoará...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – ... por termos, de alguma forma, patrocinado o avanço da criminalidade, na verdade, a história já não nos perdoa pelo erro que temos cometido nos últimos 10 anos, uma vez que é tão flagrante o aumento do consumo, o aumento da criminalidade. Em qualquer país da Europa, isso já foi o bastante para rever essas questões, especialmente no tratamento. Não haverá tratamento do usuário. Isso não aconteceu nos últimos 10 anos, isso não acontecerá nos próximos 20. Não há investimento no sentido de tirar o usuário das ruas para que ele deixe de usar. Porque o que se quer, na verdade, é transformar o Brasil num grande canteiro de fumaça.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu tenho uma lista de 31 pessoas, das quais sete já disseram que falaram antes e que, portanto, aceitam falar depois.

Vamos dar a vez primeiro aos anteriores.

Todos falaram o tempo que quiseram, não cortei a palavra de nenhum, mas, como houve uma desigualdade muito grande, o Dr. Daniel pediu a palavra e eu lhe concedo, antes de passar para os que estão aqui.

O SR. DANIEL NICORY – Agradeço a V. Exª. Na verdade, eu nem vou usar muito tempo, mas só queria comentar aqui que o Dr. Sérgio agora não pode mais afirmar que não houve espaço para um discurso contrário.

Na verdade, viemos preparados para um certo tempo, e o Senador Cristovam, muito elegantemente, não cortou a palavra de quem certamente se excedeu no tempo. Mas, pelo menos, está marcado que, assim como o auditório é diversificado – dá para perceber pelas diferentes intervenções do auditório em função da fala de cada um –, o ponto de vista que o Dr. Sérgio representa, ninguém mais pode dizer que não foi ouvido nesta audiência. Principalmente com 50 minutos.

Eu não vou polemizar nem vou provocar o debate, porque vim preparado e vou cumprir o tempo. Eu fiquei apenas curiosíssimo para saber fontes de alguns dados... (*Palmas.*)

Curiosíssimo. E se o senhor... Talvez não seja o caso de falar agora, mas esperar o auditório fazê-lo e, depois, o senhor só pontuar, porque eu realmente desconhecia alguns dados, que me surpreenderam muito, e, como não vi a referência, não tenho nem como discuti-los.

Senador, muito obrigado pela oportunidade novamente. E vamos escutar o auditório, porque já ouvimos muito a Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado. (*Palmas.*)

Antes, eu quero citar os que já falaram aqui na mesa, porque na plateia foram muitos, todos. Em nenhuma das reuniões, a gente teve que cortar antes do tempo, porque eu tivesse que sair, por uma viagem, ou o que fosse.

Por exemplo, o Dr. Renato Malcher Lopes é um neurocientista, e a gente pode dizer que está errado, mas não que ele é parcial. Ele deu a posição dele como cientista.

O Vladimir de Andrade Stempliuk é membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Confesso que não me lembro a posição dele.

A Nara Santos é das Nações Unidas. Eles não tomam posição. Eu, inclusive, fui conversar com eles. Eles são exageradamente neutros, pelas próprias características do juramento deles.

Nivio Nascimento, coordenador do Programa do Estado de Direito das Nações Unidas – de novo; são neutros.

Coronel Jorge da Silva. Eu lembro que ele usou aqui uma frase fundamental para dizer que ele é contra drogas. Ele tem dúvida é de que se o certo é proibir o jovem de chegar à droga pela educação ou a droga de chegar ao jovem pela polícia. Foi isso que ele disse. Mais uma clara manifestação da preocupação com as drogas.

O Julio Heriberto Mazzei, que é secretário-geral da Secretaria Nacional de Drogas da República Oriental do Uruguai, que inclusive respondeu a uma das minhas perguntas dizendo que a regularização deverá aumentar o consumo das drogas, sim, mas que vai diminuir a violência.

Outro representante das Nações Unidas também não tem posição.

A coordenadora-geral do Combate aos Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores, Márcia Loureiro, também falou muito tecnicamente.

Então, a gente tem evitado essas posições a favor ou contra. Mesmo assim, eu hoje pedi – é verdade que em cima da hora – que falasse alguém aqui que, enfaticamente, claramente, nitidamente, fosse contra as drogas, para mostrar que eu quero ouvir todos. Porque as minhas perguntas são muito grandes, salvo uma. Há uma pergunta que eu não faço mais, que é se está dando certo ou não está dando certo o que se está fazendo aí. Para mim, essa está respondida: não está dando certo. Fora isso, eu sou tenho perguntas. Mas essa pergunta eu não tenho.

O Dr. Sergio fala das mães que choram a morte dos filhos, digo que é por elas que estamos aqui. Porque, se nós não conseguimos impedi-las de chorar a morte de seus filhos, então, fracassamos. E não falamos nas mães que choram porque os filhos estão presos. Não morreram, talvez ainda. Então, nós choramos com essas mães e somos responsáveis em dizer para elas que estamos fracassando no sistema atual.

Isso falando do recreativo. No que se refere ao medicinal, ficou claro que nós estamos fracassando, como vimos ontem inclusive no programa do Fantástico.

Bem, eu vou passar a palavra ao Dr. Pedro da Costa Mello Neto, que não disse aqui de onde é, quem é, mas que tem toda a palavra.

O SR. PEDRO DA COSTA MELLO NETO – Bom dia a todos.

Meu nome é Pedro, eu sou natural de Aracaju, sou formado em Medicina pela Escola Latino-Americana de Medicina em Cuba; atualmente sou médico residente da especialidade de acupuntura e dor, no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco.

Eu tive a oportunidade de acompanhar parte daqueles pacientes, inclusive o Victor, cujo vídeo foi colocado aqui na última audiência. E estou dando minha contribuição para aqueles pais que decidiram fazer uso do CBD, que é o derivado da maconha. Com isso, eu pesquiso e atualmente sou frequentemente convidado para dar esclarecimentos e fazer palestras a respeito do uso da maconha medicinal.

Há um ponto que acho importante – e que já ficou bem claro –, que é a divisão do debate, por uma questão de organização, já que os argumentos do uso da maconha medicinal e do uso recreativo têm caminhos diferentes que às vezes convergem. Mas, primeiramente, é preciso fazer essa separação.

Eu vinha preparado para falar sobre o uso da maconha medicinal e recreativo, e muitos dos pontos em que eu iria tocar já foram contemplados.

Com respeito ao uso medicinal da maconha, eu acho que já ficou claro para todo mundo e não precisa argumentar a favor disso. Eu só faço um chamado ao próprio Parlamento ou a quem couber, para que a Anvisa se posicione de maneira mais rápida, porque, aqui na última audiência, a Sheila, mãe do paciente Pedro, comentava sobre o número de crises desde quando foi adiada a última reunião até a audiência que houve aqui nesta Casa. Então, primeiro, é preciso pressionar... O Conselho de Medicina está atrasado. Felizmente, anunciaram que, agora em setembro, devem lançar uma nota a respeito disso. Mas já estamos atrasados, porque o médico fica refém ainda ao prescrever o CBD. Mesmo que se acredite que isso não vá ter repercussão negativa, porque já há consenso do uso medicinal, nós ainda estamos sujeitos a passar por um julgamento interno do Conselho de Ética do Conselho de Medicina, que, em 1995, no primeiro simpósio, posicionou-se contra, mas agora já está tomando a posição de que deve autorizar eticamente o médico a prescrever.

E aí é o seguinte: com respeito ao uso recreativo, o que acontece? O que eu percebo é que, toda vez que se vai falar sobre o uso recreativo, os argumentos que são usados por quem está contra a que se faça uma regulamentação são argumentos baseados entre o não consumo de drogas e o consumo de forma regulamentada. Então, se a gente perceber a fala de quem é contra que haja regulamentação do uso recreativo, essa fala vai baseada entre não se usar e aquelas pessoas que decidem usar droga ou que use de forma regulamentada.

Essa comparação não existe! A droga já é utilizada. Esse *slogan* da ONU de 1961 e de 1971 de que o mundo sem drogas é possível já caiu por terra!

Então, dá-me uma tranquilidade muito grande quando ouço o Senador, porque eu vejo a clareza, sobre esta pergunta que não é respondida, de que a forma como está não resolveu; ela só trouxe mais consequências. E aí eu faço uso da palavra do Filipe na audiência passada: Pessoal, se alguém quer decidir, se alguém quer discutir a maconha, tem coisa que a gente já tem que ter bem consolidada, e a discussão é de alto nível! A gente está discutindo coisas que já estão provadas! A gente não pode cair só naquela de que o uso medicinal... Agora já ficou claro o uso medicinal, a ciência médica comprovou claramente que o uso medicinal é mais benéfico do que outras drogas, e não é preciso esgotar a possibilidade de outras drogas que são bem mais perigosas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO DA COSTA MELLO NETO – O uso recreativo a ciência política já mostrou! O caminho já foi mostrado: a maconha causa dano ao cérebro. A Associação Brasileira de Psiquiatria lançou uma nota, dizendo que a maconha pode ser prejudicial naqueles adolescentes que venham a fazer uso dela. A discussão não é essa! Nós já sabemos que ela danifica o cérebro de um adolescente em formação.

A discussão é: como a gente vai tratar aquelas pessoas que já decidiram usar, o que elas vão usar. Dá para ver, pela sua fala, que quem está contra essa regulamentação não está entendendo nada de política de redução de danos.

Em São Paulo, quando se parou, por um tempo, a distribuição de seringas para usuários de drogas injetáveis, desenvolveu-se, disseminou-se uma cepa de HIV praticamente paulistana.

Então, aquilo que foi falado aqui, da política de redução de danos, não é uma concordância com o uso de droga. Eu não escuto, aqui, alguém que esteja discutindo o uso recreativo ou medicinal aconselhar ao uso de drogas. A gente está dizendo que a droga já é usada e que, como cidadão – eu, como funcionário da saúde pública – deixo a minha preocupação, levando em conta que causas externas. Temos um índice de homicídios que já ultrapassa o de uma guerra civil, porque o Brasil vive hoje uma guerra civil não declarada. Já sabemos quem é o público alvo e já está mais consolidada do que nunca a exposição de que pessoas que são presas portando quantidades de uso...

A gente já tem experiência que clubes canábicos que deram certo em outros países não enriqueceram a indústria. A indústria vai enriquecer por um lado, mas a gente causa uma sangria monetária, ainda que seja de 20% do tráfico...

Então, essas são coisas já estão consolidadas, e eu os chamo para essa reflexão para pedirmos um aceleramento por parte da Anvisa, porque eu só os escuto falando que já estão pensando nisso, mas estão adiando coisas que não podem ser adiadas.

Eu acho que o uso recreativo tem, sim, que ser debatido com velocidade, que não temos que esperar 2016, porque muitas pessoas vão ser mortas daqui para lá também.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vou tentar controlar o tempo, mas visando aos três minutos de cada um, com certa tolerância.

Aproveito para trazer aqui um tema de que não temos falado: o direito que cada pessoa tem à recreação que não prejudique os outros. (*Palmas.*)

A gente tem que ir atrás disso. Ir a um desses filmes malditos que incentivam à violência, mas que divertem alguns, que eu considero malucos – eu não vou –, é um direito, a não ser que ele esteja atrasado, corra demais e atropele alguém no caminho ou não respeite as regras de trânsito. É um direito à recreação. O problema da droga é que a gente tem que analisar se esse direito, legítimo, à recreação prejudica ou não os outros, porque não acredito que traga benefício aos outros, e também, em certo grau – é uma discussão que vocês da filosofia do Direito discutem –, se a gente deve deixar a recreação mesmo quando prejudica só quem faz o uso recreativo. Esta é uma discussão. Devemos discutir se devemos tolerar mesmo sabendo que vai fazer mal à sua saúde. Por exemplo, o suicídio é crime, tem que ser proibido, tem que ser impedido, e a lei... Não é porque faz escondido, mas, se for fazer publicamente, a obrigação é impedir. Então, a pergunta é se isso é suicídio ou não.

Mas quero voltar ao direito à recreação, que a gente se esquece de discutir, desde que não prejudique a sociedade.

Passo a palavra à Rossana Brasil.

Ela já falou antes, como reconheceu.

O Jorge Damasceno falou.

Vamos voltar a vocês.

Agora, passo para o Diego Plutarcho.

O SR. DIEGO PLUTARCHO – Bom dia a todos.

Meu nome é Diego Plutarcho e faço um trabalho voluntário numa ONG. Sou dependente químico em recuperação.

Eu tenho 24 anos, Senador. Quando eu tinha 14 anos, numa família da classe média de Fortaleza, eu fiz uso, em um colégio particular – não foi em periferia – da maconha. Com o uso da maconha, eu conheci outras drogas. Com as outras drogas, conheci o álcool, parei os estudos, não tive mais capacidade de dar continuidade à vida acadêmica, profissional, e tudo foi por água abaixo, desse tempo para cá. E de um ano para cá, eu venho fazendo a minha recuperação em instituições cujo nome não posso citar, venho fazendo um trabalho voluntário no Movida, Movimento pela Paz e Não Violência em Fortaleza, atrás de dependentes químicos, cuidando de dependentes químicos em clínicas, visitando.

Digo uma coisa: a química ninguém controla, Senador. Ninguém controla a química.

Eu tentei sair da maconha, e, quando tentei sair da maconha, a primeira coisa que fiz, a primeira coisa que tentei fazer foi o suicídio, porque eu não conseguia sair. Eu ia para outra droga, depois voltava para a maconha, para tentar sair das outras drogas. Isso não dá.

E quanto às sequelas... Ouvir às vezes, em vários locais, que maconha não causa sequela?! Eu hoje sofro de depressão gravíssima; tenho problema de transtorno de ansiedade em razão da maconha.

Quero ressaltar aqui que tenho um tio, irmão do meu pai, que faleceu no dia 24 de outubro, tendo cometido suicídio, com o diagnóstico de esquizofrenia, pelo uso da maconha. Meu tio se suicidou aos 45 anos, com esquizofrenia, exclusivamente pelo uso da maconha.

Então, dizer que maconha não causa sequelas ao organismo humano é um absurdo! Dói ouvir uma coisa como essa, porque eu carrego essa sombra de sofrimento até hoje na minha vida. Até hoje, todo dia é uma luta enfrentar um dia sem a química.

A química ninguém domina, como eu já disse e repito. Ninguém tem controle sobre a química. Esse é um assunto que me deixa muito abalado, relembrar esse sofrimento todo.

Eu tenho marcas na minha mão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO PLUTARCHO – Desculpem, já vou encerrar em respeito ao tempo...

Eu tenho marcas na minha mão em razão de uma tentativa de suicídio. Faço tratamentos.

Então, vamos trabalhar em cima de instituições de tratamento para dependentes químicos. E quando eu me refiro à maconha, eu me refiro a uma droga. Quando estamos com raiva de alguma coisa dizemos "que droga!" Isso porque é uma droga.

Quero dar espaço aos outros.

Muito obrigado por terem me escutado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Creio que depoimentos pessoais são importantes nessas audiências. Não apenas a fala de especialistas, mas também depoimentos como o seu, como depoimentos dos outros usuários que chegam aqui e defendem...

Quero agradecer a força do seu depoimento como também a que ouvimos das mães...

O SR. DIEGO PLUTARCHO – Obrigado.

O SRª JORGE DAMASCENO – Dois minutos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas vai chegar a sua vez depois. E voltarei aos que já falaram

Andreia Sales, Grupo de Autoajuda contra a Dependência.

A SRª ANDREIA SALES – Eu já falei. Se quiser passar...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Virá, então, depois.

Filipe F. Marques. Coletivo Apologia.

O SR. FILIPE MARQUES – Eu passo a palavra a alguém que não tenha falado ainda, se eu puder voltar depois.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Túlio de A. Cervo.

O SR. TÚLIO CERVO – Sou eu, Senador.

Muito obrigado pela fala. Eu queria começar primeiro respondendo à pergunta do senhor sobre se alguém está satisfeito com a legislação atual.

Eu digo que existem, sim, pessoas que estão satisfeitas. São os traficantes, ganham dinheiro em cima de usuários e dependentes de drogas. (*Palmas.*)

E muitos desses traficantes traficam com helicópteros e se escondem atrás de pilhas de dinheiro e de cargos públicos.

Sr. Sérgio... Desculpe, Dr. Sérgio...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu acrescento também advogados. Há advogados que estão ganhando muito dinheiro...

O SR. TÚLIO CERVO – Também...Exato.

Bom, Dr. Sérgio, eu gostaria de pedir dados para o senhor. O senhor falou, falou 50 minutos, e eu respeitei a sua fala até os 50 minutos, quando achei que já estava demais. Eu intervim. Desculpe por isso, mas eu gostaria de dados e de saber quem são essas pessoas que não vão presas, porque tenho certeza de que pobres e pretos vão, sim, presos. São eles os mais afetados por essa guerra classista, por essa guerra racista, que não é contra das drogas, é contra as pessoas.

Eu gostaria de também argumentar aqui que os discursos contra são pouco fundamentados, eles são muito fundamentalistas e reacionários. Eles só se preocupam com as questões fundamentalistas e, muitas vezes, são alienados por falta de dados. Eu gostaria de também ressaltar que a ONU hoje recomenda o fim da guerra às drogas. Ela recomenda, sim, o fim da guerra às drogas.

E eu também gostaria de ressaltar um outro ponto ainda, que é o uso religioso. Hoje, vemos igrejas, criam templos icônicos sem pagar imposto, mas o uso religioso da *Cannabis*, hoje em dia, não é respeitado. Nós temos hoje pessoas presas por usar *Cannabis* religiosamente, e não recreativamente ou medicinalmente. A nossa Constituição fala que temos o direito ao livre culto, mas isso não é livre culto. Desculpe, Senador, mas isso não é livre culto.

Eu gostaria de também dizer que a legislação, sim, é falha. Eu, como cidadão, pude averiguar de perto algumas situações e hoje produzi um texto que é praticamente um projeto de lei criado por mim e por alguns amigos meus que são cientistas políticos e de informação. Eu gostaria de disponibilizá-lo para qualquer tipo de pessoa ou de Parlamentar que queira regulamentar. Eu não falo em legalizar; não é só legalizar – tem que legalizar e regulamentar. O tráfico não acaba só com a legalização; o tráfico acaba assim que nós regulamentarmos.

E quando disseram que a porta para as drogas mais pesadas é a maconha, eu digo que não. A porta de entrada para as drogas mais pesadas é o tráfico de drogas, é o tráfico ilegal, não é a maconha. Se você for a um supermercado que tiver apenas produtos dietéticos, você não vai precisar comprar produtos que não sejam dietéticos. A questão da maconha é a mesma coisa: se você for comprar apenas a maconha em um lugar em que não existe outro tipo de droga, você não vai ficar tentado pelos outros tipos de droga. E a questão não é você dar poder à Polícia para prender e para matar. A via é pela educação: a educação acaba com o crime, a educação acaba com a insegurança pública, porque hoje não temos segurança pública no nosso País. A segurança pública se tornou insegurança por conta dessa guerra classista e racista.

Outra questão é...

(*Soa a campainha.*)

Eu já vou terminar, porque eu creio que o tempo é curto em vista das outras falas.

Então, eu gostaria de fazer um apelo, um apelo que vai no raciocínio de "vamos parar de matar e vamos começar a educar". A educação, sim, é o caminho, e não a matança de pretos e pobres, porque os ricos estão sempre resguardados pelo dinheiro. Eu vejo muitas pessoas ricas que não foram presas, porque, sim, têm contatos, e eu aqui fico um pouco acanhado porque não vejo muitos pobres e não vejo muitos negros. Eu gostaria de ver mais pessoas assim aqui, porque eles, sim, têm direito de falar aqui. E mulheres, são poucas as mulheres aqui. A representação feminina deve ser ressaltada numa Casa que visa à democracia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TÚLIO CERVO – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Creio que você trouxe um ponto importante. Realmente, vemos poucas mulheres e não tivemos ninguém representante dos grupos mais excluídos da sociedade, como, por exemplo, mães tanto que perderam seus filhos para as drogas como mães que os têm presos porque são consumidores e não traficantes. Eu creio que a gente pode tentar fazer isso aqui.

O próximo é o Fabio Carvalho, que é pai de paciente, mas que já falou antes. então, eu passo para o Felipe Pinheiro.

O SR. FELIPE PINHEIRO – Bom, eu queria agradecer a oportunidade.

Queria falar que eu sou a favor de não legalizar a maconha, até mesmo pelo fato de que é uma droga que leva, hoje em dia, muitos jovens a se perderem para as outras drogas, porque a maconha é uma grande porta de entrada para as outras drogas. Se uma pessoa não usa maconha, ela simplesmente não irá usar uma cocaína, não irá usar um *crack*; mas, a partir do momento em que ela usa uma maconha, chega um tempo em que a maconha não vai ser a mesma lombra, ela já vai querer usar uma cocaína. (*Palmas.*)

Chega um tempo em que a maconha não vai dar a mesma lombra, ela vai querer usar o *crack*. E cada vez mais vai se aperfeiçoando, a um ponto que as pessoas chegam a sair de casa para morar na rua, e aí começam as doenças.

E outra é a questão da educação. Fala-se muito que os jovens hoje em dia estão se perdendo nos estudos, como o irmão falou. Eu, aos meus treze anos de idade, comecei a fumar maconha. Hoje, tenho vinte. Passei nove anos usando drogas, perdi estudo, emprego, perdi tudo. Graças a Deus, eu não caí nas outras drogas, mas vejo jovens que estão se aperfeiçoando na maconha hoje, com 12 anos, 11 anos de idade. Tenho isso dentro de casa. E eu vejo que a legalização da maconha só vai afundar cada vez mais o Brasil,...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. FELIPE PINHEIRO – ... porque... (*Palmas.*)

Se uma pessoa... Até a questão das escolas hoje em dia. Se você legalizar a maconha, como é que um jovem vai assistir aulas? Porque a maconha te deixa lerdo.

Creio eu que essas pessoas que querem legalizar a maconha não vão à periferia para ver jovens que vão se perdendo nas drogas. Creio eu que essas pessoas só veem para elas.

Outra coisa que eu acho falta de respeito é quando uma pessoa está falando, e as outras estão falando em cima. Tenham pelo menos o respeito de escutar. (*Palmas.*)

Porque isto aqui é um debate público, todos têm o direito de falar, mas também têm o direito de escutar.

E é só isso mesmo que eu queria falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Eu passo agora a palavra à Diva Araripe Bezerra, mãe de ex-usuário.

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – Bom dia. Eu venho aqui primeiro, Senador, dizer que admiro a sua posição como defensor da educação, mas para educar, tem que ter a vida de quem educar. E com a droga, não dá para educar.

Eu quero dizer que sou uma cidadã de classe média, que casei com responsabilidade, tive três filhos com responsabilidade, procurei educar meus filhos com o maior perfeccionismo possível, mas os dedos da mão não são iguais, e veio aquele filho diferente do que a gente deseja como modelo de um cidadão de bem.

Quero fazer um parêntese aqui, pelo que escutei, a banalização de pequenos delitos. É dentro de casa, pela banalização de pequenos delitos, que chegamos aos grandes delitos. Então como é que a gente pode banalizar o pequeno, como foi dito aqui, o pequeno traficante, o pequeno usuário? Como é que a gente pode? É aí que vem a banalização. É por isso que o País não está dando certo. É por isso que as coisas... E aí não está dando certo? Não, não está dando certo. Não é porque está sendo proibido, não; é porque está cada vez mais banalizado. É porque cada vez não está sendo mais punido.

Eu quero dizer que meu filho entrou na droga através da maconha, e quando o abordamos, ele disse que a maconha dele não estava incomodando ninguém. Era um adolescente de 14 anos de idade, está certo? E a luta aí começou, sem vergonha de abraçar o problema de frente, o que a maioria das famílias, de mães têm. É uma pandemia que está acontecendo. Antigamente, tinha-se vergonha do leproso.

Hoje, uma mãe e um pai têm vergonha de dizer que seu filho é um dependente químico, é um adicto. E, aí, se curvam de ir atrás de resolver o problema, se curvam às manipulações dos seus filhos; preferem ser manipulados pelos caprichos que eles exigem. Exigem, primeiro, o dinheiro, exigem o carro, exigem a mesada e, depois, exigem usar a droga dentro de casa.

Eu fui a mãe diferente; eu fui a mãe que não permiti. O que eu procurei demonstrar é que ele tinha amor, casa, carinho, educação, mas nunca as duas coisas. Não foi um dia de luta nem um mês, nem um ano; foram dez anos de luta. E meu filho, da maconha, que não fazia mais efeito, que não levava mais aos sentimentos que eles sentem, que eu não sei quais são, ele chegou ao *crack*, e pelo *crack* ele se apaixonou. Mas foi a maconha o que levou ao *crack*.

Ele não está aqui hoje, mas seria bom que, como o senhor tem dito, que os pobres tivessem chance de dar aqui a sua opinião, eu participo de salas de autoajuda e escuto pais dando o depoimento do seu sofrimento. Ele não paga para ir até lá, não paga para ouvir e para falar o que sente. Para eles chegarem aqui, eles não têm condição. Que isso fosse desvinculado, descentralizado, que fosse escutado nas salas de NA, nas salas de Nar-Anon, onde há os depoimentos que, como o senhor diz, são tão importantes.

Quero dizer que, depois de dez anos de luta, de muita dureza, não foi só pedindo a meu filho para deixar de usar não, foi impondo que ele escolhesse. Por muitas vezes, eu fiz meu filho dormir na rua; por muitas vezes, eu neguei um prato de comida para o meu filho. Por "n" vezes, ele pediu para ser internado, mas eu sabia que aquela internação que ele queria era só para nos manipular, para conseguir mais alguma coisa que, de outra forma, ele não conseguia mais. E a coisa foi se afunilando para ele, que chegou o dia de ele não ter mais argumentos para me convencer a dar chance a ele. E, aí, eu cheguei para ele e disse: "Meu filho, agora, nem que você peça ajuda para se tratar, você não terá, porque todos os seus argumentos já foram por água abaixo e você não sustentou. Se você quiser agora, cuide da sua vida".

Quero dizer que, durante esses dez anos, eu não vendi a minha casa, como a grande maioria das famílias de dependentes químicos faz, ou seja, se desfazem da própria casa para custear o tratamento de um filho. Desfazem-se para fazer dinheiro, para comprar o carro; carro que o filho, depois que sai da recuperação, vende para trocar por drogas. Então, muitos patrimônios de família foram embora, mas eu tinha um princípio: eu tenho a minha vida, eu tinha a vida dos outros dois filhos; e a gente tem que ter amor a nossa vida. Então, o primeiro que tinha que se cuidar era ele. Se ele não queria se cuidar ou se tratar, nós não podíamos anular nossa vida. E esse foi o discurso que ele ouviu sempre.

Foi muita dureza. Ele não tinha mesada; eu não me desfiz de nada. E todas as restrições que eram impostas a ele eram transparentes. Aquilo estava sendo dado a ele porque ele estava merecendo. Lembro-me de um fato: ele vendeu os livros do preparatório ao vestibular do irmão, que há quatro anos tentava o vestibular para uma universidade pública, porque eu não podia pagar faculdade particular – sou de classe média mas funcionária pública.

Então, ele estava vendendo os livros do irmão. E, na discussão, para mudar o rumo da história, ele chegou e disse: "Mãe, eu vinha caminhando pela rua, vi uma senhora a pé e uma pessoa deitada com um lençol em cima. E, quando o lençol se levantou, era um amigo meu". Aí, cheguei para ele e disse: "Meu filho, quer que eu te diga a verdade? Eu queria estar no lugar dessa mãe. Eu preferia estar no lugar dessa mãe, porque tenho um sentimento de justiça e a consciência de que, antes que meu filho tirasse a vida de um inocente, que a dele fosse retirada".

Então, não sou uma mãe que bota os filhos debaixo das asas e que ninguém fale mal do meu filho. Eles foram criados de uma forma em que, se eles praticassem algo de errado, tinham de ser punidos à altura. E, dessa forma, ele foi punido, está certo? Deus não quis lhe tirar a vida, porque, quando ele não tinha mais chance, não tinha mais domínio para dizer "hoje eu quero", "hoje eu não quero", o organismo é que exigia dele para usar a droga. Ele chorava para não usar a droga.

Meu filho chegou a dividir cobertor na Cracolândia. Meu filho chegou a dividir quarto em clínica de tratamento com mendigos, com ratos passando pela cama, porque, no início do tratamento da dependência do meu filho, não existiam instituições à altura ou mais dignas em Fortaleza. Então, quando meu filho começou o tratamento dele, foi dessa forma.

Eu cheguei constrangidíssima em casa e comentei com o pai deles que aquilo não era o que eu queria para o meu filho. E sabe o que ele respondeu? "O que tu achas que nosso filho está tendo lá na rua? Tu achas que é diferente disso?" E, assim, era como vinham as minhas conformações. Aí eu ia lutando.

De outra vez, no hospital, quando fui visitá-lo – e, então, ele já estava numa fase de hospital psiquiátrico... Eu nunca imaginei que um dependente químico tivesse de ir para um hospital psiquiátrico. Ele frequentou, e, hoje, os hospitais psiquiátricos estão cheios de dependentes químicos. Eu digo porque frequentei hospital psiquiátrico. Eu frequentei e constatei comportamentos de dependentes da maconha que se tornaram esquizofrênicos e que morreram esquizofrênicos dentro do hospital psiquiátrico.

E, quando eu saía de um hospital desse, arrasada, pensando: "Como podia aquilo, meu filho, bonito, cheio de vida? Não tinha motivo para isso", a minha conformação era única, era a redução não de danos para o meu filho, mas a redução de pessoas inocentes sendo atingidas pela delinquência de um usuário de droga, da maconha e de outras que acompanham a maconha.

Quero dizer que meu filho, depois de não ter mais chance em casa e de ser bem conscientizado de que tinha a chance de ter amor, família, carinho ou de que tinha a droga com os traficantes, com os delinquentes, ele não tinha mais esperança de si. Aí, ele pegou um computador, na minha ausência, e trocou todo por *crack*, para acabar com a vida dele, porque não tinha mais esperança.

No início ele dizia: "No dia em que eu quiser, eu acabo". Da mesma forma, a gente que é fumante do cigarro diz "No dia em que eu quiser, eu paro". E um dia, quando se dá conta, não consegue mais parar. Assim é a droga, com sequelas inestimáveis.

Quando ele terminou de usar toda a droga, viu que não tinha acontecido nada. Explicação científica para isso não sei, porque muitas mães que participam dos grupos de autoajuda dão seu testemunho de que, por muito menos, os filhos acabam com sua vida. E a dele não foi encerrada por aí.

Então, ele, por si, foi sozinho para o hospital psiquiátrico. Lá, não quiseram recebê-lo. Ele disse que pulou o muro; então, chamaram o Ronda do quarteirão. Quando o Ronda ia prendê-lo, passou um médico que já o conhecia e disse: "Manda ele descer; o Ronda não tem que fazer nada com ele". E, nesse mesmo dia, ele se internou pela última vez e, dessa vez, foi diferente.

A mãe que, das outras vezes, entrava no hospital, por capricho dele, exigindo um carrinho de feira com tudo do bom, porque no hospital não tinha, achando que aquilo ia facilitar no tratamento dele, não levou mais nem uma muda de roupa. Ele fez o tratamento todo, naquele hospital, vestindo as vestes que os ex-pacientes

esqueciam por lá. Eu só levava uma ferramenta para a redução de danos, que era um aparelho de barbear, que deixava na secretaria, porque o maior desejo dele, depois que ele entrou no hospital, era me ver e ouvir a minha voz pelo telefone.

(*Soa a campainha.*)

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – E eu deixei ele penando. Passou quatro meses internado no hospital psiquiátrico sem me ver. Quando eu ia deixar os produtos de higiene dele, como o aparelho de barbear, os funcionários diziam: "D. Diva, pela primeira vez, o Guilherme está querendo alguma coisa. Ah, se toda mãe fizesse o que a senhora está fazendo". E ele fez todo o tratamento no hospital. Quando o médico disse que não havia mais o que fazer quanto ao tratamento ambulatorial, ele pediu para fazer o tratamento na clínica terapêutica, e, pela última vez, depois de "n", ele fez todo o tratamento, praticando, como outros conhecem, todos os passos, a ponto de, quando terminou o tratamento, ser convidado para fazer parte da equipe.

Ele, hoje, é um exemplo para aqueles que não têm esperança.

(*Soa a campainha.*)

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – Também, nos seus depoimentos... E, se o senhor, alguma vez, tiver oportunidade de ir a Fortaleza, onde quase todos os anos ele é entrevistado, desde o primeiro tratamento dele até como ele se encontra hoje. Os jornalistas ligam para saber se há alguma novidade. Ele, hoje, comanda uma clínica de tratamento de dependentes químicos.

No momento em que ele estava trabalhando ainda, ele viu uma mendiga de rua se fazendo passar por aleijada, pedindo esmolas. Eu, com a minha visão, disse: "Meu filho, não há quem diga que essa aí está se fazendo passar por mendiga". Depois, que ele entrou em recuperação, ele disse: "Mãe, a senhora sabe aquela que a senhora me mostrou? Ela, realmente, não é aleijada. Ela está se fazendo passar. Ela era quem dormia e chorava para não usar droga. No dia em que eu puder, eu vou levá-la para tratar. Não adianta eu apanhá-la agora e pedir um favor ao dono de uma clínica se ela não vai se manter, depois, na família".

No dia em que ele teve a clínica dele, a primeira coisa que ele fez foi buscar a Maria para fazer o tratamento. E, pela primeira vez, uma pessoa de classe social, como os outros dizem, aqui, sem condição nenhuma, com um tratamento só, entrou em recuperação.

(*Soa a campainha.*)

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – Ela, hoje, trabalha na clínica.

Eu só tenho a agradecer por não ter vendido a minha casa. Como ele mesmo disse, no primeiro dia em que ele foi internado para tratamento, naquele momento em que todos vão dividir as suas vivências, ele escutou alguém dizer que tinha levado a geladeira de casa para trocar por drogas, ele pensou: "Eu nunca vou chegar a isso". E, quando ele chegou ao fim, ele se lembrou da primeira internação dele: "Eu, que fumava a maconha, achava que não chegaria a esse ponto".

Ele chegou a ser detido por queixa do próprio pai, mas, hoje, ele diz que só optou porque ele foi posicionado a optar.

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – E, graças a Deus, ele tem uma história para contar! Muitos não puderam contar sua história.

Duvido aqui... Entre os que a estão defendendo, eu gostaria de escutar as suas famílias, para saber se elas têm o mesmo posicionamento deles. (*Palmas.*)

Quem está falando aqui é uma mãe de família que quer o bem da sua família, que tem amor por sua família e que ainda luta por uma instituição que se está acabando. O País não está levando em conta a opinião de uma família para tomar certas decisões. E é na família que começam os pequenos atos. As pequenas organizações se formam na família. De forma micro, é na família que a gente se espelha para a agir de forma macro, para dirigir um país.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós é que lhe agradecemos. Quero dizer que um depoimento como esse seu é capaz até de justificar uma audiência como esta.

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mesmo que a conclusão não seja a de, por exemplo, continuar da maneira como está, ou seja, a de um simples proibicionismo; mesmo que se chegue à conclusão de que se deve buscar a regulamentação, um depoimento como o seu é extremamente importante para sabermos dos riscos das drogas.

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O Sr. Carlos Penna é o próximo, mas já falou também de outra vez.

O Sr. Luis Eduardo Girão já falou e o Sr. Luiz Bassuma já falou.

Mas voltaremos depois a palavra a vocês.

Passo a palavra a Marlan Gustavo. (*Pausa.*)

Ah, sim; ele já falou também.

Passo a palavra a João Paulo Silva da Cunha.

O SR. JOÃO PAULO SILVA DA CUNHA – Bom dia a todos!

Meu nome é João Paulo. Eu gostaria de agradecer a todos vocês pela oportunidade.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que, se usar maconha fosse bom, o nome não seria "droga".

Eu gostaria de falar um pouco a respeito da minha vida. Fui um jovem que se envolveu no mundo da criminalidade com 13 anos de idade. Hoje em dia, tenho 23 anos. Passei nove anos da minha vida no mundo do crime, e tudo se iniciou na maconha. Comecei fumando maconha. Chegou certo tempo da minha vida em que a maconha não era mais suficiente; passei a cheirar cocaína, a beber, a roubar; e cheguei ao ponto de vender drogas para as demais pessoas.

Muitas vezes, as pessoas dizem que a maconha não faz mal. Como esta reunião diz respeito ao uso da maconha, eu gostaria de dizer que uma pessoa, quando fuma um baseado de maconha, não vai se contentar simplesmente com aquele baseado. Se ela tiver mais, ela vai continuar usando. Eu já a usei durante nove anos e sei do que estou falando. Se uma pessoa falar para mim que fuma um baseado de maconha por dia e se contenta, não sei que usuário de drogas é esse, porque, quanto mais você tem a droga, mais você quer usá-la.

E há outra coisa: se não houvesse usuários de drogas, não haveria traficantes. (*Palmas.*)

Como o jovem disse, nós não temos capacidade para dominar a droga, para dominar a química. Realmente, nós não temos capacidade para dominar a química; nós temos capacidade para nos dominar. Eu é que tenho de ter domínio sobre a minha vida. Se eu tenho domínio sobre a minha vida, eu terei domínio sobre todas as coisas que estiverem ao meu redor.

Como o Senador apoia muito a questão da educação, eu gostaria de fazer uma pergunta a todos vocês: como um jovem vai entrar numa sala para assistir à aula se ambas as partes, o professor e o aluno, estão sob o efeito de maconha? Um dos efeitos que a maconha proporciona para a pessoa é a queima de neurônios. Eu, particularmente, sofro com isso até hoje. Sofro com isso até hoje! Perdi, muitas vezes, reações, reflexos, por conta da droga.

E como é que um jovem vai entrar numa sala de aula para poder assistir a uma aula sob o efeito de drogas?

Eu abandonei os estudos já faz bastante tempo. E por quê? Porque comecei a me envolver. E uma droga vai chamar a outra. Se uma pessoa bebe um copo de bebida alcoólica, ela vai querer dar um cheiro na cocaína; ela vai querer fumar um cigarro. Se você fumou a maconha, você vai querer fumar um cigarro. São poucas as pessoas que conheço que fumam simplesmente a maconha.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO SILVA DA CUNHA – De dez pessoas, duas fumam simplesmente a maconha, porque uma droga influencia no uso de outra droga.

Então, no caso, qual seria a minha opinião? Do jeito que está realmente não pode ficar. Seria necessário que nós viéssemos dar mais oportunidades às demais pessoas, inclusive a respeito da educação. A educação hoje, no Brasil, não está com nada. Poderia ser melhor em vários aspectos. Poder-se-ia fazer com que os jovens tivessem prazer em entrar numa sala de aula para poder assistir àquela aula. Porém, muitas das vezes, a educação que nós temos hoje não tem nada para nos oferecer. Em vez de o jovem usar droga, ele pode simplesmente fazer um esporte, fazer algo que irá influenciar no crescimento dele. E eu creio que, ao utilizar a droga, isso não vai acrescentar nada no seu crescimento da pessoa.

Agradeço a todos vocês pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

A palavra agora é de Esdras Machado, advogado contra o proibicionismo.

O SR. ESDRAS MACHADO SILVA JUNIOR – Bom dia!

Saúdo todos os presentes na pessoa do Senador Cristovam Buarque. Saúdo também os que acompanham esta audiência pelas mídias e pelas redes sociais.

Eu me chamo Esdras Machado; sou pai de dois filhos, advogado, militante há oito anos. Represento o Fórum Advogado contra o Proibicionismo – Pela ampla discussão, sem tabus e pela erradicação da violência advinda da Política de Guerra às Drogas, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico facebook.com/advogadocontraoproibicionismo.

Faço parte também da Leap Brasil e sou Conselheiro Nacional da Juventude. Por experiência familiar, sou filho de magistrado. Aqui vale destacar, para dizer que conheço muito bem esse meio jurídico.

Registro aqui minha imensa satisfação em, mais uma vez, ouvir as lúcidas palavras do Dr. Gerivaldo Neiva, pessoa que admiro pela seriedade e sobriedade com que encara a problemática das drogas na sociedade.

Estou aqui com o objetivo de ver a guerra se transformar em paz. A regulamentação da maconha trará paz, pois acabará com essa matança irracional, que vem durando décadas, num círculo vicioso que precisa ter fim.

Enfim, o que é droga? A definição mais ampla, fornecida por uma farmacologista, considera droga qualquer substância capaz de alterar o funcionamento normal do organismo. É a interpretação mais semelhante à dos gregos antigos, que usavam a palavra *phármakon* tanto para remédio quanto para veneno. Eles entendiam que nenhuma substância é boa ou má em si. O uso que se faz dela é que ditará suas consequências. Essas definições foram tiradas do livro *Almanaque das Drogas*, de Tarso Araújo, por sinal um excelente livro para esclarecer os leigos com informações reais e sérias sobre tudo o que se refere à droga.

Essa interpretação considera a maconha e a cocaína drogas, da mesma forma que a aspirina e até o chá de camomila, que você bebe para dormir melhor, frisando que a aspirina mata, nos Estados Unidos, por ano, cerca de oito mil usuários, e a maconha não matou sequer uma pessoa. Mas a guerra contra as pessoas que fumam a maconha mata milhares. Pessoas morrem de forma violenta por usarem uma planta que não mata ninguém; ao contrário, cura diversos males, inclusive os da alma.

A distinção entre o uso recreativo, medicinal e religioso é algo recente. Existe há pouco mais de cem anos, assim como o proibicionismo. O uso recreativo, milenar, que é o principal alvo dos controles internacionais, refere-se a qualquer consumo que não seja o de tratamento médico, pesquisas científicas ou ritual religioso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESDRAS MACHADO SILVA JUNIOR – Esse último já consagrado na nossa Carta Magna. Porém, grupos religiosos insistem em interpretar a norma de forma diversa, com discursos de cunho fundamentalista, moral e desprovido de comprovação por parte da ciência ou até comprovações equivocadas e defasadas, datadas do início da proibição da maconha, como já foram mostradas em audiências anteriores e desqualificada perante todos os presentes.

O uso religioso pode tornar lícito o uso de uma droga.

No Brasil, quem segue a doutrina cristã do Santo Daime, bem como a Umbanda e o Catimbó do Nordeste, tem a garantia constitucional, o direito de consagrar a *ayahuasca* e a jurema nos seus rituais, elaborados a partir de tradição dos índios da Amazônia e do Nordeste do Brasil há pelo menos cinco mil anos. Ou seja, bem antes de o Mestre Jesus ter vindo à Terra nos dar seus ensinamentos.

Também os rastafáris, assim como algumas igrejas no Canadá e nos Estados Unidos, têm entre seus rituais o uso sacramental da maconha, o que lhes permite produzir e consumir a planta para uso de seus membros. Está, lá, na Constituição, o direito à liberdade de crença. É sagrado, senhores!

Muitos que aqui estão não sabem, mas temos um preso religioso, fazendo analogia ao termo preso político: um senhor, sociólogo de formação, se não me engano, conhecido, nacionalmente como Ras Geraldinho, cumpre pena de 14 anos de prisão por suposto crime de tráfico de drogas – maconha –, por ter exercido um direito constitucional que é a liberdade de culto.

Quem é preso, hoje, com 1kg de cocaína não recebe uma pena tão severa. Chega, no máximo, a uns oito anos. Tratou-se de uma decisão meramente preconceituosa, fundamentada em valores religiosos e não jurídicos. A dosimetria da pena foi desproporcional ao caso, até, porque, a nosso ver, trata-se de um fato atípico.

Está ocorrendo, no Brasil, uma verdadeira caça às bruxas, ou algo como ocorre no Afeganistão, onde grupos religiosos usam a força política paraestatal para tirar o livre arbítrio do próximo.

A sociedade precisa tomar conhecimento desse preso religioso. Guardem bem o nome Ras Geraldinho. O processo dele, hoje, está no TJ de São Paulo, e a igreja dele está sendo desapropriada, tendo em vista que lá era onde se encontravam as plantas.

Voltando ao uso recreativo, existem diversos estudos científicos. Segundo um gráfico, que consta na página 76 do *Almanaque das Drogas* – isso para citar a fonte mais especificamente –, de 2000 a 2004, foram realizados 2,983 mil estudos sobre maconha, e esses estudos estão sendo, simplesmente, ignorados pelos profissionais, por motivos morais e religiosos.

O Legislativo precisa dar mais atenção à ciência. Vimos, aqui, na audiência passada, um cidadão, salvo engano, um legislador, tentando desqualificar um dos maiores neurocientistas do País, o Professor Renato Malcher.

Isso tem que parar urgentemente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESDRAS MACHADO SILVA JUNIOR – ... assim como as instituições religiosas têm que respeitar o direito do próximo.

Práticas como essa de tentar desabonar estudos acadêmicos com discursos meramente imorais não têm guarida nessa discussão. Estamos falando de saúde e políticas públicas, e não de valores cristãos, muito embora

eu também seja um, mas deixo meus dogmas religiosos lá fora, na calçada do Senado, pois, aqui, não estamos falando de religião, mas, sim, de uma planta que cura e que, como droga recreativa, não causa os males que as pessoas das quais estou falando propagam por aí, sem o menor pudor de estarem mentindo, descaradamente, na presença de pessoas informadas, quando não para pessoas desinformadas, causando a narcofobia que tomou conta da nossa sociedade.

Droga não é uma coisa ruim; depende da intenção do uso.

E qual o mal de um indivíduo, que tem uma família e filhos, trabalha, paga impostos, não tem quaisquer problemas de ordem jurídica, sequer, penal, nas suas horas vagas, usar substâncias psicoativas para ter um pouco de prazer?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESDRAS MACHADO SILVA JUNIOR – Não estou falando nem de sair um pouco da realidade, que seria o caso das substâncias psicodélicas, mas de, depois de um árduo dia de trabalho, aliviar as tensões rotineiras.

Pesquisas recentes demonstram que, em lares onde se fuma a maconha, existem menos brigas entre casais, e eles vivem em maior harmonia. Sobre isso tem publicação científica.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ESDRAS MACHADO SILVA JUNIOR – Quando acabar o texto, eu cito.

O problema das religiões é que querem castrar o prazer dos seguidores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESDRAS MACHADO SILVA JUNIOR – Toma-se droga para engordar, para emagrecer, para ficar sem rugas, para ficar forte, para se curar; para se ter prazer, é pecado mortal. Quem faz isso deve ser preso e excluído da sociedade.

Onde há isso? Em que livro sagrado? Jesus bebia vinho.

A maconha causa menos males ao organismo do que um lanche do McDonald's ou do que um copo de Coca-Cola para um diabético.

Então, em nome dessa moral que tanto propagam, vamos prender os gordos, para que não morram com suas veias entupidas; amarrem os diabéticos, para que não comam açúcar, substância que dá prazer para quem a consome; fechem os *fast foods*.

É isso que a sociedade faz com quem usa drogas. Até com aqueles que não incomodam à sociedade, como os garotos que são presos como traficantes por terem, em suas casas 10 pés de maconha, por exemplo.

Estamos falando, aqui, de cura, de saúde, de direitos, de garantias constitucionais consagradas pelo Estado democrático de direito, que tem como um dos seus pilares a limitação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESDRAS MACHADO SILVA JUNIOR – ... da atuação estatal pela lei.

Porém, grupos religiosos econômicos se infiltram nas instituições estatais que foram criadas para garantir o bem comum. Lá atrás, no tempo de Rousseau, para implantar seus dogmas e fazer descer goela abaixo dos cidadãos que sequer seguem esses dogmas, seus princípios e preceitos, esquecendo que estamos num País laico, onde a crença de cada cidadão deve ser respeitada em prol do tão falado bem comum.

Falando um pouco de religião, até onde eu li, em todos os livros sagrados, sejam eles cristãos ou não, Deus, ou seja o nome que se dê a Ele em cada livro, nos deu o livre arbítrio para que possamos evoluir ou involuir de acordo com os nossos atos. Uns acreditam que no dia do juízo final isso vai ser analisado, outros que na vida espiritual. Enfim, cada um com sua crença acredita na sua verdade.

Lá, nos mesmos livros, consta como pecado, ou seja, como comportamento reprovável, interferir na vida alheia sem que se tinha direito para tanto. Ou seja, não se deve interferir no livre arbítrio do próximo sob pena de pagar ao divino por esse ato. Cada um vai se entender com ele quando chegar a hora. Interferir no livre arbítrio do irmão para que ele não faça as suas escolhas é reprovável sob qualquer óptica. E é isso que os grupos religiosos vêm fazendo. Até os ateus têm direito de acreditar que Deus não existe e que essa coisa de pecado é controle social etc. E nem por isso eles têm que ser presos como marginais. É isso que fazem com os maconheiros, e, se for maconheiro pobre, aí já vira traficante. É incrível como as coisas são destorcidas por dogmas que cegam.

As instituições religiosas têm que entender o fato de existirem pessoas maiores, responsáveis que fazem uso de substâncias psicoativas, proibidas ou não, sem interferir e sem ferir qualquer bem jurídico tutelado. Alguns deles até tiram bom proveito das experiências que essas substâncias proporcionam. Muitos não fazem mal sequer a si mesmo. Muitos são até vegetarianos dos mais radicais, que não comem nada que vem dos animais; só se alimentam do reino vegetal. Mas se forem pegos portando essas "substâncias malditas" serão tratados como bandidos e hostilizados, simplesmente porque gostam de curtir um barato diferente do que proporcionam o álcool ou o cigarro que são regulamentados.

Uma sociedade viciada em tarjas pretas, distribuídas facilmente pelos profissionais responsáveis pela indicação do tratamento de forma indiscriminada, não pode falar ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESDRAS MACHADO SILVA JUNIOR – ... em proibir a maconha. Basta ver o volume de vendas, por exemplo, de Rivotril e Prozac etc., aqui no Brasil. Todos são drogados como quem fuma um baseado, tendo em vista que usam drogas para se manterem em controle, como faz boa parte dos usuários recreativos, que acaba se automedicando com a maconha.

Agora, imaginem essa hipótese de um rapaz, que é bem mais absurda, que vinha andando em um pasto e vê, lá naquelas fezes bovinas, os cogumelos psicoativos, e resolve colher alguns para experienciar um presente que foi dado por Deus, pois brotou sozinho lá na natureza. Como dizemos no Direito, advém do direito natural colher o que a natureza nos dá. Quando sai do pasto se depara com a Polícia, que o aborda e percebe os cogumelos na sua posse...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero pedir a sua atenção, porque temos muitos outros que ainda vão falar. Eu tenho uma lista longa.

O SR. ESDRAS MACHADO SILVA JUNIOR – Excelência, mais dois minutos e eu acabo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem.

O SR. ESDRAS MACHADO SILVA JUNIOR – Então, se a Polícia o aborda e percebe os cogumelos na posse do agora meliante, traficante de cogumelos psicoativos e proibidos, um animal louco, drogado, sem juízo e sem mais lá o quê... No cogumelo, há uma substância que, como a planta maconha, está na lista da Anvisa, que foi feita sem se ouvir verdadeiramente os estudiosos. Liberam-se agrotóxicos perigosíssimos, mas gastam horrores para tentar, sem êxito, erradicar uma planta que cura e faz muito pouco mal.

Não é simplesmente a droga que acaba com as famílias. A política repressora faz bem mais mal. Todos estão cansados de saber disso. Só não querem acreditar – ou até acreditam –, mas preferem não mexer nesse lixo. O traficante é um ser que não merece fazer parte do pacto social. É assim que a sociedade vem pensando. Na verdade, quem sai do círculo social é o jovem de periferia, o avião, o vapor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESDRAS MACHADO SILVA JUNIOR – ... a peça substituível.

Para finalizar, eu vou falar aqui sobre o art. 28 da Lei de Drogas, no seu §1º. Diversos jovens estão sendo presos, Brasil afora, por cultivarem maconha em seus armários ou banheiros para consumo próprio, sem comércio, como se traficantes fossem. Suas famílias são maltratadas pelos agentes da lei nas invasões a seus lares. E ao art. 5º, inciso X: imaginar que um jovem que tem dez plantas de maconha em sua casa é um traficante é algo surreal. E é assim que eles são tratados quando são pegos pela repressão, muito embora sejam apenas jardineiros.

São usuários e assim devem ser tratados. Muitos deles sabem mais do que muitos médicos o poder medicinal da planta e por isso a cultivam para si. A lei fala que cultivar para consumo próprio é igual a portar para uso próprio, mas a aplicação da norma é diversa e a exegese é equivocada quando do enquadramento na delegacia.

Respondendo a uma das perguntas do Senador Cristovam, se a maconha é a porta de entrada para outras drogas, respondo sem medo que não. O álcool é a primeira droga usada por quase todos os jovens no Brasil, assim como o cigarro. A maconha é tida como porta de entrada porque onde se vende maconha, vende-se *crack*, cocaína – e isso na biqueira, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dois minutos já se passaram. Por favor!

O SR. ESDRAS MACHADO SILVA JUNIOR – Então, finalizo lembrando que desde que o Supremo Tribunal julgou legítimo o movimento Marcha da Maconha, fazer debates e falar sobre maconha deixou de ser considerado apologia. Falar sobre drogas e até falar bem delas é um direito constitucional reconhecido por decisão judicial, pois, antes, esse argumento era usado para disseminar o medo em quem tivesse a ousadia de falar sobre o tema em público.

Agradeço ao Senador Cristovam pelo espaço e lhe peço encarecidamente que tenha pressa também em regulamentar o uso recreativo da maconha, pois milhares de jovens estão perdendo suas vidas e a chance de um futuro melhor por causa dessa guerra contra pessoas, que são apenas peças substituíveis do comércio ilegal. Os helicópteros, antes mesmo do fim do processo, são devolvidos a seus donos, que não foram presos, enquanto jovens ficam presos por fumar um baseado.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu tenho sido muito tolerante com o tempo porque tenho visto manifestações como a da Srª Diva e essa, que tinha um certo conteúdo, mas, se nós não apertarmos... Já são 12h10min.

Mauro Machado Chaiben. (*Pausa.*)

Onde está Mauro Machado?

O SR. MAURO MACHADO CHAIBEN – Boa tarde a todos!

Obrigado, Senador, pela palavra.

Meu nome é Mauro Machado. Eu tive a oportunidade de atuar ativamente no processo do Supremo Tribunal Federal que tratou da liberdade de expressão. Antes disso, já trabalhei com Maurício Corrêa, então Senador e Ministro do Supremo também, e só comecei a atuar nesses casos por ser usuário de maconha e não aceitar ter sido preso por esta sociedade que me tratou por oito dias como traficante. Ao contrário de muitos jovens de periferia que aqui estão, que se envolveram com um tipo de uso desregrado da substância, há um bom tempo eu faço uso social. E, por esse uso social, eu quis ter a consciência de começar a ter um cultivo próprio em minha residência. E ao comprar sementes pela internet... E semente sequer tem THC ou qualquer efeito psicoativo. A semente de maconha, diga-se de passagem, é rica em ômega 6, tão boa quanto semente de linhaça. Na Holanda, encontrei pães e outros produtos que continham não só semente de maconha como outros tipos de sementes, pães integrais, por exemplo. Ao tentar realizar essa compra com meu cartão de crédito, com minha renda, fiquei oito dias preso na Polícia Federal.

Estudei em colégio militar. Minha família é supercorreta. Nunca vi meus pais brigarem. Eu sou pai de três filhos, sou casado há cinco anos, e nunca briguei com minha esposa. E faço uso de maconha regularmente. Não todo dia. Eu atualmente sou servidor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Trabalho em uma vara de violência doméstica e estou falando isso aqui, dando o meu relato, expondo a minha cara. Nem sei que consequência pode ter isso em minha vida profissional se chegar à minha chefia, porque eu dirijo um cartório de violência doméstica, eu sou diretor da vara. E não é porque uso maconha que sou viciado, dependente químico.

Para quem usa qualquer substância, existe um fator de risco? Existe. No álcool existe fator de risco; na maconha existe fator de risco; na cocaína existe fator de risco. O que temos que fazer nesta sociedade é o tratamento diferente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO MACHADO CHAIBEN – Eu sou adepto, participo da seita do Santo Daime, que é muito criticada por diversas áreas da sociedade, mas minha seita me ensinou que eu devo respeitar todas as religiões com sua igualdade. E se eu, na minha seita, no meu meio social, quero fazer uso, desde que não prejudique qualquer um que seja, eu tenho resguardado pela Constituição meu direito de consciência, meu direito de crença.

E não venham aqui dizer: "Vamos fazer um plebiscito", porque é um direito de minorias. São muitos minoritários que estão querendo ser ouvidos. Estão pedindo: "Estado, me ouça, porque eu não quero ser punido".

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO MACHADO CHAIBEN – Eu sou cidadão, pago meus impostos, eu primo pelo bem social, sei que realmente a droga atinge diversos dos senhores, como relatado pelos colegas aqui. Trabalhando com violência doméstica – ainda abro um parêntese –, observo que a grande maioria dos processos de violência doméstica dizem respeito ao uso de álcool. E por que o Estado não tem coragem de enfrentar o álcool como enfrentou o tabaco, limitando propaganda, impondo altas taxações?

Até onde sei, o controle hoje dispensado ao tabagismo reduziu em mais de 50% o número de fumantes no País – até onde sei, os dados que... Não tenho aqui, agora, essa informação, mas, se precisar, procuro. E por que com o álcool não se faz algo semelhante?

A regulamentação da maconha, se for corajosa, abrangerá também uma melhor regulamentação do álcool nesta nossa sociedade, porque não se duvida de que o uso abusivo, o uso desregrado de algumas substâncias pode causar mal sim.

Eu vim do Santo Daime e sei que, lá na minha religião, diversas pessoas que aqui estão não são recomendadas para o uso do Santo Daime. A própria regulamentação do Santo Daime já prevê que pessoas com algum distúrbio psicológico, esquizofrenia, não são recomendadas. Na nossa Igreja, por mais que quiséssemos abraçar a todos, temos de ser sinceros com a pessoa que se apresenta e falar: "Olha, aqui, infelizmente, não é o local adequado para você querer praticar a sua fé. Se quiser, até pode frequentar, mas sem consumir o Santo Daime". Nós temos de ter essa consciência. E a consciência vai muito da atitude de cada um.

Problemas existem na nossa sociedade? Existem, mas o Estado tem de tratar a origem do problema, não as consequências. A partir do problema que estamos tratando – o uso de drogas – punindo o cidadão, não estamos tratando a origem do problema, dando educação, saúde, emprego aos jovens.

Como vamos fazer isso? Com reforma tributária. Que paremos de tributar a renda do trabalhador e vamos fazer uma reforma tributária eficaz, que tribute o lucro, as grandes riquezas, as grandes heranças, para fazer uma reforma social em nosso País. Nós precisamos disso!

Muita gente critica o capitalismo. Não vejo tanto problema no capitalismo, se a gente tiver um sistema nacional que proteja a sociedade, que divida com a sociedade as grandes riquezas.

Eu trabalho em Planaltina, no Distrito Federal. Então, estou perto de pessoas segregadas pelo Estado, que não têm a assistência devida pelo Estado.

É basicamente isso, Senador. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero agradecer especialmente a coragem que tenho visto de pessoas aqui se manifestarem sobre o assunto.

Você demonstrou coragem.

Passo a palavra ao Cláudio Machado.

O SR. CLÁUDIO MACHADO – Boa tarde a todos!

Senador Cristovam, para mim é um grande privilégio estar aqui. Acho que poucos têm o privilégio de poder estar aqui.

Estou completamente de acordo com a mãe de família que teve um filho atacado por uma droga. O caminho da droga é sempre o mesmo. Todos nós temos dentro de nós o mal. Esse mal vem para fora de alguma forma. Agora, quando existe um agente que o ativa, isso é muito preocupante.

O Dr. Genivaldo passou um filme que acho assim... Vou ilustrar uma outra história, para tentar equiparar com esse filme que ele passou.

Existe a história da tartaruga e do escorpião. Ambos estavam vindo para as suas casas. A tartaruga se deparou, diante de um rio, junto com o escorpião. A tartaruga falou: "Vou embora". O escorpião disse: "Me leva no teu casco, me dá uma carona". A tartaruga: "De forma alguma! Se você subir no meu casco, vai me picar". "O que é isso, tartaruguinha? Não posso te picar. Se eu te picar, eu também vou morrer. Se você morrer, não vou chegar ao destino que quero". A tartaruga disse: "*Ok*!". Botou o escorpião no seu casco e foi. No meio do rio, o escorpião pica ela: "Meu Deus, você me picou!" E o escorpião: "Tartaruguinha, essa é a minha natureza". Ambos morreram.

Comparar um animal selvagem, um dragão, com um animal domesticado, que produz o bem às pessoas... Acho um filme de uma tremenda ignorância. Animal selvagem é selvagem. Nós vimos o fato de uma criança brincar com um tigre e, por isso, ter o seu braço arrancado.

Ilustrar isso aqui acho uma ignorância. Eu tenho um pingo de inteligência possível, para entender que um mal acarreta uma série de consequências. É claro que o álcool é um mal, o cigarro é um mal, é uma questão de saúde pública, hoje, no Brasil. Lutamos contra isso. Agora queremos legalizar um problema mais sério, que é uma droga que já é proibida, e trazer a legalização de outro mal, sendo que o cigarro faz mal, a bebida faz mal, estamos lutando contra isso. Temos uma dificuldade gigantesca no Brasil para isso e queremos aprovar e autorizar a maconha, uma droga. Autoriza-se a maconha hoje, depois se autorizam outras drogas, é claro. Autorizar a cocaína...

Não estou falando de uso pessoal de pessoas com inteligência, como meu irmão acabou de falar aqui, que consegue dominar o seu estado de não buscar mais. Agora, o problema é que nem todos são iguais a ele. Nem todos são iguais a ele! A maioria é igual ao filho da irmã, que acabou de falar. É claro que é. Socialmente, é. Sou líder de jovens. Eu lidero mais de três mil jovens, sei o que estou falando. Sou religioso, sou pastor, graças ao Senhor. E consigo resgatar muitos jovens das drogas. Faço um trabalho que a sociedade não faz, faço um trabalho que todos não fazem!

Eu faço o trabalho que ninguém faz, pois todos tapam os olhos, mas criticam.

Agora, eu acho, Senador Cristovam, que o senhor é motivo de orgulho para a sua cidade. Não manche a sua história legalizando ou encabeçando isso. (*Palmas.*)

Eu sou cidadão; eu vivi no Plano Piloto; tenho o senhor como um grande exemplo na minha vida. Não faça um negócio desses!

O senhor poderia dizer assim: "Senadora, sinto muito, mas eu não posso fazer, pois sou um exemplo para muitos jovens".

Eu acho muita coragem sua botar a cara a tapa. Só acho que é manchar o seu nome na história, autorizando ou encabeçando isso. Depois, vão perguntar quem autorizou. Depois que o mal se propagar e virar uma epidemia, vão perguntar quem encabeçou, quem autorizou; e dirão: foi o Senador Cristovam Buarque.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO MACHADO – Isso é muito preocupante!

Como o senhor é um homem de bem, que valorizo, que respeito, que honro e admiro profundamente, devo dizer que sou contra, totalmente contra. Só vejo o mal. Há muitas pessoas que convivem comigo. O cara que é viciado, que usa pessoalmente, influencia outras pessoas. O mal influencia pessoas. Se estou fumando e chega uma pessoa que não é viciada e eu digo: "Fuma um pouquinho, não faz mal"... Para mim não faz mal porque eu domino o mal em mim, mas, como ele não domina, fará mal a ele. Qual é o problema? É porque ele

é descontrolado, é porque ele não tem estrutura química dentro dele que controle a droga. Isso é uma utopia! São raras as pessoas que conseguem dominar algum mal.

Deixa alguém passar fome... O que se faz quando se passa fome? Você põe o mal para fora, você vai matar alguém, você vai roubar, porque o mal está dentro de nós. Agora, quem domina esse mal? Quem passa fome vai trabalhar, mas, quem não quer trabalhar vai roubar.

Então, falo de um mal. A droga, a maconha vai apenas dar início a um mal maior dentro de cada um que usa a droga.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Cláudio, antes de passar a palavra ao Dr. Gerivaldo, que pediu, já que você fez referência a mim, quero dizer que, primeiro, agradeço a sua manifestação de simpatia, de admiração. Contudo, quero dizer também que, se eu recusasse, eu não mereceria tanto respeito. Segundo, daqui não vai sair um documento, uma lei regulamentando. Não! Esse é um processo muito longo. Daqui o que vai sair é "arquive-se" ou "os seguintes argumentos justificam que o assunto continue sendo estudado". É isso o que vai ser. Estou em busca dos argumentos, seja para arquivar, o que acho, sinceramente, que não se justifica, diante do problema que vivemos. Dizer "arquive-se" é jogar debaixo do tapete. A gente não tem o direito de colocar debaixo do tapete, até porque, como a gente viu, o filho da D. Diva caiu na droga – a gente não pode ignorar isso. Com as leis atuais, ele caiu na droga. A gente tem de fazer com que outros jovens não caiam na droga. Precisamos de regras que impeçam isso. Pode ser até para radicalizar, como disse o promotor, mas pode não ser também.

Então, estou consciente da minha responsabilidade, dos riscos como político, como humanista; mas tenho de enfrentá-los. Quero reafirmar que, primeiro, espalha-se na rede que sou o autor da defesa da proposta de regulamentação. Está correndo por aí, mas não é verdade, isso veio de fora. Eu peguei a tarefa de fazer um estudo e dizer: "arquive-se ou continue-se o estudo". Preciso de argumentos para qualquer uma dessas posições.

Passo a palavra ao Sr. Gerivaldo.

O SR. GERIVALDO ALVES NEIVA – Eu pedi ao Senador trinta segundos. Certamente, terei um espaço no final para me reportar pessoalmente ao Diego, ao Felipe, ao João Paulo e à D. Diva, porque, como disse, nos meus vinte e quatro anos de atividade, são pessoas como vocês com as quais lido diariamente. Graças a Deus, estou hoje com vocês por vocês terem sobrevivido a essa guerra. Então, quando defendemos a legalização, é exatamente para que outros jovens como vocês sobrevivam também.

Eu queria dizer ao Cláudio Machado que o filme *Drugo* usa uma metáfora, uma linguagem metafórica, da mesma forma que a sua história, da tartaruga – e, no sertão baiano, nós usamos a figura do sapo e do escorpião –, que também é uma metáfora. Então, vamos ficar nesse limite da linguagem metafórica.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo a palavra ao Felipe André, lembrando que já são quase 12h30min e faltam ainda oito, além de oito também ente os que já haviam falado da outra vez. Então, há ainda dezesseis inscritos.

Com a palavra, Felipe André.

O SR. FELIPE ANDRÉ – Boa tarde a todos!

Senador, obrigado pela oportunidade.

Ouvindo todas as declarações aqui, é claro que iríamos nos tornar um pouco redundantes porque o assunto é muito parecido quando se trata de pessoas que são contra ou a favor, acaba que entramos em comum acordo.

Eu posso falar a respeito da minha vida. Eu fui usuário de drogas, usuário de maconha, e posso dizer que a minha família era extremamente triste e foi extremamente afetada psicologicamente por conta do meu uso de maconha. Então, nós podemos levar em consideração que acabamos influenciando outras pessoas ao mal. O mal realmente salta para fora quando usamos drogas. Quando não usamos, temos maior controle sobre nossa vida. Mas, quando usamos as drogas, o mal salta para fora de uma maneira mais evidente, e é claro que isso acaba influenciando negativamente na nossa sociedade.

Eu também trabalho com jovens e vejo quanto mal eles já fizeram para as suas famílias por conta do uso dessas drogas. Então, se pegarmos os malefícios e os benefícios e os colocarmos numa balança, nós podemos chegar à conclusão de que realmente faz muito mais o mal do que o bem.

Realmente não vale a pena. Eu vou sempre lutar contra. Eu vou me posicionar contra e não vou aceitar isso nunca, porque eu sei o quanto isso faz mal para as pessoas que me cercam e o quanto fez mal para mim também.

Então, se formos perguntar para as mães... E é claro que alguns vão se manifestar aqui dizendo que a mãe é a favor, que o pai é a favor; eu duvido muito. Eu duvido muito que, realmente, os pais sejam a favor de

os filhos usarem drogas. Porque isso não tem feito bem para aquelas famílias e mancha a história de famílias. Nenhum pai deseja que o filho seja usuário de droga. Eu duvido! Eu duvido! (*Palmas.*)

Então, é muito fácil nós levantarmos dados disso ou daquilo, cientificamente. Nós temos a certeza de que o transtorno psicológico causado por conta do uso da droga é muito maior do que qualquer tipo de benefício que cada um levantou aqui.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – André, como há muita gente assistindo, eu acho bom dizer que aqui não se discute se é bom ou ruim o uso de droga, ainda menos incentivar o uso de drogas. Não se discute isso. Aí sim, eu nem estaria aqui.

O que se discute é se, da maneira como nós vimos agindo, com o chamado proibicionismo, estamos enfrentando essa tragédia, ou se não é melhor enfrentarmos de outra maneira. E a SUG nº 8, que é a Sugestão nº 8, propõe que seja regularizando. Ou seja, não é nem liberando; é regularizando, dizendo se pode e em quais condições, como o cigarro.

O cigarro hoje é regularizado: não pode aqui dentro, não pode haver propaganda. Embora eu ache que seja uma regularização ainda muito tímida. Deveria ser mais radical.

Então, não se trata de saber se o uso da droga é bom ou ruim. Droga, para mim, toda ela traz efeitos nocivos. É uma unanimidade: todas! inclusive o remédio que eu tomo. Trata-se de saber se o caminho é proibir ou o caminho é regulamentar.

Passo a palavra à Juliana Freire Soares, do Movimento Brasil sem Drogas.

A SRª JULIANA FREIRE SOARES – Boa tarde a todos!

Sobre o que o senhor está perguntando, sobre o que acontece se regulamentar, quais são os males que vão acontecer e, principalmente, se o uso recreativo vai fazer mal só para a pessoa que está usando ou também para outras pessoas. Vou começar com isso.

Eu sou da área da saúde e vou resumir. Uma coisa bem simples: o corpo humano não foi feito para ingerir nada quente nem frio demais, pois isso causa lesões; como também não foi feito para fumar nada, absolutamente nada, nem uma folha de alface. Simplesmente isso!

Dez anos atrás – eu vi esta pesquisa, mas não sei como ela está agora –, as pesquisas em relação ao tabaco diziam que, entre os fumantes passivos, a incidência de câncer era de 60%.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª JULIANA FREIRE SOARES – Antigamente! É por isso que eu disse: há dez anos que eu me lembro. Eu estou dizendo que, de agora, eu não olhei.

Eu ainda não achei pesquisas falando sobre o fumante passivo da maconha. Mas eu posso dizer o seguinte: quando eu vou para um *show* de *reggae* – eu adoro *reggae* -, de 10 mil pessoas que estão naquele *show*, eu não sei se pelo menos 5% não estão fazendo uso. Praticamente todos fazem uso lá. Se você chegar também numa região de pessoas mais carentes, crianças de oito anos estão fazendo uso da maconha.

Por que diminuiu o índice do cigarro atualmente? A diminuição do cigarro aconteceu por causa das políticas alertando a população sobre os malefícios. E, primeiro, o seguinte: se estou sabendo que aquela droga está fazendo mal, mesmo que seja legal, se eu tenho consciência, eu vou passar para uma coisa que seja natural e que não me faça mal. O que estão usando? A maconha. Os jovens não estão mais fazendo uso do cigarro, quer dizer, iniciando-se no cigarro, porque a maconha é uma erva natural que não pode nos prejudicar. Então, elas estão indo para a maconha.

Mas eu trouxe algumas pesquisas básicas. Eu não vou citar os nomes de todos os pesquisadores, principalmente os dos recentes estudos que saíram em agosto, sobre o impacto no Colorado. Estão aqui pesquisas da Nora Volkow, do Kevin Sabet, que é um excelente pesquisador da ONU, sobre o impacto da legalização no Estado do Colorado (EUA). Eu vou citar só algumas partes dele.

O que acontece? O cérebro está em formação até os 21 anos, 23 anos. Quando o jovem utiliza a maconha – está aqui a pesquisa, eu vou entregar depois pessoalmente ao senhor –, o impacto sobre a redução do QI é gigantesco. O QI normal geralmente são os 100%; se você tem um impacto de 10% a menos, vai lhe prejudicar na hora de uma contratação, sim! Além disso, há uma redução do raciocínio, há uma lentidão – estou falando dos jovens principalmente. O que vai acontecer com o cérebro desse jovem? Vai diminuir o aprendizado dele, vai diminuir a sua parte psicomotora; várias áreas do cérebro são afetadas, principalmente na...

transtorno do pânico, irritabilidade e outras psicoses gravíssimas que não têm cura, principalmente a esquizofrenia, para a qual existe o medicamento.

(*Soa a campainha.*)

A SRª JULIANA FREIRE SOARES – Você tem uma informação e você precisa conceituar essa informação para passar para outra pessoa; é muito mais retardado esse processo.

Aqui inclusive, nas pesquisas do Scielo, um dos *sites* de pesquisas científicas mais conceituados, existem dados sobre sintomas de abstinência da maconha, déficits motores, cognitivos, efeitos físicos, efeitos euforizantes e psicóticos. Eu vou até passar este meu material pessoal para o senhor. Então, ela vai prejudicar, sim.

Ainda não se sabe o que vai acontecer com o fumante passivo. Se o fumante do tabaco já causa aumento de 60% de câncer em fumantes passivos... Eu trabalhei com câncer de cabeça e pescoço com pessoas de 30 anos, com pessoas que não têm mais como falar, que não têm mais como engolir, por conta disto: foi retirada a laringe, foi retirado o céu da boca, a língua, partes da mandíbula. Ainda não existem pesquisas falando desse impacto em relação à maconha. Além de ter o fumante passivo, que não temos dados, vai afetar a família! Para um filho que desenvolve esquizofrenia, às vezes a maconha antecipa em sete anos o surto psicótico. E há que se considerarem pessoas que têm bipolaridade, depressão, síndrome do pânico, irritabilidade e outras psicoses gravíssimas que não têm cura, principalmente a esquizofrenia.

Olha que engraçado: "A maconha não faz mal e pode ser usada como medicamento". Perfeito – principalmente para aqueles casos de epilepsia –, excelente, espero que haja mais pesquisas sobre isso. Mas, aí, eu comecei a usar uma coisa que não faz mal e desenvolvi outras doenças, além de aumentar o índice de AVC, pressão alta, ataques cardíacos.

Aqui, vou citar só essa revista que acabou de sair, *Scientific American:* "Maconha e Demência Precoce – Pesquisas científicas recentes informam: danos mentais e de personalidade desconsiderados em debates que defendem a legalização da *Cannabis"*. Um excelente pesquisador que eu queria até que viesse para cá, o Dr. Valentim Gentil Filho, psiquiatra com PhD e que tem formação no exterior sobre drogas.

Vou ler, aqui, sobre a opção de se legalizar:

Essa opção, no entanto, pode ter sido equivocada [dos países que legalizaram], pois os problemas se agravaram, dificultando, ainda mais, o encaminhamento consistente para uma situação que, por si própria, é de enorme complexidade, e porque a maconha e outras preparações de cânabis ricas em THC comprovadamente prejudicam o funcionamento cerebral, com redução da memória, aprendizado, inteligência, e agravam transtornos mentais preexistentes. Mais que isso, essas substâncias perturbam gravemente o amadurecimento da personalidade e a integração das experiências emocionais e, principalmente, atuam como componente causal em psicoses.

Datado de 1845, já fala dos efeitos do THC e, principalmente...

(*Soa a campainha.*)

A SRª JULIANA FREIRE SOARES – .... da psicose canábica, que é o que está acontecendo.

Então, mais uma coisa com relação ao que o senhor estava querendo saber, isto é, exatamente, o que vai acontecer com o Brasil com a regulamentação:

Embora formulações medicinais da maconha tentem coibir plantas com mais ações terapêuticas e menos efeitos prejudiciais à saúde, tem havido claro esforço técnico no sentido de aumentar o teor de THC para o uso recreativo... [Não o terapêutico, neste caso, porque as pessoas estão usando como terapêutico, mas não.] Existem concentrações de 90% de THC...

Em outra pesquisa que acabei de ver, há 100% de THC, e sabem como estão sendo vendidas nos Estados Unidos? Em forma de balas, de jujubas. E o que está acontecendo com isso? Essas crianças – se você vir uma jujuba, você vai comê-la, se você é uma criança ou um adolescente –, essas crianças estão, sim, com um problema sério, estão sendo internadas. Há casos lá, também relatados na pesquisa, de crianças que morreram por conta disso.

O que é que acontece aqui?

Então, a convergência de um amplo conjunto de evidências exige um claro posicionamento em termos de saúde pública quanto ao uso da Cannabis. Não há como justificar a legalização de uso de uma droga como maconha, haxixe, skank, THC puro, nem mesmo para fins medicinais.

Não estou falando do medicamento para epilepsia – deixo claro –, porque no Colorado, Estados Unidos, estão vendendo outras formas de maconha fumada, fazendo de conta que é para uso medicinal.

Então:

A descriminalização e a busca de compostos com atuação terapêutica são, evidentemente, questões importantes e que justificam abordagens específicas, mas não podem ser confundidas com a liberação do uso recreativo indiscriminado.

Para ajudá-lo mais um pouquinho, vou ler sobre o que aconteceu no Colorado. Esta pesquisa saiu agora, no mês passado.

(*Soa a campainha.*)

A SRª JULIANA FREIRE SOARES – Eu já venho estudando isso há bastante tempo. Então:

"Só em 2012, a média de uso de maconha por adolescentes de doze a dezessete anos..." Ou seja, são menores, que também não podem utilizar o álcool, pois isso já é regulamentado. Mas, se você chegar a uma festa, você vai ver a quantidade de pessoas de catorze anos com um litro.

Uma menina de 14 anos toma um litro inteiro de vodca numa noite. Só uma menina de 14 anos. Hoje em dia, como existe uma cultura em relação ao álcool e também por ele ser liberado para adultos, o que acontece? Eu conheço muitos pais que chegam e falam para seu filho ir lá e comprar um cigarro ou uma cerveja para ele e não sei o quê e aí a criança acaba começando a usar. Então, se regulamentar, as crianças também vão usar, porque elas já estão usando.

Então, em 2012, a média de usuários de maconha por adolescente de 12 a 17 anos no Colorado era 39% mais alta do que a média nacional. Porque ela não está sendo liberada em todos os Estados Unidos. Nessa faixa etária, antigamente, o índice era de apenas 10%, mas passou para 39%. A quantidade de suspensões e expulsões de escolas aumentou 32%.

Sobre os adultos. Em 2012, a porcentagem de estudantes entre 18 e 25 anos que fumavam maconha no Colorado era 42% mais elevada do que a média nacional. Também em 2012, o índice de adultos com mais de 26 anos que fumavam maconha regularmente no Estado, era de mais de 51%, isto depois que foi legalizado, é claro. Entre todos os adultos que foram presos na capital em 2013, agora, 48% tinham testes positivos para maconha. Apenas maconha.

Efeitos no trânsito. O número de mortes em acidentes de trânsito envolvendo motoristas que haviam fumado maconha aumentou 100% entre 2007 e 2012. A maioria das prisões por direção sob influência de drogas envolvendo maconha é de até 40%.

Já estou acabando.

Os testes positivos para maconha em motoristas aumentaram 16%.

Efeitos nos hospitais. Entre 2011 e 2013, os atendimentos de emergência de pacientes que haviam fumado maconha aumentou 57%. As internações relacionadas a maconha cresceram 82%. Isto é muito sério num hospital. Por quê? Porque, a partir do momento em que foi regulamentada a maconha, porque algumas pessoas têm carteirinha lá, também foi aumentada a dose de THC. Antigamente, era de 0,5% num cigarro; há pouco tempo é de 5%. Nos Estados Unidos, em Colorado, temos casos de 40% a 100% de THC. Isto não é brincadeira! É muito sério!

Está aqui. Qualquer coisa o senhor fala com o Kevin.

O SR. DANIEL NICORY – Perdoe-me, Senador, essa interferência.

Quanto à questão do THC em 100%, só se for uma pílula de THC.

A SRª JULIANA FREIRE SOARES – Pois então...

O SR. DANIEL NICORY – Aí não é mais a maconha fumada.

A SRª JULIANA FREIRE SOARES – Então faz assim: eu não posso... De qualquer forma é só questionar com o Kevin, lá dos Estados Unidos.

O SR. DANIEL NICORY – E, sobre o Kevin, eu queria dar um dado que ele traz, que é importante. Eu digo isto porque tive oportunidade de ouvi-lo no México, no ano passado, quando a gente foi lá discutir política de drogas internacionalmente. O dado que o Kevin Sabet traz é que 9% dos usuários de maconha tornam-se dependentes. Esse dado é de Kevin, o principal pesquisador proibicionista do Planeta, muito competente no que faz, assim como há muitos pesquisadores antiproibicionistas igualmente competentes. E mesmo entre crianças ou adolescentes, que são um grupo de risco que acho que qualquer pessoa de bom senso de fato quer deixar longe das drogas, porque, de fato, é nelas que o efeito é pior – os adultos são muito mais resistentes –, mesmo entre essas que não deveriam estar usando drogas em nenhum ambiente, de proibição ou de permissão, mesmo entre elas a taxa de dependência é de 16%. Então, é uma droga que, segundo o próprio pesquisador e referência no mundo sobre o tema, tem percentuais de dependência bem mais baixos do que drogas legais, como o álcool. Este é um dado importante que é do próprio Kevin, que é referência na área.

A SRª JULIANA FREIRE SOARES – É, em relação a dependência. Eu estou falando apenas do que aconteceu no Colorado. Isso foi relatado pelo próprio Kevin um dia antes da audiência da terceira audiência.

Então, eu não quero isto para o meu País. Eu sou um ser humano que se preocupa muito com o próximo e acho muito egoísmo de uma pessoa que está querendo utilizar de forma recreativa

Está certo que ela pode ter habilidade de não se viciar; mas você tem que se preocupar com aquele que pode se viciar, com esses adolescentes, com essas crianças, porque elas vão crescer sabendo que isso é legal. Se é legal, é permitido. Mas elas vão dizer: é uma erva natural, é uma planta.

Sim. A cobra é natural, o veneno da cobra é natural, mas mata. Mas o remédio feito através do remédio da cobra pode salvar. O salgueiro: é feita a aspirina do salgueiro, mas ninguém está fumando a casca do salgueiro. Então, qualquer coisa fumada vai fazer mal. Então, eu estou preocupada com isso.

O que eu posso considerar em relação à sua outra pergunta? Como nós podemos fazer alguma coisa para isso? Regulamentando não é. A prova disso é que no Colorado só piorou. Em 2013, nossa... Você aumentar 100% o número de mortes em acidentes porque o motorista estava dirigindo e tinha fumado? Gente, isso é um absurdo! E, cada vez mais, está aumentando a porcentagem de THC.

A partir do momento que... Como aconteceu no Colorado: a droga legal vendida lá é duas vezes mais cara que a ilegal.

(*Soa a campainha.*)

A SRª JULIANA FREIRE SOARES – Então, querendo ou não, se você legalizar, vai ter aquela venda, mas vai ter um tráfico atrás disso, porque o cara quer comprar mais barato. Ou, então, o que acontece lá também: a pessoa, o menor está pegando a carteirinha daquela pessoa que é autorizada para comprar a droga dele. Então, não é regulamentando que se vai resolver.

Sobre as políticas proibicionistas: por que existem essas políticas? Por que existem as leis? Porque há pessoas que não possuem consciência de que fazer o mal ao outro é errado. Por que existem leis para você falar "não mate"? Porque pessoas só vão deixar de matar porque não querem ser presas. Mas, se elas pudessem, elas iriam matar. Então, é relativo em relação a isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor.

A SRª JULIANA FREIRE SOARES – Só para encerrar.

Então, o senhor perguntou em relação ao que nós podemos fazer. No Japão, em locais que a política é mais rígida em relação às drogas, o índice é menor. No Japão, é só 0,2. Então, eu recomendo nós avalizarmos a educação, a educação da criança, do adolescente. Por quê? Porque o que está faltando: ensinos de conscientização, de moralização, de responsabilidade e, principalmente, de ele entender o mal que ele faz. Pode ser que ele faça mal só para ele, mas ele também tem que se preocupar com o outro.

Então, é isto que eu peço: conscientização, políticas educacionais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – As pessoas estão falando mais que os da Mesa. Eu vou ter que controlar, porque eu estou muito liberal, mas já são 12h44.

A palavra agora está com o Esdras Machado. (*Pausa.*) Ah, já falou. Está com Vanderlúcio Souza, Movimento Brasil Sem Drogas, blogueiro do jornal *O Povo*.

O SR. VANDERLÚCIO SOUZA – Bom dia a todos. Boa tarde, Senador.

A gente está acompanhando essa movimentação, esse debate que o senhor teve a coragem de levar a frente. A gente está acompanhando com o blogue, está acompanhando também através do movimento de páginas ordenadas que, a partir desta semana, com 40 perfis com a média de 5 milhões de usuários que são atingidos, a gente vai começar a levantar o tema também, essa discussão, que é muito importante.

Eu estou aqui em nome do blogue, desse movimento e em nome também do Davi – o nome fictício de um jovem que eu conheci nessa semana. Eu estava produzindo o material sobre isso, e um amigo ligou, 19 anos, preocupado com outro jovem que, na semana, teve um baque familiar e, não tendo estrutura suficiente, foi procurar o amparo nas drogas. Começou na maconha. Parece aquele refrão batido: começou na maconha e foi para os outros. E acabou na rua; e, na rua de Fortaleza, ele estava. Então, esse amigo o encontrou na rua, ligou para mim perguntando se eu poderia ajudá-lo.

Nós conseguimos uma casa desses religiosos, que são tão criticados quando citados aqui. Parece um verdadeiro preconceito, como se eles não tivessem direito de falar alguma coisa. Foi na casa desses religiosos que esse jovem que estava nas ruas foi amparado para um tratamento.

Em nome desse e em nome também de muitas pessoas que a gente conhece, Senador, que a gente visita nas periferias, nas cidades pequenas...

No Ceará, eu sou de uma cidade muito pequena, chamada Morrinhos, de 18 a 20 mil habitantes. Lá, a droga invadiu a cidade. A cidade era conhecida como pacata e, hoje, para quem vai lá, a conversa é outra. E começou como? O álcool e o cigarro, e, das drogas ilícitas, a maconha debutando. Lá, um verdadeiro caos está acontecendo na cidade.

Então, para as pessoas que gostam muito de fontes, que gostam de referências, vamos à periferia, vamos a esses lugares pobres. Lá, estão as melhores fontes de consultas para que a gente possa fazer o nosso trabalho. É em nome desses que a gente tenta falar, tenta conscientizar, Senador.

Quero parabenizá-lo pelo debate, por, hoje, ter chamado, mesmo que de última hora, o Sérgio.

Eu acompanho, como eu não posso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLÚCIO SOUZA – ... vir sempre a Brasília, pela TV, pelos órgãos de comunicação do Senado, e é uma cobertura muito oficial, eu entendo, e, muitas vezes, se restringe, nem sempre, à opinião da Mesa, que tem um peso. Para quem lê, quem está do outro lado, muitas vezes, pode entender que o debate está caminhando para um favorecimento de quem é a favor – isso para quem acompanha. Então, é muito bom e faz toda a diferença ter um contraponto.

Hoje, mesmo, eu vi uma profissional entrevistando os dois senhores da Mesa. Eu fui conversar com ela, porque eu trabalho com assessoria de imprensa e tudo: "Olha, a gente tem gente, também, que faz o contraponto." Ela: "Não, é porque, realmente, a gente conversa com o pessoal da bancada." Muito distinta, muito educada, e eu a entendi. Realmente, tem a orientação dela.

Então, ter o contraponto sempre é importante. Não só nós, aqui, que estamos no plenário falando, porque quem forma opinião quer ouvir quem está aí na Mesa, quem está do outro lado.

A gente pode, aqui, dar mil dados, mas quem fala aí tem uma proeminência, todos sabem.

Então, para a próxima audiência, se já tivesse uma pessoa que pudesse fazer o contraponto, seria muito interessante, não deixando apenas para a última, porque aí vem o religioso, Dom Raymundo Damasceno, que tem a pecha, os fundamentalistas religiosos, que é um preconceito muito grande, muito grande.

Já me adiantando aqui, Senador, porque o tempo é curto, em fevereiro, acompanhando as matérias, o senhor faz essas suas questões e a gente, de alguma forma,....

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLÚCIO SOUZA – ...comunga essa sua angústia, porque a gente vê essa angústia, o senhor falando: "Do jeito que está não dá mais."

Eu acho que é isso que a gente sente, mas a gente queria muito que o senhor considerasse, a partir dos vários argumentos, a proibição e a criação de políticas públicas. A gente volta a bater na educação, que poderia ser um sobrenome do senhor, porque, realmente, é fundamental.

Senador, a Conae, a Conferência Nacional de Educação, vai acontecer em novembro. Das 350 metas estudadas ao longo desses anos, apenas uma trata das drogas nas escolas – de 350! Como é que pode? O Sérgio poderia falar muito bem sobre isso. Apenas uma de 350, sobre o mapeamento do uso de drogas em escolas.

Está "viralizando" um vídeo na internet, Senador, que eu não expus aqui, tanto por dificuldade técnica, como também para preservar a imagem, embora esteja na internet, de duas adolescentes drogadas na rua. Eu vou passar para a sua assessoria, mas já "viralizou". Umas dez pessoas já me mandaram: duas adolescentes, de 13 e 14 anos, completamente drogadas, na lombra, como se diz, e as pessoas, ao lado, filmando, rindo e perguntando: "O que foi isso?" "Ah, maconha."

Então, Senador, é uma coisa que está entrando nas escolas, nas famílias, que interfere diretamente, e essa seria uma saída.

Realmente, a Conae,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLÚCIO SOUZA – ...das 350, apenas com uma, realmente não tem como.

Já finalizando, é uma preocupação do senhor, nos países que já aprovaram, como é que está? Porque nós já temos alguns anos.

As notícias não são muito boas, de quem está aprovando. Pelo menos, na pesquisa que a gente faz, a gente vê que, em Portugal, aumentou o número de mortos em acidentes relacionados com o consumo de maconha.

Está assim a notícia: "Entre 2012 e 2013, morreram, em acidentes rodoviários, 52 pessoas cujas análises toxicológicas confirmaram a presença de *Cannabis*. Em 46% dos casos, essa era a única substância presente no sangue quando houve mistura de substâncias. A combinação mais comum foi com álcool (68%)."

Isso não está em um blogue, isso não está em um coletivo. É uma notícia que saiu no site do Ministério da Justiça. Então, é um dado oficial.

Se a gente vai, também, para a Holanda: a liberação fez aumentar o narcotráfico nas ruas de Amsterdam.

Zurique, na Suíça, também está começando a recuar.

Na Dinamarca, as autoridades fecharam o cerco ao Christinia, o bairro ocupado desde 1971, muito famoso por lá, por uma comunidade alternativa. A maconha era vendida em feira livre, completamente tolerada pela população e pelas autoridades.

Então, se esses países ditos de primeiro mundo estão recuando, quanto mais nós, um país de dimensões continentais, que não conseguimos regulamentar nem acompanhar aquilo que é regulamentado, como o álcool e a droga, como nós queremos oferecer isso? Há muitos defensores que dizem, como o próprio Mujica disse, que o Brasil é diferente do Uruguai. O Uruguai, quantos milhões de habitantes tem comparado ao Brasil? Como vamos acompanhar qualquer regulação, Senador?

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLÚCIO SOUZA – Então, a gente acompanha esse debate. Torce muito pelo senhor. Sabe que é uma responsabilidade muito grande, admira muito o seu empenho de estar nisso.

E, para finalizar, a gente vai acompanhar. Vou repassar esse material para a sua assessoria. Não consegui entrevistar a distância, mas vim e tive o prazer de conhecer e expor esse questionamento. E a gente gostaria muito que outros viessem, Senador, mas não podem. Não sei se tem como a audiência, não sei se tem como algum mecanismo do Senado ir, como a D. Diva falou, a esse núcleos, a ir *in loco*, porque é lá que está a opinião majoritária contra, como essa pesquisa que saiu recentemente no Data Folha e da TV Globo, 79% contra.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, pela manifestação.

Só queria insistir. Aqui, nós queremos saber como enfrentar essa tragédia da droga. No Rio, por exemplo, com o proibicionismo, você disse que lá está generalizada. Não é isso? Então, está generalizada. A gente tem que enfrentar isso. Como está aí não está bem.

O filho da D. Diva sofreu mesmo com todo o regime que tem aí. Aliás, uma pergunta: ele chegou a ser preso?

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA (*Fora do microfone*.) – Detido, dormiu uma noite na delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Uma noite. Se ele tivesse sido condenado por um juiz, como foi dito aqui, talvez a senhora não tivesse recuperado mais ele, porque tinha terminado caindo no crime. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, a gente tem que olhar o efeito da droga no consumo, mas o efeito da proibição na condenação. Um jovem que for preso e for condenado, ele está perdido. Não é nem pela droga, ele para de fumar, com medo, mas ele cai na criminalidade. O trauma de uma semana na cadeia com bandidos é muito grande. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós temos que analisar esse lado também.

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – Mas todos estão, o número para presente e como o incômodo, como o senhor diz, de como resolver, é por conta dessa banalização. Se a punição do ladrão houvesse, se a punição do traficante houvesse, se o cumprimento da lei houvesse... O Guilherme deixou porque as rédeas eram curtas (*Fora do microfone.*). Em casa, ele sabia que pagava... (*Palmas.*)

Em hora nenhuma, eu descumpri o que prometi a ele. Ele diz que só teve que optar, que só optou porque me conhecia e sabia que ele ia pagar pelos atos. Se o cidadão brasileiro pagar pelos seus atos, eu garanto que o número de corrupção, o número de traficantes, o número de usuários praticando delinquência não estaria como está.

Nós precisamos começar a colocar ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Essa é uma hipótese. Estou de acordo...

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – É na ordem que se põe na família, que a gente põe no País...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A gente não pode desprezar o seu argumento, como foi dito, não sei se pelo Bush, que cadeia a gente constrói. Essa pode ser uma alternativa, mas não parece ser a mais inteligente, porque, se a gente começar a construir cadeia para cada pequeno crime, poucos vão ficar de fora. Nós de fora vamos ser os presos.

Então, a lógica que a gente tem que trabalhar é mais complexa do que pura e simplesmente dizer "proíbe-se", como se diz hoje em dia. Essa é a dificuldade que eu tenho. Eu vou analisar a complexidade do problema. Eu não vou simplificar para ficar bem com a opinião pública. Eu vou complicar até encontrar um caminho.

Bem, vamos continuar porque faltam muitos ainda.

Diego Plutarcho. (*Pausa.*) Já falou.

Luciano Santos.

O SR. LUCIANO SANTOS – Boa tarde, Senador! Boa tarde a todos!

Chamo-me Luciano Santos. Tenho 20 anos e só por mais dois dias.

Hoje venho aqui representar em média cinco milhões de usuários recreativos. Sou apenas um irmão que tinha um papel de pai e que, em novembro de 2013, começou uma história: a viagem pela legalização. Por que papel de pai? Porque, quando o estudo começou, meu pai trabalhava fora do Brasil.

Vou resumir minha história.

Novembro, meu irmão foi diagnosticado com câncer de linfoma de Hodgkin. Dezembro, fiz uma viagem em que conheci essa Medicina Canábica, grande Bahia. Janeiro, comecei a estudar a cura do câncer, a maconha cura o câncer. Junho, fiz a primeira postagem no Facebook de uma matéria que achei interessante sobre a Medicina de *Cannabis*, a qual seria boa para o meu irmão, que estava passando pelos efeitos da quimioterapia. O engraçado foi que a primeira pessoa a comentar foi uma tia que dizia assim: "Sem comentários". Tenho

dó dela e de todos os outros familiares que me recriminaram. Mas tudo bem, essa foi a educação que o Brasil para eles e a todos.

Em julho, lancei um Crowdfunding que visava a custear as minhas viagens. Até houve a hipótese de eu me mudar para o Uruguai. Nesse mesmo mês, houve o fim das sessões de quimioterapia.

Agosto foi ontem. Ontem, dia 25, estive aqui na 3ª Audiência, em que, por sinal, não consegui falar. Não sei qual o motivo, mas pelo menos deu para conhecer a Casa. Deixei o meu depoimento com uma senhora que não está aqui presente hoje, que, por sinal, era para ser entregue ao senhor. Não sei se foi entregue.

Setembro é agora, hoje. "Não queremos regulamentar a *Cannabis* para a turma recreacional. Tudo bem. Só não obriguem os maconheiros a votar nas eleições." Frase dita pelo Daniel Weed no Facebook.

Não é correto, Senador? Dizem que os maconheiros são improdutivos e que agridem a sociedade, mas isso só os proibicionistas veem, porque, na prática, quem de fato usa a maconha sabe que não é nada disso. Estamos falando de maconha, e não das outras drogas. Vocês, proibicionistas, costumam generalizar o assunto. Vejamos pelo efeito: maconha é relaxante e praticamente todas as outras são estimulantes, fora o tabu de porta de entrada.

Vale lembrar que essa história que eu comentei é mais do que resumida. Convido a procurarem por Brother Weed no Facebook que encontrarão a história completa.

Agora sobre as audiências nesta Casa. A primeira eu nem fazia ideia. Provavelmente eu ainda não estava defendendo a causa. Da segunda eu participei *on-line*. Por sinal, que vergonha que deu dessas pessoas com cartazes falaciosos! Na terceira, eu estava ali aguardando ser chamado para falar, quando percebi que a minha inscrição não havia sido efetivada e a quarta é hoje.

Tudo isso eu fiz como? Fumando o meu baseado, sendo um drogado burro, improdutivo e perigoso para a sociedade, apanhando moralmente da família por defender a maconha, agredido por um tio pastor que não soube ouvir dois minutos sobre o assunto.

Problemas financeiros, perdi o emprego, que não aceitou os atestados obtidos em novembro, por conta dos tratamentos atrás dos quais eu tive que correr por causa do meu irmão, resultando em descontos. Em consequência, contas atrasadas. Abandonei, então, o emprego e foquei neste estudo.

Se eu for falar de tudo o que eu fiz para isso acontecer, vocês irão se sentir improdutivos. Isso foi uma adaptação de vida em poucos meses que passei para conseguir provar o bem que uma planta faz e que nunca me fez ser menos que ninguém. Sempre trabalhei e ia começar a faculdade neste ano. Enfim, sempre fui normal como qualquer outro maconheiro.

Senador, pense bem antes de se juntar a esses hipócritas e dizer que o recreativo é o problema.

Bom esse foi o meu depoimento. Há muitos mais inscritos na minha página. Essa história começou dia 23 de novembro de 2013.

Hoje eu vim aqui pela segunda vez. A primeira, como já foi explicado, não foi bem sucedida. Já nesta segunda consegui falar.

Eu saí de São José de Campos, São Paulo, falando para meu irmão que eu voltaria com a cura para ele. Será que eu vou conseguir? Como o senhor disse em sua entrevista, no dia 25, às 4h20, horário publicado no *site* do Senado e que, por sinal, esse número é bem familiar, pois, geralmente, nessa hora 4h20, é um convite aos adeptos, em todo o mundo, a fumar um cigarro de maconha. Claro que isso foi uma coincidência, mas tive de fazer essa observação cômica. O pior foi ver os inibidores de apetites serem aprovados primeiro que o medicinal da *Cannabis* que, por sinal, nem preciso entrar em detalhes. Medicinal é algo a ser tratado com urgência, para ontem; já os recreativos conseguiremos aguardar mais alguns dias.

Esse para ontem, gostaria muito que fosse dia 10, agora! É o único presente que eu desejo ganhar este ano, o que ainda melhoraria o Brasil. Seria pedir muito? Afinal, nem o Colorado aprovou o recreativo junto ao medicinal, coisa que só foi feita neste ano. Imagine o Brasil que ainda age com preconceitos, até no caso de medicinal, duvidando de sua própria ciência e cultura de uma planta. Então, entrar no século XXI, de fato, quando vai conseguir, quando vai chegar?

Obrigado e boa tarde. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, eu só queria pedir que entendesse que, quem tem convicção diferente da nossa não é hipócrita. Então, não está correto chamar hipócrita quem pensa diferente de a gente. *(Palmas)*.

Mas eu agradeço sua fala. Eu não sabia... Sempre ouvi falar que há o chá das cinco, mas a maconha das 4h20 é a primeira vez que eu ouço. *(Risos)*. Existe isso mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nunca ouvi falar disso.

Bem, vamos adiante.

A palavra está com Marcello Pedroso.

O SR. MARCELLO PEDROSO – Boa tarde a todos.

Meu nome é Marcelo. Eu sou antropólogo, formado pela Universidade de Brasília. Estudo as relações culturais que diferentes populações e minorias culturais estabelecem com plantas, sejam elas psicoativas ou não.

Eu vim com o intuito de trazer uma contribuição. Acho que é inútil ficar aqui a discutir se a maconha faz mal ou não faz mal. Já dizia um sábio, há muito tempo, que o veneno é a dose. Eu tenho certeza de que a grande maioria dos problemas que a maconha causa à sociedade, aqui fartamente relatados pelas pessoas que aqui vieram ao contar suas histórias de vida, eu tenho certeza de que muitos desses problemas poderiam ser evitados se a planta não fosse fora da lei; que o problema do uso marginalizado que as pessoas fazem da maconha, nas sombras, gera uma situação muito complicada de perseguição, de tabu, de... Como é que você vai esperar que o uso cultural dessa planta floresça em um ambiente de marginalização e perseguição?! A maconha é utilizada pela humanidade há milhares de anos e ela só começou a dar problema quando foi proibida.

Deus fez a maconha como fez todas as outras plantas deste planeta. Os transgênicos estão liberados e transgênicos são plantas que o homem fez. Querem tirar o rótulo dos transgênicos... "Mas é maconha!" Ignoram que existe uma variedade imensa que pode atender a vários tipos de problemas de saúde. Eu digo, com muita segurança aqui, que dos seis milhões de usuários que existem hoje no Brasil, as estatísticas dizem que em torno de 9% acabam desenvolvendo problemas com seu uso, ou 16% no caso dos adolescentes. As outras pessoas, posso dizer com alguma segurança, praticam algum tipo de automedicação. Automedicação é crime? E se a maconha for um veneno, autolesão é crime? Como? Como autolesão pode ser considerado crime? Então, eu venho trazer minha contribuição com o seguinte tema para meditação, para uma possível legalização da maconha no Brasil.

A gente deve considerar que a questão da diferença entre o traficante e o usuário hoje é o que está provocando o problema do encarceramento em massa. Como dizer que essas 50g que você tem é para uso pessoal ou para tráfico? Olha, eu tenho de estar ganhando algum dinheiro para isso.

O problema central, que aflige a sociedade em relação à figura do traficante, é o fato de ele lucrar e, portanto, estar sendo incentivado a difundir o uso de uma substância com potencial de causar dependência química. É imoral lucrar com substâncias que podem causar dependência química.

Daí eu acho que é o modelo de legalização para o Brasil... E o Brasil pode tomar a frente desse processo, ser um exemplo para o resto do mundo, em vez de ficar procurando nos outros países o que eles fizeram para ver se a gente faz igual. Não, o Brasil é único, vocês estão lembrando isso à gente aqui.

Qual é o papel do Brasil nesse processo? Eu acho que a gente deveria criar uma lei que inviabilizasse o lucro do uso psicoativo dessa substância, simplesmente isso. E de que forma se pode fazer isso? Aumentando a oferta. Se a maconha for mais barata do que a cebolinha, acaba o traficante.

Em segundo lugar, cooperativas de autocultivo, cadastramento e fiscalização de estabelecimentos que produzem a maconha. E se todo o lucro que esses estabelecimentos ilegais produzirem for todo direcionado para a educação? Todo! Se a gente criar uma lei que diz: não pode lucrar com a maconha, qualquer lucro obtido com a circulação desse bem vai para a educação.

E daí eu concluo dizendo: educação para a maconha. As pessoas têm que ser orientadas para o uso ou o não uso; como usa. Se eu puder consultar um médico antes, ele vai me dizer: "Olha, use essa cepa de maconha e não aquela.""Você tem tendência à esquizofrenia, evite o THC, procure o CBD.""Opa, você tem depressão, procure o THC, evite o CBD." Todo esse conhecimento nós estamos sendo privados disso. E eu digo: educação para a maconha, ao mesmo passo que maconha para a educação. Se a gente fizer esse mercado bilionário reverter toda a circulação dele para a educação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO PEDROSO – ... a gente resolve esse ciclo de dependência.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O último dos que não falaram antes é, eu creio, o Erik Torquato. Não falou ainda, não é?

Depois dele nós vamos dar a palavra aos que já falaram em uma, duas e até três audiências anteriores, tentando reduzir ainda mais o tempo para ele.

O SR. ERIK TORQUATO PINTO – Com certeza, pode deixar.

Eu quero parabenizar a sinceridade e honestidade com que V. Exª tem apresentado no debate. Confesso que, quando tomei conhecimento de que o senhor teria sido indicado, eu fiquei reticente, por acompanhar o seu trabalho sempre muito conservador em relação aos princípios da educação. E, não por preconceito, mas por entender que as pessoas que comumente aparecem na mídia defendendo alguma posição de vanguarda na educação e dos direitos e das garantias geralmente vêm com um ranço punitivo muito apurado, e a sua

serenidade e honestidade neste debate têm demonstrado que não. Temos pessoas que eram alheias a esse debate, ou, pelo menos, distantes, mas com honestidade e pureza no coração para dar ouvido às vozes.

Meu nome é Erik Torquato, eu sou bacharel em Direito formado pela UERJ, eu sou aprovado no 12º exame de ordem. Venho aqui muito respeitosamente cumprimentar a todos representando a Marcha da Maconha da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Então, se até agora o pobre não teve espaço, eu represento uma área que é reconhecida mundialmente por ser um local onde a marginalidade, que é diferente de marginalização, e muitas das vezes profissionais do Direito misturam os conceitos ou por imperícia ou inaptidão para lidar com o tema, ou por má-fé, mas marginalidade é uma coisa e marginalização é outra, e lá na Baixada Fluminense a marginalidade é muito alta.

Senador, eu quero separar a minha fala em duas premissas básicas e, em apertada síntese, eu quero deixar o meu posicionamento. A defesa da descriminalização do usuário, Senador, diz respeito a garantias individuais petrificadas na nossa Constituição. Tanto é assim que o legislador ordinário fez uma astuta armadilha na hora de criminalizar o usuário. Ele foi capcioso, maldoso, até mesmo, porque no art. 28 o único verbo que não existe é "usar". Usar não é crime. Usar *Cannabis* ou qualquer outra droga não é crime, o art. 28 não elenca o verbo "usar". Usar não é crime. Mas por que não é crime? E aí eu retomo a leitura do art. 5º, inciso X, que já foi citado na sua primeira parte pelo excelentíssimo Gerivaldo Alves Neiva, que eu tenho a honra de parabenizar pelo excelente trabalho. Talvez aqueles índices de absolvição em relação a São Paulo apresentados pelo nosso ilustre defensor tenham a ver com o seu trabalho, magistrado. Parabéns pelo seu trabalho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERIK TORQUATO PINTO – Olha, o art. 5º, inciso X diz que a vida privada e a intimidade são protegidas.

Vamos tirar um exemplo de como a lei, na prática, mata, fere de morte esse princípio constitucional. Imaginem um casal na sua cena de lua de mel, em seu quarto de núpcias. Existe algo mais íntimo, mais inerente à vida privada do que o quarto de núpcias de um casal que recém se casou? Se, no momento da consumação desse casamento – e aqui casamento não como instituição religiosa, casamento como instituição civil, casamento como contrato civil –, se, no momento da consumação, requisito de validade daquele contrato, a consumação do casamento, se não houver consumação pode ser a nulidade do casamento, se, no momento da consumação do casamento, aquele casal trouxer consigo um cigarro de maconha para incrementar suas fantasias sexuais, isso deixa de ser da esfera da vida privada, deixa de estar protegido pelo princípio da intimidade da vida privada e passa a ser questão de ordem pública, legitimando o Estado a entrar com a força, interrompendo aquele ato que é inerente à família.

Querem proteger a família? Protejam os princípios individuais da privacidade e da vida privada. Não há nada mais protegido do que a vida privada. Tivemos um pai aqui que se declarou usuário de maconha, mas ninguém pensa na criminalização que esse pai está correndo o risco de sofrer. Esse pai que assumiu aqui, que defende o cultivo caseiro, que há 12 anos está no Brasil pregando fórmulas alternativas de fugir do tráfico de drogas, se esse pai for pego em sua casa, ele pode ser aviltado, seus filhos verão seu pai ser encarcerado, seu pai ser conduzido numa caçamba de camburão. Isso é proteger a família? Isso é trazer serenidade, reflexibilidade para a problemática social, adequação social através da norma?

Senador, quero ser sucinto.

Falaram de tratados e convenções internacionais. Todo e qualquer tratado, exceto aquele que vise proteção dos direitos humanos, entra no nosso ordenamento jurídico como lei ordinária. Apenas ganha caráter constitucional aquele que versa sobre direitos humanos. Portanto, se qualquer tratado e acordo internacional prevê a criminalização do usuário, esse tratado ou acordo é inconstitucional sob a nossa égide. A nossa Carta Magna não tolera, não legitima o ranço punitivo sobre o indivíduo. Vamos controlar as substâncias? O.k., concordo, mas não vamos controlar os indivíduos.

Karl Marx já dizia: "O homem não está para a lei; a lei está para o homem". Nilo Batista nos ensina que esses aparelhos são seletivos, são criminalizantes, são estigmatizantes. Esse recorte teórico a gente viu na prática aqui, sobre os dados apresentados. Heleno Fragoso ensina que para tratar da política criminal... E é isso que estamos fazendo aqui, discutindo política criminal, porque, de um lado, querem regulamentar e tirar da esfera do Direito Penal e trazer para a esfera do Direito Administrativo.

Qualquer estudante de Direito de primeiro período aprende que o Direito Penal é a *ultima ratio*. O Direito Penal só se aplica diante da falência de qualquer outro ramo do Direito. Nós aqui no Brasil invertemos essa ordem, sob uma lógica imperialista, bancada pelo *lobby* da indústria ou de qualquer outro setor econômico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERIK TORQUATO PINTO – Nós invertemos a ordem e botamos Direito Penal como *prima ratio*. E não é, está errado, temos que seguir os princípios fundamentais do Direito para buscar justiça. Ou então rasgamos a nossa Carta Constitucional, que diz, no art. 3º, inciso III, que é objetivo da Federação do Brasil lutar

contra a marginalização e erradicar a pobreza. Marginalização, Senador, é o processo que o Estado proporciona quando regula uma norma criminalizante. Ele marginaliza parcela da sociedade, porque o crime é cometido por pessoas, e as pessoas estão ligadas a suas camadas sociais.

Num país como o nosso, para concluir, dividido em classes sociais, é óbvio que os bens sociais também são divididos em desigualdade, e o Direito Penal é o último bem jurídico que o Estado deveria utilizar para com a sociedade, por saber, por ter conhecimento de que estamos numa sociedade desigual. Por isso o número de presos se dá diante da população negra, pobre e da juventude.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor...

O SR. ERIK TORQUATO PINTO – Para concluir, Senador.

Eu trouxe muitos dados de outros países para refutar o que foi dito aqui. Os países não estão retrocedendo, é mentira quem fala isso. Os países não estão retrocedendo, muito pelo contrário. Avanços estão sendo detectados e contatados. Só no último mês, o Colorado lucrou mais de 11 milhões em taxas e tributos com a regulamentação do uso recreativo. Washington, capital dos Estados Unidos, legalizou o uso recreativo.

Os Estados Unidos legalizaram o uso recreativo, talvez pautados no princípio da liberdade, de que são defensores.

Para concluir, quero dizer que sou filho de um ex-policial militar. Já nasci detido – brinco com meus amigos – , porque foi um médico PM que me ajudou a vir ao mundo, no Hospital da Polícia Militar. Minha mãe é evangélica, toda a minha família é moradora da Baixada Fluminense a vida inteira. Eu sou estudante da rede pública, da calamitosa rede pública, hoje formado em Direito pela UERJ. Ocupei cadeiras onde estavam filhos de desembargadores, de médicos, de cientistas, graças ao Governo, que possibilitou a abertura das portas das universidades públicas para os jovens. Digo que, na guerra, as drogas, como diria meu mestre, Nilo Batista, quem entra com sangue e com os corpos são os pobres, porque os lucros a gente sabe que são absorvidos pelo sistema bancário internacional.

Muito obrigado, Senador, mais uma vez eu lhe agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu que lhe agradeço. Não temos tempo de ver esse seu relatório sobre outros países, mas eu gostaria que você me passasse, porque uma das maiores dificuldades que eu vou ter é como chegam aqui posições absolutamente contraditórias. Eu não tenho por que dizer que uma serve e outra não serve, porque são respeitáveis.

O SR. ERIK TORQUATO PINTO – Senador, se o Senhor me permite, eu queria ler apenas esse trecho, não leva mais que vinte segundos, do livro do Luis Roberto Barroso, professor da UERJ, atual Ministro do STF.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ele fala sobre os outros países?

O SR. ERIK TORQUATO PINTO – Ele fala sobre democracia, de modo geral, apenas para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, eu leio depois.

O SR. ERIK TORQUATO PINTO – Sabe por que, Senador? Porque muitas vezes, desculpe-me a insistência, disseram aqui: pela maioria. Mas, aqui ele diz que num Estado Democrático de Direito as minorias, ainda que políticas, devem ser respeitadas pelo Estado.

A Marcha da Maconha está em trinta e oito cidades, há mais de dez anos, e nós exigimos respeito e reconhecimento político.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito. Eu vou passar a palavra agora aos que já falaram em reuniões anteriores. Eu gostaria que fossem rápidos, porque são oito oradores.

Primeiro, Rossana Brasil.

A SRª ROSSANA BRASIL – Boa tarde a todos, boa tarde, Senador.

Eu pedi à sua secretária para entregar uma carta do Presidente da OAB da Paraíba esta semana. O Presidente do Ceará, o Dr. Valdetário Monteiro me convidou, na terça-feira, para visitar o Conselho Federal. Conversei com vários Presidentes no sentido de sensibilizá-los para o uso recreativo, porque o que estamos querendo discutir aqui é o uso recreativo.

O uso recreativo está querendo pegar carona no uso medicinal, mas isso a gente já separou. Então, ele me fez o seguinte documento, que a sua secretária deveria ter lhe passado, mas não sei se passou:

Eu, Vital Bezerra Lopes, Presidente da OAB/Paraíba, manifesto minha posição sobre a legalização do canabidiol somente para uso medicinal, absolutamente contra o seu uso recreativo".

Brasília, 2 de setembro de 2014.

Vital Bezerra Lopes.

Foi o Presidente quem pediu para mandar isso para o senhor, porque as mães vieram. Logicamente que a gente se comove com as crianças, mas a gente deve se comover também, Senador, com as mães que estão

com os filhos nas drogas, com as crianças. O senhor sempre nos pede uma sugestão. O senhor é um educador, o senhor é um exemplo. Então, já que o senhor é um exemplo da educação, vamos fazer a prevenção.

O Poder Judiciário do Estado do Ceará entrou num projeto com o jornal *O Estado,* juntamente com o Senac, com a Fecomércio, com a Sesc, indústrias e pessoas privadas que fazem a prevenção dentro das escolas, dentro das empresas. Esta é uma sugestão, Senador, que lhe deixo: vamos fazer a prevenção. Educar a maconha não é solução, não. Não existe isso de educar a maconha, de ser educado para a maconha. (*Palmas.*)

Nós temos de educar o nosso jovem, as nossas crianças, a não usarem pulseirinhas de Bob Marley. Nós temos que educar as nossas crianças a defenderem a vida e o estudo, porque sem o estudo, Senador, nós não vamos a lugar algum. Sem o estudo, Senador, nós não temos prevenção e sem a prevenção o problema vai continuar.

Era isso o que queria deixar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Quero lhe dizer que essa sugestão está aceita. Vou trabalhar com muita ênfase qualquer que seja o caminho para se dar a educação, mas não só a maconha, o álcool também.

A SRª ROSSANA BRASIL – O álcool e o tabaco.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E o tabaco, vou trabalhar nisso.

Com a palavra Jorge Damasceno.

O SR. JORGE DAMASCENO – Boa tarde, Senador.

Nome: Jorge Damasceno, 54 anos de idade. Um homem feliz hoje porque deixei de usar maconha. Se fala aqui em riqueza e em pobreza. Fui um homem rico e hoje eu sou um homem pobre. E hoje eu não uso mais maconha sendo pobre e também não desejo às pessoas pobres a usar maconha. Não desejo usar a maconha, principalmente o álcool. A porta de entrada para qualquer tipo de substância química pode ser o álcool, pode ser a maconha, pode ser a cocaína, pode ser o *ecstasy*, pode ser o LSD, pode ser o chá de cogumelo, pode ser o chá de zabumba, e podem ser os remédios também, dependendo da sua situação. E assim foi comigo.

Hoje trabalho com prevenção de uso e de droga nas escolas. Hoje tenho mais de 40 mil alunos, alunos pobres de escolas pobres, estaduais e municipais, como de escola rica. Hoje eu pergunto dentro de uma sala de aula: quem aprova a legalização da maconha? Oitenta por cento dos alunos de 13 a 14 anos levantam a mão. Eu pergunto: por que vocês acham que a maconha tem que ser liberada? "É porque é uma planta natural."

Será que essa informação está certa? Porque ela é uma planta natural? Será que a maconha não causa dependência química? Será que a maconha, amanhã, não vai abrir a porta para esses adolescentes que não têm informação nenhuma, como o meu amigo aqui advogado? Será que eles vão conseguir concluir o Fundamental, pelo menos o Fundamental 1? Será que amanhã eles não estão na rua pedindo esmola e usando outro tipo de droga? E matando? E sendo preso? Não pela maconha, maconha não dá cadeia, não. Usuário de cocaína também não vai para a cadeia, não. Usuário de LSD não vai para a cadeia não. Quem vai para cadeia é quem tá vendendo. Agora, se algum usuário de maconha, ou de cocaína, ou de LSD tiver no lugar errado ou com a pessoa errada, se a polícia passar, e eles estiverem usando, eles são levados para uma delegacia. Agora, o usuário de maconha sendo preso com um cigarro de maconha, ele não fica na delegacia. Isso já é comprovado.

Outra coisa, gente, maconha vicia. Eu queria saber de alguns aqui que usam maconha ou não usam maconha e estão querendo legalizar maconha, quando seu filho estiver numa idade de cinco ou dez ou quinze, vai dizer assim: "Tá aqui meu filho, usa maconha que não vai fazer mal." Será que ele vai ter coragem de dizer assim como muitos hoje, que não têm informação, tanto o pobre como o rico, que hoje oferecem uma dose de cachaça, ou uma dose de whisky ou champagne ou de um vinho para seus filhos, porque hoje a bebida faz parte da aceitação social?!

Outra coisa, Senador, eu digo para o senhor, há 30, 40 anos, aquela propaganda do cigarro, do Malboro, do Hollywood, aquelas mulheres bonitas que saiam na televisão me levaram ao uso do cigarro.

O SR. JORGE DAMASCENO – A saúde está gastando bilhões pela doença causada pelo cigarro. E amanhã, Senador, eu tenho certeza absoluta de que com a liberação da maconha ou de algumas outras drogas ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE DAMASCENO – ... a saúde também vai gastar bilhões e bilhões por um tratamento que o Brasil hoje não tem, que é o tratamento da dependência química.

Eu trabalho em casa de recuperação no Estado do Ceará, em Fortaleza. Senador, no dia 22 de agosto, eu fiz uma palestra para 80 menores infratores, no Passaré. Perguntei para todos eles: "Quem usa maconha?"

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE DAMASCENO – Todos eles levantaram a mão. "Quem usa o *crack*?". Nenhum levantou a mão, com medo. E eu perguntei: "Da maconha passaram para onde?" Cocaína. "Quem é que bebe aqui?" Dois levantaram a mão, dois!

Senador, novamente eu digo para o senhor: sempre que eu termino uma palestra, numa escola estadual ou municipal, de cinco a seis alunos ficam ao final para pedirem ajuda a mim. Certo? E assim, vai aumentar, Senador...

Olhe, eu fico com as palavras do senhor que falou sobre o senhor como um pai da educação. Fique na história, não pela legalização da maconha, como o relator, mas, continuando como o pai da educação. Em Fortaleza, quando eu falo no seu nome... Olhe, eu não queria chorar não, mas como me dói, como me dói saber como a mãe Diva e outras mãezinhas vão perder seus filhos através de algumas pessoas que estão aqui e de outras que estão pedindo que libere essa substância química, porque amanhã outros filhos vão entrar em outras drogas.

Senador, ninguém fica só no cigarro de maconha, Senador! Isso não existe.

O SR. ERIK TORQUATO PINTO (*Fora do microfone*.) – Eu fiquei.

O SR. JORGE DAMASCENO – Não existe. Ele ficou, Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE DAMASCENO – São 200 milhões de pessoas que existem no Brasil. Talvez ele tenha ficado, mas centenas não ficam, Senador. A cocaína, Senador, é a segunda droga mais usada no País, no mundo. Se o senhor chegar em qualquer festa hoje, em Brasília, estão usando cocaína, *crack* e LSD. Eu peço ao senhor de coração: não libere, não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, eu, às 14 horas, tenho que estar lá no plenário.

Agora, eu quero a voltar a insistir, vocês não querem entender. Você disse: "Senador, não libere, não." Eu não estou aqui para liberar.

O SR. JORGE DAMASCENO – Eu sei, Senador. É o relatório, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não sabe, não. O relatório não vai liberar. Mesmo que eu quisesse, entendam, eu estou para dizer se uma sugestão que veio da sociedade, assinada por muita gente, e vocês não fizeram ainda uma proibindo o álcool... Eu já cobrei aqui. Mandem uma coisa proibindo o álcool. Bastam 20 mil assinaturas, e eu quero ser o relator aqui. Chegou uma para permitir a regularização. Daqui o que eu vou fazer é dizer: continua seu estudo, ou arquive-se. É só isso. Então, quando dizem "não libere", eu não tenho nada a ver com isso. O máximo é dizer: esse assunto merece ser continuado. E aí há um argumento para isso. Ou esse assunto deve ser arquivado, e os argumentos para isso.

Agora, como Senador da educação, e eu fico muito feliz de ser chamado assim, eu não posso fechar os olhos à crise da droga no Brasil, e que nós estamos fracassando e que temos que encontrar um outro caminho. Pode ser até colocar pena de morte como se faz ... Onde é que eu vi que há um brasileiro condenado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pode ser até isso. Se vocês acharem, tragam a proposta da pena de morte. Eu sou contra a pena de morte porque acho que o ser humano não tem o direito de tirar a vida de ninguém. Mas se querem radicalizar, que seja, mas alguma coisa tem que ser feita.

Bem...

O SR. DANIEL NICORY – Senador, perdão. Eu queria só pedir a V. Exª só uma coisinha.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bem rapidinho.

O SR. DANIEL NICORY – É um pedido. Não é uma fala, não. Como agora a gente está entrando nas pessoas da audiência que já falaram em outras oportunidades, eu queria pedir a V. Exª que garantisse cinco minutos de fala a cada um da mesa para arrematar com um debate, porque ...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pode ser, mas eu preferia o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pode ser. Mas eu preferia o contrário. Vocês ficariam bem, se eles se comprometem a fazer rápido, salvo se algum de vocês tiver que pegar um avião.

Eu sou o mais... Duas horas eu tenho que estar no plenário, senão não abre a sessão.

O SR. DANIEL NICORY – Por isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, antes disso eu vou terminar. Por isso que eu vou começar a controlar mais o tempo.

Carlos Penna.

Olhem, eu vou agora ser muito cuidadoso com o tempo.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Senador, três pessoas que estavam aqui tiveram de sair. Eu estou com um apanhado de várias respostas, várias colocações que foram dadas. Eu lhe peço um pouco de paciência porque foram ditas tantas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou dar tempo a você. Eles saíram. Eu não vou dar tempo a eles, não. Desculpe-me.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Então, eu vou falar quase que expresso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bom.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Eu peço só para pelo menos colocar.

Primeira coisa: houve horas em que eu fiquei muito irritado, mas eu me acalmei porque eu acho que realmente aqui não é para se irritar e, se eu vier com discurso de raiva e de ódio, não ajuda nada. Eu acho que justamente o discurso tem que ser de paz.

Eu tenho visto que vários dos que se manifestam aqui têm profundas convicções religiosas, as quais eu respeito. Mas eu acho que a influência religiosa tem que ser colocada de lado, porque eu vejo uma semelhança muito grande por ocasião do divórcio no Brasil, quando grupos religiosos afirmavam que a civilização brasileira, a sociedade iria acabar e se destruir se fosse aprovado o divórcio. Eu me lembro disso, que eu era criança e eu sou filho de pais divorciados. Então, eu me lembro dessa coisa.

Eu vejo essa mesma paixão, essa separação, essa diferença, esse ódio que está vindo de maneira muito certa. E eu acho que a verdade não está nem no lado da direita, nem no da esquerda. A verdade está entre os dois caminhos. Então, vou falar, tentando ser o mais verdadeiro possível.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E rápido.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – E rápido. Primeira coisa: eu não concordo. Todos nós temos dentro de nós uma nau. Isso é uma visão religiosa. Discordo. As Cruzadas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Por favor, agora é a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mais rápido.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Então, o que acontece? Eu torno a lembrar que, até os séculos XII, XIII, a maconha era consumida em todo o mundo. Quando, por uma questão religiosa, invadiu-se o Oriente Médio, o que aconteceu? Os europeus ficaram apavorados com as tropas muçulmanas que fumavam haxixe. Eu já expliquei que a palavra assassino veio de *haxixin*. Daí veio para a civilização ocidental essa questão em relação à maconha. O nome maconha é moderno. O nome certo é *Cannabis*, que você encontra sendo referida como cânhamo e, na Bíblia, você encontra como cana, cânhamo. Se você pegar o Êxodo, há uma cerimônia em que se usa cânhamo para todo o mundo entrar numa tenda e respirar o cânhamo.

Então, calma, gente, calma, calma! Eu acho que a gente não deve vir com essa agressão.

Corpo. Nós já vimos médicos aqui, neuropesquisadores, biólogos dizendo que nós temos endocanabinoides. Isso é um fato. São substâncias que se combinam com a *Cannabis* naturalmente. Podem olhar. Então, o que acontece? Significa que essa substância faz parte das combinações biológicas do nosso organismo. Não é como a cocaína, substância que entra e destrói.

Outra, com todo o respeito – é Diva a senhora? Permita-me tratar-lhe pelo primeiro nome? Respeitosamente, por favor, e todos aqueles outros –, eu vi outro caso. Essas pessoas que falaram... Não é o seu caso, Diva, mas o que você descreve do seu filho, e há outro rapaz aqui que disse que o tio dele também se suicidou. Gente, isso é claramente sinal de esquizofrenia. Por que eu sei disso? Porque eu estudei, por três anos, Psicologia. A esquizofrenia, inclusive, é genética, é uma deficiência que existe em determinados cromossomos que vai passando de pai para filho. A esquizofrenia é uma deficiência. O que acontece é o seguinte: ele pode se suicidar ou qualquer outra pessoa pode ter problemas por conta dessa presença. E substâncias como o álcool, até como o café, até como o chá podem desencadear um processo mais grave. Mas essa pessoa traz o gene dentro de si a vida toda e vai passar aos seus filhos.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Uma coisa muito importante que eu gostaria de explicar, pessoal. Nós estamos falando de democracia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – As pessoas acham que democracia é impor a vontade da maioria. A democracia é a convivência dos maiores grupos possíveis tentando não se matar. E o que nós estamos vendo hoje é que nós estamos matando juventudes e a sociedade por conta da infiltração do crime, que se utiliza do tráfico. Alguém aqui está dizendo: "Vamos proibir o álcool." Os Estados Unidos fizeram isso, chamou-se lei seca. Criou-se a maior estrutura de crime organizado do mundo nas décadas de 20 e 30, a chamada máfia norte-americana.

Então, o que acontece é o seguinte, já contei aqui: meu pai morreu de infarto, meu tio morreu de câncer no pulmão, e eu tenho um outro primo que morreu de cirrose alcoólica, e não é por isso que eu vou defender a proibição do álcool e do cigarro, porque eu sei que a proibição gera contravenção. Eu concordo profundamente, nós temos de educar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Carlos.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Você está há 10 minutos. Se eu for dar 10 minutos para cada um...

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Não, não, não vou ficar mais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...vai demorar muito.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – (Carlos Penna.) É que eu vou terminar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, porque aqui não tem como cortar a palavra.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Por último, dados científicos. Nós já discutimos aqui o que chamamos de *bad science* em inglês, que é a ciência ruim, quando se manipulam dados. As pesquisas do Colorado são pesquisas de quê? Três meses de existência? Porque o Colorado liberou há três meses. Desculpa, isso não é tempo, dentro das ciências sociais, para nós traçarmos um panorama.

Agora, nós trouxemos aqui – eu acho que já foi entregue ao senhor. Espero que já tenha sido; se não foi, nós vamos lhe entregar – pelo menos seis publicações diversas, norte-americanas, inglesas, alemãs, todas relacionando efeitos benéficos que o uso da *Cannabis*, seja como THC, CBD ou diversas outras substâncias, pode proporcionar, contrastando-se inclusive com os dados do Kevin, que é tradicionalmente sabido que é um proibicionista e que recebe patrocínio da estrutura de repressão dos Estados Unidos, que lucra pelo menos de 1 bilhão a 2 bilhões por ano, vendendo armamento para a estrutura da proibição.

Finalizando. Pessoal, caímos de novo na discussão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – ...de Flamengo e Vasco, São Paulo e Corinthians. Esse não é o caminho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Eu torno a dizer: nosso caminho é procurar um entendimento. Nós estamos jogando aqui fora a discussão dos últimos dias. Nós já tínhamos a opinião de que deveria haver liberação pelo menos medicinal e daí evoluiríamos para a questão, a partir das pesquisas medicinais, se o recreativo caberia ou não, e, paralelo a isso, a evolução da legislação, que está mais que claro com os operadores, com o senhor juiz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – ...e o senhor promotor, defensor, que realmente esse modelo é um modelo de repressão que leva simplesmente à corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos passar a palavra agora ao Luis Eduardo Girão.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Querido Senador, aos convidados da Mesa, meu profundo respeito, especialmente pelo Senador Cristovam Buarque, por quem tenho admiração e hoje gratidão, Senador Cristovam, pela sua coragem de estar pautando, de estar debatendo esse assunto, e não diminuindo o empenho a cada reunião. O senhor não tem ideia da quantidade de famílias que estão sendo despertadas, que estão fazendo profunda reflexão a partir desta audiência que o senhor está comandando com muita dignidade.

Eu queria colocar que a ciência, Prof. Carlos, a ciência é o que norteia a maior parte dos debates que pelos menos temos ouvido aqui, nas últimas reuniões. Não ouvi argumentos religiosos em momento algum; não ouvi argumentos de fundamentalistas, como foi falado aqui por alguns colegas, de hipócritas e de alienados, inclusive, como foi citado. Isso é desrespeito! Nós estamos falando com base na ciência, na ciência moderna. Não é ciência de mil anos atrás; ciência moderna. Se você pegar, Prof. Carlos...

Eu quero colocar que eu não tenho nada contra usuário de maconha; eu tenho respeito e acredito naqueles que defendem, são legítimos os direitos de defender a sua causa, certo? Agora, já que estamos falando de ciência, eu peço permissão para mostrar – nada acontece por acaso –, nas bancas de todo o País tem essa revista *Scientific American*, que coloca aqui: "Maconha e demência precoce.

Pesquisas científicas recentes confirmam danos mentais e de personalidade desconsiderados em debates que defendem a legalização da *cannabis*. Isso é profundo. E essa revista é do senhor, que está aprofundando.

Estou entregando aqui em suas mãos. É uma revista conceituada, científica e embasada. Ela entrevista vários pesquisadores.

Coincidentemente, a revista *Época*, a segunda maior revista do País, em circulação, em sua edição desta semana, que está nas bancas, traz uma entrevista com a Drª Kimber Richter, uma pesquisadora americana. Ela diz que permitir o uso da maconha criará uma nova indústria tabagista, aumentará o vício e criará variedades mais daninhas da droga.

Eu vou apenas citar um trecho. Ela é da Universidade do Cansas, nos Estados Unidos. A pergunta da revista Época é: "Por que a legalização da maconha pode ser perigosa?" E ela responde em uma frase:

Uma vez que o cultivo e o uso se tornam legais, uma indústria muito poderosa é criada. Ela desenvolve e anuncia seus produtos de maneira a conseguir cada vez mais consumidores. A legalização cria incentivos para desenvolver produtos ainda mais fortes e viciantes. A indústria faz lobby e advoga a seu favor entre os políticos para reduzir qualquer tipo de restrição que a impeça de ganhar dinheiro. É a natureza do capitalismo. Vimos isso acontecer com a indústria do tabaco há 100 anos. No passado, ele era um produto muito diferente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Então, é uma entrevista rica, que eu não vou mais ler em respeito ao tempo. Está na revista *Época*, nas bancas.

Para concluir a minha fala, eu queria dizer para o senhor que o senhor fez uma colocação que eu fiquei preocupado. Talvez eu não tenha entendido. O senhor colocou sobre o direito à recreação. Pelo menos, deu a entender a mim que era um direito que... Deu a entender para mim, posso estar equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Deixa eu explicar, então. É um direito de ir ao cinema, é o direito de ler, o direito de namorar, é o direito de fumar um cigarro, é o direito de tomar um uísque.

E aí, a gente tem que perguntar. Esses direitos são limitados a partir de que momento? Tem que limitar alguns. Eu, por mim, não tinha filma de terror. Então, há um direito ao divertimento, que deve ser regulamentado com base nas consequências sociais que esse divertimento provoque.

Faz pouco, li um livro, um conto de ficção científica, em que a diversão era as pessoas matarem umas as outras. Eu sou contra esse tipo de diversão. Agora, há ou não um direito à diversão? Há, que deve ser limitado conforme as consequências da diversão para o resto da sociedade.

É essa a minha posição.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Tá. Eu entendi. Quem sou eu para discordar do senhor? Mas isso me deixa muito triste, porque o divertimento não influencia na família da pessoa? Não influencia na sociedade?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas eu fui tão claro, Luis Eduardo Girão. Eu disse: há um direito ao divertimento, que deve ser limitado, conforme as consequências dessa prática de diversão sobre a sociedade. A família é parte da sociedade. Está claro, ou não?

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Agora tá, agora, tá, porque eu acredito que o direito, a liberdade de um termina quando começa a liberdade do outro. E pelos efeitos, pelo argumento científico que a gente perceber aqui, social e da medicina, a maconha causa – e eu vou para o nosso querido Daniel...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só um detalhe. Eu sou um radical defensor da proibição de cigarro em espaço. É um divertimento quem quer fumar um cigarro. Aqui a gente não pode deixar. É isso.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – É diferente o cigarro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, qualquer outro. Tire o cigarro.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – O cigarro não tira você da consciência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe, Girão, mas você está querendo manipular aqui. Está querendo manipular. Eu citei o cigarro para mostrar que tem que ter controle no cigarro.

Maconha talvez seja mais ainda, como alguns defendem, e que eu vou analisar. Mas há um direito à diversão, sim, limitado pelas consequências do divertimento sobre a sociedade, a partir inclusive de quem está mais perto, que é a família.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Bom, eu vejo, para finalizar a minha fala, uma diferença brutal entre fumar um cigarro e fumar a maconha, porque tira a consciência.

E eu quero pegar a fala do Daniel, que eu também me preocupei, Daniel, porque você citou o Dr. Kevin Sabet falando que 9%, segundo as pesquisas dele, 9% das pessoas que fumam maconha são...

O SR. DANIEL NICORY – Tornam-se dependentes.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Elas tornam-se dependentes. Então a sua fala também me deu a entender que isso é pouco, que isso é pouco. Eu quero...

O SR. DANIEL NICORY – Menos que álcool e tabaco, a medida é essa.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Menos que álcool e tabaco. Então assim, por vir de uma pessoa pública como o senhor, um funcionário público como o senhor, me preocupo muito, porque se você pegasse, se fosse 0,0001%, se tivesse condição de viciar 0,001%, isso já seria justificado para não legalizar a maconha no Brasil. (*Palmas.*)

Isso são vidas de pessoas. São vidas de pessoas. E tem um impacto na sociedade, tem um impacto também na família. Então a gente não quer isso para o Brasil, não. A gente não quer isso para o Brasil. Se o álcool é um mal, Senador Cristovam, se o cigarro é um mal, nós não queremos outro mal legalizado no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe, Girão, eu hoje estou tendo que interrompê-lo. O Dr. Daniel em nenhum momento defendeu regulamentação da maconha. Não ensinou isso. O que ele disse foi um dado estatístico, que a gente pode até dizer que não é verdadeiro. Pode, perfeitamente. Um dado estatístico. E ele fez questão de dizer que toda droga é nociva, inclusive maconha, ele disse isso. Agora, a capacidade de viciar, segundo esse cientista que vocês conhecem, e eu nem conhecia...

O SR. DANIEL NICORY – Que é proibicionista, Kevin Sabet.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Há mais risco de vício do álcool e do cigarro do que da maconha. Foi isso o que ele disse, não tem nada a ver com ele defender. E zero deveria ser, como você diz, inclusive do álcool. Eu não vejo vocês falando do álcool aqui com uma proposta proibicionista. (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dos dois, de todos, de todos. Mas gente, eu quero... Terminou, não é? Eu ainda tenho aqui, eu tenho diversos aqui, e eles querem falar.

Agora, com a palavra, o Luiz Bassuma.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Bom dia a todos.

Primeiro, constatações dessas quatro audiências. São quatro audiências, foram quinze convidados para a Mesa. Infelizmente hoje a gente pode dizer que pelo menos um dos quinze explicitamente, explicitamente contra a legalização da maconha. Os outros... (*Palmas.*)

Segunda constatação, que me deixa preocupado, e quero fazer uma crítica ao Senador: nessas quatro audiências, hoje vão dar vinte horas...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Me desculpe eu interrompê-lo, mas só um foi explicitamente contra. Eu acho que não houve um só explicitamente a favor. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Eu questiono, questiono.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Explicitamente a favor não houve. Não houve um só explicitamente a favor.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Questiono. Depois... O meu tempo não vai permitir debater...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – As posições foram como a deles, que realmente aumenta a criminalidade a proibição, a dele de que outras... Mas nenhum chegou aqui dizendo: "Vamos regulamentar."

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – Senador.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Meu tempo, Senador é tão curto...

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – Senador, por favor, só um parêntesis. É subestimar a nossa inteligência interpretar o posicionamento dos outros. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Eu queria, estou querendo ser bem sucinto. Outra constatação desses quatro dias em que eu estive presente: mais de 20 horas de debate. Estou somando. Já passou de 20 horas agora.

Nessas quatro audiências, uma Casa que tem 513 Deputados Federais e 81 Senadores, só participou até agora, além do Senador que conduz, mais um Senador, só um Parlamentar. Eu sei que aqui, esta Casa nunca funciona, nunca funcionou, na vida toda, segunda-feira de manhã. Então eu quero fazer essa crítica também, talvez ao dia, porque eu quero cobrar, no meu Estado, quem é o Deputado que está se importando sobre este assunto, que é grave. Quem é o Senador que... Eu quero que eles justifiquem para mim, por que é que não está. Eles vão dizer para mim: "Ah, Bassuma, porque faz segunda de manhã, 9 horas, o Congresso não funciona." Então quero deixar essa crítica registrada. Eu quero cobrar. Os Parlamentares têm que ter responsabilidade com este assunto aqui, não podem ficar ausentes.

Segundo, o que todo mundo repetiu aqui, eu quero... Todo mundo, os proibicionistas, os liberacionistas, como estão usando aqui. O álcool e o tabaco estão crescentemente sendo restringidos, ou seja, está havendo uma brutal restrição. Aqui no Brasil ainda é pobre no álcool, os *lobbies* são poderosos.

Mas tem de ser muito mais sério. Por quê? Por causa dos danos, dos malefícios que o mundo já constatou, depois de anos de tolerância. Vi que, agora, tem de restringir. Aí, nós vamos na contramão, agora, com a maconha, querendo fazer uma experiência.

Outra constatação eu quero agora explicitar, Sr. Gerivaldo. O filme – ele não tinha visto esse filme – Drugo, se não é um filme de apologia explícita à maconha... Eu fiquei pensando quando me conectei àquele filme: *Open Society* é uma ONG criada por George Sorus que ajudou a financiar, nos Estados Unidos, como também no Uruguai, a legalização. Imagine a festa que esse George Sorus, com sua *Open Society,* vai fazer, com filmes belíssimos como esse para as crianças, para os meninos! Olhem como a droga faz bem! Cura câncer! Traz muito benefício! Eu fiquei preocupado com isso, muito preocupado.

Outra, agora, para encerrar – estou sucinto hoje –: o Brasil está doente! Doente há muito tempo. E qual é o grande mal deste País? É a corrupção! Escancaradamente é um câncer generalizado em todas as esferas, privadas, públicas, todos os Poderes. Aí, eu pergunto aqui: por que esta Casa, o Senado, não cumpre seu papel no sentido de, pelo menos, proibir – proibir! – os governos de gastarem bilhões em autopromoção, propaganda pessoal e gastarem um centavo em campanhas educativas no horário nobre? Isso não se faz! Ninguém na televisão – só se vê porcaria no horário nobre –, ninguém faz campanhas educativas, mostrando que...

Eu quero que esse caso da Diva, do seu filho – hoje é o filho dela; ontem, era o Damasceno; amanhã, poderá ser meu filho ou o filho de qualquer um dos que estão aqui –, eu queria que fosse mostrado ali na tela. E aí eu quero concordar com o Luis Girão, Sr. Defensor Público da Bahia: 9% é consenso entre todos os que vieram aqui. Aqueles neurocientistas que também defenderam a legalização, explicitamente, aqui, e ele também falou isto: Nove por cento... O Luiz foi feliz. Nós estamos falando agora, Sr. Defensor, de vida, de vida humana! Não tem valor uma vida que seja? Se você me dissesse: "Droga causa dependência e mata uma pessoa", nós tínhamos de restringir, dificultar e não liberar e não regulamentar, usem o nome que for! *(Palmas).*

Eu quero encerrar agora. Eu quero encerrar agora! Eu quero encerrar, como brasileiro, brasileiro, cidadão: eu não quero o que esse pessoal quer, o George Sorus, desse Drugo aí, esse troço de filme. Eu não quero transformar esse problema em uma coisa de mercado que fatura bilhões. Eu não quero que meu País seja conhecido no mundo todo como o maior produtor e exportador de maconha do mundo. É isto o que eles querem: ganhar dinheiro à custa da destruição da vida humana.

Estou aqui, mais uma vez, Senador, para dizer isso. Peço que o senhor reavalie isto nas próximas audiências: se vale a pena continuar.

E eu quero cobrar dos Parlamentares o porquê de eles estarem ausentes de uma discussão tão importante como esta. Ficar em cima do muro é fácil para ganhar o voto. Quero ver quem tem a coragem de tomar posição! Não me venha com neutralidade em uma posição dessas. Não dá para ter neutralidade; é sim ou não! *(Palmas).*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O senhor foi Deputado. O senhor devia se lembrar de que esta é uma época de eleição e o papel do Deputado é estar lá buscando voto. Eu estou aqui...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Eu estou aqui e estou em campanha lá. Estou aqui nas quatro audiências, Senador!

O SR. (Não Identificado) – Então, está fazendo campanha aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Porque deve estar fazendo campanha, senão não estaria...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Não, senhor!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora, eu estou aqui porque eu sou do DF e sou o único do DF que não é candidato, senão não estaria aqui, usando a televisão para ganhar voto. Eu estaria lá embaixo...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – O senhor está querendo dizer que eu estou aqui para...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não, não! Eu estaria... Eu estaria!

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Isso é uma agressão! E desnecessária. É uma agressão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu estaria, eu estaria... Agora, eu quero dizer o seguinte: eu estou surpreso com uma coisa: todos os defensores simpáticos à regulamentação são calmos, e o senhor é agressivo! *(Palmas).*

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Eu sou apaixonado...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O senhor foi agressivo em todas as reuniões.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – O senhor se sente agredido porque eu pego nas feridas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não! O senhor foi agressivo.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Eu sou dramático porque sou apaixonado. Eu defendo causas não por dinheiro, Senador, eu defendo causas por ideal...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Não por dinheiro! Por isso, eu me emociono, porque é vida humana.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Tem gente...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Agora, se o senhor se sente agredido, o senhor tem de fazer um posicionamento: por que é que eu estou me sentindo agredido...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É o seu estilo. Eu defendo meus princípios calmamente. Os outros defenderam seus princípios calmamente. Por que é que o senhor vem agredir a gente?

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Agredir?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agrediu. É o estilo.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Eu falei verdades.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É o estilo.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Verdades doem, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não, não. É o estilo. Além disso, não falou tanta verdade assim, não...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Não?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... ao dizer que ele é a favor da regulamentação.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Nove por cento, ele afirma.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, isso... Nove por cento é uma estatística.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Então?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, mas isso é uma estatística de um defensor da proibição. Ele apenas citou a estatística. É proibido citar estatística?

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. Então, ele citou. Ele não defendeu regulamentação. Nem eu.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – E defendeu o quê, então?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ele o quê?

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Defendeu o quê, então?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ele disse, apenas, que a quantidade de presos que tem este País é, em grande parte, de jovens portadores de droga para o consumo. E, aqui, o Dr. Jorge da Silva, ele disse uma coisa de que ninguém se lembrou aqui. Ele disse que essa lei que o senhor citou tanto transformou os brancos ricos traficantes em consumidores soltos e os pobres negros consumidores em traficantes presos. Essa frase a gente esqueceu aqui. (*Palmas.*) Foi dita por um Policial Militar.

Mas o senhor terminou.

Eu vou passar a palavra para o Marlan Gustavo.

O SR. MARLAN GUSTAVO – Senador, boa tarde.

Quero dizer o seguinte, Senador, que, a cada audiência que passa, a gente vai aprendendo mais e desaprendendo também, porque, a partir de um momento em que vem o cidadão e coloca um filme daquele, é apologia, sim, à maconha. Desculpa eu falar.

Outra coisa: a gente não pode enfraquecer o forte para fortalecer o fraco. A sociedade não quer – não quer – que o nosso País seja um produtor de maconha, e o senhor tem que entender isso.

Nós somos bastante nervosos, às vezes, enfáticos, porque a gente não usa maconha. Não tem calmaria nisso. Nós estamos aqui para defender a vida do nosso filho. Nós estamos aqui para defender a vida das famílias. Nós estamos aqui para representar as pessoas. Por isso que nós somos enfáticos.

Nós vimos mães chorando aqui por conta da *cannabis*, mas nós não vimos ninguém da Anvisa. Cadê a Anvisa aqui? O que é que o senhor fez? O que é que o seu gabinete fez em prol de acelerar o processo da Anvisa, das tantas mães que foram usadas aqui para poderem chorar e legalizar a maconha dessa rapaziada aí? O senhor tem que ver isso como Senador, tá?

Ontem, o Fantástico mostrou o caso do Cadu. O senhor viu o caso do Cadu? Ele matou o cartunista Glauco. Aí, foi solto, matou outra pessoa. Ele falou que era usuário de maconha. Engraçado, não é? Ninguém aqui falou que... Todo mundo aqui falou que maconha é uma coisa boa, tranquila, que ninguém mata ninguém, mas o Cadu, para se safar, ele usou, disse que era usuário de maconha.

E como é que... Aí, eu te faço uma pergunta, Senador: e os traficantes que estão presos, de maconha, como é que eles vão ser soltos? Como é que vai ser se for legalizado? Eles vão continuar soltos? Não vão? Nos oriente nisso aí.

Aqui eu quero falar para o Daniel: Daniel, a gente está sabendo que, quando o rapaz faz 18 anos, são zerados os antecedentes criminais dele. Aqui ninguém é bobo. Pela nossa lei mesmo, um garoto mata, com 12 anos de idade, e não vai preso. Então, quando chega aos 18 anos, zera. Então, isso daí, para mim, foi balela, entendeu? Vamos trabalhar dentro da nossa realidade o mais que possível. Nós é que somos os presidiários, as nossas grades estão cada vez maiores.

E eu quero dizer o seguinte, Senador: foi realmente tendenciosa, até agora, a audiência pública, foi favorável a quem é a favor da maconha, tanto é que está aqui na revista *Época*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARLAN GUSTAVO – ... que, na reunião passada, um rapaz chegou aqui, falou que tinha maconha e o senhor o protegeu. Levou-o dentro do seu carro até o estacionamento e não deixou nem que a Polícia Legislativa o revistasse. Então, está tudo gravado. Eu estou levando ao Ministério Público e, aí, o senhor não vai mais dizer que eu não tenho direito nessa Casa, porque eu tenho direito, sim. Eu sou cidadão, eu sou pai e pago meus impostos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – De prender não. Nem eu tenho.

O SR. MARLAN GUSTAVO – Mas eles tinham direito de revistá-lo, sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nem eu tenho. Não.

O SR. MARLAN GUSTAVO – E o senhor o acobertou.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora, o que ele disse é que lá, na Paraíba, lá, se precisasse de maconha para atender...

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – CBD, CBD, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... para atender...

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – CBD, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... para atender, ele faria. Agora, o senhor não tem o direito de prender aqui, como queria.

Terminou?

O SR. MARLAN GUSTAVO – Terminei. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra o Sr. Nazareno Feitosa.

Faltam dois apenas.

O SR. NAZARENO FEITOSA – Sr. Senador Cristovam Buarque, demais componentes da Mesa a quem saúdo, eu queria apenas pontuar algumas questões, porque não houve tempo da vez anterior.

Primeiro, quero dizer que a dependência química é uma doença crônica, progressiva, incurável, fatal e que destrói famílias. Então, não estamos tratando de uma simples questão, como o índice baixo. É uma doença muito mais grave do que se imagina. E lá na indústria, como está sendo legalizada em dois Estados nos Estados Unidos, nós já temos hoje balas com maconha, chocolates, chicletes, lanches com rótulos superatrativos, até pães, como foi citado aqui. Houve o caso de um rapaz que caiu do edifício, porque havia comido um chocolate contendo maconha. Quando ele caiu, disseram que ele não havia morrido por causa da maconha, e sim que ele morreu por causa da queda. Não! Ele só morreu por causa da queda, porque ele havia comido muito chocolate. A empresa disse: "Não, ele só poderia comer um pedaço do tablete do chocolate, porque com um chocolate inteiro ele iria ficar realmente fora dos sentidos". Então, ele morreu por conta... Quem controla? A gente não consegue nem controlar o desejo por chocolates, Sr. Senador. Somos como peixinhos ornamentais: se colocarmos muita comida, eles morrem de tanto comer.

Então, quanto maior a facilidade de acesso que as pessoas tiverem à maconha, maior será o dano. Sobretudo, Sr. Senador – o senhor que é um grande defensor da educação –, não existe droga pior para a educação do que a maconha. (*Palmas.*)

É a que mais produz evasão escolar!

Então, na verdade, quando se diz que é um direito, sabemos que os direitos individuais não estão acima dos direitos da coletividade. A pessoa pode até ter os seus direitos individuais, mas a maconha entorpece, prejudica os sentidos. A pessoa provoca acidentes e estará, agora, sob o amparo de uma lei que a isenta de pena. Ou seja, ela será considerada inimputável. Pode até matar se estiver utilizando a droga.

Então, é importante, como o Dr. Sérgio falou, o retorno à Justiça terapêutica. A pessoa tem o direito de usar, mas se ela se tornou viciada, tem também o dever de se tratar, de buscar ajuda, porque lesiona a educa-

ção, que é o maior patrimônio que temos no Estado, lesiona o sistema de saúde, porque Brasil não tem absolutamente maneiras de tratar as suas famílias, e destrói os próprios vínculos da família também.

Argumentam também: são os pobres e os negros que estão sendo presos. Senador, esse é um estigma que estudamos na Criminologia. As pessoas pobres e de cor negra são naturalmente estigmatizadas, não pela maconha em si. Se não fosse pela maconha, seria pelo *crack*, porque os traficantes da maconha...

O SR. ERIK TORQUATO PINTO – Isso é lombroso, isso é racismo. Ninguém é totalmente criminoso.

O SR. NAZARENO FEITOSA – ... vão migrar para outras drogas.

Estou dizendo que é uma constatação científica da Criminologia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NAZARENO FEITOSA – Eu não sou a favor disso, não. Eu sou um policial e sei das dificuldades. Nós estudamos isso, inclusive, Sr. Senador.

Então, não é a maconha que leva o negro e o pobre para a cadeia, não. É o estigma social que faz com que eles não tenham o direito a um advogado. Não temos defensores públicos. Eles não têm uma série prerrogativas que os pais têm. E, às vezes, eles têm de furtar para se manter. Quantos crimes contra o patrimônio são para alimentar o vício, porque a pessoa não controla o vício? A maconha produz tolerância, produz dependência. A pessoa vai precisar cada vez mais aumentar o nível da droga.

O Brasil é rota para o trafico internacional. São mais de 17 mil quilômetros de fronteira seca. A polícia, no Brasil, é insuficiente para conter, para proibir. Praticamente não temos repressão, porque não temos aparato, não temos efetivo para isso.

O consumo explodiu com a mudança da lei, como muito bem disse o Dr. Sérgio Harfouche.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NAZARENO FEITOSA – Dos direitos humanos já falamos aqui.

Usada na adolescência, a maconha tem o mesmo índice de dependência que a cocaína. Então, é de 15% se utilizada na adolescência. Ela reduz o QI em até 8 pontos, segundo pesquisas há mais de 40 anos, quando o índice de THC era mínimo na maconha.

Na verdade, o consumo explodiria com a legalização. A maconha só corresponde a 20% do faturamento do tráfico. O tráfico vai continuar existindo, e com drogas mais pesadas, ainda mais perigosas.

A corrupção na polícia, na Justiça, em toda parte vai continuar, independente de a maconha ser legalizada ou não. Isso não vai resolver o problema da corrupção. E nós não chamamos morfina...

(Soa a campainha.)

O SR. NAZARENO FEITOSA – ... de heroína medicinal; nós chamamos de morfina. Usar o termo maconha medicinal só confunde as pessoas e vem acompanhado da crença de que você tem de fumar para obter os benefícios, quando ela pode ser utilizada em drágeas, ou em vapor, como é o caso do canabidiol.

Então, o nosso Estado não oferece tratamento para as pessoas pobres, e os remédios controlados, Sr. Senador, provavelmente, podem provocar dependência, mas eles são utilizados, não para recreação, mas para tratar pressão alta, tratar depressão, evitar suicídios e problemas muito mais graves também.

A tributação da droga não cobre os danos e continuará o tráfico – isso tem acontecido lá nos Estados Unidos também. E se o problema do Brasil é a cadeia, vamos modificar as nossas penitenciárias. Porque se o problema é que a pessoa vai para a penitenciária e fica pior, então não podemos mais prender ninguém! O homicida, o estuprador não vamos mais prender, não, porque ele vai ficar pior na cadeia. Temos é que modificar o nosso sistema penal para coibir esse problema.

Então, é coibir o uso, permitir que se faça... que as escolas possam detectar o uso precoce da maconha com os exames de urina, como se faz com o antidoping, porque a família só vai saber – como falou o nosso querido Damasceno – trinta anos depois que a pessoa é usuária, quando não há mais jeito, porque já assumiu um caráter catastrófico.

Então, que a gente preserve a nossa sociedade, preserve a educação.

O senhor, com toda a sua capacidade, certamente, fará um relatório que contemple...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NAZARENO FEITOSA – ... a necessidade da educação da sociedade brasileira para a gente não repetir o mesmo problema que houve com o cigarro. A maconha seria ainda pior porque seria, praticamente, irreversível a gente ter tantos dependentes depois. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu descobri que saltei um nome aqui: Filipe Marques. (*Pausa.*)

Qual é o seu nome?

O SR. FÁBIO CARVALHO – Fábio Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Como? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ah, é o pai, não é?

O SR. WEBERSON MACIEL – Senador, eu tinha me inscrito, também, como primeira vez, e fui passado pelos próximos. Peço a garantia do meu direito de fala.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Direito de fala? Você quer usar o Regimento? Não precisa dizer isso, cara, você me pede para falar, que fala. Não precisa...

O SR. WEBERSON MACIEL – Não, eu estou pedindo. Só estou pedindo de modo formal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não precisa pedir direito. Agora, como é o seu nome?

O SR. WEBERSON MACIEL – Weberson.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não está aqui.

Por que vocês não pegaram?

O SR. WEBERSON MACIEL – Fui inscrito, o colega ao lado também foi inscrito...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Cadê? Weberson.

O SR. WEBERSON MACIEL – Weberson Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não está aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Não tem 32 aqui. Ah, tem uma outra folha... Então, me dê a outra folha.

Bem, o Filipe Marques, depois Fábio Carvalho, depois a Vanessa Barbosa... Ainda tem mais dois: Weberson Maciel e Olintho Bonifácio.

Bem, eu já perdi o plenário, só saio daqui quando todo mundo sair.

Com a palavra, o Filipe Marques.

O SR. FILIPE MARQUES – Boa tarde, Senador. Obrigado, de novo, pela presença. Vou tentar ser muito breve, porque tenho respeito pelo tempo do senhor.

Eu queria chamar atenção para a questão do que significa a gente estar pedindo essa regulamentação. Não vim, aqui, para brigar com vocês. Acho que essa é a impressão que a gente está passando desde o primeiro dia em que a gente está aqui. Pelo amor do que vocês acreditam: estou, aqui, pela paz; sou maconheiro, não estou, aqui, para brigar, sou da paz! Não estou aqui para brigar com vocês.

Acho que isso se tornou um campo de batalha, um local que não era para ser isso. Por quê? Porque isso é um reflexo de uma briga que não acha um meio termo, uma solução para o problema. A gente fica – como o Carlos falou –, briga de um lado, briga de outro, e as coisas, como se não fossem capazes... A gente precisa conseguir convergir para uma solução boa para todos.

O que significa regulamentar? Regulamentar significa achar formas de convivência em que o meu direito e o seu direito sejam respeitados, porque eu respeito a religião de todo mundo, aqui, apesar de poder não compartilhar das mesmas crenças religiosas. Eu sei que há representantes religiosos, aqui, que não defendem a maconha por uma questão religiosa, por uma questão das suas próprias crenças. Eu respeito isso.

O que a legalização e o que a regulamentação não vão trazer é a obrigatoriedade de os seus pontos de vista mudarem. Dentro da sua igreja, dentro da sua casa, dentro da sua família, você vai poder continuar orientando o seu filho contra a maconha, como sempre orientou. O que isso vai mudar?

As pessoas são contra a maconha desde sempre, sempre foram, por uma questão cultural, por uma questão sociológica. E o direito das minorias? Democracia é isso, é a gente dialogar.

Eu respeito o que a maioria do País... Provavelmente, a maioria do País, se a gente fizer um plebiscito – como muitos sugeriram aqui –, provavelmente, a maioria do País vai falar que é contra. Mas, só porque a maioria do País falou que é contra, a gente tem que ignorar que existe uma minoria que está aqui representada, não só por mim, porque muita gente apareceu aqui para defender, então, uma minoria que está aqui representada e que tem que ter seus direitos garantidos como vocês têm?

Então, eu queria chamar a atenção. A questão não é se eu acredito em Deus ou não, ou se vocês acreditam em Deus ou não. Eu acho que a gente pode conviver acreditando ou não acreditando. Eu acho que a gente pode conviver, e eu fumando maconha na minha casa, ou onde eu estiver, desde que haja regras. É disto que a gente está falando: regras, para que o meu direito não atrapalhe o direito de vocês. Para que, por exemplo, se eu quiser fumar maconha dentro de uma igreja que é contra, eu possa ser tranquilamente convidado a me retirar e fumar em outro lugar em que não incomode a mais pessoas. Isso é respeito. Eu respeito o espaço de vocês; vocês respeitam o meu.

O que a gente tem que entender é que a criminalização está no final do ato – o ato de usar maconha ou o ato de usar drogas. Por que a gente proíbe? Para evitar que as pessoas comecem? Só que a questão é: o início, o uso de drogas, a necessidade que um ser humano tenha de usar drogas, qualquer que seja, está fora da nossa capacidade social de controle. Quando alguém começa a usar, você não tem como entrar na cabeça da

pessoa e entender qual a razão de ela estar usando, sabe? Então, a gente pode tentar achar suposições para poder controlar isso, para tentar cercear essa pessoa, para proibir ou não. A gente pode tentar, mas a gente nunca vai ter uma resposta concreta.

A criminalização não ataca a base do problema, que é onde surge a necessidade de se usar drogas, entende? Então, o que eu quero dizer é: se a base do problema não vai ser atacada, não vai mudar. Não vai mudar se você continuar botando as pessoas na cadeia, criminalizando, fazendo o que está acontecendo. É você realmente só punir, e não dar outra chance; não olhar com outros olhos. O que vai acontecer é que a gente vai continuar atacando o final do problema. E não resolve, porque a punição não resolve – a gente já viu isso –, e a base continua intacta.

Para finalizar, eu queria pedir isto: vamos respeitar o direito de um e de outro. A nossa convivência não precisa ser guerra – pelo amor, a gente não precisa guerrear! Eu não venho aqui para brigar, eu nunca vim aqui para brigar. A gente se altera, a gente grita; alguns preferem gritar em vez de melhorar os argumentos. Eu prefiro melhorar meus argumentos e tentar atacar de maneira racional, mas tem gente que prefere vir aqui e gritar. Tem microfone para isso, a gente não precisa gritar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

O SR. FILIPE MARQUES – Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra agora o Fábio Carvalho.

O SR. FÁBIO CARVALHO – Boa tarde a todos. Boa tarde ao Senador, à Mesa. Eu vou ser bem breve também.

Uma coisa que me deixa indignado, como pai, na luta para poder ter direito a dar o remédio, no caso, à minha filha... E esta semana sibutramina e anfetamina, que são proibidas nos Estados Unidos, foram liberadas no Brasil. Então, eu gostaria de uma resposta: a quem interessa isso? Quer dizer, quanto a isso aí também, não vi ninguém abordar o tema. Então, é uma coisa a se pensar.

E há outra coisa também, mesmo depois da última audiência – esta é a quarta, eu estou em todas, é a segunda vez que eu estou falando alguma coisa –, em relação à Anvisa. Não é que o usuário, ou que aquelas mães, ou que eu estou sendo usado – quero deixar bem claro isso –, como está sendo colocado. A Anvisa está ainda... Mesmo com autorização excepcional que é dada para que se possa fazer o uso de CBD ou de qualquer outro remédio, há pais que estão tendo que vir para Viracopos retirar isso, estão tendo mais custo, pagando armazenamento. E eu não vi ninguém da Anvisa ainda se manifestar. Então, não é que estamos sendo usados, não; é que estamos pegando, pessoal... Como eu falei da primeira vez – não quero ser repetitivo, quero ser prático e rápido: só quem sente na pele sabe o problema.

E uma outra coisa, Dr. Sérgio – a gente já teve oportunidade de conversar –, a lei não é bem assim não. Se eu for cultivar para fazer o remédio da minha filha, eu posso ir em cana, sim. Inclusive, a semente que eu preciso está lá fora. E, se ela for transportada para cá e eu for pego, eu posso ser enquadrado como traficante internacional de drogas. Isso eu já fui ver.

Uma outra coisa também: pesquisa e cultivo é para pessoa jurídica; eu sou uma pessoa física. Sobre isso tudo depois a gente pode até conversar, mas o cuidado de eu estar falando isso é porque senão, amanhã – eu conheço muitas famílias que estão fazendo também, estão loucas, porque não têm condições e querem a melhoria de seus filhos, e daqui a pouco vão estar plantando aí e vão estar tudo em cana –, vão ter que fazer uma penitenciária só para os pais que estão cultivando. Então, é até um cuidado que eu estou tomando ao abordar isso que foi dito para que o pessoal não confunda.

Uma outra coisa também, para terminar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO CARVALHO – ... para terminar mesmo, é uma frase até da minha esposa, na verdade, não é nem minha: a pior doença não está nos nossos filhos, e, sim, no preconceito ou ignorância das mentes engessadas que não se flexibilizam a conhecer o novo, que não têm a humildade de reconhecimento de que podem estar erradas; que não têm a humildade de dizer que não sabem, mas podem pesquisar, porque isso está aí. Essa não é uma doença da alma, e se não for a ignorância, como disse o Carlos até na última audiência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO CARVALHO – Eu não quero ficar refém do sintético. Minha filha hoje faz uso do óleo *in natura* do CBD, inclusive com uma qualidade de vida muito melhor. Eu usei o que o rapaz aqui tinha falado: não que ele vendia, não é?, mas que ele conhecia os meios de adquirir, porque isso foi dito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO CARVALHO – E eu vou falar uma coisa para vocês, pessoal: eu estou, sim, querendo cultivar, mas o remédio certo, de acordo com normas, tudo certinho. Eu só estou buscando o direito à vida, é uma luta pela vida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO CARVALHO – E isso aí ninguém vai impedir não. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Alan Kardel. (*Pausa.*)

Já foi.

Vanessa Barbosa.

Vanessa, você deixa para falar outro dia, ou fala muito rapidinho, mas muito rapidinho, Vanessa.

A SRª VANESSA MACHADO BARBOSA – Um minutinho só, bem pequenininho.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem.

A SRª VANESSA MACHADO BARBOSA – É sobre a ficha limpa. Falaram que um pobre rouba, um adolescente que já roubou e vira maior de 18 anos é ficha limpa. Sim, os políticos também têm ficha limpa. Não é só um pobre que tem ficha limpa; o rico também tem a segunda chance para ele recandidatar, como um adolescente, de sair da cadeia e tentar mudar a vida dele, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Weberson Maciel já foi?

O SR. WEBERSON MACIEL – Boa tarde a todos. Eu prometo ser bem breve em respeito ao tempo de V. Exª.

A primeira pergunta que eu queria fazer a respeito é porque foi imposto o direito à não proibição como modo de recreação. E eu queria deixar uma reflexão. Não é porque uma criança quer brincar de enfiar o dedo na tomada e é proibido, só porque ela quer brincar que eu devo deixá-la enfiar o dedo na tomada ou dar um garfo na mão dela para ela enfiar, ou uma faca para ela se matar.

O outro ponto é que eu lamento, como cidadão, não falo direto ao Senador, mas à representação da Casa vizinha, da Câmara Legislativa, a fala do Deputado, do responsável pela proposta de lei na qual ele fala que a gente precisa ser uma sociedade solidária. Se quem é a favor da legalização quer uma sociedade solidária, eu os convido à maior periferia da América Latina, a Ceilândia. Vá lá, ajude as pessoas a comer, ajude as pessoas ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEBERSON MACIEL – ... a arrumar trabalho, a ter dignidade e educação.

Para finalizar a minha fala, eu pediria aos colegas que são a favor da legalização da maconha um pouco de respeito. Não é pelo fato de as pessoas serem cristãs que elas são inúteis ou burras como eu fui chamado aqui. O meu pedido para falar foi pela seguinte fala que eu ouvi: eu chamo a um conteúdo de alto nível. Se você quer um conteúdo de alto nível, então eu lhe apresento um conteúdo de alto nível, eu lhe apresento um diploma de alto nível, já que você quer falar que a educação brasileira é falha. Se a educação brasileira é falha... Sim, eu, graças a Deus, iniciei a minha educação na escola pública graças a um projeto de lei do senhor na época, que eu lembro como referência de professor – isso eu lhe agradeço muito.

Terminei minha graduação de nível superior nos Estados Unidos da América, aos 17 anos de idade. Então, isto não é um fato: não é um fato a opção religiosa da pessoa torná-la burra ou incapaz. Peço, nas próximas audiências, mais respeito às pessoas que são contra a legalização da maconha. O fato da legalização da maconha, como você vê nas próprias periferias, concordo, poder até chegar ao ponto de desempregar o traficante, mas esse cara vai ter que arrumar outro jeito de fazer dinheiro, e o jeito de ele fazer dinheiro vai ser roubando, estuprando, traficando ou até falsificando uma identidade, uma autorização para o menor estar de acordo com a maconha.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O último é Olintho Bonifácio.

O SR. OLINTHO BONIFÁCIO LIMA – Primeiramente, quero agradecer o privilégio de participar deste momento, agradecer ao Senador Cristovam Buarque, um homem por quem tenho admiração, porque é um educador. Eu sou educador há 27 anos, trabalho com educação do mais novo ao mais experiente. Atualmente sou professor universitário graduado e pós-graduado e tenho uma preocupação com o uso de drogas lícitas e ilícitas.

Hoje faço parte de um projeto da UnB chamado Prodec, não sei se o Senador tem ciência desse projeto. É um projeto, Senador, que tem a preocupação de formar educadores, em nível nacional, em relação à prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas. O que mais tem preocupado todos nós é que com a regularização da maconha virão agregados muitos danos. Esses danos são irreversíveis, porque uma coisa vai puxar a outra, tudo já foi colocado aqui e seria redundante eu falar novamente. Hoje temos uma casa de recuperação chamada Esquadrão Resgate, que fica em Abadiânia, e os jovens que temos lá, quando digo jovens, digo jovens de 18 até 86 anos, não conseguiram se libertar das drogas. O testemunho é que tudo parte dela, seja lícita ou ilícita.

A pergunta que tenho a fazer, mas não quero respostas, quero só reflexão: as pessoas que hoje lutam pela regularização das drogas já vivenciaram o caos da saúde ou estão só no princípio? Porque o final de tudo isso é que leva à morte física. Em uma das minhas formações, Senador, juntamente aos militares dos Bombeiros,

em um dos cursos, um oficial me falou o seguinte: "De quanto por cento é a margem de erro para salvar uma vida?" Eu, na minha ingenuidade, porque estava em processo de formação, coloquei assim: "Se fosse o meu filho, zero por cento". O oficial falou para mim o seguinte: "Se fosse uma vida, zero por cento".

Hoje nós ouvimos declarações de filhos dependentes, de responsáveis que estão passando por processo de resgate do seu ente querido. Fico preocupado porque sou contra essa regularização por esses fatores. Não estou aqui para puxar doutrinas, dogmas, falar de religião ou de políticas; estou aqui como cidadão preocupado com vidas. E todas elas, independentemente da idade, precisam ter uma coisa chamada dignidade.

A dignidade, Senador, vem quando a pessoa recebe orientação. Nós somos educadores, e a nossa educação não pode ser influenciada por fatores externos, como países vizinhos. Nós brasileiros temos o nosso caráter, a nossa formação, a nossa peculiaridade e a nossa cultura.

Então, que o Brasil possa ter, verdadeiramente, uma política voltada para a nossa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

O SR. OLINTHO BONIFÁCIO LIMA – Amém, querido?

Eu agradeço o privilégio, não vou me delongar mais, mas que fique registrado que zero por cento é necessário. Um por cento já é motivo suficiente para que não leve adiante isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ou seja, um por cento. Se a regularização é de um por cento, a gente fica contra. Mas a pergunta é se a regularização não vai salvar vidas também. Essa é a pergunta que a gente tem que aprofundar.

Eu ainda não tenho clareza. Se eu tivesse, já estava resolvido.

O SR. OLINTHO BONIFÁCIO LIMA – Senador, eu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLINTHO BONIFÁCIO LIMA – ... respeito o senhor, com certeza, mas, quanto à questão da regularização, eu escutei que, para fins medicinais,...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Esta está indo bem, eu quero é a outra. A outra é que é confusa.

O SR. OLINTHO BONIFÁCIO LIMA – Agora, nós temos que ter muito cuidado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLINTHO BONIFÁCIO LIMA – ... com a regularização em nível de lazer. Com essa temos de tomar muito cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É, eu sei disso.

O SR. OLINTHO BONIFÁCIO LIMA – Porque, se nós não tivermos um olhar cuidadoso sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se eu não tivesse muito cuidado, não estava com vocês aqui até a esta hora. Ainda há três para ouvir e eu tenho que correr para lá.

O SR. OLINTHO BONIFÁCIO LIMA – Eu agradeço a sua paciência com todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado. Eu é que agradeço a de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo para o Promotor Sérgio.

Eu gostaria de saber se cada um fala só dois minutos.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Eu vou prejudicar a introdução que eu faria acerca de cada fala, já que eu falei depois. Mas, então, eu vou tentar respeitar este tempo dizendo a V. Exª que a sua preocupação, primeiro, em identificar se o proibicionismo é a melhor forma não se identifica com o *status quo*. Apesar da ideia de proibicionismo, porque não está legalizado, não apresenta aquilo que se pretende, realmente, se houvesse controle, como se precisa.

Eu trouxe aqui, por várias vezes, uma digressão da legislação desde de 1976. E nós vemos que alguns que sustentam o uso e a regulamentação estão equivocados. Como foi dito aqui pelo nosso novel advogado, o verbo "usar" não é núcleo do art. 28, nunca foi, nem no 16, nem no 76. E as pessoas iam para a cadeia por isso.

Mas o senhor, como bom hermeneuta, deve entender que, quando a lei fala sobre consumo pessoal, ela estende muito mais do que só ao uso. Aqui a legislação é precisa, e as pessoas têm a oportunidade de se defender desse dispositivo.

Na minha avaliação, então, a lei contempla suficientemente a tipificação do núcleo do uso para efeito de responder pelo crime, o que não há é pena.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – A penalização foi banida. A descarcerização já foi protagonizada.

Repito: a Lei 10.409 esvaziou os cárceres dos condenados do art. 16 da Lei 6.368 pelo uso, sem tratá-los. Nunca foram tratados. Um único concurso não houve para equipar a saúde pública para isso. E a arrogância

do Ministério da Saúde prossegue, mesmo dez anos depois, querendo ditar normas que a eles mesmos não se implicam.

Então, a descarcerização esvaziou, a Lei 10.409, a questão do uso, gerou uma epidemização, por causa daquela falsa ideia do brasileiro de que, se não vai para a cadeia, não é crime, e trouxe um exacerbado consumo.

Eu tenho, sim, as pesquisas. Como eu disse, fui surpreendido para estar nesta Mesa, mas eu agradeço mesmo assim. Se esta é a única parte que me cabe, eu agradeço a...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – ... oportunidade de estar falando.

A Lei 11. 343, nessa senda, já em 2006, banalizou o crime do uso, porque é crime, mas não há pena. É a primeira vez na história do Direito Penal brasileiro que eu tenho um tipo penal sem uma sanção penal. A despenalização foi, sim, um embuste. Isso, sim, é uma manipulação da norma feita aqui nesta Casa, infelizmente, no Congresso Nacional, porque eu me lembro de ter participado dos debates.

Havia, sim, pelo menos seis meses para o usuário ser tratado compulsoriamente, mas isso foi suprimido sabe lá de que forma. No entanto, é a lei que nós temos. Mas vamos entender: isso não é proibicionismo! O *status* que nós temos nos últimos 10 anos é de liberacionismo, é de regulamentação, se assim se puder dizer.

O caos que nós temos hoje do avanço do consumo, essa explosão de consumo e de uso de drogas cada vez mais nocivas, vem por conta dessa tolerância, desse faz de conta de proibir que não proíbe. Os cárceres hoje estão cheios de traficantes reincidentes e condenados pelo consórcio de outros crimes. Aquilo que antes era assim, então, como bem citou o Dr. Gerivaldo, que 75% do cárcere é ocupado por condenados pelo tráfico, antes era condenado por ser usuário. Agora quem está lá é o traficante, mas reincidente. E consorciado. Por quê? Porque quem é apenado num primeiro embate, numa primeira condenação, recebe os benefícios – mais uma vez a banalização da Lei 11.343 – do tráfico de drogas privilegiado, o que é também um absurdo, se estamos considerando que é um crime hediondo!

Por fim, Excelência, a regulamentação do uso terá um efeito devastador em nossa juventude, e vai esvaziar os cárceres de condenados por tráfico, porque a regulamentação equivale, para efeito penal, à legalização. Isso é o que está escrito no Projeto 7.270. O Sr. Jean Wyllys – o senhor pode ver aqui – propõe regularizar a produção, industrialização, comercialização de *Cannabis*. E aqui ele diz de todas as *Cannabis*. Nós sabemos que há mais de 11 tipos. Não é só a *Cannabis sativa*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Então, nós temos que conviver com coisas como esta: no art. 7º, o plantio e o cultivo será permitido em domicílio para seis plantas *Cannabis* maduras mais seis imaturas por indivíduo; além de ficarem isentos do registro, inspeção e fiscalização a que se referem os artigos anteriores. Criação de clubes de autocultivadores!

Fábio, eu sei que há uma preocupação da sua parte em cuidar do remédio da sua filha, mas para isso é que nós temos um sistema de saúde, e você paga imposto, e eu também.

O SR. FÁBIO CARVALHO – (*Fora do microfone.*) – Que não funciona!

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Não funciona, mas não é liberando a maconha para uso de todo mundo que se está valendo da sua dor – não só da sua, mas da dos demais – para, como bem foi dito e que fique claro, pegar carona nesse sistema. E não é porque um deles promoveu essas 20 mil assinaturas que você está à mercê deles. Não é preciso! O Decreto 5.912 já autoriza. Já autoriza! E temos leis suficientes.

Eu encerro pelo seguinte, Senador...

O SR. FÁBIO CARVALHO – (*Fora do microfone.*) – Autoriza, eu já disse, inclusive na minha fala eu já disse.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Mas você quer ser empresa! Você quer fabricar na sua casa!

O SR. FÁBIO CARVALHO – (*Fora do microfone.*) – Vou fazer uma associação...

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Então.

O SR. FÁBIO CARVALHO – Com certeza.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Mas não importa. Você tem razão: autoriza, sim, e permite, está lá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO CARVALHO – (*Fora do microfone.*) – Autoriza empresa a pesquisar...

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Está na lei! Não vamos discutir. É o óbvio! Está na lei.

Você, como pessoa, não vai pesquisar. Você não é pesquisador.

O SR. FÁBIO CARVALHO – Então!

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Você não pode!

Então, cria um laboratório. Você vai ter boa intenção.

O SR. FÁBIO CARVALHO – Primeiro eu vou fazer uma associação, 12 meses, Sérgio. Pode ler.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Pois é, Fábio, mas você não...

O SR. FÁBIO CARVALHO – Precisa tomar cuidado como a gente...

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – É que eu queria... Entendo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Mas eu estou aqui dizendo: para resolver o problema da sua dor, com que me solidarizo, você vai abrir um precedente para eliminar, matar e destruir milhares de jovens neste Brasil, como está sendo feito. (*Palmas.*)

É muito caro.

Então, Excelência, na tentativa de compartilhar essa questão com o senhor, porque eu também não quero errar, a regularização se equipara, para efeito de legislação, à legalização, porque, para efeito penal, todos os traficantes presos por maconha vão para a rua. E eles querem isso porque eles não são pegos pela cocaína, eles não são pegos pela pasta base, mas por causa da maconha, que é bandeirosa. Mas todo traficante de maconha também é traficante de outras drogas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Agora, a cadeia não é fiscalizada; o crime organizado governa; na saúde, corrupção, omissão, incompetência já declarada há mais de 10 anos.

Eu pergunto outra coisa para o senhor, Excelência: se o senhor apoiar a regulamentação da maconha, qual é a sugestão de fiscalização que o senhor tem, se isso nunca funcionou no País? E nós sabemos que uma regulamentação sem fiscalização traz uma absurda irresponsabilidade, porque é como se fosse um lavar as mãos acerca da regulamentação e fechar os olhos acerca da fiscalização, que não tem em ambiente nenhum.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – E essa lei irresponsável que esse Deputado assim produz mostra uma piada para o nosso País. E eu quero saber depois quem é que vai aparecer para pagar a conta da desgraça já anunciada.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dr. Gerivaldo.

O SR. GERIVALDO ALVES NEIVA – Senador Cristovam e senhores presentes, eu prometo: menos de três minutos.

Eu quero agradecer o convite do seu gabinete, da assessoria da Comissão, e parabenizar V. Exª por esse protagonismo, por essa coragem e, sobretudo, Senador, pela sua paciência democrática em ouvir todos que quiseram falar e todos tiveram oportunidade; ninguém daqui pode sair dizendo que não teve essa oportunidade de se manifestar.

Aprendi muito com esta audiência, Senador. Além do espírito democrático de V. Exª, acho que compreendemos juntos – eu, V. Exª e as pessoas aqui que ouviram com serenidade – a complexidade do problema com que nós estamos lidando.

Essa história de maconha fazer bem ou maconha fazer mal, eu acho que é uma compreensão, acho que é uma obrigação de nós todos superarmos essa fase preliminar de maconha faz bem ou maconha faz mal. Eu acho que nós temos uma responsabilidade com aquilo que lhe falei: a história não nos absolverá se não enfrentarmos esse problema. A sociedade civil organizada, o Congresso Nacional, nós temos essa responsabilidade, como bem disse V. Exª. É possível continuar como está ou nós temos que pensar e discutir uma nova política de drogas para este País? Essa me parece a questão chave, Senador, que aprendi com V. Exª. Nós temos esse papel histórico, o dedo da história está apontado para V. Exª. A magistratura brasileira confia em V. Exª; a Associação Juízes para a Democracia, que represento, confia em V. Exª; a Associação dos Magistrados Brasileiros confia em V. Exª, que vai cumprir o que V. Exª exaustivamente explicou nesta Comissão. Não vai V. Exª liberar e nem V. Exª ser o autor de um projeto, mas vai indicar ao Congresso Nacional, vai indicar ao Poder Legislativo brasileiro. Essa é uma discussão que precisa ser enfrentada.

Se isso vai resultar em um projeto de lei, se isso vai resultar em regulamentação, é preciso que a sociedade brasileira perca o medo, quebre o tabu e enfrente esse debate. É isso que estou dizendo, é isso que estou pregando: nós precisamos enfrentar esse debate. Não dá para ter comportamento de avestruz, que diz que é verdade ou não, enfia a cabeça e não quer discutir, ou aquele *slogan* daquela campanha: "Drogas nunca mais", "Drogas nem pensar", "Drogas não quero nem saber". Nós temos que saber, sim, o que significa, o que está acontecendo na sociedade brasileira.

Esse é o nosso papel, é isso que eu acho que aprendi aqui e, dentro dessa complexidade, Senador, eu queria ter mais um tempo para me dirigir à Dona Diva, ao Diego, ao Felipe, ao João Paulo, ao outro Felipe, mas, dentro dessa complexidade, Senador, acho que algo nós temos que começar a pensar. Quando Dona Diva diz dos filhos que teve, diz assim de um deles: "Mas ele não tinha motivo". Mas por que um dos filhos de Dona Diva, se todos tiveram a mesma formação e a mesma criação, passou a ser usuário? E por que os demais não

se tornaram usuários? Por que, nas famílias todas que nós conhecemos, lá, no bairro onde nós moramos, uns se tornam e outros não se tornam? Por que uns passam a usar e outros não usam? E por que, dentre esses que usam, alguns se tornam problemáticos para as famílias e para a sociedade e outros não?

Então, Senador, é essa complexidade que acho que nós precisamos discutir. E sair dessa mesmice de se maconha é porta de entrada, se álcool é porta de entrada. O que é porta de entrada? A mim, Senador, parece-me, assim numa linguagem também metafórica, que, na verdade, a porta de entrada das drogas é a alma das pessoas. Entra é pela alma, gente. Entram as drogas, vai entrar álcool, vai entrar maconha, vai entrar qualquer outra droga é pela alma de cada um. E quem vai determinar isso são nossas angústias pessoais, nossos traumas pessoais, nossas tragédias, nossos sentimentos, que vão permitir que a um, Senador, a maconha fique na sala de estar da alma e a outros vai permitir que a maconha vá para o porão para libertar todos os demônios do nosso inconsciente.

Então, eu acho, Senador, que essa complexidade que V. Exª percebeu muito bem e eu aprendi aqui é discutir nesse sentido também, com psicólogos, gente que entende de alma humana, gente que entende dessa coisa mais interna nossa de saber por que um irmão nosso usa há vários anos, trabalha, tem uma vida produtiva e por que outro usa e se torna um dependente problemático para a sociedade. Por quê? Por quê?

Para concluir, eu queria dizer que o filme foi da comissão global.

(*Soa a campainha.*)

E participa dessa comissão global, dentre outros, o Presidente César Gaviria, da Colômbia; Ernesto Zedillo, do México; Fernando Henrique Cardoso, do Brasil; George Papandreou, Primeiro-Ministro da Grécia; George Schultz , ex-Secretário de Estado dos Estados Unidos da América; Kofi Annan, ex-Secretário-Geral da Nações Unidas; Mario Vargas Llosa, escritor; Paul Volkmann, ex-Presidente do Banco Central dos Estados Unidos da América. Enfim, no mínimo, essas pessoas merecem o nosso respeito. No mínimo, merecem o nosso respeito.

Eu quero fazer só duas falas rápidas, Senador: manifestar minha solidariedade ao Dr. Daniel Nicory. O Dr. Daniel é um Defensor Público respeitadíssimo no Estado da Bahia. O que o Dr. Daniel disse aqui nós todos subscrevemos; nós temos o maior respeito e admiração pelo Dr. Daniel.

Então, Dr. Daniel, aceite minha solidariedade.

Por fim, para terminar bem humorado, a Drª Rossana falou das pulseiras do Bob Marley, e não sei se a senhora viu que eu tenho uma que foi o movimento negro da minha cidade, o Revolution Reggae, que me deu para usar aqui deste lado; aqui do outro lado, eu tenho uma que foi um índio boliviano que me deu – está aqui, deste lado; e esta aqui é dos povos amazônicos. Elas não me retiram a dignidade, nem me retiram a competência, nem me retiram a solidariedade. Ao contrário, elas me engrandecem muito e me dignificam muito.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Daniel.

O SR. DANIEL NICORY – Senador Cristovam, boa tarde.

Eu quero dizer que, assistindo à reunião de hoje, fiquei ainda mais fã da sua coragem, da sua posição democrática, da sua capacidade de escutar a divergência, de não fugir do debate.

Dr. Gerivaldo, obrigado pela gentileza, pela solidariedade, mas eu queria só deixar claro para todos os presente aqui que eu não tenho problema algum quanto à minha posição pessoal. Minha opinião pessoal é pública, é favorável a um controle da maconha, mas a questão é: eu não acordei às 4h da manhã hoje para vir aqui falar a minha opinião – opinião todo mundo tem aqui, e muito bem assentada –; eu vim aqui discutir com os senhores, com V. Exª, com todos os presentes pesquisas, dados que nos podem permitir a observação do problema da forma mais racional possível.

Eu acho que não se discute bem e mal. Quem ouviu minha fala desde o início percebeu que uma das primeiras admissões é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL NICORY – ... qualquer droga causa dano, como a maconha, como o álcool, como qualquer outra; mas qual é a forma mais racional de regular essas drogas?

Eu percebo que, às vezes, o debate político precisa não só de dados, de objetividade, mas de um pouco de coração. E, para trazer esse coração, eu tenho de lhe dizer que sou Defensor Público e, apesar da cara de menino, eu tenho 12 anos de cadeia – eu brinco com os colegas –, desde minha atuação como estagiário. Eu fui Defensor. Hoje eu sou Diretor da Escola Superior da Defensoria da Bahia, mas eu fui Defensor, durante quatro anos e meio, em Simões Filho, uma comarca da região metropolitana de Salvador que carrega um título nada honroso: carrega o título de Município mais violento do País; tem uma taxa de homicídios exorbitante, absurda; e, durante três anos e meio, eu fui o único Defensor criminal dessa comarca.

Eu sou pago pelo dinheiro dos impostos de todos os cidadãos da Bahia para defender pobres. Como minha área é a área criminal, na defesa de pobres acusados, ou processados ou presos, meu campo de estudo nem era esse da regulação das drogas; era da execução penal, era sistema carcerário. E foi no sistema penal e foi atendendo, todos os dias, na minha comarca, mães – dezenas, centenas, milhares de mães – com seus filhos presos, acusados ou condenados por tráfico que eu me dei conta da dimensão humana desse problema e que fui conhecer seus perfis. Eu atendia não só mães presas, de filhos condenados ou acusados de tráfico de maconha, mas também de *crack* ou de cocaína, e, nessas mães, eu via a mesma dor da senhora, por motivos diferentes, e eu acho que aqui ninguém vai ser insano de ser contra a vida. Eu acho que a vida humana vale mais que tudo.

Eu, como católico, acho que o mandamento fundamental é o amor ao próximo. E eu acho que nós temos visões profundamente diferentes sobre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL NICORY – .. como resolver a chaga da dor humana e da perda de vidas. Eu não ignoro – e quando eu digo 9% ou 16% – que alguns problemas podem advir. O que eu não consigo perceber é como a dor de hoje é solenemente ignorada, a dor de milhares, e milhares, e milhares de mães de filhos encarcerados com essa acusação, que poderiam estar tendo vidas mais produtivas, mais felizes e fora desse círculo vicioso.

Sobre a questão da maconha medicinal ou da maconha recreativa, também tenho que ser muito honesto, acho que são discussões diferentes, porque acho que a questão da maconha medicinal não tinha mais que estar sendo debatida. Em que mundo vivemos? Mesmo a Convenção da ONU, de 50 anos atrás, a mais restritiva de todas, sempre deixou espaço para o uso medicinal de qualquer droga ou de qualquer derivado da droga que tivesse propriedade medicinal.

O que acho, e fico muito feliz de estar aqui e de ouvir a contribuição de todos, é que a nossa política de hoje causa danos tão absurdos, tão insanos, que não faz nenhum sentido defendê-la. Para cada jovem que tenha a vida comprometida com o consumo abusivo de alguma droga – não só da maconha, mas do álcool, do tabaco – temos tantos outros que matam e morrem, jovens policiais, jovens traficantes, que poderiam estar fazendo outra coisa da vida, justamente porque essa droga é um produto proibido.

Enquanto não curarmos os males da alma, vai haver busca de drogas. E esse é um argumento, por si só, para liberar o consumo, perdão, o comércio de qualquer coisa, de qualquer mercadoria? Não é. Existem mercadorias cujo comércio em si é um absurdo e, infelizmente, nós já tivemos este comércio: a venda de pessoas já foi permitida! Não é por que existe tráfico de pessoas que ele tem que ser liberado. Quanto à venda de órgãos, não é por que ela existe que ela tem que ser liberada. A repressão tem que ser feita, esteja dando certo ou não – ela tem que ser feita!

Mas, quando paro de falar disso, falo de outras coisas que não envolvem esse imperativo ético intransponível. Temos que começar a olhar custos e benefícios dessa política. Enquanto estivermos perdendo mais vidas para a guerra de tráfico do que para os problemas decorrentes do abuso da substância em si, temos, sim, que enfrentar a discussão; precisamos refletir sobre o problema. E mais: acredito, e é o mantra do Senador a vida inteira, que é a educação que afasta da droga ou que leva ao consumo moderado da droga. Mas o ambiente de proibicionismo não permite uma educação adequada sobre riscos das drogas.

Só para concluir, acho que o consumo de drogas, e aí qualquer droga, tem que ser mantido longe de quem não tem condição de decidir sobre si, crianças e pessoas com déficit de autonomia. A questão é que o Estado brasileiro tem que ter uma política para crianças, o que já existe; e tem que ter outra política para adultos. O que não pode é tratar adultos como crianças. E não pode construir um combate em que o remédio proposto, que é a proibição, causa mais males do que a doença a combater, que é a dependência.

Então, só para concluir, não acho que seja um debate entre bem e mal. Quem, de qualquer dos lados, com todo o respeito, estiver pensando em termos de bem e mal estará profundamente equivocado. Acho que o debate é quanto a qual é o mal menor para o País.

Foi, não só nessas pesquisas que desenvolvi, que, felizmente, são reconhecidas no Brasil e fora, mas na minha lida diária em Simões Filho, atendendo a milhares de mães com esse sofrimento do filho encarcerado, que me convenci, posso estar errado, mas me convenci de que o mal menor para o País é tentar algo diferente do que existe hoje.

Obrigado pela atenção e boa tarde! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero encerrar, lembrando que, de fato, acho que vocês deveriam todos entender: trata-se de buscar um mal menor. Ninguém está querendo aqui dizer que as coisas estão boas, não acredito que alguém diga que as coisas estão bem da maneira como estão. E também não acredito que achem que se quer sair incentivando e insuflando a droga por aí.

A droga a gente discute se entra pelo álcool, se entra pela maconha, mas o Dr. Gerivaldo disse bem, entra pelo vazio da alma ou por uma deficiência biológica que faz você tomar droga de remédio, você toma droga

de remédio, você está descontente com a vida, procura um tranquilizante desses, ou não consegue se divertir mais se não for tomando uma dose de uísque ou fumando um cigarro. O ideal seria que os organismos humanos estivessem de tal maneira plenos e harmônicos que não houvesse necessidade de química – química é para preencher um vazio! Só que a nossa sociedade, o que muitos percebem, é uma produtora de vazios e uma produtora de química.

Casou o vazio da sociedade moderna com a química existente – aí que está o problema. Como resolver isso? Tentou-se o proibicionismo, que impede ainda, o que acho que vai ser superado rápido, não haver remédio para uma doença. Você pode ter remédio por outra substância; vindo da maconha, não pode, o que é uma inconsequência que acho que está sendo superada.

Há o problema do menino que não consegue se divertir plenamente, e gosta disso, e a gente proíbe. Será que tem que proibir mesmo, se for só ele, isoladamente, uma vez na vida? Mas ele pode, como alguns acham, e tenho minhas dúvidas também de que vicia, de que cria dependência...

O SR. (Não Identificado) – Não é achismo, não; é ciência!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, espere aí, alguns aqui disseram que não, e aqui se disse que é 7%. Então, alguns, não...

O SR. (Não Identificado) – São 9%, 9%.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ele disse aqui que álcool é mais.

O SR. (Não Identificado) – São 9%.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – São 9%, 9%, 9%.

O SR. DANIEL NICORY – Cocaína deve ser 12% ou 15%; a que mais gera é a nicotina, 30%.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, cria, cria, mas para 9%. É diferente do *crack*, que é 100%, foi o que me disseram. Então, há sutilezas, há diferenças. Aqui há muita gente que veio e que disse que já usou; aliás, acho que a maioria usa e pronto.

Pois bem, temos uma complexidade da sociedade, da civilização química e do vazio casadas. E não é só a química, não: há um vazio que você preenche comprando mais roupa do que precisa; comprando mais sapato do que precisa; endividando-se, para fazer coisas que não deveria, como comprar casa maior do que deveria, e mais uma segunda. Tudo isso é forma de droga que a sociedade hoje cria, a sociedade do vazio e a sociedade da química, que está gerando algumas deformações, duas deformações. Uma, milhões de jovens perdidos por causa de droga – a gente não pode esquecer isso: às vezes, é vida; às vezes, anos, dez anos, como no caso do seu filho; às vezes, para toda a vida; essa tragédia é uma que a gente tem que enfrentar. E a outra é a tragédia das prisões cheias, traficantes ou usuários que foram pegos, porque há, sim, Dr. Sérgio, tem havido, sim, gente que é presa, embora a lei não permita, ou porque quer, a lei permite, mas ele não consegue.

Então, a gente tem que enfrentar tudo isso. Esse é o objetivo aqui, a partir de uma provocação da sociedade brasileira, que pede para analisarmos a questão recreativa e a questão medicinal. Separei. Quanto à questão medicinal, vou dar uma resposta muito rápida; e, quanto à questão recreativa, vamos debater o quanto for preciso, até porque esses debates permitem resolver outro ponto que a gente não pode ignorar, que é a moral brasileira. A população está predisposta a aceitar isso com tranquilidade ou vai ser uma imposição do Congresso? Temos que analisar isso, qual é a melhor maneira, fazer mil audiências como essa, porque ou fica claro que a sociedade não aceita de jeito nenhum ou a sociedade vai terminar entendendo, a partir desses debates, que tem que encontrar um caminho diferente.

Eu vou dar a minha contribuição, com paciência, debatendo, ouvindo e fazendo um relatório final. Creio que a única coisa que não quero que fique é a ideia de que fui omisso e a ideia de que eu acho que está tudo bem. Não, isso eu não vou deixar! Eu estou indignado com a realidade brasileira provocada pela droga! Estou descontente com a nossa incapacidade de enfrentar esse problema. Não acredito que o que está aí está dando certo – está piorando, e vou procurar um caminho. E esse caminho não vai sair daqui. Daqui, o máximo que vai sair é um encaminhamento para que se busque um caminho. Daqui não vai sair um projeto, não; mas, daqui, vai-se dizer: arquive ou não arquive!

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – Senador, vale deixar aqui a reflexão. Quando se faz um paradoxo, ou uma comparação, posso dizer, de que o sentimento do consumismo é o mesmo, o sentimento de acender um cigarro é o mesmo, por conta de uma euforia ou por conta de uma frustração. V. Exª já imaginou nós, que moramos em Fortaleza, chegarmos agora ao aeroporto, pegarmos um avião e o piloto, por algum motivo emotivo ou de frustração ou de alegria, vai e faz uso da maconha. Qual é o risco que nós...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Faz da maconha, faz do álcool...

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – Mas não é igual, ele não é igual ao da maconha.

O SR. (Não Identificado) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o piloto bêbado, a senhora subiria no avião?

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – Ele não tem condição de sair de uma frustração imediata como com a maconha.

O SR. (Não Identificado) – Senador, se ele estiver bêbado, todo mundo vai notar. Com a maconha, não. Tem sinais exteriores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não entro também no avião.

A SRª DIVA ARARIPE BEZERRA – Se ele estiver bêbado, o piloto pode...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu disse aqui, dei a palavra, está tudo bem, mas terminamos. Só quero dizer que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não vale a pena. A gente vai ter outras audiências ainda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESDRAS MACHADO SILVA JUNIOR – Eu quero esclarecer que, na minha fala, quando eu disse que usar não era crime, era porque o verbo núcleo da ação – o Direito Penal é taxativo –, o verbo núcleo da ação nunca foi inserido. Nunca, ele mesmo disse. Por isso...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não vou entrar no debate jurídico. Até porque isso aqui foi prova de que até menos de que uso é crime, porque um senhor que estava ali quis prender o outro que estava ali porque disse que lá na Paraíba tinha uma quantidade de maconha colocada à disposição de CBD. Ele queria prender. Ou seja, é complicado dizer que não vai preso. Queriam prender. E, depois dele, a polícia aqui do Senado quis prender, e ele agora vai me processar, ele vai me processar agora. Pois bem. Ele disse que tinha, então fez apologia. Ele disse: "Eu tenho na Paraíba..."

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Quem quiser fala comigo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso; não fez apologia. (*Risos.*) Não fez apologia.

O SR. (Não Identificado) – Senador, eu estava vizinho a ele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe-me, mas eu vou cortar. Eu vou cortar.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 09 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 57 minutos.)

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Cristovam Buarque e Fleury. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento nº 27 de 2014-CDH, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 26/03/2014, para "Instruir a Sugestão nº 8/2014, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha – impactos no judiciário e no sistema penal". O Senhor Presidente comunica que a audiência pública é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. O Senhor Luiz Carlos Bassuma, candidato a Deputado Federal pelo estado da Bahia pelo número 5133, questiona o Senhor Presidente acerca do uso da palavra por populares na galeria. O Senhor Presidente informa que o uso da palavra por cidadão presente à audiência é mera liberalidade do presidente e que, devido ao fato do Sr. Bassuma ser candidato ele poderá responder perante a justiça eleitoral por propaganda indevida, caso se manifeste. O Senhor Presidente passa a palavra para os convidados nesta ordem: Guilherme Zanina Schelb, Procurador da República; Carlos Maroja, Juiz de Direito; João Batista Damas-

ceno, Juiz da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – AMAERJ; Roberto Luiz Corcioli Filho, Conselheiro da Associação de Juízes para a Democracia – AJD; João Marcos Buch, Juiz de Direito; Débora Maria da Silva, Coordenadora do Movimento Mães de Maio; Fábio Gomes de Matos e Souza, Psiquiatra. O Senhor Presidente concede a palavra a pessoas presentes no plenário, nesta ordem: Maria Alice de A. da Costa; Zilpa de Sousa; Guilherme Bezerra Walraven; Emílio Figueiredo; Marcos Lima; Danielle Rodrigues; Weslane Ramone Dias; Matias Maximiliano; Tancredo Pontes; Vinicius Emanoel Carballar da Costa; Roberto Lasserre; Ricardo Nemer; Gabriel Azevedo; Jonas Rafael Rossato; Elisângela da Cruz e Flávio Roberto Inácio. O Senhor Presidente passa a palavra para o seu assessor de gabinete, Ivônio Barros Nunes, para explicações. Fazem uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque e Fleury. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um dos presentes.

Declaro aberta a 59ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 27, de 2014, para instruir a Sugestão nº 8, de 2014, vinda da população, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha – impactos no Judiciário e no sistema penal.

Esta audiência será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* http://bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Nós temos hoje um número grande de convidados, o que me preocupa, porque esta Comissão terá, às 15h, uma outra reunião muito importante. A última terminou quase às 15h, mas é preciso dar tempo para que eu próprio e o Senador Fleury, que vai estar aqui na reunião, estejamos prontos. Então, nós teremos que ter um prazo para terminar esta audiência de hoje: entre 12h30min e, no máximo, 13h.

Eu quero chamar: Guilherme Zanina Schelb, Procurador da República; Carlos Maroja, Juiz de Direito; João Batista Damasceno, Juiz da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj); Roberto Luiz Corcioli Filho, Conselheiro da Associação de Juízes para a Democracia (AJD); João Marcos Buch, Juiz de Direito; Débora Maria da Silva, Coordenadora do Movimento Mães de Maio; e Fábio Gomes de Matos e Souza, que é psiquiatra. (*Pausa.)*

Antes de voltar a lembrar a razão de estarmos aqui, de quem foi a iniciativa de estarmos aqui, por que eu estou aqui, e não outro Senador, eu quero dizer que esta audiência dá sequência aos debates sobre a sugestão apresentada por 20 mil pessoas que apoiaram a iniciativa do cientista da Fiocruz, Sr. André Kiepper, para que seja debatida a regulamentação do uso medicinal, recreativo e industrial da maconha.

Volto a dizer que, no início da tarde, teremos uma audiência pelo Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Por isso, e para manter o espírito democrático da participação livre nesta Comissão, como Relator, eu poderia simplesmente escrever o relatório em casa ou poderia consultar cientistas, líderes religiosos, filósofos, mães de crianças com problemas e fazer o meu relatório. Eu optei pelo esforço muito mais difícil. Esta deve ser a quinta audiência. Cada audiência desta toma um tempo enorme, uma energia enorme, uma atenção enorme e uma divulgação nem sempre como deveria ser, correspondendo à verdade, inclusive sobre a minha posição a respeito do assunto, que tem sido muito manipulada.

Mesmo assim, eu não vou parar de fazer as audiências, porque elas têm o papel não só de me ilustrar, de me ajudar a tomar uma posição, porque ainda não a tenho, por mais que digam que eu já a tomei. E também porque é importante debater esse assunto. A opinião pública precisa saber que existe um problema no Brasil chamado consumo e dependência de drogas, e o tráfico ao redor disso. Esses debates, a meu ver, têm servido para divulgar essa preocupação.

Mas, como eu dizia, por isto, para manter o espírito democrático, levando em conta duas audiências, hoje ouviremos todos os convidados que aceitaram o convite e que aqui estão a partir do tema "impactos no Judiciário e no sistema penal" e também sobre qualquer outro assunto relacionado ao tema.

Cada pessoa da Mesa terá dez minutos, com tolerância de mais cinco. Desta vez, vou ter que ser mais rígido com esse assunto do que fui nas outras vezes. Após a manifestação dos integrantes, será concedida a palavra, por cinco minutos, a cada um. Também terei que ser mais rígido. Vou tentar distribuir a palavra entre as posições favoráveis e contrárias. Das outras vezes, nem sempre conseguimos isso. Tivemos três representantes

de uma posição, depois da outra. Assim, solicito que haja entendimento entre as posições e que escolham seus representantes, sugerindo que não se repitam os que já falaram em audiências anteriores – alguns já falaram por quatro vezes em audiências anteriores – e nem se manifestem pessoas que são candidatos em eleições de outubro, porque recebemos reclamações de que estávamos usando as audiências para a promoção ilegal de candidatos, A lei eleitoral é muito rígida no uso dos meios de comunicação, e essa medida é para não configurar o uso irregular dos meios de comunicação.

Após a manifestação do plenário, os participantes da Mesa voltarão a se manifestar, em suas considerações finais, por mais cinco minutos.

Quero usar cinco minutos para repetir o que tenho dito. Essas audiências não foram originadas por nenhum Senador. Essas audiências foram originadas por um abaixo-assinado de mais de 20 mil assinaturas, que, como o regulamento determina, devem ser consideradas. Devem ser ouvidas essas pessoas que pedem para que um assunto seja debatido. Não é o primeiro; o Ficha Limpa nasceu assim, outros projetos nasceram assim. Chegou aqui, e a porta de entrada é esta Comissão de Direitos Humanos.

A Presidente, Senadora Ana Rita, me indicou para ser o Relator, sem me consultar. Eu soube pela mídia, pela mídia eletrônica, pelo Twitter ou pelo Facebook, quando alguém me parabenizou pelo assunto, e eu não sabia do que se tratava.

Entrei nisso sem procurar, sinceramente, sem querer entrar nisso porque tenho muitas outras atividades, muitas! Só que seria uma covardia, diante de um problema como esse a que o mundo assiste, que o Brasil enfrenta, eu dizer: "Não quero, Senadora". Além disso, sou obsessionado pela educação, e a droga é um problema sério na educação, um problema sério da educação e um problema sério para a educação. É da educação, porque hoje nossos jovens estão tendo acesso às drogas dentro das escolas, rodeados pela violência do tráfico. Ignorar isso é um crime contra a humanidade, e eu não vou cometê-lo por omissão.

Além disso, como foi dito aqui por um dos convidados, temos a saída de impedir que a droga chegue aos jovens pela polícia ou impedir que os jovens cheguem à droga pela educação. Ou seja: qualquer que seja a solução para o problema da droga, ela vai passar pela educação e qualquer que seja a maneira de melhorar a educação vai passar pelo impedimento da droga nas escolas e na nossa juventude.

Eu não tinha o direito de recusar, mesmo sabendo que ia enfrentar tanta violência como tem sido a manipulação de informações. Aliás, devo dizer que, para minha surpresa, a violência da manipulação de informações têm sido mais pelos que são contra essas audiências do que pelos que são a favor das audiências e até mesmo da regulamentação.

Mas não vou suspender no meio, vou continuar. Suspendi diversas viagens – não sou candidato, mas tenho um papel no processo político brasileiro – para estar aqui e vou continuar.

E, quando eu estiver satisfeito, sentarei e farei o meu relatório.

E fiquem certos de que vou fazer com a mesma ousadia como eu aceitei fazer isso aqui e com a mesma responsabilidade também. Não vou titubear por causa de pressões, de manipulações e de gestos antidemocráticos como, inclusive, o de querer prender um jovem aqui.

Aqui – e quero insistir nisso com vocês –, vocês têm liberdade de opinião! Não terão liberdade de outras coisas; não terão liberdade de praticar atos, mas de expressar opiniões têm. Se alguém quiser prender aqui, como tentaram duas audiências atrás, terão que prender a mim também.

Opinião livre aqui dentro! Crime é de prática; aí, se vejam com a polícia. Mas de opinião, não!

Estou aqui para zelar por essa liberdade; do contrário, a gente não chega ao resultado certo que a opinião pública brasileira precisa. Milhões de mães, pais, irmãos e jovens precisam da nossa lucidez, palavra que muitos não estão querendo usar.

Esse assunto exige lucidez, e eu vou tentar ter a minha. Para isso, portanto, eu preciso do apoio de vocês e da lucidez de cada um de vocês.

Bom; com menos do que cinco minutos, eu vou passar a palavra...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Questão de ordem, Senador, por favor, pela inscrição.

Eu vim da Bahia, cheguei aqui às 8h15min...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se eu não me engano, o senhor é candidato.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Eu quero que o senhor me explique...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se o senhor é candidato...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – O senhor pode me deixar pedir...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não; agora, não.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Não vai deixar? O senhor vai cassar o meu direito de falar aqui hoje?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não. Agora não.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Eu quero saber se o senhor vai cassar o meu direito de usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não vou cassar o seu direito, mas agora eu sou o Presidente e vou falar para explicar...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – O senhor acabou de dizer que não vai permitir a inscrição!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não disse isso!

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – A inscrição está liberada ou não está?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O senhor está manipulando! Não disse que ia...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Não estou.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está manipulando!

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Eu escutei o senhor dizendo que não deixará falar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não falei de inscrição.

Vamos passar a fita aqui para ver se há a expressão "proibir a inscrição".

O senhor está manipulando!

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Cassar!

O senhor está querendo cassar a minha inscrição?

Porque estou lhe perguntando, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E já respondi.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Eu vim da Bahia; sou um cidadão. Estou no Senado da República, numa audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não estou...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Eu tenho o direito de usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O senhor veio aqui para perturbar, querendo ganhar votos com isso.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Não; estou querendo posicionar o senhor, porque o senhor é parcial. O senhor defende a legalização da maconha. O senhor é parcial!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E o senhor é mentiroso!

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – É parcial! O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O senhor é um mentiroso e está aqui querendo votos!

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – ... está querendo agora cassar a palavra de um cidadão que vem aqui para falar.

Quantos estão aqui?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não!

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Quantos estão aqui e que chegaram cedo?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não vou cassar a palavra...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Então, está liberada a inscrição?

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. Eu vou...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Eu estou inscrito ou não estou, Senador?

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ainda não. Eu vou falar primeiro.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – O senhor falou agora há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou falar primeiro!

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não; um minuto. Também não, Senador.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Eu exijo...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Vai cassar também?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não vou cassar. E não manipule!

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Isso é uma democracia, Senador! Nós não estamos numa ditadura! Aqui é uma democracia, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Você acha que isso é uma democracia?!

Digam vocês aí!

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Isso é uma democracia?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Democracia!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O que ele está dizendo é democracia?

Eu sou o Presidente e vou explicar...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – O senhor não é o ditador; é o Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ele não deixa.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – É um Senador eleito pelo povo. Eu tenho direitos como o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O ditador está sendo o senhor!

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Então, fale! Eu vou falar ou não vou falar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está impedindo até o Presidente de falar.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Então, fale. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O senhor vai pedir a sua inscrição, mas, sendo candidato...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Sou candidato, sim! Todo candidato pode estar aqui se quiser...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Por que não?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sendo candidato...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Eu pediria ao companheiro que está falando aqui que respeite o Presidente desta reunião, a qual ele tem conduzido, como disse, desde o início. E não é levantando a voz e falando mais alto que se vai ganhar aqui.

Então, peço ao senhor que respeite esta Casa. (*Palmas.*)

O Presidente Cristovam Buarque é um símbolo da educação neste País, e não é com voz alta, nem tentando com demagogia aqui dentro que o senhor vai ganhar. Nós vamos ganhar no debate, se for o caso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Não; espera um pouco! Primeiro, como eu estou com a palavra, o senhor, por favor, respeite!

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA (*Fora do microfone.*) – Estou perguntando ao senhor.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Não vou te responder porque estou com a palavra, Na hora em que o senhor...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – O que é isso?! O senhor vai me impedir de debater aqui também?

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – O senhor vai me respeitar. O senhor vai ficar quieto e me respeitar; vai ficar quieto e, depois que eu falar, eu o ouço.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA (*Fora do microfone.*) – Então, vai.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Certo?

Eu quero pedir ao senhor que respeite o Presidente desta Comissão.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Então, responda a minha pergunta agora: o senhor vai cassar o meu direito de falar aqui também?

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Não vou cassar o direito de o senhor falar, mas o senhor espere ele terminar, ele falar, está certo? Aí, o senhor tem os cinco minutos que ele lhe dará.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Espera aí. Eu não vou voltar a falar com o senhor, que o senhor é muito baixo. Desculpe-me!

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – O senhor vai ter que me ouvir. O senhor também é um Senador. Foi eleito pelo povo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero dizer a vocês que existe regulamento aqui. Pelo regulamento, só teriam direito a falar os Senadores presentes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mesmo em audiência pública. Só os Senadores presentes e os convidados. Eles estão aqui para falar, para que os Senadores que vão votar um parecer sejam instruídos. Minha liberalidade lhe permitiu falar cinco vezes.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Quatro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quatro. Todas. A quinta é esta, pela minha liberalidade, Deputado. Não foi a democracia, não. A democracia é respeitar o regulamento. Depois dos Senadores, quem tem o direito são os autores do pedido, que nem têm falado. Então, é minha liberalidade. Pelo regulamento, o senhor só tem direito de usar a palavra se eu quiser. E isso é democracia, mesmo que o senhor não entenda.

Agora, além disso, eu sei que o senhor está aqui querendo ganhar voto usando a TV Senado, e isso não é decente. Por isso, o senhor só vai ter a palavra se, depois que muitos falarem, os que não falaram ainda, ainda houver tempo. Mesmo assim, o senhor vai ter que prestar conta à lei eleitoral, mas isso é um problema seu. Então, o senhor pode se inscrever, mas só vai falar depois que todos que não falaram ainda em nenhuma audiência anterior falarem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E se o senhor continuar com essa maneira abusiva, agressiva, mal-educada, eu encerro a reunião. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA (*Fora do microfone*.) – É um direito seu.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou passar a palavra ao Procurador Guilherme Zanina Schelb.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Bom dia a todos.

O que me traz a esta Casa são os mais de 20 anos de atuação em defesa da infância contra os abusos, a exploração sexual e a pedofilia. Como promotor de Justiça da infância em Brasília, atuei intensamente em casos de violência praticada ou sofrida por crianças e adolescentes. Mesmo após assumir as funções de Procurador da República, em 1995, permaneci em atividades de treinamento e formação dos profissionais de educação, segurança e assistência social.

O objeto central da minha exposição será a análise das repercussões na infância e adolescência da regulamentação da maconha. Antes de adentrar ao tema específico, porém, eu gostaria de contextualizar o cenário geral em que se encontra essa batalha. O que eu chamo de batalha pela regulamentação da maconha?

A história nos revela que guerras são compostas de muitas etapas. Lutar batalhas sem a visão geral da guerra é suicídio. É essencial ter a visão do todo para saber discernir o momento e o local de agir com maior eficácia.

Nos anos 60, o comunismo enfrentou uma crise: os trabalhadores, especialmente europeus, não estavam mais dispostos à luta revolucionária. Por haverem alcançado condições econômicas e sociais satisfatórias, eles não estavam mais dispostos a tomar o poder político pelas armas. Na expressão de um filósofo comunista, "os trabalhadores se aburguesaram". No Brasil, vivemos isso hoje de forma muito intensa, não sendo surpresa aqui as manifestações recentes de ideólogos marxistas que proclamaram odiar a classe a classe média.

Esse mesmo desencanto afligiu os marxistas há 50 anos, na Europa. Houve um desencanto profundo com a viabilidade da causa operária, como até então vinha sendo priorizada, ou seja, a conquista do poder pela revolução.

Concluíram, então, que era preciso mudar a estratégia da revolução e levantar uma nova classe revolucionária. Elegeram as minorias e discriminados da sociedade: desempregados, prostitutas, presidiários, dependentes de droga, *gays*, entre outros. Causas sociais justas tornaram-se pretexto, e as pessoas discriminadas, massa de manobra para a luta revolucionária.

É preciso considerar que, de fato, há discriminação e preconceito na sociedade contra todas essas pessoas e classes que eu citei. Todavia, os movimentos sociais extremistas, partidos políticos inclusive, se aproveitam dessa pauta legítima de justiça social para propósitos obscuros.

Eles não desejam apaziguar conflitos na sociedade, de forma alguma. Pelo contrário, sua lógica para a conquista do poder é criar mais antagonismos e conflitos. A lógica perversa é sempre aguçar a divisão na sociedade; dois grupos devem-se opor sempre: um opressor e um oprimido. Na pedagogia, desenvolvem teorias para a libertação dos alunos da repressão dos professores. No âmbito social, estimulam o antagonismo de negros contra brancos, de mulheres contra homens, de filhos contra pais, de empregados contra patrões, de pessoas humildes contra a elite. A desobediência e o descumprimento da lei são estimulados como luta política. Nessa leitura marxista, os direitos humanos são transformados em direitos da minoria contra a maioria. O pretexto é a defesa dos discriminados e injustiçados, o que é justo, mas, na verdade, pretendem a conquista do poder político por meio da destruição dos valores e da cultura da maioria.

Não há nenhum problema em defender ideologias. O que não podemos aceitar é o aparelhamento ideológico dos direitos humanos, das causas dos discriminados e perseguidos por grupos que não se apresentam abertamente ao debate público, que se escondem atrás dos direitos humanos para propor a implantação dos seus valores e propostas, sem discussão democrática.

Combato essas organizações ideológicas que usam a causa justa de combater a discriminação e o preconceito para a conquista do poder político. Alegam agir em defesa de pessoas em situação de fragilidade, mas, na verdade, são ideólogos, anarquistas e pedófilos que pretendem impor seus valores e programas sem discussão democrática. Quando sofrem oposição em suas propostas radicais de revolução cultural, se valem do pretexto da defesa dos direitos humanos das minorias para acusar seus opositores de homofobia, racismo, machismo, e por aí vai. Para eles, em nome dos direitos humanos, tudo podem.

Quando os defensores da pedofilia defendem abertamente sua pretensão de manter relação sexual com crianças, podemos combater essa perversidade de forma democrática. Mas quando a defesa da pedofilia é travestida de argumentos científicos, por juristas, psicólogos ou pedagogos, nos deparamos com a manipulação, porque agora os pedófilos se escondem atrás dos direitos humanos, da pedagogia, da psicologia, tornando suscetíveis de debate os mais sórdidos propósitos contra crianças e adolescentes. É sintomático que, no julgamento de Corte Suprema sul-americana, um dos ministros, muito entusiasmado, tenha defendido até mesmo que os pedófilos fossem autorizados a manifestar em praça pública seu desejo de legalizar o sexo com crianças.

A grande vantagem de eleger as minorias como nova classe revolucionária é que se consegue fragmentar a ação revolucionária em diversas frentes aparentemente sem nenhuma conexão entre si. Observem: qual a relação entre a legalização da prostituição e a defesa da pedofilia ou entre a legalização da maconha e a erotização das crianças? Aparentemente nenhuma, não é? Ledo engano. É preciso considerar que, na leitura marxista, a família tradicional monogâmica é a causa do surgimento da propriedade privada e do Estado. Família tradicional monogâmica é a causa do surgimento da propriedade privada e do Estado. Quem escreveu isto? Engels. Escreveu em seu livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*.

Nos anos 50, o marxista Herbert Marcuse propõe uma nova forma de revolução. É a liberação sexual como meio, em suas palavras, "para destruir a família monogâmica tradicional". Marcuse acreditava na revolução por meio de uma difusão de uma ideologia sexual consistente na inexistência de qualquer restrição a práticas sexuais, de qualquer tipo – bestialismo, pedofilia –, especialmente para crianças e adolescentes. Tudo está escrito em seu livro *Eros e Civilização*. Sua proposta central é destruir a família monogâmica, tradicional, por meio da radical liberação sexual dos indivíduos, especialmente das crianças e dos adolescentes.

Agora, nos anos 90, nós temos a doutrina do gênero e a doutrina do gênero neutro, que aprofundam barbaramente essa ideia de desconstrução da masculinidade nos meninos e da feminilidade nas meninas. Não é por outro motivo, inclusive, que líderes do movimento *gay* apresentaram projeto de lei no Congresso Nacional... Esta Casa está analisando autorizar a mudança de sexo em crianças, até mesmo contra o consentimento dos pais (Projeto de Lei nº 5.002, de 2013). O pior de tudo vem... Trago aqui a prova para vocês. O pior de tudo: os materiais do MEC já contemplam e estimulam esse terrível abuso institucional contra crianças e adolescentes, estabelecendo como princípio da educação infantil brasileira "o direito da criança ao prazer sexual". Está aqui. (*Pausa.*)

Apresento inclusive a esta Casa para que analise as páginas 59 e 60 desse *Guia Escolar* do MEC, orientando professores a educar crianças. Está aí exposto.

Vou continuar.

O objetivo de destruição da família monogâmica tradicional é tão explícito, que esses movimentos extremistas... Digo, não são os *gays*, não são os presidiários, não são as pessoas que se prostituem... Não! Eu separo quem vive a aflição e os movimentos ideológicos, claramente!

Os movimentos extremistas propõem abertamente a proibição da menção à expressão "pai" ou "mãe" em escolas ou em documentos, em registros públicos de identificação civil. O alvo central é alcançar a mente das crianças.

Na Escócia, existe um projeto de lei chamado Named Person Bill. Esse Named Person Bill – esse movimento é mundial – propõe que cada escocês, que cada criança ao nascer terá um membro designado por Estado para protegê-lo dos pais. Está em discussão na Escócia esse projeto de lei.

Fica muito evidente – estou resumindo – que estamos diante de um movimento político ideológico que utiliza os direitos humanos, especialmente a defesa de minorias e discriminados, como instrumento de ação política revolucionária. As minorias e discriminados são 'massa de manobra', um pretexto maquiavelicamente utilizado, para destruir valores da maioria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Engels, Heidegger e Marcuse falam disso claramente.

O locai principal de influência desta classe revolucionária não será o Congresso Nacional, embora em parte, mas o Supremo Tribunal Federal e órgãos administrativos. Aliás, para estes radicais, é fundamental enfraquecer a democracia representativa.

Nesse contexto, a erotização e a corrupção da infância são instrumentos desta ideologia, para implementar radical reengenharia psicológica e social em crianças e adolescentes, e aqui encontramos o elo de ligação entre todas essas propostas aparentemente desconexas e entendemos por que a legalização da prostituição é algo tão relevante. Por quê? O alvo maior é alcançar crianças e adolescentes, que já são o alvo principal da prostituição no Brasil. Crianças e adolescentes já o são! Quando se legalizar a prostituição, estou dando um exemplo, como uma atividade comum, imaginem como serão ainda mais alvo da ação para prostituição as crianças e os adolescentes!

É nesse âmbito de análise que gostaria de contextualizar a discussão sobre a regulamentação do uso da maconha.

As propostas de liberação do consumo da maconha ou outras drogas, igualmente, têm profundo impacto em crianças e adolescentes. Aliás, o principal alvo hoje, como já o são, para a publicidade de cigarros e bebidas alcoólicas. As pesquisas revelam que um dos mais imediatos resultados do uso da maconha em crianças e adolescentes é a recusa a obedecer a autoridades. São pesquisas. Podemos inclusive fornecê-las. Professores, pais, orientadores se tornam imediatamente alvo de repulsa. Quer dizer, pessoas em desenvolvimento estarão sendo alijadas do processo natural de educação porque elas se tornarão independentes. Autonomia de vontade é base do princípio pedófilo para que as crianças decidam se querem ou não manter relação sexual. É o princípio básico da pedofilia que encontramos aqui também. A criança ou adolescente se toma um rebelde incontrolável. São pesquisas que revelam isso!

As pessoas que iniciam o consumo da maconha ainda na adolescência são quatro vezes mais propensas a se tornarem dependentes químicas. No sistema judicial, a incidência de crimes praticados e sofridos por crianças e adolescentes drogadas, inclusive pelo uso da maconha, é avassaladora. Corrompidos em sua consciência e vontade, pois se encontram em formação, crianças e adolescentes são facilmente estimulados ao crime, à prática sexual precoce e à prostituição. Na questão da prostituição, a incidência do consumo de drogas é total. As crianças e adolescentes explorados sexualmente recorrem intensamente ao consumo de drogas. É intenso o consumo de drogas também associado à prostituição e ao estupro. Trago uma pesquisa dos Estados Unidos que revelou que, em 90% dos casos de violência sexual e estupro, nas universidades americanas, o autor, a vítima, ou ambos estavam sob o efeito de drogas.

É fundamental considerar as condições socioeconômicas e familiares tão diversificadas no Brasil.

Uma coisa é o neto do Presidente Fernando Henrique Cardoso usar maconha na adolescência. Certamente terá recursos financeiros para procurar tratamento médico e, espero, apoio familiar – esse não se compra com dinheiro. Outra completamente diferente será o filho de um trabalhador que mora na periferia das cidades e cujos pais trabalham o dia todo fora e não têm recursos nem tempo suficiente para lidar com essa trágica situação.

Minhas considerações aqui colocadas, resumidamente, se baseiam no estudo – pasmem! – de uma associação favorável à liberação das drogas. Eu estou me baseando na Fundação Open Society, de um grande humanitário, George Soros, muito interessado na vida das pessoas, em ganhar dinheiro. Ele diz, na sua ONG – é interessante: "As causas mais diretas para o consumo de drogas estão relacionadas..." Ele cita no estudo da Open Society, que ele criou com o único objetivo de legalizar drogas na Inglaterra. Ele diz: "Olha, as causas mais diretas para o consumo de drogas estão relacionadas, um, à situação socioeconômica deficitária; dois, à disparidade de renda neste país; e, três, aos fracos níveis de apoio social. É exatamente o caso brasileiro.

Quem fala por nós é quem está defendendo a liberação da droga no mundo. E diz: "Olha, Brasil, vocês não devem pensar nisso." É muito claro. O estudo é público. Se o sistema legal e administrativo brasileiro é incapaz de conter o epidêmico consumo de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes, que as adquirem livremente em bares, restaurantes e ambulantes, se nós somos incapazes de impedir que eles consumam bebida alcoólica, que eles têm que ir a um lugar para comprar, imagine quando permitirmos o uso de um droga que é produzida em casa.

A proibição legal é fundamental. A proibição legal é fundamental como modelo... (*Palmas.*)

E termino. Já estou no último parágrafo.

A proibição legal é fundamental como modelo para gerações. É simbólico, mas fundamental. Professores, pais, educadores terão um modelo, terão alguém a recorrer para estimular e ensinar o bom caminho às crianças: "Não usem drogas; é proibido".

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – É claro que nenhum partido marxista – termino – pretende estatizar os meios de produção, embora se encontre tal impropério em seus estatutos. O alvo, agora, é abater a sociedade em seu elo mais fraco: a família e as crianças. A legalização do consumo da maconha é um degrau

nessa silenciosa e trágica revolução, que não virá mais pelas armas, mas por meio de decisões do Supremo e de leis. Não é questão moral ou ética, mas de conquista do poder político.

Proponho aos homens e mulheres de bem que se posicionem ativamente contra esse assalto à democracia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Antes de passar a palavra ao Sr. Carlos Maroja, eu queria deixar uma pergunta para o final. Eu fiquei muito impressionado com esse dado – e isso, realmente, vai pesar no meu relatório – de que 90% dos crimes sexuais têm a ver com a droga, não é isso? Isso é impactante. Eu lhe pergunto se isso é apesar da proibição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Essa é a minha pergunta para depois. Ou seja, com a proibição que prevalece por aí, 90% dos casos de violência sexual são vinculados à droga. Liberando, vai chegar a 130% ou ficar nos 90%. Isso é prova de um fracasso da proibição ou não? É uma pergunta, porque esse dado me tocou muito. É muito importante.

Segundo, eu queria saber qual é a percentagem no caso do álcool, se é menor que 90%.

Bem, eu passo a palavra ao Sr. Carlos Maroja.

O SR. CARLOS MAROJA – Eu sou Juiz de Direito há 16 anos aqui, no DF, e Professor da Faculdade de Direito da UDF. Tenho mestrado em Sociologia em Direito. Confesso que sou pouco habituado ao discurso político, a esse tipo de debate. Talvez eu vá apresentar a exposição mais chata de todas aqui, porque é uma exposição que pretende ser um pouco mais técnica. Eu vim preparado para falar sobre o tema para o qual fui convidado, ou seja, uma abordagem acerca dos impactos no Judiciário e no sistema penal da lei de entorpecentes especificamente no que tange ao problema da maconha.

Nessa abordagem, eu quero distinguir dois vertentes: um é relativo à realidade atual do sistema judiciário como um todo. Nós sabemos que, atualmente, as drogas são tratadas de forma distinta. Os usuários, os portadores de drogas, normalmente, são levados aos juizados especiais e submetidos a sanções penais que envolvem advertências, digamos, sanções mais brandas do que as de privação de liberdade, mas nem por isso deixam de ser sanções penais, um estorvo para o indivíduo que seja colhido numa situação desta.

Aqui, no Distrito Federal, temos quatro varas de entorpecentes. Se fizermos um cálculo por cima de que, em cada uma dessas varas, tramitam cerca de 2.500 processos, temos algo em torno de 10 mil processos envolvendo traficantes ou imputação de tráfico de drogas, que são normalmente os assuntos tratados nestas jurisdições.

Um ponto que é importante frisar sobre isso, ou seja, o que vemos, na realidade, dessas varas, é o seguinte: o traficante que chega para ser julgado lá não é o grande traficante, o grande distribuidor da droga, mas o que costumávamos chamar lá de "traficante formiguinha". É aquele sujeito que é usuário, dependente normalmente, e começa a comercializar a droga para poder suprir o próprio vício.

De certa forma, é uma notícia boa, porque, se tivéssemos 10 mil grandes traficantes só no Distrito Federal, a situação seria mais apavorante do que a que vemos atualmente.

Então, o fato é que a clientela dessas varas, normalmente, é composta pela velha clientela de que nós sabemos e que o doutor aqui comentou: os excluídos da sociedade, as pessoas mais humildes. Como ele bem frisou, é claro que o neto do Fernando Henrique Cardoso, ou de qualquer outra pessoa que tenha uma condição social melhor, normalmente, tem um tratamento, pela lei, pelo próprio sistema como um todo, bastante diferenciado daquele do filho do favelado, etc.

Tenho dados também consolidados pelo Depen (Departamento Penitenciário Nacional), no Ministério da Justiça, que revelam algo que me parece alarmante, chocante, sobre a população carcerária. Infelizmente, esses dados consolidados foram publicados relativamente à situação de 2008/2009. Não há dados tabulados recentes, mas o próprio Depen deixa as estatísticas recentes, e posso dizer que a situação não mudou muito desde 2009 pra cá.

Algo que me chama muito a atenção é a verificação de que, na população carcerária feminina, nada menos do que 60% das mulheres estão presas atualmente no sistema penitenciário por problemas relacionados a drogas. O que me chama a atenção é o fato de o movimento feminista não ter se tocado quanto a esse ponto, que me parece mais uma azeitona na empada de todo o problema que as mulheres já sofrem no geral.

Então, é um problema que diz respeito não apenas aos pobres, aos tradicionais ocupantes do sistema penitenciário, mas também especialmente às mulheres. Isso é algo que precisa ser pensado.

A outra abordagem que gostaria de fazer diz respeito ao fato de que, além disso, a situação que temos hoje não permite, a meu ver, um tratamento adequado da questão, no sentido de que deve haver um consenso de que há um problema a ser enfrentado.

Será que, colocando os usuários na situação de criminosos, simplesmente proibindo, a questão será resolvida? Parece-me que os mais de 50 anos de proibição indicam que não se resolveu. Temos aí, inclusive, como

o próprio Senador observou, estatísticas que mostram que as drogas continuam sendo consumidas, inclusive usadas para ajudar em outros crimes, e o problema não se tem resolvido ou diminuído; muito pelo contrário.

Acho que vou dizer algo óbvio.

Vou falar algo notório, algo óbvio: o sistema penitenciário infelizmente não ajuda a ressocializar, a educar as pessoas, e o problema grande é a educação. Na minha abordagem crítica à lei, situo o problema das drogas dentro de uma crítica que Michel Foucault fazia no século passado acerca de algo que ele denominava "biopoder", o Estado interferindo na vida pessoal, na existência das pessoas.

Nesse viés, não me parece coincidência o fato de dois grandes temas relativos a costumes, hoje em dia, estarem sendo discutidos. São justamente temas que ele também discutia, a homossexualidade e o problema da loucura. Foucault tinha dois estudos relevantes sobre isso.

Parece-me que essa proibição e essa batalha pela manutenção da situação do usuário de droga como criminoso é uma clara emanação de psicofobia. Ou seja, temos de considerar o doente mental. Parece-me que o usuário de droga, que tenha problema com isso, diga-se de passagem, é mais adequadamente alguém a ser qualificado como doente mental do que como um criminoso, alguém que queira efetivamente solapar as bases da sociedade. Não me parece um tratamento adequado ou que tenha surtido efeitos. Isso nos gera a ideia de que precisamos repensar a forma de tratar esses indivíduos, ou seja, vamos liberar os nossos juízes para tratar de pessoas que efetivamente representem uma ameaça veraz à sociedade e vamos tratar esse problema pelo viés que deve ser tratado, que é o de auxiliar essas pessoas e não prendê-las.

Não vejo como ter lógica reconhecer que são pessoas que precisam de auxílio e colocá-las como um criminoso, dificultando a sua vida nesse sentido.

O Procurador falou de um grande impulso que se tem, pela curiosidade ao uso da maconha ou de qualquer outra droga, que é a resistência à autoridade, pelas crianças e adolescentes. Parece-me que, se tirarmos a autoridade da história, talvez essa resistência deixe de ter razão de ser. Então, a situação está relacionada efetivamente, como o Senador destacou, a uma questão de educação.

Gostaria de lembrar aqui de um legado deixado por ele, quando Governador do Distrito Federal, que me parece ser bem representativo no que quero dizer. Temos, em Brasília, hoje, um costume que, a mim, gera muito orgulho, porque não o vejo em quase outro lugar do mundo: é o respeito à faixa de pedestres. Esse respeito foi colocado não com base simplesmente na repressão. Houve uma fase efetivamente em que foram colocados policiais para multar, mas as pessoas começaram a perceber que aquele respeito é uma coisa que parece pueril, parece besta, mas é interessante para a sociedade.

Acho que houve, então, uma conversão de mentalidade, de consciência, que consolidou uma situação que hoje nos dá orgulho.

Assim, a ideia não é prender, não é reprimir, mas realmente trazer uma abordagem educativa. Só vamos tê-la quando a discussão vier à luz do dia. A luz do sol é o melhor desinfetante. Inclusive, as pessoas que trabalham com recuperação de dependentes deveriam estar trabalhando pela regularização disso aí, porque, hoje em dia, vocês estão trabalhando com criminosos, e a minha proposta é a seguinte: trabalhem com cidadãos, recuperem cidadãos, recuperem seres humanos. (*Palmas.*)

O direito é feito para seres humanos. Acho que é nesse viés que devemos trabalhar, respeitando a autonomia. E acreditem, como a faixa de pedestre revela, por mais que você não acredite nisso, as pessoas têm mais bom senso do que você imagina.

É o que queria dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo a palavra agora ao Juiz João Batista Damasceno, da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JOÃO BATISTA DAMASCENO – Exmº Senador Cristovam Buarque, na pessoa de quem saúdo os demais Senadores, meus colegas magistrados, entre os quais Roberto Corcioli e Buch, que integram a associação Juízes para a Democracia, da qual também faço parte, demais membros da Mesa, senhores e senhoras, é com satisfação que participo da continuidade das discussões nesta Casa sobre a regulamentação do uso recreativo, medicinal e industrial da maconha.

Tenho ciência da falta de consenso, nesta Casa e na sociedade, acerca da liberação dessa droga para uso recreativo e do apoio parcial à regulamentação para fins medicinais.

Por diversas razões, aqueles que se ocupam dos problemas criados pelo proibicionismo defendem a regulamentação da produção, do comércio e consumo das substâncias que o Estado finge poder controlar exclusivamente por meio de seu aparato repressivo. Aqueles que se favorecem do tráfico não têm motivo para participar deste debate. Afinal, eles têm mercado garantido e não sofrem as limitações que adviriam da regulamentação. Os que usam também não têm necessidade de debate, pois já têm fornecimento garantido. Os

que se ocupam pelo tema dos problemas gerados pelo proibicionismo e são contra o tráfico têm motivo de sobra para se manifestarem pela regulamentação.

Ser a favor da legalização com regulamentação da produção, do comércio e consumo de drogas não implica ser a favor do seu consumo. O que se pretende é reduzir os efeitos danosos do proibicionismo, que a ordem jurídica não tem o poder de normatizar. Há os que são contrários à proibição, ao comércio e ao consumo da maconha e, portanto, da sua regulamentação ante o risco de a maconha levar ao consumo de drogas consideradas mais nocivas.

Não há registro confiável de que o uso de uma substância possa levar ao uso de outras, assim como o consumo de bebidas alcoólicas fermentadas não é caminho para o uso de bebidas destiladas ou outras drogas legais ou ilegais.

Fala-se tão somente dos efeitos danosos das drogas, e o Estado se envolve numa campanha salvacionista, sem atentar para o outro lado da questão: o bem-estar provocado pelas drogas. Os que condenam as drogas não concebem o bem-estar que elas proporcionam ,e os que as utilizam não concebem os malefícios comprovados e apontados pelos seus retratores.

No meio dessas concepções inconciliáveis, bem à mostra neste momento, surge o Estado com o seu aparato legal e com sua violência, a fim de promover a arbitragem por meio da proibição.

A concepção de bem-estar daqueles que usam e, pela demanda, forçam a oferta e a concepção de malefício daqueles que não querem o uso não podem ser arbitrada pelo direito e pela força repressiva do Estado. A questão é antecedente.

Diversamente das sociedades que conviveram com as drogas para fins religiosos ou celebrações tradicionais, vivemos numa sociedade que difunde a infelicidade coletiva e propicia a busca da satisfação individual, e, para marcar os insatisfeitos, o Estado adentra com o proibicionismo.

É o proibicionismo e a guerra às drogas que geram a violência contra crianças, idosos, trabalhadores e outras pessoas que jamais tiveram contato com drogas ilícitas, que pavimentam o caminho para a corrupção e matam policiais mandados irresponsavelmente para o confronto. Morre-se e mata-se em razão da proibição em número assustador, enquanto os casos de morte por *overdose* são raros.

Não é o uso das drogas que mata, mas a luta contra as mesmas. A vida e a saúde pública não defendidas com o proibicionismo, pois apenas serve para justificar o aparato repressivo do Estado e o controle da sociedade.

A Lei Seca, nos Estados Unidos, incentivou o desenvolvimento da máfia, da qual Al Capone foi um ícone. Regulamentado o comércio de bebida alcoólica, a máfia estadunidense teve que buscar novos negócios. Pessoas que cultivavam ouvideiras e proprietários de pequenos alambiques clandestinos puderam produzir para consumo familiar, sem necessidade de se armar ante o risco da violência para o roubo do produto consumido nas suas casas.

Diversas entidades pugnam pela redução dos efeitos danosos resultantes da guerra às drogas, a fim de diminuir a incidência de mortes, crimes e dependências decorrentes da proibição.

Estamos dentro dos que advogam a eliminação da política de proibição das drogas e a introdução de uma política alternativa de controle e regulação, com medidas restritivas à proibição, comércio e consumo de drogas, em razão da idade e dos locais para a sua realização da mesma forma que já existem outras restrições para a aquisição e consumo de álcool e tabaco para direção de veículos, operação de máquinas pesadas e outras atividades regulamentadas.

Uma criança ou adolescente pode ter dificuldade de comprar bebida alcoólica ou cigarro na maioria dos estabelecimentos comerciais do País, pois é regulamentado, mas nada impede de adquirir o tipo de droga ilícita que quiser. Aqueles que ganham com o comércio ilegal têm razões justificáveis por seus interesses para a manutenção do proibicionismo e a guerra às drogas. Mas há outro efeito danoso: a violação da liberdade individual do usuário.

Com quase 21 anos de magistratura e tendo atuado em todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro, nos últimos dois anos assumi a titularidade da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital. Nela, deparei-me com os pedidos de internação de usuários de drogas a fim de burlar a proibição de internação compulsória e permanente para tratamento.

O que se pode fazer é interditar uma pessoa usuária de drogas e, pela vontade de seu curador, obter-se consentimento para a internação tal como se fosse internação voluntária. A vontade do internado pode ser manifestada pelo seu curador ante a interdição e nomeação de pessoa por ele para se exprimir o seu consentimento.

Desde a edição da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo existencial em saúde mental, parcela da comunidade psiquiátrica ficou ouriçada, Senador. Nem Simão Bacamarte, personagem de Machado de Assis, teria sido mais criativo.

Clínicas de tratamento de usuários de drogas sob pretexto de serem portadores de transtornos mentais têm advogados a postos para obtenção de liminares em processos de interdição, a fim de legalizar a internação e promoverem a captação de clientela. É isso que a guerra às drogas tem gerado.

A questão da regulamentação das drogas há de ser também analisada pelo seu principal viés: o econômico. Todos os demais fundamentos, religiosos, psicossociais, são subsídios para análise da questão.

Vou abordar rapidamente a questão da internação compulsória, que é um viés perverso ao lado das políticas de combate às drogas que tanta violência propiciam no seio da sociedade. E eu falo como juiz de interdição no Rio de Janeiro.

O Código Civil dispõe em seu art. 1.767 que são sujeitos à interdição e à curatela "os deficientes mentais, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos". Assim que o interditado por uso de drogas passa a ter a sua vontade manifestado por quem seja o seu curador, é considerado doente mental e se torna sujeito à internação psiquiátrica ainda que demandante de laudo médico circunstanciado que caracterize os motivos. Se o médico estiver vinculado à clínica de tratamento não será difícil caracterizar a necessidade de interdição.

Eu vou precisar pular alguns parágrafos porque vejo que o tempo corre, mas eu poderia exemplificar aqui casos graves de violação aos direitos individuais com a colaboração de médicos vinculados a clínicas, que propiciam essas internações substituindo a vontade daquele que não buscou o tratamento. Posso assegurar que direitos e liberdades constitucionais são violados em razão da demonização das drogas consideradas ilícitas, notadamente por meio de internações.

Em data recente, fui procurado por um pai, meu amigo, que queria interditar o filho, pois era usuário de drogas. Disse-lhe que o caminho era inadequado e que buscasse outros meios para ajudar o seu filho. O mesmo pai procurou-me posteriormente querendo interditar sua mãe, pois era ela que estaria doando o dinheiro ao seu filho com o qual ele adquiria drogas. De novo disse-lhe que deveria ser grato a sua mãe, pois doando dinheiro ao neto evitava que cometesse crimes para obtenção da droga.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JOÃO BATISTA DAMASCENO – Foi o que eu disse. Foi o que eu disse para o pai, que evitava que cometesse crime para obtenção das drogas. E já que se falou de morte, ou que fosse morto por dívida junto ao comércio ilegal. E de novo disse-lhe que buscasse outros meios para ajudar o seu filho. Ele está ajudando e eu tenho acompanhado tanto o pai quanto o filho.

Os malefícios à vida e à liberdade proporcionados pelo combate às drogas têm sido muito maiores que as próprias drogas. O proibicionismo mata, mas também deforma o sistema que deveria ser de saúde. Quando o usuário é pobre ou morador de rua o problema é mais grave.

Posso afirmar que a internação compulsória promovida no Rio de Janeiro, no contexto da luta contra as drogas e que compreende o que se chama de guerra contra elas, não é medida em prol da saúde ou da sociedade, mas de higienização em favor de interesses econômicos.

E, lamentavelmente, o Poder Judiciário, do qual sou integrante e que deveria ser reconhecido pela garantia dos direitos, por vezes, contribui para a violação deles.

Na 'guerra às drogas', as medidas que autorizam a internação compulsória de usuários são um retorno aos séculos XIX e XX, quando se internavam os indesejáveis à ordem política, a pretexto de curá-los.

O proibicionismo tem gerado mortes, internações, corrupção policial e desestruturação dos serviços públicos. O recente episódio no Rio de Janeiro envolvendo Parlamentar que comandava o Choque de Ordem e que recolhia usuários de drogas nos dá dimensão dos problemas criados pelo proibicionismo.

Aquele episódio somente não mereceu maior atenção porque é apenas um tentáculo de um híbrido de polvo com a Hidra de Lerna.

No combate às drogas, a conduta das autoridades públicas tem mudado de Estado para Estado. Nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo a ação das autoridades tem sido mais intensa. Mas, em todo o Brasil, se tem praticado este tipo de violação aos direitos dos indivíduos tratados como indesejáveis aos olhos de interesses não confessados.

A internação compulsória de pessoas por motivos diversos não se faz sem custeio, e o que muitos buscam é o lucro decorrente deste tipo de intervenção.

A internação compulsória de pessoa acometida de transtorno mental, que somente se pode realizar com autorização judicial, difere da internação involuntária, a pedido da família, que se faz para atender à necessidade imediata de ajuda a quem esteja demandando socorro. A diferença pode estar no momento posterior ao socorro. Já na internação compulsória, a vontade do internado continua a ser desconsiderada mesmo se voltar a ter condições de manifestá-la. É este tipo de internação que se tem feito pelo Brasil com as pessoas usuárias de drogas, a pretexto de que estão acometidas de transtorno mental e para salvá-las do seu uso.

A questão da violação dos direitos em razão do consumo de drogas denominadas ilícitas está diretamente relacionada com a classe e o *status* dos indivíduos na sociedade. A Lei da Reforma Psiquiátrica, 10.216, de 2001, foi um retrocesso na questão. As internações de pessoas como Lima Barreto e do líder da Revolta da Chibata, João Cândido, que estiveram em manicômio, haveriam de ser referência para pensarmos a questão. O médico Juliano Moreira atestou que João Cândido era um líder rebelde e não "deveria ser mantido em manicômio", possibilitando seu julgamento e absolvição dois anos após a Revolta da Chibata. De forma diferente, poderia ter ficado confinado por toda a vida.

Após a Constituição de 1988, o Poder Judiciário no Brasil goza de garantias e possibilidade de funcionamento em prol da dignidade da pessoa humana, mas as condições históricas de sua formação ainda tornam os juízes vinculados ao poder político dominante e interesses econômicos. Muitas decisões reproduzem trechos de discursos oficiais ou editoriais televisivos. Os juízes, em regra, se vinculam aos interesses ideológicos de setores hegemônicos e fundamentam suas decisões em tais retóricas, apartados da ordem jurídica.

A Lei 10.216, pensada tão somente para a internação de pessoas com transtornos psiquiátricos, tem-se prestado à internação indiscriminadamente de usuários de drogas, sob o argumento de que um em cada dois dependentes químicos apresenta algum transtorno mental, e que lhes é comum a depressão.

A estigmatização propiciada pela ilegalidade das drogas se presta a todo tipo de violação aos direitos fundamentais.

Tive acesso a um conjunto de laudos de um medico que sempre apontava no sentido positivo da interdição de usuário de droga, sob o pretexto de que a pessoa tinha variação de humor ao longo do dia. Desconsiderava-se que não era a droga que levava à depressão. O processo era o contrário. Era a depressão que levava à droga.

Programas de combate aos males decorrentes do uso de drogas estão produzindo euforia em alguns profissionais e religiosos similar ao de algumas drogas.

O abuso no uso de drogas, lícitas ou ilícitas, é tema de saúde pública, é grave, mas ganhou um viés policialesco ou salvacionista pelos que desejam efetuar encarceramento e pelos que se julgam capazes de salvar almas alheias, não raro, não sem remuneração.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA DAMASCENO – Eu tenho mais uma página, Senador.

Desde que a internação psiquiátrica compulsória fora vedada, havia profissionais desalentados com a perda do poder de encarceramento. Hoje, assanham-se com a possibilidade de internação que chamam involuntária e que distinguem de internação compulsória, embora com o mesmo efeito sobre o corpo do 'interno'.

O viés de saúde pública quando do abuso foi abandonado e a questão transferida para as sedes policiais.

Em artigo no jornal fluminense *O Dia*, por mim replicado em outro artigo, um psiquiatra, embevecido com a possibilidade de 'internações involuntárias', escreveu que "o próximo passo é acabar com as marchas da maconha", ainda que STF já tenha decidido que a liberdade de manifestação pela descriminalização e regulamentação das drogas não se confunde com o uso delas.

É indiscutível que uma pessoa drogada que puder causar dano a outrem há de ser contida; se o causar, deve ser responsabilizada; se em situação de risco inconsciente, deve ser ajudada, mesmo contra a vontade. Mas, uma vez recolocada fora de risco e cientificada do perigo, não se lhe pode negar o direito de conduzir sua vida, ainda que seja para a autodestruição.

Nenhuma sociedade se constituiu sem o uso de drogas – nenhuma – em suas festividades e cerimônias, notadamente religiosas, às celebrações e à alegria coletiva. Somente a nossa sociedade difundiu o uso da droga para a busca do prazer individual.

O problema não está no uso que se faz da droga ou nas consequências posteriores. Nosso problema está num modelo econômico-político-social que produz a insatisfação, a exclusão e a infelicidade e propicia a busca do prazer por meio do consumo de drogas lícitas ou ilícitas. Usuários de drogas mais baratas, por sua maior vulnerabilidade e desprestígio social, estão mais sujeitos às violações aos seus direitos de pessoa humana.

A regulamentação da produção, comércio e uso de drogas pode ser o começo para passarmos a tratar da questão à luz do dia – e a luz do sol é o melhor desinfetante – e vislumbrarmos os efeitos danosos do proibicionismo.

A regulamentação do uso recreativo, medicinal e industrial da maconha pode não ser a porta de entrada para o consumo de drogas mais pesadas, mas será a porta de entrada neste assunto a fim de podermos tratar esta questão com a seriedade que demanda ser tratada em proveito da sociedade, da ordem jurídica que cotidianamente é violada em razão do proibicionismo e das instituições que a sociedade constituiu e que demanda sejam aperfeiçoadas.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Eu quero deixar uma pergunta que me interessa para a minha tarefa posterior, para o senhor responder depois. O senhor é contra a internação involuntária mesmo naqueles casos em que a pessoa está se suicidando nas ruas...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um momento.

...pelo consumo, especialmente, do *crack*? Isso não seria o mesmo que não internar uma pessoa que está tentando se suicidar? É a pergunta que fica.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JOÃO BATISTA DAMASCENO – (*fora do microfone*) – É que eu tive que pular essa parte.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe-me.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem.

Passo a palavra agora ao Dr. Roberto Luiz Corcioli Filho.

O SR. ROBERTO LUIZ CORCIOLI FILHO – Bom dia a todas e a todos! Bom dia, Senador Cristovam Buarque! É um prazer poder tentar colaborar, em alguma medida, com o debate. Agradeço demais o convite. Enfim, sem maiores delongas, já passo para a exposição, que será bastante breve, dado o tempo.

Bem, a ideia da discussão é focar no uso recreativo medicinal ou industrial e, aqui especificamente, em relação aos impactos no Judiciário e no sistema penal.

Quanto ao uso medicinal, não tenho qualquer competência para tratar, mas já me causa uma certa espécie o fato de verificar que, na nossa sociedade, inúmeras drogas que têm efeitos psicoativos são usadas normalmente para o tratamento médico, e se faz toda uma celeuma quando se discute, quando se cogita o uso de mais essa outra droga que se chama maconha. Quer dizer, isso já nos mostra, já nos dá um indicativo do nível das discussões que têm sido feitas e da própria irracionalidade incrustada nessas discussões.

Quanto ao uso industrial – apenas uma provocação, que não é o meu foco aqui –, há quem defenda que a proibição das drogas, mais especificamente a maconha, decorreu de interesses econômicos. Aqui muito concretamente exemplificando, a *Cannabis*, a planta da qual se extrai a maconha, era bastante utilizada no início do século 20 para produção de fibras em tecidos, em papel e, de repente, a indústria petrolífera, com o seu aparato econômico gigantesco, começou a achar desinteressante esse produto, que poderia causar concorrência ao n*ylon* e a outros produtos decorrentes dessa indústria. Enfim, é só uma provocação.

Agora, indo especialmente à questão do uso recreativo e os argumentos que me parecem adequados para a gente discutir esse ponto, eu gostaria de dizer, antes de mais nada, que é preciso estabelecer alguns pressupostos de discussão. Quer dizer, em que Estado a gente vive?

A gente vive sob a égide de uma Constituição? O que isso significa?

Então, vamos lá! O Estado brasileiro promulgou sua Constituição e se constituiu como Estado democrático e social de direito, e, dentro dessa Constituição, há diversos direitos individuais e direitos sociais, entre eles a liberdade, a igualdade, a justiça. A gente se propõe a construir uma sociedade pluralista, sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida com a solução pacífica das controvérsias. Esse já é o primeiro pressuposto. A gente vai discutir as drogas no Afeganistão, na Índia, na China? Não, a gente vai discutir a droga no Brasil. E que Brasil é esse? O Brasil construído a partir de uma Constituição, que é a Lei Maior que vai reger toda a sociedade.

O Estado brasileiro, gostemos ou não, é um Estado laico e pluralista. A Constituição emana esses direitos não para impor qualquer modo de vida, qualquer concepção política a quem quer que seja, mas justamente para fazer o contrário, para assegurar que ninguém possa impor ao outro o seu modo de pensar, o seu modo de agir, o seu modo de viver. Então, não se legitimam pretensões de impor a quem quer que seja juízos morais particulares. Cada um tem total direito e garantia de se expressar e de viver de acordo com seus próprios juízos morais.

Não se pode, no entanto, também, da mesma forma, procurar propugnar crenças religiosas de modo forçado. Quer dizer, é plenamente viável o exercício das várias religiões neste País, que, inclusive, é bastante eclético nesse ponto. Agora, não se admite que concepções particulares, quaisquer delas, possam se sobrepor a outras, inclusive àqueles que não professam religião alguma.

Dessa maneira, já coloco outra provocação: se a gente levasse a sério a nossa Constituição, com certeza, discussões a respeito de temas como aborto e drogas teriam avançado infinitamente. Basta levarmos a sério a questão de se tratar de um Estado laico e pluralista.

Ninguém está aqui, penso eu, para convencer quem quer que seja a fazer uso de maconha ou, indo para outro exemplo, a efetuar um abortamento ou qualquer coisa nesse sentido. As pessoas devem, na verdade,

propugnar o direito dos outros a optarem, ou seja, a não serem conduzidos coercitivamente e autoritariamente pelo Estado ou por quem quer que seja.

Continuando, então, por que algumas drogas foram proibidas e outras não o foram? Por uma questão de danosidade individual e social? Será que é isso? Será que a gente permite o álcool e proíbe a maconha por que o álcool faz muito menos mal do que a maconha? O tempo é curto, mas, enfim, quero dizer que há diversos estudos que, na verdade, demonstram que o álcool é a droga socialmente mais danosa porque seu consumo é muito difundido e, inclusive, porque os danos individuais também são bastante intensos, muito mais danosos do que os provocados por drogas que a gente comumente verifica na mídia como sendo muito pesadas, como o *crack*, que, na verdade, conta com uma faixa de consumo populacional muito reduzida.

Então, a partir desse questionamento, a gente consegue pensar e até provocar certa discussão para entender o porquê do fato de algumas dessas drogas serem proibidas.

Aqui, faço uma leitura muito breve de um trecho de uma interessante reportagem da revista *Superinteressante* de 2002 que diz o seguinte:

Nas primeiras décadas do século XX, a maconha era liberada, embora muita gente a visse com maus olhos. Aqui, no Brasil, a maconha era "coisa de negro", fumada nos terreiros de candomblé para facilitar a incorporação e nos confins do País por agricultores depois do trabalho. Na Europa, [por sua vez], ela era associada aos imigrantes árabes e indianos e aos incômodos intelectuais boêmios. Nos Estados Unidos, quem fumava eram os cada vez mais numerosos [trabalhadores imigrantes] mexicanos [...]. [...] Ou seja, em boa parte do Ocidente, fumar maconha era relegado a classes marginalizadas e visto com antipatia pela classe média branca."

Isso é falso, isso é fantasioso? Enfim, esses questionamentos nos fazem, de repente, direcionar o pensamento para tentar entender, então, por que a maconha, que, como diversos estudos têm demonstrado, faz um mal individual e social muito menor do que o álcool, é proibida e por que o álcool não o é. O uísque é tomado na alta sociedade, o vinho é difundido em toda a classe média e na classe alta, e por aí se vai.

Seguindo a nossa análise, o que podemos dizer sobre a criminalização e sobre o proibicionismo? Acredito que muita coisa já foi dita, mas apenas quero pontuar algumas questões. Em primeiro lugar, não é por acaso que quem sofre mais com a criminalização e com o proibicionismo são os jovens pobres de nossas periferias, não é o grande dono de cartel de tráfico, aquele que lucra milhões de dólares com o comércio da cocaína, por exemplo.

Há até um trecho que selecionei, mas que vou pular. Vou só fazer uma referência. Um autor italiano que escreveu, há pouco tempo, um livro sobre a máfia acabou agora lançando um livro sobre o comércio de cocaína.

Ele demonstra – enfim, não cheguei a checar, mas reproduzo a sua entrevista na *Folha de S.Paulo* – que, quem investe US$1 mil no mercado de cocaína colhe nada menos do que US$182 mil ao final do processo em um ano.

Quer dizer, o mercado, por ser um mercado negro, desregulamentado, propicia lucros estratosféricos. Quem aufere esses lucros evidentemente não são os jovens negros, os jovens pobres, marginalizados, que estão aí nas nossas periferias sendo presos por três, quatro cigarros de maconha, por, enfim, seis, sete, oitos pedras de *crack* e cumprindo penas muitas vezes de cinco anos integralmente fechados ou, pelo menos, inicialmente fechados, como muitos colegas acabam decidindo.

Seguindo nessa análise da criminalização, muito rapidamente, é preciso destacar que hoje a gente já conta com 715 mil presos no Brasil, sendo que 200 mil deles são presos relacionados ao tráfico de drogas ou mesmo usuários tidos como traficantes. Quer dizer, é uma conta que não vai fechar e já não fecha. Em 20 anos, nossa população carcerária cresceu mais de 400%. Onde isso vai dar com essa política, enfim, cada um pode pensar.

Para além desse drama individual de a vida do sujeito ser interrompida com uma prisão não porque ele assaltou, roubou, enfim, matou, mas porque, de repente, ele, por uma rebeldia da adolescência, da juventude, ao usar uma droga, resolve vender duas ou três ali para comprar a sua, por um ato como esse, ele acaba sendo tirado da sociedade, colocado num presídio, em contato com a criminalidade organizada e não se desvencilha disso. São dados científicos do Prof. Carl Hart, da Universidade de Columbia, uma das principais universidades americanas, um dos principais neurocientistas do mundo. Uma pesquisa canadense que ele cita acompanhou 779 jovens por ano.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO LUIZ CORCIOLI FILHO – Ela constatou que aqueles que haviam recebido um encarceramento por alguma infração na sua infância tinham simplesmente 37 mais chances de voltar a ser preso quando adulto, em relação àquele grupo que ele analisou, que cometeu as mesmas bobagens de adolescente, mas, por outras razões, recebeu outra forma de tratamento; não foi, enfim, encarcerado.

Quer dizer, é algo científico e gritante. Isso nos mostra o desacerto da criminalização, da proibição das drogas da maneira como está sendo feita no Brasil. Não se coloca a pessoa na cadeia impunemente. Ela volta

para a sociedade, e dados científicos nos demonstram que ela volta muito comprometida. Com o quê? Com a cidadania, com o desenvolvimento do país? Não. Com a criminalidade, infelizmente.

Seguindo mais um pouco, não vou repetir, mas muito rapidamente, aqueles pressupostos caem justamente aqui, no princípio da igualdade. Quer dizer, o álcool não é sequer igual à maconha. Causa mais prejuízo. Por que a maconha é proibida e o álcool não? Isso fere o princípio da igualdade constitucionalmente assegurado. Opção minha, porque eu gosto? Não. Está na Constituição. A gente tem que respeitar a Constituição. É a lei maior do País. Fere a liberdade individual. O sujeito quer almoçar todos os dias numa churrascaria, comer picanha, se entupir de colesterol e morrer mais cedo? É liberdade do sujeito. O Estado não trata isso coibindo a sua liberdade.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO LUIZ CORCIOLI FILHO – O sujeito tem liberdade de escolher as condutas que lhe aprouver. Como o Estado pode tratar essa questão, que diz respeito à sua privacidade, à sua intimidade? Ele pode tratar regulamentando, inclusive auferindo tributos que possam ser usados na educação, na conscientização do sujeito para que ele não entre na vida, enfim, de eventual usuário, dependente e tudo o mais.

Mas, antes de terminar, Sr. Senador, e já indo para o final, precisamos acabar com visões reducionistas, fantasiosas e hipócritas. Em primeiro lugar, usuário não se confunde com viciado. Às vezes se fala: "O usuário da maconha é um viciado, um drogado, um dependente." (*Palmas.*)

Espera aí! Dados científicos têm demonstrado que, entre 10% e 25% dos usuários – não é de maconha, não – de *crack* e heroína, drogas muitíssimo mais fortes, estes 10% a 25% acabam caindo muitas vezes no vício. A imensa maioria dos usuários, mesmo das drogas mais pesadas, e evidentemente também das mais leves, não enfrentam problemas no seu cotidiano. Eu bebo vinho quase toda semana. Não reconheço um problema na minha vida por conta disso. Vinho, álcool, assim como Jesus fazia, é droga. (*Palmas.*)

Muito bem. Outro ponto: atos violentos e crimes são cometidos em razão de uma infinidade de fatores. Quer dizer, não vamos reduzir a vida a um joguinho ali de *videogame*, muito simplista, muito fácil, muito reducionista. Atos violentos ocorrem, enfim, porque o sujeito pisou com o pé esquerdo, acordou de mau humor, discutiu com a mulher, perdeu a cabeça, o sujeito está desempregado. Enfim, atos violentos ocorrem por uma diversidade de fatores. Focar na questão das drogas é reduzir o discurso, é criar fantasia, é criar um discurso de pânico e de medo que não se sustenta com a realidade. (*Palmas.*)

Drogas estão relacionadas, sim, com a alta da criminalidade não porque elas levam ao cometimento de crimes, mas porque o proibicionismo leva. O proibicionismo joga jovens que antes não tinham qualquer carreira criminal no sistema carcerário. E esses jovens – tenho certeza de que o meu colega João Marcos Buch irá tratar da questão também nessa linha – saem dos presídios com uma carreira criminal. Lá eles aprendem uma carreira criminal. Esses jovens ficam vinculados ao crime organizado. O proibicionismo gera uma guerra entre traficantes que gera morte, gera crimes, gera uma guerra com policiais, gera corrupção, gera lavagem de dinheiro. Então, isso gera crimes.

Concluindo: maconha faz mal? Claro que pode fazer mal. Sempre? Dependendo do uso, talvez não. Mas, enfim, como exemplifiquei, diversos alimentos também fazem mal. Não é por isso que a gente vai proibir as pessoas de fazerem o que elas bem entenderem das suas vidas. Sociedades democráticas e pluralistas, portanto, não autoritárias, não vedam a liberdade individual, ou seja, elas favorecem liberdade individual. A autonomia e a liberdade devem ser respeitadas.

O proibicionismo não tem ajudado a conscientizar as pessoas a respeito do uso nocivo das drogas, das lícitas e das ilícitas, e não tem ajudado aquelas que estão enfrentando problemas.

Na última reunião, Sr. Senador, o senhor chegou a concluir fazendo uma comparação com a frase de um colega, Gerivaldo Neiva, no sentido de que a gente tem de tomar cuidado com os efeitos negativos das drogas. Sem dúvida. Mas agora o senhor usou uma frase da qual eu, com todo o respeito, discordo: "A sociedade não nos absolverá se não fizemos um mundo sem drogas." É desejável um mundo sem drogas? É natural um mundo sem drogas? É natural um mundo sem drogas?

Um mundo sem drogas não é desejável até sob o ponto de vista da liberdade de todos nós. Pensar um mundo sem drogas é pensar um mundo totalitário.

(*Manifestação da galeria.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um minuto aqui. Um minuto. O regulamento diz que não deve haver manifestações a não ser de Senadores. Sem vaia nem aplauso. Eu sou e vou continuar sendo tolerante, e cumprir estritamente o regulamento. Eu acho positivo que participem,

mas dentro de certos limites. Se ficar impossível alguém falar, nós vamos ter que suspender a reunião. Então, eu peço que respeitem quem está falando. Evitem aplausos e vaias. Vamos ouvir.

O SR. ROBERTO LUIZ CORCIOLI FILHO – Apenas para concluir, então, pensar um mundo sem drogas é pensar um mundo totalitário, um mundo autoritário, um mundo em que os indivíduos não têm a sua autonomia respeitada, têm a sua autonomia confiscada pelo Estado, um mundo que certamente não encontra previsão na nossa Constituição – talvez em outra; na nossa, não.

Muito obrigado a todos e a todas.

Eu estou à disposição para eventuais novos debates com o meu *e-mail*. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero agradecer e, como foi citada uma frase minha, eu quero dizer: eu creio que o ideal é um mundo onde a felicidade não dependa de qualquer droga, nem do remédio que eu tomo contra arritmia todos os dias. (*Palmas.*)

Eu espero que um dia a gente não venha a precisar. Essa é uma coisa.

A outra coisa é o que fazer enquanto as pessoas sentem necessidade de drogas, sejam as medicinais sejam as recreativas. São duas coisas.

Eu espero que um dia ninguém precise de comprar mais de um sapato, que é a droga do consumo, que para mim provoca deformações imensas, crimes, roubo, endividamento. A gente fala tão mal de jogo, mas o consumismo leva a um jogo permanente sob a forma de endividamento.

Vou dizer aqui algo que pode chocar milhões e milhões de pessoas. Se eu fosse candidato a Presidente iriam dizer que eu estou acabando com a loteria, mas a loteria é um instrumento de concentração de renda que viciou a população. Para mim, a loteria é uma droga.

Eu espero que um dia a gente possa viver sem drogas. Agora, está muito longe esse tempo, tanto pelo avanço da medicina, que me obriga a tomar meu comprimido contra arritmia todos os dias, que é uma droga, como por aqueles que querem ou precisam, por um efeito ou outro psicológico, de tomar álcool, de fumar um cigarro, e outros, de maconha, e outros, até mesmo de crack. (*Palmas.*)

É a sociedade que tem provocado isso, mas, já que está provocado, temos que saber qual é a melhor maneira de chegar, um dia, a um mundo sem droga.

Aqui, eu concluo dizendo: o proibicionismo fracassou. Eu não vou dizer que a regulamentação é a solução, muito menos como seria essa regulamentação, que é extremamente complexa, mas o proibicionismo fracassou em relação ao álcool, nos Estados Unidos, e está fracassando em relação à droga no mundo inteiro.

Temos que procurar outro caminho. As pessoas colocam um ou outro caminho: deixe como está, esqueça que tem problema de droga, jogue tudo para debaixo do tapete, a gente salva um ou outro pela conversa; e outros, querem liberar total, às vezes. Temos que encontrar um caminho e eu estou aqui para tentar encontrar esse caminho que o Brasil precisa.

Um dia, eu espero que a felicidade seja uma coisa muito mais de dentro do que de fora. Essa é a diferença de droga e não droga. A felicidade que vem de dentro não vem de droga, mas, às vezes, no mundo de hoje, a gente precisa trazer de fora a felicidade. Eu não falo da felicidade do amor, porque, aí, não é droga – aí, é interação –, mas o ideal seria que felicidade fosse uma coisa de dentro. Vamos falar com franqueza: algumas práticas religiosas conseguiram no Oriente. Budistas, taoístas conseguem uma felicidade a partir de dentro.

Outras religiões têm usado droga, você lembrou bem. O vinho faz parte do costume de muitas religiões. No Norte do Brasil, tem um chá que eles tomam, que faz parte da religiosidade.

Eu espero que, um dia... Essa é a minha frase, eu espero, sim, mas não vou ver. Enquanto isso, já que não vou ver, eu vou tentar dar a minha contribuição para que o mundo onde haja droga seja mais eficiente, com menos violência, com menos dependência, com um número um menor de pessoas. É isso o que eu quero nesses encontros.

Quanto ao Schelb, como eu procuro tirar pessoas, para que deixem de fumar – é uma mania que eu tenho –, que deixem de beber, e drogas, também, e outras, nunca me dizem, porque, como é proibido, eu tento, mas, das minhas palestras, você tirou um argumento: eu sempre dizia que a maconha, como o cigarro, tem um efeito negativo na potência sexual dos homens, mas você disse que é a maior causa de violência sexual. Então, pelo visto o efeito é o contrário.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Permita-me esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sim.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – A afirmativa, realmente, não é essa, é o contrário. Muitas vezes, quem é abusado, quem é vítima da violência o é porque está sob o efeito de drogas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É a vítima.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Perdoe. Eu posso reler, mas a pesquisa,...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, está bom.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – ... nos Estados Unidos, revelou, Senador, que exatamente as crianças e os adolescentes, por estarem drogados, são mais facilmente corrompidos, levados à exploração sexual...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – ... e vítimas de estupro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito. Está esclarecido.

Eu passo a palavra, agora, ao Dr. João Marcos Buch.

O SR. JOÃO MARCOS BUCH – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Cristovam Buarque. É um grande prazer estar, aqui, no Senado.

O juiz, por formação, não é acostumado a dialogar. Ele espera que as causas sejam trazidas até ele, ele ouve todas as partes e ele decide, com a sua consciência e com base na Constituição.

Então, o ambiente político de diálogo é um local em que o juiz não está acostumado a tramitar, mas é excelente. Eu me sinto privilegiado por estar aqui, Senador, sob sua Presidência, porque eu tenho tido, aqui, agora nesta última hora e meia, uma lição de democracia e de respeito.

Muito obrigado.

Eu lhe passo, em mão, documentos: o meu ofício, com o meu relatório, com a minha fala, e, em anexo, um vídeo de 15 minutos, a que eu gostaria que, se fosse possível, o senhor assistisse oportunamente. Ele trata de autoridades – juízes, psiquiatras, policiais militares – respondendo a uma entrevista baseada numa pesquisa feita pelo Rotary de Joinville, Santa Catarina, em sete colégios particulares, com adolescentes e pais, a respeito do uso de drogas: uso de maconha, uso de outras drogas ilegais e legais.

Os dados são colocados para essas pessoas e essas pessoas trabalham esses dados. A pesquisa é impactante e muito chocante: a dicotomia entre os que os pais pensam e o que os filhos pensam a respeito da questão da droga. Mas isso está aqui, o vídeo está em anexo, e peço que o senhor, por favor, oportunamente, o leia.

Pois bem. Gostaria de cumprimentar o grupo de Florianópolis – como catarinense – e me proponho a visitar vocês em Florianópolis e ter um diálogo a respeito dessa situação, a respeito da regulamentação da maconha. Enfim, sinto-me muito mais reconfortado sabendo que existem catarinenses envolvidos no debate, muito embora, já de antemão, saiba que não comungam da mesma opinião que eu. Mas, enfim, eu estou aqui para o diálogo e estou à disposição de vocês a qualquer tempo para ir lá e conversar com vocês sobre essa situação.

Eu falo como juiz há 20 anos – nos últimos 13 anos, juiz criminal, juiz da execução penal –, que não sou ingênuo, sei que não vivemos num paraíso, mesmo, no Sul do Brasil. Nenhum Estado é uma ilha: nós convivemos com a violência, convivemos com o assalto, convivemos com a perversidade. Já julguei muitas pessoas, já condenei pessoas a 80, 90 anos de cadeia por sequestros, por tráfico de drogas, aqueles que, realmente, comandavam e a respeito de quem a Polícia Federal, por meio de investigações, conseguiu fazer um bom trabalho. Enfim, o que eu quero dizer a vocês é que eu, realmente, penso a questão da violência urbana todos os dias da minha vida nos últimos 13 anos, porque nos últimos 13 anos eu sou juiz criminal e da execução penal; e, assim, todos os dias desta minha vida, mesmo em férias – às vezes, eu me pergunto se eu não deveria fazer terapia a respeito disso –, eu, realmente, estudo, trabalho e tento verificar os melhores caminhos para que todos possamos viver em paz, possamos caminhar pelas calçadas de nossas cidades à 1 hora da manhã no centro sem ter problema de ser violentado ou assaltado. Eu tenho para mim, como todos vocês, que nós queremos a felicidade, e essa felicidade será alcançada através da paz. Então, aqui, todos nós temos esse objetivo comum. Portanto, acho importante este diálogo e este debate.

Pois bem. Claro que eu não sou detentor da verdade, muito menos num tema tão espinhoso como este, que é o da questão das drogas. Eu tenho que ter essa noção, no mínimo, por humildade científica. Existem juízes, colegas meus, que defendem o recrudescimento das penas para tratar a questão da droga, para tratar o combate à droga, e eu tenho que respeitar com humildade essas opiniões. Particularmente, eu sou contra o consumo de maconha, contra o consumo de drogas, mas sou favorável à descriminalização. E, quando digo descriminalização, é a regulamentação da maconha e de outras drogas. Ou seja, descriminalizar, mas não permitir e, sim, regulamentar, como é feito com a bebida alcoólica, como é feito com a nicotina.

Particularmente, estou certo de que a proibição e a política de guerra às drogas causam maiores danos e sofrimentos. Existe um relatório da Anistia Internacional que revela isso. Eu trouxe um texto da Maria Lúcia Karam, da LEAP – imbatível magistrada nessa questão –, onde comenta que o relatório da Anistia Internacional revela que, de janeiro a setembro de 2013, 804 pessoas foram mortas no Rio de Janeiro e em São Paulo em operações policiais baseadas na guerra às drogas. Vejam bem: eu não estou tratando, aqui, da polícia. Eu, quando estou em risco, é a polícia que eu busco para garantir a minha segurança, para garantir a minha integridade, e eu respeito muito a polícia. Estou falando de política institucional a respeito de combate às drogas.

Em resumo, o que eu quero dizer é que, na minha opinião, se as drogas são ruins, a guerra às drogas é muito pior. E nós temos que ter – como os meus colegas que me antecederam – um olhar consciente sobre

esta questão; um olhar que tente tratar essa questão de prevenção das drogas através da lei penal e que tenha consciência do que está acontecendo; nós não podemos negar a nossa realidade. A Lei Antidrogas nega a realidade, nega o que está posto na nossa vida, no dia a dia; e nós temos que ter essa consciência. Então, essa lei não está sendo satisfatória, ela não está sendo eficaz. E o que nós devemos fazer?

Eu defendo a regulamentação, dizendo que nós sabemos que a proibição do uso de drogas e da maconha tem, sim, uma origem moral, como o colega que me antecedeu disse. Se nós aceitamos certas drogas, como o álcool e o cigarro, por que nós rejeitamos outras? E por que nós escolhemos combater essas drogas ilícitas através da política de segurança pública?

O usuário, meus senhores, continua sendo tratado como criminoso e a repressão ao traficante aumentou, levando ao cárcere milhares de pessoas.

Por outro lado, grande traficante, em boa parte, não é alcançado; traficantes maiores não são presos, tampouco descapitalizados. Eles têm mecanismos muito fortes de lavagem de dinheiro que não são atingidos; só é atingido quem está na base. Então, a guerra às drogas não atinge grandes produtores, grandes fornecedores e o comércio legal que se sustenta através do comércio ilegal. Ela atinge, sim, os mais vulneráveis. Basta entrar nas cadeias para perceber o que eu digo.

Senador, senhores, há dez anos, nós tínhamos 250 mil pessoas encarceradas no Brasil. Hoje, nós estamos com 600 mil pessoas encarceradas no Brasil! E isso sem contar as pessoas em prisão domiciliar, aquelas pessoas que, condenadas, cumprem a pena em regime aberto, Como não existem albergues, então elas cumprem a pena em seus domicílios. Assim, nós estamos com mais de 700 mil pessoas encarceradas. Isso significa que o Brasil é o terceiro país mais encarcerador do mundo, perdendo para os Estados Unidos e perdendo para a China.

Nós temos, ainda, mais de uma centena de milhar de mandados de prisão expedidos. São pessoas que deveriam estar presas e não estão; e o sistema não tem como aceitar, como abarcar essa gama de pessoas. Repito: dez anos atrás, eram 250 mil pessoas presas; hoje, nós estamos com mais de 700 mil. E, se nós formos ver outros dados estatísticos, nós nos daremos conta de que, em 2012, 26% dessas pessoas estavam relacionadas ao tráfico de drogas. Se nós verificarmos os dados relativos à mulher encarcerada, teremos que, em 2012, eram 47%, agora já ouço dados indicando que já estamos em 60%.

A questão da mulher encarcerada é tão grave, senhores, que a mulher é tratada como homem. Dentro do sistema prisional, ela não é vista em sua condição de gênero. Então, a mãe de família, cujo marido sustenta a casa por meio do tráfico de drogas – e está errado, óbvio, porque atualmente é contra a lei, é crime –, uma mulher, que tem filhos e se sustenta em razão disso, quando a polícia faz a batida em sua casa, o marido foge e ela, sabendo que o marido trafica, vai presa e é condenada por associação ao tráfico.

Então, com isso, há o incremento do número de mulheres encarceradas. E mais: da noite para o dia, aquelas crianças são abandonadas à própria sorte, porque essas mães vão condenadas e vão às prisões, onde são tratadas como homens.

Sobre a questão da reincidência, eu tenho dados de Joinville. Num universo populacional de 1.500 detentos, entre 2005 a julho de 2014, o índice de reincidência no tráfico foi de 35%. São pessoas que voltam a ser presas em razão do tráfico – mais de 30%! Ou seja: essa guerra às drogas, da forma como o Senador colocou, com essa política proibicionista, não vem atingindo o objetivo a que se propôs.

Não vou, aqui, entrar em questões morais, não; vou entrar na realidade. A nossa realidade é que o sistema carcerário está sucateado, as pessoas estão sendo mortas dentro do sistema carcerário e mais de 30% dessas pessoas não precisariam estar lá se o viés do combate às drogas não fosse a guerra proibicionista. E, aí, nós teríamos, talvez, um mundo um pouquinho mais pacífico, especialmente no nosso Brasil.

Esse modelo é contraditório, esse modelo é sem lógica. Nós temos que discutir a descriminalização, a regulamentação do uso da maconha num diálogo franco, aberto, sem preconceitos.

Será que a descriminalização pulverizaria a distribuição, retiraria do poder do traficante o seu capital de mando e corrupção? Será que a própria indústria armamentista não se tornaria obsoleta? Será que a violência não seria reduzida? Será que a política de combate às drogas não se ajustaria mais na saúde pública e na educação do que no chicote da pena?

E uma política global de redução de danos?

Senhores, eu tenho certeza de que o Direito Penal nunca jamais conseguirá fazer o papel de combate às drogas. Pelo contrário; ele alimenta, de forma autofágica, a criminalidade e a violência com a proibição.

Senador, está no documento escrito; o senhor tirou a minha fala. É preciso ensinar aos jovens que a droga não é o caminho para a felicidade; que cresçam sabendo que o prazer está neles mesmos, na arte, no esporte, na música e no amor. Não será pelas duras penas criminais que eles aprenderão, absolutamente.

Para encerrar – e sei que eu tenho tempo –, eu vou ler um texto que eu fiz há um tempo. Eu costumo escrever algumas crônicas e publicá-las em jornal a respeito da situação carcerária e a respeito da violência, e eu acho que esse texto é bem propício, talvez, para encerrar a minha fala, Senador.

Numa Manhã de Outono

No Presídio Regional de Joinville, o juiz em passagem pelos corredores conversa com os detentos. Já no meio do caminho, ao passar por uma das celas, o primeiro a atender é um rapaz de 18 anos:

– Juiz, quero saber quanto tempo vai demorar para eu ser julgado.

O juiz, lembrando vagamente daquele detento, pergunta:

– De onde te conheço? você já teve algum processo comigo?

– Não, não senhor.

– Mas eu te conheço, isso agora tenho certeza, mas de onde?

– É lá do sinaleiro da João Colin com a do Ginástico. Eu conversava bastante com o senhor quando vendia canetas e balas na hora do almoço.

– JAILTON (nome fictício)??? não acredito!

Em frações de segundos o juiz lembrou do Jailton. Sempre que almoçava nas proximidades, na volta, naquela sinaleira encontrava o menino vendendo algo. Apesar de radicalmente pobre e morando só com a mãe, num dos confins da cidade, era um adolescente esperto e comunicativo, feliz afinal de contas. Acostumado que estava com as lides criminais e sabedor do histórico dos réus, o juiz pensava que poderia por meio de conselhos evitar o pior, evitar que a roda da miséria alcançasse mais aquele ser humano. Chegou a cobrar os estudos e pedir o boletim escolar. Para sua surpresa o recebeu, dias depois, num início de tarde ensolarado, naquele mesmo semáforo, sob o olhar altivo do rapaz. Histórico exemplar, notas só acima de oito, com um sete em química escondido, é verdade. O juiz, contente com a responsabilidade do rapaz, deu os parabéns e falou para seguir naquele caminho de estudo. Acreditava e se propunha ainda a encontrar algum trabalho de aprendiz para o jovem e assim pediu que este o procurasse no Fórum dentro de algum tempo. Nunca mais o viu.

O Leviatã finalmente o apanhara, sem pena e sem culpa. A roda da miséria rodava com mais força. A humanidade perdia mais uma vez.

Encontrado agora pelo juiz, aquele mesmo jovem de antes não tinha mais a alegria infantil que tanto identifica a adolescência. Abatido, arcado, olhos já não tão curiosos, e mais, com nítida vergonha do problema que enfrentava, com as mãos e lábios tremendo, o jovem não conseguiu explicar seu caso. Apenas disse que estava preso por tentativa de homicídio – tentativa de homicídio!!!. Sem outros comentários, logo se afastou para dentro do breu da cela, sendo sucedido por outro detento, e por mais outro, mais outro.

Ao juiz só restou o sentimento de indignação, misturado com impotência e esperança. Indignação porque as políticas públicas desenvolvidas [especialmente a de combate às drogas] não percebem ou não querem perceber que boa parte da violência urbana poderia ser evitada com inclusão social, educação, saúde e emprego. Ou seja, com mínimo de dignidade e respeito. Impotência porque para o caso do rapaz nada podia fazer. O mal maior já havia ocorrido e outro cidadão já havia sofrido uma tentativa de homicídio, com traumas e sequelas muito provavelmente irreparáveis. E esperança – sim, esperança – porque ainda pôde perceber na atitude do jovem que aquele caminho não era e nunca havia sido por ele desejado. Quem sabe se depois de tudo ainda não havia alguma alternativa, alguma reinserção social. Mas apenas se o Leviatã deixasse.

Era o que eu tinha a dizer a vocês.

Eu entendo que nós temos que trabalhar com muita afetividade e solidariedade entre nós todos. Nós não podemos entrar nessa guerra instalada na defesas de ideias. Eu respeito muito quem defende o proibicionismo, mas eu gostaria que estes, por favor, tentassem refletir um pouco a respeito da situação que nós estamos vivendo no cárcere e, ainda, que essa política proibicionista está aumentando a população carcerária e impondo às pessoas cada vez mais indignidade, mais desesperança e mais miséria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Senador, o senhor me permite uma colocação sobre o proibicionismo, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos esperar, Estamos terminando aqui, faltam duas pessoas e você está inscrito. Vamos esperar.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Pois não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra a Drª Débora Maria da Silva.

A SRª DÉBORA MARIA DA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque e a Mesa e dizer que, escutando os técnicos desta Mesa, como mãe de vítima, como fundadora e coordenadora do Movimento Mães de Maio, tenho que concor-

dar em 50% com a falácia e não concordar em 50%. Deixo um ponto de interrogação para qualquer um debater comigo, como mãe de vítima: quem é esse tráfico? Quem é esse tráfico que as nossas instituições não têm capacidade de combater? Quem é esse tráfico? Quem está atrás das grades? Quem está dentro dos caixões?

Vou fazer uma propaganda aqui. Assistam à Bienal de Artes. Ela está aí para mostrar a mazela institucional de que o meu filho foi vítima.

Temos que falar, sim, de segurança pública junto com o tráfico de droga. Sou mãe de uma vítima do Estado de São Paulo, onde, no espaço de uma semana, como retaliação, a Polícia matou mais de 600 jovens na periferia, um espaço curto. Atribuiu-se ao combate ao crime organizado. Quem é esse crime? Faço de novo a pergunta. Quem é esse crime? A periferia. Por que a periferia é tratada como criminosa?

Estou aqui para defender minha periferia. O meu filho não fumava, não bebia, não cheirava; ele não tinha vício nenhum, mas pagou com a vida! Era um gari que trabalhou de atestado médico com 15 pontos na boca.

Não existe guerra ao tráfico, mas, sim, guerra às pessoas pobres e negras da periferia. (*Palmas.*)

Por que não há investimento maciço na educação e em políticas sociais? Aí está a ponta do *iceberg*.

Fico agradecida desse convite, mas, ao mesmo tempo, estou revoltada porque não se combatem as drogas matando e encarcerando. Combatem-se as drogas com educação. Vamos fechar os presídios e abrir escolas para ver como a gente muda a realidade. Quando vemos os meninos da Fundação Casa passando na Olimpíada de Matemática... O nosso futuro está atrás das grades ou, então, está sendo apagado do nosso País, porque vemos pessoas idosas querendo colocar um fim no tráfico matando, apoiando o homicídio, apoiando o encarceramento, mas a questão é mais embaixo.

Sou obrigada a falar aqui, e gritar, porque as mães brasileiras, as Mães de Maio estão aqui muito bem representadas. É inaceitável que o nosso País seja o país mais exterminador da juventude em nome do combate ao tráfico. Que tráfico é esse?

E vemos o que aconteceu no Estado de São Paulo, onde as mães lutam para saber a história que não foi contada sobre um período em que 600 inquéritos foram arquivados a pedido do Ministério Público, e aceito pelo Judiciário, o que é berrante, em nome do combate ao crime organizado.

Que combate é esse ao crime organizados? Que combate é esse que as UPPs do Rio de Janeiro estão fazendo contra o tráfico se o tráfico não está sendo incomodado? Os que estão sendo incomodados são os pobres negros periféricos! São eles que estão sendo obrigados a sair de seus lugares de moradia para dar oportunidade à especulação imobiliária. Este que é o papel das UPPs! Porque, quando eu entrei nas favelas do Rio de Janeiro, a primeira coisa que as crianças me perguntam é de que facção eu sou, para poder entrar nos morros onde existem UPPs.

Estou falando a olho nu! Eu não estou aqui defendendo; estou falando com a alma. Que combate ao tráfico é esse que leva para dentro das cadeias só os pequenos?! O grande não se combate, porque ele vem da classe média alta ou nem mora no nosso País.

São ações de perseguição às pessoas, e essas pessoas têm cor, têm pigmento e têm classe social. E digo isso porque, quando a gente entra nos presídios, a gente vê um verdadeiro porão de navio negreiro. A nossa periferia é uma senzala. A gente vê que o açoite e o chicote do capitão do mato viraram as balas que mataram meu filho, e eu, como cidadã, não posso admitir isso!

Para se combater o PCC, foi obrigado a ir para a periferia matar 600 jovens, e a maioria deles não tinha passagem pela polícia – e essa é a regra. É inaceitável isso!

Eu, como mãe, defendo com outro olhar. A reforma do Judiciário é necessária, porque é inaceitável que a polícia mate em nome do combate ao tráfico e o Judiciário mate muito mais com uma canetada, porque o papel aceita tudo! Aceita os policiais serem testemunhas deles próprios! Eles colocam quem eles quiserem. Se aquele menino não der o arrego, eles colocam na cadeia ou, então, na calada da noite, matam.

Que país é este onde, para se combater, tem que matar e encarcerar?!

Vamos educar quem está por trás das leis! Vamos educar quem está por trás das leis!

As mães estão aqui para responder! As mães estão aqui para revolucionar este País!

Nós não aceitamos, porque nós não somos contra as drogas. As drogas matam! Nós não somos contra as drogas; nós somos contra o proibicionismo, que é inaceitável! Fala-se em proibição, mas vamos legalizar para ver se a gente não consegue alcançar um horizonte.

Quando a gente vê, a gente enxerga um Estado em que as mulheres têm filhos que já nascem presos, mulheres que são obrigadas... A maioria das mulheres encarceradas é por tráfico de drogas. Não foi diferente com as mães de maio. Para poderem criminalizar o movimento das Mães de Maio, que estava batendo de frente, eles encarceraram duas mães. Qual era o melhor negócio que a sociedade aceitaria? O tráfico de drogas.

Quando a segunda mãe foi presa, eu fiz a defesa. Eu não tenho curso acadêmico; o curso acadêmico da vida ninguém rasga, ninguém me tira: é o meu diploma da vida! E eu fiz a defesa, mas o juiz deu a prisão arbitrária por tráfico de drogas. E eu estou aqui à mesa com os meus colegas juízes e procuradores.

Eu trouxe um dossiê para entregar ao nosso Senador Cristovam Buarque; um dossiê entregue pelo CDDPH sobre milhares de jovens que foram dominados como criminosos e foram executados, e em todos os casos os inquéritos foram arquivados. E eu queria que se apreciasse a resposta que foi dada em nome do combate ao crime organizado – a resposta que a Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo deu ao CDDPH.

Estado de São Paulo deu ao CDDPH – estou aqui com a cópia –, porque não existe investigação por parte da Polícia Civil nesses crimes. O Governo denominou como ataque do PCC. Se ele denominou essas mortes como ataque do PCC, por que encobrir as mortes do PCC? Por que não traz à tona a verdadeira verdade de uma guerra que não era nossa? Agora, você se deparar, no Cemitério de Perus, com os indigentes serem enterrados em 20 minutos, mais de 20 corpos serem enterrados como eu presenciei... Por isso que eu fiz a Bienal, para provocar. Aceitar fazer isso mesmo tendo caído de cama, sendo uma mãe de vítima.

Eu acho que temos que rever o conceito. Eu continuo fazendo a pergunta: que tráfico é esse, que combate é esse? Não se combate o tráfico de drogas matando e encarcerando, mas sim verdadeiramente com políticas sociais em nosso País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra, agora, ao último inscrito, o Psiquiatra Fábio Gomes de Matos e Souza, antes de passarmos a palavra para a audiência.

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA – Senador, eu gostaria de me mover para o outro lado se o senhor me permitir por causa da câmara aqui. Eu vou passar alguns eslaides.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito.

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA – Bom dia a todos.

Senador Cristovam Buarque, Senador Fleury, Mesa, esta minha apresentação será... Alguém pode colocar o fio aí, por favor, por obséquio? Obrigado. Eu sou, como está bem dito aí, representante Nordeste da Associação Brasileira de Psiquiatria. Esse tema tem sido muito discutido por nós psiquiatras. A partir do dia 14 de outubro, nós teremos o Congresso Brasileiro de Psiquiatria reunindo cerca de 9 mil profissionais de saúde mental aqui em Brasília. Um ex-presidente da República foi convidado para participar do debate sobre maconha. Eu não sei se ele vai aceitar.

Então, a minha palavra inicial é de agradecimento ao Professor e Doutor Cristovam e ao Senador Fleury, porque a gente conseguiu que o Senado, pela primeira, no dia 10 de setembro, que é o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio, fosse iluminado de amarelo, que é a cor da prevenção do suicídio. Queria agradecer e lembrar que a questão do suicídio, quer por drogas ou qualquer outra coisa, hoje é de notificação obrigatória. A Portaria 1.271, do Ministério da Saúde, obriga, em 24 horas, a pessoa a comunicar a tentativa de suicídio, porque nós não podemos deixar nenhum brasileiro morrer.

Nós vamos fazer aqui uma pequena revisão sobre álcool e drogas para entrar na maconha, em termos de saúde pública.

Esses são os meus conflitos de interesse, que para esta aula não há nenhum.

A gente tem que lembrar que o consumo de drogas é um consumo por impulso, não é um consumo por necessidade. Então, comida e bebida são consumo por necessidade, mas quando você tem um consumo por impulso o que é interessante fazer? Uma redistribuição extensa e capilarizada. Por exemplo, os refrigerantes. Não é preciso andar muito para, em qualquer bar, em qualquer lugar do Brasil, você tomar um refrigerante gelado. A droga funciona basicamente nesse mesmo modelo.

Uma coisa que é importante lembrar é que toda essa questão da legalização que aqui refere-se à pessoa acima de 18 anos, em Colorado, refere-se à pessoa acima de 21 anos. Mas eu tenho que lembrar, como médico, que nós, quando nascemos, estamos com o coração pronto, o pulmão pronto, o fígado pronto menos o cérebro. Nós ficamos grávidos do nosso cérebro até 21 anos de idade. Então, a gente tem que proteger esse cérebro. A gente tem que ter políticas para proteger essa pessoa que tem esse cérebro em formação. Do mesmo jeito que é um absurdo uma mulher grávida usar drogas, também é um absurdo adolescentes usarem drogas de qualquer maneira.

Vamos falar um pouco de álcool e cigarro. Eu ouvi aqui alguém dizer que droga não mata. É uma falácia! Droga mata e muito.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA – Droga mata e muito!

Uma das questões fundamentais é aumentar o consumo. O Princípio de Pareto, que é muito conhecido por quem trabalha com epidemiologia, refere-se que 20% das pessoas que consomem qualquer tipo de droga representam 80% do consumo total. Então, quanto maior foi o universo, maiores serão esses 20%, que vão consumir de forma sistemática.

O cigarro é responsável pela morte de mais de 200 mil mortes no Brasil, mata 350 a cada dia, 23 brasileiros a cada hora. Esta é uma das coisas interessantes, que muita gente talvez não saiba: até a década de 20, o cigarro era uma exclusividade masculina. O que foi que aconteceu em 1929, na Easter Parede m Nova York? Uma pessoa – vou passar aqui o nome dele: Edward Bernays – fez a seguinte questão e perguntou: "por que só homens fumam? Por que mulheres não podem fumar"? Então, o que foi que ele fez? Botou esses cigarros enormes na boca dessas mulheres que eram pagas e chamou isso de "as tochas da liberdade". Claro que eram as tochas da doença, claro que eram as tochas do câncer, claro que eram as tochas da leucemia, claro que eram as tochas de "n" outras coisas. Quem era Edward Bernays? Ele era sobrinho de Freud, entendia, desde sua infância, como funcionava a mente. Quem é o Edward Bernays agora, nessa história da maconha? O que estão tentando fazer com isso?

O IBGE demonstra uma coisa muito interessante: estamos conseguindo diminuir a quantidade de pessoas que fumam. Não vou ter tempo, obviamente devido aos limites impostos pelo Senador, de 15 minutos, de entrar em detalhes, mas sabemos que, hoje, mais ou menos 15% da população fuma em comparação com 19% em 2006. Estamos conseguindo, mas quantas vidas não foram sacrificadas por causa dessa história do cigarro? Então, é importante vermos que, em termos de saúde pública, temos uma responsabilidade muito grande com a vida das pessoas. Não é razoável colocarmos vidas de seres humanos em risco.

E o álcool? O álcool é uma das principais causas de morte em nosso País. São oitenta mil brasileiros, nove mortes a cada hora. É um absurdo, e existe o risco da dependência. Quando a pessoa se torna dependente de uma droga, ela perde a liberdade porque está dependente daquela droga. Um em seis adolescentes podem ficar dependentes da maconha, e, quanto mais jovem, maior o grau de dependência. É um número absurdo? Então, estamos dispostos a fazer um em seis e está tudo muito bem com a gente? E em relação a dirigir e beber? Nos Estados Unidos a Mothers Against Drunk Driving diz que um acidente automobilístico, se você beber, é um em quinhentos. Vejam bem que aqui era um em seis. Estamos dispostos a fazer um em quinhentos?

O Brasil é um dos países que mais consomem álcool, e esse consumo de álcool é extremamente ligado à violência, como já foi bem dito aqui. O que é mais interessante e que destaco aqui é essa questão de 12 a 17 anos. Esse é um dado de 2001, mas olhem, em todo o Brasil, como a turma de 12 a 17 anos consome álcool. E isso é uma das coisas que uma política pública tem que ser adotada para preservar esses jovens. Como vou deixar esses jovens beberem, beberem e sofrerem graves consequências em suas vidas? Quem vai fiscalizar esse consumo de 12 a 17 anos? Então, falamos aqui que o tráfico vai diminuir para os que têm acima de 18 caso seja legalizado. E até 17 anos, como fica? E até 17, como fica?

Temos um sistema de saúde falido. Por quê? Porque o CAPSAD só atende a partir de 16 anos. E o CAPSI não atende drogas. Então, para quem tem 13, 14, 15 anos, onde estão essas crianças sendo atendidas pelo amor de Deus? O que estamos fazendo com essas crianças?

Bem, há dados interessantes como: por que vou pagar mais se posso pagar menos? Este é um levantamento americano; isto é o preço legal e este é o preço do traficante. Isso é o que acontece e isso tem sido. Vamos pegar o cigarro. Aumentar o custo do cigarro, vamos lá. Então, aumentei o imposto do cigarro, e o que aconteceu? Hoje, 31% vem de contrabando. É, então, uma coisa meio complicada, não é apenas dizer que só o preço alto define isso.

Uma das questões fundamentais que deveríamos discutir aqui é por que na bebida, nos rótulos de bebida, não temos as mesmas coisas que há em rótulos de cigarros, de tudo o que a bebida faz?

Essa é uma questão de saúde pública, e é por isso que devemos batalhar. (*Palmas.*)

É impossível. E por que não conseguimos? Por causa da história da bebida. E o que é que tem? A cerveja tem outro sistema de tributação, a cerveja é livremente colocada, e isso está na Internet, uma fábrica de cerveja que acha que dez bilhões de litros é pouco, e um candidato que quer aumentar o imposto ainda acha que é pouco, mas pouco no sentido de que as pessoas têm que beber mais, não é?

Uma das questões fundamentais é esta: a bebida, em especial a cerveja, o quão barata é e como ela é consumida. E, quanto mais barata eu torno a cerveja, maior o acesso, maior o consumo. Isso é o que acontece.

Quando se diz nos anúncios de bebidas "beber moderadamente", alguém sabe que mulher só tem que tomar uma unidade, ou seja, uma latinha, e o homem duas latinhas? Isso é beber moderadamente. Por que não dizem isso na propaganda também e educam a população?

O Senado e o Congresso têm a obrigação de fazer passar leis que eduquem a população dizendo exatamente o que tem de ser feito. (*Palmas.*)

Para a gente que pensa que a maconha sai da agricultura familiar, lembro este dado: nos Estados Unidos, 90% vinha da agricultura familiar; depois de 2010, 90% era por multinacional. Será que a maconha vai ser limitada, realmente, a seis plantinhas em cada casa?

Uma das questões fundamentais aqui, saiu no *Daily Mail*, em julho, do Peter Williams's: tem gente que quer ganhar US$1 bilhão. Os agentes federais lá dos Estados Unidos, do FBI, dizem que já há cartel da Colômbia se instalando no Colorado para espalhar para os outros Estados. Os hotéis providenciam inclusive isto: a cada duas diárias você tem um vaporizador. Então, é o turismo da maconha. Não dá para distinguir, segundo nenhum dado, a maconha legal da ilegal. Esse é outro problema. E já há *vending machines*, como eles chamam lá, de maconha no Colorado.

Entre todas as fontes de pesquisas do mundo, o melhor *site* de pesquisas médicas, a meu ver, é o PubMed, do congresso americano. Há, ali, mais 20 mil entradas só sobre maconha, se você colocar "marijuana". E qual foi o que escolhi? Eu tinha que escolher algum deles. Eu escolhi o da Nora Volkow, Presidente do Nida – *National Institute on Drug Abuse*, a instituição que mais estuda droga nos Estados Unidos. E essa pesquisa foi publicada recentemente no *New England Journal of Medicine*, que é o jornal de maior impacto médico do mundo. Então, são duas fontes absolutamente credenciadas: o jornal e a pesquisadora. E o que é que eles dizem? Eles dizem a seguinte coisa: falar de THC em 1980 é diferente de falar hoje, porque a maconha virou transgênica, com 18% a 20% de THC.

O Uruguai é sempre citado, mas por que não citam a Noruega, a Finlândia, o Japão, a Dinamarca, onde estão as políticas que deram certo? Só citam o Uruguai como uma possibilidade.

No Colorado, o legalizado é duas vezes maior. E o Kevin Sabet, que esteve recentemente no Brasil, disse uma coisa muito interessante: a cada dólar arrecadado, gastam-se dois dólares com saúde pública. Isso não é exatamente uma das melhores decisões em termos de saúde pública de um país.

Sobre a Holanda, não vou falar, porque muita gente já falou.

Uma das questões fundamentais que foram ditas aqui é quanto há na periferia. Na Austrália, há oito vezes mais lojas de álcool e traficantes em áreas pobres do que em áreas ricas. Então, quando você legaliza, onde é que aumenta mesmo o consumo? Exatamente o daquelas pessoas que são mais fragilizadas pelo sistema social e que a gente tem obrigação ética de proteger.

A maconha causa dependência? Causa sim, em 9%. E 9% é pouco ou é muito? Para um sistema de saúde e saúde mental como o nosso, que está fragilizado, como é que nós vamos ainda aumentar? Se aumentarmos em 9% os 10 milhões de pessoas atendidas pelo sistema, teremos 1 milhão de pessoas dependentes! Dependente não é usuário; dependente é diferente de usuário. Então, é uma das questões sobre as quais é fundamental a gente pensar.

E uma das questões, no Colorado, que começou algum tempo atrás, não vou ter tempo de falar dessa questão, mas vou falar desta: não existe nenhum traficante, na minha experiência atendendo pessoas dependentes há mais de trinta anos da minha vida, que diga assim: "Não, Dr. Fábio, eu comprei isso numa butique de maconha; se eu quiser *crack*, eu vou comprar em outra butique; se eu quiser LSD, eu vou comprar em outra butique". Não é verdade! O traficante vende tudo. Se ele deixa de vender maconha, vai vender outras coisas – óbvio! E vai vender mais barato, especialmente para quem a legislação não vai proteger: a população de 12 a 17 anos.

Então, a legalização da maconha é uma dicção com fins lucrativos. Já foi citada uma pessoa aqui, o George Soros, que é uma pessoa envolvida na legalização em todo o mundo. Por que ele está tão interessado? É uma *licence to kill*, como os ingleses dizem em relação a ele.

Quanto ao Cadu, eu não vou poder entrar nisso, mas uma das coisas que eu vou poder falar é isto aqui: a Nova Zelândia comparou 1.000 jovens com mais de 20 anos que usavam três vezes por semana por pelo menos três anos e pararam com 21 anos. O que foi que aconteceu com o QI? Se o QI normal é 100, deu 92. O que é um QI 92?

É um QI com o qual, se o indivíduo se apresentar para um emprego, não vai conseguir; é um QI com o qual eu vou me aplicar para uma faculdade e não vou conseguir. Enfim, é um QI que não vai me permitir uma realização como ser humano em sua plenitude. É isso que nós temos que advogar no nosso País: que os jovens sejam plenos em termos intelectuais. (*Palmas.*)

Bem; uma das questões fundamentais é a seguinte: quanto mais jovem se começa, maior o risco de dependência. Então, essa é uma das questões fundamentais. Tudo isso está na pesquisa da Nora Volkow. E outra questão fundamental é a da vulnerabilidade. E foi dito aqui que a maconha, o álcool não indicam para outras drogas. Indica sim! Por quê? É lógico que indica. É óbvio que indica. É óbvio! (*Palmas.*)

É a experiência da gente.

E a questão fundamental é essa aqui: duas a quatro vezes mais chances. São vários os trabalhos. É só vocês irem lá no artigo. Está disponível na Internet.

Uma das questões fundamentais é por que acontece isso? Porque esse desenvolvimento sensibiliza um sistema endocanabinóide e sensibiliza também a dopamina, que é substância que dá prazer. Então, isso é o que a Nora Volkow chama "*salience*", a saliência. Então, eu tenho que beber mais, eu tenho que fumar mais, eu tenho que usar mais cocaína para ter o mesmo efeito. Isso é o que a gente vê todos os dias em nossa clínica.

E destrói o cérebro, destrói as conectividade, especialmente do hipocampo, da fímbria, do pré-combius. Sei que estou falando palavras que são mais apropriadas falar em uma classe médica, mas essas são áreas cerebrais que têm a conectividade destruída pela maconha. Então: "Ah, a maconha é uma droga ilesa, inofensiva..." Não, não, não e não! (*Palmas.*)

Maconha reduz o hipocampo? Reduz sim. O efeito negativo da maconha na conectividade e o possível papel como porta de entrada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA – O meu tempo está terminando, mas eu vou levantar só dois pontos aqui. Uma das questões é o aumento do surto psicótico. Se eu uso antes dos 16 anos, eu aumento dez vezes a chance de se ter esquizofrenia. Isso não é exatamente uma melhor coisa.

Então, uma das implicações é o abandono da escola precocemente e o desempenho escolar fica comprometido em todas essas questões. E, se a gente for pensar, falando aqui em termos de acidentes, o Kevin Sabet, comparando seis meses de 2014 e 2013, os mesmos períodos, observou que houve um aumento de 100% no número de acidente provocado pela turma que fumava maconha. Quer dizer é um problema de saúde pública certamente muito forte.

O teor de THC atual eu já falei; os canabinóides nós já falamos "n" vezes isso aqui.

Eu vou lembrar isso aqui: o uso de segunda mão especialmente em filhos de pessoas que fumam maconha. Quer dizer, você está fumando e, no organismos do seu filho de 2, 3 anos, é detectado o teor de maconha tão precocemente.

Para concluir, então, está associada a efeitos maléficos, comprovadamente, sem sombra de dúvida: a disponibilidade e a aceitabilidade social a uma exposição mais ampla. Assim, quanto mais eu disponibilizar, mais as pessoas vão usar.

Finalmente, do jeito que está – e o Senador já o disse – não dá. A gente concorda. Nós da ABP concordamos com isso: é necessário coragem para investir na prevenção, na educação, em formas mais integradas como a justiça terapêutica, na assistência aos dependentes químicos, em diminuir o acesso a todas as drogas – todas! E, enfim, investir na construção de uma nova geração de brasileiros com saúde e não com dependência às drogas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Dr. Fábio. Quero parabenizá-lo porque termina propondo coisas. Porque aqui a gente dividiu entre os a favor e os contra. E o senhor propôs algumas coisas. Eu poderia perguntar como fazê-las, mas pelo menos houve propostas.

Eu só queria pedir o seu apoio. Eu tenho um projeto que proíbe publicidade de qualquer propaganda.

Eu nunca vi ninguém me apoiar. Nunca vi nenhum movimento dos que são contra a droga, nunca os vi fazer um documento contra a indústria de vinho, contra a indústria de álcool, que já veio aqui quase ameaçar tantas vezes. Eu gostaria de pedir o seu apoio, Dr. Fábio. (*Palmas.*)

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA (*Fora do microfone.*) – Eu não tenho autoridade para falar, porque eu não sou... Mas o senhor está convidado para o nosso Congresso, para expor...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu irei.

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA (*Fora do microfone.*) – Desculpe, vou estar junto com o senhor nessa luta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem.

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA (*Fora do microfone.*) – A ABP conta com o senhor.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA (*Fora do microfone.*) – Eu não tenho microfone.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA – Eu tenho o prazer de, em nome da ABP, convidar o Senador para participar do nosso congresso aqui em Brasília, a partir do dia 14, para nós todos juntos – nós, a ABP; nós, Senado; nós, o Senador Cristovam e nós todos que estamos aqui nesta sala – lutarmos pela melhor condição de vida da nossa...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA – ... adolescência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Daqui a pouco eu dou o projeto. Bem, nós vamos ter um problema aqui, positivo...

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Meu assessor está lembrando que estou confirmado para participar, Dr. Fábio. Eu já confirmei minha presença lá.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só um minuto. Senador, um minutinho só.

Quero dizer o seguinte: nós temos um problema; nós temos 35 inscritos. Não haverá tempo. A esses 35 nós pedimos que dissessem quem ia falar antes ou depois, quem era a favor ou contra o tema em debate, e nós identificamos quem já falou ou não falou. Oito já falaram em audiências anteriores contra; um, a favor. Nós temos 27 querendo se pronunciar contra e apenas nove a favor. Eu vou dar, como disse no relatório, a palavra de três em três. Quando terminarem os a favor, ficamos com os contra. Aí vamos até o fim. Se há mais é porque há mais.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desde que a gente... Um momento. Desde...Um momento, um momento, um momento, um momento, um momento. Você já está outra vez se pronunciando dessa maneira. Eu disse que nós vamos colocar de três em três, foi o que falei. Quando terminarem os a favor, que são apenas nove, vai falar só quem é contra, um a um, todos, enquanto der tempo. Não vamos parar só porque o número é menor. É isso? É isso o que você está contra?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Vamos intercalar, Senador.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ah, intercalar? Está bom, pode ser, um a um, perfeito, perfeito, em vez de três em três. (*Palmas.*)

Senador, com a palavra. O senhor tem direito de falar a hora que quiser, a favor ou contra.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Esta nossa audiência é para tratar da maconha no sentido do uso para recreação ou do canabinol, que é o remédio. Eu acho que está fugindo totalmente do objetivo, porque o que a Drª Dora Maria da Silva falou é da questão executiva e da questão judiciária. Não se trata aqui de nós liberarmos a maconha para remédio e nem liberarmos a maconha para recreação, embora, para recreação, eu sou totalmente contra e, para remédio, eu prefiro que nós estudemos, para que importemos esse remédio a custo zero. Que o Governo arque, porque o Governo arrecada muito e pode perfeitamente importar a custo zero para quem necessita. (*Palmas.*)

Porque este País jamais terá condições, pela prática que nós sabemos haver no nosso País, de fiscalizar as plantações para remédio.

Essa é a minha posição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero dar a explicação de que nós tivemos reuniões específicas sobre o uso medicinal, sobre diversos.. Hoje, todos, quase, são juristas. Todos falarão sobre o impacto jurídico e o impacto carcerário. Fizemos exceção ao Dr. Fábio, porque eu achei que era importante ouvi-lo, já que ele foi citado muitas vezes aqui, mas esse foi o tema de hoje.

Quanto ao uso recreativo e medicinal, eu já disse que para o medicinal, nós temos um caminho fácil; para o recreativo é que não temos. Por isso o recreativo exige muito mais debates como esse. Quanto ao medicinal, a sensação que eu tenho é a de que estamos chegando a um acordo, porque, se defendemos a vida, não podemos tolerar pessoas morrendo, sofrendo por falta de um remédio apenas porque tem por base uma droga contra a qual muitos temos posições contrárias; outros, não. Então, é por isso.

Mas fico satisfeito com a sua posição.

Então, de um por um, eu vou começar com aqueles que estão na lista dos que são contrários. Aqui colocaram um asterisco, e eu não sei por que, na primeira...

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Presidente, pela ordem. Uma questão de ordem, porque, segundo o art. 403 do Regimento Interno, ela pode ser suscitada a qualquer momento, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Primeiro, é o seguinte: questão de ordem é Senador que propõe. Eu vou ser tolerante...

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... em lhe autorizar levantá-la, mas peço que reconheça que é uma tolerância minha.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Questão de ordem é de Senador.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Está ótimo. Por desconhecimento, tive acesso ao Regimento e até tive a preocupação de procurar... Então, na verdade, foi o que mais se adequou à questão essa situação de suscitar essa questão de ordem.

Senador, é o seguinte – com a prerrogativa dos cinco minutos –: esta é a primeira audiência a que venho, sou advogado, então, na verdade, o tema me atraiu e, por conta disso, estou aqui. A questão é a seguinte: como é a primeira audiência a que venho, talvez tenha sido suscitado isso em outras audiências – se foi, o senhor me perdoe e aí negue a questão de ordem que estou levantando nesse momento –: é pré-requisito para a proposta de uma lei as 20 mil assinaturas?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. Não é pré-requisito.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Não é pré-requisito? Não se fala em 20 mil assinaturas?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Fala-se. É pré-requisito para debater.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Debater. Ótimo

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A lei é outra coisa.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Claro, é um futuro, depois de passar pelas comissões. O senhor esclareceu muito bem.

Neste momento, eu queria levantar esta questão exatamente pelo seguinte: em um estudo simples que nós fizemos, vimos que há assinaturas e pessoas repetidas nesse cômputo total de 20 mil assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então é fácil lhe responder.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – A pergunta é uma só para V. Exª. Eu sei que deve haver uma triagem para que se coloquem e se comecem trabalhos dessa magnitude no Senado. A pergunta é a seguinte: houve esse trabalho? E eu justifico essa pergunta. Feita aqui uma análise – até a letra "b" só –, nós verificamos que existem pessoas como dois Marcos Senlu, claro que existem homônimos, mas dois Marcos Senlu com o mesmo e-mail, só que com registros: marcossenlu@hotmail.com e marcoslu@icloude.com; Bruno Iago Martins, três Brunos Iagos Martins.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Posso responder rapidamente?

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Eu só estou justificando o levantamento da questão. Eu agradeço o senhor ter atendido, mas eu estou levantando essa questão porque acho que é uma coisa fundamental que isso seja esclarecido para todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vai ser esclarecido. Primeiro, não tenho a menor ideia... Não sou eu que recebo. Eu sou um simples membro da Comissão. Isso entrou na Comissão, provavelmente a Secretaria fez a triagem junto com a Presidente da Comissão. Eu vou consultá-la. Agora, eu quero dizer que uma das maneiras de dar entrada é o abaixo-assinado; a outra é qualquer Senador pedir. Então, faz de conta que eu pedi. *(Palmas.)*

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Então, na verdade, o senhor, neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Neste momento, não.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Respeito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se se comprovar isso e o número for insuficiente, eu vou juntar três Senadores e faremos isso, porque houve um número substancial. Agora, eu não tenho ideia se estão ou não repetidos nomes.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Senador, a questão aqui, se V. Exª me permite, é maior do que isso. É claro que o senhor pode entrar, o senhor tem prerrogativas e direitos. Mas a questão aqui é uma só que eu gostaria de sinalizar para o senhor, com todo o respeito, dentro dos cinco minutos a que eu tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou transferir para a Presidente da Comissão.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – A questão é a seguinte: se se iniciou todo esse trabalho, e o senhor tem todo o direito de dar continuidade como Senador da República que é, se esse trabalho foi iniciado em cima de uma fraude, isso é extremamente grave e precisam ser tomadas todas as providências cabíveis, independentemente ou não de o senhor fazer evoluir os trabalhos a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A sua acusação...

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Não é acusação, é um levantamento de questão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não. Acusação de fraude.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Não estou acusando de fraude. Estou dizendo que, se houve, e o senhor vai constatar a fraude, o senhor mesmo vai dar encaminhamento a isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se for... Vamos ver. Porque pode ser homônimo. Além disso, tem um mínimo de 20 mil, e o número foi muito maior. Então, se foram só três, não viabiliza auditoria.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Três não. Três até a letra "b". Não; é muito mais do que isso. Há um que possui sete aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas eu vou levar a sua acusação de fraude para a Presidenta Ana Rita, que é quem preside a Comissão. Agora, até lá, eu não vou suspender essa reunião, não.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – E não é necessariamente um pedido nosso. O pedido é que se analise, porque se todos esses trabalhos iniciaram-se em cima de fraude, é uma coisa que é extremamente grave e deve ser... Inclusive para servir, para criar uma forma de tirar isso do próprio início dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito. Levarei isso à Presidência da Comissão.

O SR. SÉRGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero dizer que a primeira inscrita – o asterisco eu não sabia o que era, mas é porque ela é homônima de uma candidata –, eu quero saber, ela vai dizer se é ou não candidata, se não for, tem a palavra.

Onde está Maria Alice da Costa?

Você é candidata? (*Pausa.*)

Não. Então pronto. Tem uma homônima sua candidata.

Está com a palavra.

A SRª MARIA ALICE DA COSTA – Eu sou professora da rede pública há 30 anos e desenvolvi um trabalho voluntário, com um grupo de alunos meus e com os meus familiares, de palhaços. Esse grupo eu levava às escolas nos meus horários de folga e participava também de apresentações nas escolas, nas praças, nas ruas. Inclusive, em uma dessas apresentações, o Senador Cristovam estava presente – na época, Governador –, e isso me causou uma emoção muito grande, porque a minha filha era pequena e era a estrela maior dessa trupe, porque ela era a rainha das estrelinhas. Ela entrava no palco dando estrelinha de uma ponta à outra.

Uma dessas apresentações foi o lançamento de um projeto de um curso profissionalizante para o Caje. A nossa equipe foi convidada para apresentar o nosso show. Nessa data, a minha filha entrou – ela contava com seis, sete anos – fazendo essas estrelinhas e o Senador foi uma das pessoas que aplaudiu muito a minha filha. Eu tenho até a foto dessa cena – não foi permitido que eu colocasse ali pela sua assessoria não sei o porquê, mas não foi permitido, eu respeito. Essa foto foi no Teatro Nacional, quando o Senador presenciou a entrada da minha filha.

Essa minha filha, hoje, está com 26 anos. Ela conheceu a droga aos 14 anos. De lá pra cá, nós tivemos uma luta muito grande para tentar tratar, fazer o tratamento, tentar resolver a situação dela. Mas ainda não conseguimos isso. E a gente vem lutando com ela. Inclusive essa foto faz parte do baú das recordações dela. Ela carrega isso com muito carinho.

Eu continuei com esse trabalho voluntário, ainda faço hoje esse trabalho voluntário, e agora tenho o cuidado com a minha filha, que ainda é dependente. A gente não conseguiu ainda que ela se libertasse disso aí, que ela deixasse de usar a droga.

Eu tenho três filhos. Dois filhos não fizeram uso da maconha, seguiram os caminhos deles. Só ela, minha menina, a caçula, foi que teve esse contato com a maconha e isso vem crescendo a cada dia.

Aí, eu digo o seguinte: ela experimentou para recrear, ela experimentou para se divertir. Só que isso levou ao vício. Ela não conseguiu mais se libertar da maconha. E como consequência de ela não conseguir se libertar da maconha, ela começou a procurar outras drogas mais pesadas, até o *crack*. Mas ela começou lá, ainda continua usando, e quando tem as recaídas vai para a maconha. Mas ela não consegue ficar só nela. Ela vai para outras.

Essa minha filha casou, ficou com o marido, que também era usuário da maconha, até o momento em que eles venderam tudo que possuíam em casa e foram morar numa barraca de lona, atrás de um posto de gasolina, ali no Núcleo Bandeirante, onde hoje é o McDonald's.

Então, eu saía muitas vezes em busca da minha filha, muitas, inúmeras. Resgatei minha filha em lugares tenebrosos para mim. São lugares que eu nunca imaginei que poderia ir, mas eu ia atrás dela e resgatava minha filha, levava para casa, internação, internação, recaída e não conseguia. O marido dela morreu em um atendimento, sem atendimento, na rua. Morreu pelo uso da droga. Em 2012, a minha filha me apresentou um bebê. Hoje tenho uma neta de dois anos. Se vocês me perguntarem quem é o pai, eu digo que, no uso da droga, essa relação é muito obscura. Nenhum DNA vai dizer a mim quem é o pai da minha neta. Nunca vou ter o

direito, nem minha neta vai ter o direito de saber quem é o pai dela. A minha filha, hoje, tem 26 anos. Está na sétima internação. Hoje a minha dor está se transformando em força e coragem para lutar contra esse inimigo que se instalou na minha família.

Digo para os senhores que, com a fala do psiquiatra, a minha dor ficou mais profunda hoje, porque a minha filha... Sei que ela começou aos 14 – hoje, ela tem 26 – e o senhor disse para mim das possíveis lesões. Tenho esse conhecimento do psiquiatra dela. Ela tem lesões profundas no cérebro causadas por isso tudo.

Então, Senador, vim aqui para dar o meu depoimento. Minha mãe me ensinou a perdoar meus inimigos. Hoje, digo aqui, com toda a força da minha dor, que a maconha, a droga eu não perdoo! Eles são meus inimigos. Estou aqui nesta luta contra esse meu inimigo maior, contra esse inimigo que entrou na minha família, que invadiu a minha casa, que me faz doer profundamente.

Hoje, tenho uma filha internada e um bebê sob minha tutela, porque, mediante uma carta que minha filha fez dizendo da dor que ela estava vivendo e da impossibilidade de criar a filha, o juiz de menores daqui de Brasília, em 24 horas, assinou a tutela definitiva da minha neta em meu favor.

Vou ler aqui... Ontem, visitando-a na clínica, falei da foto do Senador. Ela lembrou muito disso, chorou muito e disse que escreveria um bilhete. Vou pedir permissão ao senhor para ler esse bilhete.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sem dúvida.

A SRª MARIA ALICE DA COSTA – Ela diz assim:

Comecei fumando maconha aos 14 anos, esporadicamente. Com o tempo, fumava todos os dias, antes e depois das refeições. Até um tempo, achava que não era viciada, mas, quando comecei a fumar para tudo, vi que o vício foi se instalando em mim. Hoje estou internada, porque uma coisa leva à outra. Tenho certeza de que vou sair dessa.

Naiara é o nome da minha estrelinha.

Nesses últimos três meses, a minha filha ficou na rua dois meses. Ficou dois meses na rua. Ela foi resgatada no Hospital de Taguatinga com ferimentos gravíssimos nos pés, sem nenhuma possibilidade de falar, porque ela estava pesando 35kg, uma mulher com 26 anos.

O que eu digo aqui é o seguinte... Está aí a foto. A minha foto. É aquela estrelinha maior. (*Pausa.*)

Obrigada pelo carinho.

É isso, gente. Digo aos senhores o seguinte: estou, aqui, hoje, para dizer que tenho uma filha, tenho um bebê e que a droga não é recreação, e nunca vai ser. Ela sempre vai ser caixão e dor, dor profunda, porque é isso que estou sentindo hoje.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dona Maria Alice, quero dizer que é impossível fazer um relatório sobre esse assunto sem levar em conta um depoimento como o seu, não pela dramaticidade apenas, mas pelas propostas, pela constatação do problema de que a recreação, pelo menos no caso da sua filha, levou a uma dependência e de que isso pode ser algo que se repita de uma maneira muito grande. Eu não vou me esquecer disso.

Quero dizer que talvez não tenham deixado sua foto por pensarem que eu era candidato. Eu estou ali e minha esposa, que está sentada ali, D. Gladys, também está ao meu lado. Então, vai ver que eles acharam que iria parecer promoção pessoal. Mas, de qualquer maneira, está aqui. E diga à Maiara que eu gostaria muito de responder ao bilhete dela.

Bem, a próxima é Zilpa de Sousa.

A SRª ZILPA DE SOUSA – Bom dia a todos.

A dor dela é ter a filha viciada numa clínica; a minha dor foi acompanhar o meu filho, todas as quintas-feiras, numa prisão. Por quê? Porque ele vivia na mão de traficantes, porque ele gostava de maconha, ele gosta de maconha e resolveu plantar a maconha dele para não viver às custas de traficantes, e eu deixei, até o dia em que ele foi denunciado. A polícia invadiu, de uma maneira violenta, a minha casa até o ponto de eu mandar abaixar a arma e falar que ele estava entrando em um lar, não na casa de bandidos.

Eu passei mais de dois anos dormindo numa fila na porta de um presídio, apesar de ser preferencial, para poder chegar mais cedo para ver meu filho, que foi preso como traficante, e ele não era traficante. Ele não era. Ele plantava a sua própria maconha. Ele não vendia maconha para ninguém.

Quantas vezes eu vi meu filho chegar em casa ameaçado de morte por traficantes porque pegava maconha e falava assim: "Isto aqui está fedendo a mijo de cavalo, meu! Eu não vou comprar!" Ele chegava em casa branco feito uma folha de papel porque foi ameaçado pelo traficante. Eu falei: "Meu filho, quer saber de uma coisa? Planta logo essa porcaria aqui em casa, porque, pelo menos, você não vai ficar em mão de traficante correndo risco de vida."

O juiz... Como é? O promotor? Quem acusa?

A SRª ZILPA DE SOUSA – O promotor, em princípio... A promotora, em princípio, me acusou de associação ao tráfico. Ou seja, disse que eu também vendia a droga. Eu nunca botei nem a mão naquilo, não sei nem o que é. O senhor está me entendendo? Agora, eu deixei meu filho plantar para ele não ficar refém dos traficantes.

Não vou dizer para o senhor que eu sou feliz com isso. Não sou, porque o que eu sofri e o que o meu filho sofreu dentro da prisão eu não gostaria que ninguém aqui passasse. O senhor sabe o que é ficar pelada, nua, em pelo, na frente de um bando de mulher, que eu não sei nem se, sei lá o que é aquilo, para fazer uma revista, para ver se eu não estou entrando com drogas para o meu filho? O senhor sabe o que é isso, durante mais de dois anos? É muita humilhação. E o menino foi preso porque plantava a maconha dele, porque gosta de fumar a maconha.

Eu tentei, de todas as formas, dissuadi-lo de usar. Como eu não consegui... Eu fui a psicólogo, psiquiatra, igrejas, de todas as formas possíveis e imagináveis, mas não consegui dissuadi-lo do vício. Não faz mal para ele? Não, faz ele comer e dormir. Agora, se está acabando com o cérebro dele, como o doutor ali falou... Meu filho é um cara muito inteligente, ele tem uma facilidade de aprender as coisas impressionante.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ZILPA DE SOUSA – Entendeu?

Agora, não estou aqui para defender nem para acusar. Estou aqui para contar o que eu passei, porque permiti que meu filho plantasse a sua própria maconha para não ficar refém de traficante. Por quê? Traficante manda no País.

Era só o que eu tinha para falar, Senador.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Esses dois depoimentos, por uma estranha coincidência, mostram, D. Maria Alice e D. Zilpa, as dificuldades de a gente analisar esse processo e ter uma posição séria.

Por um lado, fica provado que, pelo menos em um caso – e devem ser muitos e muitos –, o uso recreativo levou a uma dependência, que levou a uma degradação completa da vida e, às vezes, até à morte. A gente não pode fechar os olhos para isso. Ao mesmo tempo, é preciso constatar que a atual legislação não conseguiu impedir a Naiara. Ou seja, a proibição, como está aí – e pode ser feita de outra forma –, não conseguiu impedir.

Por outro lado, no caso da D. Zilpa, é claro que essa maneira de proibir é que levou ao constrangimento pelo qual a senhora passou. E poderia perder seu filho na cadeia não só pela morte.

A SRª ZILPA DE SOUSA – Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ele poderia também se transformar em um bandido, que é o que costuma acontecer.

A SRª ZILPA DE SOUSA – Ele convivia com assassino, com ladrão, com todo tipo de...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso!

Então, veja que algo temos de fazer...

A SRª ZILPA DE SOUSA – Para evitar a prisão de usuários.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso! E para evitar que o usuário caia na dependência, que leva à situação da Naiara.

Então, é complicado! Por isso, esses dois depoimentos de vocês serão tratados com muito cuidado por mim.

Está com a palavra Guilherme Bezerra Walavren.

O SR. GUILHERME BEZERRA WALRAVEN – Walraven.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Walaben?

O SR. GUILHERME BEZERRA WALRAVEN – Walraven.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Escreveram de modo errado. Está bom.

O SR. GUILHERME BEZERRA WALRAVEN – Tudo bem, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra, Guilherme Bezerra.

O SR. GUILHERME BEZERRA WALRAVEN – Senador, antes de tudo, eu gostaria de fazer alguns questionamentos aqui, antes de falar um pouco sobre mim e sobre algumas coisas que ouvi.

Tenho a responsabilidade moral de responder, até porque, no meu WhatsApp, não para de chegar mensagens de clínicas de reabilitação, pedindo para eu dizer que aquelas pessoas e aquela moça, a filha daquela senhora que está ali atrás, não são criminosas, não. Eles já deixaram bem claro aqui que são criminosos. Então, não trato de nenhum criminoso. Eu trato de doente.

A SRª ZILPA DE SOUSA – Exatamente!

O SR. GUILHERME BEZERRA WALRAVEN – Depois de tudo, depois disso, eu gostaria também de fazer outro questionamento. Não entendo um País em que propor um tratamento é errado e em que financiar o uso é correto. Eu não entendi que país é esse, que moral quero passar para meu filho com isso aí. Certo, Senador? (*Palmas.*)

Aí vão falar que, se se aproximar da maconha que está na mão do traficante na favela, vai se aproximar de outras drogas, do *crack*. Mas essa é uma opinião muito covarde. O morador da favela vai para a parte rica comprar a maconha dele. E, depois, ele volta para onde? Vai para o apartamento dos caras para fumar com os *playboys*? Ou vai ficar na favela com o *crack*?

Não vejo a legalização como solução para o nosso País. Também não sou de acordo com isso do jeito que está. Mas também, como uma amiga minha disse, não subestimem a nossa inteligência. A gente sabe que todos aqui sabem a solução, que é a educação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME BEZERRA WALRAVEN – Não é a escolarização, o que é um absurdo! É educação, o que é completamente diferente. Está certo?

Tenho mais coisas para falar, mas acho que o mais importante, até porque estou aqui por um pedido do senhor... A minha mãe é a D. Diva, que falou com o senhor na audiência passada. Então, eu recebi esse... Ela disse que o senhor falou para eu estar aqui, não é?

Fui usuário de maconha a partir dos 13 anos de idade. A mesma história que aquela senhora contou aconteceu comigo. Era uso recreativo. A pior coisa que a maconha me trouxe não foi o problema intelectual nem fisiológico, não. A pior coisa que a maconha me trouxe foi banalizar o uso de qualquer outro tipo de substância psicoativa.

Depois que eu fiz uso da maconha foi duro, foi difícil. Foi uma decisão influenciada por amigos para me colocar numa situação confortável diante de algumas pessoas. Mas usar cocaína e *crack* e ir parar na Cracolândia, em São Paulo, foi muito mais fácil do que botar o primeiro baseado na boca. Minha vida quase se acaba. Eu tive diversas internações. Todas as minhas recaídas foi porque eu banalizei o uso da maconha, todas, sem exceção, até eu querer tirar a minha própria vida, como já foi falado aqui.

Eu nunca fui tão feliz como tenho sido há seis anos sem usar nenhum tipo de substância! (*Palmas.*)

A maconha nunca me trouxe felicidade. Eu comprava uma sensação, falsa sensação de prazer. E isto, felicidade, não se compra.

Para concluir, eu quero agradecer as pessoas que estão aqui comigo. E acho que me faltou, então...

Concluo por aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado também por sua fala sobre como se sentiu bem sem a droga. Eu já ouvi isso também de gente que parou com o álcool, parou com o cigarro e até com outros vícios que há por aí. No furto há uma certa brincadeira, mas não deixa de ser uma brincadeira com uma cobrança.

Eu, mais do que muitos aqui acham, sei que é a educação... Em 2006, o candidato à Presidência da República que defendia a educação só teve 2,5% dos votos de vocês. Se vocês aqui são amostragem, ou seja, vai demorar muito para que a educação seja o veículo: 2,5%, e aqui tem cento e poucos. Só 2,5% de vocês; teria que cortar um em dois. Demora muito, mas é o caminho. Ninguém aqui mais do que eu sabe que é o caminho para isso e para outras drogas, como a droga que ia dar hoje no Bom Dia, Brasil: estamos jogando CO_2, queimando o Planeta inteiro. Isso é uma droga, uma droga planetária, e a gente se endividando para comprar carro, em vez de melhorar o sistema público.

O seu depoimento eu acho extremamente bom. Deveríamos divulgar isso aos jovens.

Emílio Figueiredo.

Eu estou dando três minutos, às vezes dou mais um, mas, se a gente não apressar, vai chegar a um momento em que vou cortar, porque temos compromisso, eu e o Senador Fleury. Vamos estar aqui numa audiência às 15 horas e precisamos de um tempo de preparo até biológico e fisiológico.

Bem, Emílio.

O SR. EMÍLIO FIGUEIREDO – Bom dia, Sr. Senador, bom dia a todos.

Só queria começar reforçando as suas palavras diante do depoimento das duas mães aqui ao meu lado e do Guilherme. A proibição não conseguiu proteger quem é vulnerável às drogas e criou novos problemas para aqueles que não são vulneráveis às drogas. Então, temos que mudar. Não adianta proibir.

Eu sou advogado no Rio de Janeiro. Já há alguns anos advogo a defesa do uso medicinal da maconha e eu gostaria de falar aqui sobre esse tema.

O uso medicinal da maconha, Sr. Senador, não é só o do canabidiol. O THC, o tetrahidrocanabinol também tem potencial terapêutico e isso deve ser reconhecido. E mais: saúde, segundo a Organização Mundial de Saúde, não é só ausência de doença, é bem-estar biopsicossocial. Quando a pessoa, sem ter qualquer problema, usa reiteradamente a maconha, ela está buscando o seu bem-estar. Isso é fato.

Então, a questão da maconha medicinal tem que englobar o bem-estar biopsicossocial. A proibição causa danos, faz pessoas sofrerem. Por isso urge a regulação do uso medicinal e também o reconhecimento quanto ao uso recreativo, principalmente para aqueles que cultivam a sua própria erva, como o filho da D. Zilpa, que foi enquadrado como traficante por ser um mero jardineiro.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. EMÍLIO FIGUEIREDO – O Brasil não está pronto para a proibição, Sr. Senador. A gente escuta o clichê de que o Brasil não está pronto para regulamentação, para legalização. Mas, na verdade, o Brasil não está pronto para proibição.

A proibição mata os jovens pretos, pobres, de periferia. A proibição afeta os hospitais brasileiros, que passaram a ser referência em ferimentos de guerra por conta dos ferimentos da guerra às drogas. A proibição causa superlotação das prisões, e, graças à proibição, o Direito Penal – que deveria ser a última razão – é usado como primeira razão, em uma questão social.

Por conta da proibição, o Estado está cedendo o comércio de um produto consumido por milhões de brasileiros para um oligopólio extremamente violento. Então a gente tem que rever, o Estado tem o dever de retirar o comércio dessas pessoas violentas.

Gostaria também aqui de refutar iniciativas parlamentares, como o PLC 37, que hoje corre nesta Casa, que quer recrudescer a proibição no Brasil. Isso é inaceitável, Sr. Senador. Nós vamos ter mais prisões, vamos ter mais gastos, vamos ter mais mortes se continuarmos tratando a questão das drogas como ela é tratada hoje em dia.

Eu gostaria de terminar me direcionando ao ilustre representante da Procuradoria Geral da República. Gostaria que ele apontasse qual estudo que assinala 90% de uso de drogas em casos de crimes sexuais, porque o estudo que eu conheço nesse nível é um estudo extremamente controvertido, do início da década de 90, realizado apenas em campos universitários norte-americanos, em que foi usado álcool como droga – não todas as drogas. (*Palmas.*)

Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Dr. Fábio, psiquiatra presente. Dr. Fábio, sabendo que um dos maiores fatores de risco à saúde mental é estar preso, a saúde pública de quem está sendo encarcerado de forma inadequada não deveria também ser levada em consideração? E a questão da Holanda? Também não... Um modelo, assim como o do Japão, como o da Suécia – a Noruega eu nem cito, porque a Noruega não é tão proibicionista como a Suécia...

Muito obrigado, Sr. Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Emílio.

Marcos Lima.

O Schelb foi citado, outros foram citados também. Mas daria para esperar? Daria para responder a todas as perguntas ao final? Se achar que não deve, eu abro. Mas eu tenho medo de parar...

Marcos Lima.

O SR. MARCOS LIMA – Bom dia, Senador; bom dia a todos. É um prazer para mim... Eu estou aqui sentindo um misto de alegria e de tristeza. De alegria, porque me sinto privilegiado de estar aqui – agradeço o convite do meu amigo Luis Eduardo Girão. Sinto-me privilegiado de estar aqui; é a primeira vez que eu venho ao Senado Federal.

Eu sou de Fortaleza, trabalho na TV Diário. Na TV Diário Fortaleza, eu apresento um programa policial, chamado Rota 22. Esse é um programa diário na TV Diário Fortaleza. Então, eu trago aqui testemunhos diários de pessoas que vivem o drama de ter um filho ou um parente com drogas.

Estão esquecendo aqui de cobrar do Governo, de cobrar do Poder Público as clínicas para tratamento de graça. É uma temeridade liberar uso de uma droga como a maconha se o Governo não é capaz de tratar quem quer se libertar hoje.

Há um imenso número de pessoas, de mães... Já colocamos no programa pessoas, mães que acorrentam seus filhos porque eles não conseguem se libertar do vício. Esses jovens estão querendo largar o vício e não conseguem, e o Governo dá as costas. E, aí, nós vamos oferecer de bandeja a maconha? De graça? E aqueles que se viciarem, que de usuário passarem ao vício? O que fazer se o Governo não tem essa condição? Esse é o primeiro ponto.

O outro ponto: fala-se muito do álcool. É verdade, o álcool traz muitos malefícios à sociedade e é legal – o álcool é uma droga lícita. E o número de acidentes que são provocados pelo álcool no final de semana? Nós vamos legalizar maconha e vamos dizer: "Olhem, além do álcool, vocês também têm a maconha à vontade;

usem à vontade." É assim que nós vamos fazer? É assim que vamos fazer com os nossos jovens? Os nossos adolescentes não têm condição de discernir. Temos que protegê-los, essa é a palavra. (*Palmas.*)

Protegê-los! Mais ainda às nossas crianças. Em Fortaleza, nós estamos vivendo índices de violência jamais vistos. Para se ter uma ideia, Senador, na quarta-feira passada nós tivemos, somente no Estado do Ceará, dez homicídios; na quinta-feira, 12 homicídios, em um período de apenas 24 horas! Isso é uma carnificina! Isso é uma matança! E todos dizem que as drogas são as principais indutoras da violência. Todos dizem isso, e não excluem a maconha. Não vi um especialista dizer: "As drogas são indutoras da violência, menos a maconha". Ninguém diz, porque a maconha é porta de entrada sim para outras drogas. A pessoa que usa maconha, como disse o Guilherme, experiência própria, banaliza o uso de qualquer outra. Isso é próprio da droga.

Então, como é que nós vamos... Numa situação como a vivida pelo Brasil, com uma saúde pública falida, e mesmo depois de 14 anos de CPMF não conseguimos resolver o problema da saúde pública falida, como nós vamos permitir que uma pessoa use também uma droga que pode, segundo Dr. Fábio e outros especialistas, torná-la viciada? Colocar esse risco na mão de nossa juventude!

Outro detalhe: nós já tomamos remédio para enfrentar o dia a dia, para o *stres*s, tomamos remédio para arritmia, não é Senador, tomamos remédio para tanta coisa, vamos tomar uma droga para nos divertirmos também? Vamos usar uma droga, vamos depender de uma droga para nos divertir, gente? A felicidade nada tem a ver com isso. Desculpe-me, Dr. João Batista, quando o senhor falou em bem-estar. Isso nada tem a ver com bem-estar! A felicidade nada tem a ver com droga! É o contrário. Por isso não se chamaria droga. Não se chamaria droga.

A droga para uso medicinal. Por que a sociedade hoje discute isso, Senador? Porque nós somos uma sociedade doente. Até para nos divertirmos estamos querendo droga. E queremos o Senado Federal aqui para discutir isso, porque nós não estamos... (*Palmas.*)

O SR. MARCOS LIMA – ... vendo esse ponto crucial: a doença do corpo social. Nosso corpo social está doente. É por isso que ele está pedindo também – parte dele – droga para se divertir.

Essas são as minhas palavras. Desculpe-me o entusiasmo. Eu tenho respeito pela opinião de todos aqueles que são a favor da legalização, mas me coloco terminantemente contra, porque eu vejo, no dia a dia, no meu programa na TV, diariamente, o drama, Senador, de pessoas que se envolveram com a droga. E eu digo no programa todos os dias: jovem – olhem o perfil do jovem – pobre, periferia, filho de família carente. Esses jovens que se envolvem com drogas, Senador, estão assinando a sua própria sentença de morte neste País, que não é capaz de cuidar dos nossos jovens, principalmente os mais pobres.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra, Danielle Rodrigues.

A SRª DANIELLE RODRIGUES – Olá! Meu nome é Danielle, eu sou aqui de Brasília. Sou uma das pessoas que fundou a marcha da maconha aqui de Brasília. A gente fundou a marcha da maconha e há mais de cinco anos ela vem acontecendo aqui.

É muito interessante, porque eu venho de uma cidade-satélite de Brasília que é periférica, eu sou moradora do Riacho Fundo I. E a realidade é que a gente fala muito sobre a população pobre, a população mais fragilizada, mas essa, na verdade, é a população assassinada. Essa, na verdade, é a população caçada, porque a partir do momento em que eu comecei a articular a marcha da maconha em Brasília, por entender essa necessidade de tentar ajudar os meus amigos da periferia, eu comecei a perceber que, na verdade, os maiores compradores de droga são a classe média alta e a classe média. Você está entendendo? Essas pessoas plantam maconha, aqui no caso de Brasília em que a gente tem a população mais rica morando no Lago Sul e no Lago Norte, então, as pessoas que moram no Lago Sul e no Lago Norte plantam maconha de boa qualidade. Elas não têm medo da polícia invadir a casa delas. Vocês estão entendendo? (*Palmas.*)

A SRª DANIELLE RODRIGUES – Porque elas não moram numa área criminalizada pela pobreza, na verdade.

Eu, gente, estou aqui num ponto... É muito sensível a gente ver todas essas pessoas que têm histórias trágicas em relação às drogas – na minha família eu também tive uma dessas histórias – e é muito ruim, porque às vezes parece que a gente está debatendo aqui a imposição da maconha na sociedade.

A maconha é legalizada na nossa sociedade, sabem por quê? Porque ela é livre. Você encontra maconha em vários lugares. Qualquer pessoa pode comprar, inclusive são as crianças que compram. Eu, no meu seio familiar, não sei por que motivo – acho que tive uma família tão legal quanto muitas pessoas que usam drogas tiveram –, experimentei maconha com 21 anos quase. Olha só que diferença essa; e eu nasci na periferia.

Eu acho que a diferença não está em a gente criminalizar a pobreza e usar a guerra das drogas como forma de armar a população negra e pobre, porque é isso que a gente faz. A gente tem que entender que a gente está falando aqui sobre um assunto para tentar reduzir os danos das drogas.

Eu sou a favor da regulamentação, e acho que a gente tem que ter as pessoas que são contra a regulamentação em todos os debates, para que a gente consiga encontrar um denominador comum, para que a gente consiga ajudar todas as pessoas. Eu não acredito que é importante a gente se tratar como opostos, como guerra, como batalha. Acho que, na verdade, a gente tem que entender que a diversidade é muito grande nesse assunto. Não tem como eu falar porque eu fumei maconha, porque eu fumei *crack,* ou porque isso, ou porque aquilo. A gente tem que entender que a maconha sempre existiu na nossa sociedade e que outras drogas também, inclusive o vício em comprar coisas. A gente é viciado, cara! Quem não assume seu vício é uma viagem, porque eu posso não ser viciado em droga, mas sou viciado em comida, eu sou viciado em sapato. A gente tem várias dependências. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª DANIELLE RODRIGUES – Só para concluir, eu queria dizer que é muito importante a gente tentar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª DANIELLE RODRIGUES – Que falta de respeito, hein?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um momento. A palavra está com a Danielle.

A SRª DANIELLE RODRIGUES – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E tem mais um minuto apenas.

A SRª DANIELLE RODRIGUES – Está bem. É rapidinho. Já vou concluir.

Então, eu queria dizer que é muito importante a gente tentar unir as nossas forças para regulamentar e para encontrar formas, porque não se extingue a maconha da face terrestre. Isso é impossível. Nem outras substâncias.

Outra coisa, só para salientar. A gente associa muito a maconha ao *crack,* como se a gente estivesse debatendo o *crack* na verdade aqui. Eu acho que é muito importante a gente entender que a porta de entrada para as drogas é a bebida, é o álcool, que são legais. Isso é claro, isso é nítido.

Então, eu fecho a minha fala dizendo que é muito importante que a gente tente entender qual é a intenção deste debate. Não é implementar a maconha, porque ela já é implementada na sociedade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra agora a Waslane Ramone Dias.

A SRª WESLANE RAMONE DIAS – É Weslane.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Weslane. Muito obrigado.

A SRª WESLANE RAMONE DIAS – Isso.

Eu trabalho com crianças em risco social e moradores de rua. Essa realidade, para mim, de que uma dependência leva a outra é clara. Eu não pego pessoas na rua para conversar e também para fazer um trabalho para devolvê-las para a sociedade boas não, como a gente está aqui, lúcida, não. Eu os pego, e eles são tratados como lixo por nós. Todos nós. Não estou tirando ninguém da lista. Eles são tratados como vermes. Vermes! Muitas vezes doentes, muitas vezes a família está louca atrás, como aquela mãe ali; muitas vezes sem saber onde estão, porque nós fechamos os olhos para as consequências. Você vai me desculpar.

Eu vou falar isto agora: nunca ouvi nenhum depoimento. No Rio de Janeiro já morei e já convivi com essas pessoas, em São Paulo já morei e já convivi com essas pessoas, em Fortaleza eu já fui e já convivi com essas pessoas. Estou em Brasília e convivo com essas pessoas. Nunca ouvi nenhum me dizer que não começou com a maconha. Hoje estão no *crack*. Nunca vi nenhum morrer dizendo que não começou com a maconha. Você vai me desculpar, mas não conheci um. Um! (*Palmas.*)

A SRª WESLANE RAMONE DIAS – Como eu disse para o senhor, não trabalho somente com os moradores de rua. Trabalho com as crianças também. Pais e mães.

A neta daquela senhora ali tem muita sorte de tê-la. Graças a Deus ela a tem, porque as crianças com as quais eu trabalho muitas vezes não tem avó, não, porque a avó também está presa; a mãe está presa, o pai está preso, e a criança fica à mercê. O Governo não quer saber, não, se essa criança vai ficar lá abandonada, jogada. A polícia também não quer saber, não.

"Ah, vamos levá-la para um centro!". Que centro, cara? Se o vizinho não pegar para cuidar, a criança vai ficar ali, vai ser a próxima a ir para a cadeia ou para o caixão, vai ser a próxima a ser traficante ou usuária, etc., etc., etc.

O meu trabalho, Sr. Senador, não é o de fazer essas pessoas mudarem de opinião de uma hora para outra, não. É mostrar para elas que existe um futuro melhor. Eu vim da periferia, assim como ela.

(*Soa a campainha.*)

A SRª WESLANE RAMONE DIAS – Eu tenho faculdade hoje com o suor do meu trabalho. E tento mostrar para essas crianças que se eu dei certo elas também vão dar certo. (*Palmas.*)

A SRª WESLANE RAMONE DIAS – Então, eu sou terminantemente contra a legalização das drogas. Nós, no Brasil, não temos saúde mental, não temos uma educação social para que isso seja legalizado. Eu nunca vi, minha irmã – desculpe falar –, ninguém morrer por ter comprado sapato. Mas por comprar droga eu já vi.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu...

A SRª WESLANE RAMONE DIAS – O máximo que eu vejo são pessoas extremamente endividadas, que, trabalhando, conseguem recuperar a vida financeira. Agora, de droga, não tem jeito de voltar do caixão nunca.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero agradecer, mas me permita dizer que, sem querer assinar embaixo da ideia do sapato, eu nunca vi ninguém morrer por consumir um sapato, mas já vi gente ser assaltada por ter um e morrer do assalto. Isso eu já vi.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Especialmente tênis.

Vamos lá.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Senador. Senador Cristovam, pela ordem, por favor. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Deputado, eu recebi aqui sua inscrição, mas é o seguinte...

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Não, não é inscrição, não. Pela ordem, Senador. Não é só inscrição para poder falar com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu sei, mas, veja bem, eu não vou proibir sua palavra. Agora, nós fizemos aqui um acordo de que quem é candidato não tem que aproveitar a televisão do Senado para exposição. A gente vai ter...

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Escute, um minuto...

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Não, por favor. Eu pedi pela ordem ao senhor. Eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sim, mas eu estou dando pela ordem explicando uma coisa.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Mas, antes que o senhor me explique, eu quero que, pela ordem, o senhor me ouça, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não posso dar. Nós temos duas... Até porque questão de ordem aqui é ao Senador. Deputado não pode, pelo Regimento.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Eu posso em qualquer lugar, Senador. Aqui...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, pelo Regimento, não. Deputado, então, apenas por cortesia. Apenas por cortesia. Nós vamos ter duas reuniões ainda depois das eleições, e eu queria ter o senhor como primeiro inscrito da primeira, ou até aqui, nesta Mesa. Eu lhe convido já. Mas, neste momento, o que estão falando de mim é que estou promovendo candidatos ao dar-lhes a palavra aqui. O senhor é meu convidado para ficar na Mesa no dia 13 de outubro ou no dia 10 de novembro. Aceita?

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Aceita ou não?

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Eu quero falar antes de aceitar o que o senhor está me propondo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas o senhor vai se promover aqui, Deputado. A lei proíbe...

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Senador, antes de eu ser candidato, eu sou Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sim, mas é que...

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Eu estou no pleno exercício do meu mandato. Eu sou Deputado Federal até 30 de janeiro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas, Deputado, o senhor não tem um programa? Não... Ele tem...

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Não. Que programa eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem, mas, se tivesse, tinha que ter parado. A lei proíbe o senhor de usar televisão.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Senador, eu sou proibido de falar aqui, neste momento, nesta audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. O senhor não é proibido. E vou deixar. Agora, eu vou deixar, mas quero que fique bem registrado que a responsabilidade não é minha, é de um Deputado que quer usar a TV Senado para se promover eleitoralmente.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora, o senhor tem a palavra. O senhor tem a palavra.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, o senhor tem a palavra.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – O senhor está equivocado. Eu não estou querendo usar a TV Senado para me promover. O senhor está equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bom.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Eu peço ao senhor que, por favor, retire o que o senhor disse.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não retiro porque eu acho.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Não, o senhor acha, mas não é.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, eu acho. Pronto.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Mas não é.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu acho.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Mas não é, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas eu acho. O que é que eu vou fazer, Deputado?

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Sim, o que eu vou fazer é dizer ao senhor que não é.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou dizer que não acho?

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – O senhor acha, mas eu estou dizendo ao senhor que não é. Então, o senhor interrompa a transmissão, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, o senhor tem todo o direito de dizer que não é.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Não, então, o senhor interrompa a transmissão, por favor, neste momento em que eu estiver falando.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não vou porque eu tenho responsabilidade com o Brasil inteiro.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Não, no momento em que eu estou falando. É isso que estou pedindo ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, fale. Eu já disse que o senhor pode falar.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Não, mas o senhor está dizendo que eu quero me promover.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu acho.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Mas não é. Eu estou dizendo ao senhor que não é.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Tudo bem. O senhor diz que não é e eu digo que acho. Qual o problema?

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – E eu estou dizendo ao senhor que não é. Então, por favor, eu quero dizer ao senhor o seguinte: promoção é uma coisa. Se o senhor tivesse me deixado falar, não teria acontecido nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, estou deixando.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Não, o senhor está há cinco minutos falando que eu estou querendo me promover.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, eu estou deixando, mas quis explicar pela minha responsabilidade como zelador daqui, diante das leis eleitorais. Agora, o senhor vai ter o mesmo tempo, de três minutos, que todos tiveram. Apagamos tudo até aqui. Tem três minutos.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Senador, eu não pedi para falar. Eu vim aqui assistir à audiência. Eu não me inscrevi para falar. Eu estou aqui assistindo à audiência...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Chegou a pedir inscrição.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Não, eu não pedi para falar. Eu não pedi inscrição. O que eu ia falar para o senhor era sobre a deferência que o senhor fez a essa jovem que falou agora há pouco. Eu só ia pedir isso ao senhor. A todas as pessoas que eu ouvi falar, essa jovem e às outras, eu não vi o senhor fazer nenhum comentário como esse.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Fiz.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Sobre o que ela falou em relação a sapato, o senhor disse que já viu tanta coisa e viu, inclusive, as pessoas serem assaltadas por isso. É só isso que eu ia pedir ao senhor. Eu não pedi a palavra. Eu não vim me promover. Eu não vim fazer nada disso. Agora, é uma pena esta audiência pública estar acontecendo em época de eleição. Porque nenhum candidato pode vir aqui porque ouviria do senhor

que está vindo falar para aproveitar a TV Senado para se promover. A campanha está lá fora. Eu vim aqui por dever, como cidadão,...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – ...para ouvir o debate. Então, eu não quero os três minutos e nem quero me promover, Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

Eu dou a palavra agora a Matias Maximiliano.

O SR. MATIAS MAXIMILIANO – Bom dia! Bom dia, Senador!

A gente ouviu muitos argumentos contrários à legalização e se consegue definir os argumentos de ordem moral e religiosos, que eu prefiro nem debater, e os argumentos a respeito da violência. E é sobre estes que eu quero falar um pouco.

Critica-se muito o fato de você, como usuário, estar financiando uma cadeia de traficantes e violência. Eu sou do Rio de Janeiro e já vi e ouvi muitas histórias terríveis lá. E o que eu defendo como ativista é o cultivo pessoal como alternativa a essa cadeia de violência.

Esse cultivo individual, para uso próprio, está previsto no art. 28 da Lei de Drogas. A pessoa que cultiva a sua própria maconha deve receber o mesmo tratamento que o usuário de maconha, ou seja, no máximo, pena alternativa. E o que a gente vê não é isso. O que a gente vê é que, em 99% dos casos de que a gente fica sabendo, de cultivadores presos, é que ocorre uma denúncia, a polícia nem sequer faz uma investigação prévia, não pega mandado, bota o pé na porta da casa, aponta a arma para as pessoas, para os familiares, como mesmo a D. Zilpa aqui falou, e, no final das contas, a pessoa, o usuário, o cultivador, o jardineiro tem que comprovar que não é um traficante. Ou seja, ele é que tem que fazer o papel da polícia. Não é a polícia que tem que provar que ele é um traficante.

Normalmente, o simples fato de a pessoa estar cultivando, na cabeça da polícia, já está caracterizado que ele é um traficante. Então, antes de qualquer discussão acerca da regulamentação, da legalização ou não, deve-se respeitar a lei que já existe, que prevê que a pessoa que cultiva maconha tem que ter o mesmo tratamento que o usuário – art 28 isso. Tanto que eu sempre defendo isso nas marchas da maconha, sempre falo para as pessoas que, se quer calar a boca de qualquer pessoa que fala a respeito do seu uso, cultive a sua maconha. Não dá trabalho, é que nem criar cachorro, é que nem criar peixinho, só que no final você não fuma o cachorro nem o peixinho, você tem ali uma erva medicinal.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MATIAS MAXIMILIANO – Aí...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra... Terminou?

O SR. MATIAS MAXIMILIANO – Então, fora isso, a gente tem que regulamentar esse mercado mesmo, porque, como já foi dito aqui, é um mercado milionário que está nas mãos de traficantes. E a gente fala assim também dessa figura do traficante. A gente vê que lá no Rio de Janeiro implementaram as UPPs...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MATIAS MAXIMILIANO – ...e, mesmo com as UPPs, continua havendo tráfico nas comunidades, continua havendo policiais recebendo propina, continua existindo essa cadeia de violência. E geralmente quem morre, quem é preso é o pequeno traficante que está lá na ponta, que, na verdade, nada mais é que um trabalhador também de uma empresa que, na verdade, não lhe dá direitos. Ele não é demitido, ele morre; ele não se aposenta, ele vai para a cadeia, nessa empresa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MATIAS MAXIMILIANO – Então, eu acho que as pessoas têm que pensar nisso. E, desde já, respeitar o cultivo pessoal, as pessoas que plantam maconha para sair dessa escala de violência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra, Tancredo Pontes.

O SR. TANCREDO PONTES – Bom dia a todos! Meu nome é Tancredo, sou do Estado do Ceará, sou um pai. Tenho familiares com dependência química. Sou empresário do ramo de móveis, há doze anos lutando a favor da vida, cuidando de meus familiares. Mas, infelizmente, sofremos um prejuízo muito grande em nossa família, por causa da morte de um familiar por conta de drogas.

Fiquei muito emocionado com a fala da mãe. Hoje, nós temos uma comunidade que atende jovens e adultos em situação de rua. Não são bandidos. A demanda é espontânea, eles vão ao nosso portão pedir ajuda, junto com seus familiares. Não tem nada de compulsório, nada de involuntário. É um pedido de socorro mesmo.

E nessa comunidade, que tem 1.900 famílias, há crianças assaltando com escopeta para suprir a sua necessidade. Então, essa legalização da maconha – familiar meu começou com isso – é algo muito injusto, por conta do sofrimento. Foi o casamento que acabou, a empresa que acabou. Familiares e amigos meus estão

aqui. Um deles, que perdeu um filho por conta disso, diz que começou tudo com um cigarrinho de maconha. Ele nasceu em 1982 e foi sepultado em 2002!

Então, é a defesa da vida. São pessoas carentes, pessoas que não têm a mínima condição de tratamento. Nós trabalhamos também com a prevenção primária às drogas dentro das escolas, oferecendo um centro esportivo.

Era um lugar que exportava móveis para o exterior. Hoje, são 13.900 metros quadrados onde só se faz tratamento e prevenção contra as drogas. Gerávamos divisas para o nosso País. Não era circulação da moeda, era trazer moeda do exterior para que o nosso País crescesse.

Tudo isso acabou por conta dessa tal de maconha, que começou dentro da minha casa.

Agradeço a todos a oportunidade de falar.

Eu queria entregar ao senhor esse apelo de um pai. Posso ir até aí?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o maior prazer.

Recebo com muita tristeza porque é a manifestação de uma dor. (*Pausa.*)

Esses depoimentos todos são fundamentais. Essa não é uma questão puramente política, não é uma questão puramente administrativa. Essa é uma questão espiritual e sentimental, por isso é tão importante estarmos fazendo o que estamos fazendo aqui, embora muitos achem que nós não deveríamos fazer, porque o assunto está sendo "administrado". Não está!

Passo a palavra agora ao Sr. Vinícius Emanuel da Costa... Antes disso, o Sr. Guilherme Shelb, Procurador, pediu a palavra, porque ele tem de sair. Darei a ele dois minutos, inclusive para responder a uma pergunta que foi feita.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Primeiro, quero me desculpar por ter de me ausentar e dizer que respeito todos aqueles que divergem dos nossos posicionamentos. Creio, aliás, como falou a nossa amiga ali que defendeu o líder do movimento pela liberação da maconha – respeito o que ela falou, foi muito importante –, que tudo que é plebiscitário é ruim: sim ou não, sim ou não!

Estamos nesse ambiente do "sim" e do "não". Isso é ruim, precisamos ouvir a parte contrária. Mas o que eu observo é que o fascismo se traveste de democrata. Por exemplo: "Queremos ouvir todas as visões diferentes, diversificadas". Mas quando nós incomodamos essas pessoas, falam que somos totalitários, fascistas ou fundamentalistas religiosos.

Quer dizer, eles falam de uma forma errada, porque, na verdade, eles próprios não vêem a sua intolerância, porque valores morais, religiosos são tão dignos quanto os valores de juristas, psicólogos e pedagogos.

A primeira coisa que é feita, Senador, é dizer: religioso, fora! moral, fora!

Como assim? Somos seres completos. Vocês querem segmentar o nosso pensamento como se moral fosse só a dessas pessoas. Então, exorto para que a gente não... Também quem está no radicalismo, que existe de diversas formas.

Então, eu queria primeiro responder a uma pergunta. Onde eu encontrei essa pesquisa sobre o vínculo da maconha com o estupro? *Inteligência Emocional*, de Daniel Goleman.

Não vou dar a página, mas lá está um estudo vinculando não apenas à maconha, mas também à maconha. Há ocorrência de estupros em universidades americanas. No rodapé, no seu capítulo 10º ou 12º, tem que se verificar. É uma pesquisa do final dos anos 90, salvo engano, mas atual.

Então, para explicar isso, para deixar ao nosso especialista aqui. Existem várias outras pesquisas. Um adendo ao que se falou aqui: a Holanda prevê dois tipos de drogas. Eles preveem drogas leves e drogas pesadas. A maconha, na Holanda, com índice de canabinol acima de 15% é droga pesada, como heroína. Quem pensar em ir à Holanda tome cuidado, porque a Holanda está mudando o jogo agora.

Por último, eu quero dizer para vocês o seguinte: a questão das drogas está muito como um veículo; nós estamos como num carro quanto à questão das drogas. A Justiça, procuradores e juízes são um freio. Nós estamos tentando pisar para frear, e o carro não para. O que nós estamos querendo? Tirem o freio. (*Palmas.*)

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Tirem o freio; quando, na verdade, o freio pode estar com problema.

Eu acho que as análises aqui estão muito claras. Nós... Os magistrados aqui expuseram questões válidas. Eu quero ponderar que freio é freio. Talvez o carro não esteja parando por um problema no freio sim, a Justiça, a polícia, abusos das autoridades, sim, mas talvez tenha um pneu careca. Talvez estejamos com problemas em outras áreas do carro que não conseguem frear. Qual é a solução que estamos querendo? Vamos tirar o freio do carro, vamos ver se paramos. Olha a loucura.

E aí quero ponderar com vocês o seguinte: nós tivemos há dez anos um grande debate nos Estados Unidos. Eles flagraram toda a indústria do cigarro, não vou falar o valor, mais foi mais de um bilhão de dólares de punição, *strict liability* dos americanos. Sabem por quê? Eles flagraram a indústria do cigarro. Eles queriam quem? Crianças e adolescentes. Eram o público-alvo mais importante para cigarros. Vocês acham que nas dro-

gas vai ser diferente? Eu deixo essa interrogação. Quero dizer: freio é importante para frear, e nós que freamos, muitas vezes, não estamos vendo o resultado, mas não imaginem o que é tirar o freio.

Vou terminar com esse exemplo: a Polícia Militar. Você pode olhar para um policial militar e dizer assim: qual eficácia têm esses policiais militares? Há 20 anos aumenta a violência. Aumenta o contingente de policiais militares, aumenta a força policial nas ruas, e aumenta também a criminalidade, o roubo, o sequestro, etc. Experimenta tirar a Polícia Militar das ruas. E aí termino dando exemplo. (*Palmas.*)

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Nós temos duas cidades onde aconteceu isso, tiraram o freio por problemas de greve: Palmas e Salvador.

Por favor, Senador, por favor, verifique o que aconteceu em Palmas e em Salvador naqueles sete dias em que não houve freios e vocês vão entender o que estou dizendo em relação às drogas.

Quem está comigo são as organizações que querem a liberação das drogas no mundo e dizem: ei, se há flagrante disparidade de rendas, não. Se há falta de apoio sócio-familiar aos jovens, não liberem. Este País não tem condições socioeconômicas de experimentar o que nós que queremos liberar pretendemos. É gente séria, a despeito de seus interesses, que não sei exatamente quais são. Mas eles em relatórios muito fortes defendem isso.

Eu agradeço. Peço desculpas novamente por me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sou eu que quero agradecer sua fala. E o meu papel aqui é tirar inspiração para tomar decisões difíceis. Por isso vou pegar a sua excelente metáfora do freio e dizer: tirar o freio é um erro, mas às vezes a gente precisa regulamentar o uso do freio. Frear quando tem óleo na estrada... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... não é bom.

Então, a gente tem que pensar as metáforas, como elas se aplicam.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, tirar o freio é um desastre, ninguém pode pensar em tirar o freio, mas talvez seja outra coisa.

Segundo, tirar a PM é um desastre, mas está precisando regulamentar a PM também em muitos lugares, e você como procurador sabe disso.

Então, as metáforas às vezes são muito boas, mas pecam porque saem da lógica normal e entram na lógica poética, que agrada muito, mas não inspira. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um momento, um momento, eu vou passar a palavra agora... Vinícius falou, não foi? Não. Então, Vinícius Emanoel da Costa.

O SR. VINICIUS EMANOEL CARBALLAR DA COSTA – Boa tarde a todos, principalmente ao Senador que aceitou isso.

Eu quero falar para as pessoas que querem ouvir.

O tema hoje aqui é sistema judiciário. Jesus, não pastor, não igreja, não religião, não bíblia, é um dos nortes para mim, é um dos nortes para mim. Marx, Weber, esquerda, direita, blá-blá-blá. Percebe?

Eu comecei aos 18 anos com álcool, no primeiro dia dos meus 18 anos com álcool. Cigarro, comecei com 18 e meio. Pouco tempo depois, passei a fumar maconha. Passados uns dois anos, três anos, eu parei de fumar o cigarro e hoje em dia quase não bebo.

Minha experiência com outras drogas: cocaína eu jurei para mim mesmo que não vou usar; LSD usei uma vez e até hoje não mais.

Condição de estudante, eu sou estudante de Filosofia, na verdade, da UnB.

Sobre ser traficante, nunca fui, não quero ser e não vou ser.

Nacionalidade dos pais: meu pai é brasileiro e minha mãe é paraguaia. Vocês vão entender o porquê eu estou falando isso. O valor da cânabis no Paraguai: quase de graça. Portanto, a gente ganha isso com muita facilidade lá, o que foi o meu caso.

Termo de declaração para a Polícia Civil via precatória.

Vinicius Emanoel, nacionalidade brasileira, natural de Brasília, filho de Alcione Manoel da Costa e Myrna Graciela Carballar da Costa, com a profissão de estudante, sabendo ler e escrever. O declarante estava no interior de um ônibus interestadual, em Presidente Epitácio, São Paulo, quando foi abordado por dois Policiais Rodoviários Militares. Os policiais sentiram cheiro de maconha e revistaram a mochila do declarante, encontrando um picador de fumo contendo maconha. Que perguntaram se o declarante tinha mais, tendo o mesmo dito que sim. Que o declarante foi, acompanhado de um dos policiais, de nome Marcel, para o banheiro nos fundos da Unidade Policial onde ocorreu a abordagem. Que nesse local Marcel iniciou uma revista no declarante e localizou uma porção da maconha. Que Marcel deu voz de prisão ao declarante, momento em que o mesmo disse: "Eu não posso fazer nada."

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS EMANOEL CARBALLAR DA COSTA – Que o declarante foi algemado com as mãos para trás e encaminhado para a frente da Unidade e sentou em um sofá. Que Marcel foi ao ônibus a fim de revistar o irmão dele, Victor André Carballar da Costa, enquanto o declarante ficou no sofá com o policial Wagner. Que Wagner iniciou uma revista minuciosa na mochila do declarante – é muita coisa –, encontrando um cigarro de maconha. O policial Wagner se mostrou irritado – porque eu não tinha declarado esse cigarro de maconha, porque eu tinha esquecido, estava na mochila, e deu um tapa na minha cara. Eu esqueci porque eu estava preso, com as mãos algemadas para trás, já estava preso. Ele se mostrou irritado, deu um tapa na minha cara.

Depois deu alguns socos e outros tapas no rosto do declarante, voltou a revistar a mochila do declarante novamente. Que Wagner retirou R$69 dizendo rispidamente: "Tá vendo aqui? Tô colocando aqui." E colocou no meu bolso, sendo que na verdade quando a gente está preso não pode receber mais nada. Eu estava preso. Estranho, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS EMANOEL CARBALLAR DA COSTA – Ao mesmo mesmo tempo que colocava o dinheiro no bolso, o declarante relatava que naquele momento estava acuado e nervoso pela situação da prisão. Que o declarante falou para o policial Wagner: "Se quiser pode ficar para você", momento em que o Wagner passou a agredir novamente o declarante; pegou o cigarro de maconha e tentou colocar no nariz do declarante, tendo esse se esquivado. Wagner enfiou o cigarro na boca do declarante, tampou a boca dele, começou a martelar a cabeça dele, sendo que o declarante estava sentado e algemado, enquanto Wagner estava de pé. Que não foi encontrado nada com o irmão do declarante, Victor. Que os policiais ameaçaram prendê-lo, caso o mesmo não fosse embora, tendo Victor seguido viagem. Que Victor relatou posteriormente que viu o policial Wagner agredindo o declarante, tendo reclamado com o policial Marcel, que desceu e fechou a persiana da janela da Unidade Policial. Que os policiais colocaram ...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vinícius, eu peço que tente concluir, porque temos muita gente ainda...

O SR. VINICIUS EMANOEL CARBALLAR DA COSTA – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... e um prazo para terminar.

O SR. VINICIUS EMANOEL CARBALLAR DA COSTA – Certo. Desculpe-me.

Em síntese, estou representando contra os dois policiais pela má conduta na sua função; contra a delegada, pela negligência, por se embasar só pela quantidade, sendo que em 2ª instância já foi dito que essa não foi vultosa; contra o médico legista por falsidade ideológica; contra o promotor, contra o juiz. A quantidade prevista em lei não tem como ser diferenciada entre usuário e traficante.

Meu pai é meu advogado, por isso eu estou aqui hoje, senão eu estaria lá até hoje. Estamos gastando demais, foi muito difícil ser retirado. Os usuários estão sendo entregues à falta de organização e preparo no processo de abordagem e encarceramento deles. A influência....

(*Soa a campainha.*)

O SR. VINICIUS EMANOEL CARBALLAR DA COSTA – Desculpe, eu já estou terminando, é o finalzinho.

Praticamente tudo o que vivemos no Brasil é originário do estrangeiro. Tecnologias, a gente não criou, ideias são originárias de europeus e norte-americanos. Por isso que a gente não pode pensar que o Brasil não pode abarcar a legalização da maconha, porque a gente vive por princípios baseados em ideias, principalmente em uma constituição exterior. O princípio do dano, de John Stuart Mill, é outro exemplo. E, para concluir, meu padastro está com câncer e...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, eu estou preocupado. Vamos terminar isso aqui à 1 hora em ponto, faltam quinze minutos.

O SR. VINICIUS EMANOEL CARBALLAR DA COSTA – Certo, desculpe. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bom. Obrigado.

Com a palavra o Sr. Roberto Lasserre.

O SR. ROBERTO LASSERRE – Sendo objetivo, eu queria parabenizar realmente – a democracia é belíssima – os debates, o ouvir os dois lados, isso é muito importante. Opiniões pró e contra a regulamentação e a legalização, eu acho que é fundamental. Está de parabéns a sua iniciativa.

Falando objetivamente, eu prestei atenção a todos os palestrantes e muitas vezes fiquei até atônito com o choque de algumas informações, de algumas falas. Um dos palestrantes disse, chegou a ventilar,que a possibilidade da retirada da autoridade seria – não sei quais foram as palavras – uma coisa interessante. Não sei dizer exatamente as palavras.

Já outro palestrante – também objetivando a legalização e partidário da legalização – disse que é muito importante a presença de pessoas que direcionem os jovens e as crianças a uma vida feliz. Se você tira a

autoridade dos pais, que é uma das principais autoridades, quem é que vai indicar como se viver feliz? O traficante? Quem vai vender maconha ao jovem de 12 a 17 e de 18 a 20? Que contradição é essa? A autoridade é fundamental.

Uma outra situação que eu queria colocar. Eu fico pensando em quem falou sobre a autoridade. Eu sou advogado, eu milito no Ceará. Não falo como advogado necessariamente, apesar de a seccional do Ceará ser a primeira, de uma maneira corajosa, a se posicionar contrária à legalização da maconha.

Eu fico pensando no palestrante que falou que retirar autoridade é uma situação que pode ser melhor. Eu, como advogado, na presença de um juiz, dentro de uma audiência, se eu falar de uma maneira mais drástica, mais ríspida com esse mesmo palestrante, será que eu seria tratado com a autoridade e com o respeito que aqui está sendo pregado? Eu acho que isso deve ser pensado.

Senador, presentes, eu acho que a gente está ainda dando um tiro na ponta do *iceberg* , como bem falou a D. Débora Maria da Silva. Nós não estamos tratando do principal assunto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO LASSERRE – O principal assunto aqui é que há uma falência completa das instituições brasileiras. Hoje é mais fácil você legalizar a maconha para racionalizar a incompetência dos policiais – não de todos os policiais. A corrupção policial, a corrupção parlamentar, a corrupção política, o lobby que vem até o Senado, que vem até a Câmara e coloca o dedo no rosto – com todo respeito – dos Parlamentares, o lobby do cigarro, o lobby da bebida... Aqui não se pode racionalizar a liberação da maconha racionalizando-se a legalização do álcool e do tabaco. Não se pode.

É mais fácil a gente lutar contra o álcool e o tabaco do que legalizar a maconha. Nós estamos racionalizando coisas que não podem se incluir uma na outra. A legalização da maconha é uma temeridade. E, para terminar, só uma história. Eu vinha trazer dados, mas tantos dados já foram mostrados. Eu vou contar uma história de um familiar próximo.

Esquizofrênico, como bem falou o Dr. Fábio, uma potencialização absurda. Ele começou com a maconha, potencializou, passou para outras drogas, porque a maconha é porta de entrada para as outras drogas – ponto.

Esquizofrênico, bom menino, potencializou demais o uso da maconha, ficou completamente desarvorado, na mão de traficantes, como foi falado aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO LASSERRE – Finalmente, subiu ao topo de um viaduto, jogou álcool nele mesmo e se jogou lá de cima. Começou com a maconha. Era esquizofrênico diagnosticado, potencializou, passou para drogas mais pesadas e, em 2002, se jogou, e até hoje a família sofre.

Então, na verdade, eu substituí todos os meus dados estatísticos por essa história, porque – o senhor falou muito bem – uma história bem contada e verdadeira e sofrida é muito mais do que qualquer dado, do que qualquer estatística ou qualquer falácia que a gente possa estar falando aqui.

Eu agradeço a todos a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu que agradeço.

Passo a palavra agora ao Ricardo Nemer.

O SR. RICARDO NEMER – Obrigado pela palavra.

Sou advogado no Rio de Janeiro, apoio usuários de maconha que reduzem danos, plantando a maconha que consomem.

Antes de começar aqui, gostaria de informar à Mesa que alguns advogados estão fazendo a distribuição, junto ao Ministério Público Eleitoral do mau uso desta sessão aqui, com o cunho político e eleitoral.

Depois vou encaminhar ao senhor uma cópia contra o Luiz Carlos Bassuma e o Marlan Gustavo, que é daqui do Distrito Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É uma honra usar isso aqui para defender a família, senhor.

O SR. RICARDO NEMER – Tudo bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se eu não tiver contato, continua valendo... (*Ininteligível.*)

O SR. RICARDO NEMER – O senhor defender, tudo bem, mas fazer propaganda política, não, botando foto no Facebook, etc., etc. (*Palmas*.)

Agora, voltando a falar aqui sobre o assunto da sessão, gostaria de esclarecer que na maconha não existe CBD e não existe THC isolado. A maconha é uma planta. E é dessa planta que se extraem todas as substâncias que são medicinais ou enteógenas.

Gostaria de lembrar também que o uso da maconha não é só recreativo e medicinal, ele é também é religioso. Estamos com o Ras Geraldinho, que é rastafari, está preso.

Gostaria de pedir ao Senador, como Presidente da Comissão, como membro da Comissão: se puder buscar saber o que acontece... Esse líder religioso está preso e condenado a uma pena maior do que vários traficantes que vi com fuzil na boca de fumo, só para demonstrar o cunho preconceituoso que tem essa lei.

Voltando a falar com relação ao uso medicinal e à planta, o Senador Fleury aqui falou que foi muito bem dividido esse assunto entre recreacional e medicinal. Só que isso é muito perigoso, primeiro pelo seguinte: ele falou que se daria o CBD pelo SUS. Lá no Rio de Janeiro, há mais de 10 mil pessoas esperando remédio, e não é maconha, é remédio simples, remédio de R$100,00. Imagine um remédio que vem importado para cá, que só pessoas com poder aquisitivo podem ter. E pessoas de baixo poder aquisitivo, que plantam sua maconha, que são pretas e que não têm olho azul, igual à menina do filme, vão presas para a cadeia, entendeu?

Então, é muito importante mostrar que maconha não é uma ampola, maconha é uma planta. E estamos falando de maconha.

A segunda coisa é a seguinte: se o pessoal aqui quer controle, quer freio, então é preciso exatamente controlar. Hoje, chega uma criança de 10 ou 15 anos com R$5,00 na boca de fumo e leva uma pedra de *crack*. Isso é o que acontece hoje. O que a gente quer amanhã é que de repente ele vá a uma farmácia, encontre lá uma assistente social, um médico, alguém que cuide dele, e não que o bote para ajoelhar no milho e rezar na bíblia para se curar de *crack*, porque isso aí é hipocrisia, isso é fanatismo. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO NEMER – Aqui, aqui acontece.

Se você não sabe, um monte de comunidade terapêutica ligada a pastor da igreja ganha dinheiro para fazer esse tipo de tratamento. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO NEMER – E isso não pode acontecer. Por favor...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RICARDO NEMER – Oi?

O SR. (Não Identificado) – Dá o nome.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RICARDO NEMER – Não precisa, não. Está aí na mídia, é público e notório. Há um monte fechado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RICARDO NEMER – Olha só...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu peço que conclua...

O SR. RICARDO NEMER – Olha só...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Peço que conclua a sua fala.

O SR. RICARDO NEMER – Existem várias CPIs... Não vou te dizer aqui agora não, mas se vocês me derem um prazo de 10 dias, eu junto na Comissão alguma comunidade terapêutica que foi fechada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, traga isso.

O SR. RICARDO NEMER – Eu peço 10 dias, e junto se o senhor quiser.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bom. A próxima audiência será daqui a 10 dias.

O SR. RICARDO NEMER – Agora, o que eu não vou admitir é misturar e botar tudo no mesmo saco, porque o que vocês querem, exatamente, é causar essa confusão. Hoje, o que acontece? O uso medicinal, estão dizendo, é uma boa...

O SR. ROBERTO LASSERRE – Seu tempo acabou, doutor, eu vou querer falar também.

O SR. RICARDO NEMER – Tudo bem, o senhor fale quando chegar a sua hora.

O SR. ROBERTO LASSERRE – Então, o senhor feche sua boca.

O SR. RICARDO NEMER – Só quem pode cassar minha palavra é o Presidente. O senhor cale a boca.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E eu estou cassando porque você já passou do tempo...

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Sr. Presidente, art. 14, porque eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, o senhor tem direito a falar mesmo sem art. 14, como Senador da República.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Eu, quando citei a respeito de remédio, e o que o nobre defensor da droga vem aqui levantando, se o Governo não dá conta de trazer, é outro problema. É um problema que esta Casa, o Judiciário e o Executivo precisam, urgentemente, conseguir. Nós temos mães que precisam importar leite e, com um decreto do Ministério Público, esse leite chega para os seus filhos. Agora, não cabe aqui fazer palanque no momento em que estamos discutindo, simplesmente, a legalização para remédio ou para recreação. Acho até que o cigarro e o álcool não deveriam entrar neste momento, porque já

é uma cultura que nós podemos, depois, discutir. Assim como tem a fotografia na carteira de cigarro, poderemos lutar para que essas fotografias mostrem os alcoólatras. (*Palmas.*)

Esse é outro assunto. Nós estamos aqui discutindo sobre a maconha para recreação e para remédio. Então, eu fico muito triste, preocupado e com responsabilidade de Senador pelo Estado de Goiás, que pessoas venham aqui para se promover e, às vezes, até traficantes são. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra, Gabriel Azevedo.

Eu só quero dizer, Senador, com todo carinho e respeito que o senhor sabe que eu adquiri, que quem menos quer regulamentação – muito de nós não queremos – é traficante. Para eles, é um desastre completo, um desastre. (*Palmas*.)

Com a palavra, Gabriel Azevedo.

O SR. GABRIEL AZEVEDO – Olá, Senador Cristovam, é um prazer e uma honra estarmos aqui hoje representando o Estado de Santa Catarina. Somos de Florianópolis. Nós temos uma escola e estamos aqui com 24 alunos da nossa escola, de idades diferentes, poderes aquisitivos diferentes, e nós temos lidado, a nossa missão como escola é trabalhar em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, no Brasil e até em outros países com missões dentro dessa áreas de clínica de recuperação, orfanatos, escolas. Cuidamos das pessoas e temos tido uma experiência muito forte com pais, mães, que têm sofrido com a questão das drogas.

Temos outras pessoas que darão o testemunho das suas próprias vidas, e o nosso trabalho tem sido de ajudar essas pessoas a vencer esse inimigo na vida delas, como a Dª Maria disse anteriormente. Cremos que o assunto das drogas e o assunto da regulamentação da maconha é algo de que nós não podemos abrir mão, não podemos tirar esse freio, como o Dr. Guilherme disse. Nós precisamos continuar com uma Nação brasileira forte nesse momento, lutando pelos nossos direitos,pelos nossos ideais.

Sabe, Senador, nós temos visto, na realidade de Florianópolis, uma geração que tem-se corrompido, uma geração perversa, que tem dado vazão às drogas, ao álcool, ao cigarro, à maconha, e tem só trazido malefícios às suas vidas, às suas famílias, às esposas, às crianças, crianças que têm sido abusadas, homens que têm se descontrolado na sua casa...

(Soa a campainha.)

O SR. GABRIEL AZEVEDO – ... espancado suas esposas, que têm sofrido com isso.

Nós temos visto que esse assunto é algo que tem pervertido a nossa Nação, e como voz de Florianópolis, como voz de Santa Catarina, e, também, representando a nossa escola, queremos deixar a nossa opinião contra a legalização da maconha.

Temos ido a outras nações também. Duas semanas atrás, estávamos na Colômbia e em Cuba e tivemos um tempo muito interessante ali. No início deste ano, nos sertões do Brasil, no Ceará. Também no Amazonas, fomos à Maués e a algumas regiões.

Temos mesmo dedicado nossas vidas ao Brasil, à mudança da nossa Nação, à mudança de onde a perversidade tem entrado. Realmente queremos um Brasil sarado, um Brasil curado de toda a perversidade. A droga só traz perversão; a droga leva... um abismo chama outro abismo. A maconha, sim, tem sido uma porta de entrada para outras drogas piores e, até mesmo, outras práticas – como foram citadas – de estupro, de violação na infância, de violação de atos morais.

Nós não vamos nos contentar com aquilo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL AZEVEDO – ... que tem acontecido no nosso País. Estamos lutando contra isso. O povo brasileiro precisa se levantar. Estamos nos levantando e somos contra isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo a palavra, agora, ao Jonas Rafael Rossatto.

O SR. JONAS RAFAEL ROSSATTO – Vamos lá.

Primeiro, é um prazer imenso estar, aqui, exercendo o meu papel de cidadão. Gostaria de convocar todos os maconheiros que são do Brasil, que estejam aqui, que representem, porque, assim como há n pessoas de outro lado, também existem pessoas que têm o conhecimento, estão em busca sempre desse conhecimento e não usam sempre as mesmas fontes de pesquisa para falar aqui.

Há cinco audiências, vejo que os "webcionistas" estão usando a mesma fonte de pesquisa, enquanto quem está a favor usa n argumentos diferentes, pesquisas diferentes, pesquisas ao redor do mundo, enquanto vocês seguem usando os mesmos argumentos falhos e pífios.

Em seguida, gostaria de dizer que é a primeira vez que estou chegando em Brasília, que representa uma iniciativa de três anos e meio na criação desta cidade. Parece que essa iniciativa foi uma audácia. Este Brasil, para conseguir esse passo, precisa desta iniciativa e precisa desta audácia, seja em três anos e meio, seja em

cinco, tem que existir essa mudança na lei de drogas do Brasil, porque não deu certo. Já faz cem anos que vem isso, e não dá certo.

Esse é o marco da inovação de um pensamento conjunto. A web 2.0, tudo isso mudou o pensamento de todo mundo, e a gente tem que pensar em conjunto. Todo mundo tem suas filosofias. O meu pai e a minha mãe são contra que eu utilize a maconha, mas eles respeitam o meu direito individual acima de tudo, e eles sabem o risco que eu corro quando estou na rua.

Se estou na rua, estou à mercê da polícia, que nem falaram aqui. Não existe uma marcação, uma quantidade de maconha para você levar um esporro do policial ou não. Então, o que acontece? Você apanha. Se você não tem dinheiro... Se você tem dinheiro, te saqueiam. Se você não tem dinheiro, apanha. Se você é pobre e preto, pior ainda, meu amigo.

Então, no Brasil, para quem está sentado do outro ponto, no sofá da sala, vendo, é bacana. Mas, para vocês terem ciência, depois da legalização no Uruguai...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JONAS RAFAEL ROSSATTO – ... é que no Brasil as notícias em torno da maconha, do CBD, e tudo isso, passaram a ser publicadas, porque, até então, não eram publicadas.

O que vocês sabem, vocês estão com um conhecimento de, às vezes, duas, três semanas. Eu entendo que muitos de vocês trabalham, mas você trazer a cocaína, trazer o *crack* para junto da maconha, você só está piorando o debate, porque o debate é sobre a maconha.

Existe um mercado que ninguém conhece, hoje, que é a maconha. Todo mundo, aqui, está vislumbrando, está pensando o que é, mas ninguém sabe qual é a porta de entrada, como existe isso, qual é a relação.

Acho que a primeira relação da pessoa é com base no conhecimento, e o nosso Estado não dá o conhecimento para a pessoa. Eles chamam de educação; deveria ser ensino, não educação. Educação quem dá é pai e mãe. Então, deveria ser ensinado a essas pessoas que prejudica, que faz mal, enfim, por aí.

Então, essa mudança pode ser feita efetivamente com a sociedade. Eu sei que muitos de vocês vão falar também com relação à saúde, o dinheiro da saúde.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JONAS RAFAEL ROSSATTO – Existe a Emenda 29 e não é gasto 12% do Estado com a saúde. Então, tem 3% aí em que pode ser ensinado a essas pessoas a utilizarem a maconha de forma recreacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JONAS RAFAEL ROSSATTO – Proibir, se for necessário, e criar um ambiente para isso. É droga. Vocês estão falando de drogas no plural. Vocês estão querendo associar todas as drogas. E quando se fala drogas, a gente está falando unicamente e exclusivamente da maconha aqui dentro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, já estamos terminando. Já são 13h07. Eu tinha falado que seria às 13h que ia terminar. Ainda tem quantos? Dezenove, vinte, vinte e três ou vinte e cinco, que eu não vou deixar. Tem 300 perguntas aqui, que eu vou ter que cortar, mas eu queria deixar ainda algumas e ouvir os nossos expoentes. Então, por favor, terminou?

O SR. JONAS RAFAEL ROSSATTO – Não ainda. Só um minutinho, Senador. Muito obrigado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JONAS RAFAEL ROSSATTO – Tanta gente falou tanto, interromperam tantas vezes. Será que é tão ruim assim o que estou falando?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não, não.

O SR. JONAS RAFAEL ROSSATTO – Muito obrigado. Vocês vão me escutar igual, porque eu escutei todas as asneiras que vocês vêm falando...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Deixa eu explicar. Sua fala está boa, mas está longa.

O SR. JONAS RAFAEL ROSSATTO – Desculpa, Senador, é que são tantos pontos e tão pífios aqui. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. Desculpe, mas é falta de respeito.

O SR. JONAS RAFAEL ROSSATTO – Com licença. Só esse negócio de estar à mercê e liberar não é um freio. Você vai conhecer um mercado e você vai assumir que existe esse mercado e você pode regulamentar. Você pode falar:"Olha, você não pode fumar numa escola, você não pode fumar num bar." Hoje você entra numa balada, não tem o cigarro lá dentro. Você já não sai mais cheirando a cigarro. Por quê? Porque existe um negócio falando "existe o cigarro e lá não pode fumar". A maconha não existe hoje. Não existe dizendo que não pode fumar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe. Outros já falaram isso.

O SR. JONAS RAFAEL ROSSATTO – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra agora à Elisângela da Cruz.

Eu quero dizer o seguinte: nós temos dois que estão se manifestando contrariamente e dois a favor. E temos 18 contra inscritos. Sem falar os que já falaram em outras audiências. Eu tenho que tomar a decisão de deixar que falem esses dois contrários. E tem dois também a favor. E, depois, fazer uma exceção a quem? A você? Adrovano, que veio o Ceará, que nunca esteve aqui e quer fazer a sua fala. Então, você seria o último.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas aí eu vou ter que abrir para todos. Então, eu abro para ele e não para você. Um dos dois.

Agora, eu quero convidar que voltem aqui. E eu me comprometo a manter essa lista. Essa lista eu manterei para a próxima sessão. Próxima semana, eu vou começar por essa lista, pelos que não falaram.

Então, qual dos dois vai falar? Pronto.

Qual é o nome?

O SR. PLAUTO DE LIMA – Plauto de Lima.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Plauto. Ainda não. Ainda tem dois de cada lado.

Elisângela P. Da Cruz.

A SRª ELISANGELA DA CRUZ – Boa tarde a todos. Meu nome é Elisângela. Eu quero relatar o que eu vivi, porque nós estamos tentando pôr em ordem uma situação. E é mais fácil a gente falar do que viveu do que simplesmente o que as pessoas acham ou deixam de achar. Na minha família, eu tive todos os casos, tanto de usuário quanto de traficantes. Então, no caso, essa parte de você vender a droga é tão ruim quanto a de usar. E eu sou contra, por quê? É a família que sofre. Não é a pessoa que usa que sofre. São os familiares que sofrem. (*Palmas*.)

São os familiares...

E até mesmo... Eu tenho irmãos que foram presos porque eles vendiam. Eu também sofria, por quê? Porque, da mesma situação da senhora, que visitava o filho, eu também tinha que visitar. Durante quatro anos, eu ia à cadeia. Eu tinha que me expor para ver a minha família. E hoje ela saiu desse lado.

Ela não está mais, graças a Deus. Mas temos ainda sobrinhos que usam a droga como se fosse normal, assim como estamos aqui para declarar isso.

Eu creio que, na sociedade, há falta de crianças nas escolas e há muitas crianças na rua. Se a droga for legalizada, as crianças não irão para escola, irão usar a droga. É isso que o País está querendo. O País está querendo que nossas crianças já comecem, desde pequenas, no caminho errado, para elas não terem uma ordem durante a sua criação.

O cigarro não faz parte disso, porque ele...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um momento.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELISANGELA DA CRUZ – Outro modo de pensarmos nessa legalidade ou não, temos também como isso sair de nosso País, sim. Se as nossas seguranças tomarem uma providência e barrarem nas fronteiras, a droga não entrará, mas é tudo uma corja em que um está apoiando o outro. Então, esse é o lado ruim.

Agora, para as crianças vocês não estão nem ligando. É isso que eu entendi, porque se você está a favor, será mais fácil em vez de a criança comprar bala, comprar maconha. (*Palmas*.)

Em vez de a criança ir para a escola... E a responsabilidade passa para nós, população, que levantamos e erguemos a voz para que os governantes, que têm o poder, aí em cima, nas cadeiras, que podem fazer as leis, proíbam a legalização.

E também nos presídios, muitos presídios, mesmo com estas coisas de serem despidos para verem se estão entrando com droga ou não, muitas drogas entram. E sei isso, porque vivenciei, sei de pessoas que entram lá dentro. Então, isso não quer dizer que a legalidade será melhor ou pior, será muito pior do que é agora.

Então, sou totalmente contra, porque quero uma infância e uma adolescência saudáveis e não adolescentes ou crianças drogadas, sem ter nada. E o País vai morrer. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero dizer, Elisângela, que compartilho totalmente com você, só que estamos caminhando para isso, mesmo com a proibição. Algo temos de fazer. Por favor, não digam que as coisas estão bem. Agora, não podemos correr o risco de regulamentar, se acharmos que isso vai piorar. Essa é a pergunta e há divergências. Mas vou, com muito cuidado, ver isso. Inclusive as experiências no exterior.

Mas só quero tirar a ideia de que os que querem regulamentação querem a esbórnia da droga para todos. Não é isso! Por favor, isso é falta de respeito até! Como também é falta de respeito dizer que quem é contra a regulamentação está querendo colocar pobre na cadeia, como, às vezes, dizem. Ou ganhar dinheiro com empresas. Não é isso.

Há algo em comum, que é aquela frase, de que gostei quando foi dita, que, para mim, a história não nos vai perdoar, se o Brasil se transformar em um país dependente de drogas. Mas estamos caminhando para isso.

E estou aqui para ver como paro isso, incluindo estudar a proposta de que a regulamentação pode ser um caminho para reduzir o drama. Mas muitos são contra, e vamos analisar.

O João Marcos Buch me pediu, ele tem que sair, então vou dar a ele um minuto.

O SR. JOÃO MARCOS BUCH – Está bem, um minuto. Só gostaria de agradecer muito a oportunidade de estar aqui. Aprendi muito com todos vocês, especialmente com o Senador. Repito, são 20 anos de magistratura, eu desejo a felicidade e a paz para todos nós, do fundo do meu coração. Quero que as crianças sejam felizes.

Acontece que essa política proibicionista das drogas está matando crianças, está matando pessoas mais pobres, está matando nas periferias.

Entre num presídio, quem ainda não entrou. Quem não passou ainda, passe por uma revista vexatória e perceba quem está lá dentro. Não somos nós, não é a classe média, não é nem quem tem a condição de vir ao Senado, porque vocês têm condição de ter advogado, tranquilamente. Visitem os presídios e vejam que essa política proibicionista, de guerra contra as drogas, está matando muito mais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO MARCOS BUCH – É isto o que desejo: paz e felicidade para todos. Acredito, com toda racionalidade e com todo o meu sentimento, que a política proibicionista é um caminho de massacre, de holocausto, e nós temos de rever isso, Senador, através da regulamentação.

Muito obrigado. Peço que o Senhor veja o vídeo que lhe entreguei. Uma boa tarde a todos. Bom debate. *(Palmas.*)

O SR. SÉRGIO FERNANDO HARFOUCHE – Senador, pela ordem. Permita-me fazer uma pergunta aos juízes. Só uma pergunta e deixar que respondam. Eu quero perguntar qual deles, nos últimos doze anos, prendeu alguém pelo art. 28 da Lei de Drogas, que é o de uso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos continuar. Eles responderão nas suas horas. Flávio Roberto Inácio. Responda. Os outros responderão depois.

O SR. JOÃO MARCOS BUCH – Qual é a sua pergunta?

O SR. SÉRGIO FERNANDO HARFOUCHE – Repito: qual dos senhores prendeu alguém pelo art. 28 da Lei 11.343, pelo uso simples, nos últimos 12 anos, depois da 10.409?

O SR. JOÃO MARCOS BUCH – Já. As pessoas continuam sendo detidas, lavrados os termos circunstanciados...

O SR. SÉRGIO FERNANDO HARFOUCHE – O senhor prendeu?

O SR. JOÃO MARCOS BUCH – Condenados e que voltam para a droga.

O SR. SÉRGIO FERNANDO HARFOUCHE – Pelo art. 28? Ninguém foi preso mais nos últimos doze anos.

O SR. JOÃO MARCOS BUCH – A Lei Antidrogas nega a realidade, minha gente. Vejam nas ruas o que está acontecendo, os usuários estão sendo presos, sim. Se não são presos são mortos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A pergunta está respondida. O Diretor da Polícia que esteve aqui disse que isso acontece também. Ele até disse, o Comandante Jorge: "A lei fez com que negro ficasse traficante e branco ficasse usuário." Ele disse isso aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele era do Governo Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ou seja, por ele ser do governo Brizola descaracteriza o cara?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele foi o mais liberal de todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas, ele disse uma frase que acontece na prática. Ele pode até ser culpado, se quiser, mas acontece. Eles todos estão falando isso. A lei não é matemática. A maneira como ela está sendo aplicada está prejudicando negros.

Está com a palavra o Flávio Roberto Inácio.

O SR. FLÁVIO ROBERTO INÁCIO – Boa tarde, Senador. Estou aqui com o grupo de Florianópolis e queria compartilhar com vocês o que a droga, durante muito tempo, fez na minha vida.

Comecei a usar a droga com 17 anos de idade e durante um bom tempo na minha vida, durante 21 anos, fui escravo. Comecei com a maconha; depois, a maconha já não me satisfazia mais, assim como o álcool. Daí foi a maconha, a cocaína e o álcool, três substâncias que, aos olhos naturais, aparentemente, não fazem mal, mas, aos olhos espirituais, acabam com você por dentro. Eu fui destruindo a minha família durante esse tempo em

que usei a droga. Casei com 18 para 19 anos e a minha esposa conviveu comigo durante esse tempo todo em que estive com as drogas. Eu tentava me libertar e não conseguia deixar de usar a droga. Chegava uma certa época em que eu ficava duas, três semanas sem usar drogas, mas a dependência era maior. Eu tinha de buscar essa droga para usar, para me satisfazer. Acabava criando feridas na minha família. Minha esposa sozinha em casa, pois, em vez de eu estar com ela, eu estava na rua.

Quantos finais de semana eu deixei de estar com o meu pai e com a minha mãe para estar na rua, usando droga!

Eu tinha uma vida estável financeira boa. A droga hoje se encontra em tudo quanto é classe social, desde o pobre, classe média, o rico, ela não distingue classe social. Durante esse tempo, eu vim lutando contra isso aí, vim lutando muito. Em algumas épocas eu ficava seis, sete meses, mas não encontrava algo dentro de mim que conseguisse me libertar. Até que chegou uma época da minha vida em que tomei a iniciativa de pegar e realmente parar. Hoje faz dois anos e nove meses que não uso mais nada, hoje estou totalmente curado. (*Palmas.)*

Acredito que nós temos que fazer nossa parte, temos que mostrar o amor que recebi na nossa escola, recebi aquilo que o povo brasileiro precisa, amor, carinho, não só críticas. Às vezes, a pessoa está tendo problema, mas não sabe. Só quem esteve no fundo do poço sabe o que é estar nas drogas. A droga leva você a destruir a sua família, a destruir tudo ao seu redor. Tantas pessoas na sua vida, a sua mãe sabe que você usa, mas você não sabe o sofrimento que está trazendo na vida dela e do seu pai. O seu pai está lá, sua mãe está ali, dentro da sua casa, chorando, às vezes clamando pela sua vida, sabendo que você está na rua e não sabendo se você vai voltar para casa vivo; podem pegar você no caixão, como a senhora ali falou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ROBERTO INÁCIO – Assim, peço realmente às autoridades que a gente possa ser contra a liberação das drogas.

Imagina o meu filho... graças que não aconteceu de ele estar envolvido com as drogas – tenho um filho de 20 anos. No dia em que ele nasceu, eu bebi e bati em três carros, só por um milagre estou aqui hoje. Durante esse tempo todo, Deus guardou o meu filho e a minha esposa. Hoje eu tenho só a agradecer por poder estar aqui e compartilhar esse momento que aconteceu em minha vida.

Que possa ficar a proposta de a gente ser contra, isso tudo que está acontecendo, e a gente tomar a posição. Um abismo leva a outro abismo. Então, se a pessoa está usando a droga, ela vai, vai; se está usando a maconha, vai para a cocaína; da cocaína ao *crack*. Também temos um centro de recuperação onde vários viciados que tinham tudo não têm mais nada, pararam na rua, perderam suas empresas, perderam tudo.

Então, fica aí a mensagem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra agora ao Matheus Laureano Zampa. (*Pausa.*)

Já foi?

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Senador Cristovam, eu só gostaria de fazer uma pergunta. Eu não vou falar, não vou, estou vendo que o tempo já estourou. Quero só fazer, todo mundo que está acompanhando a TV Senado desde a primeira audiência, que tem acompanhado, sabe que sempre nós indicamos outras pessoas, policiais, que são contra a legalização da maconha. Inclusive, o senhor falou agora no Sr. Jorge Silva, do Viva Rio, que defendeu a legalização da maconha. Eu gostaria que o senhor chamasse especialistas e há muitos, já lhe entreguei, já entreguei para a sua assessoria, o Alexandre Zakir é um deles, de São Paulo, especialista. Quero fazer mais uma vez esse pedido, para o senhor trazer para a mesa. Porque a gente tem observado, isso é fato: foram 17 pessoas a favor da legalização da maconha e apenas três...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu acho isso uma falta de respeito.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Não é, Senador, isso é fato. Basta as pessoas assistirem a TV Senado. Os brasileiros estão assistindo a TV Senado. (*Palmas.*)

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Para o senhor ter uma ideia, o próprio Schelb, Procurador, nem foi convidado. Ele veio substituir aqui a subprocuradora. Quer dizer, só o Dr. Fábio Gomes de Matos teve os 15 minutos, contra quantos minutos aí que estão...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Você não disse que foi você quem indicou o professor.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – O Professor Fábio?! Mas dois de dezessete!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Teve outros, eu estou querendo abrir ao máximo, vocês sabem disso. Agora, são especialistas. Aqui a lista foi um a um e vou dar mais outros contra.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Mas chame para a mesa, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Chamo, cadê a lista? Me dê a lista.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Entreguei desde a primeira audiência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vou pedir ao meu assessor que responda.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Chamar outros juízes, os quatro aqui são todo a favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Responda aí.

O SR. IVÔNIO BARROS NUNES – A Comissão de Direitos Humanos aprovou uma sequência de debates, cada uma com um tema específico. Neste debate que agora estamos realizando, o tema é o impacto no Judiciário e na justiça criminal.

Por sugestão dos senhores, o Senador acatou a presença de um psiquiatra, que foi o nome sugerido por vocês, dentre os vários nomes que vocês estavam sugerindo por *e-mails*. Vocês falaram: "O nome que nós recomendamos é o Dr. Fábio Gomes". Foi essa a conclusão que vocês chegaram no documento, na semana passada, e ele foi convidado com poucos dias de preparação. Nós enviamos as passagens, a diária. Foi um processo burocrático acatando uma sugestão de vocês, apesar de esta Mesa ser sobre outro assunto.

A próxima Mesa, no dia 13 de outubro, terá outros representantes que vocês indicaram.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Mas pode ter um policial? Pode ter? Porque nós tivemos um policial a favor da legalização...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dê-me o nome do policial que você quer.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Alexandre Zakir.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pronto. Ele vai estar aqui.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Lá de São Paulo.

Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora, nunca mais diga isso!

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Não, eu vou dizer, Senador. Eu vou dizer sempre que a minha consciência apontar. Eu vou dizer!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não, não, não.

Se ele vier aqui...

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – É democracia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se ele vier aqui, sua afirmação cai no vazio.

O SR. PRESIDENTE (Luis Eduardo Girão) – Não, não cai. Nós tivemos quinze a favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não. Se ele vier. Agora...

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Cadê o juiz que é contra, aqui? Cadê o juiz que é contra?

O SR. IVÔNIO BARROS NUNES – Nós só vamos conferir...

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Todos os juízes são a favor!

O SR. IVÔNIO BARROS NUNES – Nós vamos conferir...

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Todos os juízes.

Quatro juízes a favor da legalização. Isso não está equilibrado, Senador. Não está equilibrado.

(*Soa a campainha.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E o que é pior: mal informado.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Não está equilibrado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Escute o que ele vai dizer aqui.

O SR. IVÔNIO BARROS NUNES – Nós vamos investigar, mas provavelmente esse policial foi convidado e se recusou a vir porque a data não era adequada a ele.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Não. Não foi.

O SR. IVÔNIO BARROS NUNES – Mas nós vamos investigar isso.

O SR. LUIS EDUARDO GIRÃO – Não. Não foi. Por favor, pode confirmar isso, porque eu falei com ele ontem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós vamos tomar providências. Se preciso, faremos mais dez audiências, para você não poder dizer isso!

Eu não admito levantar hipótese de que eu não me comporto aqui com uma posição imparcial, querendo chegar a um documento sério, compatível com a história do Brasil. Nós faremos dez audiências, se quiserem. E o senhor poderá falar depois da eleição. Antes da eleição, não. Aliás, essa é a última.

Bem, eu dou...

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O senhor é um atrevido ao dizer que eu estou cassando a sua palavra! O senhor queria cassar a dos outros que já falaram!

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 28 minutos.)

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 15 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e um minuto do dia vinte e dois de setembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Fleury**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Cristovam Buarque e Fleury. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento nº 68 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 02/09/2014, para debater "os avanços e perspectivas com a instituição do ***"Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência"***, comemorado no dia 21 de setembro. O Senhor Presidente comunica que a audiência pública é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa a palavra para a poetisa Onã Silva para recitar poema, que o faz. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra para os convidados nesta ordem: Raimundo Nonato Lopes de Sousa, Chefe de Divisão de Gerenciamento de Benefícios Assistenciais do Ministério da Previdência e Assistência Social – SPPS/MPAS; Waldir Macieira da Costa Filho, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência – AMPID. O Senhor Presidente interrompe a sequência de palestras dos senhores convidados para anunciar a chegada da poetisa Noeme Rocha e concede-lhe a palavra para recitar poema, que o faz. Dando continuidade, o Senhor Presidente passa a palavra aos convidados: Dylson Bessa, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CEPD; Janilton Fernandes Lima, Advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio – CNC; Ester Pacheco Henriques, Presidenta da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENASP; Antônio José Ferreira, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; e Wilson Gomiero, Representante da Federação Brasileira de Associações Civis de Portadores de Esclerose Múltipla – FEBRAPEM. O Senhor Presidente concede a palavra a pessoas presentes no plenário, nesta ordem: Joaquim Santana, Conselho Nacional da OAB; Anaildes Sena – CUT; Isaias Dias – CAC/CONADE, Mário Luiz Nonato Canevelho; e Fernanda Cavalcanti do Ministério do Trabalho e Emprego. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Fleury. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e sete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Fleury,** Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Declaro aberta a 60ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 68, de 2014, da CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado no dia 2/9/2014, para debater os avanços e as perspectivas com a instituição do Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, a ser comemorado no dia 21 de setembro.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, através do *link* http://bit.ly/audienciainterativa e pelo Alô Senado, através do 0800-612211.

Antes de dar início a esta audiência e apresentar os nossos convidados, gostaria de lhes pedir desculpas por eventuais pausas, pois toda audiência deve seguir certos ritos iniciais, acompanhados da leitura de determinados procedimentos. Para isso, contarei com a ajuda de assessores desta Comissão, visto que, em virtude

do meu acidente, não é possível ler e discursar em voz alta ao mesmo tempo, sendo necessária ajuda para possíveis encaminhamentos durante a reunião.

Também gostaria de agradecer à Senadora Ana Rita, Presidente desta Comissão, e ao Senador Cristovam Buarque, membro atuante da CDH, pelo convite para presidir esta audiência, que considero de extrema importância para apresentarmos as condições das pessoas com deficiência em nosso País e dialogarmos em busca de melhoria a fim de assegurar todos os seus direitos e condições dignas para o cumprimento de seus deveres. Com esse intuito, buscarei contribuir não só como Parlamentar, mas também como seu representante, que vivencia as mesmas dificuldades de todos os outros deficientes.

Para iniciar o nosso debate, convido para compor a Mesa:

– Antônio José Ferreira, Presidente do Conselho Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade). (*Pausa.*) Ele ainda não chegou.

– Ester Pacheco Henriques, Presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenasp).

– Janilton Fernandes Lima, advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

– Waldir Macieira da Costa Filho, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid). (*Pausa*.)

Não chegou.

– Dylson Bessa, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos de Pessoas com Deficiência (CEPD);

– Raimundo Nonato Lopes de Sousa, Chefe de Divisão de Gerenciamento de Benefícios Assistenciais do Ministério da Previdência e Assistência Social (SPPS/MPAS);

– Wilson Gomiero, representante da Federação Brasileira de Associações Civis de Portadores de Esclerose Múltiplas (Febrapem).

Antes de passar a palavra aos convidados, gostaria de fazer algumas considerações iniciais.

O dia 21 de setembro é dedicado à comemoração do Dia Nacional da Luta de Pessoas com Deficiência. A data foi instituída pelo movimento social em encontro nacional em 1982, com todas as entidades nacionais. O dia 21 de setembro foi escolhido pela proximidade com a primavera e o Dia da Árvore, numa representação do nascimento das reivindicações de cidadania e participação plena da igualdade das condições.

A data foi oficializada através da Lei Federal nº 11.133, de 14 de julho de 2005. Essa data é comemorada e lembrada todos os anos. Desde então, em todos os Estados, constitui-se em momento para reflexão em busca de novos caminhos para a luta dos segmentos, para as pessoas com deficiência, e também momento para divulgar as lutas e cobrar mais inclusão social.

Este ano, a data tem um simbolismo especial, pois o Conselho Nacional de Direitos de Pessoa com Deficiência (Conade), espaço de controle social e participação da sociedade, comemorou 15 anos. Além disso, nos encontramos no quinto ano de promulgação da Convenção da ONU, e, em dezembro, o Decreto nº 5.296, de 2004, que dá prioridade ao atendimento à pessoa com deficiência completará dez anos de vigência.

Em 2011, o Governo brasileiro lançou o Plano Viver Sem Limite, com recursos da ordem de R$7 bilhões nas áreas de educação, saúde, assistência social e acessibilidade, com envolvimento de 15 ministérios e cooperação de Estados e Municípios. O plano foi construído com inspiração na força e no exemplo das pessoas com deficiência, que historicamente estiveram condenados à segregação. Trata-se de um conjunto de políticas públicas estruturais em quatro eixos: acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade. Cada ação presente nesses eixos é interdependente e articulada com as demais, construindo redes de serviço e políticas públicas capazes de assegurar um contexto de garantia de direitos para as pessoas com deficiência, considerando suas múltiplas necessidades nos diferentes momentos de sua vida.

A data serve para reafirmarmos o compromisso com uma sociedade inclusiva e igualitária.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, convido as poetisas Onã Silva e Noeme Rocha para recitarem.

A SRª ONÃ SILVA – Boa tarde! É uma oportunidade importante estar neste evento que fala sobre deficiência. Meu nome é Onã Silva. Sou enfermeira, estudiosa da área de saúde pública, mas também tenho uma mobilidade reduzida por uma questão de deficiência, por um hiperparatireodismo. Já tive várias fraturas e tenho convivido com essa questão da deficiência, às vezes precisando de cadeira de rodas, de muletas.

Como poetisa, como profissional de saúde, escrevi este poema chamado Acesso Negado. Ele foi, inclusive, transcrito para o braile. Vou apresentá-lo para vocês.

Acesso negado

Acessibilidade.
Acessibilidade.
Acessibilidade.

Acessibilidade.
Acessibilidade.

Quando meu nome estava na ciência
Tinha louros e toda eloquência
Mas quando você viu minha deficiência
Revelou toda indiferença
Não foi bom samaritano
Expurgaram-me do plano
Não fui revelação do ano
Disseram-me inverdade
Não havia lei na cidade
Nenhuma praticidade
Acessibilidade?
Acesso velado
Acesso negado.

Quando meu nome tinha influência
Tinha muita gente ao meu redor
Mas quando você viu a minha deficiência
Você sequer me deu bola
Você foi tomar sua coca-cola
Fingiu até tocar uma viola
Pensou que eu queria esmola
Engoliram minha liberdade
Roubaram minha identidade
Usaram até a maldade
Acessibilidade?
Acesso velado
Acesso negado.

Quando meu nome tinha abrangência
Servia sempre de propaganda
Mas quando você viu minha deficiência
Buscaram outro nome melhor
Meu sobrenome foi pro Itororó
Esconderam-me no cafundó
E nem fizeram cara de dó
Sofri com a imobilidade
Não tinha velocidade
Fiquei em desigualdade
Acessibilidade?
Acesso velado
Acesso negado.

Quando meu nome mostrava eloquência
Era convidado para os banquetes
Mas quando você viu minha deficiência
Não me deixaram mais falar
Tiraram o tapete sem avisar
Puseram as mãos pra lavar
Viraram-se pro lado de lá
Passei contrariedade
Convivi com falsidade
Esconderam a legitimidade
Leis ficaram sem validade
Acessibilidade?
Acesso velado

Acesso negado.

Quando meu nome brilhava com frequência
Dava ibope nas colunas sociais
Mas quando você viu minha deficiência
As câmeras foram escondidas
Deixaram-me só nas avenidas
Usaram aquelas cadeiras definidas
Reduziram a luminosidade
Cotizaram oportunidade
Cercaram a rua com grade
Acessibilidade?
Acesso velado
Acesso negado.

Quando meu nome tinha a preferência
Pelo curriculum fenomenal
Mas quando você viu minha deficiência
Esconderam microfone
Mudaram de telefone
Inventaram codinome
Fiquei até com fome
Ganhei vida sem qualidade
Desrespeitaram a idade
Atropelaram minha dignidade
Acessibilidade?
Acesso velado
Veja aqui exposta toda a minha deficiência
Mas não preciso de indulgência
Quero vida com decência
Pois sou gente e cidadão
Como diz a Constituição?
Pra que tanta legislação?
É fato a tal inclusão?
Diga-me a verdade
Sobre acessibilidade.
O que sei e sinto do meu lado
É acesso velado.
É acesso negado.
Acessibilidade? (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Agora nós ouviremos Noeme Rocha. (*Pausa.*)

Ela não chegou.

Quero cumprimentar, porque está presente entre nós aqui, o Senador Cristovam Buarque, o homem que eu chamo de mestre, porque se o Brasil o ouvisse, nós teríamos um país de primeiro mundo em educação. É, sem dúvida, o homem que mais luta pela educação. E muitas coisas que aconteceram entre nós, de insensibilidade, foram por falta de educação, de responsabilidade entre nós mesmos, tal como no meu caso pessoal.

Passo a palavra ao nosso convidado Raimundo Nonato Lopes de Sousa, Chefe da Divisão de Gerenciamento de Benefícios Assistenciais do Ministério da Previdência e Assistência Social SPPS/MPAS.

O SR. RAIMUNDO NONATO LOPES DE SOUSA – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Plenário. Boa tarde a todos e a todas.

Antes de mais nada, queria fazer uma saudação a todos aqui da Mesa, nossos colegas Conselheiros do Conade.

Queria também agradecer ao convite para esta importante reunião que homenageia o dia 21 de setembro, Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Acho um tema superimportante, nesse momento em que buscamos o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência.

Aproveito para ressaltar as grandes mudanças que houve a partir do Plano Viver sem Limite, implantado pela Presidenta Dilma, em 2011. Dentro desse plano houve significativa mudança, sobretudo na legislação que flexibiliza a inclusão das pessoas com deficiência.

Aqui vou apontar a política dos benefícios de prestação continuada. O Ministério da Previdência Social, por meio do INSS, operacionaliza esses benefícios. A gestão é do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mas a operacionalização é do INSS.

Eu queria ressaltar a mudança que trouxe a Lei nº 12.470, que trata da flexibilização dos beneficiários do BPC no mercado de trabalho, que possibilita que o beneficiário do BPC tenha o seu acesso ao mercado de trabalho e sua carteira assinada. O seu benefício é suspenso em situação especial, em caráter especial, e enquanto esse beneficiário estiver trabalhando, o benefício dele fica suspenso. No momento em que ele retorna do mercado de trabalho, em qualquer agência do INSS esse benefício é reativado imediatamente, sem nenhuma burocracia.

Então, a gente acredita que, além das outras ações que trouxe o Plano Viver Sem Limite, com essa alteração legal, acho que isso estimula mais as pessoas com deficiência que recebem o benefício e que muitas vezes têm aquele medo de entrar no mercado de trabalho e perder o benefício e depois não voltar mais, com a edição dessa lei, isso flexibiliza bastante.

Outras ações que trouxeram também e que vale a pena comemorar é a questão das ações inclusivas: acessibilidade arquitetônica e acessibilidade das políticas e dos serviços.

Eu ficaria por aqui, acho que nossos colegas vão, com certeza, discorrer mais sobre outras ações e serviços que trouxeram para as pessoas com deficiência. E quero dizer que a Previdência, por meio do INSS, está sempre à disposição, na questão do diálogo para melhorar o atendimento e buscar políticas de inclusão.

Queria registrar também, finalizando a minha intervenção aqui, que o Presidente do INSS, Dr. Lindolfo, no início deste ano, assinou uma resolução criando o Comitê de Acessibilidade dentro do INSS. Esse comitê vai trabalhar permanentemente para mapear dificuldades de nossos servidores – são 40 mil servidores e temos bastantes servidores com deficiências. Esse comitê vai ser o responsável por mapear essas pessoas, esses servidores e ver suas dificuldades de acesso as suas ferramentas de trabalho e vamos aprender muito com isso também.

Queria mais uma vez, ao finalizar, agradecer o convite e dizer que estamos à disposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigado.

Quero anunciar a chegada do Sr. Antônio José Ferreira, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos de Pessoas com Deficiência (Conade).

Agora, ouviremos o Waldir Macieira da Costa Filho, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid).

O SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO – Uma boa tarde a todos e a todas. Queria saudar aqui o Senador Fleury, que preside esta audiência pública; o Senador Cristovam Buarque, que está aqui e que também é nosso professor no mestrado em Direitos Humanos na UnB. É uma honra ter a presença do nosso Senador e professor.

Quero saudar o Presidente do nosso Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, Antônio José, que já está presente aqui, bem como meus pares de Conselho, o Raimundo Nonato; a Ester Pacheco, aqui presente e que é Vice-Presidente do Conade; o Janilton. Vejo a Fernanda também, do Ministério do Trabalho; e o nosso representante da OAB, Joaquim Santana; o Dylson, que está também ali, representando os conselhos estaduais e municipais da pessoa com deficiência.

Queria ser breve, tendo em vista que temos outras autoridades a se manifestar.

Gostaria de resgatar a questão do porquê deste dia 21, que foi ontem, mas que está sendo comemorado hoje aqui nesta Casa legislativa, o Senado Federal, no sentido de que, desde 1982, quando foi concebido, é um dia de reflexão, um dia de reavaliação do que está sendo feito em termos de políticas públicas de ações em prol das pessoas com deficiência.

Este é o momento de refletirmos o quanto nós avançamos e quanto ainda existe de barreiras para o pleno exercício da cidadania pelas pessoas com deficiência.

É certo que avançamos, principalmente depois do advento da Constituição de 1988, a partir desse viés, do princípio da inclusão social, nela inserido, e que vem, através desse viés, trazendo políticas públicas, como o Plano Viver Sem Limites, leis, instrumentalização também para o Ministério Público e Defensoria Pública, para, à frente do Judiciário, exigir efetividade de direitos que estão encartados nas leis, para as pessoas com deficiência. Mas, ao mesmo tempo que verificamos avanços, comprometimento político de alguns agentes públicos, ainda vemos, principalmente – eu digo nós que atuamos na execução –, graves problemas que ainda enfrentam as pessoas com deficiência no exercício dos seus direitos. Muitos desses direitos encartados em leis,

em uma convenção, que foi recepcionada inclusive com efeito de emenda constitucional, mas, na realidade, no seu dia a dia, nem tudo ainda é palpável.

Então, poderia resumir a questão da acessibilidade, tão bem declamada aí na poesia exposta pela nossa amiga, como também outras situações, na área da saúde, na área da educação, quando é negada a matrícula, ou a continuidade daquele aluno com deficiência, principalmente no ensino público regular; a falta às vezes de profissionais capacitados; a falta, muitas vezes, de escolas fisicamente acessíveis ou com salas multifuncionais equipadas, tudo isso aliado a um transporte público ainda precário. Vejam só: a oportunidade, no mercado de trabalho, muitas vezes é negada, mesmo aí com empresas, mesmo com as cotas definidas.

Então, ainda há muito no que avançar, e, neste dia de reflexão, vejo os pontos positivos, porque hoje já temos maior visibilidade da questão da pessoa com deficiência, mas ainda temos de nos dar as mãos, principalmente aqui nesta Casa Legislativa, no sentido de avançarmos com maiores instrumentos para a efetividade dos direitos da pessoa com deficiência.

Então, fica aqui a nossa mensagem e, mais uma vez, o compromisso do Ministério Público na defesa e na garantia não só dos direitos difusos e coletivos, mas também nos individuais indisponíveis das pessoas com deficiência.

Um grande abraço a todos. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Quero anunciar a chegada da poeta Noeme Rocha, que irá recitar uma poesia para nós neste momento. (*Pausa.)*

A SRª SOLANGE SILVEIRA PASSOS CRISÓSTOMO – Noeme é da Biblioteca Braile, é membro da Sociedade dos Poetas Cegos e faz um belo trabalho naquela entidade.

A SRª NOEME ROCHA – Obrigada.

Boa tarde.

A poesia que vou falar agora tem um significado muito especial, não só para os poetas cegos, mas para mim e para toda a minha família e todas as pessoas que nos ouvem e vão nos ouvir nesta tarde.

Ela começa assim:

Meu nome é Noeme
E nada quero esconder.
Lá em Santa Vitória, Maranhão
Eu me pus a crescer.
A luz era de lamparina
Ou de lampião
Mas isso pouco importava
Pois no céu todas as noites
A linda lua pairava.
Mamãe brincava com a gente
Como galinha dos seus pintinhos.
Nos deixava brincar
Mas sem se afastar
Nem um pouquinho.
Cuidar daquele quintal
Era uma grande alegria.
Ainda hoje me lembro
Dos porcos, frutas e galinha.
Papai tinha colmeias no quintal.
Quando ele retirava o mel
Fazia a alegria geral
Felicidade sem fel
Meu céu, que maravilha!
Como eu gostaria
Luís Felipe, meu filho
Que você pudesse viver tudo aquilo que eu vivi.
Isto é, talvez vocês não saibam de verdade
O que significa para mim falar desse meu mundo
Que eu enxerguei, vivi e toquei.
Isto é felicidade sem fim.

Esta infância, eu sei, não voltará
Mas nas lembranças e no meu peito
Trago a alegria de poder contar
Para vocês esses feitos
Meu nome é Noeme.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Quero agradecer a poesia de Noeme Rocha, de muita sensibilidade.

Gostaria de registrar a presença dos coordenadores do Coletivo Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da CUT Anaildes Sena e Valter.

Passo a palavra ao nosso convidado Dylson Bessa, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CEPD).

O SR. DYLSON BESSA – Boa tarde! Boa tarde, Senador Fleury; boa tarde, Antônio José; boa tarde, Isaías. Sou Presidente do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência do Maranhão.

Fico feliz e honrado por estar presente nesta Casa falando do dia 21, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, que é um dia muito emblemático, é um dia muito forte para o movimento da pessoa com deficiência, pois é um segmento da sociedade que luta para ser reconhecido, luta para construir sua história, luta para construir sua identidade; nunca foi muito bem reconhecido, nunca foi muito bem compreendido através da história.

A gente vê, historicamente, que, algumas vezes, em algumas civilizações, ele era morto, em outras era endeusado, mas o certo é que há que se revalorizar, há que se construir uma história, uma identidade, porque se há negado... há negação desde quando nasce, negação para construir sua ideia de corpo, para construir seu pensamento, para construir sua liberdade. Isso sempre foi muito difícil para a pessoa com deficiência. E ele só conseguiu sobreviver fugindo da cidade, fugindo das religiões, fugindo da sociedade, vivendo à margem, vivendo com grupos de marginais, com grupos de vagabundos. Seu primeiro emprego, a gente vê, através da história, que foi naquele Circo dos Horrores, a mulher barbada, o anão, o homem gigante. E aí ele vai construindo sua história aos pouquinhos.

Hoje ainda é preciso que se construa essa história. Hoje é preciso que se pontue e se procure saber quem são seus representantes, quem são suas lideranças históricas, enfim, construir uma história que foi muito apagada, negada. Hoje a gente tem alguns espaços conquistados. Como forma de discutir política, temos os conselhos, que podem ser também um espaço de democracia participativa, mas falta ainda muito para que a pessoa com deficiência se empodere, participe efetivamente desses espaços, porque ainda há uma lacuna muito grande entre o que existe juridicamente, o que se constrói em termos de leis e a efetivação dessas leis na vida da pessoa com deficiência lá na comunidade, lá nos Municípios, lá onde a pobreza é extrema, onde ele não tem uma cadeira de rodas, não tem uma bengala.

Em alguns Municípios do meu Estado, por exemplo, as pessoas optam por ter um carrinho de mão em vez de uma cadeira de rodas, porque para ele não compensa ter uma cadeira de rodas em um local que não tem asfalto, em um local que ainda tem muita terra, muito chão, onde acaba sendo incabível discutir um pouco a acessibilidade, porque não tem nem praça.

Então, é um povo muito sofrido, muito largado de lado, e os conselhos acabam sendo instâncias onde a pessoa com deficiência pode se manifestar, exigir seus direitos, construir sua história, apoderando-se.

O Conade vem fazendo um trabalho de diminuição dessa barreira, diminuição dessas distâncias. E os conselhos são o principal interlocutor dessa conversa. As conferências nacionais também assim o são, as conferências municipais, as conferências estaduais. Mas ainda há uma lacuna muito distante, há a necessidade de ainda estar mais próximo do Município, discutindo a quantidade de evasão escolar. Outro dia, vi no jornal – acho que o *Correio Braziliense* – que um milhão de crianças com deficiência estão fora da escola. Então, são um milhão de pessoas que, futuramente, continuarão a ser massacradas, continuarão a estar ainda, no futuro, fora do mercado de trabalho.

O Plano Viver sem Limite veio trazer uma perspectiva de mudança, mas é necessário que a gente consiga pontuar o que faltou, quais foram as fragilidades, as evasões escolares, a exclusão no mercado de trabalho, a falta de participação política e partidária. Então, há muito ainda a se construir, há muito ainda a se pensar, quando se fala em pessoa com deficiência.

A política para mulheres com deficiência, que não tem como eu não relatar, não falar da Lúcia, nossa companheira, militante do movimento de pessoas com deficiência lá no Maranhão, que morreu por falta de assistência médica, por falta de exame de mamografia, porque não estava adaptado, não tinha condições de

ela fazer seus exames. E não tem como deixar de registrar que o Maranhão não consegue, não conseguiu fechar essa rede de saúde, permitindo ainda que se mantenha um milhão de pessoas com deficiência em exclusão.

Falo da realidade do Maranhão, porque é o que eu vivo, o que eu vivencio, o que eu acompanho, mas, com certeza, isso se estende por todo o Brasil, claro que com suas particularidades – em alguns lugares, melhor; em outros lugares, pior – mas, no geral, todos estão excluídos.

E aí, quando a gente fala em acessibilidade, não há como não falar que aquela rampa que está mal construída, aquele banheiro que não está com bom acesso, aquela sinalização que não está correta, de acordo com as normas técnicas, é justamente por falta de uma boa compreensão de acessibilidade ou, melhor, é uma barreira de atitude. Se a gente não discutir uma barreira de atitude, uma nova maneira de encarar as diversidades sociais, essa inclusão vai demorar muito mais para ocorrer, porque a inclusão é um processo contínuo. Ele não vai deixar de existir uma vez que já começou, mas ele pode ser diminuído, pode ser ampliado, pode ser melhor compreendido, se as pessoas removerem um pouco essa barreira de atitude, se as pessoas começarem a compreender a pessoa com deficiência dentro de uma perspectiva de humano antes da deficiência; conseguir compreender que, além da deficiência, além da cadeira, além da bengala, além da surdez, ali tem uma necessidade como qualquer uma pessoa, que é a de viver, que é a de participar da sociedade, trabalhar na sociedade.

A gente percebe que as escolas, hoje, estão bem melhores adaptadas, mais acessíveis, mas a comunidade ainda é ruim, o transporte público ainda é ruim, o tratamento médico, o atendimento prioritário ainda é ruim para a pessoa com deficiência. E isso é pautado com muita importância, com muita responsabilidade dentro do trabalho que é desenvolvido no Conade, dentro da Comissão de Articulação de Conselhos, assim como das outras comissões. Mas é necessário que os conselhos – como a gente acabou vendo nos encontros regionais que a gente fez – tenham mais autonomia, tenham mais estrutura, tenham mais condições de participar, de funcionar, e com mais participação da pessoa com deficiência, que ali se expresse mais uma democracia mais participativa.

Mas esse processo ainda é muito devagar. A pessoa com deficiência vive ainda na busca da compreensão de quem ela é, de como ela deve viver. A gente vê que as pessoas reclamam um pouco: "É pessoa com deficiência, pessoa portadora de deficiência, pessoa portadora de necessidade especial", mas isso é muito por conta da sua construção de identidade, porque a pessoa com deficiência ainda precisa que a sociedade mais ainda precisa compreender...

Não há como deixar de relatar aqui como outras deficiências acabam sendo mais visíveis, ou patologias, como renais crônicos, ostomizados, pessoas com hanseníase que vivem muito à margem da sociedade.

Não vou me estender muito. Agradeço por estar aqui. Fico feliz por esse tema ser discutido, debatido numa data importante, que é o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Dylson.

Agora passo a palavra a Janilton Fernandes Lima, advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio.

O SR. JANILTON FERNANDES LIMA – Obrigado, Senador Fleury.

Boa tarde a todos.

Cumprimento a todos na mesa, especialmente Antônio José, Presidente do Conade, e, claro, Dylson, Raimundo, Ester e Dr. Valdir. E também, é claro, o Senador Cristovam Buarque, os outros colegas de Conade que estão aqui, o Isaías, da CUT, que está lá atrás, escondido, mas eu estou vendo-o daqui. E, ao Senador Fleury, eu queria que repassasse à Senadora Ana Rita o agradecimento do Presidente da CNC, Antonio Oliveira Santos, pelo convite para a participação da CNC aqui.

Este dia é algo mais do que importante, ainda mais lembrando a quantidade de tempo em que existe esta data, de 1982. Acho que é um dia para a gente lembrar a quantidade de coisas que foram feitas e que talvez ainda precisem ser feitas ou talvez repensadas.

Eu sempre explico que a CNC... CNC é a sigla de Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. É uma entidade sindical de grau máximo que representa esses segmentos e que faz questão de participar do Conade, está no Conade desde a sua instituição, em 1999, não comigo, é claro. Eu saí e voltei algumas vezes, mas desde 1999 a CNC se candidata e é eleita para participar.

As pessoas perguntam às vezes o porquê desse interesse da CNC em participar do Conade, em participar das questões da inclusão. É algo que acho que é muito fácil de perceber.

A pessoa com deficiência tem um contato sempre muito direto com o comerciante, com o prestador de serviços, com a área de turismo. Eu sempre dou o exemplo de que a pessoa com deficiência que for comprar esta caneta que tenho nas mãos, uma caneta cor de abóbora – esta eu consigo enxergar –, ela tem contato direto com a pessoa que vende. Se ele não consegue chegar, se o local não é acessível, se ele não tem acesso, ele

vai dizer diretamente para a pessoa: "Eu tive dificuldade para estar aqui. A sua loja não é acessível; o seu acesso não é fácil". Ele não tem esse mesmo contato com o industrial que fabricou esta caneta.

Esse contato direto faz a CNC ter noção de por que dificuldade eles passam, do que é a questão da acessibilidade física, a questão de acessibilidade em outros pontos também.

A CNC, por exemplo, administra o Sesc e o Senac. E os teatros do Sesc estão praticamente todos acessíveis. O teatro Sesc de Consolação, de São Paulo, se tornou referência.

Isaías, eu sugiro que você visite o teatro do Sesc na Consolação. O teatro Sesc Consolação está todo acessível. Ainda temos eventos no final de semana específicos para a pessoa com deficiência.

O Senac, por outro lado, que fornece educação profissional, está participando do Pronatec, que fornece capacitação profissional.

Agora, se a CNC é a entidade que representa esse segmento, por outro lado, no Conade, ela representa todos os empregadores de todas as áreas, de todos os segmentos: do comércio, da indústria, dos transportes. E, é claro, passa para esses outros segmentos os pleitos das pessoas com deficiência e traz as eventuais dificuldades para o Conade e para o Governo.

Quando se fala em empregador se pensa logo, é claro, na Lei de Cotas, a lei que obriga as empresas acima de 100 funcionários a contratar pessoas com deficiência. Eu sempre relembro: ela é de junho de 2001. Então, tem 23 anos, mas infelizmente ainda encontramos problemas.

Eu atribuo isso ao que não está acontecendo aqui agora. Refiro-me à falta de audiências públicas à época, oportunidade em que fui pesquisar o processo legislativo dessa lei e não teve essa abertura toda. Os técnicos a fizeram muito bem-intencionados, mas eu atribuo isso a essa falta de audiências públicas.

Hoje, pela manhã, ouvindo o Senador Cristovam Buarque em uma audiência que ele comandou, S. Exª disse que faria tantas audiências quantas fossem necessárias para aquele assunto que estava sendo discutido, e que ele as faria até que o assunto fosse esgotado e não ficasse nada de fora. Acho que foi isso que faltou, ou seja, tantas audiências quantas fossem necessárias para que um entrave ou outro já pudesse ter sido antecipado e corrigido.

Agora, numa situação como essa e tendo o Conade, a coisa vai melhorar, tenho certeza de que sim. Ouvi, tanto o Dylson quanto o colega Waldir, dizendo da questão da educação e das dificuldades de acesso com o material humano. Veja, se para uma pessoa sem deficiência a falta da educação causa um monte de problemas na vida, imagine uma pessoa com deficiência ter essas dificuldades, além disso, ainda há mais esse dado que eu ouvi do Dylson, da quantidade de pessoas deixando a escola. É de se imaginar o que isso não vai causar no futuro.

Algo que muda bastante essa situação que nós temos agora e que não havia na época é que não existia um Conade em 1991. Se houvesse, a situação teria sido completamente outra; e se já tivesse também o Conade quando do Dia Nacional, vários atos teriam ocorrido, estaríamos em uma situação melhor da que estamos.

Ainda vejo pessoas que não conhecem a realidade toda, falando do Conade, cobrando, não percebendo o que aconteceu, é só mesmo falta de conhecimento ou, sei lá, um pouco de má vontade, porque a quantidade de avanços que o Conade conseguiu desses anos para cá é uma mudança muito grande no Brasil.

Ouvi o Conselheiro Raimundo mencionando a Lei nº 2.470, isso foi um pleito do Conade; não foi o Governo que, de uma hora para outra, descobriu, até porque não tinha, mas a quantidade de informações dadas pelo Conade, da necessidade de alteração do BPC, para que o BPC pudesse ser suspendido e reintegrado para a pessoa logo em seguida que perdesse o seu vínculo empregatício, causou uma modificação muito grande.

Hoje, no Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, o órgão que eu queria parabenizar é o Conade, aproveitando que o nosso Presidente está aqui; acho que é com o Conade que o Brasil vai adiante nessa função. Até digo que, se há um Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, o Conade faz essa luta todo dia. Eu até estou começando a achar que o Presidente do Conade tem um irmão gêmeo, porque a quantidade de vezes que o vejo ao mesmo tempo no mesmo dia, ou tem um irmão gêmeo ou anda de jato, porque não sei como ele faz ou como ele aguenta também. Mas esse é o espírito do Conade: essa luta incessante, porque se não mudou ainda o que precisa é só uma questão de tempo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Janilton Fernandes Lima, advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Passo a palavra à Ester Pacheco Henriques, Presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenasp).

A SRª ESTER PACHECO HENRIQUES – Boa tarde.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Fleury e agradecer à Senadora Ana Rita pela propositura desta audiência pública; cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, que trata o tema já há bastante tempo com

muito carinho, com muito cuidado; cumprimentar todos os Conselheiros do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – aqui estamos em 10 Conselheiros; cumprimentar o nosso Presidente, Antonio José Ferreira do Nascimento, ele que também é Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que tão bem vem conduzindo as ações do Conselho; cumprimentar os Conselhos Municipais, que hoje são 582, espalhados pelo País, e, com certeza, há muitos conselheiros nos assistindo; em todos os Estados, há os Conselhos Estaduais e aí se faz a diferença; cumprimentar cada um de vocês que estão aqui. Se vocês estão aqui nesta tarde, é porque a pauta da pessoa com deficiência é importante, é significativa para todos vocês.

E as pessoas que estão nos assistindo também encampem essa bandeira, que é uma bandeira de todos nós! Hoje, temos 24,3% da população que têm algum tipo de deficiência. Isso significa que temos 45 milhões de brasileiros e brasileiras com algum tipo de deficiência.

Então, esse tema não é só das pessoas com deficiência, desse universo grande de brasileiros e brasileiras, e, sim, é um tema de todos nós. E o papel que a sociedade civil, as entidades que, historicamente, vêm atuando na defesa de direitos, é importante, na medida em que temos aí entidades, como as entidades que compõe a Rede Pestalozziana, que, neste ano, completa 88 anos de atuação, num conjunto de 215 instituições. Temos aí todas as APAEs, cerca de 2 mil APAEs, instituição que este ano está completando 60 anos de atuação, e aí há um número grande de entidades no segmento das deficiências visual, física, auditiva, das síndromes e muitas outras.

Sabemos que as entidades vêm atuando no conjunto desses anos que citei, mas não chegam a atender a 40% do número de pessoas com deficiência. Então, precisamos avançar. E aí aproveitamos a oportunidade para parabenizar tanto o Conselho Nacional – que vem puxando o tema, juntamente ao Governo Federal, fazendo com que a pauta das pessoas com deficiência passe na ordem do dia tanto da Presidência da República, quanto dos Ministérios, e de todos os espaços – quanto o Governo Federal, que passou a colocar a pauta das pessoas com deficiência na ordem do dia, coisa que não acontecia há uns anos.

Então, momento como este, em que acontecem audiências públicas, se acontecer mais vezes, vai possibilitar à população conhecer as especificidades da área, favorecer para que mais pessoas com deficiência tenham atendimentos dignos, tenham seus direitos garantidos. E é isso que queremos, que a sociedade civil quer: que o direito das pessoas com deficiência seja garantido.

E vou finalizar com a fala do Presidente do Conselho Nacional, o Antônio José: "O que é bom para as pessoas com deficiência é bom para todo mundo."

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Srª Ester Pacheco, Presidenta da Federação Nacional das Associações Pestalozzi.

Passo a palavra agora ao Sr. Antônio José Ferreira, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).

O SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA – Boa tarde a todos e a todas!

Quero aqui agradecer o convite e agradecer à Senadora Ana Rita pela propositura desta audiência. Quero cumprimentar o Presidente da reunião, o Senador Fleury; o nosso Senador pelo Distrito Federal Cristovam Buarque. E quero cumprimentar os Conselheiros presentes à Mesa, meus colegas de discussão, o Sr. Raimundo Nonato, Chefe de Divisão de Gerenciamento de Benefícios Assistenciais do Ministério da Previdência e Assistência Social; o Sr. Dylson Bessa, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Maranhão. Quero cumprimentar o Dr. Janilton Lima, que representa no Conade a Confederação Nacional do Comércio. Quero cumprimentar a minha Vice-Presidente, a Profª Ester Pacheco, que representa, no Conade, a Federação Nacional das Associações Pestalozzi, e o nosso querido amigo, Dr. Waldir Macieira, que representa, no Conade, inclusive como Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência. Quero também estender meus cumprimentos a todas as pessoas aqui presentes, indistintamente.

O Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.

Ainda hoje estive dando uma entrevista para a TV NBR, e a jornalista me perguntava: "Secretário, qual a importância do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência?" Eu disse a ela – não sei se todos concordam – que, na minha avaliação pessoal, o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência tem por princípio garantir às pessoas com deficiência uma maior visibilidade; garantir às pessoas com deficiência protagonismo; fazer com que essas pessoas sejam lembradas. E sejam lembradas por quê? Porque, conforme disse o Conselheiro que me antecedeu, o nosso querido Dylson Bessa, as pessoas com deficiência têm, sim, uma participação na história da sociedade mundial, e a sua participação remonta aos idos dos mais antigos impérios mundiais, como o Império Grego, em que essas pessoas eram simplesmente aniquiladas do convívio social. Por uma compreensão errônea de que não serviam para estar à frente das famílias, para que pudessem ser úteis às guerras, às caçadas, elas simplesmente eram extirpadas do meio dessa sociedade. Essas pessoas eram eliminadas.

Passou mais um tempo, e, no Império Romano – os escritos bíblicos também atestam –, as pessoas com deficiência, como a sociedade já tinha evoluído, já não eram mais simplesmente imoladas. Essas pessoas estavam numa dependência; já tinham direito à vida, mas era uma vida totalmente de segregação, pois essas pessoas viviam à margem total da sociedade. E muitos personagens aparecem nesse período como cidadãos e cidadãs totalmente dependentes de esmolas, totalmente dependentes da caridade humana.

E esse viés dessa dependência dessa caridade humana ainda se arrasta até hoje. Nós não conseguimos, durante os séculos e séculos que nos separam desses idos tempos, nos desvincular da caridade. Muitas pessoas hoje ainda contribuem para as pessoas com deficiência achando que dessa forma estão garantindo uma cadeira VIP na arquibancada celestial. Outro dia, uma pessoa me atravessou a rua e disse: "Fiz a minha bondade de hoje". Eu disse: "Parabéns, faça todo dia então" – para vocês verem como isso ainda é uma realidade.

E, meus amigos e minhas amigas, essa caridade excessiva resulta num sentimento do ser humano, para mim um dos mais pobres sentimentos, Sr. Senador, que é o da piedade. A piedade é que motiva a caridade, ou a caridade é motivada pela piedade? Mas quero dizer a vocês que esse sentimento e esse gesto, por mais fraterno que seja, dessa caridade, trouxe prejuízos homéricos às pessoas com deficiência no decurso da construção da sua história. E, para mim, o maior prejuízo é a invisibilidade. Hoje, somos 45 milhões de brasileiros e brasileiras que, espontaneamente, se apresentaram ao IBGE, em 2010, e disseram: "Eu tenho algum tipo de deficiência". E nós não costumamos encontrar esse quantitativo de pessoas; um quantitativo que significa, senhoras e senhores, pelo menos, 23,9% da população, quase um quarto da população brasileira. E nós devíamos, em todos os aviões em que entramos, em que encontramos 200 pessoas, 50 deveria ser pessoa com deficiência. Em todos os ônibus com 40 lugares que tomamos deveríamos encontrar, no mínimo, dez pessoas com deficiência e não encontramos essa quantidade de pessoas com deficiência. Por quê?

Claro que existem alguns questionamentos de como foi feita a tal pesquisa. Claro que temos alguns questionamentos quanto à metodologia. Essas pessoas não estão sendo encontradas porque esta sociedade ainda também não está preparada, para que elas possam conviver, conforme preconiza nossa convenção, em igualdade de condições com as demais pessoas, dentro daquilo que chamamos de equiparação de oportunidades.

As pessoas com deficiência também tiveram outro prejuízo face a sua grande invisibilidade sofrida. Por conta dessa segragação histórica a que temos nos referido, nós perdemos a identidade. Ainda é comum as pessoas se depararem conosco e não saber como nos tratar. As pessoas não sabem se somos incapazes, se nós somos portadores de deficiência, se nós somos excepcionais, se nós portadores de necessidade especial. As pessoas, simplesmente, não sabem o que nós somos.

A Constituição, emendada pela nossa Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, resolve algumas questões que, para mim, são questões de grande importância, de grande valia para as pessoas com deficiência. Ela resolve, no meu ponto de vista, três grandes desafios que tínhamos e que foram superados com a ratificação, no Brasil. Isso valeu muito por contra do trabalho desta Casa, termos hoje esta Constituição, esta Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com equivalência constitucional, colocando o Brasil na vanguarda mundial por ser o primeiro País a conceder a esse instrumento da ONU uma lei de *status* da nossa Constituição.

Vejam só, senhoras e senhoras, que a Convenção demarca, primeiro, sobre a nossa identidade. Ela diz que nós somos pessoas, que a deficiência é apenas uma característica dessa pessoa. Isso já uma coisa de grande relevância para nós, pois agora temos uma identidade, somos pessoa.

Outro dia me perguntaram: "Mas não vai mudar?". Eu disse: "Não vai mudar porque ninguém vai deixar de ser pessoa". Então, está resolvido: somos pessoas. E ponto final. E as características dessa pessoa são diversas características. O Dylson, por exemplo, é um camarada que tem uma farta cabeleira e que usa cadeira de rodas. Então, está aí a característica dele, não é? Bonito aí é por sua conta. O Raimundo Nonato, por exemplo, tem outra farta cabeleira e é torcedor do Botafogo. Então, veja que cada um tem sua especificidade.

Mas eu quero dizer a vocês que a Convenção resolveu essa questão. Outra coisa que a Convenção resolveu foi a conceituação sobre as pessoas com deficiência, pois não estamos mais apenas entregues ao olhar médico. Não só as questões orgânicas que são vistas, quando se pensa em pessoa com deficiência. A Convenção diz que o que limita a pessoa com deficiência não é mais lhe faltar algum sentido, sejam os sentidos sensoriais, sejam essas suas possibilidades na referência sobre o seu deslocamento e mobilidade, seja acerca da sua capacidade de racionar em determinada velocidade, mas, o que determina quanto à deficiência, quanto aos limites que estão implicados na minha pessoa é o ambiente a que estou submetido. Se é um ambiente favorável a mim, se nesse ambiente foram pensadas as minhas especificidades, eu tenho as mesmas oportunidades que as demais pessoas.

Sou a única pessoa cega nesta mesa. É possível que todos vocês receberam a programação desse evento. Eu o recebi em Braille, vocês em tinta. Se eu recebo em tinta, igual a vocês, vocês todos leriam e eu estaria fora

dessa leitura. Como eu recebi em Braille, pude conhecer todo o conteúdo igualmente aos senhores que estão aqui na Mesa comigo. Então, a questão não é o fato de eu enxergar ou não enxergar. A questão aqui é haver os meios disponíveis para que eu tenha as mesmas oportunidades que as demais pessoas.

E a Convenção resolve isso. A Convenção transfere de mim a questão da deficiência e a transporta para o meio. Isso torna a vida mais leve, porque portar e carregar uma deficiência não é fácil e, não sendo mais portador, sendo pessoa, a deficiência não estando mais comigo, estando agora com o meio, melhora significativamente a minha vida.

Depois, a Convenção traz uma outra questão que eu considero como de grande importância, que é a questão referente aos compromissos que os países que a ratificam têm de a cada dois anos encaminhar à ONU prestação de contas acerca dos avanços obtidos nos compromissos firmados entre os países que ratificaram esse documento e acerca dos avanços propostos para as pessoas com deficiência. Nesse ponto de vista, tenho a grande alegria de dizer a vocês que, com a grande contribuição do Conade, nós pudemos hoje celebrar, comemorar o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Plano Viver sem Limite, que trouxe um investimento bastante significativo, que pôde investir pela primeira vez neste País, pôde organizar uma política pública transversal, trabalhando com 15 Ministérios, envolvendo R$7 bilhões de investimentos na saúde, na educação, nos temas referentes à assistência social e à acessibilidade. Não vou aqui me deter ao Plano Viver sem Limite, porque já bem conhecido de todos, está no nosso Portal pessoacomdeficiencia.gov.br. Mas eu quero dizer a vocês que um dos maiores legados do Plano Viver sem Limite é essa oportunidade de o Governo ter o tema das pessoas com deficiência na sua pauta prioritária de governo e possibilitar que os Ministérios se reúnam pelo menos uma vez por mês para avaliar, para analisar e para fazer o monitoramento das ações que foram comprometidas na firmatura do Plano Viver sem Limite. Eu acho que isso dá um aspecto de política pública em que se conversa, em que há interlocução uma com a outra e que garante que efetivamente comece a chegar na ponta.

Nós ainda temos – e aí, é isso que nós não podemos perder –, no Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, esta capacidade: a capacidade de analisarmos, de refletirmos sobre a nossa caminhada, a capacidade de refletirmos sobre os nossos avanços, mas, de nenhuma forma, de nos furtarmos, de nos aquietarmos acerca de tantas coisas em que ainda precisamos avançar. No nosso País não estamos com tudo resolvido. Não é pelo fato de estar no Governo Federal, não é pelo fato de estar coordenando o Plano Viver sem Limite, não é pelo fato de estar na cadeira de Presidente do Conade pela Bancada governamental que nós estamos aqui para dizer que todos os problemas estão resolvidos, porque não estão. Nós, que passamos tantos séculos sem termos sequer direito a termos direitos, não teríamos todas as nossas questões resolvidas em três ou quatro anos de um governo que está por se encerrar. Nós temos toda dimensão disso e ninguém nunca me ouviu dizer que todos os problemas estão resolvidos. Mas, sim, foram dados passos significativos, foram dados passos que começam a caminhada de melhores dias para as pessoas com deficiência, que começam a caminhada de melhores dias para que possamos ver sanados problemas históricos que sempre tivemos, como, por exemplo, acesso à educação e acesso à saúde.

Nós estamos trabalhando numa perspectiva de avançarmos ainda mais, de colocarmos, quem sabe, para um outro período, políticas que não foram ainda desenhadas dentro desse primeiro esboço de política pública para as pessoas com deficiência. Precisamos avançar muito mais, por exemplo, nos investimentos das rotas acessíveis, nos investimentos da melhoria das calçadas das ruas para que as pessoas com deficiência possam transitar com toda autonomia, independência e cidadania, como lhe é de direito e como garante a nossa Constituição, o direito ao ir e vir com toda autonomia. Que as pessoas com deficiência possam embarcar nos transportes públicos com mais segurança, com mais cidadania, com mais autonomia de qualquer modal que seja esse tipo de transporte, mas que as pessoas com deficiência consigam embarcar e desembarcar com segurança.

Precisamos que as práticas esportivas sejam pensadas também para aqueles atletas que não têm a potencialidade de ser um atleta paralímpico, porque parece que toda pessoa deficiente tem que ser atleta paralímpico. Não é? Parece que a histórica é assim. E não é assim. As pessoas com deficiência, antes de terem uma deficiência são pessoas e nem toda pessoa é um grande atleta, pode ser, mas pode ser que não tenha esse potencial. Eu não tenho nenhuma ilusão porque nunca consegui sair do banco do time de futebol quando jogava na infância e olha que eu era o dono da bola. Então, vocês vejam que a vida não é fácil. Então, é importante que as pessoas com deficiência tenham espaços adequados para utilizar as práticas esportivas inclusive como política de saúde, de lazer, de melhoria da sua qualidade de vida.

Precisamos avançar na questão referente ao turismo. As pessoas com deficiência precisam ser pensadas nas políticas de turismo, nas políticas de cultura, que um cego possa entrar em um cinema e assistir a um filme com a mesma igualdade das demais pessoas, que possam assistir a uma peça de teatro com autodescrição, para que possam se emocionar também com as cenas que são vistas; que os companheiros surdos e surdas

também possam, da mesma forma, através da legenda, através da língua de sinais, também ter o direito de se emocionar dentro da cultura, dentro dessas políticas que são desenvolvidas, que são feitas com recursos públicos, que servem para algumas pessoas e outras não porque alguns estão excluídos, porque nós ainda não avançamos na quantidade que merecíamos ou que poderíamos ter avançado.

Então, e eu poderia enumerar uma série de outras questões, de outras políticas em que nós ainda precisamos colocar o pé, que ainda precisamos chegar, ainda precisamos tomar espaço.

E é muito importante termos toda a consciência disso. Neste dia celebrarmos as conquistas e organizarmos, pelas nossas inquietações, os quilômetros que ainda temos que percorrer para ter um País mais justo e mais igualitário.

Grande abraço a todos e parabéns pelo Dia da Pessoa com Deficiência!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigado Antônio José Ferreira, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade).

Eu diria a você que você não vê, mas você enxerga mais do que muita gente que vê, mas não enxerga.

Isso que você acabou de nos passar é uma lição de otimismo. Ver que uma pessoa com deficiência não deve ser olhada como coitada. Aqui está a prova de um grande homem que, sem enxergar ou sem ver, enxerga muito longe.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA – Eu queria, Senador, quebrando o protocolo, lhe passar um *kit* do nosso material da Secretaria, do Conade, tem aqui uma Convenção sobre o direito das pessoas com deficiência, tem um CD que eu não sei o que é, mas deve ser alguma coisa importante (*Risos.*), tem aqui mais um livro, outro livro, tem aqui o material do Conade. Enfim, está tudo aqui, tudo está acessível porque tem o CD aqui dentro. Então estou passando para o senhor, para o seu gabinete, este material.

Tinha um material para o nosso Senador Cristovam, mas ele não está presente, quando ele voltar, vou pedir à Ester que possa fazer a entrega.

Está bom, Ester?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Nós tínhamos três inscritos do plenário para falar.

Eu vou dar cinco minutos para cada um.

Joaquim Santana, da OAB.

O SR. JOAQUIM SANTANA – Boa tarde a todos!

Falar sobre o Conade, Senador Fleury, é falar de conquistas. Nunca se viu tanto na história deste País tanto trabalho realizado como tem realizado o Conade, apesar de ser um Conselho que debutou este ano, ele já fez muito, muito e fará muito mais, porque os conselheiros que estão lá, sob a Presidência do Antônio José, tem esse compromisso, um compromisso firmado com a causa, um compromisso firmado com a sociedade.

E nós, da OAB, não só temos essa preocupação, mas o dever de trabalhar em prol do direito da pessoa com deficiência, em prol dos direitos humanos, porque temos, neste País, quase um quarto da população, porque temos 24% de pessoas com algum tipo de deficiência. É muita gente, é muita responsabilidade para as entidades, é muita responsabilidade para o Congresso Nacional, do qual V. Exª faz parte. E, a cada dia, sentimos que sociedade – e sou muito otimista com relação a isso – está no seu íntimo, na sua inteligência, colocando a causa da pessoa com deficiência. Em nenhum momento, vamos dizer que fizemos pouco; nós já fizemos muito e queremos fazer muito mais, porque essa causa nos emociona, essa causa nos diz: "Vamos trabalhar!" Não é pelo coitadinho, não, é pela pessoa humana, e que nós, como cidadãos, como pessoa, como pai de família, temos esse dever e temos essa obrigação e essa satisfação de trabalhar em prol desses direitos.

Este Congresso também está de portas abertas, porque aqui as causas da pessoa com deficiência têm recebido respaldo. E queremos, nesse momento, parabenizar o Congresso Nacional por aquilo que fez e por aquilo que vai fazer muito mais em prol dessa classe da pessoa com deficiência.

As entidades que estão aqui representadas, grandes entidades tem, no Conade, pessoas comprometidas com esse trabalho, que é um trabalho gratuito, que é um trabalho gratificante, que é um trabalho que, a cada dia, nos renova como cidadão, como pessoa.

Temos aí o Plano Viver sem Limite, que vai passar por governos e governos e governos e nós temos a certeza de que ele vai, a cada dia, renovar-se. Esse é o nosso compromisso como cidadãos, como o Conselho Federal da OAB em estar vigilante, em estar defendendo o direito da pessoa com deficiência. O nosso Presidente Marcus Vinícius esteve lá no Conade e colocou toda a advocacia brasileira, as Comissões legislativas – aqui no Senado e na Câmara Federal – para defender os direitos da pessoa com deficiência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOAQUIM SANTANA – Isso nos mostra, isso nos diz que, como brasileiros, como cidadãos, como advogados, como entidades que representam o Conade, como conselhos estaduais e municipais, temos esse dever e essa obrigação.

Estou muito feliz em estar aqui nesta audiência pública, comemorando o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. E parabenizar o Presidente do Conade, Antônio José Ferreira do Nascimento, pelo grande trabalho desenvolvido em prol desse órgão nacional que tão bem nos representa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fleury. DEM – GO) – Obrigado, Joaquim.

Gostaria de anunciar a chegada do nosso convidado Wilson Gomiero, representante da Federação Brasileira de Associações Civis de Portadores de Escleroses Múltiplas (Febrapem).

Passo a palavra a Wilson Gomiero.

O SR. WILSON GOMIERO – Boa tarde a todos!

Boa tarde, Senador!

Peço desculpas pelo atraso, houve um problema com a aeronave na decolagem de São Paulo e ficamos retidos por mais um tempo.

É com grande prazer que eu venho aqui, como Presidente da Federação Brasileira de Esclerose Múltipla, participar deste evento e dizer que o tempo está nos ajudando a mostrar, cada vez mais, que a pessoa com deficiência, na verdade, é um cidadão tal como qualquer outro; é uma pessoa íntegra em sua capacidade plena de exercer toda e qualquer função que lhe seja destinada.

Então, nós, neste trabalho que estamos construindo junto com nosso grande amigo, Antônio José, Secretário Nacional, junto com os demais companheiros do Conade, estamos só consolidando coisas que fazem parte de lutas de anos e anos de outras pessoas, hoje, de uma forma mais visível, hoje, com muito mais leis nos apoiando, hoje, de uma maneira muito mais acentuada.

Eu costumo dizer que nós estamos mudando de paradigma. Até a minha chegada ao Conade, eu brigava muito por inclusão. Hoje, acho que já estamos passando do paradigma da inclusão; estamos passando para o paradigma da total condição de cidadão. Então, já é um avanço muito grande, mas ainda temos muita coisa para conquistar. E, para essas conquistas, nós necessitamos do apoio com que sempre contamos dentro do Congresso Nacional, com o Senado nos ajudando em tudo o que pode.

Nós ainda temos alguns pontos obscuros em que temos que jogar um pouco mais de foco para poder fazê-los mais visíveis para a sociedade. O Antônio José define bem que o problema não é nem de arquitetura de acessibilidade, é atitudinal. Nós temos que, cada vez mais, brigar para que a sociedade comece a mudar a sua atitude em relação à pessoa com deficiência e perceber que a pessoa com deficiência, quando produtiva e quando dentro do mercado de trabalho, gera tanto benefício para a Nação quanto qualquer outro cidadão, porque ela produzirá, se tornará útil e conseguirá fazer com isso que o nosso Brasil tenha o crescimento que merece e que sempre deverá ser alcançado com o nosso trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Wilson Gomiero.

Passamos, agora, à Srª Anaildes Sena, da CUT.

A SRª ANAILDES CAMPOS SENA – Boa tarde a todos!

Eu gostaria de saudar a Mesa, mas a minha saudação especial vai para todos os convidados que estão aqui, sem aquele compromisso de trabalho, que estão aqui ouvindo tudo o que está sendo falado nesta audiência, buscando aquele compromisso de cidadão com as questões relacionadas à pessoa com deficiência.

É dessa forma que a gente constrói, é dessa forma que a gente conhece a particularidade do outro e é dessa forma que a gente constrói as políticas, é conhecendo mesmo qual é a necessidade do outro, não a minha. A minha saudação especial é para vocês.

Como representante da CUT, eu quero agradecer ao Conade por haver recepcionado a indicação que a gente fez desta audiência.

A gente não poderia deixar passar em branco esta data de luta, que muitas pessoas não conhecem, infelizmente. Até as pessoas que têm deficiência não conhecem este dia de luta. Então, eu gostaria de agradecer muito ao Conade por ter recepcionado essa indicação da CUT.

A gente fez um texto. Estamos orientando todos os sindicatos ligados à CUT para distribuir este texto nos seus boletins semanais, colocando nos seus *sites*, nos seus *blogs*. E eu gostaria de ler este texto:

No dia 21 de setembro é comemorado o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Esta data foi escolhida em 2005 para fazer lembrar, para fazer refletir e divulgar as lutas pela inclusão social em todo País.

A CUT nasceu em 1983 com o compromisso de lutar por uma sociedade mais justa, igualitária, e que respeite os direitos humanos. Com este papel, defende, promove e luta pela ampliação dos direitos das pessoas com deficiência, sendo a primeira central a construir espaços para os debates políticos sobre a inclusão do trabalhador e trabalhadora com deficiência na sociedade e no mercado de trabalho. Neste sentido, esta data significa mais um dia em que devemos ampliar a reflexão e o compromisso com esta luta fortalecendo os caminhos para alcançar um mundo melhor.

O Coletivo Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência da CUT, criado dentro desta concepção, existe desde 2003 e vem avançando a passos largos na defesa e ampliação de direitos destes trabalhadores e trabalhadoras, acompanhando de perto o debate sobre acessibilidade e inclusão que esta em pauta no País.

Pelo Censo de 2010, o número de pessoas com deficiência no Brasil já passou de 45 milhões, ou seja, pelo menos 24% da população brasileira diz ter algum tipo de deficiência. Esta população não quer apenas ter rampa, banheiro adaptado ou lugares reservados nos transportes coletivos. Elas querem participar das discussões que vão regular suas vidas, querem mais educação de qualidade, saúde, cultura com acessibilidade e inclusão, trabalho que promova seu desenvolvimento, e sentir realmente que há uma verdadeira mudança na sociedade no modo como ela percebe, vê e trata os diferentes.

A reflexão sobre os direitos das pessoas com deficiência envolve justiça social, direitos humanos, cidadania, democracia, igualdade social e respeito às diferenças. Lutar por estes direitos é não se resignar, é não aceitar, é não deixar de denunciar, é resistir ao estado das coisas que insistem em promover o desmanche das estruturas sociais para favorecer uma lógica perversa do capital que cria cada vez mais injustiças.

O Brasil tem avançado nesta luta e nas conquistas, mas há muito por fazer. Neste ano em que se comemora o quinto ano do Decreto nº 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ainda não conseguimos implementá-lo na sua totalidade. Como é o caso do art. 27, que trata de trabalho e emprego, onde há a necessidade urgente de criar políticas para garantir sua aplicação. Temos a Lei nº 8.213/91, também conhecida como a Lei de Cotas, que precisa ser cumprida principalmente pelos empregadores que ainda insistem em não contratar trabalhadores e trabalhadoras com deficiência, justificando que não têm qualificação para os cargos. Mais recentemente, temos a Lei Complementar nº 142/2013, que trata da aposentadoria especial para pessoas com deficiência, que, apesar da aprovação do seu mérito, ainda necessita de instrumentos democráticos e participativos que possam acompanhar a sua efetividade neste primeiro período de vigência, pois foi constituída com instrumentos de avaliação inacabados e que não tinham a finalidade de estabelecer os critérios de concessão para aposentadoria. Isso pode gerar injustiças imensas se aplicados sem monitoramento algum.

Mesmo assim, a CUT considera um grande avanço todas estas iniciativas e nunca deixou de estar presente e cumprir seu papel na luta dos trabalhadores e trabalhadoras com deficiência nas mais diversas ocasiões. Recentemente, elaborou uma plataforma política que foi entregue à presidenta Dilma e esta sendo enviada a todos os candidatos e candidatas, que deverão representar a classe trabalhadora neste pleito eleitoral, reafirmando a importância da inclusão desta pauta em seus programas políticos.

Temos muito o que avançar. Pedimos ao Ministério do Trabalho, aqui representado, que esteja atento às fiscalizações das nossas cotas. Infelizmente, ainda há a desculpa de que não temos deficientes capacitados para o trabalho. A realidade é outra: temos, sim, e o Ministério do Trabalho tem que fiscalizar isso muito de perto.

Temos também que ver a questão da gratuidade dos transportes coletivos, dos transportes públicos porque ainda há essa lacuna. Temos o interestadual, mas infelizmente os Municípios ainda não se sentem na obrigação de fazer suas leis que deem a gratuidade do transporte às pessoas com deficiência.

Queria agradecer em nome do Coletivo Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras da CUT. Estamos aqui para ajudar na construção das políticas públicas para essa parcela da população brasileira.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Agradecer as palavras da Anaildes Sena, da CUT.

Antes de passar a palavra ao próximo, o nosso companheiro Raimundo Nonato Lopes de Sousa, quero dizer que ele terá que se ausentar por motivo de sua passagem. Então, quero passar a palavra a ele para as considerações finais porque ele tem um horário do voo de retorno a sua residência.

O SR. RAIMUNDO NONATO LOPES DE SOUSA – Obrigado, Senador Fleury.

Mais uma vez, queria agradecer por esse espaço de importância para o Movimento das Pessoas com Deficiência. Queria aqui deixar o meu *e-mail* para quem tiver qualquer dúvida em relação à questão dos serviços da Previdência Social – raimundo.souza@inss.gov.br – e dizer que a Previdência está sempre à disposição, sobretudo nesse momento de modificação, de mudanças, de flexibilização da legislação.

Queria aqui aproveitar o que a colega Anaildes colocou do Coletivo da CUT em relação à LC 142 para dizer que podem ficar tranquilos. Existe um grupo de monitoramento nesse processo de implantação. Com certeza, esse grupo discutirá com a sociedade, com a categoria, com os segmentos no sentido de melhorar esse instrumento. É, realmente, um instrumento que não está acabado. Tivemos que, por força de determinação legal, de tempo, cumprir a LC 142, que trata da pessoa com deficiência na redução do seu tempo de contribuição e sua idade. Estamos agora com pouco menos de seis menos de implementação. Há um grupo de monitoramento com as pessoas das previdências, técnicos e cientistas da UnB trabalhando exatamente para adequar esse instrumental, já cumprindo a própria convenção, como bem falou o nosso querido Presidente Antonio José na sua exposição poética com relação à pessoa com deficiência.

Quero dizer que a Previdência está à disposição. Gostaria de ficar até o final, mas, infelizmente, por conta de horário de voo não vou poder ficar. Estarei à disposição via *e-mail*. Se houver alguma inscrição ou questionamento por escrito, podem deixar com o Jorge Amaro, do Conade, que prontamente vamos responder para os senhores.

Mais uma vez, agradecer pela compreensão do Senador Fleury e me desculpar. Infelizmente, terei que me ausentar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Raimundo.

Agora, vamos passar a palavra a Isaias Dias, da CAC – Conade. (*Pausa.*)

O SR. ISAIAS DIAS – Boa tarde a todos e a todas.

Eu sou o representante da CUT no Conade.

Aqui, nesse pequeno momento em que eu não consegui chegar até o microfone, nós vemos um pouco o quanto a sociedade não tem o desenho universal. Se, em toda a sociedade, em todos os lugares, tivesse sido levado em consideração o acesso universal, isso não teria acontecido, mas não se preocupem, porque isso não é um problema só do Senado, mas é de todos os lugares no Brasil onde a pessoa com deficiência frequenta, seja para pessoa com deficiência física, visual ou auditiva. Então, é uma questão geral.

O importante da data de hoje é que a gente tem que lembrar como nós éramos há 30, 20 anos, as dificuldades por que nós passamos e o tanto que nós avançamos, principalmente nesses últimos 14 anos, em que houve um investimento muito grande na área da política de inclusão da pessoa com deficiência. Essas políticas afirmativas têm que ter data para que terminem, pois a sociedade tem que ser inclusiva.

A questão do passe livre a gente tem que discutir com muito cuidado, pois há trabalhadores com deficiência que recebem o vale-transporte. Esses trabalhadores com deficiência, a gente defende que não tenham mais o direito ao passe livre, porque já são trabalhadores e são como os outros trabalhadores. Nós temos que ter cuidado, em muitos momentos, para não transformar aquilo que é uma política afirmativa, que tem que ser momentânea, num privilégio em relação aos outros trabalhadores e às outras pessoas.

Esse momento de estarmos aqui no dia 22, falando sobre o Dia Nacional de Luta, que é no dia 21, é para fortalecer a nossa organização como organizações de pessoas com deficiência, organização de trabalhadores, para que a gente possa avançar muito mais nessas políticas afirmativas, para que a gente consiga que o Plano Viver sem Limites seja muito mais forte no ano que vem, para que essas políticas, seja qual governo que venha aí, não sejam colocadas de lado. A política da pessoa com deficiência, essa política afirmativa e de inclusão, tem que ser uma política de Estado, e não uma política de governo, para que todos nós, pessoas com deficiência, possamos efetivamente estar incluídos na sociedade, que precisa entender que nós, pessoas com deficiência, temos o direito de trabalhar, de estudar, ao lazer, de namorar, a todos os aspectos da vida social.

Então, nesse momento, nesse Dia Nacional de Luta, um parabéns a todos nós pela nossa organização, pelo fortalecimento das nossas lutas e que a gente avance muito ainda na inclusão da pessoa com deficiência no Brasil.

Obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Isaias Dias, da CAC – Conade.

Eu só quero fazer uma ressalva às suas palavras de que a dificuldade que você encontrou já é muito menor do que a que eu encontrei. O Presidente desta Casa, do Senado, Presidente Renan Calheiros, assim que eu conversei com ele, tem colocado o Departamento de Engenharia, e várias mudanças já foram feitas nesta Casa. Pelas portas justamente de onde nós estamos, desses auditórios, cadeira não passava. Hoje, nós estamos dependendo de algumas mudanças ainda, mas eu posso adiantar que muitas foram e estão sendo feitas. Ele tem cobrado, dia a dia, as mudanças no meu gabinete, de minha pessoa, para que a acessibilidade na Casa, onde se faz a lei, esteja em primeiro lugar para receber as pessoas com necessidades.

Vou passar a palavra agora a Mário Luiz Nonato Canevello.

O SR. MÁRIO LUIZ NONATO CANEVELLO – Meu nome é Mário Luiz Nonato Canevello. Sou servidor da Agência Nacional de Águas, concursado na vaga de deficiente físico. Estou vindo aqui, na verdade, após uma discussão interna com outros colegas de trabalho que também têm deficiência física.

Nós já estamos no mercado de trabalho, mas existe a situação – não é só a questão da entrada – da saída do mercado de trabalho. Se nós não tivermos um tratamento no sentido de reduzir as desigualdades, quer dizer, o princípio de tratar os diferentes de forma desigual de forma a reduzir as desigualdades, nós sairemos do mercado de trabalho numa situação inferior às outras pessoas.

Foi interessante a Lei Complementar nº 142, que foi aprovada para a iniciativa privada, entretanto, para o servidor público, a versão que existe dessa lei está diferente, está mais restritiva do que para a iniciativa privada. Para o servidor público, está sendo colocada a questão da idade mínima. Foi chata a retirada, a saída do colega da Previdência, porque a questão está relacionada exatamente à Previdência. Achamos que deveria se modificar a redação do PLS nº 250, que trata desse assunto para o servidor público.

Eu estou vindo aqui, fazendo uma solicitação às autoridades, aos Senadores, para que não seja cometida essa injustiça contra o servidor público, porque parece, pelo que tenho assistido, que esse Projeto de Lei nº 250 está às mil maravilhas, entretanto ele é muito restritivo para o servidor público. Viemos aqui levantar essa questão, levantar essa polêmica e solicitar também o apoio, tanto das autoridades presentes quanto dos Senadores, no sentido do não cometimento dessa injustiça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigado.

Quero abrir para a última palestrante inscrita: Fernanda Cavalcanti, do Ministério do Trabalho e Emprego.

A SRª FERNANDA CAVALCANTI – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Eu queria parabenizar, mais uma vez, o Senado Federal por abrir mais um espaço de discussão da questão da pessoa com deficiência – eu mesma aqui já estive em outras audiências públicas representando o Ministério do Trabalho – e o Conade, de que faço parte, nessa última gestão, como conselheira titular, representando o Ministério do Trabalho e Emprego.

Não ia falar, porque acho que houve muita gente falando e pelo adiantado da hora, mas me senti instigada depois da palavra da nossa companheira da CUT.

O Ministério do Trabalho tem um duplo papel na questão da pessoa com deficiência: não só da fiscalização da Lei de Cotas, que, infelizmente, ainda é o grande instrumento que permite a entrada no mercado de trabalho das pessoas com deficiência, como também da intermediação da mão-de-obra. A fiscalização do trabalho para inclusão da pessoa com deficiência é obrigatória nos 27 Estados do País. Em cada Estado do País, existe um grupo dedicado especificamente a essa fiscalização. Não é uma fiscalização fácil, porque a gente trabalha diretamente com o preconceito, e quem está nessa luta dos direitos humanos da pessoa com deficiência sabe que o preconceito é a maior barreira que existe para a pessoa com deficiência. O empresariado brasileiro, em sua grande maioria, e não digo todo ele, porque há grandes empresários no Brasil que veem a oportunidade e a capacidade que as pessoas com deficiência têm para o trabalho, não vê a pessoa com deficiência como um trabalhador, mas sim como uma cota. Nós ficamos o tempo inteiro batendo na tecla: você não está contratando cota, você está contratando um trabalhador, e esse trabalhador vai dar lucro a sua empresa e servir para melhorar o seu ambiente de trabalho.

Não é fácil! Temos que lutar constantemente com esse discurso de que não existe pessoa com deficiência qualificada para os postos de trabalho. Infelizmente temos perdido algumas ações na Justiça, porque a Justiça ainda não está bastante esclarecida quanto a esse potencial da pessoa com deficiência, quanto à luta da pessoa com deficiência, nem quanto à Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que obriga todos nós, sejamos legisladores, sejamos trabalhadores, sejamos governo, a ter um olhar diferenciado sobre qualquer coisa que se relacione à pessoa com deficiência. Então, o juiz não pode mais julgar a causa da pessoa com deficiência só se baseando no processo. Ele tem que se basear na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que faz parte da nossa Constituição Federal também.

É um trabalho árduo, mas temos conseguido, ao longo do tempo, melhorar sistematicamente o número dessas pessoas com deficiência... Temos feito muito, porém ainda não o suficiente. No ano em que entrei no Ministério do Trabalho e Emprego, em 1995, nós tínhamos mais auditores fiscais do trabalho do que temos agora, em 2014, mas o mercado de trabalho brasileiro, é público e notório, aumentou e, com isso, aumentaram os desafios que a legislação trabalhista impõe à fiscalização trabalhista. Precisamos do apoio de todos vocês.

A CUT é uma parceira nessa inclusão importantíssima. Nós temos várias parcerias com a CUT, nas pontas, na fiscalização do trabalho, de apontar onde há gargalos maiores para a entrada dessas pessoas no mercado de trabalho. Mas não é só isso. Nós temos que convencer os juízes a mudarem o pensamento deles, a não acreditarem simplesmente que a empresa tentou e não conseguiu, porque muitas vezes a empresa manda

pedido de currículo para pessoas com deficiência para alguns locais que não têm... Por exemplo, uma empresa que trabalha com construção civil manda pedir para o Instituto dos Cegos que mande currículos para ela.

É lógico que a pessoa com deficiência visual, se for totalmente cega, não vai conseguir trabalhar num canteiro de obra. Se esse canteiro de obra não estiver totalmente acessível, e dificilmente vai estar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FERNANDA CAVALCANTI – Bom, eu só queria encerrar dizendo que é um desafio muito grande, que o Ministério do Trabalho está nessa luta junto com os companheiros do Conade e que precisamos do apoio de todos vocês, inclusive para poder acabar com esse discurso de que não existe pessoa com deficiência qualificada para os postos de trabalho.

Obrigada e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Fernanda Cavalcanti, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Eu quero dizer, em resposta ao Mário Luiz Nonato, que a sua reivindicação é a minha. Nós estamos nesse trabalho e tenho certeza de que nós seremos atendidos. A sua reivindicação é a mesma reivindicação minha. Estamos nesse trabalho junto com a Deputada.

Eu quero fazer um encaminhamento antes de passar às considerações finais.

Quero dizer que uma das lutas que travo aqui no Senado, uma das minhas bandeiras, é a acessibilidade. A outra é a agricultura, já que sou agricultor e moro na propriedade há 38 anos, nunca morei numa cidade. Sou pecuarista, sou um homem do campo e moro há 38 anos na propriedade, mas sei das necessidades principalmente dos cadeirantes.

Estamos estudando e vou entrar com um projeto de lei no sentido de que os cadeirantes recebam do Governo uma cadeira elétrica. Os cadeirantes, e a gente vê na cidade, num primeiro momento, no primeiro mês numa cadeira, encontram várias pessoas para ajudá-lo – vizinhos, amigos, parentes –, mas do terceiro mês em diante, às vezes, ele passa a ser um peso, e não o peso da cadeira, mas o peso para levar. Às vezes, quem acompanha é a mãe. Canso de ver, no interior da minha cidade, a mãe tendo que empurrar o filho ou o marido na cadeira de roda, parando o trabalho de uma casa. São pessoas humildes. O Governo se preocupa com moradia, dando residência, o que é justo – a maior aquisição que uma pessoa pode almejar na vida é a casa própria –, mas um cadeirante com a cadeira elétrica tem uma independência muito grande. Eu passo por isso. Às vezes, uso minha cadeira manual para simplesmente fazer fisioterapia, mas, para andar aqui dentro do Plenário ou na minha residência, a cadeira elétrica dá uma independência muito grande. O Orçamento do nosso País tem batido recorde em arrecadação. Com uma mínima cota para os cadeirantes, uma cadeira elétrica doada pela Presidência deste País seria uma independência muito grande para os portadores de deficiência.

Quero, aqui, agora, terminar as considerações finais. Em primeiro lugar, a Srª Ester Pacheco Henriques, Presidenta da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenasp).

A SRª ESTER PACHECO HENRIQUES – A gente avalia como importante essa audiência pública, onde nós podemos verificar os avanços e o quanto nós temos ainda a percorrer.

Cumprimentar o Senador Fleury, ele que é de Goiás, o meu Estado, e está chegando aqui nesta Casa, e colocar à disposição o Conselho Nacional para dar suporte, assessorando nas matérias relacionadas ao tema das pessoas com deficiência. Nós, conselheiros, estamos à disposição para contribuição.

Agradecer a cada um de vocês que estão aqui, entidades, e às pessoas que estão nos assistindo e dizer da importância da contribuição de cada um de vocês para que nós possamos avançar cada dia mais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigada, Ester.

Agora vamos ouvir o Sr. Janilton Fernandes Lima.

O SR. JANILTON FERNANDES LIMA – Obrigado, Senador.

Também quero agradecer a todos. Sei que os senhores estão assistindo pela internet, e isso é uma grande diferença, já que nem todos podiam estar aqui.

Quero reiterar as palavras ditas e copiar o que a Conselheira Ester disse. A CNC, como representante de empregadores, coloca-se à disposição também da Comissão e de quem quer que deseje discutir as leis, nunca para flexibilizar no sentido de tirar qualquer direito, mas no que for possível avançar, mostrando outro lado, outra situação. Onde for possível colaborar, a CNC se encontra à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Janilton.

Agora passo a palavra ao Sr. Waldir Macieira da Costa Filho.

O SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO – Eu gostaria também de parabenizar o Senado, pela iniciativa desta audiência pública, e agradecer também a todos os presentes, principalmente os meus pares aqui do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Gostaria apenas de colocar dois pontos que considero importantes para o nosso Senado Federal. Que realmente possamos envidar esforços para que toda a feitura de leis possa, acima de tudo, levar em conta, na sua feitura, os princípios encartados na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, um documento tão importante que foi recebido com efeito de emenda constitucional pelo nosso País.

O segundo ponto que eu acho importante frisar é o fato de que temos um projeto de lei que está em trâmite na Câmara Federal e que depois virá para o Senado que é o Projeto de Lei do chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência, hoje denominado LBI (Lei Brasileira da Inclusão), em que ainda existem pontos nevrálgicos que precisam ser discutidos com mais transparência, principalmente com o segmento das pessoas com deficiência, levando em conta a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). Então, quando esse projeto de lei voltar aqui para o Senado, espero que possamos também participar de uma audiência como esta, antes da votação final desse projeto de lei, que é de vital importância para o segmento das pessoas com deficiência.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer essa oportunidade e colocar o Ministério Público – a instituição e também a nossa associação, Ampid – à disposição para toda e qualquer situação em que se discutam os direitos da pessoa com deficiência.

Uma boa-tarde, uma boa-noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Waldir Macieira da Costa Filho.

Passo agora a palavra ao Dylson Bessa, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CEPD).

O SR. DYLSON BESSA – Eu agradeço por estar presente. Agradeço a oportunidade de representar o Conselho Estadual, de estar no Conade e estar aqui discutindo.

Espero que, em 3 de dezembro, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, também estejamos aqui, porque essa também é outra data emblemática, outra data forte e importante.

Também gostaria de comunicar o Senador Fleury que, no plano Viver sem Limite, as cadeiras de bateria elétrica já estão disponibilizadas à pessoa com deficiência que tenha uma mobilidade bem restrita. Então, elas já são garantidas, assim como medicamentos de uso permanente. Lá em São Luís, na capital, algumas pessoas já começam a receber essas cadeiras que garantem a acessibilidade.

Fico muito feliz por estar aqui. Espero que o Senado amplie a discussão também da acessibilidade, que, aqui, acho que é muito grande. É preciso um pouco de sinalização, além de garantir também acesso à pessoa cega.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Dylson.

Passo a palavra ao Wilson Gomiero, representante da Federação Brasileira de Associações de Portadores de Esclerose Múltipla.

O SR. WILSON GOMIERO – Eu agradeço a oportunidade dada pelo Senador. Agradeço a oportunidade de estar aqui falando com vocês e, principalmente, lembrando que as lutas das pessoas com deficiência não se encerram num dia ou numa determinada data. A nossa luta é do dia 1º de janeiro ao dia 31 de dezembro. Nós simplesmente marcamos algumas datas para que elas fiquem mais visíveis.

E também gostaria de dizer que política para pessoa com deficiência é política de Estado e não política de governo. Então, que possa haver continuidade em todas as nossas políticas e não interrupção daquilo que é feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Quero agradecer ao Wilson Gomiero.

Passo a palavra a Antonio José Ferreira, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – Conade.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA – Quero agradecer em nome do Conade e em nome da Secretaria Nacional a oportunidade de estar aqui debatendo esse tema relativo às pessoas com deficiência, relativo às conquistas, às lutas desse segmento, neste histórico dia – o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Quero agradecer, mais uma vez, à Casa e à equipe do Conade, que também se esmerou trabalhando para que pudéssemos ter essa atividade.

Quero dizer ao Senador que é muito importante termos aqui, nesta Casa, pessoas como o senhor, pessoas com deficiência, não só para garantir a visibilidade do nosso segmento, mas o protagonismo, para que tenhamos, também, uma voz daquelas pessoas que sentem na pele os desafios, as dificuldades diárias na mo-

bilidade, no acesso aos espaços. É importante que o senhor também esteja aqui, empunhando esta bandeira. Para nós, é bastante significativo. Nós, da Secretaria Nacional, do Conselho Nacional, estamos à sua disposição para ajudá-lo também nesses processos, nesses projetos, dando mais subsídios e também mais informações.

Fico também feliz com a informação que trouxe, aqui, o Dylson: o Ministério da Saúde já fornece cadeiras de rodas motorizadas, com dispensação pelo SUS. Muitos Estados têm recebido: o Maranhão vai receber, agora, dez cadeiras. Essas cadeiras são oferecidas às pessoas com deficiência, sob prescrição médica. Aquelas pessoas que, de fato, têm uma grande limitação de mobilidade, que não conseguem – de modo mais popular – tocar a cadeira, que não conseguem movimentar a cadeira, essas pessoas têm direito às cadeiras motorizadas, até porque, se uma pessoa que tem condições de fazer movimentar a cadeira recebe uma cadeira motorizada, é um mal para ela, porque não faz seus exercícios físicos. Pelo menos, é isso que escuto dos companheiros que têm essa especificidade.

Quanto à questão do PL, que, na verdade, é uma Emenda Constitucional, a PEC nº 250, que estava – não sei se ainda está – sob a Relatoria do Senador Armando Monteiro e trata da aposentadoria especial para as pessoas com deficiência no serviço público, estamos atentos a esse tema, temos acompanhado. Existe uma súmula do Superior Tribunal de Justiça que já reconhece a essas pessoas os mesmos atributos consignados no PLC 142, mas é necessário fazermos ainda mais esse debate no âmbito do Senado Federal, do Parlamento, para que esse documento possa sair devidamente sintonizado com as necessidades das pessoas com deficiência que estão, hoje, exercendo função no serviço público.

No mais, quero dizer a vocês que nós, na Secretaria e no Conade, estamos à disposição de todos e todas, para continuarmos construindo um país melhor para todas as pessoas com deficiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Antonio José Ferreira. Como eu disse, ele não vê, mas enxerga longe, até me colocou a par das cadeiras que já são distribuídas. Eu não tinha conhecimento.

Quero pedir que nos ajude junto à Presidência da República, que prometeu liberar R$15 milhões – e até agora menos de R$1 milhão foi liberado – para a acessibilidade das pessoas em rua. Essa é uma demanda da qual precisamos urgentemente. Tenho certeza de que, através de V. Exª, nós conseguiremos, este ano ainda, se possível, o restante dessa liberação dos R$15 milhões que a Presidência repassou.

Quero agradecer a presença, principalmente, dos deficientes que aqui estiveram – sei qual é a dificuldade para aqui estar –, bem como a de todos os presentes.

Que isso seja o início ou o meio, mas que não seja o fim dessa luta que nós iremos levar até o ponto de chegarmos a uma condição ímpar, à condição dos países de primeiro mundo na acessibilidade existente nas ruas e nas condições de tratamento.

Muito obrigado a todos.

Termino esta reunião com a graça de Deus e do Divino Espírito Santo.

(Iniciada às 15 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 17 horas e 07 minutos.)

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos do dia treze de outubro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Magno Malta e Fleury. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento nº 27 de 2014-CDH, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 26/03/2014, para "Instruir a Sugestão nº 8/2014, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha – posicionamento dos atores sociais contrários a qualquer liberação". O Senhor Presidente comunica que a audiência pública é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Aníbal Gil Lopes, Padre da Arquidiocese do Rio de Janeiro; Dr. Marcos Zaleski, Médico – Psiquiatra; Ana Cecília Petta Roselli Marques, Presidenta da Associação Brasileira do Estudo do Álcool e outras Drogas – ABEAD; Alexandre Sampaio Zakir, Delegado de Polícia Corregedor no Estado de São Paulo; Deputado Federal Osmar Terra. O Senhor Presidente concede a pa-

lavra a pessoas presentes no plenário, nesta ordem: Nelson Roberto Massambani; Adrovane Gonçalves; Marco Antonio Boaventura; Deputado Federal Marcelo Aguiar; Diego Souza Ferreira, policial civil; André Barros, advogado; Antonio dos Santos, Deputado Estadual/SE; Elaine Alves, enfermeira; Patrícia Rosa, engenheira e mãe de criança com epilepsia grave; Marisa Lobo; Paulo Fleury Teixeira, Médico; Gabriel Fernandes Menezes, Estudante; Fernando da Silva, religioso; Nelson Laurindo Junior, cantor; Bernardo Fogli, sociólogo, servidor público; Dimer Monteiro, ator/diretor de teatro; Alexandre de Castro, analista de sistemas; Weslane dos Santos; Eduardo Barioni, comunicador social; Nazareno Feitosa, policial federal; Vereador Renato Cinco/RJ; Luís Eduardo Girão; Olintho Bonifácio Lima; Guilherme Maciel de Carvalho, bancário; Fabrício Ubirajara Santos de Oliveira, ativista; Olegário Versiani, toxicologista e perito criminal; Tomáz José Ferreira da Rosa; Francesco Ribeiro, químico; Eugênio Rozetti Filho, Secretário Municipal Antidrogas de Cascavel-PR; João Daniel de Souza Resende, empresário; Ivo Henrique de Moraes, assessor de imprensa; Alessandra Fontana Oberling, representante do Instituto Igarapé; Cássio Loretti Werneck; Bruno Demétrio, advogado; Nilo Victor do Carmo, microempreendedor; Rodrigo Chica Martins da Silva, autônomo; David Coutinho; Celso Gomes de Queiroz Jr., autônomo; Andresa Porto, da ONG Rede Justiça Criminal; Ronete Mendes M. Rizzo, dona de casa; Andréa Gallassi, professora da UnB; Luiz Pimenta; Tiago Solbas; Guilherme Gonçalves Teixeira, Estudante da UnB; Pedro Santana Gomes – Coletivo Apologia; Cristiano Ávila Maronna, advogado; Luiz Carlos Lages, Coletivo Apologia; Leonardo Royal, ativista; Aldo Zaiden Benvindo, Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas. O Senhor Presidente solicita aos senhores convidados que indiquem qual a solução para o problema das drogas, diante do insucesso dos modelos jurídicos e de saúde pública existentes. Os convidados respondem. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque, Magno Malta e Fleury. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quinze minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um!

Declaro aberta esta 61ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à realização de mais uma audiência pública, nos termos do Requerimento nº 27, de 2014, para instruir a Sugestão nº 8, de 2014, que o Senado recebeu da sociedade, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha – posicionamento dos atores sociais contrários a qualquer liberação.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania – link: http://bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vale lembrar que as atas das reuniões anteriores estão prontas. No entanto, serão submetidas a aprovação na próxima reunião deliberativa, considerando que não há quórum regimental para aprová-las nesta audiência pública.

Eu vejo que há uma longa lista de inscritos. Eu espero termos... Nós vamos ter tempo. Na outra, eu tinha uma audiência com o Senador Fleury às três horas da tarde. Desta vez eu acho que tenho mais tempo, mas eu vou pedir... Eu fiz duas listas de inscrição e eu quero que vocês escolham os inscritos que falarão pela primeira vez em audiências aqui e os que já falaram antes, mas que se inscrevem também.

Nós vamos dar a palavra, primeiro, aos que não falaram até aqui e, depois, daremos a palavra aos que já falaram, obviamente, até um certo limite de hora que eu não vou definir agora.

Eu vou chamar os convidados...

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Senador, perdão. O senhor vai manter aquela lista da audiência passada? O senhor disse: "Está encerrada a sessão. Os demais falam depois."

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou pedir seja trazida a lista, mas eu vou dar prioridade aos que não falaram ainda.

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Sim, senhor, mas o senhor vai manter aquela lista dos que já se inscreveram?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, encontrando... Tem a lista, ainda, aí? Traga.

Eu mantenho aqueles inscritos na lista: os que já falaram, na lista dos que já falaram, e os que não falaram, na outra lista.

Eu agradeço a sua lembrança.

Eu vou convidar, aqui, os que, hoje, deverão fazer uso da palavra na Mesa: o Padre da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Aníbal Gil Lopes.

(*Pausa.*)

Eu agradeço muito.

O Dr. Marcos Zaleski, médico psiquiatra.

A Ana Cecília Petta Roselli Marques, Presidente da Associação Brasileira do Estudo do Álcool e outras Drogas.

Alexandre Sampaio Zakir, delegado de polícia e corregedor no Estado de São Paulo.

Deputado Osmar Terra. Desde o início, eu tinha dito que queria ouvi-lo, mas depois que terminassem as eleições, para que não parecesse que estávamos promovendo sua candidatura.

Onde está o Deputado? (*Pausa.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu acho que, hoje, o clima está meio eletrificado. Vamos acalmar a reunião, porque não há razão para isso. Silêncio, por favor.

Eu vou, então, passar a palavra, na ordem em que eu chamei, iniciando pelo Padre Aníbal Gil Lopes. Por favor.

O SR. ANÍBAL GIL LOPES – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O Deputado está lembrando: nós vamos dar entre 15 até 20 minutos, mas eu quero dizer que eu evito cortar a palavra. Só não podem estender-se demais, porque prejudicam os outros e, sobretudo, prejudicam a participação do público.

Então, Padre, 15 minutos, com cinco de prorrogação.

O SR. ANÍBAL GIL LOPES – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite, que, originalmente, foi dirigido ao Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Damasceno, que se encontra, no momento, em uma reunião em Roma, razão pela qual eu fui solicitado para aqui vir falar sobre o tema.

A escolha recaiu sobre mim pelo fato de, como professor titular de Fisiologia e por participar de várias comissões, tanto da Anvisa, como por ter estado na Conep, analisando questão de medicamentos durante muitos anos, eu ter uma certa familiaridade com o tema.

Eu abordarei dois aspectos, que são o uso medicinal da maconha e o uso recreativo da maconha.

Obviamente, todos sabem que a maconha é utilizada pelo menos há 6 mil anos, tanto na produção de fibras, como para outras finalidades – médicas, rituais, religiosas, várias delas.

Na realidade, no século 19, pela primeira vez, ela é introduzida no Ocidente e atingiu certa popoularidade, no final do séxulo 19, início do século 20, quando muitas empresas farmacêuticas, inclusive empresas dessas de hoje, multinacionais, tinham seus produtos para varias condições de saúde.

É claro que, como em qualquer fitoterápico, existe aí uma grande diversidade entre as plantas, os cultivares das mesmas plantas. E, quando falamos de fitoterápicos, extrato, tintura de uma planta, estamos falando frequentemente de milhares de substâncias diferentes contidas nessa planta, substâncias que, muitas vezes, têm capacidades antgônicas, produzem efeitos antagônicos.

Então, uma das dificuldades com o uso médico, que foi muito amplo no final do século 19, início do século 20, era certa imprevisibiildade dos efeitos que os preparados daquela época produziam. Com o advento de drogas sintetizadas, purificadas para as mesmas finalidades, foram deixando de ser utilizados. Se formos olhar, a última vez que esses preparados entram na farmacopeia americana, se não me engano, foi em 1941.

Só em 1964 é que foi isolado, identificado, sintetizado o Delta 9– tetrahidrocanabinol, que é aquele constituinte presente preponderantemente nos extratos da planta. Na década de 90, foram identificados os receptores CB1 e CB2, central e periférico, e, logo depois, a detecção de canabinoides endógenos; ou seja, como ocorre com a maior parte de produtos exógenos, plantas, há um correlato endógeno, produzido pelo próprio corpo, razão pela qual existem os receptores. Não existiriam receptores para coisas que não existem, não é? Então, é claro que há canabinoides endógenos, e a linha de pesquisa que tem sido perseguida é compreender exatamente quais são esses receptores, quais são as vias de sinalização, quais os efetios que são ali citados. Pelo menos, já foram isolados cerca de 80 canabinoides, entre os quais o canabidiol (CBD).

É interessante que essa molécula apresenta efeitos diversos, eu diria, contrários aos efeitos dos extratos da planta total, exatamente evidenciando aquilo que falara antes, ou seja, que, dessa imensa quantidade – não são só os canabinoides que estão presentes na planta; há um imenso número, milhares de moléculas presentes – daquelas que mantêm a estrutura química básica dos canabinoides, o CBD é aquele que, aparentemente, dos conhecidos até o momento atual dos estudos, apresenta efeitos que podem ser benéficos e que são efeitos frequentemente antagônicos ao uso da planta como tal.

Sei que o tempo é curto. Serei extremamente breve, não farei muitas... Se, em algum momento, alguém fizer uma pergunta, na hora das perguntas, se for da minha competência, responderei com toda a boa vontade e desejo.

Então, um dos primeiros aspectos são as formas de epilepsia resistentes às terapias usuais. Frequentemente, essas epilepsias são congênitas. São quadros raros, de extrema gravidade médica. Recentemente, existe um grupo internacional que faz revisão sobre o uso de canabinoides para eplilepsia. Esse trabalho foi publicado pelo Cochrane Epilepsy Group, que tenta rever todos os trabalhos publicados sobre o uso de canabinoides.

E aqui não é só o canabidiol: tanto extratos da planta *in natura,* como os isolados. Talvez seja uma revisão, do ponto de vista científico, aquela que segue os critérios científicos mais adequadamente.

Esse grupo procurou todos os trabalhos publicados. Infelizmente, a letra é muito pequena, mas obviamente, se desejarem, eu posso dar as referências. Então, localizaram um grupo grande de trabalho, quer dizer, grande – eu diria que é um grupo pequeno –, mas todos esses trabalhos. Mas, na hora em que se vai fazer a seleção dos critérios científicos dessas publicações, poucos passam pelos critérios mínimos de análise científica. E aqui há os grupos principais, quer dizer, aqueles que apresentam essas características.

Eu fiz essa tabela, sintetizando-a, mas é claro que isso é baseado na literatura e tem muito a ver com a referência que eu citei.

Então, aqui, nós vemos um estudo com 15 pacientes, 12 pacientes, 12 pacientes, 19 crianças, 27 crianças. São situações diversas. Quando eu pego esse grupo de crianças, eu vejo que há síndromes muito específicas. Essas são as síndromes raras, em que a epilepsia se manisfesta, eu diria, de uma forma trágica. É o mínimo que eu poderia dizer pela sua intensidade, pela sua repetitividade.

Foram utilizados, aqui, extratos de *Cannabis*. Aqui é canabidiol; onde tem por por miligrama é canabidiol. Nesse grupo de 19 crianças, foi extrato de *Cannabis*, com alto teor. É claro que, dependendo da seleção genética da planta, da forma como ela é cultivada, a manifestação de diferentes moléculas será maior ou menor, razão por que existe, por exemplo, a supermaconha, que traz aspectos, poderes de ação diferentes da outra, da comum.

Aqui foi utilizada uma *Cannabis* com alto teor de CBD.

Aqui, as referências onde podem ser encontradas, as revistas em que são encontrados esses trabalhos.

O grupo, portanto essa revisão; à esquerda, existe o texto. Eu copiei o texto próprio do trabalho publicado. Aqui, a minha tradução.

Aqui se fala que a dose de 200mg a 300mg por dia pode ser segura. Todavia, o número de tratados é pequeno.

Agora, eu gostaria de fazer um esclarecimento: como padrão internacional para avaliar a segurança e a eficácia de um medicamento, está estabelecido há muitos anos, e todos os serviços dos diferentes países utilizam esses critérios para aprovar uma droga para a sua comercialização, há uma fase realizada em animal, uma fase em que se analisam os efeitos tóxicos, os efeitos farmacológicos. Há uma fase inicial onde, exatamente com número extremamente pequeno de pacientes, se vai detectar a sua segurança mínima e a sua dose, a faixa de doses utilizáveis. Há uma segunda fase, onde, desde que nesses 10, 12, 15 pacientes não se tenha tido um efeito dramático, se expande um pouco esse grupo e, dependendo do modelo estatístico, das condições de uso das próprias doenças, da própria droga em questão, isso chegará a cerca de 50, 60, 70 pacientes. Nessa fase, tenta-se, de fato, encontrar a dose e continuar a análise dos seus efeitos tóxicos, os efeitos que a gente chama de efeitos adversos, portanto, aquilo que pode causar uma grande lesão para o paciente.

Há pouco tempo, há dois, três anos, um medicamento foi utilizado em um desses estudos-piloto – na Inglaterra, por sinal –, em que todos os trabalhos em animais, iniciais, mostravam eficácia e segurança.

Quando foi aplicado em um pequeno grupo de pessoas, infelizmente, o investigador, o grupo responsável, aplicou tudo no mesmo dia – eram 15 a 20 pacientes. E isso causou uma vasculite, e vários deles – acho que 80% dos pacientes – acabaram perdendo dedos, extremidades, pelas lesões.

Portanto, há todo um critério de como é que a gente estuda uma droga para garantir a segurança para o usuário e, ao lado disso, a eficácia. Pelos critérios internacionais, é claro que a segurança é o primeiro ponto, é não haver efeitos adversos que possam comprometer a qualidade de vida, a saúde da pessoa.

O critério é que os efeitos esperados devem ser, pelo menos, semelhantes aos das outras moléculas já em uso. Ele não tem que ser superior; tem de ser, pelo menos, semelhante, razão pela qual, se a gente for a uma farmácia, a maior parte dos medicamentos não precisariam estar na farmácia, porque, com número muito pequeno, relativamente pequeno de fármacos, praticamente todas as doenças poderiam ser controladas.

Portanto, nós só temos, nessa revisão, quatro pequenos ensaios randomizados, e nenhum deles mediu a ausência de convulsões aos 12 meses ou por um período três vezes maior do que entre as convulsões. Ou seja, são estudos agudos; eles não permitem concluir se, a médio e longo prazo, o uso de fato seria benéfico.

Vamos lembrar um grande estudo que aconteceu no Brasil, promovido pelo Ministério da Saúde sobre o uso de células-tronco para doenças cardíacas. Isso foi capa de muitas revistas, foi muito comentado.

Os primeiros estudos mostraram que célula-tronco era altamente eficiente: você dava, e o doente saia andando, feliz da vida. Aí se fez um estudo randomizado e se demonstrou que aquele efeito não era verdadeiro. O que acontecia é que aquele paciente era mais bem tratado do que o paciente que estava na fila do SUS. Então, ele tinha uma resposta melhor; estava num grupo de pesquisa, recebendo todos os cuidados possíveis, de tal modo que a célula-tronco, para essas doenças cardíacas, depois de um grande investimento do Ministério da Saúde, uma grande expectativa, não deu em nada. Ou seja, a comprovação da efetividade não é simplesmente dois, três, dez indivíduos dizerem que foi bom para eles. Esse é o critério científico a ser utilizado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANÍBAL GIL LOPES – Bem, concluindo, não há evidências científicas que comprovem a segurança e eficácia dos canabinoides para o tratamento da epilepsia. Portanto, no momento é aceitável o seu uso em ensaios clínicos controlados – o Brasil tem toda uma normativa altamente reconhecida internacionalmente através da Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), do Conselho Nacional de Saúde.

Portanto, dentro do contexto de pesquisa científica, cada protocolo devidamente analisado pode ser, do ponto de vista científico, aceito; ou, no contexto do uso compassivo, quando não há nenhuma terapia alternativa. Portanto, com todos os riscos, o paciente aceita: alguém prescreve, e o paciente aceita correr o risco. Um exemplo atual são essas vacinas para ebola. Nenhuma delas tem o estudo de segurança de efetividade. No caso de uma doença com alta taxa de letalidade, entendeu-se que é eticamente aceitável que ela seja utilizada.

Bem, como antipsicótico, eu diria que os estudos são ainda menores. Numericamente, há menos estudos do uso como antipsicótico. Os medicamentos utilizados atuam nos receptores dopaminérgicos D2: 20% a 30% dos pacientes não respondem bem a essa medicação.

Portanto, como a via de ação de canabinoides parte de outros receptores, é uma possível alternativa. Todavia, do ponto de vista de estudos científicos, é mais limitado ainda o número de estudos realizados do que aqueles para epilepsia.

Portanto, as conclusões... Aqui tem a lista.

Acho que esse sino diz que é para eu parar de falar... Não?

Aqui tem a lista. São quatro trabalhos, inclusive com número muito menor de pacientes. Olhem, é um paciente, três pacientes, oito pacientes. Aqui tem um estudo duplo-cego, com 42 utilizando o medicamento e 42 sem o medicamento, seguindo as normas éticas, porque todos têm de receber o melhor tratamento disponível. Então, soma-se ao melhor tratamento disponível para se verificar se existe um efeito aditivo àquilo que já é obtido com os tratamentos.

Portanto, é a mesma coisa. É necessário que se façam estudos científicos que possam garantir a segurança e a eficácia. Para casos onde não há alternativa terapêutica, é o uso compassivo que a Anvisa e todas as normas vigentes no País preveem e é utilizado para inúmeras drogas.

Eu ousaria fazer uma recomendação, já que o grupo é extremamente envolvido com a questão. Se nós quisermos descobrir quais são as moléculas que de fato têm efeito farmacológico, quais são as suas vias de administração, suas doses, sua segurança, sua eficácia, o tempo que tem de ser utilizado, é necessário que se façam estudos de fase II e fase III.

Essas drogas não são de interesse das grandes empresas multinacionais porque não têm patentes. E sem patente não há lucro. Então, são drogas que não são utilizadas, não são estudadas. Se houver, é uma questão política, de política de saúde pública. É um investimento do Estado para pesquisa, para produzir resultados que possam atender à demanda da população. É o que foi feito com célula-tronco para doenças cardíacas, que, se desse certo, seria algo de grande valia.

Todos os estudos podem conduzir a resultados favoráveis ou a resultados desfavoráveis. Todavia, a prática contemporânea médica é baseada na evidência científica e não no ouvir dizer.

Uso recreativo. Acho que o uso recreativo... Eu vejo... Sou uma pessoa que trabalha em ciência. Não tenho nada a ver com política, absolutamente nada disso. A minha abordagem é extremamente linear – penso eu – para analisar as coisas. Existe o argumento de que, se nós tivermos uma legislação mais branda para o consumo, o comércio, é esperado que a liberação do seu uso reduza o custo de produção e preço final. A redução do preço é uma facilidade em comprá-la e elevar o seu consumo. Isso são dados do escritório da Organização Mundial da Saúde sobre drogas. No final, eu cito. Acabou de sair a edição de 2014, que apresenta no mundo inteiro todas as grandes questões ligadas tanto a narcotráfico quanto a produção, uso.

Para cada 10% na redução do preço, existe um aumento de 3% no número total de utilizadores e um aumento de 3% a 5% na iniciação do seu uso por jovens. Isso é válido para as primeiras décadas. O modelo es-

tatístico não sabe se isso aconteceria depois de 20 a 30 anos, mas, pelo menos, para a primeira ou a segunda década, essa é a previsão que os matemáticos fazem.

O segundo aspecto que muitos da área de Psicologia consideram importante, e talvez o nosso grande referencial, é a questão da Aids. Todas as vezes que a legislação, o consumo, as indicações, as normas são liberalizadoras, elas induzem a quê? Elas induzem à diminuição da percepção do risco associado ao uso. É a razão pela qual, depois de um grande medo em relação à Aids, houve uma leniência em relação aos cuidados contra a transmissão da doença.

Todas as vezes, portanto, em que a percepção do risco diminui, o uso de um medicamento, de uma droga ou de um comportamento se exacerba.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANÍBAL GIL LOPES – Portanto, a redução da percepção é preditiva do aumento da prática em questão.

Nós não conhecemos, do ponto de vista científico, efeitos crônicos da maconha. Os poucos estudos que existem são todos efeitos agudos.

É claro que há uma grande diferença de um usuário de maconha – agora estou dizendo do ponto de vista recreativo – que fume o seu baseado de vez em quando e o usuário que usa isso várias vezes por dia, cronicamente. E temos de distinguir entre adolescentes, jovens e adultos com mais idade.

Se eu for olhar do ponto de vista de um sistema nervoso em desenvolvimento, qualquer substância psicoativa, qualquer uma, trará alterações que são deletérias, não só dependência, diminuição de memória, desenvolvimento psicossocial, menor desempenho cognitivo, problemas de saúde mental, problemas pulmonares. Portanto, da mesma forma que qualquer outra droga farmacologicamente ativa, medicamentosa ou não, ou recreativa, esse uso pode causar grandes alterações de desenvolvimento – desenvolvimento neural e psiconeural.

Do ponto de vista de um indivíduo adulto, também não há evidências científicas de quais são seus usos crônicos, mas, se eu pegar qualquer outra droga psicoativa à venda nas farmácias, com receita médica, controlada, o seu uso crônico sempre levará a efeitos adversos. Qualquer substância psicoativa terá efeitos colaterais adversos, que se somam ao longo do tempo.

Muitos falam – e há alguns dados estatísticos em alguns países – que, quando se libera a maconha, eventualmente, haveria uma diminuição de uso de drogas mais pesadas, como o *crack*, a cocaína. Também há contra o contra-argumento, de que, quando se libera, aumenta-se o uso. E, quando alguém utiliza uma droga que envolva outros receptores, não existe a substituição. O indivíduo que usa cocaína não trocará a cocaína por maconha. Qualquer droga – álcool, cigarro, maconha – abre portas para o uso de qualquer outra forma de droga ou fármaco que possa levar a um uso acentuado.

A questão fundamental é que muitas vezes se imagina que, liberando-se uma coisa, uma droga, que é controlada pelo crime organizado, que o crime organizado se retrairá. A grande característica do crime organizado é exatamente a sua grande dinâmica. Nós temos o Primeiro Comando da capital, de São Paulo, Comando Vermelho; nos últimos anos, o primeiro grupo catarinense. É só lembrar nesses últimos dias o que tem acontecido em Santa Catarina, promovido pelos grupos de crime organizado.

O crime organizado muda facilmente de objeto. Isso são notícias do jornal que eu peguei ontem. Ontem. Sou de uma cidade que tinha uma grande tradição de crime organizado em relação ao jogo do bicho, que era uma coisa que havia no País inteiro. De certo modo, o Estado legalizou, através das megassenas, minissenas e muitas senas. Portanto, o jogo de azar em nosso País é totalmente liberado, estatizado. É a Caixa Econômica que promove. Isso, de forma alguma, acabou com a rede de crime. Ela muda. Ela vai para os narcotráficos.

No Rio de Janeiro, dois ou três anos atrás, houve uma grande repressão ao crime organizado. Muda. Ou ele muda de localidade, ou ele muda de prática criminosa. Ele vai para o sequestro, sequestro relâmpago, explodir caixa de banco. Isso não é um fenômeno brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANÍBAL GIL LOPES – Realmente, o crime organizado é uma questão internacional fundamental e, se existe alguma coisa que nós deveríamos ver, que é o cerne da questão, é esse crime organizado que permeia os mais diversos segmentos da sociedade e causa tal ônus que impede o verdadeiro crescimento da Nação e subtrai do povo seus direitos mais elementares.

Discutir o uso disso ou daquilo é irrelevante para a saúde da Nação. Eu diria que muitas nações do mundo estão atoladas, afogadas em um crime organizado que destrói as suas estruturas mais essenciais. Ele passa pelos níveis estadual, municipal, federal em nosso País, passa por todos os lugares. Se nós não tivermos a consciência de que o nosso grande inimigo é o crime organizado, nós certamente ficaremos fazendo discussões de pequenos interesses nossos, mas nós não teremos a visão de, realmente, superar aquilo que nos limita e garantir um verdadeiro progresso, aquele que vai trazer saúde, porque o dinheiro não é desviado; que vai trazer

educação, porque a nossa educação conduz ao desespero. E, sem o mínimo de formação, nós não podemos pensar em exercício de autonomia, porque autonomia envolve conhecer aquilo sobre o que eu decido, sobre o que eu escolho.

Esses são dois relatórios que eu entendo sejam excelentes. Isso está disponível, é das Nações Unidas. As últimas versões são recentes, não têm tradução; versões anteriores já foram traduzidas. E um livro que, do ponto de vista científico, é um grupo de Ribeirão Preto. Há muitos cientistas brasileiros altamente preparados para estudar do ponto de vista científico, terapêutico a questão da *Cannabis*. Este é um livro que eu entendo, do ponto de vista médico e de acesso popular, sem uma linguagem científica pesada, é aquilo que todos poderiam usufruir muito bem.

Eu agradeço e peço desculpas pela demora. Espero ter podido colaborar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Padre.

O conteúdo e a maneira como o senhor apresentou justifica perfeitamente ter se estendido um pouco mais no tempo. Foi uma das melhores apresentações que nós tivemos aqui.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Marcos Zaleski.

O SR. MARCOS ZALESKI – Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite feito pela Comissão.

Estou aqui também representando o Instituto Nacional de Políticas Públicas do Álcool e Drogas (Inpad), coordenado pelo Prof. Dr. Ronaldo Laranjeira. A nossa formação médica foi feita pela Universidade Federal de São Paulo. Também tenho formação em Farmacologia, e essa foi uma das razões de eu ter sido convidado, pela Universidade Federal de Santa Catarina, e pós-graduação em Dependência Química pela Unifesp.

Assim como o Padre Aníbal, eu também vou me ater, embora falando de políticas públicas, à questão da saúde mental, independente dos vários aspectos que estão ligados a essa questão da legalização do uso recreativo da *Cannabis Sativa*.

Nós vamos ver quatro tópicos. O último tópico, inclusive, eu vou deixar em aberto. Se for possível, eu entro no último tópico, porque talvez eu me prolongue um pouquinho e não dê tempo de falar do exemplo da Suécia. Mas a gente vai ver quais são as perguntas mais frequentes, quais são os efeitos farmacológicos canabinoides, quais são os princípios das políticas públicas que nós acreditamos sejam interessantes para todas as drogas, incluindo a *Cannabis Sativa,* e, por último, o exemplo a Suécia.

Quais são as perguntas mais frequentes quando se discute legalização? A primeira delas: a liberdade do indivíduo para consumir *Cannabis*, desde que não haja prejuízo a terceiros, está acima do dever do Estado em proteger a sua saúde? Essa talvez seja uma das questões centrais que acaba levando a um debate de ideias entre saúde pública e a questão de direitos individuais das pessoas, questões ideológicas, etc.

A segunda: a legalização do uso de *Cannabis* leva à redução da violência? O Padre Aníbal já comentou um pouco; de algumas coisas nós vamos falar um pouco mais.

Terceira: como se fará o controle do comércio de uma nova droga legalizada no País?

A gente já teve aqui, me parece, na Comissão, um representante do governo do Uruguai já abordando um pouco esse tópico, mas, levando em consideração o nosso País e a introdução de uma nova droga, quem faria esse controle? Como seria legalizado? Como seria a distribuição da droga, etc.?

A quarta pergunta, que eu julgo mais importante: haverá aumento do problema de educação e de saúde, sendo as drogas mais acessíveis com a legalização?

Sobre a primeira das perguntas, a gente vai tentar falar de forma resumida. É lógico que há assunto para uma hora ou mais aqui, mas talvez, nas perguntas, a gente possa se aprofundar um pouquinho. Começar a usar drogas pode ser uma questão de escolha pessoal, uma questão de livre arbítrio. Se eu tenho um colega que usa drogas e ele me oferece – o cérebro humano amadurece por volta dos 24 anos de idade, e o adolescente, o adulto jovem é muito curioso, quer experimentar muitas coisas, é muito ávido por experiências –, então, é muito comum a chamada *peer group pression*. Mesmo na própria família você pode ter um usuário de drogas, um pai ou um familiar que lhe ofereça drogas. Isso está ficando relativamente comum. Ou há a própria experimentação no momento em que você está com o seu nível de consciência alterado, com a ingestão de álcool, a ingestão de outras substâncias, e você pode experimentar determinada droga.

Agora, mais ou menos o que se sabe em torno da maconha é que 10%, ou talvez chegue a 20% das pessoas, depende dos trabalhos que são apresentados, vão tornar-se, mais ou menos como acontece com o álcool, dependentes dessa droga. Elas podem ter uma experiência muito agradável com a substância e repeti-la ao longo da vida. E essas pessoas vão acabar tornando-se dependentes. Essas pessoas, então, perdem o direito de escolha na questão de cessar o uso da droga; ou seja, já houve uma alteração neurofisiológica no seu sistema nervoso central que impede esse indivíduo de espontaneamente tomar uma decisão de parar de usar a droga, mesmo sendo a maconha uma droga que tem uma síndrome de abstinência relativamente mais

branda do que a das outras drogas. A dependência química em geral, incluindo a maconha, provoca prejuízos familiares, sociais e também econômicos.

Segunda pergunta: a legalização do uso de Cannabis leva à redução da violência? Acho que o Padre Aníbal foi muito feliz em comentar a questão do crime organizado. E ainda nós temos a questão do próprio cigarro no País. O cigarro é uma droga legalizada, existem campanhas contra o fumo. O cigarro é a primeira droga no mundo em que existem mais pessoas abandonando o uso do que começando. Então, as campanhas publicitárias nos Estados Unidos e aqui no nosso próprio País já estão reduzindo o consumo de cigarro. No entanto, a gente tem um grande volume de cigarro que entra ilegalmente no País. Ele entra através das fronteiras e é vendido ilegalmente no País, um cigarro de menor qualidade, um cigarro mais barato; ou seja, a população tem disponível um cigarro comprado com taxa... E, como a gente viu ao longo dos anos, como já foi explicitado o que aconteceu com o cigarro e com outras drogas, à medida que você aumenta o consumo – você tem maior venda, mais lucro, pode diminuir o preço, tem mais competição, mais concorrência, pode diminuir o preço de uma substância –, vai-se ter uma droga mais barata e mais pessoas comprando, tanto que um dos mecanismos de redução do controle de álcool, de redução do consumo de álcool é justamente a taxação e o aumento do preço do próprio cigarro. Nos Estados Unidos uma carteira de cigarros é extremamente cara, muito mais cara do que aqui no Brasil, e isso para tentar reduzir o consumo. Só que aí o raciocínio que se faz, na prática, é de que o crime organizado continuará, poderá e provavelmente vai fazer isto: continuar a oferecer drogas. Então, um indivíduo usuário de maconha, uma droga legalizada no País, vai ter a opção de comprar tanto a droga legalizada quanto a droga oriunda dos locais de compra dele, principalmente se já for um usuário. De qualquer forma, você vai ter mais pessoas utilizando drogas lícitas e acesso às drogas que continuarão sendo ilícitas.

Apesar das falhas nas políticas de controle, uma droga, sendo ilícita, faz com que menos indivíduos estejam expostos ao seu consumo. E isso foi uma grande crítica que foi feita na proibição das drogas nos Estados Unidos, na questão do álcool, em que muitas pessoas morreram de cirrose, etc., e compravam a droga feita de uma forma totalmente despreparada. Havia pessoas morrendo de cirrose... Mas, se você levar em consideração o volume hoje de pessoas que morrem de cirrose nos hospitais com a droga legalizada, é também um dado assim extremamente alarmante. No caso de acidentes de trânsito, 60% das pessoas que morrem ou estão envolvidas em acidentes de trânsito estão alcoolizadas. Então, a questão da própria liberação do álcool serve em dois pontos: um, você tem droga de menor qualidade, com mais risco às pessoas e mais pessoas se envolvendo com criminosos; e, liberando-se a droga, há mais pessoas morrendo por utilizá-la, como na questão do álcool especificamente.

Terceira pergunta: como se fará o controle do comércio de uma nova droga legalizada no País?

O controle da produção e distribuição terá que levar em conta a qualidade do produto, a taxação, etc., e a chance de mercado ilegal continuar existindo é grande, produtos de menor qualidade sem taxação, atraindo alguns novos usuários e mantendo, em parte, a clientela antiga. Então, há dificuldade em controlar a produção e distribuição. Aí, vem uma coisa que considero principal: evitar a venda a menores de idade.

No trabalho feito pela Unifest, está dito que 90% das pessoas menores de idade conseguiram comprar bebida alcoólica, e sabemos que a venda de bebida alcoólica é proibida para os menores de 18 anos. Foi feito um trabalho por um colega nosso, o Dr. Romano, que constatou que 90% das pessoas conseguiram comprar álcool em qualquer lugar no Estado de São Paulo sem nenhum tipo de pergunta acerca da idade que tinham. Crianças de 12, 14 anos chegavam aos locais, se identificavam, diziam: "quero levar álcool para casa, bebida, vodca", e só 10% deles foram questionados e solicitados para que mostrassem a carteira de identidade.

Então, a exposição dos menores à maconha provavelmente será um dos grandes problemas à liberação não só da maconha, mas de qualquer outra droga que seja liberada. Haverá muita dificuldade de passar a mensagem de que a droga só deveria ser consumida por maiores de idade. Quando falamos de libração de maconha, não estamos prevendo que pessoas de 8, 10, 12, 14 anos possam utilizar a substância.

Haverá aumento de problemas de educação e saúde?

Sem dúvida alguma, não é? A maior disponibilidade – essa é uma equação da Organização Mundial de Saúde – de uma droga aumenta o seu consumo e os problemas relacionados ao seu uso – isso é histórico, com o cigarro, com o álcool, com todas as drogas liberadas –, e mais pessoas se tornam dependentes. Você tem um percentual x. Se, de 100 pessoas, 10 são dependentes, temos um percentual de 10%, Se temos 1.000 pessoas, temos 100 dependentes da droga.

Então, a libração da *Cannabis* por qualquer governo passa a mensagem de que se intoxicar é permitido, especialmente junto à criança e ao adolescente. Essa é uma das grandes mensagens na questão da liberação das drogas: a criança cresce vendo seus irmãos mais velhos, seus pais, as pessoas comprarem livremente uma substância.

Eu me lembro muito bem de um atleta que contraiu o HIV na década de 90, e fazia campanha – até hoje faz. Era o Magic Johnson, da NBA americana. Ele veio ao Brasil, certa vez, e fez uma colocação muito interessante: "na prevenção de drogas [falando sobre HIV e drogas], só quero pedir uma coisa a vocês: no aniversário das suas crianças, não bebam bebidas alcoólicas; os adultos não devem beber álcool na frente das crianças." E há um cartaz que ficou muito famoso na Inglaterra, em que há uma mãe fumando e uma criança pequenininha olhando para ela com uma admiração muito grande. O cartaz dizia assim: "M*others do, children, too*", ou seja, as mães fazem, as crianças imitam.

O comportamento de que se pode fumar livremente qualquer tipo de substância, incluindo-se mais uma substância liberada, vai aumentar a pressão sobre as crianças e adolescentes, e o próximo passo é uma crença de que você pode liberar também outras drogas. Nos Estados Unidos, por exemplo, o *crack* está desaparecendo. Tamanha a destruição que causa, o preço, eles estão mantendo a própria cocaína – os traficantes já não têm tanto interesse no *crack* – e estão utilizando as drogas sintéticas para causar um potencial maior de venda, de lucro etc, já que são drogas mais caras. No Brasil, que é um país mais pobre, isso já é mais difícil de acontecer. Mas, por enquanto, estamos correndo esse risco também.

Bom, as questões principais são essas. Vamos debater. Há prós e contras, os dois lados. Não estou dizendo aqui que uma dessas afirmativas seja verdadeira. Esse é o ponto de vista de saúde mental. Existem várias correntes que discutem, e, por isso, o assunto é bastante polêmico.

Efeitos farmacológicos dos canabinoides: é geralmente aceito que os riscos para a saúde pelo consumo de *Cannabis* são bem inferiores, sem dúvida alguma, aos decorrentes do consumo de heroína ou cocaína. Costumo dizer, para uma família de dependente de cocaína, que se trata de tragédia que se abate sobre a vida das pessoas. A heroína há pouco aqui no Brasil. Acerca da *Cannabis,* é uma pena, a gente lamenta – vejo nos meus pacientes, naqueles que vão ao meu consultório, pelo menos – porque são pacientes dependentes, que já perderam muitas coisas na vida; muitos deles já têm um quadro psicótico, e acabamos vendo uma tristeza muito grande. Mas, no entanto, há mais tempo de aderir, de tratar aquela pessoa em relação ao paciente de cocaína, que, muitas vezes, fica em situação emergencial: é preciso agir no momento, pelo risco de vida que aquele paciente corre. No entanto, devido à elevada prevalência do consumo de *Cannabis,* essa droga pode ter um impacto significativo na saúde pública.

Alguns efeitos físicos agudos: olhos avermelhados, boca seca, taquicardia, broncodilatação. Efeitos psíquicos agudos: o indivíduo tem a sensação de calma, de relaxamento, redução da fadiga, hilaridade, angústia, tremores, sudorese, prejuízo ma memória e atenção, alteração da percepção espacial e temporal, delírios e alucinações em alguns casos.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ZALESKI – Não nos esqueçamos de que essas drogas estão sob a classificação de drogas alucinógenas. A *Cannabis Sativa* é uma...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero respeito à fala de cada um dos que estão aqui...

O SR. MARCOS ZALESKI – Acho que todos aqueles ...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...da mesma maneira que vamos respeitar as perguntas de vocês.

O SR. MARCOS ZALESKI – Todos podem se manifestar livremente, pessoal. Não há nenhum problema. Agora, realmente, aguardem a fala e façam as peguntas necessárias depois, e vamos responder com muita satisfação.

Efeitos psíquicos crônicos: déficit de aprendizado e memória; síndrome amotivacional; piora de distúrbios psíquicos pré-existentes latentes; e a abstinência, que é a náusea, agitação, irritabilidade, confusão mental, taquicardia e sudorese, que eram observados em alguns pacientes.

Uma meta-análise publicada em fevereiro de 2011, no jornal da Archives of General Psychiatry, mostra a associação entre o uso de *Cannabis sativa* e outras substâncias psicoativas no aparecimento precoce de sintomas psicóticos. Isso é muito observado em consultório, tanto em pacientes jovens com esquizofrenia, quanto em pacientes na faixa dos 40 anos, que desenvolvem muitos distúrbios cognitivos de memória e também distúrbios paranoides, com ideias fixas totalmente fora do contexto da realidade.

O resultado desse estudo traz forte evidência de que a redução do consumo de *Cannabis* pode retardar ou mesmo prevenir aparecimento de alguns tipos de psicose. O mesmo estudo mostra que o consumo de álcool não está associado com esse efeito.

A *Cannabis sativa* e o sistema de recompensa. Quando converso com meus pacientes, a principal abordagem que faço com eles é em relação ao sistema de recompensa. O sistema de recompensa é um sistema que começou a ser estudado na década de 80 e ficou bastante conhecido e reconhecido hoje como um sistema de vias dopaminérgicas numa área do cérebro que é muito longe, vamos dizer assim, do córtex cerebral, ou seja da nossa área de inteligência. Esse sistema de recompensa fica na área do hipocampo, e temos uma alteração dopaminérgica importantíssima. Eu costumo dizer que é como se ele fosse uma bússola de sobrevivência do indivíduo. O sistema de recompensa, no mundo animal, é ativado somente em três situações: após saciada a fome, após a vitória contra o inimigo e após a reprodução, após a sexualidade. Ou seja, ele sinaliza a sobrevivência do indivíduo.

O oposto à desativação do sistema é o sistema de lutas, o sistema predominantemente noradrenérgico, em que o indivíduo fica pronto para a luta ou para a fuga: quando ele tem fome, quando está ameaçado ou quando está sozinho e não consegue reproduzir a espécie, lembrando que, no mundo animal, a reprodução não se dá por fins prazerosos e, sim, para fins de preservação da espécie.

Ou seja, quando se aciona o sistema de recompensa, embora não percebamos isso, intrinsecamente, a gente está mandando uma mensagem ao nosso cérebro: "Olha, está tudo bem, você tem dopamina à vontade; você não está ameaçado por ninguém; você não está passando fome; você não está inseguro." Por isso, temos aquela sensação de relaxamento, de bem-estar após uma vitória no trabalho, após uma vitória no esporte, após uma sensação não só da sexualidade em si, mas também com o sorriso de um amigo, de pessoas queridas, realizações pessoais.

A partir do momento em que se hiperativa esse sistema com alguma substância, esses valores acabam ficando em segundo plano nos dependentes das substância. Ou seja, o sorriso, o amor, a paixão, etc, são concorrentes... Ou melhor, a *Cannabis* e outras drogas que também estimulam o sistema dopaminérgico acabam concorrendo com esse sistema numa área do cérebro em que não se tem acesso à inteligência, uma área puramente emocional.

Esse estudo do ano passado foi muito interessante porque mostrou que os níveis do estriado, região do cérebro de recompensa e motivação, se mostraram mais baixos em usuários regulares de maconha. Ou seja, eles têm menor interesse porque são hiperestimulados o tempo todo pela maconha; e, na falta da maconha, há uma redução do interesse de um modo geral, e o seu principal centro de atenção nos dependentes da droga acaba sendo o uso da substância.

O resultado desse estudo explica o motivo de a maconha ter a tendência – isso é uma frase do pesquisador – de fazer as pessoas se sentarem sem fazer nada. Isso a gente observa nos usuários crônicos de maconha; realmente são muito pouco motivados e são pessoas que precisam realmente de tratamento.

Os efeitos farmacológicos dos canabinoides. Eu não vou entrar em detalhes aqui porque não é da minha área clínica, mas o Padre Aníbal já o fez e Prof. Enio já explicou bem. O uso terapêutico... A gente confunde, às vezes, o THC com uso terapêutico da droga. O THC é a substância que libera bastante dopamina, atua no sistema endocanabinoide, inclusive atua em um receptor de anandamida – ananda é uma palavra que vem do hindu, chamada felicidade, a proteína da felicidade, que dá aquela sensação de bem-estar. Mas a maioria dos efeitos terapêuticos da planta é provocada pelo canabidiol e outras substâncias que não têm efeito psicoativo. Portanto, elas podem ser úteis na prática médica. Acabamos de ver uma resolução do Conselho Estadual de Medicina de São Paulo liberando o uso dessas substância para as convulsões. E, certamente, a meta-análise desse trabalho, que saiu o ano passado...

A meta-análise é um estudo de todos os trabalhos, o resumo de todos os trabalhos pró e a favor de uma determinada situação, de uma determinada substância. Essa meta-análise mostrou que o uso terapêutico certamente não é adequado sob a forma de cigarro de maconha, em razão de seu potencial e efeitos colaterais indesejáveis e riscos de dependência.

Ou seja, se existe uso para a *Cannabis sativa,* esse uso deve ser medicamentoso através de comprimidos; e como foi bem sugerido, através de testes de fase II, fase III, para que os medicamentos sejam bastante seguros, livres de efeitos colaterais. E jamais, do ponto de vista de saúde mental, a gente apoiaria a liberação da substância para fins de tratamento de saúde sob a forma de cigarros de maconha.

Assim, em relação às políticas públicas com que devemos nos preocupar com relação às drogas em geral, incluindo a maconha, devemos levar em consideração que o consumo de drogas se transformou em um problema de saúde pública de primeira ordem, que medidas urgentes são necessárias para proteger o usuário e sua família do efeito das drogas, que a dependência de qualquer droga é uma doença crônica que necessita de tratamento com múltiplos recursos de longo prazo, e que, além do tratamento, a reinserção social de longo prazo, quando necessária, deve fazer parte desse processo. Uma resolução do Nida, o instituto nacional de abuso de drogas do governo americano, não recomenda que qualquer tratamento para dependência química

seja inferior a seis meses. Muitos pacientes se tratam por praticamente a vida toda. É uma doença que não tem cura, mas você tem o que os americanos chamam de estado de cura, ou seja, depois de três anos livre de uma substância, se pode ter uma vida praticamente normal, mas não se deve voltar a usar a substância sob pena de reativar os núcleos de dependência no sistema nervoso central.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ZALESKI – É muito importante a questão da reinserção social de longo prazo, porque vários desses indivíduos, mesmo com o uso da maconha, acabam tendo um estilo de vida e passam muito do tempo das conquistas. O indivíduo às vezes usa a maconha até os 28, 30, 35 anos e acaba perdendo seus referenciais de interação social e cria quase que um mundo próprio em que não está feliz naquele momento e está procurando ajuda. E muitos pacientes acabam buscando ajuda para tentar se reinserir. E os exemplos são os mais interessantes possíveis.

Eu já tive pacientes, na clínica... Porque sou um clínico. Eu faço pesquisa, mas sou clínico. Inclusive, sou um clínico que mora em Florianópolis, onde estamos vivendo essa situação toda, dramática, da violência. Enumero as queixas principais dos meus pacientes, de muitos deles. Alguns vêm através do casamento porque a esposa não aceita, ou porque estão tendo problemas crônicos pulmonares, ou porque tiveram problemas cognitivos, ou porque têm quadros paranóides aos 30, 40 anos que os prejudicam na empresa.

Um deles veio com uma coisa muito curiosa que me chamou a atenção. Ele veio se tratar porque quando ganhou neném, ele não conseguia segurar o neném no colo por causa do cheiro da roupa, uma vez que o usuário crônico de cigarro e o usuário crônico de maconha têm realmente aquela característica do cheiro, que pode comprometê-lo também no seu ambiente de trabalho, já que se trata de uma droga ilícita, não é, pessoal? Lembro que é uma droga ilícita, que prejudica no ambiente de trabalho.

Alguns modelos de tratamento, com o auxílio de algumas diversidades, poderão ser ampliados, e a participação do setor de autoajuda (Narcóticos Anônimos, familiares e organizações comunitárias) deveriam fazer parte central da organização dessa resposta.

Os usuários identificados deverão ser monitorados pelo serviço de saúde para avaliar a adesão ao tratamento e as famílias deverão receber todo apoio necessário para ajudar o usuário de drogas a permanecer em tratamento e em um longo processo de recuperação.

A recuperação deve ser atingida com acesso à educação, treinamento, emprego, serviços de apoio à família, e quando for relevante, a punição com os meios judiciais disponíveis. Quando for relevante.

Não sei se ainda há tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ZALESKI – Vou passar rapidamente essa questão, pessoal. Vou passar uma questão que eu já apresentei na Senad, inclusive. Por que estou passando esse exemplo da Suécia? Foi um comentário que fiz para um artigo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ZALESKI – É exatamente esse o artigo. Por isso que quero apresentar o exemplo da Suécia. Esse argumento quem usou falou muito bem. Porque se usa muito o argumento da Holanda, que é um país do primeiro mundo, dos Estados Unidos, da Itália, da Espanha, que são países europeus. E o único país europeu que tem um pensamento oposto ao da liberalização das drogas é a Suécia. Então, trago isso em contraponto, para vocês verem como também há países que pensam de forma diferente. E a gente está aqui para isto, debater ideias e também trazer ideias diferentes para vocês.

Então, a Suécia é o único país democrático do mundo que prevê uma coisa diferente dos outros países: a erradicação de drogas. Eles não preveem a liberalização de drogas, que é algo muito curioso. Até me surpreendeu muito essa questão por justamente ser um país desenvolvido.

Então, o sistema de controle de drogas na Suécia foi um dos mais debatidos em anos recentes e difere muito do que ocorre na Europa...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Senador Cristovam, pela ordem. O senhor me permite?

Nós estamos em uma audiência pública. Eu acho que todos devemos nos respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas está sendo respeitado. A única hora que saiu um pouquinho do controle...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu acho que não precisa ter essa intervenção. Há alguém falando, debatendo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu acho que todo mundo... Nós somos livres para ser contra algo ou a favor de algo. E nós vamos ouvir todos aqui de forma respeitosa. Acho que não tem a necessidade de estar fazendo essa intervenção no meio da fala do doutor, sabe?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Também acho que não. E, na única hora em que saiu, eu reclamei. Até porque eu, como Relator, quero ouvir, sim o que os que aqui estão têm a dizer, especialmente as experiências de outros países.

O SR. MARCOS ZALESKI – Exatamente. Por isso, é importante a gente trazer para debate, e sou muito aberto a debates. Não sou uma pessoa de convicções fechadas. Sou muito aberto a debates, respeito as pessoas que vão me buscar para tratamento, respeito as pessoas que não querem fazer tratamento, que acham que o uso da droga é bom para elas. Mas eu tenho o meu ponto de vista, e é interessante colocar até, para que vocês reflitam sobre ele também, concordando ou não.

Então, no caso da Suécia, ele é muito mais restritivo: o uso de drogas não é tolerado. Em 1977, foi declarado que um dos objetivos do sistema era criar uma sociedade livre das drogas. É o oposto à Holanda, que fica ali do lado. Há uma ponte que liga os dois países. Aliás, até a Dinamarca e, depois, até a Suécia.

Vale a pena olhar historicamente outro fator que influencia a política de drogas: o desenvolvimento, por mais de um século, da política sueca de álcool. O modelo que recebe as evidências para o álcool é usado para as drogas. Quanto mais pessoas experimentarem drogas, maiores as chances de termos usuários pesados e disfuncionais. Quanto mais usuários de maconha, maior o número de usuários de outras drogas mais pesadas. Esse é um conceito sueco. Isso é dito por eles, pelo próprio governo sueco.

Para implementação desse objetivo, quantidade substancial de dinheiro tem sido alocada. Dependência química é uma das grandes questões por que a gente luta muito. Para tratar dependente químico – está falando de liberalização de uma droga, que é um assunto, mas a gente fala de dependência química e de tratamento de pessoas que sofrem –, é preciso muito dinheiro para isso. Precisa ter muita... É preciso uma prioridade governamental realmente no combate à dependência química, o que está muito ligado ao crime de modo geral.

Prevenção e informação, política de controle e tratamento são os pilares do sistema sueco. Os indicadores disponíveis mostram que o número de dependentes químicos nesse país é relativamente baixo quando comparado com a Europa. Ele é bem inferior ao restante da Europa. Embora o uso de drogas seja considerado socialmente inaceitável, o objetivo da política não é punir os indivíduos. Ao oferecer cuidado e tratamento, o usuário deveria tornar-se livre das drogas e ficar reabilitado e reintegrado à sociedade.

Nos anos 80, houve uma mudança conceitual importante. O sistema passou a buscar reduzir a demanda de drogas, e o objetivo não era mais o traficante, mas os usuários. Esse é um ponto fundamental desse trabalho. Toda a política sueca é centrada em cima do usuário, e não em cima da punição, da prisão; e, sim, da orientação e do tratamento precoce às pessoas que estão utilizando drogas.

O uso de drogas tornou-se criminalizado, mas essa abordagem potencialmente permitiu identificar novos usuários e oferecer tratamento. Esse tipo de modelo acaba usando muito o sistema policial, não o sistema policial punitivo. Mais ou menos o que a gente tem, como aqueles policiais que fazem treinamentos no Proerd, etc.

A Suécia mantém uma boa relação de policiais em relação à população geral. Cerca de 12% do tempo da polícia são gastos com a abordagem de usuários de substâncias. A força policial está no centro do objetivo de ter uma sociedade sem drogas.

Em 1988, o uso de drogas tornou-se crime nesse país, mas a penalidade para o uso não é a prisão, e, sim, a multa. Mais recentemente, a pena aumentou para prisão de até seis meses em caso de pessoas que recidivam e que se negam ou se recusam a parar de usar a substância.

O uso de exames de urina para detecção do usuário é muito comum e não parece ter grande resistência, seja dos policiais ou da população, para aceitar essa prática. Grande número de usuários, especialmente adolescentes, acaba indo para o sistema de tratamento dessa forma, através de exame.

Se um indivíduo usa drogas em público, ele será encaminhado por uma assistente social para tratamento; se necessário, para tratamento compulsório. Por essa razão, investe-se uma grande quantidade de dinheiro no setor de tratamento.

Então, vejam que uma das vantagens desse sistema também é que há muito mais verba disponível para tratamento, ao contrário do que acontece em várias partes do nosso País, onde não se dá a prioridade necessária à dependência química, independente de ser ela de cocaína, ou outra droga.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ZALESKI – O sistema legal sueco tem três categorias de infração em relação às drogas: menor, normal e maior.

Quando alguém é identificado pelo teste de urina, recebe uma multa; posse de pequenas quantidades pode levar à prisão de até seis meses, como opção. Quando alguém é pego vendendo drogas, será preso em

todos os casos. Infrações consideradas maiores recebem pena de, pelo menos, dois anos, e a sentença máxima é de dez anos.

Vale a pena salientar que existe grande pressão por parte da opinião pública em reivindicar maiores controles sociais e legais em relação às drogas. Vejam a curiosidade: quando a gente pensa em país de primeiro mundo, a gente acha que a tendência é só liberalização e permissão do uso de drogas, mas há países em que a opinião pública é a favor de maior controle em relação à restrição do uso de drogas.

Já estamos terminando.

O sistema de tratamento tem três pilares: corrente de cuidado, *outreach* – voluntário ou involuntário – e comunidades terapêuticas. O tratamento involuntário pode ser feito para adolescentes resistentes ao tratamento.

Quanto às conclusões finais, então, a liberdade da dependência de drogas é uma das metas a ser atingida; a redução do crime; o emprego sustentado; a melhoria do bem-estar físico e mental do usuário; melhoria nas suas relações com sua família e amigos; capacidade para ser um pai ou mãe cuidadoso e presente – isso é muito importante, e a gente observa muito no dependente químico esse descuido com a família.

O resultado deve ser a reintegração do indivíduo à comunidade, e a conclusão final é de que a legalização do consumo da maconha não é recomendada, com base nas atuais evidências científicas, sob a ótica da saúde mental.

E aqui as referências.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Dr. Marcos.

Eu passo a palavra, agora, à presidente da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas, Ana Cecília Petta Roselli Marques.

A SRª ANA CECÍLIA PETTA ROSELLI MARQUES – Então, bom dia.

Eu queria agradecer ao Senador Cristovam Buarque e a toda a Comissão pelo convite.

A Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas tem 40 anos. É uma associação sem fins lucrativos, que tem uma única missão. A missão da Abead é fazer prevenção por meio dos encontros, dos fóruns, dos eventos que ela promove, chamando especialistas do mundo todo, do Brasil, e, também, as experiências nacionais para apresentar em seus eventos. Essa é a função da Abead. A Abead não financia pesquisa, a Abead não oferece tratamento, a Abead, enfim, é só uma associação que recebe, sim, alguns apoios, principalmente dos seus associados, para que faça esses eventos de debate. Essa é a missão da Abead.

Tem 40 anos aqui no Brasil. A bem da verdade, a Abead foi a primeira associação, em 89, que, preocupada com as questões do álcool, entregou para o Governo brasileiro um programa de prevenção ao uso de álcool. Nós estamos falando da década de 80, e por que isso é a parte mais importante de toda essa história, a prevenção?

Eu acho que falar da maconha não é diferente de falar do álcool, no sentido de que temos que pensar na política como um todo, que começa pela prevenção. E essa é a missão da Abead.

Aí, o que eu preparei? A bem da verdade, eu já vou passar muita coisa para a frente, porque os colegas já trouxeram os estudos, mas para que a gente entenda a maconha por meio das suas múltiplas dimensões, o que significa entender o ser humano. A bem da verdade, trata-se de um ser biológico, psicossocial, espiritual, que, em algum momento da sua história, vai encontrar algum tipo de droga, qualquer droga. Nós temos que olhar o ser humano assim, e assim temos que pensar na política; e, dentro da política, temos que pensar se a droga deve ou não ser legalizada, se a droga tem que ser restrita.

Os países desenvolvidos, hoje, têm avançado na restrição das drogas legais, já que uma droga legal tem o impacto que têm, como sabemos nós, aqui no Brasil, o álcool e o tabaco, e mesmo os medicamentos prescritos, como lembrou o Prof. Aníbal, que falou bem dos medicamentos que mesmos, os médicos – eu sou médica por formação –, temos aqui no Brasil e que, muitas vezes, são muito mais prescritos do que poderiam ser.

Eu gostaria de declarar, também, meus conflitos de interesses.

Eu sou funcionária pública, sou professora afiliada da Unifesp; coordeno um projeto de políticas para álcool e tabaco num Município do interior do Estado de São Paulo, Município de 12 mil habitantes, que é um Município que pode trazer, para que a gente discuta, o que é melhor para o Brasil em termos de políticas, já que as diretrizes são federais, mas cada Município, cada região brasileira tem a sua cara e merece a sua política, assim como cada droga tem que ter a sua política, porque elas são todas diferentes entre si. Então, eu trabalho naquele Município, a 500 quilômetros de São Paulo, que é o Município de Tarumã. Coordeno um projeto em escola também e nunca recebi nenhum pró-labore, nenhum financiamento de nenhuma indústria: nem farmacêutica, nem a indústria das bebidas, nem a indústria do tabaco.

Eu sou funcionária pública até hoje, trabalho para o SUS. Sou médica psiquiatra.

Bom, eu achei que valeria a pena, já que eu falo da maconha com suas múltiplas faces, se eu trouxesse as diretrizes de uma política, porque, aí, nós vamos, depois, pensar na nossa para a maconha no Brasil.

O que cabe, no Brasil, em relação à maconha? Olhando para o álcool, olhando para o tabaco e olhando para as outras drogas que temos aí, que é o nosso menu – podemos escolher entre várias drogas.

Primeiro, eu acho que é uma questão de que todo mundo já falou: não existe ser humano sem droga. Está aí a história, o professor já trouxe também, e a maconha acompanha a história da humanidade desde seis mil anos a.C. – eu fiz até um resuminho histórico, que eu também vou poder pular.

Mas quero dizer que temos que nos ver com drogas o tempo todo. Se não vêm da natureza, o ser humano produz os nossos medicamentos. E estamos aqui estudando quais são os canabinoides que podemos usar dentro da nossa farmacopeia, que sirvam, sim, como medicamentos, porque muitos têm mostrado um direcionamento que merece mais estudos, amostras maiores, metodologia mais rígida, para proteger o ser humano. Quando a gente fala em metodologia de pesquisa, é para proteger o ser humano; quando a gente fala em metodologia de pesquisa, é para proteger a humanidade dos efeitos adversos que todas as substâncias têm. Se elas têm demais, elas são proscritas, eles serão abandonadas, não poderão ser usadas. A heroína é um exemplo disso. A heroína foi sintetizada para nos ajudar, para ser um potente análgésico, muito mais do que a morfina. E foi abandonada porque causou um malefício, uma destruição, e causa até hoje nos países desenvolvidos.

Portanto, as drogas não são boas, nem más. Olhar para a droga desse ponto de vista, não vilanizar a droga é conseguir contextualizar a droga e achar a melhor estratégia para o seu manejo. Só que essas nossas drogas são, sim, substâncias diferentes, peculiares – essas de que falamos agora. Estamos falando de drogas que agem no sistema mesolímbico cortical, conforme disse o Dr. Marcos, que alteram a capacidade de decidir, que alteram a motivação, que alteram a visão da realidade, qua alteram nosso senso de sobreviver, de se proteger! Bom, parece que, já que é o lugar que faz com que a gente lute, com que a gente sobreviva, é o lugar mais importante do cérebro. E é aí que essas drogas agem. Nós não estamos falando de aspirina, não estamos falando de amoxicilina; estamos falando de susbstâncias que são bastante poderosas, que merecem ser muito estudadas, sim.

É preciso tirar essa vilanização da droga. Eu acho que isso, para tomar decisão sobre qual a melhor política, é muito importante.

Eu já falei do perfil farmacológico e, mais do que isso, disse que cada um de nós é um ser totalmente peculiar, diferente, que responde às mesmas doses de droga de forma diferente. Portanto, não dá para generalizar mesmo. A gente vai ter que olhar com lupa esse efeito das substâncias. E aí são as pesquisas que vão nos dizer. As pesquisas vão nos ajudar a saber se é o canabidiol, se é o THC, se é outra substância; o que é que pega mais na droga é só pesquisando, porque é errática a ação da droga em cada um de nós, é peculiar, é individual.

E falar dessas drogas é dizer que elas também impactam o nosso entorno. Até aí, nós estamos contando com a maior parte de adultos que estão no nosso entorno, como aqui nesta sala. Mas, quando nós vamos falar de cérebro de criança e de adolescente, a situação fica mais grave, para que a gente pense qual é a melhor política para uma droga.

"Puxa vida, mas as drogas legais estão aí!" Pois é, parece que, se a gente olhar para os países desenvolvidos, nós vamos aprender que temos que cuidar melhor das drogas legais. Se isso for observado, vamos diminuir o impacto para todas as outras drogas. Porque as drogas legais são porta de entrada, totalmente demonstrado, acessível, e ninguém regula droga legal. Não é o Governo que consegue regular uma droga legal. Infelizmente, é a indústria que regula uma droga legal no nosso País. E aí – quem sabe? –, se olharmos para isso, talvez a gente aprenda como cuidar de uma droga se nós decidirmos que vamos legalizá-la, que vamos proibi-la. Talvez a gente aprenda o que vamos fazer.

Eu já falei que política para droga tem que ser especial para cada uma, e eu acho que a gente aprendeu mais a partir do final do século passado. Então, é necessário pensar que nós estamos engatinhando na questão desse tipo de droga, drogas que são especiais, diferentes. Nós estamos engatinhando para pensar uma política. Engatinhando!

O conhecimento sobre elas, o conhecimento aprofundado, áreas do cérebro em que elas agem diferentes entre si, temos desde o início deste século e do final do século passado.

Então, temos que ser cautelosos, cuidadosos, olhar todos os capítulos da política: o capítulo que vai proteger o adolescente, que vai proteger a criança, que vai proteger a grávida. Isso, porque, se usar droga durante a gestação, qualquer uma delas, vai ter impacto sobre o feto, sim, na formação do cérebro do feto, que é onde essas drogas têm tropismo, têm um caminho fáci. Há receptores, como falou o Prof. Aníbal, desde os dinossauros, dos animais mais primitivos, que comiam essas plantas, que transferiram esses receptores para a espécie humana. Estamos falando de evolução, estamos falando de planta, de assimilição de substância, de ter que haver um encaixe como chave na fechadura para essas substâncias, porque, infelizmente, esse encaixe é no cérebro, que é o presidente do corpo, que manda na nossa história desde que a gente vem ao Planeta. Então, são drogas ultraespeciais.

O Marcos já falou da dependência. Dependência é uma doença crônica do cérebro, não preciso falar mais, nem preciso falar quanto custa tratar um dependente, porque a família sabe quanto custa. O Governo paga uma parte, mas quem paga a maior parte é a família. Então, custa bastante para a família tratar um dependente.

É uma doença gravíssima. E aí estamos também, quando falamos dessa política, política de olhar melhor qual é o caminho do Brasil em relação à maconha, temos que olhar para o impacto, para aqueles 10%, como os dependentes do álcool.

Temos 10% de dependentes do álcool, em média, no mundo e no Brasil também – de 8% a 10%. A indústria do álcool fatura muito dinheiro e paga para o Governo pouquinho dinheiro. E esse pouquinho dinheiro não vai para o tratamento dos dependentes.

Para terem uma ideia – e esse estudo não é brasileiro, carecemos desse tipo de investimento – qual é o custo de uma droga para o País? Aliás, esse estudo deveria anteceder qualquer política de legalização de proibição, não importa, qual é o custo de legalizar a droga tal. Vamos olhar nos países que têm a droga legalizada, vamos aprender com eles, vamos trazer para cá, porque o álcool custa em torno de US$200 bilhões para os americanos, e o que eles arrecadam de imposto é 10% disso, que não paga o custo que é o impacto do álcool na sociedade.

E não estou falando de dependência, não; estou falando de acidente, violência; estou falando de todas as repercussões de uma droga legal ou de qualquer droga. Não estou falando de droga legal, estou falando de droga em geral. O impacto não é só no indivíduo, estamos falando de acidente, de impacto na criança, no feto, e por aí vai. Então, a menor parte cuida dessa história e, talvez, esse estudo antecedesse a nossa decisão de qual é a melhor política, olhando para uma nova droga sobre a qual a gente quer debater e legalizar.

Acho que há uma parte da política moderna que tem que ser a geopolítica das drogas. A gente precisa conversar com os vizinhos, com os países produtores, para pensar sobre uma política de drogas para o Brasil, qualquer que seja a política. Não dá para fazer uma política fechadinho na nossa concha. É necessário que entendamos onde estamos – onde estamos! –, qual é o nosso continente, quais são os nossos vizinhos, para pensar, por exemplo, sobre uma política relacionada ao uso da cocaína, ou à cocaína em si; como é que é essa política sobre a qual queremos pensar, se temos os três maiores de produtores de cocaína como nossos vizinhos? Então, para pensar sobre uma política, é necessário saber tudo isso, tem que se relacionar, tem que conversar.

Outra questão que acho é sobre a política moderna, que não havia antigamente, porque a política precisa ser modernizada, assim como a lei...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA CECÍLIA PETTA ROSELLI MARQUES – ... e todo o conhecimento que temos – temos que modernizar! À medida que aprendo mais sobre planta, tenho que introduzir dentro dessa política, tenho que contextualizar. Então, lei tem que ser atualizada, senão ela caduca.

E acho que os países desenvolvidos têm nos dito que precisamos fazer uma reforma do sistema de Justiça também, que precisamos olhar para os indivíduos que são presos cometendo crimes sob efeito de drogas e cuidar deles, porque, senão, o sistema carcerário vira uma porta giratória: o indivíduo entra e sai, volta a cometer o mesmo crime e usa o mesmo tipo de droga, adoecido, o que também alguns podem estar.

Então, acho que política moderna tem que avançar. Não adianta querer fazer política da década de 60. Eu sou da década de 60. Na década de 60, a maconha era usada como parte de um movimento de contracultura. Eu fiz parte desse movimento de contracultura. E ela tinha uma história, ela tinha um lugar, ela tinha uma potência, ela fazia com que os indivíduos se desinibissem e pudessem dizer a sua opressão, a sua angústia. Os tempos mudaram. E, se a gente usar a mesma ideia da minha época, é lógico que a gente não vai avançar. A gente precisa atualizar a política.

Há outras questões que também fazem parte de uma política moderna e fazem parte desse balanço. Pensar qualquer política mais flexível significa ter um monte de regras – repito, um monte de regras! –, porque políticas flexíveis demandam controle, senão, vamos ter uma anarquia, vamos ter uma perda da visão, da avaliação do fenômeno. Então, não adianta. O Marcos deu o exemplo sueco. Lá é o lugar em que há mais regras, e é uma política flexível, considerada pelo mundo como uma política flexível. Enfim, acho que estamos no momento de rascunhar a nossa política, sem preconceito e olhando para todos esses aspectos que são fundamentais.

A Abead, como eu disse pra vocês, tem 40 anos. Então, ela já acompanhou isso de perto e recomenda algumas questões para o Brasil. A primeira questão é que a gente precisa fazer prevenção. Chega de falar sem... Nós já temos os melhores tratamentos disponíveis para quando o indivíduo está dependente. A dependência é uma doença tratável e, se tratada com boas práticas, recuperam-se 60% dos dependentes, como em qualquer doença crônica: diabetes, hipertensão e por aí vai. Então, nós já sabemos tratar o dependente com as melhores práticas disponíveis. Tratar de qualquer jeito não dá. É preciso atualizar o SUS, sem a menor dúvida, e temos os

caminhos. O que é preciso fazer antes de se pensar em uma política nova para uma droga nova que a gente quer revisitar? Prevenção. Está faltando prevenção neste País.

Acho que tudo o que estamos falando aqui – e cada um de nós veio trazer um pouco da sua contribuição, e é este o lugar, o debate – é preciso passar para a sociedade. E acho muito importante o Senador estar promovendo estes debates. Isso está na Internet e vai ser divulgado para que todo mundo escute tudo o que temos para dizer, todos nós, porque todos vão perguntar também. Então, a prevenção começa assim. Porque, depois, os nossos levantamentos vão dizer para a gente o que o brasileiro quer. E o brasileiro acabou de falar, em 2012, que ele não quer que se legalize outra droga. Ele disse isso. Será que é isso mesmo? Certo, ele falou isso em uma primeira pergunta, em uma primeira investigação epidemiológica brasileira; 75% falaram que não querem legalizar a maconha. Vamos perguntar de novo? Vamos ver o que ele está pensando depois de receber todas as informações que estamos dando? Vamos respeitar o que o brasileiro está querendo? E vamos lutar também, vamos lutar por ele. É lógico, vamos lutar pela maioria dos brasileiros.

Fizemso também um trabalho que foi muito bacana, que não sei se todo mundo conhece, que é esse projeto Diretrizes, sobre como o SUS deveria incorporar o melhor tratamento disponível para aqueles indivíduos que não sabiam do potencial das drogas, dessas de que estamos falando...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA CECÍLIA PETTA ROSELLI MARQUES – ... e se tornaram dependentes. Nós temos já um trabalho bem importante, que o SUS precisa aplicar. Então, essa é uma política que precisa ser negociada para valer, já que a gente já sabe, como eu disse, como tratar melhor o nosso dependente.

Isto precisa estar garantido, isto é direito humano: prevenção e o melhor tratamento. E, do meu ponto de vista, revisitar a política. Infelizmente, a política...

Eu participei do debate que começou em 2002, 2003, 2004, e a Política Nacional sobre Drogas foi promulada em 2005. Andei o Brasil inteiro coordenando grupos de discussão, eu e vários profissionais da área; isso foi patrocinado pela Secretaria Nacional Antidrogas, pelo Governo brasileiro, para saber o que cada região pensava a respeito da política brasileira. Uma política de 2005 é lógico que precisa ser revisitada. Passaram-se dez anos!

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA CECÍLIA PETTA ROSELLI MARQUES – Então, isso é olhar para o fenômeno de novo e debater, debater outra vez, pensar de novo o que vamos fazer. Temos milhões de outros remédios, a gente pode ter remédios que causam dependência também, com efeitos adversos e que vamos ter que colocar nos nossos registros. Já temos vários. E, se nós decidirmos por pesquisas nacionais ligadas às universidades, que serão as prescritoras desses medicamentos derivados da maconha, que esses medicamentos trarão benefícios para algumas doenças, teremos que controlar esse consumo, sim, sem a menor dúvida. Isso vai ter que estar dentro da política, política de benzodiazepínico, de sedativo, que é uma das drogas mais prescritas no Brasil e que causa muita dependência. A síndrome de abstinência de um calmante é mais difícil de manejar do que a síndrome de abstinência do álcool, e está aí no Brasil; nós precisamos de uma política para benzodiazepínico...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA CECÍLIA PETTA ROSELLI MARQUES – Nós precisamos de uma política para o tabaco, que precisa ser revisitada, que está desatualizada também. Bom, mas, se decidirmos que vamos incluir mais uma droga legal, vamos ter que ter uma política com diversas regras porque não estamos falando de um produto qualquer; estamos falando de uma planta que tem 80 canabinóides até agora descritos, de que sabemos pouco e de que pouco são os estudos. E, se nós decidirmos isso, teremos que ter essa responsabilidade compartilhada e cuidar desse fenômeno na sociedade.

Bom, essa linha do tempo, Senador, eu vou pular, acho que os colegas já disseram; sistema canabinóide também.

A partir desses remédios, sabemos, aprendemos... A partir da planta, aprendemos o que a planta faz, aguda e cronicamente. Já temos, Prof. Aníbal, vários estudos – olha nossa plantinha aqui, com seus 80 canabinóides, 80! –, e para todas essas coisas aqui, que estão sendo testadas, várias funções; não é o demônio. Não é o demônio, mas temos que ter calma, ponderação e responsabilidade compartilhada, porque não estamos falando de um produto qualquer.

Então, ela tem propriedades medicinais, mas por diversos componentes que ainda precisam ser estudados. Estudamos aqui no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA CECÍLIA PETTA ROSELLI MARQUES – Fizemos vários estudos lá na Unifesp. Prof. Carlini e Prof. Antônio Zuardi, que era aluno do Prof. Carlini à época e participou das pesquisas para dar uma olhada nesses produtos, nesses componentes da *Cannabis*, encontraram evidências de que essa pesquisa precisava se aprofundar.

Não adianta a gente achar que medicamento que serviu para 12 pessoas serve para a humanidade. Não é assim; o Prof. Aníbal já falou. Mas temos competência nas nossas universidades para estudos com amostras maiores, estudos multicêntricos que falem da maconha no Brasil e que mostrem para o que nós vamos utilizar ou não vamos utilizar. É uma decisão de que todos vão participar, que todos vão compartilhar. Nós estamos aqui, não é?

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA CECÍLIA PETTA ROSELLI MARQUES – Bom, eu trouxe todos os estudos, vou deixar todos disponíveis, como o professor mostrou. Só vou para os efeitos crônicos, Professor, que o senhor deixou um pedacinho. Então, já falou da epilepsia, já falou como antipsicótico, estudos de caso, e aí eu fiz uma escadinha para olharmos o nível de evidência.

Então, o nível de evidência está melhorando para epilepsia e psicose, como o professor mostrou, mas não é suficiente. E, para todas essas outras doenças ou distúrbios, o nível de evidências ainda falta. Mas temos condições de fazer. Temos várias universidades interessadas, vários pesquisadores que podem coordenar as pesquisas e se situarem como prescritores para casos graves em que as terapêuticas não funcionaram até agora e que o uso de medicamentos será necessário sem a menor dúvida. Então, acho que muita coisa há para fazer.

Estudos mais modernos (2013 e 2014) mostram o local onde todos os componentes da maconha agem. Uma série de estudos muito interessantes, ainda nem publicados, mostram o que mais temos aí pela frente em relação às ações e aos efeitos da maconha e todos os seus componentes.

Já sabemos que, quanto mais cedo, maior o impacto. Então, vamos ter que proteger crianças e adolescentes e grávidas. Regras! Regras da política. Vamos ter que proteger crianças, adolescentes e grávidas, porque os estudos mostram já alteração do cérebro. Estamos subindo a nossa amostra, professor – quase 60 usuários –, mostrando a alteração precoce do cérebro.

Os desfechos com o uso crônico – acho que posso contribuir fazendo um pouquinho essa diferença – também com segmentos muito longos, segmentos de 15, 10 anos, comparando séries de jovens que usaram com aqueles que não usaram, a partir da infância. São séries realizadas na Nova Zelândia, na Austrália.

Esse é o último estudo, é o mais moderno – acho que só vou passar esse – mostrando que nessas séries, além do impacto acadêmico, do impacto laboral, em função desses efeitos do uso crônico, temos aqui o aumento da taxa da dependência, o uso de outras drogas e, pasmem, inclusive tentativas de suicídio por usuários crônicos – lógico que vulneráveis, indivíduos que têm a sua vulnerabilidade, que já trazem consigo. A droga, infelizmente, vai atuar na vulnerabilidade do indivíduo. E não há como evitar isso. É imprevisível. Se nós usarmos aspirina e tivermos uma vulnerabildiade gástrica, a aspirina vai furar o estômago. Isto ocorre com o uso de qualquer droga no ser humano: a imprevisibilidade do impacto. No caso aí, um acompanhamento de longo prazo, 17 anos, mostrou cortes de estudos longitudinais. Então, o uso crônico provoca diversas alterações, inclusive diminuição de dez pontos no QI, infelizmente. Não gostaríamos de ter esse efeito, mas acontece, segundo esse último estudo, de 2012. É um estudo em adultos, independentes, avaliados em vários momentos, mostrando a redução do QI.

Bom, eu vou falar só mais duas coisinhas, se o Senador me permitir.

Nos países com políticas mais flexíveis, a dependência aumentou, no efeito agudo, e depois estabilizou. São ondas de drogas. Quando você legaliza a droga, o primeiro impacto é o do aumento. Vai haver aumento do consumo, aumento das consequências, e depois a droga sofre uma estabilização. Isso para todas as drogas. Lógico, vai haver os efeitos crônicos, que eu também já passei.

O estudo sueco, vou passar para a frente.

Falo da potência da droga, que não é mais a mesma de 1960. Nós estamos falando de drogas mais potentes e efeitos mais importantes também. É um estudo novo também mostrando esse impacto.

O Brasil saiu, em 2011, de 7% de consumo no ano, na população adulta, e hoje ele está, entre adolescentes, em 8,3% Então, nós já temos, por conta da diminuição da percepção de risco, um aumento do consumo. E é esperado. Não tem problema, é esperado.

Se você debate mais, os jovens têm mais curiosidade, eles vão achar que faz menos mal. Se estamos falando em uso, propriedades medicinais da planta nos seus diversos componentes, é verdade que eles vão achar que pode usar, que não faz mal. O jovem pensa assim. Bom, mas aí está o impacto, eles estão usando mais cedo numa taxa bem mais alta, e nós vamos ter que cuidar deles. E isso nos preocupa.

Maconha na emergência, um outro fenômeno.

E maconha no trânsito? Nos Estados que legalizaram a droga, concorre com o álcool na promoção de acidentes de trânsito. Por quê? Por conta dos locais em que a maconha age no cérebro, que é um local que altera coordenação motora, reflexo, percepção do veículo que está à sua frente, tanto quanto o álcool. O álcool

muito mais. O álcool é uma droga legal no Brasil, e é lógico que ele vai encabeçar os nossos relatórios de violência, principalmente violência no trânsito.

Eu acho que tínhamos que aprender com as drogas legais, não é? Acho que não temos que repetir essa história.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA CECÍLIA PETTA ROSELLI MARQUES – Já falei do custo. Aqui, a indústria da droga legal, tendo como alvo criança e adolescente, e não adulto, pode escolher o que quer usar. Adulto escolhe o que quer usar e assume as consequências. Criança e adolescente são os personagens mais influenciáveis do Planeta, e aqui estão os próximos produtos, caso a gente venha a legalizar a droga.

Bom, a Abead, além de recomendar tudo que já recomendou, que se revisite a política, ela apoia que se debata bastante e quer participar, sim, das discussões sobre regulamentação, porque acho que a Abead tem o que contribuir.

Muito obrigada pelo respeito e pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, professora.

Creio que estamos tendo falas do mais alto nível, e isso exige que estejamos atentos, tanto eu, que vou ter que fazer o relatório, quanto os que pensam diferente, para, de repente, pensarem nos argumentos diferentes que vão usar ou até para sermos convenccidos por alguns desses argumentos. Por isso, toda atenção creio que é necessária e, por isso, eu tenho sido até tolerante com o tempo.

Passo, agora, a palavra ao Delegado Alexandre Sampaio Zakir.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO ZAKIR – Senador, quero cumprimentá-lo, primeiramente. Cumprimento o Dr. Aníbal Lopes, o Dr. Marcos Zaleski, a Drª Ana Cecília Marques, o Deputado Federal Osmar Terra. Cumprimento também o Senador Magno Malta e o Senador Fleury e a todos os presentes que aqui se fazem, demonstrando o valor que dão ao debate a à democracia. Parabéns a todos.

Senador, muito obrigado pela oportunidade, pelo convite. Acho que é importante começarmos a discutir sob a ótica dos impactos que a legalização, a regulamentação, a descriminalização da maconha vai trazer à segurança pública.

A minha fala vai se ater exclusivamente à segurança pública, porque é minha área de conhecimento. Fui antecedido, de forma brilhante, pelos profissionais da área de saúde e, por isso, vou me ater apenas ao aspecto da segurança pública.

Eu gostaria de começar fazendo uma indagação, fazendo uma pergunta: será que os problemas de segurança pública serão minimizados com a regulação da maconha?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO ZAKIR – Não. Não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO ZAKIR – Foi-me perguntado se vou utilizar o projetor. Não, não vou utilizar o projetor.

Retornando à minha fala e à pergunta que fiz, eu gostaria que ponderássemos sobre ela após os detalhes que pretendo expor.

Problemas da segurança pública que vivemos.

Como eu disse, meu cargo de origem, sou delegado de polícia, acabei passando em um concurso há alguns anos, onde trabalhei por cinco anos em plantões na Capital de São Paulo e, depois, seis anos no Departamento de Homicídios. Aí, recebi o convite para trabalhar como corregedor na Secretaria da Saúde, onde atuo até o presente momento.

Quando a gente fala sobre o modelo de segurança pública que temos no nosso País, para poder criticá-lo, nós precisamos desnudar algumas coisas antes. E a primeira questão a ser colocada é que realmente o modelo de segurança pública se apresenta falido. O nosso modelo de segurança pública não é uma referência. O nosso modelo de segurança pública precisa ser repensado, mas eu digo que o que a gente precisa é repensar a participação do Estado nesse modelo de segurança pública, a forma de se fazer a prevenção.

Nós tivemos muitas oportunidades para discutir o modelo de segurança pública. E eu acho que isso pode gerar até mesmo um fórum, um debate para este questionamento sobre um modelo de segurança pública, que não é o caso. A questão agora, no momento, é sobre o aspecto da legalização da maconha sob a perspectiva dos benefícios que ela, em tese, poderia trazer para esse modelo de segurança pública. O exemplo que me vem à mente é um exemplo prático, que eu vivi, como delegado de polícia, isto é, de que modelo precisa ser repensado.

Em 1997, trabalhava num plantão quando me foi apresentada uma ocorrência em que um sujeito, sob o efeito do álcool, havia atropelado um garoto. E, naquele momento, diante dos sinais exteriores que aquele ci-

dadão apresentava, diante do risco e da exposição a que ele havia submetido aquele garoto, eu autuei aquele sujeito em flagrante delito por ter conduzido o veículo sob o efeito do álcool.

A legislação, naquele momento, permitia que essa autuação fosse executada. Tanto assim o foi que o auto de prisão em flagrante não foi relaxado, não teve nenhuma impropriedade técnica. No entanto, era uma atitude muito pouco tomada pelos meus colegas, o que, passados alguns anos, após um outro acidente de trânsito envolvendo o filho de uma pessoa que tinha muita exposição na mídia, gerou uma discussão muito intensa que repercutiu numa alteração do Código de Trânsito, que, a pretexto de transformar essa legislação em algo muito mais rígido, colocou limites à detecção de álcool no sangue dos sujeitos que estivessem conduzindo, esquecendo-se de permitir, como na legislação anterior, que a detecção pudesse ser feita também pelos sinais exteriores.

Essa nova legislação, que veio com o pretexto de melhorar a segurança pública, rapidamente se demonstrou extremamente frágil por falta de uma discussão mais profunda. E ressalto novamente a importância desta audiência para que aprofundemos as discussões.

Essa legislação, a pretexto de tornar mais rígida a legislação de trânsito, acabou colocando, em função do nosso modelo legal, motoristas que conduziam os seus veículos sob o efeito do álcool e que tinham conhecimento jurídico em situação completamente diferente do modelo anterior, permitindo que esses motoristas com conhecimento jurídico se negassem a fazer o exame, o que tornava impossível a detecção da quantidade de álcool exigida pela lei.

Graças a Deus e ao bom senso do legislador, isso foi novamente reformulado e voltamos quase que ao *status quo ante*, quase que ao momento anterior, em que a legislação também impedia a condução do veículo sob o efeito do álcool. O que acabou gerando essa alteração foi a possibilidade de uma discussão mais ampla sobre o tema e a requalificação de muitos profissionais da área de segurança, que passaram a entender a importância da sua atuação nessas situações em que o uso do álcool expõe terceiros a risco, expõe pessoas que não querem se sujeitar a esse risco a assumirem esse risco caminhando pelas ruas, caminhando pelas suas praças.

Então esse é um exemplo que precisa ser repensado. A discussão desse tema é muito importante porque pode impedir que atitudes precipitadas venham a causar mais problemas sociais. Essa discussão é importante porque a falha da repressão, a corrupção da polícia, o enfraquecimento do tráfico, ou seja, o que falha do ponto de vista legal não deve ser solucionado de forma rápida e impensada. Isso tem que se discutir de forma muito ponderada por todos os atores e por todos nós que sofreremos as consequências dessas alterações legais.

Se eu pensar que a falha na política de segurança pública justifica uma legalização, eu posso correr o risco de, no dia de amanhã, começar a evoluir esse raciocínio para outros tipos de crimes. Será que a falha no combate aos desmanches justificaria legalizar o desmanche ilegal? Será que a falha no combate ao álcool e à associação de atividades que expõem terceiros a riscos justificaria eu legalizar o consumo do álcool e as atividades que expõem terceiros a risco? A falha no combate ao trabalho infantil justificaria legalizar o trabalho infantil?

A legalização e o exercício de atividades que exponham terceiros a risco precisam ser pensados, ponderados diante desse contexto em que pensamos sobre a legalização da maconha, pois a maconha, como bem disse aqui o nosso médico, é uma droga psicoativa como o álcool. Eu acho que, quanto a isso, não há quesitonamento. Se ela é tida, de forma unânime no meio médico, como uma droga que altera algumas percepções, como fazer o controle do usuário diante do exercício de algumas atividades que vão expor pessoas a risco? A minha pergunta é: poderei controlar o uso da maconha da mesma forma que hoje controlo o uso do álcool e o exercício dessas atividades?

Se com o álcool eu tenho a possibilidade de realizar exames, que podem ser negados por conta do nosso modelo legislativo, pois aqui no Brasil ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo... Hoje, para um sujeito que consome álcool e se nega a fazer um exame, só há uma única forma de ser autuado: diante do exercício de atividade que exponha terceiro a risco, e essa única forma é decorrente dos sinais exteriores que o álcool produz.

O álcool produz sinais exteriores tais como odor etílico e alguns outros comportamentos que permitem a detecção pelos agentes de segurança pública e que permitem, hoje, diante do nosso modelo legal, a autuação desse sujeito por expor terceiros a riscos.

Quanto ao uso da maconha haveria a mesma possibilidade? Eu sei que eu consigo detectar a maconha através de exames. E se o sujeito consome, sai imediatamente, pega seu veículo e expõe terceiros a riscos? Outro dia eu estava pensando: você está caminhando pela rua, um sujeito que acabou de consumir a sua maconha, plantada em casa, e ele desce, pega o seu carro, sai dirigindo e atropela esse terceiro inocente, como eu vou fazer essa detecção? Através de sinais exteriores? A maconha não deixa sinais exteriores de fácil detecção.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO ZAKIR – Se o olho vermelho é um sinal exterior de fácil detecção...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um momento, Delegado, por favor.

Uma característica desta Comissão tem sido, em vez de fazer reuniões fechadas, fazê-las abertas. A gente tem que se comportar como tal. Eu quero dizer que eu não precisava nem fazer audiência. Poderia sentar, reunir um grupo de assessores, consultar cada um deles por telefone e fazer o meu relatório. Preferi fazer audiência, ouvindo-os e dando espaço para todos. É preciso que a gente se comporte de maneira que permita a audiência ser feita de forma correta.

Eu quero dizer que o delegado, a meu ver, quando faz as perguntas, está fazendo de uma maneira metafórica, não para ouvir a resposta de vocês. É isso que eu imagino. Talvez seja melhor até não usar perguntas, a não ser deixando claro que a pergunta o senhor está fazendo como elemento para facilitar a exposição, e não para ouvir a opinião dos que estão aí e que terão a chance de falar na hora da sua inscrição.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO ZAKIR – Obrigado, Senador.

Usando metaforicamente uma pergunta, gostaria de ponderar sobre a possibilidade de controlar o uso da maconha da mesma forma que eu controlo o uso do álcool.

Hoje, eu não tenho dúvidas de que o exercício de algumas atividades encontra exposição de terceiros a risco que, diante de uma regulamentação, potencializaria e exporia terceiros a muito maiores riscos. A terapêutica para o tratamento do álcool também já é algo previamente definido. E, no caso da maconha, não se encontra como sendo algo definido pela OMS. O argumento de que a utilização de impostos para poder recuperar aqueles que desejaria sair do consumo poderia ser muito mais viável e utilização dos próprios impostos também não encontra argumento sólido diante do que é apresentado, hoje, no próprio Uruguai, onde a legalização tinha, em princípio, a utilização de uma taxação em cima da droga, que hoje acabou de deixar de existir. Não se taxa mais porque não dá para fazer concorrência entre a droga produzida pelo traficante, em termos de preço, e a droga produzida de forma legal.

O que eu preciso ponderar com os senhores é que nós não queremos satanizar nenhuma conduta, nenhuma reação, o que eu não gostaria de aqui tornar algo como possível é uma discussão que tem a ver com um problema de segurança pública, que tem se demonstrado frágil, que tem se demonstrado falido, como tendo um argumento que não se justifica do ponto de vista de segurança pública. Para o modelo de segurança pública ser repensado, a meu ver, é o momento adequado, sim, mas a legalização como um caminho para melhorar a segurança pública eu não o entendo como tal.

O tráfico não acabou nos países em que a droga foi legalizada. O tráfico não acabou em nenhum dos lugares onde foi proibida, nem onde foi liberada. Então, o argumento de que melhora a segurança pública é tendencioso. O tráfico não vai acabar porque ele também não acabou aqui no Brasil com o jogo ilegal; também não acabou com o descaminho do cigarro; também não acabou com a falsificação da bebida. Então, o problema de segurança tem que ser tratado no aspecto de segurança pública.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO ZAKIR – Gostaria de encerrar ponderando a todos que os nossos caminhos são frutos das nossas escolhas. Agora, as escolhas que hoje debatemos serão obrigatoriamente o nosso futuro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Delegado.

Para concluir, passo a palavra ao Deputado Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Senador Cristovam Buarque, queria agradecer o convite. Muito me honra estar aqui neste debate sobre um assunto tão relevante para a sociedade brasileira. Nós não estamos discutindo aqui um assunto pequeno; estamos discutindo algo que tem e terá impacto muito grande no futuro da sociedade brasileira, no futuro da saúde pública, no futuro da segurança da nossa gente.

Eu queria cumprimentar os que me antecederam. Ouvi aqui exposições de altíssimo valor, inclusive de altíssimo valor científico e que, assim, a meu juízo, qualificam muito o debate que aqui está sendo feito.

Eu cheguei a essa questão das drogas, a essa discussão de uma maneira geral, que não era uma coisa que para mim tinha tanta relevância, quando eu era gestor público, quando eu era Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, que fui durante oito anos. Coincidiu com o meu período como Secretário a explosão da epidemia do *crack* no Brasil, a partir de 2006.

Quando nós criamos, no Governo do Rio Grande do Sul, um Comitê de Prevenção da Violência, que era uma câmara setorial que envolvia saúde, educação, cultura, desenvolvimento social e segurança, começamos a estudar, Senador Cristovam, o que acontecia em cada Município do Rio Grande do Sul e mapeamos o Estado, as zonas mais violentas, lugares de maior número de homicídios, acidentes com vítimas fatais e suicídios.

O Rio Grande do Sul, infelizmente, é o Estado brasileiro que tem a maior proporção de suicídios no Brasil, o dobro da média nacional.

Começamos a tentar entender, em nível local, o que estava acontecendo. E, para a nossa surpresa, praticamente em todos os lugares, nos bairros mais violentos... Vou dar um exemplo que sempre dou em minhas exposições: o Bairro do Jabuticabal, em Passo Fundo. É um bairro de cinco mil habitantes. Chegamos ao Jabuticabal, porque ele tinha um homicídio por semana. Esse é um índice muito maior do que o da Guerra do Afeganistão, são mais de mil por cem mil habitantes.

Então, fomos estudando. Chegando lá, reunimos professores, agentes de saúde e perguntamos: o que está acontecendo aqui? Qual a causa? A resposta foi unânime: aqui o problema é a droga, principalmente o *crack,* que chegou aqui, e há crianças de oito, nove, dez anos dependentes do *crack,* e os homicídios estão vinculados ao *crack,* mais de cinquenta homicídios em uma localidade de cinco mil habitantes. E aí fomos para o maior bairro que há no Rio Grande do Sul, na maior cidade, que é Porto Alegre, o Rubem Berta, e vimos a mesma coisa.

Começamos a ver que havia uma epidemia de violência vinculada à droga, vinculada particularmente ao *crack*, que não sabíamos. Não havia um estudo do Governo Federal, que já tinha a Senad, não havia um estudo do governo estadual. Começamos a consultar os Municípios, e vimos que alguns Municípios tinham algum tipo de cadastro de tratamento para dependência química e vimos que era em número elevadíssimo. Santo Antônio da Patrulha, em 2007, tinha mais de 500 pessoas cadastradas no CAPS Álcool e Drogas, em tratamento para dependência do *crack* e cocaína. Mais de 500 pessoas em um Município de 45 mil habitantes! E começamos a ver que, pelo menos, de 1% a 2% da população do Rio Grande do Sul já tinha algum tipo de dependência de *crack* e cocaína, em todos os lugares. Os juízes da infância e da adolescência diziam a mesma coisa. Em alguns lugares, como Montenegro, foi feita uma pesquisa de casa em casa para ver indícios de dependência química, de uso de drogas. Chegaram à conclusão de que 2% da população de Montenegro tinha algum tipo de dependência em relação ao *crack,* fora as outras drogas.Começamos a nos aprofundar nessa questão. Criamos um programa, junto com o programa de prevenção da violência, para enfrentamento às drogas. Começamos a estudar, no mundo, esse problema, mapeando onde havia boas experiências.

A questão das drogas é muito simples: se elas causam um dano tão grande, temos que reduzir oferta e reduzir o consumo. Não há outra lógica. Não há uma lógica segundo a qual temos que aumentar o consumo para diminuir a violência. Não existe essa regra. E ela é muito associada á violência.

Só um dado importante: o Hospital de Clínicas, a equipe do Dr. Flávio Pechansky, no Rio Grande do Sul, que os nossos psiquiatras aqui conhecem, é a referência da Senad em pesquisa sobre drogas. E, no ano de 2009, eles se debruçaram sobre a questão dos acidentes com vítimas fatais no Rio Grande do Sul. E, durante todo o ano, nos dois principais prontos-socorros de Porto Alegre, que atendem à região metropolitana, todas as pessoas vítimas fatais de acidentes de automóveis ou com lesões graves por acidentes de automóveis foram investigadas, e foi feito exame toxicológico. A surpresa para todos, inclusive para nós, que depois lemos o relatório, é que a maior causa de morte por uso de drogas nos acidentes de automóvel na Grande Porto Alegre foi a maconha. Não foi o álcool. O álcool foi a segunda droga. A terceira foi a cocaína. Esse estudo, inclusive, foi divulgado pela Senad. Está publicado e divulgado pela Senad.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Isso mostra que existem componentes, existem situações que levam ao óbito, levam à violência, direta ou indiretamente, relacionada com todas as drogas que nós estamos discutindo.

Quando nós discutimos a questão das drogas também, nós não podemos ignorar o movimento pela liberação das drogas, que é um movimento articulado, que tem inclusive a grande imprensa. Os maiores jornais do Brasil defendem a liberação das drogas. O jornal *Folha de S.Paulo,* do dia 29 de junho de 2011, vocês podem conferir, tem um editorial de uma página inteira, um editorial de domingo, a *Folha* de domingo, que diz o seguinte: "Nós temos que liberar as drogas no Brasil". E a estrategia é, primeiro, descriminalizar o uso, depois é liberar a maconha, e depois é liberar todas as drogas e deixar que o mercado regule, porque isso é a solução para a violência, para os problemas que nós temos hoje no Brasil. Existe uma intenção organizada nesse direção.

Eu, para discutir isso, queria só pegar alguns pontos, porque eu acho que a maior parte das coisas que eu queria falar já foram faladas aqui, mas eu queria chamar a atenção para alguns pontos baseados na ciência, porque não há como discutir a fronteira da mente humana, que é uma fronteira que de uma seita religiosa a uma seita ideológica podemos ter definições de como é a mente humana, ou seja, não há como a gente discutir isso sem se basear, primariamente, na ciência. Então, eu queria só passar alguns pontos, e vou passar muito rapidamente.

Pode passar o seguinte.

Aqui, a minha preocupação é de gestor público. Nem sempre as políticas públicas e as leis correspondem ao conhecimento baseado em evidências. Ideologias e preconceitos influenciam e causam tragédias em grande escala.

Esse sujeito aí e o Lysenko – só um exemplo. O Lisenco era o homem que cuidava da ciência na União Soviética no tempo do Stalin, da aplicação da ciência. Só que ele tinha um viés: ele era lamarckista. Ele acreditava nas teorias de Lamarck, que não têm evidência científica nenhuma. Mas eles achavam que, por exemplo, esfriando uma semente de trigo durante um ano, aquela semente se adaptaria ao frio e daria trigo no inverno da Rússia. Ele apresentou isso como uma grande proposta para aumentar a produção de alimentos na União Soviética. E esse sujeito aí, um geneticistas, um dos grandes geneticistas da época, Nikolai Vavilov, foi contra. Ele disse: "Isso aí é um absurdo! Se não tem uma mudança no gene do trigo, não vai dar nada, vai ser um fracasso essa política". Resultado: o Lysenko, que era muito influente junto a Stalin, mandou prender o Vavilov. E o Vavilov morreu na prisão, na União Soviética, por ter dito isso. E o resultado da política do Lysenko foi a grande fome da União Soviética de 1930 e 1032, quando não se produziu nenhum trigo com aquela semente resfriada, causando uma destruição em grande escala.

Quando nós falamos da dependência química e das drogas, nós estamos falando do efeito que elas causam no cérebro – não tem como escapar disso também – e da forma como esse efeito é intermediado pelos neurônios. Os neurônios trabalham em rede, produzem sinais elétricos. São transformados... Quando chegam no finalzinho do neurônio, lá, na pontinha, eles liberam uma substância química que se liga ao neurônio seguinte – essas, as chaves que foram faladas aqui –, liberando uma nova atividade elétrica no neurônio seguinte. E nós temos 100 bilhões de neurônios. Cada neurônio, no início da vida, se relacionam com 15 mil outros neurônios por conexões. Já no primeiro e no segundo ano de vida, essa relação chega a 18 mil conexões por neurônio.

Aí, é uma representação de como essas substâncias se liberam, mostrando uma coisa muito importante: quanto mais estímulos um neurônio exerce sobre o outro, quanto mais substâncias químicas ele libera naquela pontinha ali, ele tem uma produção de novos receptores, de novas fechaduras para aquela chave que é liberada. Para tantos quantos forem os estímulos, se o número de fechaduras é insuficiente, ele produz um novo ramo. Isso que vocês estão vendo ali, embaixo do seis, são ramos, que são criados em minutos; são novos ramos de um neurônio, são axônios que ele vai conectar, em minutos, para aumentar a passagem do sinal que é muito estimulado.

Esses ramos, conforme o estímulo e a intensidade deles, ficam permanentes, criando uma nova rede permanente que nunca mais vai desaparecer. E essa rede é o que a gente chama de memória de longo prazo. Isso foi descoberto por esse sujeito – esse é um esquema do livro dele –, o Eric Kandel, prêmio Nobel de Medicina do ano 2000. Ele mostra como os estímulos – aquelas bolinhas, aqueles sinaizinhos que estão entrando nos neurônios –, se aumentados, formam-se novas conexões e essas novas conexões não desaparecem nunca mais.

Essas conexões, quando são criadas... Nossa vida é memória, minha gente! Nós somos as nossas memórias. Desde o útero, nós formamos uma quantidade incrível de novas memórias, que vão nos permitir nos orientar no mundo, saber o que tem risco, saber o que não tem, enfim, que vão nos orientar para a vida, sentir o que é frio, o que é calor. Tudo isso se organiza muito rapidamente no cérebro humano nos primeiros três anos de vida. Depois, se estabiliza até os 9 anos e, na puberdade, diminui, porque o cérebro se especializa para ser mais eficiente. Assim, tudo que não for muito estimulado, ele deleta, ficando só com o que for mais estimulado.

Se nesse período crítico, dos 9 anos até os 18 anos, existe uma estimulação atípica, uma estimulação muito grande, forma-se uma nova memória poderosíssima, que nunca mais vai desaparecer. Por isso que os adolescentes, em número maior do que os adultos, ficam dependentes das drogas, quando começam a usar na adolescência. Segundo o Nida, 50% dos adolescentes que usam regularmente maconha ficam dependentes da maconha; quando adultos, esse índice é de 11%,

Estamos falando aqui de coisas, Senador Cristovam, que podem impactar conforme o discurso inclusive das lideranças políticas. Por isso que eu acho um risco muito grande o que acontece no Uruguai, o que acontece em outros lugares, quando se passa a ideia de que isso não tem problema, de que o uso das drogas pode ser sem risco maior para as pessoas. Nós estamos fazendo milhões de jovens acharem que isso não é problema e milhões de jovens aumentarem o consumo e se dirigirem para esse tipo de consumo.

Esse centro onde se estabiliza, onde se dá essa nova memória é na dopamina. Todas as drogas que produzem dependência química utilizam a dopamina; são os neurônios dopaminérgicos que criam isso. Eles trabalham numa região do cérebro descoberta pelo James Olds, nessa experiência histórica com ratinhos, no final da década de 60, quando ele tentava localizar o que funcionava no cérebro ou sobre o que cada região do cérebro tinha efeito. Sem querer ele introduziu o eletrodo num lugar que, quando o ratinho apertava, tinha uma sensação de prazer imensa. E o ratinho não parava de apertar; ele morria apertando a alavanquinha para receber o estímulo elétrico. Este é o efeito das drogas: estimular o chamado centro de recompensa cerebral,

que dá uma sensação extremamente forte de prazer e que altera a motivação, muda o estímulo da motivação; a motivação passa a ser o que nos dá mais prazer.

Esse é o centro de recompensa cerebral. Tem dois núcleos mais importantes, tegumentar ventral e o núcleo *accumbens*. Conforme a droga, a memória é formada num núcleo desse ou em outro núcleo. Ali está a lista das drogas, em cima e embaixo.

A violência não é a violência só do tráfico, quando a gente fala de drogas. Esse menino aí é um morador de Guaíba, no Rio Grande do Sul, que, na véspera do Natal, matou o pai e a mãe porque não queriam lhe dar dinheiro para comprar droga. Isso aconteceria com as drogas legais ou ilegais.

"Ela gritava pelos filhos, dizia para salvar os filhos", afirma estudante que presenciou o incêndio em Porto Alegre. Foi um sujeito que jogou a mulher pela janela e botou fogo no apartamento, matando os dois filhos. Isso é uma violência que não tem nada a ver com o tráfico; é a violência pelo transtorno mental que a droga causa. Esse é o ponto. A violência das drogas está muito mais vinculada ao transtorno mental que elas causam do que pelo tráfico das drogas propriamente dito.

São as cracolândias. Aqui é a história natural dos usuários de *crack*: 25% estão mortos no quinto ano de uso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Está ali a fonte: são estudos da Unifesp etc. Eu posso passar os eslaides para vocês.

Esse aqui é um dado muito importante. É um estudo do INSS sobre auxílio-doença. Do auxílio-doença do INSS, até 2006, a maior causa por dependência química era álcool. De 2007 para cá, explodiu a epidemia do *crack*, que é inclusive negada por setores da saúde mental do Ministério da Saúde...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Explode...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Um momento! Um momento! A palavra está com o Deputado. Temos 63 inscritos...

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Eu vou falar da maconha, não se preocupem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... com direito de, depois, lembrar que é *crack*, que não é maconha; de pedir a fonte etc. Mas esperem a hora, por favor!

Deputado, com a palavra V. Exª.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Em 2012, o *crack* e a cocaína, que eram menos que o álcool em 2006, mesmo sem alterar a curva do álcool, já eram responsáveis por quatro vezes mais de dependência.

A guerra às drogas. É bom lembrar que a primeira guerra às drogas foi para legalizar, não foi para proibir. Então, estamos falando da guerra do ópio.

Muita gente fala: "Ah, a maconha é uma plantinha. Como nós vamos proibir uma planta, coisa natural e tal? Uma planta!" Está aí. Essa plantinha é mais bonita que a da maconha, ainda. É a que produz a heroína, produz o ópio. É a papoula.

Essa guerra causou milhões de mortos na China. Isso é a causa do ópio na China. Aí estão cenas da guerra, quando a Inglaterra, prejudicada nos seus interesses comerciais, quis impor, manter a legalização do ópio. O Imperador da China fez um texto que diz: "Um terço da população não consegue mais sair de casa". A droga era legal na China. "O nosso exército não consegue sair dos alojamentos. Foi derrotado por quatro mil soldados na Inglaterra". Toda a China foi derrotada. "E nós não conseguimos mais... Os serviços públicos entraram em colapso, por isso nós temos de proibir". Ele partiu para proibir e os grandes comerciantes ingleses, como esses dois aí e mais esse aqui, que eram os homens mais ricos do séc. XIX, impuseram, com a Rainha Vitória, a guerra contra a China para legalizar o consumo do ópio. Inclusive, nesse episódio foi que Hong Kong passou a ser possessão da Inglaterra.

Na Suécia, até 1969 as drogas eram legais. Nós estamos falando aqui da epidemia da metanfetamina. Ficou tão grave o problema da metanfetamina que a Suécia proibiu. E baixou a lei dos dez pontos que é uma lei muito dura, como já foi falado aqui, e que reduziu muito o consumo de drogas, reduziu muito os problemas de saúde pública e melhorou muito os problemas de segurança.

Para vocês terem uma ideia, a Suécia tem a população do Rio Grande do Sul e no ano de 2012 teve 60 homicídios. O Rio Grande do Sul teve dois mil homicídios. A Suécia teve 124 acidentes de automóvel. No Rio Grande do Sul foram 2.500 acidentes de automóvel com vítimas fatais.

O Japão, na guerra, dava metanfetamina gratuitamente; distribuía metanfetamina para os trabalhadores da indústria bélica. Quando terminou a guerra, ele saiu com dois milhões de dependentes químicos da metanfetamina. Baixou uma lei muito rigorosa, em 1948, porque o tráfico estava dominando. Havia um problema

gravíssimo no Japão e ele não liberou, mas baixou uma lei dura. Em 1954, chegou a prender, a tirar da rua 56 mil pessoas que distribuíam droga. E em 1958, só 271 pressoas foram presas. Por quê? Porque acabou a epidemia.

Nós estamos falando não só de drogas. Nós estamos falando de períodos de epidemia como estamos vivendo hoje no Brasil.

O *crack*. Só a política americana... No tempo da guerra do Vietnã, era quase livre o consumo da maconha nos Estados Unidos do Woodstock. Era quase livre. Quando se associou ao consumo de outras drogas – porque é associado –, começou um aumento incrível de consumo de drogas nos Estados Unidos, uma epidemia na década de 80, e eles traçaram uma política de tolerância zero e reduziram. Hoje, os Estados Unidos têm a metade dos homicídios que havia na década de 80. E muito, infinitamente menor que o do Brasil, que tem o dobro porque não tem uma política nessa área.

Então, vários transtornos mentais prévios facilitam a dependência da droga, como também o consumo da maconha aumenta transtornos mentais graves, psicoses.

Um Juiz de Direito de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, chamado Afif Simões Neto, escreveu um artigo no *Zero Hora*. Ele não entende nada de Medicina, ele apenas constatou o que via na sua vara de família. Ele disse o seguinte: "Eu nunca assinei tanta interdição de jovens como estou assinando agora. E a única coisa que é comum a todos é o uso frequente da maconha".

Aqui estão todas as drogas que causam acidentes graves em vários países do mundo. Não é só o álcool.

Aqui, o estudo do Hospital das Clínias para quem quiser acompanhar.

Essas são imagens do efeito das drogas no cérebro. Na esquerda, é um cérebro normal; na direita, um cérebro afetado pelo uso frequente da cocaína. Embaixo, um coração normal; ao lado, um coração com enfarto. Há lesões definitivas no cérebro. Não é uma questão... Nós não estamos falando aqui de uma coisa que se use ou se deixe de usar tranquilamente; nós estamos falando de lesões definitivas no cérebro.

Aí são vários tipos de drogas.

Mitos e Interesses Vinculados às Drogas. Muita gente diz: "Não; vocês estão defendendo os interesses das clínicas, estão querendo ganhar dinheiro com isso". Não! Eu quero dizer a vocês que o maior interessado na liberação de drogas no mundo chama-se George Soros, um grande especulador financeiro internacional, que financia a Viva-Rio, a ONG Igarapé... Financia todas as ONGs que trabalham pela liberação das drogas no Brasil, e com grande volume de recursos.

Aí, está ele abraçadinho... A primeira pessoa que o Mujica visita, quando vai à Nova Iorque, não é Obama nem o Secretário de Estado Americano, é o Soros. Aqui, o Mujica abraçado com David Rockfeller, outro grande capitalista internacional. E, agora, saiu a notícia, nesta semana, de que o Warren Buffett, o homem mais rico do mundo ou que disputa com o dono da Microsoft o posto de homem mais rico, também está com todas as suas empresas apoiando a disseminação e o uso da maconha. Nós estamos falando de comércio, minha gente, de interesse econômico pesado atrás da campanha de liberação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSMAR TERRA – A Suécia, como já foi dito aqui, tem uma diminuição; Portugal tem um aumento de consumo e de dependência... Isso aqui é uma cracolândia de Portugal, onde eles usam heroína em vez de *crack*. Continua...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSMAR TERRA – Portugal e Suécia tem a mesma população. A Suécia tem mil pessoas em redução de danos; Portugal, 45 mil. Duzentos mil dependentes em Portugal; 26 mil na Suécia. São dados da ONU.

E os mitos da maconha é que ela não faz mal, que maconha não cria dependência, que maconha é remédio; que se legalizar o uso, diminuirá o número de usuários; que se legalizar, acabará a violência etc. Isso nós sabemos que são mitos.

Eu queria falar sobre o uso do canabidiol e dar um exemplo. Eu, como médico, cansei de receitar, em situações extremas, morfina. A morfina, um derivado da papoula, vem do ópio. É uma substância química que, isolada a molécula, é usada especificamente para aquela finalidade. Tem os seus efeitos... Como disse a Drª Ana Cecília, a heroína foi abandonada porque causava um dano muito maior ainda que os benefícios esperados.

Todas as plantas, todos os venenos dos animais têm substâncias que causam benefícios e que causam estragos, que causam danos. O veneno da jararaca tem um poderoso vasodilatador, a bradicinina, que é hoje o remédio mais usado para a pressão alta. Separa-se a molécula e se usa. Isso não pode ser pretexto para receitar picada de jararaca para quem esteja com pressão alta.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. OSMAR TERRA – A mesma coisa, Senador, se eu puder ir para o final de minha exposição...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu quero dizer... Deputado, um momento.

Se continuar com esse comportamento, terminada a apresentação deles, eu passarei a palavra aos parlamentares e encerrarei a sessão. Não faz sentido vocês terem 63 nomes inscritos e quererem falar no meio dos que aqui estão, até porque, quando as perguntas forem feitas, se cada um, nas 63 perguntas, se comportarem como torcidas, isso não é mais um debate, mas um caos completo.

Então, eu peço silêncio. Se não houver, eu vou suspender o debate posteriormente à oitiva dos parlamentares, e, com isso, se vai prejudicar, inclusive, aqueles que se inscreveram e estão se comportando na audição do que se está dizendo.

Se querem contestar o Deputado, vocês terão tempo para fazê-lo depois.

Então, fica aqui afirmada a decisão. Eu espero que vocês ajudem a que haja o debate.

O SR. OSMAR TERRA – O risco que nós temos com a questão do canabidiol... Eu acho até que a molécula específica do canabidiol pode ter efeitos importantes. Pode ter sim, O Padre Aníbal mostrou, com precisão científica, que ainda não tem – e a Ana Cecília também – nenhum efeito colateral. Mas vamos supor que tenha. Pega-se a molécula do canabidiol e usa-se. Isso não pode ser desculpa para fumar maconha. Essa é que é a questão. Isso é o que está acontecendo nos Estados Unidos: nos estados que liberaram para uso medicinal, 99% das pessoas que usam não têm doença nenhuma. Estão lá comprando uma receita por US$80,00 e liberando para fumar maconha. Ninguém está preocupado com o uso científico, com o uso médico. Estão preocupados em fumar a droga. É outra questão; não é a preocupação com a saúde dos outros. Esse é o problema, Senador Cristóvam.

O pico do uso da maconha se dá na adolescência. Esse é o grande drama que nós temos. E a dependência fica para o resto da vida: é um problema crônico; é uma doença crônica.

Prejuízo no desempenho escolar associado ao uso da maconha. Dependência de 12% a 53% dos usuários; no Brasil, 37%, pegando os jovens.

Aumento da chance de se envolver com outras drogas. Há um trabalho maravilhoso do Fergusson mostrando que centros cerebrais do prazer que são sensibilizados pela maconha, pelas substâncias da maconha, sofrem um efeito maior quando se usa as outras drogas, por isso que ela acaba induzindo ao uso de outras drogas, também.

Sintomas psicóticos: esquizofrenia, depressão em grande escala, aumento da chance de fracassar na vida. E dobra a chance de se envolver em acidentes de trânsito.

Essa aqui é uma pesquisa com *odds ratio*, comparando grupos que usam e que não usam precocemente a maconha. A evasão escolar é muito maior, é mais de duas vezes, dos que usam. Os que não têm diploma são mais de duas vezes, os que usam. A necessidade de amparo previdenciário é maior; o comportamento suicida é maior; o uso de outra droga lícita chega a 4,5 vezes a mais; e a dependência, então, nem se fala.

E aqui também, outras mostrando, mas não vou... Agora, tem uma coisa que a maconha tem que não muda: é o índice de satisfação dos usuários. Eles se sentem muito bem quando usam. Então, eles podem estar numa situação péssima de vida, podem não estar conseguindo fazer um monte de coisas que gostariam de fazer, mas isso aí não muda.

E aqui, Senador, para encerrar, é a curva da percepção de risco do uso da maconha por jovens. Isso é feito por várias universidades dos Estados Unidos, mostrando que, quanto mais se alerta para o risco e quanto mais se fala nos malefícios que a maconha causa, menor é o consumo. Quando começa o oba-oba, dizendo que não tem problema nenhum, que é uma plantinha, que é legal, que não tem problema nenhum, aumenta o consumo. Aí tem uma responsabilidade muito grande das lideranças políticas, que, ao influenciarem a comunidade, Senador Magno Malta – conheço e sei da postura correta em relação a essa questão –, quanto mais se influencia e se passa a ideia de credibilidade para a tese de que o consumo não tem problema, de que deveria ser liberado, que é um remédio – imagina, fumar é remédio! –, não se falando da destruição do pulmão, não se falando dos outros danos todos que a maconha causa, passa-se a ideia de que, realmente, se... Um líder político pode gerar milhões de dependentes químicos, centenas de milhares de dependentes químicos, que não seriam dependentes, por acreditarem nele, mas que, *contrario sensu,* passaram a ser porque foram experimentar e porque, em tese. não havia problema algum.

Então, eu queria só passar esses dados e dizer que estou pronto para o debate no que for necessário.

Muito obrigado, Senador.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Este não é o comportamento de quem está querendo enfrentar o problema com seriedade. Se fosse para dividir entre a favor e contra, a gente não precisava fazer isso; organizava uma pesquisa de opinião. Temos aqui opiniões dadas – podemos até discordar, mas estão dadas. Vamos discordar no argumento, na destruição do

que foi dito aqui pelas perguntas, não pelas vaias que a gente tem escutado. Eu diria que nem mesmo pelos aplausos, também, que não seriam necessários.

Tenho 63 inscritos, novos. Doze inscritos que já falaram. Dos novos...

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Senador, senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um momento.

Dos novos a que me refiro, muitos não estarão presentes, que são os inscritos em sessões anteriores, como o senhor lembrou, desde a primeira.

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE (*Fora do microfone*.) – Eu não retirei.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não retirou? Por quê?

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE (*Fora do microfone*.) – Porque o senhor autorizou a lista anterior e eu assinei.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, mas está aqui.

Vou ler, então, todos os inscritos, e os que não estiverem aqui a gente vai pulando, desde a sessão de 22 de setembro.

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Com todo o respeito, Senador, com todo o respeito.

Estou vindo de Fortaleza pela segunda vez, na esperança de poder emitir a minha opinião para o senhor e o senhor fala em encerrar a sessão por causa de algumas pessoas que estão atrapalhando este debate, que é um debate construtivo para a nossa sociedade?

Então, peço ao Senhor que repense isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não encerrei.

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Porque a gente precisa falar, a gente precisa se expor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas eu não encerrei. Se se comportaram...

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Se o senhor quiser retirar quem está fazendo a baderna, tudo bem. Eu acho racional, lógico, justo, não é?

Mas, encerrar, tirando a nossa possibilidade de falar, ainda porque viemos de Fortaleza...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vai ter a oportunidade porque eu estou convencido de que as pessoas vão se comportar perfeitamente.

O SR. ADROVANE GONÇALVES – O.k; obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bem; eu vou chamar aqui, desde os inscritos de muito tempo atrás – e vou chamar um que se inscreveu como contra e um que se inscreveu como a favor.

Flávio Roberto Inácio se inscreveu contra.

Vinícius Falavigna, que se inscreveu a favor.

Elisângela Maria Rosalino.

Matheus Laureano Zampa.

Alexandre Rozenwald.

Agora vou continuar nos contra, porque são daquela data; depois, eu volto à lista dos a favor, de 13 de dezembro.

Nelson Roberto Massambani.

Tirza Maris...

Já está presente?

Então, o Senhor pode fazer a pergunta.

Eu espero que aperte o máximo por respeito aos outros 62 inscritos.

É o Nelson, não?

O SR. NELSON ROBERTO MASSAMBANI – Sim. Sou eu: Nelson Roberto Massambani.

Eu gostaria de, rapidamente, contar um pouco da minha história e, depois, fazer algumas indagações.

Eu sou fruto de familiares de italianos que aportaram em Santos em 1889; sou, portanto, a quarta geração. Nasci e me criei no interior do Paraná em um ambiente onde fumar e tomar vinho era uma coisa natural para a minha família. Comecei a fumar com 11 anos de idade; o primeiro gole de vinho aos 9 anos. Com certeza, o primeiro porre aos 14, depois de uma menina ter terminado comigo. Fiquei muito mal.

Dos 14 para os 16 anos de idade, algumas drogas chamadas ilícitas começaram a fazer parte da minha vida. Uma delas, o lança perfume, que era muito conhecido na época, Carnaval etc., e também o uso de moderadores de apetite, que era o que a gente falava, que algumas mães usavam, e a gente aproveitava para ir para as festas e tomar, né?

O conhecimento e o uso da maconha em minha vida deram-se quando eu entrei...

(*Interrupção do som.*)

O SR. NELSON ROBERTO MASSAMBANI – O que houve?

Ah, voltou.

Isso quando eu iniciei a minha vida acadêmica na Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. Foram quase sete anos de uso intenso, a minha droga de preferência sempre foi a maconha e eu comecei a usar um, dois, três, quatro baseados por dia. Cheguei a fumar dez, doze. Fazia questão de fumar em frente a Reitoria. O meu apelido na Universidade era "medonha". Isso porque eu tinha um cabelo quase batendo na cintura e uma barba enorme, e fazia parte de uma gincana da minha cidade, o nome era "medonha",

A consequência foi algo muito triste na minha vida. Eu fui preso e internado no hospital psiquiátrico, tido como esquizofrênico na época.

Foram três tentativas de suicídio e o desespero total da minha família, nessa área, de pensar assim: eu tenho um filho maconheiro.

Era o que se falava na época, né?

E o maconheiro era aquele cara associado a ser o bandido, a ser o ladrão, a ser o cara que não queria nada com a vida.

O meu melhor amigo, que começou fumando maconha comigo, na Universidade, foi vítima de uma overdose de cocaína aos 25 anos de idade. Começou fumando maconha comigo.

Nós eramos oito amigos inseparáveis, estudando em Londrina. Cada um passou em uma área de vestibular. Eu me lembro que, na época, Senador, a gente dizia assim: conheço o Brasil pelo vestibular. E a gente podia sair por aí fazendo as provas e tal. E eu fui para Viçosa e alguns foram para outros locais.

Fato é que, desses oito amigos que fumavam maconha, quatro deles, assim como eu hoje, estão em abstinência, depois de algum tempo de uso. Um deles, médico e tudo mais, Contudo, três deles já morreram, ligados diretamente à questão do uso da droga. E um grande amigo, ainda, meu, quando volto para Apucarana: é uma tristeza ver o Luiz Roberto Demétrio estacionado na vida, no seu terceiro relacionamento, com dificuldade de relacionamento com os filhos e na mesma função que fazia, 20 anos atrás.

Desde a minha recuperação numa comunidade terapêutica, em 1984, Deus nunca mais me permitiu ficar longe de familiares de dependentes químicos e alcoolistas. São 30 anos de luta diária, ouvindo pais, mães, vendo o que a loucura da droga faz numa família, vendo a desgraça que o *crack* fez e está fazendo neste País.

Eu trabalho em penitenciária. Os oito centros socioeducativos são visitados pelo programa que coordeno em Fortaleza hoje, chamado Celebrando Restauração.

Meu filho de 23 anos, toda sexta-feira, visita o Dom Bosco, que está sendo interditado. São 189 adolescentes onde cabem 60. Você vai conversar com cada um deles, e eles vão dizer de maneira tranquila, mais de 80%, sem perder, vão dizer assim: "Comecei, fumando um baseadinho, Nelson, comecei fumando um baseadinho no campo de futebol. A gente ia jogar bola, e o pessoal estava lá. Tinha a galera que bebia e a galera que fumava um baseado. Cara, era muito legal". Gente, isso é um desespero. É um desespero.

No meu coração, eu queria deixar o seguinte para vocês – e prestem atenção no que vou dizer agora –: eu sou alguém que, ao longo desses anos, tem aprendido a conviver com as diferenças. Sou fruto de casa de recuperação, mas sei o que vale e o quanto é precioso um CAPSAD que funciona – um CAPSAD que funciona, que é parceiro de uma comunidade terapêutica, que tem um psiquiatra, que tem um psicólogo, que tem um terapeuta ocupacional, um educador físico. Eu encaminho pessoas para os CAPSAD semana após semana; eu encaminho para comunidades terapêuticas; eu encaminho para a Narcóticos Anônimos. Eu sou fruto de uma comunidade terapêutica evangélica, sou pastor...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. NELSON ROBERTO MASSAMBANI – Ah, o quê? Ah, o quê? Ah, o quê? Ah, o quê? Ah, o quê?

Jesus me converteu dentro de uma comunidade terapêutica, quando ninguém queria cuidar de mim. O Estado não tinha para onde me acompanhar. Nessa época, Senador, no Estado do Paraná, havia cinco comunidades terapêuticas: duas eram católicas, três, evangélicas. Eu sou fruto de uma comunidade terapêutica cristã, evangélica, onde espiritualidade faz parte do tratamento, sim, e é importante, sim.

Então, no meu coração, é o seguinte: vamos pensar, de maneira coerente, acerca dessa loucura toda. Vamos pensar com coerência.

E eu queria deixar com o senhor algo que para mim é muito precioso. É um amigo particular, chama-se Padre Haroldo Rahm. Esse homem tem mais de 90 ano de idade, mais de 40 dedicados à restauração de vidas. Saiu de seu país, veio amar o meu País, os jovens do meu País, autoridade mundial para falar em prevenção, tratamento e reinserção social de dependentes químicos. O Padre Haroldo Rahm, há cerca de pouco tempo, participando do Instituto Freemind – por favor, façam pequisa, vão lá –, deixou um documento escrito. Quero deixar para o senhor esse documento, *Onze razões por que não devemos liberar a maconha*, com toda a ponde-

ração científica, preciosa, legal e pequisas. E ainda deixaram uma revista chamada *Ultimato, "Crack,* o monstro de boca aberta". Quero presentear o senhor, por favor.

Muito obrigado pelo carinho de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero dizer que, se formos ouvir os 75 inscritos com o tempo que ele tomou, de seis minutos, vamos precisar de 450 minutos, ou seja, oito horas.

O SR. NELSON ROBERTO MASSAMBANI – Perdoe-me, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vai ser impossível.

Então, peço que vocês controlem o tempo. Aqui tínhamos de deixar tempo realmente, mas agora controlem o tempo, porque senão vamos ter parar num certo momento.

Vou continuar lendo os de 22/9. Terçá Mariz Brunetto, Flávia Moraes, Androvane Gonçalves, Carlos Alberto Quintão...

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Sou eu, Senador, Androvane.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ah, está bom, desculpe.

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Androvane.

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Gostaria de começar falando a respeito de um tema que todos citaram aqui em todas as audiências, que é a educação. Nós temos, no Estado do Ceará, sendo escrito atualmente, por duas doutoras na área de educação, uma delas é coordenadora da Unipaz, no Estado do Ceará, diretora e dona de uma escola com 33 anos de fundação, em Fortaleza, e uma diretora na área de meio ambiente e um empresário... Esse projeto se chama "Formação Ética, Empregabilidade e Empreendedorismo no Estado do Ceará." O objetivo desse projeto é criar uma educação para as nossas crianças da rede municipal de ensino – hoje, na rede municipal de ensino existem, no Ceará, 2,2 milhões de crianças aproximadamente, de acordo com o IBGE, e 550 mil na área particular.

Essas crianças têm duas disciplinas por semana que não têm metodologia formada, que se chamam Formação Humana e Artes. Ou seja, toda semana, todas as crianças da rede pública do Estado do Ceará assistem a duas disciplinas sem metodologia. A professora da porta "A" dá uma coisa, a professora da porta "B" dá outra, da escola "C" dá uma. Então, é uma oportunidade única, sem projeto de lei, sem precisar muito debate. É so querer, é só botar o coração.

Educação, Senador... Eu não sei se o senhor lembra, mas, se o senhor buscar saber da sua esposa quantas vezes ela mandou sua filha escovar os dentes, o senhor vai ver que foi para mais de mil vezes, ou mandou tomar banho, ou mandou falar desculpa, ou mandou dizer obrigado. Então, educação é repetição.

Nós temos oportunidade de falar de formação ética e moral, prevenção. Esse projeto cerca nisso. Prevenção é saúde, empregabilidade e empreendedorismo, educação ética e moral, conhecimento de si mesmo e educação ambiental. Se a gente implantar isso nas escolas do Estado e do País, e o senhor tem capacidade, tem coração e tem influência para fazer isso,..

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADROVANE GONÇALVES – ...o senhor vai ver, em pouco tempo, formadores éticos.

Eu tive a oportunidade de fazer um MBA na Fundação Getúlio Vargas, de dois anos, e eu posso resumir o MBA da Fundação Getúlio Vargas numa palavra, uma única palavra: empatia. O MBA de gestão empresarial, sou um administrador de empresas... Empatia. Lá ele ensina: "se coloca no lugar do teu cliente, se coloca no lugar do teu fornecedor, se coloca no lugar dos teus funcionários." Empatia é onde se encontram os pensamentos dos nobres filósofos com os filósofos atuais, aprender a se colocar no lugar do outro.

Esse projeto de educação está a sua disposição. Vou deixar na sua sala, com um ofício, para registrar.

A questão da droga em si. Quando eu comecei a saber desse assunto, eu fiquei balançado, confesso que fiquei em cima do muro, porque realmente é uma droga que faz menos mal à sociedade. No entanto, quando vim a pensar, me caiu a ficha, e chorei convulsivamente, como nunca tinha chorado na minha vida, porque percebi que a droga vai ser de graça, de graça. Se planta maconha dentro do quarto, Senador, num potinho de sorvete, dois. Papel toalha, maconha dentro da gaveta. Dentro da gaveta, você não precisa botar para fora.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fora do microfone.*) – Para germinar.

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Para germinar. Depois você planta num local. Ok, meu amigo, obrigado. Então, você vai plantar, vai ter de graça. Todo mundo vai ter de graça. Uma planta que te lombra, te lombra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Eu gostaria que o senhor tivesse a oportunidade de fumar um baseado.

O Sr. (Não Identificado) (*Fora do microfone.*) – Ôpa! É nóis! (*Palmas.*)

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Sério. Do meu coração. Porque, porque, você vai perceber que você vai ficar fora da sua lucidez por três horas. Se o senhor fumar quatro por dia, que é o que a turma vai fumar de graça, de graça, vais passar 12 horas do teu dia chapado, e como é que tu vais trabalhar?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Como é que vai poder procriar?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADROVANE GONÇALVES – A população... Eu fumei maconha por seis anos... Parei de fumar quando a Fundação Getúlio Vargas me mostrou...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não vai dar desse jeito.

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O público está nos vendo pela televisão e tem direito que façamos audiência, mas como gente civilizada que quer resolver o problema.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Vou terminar, Senador. Vou terminar. Vou terminar. Vou lhe dizer só mais uma coisa. Vou terminar. Vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – (*Ininteligível.*)

...mais seis minutos.

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Vou lhe dizer só mais uma coisa: o senhor está num cruzamento em que o senhor tem a oportunidade de ser conhecido como o Senador da formação ética, da formação da prevenção que vai se repetir em todos os anos da da escola, e o senhor também tem oportunidade de ser conhecido para sempre como formador de uma sociedade mais lombrada.

A verdade é essa, Senador. Desculpe eu lhe dizer isso. Eu desejo lucidez nas suas decisões, no seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas tenho, antes de passar para os Senadores, que é a questão...

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...mas tenho uma outra oportunidade de ficar conhecido...

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...como o Senador que foi omisso diante de uma situação trágica em que nós vivemos. (*Palmas.*)

Vejam bem, eu assisto aqui a todos os depoimentos. Triste o que acontece, como há pouco falou o Nelson, e ele passa por isso dentro do quadro atual de proibicionismo. Não está dando certo como está aí.

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Muito bem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Embora eu acredite... (*Palmas.*)

Um momento, por favor!

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Embora eu acredite perfeitamente na seriedade dos que aqui estão e que mostram que sair do proibicionismo pode piorar, e pode mesmo, gente, pode mesmo. Vamos prestar atenção. (*Palmas.*)

Agora, como está, Androvane, não está bem, e eu não quero ficar conhecido por essa terceira alternativa. Eu quero passar a palavra agora...

O SR. ADROVANE GONÇALVES – Senador, o senhor não será, de forma alguma...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

O SR. ADROVANE GONÇALVES – ...porque o Senhor está criando debate, o senhor está ótimo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADROVANE GONÇALVES – ...mas a consequência é fato.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Veja bem, eu quero passar a palavra aos Senadores que o Regimento obriga que sejam ouvidos quando pedem, e também para os Deputados que aqui estiverem, mesmo que não esteja no Regimento – eu acho que é correto, vieram da Câmara aqui para falar e nós vamos ouví-los. Eu peço desculpas aos outros que estão inscritos, mas vamos cumprir o Regimento.

Senador Fleury.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu só insisto também é que a gente reduza o tempo.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Sou muito objetivo. Quero dizer que sou totalmente contra a plantação, tanto do uso recreativo como do uso medicinal. (*Palmas.*)

Vamos só escutar, gente, para cumprir o que o Senador está pedindo, e a gente ser objetivo.

Sou contra tanto do uso medicinal como do uso recreativo, primeiro, porque o nosso País não tem como fiscalizar o uso medicinal e, segundo, porque o medicinal passará a ser o recreativo liberado. Acho que nós devemos criar... o Governo cria uma câmara setorial para importação do medicamento para quem necessita, com o uso gratuito – o Governo irá doar às pessoas, que não são muitas, são muito menos do que as casas populares, certo? E aí se satisfaria a todas famílias com o remédio.

Essa discussão aqui está levando simplesmente a interesses maiores para comercialização de um uso de droga. O nome já fala: droga. Não vamos voltar a um uso que, às vezes, está liberado de cigarro e álcool. Não vamos criar mais uma droga. O País não permite. Eu sou um homem que proíbe minhas netas de aceitar uma bala, simplesmente uma balinha, na porta do colégio, para que não cheguem ao *crack,* amanhã, ou à maconha, principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Senador Cristovam, gostaria de cumprimentá-lo pelo debate. Assim que V. Exª recebeu a delegação da relatoria deste projeto, eu ouvi de V. Exª, no plenário, pela primeira vez... Nós nos sentamos no plenário, e V. Exª me falou que havia recebido a delegação e que iria promover um amplo debate a respeito do tema neste momento importante, crucial da vida da Nação.

V. Exª é um homem que tem relevantes serviços prestados a este País. V. Exª sabe do respeito que eu lhe tenho, do respeito pela sua história, e, mais uma vez, quero cumprimentá-lo e cumprimentar a Mesa desta audiência pública de hoje. Quero cumprimentar o Padre Aníbal, a Drª Ana Cecília, o Dr. Marco, o Dr. Alexandre, o nosso querido Deputado Osmar, pela qualidade, pela condição e conhecimento técnico-científico com que eles discorreram.

Tentar entrar no debate científico não é usar o argumento de que estamos no avançar da hora – não há qualquer necessidade, seria chover no molhado –, visto que, tecnicamente, cientificamente, recebemos uma aula absolutamente importante por parte do Padre Aníbal. Eu quero agradecê-lo.

Em seguida, a Drª Ana Cecília, que, além de reinterar a riqueza de detalhes científicos, por conta da sua formação e da sua militância, chama atenção para o viés de que vamos ouvir a Nação. Vamos ouvir a Nação para entender se cabe, se há um espaço. E ela disse que, nos anos 70, 60, que ela viveu, havia um espaço e cabia. Há um espaço neste momento? Há um espaço neste momento?

Essa riqueza, colocada pelos outros debatedores, pelo delegado, no viés da segurança pública... E, aqui, eu me rendo e absorvi o que foi colocado, muitas das coisas que eu venho lendo e venho aprendendo, de forma solitária – eu, que fui empurrado pela minha vivência, ao longo de 36 anos, tirando drogados da rua...

Gostaria de reiteirar – para entrar, definitivamente, na minha fala – que a regra da boa convivência é o respeito.

Eu estou aqui, participando do debate – não estive nas outras audiências públicas, dado o volume de demandas que estiveram diante de nós nesses dois meses passados –, mas a minha assessoria acompanhou, a minha assessoria garimpou, forneceu-me o material produzido aqui. Há muita coisa a ser observada e refletida, para não tomar conhecimento de episódios lamentáveis até.

Mas a regra da boa convivência é o respeito, e nós precisamos respeitar aqueles que querem a legalização – respeitar. É o direito de cada um. Em uma democracia e na vida, eu tenho o direito de ser a favor de algo e de ser contra algo, mas eu preciso ser respeitado por ser contra. E eu não vim aqui para ser vaiado – como ninguém veio –, e qualquer pergunta, qualquer colocação que é feita, tipo: "Mas o corpo é meu. O direito é meu. Eu uso o que eu quiser."... Absolutamente respeitado. Só que eu não preciso fazer uma lei para que você se utilize do seu corpo e faça dele o que você quiser, porque a regra diz que a lei é feita não da exceção para a regra; a lei é feita da regra para a exceção.

Portanto, anuncio, de antemão, a criação de uma Frente Parlamentar Mista da família no Congresso Nacional que congrega 75 Senadores dos 81 e mais de 400 Deputados Federais. Aqui, quando falo aos Senadores, me refiro à maioria deles, porque, ao longo da semana em que me preparei para vir para esta audiência pública, consultei a todos pelo telefone e falo em nome deles. Eles integrarão a Frente Parlamentar quanto à legalização de drogas no Brasil. (*Palmas.*)

Por favor, por favor. Por favor, eu gostaria de...

Aqui nós não estamos fazendo torcida, como disse o Senador Cristovam Buarque. Se fosse só para saber quem é contra e quem é a favor, faz-se um plebiscito da coisa, encomenda-se um pesquisa e, pronto. Mas eu estou aqui para respeitar e, a partir desse momento, dessa Frente Parlamentar, nós precisamos e vamos aprofundar o debate. Não vamos aprovar a toque de caixa em nome de que há pessoas doentes e que a maconha

é boa para curar doença. Não vamos aproveitar esse viés para poder legalizar a maconha no Brasil. Nós não permitiremos.

Se 15 famílias precisam. Chamemos a Anvisa e o Ministério da Saúde para se assentar nessa mesa, para debater conosco e uma portaria do Ministro da Saúde resolve o problema das 15 famílias. E, Senador Cristovam, quero louvar o que V. Exª me disse no começo. V. Exª podia ter buscado esse expediente e resolvido, já ter acabado com isso, mas não teria ninguém aqui com a oportunidade e o privilégio que V. Exª está dando de abrir o microfone e falar do que pensa sobre isso. Podia ter encerrado. É só chamar a Anvisa e o Ministério da Saúde, uma portaria, ponto, resolveu. Por que não resolveram com uma portaria? Há interesses por trás disso. Com a morte e com o levantar da sociedade brasileira contra o tabaco, que é uma droga que está na legalidade, terrível, terrível... Estão aí os estudiosos capazes e preparados para saber o que essa composição nicotina e alcatrão fazem no sistema nervoso central. Existem grupos financistas absolutamente fortes, interessados na industrialização da maconha.

É tão verdade o que estou dizendo sobre a Anvisa e o Ministério da Saúde... A minha assessoria, garimpando... Havia chegado do meu gabinete e eles haviam garimpado. Recebi as duas coisas ao mesmo tempo. Não tem segredo, esse vídeo está no Youtube e é de um militante, 29 minutos. Nesse vídeo, ele cita o nome de V. Exª. Estavam falando numa rede de vídeoconferência *on-line*. Eles discutiam a estratégia para a legalização. Quero deixar nas mãos de V. Exª, porque vai preparar um relatório. O outro, o meu, distribuirei e encaminharei à Polícia Federal.

Ele diz aqui na rede:

Já descobrimos que não temos condição de legalizar. Esse caminho é difícil. Vamos, então, trabalhar com a possibilidade e vamos acabar com essa história de recreação. Tem muita gente que não quer, mas fica muito difícil.

O projeto do Deputado Jean Wyllys dificulta muito, vamos nos separar dele. Então,vamos trabalhar só com a legalização medicinal. Inclusive eu tenho falado isso em off com o Senador Cristovam. [Ele cita V. Exª aqui no vídeo]. E nós vamos fazer esse movimento porque temos muitos médicos já que vão receitar. Com a receita [Isso é crime organizado] faremos o uso tranquilamente.

Eu não estou dizendo, eu não estou aqui fazendo afirmação de nada. Estou dizendo que cabe investigação. Presidi a CPI do Narcotráfico no Brasil e falo com conhecimento de quem conhece o outro lado, a violência disso. Eu tenho trinta e...

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Há 36 anos, eu tiro drogados da rua. Há 36 anos, sou acostumado a conviver com lágrima de mãe, com angústia, com sofrimento de escolas, de professores, de professoras. Meus primeiros dez anos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não sou candidato a nada, não, mas gostaria que o senhor me respeitasse.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero lhe dizer que o Senador Magno Malta é Senador da República, e isto aqui podia até ser feito só com Senadores. É uma concessão abrir.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Presidente, eu solicitaria de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, o Senador Magno Malta vai falar, sim.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Eu solicitaria de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu espero que... Um momento. Eu espero que ele procure ser o mais breve possível, mas não será ninguém aqui que vai tirar a palavra dele.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – V. Exª, desde a primeira audiência, tem tentado e batido nessa tecla e não tem sido respeitado. Eu solicito de V. Exª que a pessoa que falou isso a respeito do Senador Magno Malta, que é um homem que defende a família em todos os seus mandatos, em toda a sua vida, seja retirada desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero dizer ao senhor, Senador Fleury, que ele vai se comportar e eu não quero usar a polícia. Por favor, não aplaudam, nem vaiem, mas, na hora em que, no Senado, a gente precisar tirar e usar a polícia, é melhor encerrar o debate. Então, se eu tiver que pedir que ele saia, eu prefiro encerrar. Agora, eu espero que ele não se pronuncie mais, nem nenhum outro, enquanto alguém estiver falando, especialmente um Senador da República.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu agradeço ao Senador Fleury, agradeço a V. Exª, mas eu gostaria que ele permanecesse mesmo. Ele não precisa ser retirado. Ele precisa ouvir o que eu vou falar.

Há 36 anos, eu tiro drogado da rua. Eu comecei a fazer isso dentro de casa. Nos meus primeiros 10 anos, eu lidei só com viciado de maconha, e continuamos lidando.

Aproveito, na minha fala, para convidar V. Exª para que não faça o seu relatório sem conhecer a minha instituição. Eu gostaria de convidar V. Exª e quero convidar toda a Mesa e todos quantos se dispuserem a ir a minha instituição para poder ouvir as pessoas, ouvir as famílias, ouvi-los também, ouvir as crianças dependentes de maconha.

Eu trouxe dois aqui. Certamente, com o tempo apertado, eles se inscreveram, mas não vão falar. Eu falo por eles. Eu trouxe o Everton aqui, que, aos 14 anos, dependente de maconha, já havia cometido 4 homicídios. Ele está comigo há 13 anos. Chegou a minha instituição aos 17 anos. Eu gostaria que ele ficasse em pé, já que não vai falar. Ele é monitor na instituição. V. Exª, se lá for, vai se encontrar com ele, que vai recebê-lo muito bem. Ele é líder na instituição.

Convidei o Paulinho, que também está aqui. Eu o recebi numa situação deplorável, na porta da instituição, das mãos de um tio sofrido. Ele era um sobrinho que começou fumando a inofensiva maconha na porta da escola e, em seguida, virou um monstro aterrorizador do Município da Serra. O Paulinho também está aqui e iria falar, mas há muita gente e eu prefiro que outras pessoas tenham o tempo.

E convidei o Juninho do Banjo para estar conosco aqui. Penso que é importante ouvir o Juninho. Um dos maiores compositores de samba do Brasil, integrante do grupo Katinguelê. Todos os grandes sucessos do Kantinguelê pertencem ao Juninho, que, a partir do advento da maconha – em seguida, foi posto para fora do grupo –, virou compulsivo de cocaína e foi morar no Viaduto do Chá, em São Paulo. Com todas as suas músicas estouradas, ele virou um lixo humano.

Nós não estamos falando de sorvete, nós não estamos falando de bala e é verdade que nós temos livre arbítrio para decidir, na nossa vida, o que queremos para ela ou não.

Eu tinha 13 anos de idade, Senador, quando eu conheci a maconha. E fumei maconha até os 17 anos de idade. Eu fumei macoha até os 17 anos de idade. E produzi um dissabor, uma desarrumação na vida da minha família que, quando me lembro, fico imaginando que, aquele momento, eu não precisava ter vivido. A minha mãe pediu a um tio meu, em Recife, que me ajudasse, e me tirou do interior da Bahia, me levou para o Recife, em Pernambuco, Jaboatão dos Guararapes, para a casa do Pr. Manoel Nascimento. Ele me botou na frente dele, me sentou, olhou para mim e disse: "Meu filho, eu não sei nada do que você está vivendo. Eu estou até com medo, porque não tenho filho, somos só eu e minha esposa. Mas a tua mãe, que é minha irmã querida, pediu para eu te ajudar e eu te coloquei dentro de casa. Eu não sei nada sobre isso, mas uma coisa eu quero falar para você: o homem é aquilo que ele decide ser.". Ele me colocou diante do meu arbítrio, e eu tomei essa atitude na minha vida, Senador, aos 17 anos de idade.

Ao longo de 36 anos, recuperando, eu aprendi alguma coisa, porque eu continuo recuperando dependentes de maconha, crianças, adolescentes. Não sou catedrático, não tenho anel no dedo, não passei pela universidade, mas eu fico imaginando maconha legalizada neste País, que tem uma infraestrutura que interessa ao Sr. George Soros e tantos outros. Nós temos portos, aeroportos, uma fronteira seca, absolutamente favorável com os nossos vizinhos. Este País se tornará a nação, o centro mais importante da contravenção do mundo, com droga legalizada aqui, pela infraestrutura que nós temos. E o que será das nossas escolas, com essas crianças e adolescentes podendo comprar maconha em todos os lugares?

No advento da lei seca, na época da bebida, diziam: "Legaliza a bebida. Vamos tirá-la do esconderijo. Vamos legalizar porque acaba com essa violência, acaba com a máfia. Vamos legalizar a bebida porque aí não teremos mais problemas. Vamos diminuir a violência." Legalizou-se a bebida. E aí?

Eu quero dizer que, de cada 50 viciados em cocaína que nós conseguimos recuperar, Senador, Deputado, nós recuperamos 1 bêbado. Os senhores sabem, porque estudam, como é nocivo, absolutamente destrutivo e altamente destrutivo do sistema nervoso central, o que é produzido pelo teor alcoólico.

Nós estamos falando de legalização de droga. O debate da maconha é um viés, e nós não vamos discuti-la sozinha. Vamos falar o que é necessário, o que é desnecessário, o que a Nação quer e o que a Nação não quer, o que cabe e aquilo que não cabe, a experiência negativa que nós temos com aquelas que já estão na legalidade e se nós queremos mais outra droga na legalidade. Só uma frente parlamentar poderá fazer esse debate com profundidade, com tempo, discutindo e já fazendo... (*Pausa.*)

V. Exª quer a palavra?

Já caminhando para o encerramento da minha fala, Senador, no Brasil, uma coisa ficou institucionalizada já. Aqui, quem é contra o aborto é fundamentalista. Se eu sou contra a legalização da maconha, eu sou fundamentalista. Aqueles que são a favor são aplaudidos e são considerados gente que raciocina, que vê a vida

com outro parâmetro. Se sou a favor da família tradicional, sou fundamentalista. Aqui, o direito de expressão e o direito da maioria, ou seja, a regra da boa convivência, nem sempre é aplicada por aqueles que pensam de forma diferente. Por isso, anuncio, Senador Cristovam, a criação dessa frente parlamentar, onde vamos debater.

Gostaria de dizer a V. Exª que eu soube que, na próxima audiência, o Presidente Fernando Henrique Cardodo vai estar e eu estarei aqui, porque é ele que eu quero, porque ele criou a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas). Fez um discurso na ONU dizendo que ia erradicar as drogas no Brasil em 10 anos. Primeiro, ninguém vai erradicar; segundo, ele nem ia ser presidente 10 anos, eram só 8. Ele criou a Senad para gerir políticas públicas de prevenção, porque nós sabemos que o caminho é a prevenção. A Lei nº 6.368/76 foi banida. Tenho certeza de que V. Exª, como Ministro da Educação, chamaria para um grande debate sobre ela, mas não lhe deram tempo. V. Exª só teve tempo de acabar com a resolução que acabava com a escola técnica, para criar a escola técnica no Brasil. Ainda bem que teve tempo de V. Exª fazer isso. A Lei nº 6.368 instituía estudos sobre drogas nas escolas do País.

Em um indivíduo, a deformidade é produto da falta de informação e a formação é produto da informação. Quando você coloca na escola estudo sobre droga, quando você estuda a historicidade das drogas, os maléficos psicológicos, físicos, morais, sociológicos e familiares, o indivíduo só vai cair se ele quiser, porque ele recebeu a informação, porque a informação produz a formação, mas acabaram com Lei nº 6.368, destruíram-na.

Pois bem, o que quero dizer é que a Senad foi criada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para gerir políticas públicas. Ele foi embora e deixou a Senad com um orçamento de R$65 – R$65, sim, senhor – e, depois, virou o arauto da legalização da maconha. É com ele que quero debater e perguntar – porque ele é um homem muito importante, faz muita palestra internacional e recebe muito título de doutor *honoris causa* por aí – se, na hora de viajar, alguém informar que o piloto acabou de fumar um morrão de maconha, ele entra no avião. Se ele entrar, é hora de legalizar.

Por que estou falando isso? Porque estou me dirigindo a um ex-Presidente da República que criou a Secretaria Nacional Antidrogas, que, aliás, trouxe uma pérola na semana passada, no mês passado, e denunciei o Sr. Maximiniano: uma resolução da Presidência da República que vai proibir de falar de religião em casa de recuperação de drogado. Já não fazem nada e ainda querem destruir quem está na ponta, fazendo alguma coisa. Isso é brincadeira de mau gosto!

Senador Cristovam, mais uma vez, registro a presença aqui do Deputado Federal Marcelo Aguiar; do Deputado eleito Fábio Sousa, que é Deputado Estadual do Goiás, hoje Deputado Federal, que, certamente, integrarão essa frente, por ser uma frente mista, uma frente com maioria nas duas Casas; do Deputado Antônio, de Sergipe, Presidente de uma frente que discute droga, discute a vida, discute aborto, em todo o País, com mais de 450 Vereadores e Deputados Estaduais; e do nosso querido ex-Deputado Bassuma, que é um militante dessa causa e os Parlamentares que ali estão.

Elogio V. Exª pela audiência, pelo seu cuidado, pela sua gentileza, até porque penso que, em outras audiências públicas, outro tipo de temperamento sentado na sua cadeira já teria esvaziado o plenário e agradeço àqueles que vieram fazer esse debate de forma tão científica. V. Exª não ficou naquela história de que o sujeito está falando isso porque é católico, é fundamentalista, está falando isso porque é evangélico, é um fundamentalista. Ouvimos um debate absolutamente científico, com poder de informação, com poder para desfazer dúvidas – incertezas, no meu caso –, algumas delas ainda. Penso que é importante mantermos o debate com quase 80% da Nação brasileira dizendo "não". É absolutamente importante. V. Exª está de parabéns e quero, de alguma forma – não os ouvi ainda –, parabenizar todos aqueles que vieram, mesmo aqueles que são a favor da legalização, fazer o seu movimento. Cada um segue e faz da sua vida como acredita, como crê. O homem é fruto da sua crença. Quero parabenizá-los. O nosso papel é discutir e tentar provar em que posição estamos e que estamos no caminho certo; o de quem não acredita na nossa posição é fazer o seu próprio papel, desde que nos respeitemos.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agradeço e quero passar a palavra ao próximo inscrito, que é Carlos Alberto Quintão.

Só quero dizer que a diferença de tempo que a gente tem entre um Senador e os demais é que ele representa um milhão e meio de eleitores. Então, não é o simples Regimento que, burocraticamente, determina isso, é a representatividade que ele tem.

Com a palavra, o Carlos Alberto Quintão. (*Pausa.*)

Não está?

William Alberto Campos, Ivo dos Santos Aguiar.

Eu vou ler rápido, porque acho que são inscritos muito antigos e não devem estar: Rosália Alves Bezerra, Jorge Luiz dos Santos, Benair Maria Domingos, Maria Terezinha Viana, Márcia Aparecida de Jesus, Raimundo Português, Marco Antônio Boaventura, Ana Aparecida de Godói. (*Pausa.*)

Tem um. Quem é? (*Pausa.*)

Marco Antonio. Com a palavra.

O SR. MARCO ANTONIO BOAVENTURA – Meu nome é Marco Antonio Boaventura. Só queria fazer uma breve descrição da minha vida.

Eu, com 15 anos, conheci o álcool; com 18, a maconha; com 20, a cocaína. E fumei merla um única vez na minha vida. Nesse tempo todo, nunca fui numa boca de fumo. Sempre envolvido com os colegas, os amigos. Não sou dependente químico. Nunca fui. Mas eu tive que internar meu filho com 16 anos no Estado do nosso... Desculpa, médico Osmar Prado. É isso? (*Pausa.*)

Osmar Terra.

...onde meu filho ficou por nove meses. Eu tenho uma gratidão muito grande pelo Estado do Rio Grande, pelos gaúchos, pela forma como meu filho foi tratado. Eu não tive condições aqui em Brasília de receber esse tratamento. Então, eu faço um grato elogio ao seu Estado.

Eu passei por delegacia, por muito sofrimento, minha família, eu, todos nós. Disso todo o meu aprendizado...

O Senador Cristovam deu uma saidinha. (*Pausa.*)

É porque eu queria fazer justamente para ele, porque eu tive oportunidade de conversar com ele há muitos anos. Se puder aguardar... É possível? (*Pausa.*)

Bom, então, vou ser breve.

Hoje meu filho saiu, em abril. Está trabalhando, está em recuperação. A gente sabe que não é uma coisa fácil. É para o resto da vida. Os debatedores sabem disso, têm plena certeza, convicção disso.

Então, essa foi a minha pequena história. Eu queria dar essa contribuição dizendo que a droga, infelizmente, está no nosso meio, e não é só a maconha, não é só a cocaína. A gente tem droga dentro de casa. A gente tem perfume. A gente tem produtos de limpeza, inalantes. Então, a droga está em todo lugar, exatamente em todo lugar, dentro das escolas. O meu filho fazia uso na escola.

De lá para cá, qual foi o meu aprendizado? Dizer não. Simplesmente, dizer não. Eu estive aqui no debate passado. E acredito que nos outros isso deve ter acontecido também.

A única pergunta que me faço hoje, depois desses anos todos, é por que querem liberar, por que querem legalizar.

O meu objetivo não é... Nós temos conhecidos maconheiros. Como é que a gente fala? Como é que eu falava? Profissionais, aqueles que estão com 60, 70, 50 anos e estão aí até hoje. Meu discurso não é para esses. Meu discurso talvez não seja nem para mim, nem para o meu filho, porque eu já tive esse prejuízo, minha família teve e tem esse prejuízo. É justamente para quem está vindo, para nossas crianças, para aqueles que... Talvez eu tenha um neto na frente. Então, é para esse jovem.

Nós, adultos, temos maturidade ou pelo menos deveríamos ter, mas a criança não, gente. Meu filho tinha 14 anos quando começou a usar droga. A gente sabe que é muito menos. Eu desço da porta da minha casa, eu vejo criança – e não estou falando de jovem, estou falando criança de sete, oito anos – usando droga, *crack*, maconha. E a maconha é porta de entrada. Comigo foi o quê? Foi álcool? Foi, mas é porta de entrada. E eu tinha medo, tanto é que eu adiei para os 20 anos usar a cocaína. Eu usei com 20 anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO ANTONIO BOAVENTURA – Correto? Então, dizer que é coisa de brincadeira não é verdade, não é verdade. Nós precisamos cuidar das nossas crianças, dos nossos jovens.

Admira-me muito estarmos aqui, hoje, Senador Cristovam, com todo este aparato, para discutir se usa ou se não usa o termo recreativo. Acho que essa não é a grande discussão que nós devemos ter. Nós temos discussões muito maiores, como a fome, como a água – hoje há essa dificuldade –, do que falarmos sobre maconha, principalmente com o uso recreativo.

A gente tem a tendência de fazer o que no Brasil? Privatizar o prazer e socializar os prejuízos. Eu gastei, pelo menos, uns R$50 mil com o meu filho. Eu quero saber quem vai pagar a conta. Nem o Imposto de Renda aceita as mensalidades que eu paguei. Então, este que é o ponto: onde é que vai ser paga essa conta? Quem vai pagar essa conta?

Eu quero pagar essa conta se houver, Deus nos livre que aconteça, surto de ebola no Brasil. Aí eu pago essa conta. Mas pelo uso de droga recreativo jamais. Por isso eu sou contra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero passar a palavra agora à Ana Aparecida de Godoy. Não sei se ela está porque é das antigas também. (*Pausa.*)

Jaqueline Rodrigues Soares. (*Pausa.*)

Agora eu passo para os inscritos do dia 13 de outubro. Começando agora...

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Eu estou inscrito na lista anterior.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Em qual?

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Naquela anterior que o senhor disse...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Na do dia 22 de setembro?

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Não, na última.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Qual?

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Na do dia 8. O senhor nos garantiu que nós teríamos condição de falar agora. Eu fui um dos primeiros a chegar e permaneci até o final.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Você está inscrito, só que você está inscrito entre aqueles que já falaram.

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E que virá depois.

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Primeiro os que não falaram.

Eu passo a palavra agora a um inscrito e agora volto a ver alguns que são a favor. Então, eu vou passar contra e a favor.

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Perdão, Senador, só uma questão. O senhor deferiu uma questão de ordem, e eu gostaria só de levantar que, talvez, eu não tenha a oportunidade de falar depois de 60.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, mas está muito rápido, porque muitos não falaram.

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Eu só queria destacar a questão, até em nome do Dr. Roberto,...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, vamos respeitar, vamos respeitar. Eu peço paciência. Senão, cada um pode.

A palavra eu passo ao Deputado Marcelo Aguiar, a quem eu teria dado a palavra se tivesse pedido em qualquer momento, como Deputado Federal.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM – SP) – Eu lhe agradeço, Senador. Quero cumprimentá-lo, Presidente desta Mesa, Senador Cristovam, e todos os palestrantes desta manhã.

O conteúdo que foi apresentado aqui, nesta manhã, desde o parecer técnico de experiências de vocês e estudos, é algo de uma Mesa muito seleta. Então, parabenizo cada um de vocês – o nosso Senador Magno Malta, como sempre um lutador pela vida e pela família, e cada um que veio defender aqui aquilo em que acredita e crê.

A gente acaba ouvindo aqui desde a parte científica até experiências de vida. Eu estou aqui há três anos e faz três anos que eu vivo uma luta muito particular ligada a esta área.

O meu pai, hoje, é uma pessoa totalmente destruída pela droga. Meu pai tem 65 anos de idade. Há dias em que eu não estou aqui com ele, estou em Barretos, no Hospital do Câncer. O álcool, a droga, a maconha o levaram a ter todos esses efeitos colaterais sobre a sua vida.

Então, o posicionamento que eu quero deixar aqui, em primeiro lugar, nesta manhã, é que eu sou totalmente contra a legalização da maconha.

Nós temos um centro de recuperação pelo qual já passaram mais de cinco mil pessoas, Senador. E nenhuma dessas pessoas paga absolutamente nada. Nós temos na cidade de São Paulo, em Heliópolis, 211 crianças, que são cuidadas da mesma forma, e a gente sabe o quanto é difícil cuidar da recuperação de uma vida e de uma família, uma família que, muitas vezes, chega àquele local com seus sonhos destruídos porque a porta de entrada foi o álcool e a maconha.

Às vezes, é muito fácil você querer legalizar algo, ou até lutar pelo seu direito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM – SP) – ... por uma questão em que as pessoas que ainda não tiveram a oportunidade de ser pais, de ter família, de saber o quanto custa realmente o sonho de criança e de um filho, chegar aqui, lutar por esses objetivos, que são dignos e que a gente respeita.

Mas essa é posição que eu quero deixar nesta manhã. A minha luta é diária com aqueles que fazem parte da minha família e da minha casa. Enquanto eu for Parlamentar aqui, eu vou lutar por aquilo que eu acredito, e eu acredito numa sociedade melhor, eu acredito numa sociedade em que não vai ser a legalização da maconha que vai trazer todos os benefícios que os militantes acreditam que vai trazer, e sim aquilo que vocês

apresentaram aqui. Só essa apresentação já era o suficiente para entender que essa legalização é uma grande destruição para nossa sociedade.

Então, é esse o posicionamento que eu quero deixar aqui nessa manhã.

Obrigado, nosso Presidente e toda a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Deputado.

Eu passo agora a Diego Souza Ferreira, da Polícia Civil.

Não está.

O SR. DIEGO SOUZA FERREIRA – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está?

Ah, sim. Desculpa.

O SR. DIEGO SOUZA FERREIRA – Bom dia, Sr. Senador.

Primeiramente, eu quero cumprimentar a Mesa, em nome do senhor.

O meu nome é Diego Souza Ferreira, eu sou católico, eu sou casado, policial civil, bacharel em Direito, pós-Graduado em Segurança Pública e Cidadania pela UFRGS, no Rio Grande do Sul. Trabalho no Departamento de Investigações do Narcotráfico do Rio Grande do Sul.

Já adianto que não sou usuário de nenhuma droga ilegal, obviamente, porque sou a favor de uma política pública, uma nova política pública criminal sobre drogas. Sou a favor da vida e da paz. Não podemos reduzir o debate às pessoas dependentes, vulneráveis ou vítimas, pois, se fosse assim, eu seria determinantemente contra, haja vista as milhares de mortes de policiais que dizem ser por causa das drogas, na realidade por causa da guerra às drogas, que, na verdade, é uma guerra às pessoas, ou melhor, determinadas pessoas.

Para a minha surpresa, a CDH se tornou um divã, para que pessoas revelassem seus problemas pessoais, visões morais e preconceituosas. É interessante que um palestrante esteve na audiência passada e disse que devemos englobar questões morais e religiosas no debate, contudo nós, do ramos do Direito, sabemos que religião e moralidade não devem se confundir com Direito, muito menos com Direito Penal.

Penso que, se alguém vem aqui discutir no Senado Federal, dizer se isso ou aquilo é bom ou ruim, precisa, ao menos, pesquisar um pouco sobre o assunto. Penso que qualquer um que não é cientista ou pesquisador deve se abster de falar se faz mal, se faz isso, ou se faz aquilo. A discussão está um pouco confusa, porque a Mesa coloca pessoas da área da saúde e pessoas da segurança pública fazendo contrapontos.

Estamos na era da informação, numa época em que a maconha, a cocaína e a heroína foram proibidas e criminalizadas – para citar as mais famosas –, não havia internet. Porque uma coisa é ser proibida, outra coisa é torná-la crime. Após esse passo, vira caso de polícia. A manipulação da informação era feita pela mídia impressa e pela televisão. Hoje isso não se tenta mais. Só quem vem aqui difundir a desinformação.

Penso que todos que estão já devem ter lido, então, os livros: *Almanaques das Drogas*, do jornalista Tarso Araújo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO SOUZA FERREIRA – ... uma Bíblia sobre o assunto drogas; *O Fim da Guerra*, do jornalista editor-chefe da *Superinteressante*, que fez uma pesquisa internacional sobre as drogas em vários países; *Um Preço Muito Alto*, do Dr. Carl Hart, cientista americano, que esteve no Brasil neste ano; *Drogas e Cultura*, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos da Bahia, livro muito interessante que traz os porquês históricos e culturais da utilização de certas substâncias e de sua posterior proibição; o próprio livro do Dr. Renato Malcher, *Maconha, Cérebro e Saúde*, que esteve numa das audiências aqui; a última edição da revista *Superinteressante*, uma revista de circulação nacional, que tratou de forma séria o tema; o livro *Acionistas do Nada*, do Delegado Orlando Zaccone, da Polícia Civil do Rio de Janeiro; quem não assistiu ao Congresso Internacional sobre Drogas, em 2013, que ocorreu aqui na UnB; quem não assistiu ao Fórum Além da Guerra às Drogas, que ocorreu na Unicamp, onde estiveram diversos especialistas da ciência, médicos, toxicologistas, psiquiatras, neurocientistas da mais alta respeitabilidade e responsabilidade; os documentários da história das drogas, a história da *Cannabis*, do canal History Channel; os documentários Quebrando o Tabu e Cortina de Fumaça; quem não assistiu ao IV Simpósio Internacional de *Cannabis* Medicinal? Penso que eu, cidadão brasileiro, que não assistiu a esses debates prévios para ter um mínimo de entendimento do que está sendo debatido, que foram realizados de forma multidisciplinar, está fazendo de forma precária a articulação dos argumentos neste debate.

Data venia, com todo o respeito a todos que merecem, falam de forma irresponsável e preconceituosa. É interessante que um dos defensores da proibição e da criminalização não foi ao congresso acadêmico aqui em Brasília.

Quem aqui é a favor de uma guerra? Quem aqui gostaria de lutar numa guerra? Eu não quero mais. Guerra é para soldados. Não sou um soldado, sou um policial. Existe um abismo de diferença para quem não compreendeu ainda. A sociedade deve ser tratada como inimiga do Estado ou como possuidora de direitos e

deveres? Pois o inimigo não possui nada. Ele apenas deve ser eliminado. A qualquer dia desses pode ser seu filho ou seu familiar.

Não há como separar a discussão medicinal da recreativa. Agora, recentemente, estão usando a palavra privativa, e da industrial. Pelo menos num discurso coerente não é possível. Como regulamentar que a planta seja pesquisada e cultivada em áreas controladas pela iniciativa privada e pelo Governo e não regulamentar que o cidadão cultive e plante em sua casa e em suas terras? Quem defende o uso medicinal, por questão lógica, deve defender o privativo,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO SOUZA FERREIRA – ...pois, do contrário estaremos defendendo o interesse da indústria farmacêutica. Se eu posso fazer um chá, um bolo com a planta, extrair o óleo para tratar certas enfermidades sem custo, por que tenho que ir a um dispensário comprar – caso medicinal da Califórnia?

Caso isso aconteça, vamos aumentar um outro problema, que é a corrupção entre os médicos, da mesma forma que acontece na Califórnia, nos Estados Unidos. Alguém, na audiência passada, disse que a maconha não é uma droga que dá mais lucro ao comércio ilícito de drogas. Isso é um pouco estranho, pois dados da DPF e da SSP do Rio Grande do Sul dizem o contrário. Isso fica bem claro na quantidade de produto ilegal que é apreendida. Se é a planta ilegal mais consumida do mundo, segundo a ONU, logicamente é a que dá mais retorno. Da maneira como está, não dá mais. A sociedade quer que a polícia prenda todo mundo que cultiva e faz uso de outras plantas ou comprimidos? Ou ela quer que a polícia investigue políticos corruptos, quadrilhas de assaltantes, crimes contra o patrimônio, lavagem de dinheiro e crimes contra a liberdade sexual?

O que é mais importante? Um policial se dedicar na solução de autoria de estupros ou de homicídios, ou agentes de Estado que cometem irregularidades, ou ficar prendendo jovens ou adultos que cultivam, usam, fumam, aspiram, fazem nebulização, comem qualquer coisa? Isso é problema da saúde, políticas públicas...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero lembrar que há muitos outros inscritos para falar.

O SR. DIEGO SOUZA FERREIRA – Estou encerrando, Senador, só mais um minutinho, por favor.

Isso é problema da saúde, não da polícia. Eu, como policial, não quero prender um jovem ou um adulto porque ele usou ou deixou de usar qualquer coisa. O papel da polícia é investigar crimes e prender, protegendo e servindo a sociedade. Contudo, hoje a lei não nos dá alternativa. Tenho que prender todos indivíduos que possuírem as tais substâncias ilegais pelo simples fato de ser atualmente crime. Não interessa se é injusto ou irracional. Eu não tenho que gostar ou não gostar. A polícia tem que prender pessoas perigosas que causam dano coletivo à sociedade. Logicamente, as pessoas que continuarem se utilizando do comércio ilícito após a utilização serão punidas com o maior rigor da lei, mas está claro que haverá um comércio ilegal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO SOUZA FERREIRA – Se, porventura, sobreviver o ilegal este, sim, é o trabalho da polícia: reprimir o contrabando.

A discussão não é fumar ou não fumar; se é contra ou a favor. Assim, parece uma conversa de botequim, tomando cerveja e discutindo se o Inter é melhor do que o Grêmio. É uma questão de constatação. A questão é como vamos conviver de forma pacífica com o respeito às liberdade civis, aos direitos humanos, com essa temática das substâncias que foram arbitrariamente colocadas na ilegalidade. Nem sempre foi assim. Eu não sou a favor de que usem álcool, tabaco, maconha, cocaína, heroína, *ecstasy,* Apraz, Rivotril, Codaten...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO SOUZA FERREIRA – ou todas essas drogas que cidadãos que se dizem de bem...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O próximo orador é André Barros.

O SR. DIEGO SOUZA FERREIRA – ... compram nas drogarias... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, conclua.

O SR. DIEGO SOUZA FERREIRA – Estou concluindo, Senador.

Na ignorância, somos vítimas; com o conhecimento, tornamo-nos responsáveis.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Dr. André Barros, advogado.

O SR. ANDRÉ BARROS – Primeiro, Senador, quero dizer que considero o seu governo, no Distrito Federal, um dos maiores governos do Brasil, inclusive porque foi o governo que acabou com as desumanas celas nas delegacias policiais do Distrito Federal. E disso eu não me esqueço.

Senador, muitos aqui somos da Marcha da Maconha e lutamos por anos para poder realizá-la. A polícia a proibia, promotores se manifestavam contra.

Mais de dez juízes proibiram as Marchas da Maconha. Nós ficamos anos lutando por isso. Em 2011, felizmente, o Supremo Tribunal Federal garantiu a Marcha da Maconha, por nove a zero, dizendo que ela estava amparada pela Constituição Federal. Então, hoje estamos aqui debatendo a maconha, porque isso foi uma luta nossa, da Marcha da Maconha. Os que são contra a legalização da maconha nem queriam que pudéssemos realizar uma manifestação pública em defesa da maconha. Então, essa foi uma conquista nossa, por nove a zero, no Supremo Tribunal Federal.

A raiz da criminalização da maconha, Senador, é clara, é evidente, é racismo, é racista.

Eu trago aqui para V. Exª um livro do Governo brasileiro feito em 1958, depois da derrota do nazifascismo, um livro do Serviço Nacional de Educação Sanitária. Então, já se vê aqui o higienismo no livro. Vou ler o início do prefácio da segunda edição, de 1958, desse livro do Governo brasileiro. Isso aqui é uma coletânea de textos racistas, relacionando a maconha aos negros, à escravidão, porque quem trouxe o hábito de fumar maconha para o Brasil foram os negros degredados, escravizados, tanto que se chamava fumo de Angola.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ BARROS – Aqui diz:

Nosso objetivo autorizando a publicação de "Maconha" pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária é chamar a atenção dos estudiosos e dos governos para o problema.

Não é um problema nacional. É um problema mundial.

Mas aí está ele desafiando a nós todos que cuidamos da eugenia da raça.

E diz aqui:

[...] seus viciados geralmente [pertencem] a última e mais baixa escala social, são mesmo analfabetos e sem cultura.

Então, a raiz da criminalização da maconha, nesse livro, diz também...

A primeira lei do mundo que penaliza a maconha é evidentemente racista. Ela é do Município do Rio de Janeiro, §7º, de 1830. Ela diz na sanção: escravos e outras pessoas. Dava três dias de cadeia para quem consumisse o pito do pango.

O psiquiatra Rodrigues Dória, que foi Governador do Estado de Sergipe ou Alagoas – está aqui no primeiro texto deste livro –...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ BARROS – ...um psiquiatra brasileiro, em Washington, em um congresso internacional, entregou um memorial e fez um discurso dizendo que a maconha era uma vingança dos negros contra os brancos em razão da escravidão.

Este debate aqui é sobre maconha. E nós discutimos a questão das substâncias proibidas no Brasil. A questão é a maconha. A maconha no Brasil é criminalizada por racismo. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão. Nós não podemos ser o último país a legalizar a maconha no mundo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ BARROS – Essa é a razão da criminalização da maconha no Brasil e no mundo.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou passar a palavra, agora, ao Antônio dos Santos, Deputado Estadual de Sergipe. Deputado, com a palavra.

O SR. ANTÔNIO DOS SANTOS – Senador Cristovam Buarque e membros da Mesa, eu quero parabenizar V. Exª. Sou um admirador do trabalho, da postura e da inteligência de V. Exª.

Li, recentemente, um pronunciamento de V. Exª em defesa da Amazônia. Quando propuseram a internacionalização da Amazônia, V. Exª propôs que também internacionalizassem o Banco Central americano, as crianças e uma série de coisas, o que deixou aquele grupo sem ação diante de V. Exª. Muito inteligente. Parabenizo-o pela brilhante mente que Deus lhe deu.

Eu vim aqui exatamente representando a Associação dos Parlamentares Evangélicos do Brasil, a qual tenho a honra de presidir, entrando, agora, no meu quarto mandato de Deputado.

Sr. Presidente, é uma discussão muito séria e preocupante para todos nós. Nós vivemos em um País onde a saúde pública está numa falência total. O meu Estado padece de uma assistência à saúde. O meu Estado não tem uma clínica pública para atendimento de dependentes químicos. Quem é que vai bancar o tratamento de tantos milhões de dependentes da maconha daqui para frente?

Nós temos, como políticos, uma grande responsabilidade com aquilo que produzimos, é verdade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO DOS SANTOS – V. Exª é um Senador; eu, um Deputado. A história contará o que deixamos de produto para as gerações futuras.

Vejo com muita preocupação a liberação do uso da maconha, mesmo que para fim medicinal, até porque já foi dito pelo Senador Magno Malta e já foi dito pelo delegado que a quantidade de pessoas que dependem desse medicamento é bem pequena, e que isso pode ser resolvido com uma portaria do Ministério.

Como cidadão brasileiro, eu venho deixar, nesta audiência pública, o meu pedido para que este Congresso Nacional não libere, através de lei, o uso da maconha no meu País, no nosso País.

Eu vejo isso com uma preocupação muito grande. É um País onde a população que usa a droga, a maioria absoluta dela, não o faz com os seus próprios recursos; utiliza de roubos e assaltos para usar a droga. A maioria absoluta, no meu Estado, dos dependentes químicos, dos dependentes da maconha rouba para conseguir o produto, colocando em risco a vida da sociedade, colocando em risco a vida das famílias. E hoje, em vez de estarmos lutando para liberar, deveríamos estar nos esforçando para recuperar os que lá estão sendo escravos da droga.

Vi uma cena, Senador, que me deixou abalado. Estava indo por uma rua e um jovem demonstrando que estava completamente drogado se ajoelhou no asfalto quente, levantou as mãos e disse: "Por favor, me tire desta vida, me tire desta situação." É alguém que chegou na droga talvez por incentivo de alguns, mas não tem força para sair.

O Brasil precisa, sim, gastar o recurso que tiver, fazer o esforço que puder para libertar os que estão querendo ser libertos, e jamais liberar para ampliar a massa dos já contaminados.

Rendo minha homenagem a V. Exª.

Compartilho da sugestão do Senador Magno Malta de criar a frente parlamentar para tratar deste assunto e espero que o Brasil ajude o povo brasileiro a viver sobriamente uma vida em paz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero dizer que obviamente não vou me inscrever. Mas eu me reservei para à uma hora – e é quase uma hora – fazer uma pergunta aos que estão na Mesa, porque, se eu for esperar para fazer essa pergunta lá pelas três da tarde, eu creio que vamos perder muito. É uma só pergunta.

Todos estão vendo aqui depoimentos de tragédias provocadas pela droga. Todos estão vendo. Todos estão vendo que, portanto, não estamos enfrentando corretamente o problema da droga no atual marco legal brasileiro. E aparentemente, pelo que foi dito aqui, todos são contra a regulamentação.

A minha pergunta é: levando em conta isso tudo que a gente já viu aqui da tragédia familiar, o que vocês recomendam que a gente deve fazer, e que nós não estamos fazendo e, por isso, estamos perdendo a guerra? Eu queria passar a cada um para que cada um dissesse: o que acha que deve ser feito para que a gente vença a guerra da droga? E não apenas digam: "Continue tudo como está, porque as coisas vão bem", porque elas não vão bem.

Deputado Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Senador, eu sou autor da nova lei que foi aprovada na Câmara sobre drogas, que é uma lei que aumenta o rigor contra as drogas; não libera, e aumenta o rigor. É uma lei que está aqui no Senado agora, sob o nº 37-C, na Comissão de Justiça, cujo Relator é o Senador Carlos Valadares, de Sergipe, que, porém, tenta acabar com a minha proposta no seu relatório. É um relatório francamente favorável à liberação das drogas o do Senador Carlos Valadares. Então vai haver essa discussão.

Quero dizer ao Senador Magno Malta que me inclua nessa frente, porque vou trabalhar. Acho que uma das coisas mais importantes que podemos fazer no Congresso hoje é enfrentar essa questão.

Mas eu queria dizer, Senador Cristovam – o senhor cita que hoje a experiência mostra que fracassou a luta contra as drogas –, eu quero dizer a V. Exª que as drogas não existem só neste século ou existiram no século passado, elas existem há milhares de anos. E foi a experiência, o sofrimento e a tragédia social que o uso, em grande escala, das drogas provocou que levaram todos os países do mundo a proibirem as drogas. Esse conto do Pito do Pango, da maconha aqui no Brasil, não pode ter influenciado a China, os Estados Unidos, não pode ter influenciado a Suécia, não pode ter influenciado o mundo inteiro. Essa é uma história local e sempre tem um enredo para justificar, para dar um motivo para liberar alguma coisa.

Todos os países do mundo, Senador – e isso é estudo da história humana –, proibiram. Cento e noventa e oito países da ONU proíbem as drogas, e não é por influência dos Estados Unidos.

Eu fui fazer uma palestra na China, a convite do governo chinês, sobre primeira infância, e quando cheguei no aeroporto tinha um cartaz enorme dizendo o seguinte: aqui qualquer transporte de drogas é punido com pena de morte. Todos os países socialistas... Não tem uma questão... Sou contra a pena de morte. Estou dizendo todos os países, portanto não tem viés de esquerda ou de direita nisso. Os socialistas tratam com um rigor muito maior do que os países capitalistas. Inclusive, muitos com pena de morte. Então o sofrimento desses países... Ter sofrido por mais de cem anos a liberação do ópio levou a China a tomar uma posição duríssima em

relação a isso. O Japão, que citei ali, com a liberação da metanfetamina, teve que tomar medidas duríssimas. Hoje é o país que tem uma das leis mais rigorosas da Ásia e tem menos usuários de drogas.

A experiência do mundo mostra o contrário, Senador Cristovam Buarque. Diga um país do mundo que liberou e que deu resultado que abro mão do meu discurso. Nenhum país do mundo... Todos os que tiveram os melhores resultados foram os que aumentaram o rigor e enfrentaram o problema.

O Brasil tem uma dificuldade. O Brasil tem fronteira. Nós, da comissão sobre drogas da Câmara, visitamos todos os países que tinham algum tipo de problema, de envolvimento. O Brasil tem uma particularidade geográfica única no mundo: ele tem fronteira com todos os produtores de coca. Hoje, 85% a 90% da cocaína que entra no Brasil vêm da Bolívia, e é fonte de renda. Esse PIB da Bolívia tem a ver com a morte dos nossos meninos nas cracolândias do Brasil, porque é uma quantidade gigantesca. O lucro que a Bolívia tem é tanto ou mais do que com a indústria petrolífera.

Na questão específica da maconha, por exemplo, hoje é o Paraguai o grande exportador. Amanhã será o Uruguai, que está se preparando para ser uma plataforma de exportação de maconha e de outras drogas, porque elas nunca caminham sozinhas.

Então, Senador, quero dizer que o proibicionismo, esse termo inventado para tentar liberar as drogas, é um termo que... Qual é o proibicionismo? Nós não vamos proibir a corrupção? A corrupção tem que ser punida. Ou será que porque estão sempre roubando, sempre roubando, vamos liberar? E a pedofilia? A pedofilia tem que ser proibida. Se nós não vamos proibir a pedofilia... "Ah, mas não reduziu, continua..."

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Permita-me, Deputado, só para contribuir.

Há países, organizações... E aqui no Congresso Nacional do Brasil já tem gente imbuída de mandato fazendo reuniões e discutindo a legalização da pedofilia no Brasil.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Quero dizer, Senador, só para terminar, que não existe a possibilidade de a gente acabar com as drogas, de eliminar o uso de drogas. Mas existe possibilidade de diminuir o número de vítimas das drogas, diminuir o número de famílias devastadas pelas drogas, diminuir os terceiros que são vítimas.

Eu tive um afilhado – esse é um depoimento pessoal meu – que estava no terceiro ano de Medicina, com 19 anos, uma das mentes mais brilhantes que eu conheci, que, andando na calçada em Porto Alegre, foi atropelado por um carro que entrou a 100 quilômetros por hora, uma caminhonete, e o esmagou. Ele ficou quase irreconhecível. Fizeram um teste para ver bebida alcoólica do sujeito, e deu normal. Resolveu um delegado, por um estalo, fazer um exame toxicológico. Estava com teores altíssimos de THC. Tinha fumado maconha em grande quantidade.

Então, é isso, Senador. Essas vítimas todas que nós vemos, essas famílias devastadas, esses meninos que não conseguem nem progredir na escola, nem progredir no lugar onde trabalham... É isso que nós vamos estar liberando, Senador. É essa a questão. Nós vamos multiplicar muito o número dessas pessoas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – É essa a questão. Essa questão de ser contra ou não, da proibição, eu seria a favor de liberar tudo se não causasse tanto dano e tantas tragédias sociais. Pergunte aos outros países, Senador. Vamos conversar com as embaixadas. Chame os embaixadores. Por que eles proibiram e por que é tão dura a legislação nesses países?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra ao delegado Alexandre.

O que fazer?

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO ZAKIR – Senador, o senhor demonstra estar extremamente preocupado com o tema e extremamente atento ao dar oportunidade de ouvir sugestões.

Quando iniciei a minha fala, disse que me ateria exclusivamente à segurança pública. E as minhas sugestões também serão exclusivamente ligadas à segurança pública.

Como eu disse que o modelo de segurança pública utilizado hoje no combate já se mostrou ineficiente e já se mostrou ineficiente não só no combate às drogas, e também ineficiente em inúmeras outras práticas ilícitas, ele tem se mostrado ineficiente, nós precisamos repensar o modelo de segurança pública. O modelo de segurança pública hoje precisa se utilizar da tecnologia que é tão amplamente utilizada pelo nosso Estado para cobrar impostos, que é tão amplamente utilizada pelo nosso Estado para cobrar tributos, taxas, multas. O controle da entrada da droga a ser feito pela fronteira encontra dificuldades físicas e geográficas, que podem ser superadas de uma forma simples, com o uso de tecnologia e de inteligência e investigações dentro do Estado, aproveitando o nosso modelo federativo.

Nós temos que saber usar o nosso modelo, a nossa característica, a nossa legislação em função da nossa realidade, e não trazer modelos de fora. Se os Estados Unidos têm um pacto confederativo e lá cada Estado tem a sua forma de gerir e utilizar, e isso em função da cultura daquele país e daquela sociedade, que permite que o regramento seja utilizado e bem utilizado, esse modelo não nos cabe. A nossa origem é outra. Nós temos que nos inventar e nos reinventar na forma de combater, não perseguindo usuários, e, sim, combatendo aquele sujeito que enriquece grandemente com o tráfico, e, sim, combatendo o policial que se corrompe e que se vende dentro desse modelo, e, sim, combatendo a legislação que não se apresenta pronta, e eficaz, e eficiente na hora de punir e reprimir o sujeitos que se locupletam com a utilização.

Não vejo outro caminho que não a utilização da tecnologia, porque hoje, com os modelos de nota fiscal eletrônica, nós conseguimos saber os veículos que podem transportar grandes quantidades de maconha, e esses devem ser atacados, e não o sujeito que transporta pequenas quantidades. Esse é o modelo que tem que ser utilizado, cruzamento e informação, uso da tecnologia para isso. E utilizar o treinamento e a formação de uma força policial capaz de reconhecer no cidadão não um inimigo, e sim um sujeito que precisa de um amparo, de uma resposta do Estado à altura daquilo que é previsto numa sociedade democrática, livre e justa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Dr. Marcos.

O SR. MARCOS ZALESKI – Sob a ótica da saúde mental, nós trabalhamos sempre com a prevenção, e a prevenção hoje no Brasil praticamente não existe. A indústria do álcool comanda toda a venda do álcool no País. A gente não tem nenhum tipo de regulação para proibição de venda de bebida alcoólica para menores de 18 anos.

A gente sabe que o álcool é uma das primeiras portas de entrada para o uso de maconha e para o uso de outras drogas também. Não existe mais um questionamento maior sobre se algumas pessoas que começam a utilizar a maconha passam ou não a utilizar outras drogas.

Existem aquelas pessoas que usam maconha a vida inteira e só usam aquela droga. Muitas delas acabam sendo, como a gente vê nas clínicas, o Senador falou, e é o que a gente vê nos nossos consultórios também, não só usuários de maconha. Há aquele que relata o uso de maconha e depois segue para cocaína, *crack*.,É aquela tragédia que a gente vê na família. A gente vê as situações que não deram certo no nosso consultório e infelizmente são muitas pessoas.

Os dados, se não me engano – se não for isso a senhora pode me corrigir –, são 4,5 milhões de usuários de maconha que nós temos no País hoje. Se a gente colocar 10% ou 20% de dependentes, vamos ter em torno de 500 mil a 1 milhão de dependentes desse tipo de droga, com uma boa parcela deles passando para outras substâncias.

Então, a gente tem o problema de uma epidemia do uso de drogas em geral no Brasil hoje e ela tem que ser atacada com rigor e deve ser, na minha opinião, na nossa opinião, de quem trabalha com dependência química, com pesquisa e também em clínica, uma prioridade de Estado, com amplos recursos destinados à ampliação dos serviços já existentes e com uma parte muito importante de prevenção dentro de escolas, não junto a alunos, porque vai despertar ainda mais a curiosidade, mas entre educadores, mestres e professores, para que os indivíduos sejam identificados e tratados o mais cedo possível.

O dano cerebral dos usuários de droga dos 8, 10 aos 24 anos de idade pode ser, e é, em muitos casos, irreversível. Então, o uso de drogas entre os adolescentes, a prevenção de drogas entre adolescentes deve ser uma prioridade de Estado e um maior controle na venda de álcool para esses menores também, e é vendido praticamente livremente. Nós temos dados mostrando 40% de aumento de consumo de álcool em binge, que são cinco doses ou mais – quatro doses para homens e cinco doses para mulheres. Em torno de metade das meninas hoje estão consumindo álcool. As que consomem mais tomam em torno de cinco doses ou mais por vez e isso as deixa com uma vulnerabilidade muito grande para outras atitudes, incluindo o uso de outras substâncias.

Então, a gente tem que investir maciçamente em prevenção e acredito que a única maneira seja como prioridade de Estado, considerando a questão da saúde pública em relação às drogas uma verdadeira epidemia nacional.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Drª Ana Cecília.

A SRª ANA CECÍLIA PETTA ROSELLI MARQUES – Tentando pensar um pouquinho na linha do que eu conversei, eu acho que são vários capítulos, Senador. Eu não teria uma resposta. São vários capítulos.

Eu acho que temos que rever a lei, temos que ouvir os usuários. Eu acho que, no final das contas, se nós quiséssemos tirar uma resposta hoje aqui, eu não a teria. Eu não consigo imaginar que a solução esteja pronta. Como eu disse no início da minha fala, quanto mais nós discutirmos mais próximos estaremos da resposta que o senhor tanto busca, e a sociedade brasileira também. Mas, com certeza, neste momento, não é a legalização

da droga. Seria reduzir o fenômeno, que é enorme, imenso, complexo, a uma situação única: legalizar a droga e ponto, desconsiderando tudo o que a gente está discutindo aqui.

Então, se nós chegarmos à legalização, vai ser uma decisão de todos, da sociedade brasileira, mas nós estamos longe disso. Nós temos que ver o direito da criança e do adolescente, ver o direito de quem usa e por que usa. Então, eu não teria essa resposta de imediato.

Acho que nós temos medidas a curto prazo, temos que resolver alguns impactos a médio prazo e, quem sabe?, num longo prazo a gente consiga uma sociedade estável, que tenha prevenção, tratamento, controle. Aí eu acho que essa é a sociedade em que as pessoas decidem e protegem o outro, se colocam no lugar do outro. Acho que se colocar no lugar do outro é a palavra para a gente pensar as próximas medidas.

Eu não teria a principal resposta agora, mas acho que não é a legalização. Acho que é muito precoce.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Doutora.

Padre Aníbal.

O SR. ANÍBAL GIL LOPES – Eu gostaria de fazer algumas considerações no seguinte sentido: primeiro, eu entendo que nenhum de nós tem essa resposta. É uma resposta que a sociedade brasileira deve construir e cada um traz, de dentro da sua experiência pessoal, da sua capacitação pessoal, elementos para a construção de uma resposta abrangente. Nesse sentido, eu gostaria de trazer alguns elementos, que são aquilo com que eu posso contribuir.

A primeira coisa são os aspectos éticos. Muitas vezes a gente fala em autonomia, e a gente esquece que a criança nasce em anomia, vai para uma fase de heteronomia, em que os modelos e os padrões são aceitos e incorporados, e chega a alguma coisa que alguns imaginam que seja autonomia. E autonomia é sempre relativa, porque nós somos sujeitos a inúmeras pressões, emoções. Portanto, a nossa verdadeira liberdade de decisão nunca é plena.

Dentro das respostas éticas, que eu diria que é concordar ou discordar, existe um elemento fundamental, que é o consentimento. Eu só posso consentir ou não consentir eticamente se eu souber sobre aquilo que decido. É a informação.

Eu diria que o grande problema até do nosso sistema político é que nós nos baseamos na propaganda e não na informação. E aí eu questionaria os elementos éticos dos processos. Então, não é simplesmente ter posições emocionais. Temos que conhecer, na maior amplitude possível, os fundamentos que podem gerar alguma coisa que seja resposta.

Trago aqui muito particularmente a minha experiência de aspectos regulatórios, porque, durante muitos e muitos anos, trabalhei no CEPs, na Conep, no Conselho Federal de Medicina, na Anvisa, não como funcionário, mas como membro das comissões, portanto, comissões que têm como finalidade proteger a pessoa do uso de medicamentos. E eu gostaria de olhar a discussão de hoje numa parte muito clara: se propusermos qualquer planta, qualquer fármaco, qualquer droga, qualquer mistura para fins terapêuticos, tenho que garantir a sua segurança e a sua eficácia. E, no caso particular, ainda que do ponto de vista daquilo que chamaríamos de farmacoétnica, de princípios étnicos, de usos populares, há evidências de que *Cannabis* tenha muitas substâncias com possíveis papéis. Professor, eu não quis trazer tanto detalhe, só um discurso mais aberto, mas ela mostrou o número e as áreas de possível atuação desses fármacos.

Esse é o caminho. Não é a planta. Quase todos os medicamentos que temos, efetivos, para controlar a pressão arterial, os antibióticos, os quimioterápicos, são retirados de plantas, de fungos, de animais, de bactérias, mas são purificados e têm exatamente as condições de segurança e de eficácia comprovadas. Então, enfatizo que o estudo é fundamental para que a questão médica envolvida no uso de derivados da *Cannabis* possa realmente ter esse substrato básico científico seguro.

Depois, há inúmeras outras questões das quais, muitas vezes, fugimos. Fugimos, por exemplo, da pergunta: por que existe uma indústria baseada no consumo de álcool? Por que existe a indústria fumageira? Onde estão os lucros, os interesses? Como fica a situação dos conglomerados econômicos voltados para o tabaco quando o tabaco começa a ser não utilizado no mundo? Certamente, é fácil imaginarmos que podemos substituir o tabaco por outra coisa, e entramos de novo no aspecto comercial. São inúmeros aspectos.

Acho que cada um de nós traz uma experiência diferente. Como vim aqui como padre, representando a Conferência Nacional, fiz um grande esforço para, em nenhum momento, ter um aspecto religioso, um aspecto de apelo emocional. Acho que esses aspectos, esses vieses não conduzem à solução. A verdade nos liberta. É através do conhecimento que podemos chegar a alguma solução adequada.

É a minha opinião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Senador Cristovam, ainda dentro da pergunta que V. Exª fez e das respostas que foram dadas, satisfatórias, sob meu ponto de vista – e vou hoje à tribuna do Senado para anunciar essa frente parlamentar –, eu dizia do retorno da 6.368, desse viés que tratava exatamente da prevenção, instituindo estudos sobre drogas nas escolas deste País.

Seja qual for o novo Presidente da República, a grande contribuição a ser dada é esta: estudos sobre drogas nas escolas deste País – historicidade das drogas, o que foi colocado aqui por alguns; seus malefícios psicológicos, que foram colocados aqui, isso é científico; malefícios morais, éticos, como o Padre Aníbal acabou de colocar; malefícios familiares e sociológicos.

O sujeito vai numa estrada e vê uma placa: "A ponte caiu a 300 metros". Se esse rapaz estudou, aprendeu a ler, a chance de ele cair é zero. Sabe ler a placa e vai voltar. Mas quanto àquele que não recebeu a informação, que não aprendeu, que não sabe ler, a chance de cair é de 100%. Quando você informa, você forma. Quando você não informa, você produz a deformidade.

Então, acho que a grande contribuição deste debate é instituir estudos sobre drogas nas escolas deste País. E a exemplo de como foi colocado por todos, não temos a mínima condição de legalizar neste País. A grande contribuição será pela via da educação, porque, à medida que você informa, você tem uma geração informada, outra geração informada e outra geração informada e, daí a pouco, caminhamos para um momento e um modelo em que as pessoas vão nos citar lá na frente. É possível que nós não estejamos mais aqui, mas penso também que é este o caminho. V. Exª é educador. Penso que é o caminho a escola e educação em casa, porque pai e mãe educam e a escola produz, abre janela para o conhecimento para produzir essa formação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bom.

Agradeço e vou voltar à lista.

Eu só queria aproveitar para dizer que nós precisamos fazer debates como este também sobre o álcool. (*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Este País virou um imenso botequim, de sexta a domingo. Oito milhões e meio de quilômetros quadrados. O maior botequim do Planeta. A gente precisa discutir isso também. Não é deixar de discutir isso. Talvez até de segunda a segunda.

Bem, passo a palavra ao Sr. Fábio Sousa, que é Deputado Estadual de Goiás. Está presente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora, volto para o outro lado, das pessoas que se pronunciam a favor, que se inscreveram-se como tal.

Luciana Rocha, que se inscreve como bisavó e arquiteta. (*Pausa.*)

Teve que ir embora.

Elaine Alves, com a palavra.

A SRª ELAINE ALVES – Bom dia. Eu sou Elaine. Sou enfermeira. Tenho pós-graduação. Eu sou formada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Eu tenho pós-graduação em Saúde Mental pela ENSP e tenho especialização também em Estratégias de Saúde da Família. Ou seja, eu trabalho próximo a boca de fumo, enfim.

Então, eu vim para falar da minha história de vida, mas acho que preciso pontuar algumas coisas que foram ditas aqui. Primeiro, qual o conceito de dependência química? Porque uma pessoa que fuma um cigarro de maconha e não tem a sua vida interrompida por conta desse uso não é considerada dependente química. Ela só será considerada dependente química a partir do momento em que tiver a sua vida interrompida. Aí foi citado o *crack*. Bom, a gente vê o exemplo das pessoas que largam suas vidas para viver do *crack*, não é isso? Agora, isso não é frequente com usuários de maconha.

Eu não sou usuária de maconha, eu sou usuária do óleo, que ganho de amigos, porque tenho fibromialgia, que é uma doença grave. Eu já fiz tratamento com vários medicamentos. Eu posso falar para vocês: antidepressivo, relaxante muscular, calmante, acupuntura, pilates, musculação, fisioterapia, analgésico de média e alta potência, chegando ao uso diário de morfina. O médico cogitou a possibilidade de colocar uma bomba de morfina intradérmica, encaminhou-me para a Clínica da Dor, só que eu não tenho condições de pagar R$950,00 por uma consulta médica numa clínica da dor. As clínicas da dor que são disponibilizadas para a população têm filas quilomêtricas; às vezes, anos de espera. E aí eu me questiono no seguinte: é muito fácil a gente dizer: "Não vamos legalizar. Não vamos legalizar o uso medicinal."

Eu ouvi muito falar de criança, aqui. Mas a minha família também está sendo destruída pela minha fibromialgia, porque eu tentei suicídio de fevereiro a novembro do ano passado. Meu casamento se desfez, eu me separei, eu perdi dois empregos. Hoje eu sou sustentada, eu vivo com a ajuda da minha família, eu sou servidora municipal, e eu só trabalho porque tenho a compreensão da minha chefia, porque tem dia que eu não consigo ficar em pé, e com o óleo eu estou conseguindo mudanças em minha vida.

Aí eu ouço: "Vamos proibir". E o que vocês vão fazer com a minha vida? Como é que eu vou gerenciar a minha vida? Porque é muito fácil dizer: "Vamos proibir". Agora, o que vai ser feito com as pessoas que precisam do remédio? Porque não são só crianças com epilepsia, não! Estou eu aqui como exemplo para vocês.

Quando eu fazia a minha pós-graduação, tive o meu primeiro contato com a ideia do uso medicinal. Lá eu tive acesso às pesquisas, lá eu tive acesso aos estudos que são feitos. Partiu de mim pesquisar sobre isso. Eu fui em busca de saber como eu poderia me curar. Gente, eu já usei todos os medicamentos possíveis. Eu faço tratamento com psiquiatra, com ortopedista, com vários médicos. Eu faço tratamento multidisciplinar, eu não faço tratamento com um só profissional, é multidisciplinar, porque a fibromialgia exige isso e eu precisei buscar o conhecimento.

Eu também estava enraizada, no início, em conceitos que a sociedade coloca. Eu sou de uma família evangélica, eu fui criada dentro da igreja. Só que, por questões de saúde, ou eu me mato ou eu busco a cura. Eu não tenho outra opção, eu preciso buscar ajuda.

Eu tenho a sorte de ter amigos que me dão o óleo. E tantas outras pessoas que não têm dinheiro para comprar? Eu não tenho! E aí? Como é que eu vou fazer? Eu não tenho dinheiro para importar. Alguém tem uma solução para a minha vida? Eu não tenho dinheiro para importar. Eu conto com a caridade das pessoas.

Eu quero dizer que eu não planto, eu nunca fumei maconha, eu só faço realmente o uso do óleo. Eu não tenho nenhum efeito psicoativo, ao contrário do que acontece com os outros medicamentos. Relaxante muscular me deixa sonolenta. Como é que eu trabalho sonolenta com vidas? Eu sou enfermeira, eu trabalho com vidas. Como eu vou trabalhar com vidas se eu estou sonolenta. Morfina, tramadol, oxicodona, todos esses medicamentos me dão efeito colateral. A oxicodona me deu vômito; o tramadol me deixa cega, ele seca a mucosa de minha vista, eu não enxergo nada quando estou sob o efeito dele. E aí eu digo para vocês, eu preciso do medicamento. E eu não sou criança com epilepsia. Então, a gente precisa ampliar essa visão. Dentro da saúde mental, há essa questão da dependência química.

Eu queria falar uma outra coisa sobre a proibição. A proibição é muito relativa, porque se eu der um passo para fora da unidade em que eu trabalho estou em boca de fumo. Eu nunca busquei lá porque eu não quis. Mas é muito relativo a gente falar em proibição. É uma coisa proibida a que todo mundo tem acesso? Que coisa proibida é essa a que todo mundo tem acesso na hora que quer? Porque eu tenho acesso se eu quiser. Eu não vou porque eu não quero, entenderam?

Outra coisa que eu queria falar é sobre a porta de entrada.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELAINE ALVES – O que gera a porta de entrada não é a maconha, o que gera a porta de entrada é um erro da nossa sociedade em não dar suporte social para as pessoas. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELAINE ALVES – Se a criança sai de casa porque o pai a espanca, porque a mãe a espanca, porque o padrasto a estupra, e ela vai para a rua buscar droga, a porta de entrada aí não é a maconha, a porta de entrada aí é o contexto social em que essa criança vive. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, silêncio.

Eu peço que a Elaine termine.

A SRª ELAINE ALVES – Eu só acho muito fácil a gente falar que porta de entrada é a maconha. Eu uso o óleo e não tenho vontade... Eu nunca bebi, eu nunca botei cigarro na minha boca e o óleo, para mim, não está sendo porta de entrada para nada, mesmo porque eu não quero mais do que isso. Eu sou quero o meu direito que está na Constituição.

O art. 196 da Constituição diz que a saúde direito de todos e dever do Estado. Então, eu quero o meu direito de ter saúde. É a única coisa que eu peço a vocês: o meu direito de ter saúde.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELAINE ALVES – O meu direito de não desesperar a minha família, porque posso me matar a qualquer momento, porque não aguento mais sentir dor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Eu passo a palavra, agora, ao Rodrigo Dalmasso, que é deputado distrital eleito, do DF. Está o Deputado? (*Pausa.*)

Não.

Então, passo, agora, à Patrícia Rosa, que se considera mãe e engenheira. (*Pausa.*)

Paulo Fleury Teixeira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ah, desculpe, Patrícia.

A SRª PATRÍCIA ROSA – Boa tarde, senhoras e senhores, Senador Cristovam Buarque e todos da Mesa. É com grande emoção que falo hoje nesta audiência, pois a voz de mães e pacientes com epilepsia de difícil controle, mais uma vez, está sendo ouvida, corroborando com pais e familiares que já estiveram aqui.

Lembro que são 700 mil pacientes, entre crianças, como a minha que está ali, que têm crises de difícil controle. São 700 mil! Não são 34, nem 111. São 700 mil.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PATRÍCIA ROSA – Eu não gostaria de ouvir, neste recinto, nesta audiência, que minha fala contém inverdades, farsas, invencionices, ou de ser banalizada. Seria muito vil, rasteiro e vulgar, aqui, alguém ousar falar tamanha leviandade ou ser insensato a esse ponto.

Meu nome é Patrícia Rosa. Sou engenheira eletrônica, mestranda em Geofísica no Rio de Janeiro, e minha filha, Débora Rosa, que está aí, é uma jovem de 19 anos, que apresenta genótipo de Síndrome de Dravet, com duas mutações genéticas piorando seu quadro (SCN1A e SCN9A), síndrome rara e severa – ela aí está em convulsões –, o que determinou sua deficiência física e mental grave. Ela apresenta crises epilépticas intratáveis desde os primeiros meses de vida, parciais complexas, generalizadas, mioclonias, ausências, com risco de vida, refratárias a todas as medicações ou a diferentes esquemas de medicamentos registrados pela Anvisa, chegando a fazer 20 convulsões por dia em sua primeira infância. Dificuldades para andar, falar, deglutir, distúrbio do sono, anormalidades gastrointestinais, estando totalmente dependente de terceiros para atividades da vida diária. Apresenta também paralisia cerebral, hemiparesia esquerda e espectro autista. Ela ainda teve problemas no parto, agravando mais ainda a hipóxia neonatal.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PATRÍCIA ROSA – Aos dois anos de idade, teve um diagnóstico errado de Erros Inatos do Metabolismo, com vários medicamentos impróprios e inadequados a essa síndrome; ou seja, ela entrou várias vezes na fila, e eu a estava tirando.

A minha vida e a da minha filha são regidas pelo signo de luta, persistência, resiliência e coragem. Foi uma infância perdida, adolescência roubada e juventude negada.

Vendo a reportagem do Fantástico, comecei a procurar ajuda. Em diferentes ocasiões e momentos, eu utilizei o óleo caseiro, por compaixão, tecnicamente chamado uso compassivo, em que não há mais nada a fazer. Porém, o óleo caseiro não teve êxito, o que me leva a crer que o Brasil está muito incipiente, muito atrasado, seja por questões legais, morais, entraves burocráticos e científicos. Carece, ainda, de plantas ricas em CBD, lembrando que o THC contido na planta também é usado medicinalmente. Não temos laboratórios dispostos a mensurar, a realizar a proporção de CBD/THC e otimizar um controle de qualidade, por ser uma planta considerada ilegal.

Pergunta que não quer calar, usada metaforicamente: por que, nos Estados Unidos, Colorado e Califórnia, estados; no Chile, com suas mães; na Itália, com seu exército; países como Uruguai e o não falado aqui país Israel já regulamentaram? Por que estamos tão atrasados em pesquisas e regulamentações?

É pela falta de informação.

Bom, como não teve efeito o óleo caseiro, parti para a Anvisa. Eu sou uma das 87 famílias que têm autorização excepcional da Anvisa para importação do canabidiol. Novamente, num universo de 700 mil pacientes.

Ainda existiam outros entraves. O valor da importação dos remédio e do transporte é que deveriam ser ilegais, proscritos, porque é um absurdo. E quem mora no interior do Brasil? E quem não tem recursos? E quem ter valores morais arraigados e tradicionais?

Entretanto, senhores, eu comecei a dar a ela a planta rica em CBD importada no mês de setembro, *in natura*, pela Anvisa, vendida como suplemento alimentar. No quarto dia, ela parou com as mioclonias severas. Baixou de 15 a 30 convulsões por mês para 7, só no mês de setembro. E conseguiu dormir. Só de nós duas conseguirmos dormir foi uma vitória, e eu me emociono muito.

Também ganhei hérnia de disco nessa caminhada: L5, L4, S1, S2... E também estresse e ansiedade gerados pelas convulsões que minha filha faz. Usei o óleo caseiro, estou bem melhor também.

Eu queria fazer alguns questionamentos.

Os senhores já viram alguém convulsionar? E convulsionar várias vezes seguidas?

Esses questionamentos foram feitos por uma das mães, a Aline Voltz.

Os senhores já estiveram num CTI? Já viram alguém entubado? Já tiveram que sair correndo para o hospital com seu filho desacordado após uma longa convulsão?

Já tiveram que tirar seu filho da escola por ele não conseguir mais frequentar por estar dopado por anticonvulsivantes?

Já o viram tão dopado a ponto de não reagir a nenhum estímulo?

Já contabilizaram as perdas e sequelas de seus filhos?

Já chegaram em casa, deixando seu filho em coma no CTI, e sentiram a pior solidão e impotência do mundo?

Já sentiram o sopro gelado da morte?

A cara da epilepsia refratária é feia, meus senhores, mas o meu amor é bem maior.

Conheço o meu mundo: é só para fortes.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – (*Fazendo soar a campainha.*) – Eu passo a palavra agora à psicóloga Marisa Lobo.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – (*Fazendo soar a campainha.*) Está com a palavra a Drª Marisa Lobo, por favor. Paulo Fleury depois.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARISA LOBO – Eu estou falando agora. Dá licença?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª MARISA LOBO – Eu gostaria, assim como eles querem respeito, de que me respeitassem também.

Se você quer falar da questão de ex-psicóloga, eu não sou ex-psicóloga, porque apelei. A questão é: justamente porque eu luto contra a legalização de aborto e de drogas, o Conselho está me perseguindo. Mas tudo bem.

Vou à minha fala.

Eu me...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A palavra está com a Drª Marisa Lobo!

A SRª MARISA LOBO – Com a psicóloga Marisa Lobo. Peço respeito, assim como até agora eu respeitei vocês.

Eu queria me solidarizar com as mães, com a mãe que falou e com a menina que falou ali, que tem problema e usa o óleo. Eu acho que a Anvisa fez o que deveria ter feito realmente, já existe essa portaria há muito tempo, mas fez o que deveria ter feito; e o Conselho Nacional de Medicina, também. Agora é fácil você ter o seu medicamento, já saiu na imprensa; é você pedir para o médico, e ele prescreve para você. Enfim...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª MARISA LOBO – São Paulo.

Então, o que eu quero pedir aqui? É que os Deputados militem nessa causa, na causa realmente de casos graves em que for preciso o uso do canabidiol. Isso precisa ser regulamentado e facilitado para essas pessoas que têm realmente problemas sérios de saúde. Isso é inquestionável, todos nós estamos a favor e temos que estar a favor, mas através de portaria.

Agora, o que nós não podemos deixar acontecer é que esse *lobby*, esse mote da doença grave seja usado para a maconha recreativa, porque daí nós vamos colocar em risco, principalmente, Senador, os adolescentes e as crianças.

Nós temos um problema gravíssimo na nossa Nação, que são as crianças e os adolescentes! As crianças têm que ser respeitadas, as crianças têm que ser protegidas acima de qualquer interesse ou desejo de adultos! Nós estamos invertendo esses valores hoje no Brasil!

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARISA LOBO – Primeiro se dá atenção ao adulto, depois à criança? Essa criança tem que ser respeitada por essa mãe; essa menina que tem esse problema tem que ser respeitada. E se são 50, 60, 70 ou 700 mil, como ela disse – na verdade, são 77, está aqui na revista –, independente de quantas sejam, Senador, se uma ou um milhão, essas pessoas têm que ser respeitadas. Têm que facilitar esse canabidiol em óleo ou em cápsula para essas pessoas.

Mas não é por isso que temos que legalizar a maconha recreativa. É mais uma droga, Senador. Olhe os problemas que nós temos com o álcool e com o cigarro. O Governo gasta, segundo uma pesquisa, um levantamento de 2010, se não me engano, 338 milhões por ano com o tratamento psicoterápico de doenças como o câncer, causadas pelo cigarro, que é legal. Então, não podemos ser infantis. É a lei do menor prejuízo. Vamos salvaguardar essas pessoas que realmente estão doentes, mas também os nossos filhos, que vão ficar doentes por causa das drogas.

A saída é resolver o problema de quem realmente tem problema sério de saúde, facilitar. Mas colocar os nossos filhos, os nossos netos, os nossos adolescentes em risco, usando a doença de pessoas, doença grave, isso é uma desonestidade intelectual, isso é uma maldade muito grande.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARISA LOBO – E vamos lutar contra isso, sendo psicóloga, ex-psicóloga, ex-doutora, o raio que for, porque somos militantes sociais...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARISA LOBO – ... pró-família: Brasil sem Aborto, Brasil sem Drogas, Maconha Não, Fenasp, Movida, tudo quanto é movimento que não ganha um centavo, um tostão! Estou aqui, porque um empresário tira do bolso dele para me trazer aqui, para me dar passagem...

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARISA LOBO – É do Movida, é nosso militante, e tira do bolso dele.

Então, não admitimos mais, Senador, porque nós militamos contra as drogas – é uma inversão de valores –, ser massacrados. Hoje, eu sou a pessoa – guarde o meu nome e verifique na internet, Marisa Lobo – mais massacrada pelos maconheiros deste Brasil. E o nosso movimento nunca falou contra a maconha terapêutica e as pesquisas – nunca! –, só que eles nunca se preocuparam em olhar isso, que está estampado...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARISA LOBO – ... na primeira página dos *sites e* do blogue. Nunca se preocuparam com isso. Sabe por que, Senador? Porque há um movimento, uma artimanha para legalizar drogas, e eles estão usando a dor das pessoas...

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARISA LOBO – ... dessas pessoas que estão doentes. Eu sou a seu favor, mãe, e a seu favor, menina. Vou estar do lado de vocês, militando com vocês para importar, sem custo nenhum, zero. Vou lutar por vocês. Mas legalizar a maconha, Senador, e colocar os nossos adolescentes e crianças em risco por causa de prazer de adulto! Que inversão de valores é essa? E a nossa educação como é que fica?

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARISA LOBO – Nós não temos educação para isso, Senador?

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARISA LOBO – Vamos educar primeiro. Depois pensem a esse respeito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero lembrar aqui aos que não acompanham este debate ao longo do tempo que já decidi que será tratada separadamente a questão medicinal e a questão recreativa – não vamos misturar as duas questões –, terapêutica.

Agora a palavra está com o Sr. Paulo Fleury Teixeira, doutor, médico.

O SR. PAULO FLEURY TEIXEIRA – Bom dia ou boa tarde, já não sei mais, Senador e demais presentes!

Senador, primeiro, o que gostaria de dizer é que estou trazendo o que acho uma visão lacunar aqui e espero colaborar nesse sentido. V. Exª mesmo fala, e os demais falam, com toda a frequência, em saúde pública. No entanto, não há um profissional de saúde pública aqui. Eu sou da saúde pública e falarei em nome dela ou sob o prisma da saúde pública.

O prisma da saúde pública é bastante distindo dos demais aqui apresentados, porque é o prisma da responsabilidade sanitária, é o prisma de responsabilidade com a saúde da população em geral, e não com a de uma parcela só. Estou falando isso, Senador, especialmente para V. Exª atentar para o fato de que, mesmo todos colegas que estão na Mesa, com toda a boa vontade e todo o conhecimento que eles trazem, falam de um conhecimento baseado na clínica, baseado na visão que eles têm, no dia a dia, de pessoas que chegam com sofrimentos vários, sofrimentos esses que nunca podemos esquecer, os ligados à maconha especificamente, criados num contexto proibicionista, em que, por exemplo, um pai alcoólotra espanca uma filha, porque ela fumou maconha. Esse contexto cria condições que nos fazem lidar com problemas, na clínica, de uma gravidade imensa.

O fato é que, do ponto de vista populacional, de estudos populacionais, todos os aspectos que eles trouxeram aqui como problemas – há uma relação entre maconha e saúde mental, há uma relação específica entre maconha e esquizofrenia –, do ponto de vista populacional, não há, Senador. Do ponto de vista populacional, não há nenhuma evidência, Senador. Estou dizendo isso colocando em risco a minha responsabilidade profissional. Não há nenhuma evidência de dano à saúde provocado por maconha, Senador. Não há! Não há evidência do ponto de vista populacional. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO FLEURY TEIXEIRA – O que ocorre é: existem evidências de estudos isolados, por exemplo, relacionando à esquizofrenia, como existem estudos contrarrestando essa hipótese e dizendo que não há relação causal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO FLEURY TEIXEIRA – Mostrando que os estudos apresentados normalmente pelos proibicionistas não fazem a seleção específica da maconha, não são capazes de estabelecer a relação temporal entre início de sintomas e uso das substâncias, não isolam as demais drogas envolvidas. Isso vale para violência, para acidentes de trânsito e todos os demais estudos. O fato é – e estou dizendo isso com todas as letras – que não há evidência de qualquer doença, problema de saúde crônico provocado à saúde pública pelo uso de maconha.

Como não há isso, então devemos atentar para o que é prudente na nossa ação em relação a essa substância e às demais em jogo. Porque é fácil dizer: algum problema a maconha deve ter; algum problema deve ter; a longo prazo, é possível que tenha. Não existe evidência científica hoje de que haja. Existem suposições, hipóteses e alguns estudos isolados mostrando que sim, e outros que não. Agora, ao contrário, quanto ao álcool, temos evidências às carradas de que é destruidor para a saúde. Do cigarro, temos evidências às carradas de que é destruidor para a saúde. Da maconha, não; temos possibilidades, hipóteses, pode ser.

Então, é muito diferente de como deveria ser a postura técnica responsável, a postura cidadã, a postura de pais, que nós aqui em geral somos, em relação a essas drogas. E qual a mensagem que estamos passando para a nossa infância e adolescência? Você pode usar cigarro, que nós sabemos que vai te matar. Você pode usar álcool, que nós sabemos que vai te destruir. Inclusive, a televisão bombardeia propagandas para você usar álcool. Você vai participar do churrasco, a partir dos 14 anos de idade, sendo incentivado a beber. No entanto, você não pode chegar perto de maconha, porque maconha nós não sabemos se ela te faz mal ou não. Mas, na hipótese de que ela pode te fazer mal, nós vamos te prender, nós vamos prender quem está envolvido com você, nós vamos te jogar na cadeia, nós vamos te torturar, física e psiquicamente, para que você não use uma substância que nós...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO FLEURY TEIXEIRA – ... supomos que pode ser que faça mal. Esse é um aspecto importante que eu gostaria que fosse considerado. A mensagem, como pai, que eu passo para os meus filhos é: você vai encontrar drogas na sua vida; saiba que o álcool é a mais pesada delas ou tem a chance de ser a pior que você vai encontrar. Certamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO FLEURY TEIXEIRA – ... é infinitamente mais pesado do que maconha. Infinitamente! Os riscos apresentados pelo uso de cigarro e de álcool são infinitamente maiores, e isso é muito bem documentado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO FLEURY TEIXEIRA – Outro ponto que é muito importante: as pessoas aqui vêm colocando como se uma penada da Anvisa pudesse resolver esse debate. Não é verdade. A oportunidade do debate é importante – e agora eu não vou falar como profissional de saúde pública, mas como profissional de clínica, que também sou. Como profissional de clínica, quero ter o direito de prescrever livremente aquilo de que há conhecimento científico de eficácia comprovada.

E, nesse caso, a gente precisa, infelizmente, corrigir os membros da Mesa que atentaram para um aspecto só, e atentaram erradamente para esse aspecto, como se o único uso medicinal conhecido no mundo ou desenvolvido no mundo fosse o CBD para a esquizofrenia refratária. E é justo o contrário...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO FLEURY TEIXEIRA – Perdão; para epilepsia refratária. E é justo o contrário, quer dizer, a epilepsia refratária está em desenvolvimento no Brasil. Aceleradamente, nós desenvolvemos e vamos aprovar essa utilização. Isso é inquestionável, já que o próprio CRM de São Paulo já o fez...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor, peço que conclua.

O SR. PAULO FLEURY TEIXEIRA – Vou concluir.

Os demais usos, como foi citado aqui, são para uma série de outros problemas. Eles não estão relacionados, em geral, a qualquer contraindicação grave que tenha sido apresentada pela literatura. O que quero dizer com isso é – e é um desafio simples e bom para o senhor atentar: de todos esses problemas que estão falando que existem, na associação com a maconha, existem estudos sobre o uso de maconha medicional associado a algum desses problemas? Não existem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO FLEURY TEIXEIRA – Não existem! Não existem, Senador. Simplesmente, isso não existe.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO FLEURY TEIXEIRA – Enquanto estamos neste debate aqui, alguém está sendo preso agora, há um jovem sendo jogado na cadeia, há um jovem sendo torturado agora.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor...

O SR. PAULO FLEURY TEIXEIRA – Inclusive pelo uso, e o senhor sabe que é inclusive pelo uso. E o senhor sabe que é inclusive pelo uso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu peço...

O SR. PAULO FLEURY TEIXEIRA – Nós temos uma responsabilidade social...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO FLEURY TEIXEIRA – ... e nós não podemos mesmo nos omitir.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu peço que conclua.

O SR. PAULO FLEURY TEIXEIRA – Vou concluir, é a última. É com a pesquisa brasileira que, a seguir o caminho proposto pelos Senadores e Deputados aqui, está sendo assassinada e desrespeitada. Nós vamos agora ser importadores apenas do que no resto do mundo já se conhece e se domina, e nós não vamos poder desenvolver conhecimento nós mesmos? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem. Obrigado, muito obrigado.

asso a palavra agora a Gabriel Fernandes Menezes, estudante.

Ele está? (*Pausa.*)

Quer falar?

O SR. GABRIEL FERNANDES MENEZES – Bom dia, Sr. Senador. Sou contra a legalização da maconha justamente usando como opinião a da doutora, contra a legalização da maconha recreativa. Sou, sim, a favor da legalização dela medicinal, de ampliar os estudos sobre as substâncias contidas na maconha. Como a gente tem casos de pessoas que têm doenças tão graves, obviamente, faz parte da nossa conduta humana ajudar essas pessoas, mas agora você embarcar nessa para legalizar o uso recreativo, em cada lugar se veem pessoas acendendo cigarro de maconha e fazendo uso, se entorpecendo. Acho isso errado. Coisas que mexem com a cabeça da pessoa, uma droga alucinógena, haverá uma sociedade que menos pensa,que vive em seu mundo entorpecido para poder renegar seus problemas. Isso não é algo a que eu viso.

Essa é a minha opinião, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra agora ao Fernando da Silva, que é religioso, está inscrito assim aqui.

O SR. FERNANDO DA SILVA – Bom dia a todos.

Senador, meu nome é Fernando e, como está escrito aí, sou religioso, mas também, além de religioso, sou formado em publicidade e estou terminando a minha segunda graduação, em Direito, na USP, em São Paulo. Além de publicitário e em breve advogado, também sou maconheiro, desses que foram citados aí, desses que fazem uso crônico. Desde os 15 anos de idade faço uso da maconha quase todos os dias. E só melhorei isso a partir do momento em que encontrei aquele senhor, aquele senhor é o Rás Geraldinho, ele é o líder da nossa Igreja Rastafári. Ele cultivava maconha na chácara, no nosso templo, para o uso espiritual e ritualístico da planta, ajudando pessoas como eu e outras pessoas que fazem uso compulsivo a terem uma nova visão e uma nova relação com essa planta.

Senador, eu trouxe uma carta do Geraldo, que está preso no Presídio de Iperó, em Americana há dois anos. Eu gostaria de pedir licença para lê-la porque hoje vim para ser o porta-voz dele, que não pode estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe, mas, se ele não está, não vamos poder... Agora, entregue-me a carta que eu verei, a não ser...

O SR. FERNANDO DA SILVA – A carta é muito sucinta, Senador.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A não ser que a carta seja dentro do seu tempo. Dura um minuto ou mais de um minuto?

O SR. FERNANDO DA SILVA – A minha carta dura de quatro a cinco minutos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não vai dar, porque tem muitos outros. A não ser que...

O SR. FERNANDO DA SILVA – Peço licença, Senador, porque...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, façamos o seguinte, vou lhe dizer: eu ficarei aqui até fim; você será o último a falar e aí escutarei todo o tempo, mas não tomando o tempo dos outros; aí não ficaria bem. Está bom?

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Presidente Cristovam, isso é apologia. Isso é crime.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não é apologia...

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Isso é uma apologia...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Isso é crime e é uma apologia nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe. Isso é uma manifestação de uma opinião dentro da Casa do Congresso, que é a Casa livre de opinião.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora, ele deu opinião e não fez apologia, a meu ver.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora, eu não vou dar é o tempo para ler carta, a não ser que seja no final, depois de todos terem falado, e ficarem, talvez, você e eu, eu leio a carta. Mas seria mais simples você me entregar e eu leio depois.

O SR. FERNANDO DA SILVA – Eu posso não ler a carta, mas eu posso sintetizar, então, o que acontece na nossa igreja, no meu tempo de fala, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não. Eu prefiro que não, porque aí é divulgação, realmente, da igreja e não do assunto que nós estamos querendo conversar.

Eu quero dizer ao Senador Magno Malta e àqueles que têm que sair que não vai haver a sessão do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Por diversas razões, ele não pôde vir. Esta é a última sessão que nós temos. Com base nessa, vou fazer o meu relatório.

O SR. FERNANDO DA SILVA – Só para sintetizar, Senador, em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, sintetize, mas sem precisar ler carta de ninguém.

O SR. FERNANDO DA SILVA – Sem ler carta.

Esta nossa audiência está debatendo o uso recreativo, o uso medicinal e a possibilidade do uso industrial da maconha. Em nenhum momento foi colocado na sugestão nem nos debates a questão do uso religioso da maconha. Temos uma infinidade de povos, não só no Brasil, mas no mundo todo, que fazem o uso ritualístico da maconha, na Índia, na África, na Europa e nos Estados Unidos. E nós, aqui no Brasil, também queremos fazer esse uso. O nosso líder está preso, acusado de crime, por conta dessa visão conservadora. Então, o nosso pedido, Senador, o pedido da nossa igreja, hoje, é que o senhor, com muito carinho e muita consideração, coloque também a questão do uso religioso da maconha entre as prioridades dessa sugestão e desse projeto de lei, em caráter de urgência, ao lado do medicinal. Pessoas estão presas – pessoas que não merecem estar presas – por uma questão religiosa, Senador.

(*Soa a campainha.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Deixe-me responder. O que nós estamos discutindo aqui é o resultado de uma sugestão da sociedade, que falou em recreativo e medicinal. Se quiser religioso, tem que ser outro documento, tem que conseguir mais 20 mil assinaturas, e aí outros farão. Aqui não. Aqui é medicinal...

O SR. FERNANDO DA SILVA – Tudo bem.

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Pela ordem, Senador. Não pode ficar enfiando assinatura que não existe lá. Eu gostaria que o senhor se manifestasse sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Como não pode?

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – O senhor disse que vai ser a última. Na última audiência, o senhor aceitou uma questão de ordem colocada...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Qual?

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – De lá para cá, já foram três manifestações diretas ao senhor, inclusive à Presidente Ana Rita...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – De quê?

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – ... e o senhor até agora não se manifestou. Vai encerrar a audiência?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A Senadora Ana Rita está estudando o caso, até porque ela terminou a sua eleição e o meu trabalho aqui eu começo a fazer junto com ela.

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – O senhor não tem a informação para nos dar agora, já que houve essa prorrogação?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não tenho.

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Vários deles inseriram assinaturas falsas, e isso é pré-requisito legal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não tenho. Eu passei para ela.

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – A minha sugestão, se me permite, é que o senhor arquive essa questão e abra uma com as três assinaturas dos Senadores que o senhor tem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não vou arquivar. Eu continuo aqui levando adiante o meu trabalho. Recebi uma tarefa e vou cumprir o meu trabalho. Eu vou seguir a ordem.

O SR. FERNANDO DA SILVA – Eu gostaria de encerrar a minha palavra com um versículo da Bíblia, no qual acreditamos, que está em Apocalipse 22; 2.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor. Aí a gente estaria entrando no debate religioso, que eu quero evitar.

Eu passo a palavra agora...

O SR. FERNANDO DA SILVA – Senador, por favor. Só para eu concluir a minha palavra. É uma frase.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nelson Laurindo, com a palavra.

O SR. (Não Identificado) – Se puderam se expressar em nome da religião, por que ele não pode? Isso não é correto, Senador.

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra, Nelson Laurindo. (*Pausa.*)

Não está.

O SR. FERNANDO DA SILVA – A maconha é a cura do corpo, mas ela também é a cura do espírito, Senador. Era isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

Com a palavra, Dimer Monteiro.

O SR. FERNANDO DA SILVA – Jah Rastafarai... (*Palmas.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Senador Cristovam, o senhor falou Nelson Laurindo?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quem está falando, por favor?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sou eu. O senhor falou Nelson Laurindo? Ele está presente. O Nelson Laurindo é o Juninho do Banjo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas outro levantou ali. Nelson Laurindo é que está com a palavra.

O SR. DIMER CAMARGO MONTEIRO – Dimer Monteiro. Eu sou Dimer Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não. Nelson Laurindo é que está com a palavra.

O SR. NELSON LAURINDO JÚNIOR – Boa tarde. Quero cumprimentar todos da bancada, todas as autoridades, todos os Senadores que aqui estão, o Senador Magno Malta, que é um combatente das drogas neste País; Deputado Marcelo Aguiar também.

Quero dizer que sou contra pelo seguinte: eu tive minha vida destruída pelas drogas. Foram 15 anos viciado nas drogas: oito anos viciado na cocaína e sete anos viciado no *crack*. O vício das drogas, na minha vida, começou através da maconha, com 12 anos, na escola.

Eu ouvi dizer, hoje, aqui, que uma pessoa que usa cocaína não volta para a maconha. Bom, todo o período de drogas, dos 15 anos que eu usei, eu usei maconha com *crack* dichavado na maconha; eu usei a maconha com cocaína dichavada na maconha; toda a turma de maconheiros que usavam comigo faziam isso. Isso me trouxe transtorno, socialmente falando, na minha casa, na minha família. Porque migrei da maconha para o *crack,* para a cocaína e para o *crack*, e isso veio trazer destruição para minha casa, para minha vida. Eu fiz parte de um grupo de samba, de pagode, muito conhecido aqui no Brasil, que é o grupo Katinguelê, e foi impossível eu continuar no grupo Katinguelê e com a minha vida social, por causa dos vícios. Virei mendigo, morei três anos e meio nas ruas de São Paulo, ganhando R$30 mil de direitos autorais. Meu pai é delegado de polícia, da polícia Civil de São Paulo, eu tive instrução em casa. Meu pai trabalhou muito tempo no DOPS lá em São Paulo, minha mãe é enfermeira padrão, e eu com um problema desse na minha vida. Tive que virar mendigo, porque as drogas me levaram a isso.

Quando meu pai descobriu que eu estava fumando maconha, meu pai me disse uma frase que caminhou comigo por 15 anos. Meu pai falou assim: "Filho, eu tive um problema: em uma *blitz p*olicial, pediram a documentação do meu carro e, dentro do documento do meu carro, tinha uma ponta de maconha e um pouco de cocaína". E, quando meu pai descobriu isso, ele falou assim para mim: "Filho, se você não largar essas amizades, não largar a maconha, não largar as drogas, você vai terminar sua vida sozinho". Aquilo, para mim, era uma coisa que eu não conseguia entender. Eu estava no auge do meu sucesso, com muito dinheiro, no auge da mocidade, e eu imaginava que nunca aquilo poderia causar tais danos à minha vida.

Quando eu fui parar embaixo do Viaduto Santa Cecília, em São Paulo, onde morei por três anos e meio, eu lembrei o que meu pai falou para mim. No dia 22 de outubro de 1999, eu busquei em Deus uma força maior para poder sair das drogas. Quero dizer aqui que não sou pastor, mas eu busquei em Deus uma força para poder sair das drogas.

Quando meu filho nasceu – que está, aqui, comigo, hoje –, que é o Nelson Neto, foi uma das coisas primordiais para eu abandonar as drogas, porque eu não queria que esse menino me visse, que ele crescesse e me visse fumando maconha dentro de casa e me visse usando drogas dentro de casa, porque não foi isso que meu pai ensinou para mim, não foi isso que minha mãe ensinou para mim.

Agora, pouco tempo depois do nascimento dele, eu vou morar numa casa, uma bela casa no bairro de Arujá, na cidade de Arujá, onde moro, onde minha vizinha, na sua bela mansão, fumava maconha com o cunhado, com o genro e com os filhos, e aquela turma toda jogava maconha, a fumaça da maconha para dentro da minha sala. Quer dizer, eu tive que mudar da casa...

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON LAURINDO JÚNIOR – Eu tive que mudar da casa, porque meus filhos estavam sendo criados à mercê daquela "fumaçaiada" toda.

Bom, as drogas trouxeram danos terríveis para a minha vida, Excelência, terríveis. Tornei-me um noia, sim, por causa da maconha. (*Risos.*)

A maconha foi a porta de entrada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON LAURINDO JÚNIOR – A maconha foi a porta de entrada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, eu quero voltar a dizer que, se continuar dessa maneira, eu suspendo o debate. Não estou disposto a ficar aqui... Transformar isso em uma galera a favor ou contra. Estamos aqui para ouvir, escutar, para eu tomar uma decisão. Então, eu não titubearei em suspender, pedindo mil desculpas aos que não falaram ainda.

Por favor.

O SR. NELSON LAURINDO JÚNIOR – Excelência, há 14 anos eu tenho sido um combatente contra as drogas, no meu Estado, o Estado de São Paulo, em escolas, porque a primeira vez em que fumei maconha foi no banheiro da escola, isso em 1982. Então, tenho sido um combatente das drogas em geral no meu Estado, nas cracolândias, nas penitenciárias, onde tenho ido palestrar, nas praças públicas. E isso não tem sido restrito só ao Estado, tenho viajado o Brasil inteiro e outros países. De cinco anos para cá, tive oportunidade de conhecer 16 países, inclusive a Holanda, Amsterdã, onde fui algumas vezes, e fiz um documentário sobre os problemas das drogas. E não foi com o meu dinheiro que paguei a minha viagem, porque eu nem teria dinheiro para isso, mas convidado por autoridades desses países, para eu dizer o que a droga fez na minha vida.

Então, quero deixar aqui esse parecer: sou contra; sou contra, terminantemente contra.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, sobretudo pelo depoimento de vida.

Aliás, a soma dos depoimentos que eu tenho escutado aqui, tanto da questão medicinal, como a sua, já daria um bom trabalho. Lamentavelmente fica para mim a pergunta. O problema existe, e não estamos conseguindo fazer o que deveríamos. Talvez a proposta do Deputado Osmar, de radicalizar na proibição, possa ser. Talvez a regulamentação possa ser. Vamos ter que discutir e para isso temos que ouvir.

Eu passo a palavra agora ao Bernardo Fogli, sociólogo.

O SR. BERNARDO FOGLI – Boa tarde, Senador.

Nessa onda que você acabou de falar aí, que você está querendo trazer os depoimentos, eu vim aqui disposto a trazer o depoimento de um maconheiro clássico, normal, que fuma maconha com a frequência que quer, e não vê nenhum problema em relação a isso, porque não atrapalha a minha vida. Eu faço o que eu quiser fazer da minha vida. E se eu achar que vai ter alguma coisa que vai me atrapalhar ao fumar maconha, eu não fumo. Então, por exemplo, eu não fumaria uma tora gigante para chegar aqui no Senado, para conversar

com vocês. Não seria razoável, porque aqui é o reino da razão também. Nós estamos discutindo uma questão de política pública para o País inteiro.

Na minha visão, existe uma dimensão cultural de rede de relações que está sendo propositalmente desqualificada através da separação entre recreativo, medicinal e religioso.

Para o maconheiro normal, essa divisão não faz muito sentido. O uso é medicinal na medida em que é terapêutico em várias coisas que já foram faladas aí. O digestivo, que a gente fuma depois do almoço... Quando a barriga está cheia demais, pesada, você fuma um digestivo. Ele é terapêutico. É um uso medicinal. Existe uma série de rituais e dogmas em relação ao uso social da maconha que têm característica religiosa no uso social comum. E o recreativo é como se... Quando se diz uso recreativo se diz que o uso tem como motivação exclusiva a diversão, e não é esse o caso. Na verdade, a gente também tem uma rede de relações que é formada através do uso social que é muito importante na vida social do maconheiro mesmo, os amigos dele que fumam maconha. Pode ser que isso tenha sido feito dessa forma que está porque é proibido e porque é proibido a gente tem que se unir para poder fazer a coisa escondida junto. Mas não é isso. A gente tem uma rede de relações e isso é importante.

Eu quero pontuar aqui para, quando você for fazer o seu relatório, lembrar que existe o uso não problemático. E o uso não problemático da maconha é maior em termos populacionais do que o uso problemático. Até nessa própria estatística que o Osmar Terra mostrou, que é a única que eu vi com 35% de dependência para a maconha... É a única que eu vi com essa taxa, porque todas as outras são de 9, 10, 11.

Aí vou pegar também uma coisa que o Senador Magno Malta falou: que a gente não pode legislar da exceção à regra. Tem que legislar da regra à exceção. E, nesse caso, a regra está legislando pela exceção, porque, se existe um uso problemático, e ele existe menos do que o uso não problemático, ele tem que ser tratado de uma forma... O uso problemático tem que ser tratado a partir do uso não problemático. Não é proibir o uso não problemático porque algumas pessoas têm problema. Quer dizer, é a mesma coisa de falar comigo que eu não posso comer bolo de chocolate porque você tem diabetes. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu saltei aqui um nome. Eu quero pedir desculpas. Antes do Bernardo estava o Dimer Monteiro. E me alertaram que eu saltei.

Pode falar.

O SR. DIMER CAMARGO MONTEIRO – Eu queria parabenizá-lo pela sua paciência e pelo exemplo de democracia que o senhor tem dado aqui, no decorrer desses debates.

É um prazer e uma honra estar aqui, podendo dar a colaboração que eu acho que vou dar com minha vida, com a exposição de minha vida.

Tenho 65 anos. Desde 1995, sou HIV, soropositivo, e, para mim, o uso da maconha tem sido simplesmente maravilhoso: para o meu sono, para aumentar a minha fome e para alegria e o prazer de compartilhar com os amigos conversas e visitas.

Sou maconheiro desde os 18 anos, 1968, e segundo vocês, aí, o meu QI já teria reduzido, eu não teria sucesso profissional...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DIMER CAMARGO MONTEIRO – ... já não existiria, de acordo com os estudos que vocês vêm apresentando aqui. E misturando com eles todos os tipos de drogas, e aqui estamos usando só a maconha. Estou aqui como exemplo: sadio, com sucesso na profissão. No ano passado, ganhei prêmio de melhor ator em três festivais internacionais de cinema e aqui de Brasília. Então, já estou pondo abaixo vários depoimentos de vocês aí em relação a isso, me expondo, fazendo esse sacrifício de me expor aqui como exemplo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIMER CAMARGO MONTEIRO – O Senador se lembra também que trabalhei com o senhor na UnB, lá implantando atividades de teatro nos anos 70, antes da criação do curso de Teatro na própria universidade. Lá também colaborei com o Festival Latino-Americano e Sul-Americano de Arte e Cultura nos dois anos, trabalhando com S. Exª.

Portanto, o sucesso da minha profissão também está demonstrado aqui. A maconha não fez mal nenhum a isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIMER CAMARGO MONTEIRO – Fumo maconha todos os dias. A proibição é uma estupidez! Nada que se proíbe na vida tem efeito, em toda a história da humanidade, e, para os que já leram a Bíblia, aqui, e muitos já leram, a primeira proibição na história do homem deu errado, quando Deus proibiu que se comessem os frutos daquela árvore. Se ele tivesse informado e educado Adão e Eva sobre os efeitos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIMER CAMARGO MONTEIRO – ... talvez a nossa história tivesse sido diferente. Mas ele proibiu, e assim a história é do jeito como está.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

O SR. DIMER CAMARGO MONTEIRO – A proibição é uma estupidez. Eu me lembro, quando era adolescente, de que fazer uma coisa proibida dava muito mais prazer, muito mais tesão. É uma estupidez isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado pela palavra. (*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo a palavra ao Francisco de Aquino. (*Pausa.*)

Foi embora.

Então, passo a palavra, agora, ao Alexandre de Castro.

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – Boa tarde, Senador.

Senador, em primeiro lugar, parabéns pela iniciativa de levar adiante esses debates.

Eu trouxe várias reportagens aqui e, ao final, gostaria de deixá-las com o senhor, se o senhor permitisse.

Queria começar tratando de um assunto até um pouco mais *light* ligado à maconha, que acho que tem sido bem pouco explorado aqui no debate, que é o uso industrial. As duas primeiras reportagens que tenho aqui tratam disso, lembrando, primeiro, porém, que maconha, Sr. Senador, é uma das fibras vegetais mais fortes e mais versáteis que existem, um dos motivos pelos quais podem-se fazer milhares de produtos: roupas, papel, móveis. Pode-se fazer uma casa de maconha, um carro de maconha, até biocombustível, alimentos, enfim. E eu tenho reportagens aqui que mostram isso, para quem duvida.

Então, a primeira reportagem aqui, Sr. Senador, mostra que uma casa maravilhosa – está lá no *site* da Ecocidades – feita de material ecológico, feita de cânhamo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – ...uma casa feita de maconha, uma coisa que a gente deveria estar explorando há anos, que alguns países como Israel e Canadá já exploram, nós temos um potencial enorme, vastas terras, e poderíamos estar explorando isso.

A segunda reportagem aqui saiu na Globo, que mostra um lindo carro feito de maconha, que existe no Canadá. É um material ecológico, renovável, e o carro é mais leve e não enferruja. Então, também acho que deveríamos fazer isso.

As próximas reportagens são de uso medicinal. Não há imagens, e não vou ficar mostrando aqui, mas é só para citar o título das reportagens. Tenho aqui uma reportagem da Globo, e o título é "Maconha pode frear câncer de mama", diz o estudo. Há aqui outra reportagem, que saiu no *site* do Opera Mundi: "Maconha combate câncer agressivo", revelam estudos.

Outra reportagem saiu na Superinteressante: "Maconha: enrolando a cura". Essa reportagem mostra um estudo feito em Harvard há muito anos, no qual eles injetavam o THC, que é o princípio ativo principal da maconha, em tumores em ratos, e o grupo que recebia o THC tinha uma redução nos tumores 50% maior em relação ao grupo de controle.

Outra reportagem, do Terra: "Maconha pode ajudar a diminuir ansiedade".

Agora uma aqui muito interessante, que saiu no UOL: "Fumar maconha reduz o risco de diabetes". Saiu no UOL, e eu vou repetir o verbo aqui: "fumar maconha". Não é óleo!

Vamos em frente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – Aqui saiu no *site* Reumatoguia. É um *site* menos conhecido, mas trata de doenças como reumatismo e tal. "Maconha pode ajudar no tratamento de doenças autoimunes – revela estudo."

E, por último, uma reportagem muito interessante, que saiu no *Estado de Minas* há algum tempo, que diz que há uma estatística da própria Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais, segundo a qual 55% das mortes causadas devido ao uso de drogas, lícitas e ilícitas, foram causadas, em Belo Horizonte, pelo álcool. E não é citada a maconha nesta estatística aqui, provavelmente porque não causou nenhuma morte.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – Essa reportagem aqui me lembra até uma reportagem a que eu assisti na MG TV há alguns dias, que é o noticiário da Globo regional lá em Belo Horizonte. Era uma reportagem sobre vinhos, que mostrava a família se reunindo, e inclusive a primeira frase do repórter, de que não me esqueço, era assim – abre aspas: "A família vai se reunindo, vai se encontrando, e a coisa já começa bem" – fecha aspas. O que é que começava bem?O garçom chegando e já servindo vinho para a família!

Tudo bem, eu não tenho nada contra o uso social responsável de vinho – eu mesmo bebo vinho de vez em quando –, porém está aqui a estatística: o álcool causa 55% das mortes provocadas pelo uso de drogas lícitas e ilícitas.

E, claro, alguns aqui vão dizer, até os que são a favor da proibição: "Mas o álcool tem todo um uso social, aceito, um uso não danoso em muitos casos. Mas é aí que está a questão: a maconha também tem um uso social, que, na grande maioria dos casos...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu peço que conclua.

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – ... não causa problema algum. O senhor pode olhar aqui à sua volta, e, com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Conclua sua fala.

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – ... muitas dessas pessoas que estão aqui atrás fazem esse uso social, muitas delas há muitos anos – e eu sou uma delas...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu peço que conclua sua fala....

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – ... sem ter nenhum grande problema.

Eu e tenho certeza de que muitas delas nunca acordamos querendo fumar *crack,* nem cheirar cocaína...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – Inclusive, o meu caso pessoal, Sr. Senador, é o seguinte: a maconha para mim foi uma porta de saída, porque, quando eu tinha uns 16 ou 17 anos, adorava beber. Bebia vodka, bebia vinho barato, bebia cerveja, e, graças a Deus, depois eu comecei a fumar maconha; e tenho de dizer o porquê: foi o que me ajudou a diminuir o álcool, foi o que me ajudou a não ser um alcoólatra.

E mais: eu afirmo que a maconha foi o que mais me ajudou a largar o maldito cigarro, quando eu tinha 20 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou passar a palavra agora...

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – O senhor ouviu três.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou passar a palavra agora...

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – O senhor ouviu três a favor; o senhor vai ouvir três contra agora não é?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um é porque eu saltei. Não me traga suspeita!

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – São três seguidos!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não me traga suspeita!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não me traga suspeita!

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Mas, Senador, isto é fato, Senador. Isto é fato: são três! São três!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Esse aí eu tinha saltado um e pedi desculpa!

Está com a palavra. Agora, eu peço que conclua, por favor, se não eu vou cortar sua palavra!

Vamos lá.

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – A proibição pode causar um efeito de porta de entrada na maconha, porque ela coloca os usuários em contato com traficantes de outras drogas.

Todo mundo que já fumou *crack* e que já cheirou cocaína, com certeza, já fumou maconha antes, pelo mesmo motivo que tomou uma cerveja antes, porque é uma coisa muito mais popular.

Agora, pode haver esse efeito de a proibição da maconha levar o usuário para o traficante.

E há outra questão muito importante, Sr. Senador, que ninguém lembra: a credibilidade do Governo. Se o Governo diz para um jovem "não fume maconha"...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – ... porque a maconha faz mal", e o jovem fuma maconha e vê que faz menos mal do que o álcool, não adianta depois o Governo chegar...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não posso... Me permita, mas não pode falar o tempo que quiser. O senhor está passando até do tempo dos que estavam na Mesa!

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado também.

O SR. ALEXANDRE DE CASTRO (*Fora do microfone*.) – Posso deixar com o senhor a reportagem?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pode, com o maior prazer.

Eu passo a palavra agora à Weslane dos Santos. (*Palmas.*)

A SRª WESLANE DOS SANTOS – Sr. Senador, eu só teria duas perguntas que eu gostaria que fossem respondidas.

Primeira pergunta: quem é a favor da legalização, o que pessoas estão fazendo para recuperar as pessoas que não têm domínio sobre si e fazem uso exacerbado da droga? Ponto.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª WESLANE DOS SANTOS – Eu quero saber o que vocês estão fazendo agora, certo?

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ela fez a pergunta para mim!

A SRª WESLANE DOS SANTOS – E a segunda pergunta, Senador: como ficará o tratamento das mães que já são usuárias de droga, e pode haver efeito das drogas sobre as crianças? Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem. Vou levar essas perguntas na hora de elaborar o meu relatório.

Com a palavra agora o Sr. Eduardo Barioni.

O SR. EDUARDO BARIONI – Boa tarde, Senador Cristovam, integrantes da Mesa, todos os presentes que são contra e a favor!

Conheço pessoas que fazem uso recreativo e medicinal da flor da *Cannabis,* que sofrem de esclerose múltipla, glaucoma, ansiedade e outros males. Todas elas hoje, efetivamente, vivem à margem da sociedade, para obter um produto sem o menor controle de qualidade. Pior, fomentando um ciclo de corrupção que a gente já conhece.

Durante os últimos 15 anos, pude ter acesso a muita informação, como com esses livros que trago aqui, que são alguns das centenas de livros disponíveis – só não estuda quem não quer! A propaganda proibicionaista das últimas décadas causou um dano moral à cultura canábica, associando o termo popular maconha com a marginalidade e a subversão, alimentando uma fobia entre classes. A venda da ideia de falta de moral é pensada e programada pelos que lucram com essa difamação.

No entanto, a história já se reescreve de outra maneira. Regulamentar a maconha não é regulamentar a heroína, como já foi dito por uma pesquisadora da Unifesp.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BARIONI – É contra essa declaração irresponsável que a militância deve estar atenta. E não pode se demonizar tampouco o THC. Na minha opinião, o THC é maravilhoso e é um direito humano tal qual é o direito de fazer ou tomar uma cerveja artesanal.

E talvez não tenha sido dito, mas a *Cannabis* leva de dois a quatro meses para definir o sexo, e a maconha é a flor da planta fêmea. Se uma planta é macho, ela não tem efeitos psicoativos; muito pelo contrário, servirá de matéria-prima para a indústria de celulose, tecido, bioplástico, biocombustível e concreto. Mas, com as plantas macho e fêmea juntas, tenho as sementes, e as sementes não são psicoativas, são alimentos.

Havia escrito muito mais, mas vou concluir, para dar oportunidade de os outros companheiros falarem.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O Sr. Nazareno Feitosa, Policial Federal, que está inscrito no lado dos contra.

O SR. NAZARENO FEITOSA – Exmo Sr. Senador, demais integrantes da Mesa, todos os participantes aqui pró e contra, gostaria de colocar só um item.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. NAZARENO FEITOSA – Já falei e informei isso na assessoria, eles estão me convidando agora.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um momento! Cometemos aqui um erro, mas o erro foi nosso. Então, ele vai falar.

O SR. NAZARENO FEITOSA – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ele foi inscrito como inscrito em 13/10, mas, na verdade, ele falou antes. Foi um erro nosso, pode falar.

O SR. NAZARENO FEITOSA – Senador, só uma questão importante, é que o psiquiatra Wesley Assis, que trata dependência química há 20 anos, vai dizer que, mesmo o usuário de maconha que não é dependente químico – porque a maconha tem um índice baixo, relativamente baixo, em torno de 9%, nos adultos, e 15% a

17%, em adolescentes –, depois de algum tempo, vai apresentar os seis fatores de risco que só estão presentes naquela dependência química de drogas muito mais pesadas, que são: desagregamento familiar, dificuldade nas relações sociais, dificuldade nas relações profissionais, problemas judiciais. Ou seja, mesmo que ele não seja dependente, ele está até longe de ser dependente. Mas todos os problemas, os seis fatores de risco, os principais, já estão presentes numa pessoa com pouco tempo; com meses ou poucos anos de maconha, ele já pode alcançar isso.

Então, o problema da dependência química não é só esse, são todos os fatores de risco que estão a favor.

Uma questão sobre a que o senhor fez a pergunta, e o Dr. Sergio Harfouche já esclareceu, a justiça terapêutica, além das várias ações que nós enumeramos e já apresentamos aqui em uma audiência anterior, Senador – eu gostaria até que o senhor verificasse, vou entregar novamente para a sua assessoria –, a Justiça Terapêutica recuperou mais de 70% de pessoas, porque, antes da mudança da lei de 2006, que ampliou muitíssimo... A explosão do consumo da maconha no Brasil foi a partir da lei de 2006, que passou a considerar ainda crime o uso de drogas, o porte, mas não com encarceramento. Antes, havia o quê? Como a pessoa pode ser isenta de pena porque está com estado alterado de consciência, ou seja, ela não vai ser presa, não vai responder a crime porque está com estado alterado de consciência, ela teria o dever de se tratar. Então, a Justiça Terapêutica é uma grande ferramenta para coibir e para tratar quem está oferecendo um grande risco para a sociedade, seja de assassinar alguém, seja de cometer um acidente de carro, por quê? Porque ele, inclusive, não vai estar respondendo pela sua pena.

Então, é importante que se veja essa legislação. O Dr. Osmar Terra falou aqui muito bem. Mas esse tratamento... A pessoa não era presa, mas era obrigada a buscar tratamento para que ela não incidisse em problemas para si e para a sociedade. Então, isso foi um grande avanço. No Rio Grande do Sul, tivemos grandes resultados, como lembrou muito bem o Dr. Sergio Harfouche. Mas, com a crença para as pessoas de que hoje não se vai mais preso, acha-se hoje e fuma-se diante da polícia. Sou policial federal. Nos estádios, nos jogos, as pessoas fumam diante da polícia. A Cracolândia é um exemplo disso. Estamos vendo um problema mais sério do que estávamos pensando.

Então, os seis fatores de risco principais, que só estão presentes na dependência química mais grave, estão presentes em poucos meses, em poucos anos de uso de maconha. Então, não é preciso nem ficar dependente, e o problema é mais sério, que é ela cometer crimes e ainda ser isenta de pena porque estava sem a sua lucidez. Eu queria até que o Dr. Sergio ou o Dr. Zakir me corrigissem, que são especialistas do Direito nessa área.

Ou seja, não existe mais o proibicionismo no Brasil. E mais: hoje, não temos proibicionismo, porque a polícia federal, civil, militar, a política rodoviária, nós não temos controle em nosso País. Nenhum! São 17 mil quilômetros de fronteira seca, e não existe proibicionismo no Brasil por falta de efetivo, falta de informação. A polícia está completamente despreparada. E, infelizmente, com essa apologia que é feita à droga pelos famosos, por tudo, com essa sensação de que é uma droga mais leve, infelizmente, nossos adolescentes e muitas pessoas estão ingressando, cada vez mais e cada vez mais cedo, no uso da droga.

Então, a gente pede que o senhor também busque essas pesquisas, que são importantes; que o psiquiatra Wesley Assis e tantos outros também, da Abead, façam uma análise não só da questão do uso terapêutico, do uso recreativo, mas também das consequências penais e também do reestudo da legislação no Brasil, porque a grande explosão foi a partir de 2006, com essa mudança na legislação, infelizmente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós temos um problema aqui: tenho 23 inscritos do lado "a favor" e nenhum mais do lado dos...

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. (Não Identificado) – Não, Senador! Não, não! Desculpe, Senador. Desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Oito inscritos...

O SR. (Não Identificado) – Eu me inscrevi, desde a vez anterior, e não fui falar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não...

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não perdeu nada.

O SR. SERGIO FERNANDO RAIMUNDO HARFOUCHE – Desculpe, Senador, 28 pessoas ...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Você não está com a palavra. Deixe-me continuar. Deixe-me continuar!

Eu vou abrir...

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ele não quis ouvir. Eu disse...

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou lhe dar a palavra agora. Eu vou passar para os que estavam inscritos desde a outra vez.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vocês não ouvem! O que eu ia dizer é que ia abrir a palavra para os que já falaram. Era isso que eu ia dizer. Vocês nem ouvem.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora. Mas vocês nem ouvem! Que coisa incrível! Que autoritarismo!

O que eu dia dizer – e vou dizer ainda, apesar de que essa malcriação me justificaria não dizer – é que, a partir de agora, não sei por que, os inscritos são quase todos do lado "a favor", dos que nunca tinham falado antes. Só que, para evitar que fique isso, até porque vai ser repetitivo, vou passar a palavra aos que já falaram no passado, desde que do lado "contra". Vou fazer isso, e o comportamento é esse.

Quero dizer a você e a ele uma coisa que eu não queria dizer aqui. Uma das pessoas que está falando aqui, do lado "contra", o Senado se negou a pagar-lhe a passagem, e eu paguei do meu bolso para que ele viesse aqui falar contra.

O SR. NAZARENO FEITOSA – Porque o senhor não o chamou a tempo. O senhor não o chamou a tempo, porque, desde a primeira audiência, eu pedi para chamar o Dr. Zakir. Desde a primeira audiência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não. O Senado se negou, e vocês são muito afoitos! Mesmo assim, vou lhe dar a palavra.

O SR. NAZARENO FEITOSA – Nós vamos com a verdade, com a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mesmo assim vou lhe dar a palavra quando chegar a sua vez.

Dou a palavra agora a Olintho Bonifácio Lima, que já falou outras vezes, mas, como é contra, vou dar a palavra, para calar vocês que dizem que estou sendo autoritário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas falou há mais tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, traga a inscrição, a gente inscreve. Um momento, porque não se inscreveu na hora, porque não se inscreveu na hora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não, permitido foi, mas se inscreve agora, eu não tenho pressa, eu fico até quando for preciso. Não se preocupe, se inscreva. Não, se inscreva... Inscrevam-se todos que quiserem.

A palavra está com Olintho Bonifácio Lima, inscrito como contrário.

Cadê ele? Olintho Bonifácio Lima. Não está. É por isso que a lista encolheu.

Vou passar a outro também desse lado: Weberson Maciel. Cadê o Weberson Maciel? Já falou no passado, mas abro a palavra para falar de novo, já que todos que querem falar, a partir de agora, são a favor.

Cadê o Weberson?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bom. Vamos ver.

Tomaz José Ferreira, outro, é o terceiro a favor que eu chamo. Por favor.

O SR. TOMAZ JOSÉ FERREIRA DA ROSA – Senador, boa tarde; boa tarde à Mesa; boa tarde a todos.

Estou aqui querendo falar como um cidadão comum que, até os 21 anos, nasci e morei em Porto Alegre, em bairro relativamente pobre, que se chama Partenon, onde meus amigos todos, a grande maioria, faziam consumo de maconha, que na época era o mais acessível. E eu, com a dificuldade tremenda de conseguir estudar, fiz o meu primário, ginásio, segundo grau, e era o que destoava da turma. Então, senti na pele o que é estar olhando os outros que consomem maconha e que não percebem a situação em que estão. Dizem assim: "Eu estou normal". Está normal para eles, para mim não. Então, para mim, foi um esforço danado conviver com esse pessoal. Eu tenho um irmão que antigamente consumia maconha, brigava em casa, hoje ele ajuda no CAPSad, que o Deputado Osmar Terra deve conhecer, na cidade de Viamão, ele ajuda todos e fala tudo isso que já foi dito aqui, o quanto é complicado a pessoa usar a maconha, dizendo que é tranquilo.

O Nazareno já explicou os itens também que são difíceis.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TOMAZ JOSÉ FERREIRA DA ROSA – E quero chegar ao ponto atual. Vim para Brasília, sou concursado do Banco Central, sou advogado, e, por azar da vida, uma filha namora um maconheiro. Tenho dois netos que eu sustento há 16 anos, para quê? Para não virar mais um pedinte na rua, um que tumultua a sociedade. E

aí esse que me deu os dois netos, que adoro muito, 38 anos de idade e até hoje não se recupera. Então, como é que fica a situação, como perguntou o outro pai aqui atrás, e quem paga essa conta? Aquele que quer se divertir? Ou eu, que estou com 59 anos de luta, de superar toda essa turma que só quer lazer, entendeu, Senador? É isto que quero saber: quem mantém uma sociedade trabalhadora, digna, que não perturba a sociedade? É isso que quero saber.

Estou aqui olhando o outro lado. A pessoa diz assim: "Eu sou normal"; normal é quem está no mesmo clima. Eu, que sempre fiquei do lado de fora, vi que são todos diferentes, todos que estão com a postura diferente. Aquele que ingere álcool é a mesma coisa. Depois que bebe um pouquinho, pensa que a sociedade está aceitando. Não está aceitando, não. A sociedade não aceita quem consome álcool, não. Eu uso vinho tinto... Não aceito! Eu uso vinho tinto e cerveja desde criança e, depois desse esclarecimento de mais de 20 anos atrás, parei de usar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TOMAZ JOSÉ FERREIRA DA ROSA – ... porque a sociedade faz deboche, chacota, porque a gente perde o controle, a gente pensa que está no controle e não está. É uma ilusão achar que se está no controle. Então, toda essa turma que diz: "Bebo e estou legal"... é exceção aquele que consegue se equilibrar

Esse é o meu depoimento de cidadão, de pai e de avô que está sustentando dois netos, porque o pai deles é um maconheiro até hoje. E o pai desse que é pai dos meus netos deu aquela moleza que a gente sabe: desde criança, a motocicleta, cessões daqui e dali, e não conseguiu mais tirar o filho da situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem. Eu só insisto que continuo querendo ouvir todo mundo, para tomar uma posição fria. E quando eu ouço um depoimento como esse seu, eu vejo que não está bem como está, porque seu genro caiu nessa situação. Talvez a saída seja a do Deputado Osmar. Eu não estou discordando não. Existe lugar – como ele mesmo disse, é contra – que é pena de morte. E lá não tem droga. Ele é contra. Ele fez questão de dizer. Pode ser radicalizar, pode ser regulamentar. Vamos discutir isso. É isso que estamos querendo saber.

Passo a palavra, agora, ao Vereador Renato Cinco. Depois, virá Luís Eduardo Girão.

O SR. RENATO CINCO – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao senhor pela forma republicana como vem conduzindo os debates sobre a Sugestão 8, permitindo que a sociedade possa, realmente, encarar de frente essa discussão.

Hoje, eu queria contribuir porque senti falta um pouco, nos debates de hoje, da avaliação dos efeitos negativos da proibição. Falou-se muito pouco a respeito disso, especialmente na mesa.

Recentemente, aqui no plenário, um policial federal chegou a dizer que não existe mais proibição no Brasil. Eu queria lembrar ao policial que há pelo menos 150 mil pessoas encarceradas, hoje, no Brasil, exclusivamente porque venderam para alguém uma substância que aquela pessoa queria comprar. São mais de 150 mil jovens matriculados na universidade do crime aprendendo a ser criminosos, aprendendo a ser violentos, aprendendo a se associar com facções criminosas, porque venderam para alguém que queria comprar.

O Brasil é campeão mundial de homicídios e boa parte dos homicídios que acontecem no Brasil é decorrente da disputa pelo mercado ilícito das drogas, que só pode ocorrer da única maneira como se disputam mercados ilícitos, que é através da violência.

Foi dito aqui hoje, por exemplo, que a legalização não acabaria com o crime organizado porque o crime organizado encontraria outras formas de arrumar dinheiro. Essa é uma hipótese muito fraca, já que, hoje, o mercado ilícito de drogas é considerado o segundo maior negócio do Planeta, perdendo apenas para a indústria do petróleo e ganhado da indústria de armas.

Substituir o crime organizado internacional, substituir o monopólio que ele tem hoje sobre as drogas ilícitas é uma tarefa enorme que, provavelmente, o crime organizado não terá condições de realizar. Se o crime organizado, em todo o mundo e no Brasil, for privado do monopólio sobre o segundo maior mercado do mundo, eu tenho certeza de que a sociedade tem a ganhar e não a perder.

Nós precisamos lembrar também da corrupção. Hoje, toda a cúpula da Polícia Militar do meu Estado do Rio de Janeiro está acusada por oficiais da própria corporação de receberem propinas do tráfico de drogas.

Eu tenho que encerrar, mas eu gostaria de fazer um apelo a todos, que façam a seguinte reflexão: não é que o Brasil não esteja preparado para a legalização. O Brasil não está preparado, em hipótese nenhuma, para mais dez anos de política proibicionista. A nossa democracia vai sucumbir diante do poder do tráfico de drogas, do poder das milícias e das respostas, cada vez mais autoritárias, que a sociedade tem dado ao problema do tráfico de drogas. E um apelo, especialmente, para que não se estabeleça a política de internação compulsória como política pública de massas. A internação deve ocorrer apenas para as pessoas que estão com a sua vida imediatamente ameaçada.

O projeto de lei do Deputado Federal Osmar Terra tenta impor uma política pública que vai fazer com que jovens que não têm nenhum tipo de problema, a não ser o uso eventual de drogas, sejam internados e passem, sim, a ter graves problemas em função, por exemplo, de começarmos a ver judeus ou ateus sendo internados obrigatoriamente em comunidades terapêuticas, religiosas, cristãs, que fazem o uso religioso em seu tratamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra o Sr. Luís Eduardo Girão e, depois, o Francesco Ribeiro.

O SR. LUÍS EDUARDO GIRÃO – Senador Cristovam Buarque, desde a primeira audiência em que tive oportunidade de estar presente, eu declarei minha admiração pelo senhor. Eu lhe conheço desde muito tempo. O senhor já esteve na minha terra algumas vezes. Luto há muito tempo pelos seus ideais. Fui um daqueles 2,5% da população brasileira que votou no senhor para Presidente da República deste País. E, por isso, sinto-me muito confortável em colocar certas situações aqui.

Em primeiro lugar, eu tive oportunidade de ver o depoimento, o vídeo que o Senador Magno Malta falou, e eu me preocupei demais com esse vídeo, porque eu lhe conheço, sei da sua honestidade, da sua seriedade, da sua integridade do Senador da educação que o senhor é. Não tenho a menor dúvida com relação a isso. Agora, o senhor pode estar sendo, pelo vídeo – pelo vídeo –, o senhor pode estar sendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS EDUARDO GIRÃO – ... manipulado por uma meia dúzia de pessoas que eu respeito, por mais que pense diferente de mim, mas eu respeito, e que querem a legalização por uma estratégia da maconha medicinal, a propriedade medicinal como uma estratégia para fazer cultivo aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe eu dizer, mas, se o senhor acredita realmente na minha integridade, não teria essa suspeita. A sua suspeita é prova de que não acredita.

O SR. LUÍS EDUARDO GIRÃO – Senador, estou dizendo que o senhor é vítima. O senhor pode estar sendo vítima. Pelo vídeo a que o senhor vai assistir – o Senador lhe entregou –, o senhor vai ver o que estou lhe colocando. E eu lhe defendo e continuo lhe defendendo. Agora, o meu ponto de vista eu também defendo. Tenho quatro filhos, já passei para o senhor que tenho uma das filhas que tem problema de epilepsia, e não precisa, não precisa da lei aqui do Senado Federal, do Congresso Nacional, para regulamentar a maconha medicinal para resolver isso. Não precisa. Nós precisamos é de uma portaria urgente do Ministério da Saúde, urgente da Anvisa, que até o momento não foi chamada para essas audiências e não entendo ainda por quê, se está previsto para a próxima audiência, e espero que sim.

O que eu questionei nas audiências anteriores e eu lhe digo do fundo do meu coração – eu tenho que dizer o que se passa no meu coração – é que houve... Por exemplo, esta Mesa, hoje, com pessoas de altíssima qualidade: cientistas; um Deputado que tem uma história nessa luta contra a legalização da maconha, tem um trabalho junto a dependentes químicos, todo mundo sabe do trabalho íntegro dele também; Alexandre Zakir; estou conhecendo o Dr. Marcos hoje; da Ana Cecília já ouvi falar demais; o Padre eu conheci hoje. Mas eu acho que foi um equívoco o senhor ter feito uma Mesa hoje só contra a legalização da maconha. Acho que o senhor deveria ter feito desde a primeira audiência, e que não fez – não estou dizendo que o problema foi o senhor, eu acho que pode ter havido uma programação equivocada da sua assessoria e que deixou a população mais sem informação ainda –, o senhor colocou na Mesa só pessoas favoráveis à legalização da maconha, inclusive militantes, e não colocou outro contraponto. Está filmado, está tudo gravado pela TV Senado...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E hoje aqui?

O SR. LUÍS EDUARDO GIRÃO – Então, o que eu digo é o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E hoje aqui?

O SR. LUÍS EDUARDO GIRÃO – Não, hoje era para ter alguém pró-maconha na Mesa, era para ter. Para quê? Para a gente ver um argumento e ver o outro, para a gente poder tirar a conclusão correta.

Então, eu acho que deixar para a última audiência para ouvir as pessoas que têm estudos com relação a isso, no meu ponto de vista, Senador, foi um equívoco – foi um equívoco.

Eu queria encerrar, pedindo para o senhor que observe... Senador...

Eu queria, como cidadão brasileiro, pai de quatro filhos, eu queria pedir para o senhor... Estou lhe trazendo dois filmes que foram produzidos, eu sou produtor de cinema. Eu trouxe dois filmes, um deles vai ser lançado nacionalmente dia 15 de novembro, sobre essa questão da legalização da maconha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS EDUARDO GIRÃO – E eu quero colocar para o senhor que eu tenho admiração, falo para os meus filhos do senhor: não passe para a história deste País como o Senador que iniciou a legalização da maconha no Brasil.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LUÍS EDUARDO GIRÃO – É o pedido que lhe peço em nome do povo brasileiro, porque 80% é contrário à legalização.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra o Francesco Ribeiro.

O SR. FRANCESCO RIBEIRO – Serei breve, Senador.

Francesco Ribeiro, professor de Química no Rio de Janeiro.

Como síntese, acho que podemos definir que a maconha não é proibida por ser perigosa, mas ela pode se tornar extremamente perigosa quando proibida. Uma vez na marginalidade, ela se mostra imensamente mal intencionada, primeiro com o consumidor, porque ela vai oferecer um produto de péssima qualidade. A maconha comercial no Brasil é mofada, podre, evidenciado pelo odor de amônia, e também traz um grande impacto à segurança pública, porque financia organizações criminosas.

Eu tive oportunidade de, há três meses praticamente, estar reunido com delegados na OAB de Niterói, proibicionistas, e perguntei para eles por que o cultivo caseiro não pode ser vislumbrado como uma atividade benéfica para o indivíduo e para a sociedade? E a resposta que eu recebi foi: "Não, Francesco, não. Não porque isso aí é igual ao café: você prepara um pouquinho para você, mas vem um vizinho, você faz mais um pouquinho, dá para o vizinho também", com o que eu concordei de imediato. É exatamente igual ao café.

Veja bem, Senador, aquelas pessoas que, assim como eu, acordam e gostam de tomar um cafezinho de manhã, dizem assim: "O meu cérebro não funciona sem um café de manhã". O nome disso é dependência psicológica, a mesma que é atribuída à maconha de modo tão assustador.

Então, Excelência, seria uma sandice eu, como químico, vir aqui dizer que a maconha, que tem propriedades medicinais, é uma substância inócua. Não existe medicamento que pode ser tomado toda hora, que na posologia venha: "Olhe, tome o dia inteiro. Não vai pegar nada". Isso não existe. Porém acreditamos que, pela baixa letalidade – nunca morreu ninguém por overdose de maconha –, pequenos registros de toxidade, talvez seja possível regulamentar a maconha. Por isso nós pedimos isso. Mas se nós opositores acreditam que é uma substância perigosa, nociva, então é imprescindível que se controle essa substância que roda na nossa sociedade às toneladas – às toneladas –, financiando o narcotráfico. E nós só vivemos com as suas mazelas.

Então eu queria agradecer muito a paciência do senhor e passar a palavra.

Obrigado.*(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra agora a Damares Alves.

Chama-se Damares Alves.

Não está.

Tem outro que se inscreveu como contrário. Foi embora.

Eu passo a palavra ao Valdery Ribeiro, que também se inscreveu como contrário.

Para o Sérgio Harfouche.

Já foi também.

Outro inscrito como contrário, Luiz Bassuma, que também ficou a tarde inteira aqui com a faixa preta na boca, e na hora em que chega a vez de falar não está. E falou em todas as vezes anteriores.

O SR. LUÍS EDUARDO GIRÃO – Ele tinha um voo, esperou para falar...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sim, mas ele já falou muitas vezes.

O SR. LUÍS EDUARDO GIRÃO – É, mas o problema foi o senhor marcar as audiências em período eleitoral, o que eu acho um grande equívoco também.*(Risos)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Acabou o período eleitoral.

O SR. LUÍS EDUARDO GIRÃO – Ele estava aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então?

O SR. LUÍS EDUARDO GIRÃO – Acabou a eleição dele. Então tem que ter gente aqui...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com isso eu lamento, sinceramente eu lamento dizer que tem poucos mais ainda.

Vou continuar na lista dos que são contrários.

Eugênio Rozetti Filho.

O SR. EUGÊNIO ROZETTI FILHO – Aqui, Senador.

Primeiro eu quero parabenizar a todos, não só ao senhor pela iniciativa, mas também a todos que são favoráveis à liberação. Eu acho que aqui é o local. Os conselhos, as comissões foram criadas exatamente para isso, desde a Constituição de 88, para que pudesse haver discussão polêmica e que nós pudéssemos realmente chegar a uma conclusão que fosse benéfica não para cada um por si, mas para o coletivo.

Eu estou aqui, nunca usei maconha, nunca usei drogas, mas tenho um filho que começou muito cedo, e antes de sair da minha casa para vir para cá, ele me perguntou se eu iria ser favorável ou contrário. E ele é um dos maiores maconheiros que eu conheço na minha vida. Os meus melhores amigos hoje, com quem eu convivo, são pessoas usuárias de drogas; mas eu tive que falar para ele, como um cidadão, como um servidor público, um pai responsável, que eu iria ser favorável à não liberação da maconha, mas eu iria dar as razões.

Por quê? O meu filho entrou muito cedo no uso da droga por pura falta de informação, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO ROZETTI FILHO – E hoje, com o que foi discutido aqui, cientificamente, eu tenho que concordar.

O primeiro alimento que o ser humano recebe na vida é o leite materno. E por que não utilizamos mais o leite materno? Nosso sistema de recompensa, desde que nascemos, está plenamente formado, mas o nosso córtex pré-frontal – eu não sou médico, mas estudo, leio muito sobre isso – está em formação até os 24 anos de idade.

Então, quando eu digo não às drogas, eu não digo para pessoas que, como vocês, eu respeito, têm o vício, que são usuários. Mas estou falando como cidadão que pensa nos adolescentes, nos nossos jovens, nas nossas crianças. Penso na questão da segurança.

Os países que liberaram a maconha são pequenos, eles não têm dimensões continentais, como o nosso Brasil. Eles têm uma infraestrutura muito melhor do que a nossa, de combate às drogas. Então, eu não posso permitir, como cidadão e como pai, que uma droga tão grave quanto essa, que causa dependência e com a qual a pessoa se transforma em um doente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO ROZETTI FILHO – Tanto que tem nome: adicção, em latim, *addictus*, que significa escravo, e causa dependência química, causa dependência física e causa principalmente dependência psicológica, doença que não tem cura.

Eu me posiciono dessa forma. Desde 2008, estou no Conselho. Por duas vezes, fui presidente do Conselho. Sou representante dos Municípios do oeste do Paraná no Conselho Estadual e estou como secretário da primeira secretaria criada neste País, o Conselho de Cascavel.

Cascavel tem sido palco de notícias ruins, como a do tigre, mas também como cidade que tem compromisso, tanto que em relação ao primeiro caso de suspeita de ebola, nós rapidamente interagimos e conseguimos dar uma resposta para a população. Foi a primeira cidade que teve o seu Conselho Antidrogas cem por cento legalizado perante a Senad.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO ROZETTI FILHO – Criamos a Secretaria Antidrogas. Desde que abandonei todos os meus negócios e fui cuidar dessa questão, Senador, até hoje, atendi mais de 2,8 mil famílias. Todos eles tentam se livrar do *crack*, mas muitos não conseguem se livrar da maconha.

Por favor. Por favor, o que eu queria dizer? Eu levo as pessoas para que se tratem, Senador. E com muitos usuários de *crack*, usuários pesados do *crack*,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO ROZETTI FILHO – ...em dois, três dias, quando abandonam a droga, eu consigo jogar xadrez, e perco para eles. Agora, muitos usuários de maconha, usuários pesados de maconha, não conseguem ter a reação de vocês que vocês estão tendo. Vocês estão aqui porque talvez não tenham comprometimento com pessoas como as que eu atendo, com pessoas públicas, com pessoas do Caps. Por isso que é muito diferente você estar aqui achando que é a sociedade que o Brasil representa ou que está sendo representada aqui. E eu poderia defender o uso da maconha até pelo meu filho. Porque ele poderia ir lá na boca usar e pegar a maconha. E quantas vezes ele foi ameaçado! Mas eu não defendo não é só porque é meu filho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO ROZETTI FILHO – Eu defendo porque sou contra essa droga, porque vejo milhares de mães que buscam ajuda lá na Secretaria, o sofrimento que é, a dor que causa essa droga. E nós não estamos preparados para liberar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO ROZETTI FILHO – Respeito, sim, a posição das mães que vêm aqui em busca de ajuda para seus filhos, para suas doenças. Que essas drogas sejam, então, importadas – entendeu? – para tratar de doenças. Aquilo que a maconha pode ser que tenha dentro dela, porque o canabidiol está dentro do caule, e não na planta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO ROZETTI FILHO – Para isto, sim, pode ser que seja: para um estudo, mas não justifica nós liberarmos para atender...

Até porque os números são muito claros: das crianças de dez – Senador, rapidinho, estou terminando minha fala – a dezessete anos, 79% fazem uso de álcool – quem tem filho, quem tem irmã, quem tem neto, quem tem sobrinho ou vizinho pode estar dentro desse número –; 32% dessas crianças vão tomar um porre;...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO ROZETTI FILHO – ... e 29% vão fazer uso regular dessa maconha. O que nós vamos criar com a liberação é uma síndrome amotivacional, e vamos ter um bando de pessoas que não vão conseguir sequer concluir, muitas vezes, o ginásio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

O SR. EUGÊNIO ROZETTI FILHO – Vocês têm sorte de estar aqui hoje. Mas pensem, usem também um pouquinho de empatia...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

O SR. EUGÊNIO ROZETTI FILHO – ... pelas pessoas que são contra. Aplaudam também, porque eu também aplaudi muitos. Eu só não tenho isso ainda concreto em minha mente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eugênio Rozetti Filho) – Este assunto deve ser aprofundado.

Muito obrigado por me ouvirem em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado ao senhor.

Com a palavra, agora, o Guilherme Maciel de Carvalho.

O SR. GUILHERME MACIEL DE CARVALHO – Em primeiro lugar, tenho dois pontos de vista centrais. O primeiro não é necessariamente para você, é mais para todo mundo que está participando do debate, que é: vamos tentar ser mais construtivistas.

Hoje em dia, dizer "eu sou contra a regulamentação da maconha" é o mesmo que dizer que eu sou a favor da regulamentação do tráfico, porque é a mesma coisa. Não vai substituir a droga. A droga não vai sumir só porque as pessoas são contra o uso ou não.

O segundo ponto de vista é o seguinte: se os usuários são perseguidos, se 91% não têm problema e se 9% têm problema, isso não faz sentido. Isso não faz o menor sentido, porque é injusto, é imparcial, é perseguição a um estilo de vida e uma violência contra quem quer fazer uso saudável da planta.

Outra parte é a seguinte: hoje em dia, o uso medicinal já é encarado certamente também com preconceito. Tivemos aqui uma cena infeliz de alguém querendo prender outra pessoa por ter a fonte do CBD. Isso acontece porque não existe preconceito medicinal ou preconceito recreativo. A planta é a mesma e o preconceito é o mesmo.

Eu queria deixar isto como colaboração: vamos ser mais construtivistas. Se se é contra a regulamentação porque a pessoa não pode dirigir sob efeito da maconha, vamos regular para que não seja permitido o uso do carro após o uso da maconha. Se se é contra a regulamentação para que as crianças não vejam as pessoas usando, que sejam regulamentadas distâncias mínimas de escolas e de outras situações em que as crianças possam estar presentes.

Então, é questão de regulamentação, é questão de mostrar o ponto de vista real, que a droga não é assim tão danosa. É uma maldade ficar juntando no mesmo argumento o *crack* e ficar falando: "*crack* faz mal, *crack* faz mal, *crack* faz mal; então, não vamos nem pensar na maconha." Isso é injusto, é uma falácia. Temos que combater esse tipo de pensamento hipócrita.

Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora, Olegário Versiani, que é toxicologista e perito criminal.

O SR. OLEGÁRIO AUGUSTO VERSIANI – Boa tarde, Senador.

Muito obrigado pela oportunidade de poder falar hoje pela inscrição. Fui chamado para poder fazer uma fala aqui.

Em primeiro lugar, os próprios defensores já deram uma razão muito clara: não iriam fumar para depois vir para cá falar com o senhor. Isso quer dizer o quê? Isso quer dizer que realmente há alterações. Isso é indiscutível. Em qualquer lugar que nós formos, em qualquer pesquisa – a professora e doutora Ana Cecília, eu já

conheço desde a Senad, 2001, 2002 –, qualquer estudo já mostra as consequências, os malefícios que pode uma droga dessas trazer. Não estamos discutindo isso aqui. Estamos discutindo a legalização e as consequências disso. (*Pausa.*)

O SR. OLEGÁRIO AUGUSTO VERSIANI – Eu gostaria de silêncio, porque quando alguém fala a favor, vocês todos...

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, não digam isso! Aqui houve barulho em todos os momentos, e eu tentei controlar em todos. Acabem com essa ideia de que existe parcialidade. Por favor!

O SR. OLEGÁRIO AUGUSTO VERSIANI – Mas existe *marketing*, professor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Existe o quê?

O SR. OLEGÁRIO AUGUSTO VERSIANI – Existe *marketing* aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – *Marketing* era um aqui que tinha um cartaz e a boca fechada.

O SR. OLEGÁRIO AUGUSTO VERSIANI – Não é só isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O senhor está com a palavra.

O SR. OLEGÁRIO AUGUSTO VERSIANI – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas, por favor, não levante suspeição sobre esta Mesa. Não levante.

O SR. OLEGÁRIO AUGUSTO VERSIANI – Não, absolutamente. Em momento nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Levantou.

O SR. OLEGÁRIO AUGUSTO VERSIANI – ...eu quis dizer isso. Não foi minha intenção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pode falar. Está com a palavra.

O SR. OLEGÁRIO AUGUSTO VERSIANI – Muito bem.

Então, o que ser, na verdade – o que eu vi aqui –, é transformar isso aqui numa outra ideia. Não podemos fazer com que a legalização da maconha, para fins terapêuticos, que é uma ideia plausível, muito boa... Inclusive, como toxicologista, eu defendo que existem vários tipos de fármacos que poderão auxiliar, e o canabidiol é um deles. Ele está aí para nos ajudar, desde que haja pesquisas que levem isso como medicamento, e não como uma droga a ser consumida, não como droga para você chegar em casa e fumar ao lado do seu irmão mais novo, do seu filho. O que estão tentando fazer é isto: legalizar esse consumo. Isso aí só vai trazer prejuízo.

Já foi falado aqui inúmeras vezes que outros países tentaram essa ideia e não deu certo. Inclusive, não se pode comparar o Brasil continental com um desses países da Europa, países pequenos que se controlam com absoluta precisão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLEGÁRIO AUGUSTO VERSIANI – Hoje eu tive a oportunidade de conhecer como lá são feitos. Todo mundo é registrado: você usa, e eles tem um acompanhamento. Onde foi liberado, havia um acompanhamento, havia profissionais de saúde ao lado deles analisando os prós e os contras disso. E o resultado está aí: foi proibido depois.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado ao senhor.

Eu vou passar a palavra agora à Mesa, porque já são quase 15h, e depois vocês podem ficar livres para ficarem conosco ou para saírem. Eu continuarei aqui.

Deputado.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Primeiro, Senador, eu queria agradecer mais uma vez. Acho que esta é uma oportunidade importante, independente de haver claque ou não haver claque, de haver posições acirradas ou não. Eu acho que esta é uma tarefa da Nação hoje, da sociedade brasileira discutir este assunto com profundidade.

A contribuição que eu pude dar é uma contribuição de quem é da área médica; de quem estuda o assunto; de quem, como Deputado, ficou três anos participando de mais de cem audiência públicas sobre este assunto em todo o País. Em todo o Brasil, nós tivemos audiências públicas e debatemos à exaustão este assunto. Visitamos os países produtores de drogas. Fomos ao Paraguai, à Bolívia, ao Peru, à Colômbia. Este é um assunto sobre o qual, hoje, eu realmente me sinto capacitado de discutir e de aprofundar o debate.

Como médico, eu trabalho com evidências. Eu jamais receitaria um remédio de que eu não conhecesse o efeito; esse efeito é por pesquisas, não tem como não ser por pesquisas.

Eu ouvi aqui muita gente dizer que – parece-me que um médico – não há evidências de que a maconha causa mal e tal, vendendo a ideia de que não há problema. Isso é uma coisa de passar para a juventude, passar para os adolescentes, passar para quem... Hoje, comprovadamente, pesquisas muito bem montadas e muito bem trabalhadas, publicadas nas principais revistas científicas do mundo, mostram os danos que a maconha causa. Então, vender para esses jovens que não há problema e que eles podem se drogar é uma irresponsabilidade, na minha opinião. É uma falta de responsabilidade médica e social.

A segunda questão que eu queria colocar: eu fiz um levantamento que qualquer um aqui pode fazer. Existe um sistema de pesquisa que, na área médica, os pesquisadores todos usam, que é o chamado Medline. Através do Medline se coloca uma palavra de escritor e puxa tudo que existe nas revistas sérias, nas principais revistas científicas do mundo; puxa tudo que é pesquisa que foi publicada no prazo que se determina: 10 anos, 20 anos.

Eu fiz isso. Coloquei a palavra *Cannabis* e puxei 15.337 pesquisas que têm alguma relação com a maconha, com a *Cannabis*. É claro que não fiz um levantamento de todas, não fui às 15.337 investigar. Fiz uma amostragem. E vem um resumo que se pode puxar. Comecei a pesquisar e vi que 90% das pesquisas mostram danos que a maconha causa; 90% das pesquisas existentes no mundo! No Medline, elas mostram danos, efeitos muito mais nocivos do que benéficos que a maconha causa. Cinco por cento dizem que ainda precisam estudar um pouco mais. E os outros 5% mostram algum benefício. Essa é a questão que nós temos que definir, Senador, o senhor que foi reitor de uma universidade. Com tamanhas evidências científicas, nós vamos recomendar e dizer que não há problema usar essa substância? Essa é a questão que nós estamos colocando aqui.

Eu queria também dizer que, como secretário de saúde, respondendo ao Marco Antonio, que eu acho que não está mais aqui, eu criei um programa de enfrentamento às drogas. O Rio Grande do Sul hoje é o Estado que tem mais leitos hospitalares para desintoxicação – um período curto, de 20 a 30 dias – das drogas em geral. das drogas em geral. Foi em cima da epidemia do *crack*, mas serve para todas as drogas.

Hoje é o Estado que tem o maior número de leitos, proporcionalmente à população. Não existe... É muito raro o uso só de uma droga. Vocês sabem disso melhor do que eu.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. OSMAR TERRA – É muito raro. E a pessoa ainda chegar aqui e dizer que usa há 32 anos e não ficou dependente, usa todo dia há 32 anos e não ficou dependente, é uma graça.

Eu quero dizer, só para complementar, ao nosso Vereador – é uma pena que ele tenha ido embora, falou e foi embora, não resistiu mais do que eu à fome –, sim, nós tivemos uma... Ele não leu o meu projeto de lei. Ele ataca repetidamente esse projeto de lei, em toda declaração ele bate. Ele não leu o projeto de lei. O projeto de lei está no meu *site*, quem quiser pode ler, é: osmarterra.com. Vocês podem acessar esse *site* a qualquer momento. Ele simplesmente...

O que aconteceu em relação ao meu projeto foi que algumas organizações e pessoas que lideram movimentos pró-liberação das drogas criaram um mito, um projeto que na prática, em grande parte, não existe, e atacaram estes pontos: que a gente queria fazer cadastramento das crianças nas escolas, que queria internar por nove meses compulsoriamente. Isso não existe no projeto de lei! O projeto de lei que foi aprovado na Câmara dos Deputados fala em internação involuntária para desintoxicação em hospital, em ambiente hospitalar. Internação em comunidade terapêutica é voluntária. Ninguém condiciona ninguém a se internar em comunidade terapêutica, embora eu ache que os nossos Caps Álcool e Drogas – eu criei todos os Caps que existem no Rio Grande do Sul, no meu período de secretário, fiz convênio com as comunidades terapêuticas também, porque elas prestam um grande serviço, desde que sigam protocolos técnicos adequados –, os Caps hoje recebem uma orientação muito equivocada do Ministério da Saúde, dizendo que só podem reduzir danos, que eles não podem levar as pessoas à abstinência. Com isso, estamos jogando pela janela milhões de reais em recursos públicos pela ineficácia, porque isso não leva ninguém à ressocialização, a voltar a uma vida mínima com capacidade de trabalho na grande maioria dos casos que precisam desse tipo de tratamento.

Então, eu queria falar... A última coisa que eu queria dizer para vocês é o seguinte: legalizar a droga não reduz violência. A maior causa de violência hoje é a violência doméstica e a maior causa de Lei Maria da Penha, de condenações da Lei Maria da Penha, é a violência doméstica, é óbvio. A droga que está por trás disso tudo é o álcool, que é uma droga legal. Então, o álcool e o cigarro, o tabaco, por serem legais, por não haver nenhum constrangimento no consumo, afetam 40 milhões de brasileiros que são dependentes químicos do álcool e do tabaco; 7 milhões são dependentes químicos das drogas ilícitas. Se nós legalizarmos, essas drogas ilícitas chegarão aos 40 milhões rapidamente, se puder comprar maconha no supermercado, cocaína na esquina, *crack* não sei onde...

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. OSMAR TERRA – E a mesma lógica que leva a pedir a liberação da maconha pode ser usada para todas as drogas ilícitas, todas, todas as drogas ilícitas. Vamos lembrar que pouco tempo atrás até a Coca-Cola

usava cocaína, há algumas décadas. E que o Freud usava, testava porque a cocaína era livre. Testava, ele usava cocaína também e ficou dependente.

Foi com o andar da história humana que se foi constatando que determinadas substâncias causavam um dano enorme e eram tragédias sociais, por isso que foram proibidas, não foi por causa do livro que o expositor mostrou, que o debatedor mostrou aqui, porque eram escravos e proibiram. Todos os países do mundo proibiram a maconha. Todos os países do mundo proibiram a maconha. Então, não há... Todos proibiram...

(*Manifestação da galeria.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSMAR TERRA – Todos proibiram substâncias que causam transtorno mental e que levam a pessoa a ficar fora da razão, a cometer delitos que podem levar a acidentes, que podem levar...

Foi a quantidade de acidentes, a quantidade de absências no trabalho, a incapacidade de as pessoas se autogerirem que levou à proibição das drogas. Então, não tem porque agora o Brasil querer inventar a roda. O Brasil tem é que aperfeiçoar os sistemas para diminuir a circulação de drogas. Isso funciona como uma epidemia: quanto mais vírus no ambiente, mais gente doente; quanto mais droga circulando na rua, mais gente doente haverá. É isto que nós temos que evitar, em nome das crianças, em nome dos jovens, dos adolescentes que nem sabem direito o que é esse assunto e que vão poder ficar dependentes por falta de informação e de políticas públicas adequadas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Delegado Alexandre.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO ZAKIR – Senador, mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade. Quero parabenizá-lo por esta iniciativa de fomentar o debate.

Sou Delegado de Polícia, meu cargo de origem, e acho que, se da minha boca tivessem saído algumas das provocações que eu ouvi aqui, não por parte de todos, mas por parte de poucas pessoas que aqui se portaram e se comportaram dessa forma diante de mim, dizendo que polícia é isso, que polícia é corrupta, etc e tal, acho que se eu tivesse me portado dessa forma, eu seria taxado como um sujeito truculento, violento e praticante de abuso de autoridade. Acho que o caminho é exatamente este que se faz neste momento: ter o debate sendo privilegiado por uma condução brilhante por parte do senhor, ter o debate sendo levado à frente por vocês, grande maioria, que se posicionam tanto a favor quanto contra... Os que aqui se colocam e o fazem de forma urbana, a grande maioria, estão de parabéns.

Preciso ressaltar aqui o seguinte: como Delegado de Polícia, não me causa prazer chegar aqui e assumir que o modelo de segurança pública praticado no Brasil é falido. Não me causa prazer saber que uma parcela significativa da minha instituição, que faz parte do modelo democrático... Porque democracia não é uma única instituição a tomar conta deste País, pois o Senado, a Câmara, todas as instiuições fazem parte deste modelo democrático. Este fortalecimento passa por uma melhora do exercício dessa atividade policial. E o que me causa preocupação é que este debate aqui desempenhado gerou dois questionamentos da minha parte, e nenhum dos dois questionamentos foi contraditado.

O primeiro é que a maconha é uma droga psicoativa que altera a capacidade de decidir das pessoas, e que associada à execução de atividades que expõem terceiros a risco, no nosso modelo legislativo não encontra uma forma de controle efetivo por parte da instituição que tem por obrigação zelar por terceiros inocentes. É este o ponto que eu gostaria de ressaltar novamente.

Se o problema do combate à droga por parte da polícia falhou, faliu, é viciado, é errado, é equivocado, eu acho que esse debate precisa se aprofundar de forma muito intensa e precisamos mudar o modelo de polícia. A polícia que precisa se aproximar do cidadão, que precisa tratar com respeito, o respeito que todos vocês merecem, essa polícia também tem que ter a mesma capacidade, qualificação e excelência para combater o traficante que expõe toda uma sociedade a um risco, que é o risco daquele que consome e sairá às ruas conduzindo seu veículo automotor, usando equipamentos como, por exemplo, uma grua para movimentar grandes... Equipamentos que colocam pessoas em risco. Essa associação, que, diferentemente do álcool, em função dos seus sinais exteriores, tem, hoje, modelos de combate e de regulação social, na maconha não tem. É esta a minha preocupação.

Senador, muito obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu que agradeço.

Passo, agora, ao Dr. Marcos Zaleski.

O SR. MARCOS ZALESKI – Inicialmente, então, eu queria agradecer a oportunidade ao Senador e parabenizá-lo pela condução, agradecer a presença de todos à mesa e também de todos os participantes, tanto os favoráveis quanto os contrários, e, em especial, parabenizar tanto aquelas pessoas que vieram dar o seu depoimento de vida, com muita coragem, dizendo o quanto sofreram com as drogas e o quanto a recuperação foi importante em suas vidas... Eu acho que isso é muita coragem. Eu atendo muitos pacientes e sei que muito

poucos deles se dispõem a vir a um debate público, sendo filmado pela internet, televisão, etc, e falar da sua história de vida. Quero parabenizar as pessoas.

E parabenizo as duas senhoras também que vieram falar de experiências com muito sofrimento e com muita dor, com relação a aplicações clínicas de uma substância que, como bem disse a nossa colega Ana Cecília, precisa de investigação, que já é produzida em outros países, que pode ser utilizada, enfim, toda parte do uso terapêutico da droga, o canabidiol, especificamente.

Com relação àqueles que já são usuários, que já são adultos, que já têm mais de 21 anos, que têm a sua capacidade de decisão própria, que sabem o que é melhor para as suas vidas, se a droga não está trazendo prejuízo às suas vidas, se estão vivendo bem com a substância, sendo ela proibida ou não, é uma questão individual. Nós estamos numa democracia. Cada um sabe o que é melhor para si.

Agora, a legalização de uma droga psicoativa, sob o ponto de vista puramente médico e de saúde mental, é totalmente contraindicada medicamente por todos os fatores de que nós falamos aqui. Eu até estranhei – o rapaz já foi embora – que houve uma pessoa, cuja profissão eu não sei, que disse que a droga não fazia mal, pelo menos foi isso que eu entendi, que não há evidências científicas de que a droga prejudicava a saúde das pessoas. Nós apresentamos muitas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ZALESKI – Um senhor que estava aqui, do seu lado aqui, que já foi embora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ZALESKI – É médico. Até me espantou bastante a postura dele. Se ele estiver ouvindo – está sendo gravado –, eu gostaria de dirigir as palavras a ele, porque ele precisa realmente estudar bastante, estudar um pouquinho mais e rever um pouco aquilo que foi apresentado, para que ele não cause nenhum prejuízo aos seus pacientes, se ele for um médico, até para não haver problemas com o Conselho Regional de Medicina do seu Estado. Então, eu gostaria de dizer isso para ele, mas eu sei que ele vai ter oportunidade de ouvir depois.

Eu gostaria de agradecer bastante e de reforçar a posição médica, a posição também do instituto nacional de pesquisas sobre álcool e drogas, do qual sou pesquisador, e a posição como farmacologista no sentido de que não podemos, sob o ponto de vista de saúde mental, liberar mais uma droga.

Eu participei de muitas campanhas e de muitos debates no meu Estado, Santa Catarina, com as pessoas que organizam a Marcha da Maconha lá – tenho bom relacionamento com os rapazes lá que a organizam. Eu até brinco com eles – não no ar, assim, pois não posso dizer, embora eu vá dizer aqui no ar, com um tom de brincadeira para descontrair um pouquinho vocês –: "Vocês lutam tanto por esta causa da maconha, então, também lutem pela redução do consumo de álcool, pois vocês atacam tanto a questão do álcool". Mesmo que a maconha não seja legalizada, não seja liberada, pelo menos participem de uma causa útil que seria tentar reduzir também essa tragédia que é a do consumo de álcool no nosso País. Uma coisa não está ligada a outra, ou seja, não é porque vou beber menos álcool que eu vou fumar mais maconha, mas também se engajem nessa causa de uma questão que está destruindo a vida de tantos adolescentes.

Quando falamos na prevenção de maconha, não estamos tão preocupados assim com os adultos – vocês todos aqui são adultos –, mas, sim, preocupados com aquelas crianças que estão nascendo agora, que vão para a escola, que vão começar a usar a droga muito cedo, caso seja liberada, inspiradas em seus pais, em seus irmãos.

E 10% deles... Ao contrário do que umas pessoas falaram de que é uma minoria, não, em termos de saúde mental, não existe minoria. Cada ser humano é um ser humano, e 10% de um mil são 100 pessoas, 10% de um milhão são 100 mil pessoas. Então, a questão não é o percentual, a questão é o número de pessoas doentes. Isso vai impactar muito a saúde pública, e a escalada para outras drogas, certamente, vai aumentar também.

É a minha posição, respeitando a todos vocês, agradecendo também a atenção de todos aqui, durante todo esse período.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Eu passo a palavra à Drª Ana Cecília.

A SRª ANA CECÍLIA PETTA ROSELLI MARQUES – Obrigada, Senador.

Foi muito bacana estar aqui. Gostei muito de ouvir todos os lados. É muito especial este momento. É muito dificil ter este momento aqui, no Brasil. Eu acho que, cada vez mais, vamos precisar disso.

Eu quero dizer que legalizar uma droga como medida única não é a política ideal para o Brasil. A política é formada por várias medidas, um conjunto de medidas. Que avaliem o impacto, que façam pesquisas do custo. E aí, sim, nós podemos decidir o que nós vamos fazer, se vamos legalizar ou não. Só legalizar não resolver o problema da maconha, não resolve. Falta muita coisa para conversar. Se nós tivermos calma a respeito, se ti-

vermos empatia, se tivermos espaços como este em que o senhor deu oportunidade a todos nós que estamos aqui até agora, eu acho que conseguiremos chegar à melhor medida para o Brasil.

Eu quero dizer também que tenho dois netos – e agora eu saio do lugar de Presidente da Abead e falo como ser humano. Eu ouvi muitas pessoas que pensam a família, que pensam o que pode ser o futuro – dessas nossas decisões, o futuro virá – e qual vai ser o tamanho dele, qual vai ser o tamanho da bola de neve.

Eu, neste momento, se tivesse de opinar – como eu já disse, eu não conseguiria tanto –, diria para o meu neto, enfim, que, infelizmente, ele vai encontrar um monte de drogas na frente dele. O que ele precisa saber – e é o pouco que a gente sabe; é o pouco que a gente sabe –? Que o efeito da droga, essas psicotrópicas e de todos os remédios, como falei, é imprevisível em cada um de nós. Nós somos todos diferentes. Se tivermos que pensar um País melhor, com esse efeito imprevisível de qualquer droga, a gente tem que acreditar que temos bastante coisa dentro de nós que pode nos proteger e que de nós depende o nosso entorno. De nós depende o nosso entorno!

Então, que as nossas decisões sejam responsáveis, compartilhadas, porque o problema está aí, e a solução vai partir de todos nós.

Portanto, acho que efeito imprevisível, sujeitos especiais e um País que depende do nosso amadurecimento, amadurecimento da política inteira, e não só de uma lei, porque legalizar uma droga apenas não resolve.

Esta é a minha fala, Senador.

Obrigada pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Eu quero, primeiro, liberar vocês, que têm outros compromissos – eu também tenho –, e dizer o seguinte: nós estamos aqui há mais de seis horas. Há vinte e poucos ainda inscritos. Todos a favor. Não sei o que é que houve. Está na hora: se houver alguém aqui contra, inscreva-se. Eu coloco na hora aqui.

Mas eu queria trazer o bom senso. Cada um de nós tem outras tarefas. Eu mesmo tenho. Eu queria propor que as pessoas abrissem mão da fala. Eu não quero cortar a fala de ninguém, nem vou suspender a reunião. Eu mesmo disse, em certo momento, que eu iria atá o último momento. Mas eu gostaria de ver se o bom senso não funcionava para a gente suspender. Ou poucos falarem.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RODRIGO CHICA MARTINS DA SILVA – Senador, eu vim de Piracicaba, Estado de São Paulo. Viajei 26 horas. Estou há cinco dias acampado ali.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu estou consultando.

O SR. RODRIGO CHICA MARTINS DA SILVA – Eu estou querendo falar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu consultei. Você diz "eu não abro mão", e eu fico aqui para te ouvir.

Mas vou voltar a insistir...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou chamar pelos nomes todos, mas gostaria muito de ouvir alguns dizerem: "Cristovam, pode ir almoçar, porque você não tem mais idade para isso."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas eu sou um pouco mais velho do que vocês e tenho outras atividades que talvez vocês não tenham.

João Daniel. Abre mão ou quer falar?

O SR. JOÃO DANIEL DE SOUZA RESENDE – Eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos lá!

O SR. JOÃO DANIEL DE SOUZA RESENDE – Boa tarde.

Estou vindo aqui hoje só para lembrar uma coisa: a lei já permite o uso da maconha e permite que a gente a plante em casa, apesar de que se, hoje, eu escolher fazer um plantio na minha casa – eu tenho um filho que está comigo ali atrás –, para me livrar de ir à biqueira, por exemplo, conseguir maconha de qualidade para eu fumar, se um policial invadir a minha casa hoje, eu vou ser levado como traficante de drogas. E acho que não seria o caso. Eu sou empresário na cidade e contribuo com meus impostos. Eu acho que a minha liberdade, o que eu faço dentro da minha casa não diz respeito a nenhuma das pessoas presentes aqui dentro desta audiência pública hoje.

Eu só queria dizer que, já que a lei permite o consumo da droga e dentro da lei há uma brecha falando que o plantio caseiro de *Cannabis* pode ser considerado para uso pessoal e se isso isenta a pessoa do tráfico de drogas, por que não estabelecer uma pequena quantidade para que possamos fazer uso da nossa planta sem ter problema com a lei, já que não querem regulamentar o uso dela?

Só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Alexandra Santana. Ainda está? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não.

Ivo Henrique de Moraes. Ainda está?

O SR. IVO HENRIQUE DE MORAES – Aqui, Senador.

Boa tarde a todos.

Eu queria agradecer, Senador, a oportunidade, pelo longo tempo e tudo o mais.

Como eleitor do senhor, em 2006, tenho muito orgulho de ter votado no senhor.

Sou membro de Brasília. Sou morador de Brasília, e um dos pontos que ninguém está levantando neste debate, Senador, é a questão de como o tráfico afeta a vida de todo mundo. Ninguém está falando aqui quantos empresários paulistas investem no tráfico de drogas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO HENRIQUE DE MORAES – Ninguém está falando aqui, Senador, quantos grandes traficantes são presos. Você não vê operação. A gente quase não vê nos noticiários, Senador, operação prendendo um outro Marcola, prendendo um outro Fernandinho Beira-Mar. Vemos, Senador, que são ocultadas informações de tráfico de 450kg de cocaína.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IVO HENRIQUE DE MORAES – Eu não estou acusando ninguém. Estou falando de fatos que aparecem na mídia. Só vemos, Senador, nesses programas jornalísticos da tarde, da manhã e tudo mais, que só noticiam presos com 50g de maconha, 100g de maconha, 200g de maconha, 0,5kg de maconha. O que são 500g de maconha, Senador, com relação a um empresário paulista que financia todo o tráfico de drogas? É esse ponto que tentamos levantar aqui. É um ponto de saúde pública, todo, todo, como um todo. Sabemos que a maconha não vai resolver o problema de drogas no País, mas trazemos pelo menos uma alternativa. Trazemos uma alternativa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO HENRIQUE DE MORAES – Porque a atual política de drogas do País não está resolvendo. Não resolve. Se resolvesse o proibicionismo, Senador, por que o Governo Federal não cortou relações com a Bolívia nem com o Paraguai até agora? Por quê? Entendeu? Privilegia com ações comerciais, petróleo, gás natural.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO HENRIQUE DE MORAES – Ontem, Evo Morales foi reeleito. Ele foi votar com os principais produtores de coca da Bolívia, entendeu? Ninguém levanta esse tema aqui. Senador, estamos aqui tentando trazer uma alternativa para a falha, entendeu?

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO HENRIQUE DE MORAES – Estamos aqui porque não queremos ver nenhum de nós, amigos e parentes presos por causa de 50g de maconha, perdendo a vida...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Está bom.

O SR. IVO HENRIQUE DE MORAES – Perdendo a vida em uma prisão, ficando dois, três, cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

O SR. IVO HENRIQUE DE MORAES – Estamos aqui porque não aguentamos essas coisas, Senador.

Muito obrigado e uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado a você.

Passa a palavra a Alessandra Oberling.

A SRª ALESSANDRA FONTANA OBERLING – Boa tarde a todos. Congratulo a Mesa.

Na verdade, minha fala é supersimples e rápida e mais propositiva.

Tenho acompanhado o debate sobre políticas de drogas há mais de seis, sete anos, tanto no âmbito da América Latina como internacionalmente. Conheço pessoas inclusive que foram responsáveis pelas transformações em Portugal e Uruguai, a ex-Primeira-Ministra da Suíça, Ruth Dreifuss, pessoas que fazem parte da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, que recentemente lançou um relatório mundial em Nova York, pedindo que os países e suas autoridades realizassem um esforço a fim de se debruçarem e conhecerem alternativas a uma política que seja essencialmente criminalizadora, violadora de direitos humanos.

O que vimos, nos últimos seis anos, é que essa política produziu muito mais danos do que resultados positivos. E este não é um debate se é a favor ou contra o uso de drogas. Isso é muito importante deixar claro. Nós precisamos ultrapassar essa polarização que está marcando o debate brasileiro. Aqui, existem pessoas que defendem a regulamentação, que não é, na verdade, uma liberação, *à la volonté*, das drogas.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ALESSANDRA FONTANA OBERLING – Pelo contrário, há modelos no Brasil de drogas consideradas ilícitas que são completamente opostas. E eu sugiro ao Senador... Eu sei que o senhor dará parecer favorável à cotinuidade deste debate, pois hoje é a última audiência e, pelo que vimos, ainda não esgotamos todo o debate. É preciso dar sequência a isso.

Concordo com a dissociação, em fazer um debate específico sobre regulamentação do uso recreativo e medicinal, e parece que existe um acúmulo maior, atualmente, do debate sobre a regulamentação da maconha medicinal. Mas proponho ao senhor promover um estudo dos marcos regulatórios no Brasil, um estudo especificamente sobre tabaco e álcool, que são drogas consideradas com alto potencial de dependência e que têm políticas completamente distintas e com resultados opostos. Com relação ao tabaco, sabemos que, por uma política, nos últimos dez anos, reduziu-se drasticamente o consumo.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ALESSANDRA FONTANA OBERLING – E não foi através de uma criminalização, mas, sim, através de educação, de assistência, de uma política forte de saúde pública.

Então, é possível, sim. Esse mito que se construiu de que o Brasil não está preparado para essa nova transição não é verdade. Há casos aqui. Inclusive, temos desenvolvido agora um estudo exatamente para localizar que políticas municipais são essas, que têm mostrado uma abordagem diferenciada.

Então, eu proponho esse estudo. E proponho inclusive que a Comissão de Direitos Humanos, se possível, depois traga pessoas envolvidas no debate no Uruguai, em Portugal e – eu sei que agora não foi possível – na Suíça, assim como em outros países da América Latina. A Colômbia está revendo a sua política; na Argentina, o Supremo Tribunal também já tomou uma posição favorável.

O Chile está revendo a sua política. Não é possível que só o Brasil – e isso é um debate regional – continue mantendo a sua posição. Então, eu acho que nós temos que sair da polarização, temos que deixar de lado esse debate quase irracional, de que se é contra ou a favor, e pensar em qual a estratégia que reduzirá os danos coletivos. Porque todo mundo aqui tem histórias extremamente dramáticas. Eu conheço várias. E não estou fazendo pouco caso das pessoas que retrataram as suas histórias dramáticas, mas é preciso sair da polaridade.

Então, eu tenho duas propostas para o senhor e espero que as acate futuramente. Desejo-lhe boa sorte, porque a tarefa não é fácil, e congratulo, na verdade, todo o Senado Federal, que tem se colocado à disposição para que este debate continue.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado a você.

Eu passo a palavra ao Cássio Loretti. (*Pausa.*)

Levantou-se para abrir mão da palavra?

O SR. CASSIO LORETTI WERNECK – Não. Em verdade, eu gostaria de falar rapidamente, apesar de achar que realmente já foi tudo exposto. Eu sei que estamos todos cansados de fato, porque chegamos aqui às 7h da manhã, para podermos participar e dar a nossa contribuição.

Mas eu queria dizer uma coisa. O que o senhor está conseguindo promover aqui a partir dessa sugestão, e por isso acho um momento espetacular para o nosso País, é o exercício da democracia de uma forma muito importante e que tem se perdido no tempo. E é importante que nos atentemos para os ritos, para que eles não comprometam este momento.

Eu gostaria de agradecer, apesar de ser aqui um dos que estão favoráveis à legalização, a postura da Drª Ana Cecília, que trouxe perguntas, e este é um momento de trazer perguntas. Ela se coloca e, obviamente, estamos aqui em posições contrárias, mas acho que a proposição dela de trazer questionamentos para que nós possamos construir é um caminho para que não haja um entrincheiramento, um embarreiramento das posições. É preciso que a gente evolua nessas perguntas.

O delegado Alexandre Zakir também trouxe uma crítica muito interessante à atuação policial,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CASSIO LORETTI WERNECK – ... e eu gostaria de respondê-lo com uma pergunta sobre a sua pergunta. Eu sou marinheiro, portanto, piloto maquinário pesado. O senhor saberia dizer se eu estou sob efeito do Dormonid, se eu o tomei na noite anterior? Porque ele não é recomendado para operação de maquinário pesado. Eu não estou desfazendo da sua pergunta colocada com relação à maconha, mas estou só querendo dizer que, da mesma forma, ninguém poderia, agora... Se eu cometer um acidente no exercício da minha profissão sob o efeito de uma dessas substâncias, caberá à Justiça provar que eu estava sob esse efeito e me punir, não só pelo acidente mas pelo dolo eventual que eu assumi. Então, retomando a questão, é importante que a gente entenda – e esta é uma crítica que eu quero deixar às falas que foram feitas aqui – que há muita projeção do que está sendo proposto. "Ah! Porque se liberar geral..." Não viemos aqui pedir para liberar geral.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CASSIO LORETTI WERNECK – Nós não viemos aqui para pedir que a maconha seja acessível a crianças e adolescentes. É com as mesmas preocupações de vocês que nós viemos aqui. Nós conhecemos o problema, nós participamos do problema, e não gostaríamos de participar do problema; gostaríamos de participar de uma solução, uma solução que eu entendo que só pode ser construída orientada por perguntas que foram colocadas aqui por vocês, mas também aceitando as nossas posturas.

E uma coisa que realmente nos agride profundamente é vir aqui e ver as pessoas fazendo ilações a respeito dos nossos comportamentos e a respeito das nossas intenções, coisa que eu também não admito de nenhum dos que estão do meu lado nesta causa. Não admito que se fale mal do evangelismo de ninguém, mas também não admito que se empurre o evangelismo aos outros goela abaixo. Então, eu acho que, se nós pretendemos usar este momento para garantir a democracia, é importante que nós estejamos atentos a esses detalhes pequenos onde se escondem os maiores riscos.

Era só isso que eu gostaria de dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Bruno Demetrio.

O SR. BRUNO DEMETRIO DUARTE – Eu vou ser breve também.

Eu vou continuar aqui as palavras do amigo sobre esse cuidado com que foi colocado em relação às crianças e aos adolescentes. Faço coro às palavras dele. O que a gente tem que ter claro é que o cuidado e a criminalização são caminhos que estão em sentido completamente oposto. Não há como a gente trabalhar prevenção, não há como a gente trabalhar cuidado com a perspectiva que temos hoje de segurança pública, que é essa perspectiva de marginalização e criminalização.

O que eu venho pedir, urgentemente, e colocaram várias vezes aqui a questão de cuidarmos dos casos graves, de como está a problemática dos casos graves. Só que a juventude negra que é encarcerada e é assassinada todos os dias é um caso tão grave quanto. Vou continuar nessa questão. O primeiro lugar do Ocidente a criminalizar a maconha foi a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, como já foi demonstrado, no mesmo ato criminalizaram o candomblé e a capoeira, numa perseguição nítida com cunho racial e com cunho étnico.

Tendo isso colocado, é evidente que o Direito Penal não está aí para solucionar esses problemas sociais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO DEMETRIO DUARTE – O Direito Penal é a punição mais rígida do Estado para atuar numa conduta de vida privada que não tem vítimas. Então, é usar do maior artefato que o Estado tem para atacar condutas individuais das pessoas com a justificativa de que está só massificando o encarceramento e genocídio da população negra.

Eu vou concluir, então, tratando que se não há um consenso sobre as propriedades da planta, de elas serem favoráveis, positivas ou negativas... Inclusive, há a fala do Deputado Federal Osmar Terra destacando que dessas pesquisas, mas o único resultado em que confio são os 5% que falaram que é preciso estudar mais. Com essa política de criminalização que a gente tem, temos certeza de que não haverá resultados idôneos para a gente se basear.

Então, uma vez que a gente não tenha conseguido assentar essas questões, vou pedir encarecidamente, não havendo consenso sobre as propriedades da planta, que a gente tente entender que não se trata de uma questão de polícia,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO DEMETRIO DUARTE – ... não se trata de uma questão de encarceramento, não se trata de uma questão que vai ser resolvida dessa forma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO DEMETRIO DUARTE – A gente precisa de um novo paradigma para discutir segurança pública. Esse paradigma vai ser o que vai levar os direitos às pessoas que estão mais ameaçadas: as crianças e os adolescentes. Porque hoje em dia traficante não olha, na mão dos traficantes que está o direito dessas crianças e adolescentes, porque, como foi dito, vão entrar em contato. Então, enquanto a gente não tiver uma regulamentação cabal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO DEMETRIO DUARTE – ... e feita com cuidado, a gente não vai conseguir avançar nessa discussão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O Nilo Victor.

O SR. NILO VICTOR DO CARMO – Boa tarde, boa tarde a todos.

Sendo breve, porque já está finalizando, nós tivemos aqui vários depoimentos de usuários que usaram de comoção, demonstrando como a vida deles foi afetada. Pois quero dar o depoimento de um usuário há 19 anos que sou, formado em Administração, casado e pai de um filho de 14 anos. Minha vida não foi destruída e não acordo todos os dias querendo fumar *crack* nem cheirar cocaína.

Queria fazer uma colocação aqui. As pessoas sempre estão colocando que querem proteger as crianças através da proibição da maconha. Nunca vi traficante pedir identidade para criança. Será que essas pessoas que estão aqui vivem num mundo de ilusão, acham que traficante pede identidade para criança, que nossas crianças estão protegidas com essa proibição atual? Esse é um argumento extremamente hipócrita. Por quê? Porque a proibição não existe. Hoje a proibição é muito mais nociva do que o uso da maconha. Então, querer dizer que quer proibir por causa de saúde pública, isso está errado.

Eu queria dizer ao Deputado que estava presente, que era o Magno Malta, que, infelizmente, não está mais. Se puderem reportar a ele... Fico extremamente triste de ouvir um Senador falar que nosso País não tem capacidade para cuidar disso. Isso é atestado de incompetência, é dizer que o tráfico é mais competente do que o Governo. Não é. O tráfico não é mais competente que o Governo. (*Palmas.*)

Nós somos mais competentes e nós podemos sim controlar.

Já respondendo à pergunta que o Senador fez à Mesa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NILO VICTOR DO CARMO – ... o caminho não é só legalizar, é legalizar regulamentar e educar. Isso é o principal.

Só isso, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Rodrigo Martins. (*Pausa.*)

Não está?

O SR. RODRIGO CHICA MARTINS DA SILVA – Alô. Oi.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – David Coutinho.

O SR. RODRIGO CHICA MARTINS DA SILVA – Rodrigo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Abriu mão?

O SR. RODRIGO CHICA MARTINS DA SILVA – Não, não abri não, ainda não, espera aí.

Meu nome é Rodrigo, eu sou de São Paulo, tenho 25 anos, sou usuário de maconha, sou cabeludo e barbudo e tenho o maior orgulho disso.

Vou reduzir muito minha fala, porque já falaram um monte de coisas bem parecidas. Todo mundo chegou a um consenso de que, na verdade, o grande problema é a educação. Quando você tira a ilegalidade de uma determinada substância você só não muda o papel legal daquilo, mas se muda muito como a pessoa enxerga aquilo na própria cabeça: você para de criminalizar o usuário, as pessoas não enxergam o usuário como um viciado ou como um possível bandido, o usuário não banaliza a droga, ele usa com conhecimento melhor. Eu lembro que alguém me falou que "meu filho usou droga na escola porque não tinha o conhecimento". Se houvesse campanhas melhor embasadas... Isso só vai acontecer com a regulamentação da maconha, porque Brasil sem Drogas faz umas propagandas absurdas, completamente sensacionalistas sobre isso. Esse tipo de campanha acontece justamente porque é proibido. Então, não tem pesquisa, não existe nada possível para que se crie uma percepção diferente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO CHICA MARTINS DA SILVA – Foi falado aqui que houve uma queda muito grande do cigarro. Realmente, o cigarro foi conseguido com prevenção, campanhas, aumento de custo e uma série de fatores, não com a criminalização do usuário e do vendedor de cigarros.

Todo mundo falou sobre as crianças e tudo mais. Há um livro muito, muito bom, que eu aconselho que leiam, que se chama *É só uma planta*, *It's just a plant*, em inglês. Ele pode ser achado na internet. Eu trouxe uma cópia que, se for possível, quero entregar. Isso é uma cartilha incrível para ser entregue para criança, por exemplo, porque esse é um livro que fala sobre maconha para criança e é escrito de uma maneira esplêndida. Ele explica direitinho que é uma planta, que tem os cultivadores, o policial e tudo mais. É muito bom. Vale muito a pena dar uma olhada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO CHICA MARTINS DA SILVA – Você vem de São Paulo com um monte de coisas para falar, mas já falaram várias coisas e eu agora estou mais pensando em deixar a palavra com o Fernando, para que ele fale do Ras Geraldo, um assunto muito importante. Espero muito que ele consiga ler a carta dele ainda hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Celso Gomes. (*Pausa.*)

Não está, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O David Coutinho não era ele?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ah, ele era o Rodrigo.

David Coutinho.

O SR. DAVID COUTINHO – Senador Cristovam, boa tarde. Boa tarde à Mesa.

Inicialmente, quero parabenizá-lo pela coragem de estar na relatoria e encarando, principalmente por ser o Senador da educação, porque o nosso problema da proibição não vai se resolver nunca com força policial, não vai se resolver com a repressão, com a política higienista que o Deputado Osmar Terra quer implementar, mas vai se resolver em cima de regulamentação e educação.

Eu sou maconheiro há dez anos e ouvi falar que maconheiro é improdutivo. Eu trabalho pelo menos 14 horas por dia, coisa que, se bobear, um alcoólatra, um dependente do álcool não faz. É muito crítico você estar deste lado de cá ouvindo supostos especialistas falando isso. Se, na realidade, fosse assim, nós teríamos uma Nação de zumbis, porque não são apenas 20 mil maconheiros no Brasil. Não foram só os maconheiros e os favoráveis à regulamentação que colocaram o projeto, mas foram pelo menos seis milhões declarados, porque, atualmente, as pessoas não se declaram por medo, medo de repressão policial, de repressão no emprego, na família, por qualquer outra coisa.

Por isso, até peço encarecidamente ao senhor o seguinte: o senhor está querendo encerrar o debate. O medicinal já está concluído. Tudo bem. Falta ainda o industrial, de que nem se falou, que tem um potencial econômico muito grande. Além do industrial, o recreacional, ou privativo, como vocês queiram falar, porque no direito de eu consumir a minha maconha o Estado não tem o dever de influir.

Outro ponto: legalizado ou não, eu vou continuar consumindo. E o que vai continuar acontecendo? Eu vou continuar sustentando o tráfico de drogas por culpa do Estado, porque o Estado não regulamenta, não dá educação, não ensina. Ele só quer proibir, e a proibição não resolve, não vem resolvendo há décadas e nem vai resolver nas próximas décadas.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Celso Gomes.

O SR. CELSO GOMES DE QUEIROZ JUNIOR – Sou eu, Senador. Estou aqui.

Eu queria só agradecer a oportunidade de...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nenhum desistiu ainda.

O SR. CELSO GOMES DE QUEIROZ JUNIOR – Vou ser bem breve também. Vou até pegar carona nas palavras do amigo David.

Não tem como o senhor também acreditar em nenhum tipo de pesquisa que informe o número real de usuários de maconha neste País. Não há como saber o número real de usuários de maconha neste País. É estimado em 3%, o que daria cerca de 6 milhões, só que não tem como. E essa falácia que eles dizem que o uso vai aumentar, na realidade, não é que ele vai aumentar, ele vai ser declarado, porque todo mundo vai ter a coragem de falar que realmente fuma.

Eu também sou usuário, fumo há dez anos e não tenho problema algum com responsabilidades. Eu trabalho, tenho o meu dinheiro, então sou totalmente responsável. O que eu não quero é ver que vocês estão discutindo o medicinal, mas esquecendo totalmente do pessoal que está sofrendo pelas mazelas da guerra, do pessoal que está lá em cima do morro ou da Dª Maria que não sabe porque a filha dela tem epilepsia. Às vezes ela tem lá a síndrome e nem consegue saber porque não tem como a gente chegar a ela. A partir do momento em que você regulamenta, você vai conseguir descobrir quem são os usuários, quais são os que realmente precisam e vai conseguir ter o diagnóstico de quem está lá na favela, que o governo não alcança, tanto por causa das milícias quanto por causa do tráfico. E pegando esse número de 6 milhões, que é o número estimado que a gente tem de dados, de usuários de maconha, pelo fato de o Brasil ter 200 milhões de pessoas e 3% serem o número estimado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO GOMES DE QUEIROZ JUNIOR – Então, se o senhor pegar somente esta parte dos 3%, 6 milhões de pessoas...Vai haver um déficit na rentabilidade do tráfico de 80%. São 6 milhões de pessoas que vão parar de sustentar o tráfico. O tráfico não vai continuar. Por quê? Porque a maconha vendida hoje em dia nas biqueiras, nas bocas é uma maconha mofada e prensada. Essa não é a maconha que o usuário realmente quer fumar. Nós queremos cultivar as nossas flores, nós queremos poder cultivar o remédio de alguns, ou então o uso privativo nosso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO GOMES DE QUEIROZ JUNIOR – Já estou terminando.

Não podemos viver à margem da sociedade, sendo que a proibição já não funcionou. Nós somos gente, nós queremos ser ouvidos e vistos por vocês, para atender ao nosso apelo de que não queremos mais participar do tráfico. Queremos ter o nosso direito de consumir ou de plantar privativamente, sem que ninguém interfira. A mesma pergunta que o Drauzio fez...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO GOMES DE QUEIROZ JUNIOR – O Drauzio fez uma pergunta: por que você se incomodaria com a homossexualidade de alguém? É a mesma coisa: por que você vai se incomodar de eu fumar o meu baseado em casa?

É isso aí.

Muito obrigado.

Só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Andresa Porto.

A SRª ANDRESA PORTO – Meu nome é Andresa Porto.

Senador, eu peguei uma nota pública da Rede Justiça Criminal e cortei algumas linhas para ficar mais enxuta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito enxuta, não é?

A SRª ANDRESA PORTO – Já caberia em cinco minutos. Agora, vai ficar mais enxuta ainda.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Tem de ser bem menos de cinco minutos.

A SRª ANDRESA PORTO – Vai ser menos.

A Rede Justiça Criminal é composta por algumas organizações, principalmente Rede São Paulo – não vou citar todas. A Rede gostaria, primeiramente, agradecer o Senador não só por ter aceitado a relatoria, mas pela realização das audiências públicas.

Eu venho falar principalmente do espírito da Lei de Drogas de 2006, que, na teoria, viria buscar eliminar a possibilidade de prisão de usuários, mas que, na verdade, manteve a política ambígua com relação aos usuários e aqueles acusados de venda de substâncias ilícitas. A manutenção da criminalização do porte de entorpecentes para uso pessoal deu continuidade à lógica repressiva, ao mesmo em que esvaziou um debate sobre drogas pautado pelos direitos humanos e pelos princípios do SUS e do Suas, baseados em diretrizes como a do cuidado, a da redução de danos e a da prevenção.

A mera tipificação de uma conduta não traz consigo cuidado, redução de danos, prevenção nem debate sobre o tema, apenas possibilidade de punição para quem cometeu aquele ato.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANDRESA PORTO – O enfrentamento dessa questão precisa ocorrer em espaços outros que não delegacias e cadeias.

Atualmente, existem aproximadamente 135 mil presos por tráfico no País. Em 2006, eles eram 14% do total de presos; hoje, chegam a 25%. Grande parte desses usuários e acusados de tráfico é apreendida com pouca droga, sem antecedentes criminais, com a esmagadora maioria presa sem porte de arma.

A principal consequência dessa política de combate às drogas acaba sendo a criminalização de uma grande massa de jovens negros pobres, moradores de favelas e periferias, que passam a receber também os estigmas produzidos pela prisão.

Poderíamos concluir que, com esse número de presos, a dita política de combate às drogas reduziu o consumo de entorpecentes no País. Todavia, é público e notório que, no mesmo período, o número de consumidores no País aumentou, evidenciando o erro de estratégia dessa política, o que também é corroborado com o projeto de lei do Deputado Osmar Terra.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANDRESA PORTO – A reboque do fracasso da tentativa de prevenir o consumo por meio da criminalização, também os objetivos da atenção, da reabilitação e da reinserção social dos usuários não foram alcançados. Pelo contrário. A criminalização do porte de entorpecentes para uso próprio tem sido fator de aumento da vulnerabilidade e da estigmatização social de usuários, afastando-os do tratamento, cuja disponibilidade na rede pública é sabidamente precária.

Ao manter a criminalização acompanhada de frágil distinção entre o que é porte para comércio ilícito e o que é porte para uso próprio, o legislador incorreu em duplo erro: manteve a questão do usuário sob a égide prioritária da tutela policial no lugar de alocá-la como questão própria do serviço social, educacional e sanitário e, em agravo, concedeu à polícia ampla discricionariedade para classificar quem são os comerciantes de substâncias ilícitas e quem são os usuários.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANDRESA PORTO – Prevenir que as pessoas consumam drogas de forma problemática ou reduzir os danos daqueles que as utilizam passa longe do arcabouço jurídico criminal e se insere no espaço da educação para a saúde e da ampliação de um debate pautado pelos direitos humanos.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANDRESA PORTO – Eu tenho aqui também uma nota técnica que eu vou deixar com a Secretaria da Comissão, porque eu acho que seria bem interessante que o senhor pudesse analisá-la. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Ronete Mendes.

A SRª RONETE MENDES MONTEIRO RIZZO – Sou eu.

Boa tarde, Senador. Boa tarde a quem permaneceu, aqui, para nos ouvir, também. Muito obrigada pela oportunidade. Eu sou de São Paulo e estou aqui somente para fazer um depoimento.

Eu descobri que os meus filhos eram usuários de maconha quando eles tinham 21 anos de idade, exatamente quando eu os formei na universidade. Hoje, um tem 26, e o outro tem 25 anos. Eles são produtivos e consomem a maconha todos os dias. Claro, que no início, quando eles me confessaram que eram usuários de maconha, eu, como mãe, me descabelei, chorei, "plantei bananeira", "onde eu errei na educação dos meus filhos?" Porém, eles foram de uma inteligência tal, que foram me mostrando o que era a maconha, o que é o *dirijo* antigo; eles foram me mostrando tudo: "Mãe, lê isto aqui; Mãe, lê este livro; Mãe, assiste este vídeo; Mãe, assiste este filme." E isso eu fui fazendo. Tanto, que, hoje, eu estou, aqui, defendendo e pedindo para que os meus filhos possam consumir recreativamente, usar a maconha; que eles possam plantar a árvore, o pé, a planta; que eles possam plantar, que eu possa ajudá-los a plantar. É esta a minha finalidade aqui: pedir que seja regulado esse cultivo caseiro para que eles não precisem ir na biqueira, para que eles não precisem me deixar preocupada quando eles saem para irem na biqueira comprar a maconha deles, porque eu fico telefonando, eu fico ligando: "Cadê? Já chegou? Não chegou? Vai vir? Não vai vir? Te roubaram o telefone? Não roubaram?"

(*Soa a campainha.*)

A SRª RONETE MENDES MONTEIRO RIZZO – Então, eu sou uma mãe, de qualquer forma, aflita nessa situação. Portanto, eu peço, aqui, que o senhor repense em regular esse cultivo caseiro para que os nossos jovens possam consumir, possam usar aquilo que eles vão plantar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Andrea Gallassi. Andrea Gallassi ainda está aí?

A SRª ANDREA DONATTI GALLASSI. – Eu.

Bom, boa tarde.

Eu, também, quero tentar ser breve, muito porque os colegas que me antecederam foram muitos felizes e contemplaram a minha fala. Muito me honra, Senador, vê-lo nessa Mesa. Sou professora da Universidade de Brasília e o senhor, até hoje, nos corredores da UnB, é a pessoa – eu diria – mais querida daquela Universidade. Sou terapeuta ocupacional, trabalho no campo de drogas desde o mestrado e doutorado. Ou seja, sou uma pessoa que me dedico a esse tema e eu falo do campo da saúde pública. E, como os meus colegas, a Profª Ana Cecília poderá, com certeza, concordar comigo que, falando do campo da saúde pública, como também outros colegas falaram, a gente tem a dependência como uma exceção. Ou seja, as pessoas que têm contato com a substância não é o que a gente vê aqui. Por exemplo, no Distrito Federal, há um *outdoor* que coloca que se está preso à droga para sempre, basta um contato para isso. Isso é mentira!. Então, a gente tem que deixar claro isso, aqui. Do ponto de vista da saúde pública, é a exceção: as pessoas que têm contato com substância psicoativa que se tornam dependentes.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANDREA DONATTI GALLASSI. – Então, esse era um ponto que eu queria contextualizar. E, também, falando do campo da saúde pública, hoje, o que a gente vive é a desregulação. Então, o Deputado Osmar Terra disse: "Ah, se regular, se legalizar, a gente vai ter a substância em toda esquina." É o que está acontecendo agora: a gente tem a substância em todas as esquinas. Por quê? Porque o mercado está completamente desregulado. Não está dentro desse Estado de direito a discussão sobre isso: como o meu colega, aqui atrás, que me antecedeu, está delegado ao narcotráfico a regulação desse mercado.

Eu também diria que eu não fumaria maconha para vir falar com o senhor e nem tomaria uma dose de cachaça também para falar com o senhor, em hipótese alguma!

O SR. ALDO ZAIDEN BENVINDO (*Fora do microfone.*) – Aqui no Senado, não é?

A SRª ANDREA DONATTI GALLASSI. – Aqui no Senado. (*Risos.*)

A SRª ANDREA DONATTI GALLASSI. – Não, eu... Aldo, por favor, me deixa!

O que eu queria falar, Senador, vou falar brevemente, então.

Muitos falaram, aqui, também, com relação á regulação que a Anvisa poderia fazer por meio de portaria. Isso não é verdade!

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANDREA DONATTI GALLASSI. – A Anvisa precisa de uma lei federal para que ela possa debater sobre isso. E a gente sabe que as pessoas que estão conseguindo importar o medicamento ou que o está conseguindo é por meio da Justiça. Então, a Justiça entrando no campo da saúde, sendo que a gente precisa da lei federal para que a gente possa avançar também nas pesquisas.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANDREA DONATTI GALLASSI. – A Profª. Ana Cecília disse da dificuldade de pesquisa. A gente tem um problema que é o de a gente não conseguir fazer, porque a gente tem limitações impostas pela Anvisa.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANDREA DONATTI GALLASSI. – É um terror essa campainha, e eu fico me acelerando. E aí eu vou finalizar dizendo que a gente discute a regulação pensando não só como a Alessandra, que também falou, de quem é contra ou de quem é a favor, mas a gente tem que fazer uma ampla discussão sobre políticas sociais.

Então, quando eu falo, e a Profª Ana Cecília também disse, de regulação, eu falo de políticas de prevenção, políticas de intervenção e de reabilitação para as pessoas que são a exceção e que tiveram problemas. E também, associado a isso, políticas de educação e outras para que a gente possa ampliar a discussão e trazer de uma forma muito mais fundamentada, e não ficar nesse jogo de quem é contra ou de quem é a favor, mas trazer o debate. Porque as pessoas vão usar, estão usando, e estão usando um produto que não tem nenhuma regulação. Estão usando, e ninguém sabe o que está sendo consumido.

Eu falaria muito mais, mas, enfim, vamos embora.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Luiz Pimenta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Diga.

O SR. MARCOS ZALESKI – Só para fazer um pequeno reparo à fala que foi feita agora, 10% por cento não é exceção, tá pessoal? Dez por cento é dependência química, não é exceção, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não vamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ZALESKI – Cada vida é valiosa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não vamos discutir agora.

O SR. MARCOS ZALESKI – Cada vida é valiosa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Luiz Pimenta. *(Pausa.)*

Não está.

Tiago Solbas

O SR. LUIZ PIMENTA – Senador, estou aqui.

Boa tarde, meu nome é Luiz, eu estou inscrito.

Eu me sinto contemplado por colegas e companheiros que falaram aqui e passaria a minha vez, mas eu acho que é necessário nós observarmos os dois pontos que eu acredito que a audiência ainda não observou. É muito provável, muito provável que a legalização da maconha e a regulação da maconha se tornem, em um futuro próximo, e não é um futuro distante, uma condição de soberania nacional. Nós temos em vista uma indústria do cânhamo, uma indústria dos medicamentos feitos à base da maconha, que vai florescer no Uruguai antes da gente, e não vai florescer no Uruguai porque o Uruguai tem um presidente que é amigo do George Soros. Vai florescer no Uruguai porque o Uruguai tem sido, nos últimos 30 anos, um país muito mais soberano do que o Brasil.

O Uruguai faz um controle territorial muito forte, o Uruguai não tolera o nível de abuso que nós temos em fronteira, no que se refere a tráfico, porque o Uruguai é um país menor e o Uruguai já está na dianteira. Se nós não concordarmos com o que foi exposto aqui pelos colegas, pelos companheiros, nós vamos correr um risco. Não para nós, porque para eles tanto faz se a maconha está proibida amanhã ou não, eles vão fumar na semana que vem se eles quiserem. É para as crianças que estão vindo aí, para os filhos deles e para os netos deles. O nosso papel aqui quanto a isso acho que está definido.

Obrigado.

Eu encerro por aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Guilherme.

Estão faltando poucos.

Guilherme não está.

O SR. TIAGO SOLBAS – Tiago Solbas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Tiago Solbas, eu saltei aqui.

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – O Guilherme está presente

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Também? Vamos lá, o Tiago.

O SR. TIAGO SOLBAS – Boa tarde.

Então, eu não tenho muito a acrescentar, já que já foi quase tudo muito bem colocado por aqui, mas eu gostaria de dizer só uma coisinha assim bem básica. A semente da maconha tem uma proteína que é muito válida. Depois do feijão, se eu não me engano, só a maconha tem uma quantidade de proteína tão alta em uma semente: ômega 3, 6 e 9. Não vou questionar mais nada sobre isso.

Eu queria falar exatamente sobre... Em nome de coisas boas, fazem-se muitas coisas ruins. Privatizam-se os lucros e socializam-se os prejuízos. Nós estamos aqui falando em nome das pessoas que estão prejudicadas.

Os maiores consumidores do mundo, o mercado americano e o mercado europeu, signatários também da ONU e dessas políticas que são uma guerra às drogas, os maiores consumidores do mundo acho que não são exemplo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO SOLBAS – Nós temos que dar a nossa opinião aqui e nós temos que fazê-la válida e nós temos que dar exemplo para o mundo, pela proporção de País que nós somos e pela democracia que dizem que temos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado. (*Palmas.*)

O Guilherme Gonçalves está aí? Faltam só quatro, viu?

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – Eu vou começar a minha fala citando a fala do Exmo Sr. Senador da República Fleury em resposta ao Dr. Ricardo Nemer na 5ª Audiência da Comissão de Direitos Humanos no Senado – e vou começar a respeito disso.

Com respeito ao qual fui tratado, de forma indireta, porque não se dirigiu diretamente a mim, mas sim ao Dr. Ricardo, eu vou... É... Eu vou falar dos meus... Cadê... Só um minuto... O motivo pelo qual me faço presente na Comissão do Senado de Direitos Humanos, em audiência pública, de cunho popular, fazer palanque não seria um deles. Minha participação contribuiu com mais de 20 mil pessoas, com assinaturas para discussão, para realização dessa Comissão aqui presente.

Que comício seria esse que a gente está fazendo? Seria expor argumentos? Argumentos que irritam essa grande massa moldada sobre políticas decorrentes do século 20, nesse período até os dias de hoje?

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – Palanque e falta de respeito só consigo ver na fala do Exmo senhor, no dia 22, ao igualar um cidadão, qualquer um ali presente naquele dia, a um possível traficante que na plateia estaria.

Eu, modéstia a parte, maconheiro, eu, neste caso, que também estava presente naquele dia, nesta Casa, que representa o povo, esclareço que temos objetivos aqui, posso citar um deles: tirar o complexo produtivo da *Cannabis* do buraco negro ao qual foi posta juntamente com as outras drogas da lista, também negra, dos princípios ativos proibidos pela Anvisa.

Utopia é pensar em um mundo sem drogas. Agora pensar em um mundo sem o tráfico, sem as mortes por qual ele foi gerado, e sem os "Carandirus" modernos criados é possível, pois não foi o meu Deus, que é o seu Deus quem criou o tráfico e suas consequências, mas agora os ativos são tão naturais...

Sou cultivador e luto por esse modal de subsistência. Tenho mesmo que ficar dependente desse mercado ilegal?

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – A resposta é não. O mercado legal brotará. E também não terei que ficar dependente desse mercado legal. Eu não poderei plantar o meu consumo? Eu não poderei ser autossuficiente?

O Brasil é capaz de fazer seu próprio remédio. Não necessariamente teremos que copiar políticas americanas, como foi feito ao proibir a erva no País. Acredito nos brasileiros. Temos pessoas aqui, pessoas altamente capacitadas, pessoas com intelecto muito relevantes. E sei também que temos extrações muito relevantes no nosso País.

Então, por que importar o CBD? Temos vantagens comparativas que nos colocam na frente, nos dão oportunidade de tratar de pessoas, cidadãos a custos inferiores. Por que não gerar incentivo nacional? Por que

não gerar empregos para o País, gerando renda, gerando impostos? Por que não usar a *Cannabis* como uma forma de desenvolvimento regional e local?

Enfim, a variável econômica, novamente, preço.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – Tem que dificultar o acesso ao CBD ou ao THC com fins medicinais?

Eu acredito que também falar de importação de um remédio, sem que ao menos se saiba qual é a demanda desse remédio, a custo zero, prometendo custo zero, é bem a cara do Brasil, populismo. (*Risos.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – Estão entendendo? Com quem realmente ficarão os ganhos da regulamentação da *Cannabis*? Com investidores, cultivadores, usuários, Estado ou doentes? Está entendendo?

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – Acredito que com toda a sociedade seja a resposta certa. Mantendo-se o proibicionismo, deixaremos o mercado na mão dos lobistas de colarinho branco, que dominam atualmente o grande mercado clandestino de drogas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – Em nome dos nobres defensores – só um minuto que eu me perdi. Em nome dos nobres defensores da causa, peço-lhe que tome causa do complexo que é essa discussão,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – ... juntamente com os seguintes, recreativo e medicinal, a indústria gerada pela *Cannabis*, a indústria que a *Cannabis* gera pela introdução numa economia é muito forte. Formam-se três nichos de mercado: o nicho do mercado da indústria farmacêutica; o nicho do mercado aonde eu estarei comprando minha maconha, que eu fumo, eu não preciso defender ninguém que usa medicinalmente, eu uso é de forma recreativa mesmo, e quero comprar nos meus dispensários ou quero produzir minha *Cannabis* e a outra indústria que surgirá será a indústria do cânhamo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Guilherme, nós não estamos discutindo a indústria. Estamos discutindo medicinal e recreativa.

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – Mas por que a indústria não está na pauta do Senado se ou a indústria também...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Porque a sugestão que foi feita, número oito, não colocou isso. Então, não estamos...

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – Diz respeito, que eu saiba, ao uso medicinal, recreacional ou industrial. Pelo título próprio mesmo da Comissão SUG 8, está entendendo? Então, acho que não eu seria o desinformado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Será que eu estou mal-informado? Tem industrial também?

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – É, por isso mesmo. O tema industrial não foi discutido nesta Comissão. O tema industrial que é tão importante. O tema industrial de proteínas, ômega 3, que a semente tem. Eu sou estudante de gestão de agronegócios da UnB e sei que tem estudos que comprovam. Fizeram estudo com galinhas agora, usando a proteína da semente, melhorou o ômega 3 do ovo. Está entendendo? Eu estou dizendo, não somente o uso recreacional, eu estou dizendo outros usos.

Para terminar minha fala, eu vou finalizar aqui rapidinho. Diz repeito à comparação do Senador Fleury. O Estado laico brasileiro não respeita Geraldo Antonio Batista, o líder religioso Ras Geraldinho da Igreja Rastafari, criada em Americana, São Paulo. Então, o que devo esperar de nossos representantes? Devo esperar respeito? Ao menos, não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – Se continuarmos a deixar o mercado sem regulamentação o verbo ganhar transforma-se simplesmente em dinheiro, capital à vista, *cash* para continuar a corrupção nas etapas seguintes e não em benefícios para o País.

Vou ser claro: não quero me promover e não sou traficante, mas quero tirar o tráfico do poder e dos poderosos.

Exmº senhor... (*Fora do microfone.*)

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – Não, ele não está aqui presente, eu iria pedir um dezão para ele, se ele conhecia algum. Se ele tinha um dezão aí para eu fazer, que do nosso lado não existem traficantes, a gente está aqui para discutir a regulamentação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GONÇALVES TEIXEIRA – Não queremos o tráfico.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo a palavra agora ao Pedro Santana Gomes. Ainda está? (*Palmas.*)

Não. Não está.

Fabrício Ubirajara.

Um momento. Deixa eu ver aqui, a lista está aqui.

Vamos ver se chega.

Fabrício Ubirajara.

O SR. FABRÍCIO UBIRAJARA – Está aqui. Está aqui. Eu nasci em Piracicaba, interior de São Paulo.

Calma aí. Pode falar? Estou podendo falar?

Eu nasci em Piracicaba, interior de São Paulo, meu convívio com a droga foi desde cedo, aos 12 anos eu comecei a vender cocaína em uma esquina. Eu vendia 12 horas por dia essa droga. Eu consumi cocaína até os meus 18 anos, aonde eu comecei a usar maconha. Foi aonde eu parei de cheirar e parei de fumar cigarro. Eu me formei em chefe de cozinha, trabalhei três anos como cozinheiro, um salário que não dá para viver, não dá para pagar aluguel, não dá para comprar roupa, você tem uma subvida. E eu quero poder trabalhar sim e vender a erva.

Eu fiquei acampado, ano passado, por quatro meses e vinte e um dias, na frente do Congresso Nacional, aonde eu arranquei todas as bandeiras do estado, da onde tinha brasileiro que não concordava com a política deste País. E eu tenho um documento, protocolado no Ministério da Agricultura, que é sobre o direito de exportação e importação. Porque eu não quero comprar de outro país. Eu quero vender para um país que é legalizado.

É só isso. Depois eu vou querer dar o documento para você.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado. Gostei da síntese.

Cristiano Ávila Maronna. Eu tinha saltado esse nome, sem querer, peço desculpas.

O SR. CRISTIANO ÁVILA MARONNA – Não tem problema Senador. Eu agradeço a oportunidade, quero dizer a V. Exª, que assim como V. Exª eu também estou com muita fome, acordei hoje às 4 horas da manhã em São Paulo, para vir até aqui. Mas a minha fome de democracia é maior ainda, então agradeço a V. Exª pela paciência, pela tolerância, e pela forma republicana com que vem conduzindo esse importante debate.

Eu gostaria de, muito rapidamente, Senador, sintetizar a discussão, que está sendo travada aqui, na seguinte pergunta, que acredito que V. Exª vai ter que responder ao elaborar o seu relatório. E a pergunta que V. Exª tem que responder é: Nós precisamos de uma política de drogas criminal? Senador Cristovam Buarque, essa é a pergunta que tem que ser respondida: a política de drogas tem que ser criminal?

V. Exª pediu a Mesa que respondesse essa pergunta e, com todo respeito, nenhum dos convidados foi capaz de responder, né? A questão é que nós temos uma política de drogas bipolar no Brasil. De um lado, em relação ao álcool, tabaco e fármacos, o usuário é considerado um sujeito de direitos, a droga é produzida de forma industrial, há um controle sanitário a respeito da substância.

E, em relação às drogas ilegais, o indivíduo é considerado um criminoso, não é?

Então, o que V. Exª tem que pensar é isso: a política de drogas não precisa ser criminal. O papel do Direito Penal, o Direito Penal não tem a função de realizar a educação moral de pessoas adultas. A ortopedia moral é uma função estranha ao Direito Penal, e, no entanto, essa é a função que o Direito Penal tem exercido, nos últimos tempos, com essa política criminal de drogas fracassada, falida, que promove a violência, a corrupção e o encarceramento em massa.

Respondendo ao Dr. Alexandre, primeiro, maconha não é uma substância inofensiva. Maconha é uma droga, e, justamente por isso, nós temos que regulá-la. Nós temos que impedir que crianças e adolescentes tenham acesso a ela. Nós temos que fazer com que apenas adultos capazes possam ter acesso a essa substância.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISTIANO ÁVILA MARONNA – E a sua segunda pergunta, pessoas que usam drogas e colocam em risco terceiros, por exemplo, dirigindo automóvel, têm, sim, que ser reprimidas.

Portanto, todos nós, aqui, defendemos uma regulação responsável.

E, para terminar, Senador, parece-me que há a necessidade de um *disclosure*, de uma abertura de conflitos de interesses, como fez a Drª Ana Cecília. O Deputado Osmar Terra, por exemplo, na campanha de 2010, recebeu R$150 mil da Interfarma, que é um dos maiores conglomerados farmacêuticos que existem no Brasil.

A discussão sobre maconha medicinal que está sendo travada aqui está sendo pautada, diretamente, pelos grandes interesses da *Big Pharma*. Quer dizer, essa coisa de dizer "só o extrato, só o canabidiol é remédio", é uma mentira. Ignora o efeito comitiva da maconha – *entourage effect* –, e é um remédio que pode ser plantado por qualquer pessoa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISTIANO ÁVILA MARONNA – Plantar contraria os grandes interesses da indústria farmacêutica.

E um outro *disclosure* que precisa ser feito também, o eminente Senador Magno Malta, que está criando a Frente Parlamentar em Defesa da Família recebeu R$100 mil de uma empresa que produz cerveja, veja o senhor Senador.

Nós precisamos saber se o eminente Senador Magno Malta, que vai criar essa Frente Parlamentar, vai considerar a cerveja também uma droga. Essa é a pergunta que eu deixo. Gostaria que o Senador Magno Malta estivesse aqui para responder. Infelizmente, ele não está, mas espero que ele receba essa gravação e responda a esse questionamento.

Parabéns, novamente, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Eu saltei, também, o nome do Luiz Carlos Lages. Ele ainda está aí?

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO ZAKIR – Senador, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ah, sim, sim.

O nome dele é Cristiano.

O SR. LUIZ CARLOS LAGES – Boa tarde, Senador.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO ZAKIR – Só, primeira coisa, eu gostaria de agradecer a resposta e a forma urbana e civilizada com que você contrapôs os pontos. Fico muito feliz com isso. Isso quem ganha é a democracia.

Parabéns pela forma como você expôs.

Com relação à resposta de que se precisamos ou não de uma política criminal, são pontos de vista. Sob a minha ótica, entendo que nós precisamos, sim, de uma política criminal e precisamos do Direito Penal, neste momento, para a regulação de situações que exponham pessoas a risco.

E, aí, eu faço uma ponderação com relação ao nosso modelo legislativo, que impõe limites à produção de prova. E, aí, sim, eu encontro limitações para poder efetivar essa fiscalização – eu só estou respondendo e eu já vou passar a palavra para o Senador; eu pedi autorização e ele concedeu –, com relação à fiscalização desta atividade, através de exames que não se pode obrigar sejam realizados no cidadão brasileiro, por conta do nosso modelo legislativo.

Quando pensamos em regulamentar, se isso for ponderado e houver uma solução para esse ponto, prometo que eu repenso minha situação. Não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Eu tinha saltado, também, o Luiz Carlos Lages. Onde está?

O SR. LUIZ CARLOS LAGES – Aqui, Senador.

Boa tarde, primeiramente. Eu queria falar rapidamente. E fui muito contemplado aqui, pelas falas de quase todos, os a favor, mas eu queria, primeiramente, deixa eu dar uma olhada aqui...

Ah, sim, é bom lembrar uma coisa que eu estava vendo, é que, a título de comparativo, durante a proibição do álcool nos Estados Unidos, e no Brasil, durante os períodos da Lei Seca, o vinho usado na liturgia católica é alcoólico, sim.

Então, eu pergunto: por que o mesmo não pode ser estendido ao pessoal da Igreja do Ras Geraldinho, que está, agora, condenado a mais de 14 anos de prisão pelo STJ?

Isso só vai mostrar que a proibição tem um fundo cultural, tem um fundo racial, sim. É racismo.

Imagino que você não era para, sei lá, tinha comunidades remanescentes de quilombos, povos indígenas, pequenas comunidades ribeirinhas no Brasil, onde as pessoas fumavam o fumo da Angola, a liamba, o dirígio. Tem vários nomes, isso é muito bem documentado.

Aí, um belo dia, chegou um homem branco, com um cassetete bem grande e falou: "vocês não podem fumar mais isso aí não". A história da proibição é mais ou menos assim. Eu queria convidar as pessoas que tanto falam das crianças e dos adolescentes, se eles não vão querer proibir o videogame também, porque o videogame causa dependência psicológica. E eu sei porque eu jogava muito tempo. Então, a dependência psicológica é a mesma da maconha. O neurobiólogo Renato Malcher que estava aqui na outra audiência falou isso: a dependência que a maconha causa é psicológica, não é química. O videogame também causa, então vamos proibir o videogame? Quer dizer, e se é para as crianças, me estranha muito que quem adota esse tipo de discurso conservador seja favorável à redução da maioridade penal. Porque quem é que vai pagar o custo? A gente sabe que quem é preso no Brasil é pobre e preto. Se a gente for reduzir essa maioridade as pessoas presas por tráfico também vão ser desse perfil.

Por fim, o Deputado Osmar Terra não está aqui, mas eu queria convidá-lo, por favor, para me passar o contato desses milionários, dessas pessoas que financiam, porque eu estou aqui de graça, eu como muita gente, e estamos precisando, não está fácil pra ninguém ficar aqui sete horas ouvindo besteira.

Mas é isso, Senador, obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – De nada.

Faltam apenas três: Fabrício Ubirajara Santos, está aí ainda ou não? Não. Você não já falou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, eu esqueci de marcar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não, não, desculpe. Leonardo Royal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Hein? Mas na hora de inscrever, foi último.

O SR. LEONARDO ROYAL – Olá, boa tarde! Eu também fiquei muito incomodado, porque todos, ao momento de falar de maconha, passava a falar crack. Crack e maconha não tem nada a ver uma coisa com a outra. Maconha é uma plantinha. Crack é uma invenção química pesada, e não devem ser relacionados hora alguma. Maconha e crack são coisas... e esse negócio de "porta de entrada"? A porta de entrada é o próprio tráfico. Porque, se é uma substância regulamentada, a criança não vai ter acesso à maconha. Se ela é regulamentada e tem postos de venda... e até você pode plantar, não tem dessa de criança. Não vai fazer... o tráfico não pede carteira de identidade pra ninguém. Esse negócio... o caminho é a regulamentação.

Outra coisa, a marginalização da pobreza. Muitas pessoas estão pagando um preço muito alto para a gente de colarinho branco. Tem muita gente que está perdendo anos de vida na cadeia por causa de pequenas quantidades de drogas, enquanto tem helicóptero de cocaína voando e andando em tudo quanto é lado desse País sem ninguém ser preso. Até o helicóptero foi devolvido, né?

O SR. LEONARDO ROYAL – É... Então eu acho que a proibição é uma hipocrisia e está na hora de acabar com isso. E está chegando a hora; são quase quatro e vinte.

Muito obrigado por todos vocês.

Valeu! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

O último inscrito é o Aldo.

Vamos ouvir o Aldo que é o nosso último.

O SR. ALDO ZAIDEN BENVINDO – Bom, desculpe, Senador, eu queria ter falado antes e queria ter tido a paciência para abrir mão da palavra, mas não o fiz porque também pensei muito no que eu ia falar. Então eu vou falar curto. É o seguinte: me surpreendi muito em perceber que nessa discussão, e eu achei que a colega Alessandra, quando fez a sua fala, bem curta e objetiva, delimitou a necessidade de que não estabeleçamos o tempo todo que exista um campo pró e contra drogas aqui. E parece que é isso sim. Quando eu vejo a presença, eu acho que ela não está aqui presente, não tenho nenhum problema de me contrapor aqui à "ex" ou "em recurso" Psicóloga Marisa Lobo presente aqui, que convocou, no ano passado, um beijaço heterossexual em defesa do então antidireitos humanos Marco Feliciano. Psicóloga, pela cura *gay* aqui, que é uma coordenadora da Campanha Nacional Contra a Maconha, aqui. Quer dizer, a gente percebe que tem um campo político moralizante contra um campo político pelos Direitos Humanos. E tem um outro campo político aqui que parece confundir com pró-drogas. Não é isso. A gente tem que entender que a gente está fazendo uma discussão sobre saúde, contra a violência. Isso é importante que a gente delimite. Nesse sentido, existem argumentos que vão caindo para cá e para lá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALDO ZAIDEN BENVINDO – Eu queria falar muito brevemente, até porque caiu a mim essa conclusão, pelo menos nesta fase da fome. Senador Cristovam, eu sou psicanalista de São Paulo. Mando um abraço da minha colega de consultório – ela pediu para mandar esse abraço –, que é também membro da Comissão Nacional da Verdade, a Drª Maria Rita Kehl, que congratula por essa iniciativa, que ela acompanha, porque é partidária da discussão pela regulação da maconha também, do mercado da maconha, tando medicinal quanto do mercado do uso tradicional, do uso coletivo; e do meu pai, Francisco Martins Benvindo, que foi seu orientando, que é seu admirador, e que comprou, a partir da minha militância, também isso aqui. Então, é uma coisa pessoal que eu te transmito aqui.

Eu, quando foi Coordenador Nacional de Combate à Tortura, fui membro, durante três anos, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, e participei, em Viena, em 2011, 2012 e 2013, da grande reunião do CND – Comissão sobre Drogas Narcóticas –, que é essa reunião da ONU, anual. O que acontece? Vou fazer uma crítica aqui ao Inpad. Eu, em vez de participar das reuniões do CND, passei, durante três anos, durante dois dias limpando os dados que o Governo brasileiro levava para o World Drug Report, que foram levadas para cá, porque lá se recebiam os dados como se fossem dados do Governo brasileiro, e eram, na verdade, dados do Inpad,

que não eram dados necessariamente validados como dados reais. Então, é muito importante. Os dados do Lenad – você pode até responder – não eram validados e não são validados pelo Governo brasileiro como são os dados da Fiocruz, que dão um número muito menor de usuários, porque o n do Lenad, que é o n do Ronaldo Laranjeira, explodiu e deu essa ideia de uma explosão de crack no Brasil durante três anos. Deram a impressão de que este Brasil estava dominado pelo crack, coisa que não é verdade. A epidemia que se verificou é muito menor, e é uma epidemia de miséria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALDO ZAIDEN BENVINDO – É uma epidemia que chegou a uma população de rua muito miserável. Já foi trazida aqui pelo Victor e por outras pessoas essa questão da vulnerabilidade social. É importante que a gente tenha consciência, utilize dados mais precisos, para avaliar a real qualidade do problema, para a gente enfrentá-lo e trazer políticas concretas para a discussão das drogas.

Com relação à maconha, a gente escutou aqui gente falando que – não sei quem falou – o fulano usando maconha sai matando. Isso também é mentira! É uma droga leve. A gente sabe disso. Então, a gente tem que partir de dados concretos. Esse assunto tem que ser tratado com maior realidade.

Nesse sentido, eu acho que a gente vai conseguir maior consenso com esta sugestão, com este processo, a gente vai conseguir sair com maior realidade, responsividade, a partir do momento em que a gente conseguir sair dessa polarização e avançar mesmo, entendendo que o problema principal não é ser uma propaganda de uso, ou contrário ao uso, entendendo que a sociedade brasileira tem dificuldades culturais ainda sobre o que é exatamente esse entorpecer-se e essa purificação. E sim, nós temos uma dinâmica, como já foi dito, de vulnerabilidades, seja no campo da violência, seja no campo da saúde. A gente tem que enfrentar isso.

Eu agradeço a possibilidade de participar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu que agradeço.

Eu quero dizer o seguinte: agora que estamos chegando ao final – e eu me comprometi de ouvi-lo depois da reunião, os que quiserem fiquem, e eu fico para ouvi-lo, mas a audiência vou terminar antes –, depois de tantas audiências, tanta gente, tantas horas, talvez tenha sido uma estratégia errada ficar ouvindo aqui gente a favor e contra. Deveriam ter vindo aqui se reunir para discutir o que fazer, porque é uma coisa comum. Nós não estamos satisfeitos com a epidemia de drogas que está por aí. Ao mesmo tempo, nós temos que saber o que fazer, levando em conta o direito de alguns que querem usar, levando em conta o risco de permitir que se use e saber o que fazer.

De qualquer maneira, foram muitos subsídios que eu vou trabalhar e vou conversar com a Senadora Ana Rita, que é a Presidente. De repente, ela vai querer fazer outras audiências, e eu sugerirei que, talvez, valha a pena fazer agora sobre o que fazer. (*Palmas.*)

Ninguém vem aqui dizer que é bom, que é ruim. Ninguém vem aqui dizer que... Não. É o que fazer para enfrentar algo que ninguém quer, que é um mundo em que se precisa de droga. O ideal é que não precise. Eu não tomei café, então consigo viver sem café.

Mas o ideal também é um mundo sem polícia, e a gente não consegue fazer um mundo sem polícia. Aí, a gente usa polícia. De repente, não está conseguindo fazer um mundo sem droga. Como é que convive com ela? Reprimindo-a ou de outra forma?

Eu trabalho até com muitas outras drogas. Eu acho que o consumismo é uma droga. Eu acho que o endividamento é uma droga. Hoje, endividamento para comprar coisa é uma droga que está matando talvez tanto quanto as outras drogas.

Eu acho que o automóvel é uma droga da qual este País precisa se livrar um dia, através de transporte público eficiente. A taxa de juros é uma droga. E, obviamente, tem as drogas como o álcool, que é uma tragédia. Como eu disse, isso é um grande botequim. E tem as drogas, que aí chamam de pesadas, mas na verdade são ilícitas, umas pesadas, outras não. E a grande discussão é o que fazer para que não seja preciso droga e, em existindo droga, como é que a sociedade funciona melhor. E aí implica não só o lado da alienação de quem usa droga, o lado da saúde de quem usa droga, mas também o lado das mortes por causa do tráfico de drogas, que a gente não pode esquecer.

Eu dou por encerrada esta reunião, mas eu disse que ia ouvi-lo. A sua carta, que você ia ler pessoalmente. E fico aqui à sua disposição. Quem quiser ficar fique, mas a audiência está encerrada.

Muito obrigado pela presença de cada um. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 15 minutos.)

ATA DA 62ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e oito minutos do dia dez de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Fleury. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento nº 69 de 2014-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 02/09/2014, para debater o seguinte tema: "Doença da população negra (falciforme) e a dignidade da pessoa". O Senhor Presidente esclarece que a audiência pública é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do portal e-Cidadania. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, exibe vídeo e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Ana Margareth Gomes Alves, Consultora Técnica da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde – MS; Macaé Maria Evaristo, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação; Heder Murari Borba, Coordenador Geral do Sistema Nacional de Transplantes – Ministério da Saúde; Maria Zenó Soares, Presidente da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme – FENAFAL; Ilma Fátima de Jesus, Coordenadora Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais – SECADI – Ministério da Educação. A Senhora Maria Zenó Soares solicita ao Senhor Presidente exibir vídeo e o Senhor Presidente permite a exibição. O Senhor Presidente concede a palavra a pessoas presentes no plenário, nesta ordem: Elvis Silva Magalhães, coordenador Abradfal – Associação Brasiliense de Pessoas com Doença Falciforme, que recebeu transplante e foi curado da doença falciforme; Cláudia Bezerra de Lima, mãe de paciente portador de doença falciforme. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e oito minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 69, de 2014, de autoria deste Senador e de outros, aprovado em 12 de setembro de 2014, para debater a doença falciforme, uma doença que atinge principalmente a população negra.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – *link*: http://bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800 61 22 11.

Vale lembrar que as atas das reuniões anteriores estão prontas. No entanto, elas serão submetidas à aprovação na próxima reunião deliberativa, considerando que não há quórum regimental nesta audiência para publicação e aprovação.

Foram convidados para esta audiência o Sr. Heder Murari Borba, Coordenador Geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde, a Srª Belinda Simões, Coordenadora do Centro de Transplantes de Medula Óssea do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, a Srª Maria Zenó Soares, Presidente da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme – Fenafal, a Srª Ana Margareth Gomes Alves, Consultora Técnica da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde do Ministério da Saúde, a Srª Macaé Maria Evaristo dos Santos, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

Enquanto estamos esperando alguns convidados que não chegaram, apenas para situar o tema para quem está nos assistindo pela TV Senado e ouvindo pela Rádio Senado, vou fazer uma introdução que, claro, pode suscitar debate e para a qual as pessoas podem dar a sua opinião, concordando ou não.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado tem a honra de receber, no dia de hoje, especialistas que vão expor os variados aspectos da doença da população negra, principalmente da população negra, denominada doença falciforme e a dignidade da pessoa.

Explicamos – já há uma pergunta neste sentido –, e todos aqui sabem disto, que essa doença não atinge somente a população negra. Por isso, uso o termo "principalmente a população negra".

A anemia falciforme é uma doença do sangue, congênita, ou seja, que já nasce com a pessoa, que impede a oxigenação adequada do organismo das pessoas por ela acometidas.

Sem oxigênio em quantidades corretas, inúmeros distúrbios físicos e psicológicos podem ocorrer, tais como o acidente vascular cerebral, o déficit imunológico, crises de dor, sobretudo nas articulações, em adultos e crianças, as úlceras e também dores, com frequência nos tornozelos, a perda da visão, as pneumonia de repetições e outras mais.

Com um espectro tão grande de sintomas maléficos e atingindo grande número de pessoas, a situação é, sem dúvida, de saúde pública. É uma das doenças hereditárias mais comuns no Brasil, que afeta, principalmente, mas não somente, a população negra.

As estatísticas médicas apontam que um em cada oito afrodescendentes possui o traço falcêmico, isto é, a possibilidade de transmitir a doença, o que ocorre quando dois portadores do traço geram descendentes.

Tal é a importância e o alcance dessa moléstia que, desde 2005, por portaria do Sistema Único de Saúde, possuímos diretrizes para dar atenção integral às pessoas que possuem ela e outras doenças do sangue.

A partir daquele ano, várias portarias foram sendo editadas, e chamo atenção para a portaria que trata de um medicamento fundamental, da hidroxiureia, para quem luta contra a doença.

A discussão aqui será, necessariamente, transdisciplinar, pois não abordaremos apenas uma doença, mas toda uma situação que envolve os aspectos daqueles que são acometidos pela mesma.

Salientamos que 95% das pessoas com doença falciforme são negras. Ainda chamo atenção para o percentual de 92% de mães solteiras que portam a moléstia. Dos acometidos, 93% não concluíram o ensino fundamental e 98% são beneficiários do Bolsa Família.

Além disso, o tratamento pressupõe exames laboratoriais de alta complexidade, além das consultas de rotina.

É transparente vislumbrar que o viés da "dignidade da pessoa humana" encontra aí, no pequeno universo dessa enfermidade, um embate digno de enfrentamento.

A saúde humana é uma das facetas que o Estado deve atender. Da boa saúde de um povo deriva a segurança humana e comunitária.

Gosto de lembrar que a nossa Constituição Federal, no seu primeiro artigo, dá como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana (inciso III).

É ainda a CF, no art. 3º, que revela que entre os objetivos fundamentais da nossa República devem constar:

1) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (inciso I),

2) a erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais (inciso III) e

3) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou outro tipo de discriminação (inciso IV).

Como se não bastasse, ao lado desses temas, a saúde surge no art. 6º como direito social.

É imbuídos desse espírito constitucional que desejamos acompanhar com vocês que nos veem e ouvem e com nossos ilustres convidados a audiência pública que vai tratar desse tema.

Acho que, por esta introdução aqui, já deu para as pessoas entenderem. Vamos para os finalmentes.

Discussões como esta são fundamentais para que o Brasil se conheça mais e melhor, pois abrem a possibilidade de que entidades como a Federação Nacional de Associações de Pessoas com Doença Falciforme se manifestem, como escreveu na sua simplicidade, de maneira contundente, sua representante, a Srª Maria Zenó Soares da Silva.

Muito bem. Vamos, então, com esta pequena introdução, formar a nossa Mesa.

De pronto, convidamos o Sr. Heder Murari Borba.

Seja bem-vindo.

Ele é Coordenador Geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde

Parabéns pelo trabalho!

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Maria Zenó Soares, Presidente da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme (Fenafal), que está mais uma vez conosco.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Ana Margareth Gomes Alves, Consultora Técnica da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

E Macaé Maria Evaristo dos Santos, Secretária de Alfabetização Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Das pessoas que convidamos, só não chegou até o momento a Srª Belinda Simões, Coordenadora do Centro de Transplantes de Medula Óssea do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Muito bem.

Segundo me informam, para situar a todos, além da pequena introdução que fiz, teremos agora, antes da fala dos nossos convidados, um pequeno vídeo sobre o tema.

Podem passar o vídeo.

(*Procede-se à exibição do vídeo.*)

(*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...bem elaborado, direto, curto e objetivo, que deixa muito mais claro do que a leitura que fiz aqui. Leitura é uma coisa, vídeo é outra história.

Meus parabéns à equipe que fez o vídeo!

Vamos, então, ao nosso tema.

Eu só vou ler esta pergunta que chegou.

A Srª Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski pergunta: "Por que motivo essa audiência está sendo específica para a população negra?"

A audiência não é específica para a população negra, minha querida Anna Flávia; ela é para todo o povo brasileiro. Essa é uma doença que atinge mais a população negra, mas atinge também a população branca. Então, a audiência é para todos, tanto assim que, como se pode ver, à mesa estão brancos e negros. São especialistas que cuidam do tema com muito carinho para todos aqueles que são atingidos.

Assim, respondo a sua pergunta, que permitiu este esclarecimento, pois alguém até poderia pensar, não fosse a sua pergunta, que a audiência é específica para um público, sendo que ela é para toda a população brasileira.

Eu sempre digo que o combate, por exemplo, ao racismo, ao preconceito, não é uma coisa de negros; é uma coisa de brancos e negros. Todos os países que alcançaram a sua independência na linha da liberdade, da igualdade, da justiça, como a própria África do Sul, fizeram-no por meio de uma luta importante, liderada, no caso específico, claro, por Nelson Mandela, mas também por muitos brancos. Eu estive lá quando Nelson Mandela ainda estava preso – depois ele foi solto – por duas vezes e vi que era uma luta das pessoas de bem. Brancos e negros lutaram para acabar com o *apartheid*, o que culminou com a independência definitiva da África do Sul – independência do *apartheid* – e, a partir daí, construíram uma sociedade com um olhar para todos. É o que nós estamos fazendo aqui hoje.

Então, de pronto, convido a Consultora Técnica da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério do Saúde, Srª Ana Margareth Gomes Alves.

V. Sª dispõe de 10 minutos, com cinco de prorrogação, e mais cinco se for necessário. Assim, nós vamos até 20 minutos.

A SRª ANA MARGARETH GOMES ALVES – Obrigada.

Eu peço que desculpem a minha voz. Sorte que eu não vou cantar para vocês, mas apenas apresentar alguns eslaides.

Aproveitando o gancho da pergunta, só para colocar a importância de se ter um olhar para brancos e negros, ressalto que o nosso País tem uma população altamente miscigenada. Então, essa mistura de raças que há no Brasil faz com que a doença falciforme permeie toda a nossa população.

Eu agradeço o convite para estar aqui, em nome da Coordenação de Sangue e Hemoderivados, em particular da nossa Coordenadora, Joice Aragão, que não pôde estar aqui conosco hoje porque amanhã começará o global em doença falciforme no Rio de Janeiro.

Agradeço e cumprimento a Mesa.

Então, o objetivo da nossa política é promover uma mudança na história natural da doença falciforme no Brasil, melhorando a qualidade de vida das pessoas acometidas por essa doença.

Pode passar, por favor.

Essa é a incidência da doença falciforme no Brasil.

Esse é o último dado que nós pegamos, porque, na nossa política, não há um cadastro geral, nacional, com as pessoas com doença falciforme. Assim, os dados que apresentamos aqui são os dados da triagem ne-

onatal, ou seja, dados muito incipientes. São dados fidedignos, mas são informações que nos são passadas pelos Estados.

Nós tínhamos uma incidência anterior de 1 para 650, na Bahia; hoje, essa incidência já baixou um pouco.

Pode passar, por favor.

Dado esse não controle por cadastro de pessoas com doença falciforme, qual é o nosso papel dentro do Ministério da Saúde?

O nosso papel é capacitar os profissionais de saúde na média, na alta e, especialmente, na Atenção Básica, pois uma das coisas por que mais temos batalhado dentro do Ministério é para fazer a capacitação da Atenção Básica, celebrar convênios; elaborar publicações, portarias, protocolos, promover o conhecimento através de simpósios e reuniões que temos promovido, combater o racismo institucional, porque sabemos que é uma doença prevalente na raça negra, e, tendo em vista essa prevalência, nós sabemos das dificuldades que temos nesse trabalho, e trabalhamos de acordo com as normas do SUS.

Pode passar.

Esses são os setores com os quais nós trabalhamos dentro do Ministério da Saúde.

A pessoa com doença falciforme perpassa todos esses setores dentro do Ministério da Saúde: a triagem neonatal, com o Teste do Pezinho, a saúde da criança e do adolescente, a saúde do homem, a saúde mental. Então, todas essas áreas dentro Ministério da Saúde são interlocuções que nós fazemos.

O diagnóstico se dá para recém-nascidos na triagem neonatal, que está disponibilizada nas unidades de saúde. Para crianças a partir do quarto mês e para as demais, inclusive para adultos, é oferecido o exame de eletroforese de hemoglobina. Nós temos agora a Rede Cegonha, em que oferecemos o exame de eletroforese para gestantes. Essa é uma ação nova. Todas as mulheres têm direito a essa exame. E, também, o diagnóstico pode se dar pela doação de sangue. O tratamento acontece nos centros de referência e nos serviços de referências ou nos hemocentros.

Necessitamos capacitar os agentes comunitários de saúde para que essas pessoas com doença falciforme não fiquem correndo para hospitais, hemocentros e centros de serviços sem saber onde encontrar o tratamento. Todos os Estados do nosso País possuem pelo menos um serviço de referência para atendimento a pessoa com doença falciforme.

Como eu já disse, o diagnóstico é feito pela eletroforese de hemoglobina.

Esse são os medicamentos que são disponibilizados no SUS. A penicilina é para crianças com até cinco anos. Agora, nós estamos trabalhando a penicilina via oral, porque as crianças com doença falciforme sofrem com muita dor. Por isso, nós do Ministério da Saúde trabalhamos a penicilina oral, que estará disponível no ano que vem. Temos o ácido fólico, um medicamento tomado por toda a vida, temos os analgésicos em geral, para as crises de dor, e os antibióticos para as infecções.

Os tratamentos específicos para doença falciforme são a hidroxiureia... Estamos trabalhando na eritropoetina agora. Nós vamos passar por uma banca na Conitec, no Ministério da Saúde, para inserir a eritropoetina em mais medicamentos, mais tratamentos para pessoa com doença falciforme. São tratamentos também a terapia celular e de tecido e o TMO, que é o tema principal da nossa fala hoje.

Bom, esse é o grupo multidisciplinar que trata as pessoas com doença falciforme. Como todo mundo pode ver, a doença falciforme perpassa todo o nosso corpo. Então, nós precisamos de todos os especialistas para cuidar de todas as especialidades. E também temos o grupo multiprofissional. Então, nós precisamos capacitar todos os profissionais, porque todos estão envolvidos nesse tratamento.

A doença falciforme começou a ser tratada no Ministério da Saúde em 2004, quando a Drª Joice chegou ao Ministério da Saúde e pautou isso lá.

Em 2004, não havia nenhum investimento voltado para a doença falciforme; hoje nós já temos a nossa política implementada em todos os Estados. Todos os Estados conhecem a política de doença falciforme e todos os Estados também, como eu já havia dito, possuem pelo menos um serviço de atenção a essas pessoas.

As nossas inclusões e as nossas inovações tecnológicas começaram em 2004. Eram poucas as portarias que falavam sobre isso.

Agora, em 2014, temos 10 portarias publicadas, 26 publicações técnicas, a hidroxiureia e penicilina oral como medicamentos estratégicos e centralizados, disponibilizados no Ministério. Em 2004, tínhamos apenas 10 associações de pessoas com doença falciforme; hoje, temos 55 associações. A Zenó pode estar confirmando isso com a gente depois. E a triagem neonatal também é uma ação estruturante para a doença falciforme.

Em 2004, apenas 12 Estados estamos na fase 2, não tinham diagnóstico para a doença falciforme; hoje, todos os Estados estão habilitados nessa fase 2, que é para a doença falciforme, e na fase 4, que são outras doenças que seguem o Teste do Pezinho.

Temos centros de pesquisas encontrados em várias regiões do Brasil. Na Bahia, temos de medula óssea, de células-tronco, para tratamento de úlcera de perna.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA MARGARETH GOMES ALVES – O meu tempo está acabando, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está tranquilo.

A SRª ANA MARGARETH GOMES ALVES – Temos o Centro de Nutrição no Rio de Janeiro, porque a gente sabe que o quelante de ferro nas pessoas com doença falciforme é algo que precisa ser estudado, porque o excesso de ferro causa problemas graves nessas pessoas.

Temos um centro de saúde bucal, porque as pessoas com doenças falciforme necessitam de muito tratamento, especialmente para infecções bucais, temos o oftalmológico agora, em Minas Gerais, e o Projeto Aninha, um projeto que já vem sendo feito em Minas Gerais há muito tempo e que é o maior centro de referência, especialmente para as nossas mulheres, gestantes ou não, porque vão entrar nessa fase de gestação as nossas adolescentes.

Essas aqui são algumas das ações realizadas dentro da nossa política, dentro da nossa área. Fizemos agora o VII Simpósio Brasileiro de Doença Falciforme. Foi nessa videoconferência de mortalidade materna que a eletroforese entrou na Rede Cegonha, por causa do empenho das pessoas com a doença falciforme, da Fenafal e dos médicos que estiveram nessa videoconferência, que viram a importância de se colocar esse exame para todas as gestantes do País.

Quanto à qualificação da atenção, trabalhamos com os protocolos do uso do Doppler. A hidroxiureia é um achado, um ganho na qualidade de vida para as pessoas com doença falciforme. Nós estamos revendo essa portaria agora, revendo os seus termos, porque, com certeza, a hidroxiureia faz muita diferença na vida dessas pessoas.

Já está pronta a nossa linha de cuidado, faltando apenas ser publicada e passar por algumas resoluções dentro do Ministério, mas ela já está pronta.

As nossas inovações tecnológicas, que são a eritropoetina... A produção pediátrica da hidroxiureia está em estudo no Centro de Pesquisa da Aeronáutica, para ver se conseguimos trazer esse medicamento para o nível nacional, porque esse é um medicamento que não é nosso. Então, estamos tentando trazê-lo para produção aqui e para uso já a partir dos três anos de idade. Há a inclusão de novos medicamentos, que já temos no Rename, como a penicilina oral, a hidroxiureia e o ácido fólico oral. Como o gosto do ácido fólico é muito ruim, estamos também tentando melhorar isso para essas pessoas.

Há os nossos centros de pesquisas, de que já falamos, e essas publicações, que estamos encaminhando, são as mais recentes: o Caderno de Atenção à Mulher com Doença Falciforme, o médico do trabalho, a herança genética, o levantamento do tratamento nas hemorredes, a saúde bucal, que está sendo revista, e o protocolo de hidroxiureia, que também está sendo revisado para a nova publicação.

Essas são as evidências da doença falciforme no Brasil.

Nós encontramos, ainda hoje, pessoas vivendo com a doença sem conhecimento. No Brasil, há muitas pessoas que não sabem o que é a doença falciforme. Isto é muito grave.

Eu sempre cito a Zenó nas minhas falas porque ela foi a minha maior fonte de inspiração para trabalhar com a doença falciforme. Eu trabalhei muito tempo na Saúde da Mulher, e no cuidado com a saúde da mulher fiquei sabendo que a Zenó só soube que tinha a doença falciforme na segunda gestação, aos 29 anos. Então, isso, para mim, foi um impacto muito grande, porque eu trabalhava com a saúde da mulher e não sabia sobre isso. Foi impactante.

Há várias mortes sem diagnóstico, especialmente no parto e na gestação. Isto é muito grave. Há abortos seguidos, abortos de repetição, sem diagnóstico, porque a doença falciforme não é de notificação compulsória. Então, as pessoas morrem sem saber que estão com doença falciforme. Na certidão de óbito vem outras *causa mortis* e não fala que também a doença falciforme estava dentro desse bojo.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA MARGARETH GOMES ALVES – Há profissionais desatualizados e a maioria dos nossos dados são internacionais. Nós precisamos ter mais dados nacionais, mais pesquisas nacionais, porque o que vem lá de fora nem sempre reflete a realidade aqui do nosso País. A situação nos Estados é muito precária, nós só temos sete hemocentros que têm cadastro informatizado. Por isso, essas dificuldades nos dados.

Eu vou passar mais rapidamente, porque realmente eu já tomei bastante tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ainda tem mais cinco minutos.

A SRª ANA MARGARETH GOMES ALVES – Essas são as nossas atividades, as atividades que temos feito dentro da nossa área.

Há a produção do PDCT – a voz está sumindo mesmo – e mais algumas publicações.

Nós estamos trabalhando agora a Hepatite C em doença falciforme. Há várias pessoas com doença falciforme também com Hepatite C. Nós já estamos fazendo um grupo de tabalho dentro do Ministério para olhar isso.

Entramos agora na qualificação de hemorredes. É um plano nacional que qualifica as hemorredes para cuidar e receber essas pessoas com doença falciforme.

Temos várias cooperações internacionais, estamos na fase da compra da penicilina oral, da construção de indicadores, a produção do nosso cadastro de pessoas com doença falciforme está no forno, deve estar quase no ponto, quase saindo aí para a gente, tivemos o encontro sobre feridas e úlceras de perna em Salvador, tema que também foi inserido em diretrizes de cuidados, e vamos ter, agora, do dia 11 ao dia 14 de novembro, no Rio de Janeiro, o 2º Congresso Mundial de Pessoas com Doença Falciforme.

Essa é a nossa página de chamamento para esse congresso.

Essas são as portarias que nós temos publicadas.

Se vocês quiserem, podem ficar com a nossa apresentação para saber das portarias que a gente tem.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Agradecemos pela sua exposição, Srª Ana Margareth Gomes Alves, Consultora Técnica da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, da Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde.

Meus parabéns pela exposição!

Eu tinha feito outra ordem aqui, mas, como a nossa Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação tem outro compromisso, o que eu entendo, porque é uma correria para nós todos, ela vai fazer uso da palavra agora. Depois, a Profª Ilma Fátima de Jesus ficará aqui na mesa com a gente para o debate.

Então, Drª Macaé, por favor.

A SRª MACAÉ MARIA EVARISTO – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o Senador Paulo Paim por essa iniciativa e saúdo todas as pessoas da mesa na pessoa da Zenó, que é uma militante cuja história de luta todos conhecemos.

Achei muito importante poder estar pelo menos neste primeiro momento desta audiência pública porque, se analisarmos a agenda do Ministério da Saúde no que diz respeito à doença falciforme, eu posso dizer que, no Ministério da Educação e nos sistemas de ensino, ainda estamos um passo atrás no sentido de compreender os impactos dessa doença na trajetória escolar dos estudantes. Então, o esforço que estamos fazendo é para trabalhar na formação de professores. É um pouco sobre isso que vou falar hoje.

É um projeto inicial. Desenvolvemos, ao longo deste ano, uma parceria na Universidade Federal de Minas Gerais: há um núcleo da Faculdade de Medicina que acompanha pacientes com anemia falciforme e um grupo da Faculdade de Educação que trabalha com ações afirmativas.

Portanto, todo nosso esforço é para pensar como podemos desenvolver uma formação para professores que lhes permita, primeiro, identificar, reconhecer o seu aluno com anemia falciforme, mas identificar no sentido de que é preciso desconstruir uma série de estereótipos e preconceitos, e também entender os impactos na vida de uma pessoa com anemia falciforme e o que isso representa na sua trajetória escolar.

Então, eu queria só exemplificar com um dos aspectos da doença. Fala-se que a pessoa com anemia falciforme tem fadiga intensa. Quando se pensa numa criança em idade escolar, às vezes uma criança com nove anos, que tem uma fadiga intensa, o professor muitas vezes não sabe o que é aquilo. Muitas vezes, se a família não tem um diagnóstico, muito menos a escola, a percepção fica muito na figura do preconceito. "Por que esse menino está sempre cansado?" "Por que ele não quer participar das atividades de educação física?". Então, é muito importante que a gente possa trabalhar com os professores, primeiro para que eles tenham uma compreensão maior do que é a doença falciforme, mas principalmente nos interessa pensar como, nos processos de escolarização, a gente pode transformar as nossas escolas para garantir que essa pessoa possa ter uma trajetória escolar de sucesso, independentemente de estar acometida pela doença falciforme.

Então, nós desenvolvemos um projeto que se chama "Ressignificando a doença falciforme: a diversidade no contexto escolar". Esse projeto de formação está ancorado na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares.

Ao mesmo tempo, vamos oferecer uma agenda de formação. Vamos iniciar em 2015, priorizando os cinco Estados brasileiros onde existe maior incidência da doença. Então, vamos priorizar Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Pernambuco, nessa primeira etapa. Será um curso de 90 horas/aula, organizado em cinco módulos à distância, que será ofertado pela Faculdade de Medicina da UFMG, em articulação com a Faculdade de Educação.

Anteriormente a esse curso, em Minas Gerais já tivemos uma experiência, que é o Projeto Saber para Cuidar. Quando esse projeto começou, lá atrás, eu era Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte. É muito grande o desconhecimento. E é muito importante também que, no processo de desenvolvimento desse curso, também começamos a perceber que precisamos formar os profissionais da educação, mas também precisamos formar os profissionais da área de saúde, principalmente no que diz respeito a relações raciais, à superação do racismo, ao fim do preconceito, porque percebemos que há muito desconhecimento sobre essas questões.

Fico feliz porque acho que, se temos essa oportunidade de ter uma audiência pública, de ter aqui representantes da sociedade civil, pessoas que estão militando nessa área, equipe da área de saúde, colegas, companheiros, gestores da área de saúde e da educação, nós temos uma boa chance de avançar com essa agenda no Brasil.

Agora, a questão da informação é muito importante. Quando a gente está organizando essa formação, nós selecionamos, escolhemos esses Estados, mas a gente queria ter um olhar muito forte, dentro desses Estados, para os sistemas municipais de ensino e a nossa priorização dos sistemas municipais se dá porque é nos sistemas municipais que a gente tem o atendimento à educação infantil e, principalmente, ao ensino fundamental.

Então, nós queremos, num primeiro momento, trabalhar na formação dos professores que estão atendendo as crianças na sua idade inicial. O que é receber um bebê que tem um diagnóstico de anemia falciforme? Como lidar com uma criança que, muitas vezes, precisa ir várias vezes ao banheiro? Como o professor se relaciona com isso? Como trabalhar isso no contexto da sala de aula, inclusive porque os colegas precisam aprender a respeitar e a conviver com essa questão, na verdade, conviver com as diferenças individuais?

Nós estamos muito otimistas com a possibilidade de oferta desse curso, mas penso que ainda temos uma grande tarefa, que é estreitar essa articulação na ponta entre, no caso, prefeituras municipais, as secretarias de educação e as secretarias de saúde, as secretarias estaduais de educação e as secretarias estaduais de saúde, para que a gente consiga... Acho que isso está cada vez mais próximo de cada uma dessas pessoas.

Fundamentalmente, acho que também é importante garantir a participação. Muitas vezes, as famílias têm uma compreensão melhor do que é ter anemia falciforme do que os profissionais da educação, do que os profissionais da saúde, porque elas convivem com isso diariamente.

Então, essa sensibilidade para ter uma escuta mais respeitosa, reconhecendo o saber de alguém que está convivendo sistematicamente com a anemia falciforme, é muito importante também para o nosso trabalho.

O que a gente pretende é, no primeiro semestre do ano que vem, de 2015, levar essa formação para 700 profissionais desses cinco Estados. Então, vai ser a nossa primeira experiência de formação conjunta, saúde e educação, mas eu tenho certeza de que a gente vai conseguir avançar, porque é necessário e porque temos algumas questões – ela falava ali de algumas questões dos sintomas – sobre as quais os professores precisam ter bastante clareza.

A gente tem que pensar, por exemplo, em desde como a criança participa de diferentes atividades até na questão da alimentação, porque, muitas vezes quando você fala quando se fala que alguém tem anemia, a primeira coisa que se ouve é que essa pessoa precisa ter uma alimentação rica em ferro. E a gente vai saber que ela tem anemia, mas que, ao contrário, não pode ter essa alimentação rica em ferro. Precisamos fazer com que esse conhecimento seja democratizado, com que as pessoas tenham acesso a isso, porque a gente precisa mudar o nosso comportamento. Eu acho que essa é a questão de fundo que a gente está tratando nesta mesa, que é o que a gente quer.

Eu queria aqui reiterar a participação do Ministério da Educação. Nós vamos participar do seminário e nos colocar completamente à disposição, porque, para nós, essa agenda é fundamental.

Em especial, eu queria destacar que, no caso de Minas Gerais, que a gente acompanha um pouco mais de perto, a gente percebe que há uma prevalência disso naquelas comunidades, naqueles Municípios onde há muitas comunidades quilombolas. Então, aumenta a nossa responsabilidade, porque é uma população para a qual ainda, do ponto de vista educacional, temos muito a fazer na garantia do direito à educação. Então, acho que é muitíssimo importante.

Mais uma vez, saúdo, agradeço o convite. Acho que foi muito bom que a gente pudesse estar participando aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esta foi a Srª Macaé Maria Evaristo, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, que também deu uma bela contribuição.

Eu combinei com os integrantes da Mesa irmos intercalando. Assim, falaria agora o Sr. Heder Murari Borba, Coordenador-Geral do Sistema Nacional de Transplantes, do Ministério da Saúde.

Por favor, Sr. Heder.

O SR. HEDER MURARI BORBA – Bom dia a todos.

Peço, por favor, que coloque ali na tela a apresentação.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim e à Comissão de Direitos Humanos do Senado esta oportunidade de poder mostrar aos senhores não só o que está relacionado à anemia falciforme... Na realidade, como o convite trata da questão de maneira mais ampla, é uma oportunidade de apresentarmos ao Senado Federal e aos senhores convidados uma das principais políticas públicas no Brasil, a Política Nacional de Transplantes, talvez uma das políticas públicas em que o Sistema Único de Saúde realize o seu sonho, que é o de gratuidade, integralidade e acesso universal. Então, vou procurar falar dessa questão em primeiro lugar, depois, em segundo lugar, do transplante de medula óssea e de como ele é procedido e, finalmente, da anemia falciforme, de onde ela se insere no Programa Nacional de Transplantes.

O Brasil é o único país do mundo com mais de 100 milhões de habitantes que assumiu o desafio de ter um sistema universal, público e gratuito de saúde. Nós nunca podemos nos esquecer dessa nossa característica, que relaciona o nosso sistema como um dos sistemas modelos para o resto da América Latina e para o mundo.

Nós temos 3,2 milhões de procedimentos ambulatoriais ao ano, 500 milhões de consultas médicas ao ano, um milhão de internações por mês e 30 milhões de procedimentos oncológicos.

No caso deste Sistema Nacional de Saúde, o sistema de transplantes é o maior do mundo. O Brasil responde pelo maior sistema público de transplantes do mundo, sendo que 95% dos transplantes no Brasil são realizados integralmente no SUS, oferecendo assistência integral aos exames preparatórios para a cirurgia, procedimento cirúrgico, acompanhamento do paciente e, o que é mais importante, oferecendo o medicamento pós-transplante para o resto da vida da pessoa que se submete a transplante. O acesso ao medicamento faz toda a diferença, se a gente comparar o sistema brasileiro aos sistemas de outros países, em que a mortalidade ou a perda do transplante se dá em até três ou quatros anos.

Essa atividade, no Brasil, está muito bem estabelecida. O Brasil possui o maior programa público do mundo, com a medicação imunossupressora e todos esses procedimentos financiados pelo sistema.

Essa política ainda tem um desafio inconcluso, como tenho dito, que é a garantia da equidade no acesso. Hoje, ela garante, apesar de a distribuição não ser universal, a equidade no acesso. Quando a pessoa entra na lista de transplantes, há transparência na alocação do órgão, e essa alocação é baseada em critérios eminentemente técnicos. Ou seja, não há como "furar a fila" no Sistema Nacional de Transplantes.

O sistema tem uma estrutura singela de rede em que a Coordenação-Geral do SNT, que eu tenho a honra de dirigir há três anos, fica subordinada à Secretaria de Atenção à Saúde. Nós temos uma Central Nacional de Transplante, que direciona o excedente dos órgãos doados de um Estado para outro, até em parceria com as companhias aéreas brasileiras. As centrais nacionais de distribuição estão em todos os Estados, ou seja, nós temos 27. E essa estrutura se capilariza através das organizações de procura de órgãos, que são inter-hospitais, e se capilariza também dentro de cada hospital, com a chamada Coordenação Intra-hospitalar de Transplantes, até chegar, por sua vez, à equipe de transplante.

Então, na realidade, nós estamos tratando de um sistema enraizado na maioria dos grandes hospitais brasileiros, que é assessorado por um grupo de assessoramento técnico, composto por pessoas de reconhecido saber, e que conta ainda com 11 Câmaras Técnicas nacionais, com esses pesquisadores, com esses professores, representantes dos maiores sistemas do País, que nos assessoram nas decisões e na regulação do próprio sistema.

O caráter do processo de doação e transplante é eminentemente público. A sociedade inteira participa dele, doando órgãos, financiando, por meio do SUS, todas as etapas envolvidas, desde as campanhas pró-doação, a captação de órgãos, os transplantes e até mesmo a medicação.

É importante dizer que o transplante está na extremidade da cadeia do cuidado. Quando tudo mais falhou, entra o transplante. Falhou a prevenção, falhou o tratamento, falhou a cura, vamos para a substituição do órgão ou para o implante de um tecido para recuperar a vida da pessoa.

Isto advém de uma coisa simples: sempre, no caso – e isto é mundial –, a demanda é muito maior que a oferta, porque estamos tratando de um recurso absolutamente escasso, que é o órgão, e o órgão só pode vir de outro ser vivo. Então, essa demanda reprimida fez com que se organizasse no mundo todo um sistema de alocação de órgãos captados entre os pacientes, a chamada lista de espera. Esses órgãos têm de ser úteis e viáveis do ponto de vista médico, com a justa e equitativa distribuição e devem ser adotados critérios com base no mais robusto conhecimento científico, bem como conhecimentos aceitos e respeitados por todos.

Esse sistema tem ainda a tarefa de combater e prevenir a compra e a venda de órgãos humanos, o chamado tráfico de órgãos humanos e tecidos, e a ênfase de todo ele é na doação altruísta e voluntária. Amanhã, estaremos recebendo, aqui, em Brasília, 20 países que vêm reafirmar esses princípios, que é a reunião da Rede e Conselho Iberoamericano. Paradoxalmente, nos Estados Unidos, agora há uma discussão sobre se não é o caso mesmo de se dar um incentivo financeiro para os doadores. Estão tentando mudar porque, diante do número de mortes na lista, estão pensando em comprar um órgão. Nós, evidentemente, temos uma posição contrária.

No Brasil, estimulamos – e isto é diferente do que acontece em outros países do mundo – a doação por falecidos, em vez da doação por pessoas vivas, e há preferência da doação dos geneticamente aparentados à doação por não aparentados. Claro que muitos desses princípios se aplicam – vocês vão ver – ao transplante de órgãos sólidos, que são os transplantes dos órgãos em si. Esta é a posição.

Essa é a posição do Brasil em relação ao resto do mundo. Estamos aqui na faixa de 14 doadores por milhão de habitantes. Dada a dimensão do País, estamos muito bem. A Espanha tem 36 doadores por milhão de habitantes, a Argentina tem em torno de 20 doadores por milhão de habitantes, e o Uruguai, mas, na América Latina inteira, na dimensão do Brasil, a gente está... Há regiões do Brasil onde atingimos de 20 a 30 doadores por milhão de habitantes, o que é, digamos, o padrão ouro em nível internacional.

Só para que tenham uma ideia da dimensão desse sistema e desse programa, esse é um observatório de doação e transplantes da OMS, que é conduzido e monitorado pela Organização Nacional de Transplantes da Espanha, e esses são os dados publicados a cada dois anos.

Em 2013, essa região do mundo corresponde a 15 países e 562,7 milhões de habitantes. Vejam que foram 11.478 transplantes renais e que, no total, de todo esse continente, realizamos 17.923 transplantes.

Essa é a situação do Brasil e a evolução de acordo com a legislação.

Até 1965, realizávamos menos de mil transplantes renais. Depois que o Congresso Nacional aprovou a Lei da Doação Presumida, passamos de 1.500; houve um apagão nos transplantes, como a gente diz. Em 2001, com a doação consentida pela família, chegamos a 2010 com 4.630 transplantes. Essa portaria de 2006 instituiu a Comissão Intra-Hospitalar de Transplantes, que deu um aumento grande.

Agora, se virmos 2013, veremos que realizamos, no Brasil, 23 mil transplantes, sendo que 7.579 foram de órgãos sólidos. Vocês se lembram de que, naquele continente representando 500 milhões de habitantes, realizamos 17 mil transplantes de órgãos sólidos. Só o Brasil, em 2013, realizou quase 50% de todos os transplantes daqueles 15 países.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HEDER MURARI BORBA – Coloco isso só para dar a dimensão.

Em relação à aceitação familiar, o Brasil responde pelo menor índice de recusa familiar: 55% da população brasileira apoiam a doação de órgãos.

Aqui é exatamente o resultado concreto de 2001 a 2013. Acho que poucas áreas do nosso glorioso Ministério da Saúde têm uma série como essa. Aqui há 12 anos de monitoramento.

E aqui, já entrando no tema da medula óssea, em 2001 nós fazíamos 703 transplantes de medula óssea. Não estou me referindo à medula óssea para o tratamento da anemia falciforme. Nós chegamos, em 2010, fazendo 1.695 transplantes de medula óssea e agora já estamos fechando 2014 com mais de 2.300 transplantes de medula óssea. Ou seja, subimos quase mil transplantes nos últimos três anos, o que mostra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isto em todas as áreas.

O SR. HEDER MURARI BORBA – Só de medula óssea.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas não só para o caso da anemia falciforme.

O SR. HEDER MURARI BORBA – Não, em todas as doenças.

Aqui são os valores, que vocês também podem acompanhar, de 2008 a 2013, que cada tipo de transplante recebe do financiamento público. Vamos nos ater à medula óssea. Vejam que em 2008 foram R$48 milhões e em 2013 foram R$80 milhões para o pagamento do procedimento de medula óssea.

Pois bem. O transplante de medula óssea se iniciou no mundo basicamente em função dessas quatro questões. Primeiro, a descoberta, no nosso código genético, de uma coisa chamada antígeno de histocompatibilidade. É o antígeno que é testado... Se eu sou semelhante ao Senador Paulo Paim e em que grau de semelhança. Todos nós temos.

Com a descoberta do Sistema HLA, passamos a ter o tratamento das doenças onco-hematológicas malignas e não malignas através do transplante e passamos a ter, no mundo, suporte terapêutico, que são os chamados quimioterápicos, para essas doenças. Passamos também a identificar novas fontes de células-tronco hematopoiéticas, com a criação dos registros nacionais e internacionais de doadores voluntários. Nada mais é do que se coletar o sangue dessa pessoa e colocar num banco de dados. E a criação, ainda, de outras fontes de coleta desse sangue, que é a criação dos bancos de sangue de cordão umbilical e placentário.

Com essa questão toda sendo desenvolvida... Aqui há um gráfico que mostra a evolução desde a descoberta do HLA, com o número de transplantes e cada doença. Então, por exemplo, o primeiro transplante alogênico para anemia aplástica se deu em 1975. O reconhecimento da sobrevida e o tratamento da leucemia, em 1980, através do transplante de medula. Então, vejam que estamos em 2014 e é muito recente a história do transplante de medula.

E aqui o que interessa a este plenário: em 1985 aconteceu o primeiro caso de cura da anemia falciforme através do transplante de célula-tronco. Então, isso se deu em 1985, ainda em fase experimental. De lá para cá, nós temos um grande desenvolvimento dos transplantes autólogos, aquele transplante a partir das próprias células do indivíduo doente, e o alogênico aparentado e não aparentado, que são aqueles transplantes que demandam ou de um banco, de um registro nacional organizado, como temos no Brasil, ou dos parentes da pessoa acometida e também o desenvolvimento de novas drogas para o tratamento desses doentes, como o Imatinib, para o tratamento da leucemia...

Então, até 2010 não havia robustas evidências do tratamento da anemia falciforme.

Toda essa gama de doenças hoje é tratada, é passível de tratamento pelos transplantes de células... A gente não chama mais de célula de medula óssea, a gente chama de célula progenitora hematopoiética. Então, há a leucemia crônica, bem como todos esses transtornos tais como a mielofibrose, a policitemia vera, a doença de Hodgkin, a leucemia pró-linfocítica e uma série de doenças que são mais do mundo do hematologista. Quero dizer que eu não sou dessa área e que, então, se eu cometer alguma gafe, vocês vão me perdoando, porque, infelizmente, o coordenador do SNT tem que entender um pouquinho de tudo quanto é tipo de transplante. Aí, a gente fica entendendo... Não dá para aprofundar muito.

A melhor fonte de célula-tronco hematopoiética é através da medula óssea. Ela tem um fixo de disponibilização, mas o enxerto pega melhor, ela dá menos caso de doença enxerto contra hospedeiro e você encontra maior compatibilidade através dela.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HEDER MURARI BORBA – Esse negócio é assustador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fique tranquilo, que tem mais cinco minutos.

O SR. HEDER MURARI BORBA – Foi preciso, então, organizar o Redome, Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea, e o Rereme, que é onde fica a lista dos pacientes que precisam de transplante, a Brasilcord, que é uma rede brasileira de bancos de sangue de cordão, um registro brasileiro de transplante de medula óssea, os médicos, os hemocentros, o que dá mais ou menos esse mapa de como a gente se relaciona no tratamento do transplante.

Pode passar.

O relacionamento do laboratório de HLA, os Hemocentros, as ONGs, os médicos e os hospitais, o Inca, no Ministério da Saúde, que sedia esse registro, a Anvisa, com a regulação da vigilância sanitária, e assim por diante.

No caso do Brasil, nós sempre estamos ligados no Registro Internacional de Doadores Voluntários. Esse é o registro americano e esse é o registro europeu, além do Eurocord e do Netcord. São registros mundiais. Todos esses hemocentros e hemonúcleos podem receber os doadores – esses dados estão desatualizados –, e há 57 Centros de Recrutamento de Doadores, 45 laboratórios de HLA, que é para dosar aquela questão da compatibilidade genética, e os Bancos de Sangue de Cordão, que se organizaram através de um incentivo do BNDES. Hoje nós temos essa rede com 17 bancos, e agora está inaugurando o CTBIO, em Minas Gerais – alguém aqui é de Minas? –, que vai ser uma força muito grande nesse campo.

Aqui, apenas para mostrar esse bioarquivo. Depois que o cordão umbilical é doado, ele vai para um *freezer* a menos 70º e fica armazenado ali.

Esse registro, de 2005 a 2014, saiu de 1 milhão de doadores para 3,5 milhões. De maneira que hoje o Brasil, identifica na necessidade de transplante de medula quase 80% da necessidade, demonstrando muito claramente para o Ministério que não mais precisa de campanha para doador voluntário de medula óssea. O que nós precisamos agora é ampliar o acesso aos leitos e ao tratamento em si. Chega de campanha! Nós já testamos todo o código genético dos brasileiros lá.

O Brasil é ligado ao Bone Marrow Donors Worldwide, que é exatamente essa rede internacional. Se não encontrarmos a medula nos 3,5 milhões de registros, nós vamos fazer essa busca internacional. Então, na realidade, o paciente brasileiro que precisa de um transplante de medula não está concorrendo com 3,5 milhões; ele está concorrendo com 24 milhões de registros armazenados no resto do mundo. É importante deixar isto claro aqui porque há uma pressão contra uma certa regulação que o Ministério está querendo fazer em relação a isso.

Em 2012, o Ministério da Saúde implantou novas regras para ampliar o número de transplantes, oferencendo 60% a mais no valor de pagamento dos procedimentos no caso do transplante de medula óssea não aparentado para tratamento de todas aquelas doenças e nos hospitais que fazem o transplante de medula óssea halogênico, ou, no caso, que virão a fazer, para o tratamento de anemia falciforme, esses hospitais vão receber 50% a mais no valor do pagamento desses códigos.

Bom, quanto à anemia falciforme, o que a gente conhece de acumulado vem de 2010, através do Consenso Brasileiro de Transplante de Células-Tronco, uma reunião capitaneada por esses especialistas, sobretudo

pelo Dr. Julio Voltarelli, que, infelizmente, já faleceu, e pela Drª Belinda, uma das convidadas para esta audiência pública, que produziram, e foi publicado em 2010, o Consenso Brasileiro acerca da amenia falciforme.

Nesse Consenso é dito que os distúrbios hereditários das hemoglobinas são as doenças genéticas mais frequentes do homem e mais difundidas no mundo, abrangendo, sobretudo, continentes como África, Américas, Europa e extensas regiões da Ásia. Estima-se que haja 270 milhões de portadores de hemoglobinopatias no mundo, dos quais 80 milhões são portadores de talassemia e 250 mil têm anemia falciforme, dando uma frequência de 2,4 pacientes por nascidos vivos.

No Brasil, a doença falciforme é a doença hereditária monogênica mais comum, estimando-se que haja entre 20 e 30 mil pacientes portadores desta doença.

O transplante de células-tronco hematopoiéticas alogênico de medula óssea é, atualmente, a única modalidade terapêutica capaz de curar pacientes com hemoglobinopatias. Toda outra terapêutica é de suporte da vida e de suas complicações.

Anemia falciforme é a doença hereditária monogênica mais comum do Brasil, ocorrendo predominantemente entre afrodescendentes, mas, como já disse o Senador, não apenas entre os afrodescendentes.

No Brasil, distribui-se heterogeneamente, sendo mais frequente nos Estados do Norte e Nordeste. Estima-se que 4% da população afrodescendente é portadora do traço falcêmico.

Aqui são os dados, alguns deles atualizados pela nossa coordenadora de sangue, publicados no Consenso.

Calcula-se, então, que nasçam, por ano, no Brasil, cerca de 3,5 mil crianças com doença falciforme e 200 mil portadores do traço, número este que corresponde ao nascimento de uma criança doente para cada mil recém-nascidos. Eu não sei se está de acordo com a epidemiologia atual. E isso aqui é a proporção de nascidos vivos por Estado diagnosticado com o traço falcêmico.

E aqui exatamente com o traço falciforme na Bahia, Rio, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo e Paraná.

Aqui, é o resultado do transplante na sobrevida, por meio de uma coorte feita com 36 estudos. Pegaram todos os serviços do mundo que estavam tratando a anemia falciforme com transplante alogênico e mediram a sobrevida. E vejam que a sobrevida é fantástica. Tem-se acima de 90% de sobrevida em seis anos de seguimento, sem reincidência da doença, e a rejeição, que é a doença, o enxerto contra hospedeiro, uma complicação do transplante particularmente, essa rejeição atinge 9%, dando-nos a certeza de que realmente esse é um bom caminho.

Finalmente, acho que isso fez com que eu fosse convidado para esta Mesa: a quantas anda a portaria do Ministério da Saúde que institui no rol das possibilidades de transplante a anemia falciforme?

Este é o texto próprio da Portaria.

Então, incluir no anexo VII da Portaria nº 2.600, de 2009, o regulamento do Sistema Nacional de Transplantes... Estamos há um ano lutando para fazer essa inclusão no âmbito no Ministério da Saúde, e, finalmente, vamos dizer, ela saiu do forno. Estou aqui cometendo uma indisciplina...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HEDER MURARI BORBA – ..., que é publicar para os senhores, antes do próprio Ministro Chioro, o texto da portaria.

Aqui, os critérios da inclusão; aqui os códigos que vão passar a existir: talassemia falciforme, talassemia, transplante alogênico de célula-tronco. Isso deverá ser anunciado em breve pelo nosso Ministro da Saúde. Ela tem, pela lei, de passar por análise da Conitec (Comissão de Incorporação e Tecnologia). Posso adiantar que essa reunião está marcada e deverá aprovar essa inclusão no dia 4 de dezembro próximo.

E temos a grata satisfação de dizer aos senhores que (*Falha na gravação.*)

...vai entrar na era do tratamento por transplante de medula a anemia falciforme a partir de 2015.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Heder Murari Borba, Coordenador Geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde.

Essa cartilha que recebi aqui é do Ministério?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bem interessante.

Há uma para cada um, para distribuir? (*Pausa.*)

Pode mandar para nós aqui? (*Pausa.*)

Deixe-me fazer uma pergunta aqui, porque casualmente veio pelo celular, e eu não soube responder. O Ministério da Saúde, com a célula-tronco, já atende à questão de recuperação de visão?

O SR. HEDER MURARI BORBA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não. Mas já há estudos nesse sentido? Estou perguntando como leigo total.

O SR. HEDER MURARI BORBA – Também sou leigo nessa área. Há algumas pesquisas de células-tronco para recuperação da visão, mas, dependendo da lesão, se for uma lesão no nervo ótico, por exemplo, ainda não há evidências científicas.

Para isso, existe a Conitec, porque, reúnem-se as evidências no mundo para aprovar a terapêutica, mas está ainda no plano experimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Então, está respondido para o Luciano, que me tinha feito essa pergunta.

Passamos a palavra neste momento à Presidenta... Presidenta, pode ser? Está na moda agora dizer Presidenta. Na campanha, eu só chamava a Presidenta de Presidenta.

Eu queria destacar a presença conosco do Senador Fleury, que está presente todos os dias no plenário e, para alegria minha, também às audiências públicas, como esta. O Senador Fleury tem sido um exemplo de presença efetiva, conduta e participação aqui na Casa. (*Palmas.*)

Meus cumprimentos por participar deste evento sobre anemia falciforme.

Concedo a palavra à Presidente da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme. Por favor, Srª Maria Zenó Soares.

A SRª MARIA ZENÓ SOARES – Depois da notícia do transplante, acho que fiquei meio emocionada. É o sonho de todos nós. Queria agradecer ao Senador Paulo Paim, com quem estivemos em julho, não é, Elvis?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Custou, mas saiu.

A SRª MARIA ZENÓ SOARES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu disse que custou a sair a audiência. Meus cumprimentos pela portaria.

A SRª MARIA ZENÓ SOARES – Eu fiquei muito feliz. A portaria custou, mas saiu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Saiu também.

A SRª MARIA ZENÓ SOARES – Quer dizer, ainda não saiu, mas vai sair. Nós tivemos uma reunião com o Ministro, recentemente, onde ele firmou compromisso de que, ainda neste ano, haveria a publicação dessa portaria. Então, para nós, saber que, diante de todo o sofrimento – há 104 anos, houve o primeiro diagnóstico –, virá a possibilidade de cura, nos deixa muito felizes.

Fiquei muito mais feliz com o tema que me deram: falar da dignidade das pessoas com doença falciforme, porque a dignidade da pessoa humana é o princípio construído pela história, consagra um valor que visa a proteger o ser humano contra tudo que possa levá-lo ao menoscabo.

Nem vou falar mais sobre qual é o significado da doença falciforme, porque o Senador já falou disso no início da reunião. Então, vou avançar. O vídeo também mostrou isso, mas gostaria de focar as hemoglobinopatias mais frequentes no Brasil: a hemoglobina SS, SC, SD e S/Beta-talassemia.

Gostaria de focar sempre a importância da medicação, da portaria da hidroxiureia e de trazer também a nossa grande preocupação com o documento do dia 14/10, que chegou da Bristol, que fabrica a hidroxiureia, informando a falta do medicamento. Isso tem causado para as pessoas com doença falciforme um desconforto, uma preocupação, porque, antes da hidroxiureia, dificilmente conseguíamos ver alguém acima de 50 anos com doença falciforme no Brasil.

Hoje, depois da portaria que incluiu nos protocolos para a doença falciforme a hidroxiureia, há várias pessoas chegando à sobrevida de 70 anos.

Quais são os maiores desafios? O atendimento humanizado. Como a Margareth mostrou aqui, todos os Estados têm pelo menos um serviço de referência, mas, mais na questão do tratamento hematológico, infelizmente, não temos uma rede. A pessoa trata da questão hematológica, vai a um hematologista, mas as consultas especializadas, quando precisamos, demoram muito, porque aí tem de passar pela responsabilidade do Estado e do Município.

Então, o nosso maior gargalo hoje é urgência e emergência. Quando falo do tratamento humanizado – aí, quando a Ana Flávia fez a pergunta da audiência da população negra –, a doença falciforme não é realmente uma doença de negros, como muitos falam, mas há uma prevalecência de 95%.

Assim, sabemos que o racismo existe de fato. Não é um conto de carochinha. Sabemos que o racismo está aí e que, hoje, nem é tão velado.

Então, a urgência e emergência hoje. As crises e intercorrências vêm de uma hora para outra, e os serviços não estão preparados para receber essas pessoas, levando-as a um sofrimento desnecessário. O tempo de espera num serviço de urgência e emergência é muito grande: duas, quatro e até seis horas.

Outro grande desafio é a questão do emprego e renda, porque é uma doença que acomete a pessoa, não a deixando trabalhar pesado. Há a grande evasão escolar, devido às internações. Cada internação é uma

demissão. A pessoa arruma um serviço, vai trabalhar e, aí, devido às internações frequentes e longas, acaba perdendo o emprego.

Há também a questão da previdência. A anemia falciforme não é considerada uma deficiência, apesar de ser uma doença que apresenta uma deficiência social muito grande. As pessoas não têm acesso ao benefício de prestação continuada e também, às vezes, até mesmo na questão do auxílio-doença, há uma dificuldade muito grande.

Quanto à questão da educação colocada pela Macaé, para a maioria das crianças que são internadas muitas vezes, as escolas não têm esse entendimento da reposição das aulas, o que leva à grande evasão. Mas, de tudo isso, o nosso grande e grave desafio é enfrentar e combater o racismo existente nas instituições, que deveriam estar preparadas para nos receber.

Vou colocar apenas alguns motivos para todos aqueles desafios que apresentei. Esses dados são de Minas Gerais.

Também sou Presidente da associação de Minas Gerais, que é a primeira associação do Brasil, a Dreminas, e, lá, a gente faz o atendimento às famílias.

Estes são os dados.

A gente tem uma ficha de avaliação socioeconômica que é avaliada pela assistente social. É assim que nós chegamos a esses dados. E esses dados não são diferentes dos das outras associações nem do mundo. Essa é uma realidade.

Então, o nosso atendimento se dá pessoalmente na Dreminas, que é uma associação estadual, onde a gente acolhe famílias que vêm de todo o Estado; e, na residência também, pela Fundação Hemominas, que é responsável, sendo referência no atendimento hematológico das pessoas com doença falciforme.

Por esse atendimento e por esse acompanhamento, a gente encaminha para o Cras (Centro de Referência de Assistência Social), para o INSS; faz o encaminhamento de ofícios às secretarias de saúde, de assistência social e de educação dos Municípios de origem daquelas famílias.

Em Minas Gerais, a prevalência maior é das hemoglobinas SS e SC.

Outro dado que coloquei aqui é que 98% das pessoas acompanhadas são beneficiárias do Bolsa Família.

Hoje, o Ministério da Saúde libera um exame chamado *doppler* transcraniano, exame que detecta o risco alterado para AVC. Assim, a criança que tem o *doppler* alterado para AVC vai entrar em um regime exsanguíneo-transfusão, com procedimentos que, além de muito dolorosos, exigem idas e vindas muito frequentes ao hemocentro.

A empresa, por si só, não reconhece que essa mãe tem de levar e trazer várias vezes essa criança ao hemocentro. Então, essa mãe sai do serviço. A Previdência, por sua vez, não reconhece essa doença como deficiência; então, essa mãe entra em uma situação de miséria mesmo. A maioria das famílias vive nessa situação no Brasil, infelizmente.

Do total de pessoas acometidas, 95% são negras, Esse dado, independentemente, pode ser de pacientes ou de mães de pacientes. É lógico que a gente não avaliou a criança, mas não concluíram o ensino fundamental, porque, antes, não havia o teste do pezinho. Então, quando as pessoas recebiam o diagnóstico de doença falciforme, já estava bem... O sofrimento pelo qual essas pessoas passaram, inclusive eu, foi muito grande. Eu consegui estudar com muita dificuldade, mas a grande maioria não consegue realmente, devido às faltas, e as escolas, por sua vez, não têm essa compreensão para a reposição das aulas.

Mães solteiras. Podem ser pacientes ou mães de pacientes, porque o pai, não entendendo que a mãe precisa dar uma atenção maior a esse filho, acaba indo embora.

Eu estou fazendo uma pesquisa em Minas, entrevistando adolescentes, uma idade que nos preocupa, porque não querem aderir ao tratamento e, às vezes, não querem falar que têm a doença. E por quê não querer falar?

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ZENÓ SOARES – Chamou muito a minha atenção a fala desse adolescente de 16 anos. Eu lhe perguntei o que ele espera em termos de melhoria para as pessoas com doença falciforme. E a resposta dele mexeu muito comigo. Ele disse o seguinte: "Eu espero que os governantes entendam que nós somos pessoas e não uma doença; que os governos pensem em criar políticas públicas para que as crianças que nascem com essa doença não tenham de ser expostas à vergonha como eu". E me chamou a atenção ele falar como se fosse uma pessoa de uns 50 anos, especialmente quando ele disse: "que as crianças que estão nascendo não sejam expostas à vergonha como eu".

E eu, então, perguntei a ele que tipo de vergonha e por que ele falava aquilo. E ele me disse que era a vergonha de não ter o dinheiro da passagem para ir a uma consulta, de a mãe ter que ir de casa em casa pedindo ajuda; e de que, na maioria das vezes, faltava até a alimentação. Ele considera que isso é uma vergonha.

Esses dois aqui fazem parte de uma família. São gêmeos, os dois com doença falciforme. Eles são crianças que tiveram um agravamento maior da doença falciforme e que vão frequentemente à associação e ao hemocentro. Contudo, são crianças muito felizes, que brincam e dizem que nunca deixam de sonhar; apenas substituem os sonhos pelos que são possíveis. É possível ser feliz apesar de..." E ao questioná-los apesar de que, eles dizem: "Apesar de ter que ter de tomar hidroxiureia; apesar de ter de tomar o quelante de ferro, apesar das transfusões sanguíneas, é possível ser feliz".

Eu trago sempre esse depoimento que também está dentro da pesquisa. Entrevistamos os adolescentes para saber seus sonhos, o que eles pensam. O sonho desse adolescente de 15 anos era estar na escola, brincar em um carro grandão, ter amigos, ser feliz. "Na escola perto da minha casa não posso estudar porque sou cego. Aqui não tem escola para cego. Não posso ir à escola lá longe, porque venho aqui tomar sangue e tomar sangue é bom demais." Questionado por que tomar sangue é bom demais, ele respondeu: "Porque, quando tomo sangue, venho aqui, converso com vocês, e a dor passa mais rápido". Infelizmente não realizou o sonho de estar na escola, nem tampouco de brincar em um carro grande. Foi a óbito; está entre os 130 pacientes que nos deixaram em 2014.

Este é um ano... Acredito que todos os anos foram a mesma coisa. Infelizmente acredito que o número de óbitos foi muito maior, mas não tenho essa informação; nas certidões de óbito, não consta, mas as redes sociais se organizaram mais, estão mais perto. Acredito que, por isso, os dados hoje cheguem mais rápido.

Desses 130 óbitos, nós perdemos 56 mulheres negras em 2014 e sequer falam no assunto. É uma doença invisível sobre a qual pouco se fala.

Nós somos pessoas, sujeitos e protagonistas e, assim, portadores de alegrias e esperança. Temos história, memória, identidade, compromissos na vida, no trabalho, na comunidade, nas universidades e na sociedade que queremos sempre melhor, justa e fraterna.

Esperamos que um dia, e que esse dia seja breve, os gestores foquem mais no indivíduo do que na doença e que haja integração das políticas, pois o mesmo paciente que usufrui da política da educação é o mesmo da saúde, da assistência, entre outros.

Nós, do controle social, esperamos que todos os atores envolvidos assumam, de fato, seu papel, implantando e implementando políticas públicas que funcionem, que incluam as pessoas com doença falciforme nos programas já existentes, que se preocupem mais com o indivíduo; que os números sejam menos importantes, pois só assim vamos conseguir diminuir a vulnerabilidade social em que as pessoas vivem.

Temos de reconhecer que essas pessoas têm necessidades médicas e educacionais especiais. Entendemos que, para haver inclusão de fato, faz-se necessário admitir a diversidade e conhecer as necessidades.

As questões sociais, depois dos dados que eu mostrei, das pessoas com doença falciforme, como vivem no Brasil, são tão graves quanto a fisiopatologia da doença. E aí não podemos deixar de reconhecer que houve avanços, criação das portarias do Ministério, protocolos, mas, na questão social, ainda há muito que avançar.

É possível ter dignidade humana dessa forma, diante dessa realidade que eu mostrei? É possível ter dignidade humana? As pessoas com doença falciforme, no Brasil, vivem de forma humana?

A Constituição Federal fala sobre direitos sociais, educação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, acesso universal à saúde. Contudo, numa sociedade de profundas desigualdades como a brasileira, sabemos que não é bem assim, pois, se cumprissem o que está escrito na Constituição Federal, não haveria necessidade de tanto sofrimento na vida humana, não precisaríamos de tantos programas, como o Bolsa Família, ProUni, cotas, entre outros.

Todo ser humano, dentro de si, carrega uma ideia de dignidade, algo que muitos não sabem explicar, mas isso não impede que ela seja sentida. Por ser algo tão intrínseco à humanidade, é um tema importante. O desrespeito aos direitos do ser humano é visto todos os dias nos serviços de saúde, assistência e educação. E mostra que o direito à dignidade humana quase nunca é respeitado. Assim sendo, fica difícil falar em dignidade humana.

Todos nós, cidadãos, temos de fazer a nossa parte para transformar a nossa sociedade, para que as pessoas tenham um mínimo de dignidade, tenham assistência médica de qualidade, orientação às famílias, educação de qualidade, moradia digna, entre outros, pois hoje no mundo, e particularmente no Brasil, onde conseguir algo elementar como uma consulta médica, educação e moradia ainda constitui uma luta perene para as classes menos favorecidas, as pessoas se viram individualmente na via sacra para buscar o mínimo para a sobrevivência humana. Para chegar a lugares onde ainda não estivemos, é preciso passar por um caminho pelo qual ainda não passamos.

Eu queria deixar essa reflexão: a maioria das pessoas com doença falciforme em idade produtiva não tiveram acesso a diagnóstico precoce, não tiveram acesso a assistência médica de qualidade, de orientação às famílias, e até hoje, na maioria das vezes, também não temos. Encontram dificuldade para ocupar posto de

trabalho, principalmente pelas sequelas adquiridas que as tornam incapacitadas para o trabalho. As pessoas com doença falciforme não têm coragem de falar na empresa que têm a doença e dificilmente conseguem ficar muito tempo em algum emprego, pois, devido a várias internações e muitos atestados, logo são mandados embora. E é lógico que o empregador não vai falar que esse foi o motivo. Então, a saída tem sido subemprego com atividade desempenhada sem carteira assinada.

Já vimos o gráfico da realidade. Diante desse quadro, fica fácil perceber a real situação das pessoas com doença falciforme no Brasil, e é o ser humano por trás da doença.

Já que a nossa realidade vai muito além e envolve questões que poderão alterar relações sociais – família, emprego, serviços, saúde –, portanto, impõe-se a obrigação moral e política de delimitar as possíveis consequências, cercá-las e tentar minimizá-las. Um bom começo seria a difusão de informações sobre a doença falciforme em linguagem ao alcance da população.

Eu sempre falo que a doença falciforme não mata; o que mata é a falta de informação. Chegar ao serviço, se o médico não tem entendimento da dor humana que estamos passando e coloca essa pessoa para esperar por seis horas em um banco, é a falta da informação que ele não tem.

Eu gostaria de passar o vídeo.

Por último, e não menos importante, deve-se reforçar a necessidade de alertar e conscientizar sobre a importância da compreensão da singularidade do recorte racial-étnico e assim conseguir sensibilizar os planejadores e gestores de saúde para que enfoquem medidas práticas direcionadas à pessoa com doença falciforme. E ações voltadas à promoção da equidade são medidas essenciais para aumentar o conhecimento e a conscientização da sociedade sobre a doença; coibir a discriminação, o racismo e o preconceito; ampliar o acesso aos cuidados para com essas pessoas; garantir atenção adequada e de qualidade; lutar contra os preconceitos e discriminações; e criar grupos de autoajuda. As associações hoje se transformaram em grupos de autoajuda para essas famílias, elevando assim a autoestima das pessoas com doença falciforme por intermédio de atividades educativas e culturais.

Quando eu falo na questão do racismo, as pessoas...

Não se fala em doença falciforme sem dor. Ela está ligada diretamente com a dor. Não tem como. As dores são frequentes, são muito fortes. Em Minas Gerais, por exemplo, o Hemocentro já dispensa as medicações: dipirona, codeína, tramadol e você, orientado pelo seu hematologista, toma muita água, fica de repouso. Ao chegar ao serviço de urgência, eles querem passar uma dipirona e, se você questionar o porquê da dipirona, eles vão falar que você é viciado em morfina.

Eu fiz esse vídeo no dia 19 de junho, Dia de Conscientização sobre a Doença Falciforme. É uma homenagem que fiz aos companheiros e companheiras que nos deixaram neste ano. Infelizmente, não temos todos, porque algumas famílias não autorizaram. A eles vai a minha homenagem.

Pode passar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Palmas.*)

A SRª MARIA ZENÓ SOARES – É difícil falar de dignidade humana. O que nos fere não é o óbito, não é perder a pessoa que você ama; o que fere é saber que 80% desses óbitos poderiam ter sido evitados. Se houvesse um atendimento humanizado, se os serviços públicos conhecessem as especificidades da doença, com certeza, a maioria dessas pessoas estaria aqui.

Dignidade humana é um tema que eu nunca havia apresentado, mas nós temos a nossa dignidade humana ferida 24 horas por dia, pela falta de respeito das pessoas, no sentido de não reconhecerem, não acreditarem no relato da nossa dor, não acreditarem naquilo de que estamos falando, por julgar pela aparência: "Como você está com tanta dor e consegue chegar aqui de ônibus?" A pessoa chegou de ônibus não porque queria; chegou de ônibus, porque não tinha dinheiro para vir de táxi.

Então, digo no vídeo que é possível mudar, porque o Projeto Aninha, que cuida das mulheres grávidas com doença falciforme em Minas Gerais, bancado pelo Ministério da Saúde, conseguiu mudar o foco da doença.

Eles não vêm a doença. Eles vêm uma mulher grávida com a doença falciforme e cerca essa mulher de cuidados, em que a qualidade de vida melhora, e melhora muito.

Então, realmente esperamos que, a partir de hoje, o Senado Federal nos acolha e faça valer os nossos direitos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Essa brilhante palestra, que encerrou a fala da Mesa, foi da Maria Zenó Soares, Presidente da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme.

Meus cumprimentos pela elaboração do vídeo. Quem fez o vídeo, de fato, o fez com o coração, com a alma, com a emoção. Ao perguntar a ela se todos estavam mortos, ela respondia que, sim, que todos estavam mortos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso faz dois meses, mas a sua filha... Todo o quadro, digo, de uma moçada cheia de vida, mostrava a energia deles. Gente querida, bonita. O nosso povo, em seu conjunto, eu sempre digo, é muito lindo, bonito. E o bonito não é concepção que alguém inventou do bonito e do feio. Uma gente que se via, ali, com uma esperança enorme da recuperação da vida; inclusive, eu vi, ali, alguns se formando. De fato, mexeu com todos nós. Não há quem não tenha ficado sensibilizado.

Conte conosco sempre aqui no Senado. No que pudermos fazer, estaremos sempre à disposição. Claro, um trabalho integrado com a sociedade civil, com o Governo, pois é responsabilidade de todos a vida. Um trabalho integrado, coletivo, na busca de defender o direito à vida.

Vou passar a palavra para dois inscritos do plenário e, ao final, a Mesa fará as considerações finais, oportunidade em que todos falarão novamente.

Primeiramente, passo a palavra ao Sr. Elvis Silva Magalhães, que é coordenador da Associação Brasiliense de Pessoas com Doença Falciforme (ABRADFAL), transplantado e curado, – que bom poder dizer isto – curado da doença falciforme. Uma alegria ouvi-lo.

O SR. ELVIS SILVA MAGALHÃES – Senador, amigos da Mesa, meus amigos que estão aqui, pessoas que têm interesse em nossa causa, primeiro, eu queria agradecer, mais uma vez, por esta Casa nos receber, nós pessoas com doença falciforme.

Como a Zenó falou, só quem tem doença falciforme sabe das dificuldades que é viver com uma doença crônica, em que você tem de batalhar muito para se manter vivo, se manter digno e fazer tudo o que é necessário para sobreviver. Porque, no final da história, o que a gente quer da vida é que ela continue conosco. A gente quer estar vivo.

É interessante, nas doenças crônicas, não só na doença falciforme, mas as pessoas se esforçam de todas as formas possíveis para se manterem vivas. E, mesmo que digam para elas que não existe cura para a doença falciforme, que não existe chance de ela ser curada e que não ela não vai ultrapassar os 25 anos, que foi o meu caso, que ela não tem direito de ter filhos, porque vai morrer cedo e vai deixar a mulher com filho; mesmo que digam isso, mesmo que digam que ela não tem direito ao mercado de trabalho, porque ela é uma pessoa que adoece muito, que têm úlceras na região do tornozelo, que demoram até dois anos para cicatrizar; mesmo que digam para essa pessoa que ela vai ficar impotente por conta do priapismo que acontece com ela durante 15 anos, que foi o meu caso; mesmo que digam para ela que ela não deveria estar do lado dessa pessoa; mesmo a gente sentindo esse preconceito por conta da icterícia, do olho amarelo – nós somos constantemente confundidos com pessoas que têm hepatite; mesmo que digam para essa criança que ela jamais vai ser alguém, nós devemos e temos a obrigação de acreditar que nós podemos, sim, ser cidadãos dignos. Nós podemos, sim, nos esforçar e estudar. Nós podemos, sim, ser curados da doença falciforme.

Durante 38 anos de minha vida eu fui paciente do HUB.

Chamava-se HSU (Hospital dos Servidores da União). Meu prontuário é o 035340. Quem quiser ir lá e olhar, ele tem quase mil páginas de internações e todo tipo de intervenção: cirurgias e tudo o que foi necessário fazer para me manter vivo. Mas o SUS fez isso por mim. Ele me manteve vivo até os 38 anos.

Em 2005, eu cheguei a Ribeirão Preto graças a um grande homem chamado Júlio Cesar Voltarelli, à Drª Belinda Simões, meu anjo da guarda, e à equipe da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Graças a essas pessoas, eu me livrei... Foi tirado um peso de cima de mim.

A SRª CLAUDIA BEZERRA DA LIMA – Uma maldição.

O SR. ELVIS SILVA MAGALHÃES – Eu não falo em maldição, porque nunca acreditei que a doença falciforme fosse uma maldição. Claro que cada um tem uma forma de pensar, mas acho que ela é realmente um fardo muito grande.

Mas, em 2005, eu fui livrado desse peso, desse fardo. E, a partir daí, nenhuma internação mais; mais nenhum priapismo; nenhuma úlcera mais para cuidar todos os dias; nenhuma crise de dor, desesperadora, que necessite de morfina para passar. Acabou tudo isso.

Fazemos a defesa do transplante e agradecemos imensamente ao SNT, na pessoa do Dr. Heder e sua equipe, por ter trabalhado. E todas essas pessoas que trabalharam – Câmara Técnica, Conapir, Ministério da Saúde. O próprio Ministro da Saúde nos recebeu, e nós sabemos, Senador, que várias pessoas têm trabalhado para que a doença falciforme fosse incluída no rol das doenças passíveis de transplante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELVIS SILVA MAGALHÃES – Hoje, temos 38 pessoas curadas. Nós queremos que mais pessoas tenham esse benefício, porque sabemos que é possível, sim, ser curado da doença falciforme. Não vai ser para

todo mundo; é necessário um monte de protocolos. A gente sabe que são os médicos que definem, claro... A gente sabe que a necessidade do protocolo, a necessidade dessa portaria, é para que os médicos tenham a coragem de ter o olhar clínico e ver naquele paciente a necessidade de indicá-lo para o transplante de medula óssea. Sem isso, não acontece. O médico não tem coragem até. Às vezes, ele está ali. Talvez, algumas dessas pessoas que foram mostradas no vídeo tivessem sido salvas, se tivesse sido feito o transplante.

Eu agradeço imensamente por tudo. Dr. Heder, muito obrigado pela notícia! O senhor não sabe o quanto o senhor está me deixando feliz e deixando um monte de pessoas felizes nesse Brasil nosso. É interessante que o Brasil, mais uma vez, encabece um monte de coisas que são necessárias para a sobrevida e para a sobrevivência do ser humano.

Muitíssimo obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Eu já queria ler a portaria hoje à tarde no plenário, mas ele me pediu para não criar problema e esperar o Ministro, pelo menos, publicar. "Até o chamamos, se quiser..."

Mas eu fico feliz também com a portaria, naturalmente, pela força que ela terá nesse bom combate, no enfrentamento da anemia falciforme.

Passo a palavra neste momento à Srª Claudia Bezerra de Lima, mãe de paciente portadora.

A SRª CLAUDIA BEZERRA DA LIMA (*Fora do microfone*.) – ...pela minha emoção, minha revolta ainda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fique bem à vontade, porque a gente entende o momento que a senhora está passando. Fique bem tranquila. Se alguém puder lhe dar um copo d'água, eu agradeço.

A SRª CLAUDIA BEZERRA DA LIMA – Mas é exatamente isso que foi falado aqui. O sofrimento é muito grande. Infelizmente, não houve tempo de ela esperar por essa solução. Não sei também se ela seria agraciada, porque eu não tive coragem de ter outro filho. Ela tinha 24 anos, na flor da idade. Tinha conseguido se formar em Relações Internacionais. Ainda consegui que ela realizasse alguns sonhos, mesmo diante de tantas e tantas internações.

Num primeiro momento de muita revolta, porque não havia solução para essa doença, eu já tinha lido algumas coisas, mas eu não tinha coragem de terminar as leituras, diante do que eu viria a saber.

Não sabia mais o que esperar. Eu não tinha coragem de ir fundo, porque eu estava vendo ali o atestado de óbito da minha filha. E ouvi a fala da D. Zenó com relação à informação. Foi isso que me deixou mais revoltada, porque a gente não tem informação.

A minha filha esteve na mão de ótimos médicos, de ótimos profissionais da hematologia, mas em nenhum momento me falaram sobre a gravidade dessa doença, talvez até para não deixar a gente tão assustada, tão apavorada. E, de repente, cercar os nossos filhos de cuidados que não os deixem nem sair da porta de casa. E é isso que me fez vir aqui hoje. Nada vai trazer a minha filha de volta. Ontem fez dois meses. E não foi só ela. Naquela mesma internação, mais dois pacientes com anemia falciforme morreram no hospital, da mesma forma que ela: AVC fulminante.

Então, é com muita alegria também que eu recebo essa notícia, porque eu já sabia do transplante, em pessoas nascidas, através da célula-tronco. E sabia também da possibilidade em adultos. Mas não sei dos critérios. Talvez ela não fosse agraciada. Mas com certeza isso vai tirar muitas famílias de um sofrimento enorme, porque criança que tem esse diagnóstico tem um atestado de óbito junto com ela. E perder o único filho... Porque não se tem coragem de ter outro filho, gente. É muito sofrimento! Não se tem coragem de ter outro filho.

A outra mãezinha que também estava no hospital não tinha tido outro filho, e nós perdemos os nossos únicos filhos, porque muitas vezes não temos coragem de saber da possibilidade de nascer outra criança com essa doença terrível. Terrível! E eu acredito que a informação ainda está muito precária, ainda está muito deficiente. A gente não tem noção do que é isso.

Eu não sei o que seria necessário para as famílias acometidas com esse fardo... Mas, particularmente, eu quero me esforçar ao máximo e contribuir de todas as formas para divulgar a severidade dessa doença, porque, por mais que ela não se manifeste durante todos os tempos – a minha filha tinha crises anuais, umas duas ou três crises –, mas eram crises terríveis! Ela tinha tanta dor que falava: "Mãe, por quê? Por que eu sinto essas dores?" E a gente não sabe explicar.

Então, eu não sei o que pode ser feito, mas, da minha parte, eu quero ser um porta-voz do que é essa doença, para todas as pessoas que chegarem a mim, principalmente as que tiverem isso dentro de suas famílias.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Os meus cumprimentos à Srª Claudia Bezerra da Lima que, embora tenha perdido a filha, deixa sua solidariedade aqui para ajudar no combate a esta doença que preocupa a todos. É preciso fazer esse enfrentamento com alma, com coração, como eu digo.

E fica aqui a nossa solidariedade, naturalmente, à senhora e a todos aqueles que perderam os seus entes queridos. E, com certeza, todos nós aqui saímos mais do que nunca comprometidos com essa caminhada no combate à doença falciforme.

Os meus cumprimentos ao Elvis, que deu aqui o seu depoimento solidário, não só porque ficou curado, mas porque gostaria que todos fossem contemplados com o mesmo tratamento que teve. E essa portaria vem contemplar essa visão de atender a todos.

Neste momento, eu vou passar à Mesa, para as considerações finais. E começo com a Fátima. Por favor, a Srª Ilma Fátima de Jesus, Coordenadora Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais, do MEC.

A SRª ILMA FÁTIMA DE JESUS – Eu quero cumprimentar a Mesa em nome do Senador Paulo Paim. E quero agradecer o convite formulado para a Secretária Macaé Evaristo estar aqui nesta Mesa. Em virtude de compromissos de agenda, ela não pôde permanecer até o final.

E quero dizer que, na área da educação, nós temos um papel importante, que é o de conscientizar professores e professoras, por meio da formação continuada, de que a anemia falciforme precisa de uma atenção especial, exatamente para impedir que a evasão continue para alunos e alunas com anemia falciforme.

Tenho, na minha família, uma sobrinha com anemia falciforme – sou madrinha dela, a Luciana, que tem 37 anos, três filhos –, mas ela consegue ser tratada em São Paulo, bem, e consegue ter uma qualidade de vida boa, muito embora esses percursos de que nós tratamos aqui, em termos de trabalho, educação, tenham atingido a Luciana por conta da anemia falciforme. Mas os filhos, as crianças que ela tem, não têm anemia falciforme, o que a deixa feliz, porque ela se mantém em tratamento para ter essa qualidade de vida; ainda não está curada.

Então, parabéns para você que conseguiu, ao longo dos anos, ter um tratamento que o deixasse bem.

Quero lembrar que temos perdido pessoas com anemia falciforme. A prefeita de São Francisco do Conde morreu, neste ano, com anemia falciforme. Estávamos tratando de uma formação para os profissionais da educação, em São Francisco do Conde, por meio da Unilab, e ela seria a nossa parceira. Quero dizer que, muito querida, ela conseguiu ser eleita e fez muito pelo Município. Então, uma prefeita negra. Nós queremos negros e negras nos cargos eletivos, no Parlamento. Então, foi uma perda muito grande.

Queremos dizer que, no Ministério da Educação, junto com o Ministério da Saúde, vamos ter essa agenda sinalizada com a formação para a ressignificação da doença e a relação com a Lei nº 10.639, que inclui o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. Daí a importância de tratar-se uma doença que é prevalente na população negra – não afeta apenas a população negra, mas é prevalente.

Então, ficamos à disposição no Ministério da Educação. Para toda agenda para a qual formos convidados, lá estaremos. Temos o maior interesse em que a população brasileira saiba que a doença precisa de muitas pesquisas, que o tratamento existe, que as pessoas que têm a doença precisam ser tratadas no Sistema Único de Saúde, e queremos que isso se espalhe para todo o sistema de saúde, público ou particular.

Obrigada, então. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Srª Ilma Fátima de Jesus, que falou pelo Ministério da Educação, colocando-se à disposição, naturalmente – é um trabalho integrado com todos –, e dá o exemplo da própria sobrinha, da luta que ela está travando para, enfim, ter o direito, que devia ser um direito de todos, à vida, como vemos no depoimento da mãe aqui.

Passo a palavra, agora, à Srª Ana Margareth Gomes Alves, Consultora Técnica da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme.

A SRª ANA MARGARETH GOMES ALVES – Todas as vezes em que a Zenó apresenta esse vídeo, a gente chora junto, porque a gente andou por este País inteiro, conviveu com essas pessoas, e, quando a gente perde uma pessoa com doença falciforme, vem aquela dor para a gente também. Porque temos feito trabalhos e trabalhos, dentro do Ministério da Saúde, para melhorar essa qualidade de vida, para a gente realmente não perder seres humanos, porque, com certeza, não é a doença que nos move, não é a doença que nos faz chorar. É a pessoa, são as pessoas, é o ser humano; esse ser humano que a gente tem em mente, tem na cabeça para estar lutando sempre para o Ministério da Saúde desenvolver tecnologias, desenvolver portarias, integrando todos os setores que cuidam desse ser humano e não dessa doença; desse ser humano.

Mas a informação, gente, é primordial.

A informação precisa chegar a todas as pessoas. A informação precisa estar dentro da casa de todo mundo e, especialmente, com os profissionais, para que esse profissional saiba cuidar dessa pessoa com o carinho e a dignidade que essas pessoas merecem.

A Política de Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme, a Coordenação de Sangue e o Ministério da Saúde se colocam sempre, a toda hora, à disposição para trabalhar junto, para conhecer, para divulgar. Nós também, eu particularmente, que, com certeza, apoio essa causa, estou à disposição.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Srª Ana Margareth Gomes Alves, que falou pelo Ministério da Saúde como Consultora Técnica da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme.

Depois falará, no encerramento, o Coordenador Geral do Sistema Nacional de Transplante, também do Ministério da Saúde.

Eu queria apenas dizer, Senador Fleury, que V. Exª usa a palavra no momento que entender adequado. Fique bem à vontade.

Passo a palavra agora à Srª Maria Zenó Soares, Presidente da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme.

A SRª MARIA ZENÓ SOARES – Eu falo que eu agradeço muito a Deus.

Eu tive um diagnóstico tardio, depois de passar por muito sofrimento. Quando você não sabe o que é, o sofrimento é muito maior. Várias internações, várias complicações, várias transfusões, sobrecarga de ferro, e por aí vai. As pessoas não acreditam no relato da sua dor, o que leva a um sofrimento desnecessário.

Contudo, eu ainda agradeço muito a Deus, porque sou eu quem tenho a doença, e não minhas filhas. Elas têm só traços.

Eu acho que a sua dor, mãe, é muito maior do que a dor da crise álgica – disso eu não tenho dúvida.

Eu queria dizer que sou solidária à sua dor e à dor de todos os familiares que perderam parentes. Esse dado eu não tinha, e, com esse dado, a gente vê que não só 130. Como eu disse aqui no início, com certeza, haveria muito mais.

O que nos move é saber que, com todas essas dificuldades que nós passamos, o grupo que milita pela causa da doença falciforme é um grupo muito unido. A gente está junto pelo amor e pela dor, sempre.

É um grupo muito grande no Brasil, graças a Deus, e a gente está em sintonia sempre: solidários, seja para sorrir – como vamos sorrir com a publicação da portaria, com certeza –, seja para chorar junto. (*Palmas.*)

Acredito que vamos chorar menos. Sei que os dias são maus. Tem sido um ano de muita lágrima, um ano de muita dor para quem convive com a doença falciforme, para quem convive com pessoas com doença falciforme.

Mas foi um ano também de grandes avanços. Conseguimos pautar uma audiência pública na Câmara, conseguimos estar aqui hoje; foi pauta do CNS (Conselho Nacional de Saúde) na semana passada. É isto aí: juntos, nós podemos mais, sempre.

Fiquei muito triste de saber que mais uma jovem nos deixou, e outros dois, conforme você disse. Chegamos aos 133 óbitos de 2014. Esperamos que comemoremos o ano que vem sem óbitos, se Deus quiser.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Maria Zenó Soares, Presidente da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme.

Antes de passar a palavra para o Coordenador Geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde – porque aqui dois falaram, pela importância do tema, pelo Ministério –, eu queria agradecer à TV Senado, na figura da repórter Andréa Alves, que informou, aqui, à Mesa que a TV Senado vai fazer um programa especial como forma de divulgar o que eu chamo de bom combate em relação à doença chamada anemia falciforme, que tirou tantas vidas de jovens de nosso País, e com certeza alguns de vocês serão entrevistados na hora de fazer esse programa.

Então, parabéns à nossa TV Senado, que já, antes dessa entrevista, fez questão de conversar conosco e colocar no ar, para que as pessoas acompanhassem e tomassem conhecimento – porque muita gente não sabe o que é a doença falciforme. (*Palmas.*)

Então, a partir de hoje, alguns milhões de pessoas ficarão sabendo da importância de caminharmos juntos nessa luta pela vida.

Por favor, o Sr. Heder Murari Borba, Coordenador Geral Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde.

O SR. HEDER MURARI BORBA – Realmente, eu queria agradecer, mais uma vez, o convite e dizer que, em todas as discussões públicas com a sociedade brasileira de que eu, pessoalmente, tenho participado, o clima é de alegria pelo fato de a gente ter um sistema tão forte como o Sistema Nacional de Transplantes do Brasil e também de comoção.

Lembro-me da campanha de doação de órgãos que fizemos em 2013, em 2012, e o Ministro da Saúde chorou copiosamente na Mesa, o Dr. Alexandre Padilha, depois do depoimento de uma mocinha de 14 anos que tinha saído da UTI meses antes, porque havia um transplante de coração, e que estava ali na Mesa.

Então, dizer a vocês que é uma honra muito grande poder conduzir, dirigir essa política pública brasileira. Nós sempre defendemos um sistema de saúde inclusivo, para todos, de forma integral e gratuita. E, como eu

disse na minha intervenção, no transplante, é isso o que acontece. O transplante é bem pago. Não há greve de médicos porque não receberam ou porque estão ganhando mal fazendo transplante. Isso porque exatamente o transplante é a única terapia médica que não envolve apenas o médico e o gestor; envolve a sociedade. Por isso há tanto apelo na mídia quando se trata de transplante.

De maneira que eu diria que a questão da anemia falciforme – eu tenho que confessar – eu mesmo, como Coordenador Geral do Sistema Nacional de Transplantes, não tinha o conhecimento tão aprofundado que passei a ter nos últimos meses a partir da discussão desse tema. Acho que, se nós conseguirmos... E estou dizendo conseguirmos, porque reputo da mais alta importância, Senador e pessoal aqui das entidades, a pressão política que o povo tem de fazer tanto no Senado e na Câmara quanto nos ministérios. Não é fácil; é uma máquina gigantesca. São muitos problemas. O Ministério da Saúde tem o maior orçamento da República. O SUS é o maior sistema público do mundo. Contudo, não é fácil, com a estrutura que há dentro do Ministério da Saúde, fazer com que a gente responda. Nós estamos tentando fazer. E eu diria que, hoje, avançamos muito na política brasileira de transplantes. Talvez, em três, quatro anos, eu diria que tem sido o maior avanço que a gente conseguiu. Mas depende muito da pressão e do bom diálogo com as entidades, com as associações, com a mídia e com os Parlamentares.

Então, eu queria, realmente, agradecer. Realmente, essas discussões comovem a todos nós.

Na semana passada, eu tive um debate com a Drª Belinda, porque, ao ler a proposta de portaria, eu achei que ela estava muito restritiva para a indicação dos casos. E é nesse ponto que nós estamos, exatamente tentando fazer com que saia um documento que seja o menos restritivo possível; que seja restritivo apenas naquilo que realmente não é indicado. Eu espero que todas essas pessoas... Eu até comentei aqui com o Senador: é um absurdo isso; quer dizer, pessoas jovens, todas jovens, todas na maior capacidade da vida; sua filha se formou em Direito Internacional.

Então, realmente, é uma obrigação nossa, do Parlamento, de todos nós, fazermos com que o dinheiro que o povo paga de impostos se transforme e se reverta para essas terapias de alta tecnologia. Não há mais contraposição, e a gente, vez por outra, vê, entre a atenção primária, atenção no posto de saúde e atenção em transplante, que é considerada de alta complexidade. Isso tem que caminhar junto. Se você tem que ter o odontólogo na porta de sua casa quando é preciso, se você precisar de um transplante, você tem de ter também o mesmo acesso. E a tecnologia não pode ser demonizada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HEDER MURARI BORBA – Ela tem que servir à população. É para isto que a gente está ali no Ministério da Saúde, sobretudo no Sistema Nacional de Transplantes, trabalhando: para que a tecnologia não fique apenas com acesso a quem pode ir ao Einstein fazer consulta, mas que essa tecnologia sirva a todos os brasileiros de maneira igual.

Infelizmente, a gente não pode... Imaginem: nós temos 25 mil pessoas na lista de transplantes e não lidamos com uma coisa cujo problema seja o dinheiro; o problema é que alguém, às vezes, tem de morrer para esse órgão ir para outro. Por isso, é complicado e é comovente. A família que, no leito de morte de seu paciente, doa o órgão para outra pessoa continuar vivendo cria um laço afetivo muito grande com toda essa solidariedade que é o sistema de transplantes. No caso de transplante de medula óssea, não é assim. Para a pessoa fazer o transplante, basta ter alguém na família que seja compatível, e nós vamos fazer todo o esforço para que a doença falciforme possa ser atendida no maior número de casos possíveis dentro de um critério de segurança, um protocolo que a ciência indique ser seguro, para que a gente possa curar realmente, definitivamente, essa doença.

Muito obrigado a vocês. Obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

(*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bom, Dr. Heder Murari Borba, Coordenador Geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde.

Eu falava aqui, rapidamente, com algumas pessoas da Mesa, e estamos indo para o encerramento. Claro que foi uma audiência que emocionou a todos. Duvido que quem está em casa, assistindo, não tenha sentido esse clima de uma energia de solidariedade, de tristeza, mas, ao mesmo tempo, com uma visão de esperança de que vamos atender, oxalá, a todos, para que as pessoas não morram, como a gente viu aqui no vídeo, muito bem elaborado.

Vou propor, principalmente ao Dr. Heder Murari Borba, pela importância da portaria, que possamos contar, num outro momento... Gostaria muito que o próprio Ministro, acompanhado naturalmente desta Mesa, viesse aqui, para apresentar, quem sabe, a portaria oficialmente e que possa fazer uma exposição ou uma palestra sobre a importância do transplante de medula óssea, e é claro com o foco nesse caso da anemia falciforme.

Então, eu daria, se V. Exªs permitirem, esse encaminhamento, para que a gente possa valorizar essa portaria no nível que ela merece e ampliar ainda as considerações na busca de atendimento de todo o nosso povo e toda nossa gente, sejam brancos, sejam negros, sejam índios. Independentemente de etnia, de raça, de origem, que a gente possa salvar vidas.

Enfim, muito obrigado a todos. Foi uma audiência, repito, movida a muita emoção, mas é bom a gente sentir essa emoção, ter esse sentimento, principalmente da mãe e aqui do lado creio ser o pai, que fez questão de vir também.

Eu faria um ato simbólico aqui. Antes de declarar encerrada a reunião, nós vamos nos levantar e não vamos fazer um minuto de silêncio, vamos bater palmas de pé por um minuto, para que essa energia chegue lá no Universo, ajudando a iluminar a vida dos que foram e ajudar aqueles que estão aqui na Terra lutando para vencer a doença que é a anemia falciforme. Pode ser? (*Pausa.*)

De pé, vamos marcar um minuto no relógio, se possível. Eu mesmo marco. (*Palmas.*)

Esta encerrada esta audiência pública. Que Deus ilumine a todos.

(Iniciada às 8 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 08 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA NO ÂMBITO DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Presidente **Senador João Capiberibe**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça no âmbito da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores João Capiberibe e a não membro Senadora Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 112 de 2013, aprovado em 04/12/2013, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer a realização de Audiência Pública para "*Ouvir os membros da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, que apresentará relatório com importantíssimos depoimentos quanto aos casos de violação de Direitos Humanos praticados contra jornalistas do país durante a ditadura militar*". O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Chico Sant'anna; Hélio Doyle; Evandro Fonseca Paranaguá; Armando Rollemberg, todos membros da Comissão da Memória e Verdade dos Jornalistas do DF e Romário Schettino, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente franqueia a palavra as seguintes pessoas presentes no plenário: Wanderlei Pozzembom, Coordenador Geral do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Antônio Carlos de Andrade (Toninho), Assessor do Senador Randolfe Rodrigues, Moacyr de Oliveira Filho, Membro da Comissão da Memória e Verdade dos Jornalistas do DF, Sônia Maria Dunshee de Abranches Carneiro, jornalista, Vinícius de Borba Alves Ehlers, Assessor de imprensa da CDH. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar à Comissão Nacional da Verdade as notas taquigráficas desta reunião; 2) realizar audiência pública com as vítimas do "AP 73"; 3) estudar a possibilidade de apresentar projeto de lei para que os locais, nos quais ocorreram práticas de tortura, sejam identificados por meio de placas; 4) apresentação de requerimento na CDH com a finalidade de realizar diligência nos prédios onde funcionaram os antigos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nos quais ocorreram ações de repressão a jornalistas. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Capiberibe e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **João Capiberibe,** Presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 112, de 2013, aprovado em 4 de dezembro de 2013, de minha iniciativa, para ouvirmos membros da Comissão da

Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, com o objetivo de apurar casos de violação de Direitos Humanos praticados contra jornalistas do País durante a ditadura militar.

A Subcomissão da Verdade e Memória da Comissão de Direitos Humanos foi criada com a intenção de subsidiar, apoiar a Comissão Nacional da Verdade, que levanta os acontecimentos a partir do golpe militar do dia 31 de março, de que estamos às vésperas de completar 50 anos. É fundamental que a sociedade brasileira tenha conhecimento de todo esse processo político que nós vivemos ao longo dos últimos 50 anos e que resultou, depois de idas e vindas, na democracia e, sobretudo, nos benefícios que a democracia tem trazido para a sociedade brasileira.

Antes de compormos a Mesa, gostaria de passar a palavra à nossa Presidente e saudá-la. A Senadora Ana Rita é Presidente da Comissão e fez questão de iniciar esta reunião conosco, marcando sua presença mesmo com toda a sua intensa agenda de hoje.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Um bom-dia a todos os presentes, um bom-dia a todos que nos acompanham pela TV Senado também.

Conforme disse o Senador João Capiberibe, fiz questão de estar no começo desta reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, que tem como Presidente o Senador João Capiberibe e de que também o Senador Randolfe Rodrigues faz parte, para fazer um registro aqui. Quero, publicamente, dizer como é importante esta Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, tendo à frente o Senador João Capiberibe, que, com muito compromisso, com muita responsabilidade e muita dedicação, tem conduzido seus trabalhos.

Particularmente esta reunião de hoje, em que será discutida a questão dos direitos humanos relacionados aos trabalhados realizados por jornalistas do nosso País, é de fundamental importância, porque o profissional de comunicação atua com responsabilidade, passando informações verdadeiras, reais, e é um direito humano de toda população ter acesso a informações verdadeiras, reais e que formam opinião do nosso povo. Então, esta audiência pública é muito importante, porque sabemos que, em função disso, muitos jornalistas sofrem preconceito, muitas vezes têm dificuldades no seu trabalho e, por ocasião do período da ditadura militar, sofreram violações de direitos humanos.

Então, quero aqui fazer este registro e desejar ao Senador João Capiberibe e a todos os convidados que aqui estão e que comporão esta Mesa um bom trabalho nesta manhã de hoje. Eu estarei na Comissão de Assuntos Sociais, porque temos projetos importantes para serem debatidos agora pela manhã e estou sendo requisitada para estar lá. Sou membro titular daquela Comissão e não poderei deixar de estar presente, mas, assim que estiver liberada, virei para cá. Então, parabenizo o Senador Capiberibe e desejo um bom trabalho nesta manhã de hoje.

A gente espera que, nesta audiência pública, Senador João Capiberibe, de acordo com as discussões, sejam definidos alguns encaminhamentos. Se assim for, podem contar com todo o meu apoio, como Presidente desta Comissão, para fazer os devidos encaminhamentos, conforme deliberação desta Subcomissão.

Então, bom trabalho para vocês. Bom trabalho, Senador João Capiberibe.

Peço licença para me retirar, para que ele possa fazer a composição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita, por sua presença e pela manifestação feita aqui.

Eu tenho uma leitura da sociedade brasileira: do ponto de vista político, talvez seja uma das mais conservadoras do Planeta. A elite política brasileira é de um conservadorismo único. Até mesmo esse resgate da memória é olhado com preconceito. Ela se acostumou, ao longo de todos esses anos, a relembrar o golpe, como se o golpe tivesse sido um momento importante para história brasileira e não o contrário. Nesses anos de democracia, nós tivemos alternância de partidos políticos governando o País, mas o resultado, concretamente, a diferença entre um e outro é que os partidos que governaram se pautaram na democracia. Então, o Brasil de hoje é resultado dessa retomada da construção democrática do Brasil. O Brasil melhorou, é um país muito mais arejado e com debate mais intenso em função dessa conquista da democracia. E é em função da democracia que nós podemos hoje trazer para o presente a vivência de jornalistas que atuaram em determinado momento de suas carreiras muito próximos do poder, do poder autoritário que se estendeu ao longo de 21 anos de nossa história.

Tenho a honra de convidar para compor nossa mesa o jornalista Chico Sant'anna, que é membro da Comissão da Memória e Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal.

Também tenho a honra de convidar o jornalista Hélio Doyle, membro da Comissão da Memória e Verdade do Sindicato dos Jornalistas do DF.

Convido ainda o jornalista Armando Rollemberg, membro da Comissão da Memória e Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal.

Convido o jornalista Romário Schettino, ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF.

O jornalista Alexandre Ribondi, membro da Comissão da Memória e Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, ainda não chegou.

Composta a Mesa, vamos passar às intervenções. Acho que, para nós, é muito importante ouvir esses jornalistas que nós convidamos para ajudar a esclarecer essa parte da história do Brasil.

Vamos começar, convidando o jornalista Chico Sant'anna para sua manifestação.

O SR. CHICO SANT'ANNA – Sr. Senador João Capiberibe, Senadora Ana Rita, a Comissão da Memória e Verdade do Sindicato dos Jornalistas foi criada em 2013 dentro de uma perspectiva da Federação Nacional dos Jornalistas de ajudar a contribuir no levantamento de fatos que ocorreram no período de 1964 a 1984, no período da ditadura militar, que falassem diretamente à atividade jornalística e aos profissionais jornalistas.

Aqui em Brasília pudemos coletar, até o momento, cerca de 20 depoimentos, todos gravados em vídeo, rendendo aproximadamente 40 horas de relatos que envolvem ocorrências da presença de censores nas redações; censura prévia dos conteúdos jornalísticos, tanto textos quanto imagens; confiscos de equipamentos e de conteúdos jornalísticos, fitas, filmes de reportagem; violação da confidencialidade de correspondência e de conversas telefônicas; violação de conteúdo de reportagens enviadas por telex ou por mala postal; veto à participação de profissionais na cobertura de determinados eventos ou na cobertura de determinadas áreas do Poder Público; vigilância à pessoa do jornalista; pressões psicológicas; vigilância de ações das entidades associativas do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF e também do Clube de Imprensa de Brasília, que devemos lembrar aqui que foi um centro de resistência dos jornalistas brasileiros à ditadura; danificação de equipamentos, de carros e de propriedades dos profissionais; pressão sobre as empresas para a demissão ou não contratação de jornalistas – era comum a lista negra de profissionais que eram vetados pelo Estado para trabalhar como profissionais de imprensa.

Mas, Sr. Senador, essas ações do Estado, de tão comuns, quase passaram a ser uma cultura do cotidiano da atividade jornalística. Os jornalistas eram obrigados a conviver com isso e criar alternativas, falar nas entrelinhas, encontrar meios diferenciados de envio de material jornalístico, seja foto, seja texto.

Mas esses não foram os fatos mais graves. Temos relatos de jornalistas que foram, aqui, na Capital da República, sequestrados, presos sem amparo de ordem judicial, mantidos em cárceres secretos, submetidos a torturas físicas e psicológicas, entre as quais destacamos a simulação de fuzilamentos em que jornalistas eram colocados na posição de fuzilamento. Tudo isto dentro de um processo de tortura. Jornalistas foram processados pela Lei de Imprensa e pela Lei de Segurança Nacional. Mas, de maneira geral, todas essas ações estavam vinculadas ao Pelotão de Investigações Criminais, o PIC, ao DOI-Codi, do Exército Brasileiro, e ao DOPS, o Departamento de Ordem Política e Social da Polícia Federal.

As vítimas eram levadas, basicamente, às instalações do Exército Brasileiro, no Setor Militar Urbano, e às instalações da Polícia Federal, no Setor Policial Sul.

Cumpre ressaltar, contudo, que esses não eram os únicos locais, fato que talvez seja o motivo principal da nossa presença aqui, nesta Subcomissão do Senado. Há pelo menos quatro relatos, todos eles gravados em vídeo e degravados, dos quais nós faremos o encaminhamento, nesta cerimônia, à Comissão do Senado; quatro relatos destacando a existência de centros de tortura a menos de 500 metros do Palácio do Planalto, na Esplanada dos Ministérios. Há relatos de que, no Ministério do Exército e no Ministério da Marinha, jornalistas e outros cidadãos brasileiros foram presos e torturados.

Este é um relatório preliminar da Comissão. Nós, diante da gravidade desses relatos, entendemos que era oportuno preparar este relatório preliminar e encaminhá-lo à Comissão do Senado, para que ela, a partir da competência política e legal que possui, definisse diligências às instalações do Ministério da Marinha e às instalações do Ministério do Exército.

A existência desses centros poucos metros abaixo do gabinete dos então Ministros das Forças Armadas é uma prova cabal de que era de conhecimento da alta cúpula do Poder a ocorrência de torturas a jornalistas.

Fazemos esta entrega também em homenagem a quem, talvez, tenha sido o ícone das vítimas da violência no Brasil: o jornalista Vladimir Herzog. Entendemos que a Comissão do Senado terá poderes mais fortes para desenvolver as investigações complementares. Aqui, com a gente, hoje, estão pelo menos três dos autores desses relatos de tortura no Ministério do Exército e no Ministério da Marinha que poderão trazer mais detalhamentos à Comissão do Senado.

Eu quero, nesta oportunidade, Senador, passar ao senhor a íntegra dos vídeos, dos quatro vídeos, com depoimentos gravados de cada um e também as degravações desses depoimentos, fazendo uma ressalva de

que carece de uma revisão do vernáculo, porque a degravação foi feita meio em tempo urgente, que, acreditamos, servirão de subsídios importantes à Comissão do Senado Federal.

Era isso que a gente tinha a colocar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, jornalista Chico Sant'Anna.

A revelação da existência de centros de tortura tão próximos do Palácio do Planalto certamente vai-nos levar a fazer uma diligência nessas áreas.

Eu vou submeter à Comissão requerimento no sentido de, então, acompanhados dos jornalistas que passaram por esses momentos nesses locais no coração do Poder, no final, organizar uma diligência.

Vamos dar continuidade. Eu tenho a honra de passar a palavra... Eu não estabeleci tempo, mas eu acho que a gente vai-se entender perfeitamente. Em geral, o tempo é entre dez, quinze minutos. Acho que nos vamos entender bem em relação a isso e, por isso, não vou marcar tempo. Vamos trabalhar nesse entendimento. O tempo pode ser de dez a quinze minutos.

Passo a palavra ao jornalista Hélio Doyle.

O SR. HÉLIO DOYLE – Bom dia.

Obrigado, Senador João Capiberibe.

Primeiro, eu queria registrar a presença aqui hoje de dois outros membros da nossa Comissão: o jornalista Evandro Paranaguá e o jornalista Moacir de Oliveira Filho. Queria registrar também aqui a presença do representante, coordenador do Sindicato dos Jornalistas Profissionais Wanderlei Pozzembom. Os demais membros da Comissão estão aqui, o Chico, o Armando e eu.

Para nós, é muito importante este registro nesta reunião de hoje. O nosso entendimento de vir aqui motivou-se, como disse o nosso colega Chico Sant'anna, principalmente pelos fatos ocorridos na Esplanada dos Ministérios. Nós temos registrado ao longo desse tempo, na Comissão da Memória e Verdade do Sindicato, diversos atos de violência, perseguição, prisões, torturas de jornalistas no Distrito Federal nesse período compreendido entre 1964 e 1985.

Mas, mesmo na Comissão, o que chamou mais atenção foram os depoimentos, entre os quais, o meu e de mais três outros jornalistas principalmente – do Armando Rollemberg, do Alexandre Ribondi e do Romário Schettino –, fazendo referências claras, explícitas ao fato de terem sido levados a prédios na Esplanada dos Ministérios, que nós identificamos como sendo do antigo Ministério da Marinha e do antigo Ministério do Exército. São inclusive vizinhos; eram, quando ministérios, vizinhos. Hoje, parece que funciona o Comando da Marinha, funcionava a Secretaria de Assuntos Estratégicos e o Comando Militar do Planalto. Não sei se o Comando Militar do Planalto ainda está naquele prédio.

Então, foram esses depoimentos que nos chamaram mais atenção. É claro que há relato de tortura violenta, há relato de prisões, há relatos de perseguições, de jornalistas impedidos de trabalhar, de jornalistas que tiveram suas credenciais negadas para fazer a cobertura do Poder etc., mas esse fato nos chamou mais atenção.

Para não nos alongar, vou fazer um breve resumo. Como disse o colega Chico Sant'anna, esses depoimentos estão sendo entregues à Comissão e, como também ele disse, a transcrição, pelo que eu pude observar, contém muitos erros, mas erros que posteriormente podem ser sanados.

No meu caso específico, quero fazer só um relato simples. Uma das minhas prisões foi no final de 1971. À época, eu era repórter do jornal *Estado de S. Paulo* e tinha sido enviado para uma viagem a trabalho por três países do Caribe: Trinidad e Tobago, Guiana e Suriname. Ao chegar a Brasília, inclusive ao chegar à Base Militar, porque a viagem foi feita em avião da FAB, um Avro da FAB, fui avisado de que havia umas pessoas me esperando. Como essas pessoas não se manifestaram, eu fui embora. Mais tarde, depois de ir a casa, quando eu ia saindo da 107 para a 106, indo de carro para a casa dos meus pais, nós fomos cercados – estava eu e a minha então mulher – por duas Veraneios e ali mesmo fomos retirados do meu carro, colocados na Veraneio e levados para o prédio do Ministério do Exército.

Quanto a isso não há dúvida alguma. Inclusive, os que me levaram... Quem me levou foi o pessoal do DOPS, da Polícia Federal, eu já conhecia todos eles, porque eu já tinha estado preso no DOPS antes. E o chefe da operação era o então delegado Deusdedith da Cruz Sampaio. O pessoal mais antigo de Brasília conhece. O Deusdedith levou uma bronca quando chegou – do que presumo serem militares à paisana – por nos terem levado sem capuz. Nós fomos levados ao prédio do Ministério do Exército, entramos por uma porta ao final do Ministério, levados à sobreloja. Lembro bem que havia um andaime na frente dessa porta, e fomos levados para a sobreloja do Ministério do Exército. Nessa sobreloja havia muita gente, presumo que militares principalmente, à paisana, vários barbados, cabeludos, o que denotava serem agentes disfarçados.

O meu relato é muito simples, porque fui colocado numa pequena sala totalmente cercada de isolantes acústicos, como isopor, com vidro. A gente sabia que era sala de interrogatório pelo vidro, porque sabíamos que, do outro lado do vidro, sempre havia alguém. Fiquei lá, não sei dizer mais por quanto tempo fiquei nessa sala, numa temperatura muito baixa, mas muito baixa mesmo, com ar-refrigerado ligado e luzes muito fortes. Não sei dizer por quanto tempo, talvez por algumas horas – sei lá, três horas, quatro horas, não sei dizer mesmo. Acho que nem na época eu saberia.

Depois, fui retirado de lá e levado para o PIC, no Setor Militar Urbano. Não voltei mais a esse local, mas para mim ficou muito claro: primeiro, ali funcionava um centro de detenção. Se não funcionasse, não haveria salas vedadas, salas com a prática de temperatura baixa, luzes fortes, etc. Eu não fui interrogado nesse local. Posteriormente, depois de ser solto, eu soube que a minha então mulher foi interrogada nesse local, e ela me disse que voltou a esse local outras vezes. Ela foi levada ao PIC também, mas ela disse que voltou outras vezes a esse local. Como fiquei em uma sala, ela ficou em outra, e sabíamos de outras pessoas presas no local, presumimos que haveria várias salas desse tipo naquelas instalações; haveria várias salas.

Na verdade, só para localizar, esse era um inquérito que não me dizia respeito. Não era a organização em que eu militava. Era um inquérito sobre a Ação Popular. A minha ex-mulher tinha sido militante da Ação Popular, e os presos todos naquele momento eram da Ação Popular. Inclusive, dizem que a partir dessa prisão, com todo o desmembramento, veio posteriormente a prisão do Honestino Guimarães. Eu conhecia alguns do presos daqui de Brasília, mas havia muitos presos de Goiânia. Como eu não tinha nada a ver com o inquérito, nunca tive militância na Ação Popular, passei uma semana – acho que foi uma semana, oito dias – no PIC largado. Quer dizer, ninguém me interrogou, ninguém me perguntou nada; eu ficava lá isolado, totalmente isolado, sem contato com ninguém. O único contato que tive foi com um cabo que chegou, se aproximou e me deu notícia dela. Foi o único contato que tive em todo esse período.

Então, meu relato é esse. Dos quatro colhidos pela Comissão, é o único que diz respeito ao Ministério do Exército. Os outros dizem respeito ao Ministério da Marinha.

Muito obrigado.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado.

Na verdade, é a prática do sequestro. Quando você é interditado dessa forma, retirado, trata-se de sequestro.

O SR. HÉLIO DOYLE – Só uma curiosidade, Senador. No nosso conceito – eu acho que era real – nós tínhamos uma diferença muito clara entre a repressão feita pelo Exército e a da Polícia Federal. A da Polícia Federal era extremamente incompetente. Os policiais federais, na época, eram pessoas despreparadas: eram agentes da Polícia Civil que tinham sido recrutados. Eles eram muito incompetentes.

Eles fizeram esse sequestro, e ouvi rumores depois de que eles erraram ao me levar, sem capuz, para o local do Exército. E fizeram mais: deixaram o meu carro, que era um fusca, estacionado na frente do Ministério. E um sinal que pessoas tiveram de que eu tinha sido levado para lá era o fusca estacionado em frente ao Ministério. Inclusive, não tiraram nem os presentes que eu tinha trazido da viagem para dar aos meus pais. Eles os deixaram no banco de trás. Vimos quando o fusca foi recuperado depois que fomos soltos.

O SR. EVANDRO FONSECA PARANAGUÁ – Senador, o senhor me permitiria uma observação?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Claro.

O SR. EVANDRO FONSECA PARANAGUÁ – Apenas em complementação ao que o companheiro Hélio Doyle disse...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu pediria também que o senhor se identificasse.

O SR. EVANDRO FONSECA PARANAGUÁ – Evandro Paranaguá, jornalista, aposentado há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu sabia, mas preciso do registro.

O SR. EVANDRO FONSECA PARANAGUÁ – O registro que eu gostaria de fazer objetivamente é o seguinte: a permanência de alguém levado compulsoriamente a uma instalação, com temperatura extremamente baixa, luzes muito fortes e eventualmente som muito alto, é aquilo que tecnicamente se chamava de tortura inglesa. Então, essa detenção aparentemente sem tortura pelo menos tangenciou a tortura psicológica violenta que é a chamada tortura inglesa. Aliás, o General Hugo Abreu em seu livro de memórias faz referência a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muitíssimo obrigado.

Pelo que estou podendo observar, acho que vamos chegar a esse inquérito da AP. E já existe informação de pessoas que realmente passaram por tortura no Ministério do Exército.

Juntando essas informações que os jornalistas de Brasília estão trazendo com informações que já tínhamos, vamos poder identificar, com muita clareza, essa questão da tortura no DF, no entorno do Palácio do Planalto, o que acho de extrema gravidade.

Vamos, então, ouvir o próximo convidado, que é o jornalista Armando Rollemberg.

O SR. ARMANDO ROLLEMBERG – Bom dia a todos.

Gostaria de destacar a importância desse trabalho da Subcomissão para o esclarecimento daqueles momentos tristes da nossa história.

Quero comentar primeiramente que, aqui em Brasília, é importante que se tenha em mente que não foram só os jornalistas jovens, eventualmente engajados, que sofreram diretamente a repressão. Pessoas do porte de Pompeu de Souza, D'Alembert Jaccoud, pessoas que tinham cargos de chefia e até posições políticas moderadas também sofreram diretamente a repressão. O Chico já se referiu aqui. Houve até simulação de fuzilamento, o que denota que o universo repressivo era abrangente e realmente bastante intimidatório: não foi circunstancialmente voltado para uma ou outra organização, mas era um ambiente realmente que se formou em Brasília naquela época, como em todo o resto do Brasil, e que se espalhava por toda a categoria dos jornalistas, por todas as redações de jornais de forma indiscriminada.

No meu caso particular, eu e quatro amigos fizemos uma viagem, como mochileiros, em 1973, pelo Paraguai, Argentina, Chile, Peru, Equador e Colômbia, onde visitamos universidades, tivemos contato com os exilados brasileiros. Encontramos Glauber Rocha, em Lima, que nos levou à casa do Darcy Ribeiro, com quem jantamos. E, na volta, um desses colegas, companheiros de viagem, o Aurélio Michiles, que era de Manaus, permaneceu em Manaus, e nós viemos de volta para Brasília.

Tempos depois, eu me empreguei na *Veja* – comecei como repórter político da *Veja*, foi meu primeiro emprego. Estava atuando como repórter político da *Veja*, quando o Aurélio Michiles resolveu voltar a Brasília – ele, que tinha permanecido em Manaus. E veio num voo da FAB. Ao chegar no voo da FAB, foi revistado, e encontraram o diário da nossa viagem e dois livrinhos vermelhos do Mao Tse-Tung – *Cinco Teses Filosóficas* de Mao Tsé-Tung e as citações de Mao Tsé-Tung.

Então, o Aurélio Michiles foi preso. E, ao lerem o diário da nossa viagem, lá estava eu citado. Então, um belo dia, no fechamento da *Veja*, uma quinta-feira pela manhã, eu fui chamado embaixo do Edifício Central, onde era a sede da *Veja*, no setor comercial, e alegadamente preso para ser levado à censura. A minha sorte foi que o motorista da *Veja* à época estava na fila do elevador, me viu sendo preso, subiu e avisou Pompeu de Souza e Carlos Castello Branco. O Castelinho fechava a coluna dele e ia sempre conversar com Pompeu de Souza. A sede do *JB,* naquele momento, funcionava no prédio ao lado da sede da *Veja*. Os dois eram muito amigos e se encontravam.

Eu já era repórter político aqui na Câmara, representando a *Veja*. Já tinha como minhas fontes Thales Ramalho, Francelino Pereira, Petrônio Portella, embora jovem. E o Castelinho e o Pompeu acionaram, então, essas pessoas, e eu fui detido numa Veraneio. Ao contrário do Hélio, fui encapuzado e jogado na mala de um carro. Fui levado para um local que – suponho – foi aqui na Esplanada, como já foi dito, ou no Ministério do Exército ou no Ministério da Marinha. Era um vão grande. Tiraram o capuz e colocaram esparadrapo. Eu fiquei de pé. E, nesse vão, muitas pessoas estavam sendo torturadas simultaneamente. Eu cheguei a identificar, inclusive, a voz e os gritos do Alexandre Ribondi, que não pôde estar aqui hoje e que era meu conhecido na faculdade.

Pompeu e Castello, obviamente, imediatamente começaram a acionar. Acionaram inclusive o meu pai, que era à época Ministro do Tribunal Federal de Recursos. Eles se mobilizaram e foram buscar uma saída para a minha prisão. Meu pai, depois, me relatou, inclusive, que eu fiquei durante umas sete ou oito horas – calculo –, recebi quatro choques na mão, fui interrogado sobre o que eu tinha feito no exterior; sobre o que eu tinha conversado com Darcy Ribeiro; com quem nós tínhamos estado; como tinha sido o encontro com Glauber Rocha.

De repente, os choques pararam, e eu fiquei horas a fio em pé, com esparadrapo na cabeça, ouvindo as torturas que estavam sendo praticadas naquele grande vão, que parecia uma grande garagem, em que as pessoas gritavam. No início da noite, às 19 horas, eles novamente me pegaram, me colocaram numa Veraneio e me deixaram no início do Eixinho de baixo, com esparadrapo na cabeça. E me ameaçaram: se eu contasse algo, ou se isso repercutisse, nós iríamos sofrer retaliações. E foi assim que eu cheguei a minha casa, caminhando.

Meu pai estava apavorado, tinha estado com o General Bandeira, que era o chefe do DOPS à época, em função dessas articulações. Thales Ramalho intercedeu, Francelino Pereira intercedeu, Pompeu de Souza intercedeu, Castelinho intercedeu, e foi, digamos assim... O Mino Carta até queria escrever um editorial sobre o assunto, e meu pai fez um apelo para que não o fizesse e tal. Foi essa a experiência pessoal que tive. Acho que fui um afortunado, em função das circunstâncias profissionais, na época, pelo fato de eu ser repórter político da *Veja* e já ter esse entorno.

Quero apenas acrescentar que eu vivi intensamente aquela fase, recém-egresso da universidade, em que nós todos sofremos muito. A minha geração sofreu muito. Foi realmente um momento de terror. Nós presenciamos também a prisão do Honestino, a invasão. Nós testemunhamos a maneira truculenta como ele foi espancado, na nossa frente – ele que era uma pessoa franzina –, e depois viria totalmente a desaparecer. Aquilo foi realmente um trauma para toda a nossa geração, que vivemos aquele momento.

Acho que nós, como jornalistas de Brasília, estivemos muito presentes na luta da categoria naqueles momentos. Acho que é nosso dever, neste momento em que o Brasil está apurando as responsabilidades, contribuir com nosso depoimento para mostrar que, ao contrário do que se dizia, a cadeia de comando das Forças Armadas brasileiras tinha, sim, conhecimento do que se estava passando nos chamados "porões da repressão". Porque, durante muito tempo, se dizia: "Ah, eram forças rebeladas, que não estavam na cadeia de comando". Nós aqui temos fortíssimos indícios, sofremos na pele e nas proximidades do Poder central e temos muitas condições de dizer que, de fato, havia conhecimento. Tanto que, por exemplo, o General Bandeira, que era o responsável na época pelo DOI-Codi, sabia da minha prisão e sabia que eu estava sendo torturado, tanto que meu pai esteve diante dele; ele tirou um dossiê para falar da minha militância universitária, e depois isso ficou claro.

Então, é esse o depoimento que eu gostaria de dar.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

O que a gente pode observar é que hoje, para as gerações do presente, para os jovens, para uma cidadã ou um cidadão brasileiro ser preso é ou por ordem judicial ou em flagrante delito. Na ditadura, as pessoas eram simplesmente sequestradas. E, daí, poderiam retornar para seus familiares ou simplesmente desaparecer, como há centenas de casos de desaparecidos políticos no Brasil. Até hoje, mesmo com todo esforço, há certa resistência dos comandos do Exército, da Aeronáutica, de abrirem os seus arquivos para que se possam localizar as pessoas desaparecidas.

Dando sequência, vamos ouvir o depoimento do jornalista Romário Schettino.

O SR. ROMÁRIO SCHETTINO – Bom dia a todos.

Inicialmente, quero parabenizar o Senador Capiberibe e a Senadora Ana Rita por terem promovido esta reunião, que considero extremamente importante para resgatar a memória da verdade da repressão militar no Brasil nesse período que nós não podemos esquecer; não podemos, em hipótese alguma, deixar de lado as histórias pessoais e a história política do Brasil.

A minha relação com o regime militar antecede a minha condição de jornalista. Eu era ainda um estudante de História, na UnB, vindo do interior de Minas Gerais, em 1973, com 22 anos de idade e uma história de relação com alguns militantes da resistência civil, especialmente os ligados ao PCdoB do Espírito Santo, onde havia uma luta urbana bem forte, e com a militante da Var-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), que morava em Brasília, que também era da minha cidade, Caratinga, Minas Gerais.

O fato de eu ter chegado a Brasília e feito vestibular para História e convivido e ter essa história, essa relação política e social com essas pessoas, isso me levou à prisão. E aí a minha prisão foi violenta. Ao contrário do que o Hélio falou sobre a não colocação do capuz, a minha prisão foi um sequestro na porta do Banco Central, no Setor Comercial Sul. Eu era funcionário concursado do Banco do Brasil, cedido ao Banco Central para a implantação da primeira sede do Banco Central em Brasília. E foi ali no Edifício União, no Setor Comercial Sul.

Eu estudava de manhã na UnB, trabalhava à tarde no banco. Num dia desse ano, no mês de julho, eu estava descendo do trabalho, em torno de sete horas da noite, para pegar o meu fusca – também todos nós tínhamos um fusquinha –, e fui abordado por um bando de policiais armados de metralhadora e retirado do volante do meu carro, encapuzado e colocado na traseira do carro, no chão do carro. E os caras pegaram meu carro e ficaram dando voltas, até que me levaram para – hoje, eu tenho concluído – que era o Ministério do Exército, no tal subsolo do ministério. Eu concluo que seja no Ministério do Exército porque o relatório que relata a minha prisão e de mais 33 estudantes da UnB foi assinado pelo General Vianna Moog, que era o representante do Exército.

Depois, as relações que eu tive com o coronel que me monitorou depois da liberação, que também era um coronel do Exército.

Enfim, qual é a importância deste relato, na minha opinião, neste momento? É identificar os locais onde nós fomos presos e torturados. Violentamente torturados. Eu fiquei 25 dias desaparecido, e ninguém sabia onde eu estava. Eu tinha uma irmã que morava em Taguatinga, que me procurava diariamente, e ninguém dava informação. Ela frequentou as delegacias de polícia, da Polícia Federal e do Exército, nunca recebeu nenhuma informação sobre o meu paradeiro. Eu fiquei 25 dias desaparecido.

Nessa recepção aqui, no subsolo do ministério, eu levei um chamado "telefone", um tapa nos ouvidos, e fiquei desacordado um tempo. Levei choque nos testículos, na língua e nas mãos. Fui violentamente torturado e seviciado, inclusive. Houve momentos em que eu me entreguei, em que eu achei que não ia sair dali vivo.

Eu cheguei a ter um desmaio e fui acordado por um desses torturadores, pedindo água. Eu sentia muita sede depois dessa sessão de tortura. Um deles dizia: "Não, não é conveniente dar água para os torturados nessas condições, porque isso pode provocar uma eletrólise, e a pessoa morre." Então, por algum motivo técnico, eu não morri naquela hora.

Esses locais e essa tortura fazem parte do regime militar, do sistema que queria destruir qualquer possibilidade de resistência ao regime.

A minha companheira de república que também foi presa, na mesma época, ficou mais cinco dias além de mim, ela saiu no trigésimo dia. Os meus colegas do Banco Central desconfiavam que eu tivesse tido algum problema, mas ninguém se manifestava, ninguém se moveu. A minha irmã procurou um companheiro de trabalho no banco, e ele orientou, falou: "Olha, continue procurando, porque é preciso que alguém esteja sendo procurado, porque, senão, ele pode desaparecer".

Essa confirmação de que houve a prisão está relatada em um documento assinado pelo General Vianna Moog, que foi encontrado no Gabinete do Reitor da UnB. Quer dizer, são trinta estudantes da UnB relatados por esse relatório, mas houve mais de cem prisões nesse período, inclusive usando o meu carro – porque, infelizmente, eu joguei as placas frias fora, porque eu tinha muito medo, depois que eu fui liberado. Mas, quando eu fui liberado, eu peguei o meu fusca na porta da SAB, na 312 norte, onde eu morava, e achei duas placas de carro dentro do meu carro. E a minha irmã disse: "Eu reconheço o seu carro, porque eu vi seu carro circulando com outra placa". E esse carro foi usado para buscar outros estudantes.

Então, essa operação militar de 1973 envolveu a UnB e o reitor da UnB, o Capitão-de-Mar-e-Guerra, o Azevedo. Ele recebeu um relatório do General Vianna Moog. E onde estava o relatório? No cofre do reitor. Quem descobriu que estava lá? O Senador Cristovam Buarque, quando ele foi eleito reitor, ele deu uma vasculhada no gabinete e achou esse relatório, e ele me deu uma cópia.

Quer dizer, não havia nenhum motivo concreto para a minha prisão de tortura, apenas as minhas relações políticas com pessoas que tinham sido presas em outros lugares, em outro momento. Quando nós fomos liberados... Ah, sim, e aí é preciso relatar também a importância de outros dois lugares: a Polícia Federal, lá no final da Asa Sul, e o PIC. O PIC é um local, se não foi no PIC que eu fui torturado, foi onde eu era depositado para me recuperar das torturas. E lá eu fui atendido por um médico militar, porque eu tive uma crise de rins, nesse período da minha recuperação da tortura, e eu pedia socorro, ajuda; e, depois de horas e horas, apareceu um médico que me deu uma injeção de Buscopan na veia, e aí, a partir daí, a situação da dor diminuiu.

Mas esse registro é importante, porque não há como negar que havia um conluio entre Ministério do Exército e Polícia Federal para reprimir, torturar as pessoas dessa maneira.

Esse Relatório Vianna Moog, se a Comissão se interessar por ele, eu posso até fornecer uma cópia, porque ele tem informações e conclusões muito interessantes sobre por que os militares tinham tanta necessidade e medo de que a resistência à ditadura tivesse uma relação tão forte nas universidades, especialmente nas universidades federais brasileiras.

Então, há umas conclusões que ajudam a entender o papel desses militares, embora o relatório não faça nenhuma referência à tortura, evidente, mas é um complemento disso que nós, que somos testemunhas e vítimas da ditadura, podemos dizer.

Esse depoimento meu também foi prestado à Comissão da Verdade da UnB. A Universidade de Brasília também tem uma comissão da verdade que apura a relação da Universidade com a ditadura militar brasileira.

Enfim, esse é um resumo do que eu já depus na Comissão da Verdade do Sindicato e da UnB. Reafirmo que identificar esses lugares aonde houve tortura e eventualmente os responsáveis por ela é fundamental para a nossa história política brasileira.

Como eu fui preso e torturado o tempo todo de capuz, eu não seria capaz de identificar o torturador, mas com as condições, o momento e os lugares onde isso ocorreu, é possível chegar àqueles que praticaram esses atos de terror.

Enfim, era isso.

Mais uma vez agradeço ao Senador por ter nos permitido relatar essas histórias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, jornalista Romário Schettino.

Há certa identidade na prática do sequestro, da tortura. Estava ouvindo o seu depoimento e me lembrando do que eu passei. É muito próximo.

Essas informações que estão sendo trazidas pelo jornalista vão subsidiar alguns encaminhamentos que nós vamos tomar logo em seguida.

Nós temos dois convidados aqui: o jornalista Evandro Paranaguá e o Moacyr Oliveira Filho.

Eu lhes pergunto se gostariam de também complementar com alguma informação.

Então passo a palavra de volta ao jornalista Hélio Doyle.

O SR. HÉLIO DOYLE – Senador, é só para fazer algumas observações em relação ao que nós vimos na Comissão.

Infelizmente nós não temos aqui o Alexandre Ribondi, que prestou o quarto depoimento nesse sentido.

Eu queria só chamar a atenção para algumas coisas. Em primeiro lugar, a motivação.

Como nós vimos aqui, não era preciso haver muito motivo para prender, para torturar, para perseguir. Pelo relato que o Romário fez, das suas ligações, pelo relato que o Armando fez, de um diário de viagem, da apreensão de livros vermelhos, de Mao Tse-Tung...

No meu caso, como eu relatei, essa detenção, essa prisão específica, eu não tinha nada a ver com ela. Eu tive com outras. Eu militava em outra organização que não a Ação Popular, mas nessa eu fui preso simplesmente por ser casado, à época, com uma ex-militante da Ação Popular. Ela não era mais militante da Ação Popular no momento dessa prisão.

Mas o que eu queria ressaltar é o seguinte: nos depoimentos, houve a certeza do prédio do Ministério do Exército por minha parte, porque, como relatei, eu não fui encapuzado, então eu vi que estava no Ministério do Exército. E duas pessoas que estiveram também nesse mesmo local e residem em Brasília – pelo menos duas – também confirmam esse local. É a ex-Deputada Maria José Maninha, que esteve lá, e o Euclides Pirineus Cardoso. Ambos tinham sido militantes da AP. Então eles relatam também essa presença no Ministério do Exército.

Em relação aos outros depoimentos, como os três – Romário, Armando e Alexandre – foram levados encapuzados, eles não tinham como assegurar o local. E em relação ao depoimento do Romário há uma questão importante: eu tenho certeza de que foi na sobreloja. O Romário, o Armando e o Alexandre falam em subsolo, falam em garagem. Esse é um dado interessante que nos levou a supor que pudesse ser o Ministério da Marinha. Os dois Ministérios são vizinhos. E eu não lembro quem no relato, talvez o Chico lembre, fala do sino.

O SR. CHICO SANT'ANNA – Foi Ribondi.

O SR. HÉLIO DOYLE – Foi Ribondi. Ele diz que periodicamente ouvia um sino. Na verdade, em frente ao antigo Ministério da Marinha há um sino que toca até hoje de hora em hora. De hora em hora, eles fazem um movimento lá, descem uns marinheiros e tal, e tocam o sino. E isso já existia àquela época. Eles fazem referência ao sino, mas, na verdade, o sino fica atrás do antigo Ministério do Exército e na frente do antigo Ministério da Marinha. Então, poderia ser num local ou noutro.

Então, é só para registrar que, nos depoimentos que nós pegamos na Comissão, há esta questão: se há certeza quanto ao prédio do Ministério do Exército e dúvida de se era realmente o prédio do Ministério da Marinha, porque não há nenhum testemunho visual de que fosse ali. E o toque do sino poderia também ser ouvido no Ministério do Exército.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, jornalista Hélio Doyle.

Eu gostaria de registrar a presença da jornalista que faz parte da Comissão da Memória do Sindicato de Jornalistas do Distrito Federal, Sônia Carneiro.

Obrigado pela presença.

Nós voltamos, então, a palavra ao jornalista Chico Sant'Anna.

O SR. CHICO SANT'ANNA – No momento em que, por transmissão de pensamento, o Hélio avançou, três elementos, na verdade, no depoimento nos levam à possibilidade da existência, no Ministério da Marinha, desses centros de tortura: o sino, que ele acaba de revelar; o fato de, em alguns depoimentos, informarem que o carro que levou as pessoas presas entrava nas instalações via um declive, o que leva a supor que seja uma garagem em subsolo – e essa garagem inexiste no antigo Ministério do Exército, porque o que seria garagem no Ministério é, na verdade, uma passagem entre a via N2 e a via N1 –; e, em um dos relatos, que é o do Alexandre Ribondi, que está gravado e transcrito, se dizer que, quando ele foi liberado, marcou sua memória que ele foi liberado numa área de lamaçal, barrenta, encapuzado ainda, e, apesar de terem dito para ele não tirar o capuz, ele levantou uma ponta do olho do capuz e chamou a atenção dele, ali deitado no lamaçal, que a pessoa que tinha acabado de deixá-lo naquele local estava toda vestida de branco, com sapato branco, com um uniforme que ele alega ser o uniforme da Marinha. O fato de a pessoa estar de branco num lamaçal marcou a memória dele até a presente data e, posteriormente, por um reconhecimento de voz numa circunstância de estar num banco ou num comércio, ele identificou um dos torturadores que também seria ligado às Forças Armadas.

Então, Senador, aproveitando já para fazer minhas conclusões, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, que vem apoiando totalmente os trabalhos desta Comissão, que tomou essa iniciativa de trazer para ela jornalistas que vivenciaram gerações diferentes do jornalismo de Brasília e da resistência polí-

tica em Brasília, nós entendemos que, ao repassar esses documentos à Comissão, o fazemos na esperança, na expectativa de que, com os poderes do Parlamento, a verdade possa vir à tona e que a gente possa apagar – apagar não seria a palavra correta –, que a gente possa clarear todos esses fatos para que fique na memória da sociedade brasileira e para que isso não venha a se repetir para as gerações futuras.

Eu agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu pergunto se algum componente da Mesa, os convidados desejam se manifestar.

Pois não.

O SR. WANDERLEI POZZEMBOM – Bom dia, Senador.

Primeiramente, vou me apresentar. Sou Wanderlei Pozzembom, Coordenador-Geral do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal.

Quero agradecer ao Senador João Capiberibe e à Senadora Ana Rita por permitir que a comissão venha fazer esses relatos que foram colocados pelos depoentes.

Quando a Federação Nacional dos Jornalistas, em Porto Alegre, criou a Comissão Nacional da Memória e Verdade dos Jornalistas, os Estados ficaram responsáveis por criar as suas comissões e subcomissões. Brasília é uma cidade muito jovem, de cinquenta e poucos anos, que viveu esse período da ditadura na sua criação. Isso para nós, como foi colocado pelo Chico e pelos membros da Comissão, é muito importante. Essa é a parte negra da história da nova Capital e precisa estar disponível para a sociedade, não somente para a classe de jornalistas, mas para toda classe trabalhadora.

Eu, como representante da entidade, fico agradecido pelo trabalho que esta belíssima comissão tem prestado à sociedade como um todo para a história deste País. É importante porque prova o que já foi dito pelos membros: que a 500 metros do Planalto se cometiam atrocidades contra os jornalistas. E não só contra os jornalistas; os depoimentos dos jornalistas a esta Comissão mostram que essa categoria foi perseguida, sim, no período da ditadura e que sofre perseguições até hoje.

Infelizmente, estamos de luto, pois, em momento recente, perdemos um companheiro. Inclusive estivemos ontem no Ministério da Justiça de luto, pedindo justiça pela morte do cinegrafista Santiago, que foi uma fatalidade para esta categoria.

Os números dos últimos dois anos registram 103 agressões contra jornalistas. Então, o período da ditadura foi negro, mas hoje, de certa forma, há vítimas. Dos números que citei, 75% são cometidas por pessoas que deveriam proteger, são pessoas do Estado, da Polícia, que hoje ainda nos intimidam, tentam intimidar e calar os jornalistas.

Então, tivemos essa reunião ontem no Ministério da Justiça, tentando pedir e criar um protocolo mínimo de proteção em plena atualidade, para que se proteja esse trabalhador, para que não seja cerceado da liberdade de informar. O maior objetivo que a sociedade busca é a verdade.

Então, quero agradecer e parabenizar esta Comissão.

Quando convidei, acho que fui feliz no sentido, como colocou o Hélio, de várias gerações, mas que provasse também que jornalista, não por ser jornalista, por ser o quarto poder ou terceiro poder, como se dizia, não sofreu dessa violência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, jornalista Wanderlei por sua manifestação.

É claro que uma das piores heranças da ditadura é a impunidade dos torturadores, porque se estendeu no tempo. Hoje, continuamos convivendo com a tortura nas delegacias de polícia, com os desaparecimentos. Há o caso que se tornou emblemático em nosso País, que foi o desaparecimento do Amarildo. Isso é resultado da falta de acerto com a nossa história, porque, se houvesse punição aos que torturaram, aos que sequestraram, aos que cometeram violência em nome do Estado, tenho convicção de que hoje nós teríamos uma sociedade mais pacífica, mais tranquila, e um Estado menos violento do que nós temos, um Estado justiceiro, que comete, digamos, vários crimes. Esses crimes continuam sendo cometidos em nome do Estado.

Parece-me que uma das piores heranças da ditadura é a continuidade da prática da tortura nos dias de hoje. Por isso que esse esforço deve continuar, no sentido de recuperarmos nossa memória. E, nesse sentido de recuperação da memória, eu queria convidar a todos e todas para a sessão especial que vamos realizar dia 31 de março, no Senado Federal, destinada a marcar os 50 anos da ditadura militar. Na oportunidade, vamos ouvir atores daquele momento. Acho muito importante ouvirmos aqueles que estiveram diretamente implicados naquele momento do golpe – claro, defendendo a institucionalidade, defendendo um governo legítimo, democrático, eleito pela vontade do cidadão brasileiro, que foi destituído, seguindo-se uma sequência de violências que se prolongou por 21 anos.

Vamos aproveitar as informações, a documentação que nós recebemos do Sindicato dos Jornalistas e incorporá-las ao nosso relatório, que pretendemos encaminhar à Comissão da Verdade. Mais que isso, vamos dar encaminhamento concreto em consequência das informações que nós recebemos nesse momento. Acho que é fundamental ouvirmos aqui em audiência pública as vítimas do processo da AP de 1973 para confirmarmos exatamente os locais onde essas pessoas, os senhores que estão aqui e outras pessoas foram torturados aqui em Brasília. Uma vez realizada essa audiência pública com as pessoas que estiveram presas naquele momento – vamos ampliar um pouco mais e convidar algumas pessoas, por exemplo, que inclusive ficaram presas durante muitos anos a partir desse processo para confirmarmos esses locais –, daí, então, vamos aprovar outro requerimento para fazer a diligência, após essa nova audiência que vamos promover aqui na Comissão de Direitos Humanos, na Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça.

Portanto...

O SR. WANDERLEI POZZEMBOM – Sr. Presidente, posso fazer um...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pois não.

O SR. WANDERLEI POZZEMBOM – Só fazendo um complemento, Senador: é importante dizer que esse relatório é preliminar, como colocou o Chico Sant'anna no início, e que essa comissão tem mais de 20 depoimentos. Isso está somando mais de 700 minutos de gravações, de documentos importantes que estarão à disposição desta Casa, desta Comissão e da Comissão Nacional da Verdade, para provar, para que todo esse depoimento venha a constatar a atrocidade cometida na Capital do País. Então, isso está à disposição também; no final dos trabalhos da comissão, isso estará à disposição da Comissão e para toda a sociedade, com certeza.

O SR. ROMÁRIO SCHETTINO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pois não.

O SR. ROMÁRIO SCHETTINO – Primeiro, eu queria me associar às observações do Hélio com relação à identificação dos locais e, segundo, saber se a Subcomissão do Senado pretende ou aceita a sugestão de que esses locais sejam identificados como foi feito, acho, no Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul identificou os locais de tortura com uma placa: "Neste local torturou-se durante tantos dias" etc. Para que isso fique registrado para a história e para a memória dos jovens de uma maneira bem concreta.

Brasília tem uma dificuldade adicional porque é uma área federal misturada com uma área distrital, não sei se esses locais aceitariam ser identificados dessa maneira, mas acho que é uma sugestão, uma proposta importante a ser levada em conta.

Sinto que a juventude tende a não acreditar que isso aconteceu no Brasil. A juventude não tem acesso às informações dessa maneira tão concreta. Então, é importante registrar no vídeo, no documento, no papel, mas a placa no local da tortura tem um papel bem mais, digamos, definitivo, eu acho. Essa é mais uma sugestão.

Obrigado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE – Senador, bom dia.

Eu estou aqui na condição de assessor do Senador Randolfe, mas não poderia deixar de registrar um fato que ocorreu aqui, agora, e ocorre sempre nesta Subcomissão: lá atrás, tinha um cidadão, e, prontamente, a gente foi passar a coleta de assinatura dos presentes, e ele não se identificou. Ele não se encontra agora na sala, mas é uma pessoa que sempre, nas reuniões da Comissão, às vezes, aparece.

É importante fazer esse registro de que os órgãos de espionagem e repressão, em pleno Governo Dilma, ainda estão atuantes num momento tão importante e delicado para a nossa história. Eu sinto muito falar isso aqui porque não dá para confiar, infelizmente, na nossa democracia.

Espero que, se voltar a outras reuniões da nossa Subcomissão, talvez a gente tenha que chamá-lo aqui na frente, desmascará-lo, perguntar a mando de quem que está aqui, apesar de a gente saber. É triste que isso ainda ocorra num momento tão importante como este da história do nosso País, em que a gente busca restabelecer a verdade dos fatos históricos para que eles mais nunca se repitam em nosso País.

Fica o registro, Senador, e é estranho. O cara, quando a gente foi pegar a assinatura dos presentes...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Não foi possível? Ele se recusou a se identificar?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE – Ele escreveu qualquer coisa. Só para saber, Romário, que a nossa democracia é relativa.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Nós temos imagens? (*Pausa.*)

Então, vamos identificá-lo e vou requerer a identidade dessa pessoa. Alguém deve ter fotografado. Não é possível. Aqui tudo é público, tudo é diante das câmeras. Não podemos aceitar que uma pessoa não se identifique. Quem não se identifica está se escondendo por alguma razão. Então, vamos buscar identificar essa pessoa.

O jornalista Romário falou que, de fato, as pessoas têm dificuldade de acreditar no que nós vivemos neste País no período da ditadura militar. Há muita dificuldade porque são acontecimentos...

Recentemente, acabei de ler um livro que conta a história de um publicitário paulista muito conhecido na década de 60 chamado Carlos Knapp, que terminou envolvido no apoio a uma pessoa ferida e, daí então, não conseguiu mais... Ele escreve as suas memórias, a sua trajetória num livro muito interessante chamado *Minha Vida de Terrorista*. Em nenhum momento ele... A participação dele era distante. Era publicitário, tinha uma grande empresa em São Paulo e terminou exilado durante muitos anos. Ele lançou esse livro, que recomendo, porque é muito interessante, pois conta a história de um homem progressista, com forte espírito democrático, mas sem nenhum envolvimento na luta armada. O biênio 1968-1969 já era outro período da resistência à ditadura, onde vários de nós se engajaram em organizações armadas. Ele não tinha nenhum envolvimento; eventualmente, socorreu essa pessoa e, a partir daí, terminou na clandestinidade, fora do País, e toda a sua vida se modificou enormemente. Assim como ele, milhares de brasileiros passaram por esses momentos, e alguns tiveram a sua vida simplesmente ceifada.

Essa sessão do dia 31 de março, para lembrar o golpe, é muito importante. As nossas manifestações, aqui, no Senado, no sentido de recuperação da memória ajudam porque aqui é uma caixa de ressonância da sociedade para nós insistirmos que é fundamental nos entendermos com o nosso passado, para que a gente possa de fato ampliar a democracia brasileira. Ainda temos muito caminho pela frente. A Constituição democrática é penosa, principalmente no caso de uma elite tão conservadora como a nossa, então, exige sim muito mais informação, o trabalho de informar a esta sociedade que, no passado, há muita coisa escondida.

Agora mesmo, foram denunciados aqueles que provocaram o Riocentro. O Riocentro é uma história nebulosa já na reta final da ditadura. Em 1982, se não me engano, houve um grande festival de música em um espaço gigantesco no Rio, chamado Riocentro, quando oficiais do Exército decidiram fazer uma sabotagem, causar uma tragédia, porque a ideia era matar centenas de pessoas que estavam ali, aliás, estavam ali milhares de pessoas. Esses militares, então, terminaram... A bomba explodiu no colo deles. Na época, a ditadura falou que não tinha nada, que tinha sido um acidente, mas agora as investigações identificaram os responsáveis por essa tentativa absurda de perpetuar a ditadura. A ideia era provocar essa matança e creditar às organizações de esquerda, que estavam completamente esfaceladas e fora de qualquer ação contra a ditadura.

Portanto, é importante sim que a gente continue insistindo para que a democracia no Brasil não apenas não corra risco, mas que a gente possa acelerar um pouco mais esses avanços.

O SR. EVANDRO FONSECA PARANAGUÁ – Senador, se me permite... Evandro Paranaguá novamente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pois não.

O SR. EVANDRO FONSECA PARANAGUÁ – Esse episódio a que o senhor se referiu ocorreu precisamente no dia 1º de maio de 1981. Eu lembraria que, naquela oportunidade, um coronel da reserva, já então na reserva, que, no primeiro momento, foi a favor do golpe e posteriormente, com os rumos que o golpe tomou e que ele suponha que seria uma revolução democrática, tornou-se um dissidente notório: Coronel Dickson Grael. Ele escreveu um livro, cujo título esqueço, editado pela Editora Vozes, de Petrópolis, no qual ele relata episódios muito interessantes sobre o Riocentro, até porque, ele, uma vez passando para a reserva, trabalhava na condição de civil, como chefe da segurança do Riocentro. Foi demitido, *manu militari* e compulsoriamente afastado da segurança poucos dias, menos de uma semana antes da data do atentado. Esse livro talvez possa trazer subsídios de qualquer forma, porque está tudo inserido nesse mesmo contexto.

Era isso que eu queria dizer. Obrigado.

O SR. MOACYR DE OLIVEIRA FILHO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Peço que você se identifique por causa da gravação.

O SR. MOACYR DE OLIVEIRA FILHO – Moacyr Oliveira Filho, jornalista, assessor da Liderança do PSB no Senado e membro da Comissão da Verdade do Sindicato.

Só para retomar um pouco a questão central desta audiência pública, o que foi a identificação de locais de tortura dentro dos prédios dos Ministérios do Exército e da Marinha, que, na verdade, negam a tese defendida pelas Forças Armadas de que a tortura era um acidente, era uma coisa que fugia da cadeira de comando. Eu queria só lembrar, e o senhor foi participante disso, que, na visita que esta Comissão da Verdade fez às instalação do DOI-Codi e em uma segunda visita que a Comissão Nacional da Verdade fez, duas pessoas diferentes relataram a provável existência de um túnel que ligaria o DOI-Codi a um quartel do Exército. Essa é uma lenda, isso é tido como lenda, mas existe uma suspeita muito grande de que havia uma passagem secreta entre o DOI-Codi de São Paulo e um quartel do Exército que fica a 200 metros, ali na Rua Abílio Soares.

Na visita que nós fizemos – eu acompanhei a Comissão do Senado e a Comissão da Verdade –, dois funcionários dos órgãos de segurança de São Paulo, que trabalham lá naquele espaço, levantaram, indicaram a existência, a possível existência desse túnel, o que é mais uma comprovação – se isso realmente ocorrer, se for comprovado –, é mais um indício dessa ligação direta do comando.

Eu queria lembrar que, agora, se conseguiu uma grande vitória, que foi o tombamento do DOI-Codi. O Codefat de São Paulo... Fruto, inclusive, da visita da Comissão da Verdade nacional, da visita da Comissão da Verdade do Senado, da visita da Comissão da Verdade estadual, agora há um mês, foi aprovado, por unanimidade, o tombamento de todo aquele conjunto arquitetônico, que o senhor visitou, do DOI-Codi de São Paulo.

A partir desse tombamento, essa suspeita pode ser mais bem investigada. Eu acho que, se se comprovar a existência desse túnel, será mais um elemento que reforça a tese de que a tortura era uma política de Estado no Brasil.

O SR. ARMANDO ROLLEMBERG – Senador, eu gostaria de fazer apenas uma última observação sobre a relevância, também, dos depoimentos que estão, agora, comprovando as circunstâncias da morte do Deputado Rubens Paiva, que também sempre foi negada. Agora, transparecem, com bastante clareza, as responsabilidades daquele momento que afetou profundamente o Parlamento brasileiro à época.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu gostaria, para encerrar, de fazer um comentário sobre o plaqueamento dos locais de tortura.

Eu acho que nós vamos ou fazer uma recomendação nesse sentido, oficializar, ou, talvez, um projeto de lei. Eu acho que nós vamos discutir a possibilidade de apresentar um projeto de lei no sentido de plaquear os locais onde foram praticadas torturas contra brasileiros e brasileiras.

Eu, atendendo à solicitação, passo a palavra à jornalista Sônia.

A SRª SÔNIA MARIA DUNSHEE DE ABRANCHES CARNEIRO – Bom, eu queria marcar uma posição aqui. Eu acho que o trabalho da Comissão, dessa nossa Comissão dos Jornalistas, não devia se encerrar. Ela devia encerrar essa etapa e continuar pesquisando. Existem, ainda, muitos casos em que nós não conseguimos ouvir as pessoas. Algumas já faleceram, mas existem outras, ainda, que resistem em dar o depoimento, ou então não querem falar de coisa que mexe e tudo.

Então, eu acho que a gente devia reiniciar e partir para uma segunda etapa para o futuro.

Eu acho que também, na OAB, parece que estão querendo fazer esse tipo de não encerrar as coisas com um relatório: vamos enviar tudo para a Comissão da Verdade e parece que, aí, tudo vai acabar.

Não acabou. Todo mundo sabe que a história continua e a cada dia mais aparecem fatos e verdades que a gente precisa conhecer, precisa investigar, de que precisa tomar conhecimento e dar o conhecimento do real fato que aconteceu.

Então, eu acho que a nossa missão foi um primeiro passo, quer dizer, com a nossa união, porque foi importante nós, lá no sindicato, nos reunirmos. Partiremos, agora, quem sabe, para uma segunda etapa, para continuar vendo.

Uma coisa que eu queria destacar é o caso do Honestino Guimarães, da morte do Honestino Guimarães, da UnB, do assassinato. Muitos depoimentos, no sindicato, foram de jornalistas que começaram, inclusive, a vida profissional na UnB e assistiram ao processo do Honestino, à morte. Então, recebemos muitos depoimentos citando o caso do Honestino. Isso ficou... Não é bem do nosso... É uma coisa que ficou ali e que acho que poderia vir à tona ainda, com mais... mais para frente.

Então, é isso. Fiquei muito entusiasmada com o trabalho da nossa Comissão e com os trabalhos da Comissão da Verdade Nacional, com a Comissão da Verdade nos Estados, em vários setores. Foi uma supermobilização.

Acho importante ressaltar isso. Acho que vai ser uma recuperação da nossa memória, da nossa história, muito importante.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado, Sônia.

O SR. VINÍCIUS EHLERS – Meu nome é Vinícius Ehlers, sou Assessor da CDH, mas gostaria de fazer um registro e de saudar a colaboração da companheira, que cita o caso do Honestino, até pela luta muita intensa da família.

Mesmo para quem acha que a nossa geração, dos mais jovens, muitas vezes esqueceu ou não sabe o que foi que aconteceu, um exemplo é Mateus Guimarães, sobrinho de Honestino, que hoje ainda mantém a memória da avó e a luta de D. Rosa pela memória do Honestino e que vem buscando, cada dia mais, alguma colaboração que possa levar ao paradeiro do corpo ou ao local onde pode ter sido jogado Honestino, ao que pode ter acontecido aos restos mortais desse grande militante, pela relevância da história dele.

Mas, especialmente, acho que é importante ressaltar aqui a importância também dessa colaboração dos próprios militares. Há militares que, infelizmente, sofrem, muitas vezes, também pelas memórias que devem lhes aturdir a memória. Acho importante a gente lembrar essas pessoas que passaram por esse processo, muitas vezes sob ordens e com medo também, não é? Alguns deles passaram também, de forma, infelizmente, comandada e pressionada, sob certas ordens a cumprir nesses processos. Eles levam consigo essas memórias. Que eles possam fazer colaborações, ainda que anônimas, em casos como o de Honestino! Então, que essas pessoas tenham essa sensibilidade.

O Mateus é um companheiro nosso. A gente participou com ele, no final do ano passado, de uma atividade aqui, na Praça dos Três Poderes. Ele realizou um ato público, lançando a campanha Trilhas de Honestino, em que, junto à família, solicita esse apoio, para ampliar essa campanha, aos militares já reformados, que estejam fora de atividade, mas que possam ter alguma noção de onde foi parar o corpo desse companheiro.

Também quero ressaltar que ontem foi citado que a Comissão Municipal de São Paulo, na verdade, levantou e recebeu um depoimento muito forte de um coronel, um desses militares que, por consciência cidadã, trouxe informações e que, inclusive, registrou, na Comissão da Verdade, este fato, de que já se tinha noção – isto foi registrado por esse coronel –, de representantes da Fiesp terem levado milhões de dólares ao General Kruel, para realizar esse golpe.

Aí acho que há outro aspecto importante para avaliarmos: é para vocês, que vivenciaram esse processo, poderem também vir ao encontro dessa juventude, para continuarmos esse diálogo e podermos avaliar.

Foi em amor à Nação que esses grupos de militares deram esse golpe? Foi em amor ao Brasil que eles venderam o País para esses norte-americanos? Que vantagens isso trouxe ao País? Acho que a gente teve aí 20 anos de retrocesso em vários aspectos, especialmente nos direitos humanos, mas também em questões financeiras, em questões econômicas. E a gente vai ver que isso só é resgatado de fato, quando gestões populares e realmente democrática chegam ao poder, para poder mudar a realidade econômica do País, inclusive.

Então, acho que vale essa reflexão de vocês de não nos deixarem esquecer, mas que as nossas novas gerações possam também ter a consciência da importância dessa luta para um outro país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Nesses encaminhamentos que vamos dar aqui, na Comissão, de aprovar esses dois requerimentos, acho que é muito importante que nos certifiquemos da existência de locais de tortura na Esplanada dos Ministérios.

Acho que esse é... É o que está mais próximo do poder.

Então, vamos promover mais uma audiência pública. Já fizemos a audiência pública, inclusive, com os militares punidos pelo golpe, que é o setor social que mais sofreu punição. São mais de sete mil militares punidos pela ditadura desde o golpe até... (*Pausa.*)

Foram extremamente perseguidos e punidos. Portanto, eu queria finalizar agradecendo ao sindicato jornalista e também a nossos convidados que atenderam o nosso convite. Concordo plenamente em que o sindicato precisa continuar pesquisando a memória desses acontecimentos do período da ditadura e trazer para o presente.

Nada mais tendo a tratar, dou por encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA – CDHMVJ, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia quatorze de abril de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor **Senador João Capiberibe**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMVJ, com a presença do Senhor Senador **João Capiberibe**. É registrada a presença da Deputada Federal Janete Capiberibe. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento nº 9, de 2014-CDH aprovado em 26/02/2014, de iniciativa do Senador João Capiberibe, para *"Apurar e esclarecer a participação e as ações ilegais efetuadas por representantes da polícia política brasileira durante o golpe militar que depôs o Presidente chileno Salvador Allende, bem como identificar os policiais que clandestinamente estiveram no Estádio Nacional, local esportivo que foi transformado em campo de concentração de prisioneiros políticos"*. O Senhor Presidente anuncia que a Audiência Pública se realizará em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por meio do Portal e-Cidadania – link: http://bit.ly/CDHChile73 e através do número 080061-2211. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e apresenta os senhores convidados, solicitando que tomem lugar à mesa. Dando prosseguimento aos debates, o Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, nessa ordem: Tomás Togni Tarquínio, ex-preso político; Ubiramar Peixoto de Oliveira, ex-preso político; Nielsen de Paula Pires, ex-preso político, Professor Universitário da Universidade de Brasília – UnB e Vice-reitor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila; Vitório Sorotiuk, ex-preso político e advogado e Otto Brockes, ex-preso político e Médico. O Senhor Presidente lê mensagem e exibe vídeo com

depoimento do Senhor Osni Geraldo Gomes, brasileiro, torturado por servidores públicos brasileiros (militares) no Chile. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Dirceu Luiz Messias; Deputada Federal Janete Capiberibe; Vicente Faleiros; Paloma Bianca; Sara Almarza, Professora da UnB; Sílvia Whitaker, assessora da Comissão Nacional da Verdade; e André Sabóia, da Comissão Nacional da Verdade. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: apresentar requerimento ao Plenário do Senado Federal, pedindo informação ao governo chileno, sobre qual a razão de o brasileiro Dirceu Luiz Messias, ao desembarcar em aeroporto chileno, no dia 11 de setembro de 2013, constar em uma lista da aduana como "suspeito político". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e dezenove minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **João Capiberibe,** Presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 9-CDH, de 2014, aprovado em 26 de dezembro de 2014, de minha iniciativa, para "apurar e esclarecer a participação e as ações ilegais efetuadas por representantes da polícia política brasileira durante o golpe militar que depôs o Presidente chileno Salvador Allende, bem como identificar os policiais que clandestinamente estiveram no Estádio Nacional, local esportivo que foi transformado em campo de concentração de prisioneiros políticos".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo pelo Portal e-Cidadania – o *link* está aí na tela – e pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Eu agradeço, antes de mais nada, aos nossos convidados que aceitaram participar desta audiência pública e que passam, em seguida, a compor esta Mesa.

A composição desta Mesa é feita por brasileiros, alguns dos quais, além de terem sido presos e torturados no Brasil, também foram presos e torturados no Estádio Nacional do Chile. A ideia é revelar à sociedade brasileira esses fatos pouco conhecidos. Tivemos um longo período de silêncio, mesmo depois da retomada da Constituição democrática no nosso País. Tivemos um longo período de silêncio, uma espécie de censura velada, sem que fatos importantes ocorridos ao longo do período das ditaduras latino-americanas pudessem ser revelados à sociedade brasileira. Então, a expectativa nossa é de que, cada vez mais, a sociedade brasileira tome conhecimento e possa manifestar-se com clareza em relação à necessidade da readequação da Lei de Anistia – trazer a Lei de Anistia ao nosso tempo.

Eu gostaria de começar convidando...

Antes disso, eu gostaria de destacar a presença da Deputada Federal Janete Capiberibe, minha companheira de vida e de luta, companheira nossa do Chile também, naqueles momentos de grande dificuldade que vivemos no Chile. Nós não estivemos no Estádio Nacional, assim como o Vicente Faleiros, que está aqui conosco e que não esteve no Estádio Nacional; o Vicente foi preso num navio; passou vários meses preso no navio Lebu, em Valparaíso, no Chile.

Eu vou convidar as pessoas que vão prestar depoimento a compor a Mesa.

Eu tenho a honra de convidar Tomás Togni Tarqüinio, ex-preso político e também preso no Estádio Nacional, no Chile. Seja bem-vindo, Tomás. Obrigado por atender ao nosso convite.

Convido Ubiramar Peixoto de Oliveira, também preso político e preso no Estádio Nacional de Santiago. Obrigado por ter vindo.

Convido Nielsen de Paula Pires, ex-preso político, professor da UnB (Universidade de Brasília) e atual Vice-Reitor da Universidade Federal de Integração Latino-Americana. Seja bem-vindo.

Convido Vitório Sorotiuk, ex-preso político e advogado.

Convido, para compor esta Mesa, o médico Otto Brockes, ex-preso político que tem uma longa história, andou pelo mundo, por vários continentes. Hoje, vamos ter uma manhã muito interessante, do ponto de vista da história, não só em relação ao passado, mas ao presente e ao futuro do nosso País. Os fatos que vamos revelar aqui são desconhecidos da sociedade brasileira.

Recebemos alguns depoimentos em vídeo. Um depoimento do Osni Geraldo Gomes Mauro, que em algum momento nós vamos apresentar.

Começaremos a nossa audiência de hoje ouvindo o ex-preso político Tomás Tarqüinio.

O SR. TOMÁS TOGNI TARQÜINIO – Senador Capiberibe, Presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos do Senado; Deputada Janete, demais Senadores e Deputados, membros da Mesa, é bastante oportuna esta audiência pública, porque finalmente é necessário registrar um evento, digamos, negro e bastante excepcional, que é o fato de um número de exilados políticos, prisioneiros de um país, serem interrogados pela polícia de outro país. E é bastante importante que isso fique registrado definitivamente.

Eu gostaria de dizer que – vou ser bastante breve, vou só levantar alguns números – o Chile era uma terra de asilo. O Chile era o último reduto da democracia na América Latina no começo dos anos 70.

A política americana, num quadro de guerra fria dos Estados Unidos, preocupada com as correntes de esquerda e progressistas que, dia a dia ganhavam corpo e terreno nos espaços políticos nacionais com a ameaça da revolução cubana, decidiu, com as elites locais conservadoras, frear esse processo. E esse processo foi assim freado durante duas décadas.

Em pleno período de guerra fria, diante ainda da guerra do Vietnã, boa parte do continente latino-americano – incluindo aí os países da América Central e da América do Sul – a maior parte desses países conheceram regime de exceção, onde foram suspensas todas as garantias e as liberdades individuais. E o que ocorreu, evidentemente, foi uma fuga da maior parte desses militantes de esquerda, que correram em direção ao Chile.

E, ali, nós podemos dizer que eles vieram de todos os cantos. Desceram pela Pan-Americana, vindo desde a América Central, vieram do Cone Sul. E, finalmente, o Chile recebeu um número bastante importante de exilados políticos. Nós não podemos nos esquecer de dizer também que era o país que tinha a maior tradição democrática na América Latina, uma democracia que tinha mais de um século de existência.

Eu já vou passar diretamente para a questão do Estádio Nacional. Quando veio o golpe, e mesmo antes do golpe, já havia uma campanha bastante grande, por todos os meios de imprensa de direita, contra a presença de estrangeiros no Chile. No dia 11 de setembro, uma das primeiras medidas da junta militar foi conclamar a população a delatar os estrangeiros que estavam vivendo no Chile.

Dessa maneira, eles começaram a prender todo mundo que tinha alguma conotação de estrangeiro, que falasse qualquer idioma ou tivesse alguma cor. Por exemplo, os negros, no Chile, não existiam. E começaram a prender todos os negros que encontravam pela frente, assim como os asiáticos.

Mas o exemplo mais acabado disso é que, finalmente, no Estádio Nacional, para onde levaram de 7 a 12 mil pessoas que foram presas, quase 8% eram estrangeiros. Desse total, de quase 800 estrangeiros, 50% eram bolivianos, uruguaios, brasileiros, e 80 argentinos, mais ou menos – argentinos, 80; brasileiros, 103; uruguaios, 154; e bolivianos, 163. E mais 39 nacionalidades foram confinadas nesse campo de concentração, o primeiro campo de concentração criado em larga escala na América Latina.

O registro de campo de concentração na América Latina anterior, de meu conhecimento, foi feito no Amapá, em 1924, pelo governo do Artur Bernardes, que confinou ali, ao lado do Oiapoque, mais de 1.400 pessoas que foram presas tanto na Coluna Prestes e Miguel Costa, quanto anarquistas, sindicalistas e tenentistas, e também prisioneiros comuns que foram levados para o Oiapoque e que merecem um registro algum dia nesta Comissão.

E, desses 1.400 que foram prisioneiros naquela região da Amazônia, apenas metade retornou aos seus lares, porque morreram de inanição, de malária, de infecções as mais diversas. Então, o segundo grande campo de concentração, digamos assim, foi o Estádio Nacional.

Agora, o mais interessante dessa história, e o mais trágico, foi que os nossos ditadores fizeram uma primeira cooperação internacional em termos de tortura e de repressão. Das 39 pessoas pertencentes a 39 países distintos, apenas o Brasil, com a ditadura brasileira, teve o papel de enviar policiais brasileiros para interrogar e torturar os chilenos, ensinando-lhes esse tipo de prática.

Inclusive, se alguém ainda tem dúvidas a esse respeito, basta assistir ao documentário da diretora chilena Carmen Luz Parot, intitulado Estádio Nacional, de 2002, em que ela revela que os verdugos chilenos receberam a assessoria de militares brasileiros. E essa assessoria não foi apenas para ensinar como se torturava; eles também levaram equipamentos elétricos, um deles, que eu não sei como se chama – como se chama aquele equipamento? –, com um magneto. Porque os chilenos não dispunham desse tipo de equipamento adaptado para torturar pessoas.

Um dos prisioneiros que lá estava, o Luiz Carlos Guimarães, identificou pelo menos um dos cinco brasileiros que lá estiveram, que o havia torturado no Rio de Janeiro, pertencia ao Cenimar (Centro de Inteligência da Marinha), era conhecido como Dr. Mike e parece que, segundo o Ubirajara, se chamava Alfredo Poeck. É necessário verificar.

Agora, vamos ao meu caso específico. Eu também fui interrogado e esbofeteado por esses policiais brasileiros, assim como vários outros. Era muito curioso, porque o tipo de interrogatório tentava fazer um jogo de

dissimulação absolutamente desnecessário, uma vez que não conseguia mascarar a evidência de que eles eram brasileiros. Eu me encontrava em uma sala, sentado em uma cadeira. Diante de mim, um policial chileno. Atrás dele, cinco policiais brasileiros. Eles chegavam, endereçavam ao policial chileno um papel com a pergunta. O policial chileno fazia a pergunta em espanhol, e nós respondíamos. Em certo momento, um deles se impacientou com as minhas respostas, até porque eu não sabia o que ele queria, me agrediu e disse um impropério que não se falava em espanhol. Era um tipo de impropério tipicamente brasileiro.

Eles tinham alguma informação sobre a minha pessoa. O que eles gostariam de saber era sobre uma associação de exilados que existia no Chile e que auxiliava todos os que chegavam do Brasil, orientando para obter papéis, casa, moradia, trabalho, dinheiro, local para morar, etc. Eles estavam relativamente bem informados. O que eles queriam saber de mim, na verdade, já tinham todas aquelas informações.

O que eu gostaria de salientar é que nenhum representante de outros países teve esse tipo de atitude no Estádio Nacional, de enviar seus próprios policiais para interrogar seus nacionais ali dentro. Ao contrário.

Por exemplo, há que se destacar o papel do embaixador uruguaio. Apesar de o Uruguai ter vivido uma ditadura feroz, esse embaixador uruguaio esteve o tempo todo acompanhando o que acontecia com os prisioneiros políticos uruguaios. Completamente diferente do embaixador brasileiro no Chile, à época, denominado Câmara Canto, que foi incapaz, inclusive, de acolher os filhos menores da Tereza Rabelo e de José Maria Rabelo. Tereza insistia com ele pedindo um salvo-conduto, para que as crianças menores voltassem ao Brasil, e esse indivíduo de triste memória recusou-se a dar esse salvo-conduto. Quer dizer, uma atitude diferente do que fazia o embaixador do Uruguai e de outros países.

Para terminar, quero só dizer que temos ainda de identificar o nome dessas pessoas que estiveram lá.

Eu passo adiante a palavra para outras pessoas que têm mais o que falar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado ao Tomás pelo seu depoimento.

Eu não expliquei o procedimento aqui. Nós vamos ouvir os depoimentos dos convidados. A preferência é dos Senadores. Na medida em que chegarem alguns Senadores, certamente vão pedir a palavra, e eles têm preferência. Nós vamos ouvir os convidados e, logo em seguida, ouviremos algumas pessoas que queiram manifestar-se, e nós vamos ter o prazer de ouvi-las.

Esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Esse fato da prisão de brasileiros no Chile e a tortura realizada por representantes da repressão brasileira lá, no Estádio Nacional, são de pouco conhecimento do povo brasileiro. Então, esses depoimentos aqui são importantíssimos. Nós vamos encaminhá-los à Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça, para que sejam integrados ao relatório final. É fundamental que façamos um entendimento com a história do nosso País. Não dá mais para empurrar tudo para debaixo do tapete, como foi feito até agora.

Mesmo as Forças Armadas acabam de tomar uma decisão que eu considero importante, que é de nomear uma comissão de sindicância para averiguar, para investigar a tortura praticada nos locais das Forças Armadas. Nós sabemos, a sociedade brasileira sabe, mas é fundamental que haja esse reconhecimento do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, para que possamos instalar dentro das Forças Armadas a Comissão da Verdade, para que as nossas Forças Armadas prestem satisfação à sociedade brasileira.

Dando sequência – estamos recebendo alguns comentários das pessoas que acompanham esta audiência pública –, vamos, então, ouvir o depoimento do Sr. Ubiramar Peixoto de Oliveira.

O SR. UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA – Companheiro, Senador João Capiberibe, a quem conheci no apartamento da Calle San Diego nº 42, o lugar no Chile que mais recebeu, de forma solidária, os companheiros exilados que ali chegaram, o apartamento de Jorge Michel, Joaquim Tomás Jaime e Moacir, quando o companheiro Capiberibe vivia, se não me engano, em Talca.

Companheiros da Mesa Otto Brockes, Vitório, Tomás Tarqüinio, Nielsen de Paula Pires, companheiros de via-crúcis e de luta, companheiros e companheiras, Deputada Janete Capiberibe, é dificílimo rememorar os ásperos tempos, tanto mais quando se trata de remover escombros que ocultam feridas não cicatrizadas, depositárias de dores latentes imensuráveis. Daí porque a emoção nos empolga de maneira arrebatadora, pois falar da presença ativa dos agentes da repressão além-fronteira é o mesmo que falar das mãos assassinas dos militares e civis que, a serviço das causas antinacionais e de mãos dadas com o imperialismo norte-americano, mergulharam o Brasil na longa noite dos 21 anos de chumbo, no lúgubre interregno das facas amoladas.

Feita a breve introdução, impõem-se as reverências aos companheiros que, na condição de vítimas, melhor traduzem o tétrico elastério da ação dos torturadores além dos limites da fronteira pátria. Refiro-me à meiga, corajosa e destemida Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a nossa querida Dora, bem como o nosso querido Frei Tito de Alencar, que, torturados e seviciados no solo pátrio, carregaram pelo mundo afora a marca da

perseguição implacável, consubstanciada na morbidez permanente inoculada nas suas almas pelos covardes e asquerosos monstros que povoaram as masmorras da ditadura.

Em nome dos dois amados companheiros, estendemos nossa homenagem a todos aqueles que, aqui e alhures, tombaram ou foram objeto da barbárie que se abateu sobre o povo brasileiro, no vão intento de conter o retorno do País ao leito da democracia com a inexorável projeção do porvir de liberdade, de paz, de dignidade rumo à sociedade de justiça social que todos preconizamos e pela qual lutamos.

Quando recebemos o convite, ou melhor, a convocação para aqui cumprir o nosso dever de dar a nossa contribuição para ajudar a identificar os torturadores brasileiros trasladados ao Chile do malsinado Augusto Pinochet para, no Estádio Nacional, convertido em campo de concentração, tomar depoimentos de brasileiros e transferir *know how* de tortura para os fascistas chilenos, entendemos como apenas um mote, porquanto a insolência, a autopermissibilidade dos agentes da ditadura brasileira no Chile, ocorreu muito antes, durante e após o golpe, com inúmeras ações policialescas praticadas sob a cobertura da Embaixada e do Consulado brasileiro em Santiago. Este último sequer disfarçava sua condição de covil ou antro de facínoras e torturadores a serviço da ditadura, num claro desrespeito ao governo constitucional da unidade popular capitaneada pelo companheiro Salvador Allende. Trataremos de algumas dessas ações mais adiante.

A singularidade da presença dos brasileiros no Estádio Nacional está no fato de que a presença dos torturadores, então, era o ingresso da ditadura pinochetista no rol daqueles países que, como o Brasil, a Argentina e o Uruguai, eram a base já existente da Operação Condor.

O chefe da equipe de torturadores que no Chile foram tomar depoimentos de brasileiros e transformar *know how* acerca da lúgubre ciência mórbida da tortura dispensa identificação por se tratar do notório e contumaz Capitão de Mar e Guerra, o famigerado Alfredo Poeck, o qual segundo Tomás Tarqüínio, também seria um nome falso. Então, é difícil, mas, com esforço, quem sabe, com o cruzamento de informações, conseguiremos fazer o ajuste de contas com essas pessoas monstruosas. Tinha sob seu comando quatro outros assessores, como chefe de equipe composta de três torturadores, sendo três deles de cor parda e de porte físico não avantajado, e o outro um mulato, gordo, alto, de porte atlético, de caminhar com ginga, o qual associei, pela aparência, ao ex-jogador de futebol, o Barbosa, goleiro da Seleção Brasileira de 50. Só na aparência, viu?

A sala de tortura improvisada, com cinco ou seis soldadores elétricos incandescentes bem distribuídos na relativamente grande sala, uma maca de tábua, de madeira, parecendo um andaime, inclinada, contendo a famosa "Maricota" para choques elétricos e uma mesa com duas cadeiras: uma para o Poeck, e outra para o interrogado.

O meu interrogatório foi relativamente breve, embora parecesse uma eternidade. Perguntou-me onde eu caíra preso, ao que lhe respondi de chofre: "Na residência do João de Oliveira". E, na sequência da minha resposta, instantaneamente ele me exibiu a fotografia em preto e branco do saudoso Ivan Leivas Otero Ribeiro, o Ivanzinho, ou seja, sabiam de tudo. Saudoso Ivan Ribeiro, que pereceu no desastre aéreo juntamente com o nosso querido Marcos Freire.

A casa de Ivan Ribeiro... Eu e Carol Stalin Pires Leal fomos presos no dia 12 de setembro à noite. Nós nos deslocamos para a casa do Ivan Ribeiro porque, primeiro, fomos para Corfu, porque tínhamos orientação do PCB, do meu Partido, para que nos deslocássemos, porque já partiríamos para o lugar onde teríamos armas para resistir ao golpe. Seria mais uma vez a velha história que se repetia, das armas que nunca chegam, a não ser as coronhadas dos fuzis nas nossas próprias costas.

Quando... A tortura minha consistiu numa tortura psicológica. Fui apenas esbofeteado duas vezes enquanto um dos torturadores, com as mãos pegas no cabo de um soldador elétrico, simulava: parecia que vinha me queimar. Quando Alfredo Poeck, no jogo típico dos torturadores, disse: "Não, esse nós vamos deixar inteirinho, porque ele vai virar presunto no Brasil", em breve.

Ali entendi que nada disso iria acontecer, por uma razão muito simples: é que a nossa prisão, não só a minha como a de outros mais, dos outros 70 brasileiros que estavam no Estádio, já era pública, notória, de conhecimento da Cruz Vermelha internacional, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e, sobretudo, porque, inclusive no meu caso, já aceito como exilado na Suécia pelo heroico Embaixador sueco, a quem rendo minhas homenagens, Harald Edelstam, que salvou inúmeras vidas. Depois da derrota francesa e americana, quando beijaram o pó da derrota na Argélia e no Vietnã, no Dien Bien Phu, de Ho Chi Minh. Salvou inúmeras vidas. E, no Chile, também heroicamente, além de cumprir sua responsabilidade diplomática com o embaixador sueco, assumira a Embaixada de Cuba, correndo sérios riscos de vida, razão pela qual teve de abandonar o Chile às pressas para não morrer assassinado pela ditadura pinochetista.

O companheiro já repetiu, bisando o que disse Tomás Tarquínio: Luiz Carlos Guimarães, cujo codinome era, no Estádio, Luis Paulo, que mal falava o portunhol, pois havia chegado recentemente ao Chile, foi chamado para prestar o seu depoimento. E, ao adentrar à sala de tortura, Alfredo Poeck lhe disse, em alto e bom som:

"Muito prazer, Luiz Carlos Guimarães. Prazer em revê-lo", pois o torturara nas masmorras do Rio de Janeiro dois ou três meses antes e voltava a fazê-lo no Chile.

Já o companheiro Antônio José de Barros, que vivia no Chile, país ao qual chegara não como militante político, mas como cidadão comum que buscava outras plagas para viver, também foi bárbara e impiedosamente torturado. Talvez mais do que os outros, por uma razão simples: pelo fato de ser inédito. Então, seguramente, os torturadores pensavam: "Que monstro e que terrorista é esse?", para obter informações de quem não detinha nenhum tipo de informação a prestar, ainda que sob o peso de tortura, caso fosse o caso de arrancá-la.

Outro companheiro, cujo nome eu havia esquecido, o Osni Geraldo Gomes Mauro, também passou pela tortura bárbara e, pouco depois, assistimos à prática da tortura no chileno que foi vítima coestreante daquele absurdo. Refiro-me ao companheiro Luis Alberto Corvalán Castilho, Luisito, filho do lendário dirigente comunista Luis Corvalán que, naquele momento, padecia das angústias e dos atropelos na inóspita Ilha de Gauss.

Vou falar aqui agora um pouco – o tempo já está curto, e devo deixar espaço temporal para os demais companheiros – do Consulado brasileiro no Chile, antro e covil de torturadores. Era difícil distinguir. A embaixada talvez passasse uma mensagem mais legalista, mas o consulado não disfarçava, não conseguia: era antro de torturadores. Certa feita, Otto Brockes, eu, Júlio, engenheiro florestal do Paraná, Roberto e o Félix corremos atrás, em uma ação típica de legítima defesa, de um dos torturadores, agentes da ditadura que trabalhava no consulado brasileiro, fazendo campana na porta, nas cercanias da pensão da Adriana, a pensão da "Mite" Malongo, que abrigou inúmeros exilados, entre eles: Márcio Moreira Alves, também os três companheiros que foram trazidos para o Brasil pelo famigerado Cabo Anselmo para serem mortos em Pernambuco.

Nós corremos atrás dessa pessoa e, por sorte – sorte –, não a pegamos, porque seria muito difícil exercer moderadamente a legítima defesa, porque era grande a ira provocada pelos atropelos, pelas mortes, pelos assassinatos, lá fora, de brasileiros e outros companheiros.

Mas, depois disso, eu, matriculado na Universidade do Chile, na Escola de Sociologia, Instituto Pedagógico, na Avenida Macul, chegou-me a documentação por Sedex que, meu pai, com muito sacrifício, me mandou. Eu teria de passar pelo consulado para carimbar e legalizar a tal documentação. Para minha surpresa, eu tive medo, dentro do Chile, da Unidade Popular, porque, quando cheguei ao consulado, seguramente me viram pelo olhômetro, pela porta – e não subi imediatamente. Fiquei aguardando, não tomei um chá de cadeira porque estava em pé, mas era uma espera para que preparassem o ambiente e o convertesse em uma aparente sala de tortura. Percebi isso claramente.

Quando subi, não foi outra: duas personagens que sempre faziam campanha na Mite Malongo estavam postados, cinicamente, dizendo: "Chegou sua hora". Dentro do consulado brasileiro. Eu cheguei, me aproximei do balcão, falei com um funcionário alto, loiro e de modos afeminados, sem nenhum preconceito, porque isso não me move. Digo afeminado porque era seu tipo e até serve como identificação. Loiro, alto. Seguramente ou possivelmente um funcionário de carreira. Não sei. Era difícil saber quem era funcionário de carreira ou se tinha algum funcionário de carreira ali ou só policiais. Ao me aproximar, quando passei os documentos, ele, cinicamente, virou e falou para mim: "O que você veio fazer aqui? Estudar neste país, se nós temos universidades que somente se comparam com Berkeley ou Harvard? Foi nessa hora em que reacionei e assumi minha postura de fibra e vigor revolucionário. Eu me recuperei e disse: "Não, é porque meu pai tem algum dinheirinho e está cansado de ver a gente passando em vestibular lá, e a escola não tem vaga, e me mandou estudar no Chile, porque aqui tem vaga".

Evidentemente, tremeu, a coisa começou a mudar, porque passei para a ofensiva, e esse indivíduo um dia, coincidentemente, morava na alameda abaixo da General Velásquez, e tomava um ônibus que passava pela Avenida Equador, em frente à universidade técnica do Estado. Eu o divisei dentro do mesmo ônibus, cavalguei por cima das pessoas, para pegá-lo. Ele saiu correndo e entrou no táxi. Sorte dele ou minha, mas era para pegar mesmo.

Bem, companheiros, então, hoje, não vou me prolongar, para deixar mais os companheiros fazerem suas intervenções, mas quero deixar claro aqui o nosso compromisso de seguir nessa cruzada, para que não haja, como dizem os chilenos, *borrón y cuenta nueva*, mas que se restabeleça a paz neste País, e a única condição é a de que os desaparecidos apareçam ou que sejam pelo menos identificados seus assassinos, para que as famílias os sepultem dignamente.

Até a vitória sempre, companheiros. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muitíssimo obrigado.

Um depoimento emocionante, forte, que nos presta um ex-preso político, um ex-preso do Estádio Nacional.

Queria aqui também destacar a presença do nosso companheiro Michel, que também esteve no Chile conosco, mas que viveu um pouco essas experiências que estão sendo relatadas aqui.

Eu recebi uma mensagem de Carlos Fayal. Ele diz a todos nós, aqui, da Mesa:

Sobrevivi ao golpe militar imperialista que assassinou Allende e massacrou a tentativa das forças socialistas, comunistas e progressistas de fazer uma revolução social dentro da Constituição e da lei.

Parabéns pela iniciativa voltada para o pleno restabelecimento da verdade histórica, o que enriquece a reflexão sobre a constituição de um Brasil livre, justo e digno. Carlos Fayal.

Dando sequência... Eu me esqueci de estabelecer o tempo, mas acho que há uma compreensão disso. Há uma campainha que toca forte, mas ainda há mais uma prorrogação.

Dando sequência, vamos ouvir o Professor Nielsen de Paula Pires, que é professor da UnB e também preso no Estádio Nacional do Chile, após o golpe de Salvador Allende.

Então, com a palavra, Nielsen de Paula Pires.

O SR. NIELSEN DE PAULA PIRES – Sr. Presidente, Senador Capiberibe, demais companheiros da Mesa, em primeiro lugar, eu queria registrar uma mensagem enviada pela companheira Anatailde de Paula Crêspo, mulher prisioneira no Estádio Nacional, que foi convidada a participar desta reunião, mas que, infelizmente, por problemas de saúde, não pôde comparecer.

Ela enviou uma carta, e eu gostaria de ler um resumo do que ela manifesta aqui, só para registrar a presença da mulher prisioneira no Estádio Nacional. Éramos 50 a 55 homens e, mais ou menos, 10 a 15 mulheres que estavam presas no Estádio Nacional.

Prezado Sr. Augustino e prezado companheiro Nielsen, não poderei infelizmente participar da audiência pública que ouvirá amanhã testemunhos de ex-presos e ex-presas, brasileiros e brasileiras, no Chile, após o golpe militar que assaltou o governo legítimo do querido Presidente Salvador Allende.

Por esse meio, desejo agradecer a lembrança do meu nome ao Assessor da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Sr. Augustino, por estender-me o honroso convite para lá estar amanhã e, ao mesmo tempo, justificar essa involuntária ausência, que, conforme expliquei por telefone, deve-se a problemas de saúde decorrentes de [...].

Minhas felicitações ao Senador João Capiberibe pela iniciativa, e, se possível, transmitam-lhe minha frustração por não poder comparecer à audiência.

Grande abraço para vocês e, mais do que votos, a certeza de uma memorável audiência.

Abraços para ambos e todos os membros da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Anatailde de Paula Crêspo [que é filha de Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas no Brasil]. (Palmas.)

Bem, meu nome é Nielsen de Paula Pires, sou de São Paulo, casado com Sara Amelia Almarza Costa, chilena, professora da UnB também. Sou professor da UnB e, hoje, Vice-Reitor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Minha profissão, professor universitário. Trabalhei em outras universidades, como a Universidad Nacional Autónoma de Mexico, a Universidad del Chile, a Universidade de Brasília, minha casa-mãe.

Em 1972, fui para o Chile, depois de ter sido alcançado pela repressão no Brasil, em outubro do ano de 1970, no Rio de Janeiro, com a invasão do Ibrades, um instituto de pesquisa e de assessoria à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que era dirigida pelos jesuítas. Em 1970, houve a prisão de várias lideranças católicas nesse evento. Posteriormente, lecionei na Universidade em São Paulo e tive de sair antes de ser novamente preso.

Fui estudante, entrei no Chile legalmente como estudante, no Ilades, e a minha prisão ocorreu no dia 16 de setembro, de madrugada.

Às três horas da madrugada, uma equipe do Exército, com uniforme de guerra, pintada de vermelho, fortemente armada, inclusive com componentes na equipe de civis, arrombaram a porta do apartamento em que eu vivia, em que eu morava, e vistoriaram o apartamento – alienaram, como eles diziam – a golpes muito violentos. A invasão foi violenta, golpes de cacetada. Eles estavam em busca de armas. Eu vivia no apartamento em São Borja, Torre 9, que era considerado um reduto de apoio ao governo de Salvador Allende.

Foi preso comigo – viviam três pessoas no apartamento – um panamenho, que estudava Economia também. Ele tinha um passaporte diplomático, porque era filho do Embaixador do Panamá na República Dominicana. E foi preso junto comigo; daí fomos levados à Extranjería, a polícia civil – aqui seria a Polícia Federal, talvez.

Estivemos presos na Extranjería, fichados e jogados na cela com prisioneiros comuns, que estavam naquele momento presos.

Na parte da tarde, no domingo à tarde, dia 16, fomos levados ao Estádio Nacional. E, antes de entrarmos no Estádio, nos colocaram contra uma parede. Éramos oito estrangeiros, o panamenho mais três ou quatro colombianos. Colocaram-nos contra a parede, e houve um simulacro de fuzilamento com os carabineiros do Chile. Depois de... Sempre com muita violência, muito golpe e, gratuitamente, até aquele momento, sem perguntar nada. Era só violência, violência, violência.

Posteriormente, entramos no Estádio e fomos entregues, então, ao Exército do Chile. Aí há o primeiro registro da nossa entrada no Estádio, com a apresentação de documentos. Logo, eles nos jogam no chão, num

solo cheio de areia negra, de areia vulcânica. O solo era vulcânico. E ficamos ali de boca para baixo, deitados no chão. Os militares passavam por cima de nós, com bota, com rifle. E nós ficamos numa fila, esperando até que terminasse a triagem daqueles que estavam entrando no Estádio e que, depois, seriam distribuídos pelas diferentes celas, que eram os camarins, os vestiários dos atletas no Estádio Nacional. Posteriormente a isso, eu me junto a outros companheiros na Cela 5 do lado sul poente do Estádio Nacional. Deveriam estar de 100 a 150 pessoas naquela cela pequena. E, de noite, tínhamos de nos dividir em turnos para dormir: um terço ficava deitado no chão; os outros dois terços, em pé, para que o pessoal pudesse dormir algumas horas. Logo, nós nos revezávamos em turnos para dormir.

A alimentação era feita de manhã. Era um café com leite e uma *marraqueta*, um pão francês. E, às 15h, a gente tomava uma sopa de *porotos com fideos*, uma sopa de feijão com macarrão, e um pedaço de pão, uma *marraqueta*. Essa era a nossa ração. Nos documentários da época que saiam na televisão, os militares diziam que havia uma dieta especial para os prisioneiros que estavam no Estádio, com calorias e não sei o quê. Isso saia para a televisão, para o consumo interno no Chile. Mas a realidade no Estádio não era bem essa.

Primeiro, estive num camarim com a maioria dos brasileiros. Logo, eles me separaram e também Paulo de Tarso Gianini Araújo. Nós fomos para o Camarim 7 sul poente, que era mais amplo e onde havia muito mais gente, entre chilenos, bolivianos e outros de outras nacionalidades. Ali estavam pessoas também da alta hierarquia do governo de Salvador Allende, como médicos e dirigentes. O médico de Salvador Allende estava presente ali, Danilo Bartolín. Se vocês virem aquela foto famosa de Allende no Palácio de La Moneda, com uma metralhadora na mão, saindo um casco na cabeça, vocês verão que, atrás dele, está Danilo Bartolín, de bigode, que era o seu médico pessoal, que esteve preso conosco no Camarim 7 sul poente.

Passamos alguns dias ali nessa situação. Na terceira semana, nós, brasileiros, fomos colocados no centro do Estádio, no campo de futebol, e veio uma equipe de policiais brasileiros com um álbum de fotografia para nos identificar. E aí fizeram uma triagem. Eles nos dividiram em três grupos de brasileiros, que foram, posteriormente, interrogados. Deveriam ser interrogados três grupos daqueles que foram selecionados e que estavam ali no centro do campo. No primeiro grupo, fomos selecionados para ser interrogados. Os interrogatórios eram muito violentos. Eu, pelo menos, fui recebido com uma coronhada na cara, na cabeça – eles arrebentaram meus óculos, a sobrancelha –, e com um soco no peito. Eu perdi a respiração com o golpe que me deram.

Eles nos levaram a uma sala, a uma marquise, à tribuna presidencial do Estádio. Na sala, havia várias mesas como esta, onde havia um oficial sentado. A gente ficava em pé na frente dele, e, do lado, havia outro policial com cassetete. E, à medida que ia sendo feito o interrogatório, a gente ia sendo golpeado e recebia impropérios: "Escória da sociedade brasileira, o que você veio fazer aqui?""Cloaca da sua sociedade, não o quiseram lá, e você veio para cá." Impropérios para quebrar a gente moralmente e quebrar fisicamente também a resistência.

Entretanto, o nível de colheita de informação naquele momento era muito pouco. Eles batiam mais, eram violentos, mas não tiravam informação. Não estavam ainda, digamos, treinados para isso. O treinamento deles era para destruir o inimigo na guerra, e nós éramos considerados prisioneiros de guerra. O tratamento era de prisioneiro de guerra, e nós estávamos sendo interrogados pela Fiscalía Militar, pelo Tribunal Militar de Guerra, portanto condenados como prisioneiros de guerra. Então, muito golpe, muito golpe sem muita informação.

Esse foi o primeiro interrogatório. Pela coragem de um dos companheiros que estava preso e que foi muito torturado, junto com o filho de Corvalán, no dia seguinte denunciaram para a Cruz Roja as torturas sofridas. Isso fez com que a Cruz Vermelha denunciasse internacionalmente o que estava acontecendo e que fossem suspensos, então, os interrogatórios da segunda e da terceira turma dos nossos brasileiros, que deveriam, em sequência, ser interrogados; pela coragem desse companheiro que eu conhecia como Sérgio. Não sei se é o Osni que vai falar para a gente daqui a pouco. É que, naquela circunstância, a gente não sabia exatamente o nome das pessoas.

Em todo caso, pela coragem desse brasileiro – porque estava aí, foi torturado, denunciou e poderia ter desaparecido naquele momento –, os outros brasileiros foram poupados.

O segundo interrogatório a que fui submetido, ainda pela Fiscalía Militar chilena, foi já acompanhado pelos policiais brasileiros, inclusive um oficial chileno preenchia os formulários. Eram dois formulários: um em Português e outro em Espanhol. As perguntas eram feitas, e ele escrevia. Cheguei até a ler uma das anotações que ele fez, dizendo "parco em informações"; quer dizer, depois de me bater bastante, ainda escreveu que não havia nada a declarar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NIELSEN DE PAULA PIRES – Bom, antes de terminar esta primeira intervenção, eu queria registrar que, no livro do Prof. Luiz Alberto Moniz Bandeira, chamado *Fórmula para o Caos*, ele escreve o depoimento de alguns que estavam presos no Estádio Nacional, inclusive o meu, e ele também destaca – porque ele fez essa pesquisa nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores, na documentação do Centro de Inteligência do

Exército – nomes de alguns oficiais brasileiros que atuaram no Estádio. Ele destaca que o Comando, grupos militares brasileiros que interrogaram os brasileiros no Estádio Nacional do Chile, era exercido pelo Tenente-Coronel Cyro Etchegoyen; já estava em Santiago Walter Mesquita de Siqueira, que era um Coronel, adido militar, representando as Armas da Aeronáutica e do Exército; os Sargentos do Exército Deoclécio Paulo e José Mileski, do DOI do Rio de Janeiro; e Décio Barbosa, do Centro de Inteligência do Exército.

Esses nomes estão no Informe nº 33/76 do CIEx – Centro de Inteligência do Exército/73.

Então, são os nomes que o Prof. Luiz Alberto Moniz Bandeira, no livro *Fórmula para o Caos*, onde analisa a situação ocorrida no Chile, menciona. Só para deixar aqui nomes de alguns militares que estão citados nesse livro.

Agora, sobre o apoio do Governo brasileiro: Presidente Médici, Mário Gibson Barbosa, Antônio Cândido da Câmara Canto, que era o nosso Embaixador, e toda sua equipe da missão brasileira lá, esses são os representantes do Governo brasileiro. O Governo brasileiro apoiou o golpe do ponto de vista político, do ponto de vista econômico e do ponto de vista militar. Político, reconhecendo imediatamente; praticamente no dia seguinte ou no mesmo dia, dia 12, o Governo brasileiro reconhece a Junta Militar. O Governo brasileiro liberou um dinheiro, através do Banco Central, US$200 milhões, para financiar as primeiras despesas da Junta Militar, que tinha de importar alimentos e outras coisas. O Governo brasileiro mandou um petroleiro, um navio de petróleo para abastecer o Chile. Então, houve um apoio econômico, um apoio militar, enviando agentes de inteligência para atuar junto ao novo governo; econômico, militar e político, reconhecendo o governo.

Isso é o que eu teria que dizer nesse primeiro momento.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Prof. Nielsen.

Eu tenho aqui uma mensagem que nos foi enviada por Eli Ferrer (Eliete Ferrer), que coordenou e organizou o depoimento de vários brasileiros que foram presos nos anos 70 ou exilados. Esse livro chama-se: *68, a geração que queria mudar o mundo*. E ela me manda aqui um relato – abre aspas –:

Chegamos ao Chile no máximo duas semanas antes do golpe. O Luiz Carlos estava com nome falso quando fomos presos, no dia 12 de setembro. O golpe foi no dia 11 de setembro. Depois de várias simulações de fuzilamentos, fuzilamentos no terraço do prédio, as mulheres foram levadas de volta à casa, e ele foi levado com os outros amigos homens da casa para o Estádio do Chile. Posteriormente, foram transferidos para o Estádio Nacional. A presença de torturados brasileiros no Estádio Nacional era notória.

No Estádio Nacional, quando estava em uma fila para interrogatório, Luiz Carlos Guimarães foi reconhecido pelo oficial da Marinha do Brasil, Capitão Mike, ou Dr. Mike; tinha sido um de seus covardes torturadores no Brasil. Quando ele viu o torturador, gelou. O Dr. Mike aproximou-se e disse-lhe: 'Desta vez você não me escapa'. Na sala para ser interrogado pela polícia chilena, o torturador dirigiu-se ao policial chileno e sugeriu, por meio de gesto, que ele impedisse que o Luiz Carlos fumasse. O torturador sabia muito bem o quanto Luiz Carlos era viciado em nicotina. Para surpresa do Luiz Carlos, depois do pedido do torturador, o chileno ofereceu-lhe cigarros. Percebe-se por meio dessa atitude que o chileno não estava satisfeito com as ingerências dos policiais brasileiros, que transitavam muito à vontade no Estádio Nacional. Depois do interrogatório, Luiz Carlos foi conduzido para outra parte do Estádio, ele junto com o Osni."

Logo em seguida, vamos ouvir o depoimento que o Osni nos enviou da Suécia, onde vive hoje.

Então, gostaria que preparassem o depoimento do Osni para que possamos acompanhar.

O Osni estava todo machucado das torturas que sofrera. Como portavam identidades falsas, ninguém daria pela falta deles. Na verdade, seriam jogados ao mar. No dia seguinte, conseguiram safar-se e foram ao encontro de brasileiros prisioneiros.

E aí ela remete para o livro onde estão os depoimentos, inclusive o depoimento do Luiz Carlos, que relata todos os momentos que viveu nas mãos da polícia brasileira sendo torturado no Estádio Nacional.

Eu quero agradecer à Eliete Ferrer por ter enviado esse depoimento e nos ter lembrado desse livro importante que relata o depoimento de muitos brasileiros, mais de uma centena de depoimentos aqui está.

Agora vamos ouvir o depoimento de Osni Geraldo Gomes Mauro, brasileiro também preso no Estádio Nacional e torturado por policiais brasileiros.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – No seu depoimento, Osni fala de Luiz Carlos Guimarães, cujo depoimento pode ser encontrado no livro *68 – A Geração que Queria Mudar o Mundo*, da página 565 à página 572. Trata-se de um depoimento completo, onde ele relata passagens muito semelhantes às que acabamos de ouvir do Osni, que hoje vive na Suécia.

Dando sequência às audições, eu passo a palavra a Vitório Sorotiuk, ex-preso político e advogado.

O SR. VITÓRIO SOROTIUK – Bom dia a todos!

Caro Senador João Capiberibe, todos os colegas que falaram e Otto Brockes, que ainda vai falar – estivemos juntos no Estádio Nacional do Chile –, é com emoção redobrada que começo a falar aqui.

No dia 13 de setembro de 1973, fui preso junto com Osni Geraldo Gomes Mauro. Hoje, sei que o nome dele é esse. No dia 11 de setembro, eu estava perto do Cerro Santa Luzia, quando começaram a pipocar as metralhadoras, o barulho dos helicópteros. Soubemos que tinha vindo o golpe. E eu atravessei o centro de Santiago, onde morávamos. Eu morava com ele, que era o João. E eu sempre o chamava de Mancha Negra, porque ele tinha uma barba negra. Eu vejo que, com o passar dos anos, ele é o Mancha Branca, já que estamos com os cabelos brancos e com a barba branca.

A minha preocupação naquele dia do golpe era com a Nancy Mangabeira Unger, que morava no mesmo lugar em que nós morávamos, quatro quarteirões abaixo do Palácio de La Moneda. Eu desci para apanhar meus documentos e o material que eu tinha; aquela era a minha missão naquele dia, caso ocorresse o golpe. E também eu tinha uma preocupação porque, quando houve o Tanquetazo em junho, a Nancy, que era meio noctívaga e que ficava estudando, não tinha acordado de manhã, e tudo tinha passado. Eu pensei: "Isso pode acontecer de novo com ela, e já está o golpe em andamento."

Quando cheguei ali, peguei um casaco grande, onde havia todos os apetrechos. Nesse momento, chegou o João, que é o Osni. Daí nós conversamos. Eu disse: "Vou atravessar, vou para o norte de Santiago." Ele disse: "Não há mais saída." Então, ele propôs que fôssemos para um local ali perto, onde estavam alguns amigos bolivianos dele. E ali passamos, então, o resto do dia 11, o dia 12 e o dia 13, até o meio-dia, quando saiu o primeiro. Em seguida ao meio-dia, houve aquele alhanamento, e nós já levamos golpes de fuzis no corpo e fomos levados presos, nós dois juntos e mais outros que estavam naquele apartamento. Fomos a uma delegacia de polícia, na Rua Teatinos, e aí eu só fui ver o João, o Osni, depois de 20 a 30 dias no Estádio Nacional. Depois, não nos vimos mais.

Era grande o número de presos que iam para lá, que ali entravam. Tenho sorte de estar vivo aqui, hoje, porque, quando abriram meu casaco, eles viram que ele estava cheio de documentos em branco de ingresso na Argentina e no Chile. Essa já era uma preparação, porque a gente já antevia o golpe, já tinha a visão do golpe. Mas, por sorte, eles acharam os dólares que estavam nas ombreiras. Então, o policial pegou os dólares, os óculos e o relógio e ficou com tudo isso. Quando vi que ele ficou interessado nisso, com este botim, fui dando passos para trás. O pátio estava cheio de pessoas deitadas, e eu me deitei também e fui rolando no meio das pessoas para mudar de posição. Eu mudei de posição. À noite, quando chegou um ônibus, disseram: "Os que já estão prontos, os que estão com o documento pronto entrem na fila." E eu entrei na fila também, como se tivesse documento pronto. E entrei no Estádio Nacional. Sorte minha também eu ter dado meu nome verdadeiro. Se eu tivesse dado outro nome, eu, talvez, tivesse sofrido o que outras pessoas sofreram para encontrar a sua documentação.

Eu sou um ex-preso político brasileiro. Eu era do movimento estudantil. Participei dos congressos da UNE de 1966, de 1967 e de 1968. Fui condenado em Ibiúna, no Paraná e em São Paulo. Eu tinha saído do Brasil justamente porque, após dois anos e dez meses de prisão, eu não encontrava emprego. As pessoas mudavam de lado na rua quando me viam. Eu não tinha onde trabalhar, eu não tinha atestado de boa conduta. Eu não tinha como trabalhar na clandestinidade, porque já estavam matando as pessoas. E não tinha como ficar na legalidade. Eu era um morto e vivo, um zumbi, capaz de ser preso em qualquer momento.

Também haviam prendido meu irmão, que vinha dar assistência a nós na prisão. Com isso, depois de muitas decisões, decidi sair do País e fui ao Chile. Por essa razão que eu estava no Chile. Então, já havia cumprido todas as prisões.

Dentro do Estádio Nacional, onde estivemos juntos – depois chegou o Otto, mais tarde; teve o Tomás –, eu lia muito. E, na prisão, aqui, no Brasil, li muito sobre as prisões: Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere; Memórias,* de Fuchik; e um livro que me impressionou muito, *A Rebelião de Treblinka*, na Segunda Guerra Mundial, onde os nazistas mantinham presos.

Por isso que, quando, um dia, chegou um policial à porta do Estádio e disse "precisamos de um datilógrafo", eu já levantei o dedo e fui. E ali tinha que fazer a lista dos prisioneiros todos os dias. Então, pediam para eu fazer em três vias. Eu batia em três vias, mas eu fazia a quarta via. Fazia uma via sempre ao lado e guardava. E essa via que pude entregar para o Embaixador da Suécia, Harald Edelstam, quando chegou. Os policiais até quiseram tirar dele a lista, e ele disse: "Não. Eu sou Embaixador." E não entregou. Saiu com as listas dos prisioneiros.

Eu podia ir de um lado ao outro. Por essa razão é que saí daquela comissaria de polícia sem ter sido interrogado. Não havia nada comigo. Entrei no Estádio Nacional e dei meu nome. Também estava no Estádio Nacional. Então, o tempo foi passando, e eu fui um dos últimos a ser interrogados, já quando estavam para sair, porque, na verdade, não existiam anotações, documento ou processo sobre mim em função da situação daquele momento.

Mas, convivendo com os brasileiros e com a situação dos chilenos, eu acho que nós, brasileiros, tivemos um papel importante no sentido de que já vínhamos de várias prisões. Nós assumimos o papel de organizadores dos camarins: o horário de o pessoal tomar banho, como fazer, como ter um comportamento para sobreviver, porque, ali, as condições eram mais difíceis. Foi ali que a gente viu que os chilenos não estavam preparados para aquela situação, porque três, uma semana de prisão, já estavam se lamentando. Disse: "Eu não, estamos vindo de dois anos, de três anos, de quatro anos de prisão. Temos que nos preparar para uma situação pior dentro daquele momento."

Mas o que eu teria a declarar, que acho importante, em primeiro lugar, é confirmar a questão das torturas no sentido do interrogatório. Quando fui interrogado, os brasileiros não fizeram perguntas diretas a mim, mas eles estavam sempre atrás, cochichando com os chilenos para fazer as perguntas. A única pessoas que disse para mim que reconheceu um dos torturadores, que tinha torturado o Brasil, foi o Fernando Batinga, um poeta. Acho que ele vive na Bahia atualmente e poderia dar um depoimento além desses, como foi dado pelo Osni.

Eu gostaria de salientar o papel importante de uma embaixada, ou de um consulado, ou de um país em relação à proteção dos seus no exterior. Ressalto aquilo que o Tomás levantou aqui: qual foi o comportamento do Embaixador do Uruguai? Mesmo sendo uma ditadura no Uruguai, o Embaixador foi ao Estádio, cuidou para que todos os seus tupamaros, que lhe eram oposição, tivessem atenção e fossem conduzidos a um outro país de uma forma decente.

Esse é o comportamento do Uruguai, que contrasta com o comportamento brasileiro. O comportamento brasileiro é esse, cujo documento eu trago e deixo aqui, no Senado, que é do Ministério das Relações Exteriores, da Divisão de Segurança e Informações. Trata-se de um pedido de busca, nº 2051, de 1º de outubro de 1973, que traz uma lista dos presos, em 28 de setembro de 1973, que estavam presos no Estádio Nacional.

Todos os nomes nossos estão nessa lista aqui. E o que faz o Ministério de Relações Exteriores de pedido nessa lista, que é encaminhada ao SNI, ao CIE, Cenimar, Cisa e Delegacia de Polícia Federal? Diz assim: "A Divisão de Segurança de Informações do Ministério de Relações Exteriores agradeceria ser informada com a máxima urgência se a autoridade de segurança se opõe a receber no Brasil neste momento os cinco brasileiros que pediram para regressar". E aqui tem anotado: "Sem a resposta a cinco brasileiros e aos outros".

Portanto, temos informações de que a Embaixada e o Ministério de Relações Exteriores sabiam da nossa situação, de que estávamos presos, e estavam atrelados não à política de relações exteriores de proteção de seus cidadãos estrangeiros, mas à ditadura militar, aos órgãos de segurança, para daí, eu faço o quê? A segurança me diz para fazer o quê? A segurança – está a prova aqui do que disseram o Osnir, o Nielsen e os outros – estava lá para ensinar tortura. Essa foi a ação do Brasil.

E o Itamaraty estava nessa função aqui também, atrelado. Então, esse documento aqui é a prova concreta de que eles estavam atrelados.

Nessa lista aqui, pessoal, vou citar o nome de uma pessoa, por exemplo, que estava comigo lá no estádio: Nilson Antônio Ronte. Nilson Antônio Ronte era da pastoral da Igreja, tinha ido para um encontro e tinha chegado três dias antes do golpe; ele foi lá para um encontro, ele não tinha nada de político. Ele não pôde voltar ao Brasil, teve de ir como exilado para a Europa para depois voltar ao Brasil.

Aqui há outro nome, por exemplo, que é Antônio Torres Martins. Quando eu contei que estava sem óculos – ele me pediu as horas –, quando eu disse que os policiais haviam me roubado o relógio, ele me disse que dali a pouco arrumava um para mim. Acho que ele era um punguista brasileiro que estava lá e também sofreu... Então, entre os brasileiros presos, havia pessoas que não tinham nada com a própria atividade política no Brasil e também não receberam a atenção do governo brasileiro.

Então, essa é, eu acho, a prova importante.

É lógico que a atuação mais elevada foi do Embaixador da Suécia, Harald Edelstam, que o Senado brasileiro deveria tomar, porque há um movimento internacional pelo reconhecimento de seu papel relevante, por toda sua vida e dedicação. Mas o que eu queria sugerir ao Senador João Capiberibe e à Comissão do Senado é que estudasse a possibilidade de tornarmos a situação, hoje, atual. Nós estamos discutindo o passado, o que estamos fazendo aqui na Comissão da Verdade é importante, mas devemos tirar lições para o presente.

O Brasil hoje tem milhares de brasileiros no exterior, temos Embaixadas, temos Consulados. Vejam que os juízes, os tribunais, que exercem também função importante, têm a Comissão Nacional de Justiça, que é um órgão que analisa e investiga o comportamento dos juízes em todo o País. Nós precisamos ter um órgão no Brasil que controle e investigue nossos embaixadores e nossos cônsules no exterior.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VITÓRIO SOROTIUK – Essa é a proposta concreta, Senador João Capiberibe, que faço no momento. E digo isso porque eu, atualmente pela função que exerço na representação de uma comunidade de meio

milhão de brasileiros aqui, tenho contato com muitos embaixadores e consulados ao longo dos últimos 20 anos e acho que isso é uma atualidade e uma necessidade.

Então, eu gostaria de fazer a entrega desse documento, que prova que o Ministério de Relações Exteriores do Brasil estava atrelado ao serviço da ditadura e não ao serviço de proteção dos direitos dos cidadãos brasileiros. E mesmo cidadãos que não tinham nada a ver com as atividades políticas não tiveram a sua devida atenção.

Naquela oportunidade, meu irmão também se encontrava no Chile, o Nelson Sorotiuk. Ele também foi torturado no estádio nacional, e gostaria de fazer referência expressa a essa situação. Hoje ele também vive entre a Suíça e o Brasil, porque muitos brasileiros não puderam trazer...

Eu fico feliz de encontrar aqui os velhos amigos com quem passei um momento muito difícil. Vejo que outros trouxeram também uma chilena junto, como eu. Hoje sou casado, e a minha esposa é chilena. E eu guardo comigo em casa ainda, apesar de às vezes ser ruim – esta aqui é a foto – um pedaço da madeira do estádio nacional, onde foi o campo de concentração. Eu tirei de lá e, brevemente, eu quero levar esse pedaço de madeira, com que nós fizemos um artesanato, para o Museu da Memória no Chile.

Agradeço esta oportunidade de poder fazer este depoimento e trazer ao Brasil sugestões para que o nosso Ministério das Relações Exteriores tenha uma atuação digna, elevada, na defesa dos interesses dos cidadãos brasileiros, como teve o Embaixador do Uruguai e como teve o Embaixador da Suécia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muitíssimo obrigado.

Eu gostaria de registrar a presença do Reinaldo José de Melo. Temos a honra de recebê-lo. Obrigado por sua presença. Também é ex-preso político, também viveu no Chile, como todos que estão aqui nesta Mesa.

Eu queria também registrar que, no dia de hoje, 14 de abril, em 1976, num acidente de carro provocado pela repressão, morria Zuzu Angel, mãe de Stuart, assassinado sob tortura cinco anos antes.

A versão do acidente só foi desmentida em 1998. Zuzu teve um papel importante. Com o assassinato do filho, ela não se aquietou e criou muitos embaraços à ditadura. Zuzu era uma estilista muito conhecida. E a sua história está contada num belíssimo filme que pode ser, para as pessoas que quiserem, principalmente para os mais jovens, assistir, para se conhecer, de fato, o que aconteceu nesse período obscuro, tenebroso da história do nosso País.

Também está no Youtube um documentário feito por um americano em 1972, se não me engano, e que se chama Relato de uma Tortura. Nesse documentário, alguns nomes que foram citados aqui aparecem prestando depoimentos naquela época, falando sobre o que essas pessoas sofreram nas mãos da repressão no Brasil, pessoas como Maria Auxiliador, a Frei Tito. Os dois não retornaram ao Brasil; a Auxiliadora se suicidou, assim como o Frei Tito. Também Nancy Mangabeira Unger presta depoimento sobre as torturas que sofreu. Está no Youtube. Para quem quiser acessar: Relato de uma Tortura, e chega lá a esse documentário.

Vamos dar sequência às nossas oitivas, e vamos ouvir o médico Otto Brockes.

O SR. OTTO BROCKES – Eu agradeço a oportunidade de estar aqui e participar desta reunião.

Praticamente é impossível eu abordar os principais aspectos da minha experiência, da experiência de meus amigos, meus colegas, em função de a minha existência ter sido tão prolongada e eu ter vivido bastante intensamente.

Eu tive a sorte de ter sido camponês com a quarta série primária, aprendido muito pouco. Até os 17 anos, eu cuidava de gado, fazia roça, plantava, fazia as coisas. Éramos dez irmãos, mas três tinham sido assassinados quando crianças e, numa determinada fase, minha irmã, que era a antepenúltima – eu era o penúltimo, o nono – se suicidou. O suicídio da minha irmã marcou profundamente, porque éramos muito amigos, muito ligados. Eu, que a achei quando ela caiu e estava morta, carreguei nos braços até em casa, desesperado, chorando.

Com a morte, minha irmã, que era professora no Paraná, foi lá e tirou toda família. Eu fui estudar com um irmão que estudava engenharia em Curitiba, meu pai ficou com minha irmã, minha mãe foi para outro lugar, toda família nunca mais conseguimos reunir.

Bem, eu acho que há um filósofo que dizia: "nasces com as tuas virtudes, com teus defeitos e irás com eles até o túmulo." Eu penso que não, eu acho que nós nascemos com tendências, mas que é a experiência de vida, as nossas motivações, os nossos conhecimentos na fase tenra da idade que nos fazem ser desta ou daquela maneira. Nós podemos ser bons ou maus, de acordo com aquilo que foi incutido na nossa mente numa fase tenra da vida.

Eu nasci com uma... Sou muito mole, eu choro por qualquer tipo de sofrimento e sempre fui avesso ao sofrimento e à injustiça.

Meu pai não era uma pessoa de esquerda, meu bisavó era uma pessoa de esquerda, mas meu pai não era. Eu tinha tudo para ser muito reacionário, porque a ida para a fazenda foi numa época em que meu pai ti-

nha uma imensa propriedade, e ela foi ocupada, foi loteada, perdemos tudo e ficamos sem nada, tivemos que ir para outra fazenda.

Eu fui para o Paraná, cheguei lá analfabeto quase, saindo do mato, profundamente traumatizado pela morte da minha irmã. Foi terrível nos primeiros tempos. Meu irmão era um gênio, muito inteligente, mas tinha aquelas coisas... Fui viver com ele, era muito difícil. Fui convocado para o Exército, e foi minha salvação porque comecei a praticar educação física, a fazer tudo e me liguei, comecei a ensinar aos soldados analfabetos, comecei a dar aula para eles, fiz os cursos militares e ascendi lá, fui promovido, fiz os cursos todos e comecei a estudar. Estudava à noite e trabalhava de dia. Fiz o curso secundário, fiz o vestibular, fiz Medicina, fiz tudo. Aqui entra uma ressalva: a maioria dos militares naquela época do Terceiro Exército não eram golpista, o golpe de 64 foi feito por uma minoria. A maioria, em 1961, nós participamos ativamente para impedir o golpe. Fizemos tudo e garantimos, o Terceiro Exército garantiu a posse. De 1961 até 1964, eu estava absorvido pelo estudo e não vivi intensamente a política.

O golpe foi de surpresa. O Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva onde eu estava nos reuniu e disse: "Olha, o golpe saiu. Eu tenho a minha posição. Sou radicalmente contra o golpe. Devo ser preso. Agora, eu dou liberdade para que vocês escolham a posição que irão tomar". Eu sou excessivamente emotivo, mas tento julgar com racionalidade. Eu tentei fazer tudo para tomar o quartel; eu me expus ao máximo, pois achava que era impossível se permitir o golpe. Com essas atitudes, eu fui submetido a um Inquérito Policial Militar e, no primeiro Ato Institucional, eu fui excluído.

Comecei a dar assistência aos presos políticos e aquela coisa toda. Assim, fui me ligando. Eu sou muito pacífico; não sou nada violento. A minha atuação começou a ser no sentido de apoiar esse pessoal. Não tinha nenhuma ligação com nenhum partido, mas, na medida em que comecei a ver o empenho dos estudantes, daquelas pessoas que eram torturadas, na medida em que fui conhecendo a verdade, fui me transformando, até achar que a democracia formal era um absurdo, que ela só existia quando a classe dirigente ganhava; quando perdia, deixava de ter validade. E, aos poucos, admitindo a ideia do comunismo, tornei-me comunista.

Passei a integrar o partido e comecei a participar da resistência. Não posso me prolongar, porque é muita coisa. Contudo, eu quero ressaltar isso. A finalidade era a prisão, e estou me afastando do objetivo.

Mas o certo é que, aí, eu me liguei ao partido e participei de tudo. Só não fui preso no Brasil por várias circunstâncias que não posso enumerar aqui.

A ida para o Chile se deu depois que eu perdi o contato com a maioria das pessoas, que ou já haviam sido presas, ou haviam morrido. O último contato que tive foi com Apolônio de Carvalho, no Rio. Depois, tive outros contatos, mas, finalmente, o Elinor Mendes de Brito e o Uchenna, que eu consegui contatar, foram presos no Paraná e levados para o Rio de Janeiro.

Eu trabalhava em um hospital em Curitiba, o Hospital de Pediatria, e decidi ir para o Chile a fim de contatar os companheiros que haviam saído por sequestro, que foram para lá, bem como pela admiração que eu tinha pelo socialismo e democracia, de que eu era fã. Eu havia lido muito um autor alemão, o Erich Fromm, que fazia uma crítica profunda à União Soviética, à China, à Coreia, enfim, a todos os países, mas tinha uma esperança grande de que a humanidade poderia se desenvolver dentro de uma democracia, mas com justiça social, com repartição de riqueza e com todas as coisas diferentes. E a minha ideologia era essa até o golpe.

No Chile, quando cheguei, apresentei-me no Serviço Nacional de Saúde. O colega que estava lá me disse o seguinte, quando eu apresentei o diploma: "Olha, você começa a trabalhar agora. Se você tiver alguma dificuldade econômica, eu lhe dou dinheiro do meu bolso. Vai custar a você receber alguma coisa." Eu lhe disse: "Eu não quero isso. Eu quero é ajudar."

Comecei a trabalhar para o Serviço Nacional de Saúde. Examinei umas 15 mil crianças. Foi tudo o que eu fiz lá. Eu trabalhava como voluntário para as populações pobres e assistia todos os brasileiros. Eu ia de casa em casa, e havia um dia que eu dedicava a consultas, no Hospital J.J. Aguirre, aos brasileiros. Então, fiquei conhecendo toda a colônia. As pessoas que morreram, as pessoas que sobreviveram, as pessoas que foram presas e que foram torturadas, praticamente eu as conheci todas. Eu me lembro de pessoas que conheci, como a Maria. Eu atendi a criança dela e a atendi, e parece que ela morreu. Conheci o Gaúcho. Eu tratei dele. Ele teve problema psicológico, e eu tratei dele por muito tempo. E uma amizade dele também foi sequestrada na Argentina e morreu. Eu conheci praticamente todos os brasileiros que estavam no Chile.

Tenho de entrar na parte do Chile agora, não me posso prolongar. A minha prisão se deu em uma circunstância péssima. Eu tomei a posição contrária à do Partido, que era a de recuar, pois a nossa função era lutar no Brasil, era fazer resistência no Brasil. Eu achei que, se eu estivesse no Chile no momento do golpe, eu de lá não sairia, pois eu ia lutar com os chilenos. Organizamos um grupo, e eu fiquei trabalhando com os chilenos. Naquele período, eu trabalhei intensamente, preparando cursos de Enfermagem, de armamento e tudo o mais para os chilenos, para eles terem condição de resistência.

Nos últimos dias antes do golpe, eu quase não comia. A gente não tinha comida, comprava um oitavo de quilo de açúcar ou pão. A gente quase não tinha comida. Eu passei dois dias só dando cursos de madrugada, sem alimentação. No dia do golpe, eu me encontrei com o Mancha Negra no centro de Santiago, com o Osni – a gente o chamava de Mancha Negra –, na esquina da rua Teatinos com a rua Mac-Iver, perto do Palácio do Allende, do Palácio do Governo. Ele falou: "Olha, esta saindo o golpe." Eu não sabia. Ele falou: "Estamos aqui e temos de sair." Saímos dali imediatamente. Eu consegui entrar no caminhão. Eu tinha sido encarregado de repartir o dinheiro para os colegas saírem do país. Eu tinha bastante dinheiro, mas não consegui nada. O dinheiro ficou em casa. Estava tudo proibido. Eu não podia sair. Todo o pessoal que estava na casa, no "aparelhão", como chamávamos – havia muitas camas e muita gente lá –, não estava lá.

Eu e o Reinaldinho, nós fomos para uma fábrica com outros colegas para a resistência. Eram os dirigentes do Partido Socialista. Eles disseram que não havia condição de resistência e que o Partido Comunista tinha recuado. Nós fomos para um bairro operário, para a casa de um dirigente socialista. Chegando lá, eu, que sou mole demais, estava sentado – lá estava aquela gente mal-encarada, toda armada, com todas aquelas coisas – e escutei um rapazinho de 12 anos, de 13 anos, conversando com a mãe. E a mãe disse o seguinte: "O seu pai traz esse pessoal para cá. O que nós vamos fazer? Não temos comida nem para nós! O que nós vamos fazer?" Aí eu raciocinei... E nós tínhamos combinado que a gente não se entregava vivo. A gente morreria combatendo, mas não seríamos prisioneiros nunca. Pensei: "Como vou resistir com essas crianças?" Aí propus para o Reinaldo: "Vamos voltar." Ele concordou.

Saímos os dois para a reunião. Ficamos lá. Não havia comida. Já estávamos há dois, três dias quase sem comer. Não havia comida nenhuma em casa. No dia seguinte, era um tiroteio para todo lado, e o Reinaldo me provocou. Ele disse: "Você quis vir para cá. Agora não temos jeito de combater. Todo mundo tá lutando, e nós estamos aqui." Aí eu disse: "Por isso, não, Serginho. Vamos já." Peguei a pistola, peguei as coisas todas, ele também, e saímos. Mas não conseguimos avançar. Havia uns helicópteros que estavam coordenados, havia os tanques. Andamos um pedaço, não sei quantas quadras, e tivemos que recuar para casa. Aí, não sei se foi nesse dia, ele disse assim: "Vou jogar um dominó na casa do vizinho ali. Você quer ir?" Eu falei: "Não." Ele foi, e eu fiquei em casa e comecei a ler um documento.

Eu assisti à criança de uma amiga, Cristina. Ela me deu um documento trotskista. Eu estava lendo aquele documento, sem comer há muitos dias, e cochilei, dormi. De repente, bateram na porta. Eu pensei: "Chegou o Reinaldinho. Vou ver." Levantei, sem sapato, com uma calça dessas curinga, uma camisa azul, e falei: "Vou ver." Quando cheguei à porta, na cozinha, eles já tinham entrado. Havia umas oito pessoas apontando a arma para mim.

É engraçado! A gente sabia que ia morrer, porque a média do guerrilheiro urbano é um ano e meio ou coisa parecida, pela estatística nacional, mas morrer é fácil e não é fácil ao mesmo tempo.

Na hora em que eu os vi, minha boca secou. Eu não conseguia falar. Disparou o batimento cardíaco, e naquela fração de segundos, pensei: "Puxa vida, morri. Que vergonha! Não consegui fazer nada que eu tinha sonhado. Que fracasso!" Aí segurei, fiz força e pensei: "Mas agora é morrer com dignidade." Nisso, eles perguntaram: "Nacionalidade?" Respondi: "*Brasileña*." Eu disse que era brasileiro. Eles disseram: "*Los papeles* – os documentos. Eu raciocinei: "Pronto, agora eu vou lá dentro, pego a arma e tento fugir pela janela." Mas estava tudo cercado. Ia ser um fracasso total. As circunstâncias me ajudaram muito. Eu falei: "Un momentito, voy a buscar" – "um momento, vou buscar os documentos." Eles não tinham coragem de se aproximar de mim de frente, mas, quando eu virei as costas, eles correram, e já senti tudo. Puseram-me no chão e começaram a bater. Eu apanhei, apanhei, apanhei horas a fio. Desmaiei três vezes, bati a cabeça na parede, queria saber onde estavam as pessoas da casa. Eu sabia que o Reinaldo estava do lado. Mostravam as fotografias dos outros, onde estavam, havia muita cama, onde que estava o armamento, onde que está isso, onde que está aquilo. A gente tinha armamento, mas estava no chão. Eu fiz um buraco. Vocês se lembram, né? Feri toda a mão, fiz um subterrâneo e guardei. Estava meu diploma, estava lá armamento, estava tudo. Mas eu fiquei com uma pistola, e não lembro se era uma pistola .45, era uma pistola.

O que me salvou também? São engraçadas as coisas. Peguei a pistola, coloquei no pé da outra cama – eram três camas, acho, uma ao lado da outra –, aquela que tinha quatro colchões é que era repartida e tinha uma bala grande, não lembro se era metralhadora Ponto 50 que estava na cabeceira, e eu deixei ali. Então, eles começaram a bater e foram. Lá eles foram procurar a arma, pegaram o colchão, viraram, a pistola correu, ficou no meio e não acharam. Se tivessem achado, me matavam na hora. E tinham ordem para matar a pessoa que estava com arma. Aí eles foram batendo, e eu desmaiando, não queria dar informação. Tomei uma atitude e falei: "bem, agora não falo nenhuma palavra." Comecei a pensar, despedindo da vida e tudo, mas chegou um ponto em que pensei que estava atuando incorretamente. Despedi das pessoas porque sabia que ia morrer, aí falei: "Escuta, eu não sou o terrorista de que vocês estão falando, eu sou turista, vocês têm os documentos

aí, têm o passaporte, têm tudo, então eu não sou isso". "Cala a boca, cachorro!", e batiam mais e tudo. Mas um deles ficou em dúvida. Depois falou: "Olha aqui, diz médico, turista, não sei o quê". Um deles modificou; outros tinham um sadismo, uma coisa impressionante.

Ao desmaiar, numa terceira vez lá, quando dei por mim, eu estava sendo arrastado pela rua. Eu já estava todo ensanguentado, partido aqui, afundado na costela, não tinha nada, estava morto-vivo, com a cabeça toda arrebentada, praticamente morto. Mas eu tive um controle muito grande da dor, de tudo, praticamente, a partir de um momento, me concentrei, eles faziam tudo, quebravam e eu praticamente não sentia. Aí, sendo arrastado pela rua, veio... A gente tinha um cachorrinho, que era o Branquinho, e eu acordei, olhei, estava sendo arrastado, e o Branquinho vinha correndo, chorava e me lambia a boca; o meu cachorrinho chorava e acompanhava. Nisso alguém atirou neles. Aí, quando deram aquele tiro, eles me jogaram no chão e começaram a procurar. Eu não conseguia levantar, andar, já estava meio morto; aí, eles pararam e me arrastaram mais umas duas quadras pelas mãos, uma me segurando de cada lado, e me jogaram dentro do carro, e ali a coisa foi para outra comissaria, passei tudo, fui torturado noutros lugares e caí na General Mackenna, que era a polícia política de lá.

Lá, tenho que ressaltar uma coisa que acho importante. Eu fui bem tratado – parece mentira – na polícia política. Eu estava tremendo muito de frio, ensanguentado e praticamente nu, tinha rasgado tudo, e enrolava assim a coisa para esconder. E chegou um rapaz perto de mim e falou: "Aqui é mentir, mentir e mentir". Olhou para o lado e foi embora. Daí a pouco, chegou outro, fez menção assim, e eu tremia demais, trouxe um pulôver, me deu e eu vesti aquilo; daí a pouco, outro chegou e trouxe um chinelo, mas o chinelo era do mesmo pé e eu fiquei assim feito o Cantinflas, com pé para o lado. Aí veio o delegado, e o delegado pediu desculpa e falou: "Doutor, o que está passando, o chileno é um povo solidário, é um povo culto, é um povo educado; isso que está ocorrendo aqui é uma loucura total. É uma loucura!" Ele chamou o pessoal e falou: "Olha, faça um interrogatório sumário para ele e leve-o". E falou: "O senhor tem que ir para uma cela. Não existe outro lugar. Mas não posso fazer... Nós não temos comida, não temos água, não temos nada. Nós não podemos dar nada".

Chegamos à cela e estava lá o Silvério, um brasileiro, um economista, e havia mais umas. não sei, oito, dez, quinze pessoas, mas eu estava moído. A prisão de prisioneiro comum assusta. A gente tem que entrar lá para ver como é. Era um estrado em volta, e aqueles mictórios em que as pessoas ficam de cócoras e aquilo entupido com fezes, tudo por ali, e a gente sentava naquele estrado. Na primeira noite, eu não consegui dormir, tremendo, e não podia me encostar porque estava todo machucado. De manhã, chegou o delegado e, novamente, pediu desculpa e aplicou uma injeção, fez os curativos. Com aquela injeção que eles me aplicaram, eu dormi e fiquei por ali. Mas eu estou me distanciando do objetivo; tenho que entrar no...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO BROCKES – Dois minutos? Está bem. Eu interrompo aqui.

No estádio nacional, eu cheguei lá sete ou seis dias depois, não sei quantos, sem comer, sem nada. Cheguei lá e, na sequência das coisas – tenho muito o que falar, mas não dá... O interrogatório era sempre perigoso e extremista: justiça militar era o parecer que eles davam lá. E a polícia brasileira, eu não lembro nada dos nomes das coisas. Por quê? Um filósofo alemão dizia: "A dor diz: Passa! Mas toda alegria quer a eternidade, quer profunda eternidade". Então, eu guardo o bem e quase esqueço o mal. E, no interrogatório, eu só tive uma coisa positiva: eles não me torturaram, não me bateram; isso eles não fizeram. Eu saí do Brasil com um passaporte que tinha sido emprestado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO BROCKES – Acabou? (*Risos.*)

Esse passaporte tinha sido emprestado para um colega fazer uma viagem a Paris. Ele voltou, a minha fotografia foi colada novamente no passaporte e eu vim ao Brasil cumprir uma tarefa, que era contatar as pessoas aqui para levá-las para lá, porque havia pouca gente que tinha saído da prisão. Fiz esse contato, mas passei na casa da minha irmã e deixei meu passaporte com ela e disse: "Olha, eu não preciso do passaporte, nós não precisamos mais porque estamos todos clandestinos". Aí levei o colega para o Chile. Mas, quando saiu numa lista que eu tinha sido morto, uma amiga minha telefonou para o meu irmão e disse: "O Otto foi preso e está muito mal. Tenta contatá-lo". E o meu irmão tentou sair do Brasil, mas foi preso e não conseguiu. Aí a minha irmã foi para o Chile e levou o passaporte. Ela e minha sobrinha entregaram o passaporte para o cônsul, que era da Dinamarca. Ele levou o passaporte para o pessoal, e os brasileiros que estavam lá pegaram o passaporte. Eles aqui já descreveram como era o interrogatório. Eles queriam saber o que eu fui fazer... Eu estava até me saindo razoavelmente no interrogatório. Aí eles perguntaram: "Você foi a Paris?" Eu falei: "Fui". "Onde você ficou lá?" E eu comecei a falar umas coisas: "Ah, o Jean Pierre lá não sei o quê..." Aí eu vi que não tinha nada, não tinha condição de responder as perguntas deles, porque era outra pessoa que foi. Eu não sabia nada. Aí o que eu fiz? Fiz uma cara feia e não respondi mais nada. Foi a única coisa que eu poderia... Agora, bata, faça o que

quiser, mas não falo mais nada. Senti desmontado. Aí, eles interrogaram, mas não fizeram nada. Fizeram uma pergunta... E o chileno...

Eu tinha trabalhado durante o terremoto, voluntariamente, noite e dia, ajudando a população. Nas inundações que houve lá, eu trabalhei também dia e noite, muitos dias. Eu conheci muitas pessoas. Dentre os interrogatórios, havia um chileno, que não sei se era polícia ou o que era, que me conheceu naquelas coisas.

Eles me acusaram de fazer medicina ilegal no Chile. Eu falei: "olha, eu sempre trabalhei com aqueles que não tinham médico. Nunca cobrei uma consulta. Não matei ninguém. Só ajudei, só tratei as pessoas. Não fiz nada ilegal. Eu acho que fui bem mais eficiente do que a tarefa que vocês desenvolvem aqui, fazendo esse trabalho" Eu passei a agredir.

Não posso ir mais longe.Como eu vivi demais – eu tive a fase de camponês, a fase de militar, a fase de médico, a fase resistente e por aí afora –, é impossível resumir. Eu tentei ser rápido, mas, infelizmente, o tempo é muito limitado.

Peço desculpa pela maneira de falar, falar mais devagar, mais claro, mas, infelizmente, as coisas ocorreram assim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Nós é que agradecemos, Otto, o seu depoimento.

O SR. VITÓRIO SOROTIUK – Senador João Capiberibe, me permite, porque há um lapso que pensei até que o Otto fosse falar: entre nós, os prisioneiros, um faleceu no estádio: o Wânio Matos. Ele estava comigo e foi o Dr. Otto que o diagnosticou. No último dia de vida do Wânio, inclusive, fui um dos que o transportou até o hospital de campanha, junto com o Otto. E foi por falta de atendimento médico. Quer dizer, prova, mais uma vez, que o Brasil não deu atenção, que os chilenos não deram atenção. Ele poderia ter sido salvo se fosse operado a tempo. Acho que o Otto pode até testemunhar esse caso.

O SR. OTTO BROCKES – (*Fora do microfone.*)

Eu acho que era importante...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu também acho. Eu estava aguardando exatamente porque é uma história que nós conhecemos, mas quem está nos ouvindo ou nos assistindo não conhece.

Então, Otto, eu lhe passaria dois minutos para explicar isso.

O SR. OTTO BROCKES – Durante toda a participação na resistência, eu fui sempre médico, trabalhei sempre como médico. Fiz a medicina na prisão. Em tudo, tudo, a medicina era a minha paixão.

O Wânio foi capitão da Força Pública de São Paulo, foi preso e chegou ao estádio numa condição psíquica muito má. Separaram-no de uma filha e da mulher, entregaram para uma família e o levaram para o estádio. Ele ficou numa condição mental muito difícil. Ele queria que fugíssemos da cela, achava que tínhamos que fugir porque, senão, iam nos matar. Mas era metralhadora infestada para todo lado. Era impossível sair dali. Havia dez obstáculos. Era impossível, e a gente desarmado. Aí pedimos para eles nos ensinarem inglês para ver se passava. De repente, a gente passava comendo uma coisinha assim 20, 30 dias. O intestino não funcionava mais. Quando achava casca de laranja, a gente comia para funcionar. O Wânio não defecava há muitos dias. Então, em um momento, ele começou a sentir dor abdominal. Eu o examinei, fiz o diagnóstico de um abdome agudo cirúrgico. Isso significa que é uma situação de urgência, que tem que ser operada, porque, senão, a pessoa morre. É a apendicite que rompeu, é o intestino perfurado. Várias patologias dão esse quadro. Fiz um relatório e pedi para levar aos médicos que estavam no estádio. Eles nos levaram, com soldado apontando a arma, nós caminhando na frente. Fomos até lá, chegamos. Eles me puseram com a mão na nuca lá e me trataram como prisioneiro: "não, você não é médico. você é prisioneiro." E mandaram de volta com o Wânio. Voltamos para a prisão. Aí eu fui falar com o decano, que era o reitor da faculdade de medicina. Ele falou: "tá, eu vou tentar." Ele era prisioneiro também, mas deu uma nova oportunidade para eu levar o Wânio. Fiz um relatório escrito, tudo, diagnóstico e levei até lá, mas, com isso, já haviam passado quatro dias. Era uma cirurgia de urgência, e passaram mais aqueles dias. Aí, eles resolveram atender. Parece que isso foi numa segunda-feira – não tenho certeza da data. Na quarta-feira ou quinta-feira, chegou a notícia de que eles foram operar, mas estava tudo gangrenado, e o Wânio morreu. Foi um crime praticado por médicos, por militares.

Esse é o resumo, mais ou menos, do que aconteceu. Ele foi vítima da falta de assistência. É um crime hediondo, uma coisa sem explicação.

O SR. VITÓRIO SOROTIUK – Recentemente, a Marion, a esposa do Wânio, também faleceu. E a filha do Wânio vive no norte do Estado do Paraná. Registro aqui que o Deputado Federal Hauly, que era Prefeito de Cambé, na época, deu grande solidariedade à Marion e à filha do Wânio Matos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

O SR. OTTO BROCKES *(Fora do microfone.)* – Eu estive lá no estádio. Fiquei com o Wânio um bom tempo ali. E, conversando com ele, antes de ele... Ele falou que tinha uma filha...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Por favor, o microfone.

O SR. OTTO BROCKES – Ele tinha uma filha, que amava muito, mas também tinha um filho, que amava também. Ele falou dos bons tempos da Polícia Militar de São Paulo, acho. Ele dizia que tinha uma saudade muito grande daquele momento. E falava o seguinte: "Olha, ali, na Polícia Militar, tem, realmente, bandidos, mas tem muita gente boa." Falou também da universidade em que ele estava estudando e cantou o hino dessa universidade lá em São Paulo. Depois, levaram-no para o ambulatório que tinham feito no estádio nacional, e ele veio a falecer.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Você também, Dirceu Luiz Messias...

O SR. DIRCEU LUIZ MESSIAS – Sou Dirceu Luiz Messias.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – ...também foi preso no Estádio Nacional?

O SR. DIRCEU LUIZ MESSIAS – Fui preso no Estádio Nacional.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Você está inscrito aqui para falar. Já ouvimos todos os nossos convidados da Mesa. Há algumas pessoas escritas: a Deputada Janete, o Vicente Faleiros e você, Dirceu. Então, passo a palavra ao Dirceu Luiz Messias para se manifestar aqui na nossa audiência pública.

O SR. UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA – Pela ordem, Presidente, dois segundinhos. Eu queria dar o testemunho de todos nós que estávamos no estádio a respeito do Major Wânio. Foi um assassinato deliberado.

O SR. DIRCEU LUIZ MESSIAS(*Fora do microfone*.) – Quem?

O SR. UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA – O assassinato do Major Wânio foi deliberado, e nós todos presenciamos ele, na hora do almoço, enquanto comíamos aquela sopa de frango, que chamávamos de sopa de urubu – porque já vinha perdida –, agarrado no pilar do trânsito entre o camarim e a galeria, dando voltas na coluna e vomitando.

O SR. DIRCEU LUIZ MESSIAS – Ele se queixava também. Ele dizia: "Bom, eu tenho..." Ele me chamava pelo nome de guerra. "Turco, é o seguinte: estão se queixando porque estou recebendo aqui um potinho de Nescafé e porque estou tomando Nescafé. Eles querem que eu divida. As pessoas querem que eu divida com eles, alguns companheiros. Mas eu não posso. É a única coisa que está me mantendo de pé" Ele dizia que era o cafezinho. Eu fiquei escutando isso aí. Era comum isso aí lá na sela onde estávamos. Eu também fiquei ao lado de um dirigente. No fim, ficou uma sela só dos brasileiros. Aí, um dia atiraram lá um chileno. Os caras perguntaram como é que era isso, um chileno, depois de eles definirem aquela sela como a sela dos brasileiros. É que ele tinha apanhado muito. Ele era dirigente de uma comunidade lá de Santiago. Então, tinha apanhado muito. Ele também dormiu, não ao meu lado, mas a uns três ou quatro metros distante e faleceu também.

Mas eu gostaria de falar algumas coisas sobre os assuntos aqui tocados. Sinto-me extremadamente feliz por rever o Brockes, que era um dos companheiros de lá. Foi uma benção. Entre tantas coisas ruins que aconteceram lá – brutalidades, insanidade mental, gente morrendo, gente já sem nenhuma condição psíquica de viver – encontrei o companheiro Otto Brockes para quem faço essa colocação, depois de ouvi-lo mais uma vez.

É o seguinte. Fui ativista político secundarista no Rio Grande do Sul, no Colégio Júlio de Castilho. Depois, comecei a trabalhar. Comecei a trabalhar na Companhia Estadual de Energia Elétrica. Aí fui Secretário-Geral do Sindicato de Energia Elétrica, que era só de Porto Alegre e Canoas.

E conseguimos, com um grupo de trabalhadores – que aí já era de esquerda, porque eu era do PCB – , a façanha de, durante a ditadura, estender o Sindicato para todo o Estado do Rio Grande do Sul, mas foi um negócio muito ruim. Vocês devem entender que fiquei queimadíssimo com esse negócio. Eles me perseguiam a todo momento. Pelo fato de eu ser Secretário do Sindicato eles não podiam meter a mão em mim, mas me perseguiam a todo momento, tanto que no fim eu tive de sair e de morar em Vitória, no Estado do Espírito Santo. Aí, eles conseguiram me redescobrir e me perseguiram. Voltei a Porto Alegre clandestinamente e tive de partir junto com um taxista que tinha sido perseguido no Rio de Janeiro porque participou de uma greve de taxistas. Ele me ajudou – isso que eu tenho que dizer – a chegar até o Chile.

No Chile, atravessamos, fomos conversar com os dirigentes. Eu tinha uma carta, e fomos conversar com dirigentes do Sindicato de energia elétrica lá de Buenos Aires, que era... Eles tinham me mandado fazer isso, não é?

Chegou a Buenos Aires, os peronistas lá de Buenos Aires eram da ala mais conservadora, e eles não quiseram nem conversar comigo. Então nós continuamos a caminhar, caminhando, andando de ônibus. Conseguimos até uma carona da polícia argentina, para chegar lá na fronteira, na fronteira onde há o Paso de.Uspallata. Eu

não quero ficar aqui que nem o Otto, porque a gente tem tanto isso guardado, que quando chegam as oportunidades em que podemos conversar e dizer, isso é um desabafo e faz muito bem.

E há uma coisa: a gente aumenta o conhecimento das pessoas, e a gente toca em coisas que interessam aqui a esse grupo de pessoas que estão dirigindo a Mesa, que estão aqui conosco no coletivo.

Bom, aí atravessamos e fomos, conseguimos dinheiro, fomos até o sindicato lá da cidade fronteiriça – eu já vou dizer o nome dela –, e o sindicato lá era do setor motorneiro, que era um setor mais aberto, e nos passou dinheiro, para mim e para o taxista, que não era nada de esquerda, mas naquele tempo eles perseguiam todo mundo, aqui no Brasil e lá no Chile. Aí... Mendoza era a cidade.

Aí conseguimos um avião que passou por cima da Cordilheira, e chegamos a Santiago. Em Santiago fomos recebidos pela CUT. A CUT estava muito contente com a gente lá, uns companheiros das mesmas lutas e tal, lá. Mas, de repente, o partido em que eu estava tinha rompido com o Partido Comunista. Nós criamos o Partido Operário Comunista, porque achamos que naquele momento o partido, que ainda respeito, os companheiros lá, estava muito moles, inclusive tinham conversações por baixo dos panos com a ditadura.

Aí, de repente, a CUT nos pagou um hotel, que eu vou dizer, depois de a gente passar aquilo, miséria toda, de ônibus, dormindo numa churrascaria lá no fundo de um prédio e tal, dormindo lá, aí chegamos ao hotel, parece que era Senador, para senador lá de Santiago, onde havia tudo que a gente podia comer, você entende isso? Lá em Mendoza, nós tomávamos – eu ouvi o Brockes falar, o companheiro – sopa. Tinha dinheiro que dava o sindicato de energia elétrica, lá de Mendoza, nós comíamos uma sopa que era o seguinte, olha: eram uns pedacinhos de carne, arroz, feijão, massa, e depois eles pegavam um *ají*, que era aquela pimenta vermelha, e tocavam ali. O cara parecia que estava comendo fogo.

Bom, atravessamos, fomos parar naquele hotel. Estava hospedada também uma artista de cinema, que há pouco tempo faleceu. Não faleceu? Pensei que tivesse. Mas se apresentou em Porto Alegre. Ela abanou a mão para nós no corredor, nós todos.

Nós nos encontramos lá e começamos a viver. Eu trabalhava fazendo café, porque achávamos que éramos brasileiros, fazia aquele café batido para um restaurante de Santiago e um companheiro que ia comigo lavava os pratos. Depois, comecei a trabalhar como professor. Hoje, sou pedagogo, mas, naquele tempo era professor e comecei a trabalhar nas escolas do Chile. No Dia do Golpe, eu estava morando num bairro nobre, num quarto dos fundos, desci, porque escutei que a CUT havia dito que havia mobilizações de militares em Santiago. Desci, os militares fizeram com que eu descesse do ônibus. Caminhei até perto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIRCEU LUIZ MESSIAS – ...do Palácio do Governo. Ali, fui atravessando, fui a pé até a Maestranza, que é uma metalúrgica atrasada, onde os caras dobravam o metal a fogo. Chegando lá, decidi que íamos resistir e disse aos companheiros brasileiros: estou aqui para resistir. Fui aplaudido por eles. Estivemos, durante todo esse período de Golpe, ali naquela Maestranza, prontos para resistir. Tinha bastante arma, mas, um dia antes do dia 13, no dia 12, quando saímos de lá, o Golpe aconteceu no dia 11, veio uma ambulância camuflada, que recolheu... Era o Partido Socialista e o MIR, que recolheram as armas e vieram os militares para nos prender.

Quando eles bateram lá, eu confesso que nunca tinha visto um homem tão branco, tão "cagão", com o perdão da palavra, como era o capitão que veio nos buscar. Quebraram a porta, o portão, entraram com aquelas metralhadoras, cheios de metralhadoras, e o cara branco, desfigurado. Aqueles caras com aquelas metralhadoras... E eles sentiram que nós não tínhamos nenhuma arma e começaram a bater, até o momento em que chegou o oficial do Exército para nos prender. Prenderam todo mundo. O sargento que nos prendeu, disse assim: "Tem um estrangeiro, que nós sabemos. Você é o Dirceu Messias?" E eu disse: sou. Colocamos na fronteira, com um pontapé na bunda, os bolivianos. Os uruguaios saíram, não sei o que houve, mas deram um jeito deles saírem. Vocês, brasileiros, vão ser os próximos a sair aos pontapés daqui. Aí me levaram para um estádio no Chile. Eu estive no estádio do Chile. Eu estive no estádio do Chile em desfile nacional. No Estádio do Chile era porrada pura. Lá eu apanhei como nunca na vida. Havia simulacros de estrangulamento, e por isso eu tenho problema na glote até hoje. Socos, eu ouvia alguém falando em socos, dando, batiam na gente, e depois, quando a gente está super... quando a gente já tinha apanhado bastante, eles iam lá e largavam lá num canto, não é? Todo mundo que já foi torturado e apanhou tanto assim sabe que depois que passava aquele momento de espancamento, de sermos jogados, enfim, nós sentimos todas as dores que existem no mundo.

Bom, aí aconteceram coisas, fuzilamentos aí, eu encontrei até um cantor, Victor Jara, eu estava em volta... Por isso que hoje se chama aquele estádio, Estádio Victor Jara, porque eu informei que o Victor Jara tinha estado ali. Ele estava na volta do lugar onde se jogava *basketball* e era um banco feito de ferro, pintado de maneira ruim, era uma coisa feia, e ele estava ali e o sargento que eu já tinha feito alguma amizade, disse assim: "Olha, aquele ali é Victor Jara." E eu olhei para ele e ele tinha um olhar triste. E depois soube que tiraram ele dali e de-

ram... A raiva era tanta, porque ele tinha escrito uma canção chamada Puerto Montt, que relatava o massacre feito pelo exército aos trabalhadores das minas do Chile, que deram 41 tiros no seu corpo.

Bom, saímos dali... Eles mataram também gente...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Dirceu, eu vou pedir a você para resumir porque nós temos ainda algumas outras pessoas.

O SR. DIRCEU LUIZ MESSIAS – Tá, eu saí daí e fui para o Estádio Nacional e eu tive aí com...

Eu estive aí no Estádio Nacional. O Otto Brockes me conhece, o Sorotiuk me conhece também. Quando eu entrei lá, tinha primeiro só bolivianos, na célula que eu estava, só bolivianos. E os bolivianos diziam assim: "Olha, tinha brasileiro! Tem uma coisa que nós bolivianos sabemos, apanhamos e fomos torturados a vida inteira: Cala a tua boca. Fecha a boca, não fala, porque tem gente que é do partido, não sei o quê, mas isso aí tem muita gente infiltrada. Cala a boca." E eu calei a boca. Calei a boca mesmo.

Eu fui várias vezes... Vi que existia lá no Chile policiais brasileiros que estavam informando tudo o que as pessoas falavam aqui, passavam para eles. Quando eu fui para o interrogatório, lá num canto de um corredor, eu estava aqui sendo interrogado, num canto do corredor eu vi um brasileiro falar. Era alto e mulato e ele falava em português, mas eu não conseguia saber o que era. E o cara chegou e disse assim para mim: "Vem cá, dizem que tu és um extremista perigoso. Tu não és comunista?" Eu digo: não, não sou comunista, e tal... E aí correu de lá, onde estava aquele brasileiro lá, correu um sargento que veio com um papelzinho assim, dobradinho assim, e o cara perguntou: "Ah, tu não é comunista? Então tu não conheces o Partido Operário Comunista?" Aí eu não pude dizer outra coisa. Sim, existe o Partido Operário Comunista, mas eu não tenho nada a ver com ele.

Bom, é público e notório que o Estádio Nacional era eivado de policiais brasileiros, e não era só isso. Existia, inclusive lá, e eu tomei conhecimento com uma outra pessoa, um oficial do exército equatoriano, que não usava a farda e que era informante lá, desde o Equador, da reação latino-americana.

Por isso, a coisa que vou pedir agora, a primeira, é a seguinte: também se sabe que a Embaixada brasileira e o Consulado eram quem dava apoio, quem deram apoio para o golpe no Chile.

Havia uma coisa, a diferença é a seguinte: o embaixador brasileiro... Eu sei, porque teve gente, estudantes do pedagógico, que foram infiltrados, que se infiltraram lá; um grupinho lá do pedagógico, que se infiltrou e que sabia o seguinte: o embaixador brasileiro – e quero que se aprofundem essas verificações – era o quinto homem no golpe do Chile, porque existiam três militares, como a gente conhece. Eles colocaram também um quarto, que era o representante dos carabineiros, e havia o nosso embaixador. E o companheiro está falando ali. Há mais ainda: ali o político era a Embaixada que fazia, mas quem dava porrada mesmo era lá no Consulado.

Então, está aí o Consulado. Eu acuso o embaixador como uma das pessoas responsáveis pelo golpe do Chile, naquele tempo. Eu sabia até o nome dele. E quero que se faça essa verificação, se estou mentindo ou não estou mentindo.

Bem, nós... Lá aconteceu... No Estádio Nacional ainda, mataram o Major Lavanderos. Quem sabe aí... O Major Lavanderos. Disseram que o Major Lavanderos não sei o que, não sei o que lá. Era um major – as pessoas não tinham essa oportunidade de chegar perto dele – que falava com as pessoas que estavam lá. Esse, o major, pedia que se verificasse também, profundamente, agora com o novo governo do Chile, se o Major Lavanderos morreu lá, por problemas de saúde, ou foi morto, como corria entre os militares.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Mas eu deixo...

Vou lhe pedir, Dirceu, que conclua, para a gente poder... Quero dar a palavra ainda aos convidados.

O SR. DIRCEU LUIZ MESSIAS – Tá, é o seguinte: você não sabe o que é... Eu não abri a boca. Eu não abri a boca, porque fui, acreditei no que disseram os bolivianos. Hoje estou abrindo a boca, e muita gente vai sofrer as consequências por isso, lá no Chile.

Quando fui agora para o Chile, o que aconteceu? Fui convidado para participar de atos no Chile, para descomemorar o infame Golpe Militar do Chile, porque aquele país, tão lindo e tão doce, não merecia isso.

Fui para lá, chegando lá, eles fizeram a mesma coisa que fizeram comigo nos interrogatórios: me chamaram, me mandaram para lá e para cá, "o senhor tem de esperar aí". Havia um casal haitiano que ia ser... Ficou interrogando eles, não sei mais por quanto tempo e uma outra pessoa. E expulsaram eles. E, toda hora, vinha gente me importunar, falando coisas: "Não, por que não sei o que e tal...". Nós sabemos...

Aí chegou um dos mais importantes homem da polícia da imigração, no aeroporto, dizia o seguinte: "Nós sabemos o que o senhor veio fazer aqui e sabemos o quanto o senhor é importante para eles." Ora, andaram caminhando, correndo, lá por dentro, comigo e não colocaram nenhum militar ou polícia para ficar comigo. Eles colocaram três funcionários da TAM, sendo que dois foram muito corteses comigo, mas um era um legítimo policial que estava querendo me tirar informações. Eu vou dizer aqui para vocês, na frente de vocês: eu vou voltar ao Chile, vou pedir segurança para isso, porque esse país agora está sendo dirigido por uma pessoa altamente respeitável, independente da posição política do que ela tem, mas também porque ela acredita

num governo popular, como nós todos aqui, inclusive o nosso camarada Otto Brockes, que também pensa em construir ainda. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Nós estávamos aqui com a presença do André Saboia Martins, que é da Comissão Nacional da Verdade, e ele queria convidar todos da Mesa, e aí eu estendo para o Dirceu, ele tem fotografias de alguns torturadores e policiais que, na época, estiveram no Chile e ele queria fazer o reconhecimento e queria que vocês o ajudassem nesse reconhecimento. Ele não pôde permanecer aqui até o final desta audiência, mas convidou a todos para, às 14h30, lá na Comissão Nacional da Verdade, no CCBB, para que a gente possa fazer, os senhores que aqui estiveram presos no Estádio Nacional do Chile possam fazer o reconhecimento desses possíveis torturadores, policiais, militares, policiais que estiveram e membros das Forças Armadas que estiveram lá no Chile torturando brasileiros, tal qual já tinham feito no Brasil.

Dando sequência, eu gostaria de passar a palavra à Deputada Federal Janete Capiberibe.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Bom dia a todos que compõem a Mesa; bom dia a esta Plenária que participa desta conversa tão importante, que é a continuação da luta de que nós participamos após o golpe de 64, a luta de resistência pela democracia, para que seja feito o resgate da memória, da verdade, e que seja feita a justiça, exatamente, levantando-se o que foi já colocado por todos os senhores, que deram o seu testemunho na Mesa, e agora o Dirceu relatou.

Para mim, Dirceu, é novidade o que você relatou com relação a sua última ida agora, ao Chile, ainda no governo Piñera, o que aconteceu. Com certeza, você tem que voltar, sim, agora, no governo da Michelle Bachelet, porque, ao contrário do Brasil, o Chile, a Argentina, o Uruguai têm as suas comissões da verdade, que deram resultado. A lei de anistia deles foi diferente da nossa. Nós lutamos aqui pela revisão da nossa Lei da Anistia. E tenho certeza de que essa revisão vai acontecer; esse é um passo que está sendo dado a partir desses momentos da Comissão da Verdade, da Comissão da Anistia e da Comissão de Direitos Humanos. Esta é a reunião de uma subcomissão da Comissão de Direitos Humanos do Senado, presidida pelo Senador Capiberibe, que é meu companheiro. Nós tivemos uma experiência de militância política igual a que os senhores tiveram. Eu me orgulho da nossa geração. Para mim, Dirceu, é muito importante quando você coloca e enfatiza muito mais que nós estamos testemunhando nessa reunião aquele período. Você tem tantos anos de história guardados que quer compartilhar. Então, você não conseguia parar de falar porque são muitos acontecimentos que têm que ser trazidos à luz para que a verdade seja dita e para que haja esse resgate que nós todos esperamos.

Para mim, há uma novidade. Senador Capiberibe, eu parabenizo V. Exª por esta reunião de audiência pública, com esses testemunhos tão importantes, para que nós cheguemos – eu não vou me estender porque aqui está o Reinaldinho, que esteve no Chile e foi citado pelo Otto, está Vicente Faleiros, que em Valparaíso ficou preso dentro de um navio pelos militares. Por um milagre está vivo, está aqui junto conosco –, mas eu quero dizer aqui, neste momento, que as conversas, os debates, as discussões levarão, graças a Deus, a um momento que todos nós esperamos.

Eu ouvi, com muita tranquilidade. Nós estamos dando a nossa contribuição. Eu sou Deputada Federal, faço parte da Comissão da Verdade, Memória e Justiça da Câmara Federal, presidida pela Deputada Luiza Erundina, que vem dando sua contribuição importante para que os mortos, desaparecidos da ditadura militar, aqueles que foram mortos, que foram torturados, que desapareceram apareçam, que essa história venha a público e que nós tenhamos uma juventude... Eu fico muito feliz e honrada de pensar que, na minha juventude, nós todos que estamos aqui, que participamos ativamente dessa luta, fomos muito corajosos, corajosos mesmo, com 20 anos, 18 anos, 19, 20, desde 16, eu milito desde os 16 anos no Partido Comunista. Iniciei lá no meu Estado do Amapá, na Amazônia, ali onde começa o Brasil.

Eu participo dessa luta nessa frente aqui e me coloco à disposição – assim como o Senador Capiberibe está à disposição – também para que nós avancemos muito mais para que a memória, a verdade, a justiça aconteçam aqui na história do nosso País.

É muito triste pensar que a juventude do nosso País, e não só a juventude, aqueles que têm 20 anos agora, mas a geração que tem 30 anos, que tem 40 anos não sabe, não conhece o que aconteceu no nosso País nesse período a partir do Golpe Militar, apoiado pelos Estados Unidos, que derrubou o Presidente João Goulart – há a história anterior, mas não é o caso aqui. Vamos caminhar, nós estamos juntos, com todas as comissões de memória no nosso País, nos 27 Estados, as Comissões, também, da Memória, Verdade e Justiça da OAB, nos Estados do Brasil. A OAB Nacional se preocupa com isso. Então, fazemos parte dessa luta. Temos muito orgulho de ter militado naquele período, nas organizações, no nosso País, quando não havia mais nenhum suspiro, nenhum "buraquinho" para se respirar; atuação, participação da sociedade brasileira no período da Ditadura Militar.

Obrigada. Eu estou muito feliz de estar aqui com vocês compartilhando essa parte do Estádio do Chile. Assim, lá dentro eu não cheguei a conhecer muito, eu ouvi muito no Refúgio de Padre Hurtado que o Otto,

médico, foi muito torturado, que quase mataram o Otto. Então, eu te conhecia por nome, e agora estou tendo esse contato e estou muito feliz e orgulhosa de que você é um pacifista e que dá muita importância para a história. Foi buscar lá nas suas origens, desde o teu nascimento, a tua família, e colocaste aqui.

A luta continua companheiro. Estamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado, Deputada.

Eu queria registrar a presença aqui do Secretário da Juventude do Governo do Amapá, Alex Nazaré, e também gostaria de registrar a presença entre nós de Nilson Moulin, companheiro nosso no Refúgio de Padre Hurtado. Enquanto alguns estavam no Estádio Nacional, no Estádio do Chile, havia vários brasileiros nas embaixadas, porque, depois do golpe, houve o toque de recolher e ninguém podia sair às ruas.

A repressão chilena já havia mapeado onde viviam os brasileiros e havia uma campanha muito forte contra os estrangeiros. Então, muita gente procurou asilo nas embaixadas. Quem era apanhado na rua era preso e levado para o estádio. Outros foram para o refúgio das Nações Unidas. A ONU criou dois refúgios em Santiago para acolher estrangeiros que viviam no Chile. Eu e Janete, com nossos três filhos, fomos para o Refúgio de Padre Hurtado. Lá, encontramos o Nilson, que também estava refugiado.

Eu gostaria também de ouvir a palavra do Prof. Vicente Faleiros.

O SR. VICENTE DE PAULA FALEIROS – Bom, depois de tanto depoimento sobre a crueldade humana e a barbárie, eu saúdo o Senador Capiberibe por nós podermos expressar a indignação e também a solidariedade.

João Capiberibe, que eu conheci no exílio, tem um livro sobre a sua história, que é emocionante, onde ele conta toda a saga da sua fuga do Brasil junto com a Janete, relatando todo o sofrimento pelo qual esse casal passou com seus filhos pela Amazônia, pela Bolívia, chegando ao Chile.

Mas como é um livro que não é romance, mas é real, recomendo a leitura.

Mas, para a juventude atual, é fundamental saber o que é a ditadura. Eu sou contra toda forma de ditadura. A ditadura é o arbítrio, a negação do direito, do direito civil, do direito social, do direito político e, mais do que isso, a negação do diálogo, a negação da expressão do conflito que estamos vivendo aqui hoje. A ditadura é, além disso, a negação da vida, a negação do ser. É a afirmação da morte, como foi colocado aqui.

A ditadura é o arbítrio. A ditadura é a expressão da vontade de um dominante que oprime a sociedade. E o pior: a ditadura é feita pelo Estado. É o Estado, que devia proteger, que se torna agente do massacre. Por isso é importe rever a Lei da Anistia, porque ela foi o poder do Estado contra o cidadão. A ditadura é o Estado massacrando o seu povo.

Aconteceu no Brasil e aconteceu no Chile. O massacre do povo pelo Estado. Por isso é imperdoável quando o Estado, que deve ser agente de direito, torna-se agente do massacre.

A tortura faz parte da ditadura, como foi colocado aqui. Eu escrevi um texto para um congresso de Psicologia e Direitos Humanos sobre a tortura que sofri no Chile. A tortura é a expressão do arbítrio e do canibalismo. O torturador é um canibal que quer comer a sua informação, que quer comer o seu corpo, e quer comer a sua alma. O torturador é a expressão da opressão sem limite. Você, torturado, está submetido à lógica, ao poder do torturador. A tortura é planejada, não é um ato de bravura ou de brabeza, mas uma organização. Ela está organizada para matar, ou para eliminá-lo, ou para submetê-lo. Então, a tortura não é o ato individual de um sargento ou general. Ela é um ato político. A tortura é um ato político, e, sendo assim, implica o Estado inteiro. Ela é organizada.

Eu fui preso em um barco desativado, no Chile, chamado Lebu, que tinha três porões, os quais haviam sido carregados de carvão. E nós, no piso de aço do barco, naquele frio, sem condição nenhuma.

O Nielsen dizia que comia feijão, não é? Os *porotos con riendas*. Nós dizíamos que comíamos *porotos rellenos*, porque era cheio de caruncho, era o feijão recheado de caruncho.

Então, o convés do barco era o lugar de mangueira, para tomar banho, e, nesse barco, a merda era em tambor, no porão. E um dia a corda arrebentou, e foi a primeira vez na vida em que eu sofri chuva de merda. Então, essa era a condição do dia a dia.

Mas a pior tortura era a daqueles companheiros que chegavam do centro da Marinha com unha arrancada, costela quebrada, e desciam aquela escadinha do porão na maior destruição de si mesmo. E tínhamos que dar, ali, o socorro imediato, que era a acolhida, que era amarrar as costelas... Havia, além de mim, mais dois brasileiros. Eu já tinha sido condenado no Brasil. Eu não fui interrogado por Fleury, mas dois amigos, o Domingos e o Adolfo, foram para o centro da Marinha, e, como já foi salientado aqui, eles, além de torturadores, faziam o butim: levaram relógio e os óculos dos brasileiros, na Marinha. E eram encapuzados.

Eu fui torturado no barco, no convés, e, como a tortura é planejada para não deixar marcas, puseram-me uma corda para levantar os pés. Quando descia, a corda apertava, por horas e horas, ao me interrogarem sobre o que eu fazia no Chile. Essa tortura planejada para estrangeiros era para não deixar marcas. Então os torturadores lá do estádio não tinham ainda planejado o que é torturar. O chileno torturava estrangeiro que

podia sair do país. Nessa condição é que eles fingiam também. No dia em que a ONU foi visitar o barco, levaram camas dos quartéis, colchões; a ONU visitou e, no dia seguinte, levaram tudo embora de novo. Quer dizer, são uma farsa muitas coisas que apareceram.

A minha esposa fazia envio de alimentos, e eles roubavam metade. Depois ela teve que fugir também para o Padre Hurtado.

E a situação era, além da tortura, de expectativa do arbítrio: a gente não sabia se ia ser torturado, fuzilado ou solto. Então, nessas condições, o barco Lebu passou a ser o lugar onde a gente encontrava todos os amigos e também desconhecidos chilenos – que, no dia anterior, estavam brigando entre socialistas e comunistas; um olhava para outro e dizia: "Pô, nós estávamos brigando e agora estamos aqui pelo poder."

Então, era o lugar também de reflexão daquela experiência chilena maravilhosa de luta pelo socialismo e que terminou por uma articulação do imperialismo americano – e é importante salientar isso. A quantidade de dólares que a CIA injetava no Chile... Essa experiência da Ucrânia me lembra até um pouco do que a CIA fez no Chile – a injeção, o boicote dos produtos chilenos.

Você ficou sem comer lá, não é? Contou aí? Mas havia o boicote também pela burguesia chilena, aliada ao imperialismo americano.

E essa lógica da sociedade com os militares levou, em Valparaíso, no dia do golpe, o Merino a ocupar a cidade. E algumas pessoas – que me contaram depois – diziam que ele mentia para os soldados. Dizia: "Nós vamos defender o Allende." E para cada grupo de militares que ocupava as ruas ele dizia uma coisa. E as ruas de Valparaíso inteiras foram ocupadas.

E a gente conheceu, além da repressão, a solidariedade. Prestando solidariedade aos amigos, pois eu fui preso, dia 18 de setembro. E o medo, e a falta de resistência – a esquerda estava totalmente desorganizada.

O Altamirano, no livro de depoimento que foi publicado há dois, três anos, dizia que ele não sabia o que fazer – Altamirano era o Presidente do Partido Socialista. Ele ligou para o Allende e o Allende dizia: "Bom, faça o que você deve fazer como dirigente partidário; eu sou Presidente, eu sei o que fazer." E o Altamirano teve que fugir também e se esconder em uma embaixada. Então, essa situação do golpe e da ditadura atingiu brasileiros de todos os níveis.

Eu queria aqui prestar a minha homenagem, para encerrar, ao Nei Cunha – morava em Arica – que foi arrancado de casa, preso e depois jogado, em mangas de camisa, na Cordilheira dos Andes em plena neve. E, caminhando, ele conseguiu chegar a uma cidadezinha argentina, olhando a luz à noite para se situar.

Então, a gente pode ver que o golpe chileno, articulado ao golpe brasileiro... Também todo mundo citou aqui a embaixada – fazia-se das embaixadas segurança dois. A embaixada não era para relações internacionais.

O meu filho nasceu no Chile, e a embaixada, o consulado se recusaram a dar certidão de nascimento para ele, brasileiro; ou seja, a negação da cidadania.

Depois conseguimos sair para a Holanda, no aeroporto, debaixo de metralhadoras – eu expulso também do Chile, é uma honra ter sido expulso pelo Pinochet –, o cônsul brasileiro na Holanda, isso é uma denúncia, me chama para saber o que a gente ia fazer no Sete de Setembro – eu pensei que fosse para registrar o meu filho, que tinha nascido na Holanda também, lá ele aceitou o registro –, mas para perguntar o que se ia fazer. Quando eu percebi que ele era espião, e não cônsul, eu lhe disse: Senhor cônsul, eu não tenho satisfação a lhe dar da minha vida. Tchau.

Então, a situação das embaixadas e dos consulados tem que ser investigada pela Comissão da Verdade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Prof. Vicente Faleiros.

Eu tenho aqui também algumas manifestações de internautas que nos chegaram. Dentre os quais um comentário da Priscila Parente Noronha. A Priscila nos diz que "é muito importante para a população brasileira saber detalhes sobre esta época para que seja mais difícil termos novamente um retrocesso desses em nosso País, devido à consciência bem maior que a sociedade terá. Acho muito interessante que a Constituição Federal de 1988 seja estudada no ensino médio".

A Anna Flávia Schmitt Wyse Baranski diz que até o José Serra poderia ser convidado para esta audiência porque, se não me engano, ele morou no Chile. É claro, ele morou no Chile, mas acho que não esteve no Estádio Nacional; o Serra não esteve no Estádio Nacional. A Ana Flávia continua: "eu penso que não há dificuldade em levantar, é só colher os depoimentos dos presos políticos, tentar identificar nos arquivos das polícias estaduais e, se for o caso, nos arquivos das Forças Armadas, e convidar esses profissionais para uma nova audiência pública. Neste momento comentei sobre a audiência pública com uma pessoa da qual não posso citar o nome aqui, mas ele comentou que nos nossos estádios do Maracanã e Maracanãzinho também aconteceram as mesmas práticas". Não, eu acho que há um certo exagero.

Eu acho que esses depoimentos aqui foram extremamente importantes, nós ainda temos uma pessoa que deseja se manifestar, mas aproveito que eu vou apresentar um requerimento na Comissão de Direitos Humanos, dirigido ao Ministro da Defesa, para que ele nos encaminhe os nomes de todos os oficiais das três Armas que estiveram no Chile nesse período para que a gente possa cotejar com os dados que a Comissão da Verdade tem e possa chegar e identificar claramente, porque daqui a pouco nós vamos ter a oportunidade, quem foi preso no estádio do Chile vai ter a oportunidade, inclusive, de reconhecer fotografias de que a Comissão da Verdade dispõe.

Mas eu gostaria...

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Só uma questão de ordem bem rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pois não.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – O Vitório levantou a participação da diplomacia brasileira, mas a gente vê, após o testemunho do Vicente Faleiros, que não foi só no Chile, não foi só em outros países da América Latina, da América do Sul. Na Europa também aconteceu; nós vivemos isso no Canadá, os nossos filhos também não tiveram documento durante todo o período de exílio, então, que, a exemplo do requerimento que V. Exª vai fazer para o Ministro da Defesa, que seja feito também o levantamento no Ministério de Relações Exteriores, no Itamaraty: quem era o cônsul, quem era o embaixador. Aqui foram ditos nomes – que não apareça nenhum nome –, mas no consulado do Chile na época, no consulado da Bolívia no golpe, que seja visto e que seja feito um requerimento para convidar também os ministros e os ministros enviarem os seus comandados aí nos ministérios, para que eles venham aqui falar e dizer se é verdade ou não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado pela sugestão.

Sobre a participação da Embaixada brasileira no golpe do Chile, já existe farta documentação comprovando isso. Mas estamos aqui com a Silvia Whitaker, que acho que deve ser filha de Chico Whitaker, ou parenta, que é da Comissão da Verdade. Tenho a honra de recebê-la e de lhe passar a palavra.

O SR. SILVIA WHITAKER – Muito obrigada, Senador. Sim, sou, de fato, filha do Chico Whitaker. Eu estava, como todos vocês, lá no Chile, eu tinha dez anos, mas vivi também essas coisas muito de perto, inclusive o desaparecimento do Túlio, que é primo da gente, a procura do Túlio Quintiliano. Enfim, conheço essa história. Essa história que vocês estão contando é um pedaço da minha vida.

Mas eu estava pedindo a palavra com muita insistência, agora, na verdade, não nessa condição, e, sim, na minha condição de fato de estar trabalhando na Comissão da Verdade. Estou especificamente pesquisando isso que vocês estão levantando agora, estou fazendo essa pesquisa, dedicando muitas horas. De fato, hoje em dia, a documentação que existe já desclassificada, tanto no Arquivo Nacional quanto no arquivo do Itamaraty, é muito volumosa. Já estamos conseguindo fazer muitos levantamentos. A nossa função, na Comissão da Verdade, naturalmente, não é se dedicar às violações dos direitos humanos cometidas pelo regime chileno, não é nossa função, mas está no nosso mandato, sim, investigar e escrever o que foi feito, ou o que deixou de ser feito, pelo Estado brasileiro. Inclusive, num caso no exterior, como o golpe do Chile, não só prestar a assistência que seria devida, como, mais do que isso, intermediar, facilitar a presença de agentes brasileiros para interrogar. E mais, aproveitar a situação dessas pessoas que estavam presas lá para retomar o caminho, para retomar a ficha, para depois continuar "pistando" isso e informando os órgãos de segurança.

Então, existe muita documentação. Esse documento que o Vitório Sorotiuk apresentou, de fato, eu já tinha conhecimento, e há muitos outros. Eu só queria aqui – na verdade, eu não queria nem me manifestar, estou sendo um pouco mais longa – dizer a vocês que a Comissão da Verdade está fazendo essa pesquisa, ela é importante, há muita coisa a ser vista sobre isso, há muitos documentos, os documentos são fragmentados, eu estava pedindo a palavra com insistência porque eu gostaria muito de poder contar realmente com a colaboração de vocês. Estou investigando bastante a questão do golpe do Chile, dos documentos que existem sobre isso, estou indo ao Chile semana que vem, muitas coisas aparecem nos documentos, muitas coisas mesmo, mas são fragmentos, dependemos da colaboração de todos para rechear, para depois juntar. Então, eu gostaria de ficar em contato com todos vocês, que vocês anotassem, estou deixando meu nome para ficarmos em contato.

Hoje à tarde, todos que puderem ir à Comissão da Verdade fazer uma primeira sessão de reconhecimento de fotos de possíveis pessoas que fossem esses torturadores, será muito útil. Independente dessa primeira sessão, eu gostaria de contar com a colaboração de vocês para continuar, depois, montando as peças desse quebra-cabeça. Isso será parte, certamente, de um relatório da Comissão da Verdade, é parte da verdade do que tem que ser dito sobre esse período. Enfim, estou à disposição e precisando da ajuda de todos vocês.

Era isso o que eu queria dizer.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado. Vou passar a palavra aos expositores para as últimas considerações, mas... Você gostaria de usar a palavra? Eu gostaria que você se identificasse.

A SRª PALOMA BIANCA – Meu nome é Paloma Bianca, tenho 24 anos, sou filha de uma chilena companheira, apaixonada, e de um eterno estudante guerrilheiro, Ubiramar Peixoto, que está aí com vocês.

Em nome da juventude, eu queria me manifestar. Sou uma jovem, recém-licenciada em história, e, em nome da juventude consciente e com sede insaciável de justiça, eu gostaria de agradecer, porque tive uma aula que jamais tive em toda a minha vida; agradecer aos bravos heróis que compõem aqui e o Brasil inteiro. É muito gratificante saber que... Eu queria que vocês soubessem que há pessoas que valorizam o que vocês fizeram. De todo sacrifício e suor vocês podem falar e jamais vão realmente dizer o que aconteceu, vão tentar, mas... Eu queria dizer a vocês que, como futura professora, vou levar a história de vocês adiante, não vai passar em branco, todos que passaram por mim vão saber quem são vocês. Porque graças a vocês hoje temos direito de fala, de voz, de grito, de manifestar nossa vontade. Tudo isso graças ao esforço de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Bom, vou dar uma explicação. Muito obrigado, Paloma, obrigado por seu reconhecimento. Acho muito importante ouvir de um jovem, de uma jovem um depoimento de reconhecimento dessa luta de tantos brasileiros para que a gente pudesse reconstruir a democracia, a liberdade e os direitos civis.

A Comissão de Direitos Humanos criou a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça aqui do Senado, que eu presido. O objetivo da Subcomissão é justamente colaborar com a Comissão da Verdade, o nosso objetivo é colaborar com a Comissão Nacional da Verdade, no sentido de recuperar essa fase da história brasileira. Especialmente neste ano, dos 50 anos do golpe militar, tivemos pela primeira vez uma ampla divulgação dos fatos passados. Nunca se falou tanto no golpe como nesses 50 anos. Nós tivemos também algumas manifestações importantes de meios de comunicação que apoiaram o golpe e que vieram a público se desculpar, pedir desculpas à sociedade brasileira. O que falta é as nossas Forças Armadas pedirem desculpas à sociedade brasileira. O grande objetivo é que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, que neste momento fazem sindicância, constatem que se torturou nos locais dessas Forças, que houve tortura de fato, que houve tortura até na Esplanada dos Ministérios, que prestem contas à sociedade brasileira e peçam desculpas para que possamos nos reconciliar com a nossa memória.

No Senado tramita – como tramita na Câmara – um projeto de adequação da Lei de Anistia. Não é uma revisão da lei. A ideia é adequar a lei à Constituição Federal, que declarou como crime não prescritível, como não passível de qualquer perdão o crime de tortura, ocultação de cadáver, enfim. Esses são crimes imprescritíveis pela Constituição Federal. Então, precisamos adequar a lei à Constituição. Mais do que isso, precisamos adequar a lei à Declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que também desconhece a lei brasileira.

Por último, nós temos uma herança, porque essa prática da tortura aos opositores do regime político da ditadura terminou se estendendo no tempo e continua até hoje, não só a tortura continua sendo praticada hoje, como o desaparecimento forçado de pessoas. Como o caso do Amarildo, no Rio; há vários casos. São centenas de casos de desaparecidos na democracia. Portanto, é em função da impunidade que há tortura e essa prática do desaparecimento, que a violência do Estado continua sendo praticada. Portanto, é importante adequar a Lei de Anistia ao momento que estamos vivendo no presente.

Esse é o trabalho. Nós já aprovamos na Comissão de Direitos Humanos, o projeto é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, eu fui o Relator na Comissão de Direitos Humanos, está aprovado aqui, tramitando na Comissão de Relações Exteriores e também na Comissão de Constituição e Justiça. A expectativa é de que a sociedade se manifeste no sentido de que avancemos nessa direção. Nós não podemos mais conviver com esse passado inexplicável da ditadura, com manifestações ainda claras de que essa arrogância toda continua.

Nós temos, aqui mesmo, no Senado, um caso patético: uma ala do Senado que homenageia um dos maiores torturadores do Estado Novo, Filinto Müller. E nós não conseguimos dobrar essa página da história do próprio Senado.

A gente sabe que a ditadura foi civil-militar, isto é, fortemente apoiada pelas lideranças civis, tanto do Senado quanto da Câmara.

A minha expectativa é de que há também uma campanha, promovida pela Anistia Internacional, de coleta de assinaturas, no sentido de revermos a Lei de Anistia, de a adequarmos. E é fundamental que haja pressão, pois, sem pressão, não há decisão política. Portanto, é fundamental que nós nos debrucemos para pressionar o Senado e a Câmara no sentido de aprovar ou o projeto de lei da Deputada Luiza Erundina, que tramita na Câmara, ou o projeto de lei do Senado Randolfe Rodrigues, que tramita aqui no Senado.

Eu concedo a palavra a quem, aqui da mesa, deseje fazer as suas considerações finais. (*Pausa.*)

O SR. OTTO BROCKES – Eu, atualmente, repito as palavras do Faleiros: sou radicalmente contra qualquer tipo de ditadura, de arbítrio.

A partir da Alemanha, eu fui para Portugal e, de lá, para a África, onde fui voluntário na guerra de Angola. Fiquei lá por dois anos. Ali, em Angola, foi onde me abriu a cabeça sobre o arbítrio que é possível se cometer num regime de partido único. Em Angola, eu trabalhei nas frentes de combate, atendi a milhares de pessoas, trabalhando sem nenhuma intenção de recompensa, fosse financeira ou de qualquer natureza, apenas por uma questão de solidariedade, ainda porque eu sonhava, desde pequeno, em ajudar o povo africano. E, em Angola, eu fui preso, colocado no meio de mercenários, colocado em uma situação terrível, Só não fui executado simplesmente porque um conjunto de amigos meus interveio, inclusive o Mário Japa, que trabalhava no Comitê Central do MPLA, no sentido de me libertar. Eu fui libertado sem nenhum documento, com uma calça pela metade das pernas, uma camisa e quase descalço, com um sapato roto. Fui expulso de Angola como mercenário, com o passaporte carimbado como mercenário.

É um pouco caricata a situação, mas eu acho que é necessário citar. Ditadura é isso!

O SR. VICENTE DE PAULA FALEIROS – Eu só queria dizer que, depois de passar pela Holanda, fui aceito no Canadá, onde nós entramos como apátrida. Quer dizer: o Brasil me negava a pátria. Então, ter sido apátrida mostra o arbítrio de quem são os patriotas e quem são contra a pátria. Os milicos ditadores, eles sim, são contra a Pátria; nós, aqui, retomando as palavras, somos os patriotas.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Está de volta, aqui entre nós, o Sr. André Saboia Martins, da Comissão Nacional da Verdade, e quem sugeriu o reconhecimento pelas fotografias.

Eu tenho a honra de ouvi-lo.

O SR. ANDRÉ SABOIA MARTINS – Muito obrigado.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à Subcomissão de Memória, Verdade e Justiça do Senado Federal, na pessoa do Senador João Capiberibe, pela iniciativa de realizar esta importante audiência pública, tratando de um tema de enorme relevância para a história do Brasil, para a história das relações do Brasil com os países vizinhos.

Gostaria de dizer que esse é um tema que está sendo examinado e investigado pela Comissão Nacional da Verdade, dentro das atribuições de identificar as estruturas da repressão, identificar os autores das graves violações de direitos humanos, torturas, prisões arbitrárias, desaparecimentos forçados. E aproveitar para, publicamente, convidar também as pessoas que testemunharam para seguirmos com esse trabalho, aqueles que puderem, hoje à tarde, a partir das 14h30, numa reunião de trabalho na Comissão da Verdade, para aprofundarmos as investigações, com todas as informações que foram trazidas nessa audiência tão importante.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Só para combinar, 14h15, 14h30... Como fazemos para nos encontrarmos?

Sugiro para que vamos ao meu gabinete e, de lá...

O SR. ANDRÉ SABOIA MARTINS – Estamos providenciando carros para levar as pessoas, acho que poderia ser aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pode ser no meu gabinete mesmo. A gente se encontra lá, o carro entra no Anexo II e, de lá...

Vou passar a palavra para o membro da Mesa para considerações finais. Só vou pedir que sejam muito breves, porque temos uma agenda meio apertada.

O SR. VITÓRIO SOROTIUK – Senador João Capiberibe, gostaria de agradecer o nosso depoimento e, aproveitando que a assessora Silvia Whitaker, vai ao Chile agora, que ela pudesse tratar lá da volta do Dirceu Messias. E eu me coloco à disposição de lhe acompanhar na viagem de volta ao Chile.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Ubiramar, por favor.

O SR. UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA – Lamentavelmente, o tempo foi um pouco exíguo e não podemos debruçar sobre algumas informações importantes que espero que haja um desdobramento juntamente a Comissão da Verdade, para melhor detalhá-las.

Queria só fazer uma remissão à questão da Operação Condor, porque ela foi gritante, foi muito palpável. Nós que convivemos com os companheiros, por exemplo, João Batista Rita, o "Catarina"; o Edmur Fonseca, o gaúcho; o Joel e o Daniel Carvalho, que morreram logo quando se internaram na Argentina; isso mostra evidentemente o quanto essa operação foi efetiva nesse lado nefasto da vida do Cone Sul.

Queria até ler aqui parte da informação da Abin:

Em documento da 2ª Seção do Estado Maior do Exército, datado de 3 de outubro de 1973, constou seu nome em relação de brasileiros que se encontravam detidos por autoridades chilenas em Santiago, em 28 de setembro de 1973. Em documento da Embaixada do Brasil, na Argentina, de 19 de março de 1974, constou que o governo argentino recebeu informações do Ministério de Relações Exteriores do Chile, na qual foram relacionados os estrangeiros, entre eles o requerente, como tendo sido expulso do Chile, por decreto, em outubro de 1973.

E, por último, para encerrar, queria só relatar o seguinte: em nosso voo, que chamo voo da liberdade, no voo que nos levou para a Europa, que foi comandado por um membro do Partido Comunista Francês, na nossa primeira viagem, marcada para uma quinta-feira, fomos escoltados por exército carabinero, com baionetas em punho e levados para embarcarmos no voo comandado por essa pessoa. Essa pessoa, esse companheiro, nos levou para uma sala ao lado e disse: "Companheiros, mudaram a rota". Olha, mudaram a rota do avião, isso era a Operação Condor funcionando. "Mudaram a rota do avião com uma escala no Rio de Janeiro. Eu recomendo que vocês não viajem, porque não estou disposto a assumir, porque já passei por experiência anterior." E nos relatou que, em um voo, cuja tripulação não conhecia, havia um companheiro tupamaro, da alta hierarquia do Movimento Tupamaro e possivelmente o companheiro Amaury, da LN, que foi trocado por um dos cônsules, embaixador, que também estaria nesse voo. Ele só percebeu que havia anomalia quando chegou no Rio de Janeiro e já havia um contingente comandado pelo famigerado Fleury com operação de guerra para invadir o avião e extrair esses dois companheiros de dentro do avião. E ele falou: "Eu não tenho mais..." E ele tomou a arma, uma 45 em mãos, abriu a porta do avião e falou: "Aqui é território francês e só entram aqui se passarem por cima do meu cadáver". E segurou o avião e arrumaram para evitar um escândalo de proporções imensas. O avião permaneceu, foi abastecido e arrancou para a França. Ele falou: "Mas só que eu não tenho mais estômago, nem coragem para enfrentar de novo essa situação. Ainda mais vocês, que não são só dois, são trinta, quarenta ou cinquenta que estão aí nesse voo."

Aí, então, o voo da liberdade partiu numa outra semana. E ele saía do comando do voo e cantava Tristeza, Por Favor, Vá Embora e abastecia a gente de vinho, comemorando a vitória do voo da liberdade.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado. "Obrigadíssimo".

Vamos ouvir o Nielsen de Paula Pires. Em seguida, Tomás. E, em seguida, Dirceu.

A SRª SARA ALMARZA – E eu queria falar também como participante depois.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Está bom.

O SR. NIELSEN DE PAULA PIRES – Para a Comissão de Anistia, pedi meus antecedentes no Centro de Inteligência do Exército Brasileiro, que disse "nada consta", me deram uma carta de nada consta. Mas, na base de dados do SNI, sai uma série de observações sobre a minha situação. Evidentemente, com a questão do Chile, prisão e tudo isso, mas o mais interessante é o seguinte. No ano de 1986, eu já professor na Universidade de Brasília, organizei um seminário sobre reforma agrária na América Latina. Está aqui no meu informe, na minha ficha corrida no SNI. No ano de 1987, participei – olha aqui – Cáritas Regional Nordeste III, reunião da Comissão Estadual por Participação Popular na Constituinte. Então, o relatório de uma ação da CNBB está aqui no SNI.

Depois, no ano de 1987, análise dos campos militar, econômico e psicossocial no mês de fevereiro de 1987. Uma atividade que eu não tenho ideia do que se trata, mas está na minha ficha aqui, com todo o negócio. No ano de 1982, Conferência Permanente dos Partidos Políticos na América Latina (Copal), participei no México. O SNI acompanhando no México. Atividades das Organizações de Frente Comunista em agosto de 1982, também está na minha ficha e eu não sei do que se trata.

Então, é o seguinte, o que eu queria dizer é o seguinte: além de acompanhar a gente na situação do Chile, posteriormente acompanharam em todos os outros países em que a gente viveu. E, no Brasil, depois da anistia, depois de muita coisa, o Serviço de Inteligência continua acompanhando os cidadãos brasileiros.

É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Professor, eu fui... No meu *habeas data*, as últimas informações são de 1992. Imagine, 1992! Tinha 1989, tinha havido a disputa. Lula tinha disputado as eleições de 1989. Eu fiquei pasmo. Fui acompanhado pelo SNI até 1992. Eu era prefeito da cidade, ainda assim o SNI acompanhava todos os meus passos.

Com a palavra Tomás Tarqüinio.

O SR. TOMÁS TOGNI TARQÜINIO – Senador, eu gostaria de sugerir que fosse incluída nos Anais da Comissão e da Subcomissão a lista de todos os brasileiros que estiveram presos no Chile e, também, a lista de todos os estrangeiros que estiveram presos também no Chile. Essa lista foi produzida pela Comissão, se não me engano, Valech do Chile e inclusive até as próprias conclusões do Chile em que indica tem teve preso, quem não teve etc.

Por outro lado, mudando de assunto, quero dizer que uma das coisas que mais me impressionou no caso do golpe chileno e da importância da democracia é que eu me dei conta de que a patrulha que veio me buscar em casa era composta de quatro "soldadinhos". Esses quatros "soldadinhos" tinham o direito de vida e morte sobre a minha pessoa. Assim como essa patrulha me prendeu e me levou primeiro para uma *comisaria de carabineros* e lá quase me mataram outra patrulha igualzinha a essa prendeu cinco pessoas, das quais três brasileiros, um uruguaio, se eu não me engano, colocaram em um camburão e passaram a tarde e a noite inteira sem saber onde deixar esses prisioneiros. Iam para uma *comisaria*, para outra, para outra e ninguém queria receber esses prisioneiros. Uma hora dada, aqueles "soldadinhos", querendo ir embora para casa, resolvem fuzilar os cinco que estavam lá dentro, mandam de volta para o Alto do Mapocho e mandam eles entrarem

dentro do rio e fuzilam os cinco, um deles escapou para contar o caso. Quer dizer, isso é a mesma coisa que acontece diante de um torturado de vida ou morte. Assim como esses quatro que chegaram me levaram preso, os outros quatros fuzilaram um certo número de pessoas... Hã?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TOMÁS TOGNI TARQÜINIO – Exatamente, também, havia alguns soldadinhos que não prendiam.

E só para registrar também eu fui muito... eu chamo de tortura sevícia, na *comisaria de carabineros* da Calle Chiloé. Havia muitos presos e eu e o Pedrão éramos os únicos estrangeiros. Então, em cada troca de guarda, nós éramos os troféus que éramos apresentados para os novos carcereiros. E aí eles nos batiam, etc. etc. E aí em um momento dado isso parou. E parou por quê? Porque um oficial que eu não consegui ver, porque eu estava de cabeça no chão, com as mãos na nuca, entrou lá dentro – e é engraçado que deve ser uma lógica mais militar – e disse: "Olha, eu não admito que vocês torturem esses dois. Parem com isso." E completou: "Ao inimigo não se tortura, se fuzila se necessário for." (*Risos*.) Eu não sei se era uma lógica militar, mas em todo o caso, a partir daquilo ali, eles pararam de nos seviciar. Eu digo isso porque talvez tenha sido uma pessoa que não podia manifestar as suas opiniões e se manifestou daquela maneira. Mas, em todo o caso, desde que ele falou "ao inimigo não se tortura, se fuzila se necessário for" pararam de nos maltratar.

Era só isso que eu tinha a dizer.

O SR. O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Com a palavra o meu amigo Dirceu Messias.

O SR. DIRCEU LUIZ MESSIAS – Meu íntegro Senador João Capiberibe, a proposta que já fizeram é parecida com a minha: eu queria que houvesse uma lista dos brasileiros que foram mortos nesse episódio do Chile, que, como a estudante falou ali, são os nossos heróis.

E eu queria fazer uma colocação especial sobre Victor Jará: que nós, brasileiros, pudéssemos homenagear um artista em uma data... Nós não estamos aqui para conferir feriado nem datas especiais, mas o Victor Jara é um exemplo transformador da América Latina.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Você tem inteira razão. Vitor Jara é mais do que um artista chileno, é um artista latino-americano, é um grande compositor popular, é uma figura de expressão continental.

Pois não!

A SRª SARA ALMARZA – Meu nome é Sara. Vou falar como chilena e vou trazer a história do terrorismo do Estado, porque o Brasil exportou seu terrorismo do Estado para o Chile, como foi manifestado, mas quero ligar o que aconteceu na década de 70 com o que aconteceu no dia 11 de setembro. Vou falar em relação ao que o Dirceu falou, de 11 de setembro de 2013.

Então, eu queria solicitar se possível, Senador, que o Senado da República brasileiro requeresse informação sobre como o cidadão brasileiro Dirceu Luiz Messias ainda está numa lista no aeroporto do Chile. Quem deve ter investigado o Dirceu foi a Polícia de Investigações (PDI). Então, faço esse requerimento por quê? Porque estamos sabendo que as duas Presidentas, a Presidenta Dilma e a Presidenta Bachelet, estão unidas no sentido de obter informações sobre isso. Não é possível que ainda a aduana do aeroporto chileno tenha uma lista, pois, segundo a cidadania chilena, todas as listas se acabaram quando se recobrou a democracia.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Acatada a sugestão, nós vamos encaminhar o requerimento. Esse requerimento nós vamos discutir se ...

A SRª SARA ALMARZA – Não pode ser agora? Temos novo embaixador aqui no Chile, que é o ex-Senador Jaime Gazmuri, a quem se pode pedir informação sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Mas eu gostaria de fazer isso pelo plenário do Senado. Parece-me que é uma situação tão grave que nós vamos encaminhar o requerimento pelo Senado para que o Senado aprove o pedido de informação ao governo chileno, à Embaixada chilena, enfim, para que nos informem qual a razão de um brasileiro ainda constar como suspeito em uma lista.

A SRª SARA ALMARZA – E que é impedido de entrar em um país democrático como o Chile, porque agora estamos vivendo uma democracia.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Claro. Muito obrigado.

Eu consulto se há alguém que queira se manifestar. (*Pausa*.)

Não havendo mais ninguém que queira se manifestar nessa audiência pública, eu a dou por encerrada.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 19 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e nove de outubro do ano de dois mil e quatorze, no Plenário nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência Eventual do Senador Ruben Figueiró, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Douglas Cintra, João Alberto Souza, Lúcia Vânia e Fleury. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu e Kaká Andrade. Havendo número regimental é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 10ª Reunião, que é dada como aprovada. O Presidente Eventual informa, conforme Pauta previamente distribuída, que a presente Reunião destina-se à Deliberação de Matérias. Às nove horas e cinquenta e seis minutos o Vice Presidente, Senador Inácio Arruda, assume a Presidência da Comissão. **ITEM 1** – **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO** – **CDR**, **Nº 11, DE 2014** – Requeiro, nos termos regimentais, que seja realizado Seminário da Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal, com a participação da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, na cidade de Caruaru, no Estado de Pernambuco, a fim de debater questões relacionadas aos Arranjos Produtivos Locais daquela região, em especial o pólo de confecção, e o setor de turismo na região. **Autoria:** Senador Douglas Cintra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2014 – Não Terminativo –** "Obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo." **Autoria**: Deputado Lincoln Portela. **Relatoria**: Rodrigo Rollemberg. Relatório: Requer a audiência da CCJ sobre a Constitucionalidade e Juridicidade do PLC nº 51 de 2014, na forma do Art. 138, inciso I do RISF. **Resultado**: Aprovado o Relatório, o projeto segue a CCJ para Consulta. **ITEM 3 – Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2008 – Não Terminativo –** "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco nos bares, restaurantes, e demais estabelecimentos assemelhados, localizados em todo o território nacional." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Tramita em Conjunto – Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2008,** "Altera a Lei 9.294 de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco em ambientes fechados." **Autoria**: Tião Viana. **Tramita em Conjunto – Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2008**, "Altera o art. 2º da Lei nº 9.294/96, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas." **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o Relatório que conclui pela prejudicialidade do PLS 420/2005, 315/2008 e 316/2008. I**TEM 4 – Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008 – Não Terminativo –** "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria**: Senadora Lúcia Vânia. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ. **Resultado:** Aprovado o Relatório com as emendas 1 e 2 CCJ/CDR. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 551 de 2013 – Não Terminativo,** que: "Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE." **Autoria**: Senador Cícero Lucena. **Relatoria**: Senador Inácio Arruda. **Relatório**: Pela aprovação na forma apresentada. **Resultado**: Retirado de pauta a pedido do Senador Inácio Arruda para reexame**. ITEM 6 – Projeto de Lei do Senado nº 511 de 2011 – Terminativo –** "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues." **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ.

Resultado: Lido Relatório, é encerrada a discussão ficando adiada a votação. **ITEM 7 – Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2014 – Terminativo –** "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Lido Relatório, é encerrada a discussão ficando adiada a votação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário

do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Inácio Arruda,** Presidente em Exercício da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 10ª Reunião desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Ata da 10ª Reunião está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Comunico aos membros deste Colegiado que tivemos as seguintes alterações na composição da nossa Comissão:

– Senador Odacir Soares (PP-RO), em substituição ao Senador Ivo Cassol, do mesmo parttido;

– Senador Douglas Cintra (PTB-PE), em substituição ao Senador Armando Monteiro, do mesmo partido;

– Senador Kaká Andrade (PDT-SE), em substituição ao Senador Eduardo Amorim (PSC-SE).

Passa a integrar a Comissão S. Exª o Senador Fleury (DEM-GO).

Aos novos Senadores que passam a integrar a Comissão dou as boas-vindas, externando o meu desejo de que tenham êxito no desempenho de seus mandatos nesta Comissão.

Há comunicados a fazer.

No dia 8 de setembro, reuniu-se, na Sala Plenária do Ministério do Turismo, o Comitê Gestor e Técnico do Documento Preferencial 2015/2019. Este documento tem como objetivo sistematizar as demandas do setor produtivo do turismo, que foram levadas aos candidatos à Presidência da Repúblcia. Adicionalmente, tem como objetivo subsidiar a elaboração dos Plano Nacional de Turismo 2016/2019, do Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e do Planejamento Estratégico (PE) 2016/2019.

Participaram do evento o Ministro do Turismo, Sr. Vinícius Lages; o Presidnte da Embratur, Sr. Vicente Neto, gestores do Ministério e do Instituto, além do Comitê Gestor do Documento Preferencial, composto por membros do Conselho Nacional de Turismo (CNT). Esta Comissão se fez representar por meio de sua equipe técnica.

Já no dia 10 de setembro, a CLIA Abremar Brasil – Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos realizou o Encontro Setorial de Cruzeiros Marítimos, em Brasília, no Hotel Grand Bittar, evento que trouxe, como principal objetivo, o debate sobre questões trabalhistas acerca de navios de cruzeiros, Na oportunidade, esta Comissão também se fez presente.

No dia 8 de outubro, participamos da oficina de formulação de diretrizes para a Política Nacional de Qualificação em Turismo, promovida pelo Ministério do Turismo com o apoio da Universidade de Brasília. Na oportunidade, foram apresentados os resultados dos levantamentos de informações relativas às ações de qualificação no País, dos estudos de casos internacionais e das entrevistas com os representantes do setor.

Comunicamos que recebemos do Sr. João Batista de Rezende, Presidente do Conselho Diretor da Anatel, exemplar do *Relatório Anual – 2013*, com o balanço das atividades desenvolvidas pela Agência Nacional de Telecomunicações ao longo do último exercício. O relatório está na Secretaria da Comissão à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores interessados.

Realizaremos, na próxima semana, no dia 5 de novembro, às 9h, neste Plenário nº 7, audiência pública em atendimento ao Plano de Trabalho e Avaliação de Políticas Públicas (Resolução nº 44, de 2013), sobre a estruturação dos destinos turísticos brasileiros, decorrente do RDR nº 6, de 2014, e RDR nº 10, de 2014, de autoria do Sr. Senador Antonio Carlos Valadares e da Srª Senadora Lídice da Mata.

Nessa primeira parte, ouviremos os representantes da sociedade.

São essas as comunicações que esta Presidência deseja fazer aos Srs. Senadores.

Passemos, agora, à pauta.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião se destina à deliberação de proposições.

A primeira proposição – e prioritária – é de autoria do eminente Senador Douglas Cintra.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 11, de 2014 – Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, que seja realizado Seminário da Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal, com a participação da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, na cidade

de Caruaru, no Estado de Pernambuco, a fim de debater questões relacionadas aos Arranjos Produtivos Locais daquela região, em especial o pólo de confecção, e o setor de turismo na região.

Autoria: Senador Douglas Cintra

São convidados:

– Tânia Bacelar de Araújo – Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

– Jocildo Bezerra – Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

– representante do Ministério da Integração Nacional;

– representante do Ministério Publico Estadual de Pernambuco;

– representante do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);

– representante da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FEPE);

– representante da Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC);

– representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio/PE);

– representante da Secretaria de Turismo do Governo do Estado de Pernambuco;

– representante da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru.

Concedo a palavra ao Senador Douglas Cintra para fazer o encaminhamento do seu requerimento. Com a palavra V. Exª, Senador Douglas.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, a nossa região agreste do Estado de Pernambuco é uma região marcada pela grande força econômica do polo de confecções. Acreditamos que o nosso Estado precisa de um desenvolvimento mais equilibrado. Tivemos, nesses últimos anos, investimentos marcantes muito mais voltados à nossa região litorânea, especificamente na região metropolitana. Tivemos, também, importantes investimentos no sertão, com a transposição, com a Transnordestina.

E essa região agreste tem a pujança econômica determinada pela fabricação de confecções. Para o senhor ter um exemplo, 15% a 20% de todo o *jeans,* tecido *jeans,* produzido no País tem como destino final as cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz. Ou seja: essa microrregião representa 20% da confecção de *jeans* do brasil e de tantos outros materiais que são usados. Isso tem uma determinação econômica muito forte em outras cidades que estão ao redor dessas. Hoje, cerca de 20 cidades dependem economicamente do setor de confecções. Sendo assim, faz-se necessário debater o assunto para que esse polo de confecções possa ter, a médio e longo prazo, oportunidades de crescimento. Assim, poderemos ouvir, entender e trabalhar para ver o que será necessário para que o desenvolvimento continue acontecendo de forma sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Estando presente a esta sessão o eminente Vice-Presidente desta Comissão, Senador Inácio Arruda, eu o convido a assumir a Presidência.

Faço questão que V. Exª assuma.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Em discussão o Requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Requerimento já veio com a programação, para que possamos materializar a sua operação. A data é 7 de novembro de 2014, Associação Comercial e Empresarial de Caruaru. Então, já convidamos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras para que estejam na audiência pública. Considero-a muito importante. Vou examinar com o Presidente, mas, de qualquer maneira, vamos convidar alguém do Mato Grosso do Sul, um Senador do Mato Grosso do Sul para comparecer a Caruaru. Já há uma rima para se usar perfeitamente em um repente.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – V. Exª talvez não saiba, mas tenho uma nora que é de Pernambuco. Então, há razão sentimental para eu lá comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Isso! Este é um Brasil de todos!

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Na cidade de Ouricuri.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) –

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2014
– Não terminativo -

Obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo.

Autoria: Deputado Lincoln Portela

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Requer a audiência da CCJ sobre a Constitucionalidade e Juridicidade do PLC nº 51 de 2014, na forma do Art. 138, inciso I do RISF.
Observações:
– O Relatório foi lido e adiado sua discussão e votação.
– Aprovado o Relatório a Matéria segue a CCJ.
– Ouvida a CCJ o Projeto retorna à CDR para tramitação.

O Senador Rodrigo Rollemberg deve estar tratando da indicação do seu secretariado evidentemente, cuidando dessas questões centrais, o que compreendemos perfeitamente. Mas ele disse que quer relatar. S. Exª deverá estar presente na próxima reunião.

Assim sendo, passamos ao item 3.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 420, de 2005
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco nos bares, restaurantes, e demais estabelecimentos assemelhados, localizados em todo o território nacional.
Autoria: Senador Magno Malta.
Concedo a palavra ao Relator, Senador Figueiró.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, de 2008
– Não terminativo -

Altera a Lei 9.294 de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco em ambientes fechados.
Autoria: Senador Tião Viana.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2008
– Não terminativo -

Altera o art. 2º da Lei nº 9.294/96, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.
Autoria: Senador Romero Jucá
Relatoria: Senador Ruben Figueiró
Relatório: Pela prejudicialidade
Observações:
Pela prejudicialidade do PLS 420/2005, PLS 315/2008 e PLS 316/2008, em face da aprovação do PLV 29/2011.
Após aprovação do Relatório, Matéria seguirá para CAE.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Obrigado, Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, vou me permitir ler todo o relatório, porque se trata de matéria antiga e, de certa forma, controvertida. Por isso, eu gostaria de manifestar as razões do meu voto.

Vêm ao exame desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 420, de 2005; 315, de 2008; e 316, de 2008, que tramitam em conjunto. As três propostas objetivam alterar a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para restringir o uso de produtos fumígenos em recintos coletivos.

O PLS nº 420, de 2005, de autoria do Senador Magno Malta, acrescenta ao §1º do art. 2º da mencionada lei outros recintos coletivos em que o uso de fumígenos também seria proibido, a saber: bares, restaurantes e assemelhados.

Por sua vez, o PLS nº 315, de 2008, do Senador Tião Viana, tem por objetivo proibir totalmente o uso de fumígenos em ambientes fechados. Para tanto, o art. 1º da proposição suprime do *caput* do art. 2º da Lei nº 9.294, de 1996, o trecho "salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente", além de substituir a expressão "recinto coletivo fechado" por "ambiente fechado".

Finalmente, o PLS nº 316, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, também altera o art. 2º da Lei nº 9.294, de 1996, além de lhe adicionar um art. 2º-A, com o objetivo de permitir a separação de área destinada a fumantes em recintos coletivos com área superior a 100 metros quadrados, desde que essas áreas não se-

jam maiores que 30% da área total, sejam isoladas por barreira física e disponham de sistema de exaustão da fumaça. O projeto também exclui os locais abertos em pelo menos um de seus lados da proibição de fumar.

A apensação dos projetos deu-se em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 1.329, de 2008, e 468, de 2009. Os projetos foram distribuídos à apreciação das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Assuntos Econômicos (CAE) e, para decisão terminativa, de Assuntos Sociais (CAS).

Nenhuma das três iniciativas recebeu emendas no prazo regimental.

Na CCJ, as proposições receberam parecer com voto pela rejeição dos PLS nºs 420, de 2005, e 316, de 2008; e pela aprovação do PLS nº 315, de 2008, com uma emenda apresentada pela Relatora, Senadora Marina Silva, que promove duas alterações no texto do projeto. A primeira elimina a modificação proposta para o tipo de ambiente alcançado pela sugerida proibição, isto é, mantém a redação vigente, que traz os termos "recinto coletivo, privado ou público". A segunda define "recinto coletivo" como sendo o "local coberto e fechado, total ou parcialmente, em dois ou mais lados, de forma permanente ou provisória, onde haja circulação de pessoas".

Em voto em separado – e vencido – nessa mesma Comissão, o Senador Antonio Carlos Júnior opinou pelo acolhimento do PLS nº 316, de 2008, por considerar que a proposição, ao permitir a existência de áreas destinadas exclusivamente ao uso de fumígenos, atende a todas as pessoas, sem prejudicar ninguém.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, é atribuição da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre proposições que tratem de assuntos relacionados ao turismo.

De fato, as propostas em comento têm impacto no turismo nacional, na medida em que alteram a rotina de hotéis, bares, restaurantes e outros estabelecimentos voltados para essa importante atividade.

Devemos apontar, no entanto, que o Senado Federal já deliberou a respeito da matéria recentemente, na atual legislatura, durante a tramitação das iniciativas. Tal deliberação ocorreu no dia 22 de dezembro de 2011, quando o Plenário desta Câmara Alta aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 29, de 2011, proveniente da Medida Provisória nº 540, de 2011. Esse projeto gerou a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

O art. 49 da Lei nº 12.546, de 2011, alterou a redação do *caput* do art. 2º da Lei nº 9.294, de 1996, para estatuir, ressalto aqui, que é proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, privado ou público. Ademais, ao mesmo art. 2º foi acrescido o § 3º, que define "recinto coletivo".

Assim, por força do que estabelece o inciso II do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, entendemos que as propostas analisadas estão prejudicadas em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário desta Casa.

Nesse sentido, Srªs e Srs. Senadores, o meu voto é no seguinte sentido: em vista do exposto, opinamos pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nos 420, de 2005, e 315 e 316, ambos de 2008, em face da aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2011.

Esse é o meu parecer, que submeto à consideração de V. Exªs, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Em discussão o parecer do Senador Figueró ao Projeto de Lei nº 420, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 315, Senador Tião Viana, e 316, Senador Romero Jucá.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o parecer do Senador Fiqueró.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado à unanimidade.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos para as devidas providências.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2008
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Bem, se der tempo, trataremos do assunto, mas a Relatora está na sala ao lado, e, como todos sabem, as reuniões nossas são concomitantes. Temos no momento três reuniões: Comissão de Constituição e Justiça, ouvindo o Procurador-Geral da República; seria importante que todos estivéssemos presentes, mas infelizmente temos que acompanhar e tratar da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional; a Comissão de Assuntos Sociais também está reunida, discutindo temas muito importantes, inclusive nosso Presidente é relator de matéria em uma dessas Comissões.

O item 5 é de autoria do Senador Cícero Lucena, e eu sou o Relator. Vou retirar a matéria da pauta de hoje e já solicito que seja incluída na pauta da próxima semana. Há um pedido do Governo, principalmente da área econômica do Governo, considerando que o assunto já foi devidamente tratado na Medida Provisória nº 633. Adianto que em parte foi tratado, mas existem questões de que trato já há dezenas de anos no Nordeste brasileiro, que não foram resolvidas ainda e que são tratadas nesse projeto de lei. Portanto, podemos alterar e examinar a proposição do Senador Cicero Lucena, mas as questões que estão pendentes acho que temos obrigação de examinar e dar curso porque são necessárias para inúmeros produtores rurais especialmente da nossa Região Nordeste – atingem todo o Brasil, não é uma questão apenas do Nordeste brasileiro.

(É o seguinte o item adiado):

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 551, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.
Autoria: Senador Cícero Lucena.
Relatoria: Senador Inácio Arruda.
Relatório: Pela aprovação na forma apresentada.
Observações:
– Aprovado o Relatório, a Matéria seguirá à CAE.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Pois sim.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – V. Exª já fez o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Já? É verdade!

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MS) – Podemos apreciar se os demais...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Evidentemente, apenas estou dando uma colher de chá, para que possamos fazer um acordo e aprová-lo, porque é muito mais importante para nós aprovar o projeto e que ele seja sancionado pela Presidente da República do que apenas aprová-lo aqui, porque é uma medida muito importante para os produtores rurais. Temos sempre que ir com aquele zelo, com aquele cuidado necessário. Se há um apelo, vamos atendê-lo, mas tenho consciência do que representa o projeto, porque discuti intensamente esse projeto, inclusive com o Senador Cícero Lucena, quando tratamos, inclusive, da medida provisória.

Como não fomos atendidos naquilo que era necessário na medida provisória, acho que é pertinente a matéria e vamos dar o tempo necessário: uma semana, ninguém vai morrer por isso, e, na próxima semana, voltaremos ao tema.

Item 6. Não temos quórum, mas podemos adiantar a matéria.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.
Relatoria: Senadora Lídice da Mata.
Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, Relatora da matéria.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acho que é importante, até como uma homenagem ao Senador Rollemberg, que possamos adiantar essa matéria, deixando-a pronta apenas para votação, quando alcançarmos o quórum nesta ou em outra sessão. Trata-se de um projeto extremamente interessante, foi feito antes da Copa do Mundo. Portanto, pretendia ainda, em sendo votado, beneficiar a população brasileira em movimentação pelo País, para assistir aos jogos da Copa, e os visitantes estrangeiros e, dessa forma, estimular os empreendedores que são proprietários de albergues no Brasil.

Chega a esta Comissão, para análise terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 511, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, a Lei Geral do Turismo.

No art. 1º, a proposição acrescenta o inciso VII ao art. 21 da suprarreferida lei, com o intuito de incluir os albergues entre os prestadores de serviços turísticos. Em seguida, o art. 2º acrescenta a Subseção VII-A, intitulada "Dos Albergues" à Seção I do Capítulo V do referido diploma legal. Com apenas um artigo, a Subseção traz a definição de albergues como estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades coletivas, podendo contar com algumas unidades individuais, ofertando serviços coletivos necessários aos usuários, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária.

Seu parágrafo único trata da regulamentação necessária para o enquadramento como albergue, assim como normas de classificação, ambas a cargo do Poder Executivo.

Por fim, o art. 3º traz a cláusula de vigência da lei, que é a data de sua publicação.

Ao justificar a proposição, o autor ressalta que os albergues são um dos meios de hospedagem mais utilizados por jovens viajantes ao redor do mundo, salientando a proximidade dos megaeventos esportivos dos quais o Brasil será sede, o que evidencia a necessidade de proporcionar meios de hospedagem mais baratos.

A matéria foi encaminhada ao exame prévio da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da qual recebeu parecer favorável, com duas emendas de redação: uma para tornar mais sucinta a ementa do projeto e outra para aprimorar o texto do parágrafo único do art. 32-A que ele pretende acrescer à Lei Geral do Turismo.

Foram duas as emendas feitas pelo Relator, Senador Randolfe Rodrigues.

No âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), não foi alvo de emendas.

Nos termos do art. 104-A, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre políticas relativas ao turismo.

Acreditamos que é de extremo louvor a proposição em tela. Já há muito tempo a legislação turística nacional deveria ter acolhido os albergues como relevante forma de alojamento.

Como bem salienta a justificação do projeto, os albergues são uma das formas mais populares de alojamento em todo o mundo, especialmente entre os turistas mais jovens. Por isso, a falta de regulamentação sobre a matéria, sobretudo, naquele período, em vésperas da Copa do Mundo FIFA 2014, revela esta grave falha, necessária da correção proposta no PLS em comento. Ressaltamos, por oportuno, que essa medida – se aprovada ainda a tempo de beneficiar os milhares de turistas que virão para os Jogos Rio 2016 – pode ser um dos grandes legados para o turismo nacional após os megaventos esportivos.

Concordamos não só com a análise da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade feita pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas também com as emendas apresentadas por aquele colegiado, assim como a correção de técnica legislativa por duas emendas de redação apresentadas no parecer.

Por isso, o meu voto, Sr. Presidente, diante do exposto, é pela aprovação, solicitando que possamos ter quórum na próxima reunião, se não o obtivermos hoje, para aprovar este projeto, que demonstra o interesse, o espírito público e a iniciativa competente do Senador Rodrigo Rollemberg, que, além de ter sido eleito Governador do Distrito Federal, foi, em período anterior, muito vinculado à Secretaria de Turismo do governo do Governador Cristovam Buarque e tem uma trajetória de militância nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É bom lembrar que S. Exª também foi titular da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Então, é uma pessoa preparada, que tenho certeza de que fará um grande governo no Distrito Federal.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Alguém deseja encaminhar? (*Pausa.*)

Como ninguém deseja encaminhar e não havendo quórum suficiente, neste momento, na Comissão, a matéria está pronta para ser votada e, assim que o quórum for alcançado, nós a votaremos.

Vamos passar, então, ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014
– Terminativo -

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.
Autoria: Senador Paulo Bauer.
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
– Aprovado o Projeto, será emcaminhado à SSCLSF para providências.

O Relator era o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que não está presente, mas, como considero a matéria muito importante, gostaria de indicar, como Relator ad hoc, o nosso colega Senador Douglas Cintra.

V. Exª tem a palavra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Relatório.

Vem à análise desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2014, do ilustre Senador Paulo Bauer, que *altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos*.

O projeto altera o inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979. Essa Lei, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, estabelece a reserva de uma faixa não-edificável de quinze metros de cada lado ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias (salvo maiores exigências da legislação específica). No projeto, propõe-se que sejam reservadas faixas não-edificáveis e estabelecidas limitações à edificabilidade necessárias para garantir a segurança, a saúde e o conforto da população e a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural, mas não se fixa, contudo, um afastamento uniforme e pré-determinado de quinze metros de cada lado.

Além disso, o projeto altera o parágrafo 3º do inciso IV do art. 4º da mesma Lei para indicar que as faixas não edificáveis e as limitações à edificabilidade incorporarão as servidões e restrições vinculadas a infraestruturas de transporte, saneamento, energia e telecomunicações ou fixadas em ato administrativo editado no âmbito das políticas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.

Na justificação do projeto, argumenta-se que não se pode "pretender fixar de antemão as dimensões precisas de cada restrição, pois estas dependem de uma avaliação do território que se pretende urbanizar ou reurbanizar". Nesse sentido, a reserva de uma faixa de quinze metros de cada lado "pode revelar-se insuficiente para alguns casos e excessiva ou mesmo desnecessária para outros". Dessa forma, o projeto substitui "um critério rígido por um princípio flexível, a ser operacionalizado no contexto de cada projeto de parcelamento do solo".

A proposição foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa.

O projeto não recebeu emendas.

Análise

Conforme se registrou, o PLS nº 66, de 2014, vem à análise desta Comissão em decisão terminativa. Cabe-nos, portanto, analisar sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade, bem como as questões de mérito.

No nosso entender, o PLS nº 66, de 2014, atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade. Com efeito, o art. 182 da Constituição Federal estabelece que "a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes". Além disso, o inciso XX do art. 21 da Lei Maior fixa a competência da União para "instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano".

A proposição atende também aos requisitos de juridicidade e adotou, a nosso ver, a melhor técnica legislativa.

Quanto aos aspectos regimentais, podemos assinalar que, nos termos do inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre matérias pertinentes a "proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios". Em particular, analisam-se aqui alterações na

legislação sobre o parcelamento do solo urbano. Assim, a proposição está sendo analisada em conformidade com o Regimento Interno desta Casa.

No mérito, igualmente, a proposição se justifica porque, em essência, permite que se trate de maneira desigual situações desiguais. O PLS nº 66, de 2014, extingue o limite não-edificável uniforme e pré-determinado de quinze metros de cada lado de rodovias e ferrovias, por exemplo, e passa a fixá-lo – juntamente com as limitações à edificabilidade – de acordo com as especificidades de cada situação.

Originalmente, o inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, estabelecia a reserva de uma faixa *non aedificandi* de quinze metros de cada lado ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos. Mais tarde, percebeu-se que essa exigência tornaria inviável a instalação de oleodutos e gasodutos de interesse público. Argumentava-se que a grande incidência de ocupações irregulares do solo urbano, inclusive em faixas não edificáveis adjacentes a dutovias, levaria à remoção indiscriminada dos moradores dessas áreas ou ensejaria a paralisação de importantes sistemas de abastecimento de gás natural, álcool e petróleo e seus derivados líquidos. Ponderava-se, por outro lado, que não seria necessário fixar um limite uniforme e pré-determinado de quinze metros e que os mecanismos de gestão ambiental já seriam suficientes para definir procedimentos de licenciamento e operação capazes de garantir a segurança da população e a preservação do meio ambiente.

Por essa razão, a Lei nº 10.932, de 3 de agosto de 2004, alterou o inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, para suprimir os dutos das faixas de domínio público listadas nessa última. Passou-se a prever que a faixa não-edificável vinculada a dutovias seria exigida no âmbito do respectivo licenciamento ambiental. Dessa forma, o novo marco legal preservou a segurança da população e a proteção ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que permitiu que a faixa não-edificável fosse ajustada às peculiaridades de cada dutovia.

O PLS nº 66, de 2014, pretende estender esse modelo ao restante de itens citados no inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979.

Assim, a reserva de faixa não-edificável vinculada a águas correntes e dormentes e a faixas de domínio público das rodovias e ferrovias deixa de ser previamente fixada em quinze metros e passa a ser definida de acordo com as peculiaridades de cada caso. Com efeito, em algumas circunstâncias, essa faixa pode ser menor do que quinze metros sem prejuízo da segurança da população e da proteção ao meio ambiente. Em outras, pode ser necessário restringir as edificações em uma faixa ainda mais larga do que quinze metros. Há casos, ainda, em que, paralelamente ao estabelecimento de uma faixa na qual não se pode construir, pode ser preciso limitar a altura das edificações.

Por essa razão, o PLS nº 66, de 2014, estabelece, em conjunto com as faixas não-edificáveis, limitações à edificabilidade. Em alguns casos, pode-se facultar a edificação desde que respeitado certo limite de altura, como ocorre nas proximidades dos aeródromos.

Para garantir a preservação da segurança da população e a proteção ao meio ambiente, o PLS nº 66, de 2014, altera também o parágrafo 3º do art. 4 da Lei nº 6.766, de 1979, para estabelecer que as faixas não-edificáveis e limitações incorporarão as servidões e restrições (i) vinculadas a infraestruturas de transporte, saneamento, energia e telecomunicações; ou (ii) fixadas em ato administrativo editado no âmbito das políticas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural. Dessa forma, ao reconhecer a necessidade de se tratar desigualmente situações desiguais, o PLS nº 6.766, de 1979, não transige com a exposição da população e do meio ambiente a riscos, uma vez que a definição dos limites a serem observados advirá de análises criteriosas de cada caso específico.

Voto.

Ante o exposto, o Relator recomenda a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2014, de autoria do Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Feita a leitura do relatório, o projeto é pela aprovação.

Antes de colocar em discussão, devolvo a relatoria ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em discussão a matéria.

Os Srs. Senadores que desejarem discutir se manifestem. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação.

Não havendo quórum suficiente, porque a matéria é terminativa, nós voltaremos à sua análise e votação na próxima reunião ou na primeira oportunidade, quando o quórum se materializar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Senador Cintra pela relatoria *ad hoc* deste projeto de lei de autoria do Senador Paulo Bauer, que me parece um projeto marcado pela sensatez...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Muito interessante.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – ... e pelo prestígio às autoridades locais.

Agradeço imensamente a gentileza do Senador Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Se for possível e se o Senador tiver interesse de relatar...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Já está relatado *ad hoc* por V. Exª, mas devolvido ao Relator original, para efeito de votação.

Nós agradecemos, portanto, ao Senador Douglas Cintra e também à relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela sensibilidade, porque é matéria muito interessante. Acho que o Senador Paulo Bauer tem essa vivência também local e soube perceber a importância de fortalecer a autoridade local em matéria que é de autoridade local. Então, eu acho que foi justo, correto, necessário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – SP) – A César o que é de César.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – A César o que é de César.

Não havendo número suficente de Senadores para aprovação da matéria, na primeira oportunidade em que o quórum for alcançado, esta matéria será votada.

Saltamos o item 2, que saltamos, porque o Senador Rolleemberg, por razões óbvias, não está aqui presente no momento, mas ele já deixou a sua manifestação, que já foi lida. Como não havia quórum para deliberar nem matéria terminativa na sessão anterior, essa questão ficou pendente. Trata-se do item 2 da nossa pauta, que é o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 51, de 2014.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2014
– Não terminativo -

Obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo.
Autoria: Deputado Lincoln Portela.
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

O Senador Rollemberg, exatamente com a sensibilidade que lhe é peculiar, pediu audiência da Comissão de Justiça antes de deliberar sobre a matéria aqui na nossa Comissão.

Acho que não há nenhum impedimento, porque ele já leu o relatório, ele se manifestou; e, então, eu gostaria de colocar em votação o relatório do Senador Rollemberg, que é pela indicação de que possamos ouvir a Comissão de Justiça.

Em discussão a matéria.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Aqueles que estejam de acordo, por favor, manifestem-se. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação, a matéria está aprovada.

Vamos remeter a matéria à Comissão de Constituição e Justiça.

Vamos voltar ao item da Senadora Lúcia Vânia, que acaba de relatar matéria em outra Comissão da Casa, mas já está aqui presente.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2008
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

Com a palavra a Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para o autor do projeto, o mercado imobiliário tem reduzido os espaços habitacionais "a ponto de torná-los

inóspitos e até ofensivos à condição humana", especialmente em relação às dependências destinadas aos trabalhadores domésticos. Com vistas a combater essa prática perniciosa, a lei proposta pretende incluir no Estatuto da Cidade diretriz com vistas a assegurar que os espaços destinados a esses trabalhadores sejam edificados de maneira condigna.

A proposição foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à última a decisão terminativa. A CDR aprovou requerimento de autoria do Senador João Pedro no sentido de obter, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no tocante à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria. O parecer da CCJ foi favorável ao projeto, com duas emendas destinadas a estender a exigência de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados a todas as dependências internas das edificações.

Análise.

Nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes às políticas de desenvolvimento dos municípios e outros assuntos correlatos.

A configuração interna das edificações tem sido historicamente disciplinada pelos códigos municipais de obras ou de edificações. Trata-se de tema relevantíssimo, que afeta a qualidade de vida de todos os cidadãos, pois a maior parte da vida urbana ocorre no interior de edificações, sejam elas residenciais, comerciais, institucionais ou industriais.

Boas condições de acessibilidade, utilização e conforto em dependências de edificações são indispensáveis para o ser humano, que precisa de iluminação, ventilação, privacidade e liberdade de movimentação como condições para sua saúde física e mental.

Embora não caiba à União fixar parâmetros técnicos sobre essa matéria, nada impede que se estabeleça uma diretriz federal genérica, com base na qual poderão ser cobradas medidas locais adequadas à sua realização.

Embora os trabalhadores domésticos sejam vítimas frequentes desse tipo de situação, não são os únicos. Muitas habitações populares, construídas por particulares ou pelo Poder Público, apresentam, por exemplo, os mesmos problemas. Ao ampliar a abrangência do projeto original, as emendas aprovadas pela CCJ contribuem, portanto, para aperfeiçoar o projeto.

Voto.

Ante o exposto, voto aprovação do PLS nº 212, de 2008, com as emendas da CCJ.

Eu vou apenas ler as emendas, Sr. Presidente, para que os demais Senadores possam ficar esclarecidos.

Emenda nº 1-CCJ:

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 212, de 2008, a seguinte redação:

Art. 1º. O art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art. 2º. .....

XVIII – garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto às dependências internas nas edificações urbanas, observados requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados."

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se à ementa do PLS nº 212, de 2008, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas nas edificações urbanas.

Essas são as emendas e o voto é favorável, com essas emendas da CCJ, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria, depois do brilhante relatório de V. Exª, vai à Comissão de Assuntos Sociais, que considero que não seja a comissão mais pertinente. Deveria ser a Comissão de Infraestrutura, mas assim que foi distribuído. Então, a matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Antes de encerrarmos a nossa reunião do dia de hoje, eu relembro, uma vez mais, que na próxima semana, no dia 7 precisamente, será realizado o Seminário Arranjo Produtivo Local de Confecção e o Turismo como Vetor de Desenvolvimento da Região Agreste. O seminário realiza-se na cidade de Caruaru, no Estado de Pernambuco, mas.

Eu considero que é importante, porque o Agreste não é apenas pernambucano. O Agreste é muito mais amplo. É uma busca para desenvolver a economia numa região mais inóspita do Nordeste brasileiro que mostra que tem potencial. E nós devemos aproveitar a oportunidade também para examinar a experiência que está se desenvolvendo naquela região do Brasil.

Então queria convidar os Srs. Senadores. É uma iniciativa muito importante, muito interessante. O Presidente pediu que eu frisasse e observasse com veemência a necessidade da presença dos senhores.

Eu convidei o Senador Figueiró porque acho que é muito importante essa relação forte entre o Mato Grosso do Sul e o Nordeste brasileiro. Se pudermos prestigiar esse seminário, será algo positivo para uma compreensão muito maior do que acontece neste Brasil mais profundo. Esse é o interior do Brasil. Não são as capitais, não é o litoral; é o interiorzão do Brasil que precisa ser compreendido por todos nós.

Então, feito o convite e nada mais havendo a tratar, gostaria de encerrar a presente reunião convidando a todos para garantir o quórum na próxima quarta-feira.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 30 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CINCO NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia cinco de novembro ano de dois mil e quatorze, no Plenário nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Kaká Andrade, Cícero Lucena, Fleury e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores: Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira e Douglas Cintra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 11ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos 06/2014-CDR e 10/2014-CDR, com a finalidade de debater a Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros, instruindo, assim, a avaliação de Política Pública no âmbito da CDR, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44/2013. A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes expositores: Neusvaldo Ferreira Lima, Secretário Nacional de Programas do Ministério do Turismo – MTur; Jun Alex Yamamoto, Diretor de Programas do Ministério do Turismo – MTur; José Osório Naves, Diretor para Assuntos Políticos Institucionais da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; Alexandre Sampaio de Abreu, Diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; e João de Souza Ávila, Diretor de Relações Governamentais da Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas – ABEAr, não pôde comparecer em razão da negociação de acordo sindical do setor aéreo, mas encaminhou sua fala à CDR, conforme registrado pela Senadora Lídice da Mata; Márcio Santiago de Oliveira, Presidente da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, informou em ofício encaminhado à Secretaria de Apoio desta Comissão, não poder comparecer em face de problemas de saúde e de compromissos anteriormente firmados na sua base. Às dez horas e cinquenta e três minutos o Presidente passa a presidência a Senadora Lídice da Mata. Durante a Reunião usam da palavra os Senadores Lídice da Mata e Kaká Andrade. Comparece à Audiência o Sr. Alberto Alves, Secretário Executivo do Ministério do Turismo – MTur. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata.

Convido a Senadora Lídice da Mata, autora do RDR nº 10, de 2014, a ficar aqui ao nosso lado.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Realizaremos, na próxima semana, no dia 12 de novembro, às 9 horas, aqui no Plenário 7, audiência pública, em continuidade aos trabalhos hoje iniciados, em atendimento ao Plano de Trabalho de Avaliação de Políticas Públicas sobre a estruturação dos destinos turísticos brasileiros, decorrente dos RDR nºs 6 e 10, de autoria do Senador Valadares e da Senadora Lídice da Mata, oportunidade em que, como segunda parte, ouviremos representantes do governo, entre eles o Ministro do Turismo, Vinicius Lages.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a esta Comissão os anais do Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte. Esse seminário foi realizado em 13 de dezembro de 2013, com a presença de parlamentares e de membros convidados do CNC, do Sesc e Senac.

Os anais foram publicados, e nós os estamos apresentando, então, a esta Comissão, com um conteúdo bastante interessante, em que há pronunciamentos de Flávio Dino, Presidente da Embratur, eleito governador do Maranhão; do Deputado Federal Laércio Oliveira, Vice-Presidente da CNC; do Deputado Federal Valadares Filho, então Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; o Ministro Aldo Rebelo, do Ministério do Esporte; o Governador do Estado, Jackson Barreto.

Do Painel participaram o Ministro Aldo Rebelo; o Secretário Maurício Pimentel Gomes; Fernando Dias Dzarc, Gerente de Esporte e Lazer do Sesc; e Luciene Rezende, da Confederação Brasileira de Ginástica Olímpica.

No segundo Painel – A Influência do Esporte na Promoção do Brasil no Exterior –, falaram Flavio Dino; Elber Batalha, Secretário de Turismo; Enrico Fermi Torquato, da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis; e Cláudio Carneiro.

Esta, a apresentação do seminário realizado pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, com a participação desta Comissão.

Também aqui temos os anais do seminário, aqui realizado, intitulado "Novo Programa de Regionalização do Turismo". Aqui também constam a solenidade da abertura, a gestão descentralizada do turismo, a implementação de estratégias do PRT, mobilidade, diversidade e qualificação. Esse seminário foi realizado no Pantanal, com a participação desta Comissão, da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e com a parceira da CNC, Sesc, Senac. Aqui está o livreto que constitui os anais daquele seminário.

Aproveito o ensejo para fazer um breve pronunciamento no retorno das atividades desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Julgo oportuno lembrar o transcurso do Dia do Turismo, ocorrido no dia 27 do mês passado, quando estávamos ainda às vésperas do primeiro turno do pleito eleitoral. Também abordar alguns temas da maior importância, no âmbito deste Colegiado, notadamente os eventos recentemente realizados, ou por se realizar proximamente, de grande apelo turístico e de forte impacto na vida nacional.

O Dia Mundial do Turismo, não custa lembrar, foi instituído pela Organização Mundial do Turismo, em 1980, no 10º aniversário da aprovação do seu estatuto. A medida teve por objetivo conscientizar as pessoas da importância dessa atividade, não apenas para o lazer, mas também para dinamizar a economia e promover a difusão dos valores culturais e sociais.

O turismo é quase sempre associado, muito injustamente, ao descanso, à busca de novos conhecimentos e ao entretenimento e lazer, mas é também uma atividade que, para garantir a plena satisfação dos viajantes, envolve um conjunto de serviços especializados no atendimento a esses viajantes com reflexos na melhoria da infraestrutura, na geração de empregos, na arrecadação de impostos e na balança de pagamentos.

Sabemos todos da importância econômica que tem o turismo, que chega a constituir a principal receita da economia de algumas nações. Infelizmente, não é o nosso caso, em que pese o fato de essa atividade ter se expandido de forma significativa nos últimos anos.

De fato, nosso potencial turístico é imenso, a começar pela variedade das riquezas naturais, o que é compreensível num país com território de dimensões continentais.

O Rio de Janeiro é um cartão postal conhecido internacionalmente, assim como Salvador, Natal, Florianópolis e podemos incluir aqui – por que não? – Fortaleza, Aracaju, Maceió, João Pessoa. Nossas praias atraem a atenção de turistas de todo o Planeta, mas o Brasil tem ainda atrativos naturais internacionalmente conhecidos como o Pantanal, a Chapada Diamantina, os Lençóis Maranhenses, a Amazônia ou as Cataratas do Iguaçu. Essas duas últimas atrações, aliás, foram incluídas numa recente votação informal, pela Internet, entre as Sete Maiores Maravilhosas da Natureza de todo o Planeta.

O potencial turístico brasileiro, porém, vai muito além de suas riquezas naturais, contemplando cidades históricas, atividades desportivas, eventos religiosos e culturais ou feiras de negócios.

Em 2013, recebemos mais de seis milhões de turistas estrangeiros, o que nos deixou em primeiro lugar na América do Sul e em segundo lugar na América Latina, mas ainda muito longe dos padrões internacionais, especialmente se considerarmos as dimensões do nosso território, o número de habitantes e os recursos naturais de que dispomos.

A grande maioria dos visitantes estrangeiros procede da Argentina, seguida pelos Estados Unidos e Uruguai, bem como por países europeus, como Itália, Alemanha, Espanha e Portugal.

Além de atrair esses visitantes, todavia, temos que estimular o turismo interno, como forma de dinamizar a economia e propiciar entretenimento para milhões de famílias brasileiras.

A necessidade de dinamizarmos o turismo e também de aproveitarmos as oportunidades que surgem para esse fim ficou definida na mensagem ao Congresso Nacional encaminhada pela Presidenta da República.

No documento, a Chefe do Executivo lembra que as receitas do setor, ou seja, os gastos dos turistas estrangeiros em nosso País chegaram a R$6,130 bilhões, enquanto que os gastos dos turistas brasileiros no exterior somaram R$23,120 bilhões. Vê-se que houve um déficit muito forte, com um montante de aproximadamente R$17 bilhões.

Depreende-se daí que precisamos investir para reverter esses números no que concerne ao turismo internacional e também para que os brasileiros conheçam mais o seu próprio país.

Para 2016, conforme destaca a mensagem governamental, a expectativa é de serem inaugurados 422 novos empreendimentos hoteleiros de vulto, com o incremento de mais de 70 mil quartos. O nível de ocupação, que era de três milhões de empregos formais, em 2013, deve também registrar um forte incremento diante dos R$12 bilhões em investimentos privados no setor.

Não se pode ignorar, nesse contexto, o segmento de negócios e eventos, que registrou um maior crescimento em 2012, de acordo com a pesquisa anual de conjuntura econômica, da Fundação Getúlio Vargas. Afinal, como anota a mensagem, o turista de negócios gasta, em média, US$127,00 por dia, praticamente o dobro do que gasta o turista de lazer.

Divulgado em maio do ano passado, levantamento da International Congress and Convention Association mostrou o Brasil como o 7º colocado em recebimento de eventos internacionais, sendo o único da América Latina entre os 10 primeiros.

No entusiasmo de ressaltar tantas belezas naturais e tantos outros atrativos no nosso País, não posso me furtar à menção do potencial turístico do meu Estado, Sergipe, com a devida vênia da Senadora Lídice da Mata, que mora em uma das mais belas capitais do nosso País, notadamente pelo seu patrimônio histórico e cultural, que ela tão bem soube zelar, com carinho, quando foi Prefeita de Salvador.

Quero destacar que, nas últimas décadas, Sergipe presenciou a consolidação de roteiros turísticos tradicionais, como as praias do seu privilegiado litoral, as cidades históricas de São Cristovão e Laranjeiras.

Em São Cristóvão, existe uma praça, a Praça São Francisco, que foi considerada patrimônio cultural da humanidade. A capital, Aracaju, com a praia de Atalaia, com o seu traçado, que foi feito historicamente e na sua fundação, o traçado de uma cidade artificial. E o *Canyon* do Xingó, que é uma das belezas mais significativas do Nordeste brasileiro.

Também presenciamos o crescente interesse por atrações menos tradicionais, embora igualmente interessantes, como aquelas que têm foco na caatinga, nos indícios da presença de homens pré-históricos ou na história do cangaço. São novos pontos de interesse dos turistas, que aos poucos vão sendo descobertos ou redescobertos, agora dotados de uma infraestrutura adequada para os viajantes.

O Estado de Sergipe foi o quarto ente federado a assinar o convênio do Prodetur, com previsão de desembolso inicial de US$100 milhões, financiado em parte pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e com a contrapartida estadual.

Com os investimentos do Programa, pretende-se incrementar o número de visitantes nacionais e estrangeiros e, em consequência, gerar emprego e renda, além de conferir maior visibilidade das atrações locais.

Entre outros benefícios, os recursos que estão sendo investidos permitirão a execução de melhorias no acesso ao aeroporto, na BR-101, no conjunto de orlas e atracadouros, na recuperação do patrimônio histórico, na qualificação da mão de obra.

Este é um ponto da maior importância, a qualificação da mão de obra. É necessário e urgente que as pessoas empregadas no setor turístico melhorem seu nível de informação e também de conhecimento de outras línguas.

Paralelamente, é necessário combater outras deficiências, não só no Estado de Sergipe, mas em todo o Brasil, como a violência, que campeia em todas as capitais e, agora, também no meio rural; o turismo sexual; o estrangulamento da malha viária e da aviação. Além disso, é necessário reduzir os custos dos serviços – as passagens são caríssimas, mas não vale a pena comentar neste momento.

Apesar dos prognósticos pessimistas que antecederam a Copa do Mundo, o que o jornal gaúcho *Zero Hora* classificou, com toda a razão, de negativismo prévio, o Brasil saiu-se bem na sua empreitada.

Quanto à receptividade do povo brasileiro, ela foi destacada na mídia de todo o mundo. Agora, só houve uma coisa ruim: o placar de 7 a 0 diante da Alemanha.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sete a um.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Desculpem-me: 7 a 1. É que só assisti até o 7 a 0. (*Risos.*)

Mas o Brasil vai se recuperar dessa derrota e, sem dúvida alguma, vai mostrar seu potencial futebolístico em outras oportunidades. O Brasil, sem dúvida, sempre despontou entre as melhores equipes do futebol mundial, e não vai ser por esse resultado de 7 a 1 que vamos baixar a cabeça. Bola para frente!

Agora temos de nos preparar para fazer das Olimpíadas e das Paralimpíadas de 2016 um evento ainda mais brilhante. E precisamos também oferecer ao próprio turista brasileiro um amplo leque de opções, com baixo custo e bom atendimento, para que ele se sinta, cada vez mais, estimulado a conhecer melhor o seu povo e a sua terra.

Quero destacar a presença aqui de Alberto Alves, Secretário-Executivo do Ministério do Turismo. (*Pausa.*)

Eu quero anunciar que, por inciativa do Senador Douglas Cintra, realizaremos nesse dia 7, sexta-feira, às 14 horas, o seminário "Arranjo Produtivo Local de Confecção e o Turismo como Vetores do Desenvolvimento na Região Agreste".

O evento acontecerá na Associação Comercial e Empresarial de Caruaru, situada na Rua Armando da Fonte, nº 15, 2º andar, Edifício Mauricio de Nassau, em Caruaru, Pernambuco.

A programação do evento encontra-se em cima das bancadas dos Senadores e das Senadoras.

Na pauta de hoje nós temos, para a nossa alegria, da iniciativa da Senadora Lídice da Mata, uma audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 6 e 10, com a finalidade de debatermos a estruturação dos destinos turísticos brasileiros, instruindo, assim, a avaliação de política pública no âmbito da CDR, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013.

O Senado Federal baixou uma resolução, como é do conhecimento de todos, para que cada Comissão escolhesse temas, incluídos nas suas atribuições, que pudessem ser debatidos em audiência. Então, um dos temas aqui escolhidos pela nossa Senadora Lídice da Mata é este: destinos turísticos brasileiros.

Para tal, temos a alegria de convidar para participar desta audiência pública, sentando aqui à mesa, ao nosso lado, o Sr. Neusvaldo Ferreira Lima, Secretário Nacional de Programas do Ministério do Turismo.

Convido V. Sª a sentar-se aqui, conosco.

Seja bem-vindo!

Convido o Sr. Jun Alex Yamamoto, Diretor de Programas do Ministério do Turismo; o Sr. José Osório Naves, Diretor para Assuntos Políticos e Institucionais da Confederação Nacional do Turismo.

É um prazer revê-lo.

Convido o Sr. Alexandre Sampaio de Abreu, Diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços e Turismo (CNC); o Sr. João de Souza Ávila, sergipano ilustre, querido amigo, Diretor de Relações Governamentais da Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav).

É um prazer em vê-lo, conterrâneo!

Pois bem; esta reunião, como entre tantas outras que realizamos anteriormente, contará com os serviços de interatividade do Senado, que permitem aos cidadãos encaminhar perguntas e comentários destinados aos nossos convidados, por intermédio desta Presidência.

Qualquer cidadão pode acessar ao portal e-Cidadania e acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião, bem como, por meio do Mural do Cidadão, enviar seu comentário ou pergunta. As participações dos cidadãos serão recebidas nos seguinte canais: portal e-Cidadania, bit.ly/audienciainterativa; Alô Senado, 0800-612211. Ligação gratuita, sem dúvida alguma.

Cada Senador ou Senadora, bem como própria sociedade, pode ver os comentários e perguntas nessas mesmas páginas do portal e-Cidadania. Tais inovações buscam tornar mais dinâmica a participação da sociedade na atividade legislativa e no debate parlamentar.

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado terá 15 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Eu passo a palavra, neste momento, antes de iniciarmos a nossa audiência com os nossos debates, à Senadora Lídice da Mata, para leitura da carta de Eduardo Sanovicz.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Bom dia a todos, senhoras e senhores presentes e Srs. Senadores que comparecem a esta audiência pública.

Pelo Presidente, fui encarregada de fazer um relatório de análise, conforme determina o Senado, das políticas públicas relacionadas ao turismo no Brasil. Nós, então, dividimos esse debate em duas audiências públicas: uma que será hoje e a outra, na próxima semana. Depois, então, faremos o relatório a respeito desse assunto.

Esta audiência pública tem a participação de gestores, ou seja, de representantes no Ministério do Turismo; a próxima contará com a presença de representantes dos Secretários de Turismo de todo o País e representantes de entidades da área privada que executam a política de turismo do Brasil.

O Plano Nacional de Turismo é a política especificamente analisada. Nesse caso, falaria, hoje, a Associação Brasileira das Empresas Aéreas, pelo Sr. Eduardo Sanovicz, que, além de ter sido o Presidente da Embratur e ter tido uma experiência na área do turismo do ponto de vista governamental, hoje representa um importante setor do *trade* turístico assim conhecido.

Contudo, Sr. Presidente, o Sr. Eduardo Sanovicz fez questão de, na semana passada, vir à nossa Comissão para prestar contas da sua impossibilidade de estar aqui hoje. Neste momento, esta acontecendo a reunião da Comissão de Assuntos Sociais, que tem um projeto que trata justamente das relações de trabalho entre as empresas de aviação e o sindicato de aeroviários do Brasil. Esse processo passa por uma negociação que já se estende por mais de um ano. E vai se tomar uma decisão a partir dessa reunião, desse acordo que se está organizando neste momento, e, por isso, ele fez questão de, como parceiro que sempre participou das nossas atividades, vir justificar a sua ausência. E esse é um setor extremamente importante para o segmento do turismo no Brasil, porque cuida justamente do transporte aeroviário no País.

Então, vou passar a ler um depoimento que ele fez questão de dar. Esse depoimento foi gravado e, depois, degravado para que nós pudéssemos tomar conhecimento. Porém, S. Sª ficou também com o compromisso de nos enviar um documento específico da sua entidade, elaborado tecnicamente por eles, para que se possa incorporar ao nosso relatório final.

Eis o depoimento:

Retrospectiva: a criação do Ministério do Turismo

Vale a pena, para efeito histórico, registrar um marco importante que é a criação do Ministério do Turismo em janeiro de 2003. Ele é criado porque havia uma demanda histórica do setor, a partir dos anos 90, que demandava um Ministério exclusivo por entender o turismo como uma importante atividade econômica. Essa demanda é apresentada no Congresso da Abav (Associação Brasileira de Agências de Viagem) de 2002 aos dois candidatos a Presidente – ao então candidato Lula e ao candidato Serra; o Lula assume esse compromisso, ganha a eleição, cumpre o compromisso assumido e cria o Ministério, finalmente, em janeiro de 2003.

Esse pleito é consolidado no CBratur, que até então era realizado pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, que é justamente um congresso onde se reúnem todas as entidades da área do turismo com o Parlamento brasileiro. E na presença dos dois candidatos, Lula e Serra, também, digamos assim, consolidado esse compromisso.

A criação do Ministério, de per si, já é outro degrau, outra qualidade quanto à implementação de políticas públicas de turismo no País, porque você passa a ter uma unidade exclusivamente responsável por isso e deixa de ter, o que na história vinha acontecendo (a gente brincava [diz ele], na época, que turismo era preposição ou vírgula na Administração porque era [sempre quando se escrevia ou se falava sobre atividade econômica, se incorporava] "e turismo", "ou turismo", [de forma, como se dissesse "etcétera"] [...].

Criado o Ministério, você põe no ar algumas coisas importantes. Primeiro, a Embratur passa a ser responsável exclusivamente pelos programas de promoção e apoio à comercialização de destinos turísticos brasileiros no exterior; e o Ministério ganha duas áreas importantes, uma voltada ao mercado nacional – que é a Secretaria de Políticas de Turismo – e outra voltada a obras, infraestrutura e capacitação, três grandes tarefas.

Nesta última década, portanto, isso marca o setor porque essa atitude federal reflete-se em Estados e Municípios. Na última década, vimos vários Estados criando secretarias de turismo ou unidades de promoção de turismo com outros nomes, e Municípios fazendo o mesmo.

O segundo passo importante, aí já falando de ações de promoção, e isso muda a história definitivamente, é a criação do Plano Aquarela, que é o Plano de Marketing Turístico, aprovado na Embratur em 2004 depois de ter envolvido quase 200 entidades, secretarias, órgãos públicos e privados no Brasil e milhares de pessoas por meio de entrevistas e contatos em 18 países. Foi um processo riquíssimo, já documentado e relatado no Senado várias vezes. O Plano Aquarela, há oito, nove anos, vem norteando as ações de promoção do Brasil no exterior e a criação da Marca Brasil acaba se identificando como a marca de promoção do País, hoje já consagrada.

Do ponto de vista do Ministério [do Turismo], você tem o Programa de Regionalização do Turismo, também de 2004; tem o Programa de Qualificação, voltado a pessoas e equipamentos (Aventura Segura, por exemplo); e tem uma decisão política importante, do então Ministro Mares Guia, de criar uma relação muito forte com o Congresso, no sentido de receber emendas ao Orçamento, vindas do Congresso Nacional (Câmara e Senado) e discutir com os Senadores e Deputados o rumo e a forma de aplicar essas emendas.

O Ministério do Turismo passa a se consagrar como o Ministério que tem a maior execução de emendas parlamentares. Se comparado percentualmente, é um Ministério que paga, em média, 98% das emendas. Mui-

to positivo o volume de pagamento. Virou uma espécie de Ministério querido pelo Congresso, porque resolve o problema dos Senadores e Deputados, que passam a debater com o Ministro como fazer e por onde fazer. Isso marca de maneira muito resumida os três primeiros anos do Ministério.

Outra marca importante é a criaçao do Salão Nacional do Turismo. O pai do Salão é o Milton Zuanazzi, a mãe é Tânia Brizola e a madrinha é Isabel Barnasque. Foram essas três pessoas que criaram o Salão Nacional do Turismo, que é, em minha opinião, a grande vitrine de todo esse processo, que funcionou muito bem até 2010. Acho que chegaram a ser realizados cinco Salões do Turismo. Isso é um pouco do que marcam essas mudanças.

Daí em diante, ele faz uma análise dos resultados do *marketing* internacional e os novos desafios, além de fazer uma avaliação específica da aviação, que é o seu setor, e o turismo.

Portanto, como se trata de um documento grande, de seis páginas, e para que possamos dar prioridade às pessoas que aqui vieram participar da audiência pública, vou dar conhecimento desse depoimento do Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas, solicitando à Secretaria da Comissão que dele tire cópias para distribuição aos senhores. Também o colocaremos na Internet para que os que acompanham a audiência pública e estão nesse processo de interatividade, debatendo e construindo o nosso relatório a muitas mãos, tomem conhecimento, e, assim, possamos nos aproveitar de toda a contribuição que o Sr. Eduardo Sanovicz, um dos grandes parceiros desta Comissão de Turismo e também um dos principais atores do *trade* turístico no Brasil, para dar a nossa avaliação da efetivação da política pública de turismo para o Brasil, em especial nesta audiência pública, onde debatemos a estruturação dos destinos turísticos brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata pela gentileza de ler esse comunicado e fazer um resumo de todas as declarações do presidente.

Eu iniciarei o debate concedendo a palavra ao Dr. Alexandre Sampaio, para fazer a sua exposição. Em seguida será o Dr. João de Souza Ávila.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO DE ABREU – Bom dia a todos.

Saúdo o nosso Senador Antonio Carlos Valadares. Estive recentemente em Aracaju para a posse do nosso Presidente da Fecomércio, Deputado recém-eleito, Laércio Oliveira. Queria dizer que Aracaju está linda como sempre; é um Estado que, realmente, desponta como um grande destino turístico no Nordeste do Brasil. Saúdo a nossa Senadora Lídice da Mata, autora da convocação desta oportuna audiência pública.

Já de imediato, desculpo-me por não haver trazido dois exemplares, um para o Senador e outro para ela, mas, por uma questão de gênero, vou presentear primeiro a Senadora. É um estudo de turismo e sustentabilidade que a gente vai lançar na Festuris, em Gramado, a partir do dia 6. Quero passar o primeiro exemplar às suas mãos, do estudo de viabilidade do turismo nacional sob o aspecto sustentável. Eu me comprometo a fazer chegar ao gabinete do Senador ainda esta semana.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Dr. Alexandre, com a devida vênia, a Senadora vai dar presença, compondo o quórum na CAS, e em seguida voltará.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO DE ABREU – Sem problema.

Eu queria saudar toda a equipe do Ministério do Turismo, na presença do nosso Secretário Executivo Alberto Alves, meus companheiros de mesa aqui nesta audiência, a equipe do Ministério do Turismo presente, os *staff* do CNC, a imprensa, assessores parlamentares das entidades do *trade* que se fazem também aqui presentes acompanhando a Comissão.

A nossa apresentação é muito sucinta, até para nos atermos aos quinze minutos. Nós fizemos uma embasamento de toda a atividade que a CNC, como uma das entidades representantes do turismo nacional, com todo seu arcabouço dentro do sistema do Sicomércio, envolvendo a atuação do Sesc e Senac, desenvolvem em todo o Brasil em prol da questão da estruturação do turismo brasileiro.

As atividades da iniciativa privada têm que ser entendidas, no nosso ponto de vista, como um processo complementar e sinérgico à política de turismo que é desenvolvida hoje mormente pelo Ministério do Turismo sob a orientação do Governo Federal. Faço aqui uma ressalta muito bem feita. Na verdade, o Ministério do Turismo, desde a sua criação, prima por uma participação democrática, partícipe da iniciativa privada, de todos os atores que desenvolvem esse processo. Prova disso é a recente discussão do Plano Plurianual como planejamento indutor para o quinquênio 2015/2020, o que transcende o aspecto de ser uma político de governo e passa a ser uma política de Estado, o que é louvável no sentido de nós termos a discussão do turismo dentro de um processo holístico, partícipe e que se seja consensado.

Nesse sentido, o papel da CNC tem sido muito mais o de prover uma atividade complementar, massivamente partícipe dos atores privados através de seus braços operacionais e da sua estrutura criada não só para atender o turismo como no processo complementar, como eu falei, do sistema de aprendizado técnico do Senac e da atividade de inclusão social desenvolvida pelo Sesc, há muitos anos, inclusive.

Devo dizer também que a CNC está na véspera de uma reestruturação de sua área de turismo. Devemos ter novidades aí nos próximos meses. A Presidência já percebeu, dada a importância conjuntural, no terceiro milênio, do papel que o turismo vai ter nos próximos anos no Brasil e no mundo, que nós devemos ter um *approach* um pouco diferenciado. E estamos potencializando e finalizando essas alterações que vão se dar dentro da Casa.

Eu queria então dar início, colocando a questão do comércio e do turismo e, aí, fazer uma ressalta que é importante, qual seja, turismo é comércio na sua essência. Quando nós falamos em comercialização de pacotes, em compra de passagens aéreas, na atividade *per se*, empresarialmente dizendo, o comércio se faz presente dentro da própria natureza intrínseca da atividade turística brasileira. Então, essa sinergia entre a atuação da CNC há mais de 70 anos no processo que envolve o turismo nacional é natural e da sua própria essência.

Aqui eu falo das duas milhões e duzentas mil, mais um pouco, empresas que hoje gravitam em torno do turismo nacional, com empregos gerados, mais de 16 milhões, um quarto do PIB nacional. E conceituo isso dentro do processo de como isso se dá dentro da nossa estrutura, dentro da nossa Casa.

Com 27 federações estaduais, todas elas com uma nominata de turismo na sua denominação, qual seja atuando no processo complementar dentro de uma percepção regional; sete federações nacionais filiadas, entre elas a Federação Nacional de Hotéis e Restaurantes, que nós presidimos, com mais de 65 sindicatos em todo o Brasil; e 80 sindicatos do turismo representados, entre eles os sessenta e poucos da nossa federação e mais outros de turismo e hospitalidade, alguns deles apesar de sindicalmente recolherem dentro do aspecto que está em discussão hoje, filiados e atuando dentro do processo do Sistema CNC.

Há 69 anos a CNC orienta e faz o acompanhamento da atuação do empresariado nesse sentido e essa é a grande diferença, ou seja, o que a CNC faz pelo turismo nacional.

Antes, passo ao próximo quadro, mas já querendo conceituá-lo, eu acrescento alguns itens que a CNC tem desenvolvido nos últimos anos. Especialmente nos últimos três anos, nós somos hoje a maior entidade patrocinadora dos eventos do turismo nacional. Estamos presentes em todos, praticamente todos, os eventos de turismo nacional. Cito a Abav como sendo nós um dos maiores patrocinadores, junto com o Sebrae, ações ou feiras de turismo, não só setoriais, específicas, como a Hotel News, a Fistur, que desenvolvem um processo de ilação com a nossa atividade, principalmente hotéis e restaurantes, mas também todas as feiras regionais de grande importância no Brasil.

Como acabei de citar, estaremos lançando um estudo sobre turismo e sustentabilidade, oriundo do Conselho Nacional de Turismo, uma estrutura de mais de 50 anos dentro da nossa casa, que consubstanciou isso em vários estudos e *approachs* que foram desenvolvidos dentro desses vários painéis. Ele está sendo lançando dentro da Feituris, que é hoje, digo, um dos maiores eventos de turismo do Sul do País, dentro do processo de integração do Mercosul.

Dentro das ações que a CNC desenvolve, nós podemos citar esse fortalecimento da atividade econômica, através desse apoio logístico que a gente desenvolve para a preparação do empresariado para atuar nesses novos desafios que o turismo traz em termos do Brasil de hoje, e pesquisas. Nós acabamos de viabilizar, sendo partícipe, uma grande pesquisa sobre o impacto econômico das atividades de eventos no Brasil. Esse projeto foi idealizado pela ABEOC e pelo Sebrae. A CNC foi partícipe, com grande volume de recursos, viabilizando uma pesquisa de campo. Agora, independente das pesquisas que são realizadas pelo IBGE nesse setor, nós temos uma visão do empresariado que atua nessa área.

Ali devemos ressaltar a grande relevância das informações que foram levantadas, como o volume de faturamento dessa área e principais gargalos que estão ali idealizados. Isso foi feito com o observatório de campo, com o Observatório do Turismo da UFF, através de várias outras parcerias, com unidades juniores de universidades federais, quer dizer, envolvendo a academia em todo o Brasil. Foi uma pesquisa de grande amplitude e que traz, realmente, dados importantes para as políticas públicas e privadas também de orientação nesse investimento em setor tão importante para o turismo brasileiro.

Nós devemos falar também da nossa atuação dentro dos processos do Executivo e do Legislativo. A atuação da nossa assessoria parlamentar se dá tanto no Senado quanto na Câmara e também através das Fecomércios, no âmbito legislativo das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais das principais cidades de destinação turística. E isso está dentro da égide da Sindetur. Também temos processos de atuação no acompanhamento conjunto da política dessas pesquisas de decisões econômicas.

Na estrutura da casa, nós temos a Câmara Empresarial de Turismo, que é uma estrutura que sediamos, que envolve as 22 maiores entidades associativas deste País em todas as áreas de atuação do turismo nacional. Ali desenvolvemos debates com autoridades governamentais e também em processo de validação de posicionamento do *trade* privado, *a priori*, em função de decisões que têm que ser tomadas pelo empresariado de maneira uníssona.

Procuramos sempre o consenso, mas, eventualmente, procuramos esgotar as questões que envolvem um posicionamento comum, porque, aí, logicamente, fortalecemos a política integrada do turismo como um todo e não só setorialmente, envolvendo, por exemplo, hotéis, restaurantes ou aviação, mas, sim, uma visão integrada de todos os *players* que atuam nesse setor.

O Conselho de Turismo, que acabei de citar, é uma organização ou um fórum de mais de 50 anos de existência, onde próceres do turismo nacional desenvolvem amiúde a discussão de processos que contemplam toda a cadeia de serviços e atividade econômica do turismo brasileiro. Devo ressaltar que o Conselho, nos seus primórdios, foi o idealizador ou o encaminhador da grande, vamos dizer, semente que resultou, depois, num consenso de que o Ministério do Turismo seria um objetivo comum ao *trade* nacional. Isso há mais de 50 anos.

E, revendo, agora, as atas, os problemas que grassavam naquele tempo são os mesmos problemas que nos afetam hoje em dia, Senador: questão legislativa, questão trabalhista, os processos tributários, ou seja, o cenário do campo de atividade empresarial tem que ser, claro, de contínuo avanço, de contínuo aprimoramento, mas tem que ser de uma discussão contínua, porque, na verdade, somente com uma percepção de uma discussão que se faz presente e constante, nós podemos convencer nossos legisladores, e eles serem sensibilizados pelas alterações que possam ser feitas, logicamente com a atuação do Executivo, para que possamos fazer as mudanças estruturais que vão fazer o setor desenvolver-se cada vez mais.

Dentro desse processo, eu devo citar, também, a atuação do Sesc. O Sesc, dentro do seu histórico de atuação, já desenvolve uma vertente que, cada vez mais, vai crescer no Brasil de hoje, que é a indução do turismo social.

Nós já atendemos o setor comerciário, nossos comerciários, com unidades em todo o Brasil. Muitas delas foram pioneiras em alguns destinos de estruturação como processo de conhecimento daquele local, daquele atrativo. Foram, às vezes, pioneiras nesse investimento no processo de atração e de crescimento do turismo ali, e propiciou que esses destinos, depois, se consubstanciassem, de repente, em outras gamas, em outros patamares de aquisição, isto é, nós oferecemos, ali, um turismo social, para baixo poder aquisitivo, com qualidade, e esses destinos, sendo desdobrados, sendo comentados, propiciaram e fomentaram uma estruturação de oferta turística mais qualitativa ou para maior poder aquisitivo, fazendo com que o volume de destinação de conhecimento daquela área fosse cada vez maior.

É importante notar, também, que nós já realizamos mais de 14 mil excursões turísticas, promovidas pelo Sesc, em todo o Brasil, e devemos notar, também, que fomos pioneiros em alguns investimentos de caráter socioambiental muito grandes, como a nossa unidade do Sesc Pantanal, que é, hoje, uma referência, no Brasil, em termos de uma abordagem que propicia estudos acadêmicos, setorialmente embasados para desenvolver políticas de conservacionismo, e foi um fator de uma ação, também, de elevação do nível social do entorno muito preponderante, que propiciou uma inclusão extremamente importante para aquela comunidade do entorno.

Alguns dos senhores já a conhecem ou sabem que é, hoje, uma referência em nível mundial, não só pelo seu tamanho, pela sua grandiosidade, mas, sim, pela práxis que a gente desenvolve, ali, no processo da sustentabilidade e da harmonização de um turismo sustentável.

Devemos, também, falar de todas as ações que a gente desenvolve em nível do turismo comunitário, quer dizer, como nós somos indutores de processos que envolvem a nossa atuação dentro de comunidades, fazendo com que essa comunidade se insira no processo da unidade ali ofertado, mas também desenvolvendo uma série de atividades socioeconômicas ou socioambientais, que propiciam que essa inclusão social se dê a partir da percepção do valor do turismo em destinos que, realmente, por não terem industrialização, por não terem uma área de serviços muito exacerbada, resta, a eles, o turismo como uma opção econômica de desenvolvimento viabilizada e que vai propiciar, com essas atividades ou com essas atitudes que nós tomamos em nossas propostas de trabalho e projetos, uma percepção maior desse grupo social no atendimento, na inserção dessa atividade economicamente ou extremamente vantajosa e importante.

Por último, eu queria colocar algumas questões relativas ao Senac, quais sejam, não se discute, hoje, o que o Senac fez pela formação profissional setorial do turismo brasileiro. São mais de 320 mil formados só nos últimos dois anos, numa visão holística, que envolve, desde o atendimento em funções especializadas, como cozinha, atendimento de salão para garçons etc., mas também formadores, em nível de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO DE ABREU – ... em nível de gerenciamento de processos de gestão muito importante.

Mais de 4,610 Municípios são alcançados e isso é inegável em termos da vantagem que o Senac propiciou, através do Sistema CNC, a toda formação e capacitação do turismo brasileiro.

Por último, eu queria deixar algumas sugestões, que nós vemos que são importantes na atual conjuntura, como complementar a política já vitoriosa, ou melhor, muito acertada que o Ministério desenvolve, que seria

um processo que nós devemos incentivar: a estruturação de Parcerias Público-Privadas em áreas de parques nacionais. Isso, no mundo inteiro, já é, comprovadamente, sucesso. Temos, hoje, um projeto piloto, acompanhado pelo Ministério, ali, na Rota Lund, perto de Confins, em Minas Gerais, que é um projeto vitorioso, com certeza, e vai induzir... Afora os parques, hoje, já sob gestão privada, como o Parque Nacional do Iguaçu, mas nós devemos incentivar essa prática. Ela é bilateralmente vantajosa, ou seja, propicia recursos para o conservacionismo, mantém uma gestão privada com um turismo sustentável e vai manter os nossos parques nacionais como um instrumento, uma ferramenta de atração do turismo nacional.

Segundo, eu acho que a gente deve desenvolver, também, uma prática que hoje o Ministério abraça: nós devemos procurar, dentro desta Casa, junto com o Governo Federal, na área da Fazenda, na área da Secretaria da Receita Federal, termos processos de crescimento para facilitação da importação de equipamentos para parques temáticos.

O parque temático, com certeza, é um indutor que agrega na regionalização do turismo, potencializa seu atrativo e é um fator de desenvolvimento turístico regional, além de ser atração não só para nossos vizinhos da América Latina e da América do Sul, como também através de atração de investimentos internacionais trazermos também turistas internacionais que tenham uma visão e tenham uma prática de frequentar esses parques temáticos e que podem ser, com certeza, grandes empregadores e geradores de desenvolvimento econômico. ´

É claro, por último, queremos nos solidarizar e apoiar definitivamente o desenvolvimento da aviação regional neste País. Temos um país de tamanho continental e somente, somente não, com certeza também com a aviação regional vamos induzir processos de crescimento em locais em que, às vezes, o acesso rodoviário é um pouco mais difícil. Se queremos levar um turismo de qualidade, é importante que essa proposta que o governo sempre desenhou na gestão passada, mas que deve ser continuada na nova gestão, até a partir da reeleição da Presidenta Dilma, acho que o processo de desenvolvimento dos aeroportos regionais será um fator importante.

É isso que eu queria colocar. Estou à disposição para posteriores esclarecimentos.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Obrigado, Dr. Alexandre.

Concedo a palavra ao próximo convidado e debatedor, Dr. João de Souza Ávila.

O SR. JOÃO DE SOUZA ÁVILA – Inicialmente, quero cumprimentar o Senador Valadares, como Presidente e também um conterrâneo, e dizer que é uma oportunidade muito grande que a Abav Nacional tem em trazer também um sergipano, mas com origem educacional na Bahia, fazendo também assim, no meu primeiro momento, uma referência à Senadora Lídice da Mata. E quero dizer do nosso Senador Kaká Andrade, outro sergipano que está aqui presente, e, na minha fala, farei alusões ao Município onde ele teve uma importância muito grande na questão do turismo.

Inicialmente, nós queremos dizer que a Abav – Associação Brasileira dos Agentes de Viagem representa os agentes de viagem, canal principal de comercialização de todo produto turístico nacional, não só internamente, mas também para o turismo externo. Quer dizer, nós como exportadores.

Lembramos, nas primeiras palavras do Senador Valadares hoje aqui nesta abertura, a sua preocupação, quando ele colocou a diferença na balança comercial do produto turístico que o Brasil consegue trazer internacionalizando os recursos e o que o brasileiro coloca lá fora. O Senador lembrou da necessidade de um grande trabalho para que se movimente, para que se dê crescimento ao turismo nacional.

Naturalmente que farei algumas observações dentro do foco da comercialização do produto turístico. Quero dizer que o nosso Presidente Antônio se sentiu muito honrado com esse convite, porque estamos aqui representando 27 associações estaduais, associações estas que representam as agências de viagem em cada Estado, 95% microempresas. Então, vejam a importância do segmento de turismo na empregabilidade em pequenas empresas. E que essas pequenas empresas, naturalmente não vamos discutir o porquê da mudança geral da comercialização do turismo não só no Brasil como no mundo, mas a necessidade que com essa representação que, certamente o Congresso poderá ajudar, teremos que ter um trabalho de manutenção, pelo menos nessas empresas, da empregabilidade, em função de uma série de ações que estão acontecendo no Brasil em desestímulo à atividade comercial das agências de viagem.

Quero lembrar inicialmente dois assuntos que têm muito o que ver com aviação.

Primeiro, estamos vendo, como apresentou o representante da CNC – e não vamos fugir da importância da aviação regional – que, ontem, tínhamos a informação de que, para o ano de 2015, deve se subsidiar passagens aéreas em R$600 milhões. Só que a cada momento o sistema das companhias aéreas, com a comercialização dos seus produtos, o que vimos foi comissão zero para o agente de viagem, que estamos vendo a cada dia até a paridade das tarifas que são ofertadas via Internet para a comercialização dos agentes de viagem.

Isso, na verdade, para nós, é um desafio. Porque nós vamos ter que encontrar as alternativas para a sobrevivência. Nós temos que mostrar ao agente de viagem que ele terá que ser, antes de tudo, preparado para

aquilo que a internet não pode informar e, principalmente, para prestar o serviço de olho no olho, que o cidadão precisa.

Mas, neste País, apesar de todo esse crescimento da internet, nós sabemos que tem muita gente ainda que precisa da informação e que esta não chegará somente via internet.

Então, o que nós pedimos, também, com relação à remuneração pelas cobranças das taxas aeroportuárias. Não é possível que, no Brasil, onde todas as companhias aéreas são remuneradas pela cobrança do uso dos seus aeroportos, que nenhum percentual, mínimo sequer, vá para os agentes de viagem que arrecadam, no mínimo, 70% dessas taxas aeroportuárias.

Então, esses dois assuntos, a meu ver, são assuntos importantes para a gente trazer ao Congresso. Mas, agora, eu prefiro, realmente, voltar ao tema, que é o tema que nos foi trazido para esta audiência, qual seja, a questão dos destinos indutores.

Inicialmente, nós queríamos dizer que a Abav considera que os 65 destinos indutores, que foram no Plano Nacional do Turismo inicialmente considerados, são de uma importância muito grande, porque, queira ou não, pela sistemática que o Ministério do Turismo implantou de avaliação da qualidade do turismo nesses Municípios, aquilo passa a ser quase que, diariamente, um desafio para a melhoria. Isso porque os Municípios não aceitam receber uma nota, em cada um daqueles pontos que são levantados no Ministério do Turismo, que, no próximo ano, ele não tenha, pelo menos, empatado ou melhorado.

Então, essa metodologia está, na verdade, melhorando sensivelmente a questão do turismo nacional na sua estrutura municipal e, principalmente, na conscientização dos administradores municipais e na conscientização do *trade* turístico.

Nesse ponto, nós queremos dar um exemplo, inclusive de Sergipe: Aracaju, a minha capital, na última avaliação, foi premiada pela melhoria nas suas condições de preservação ambiental. Você imagina a sustentabilidade que a nossa cidade começa a atingir? E em função de quê? De uma metodologia de análise e de aferição de como as coisas estão acontecendo.

Também, no Estado de Sergipe, nós queremos dizer que o Município de Canindé de São Francisco – e me refiro aqui ao Senador Kaká Andrade –, quando da administração de um parente seu, o Orlandinho, que era o prefeito, e da saudosa memória da Secretária de Turismo, Sílvia Oliveira, do que se pode fazer, em termos não só de divulgação, mas de estruturação, realmente, de um produto. Porque, é importante que a gente entenda que ter atrativos é uma coisa, mas transformar um atrativo turístico em um produto passa por uma série de ações, que somente com muito trabalho, que envolve governo e iniciativa privada, sem esquecer a questão local, a participação das pessoas, dos munícipes. Sem isso, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

E Canindé de São Francisco, como o Senador Valadares apresentou já na sua primeira palavra, com o Cânion do Xingó, virou um produto nacional. Um produto que o brasileiro que ainda não conhece, que o faça, entrando por Sergipe ou entrando por Alagoas, mas não deixem de conhecer o Cânion. E se pode entrar pela Bahia também, por Paulo Afonso, onde, inclusive, nós temos aeroporto. E é uma coisa importante, falar do aeroporto, porque aí nós chegamos exatamente à questão das regiões indutoras, que é a questão da necessidade de infraestrutura.

Nosso país recebe seis milhões de turistas internacionais, mas 90% de todo esse fluxo de turistas nacionais está no eixo São Paulo (80%) e Sul (20%).

Permitam-me fazer uma alusão a uma companhia aérea, que não é brasileira, mas é uma companhia aérea administrada por brasileiros, que descobriu o ovo de colombo, a TAP. A TAP, hoje, voa para mais de 20 destinos no Brasil diretamente da Europa, incluindo todo o Nordeste, incluindo o Norte, e com isso deu uma maior condição para que nós – e falo como nordestino, ouviu Senadora... Já fiz, inclusive, uma alusão a respeito, porque minha formação profissional foi feita toda na Bahia e minha família mora em Salvador, apesar de ser sergipano. Mas não podemos continuar com toda a infraestrutura de recepção turística brasileira, basicamente, em São Paulo e Rio de Janeiro.

Temos de mostrar que estamos, em termos do mundo dito mais desenvolvido, o mundo do hemisfério Norte... Nós temos o Nordeste todo aí, que, talvez, em relação aos atrativos turísticos de céu e mar, de praias, é a principal atração do Brasil, a CTI – NE tem mostrado isso. Mas nós ainda, para que possamos chegar a um destino como Fortaleza, para que possamos chegar a um destino como Salvador, via de regra, entramos por São Paulo. Nada contra os paulistas, mas em um momento de mudança que neste País há a promessa de acontecer, temos de ver a necessidade de observar desses pontos, e aí, sim, o Congresso é extremamente importante para isso.

Na questão que foi lembrada aqui referente às emendas parlamentares do Ministério do Turismo, é extremamente importante o trabalho do Congresso. Temos o exemplo do turismo de eventos. O Senador Valadares disse que conseguiu disponibilizar R$ 20 milhões, que serão aplicados agora em uma reforma de um centro de convenções em Aracajú, recursos oriundos de emenda parlamentar.

Se não tivéssemos esses recursos, certamente, dentro de um ano e meio ou dois, o Estado de Sergipe não teria a oportunidade de contar com um novo centro de convenções. E sem um novo centro de convenções, não teríamos a oportunidade de crescer no turismo receptivo. É um turismo em que, como foi dito, são gastos mais de US$120 por dia. É o turismo de eventos.

Então, acho que vamos crescer, efetivamente, com o turismo internacional vindo para o Brasil, com essas ações, que serão estruturais, com novos aeroportos, com treinamentos, com investimentos, todos eles necessários, em saneamento, segurança, educação, não só no eixo São Paulo, não só no eixo Foz do Iguaçu, não só no eixo Rio de Janeiro – e certamente o Rio ficará uma maravilha agora, inclusive, com as Olimpíadas. Mas que a gente pense também no Nordeste, que pensemos no Norte, que pensemos em outras regiões, como pensamos para a Copa. Que continuem os investimentos chegando.

E nós da Abav, que seremos os grandes responsáveis pela comercialização desses produtos, teremos de também ser lembrados não só como aquela associação de pequenos empresários. Mas quando eu vejo, inclusive, e me permita discordar um pouco da palavra do representante da ABA, Eduardo Sandwich, que o grande evento nacional do turismo é o Salão do Turismo.

O Salão do Turismo é realmente um grande evento, mas o maior evento de divulgação do turismo brasileiro e é a maior das Américas é a feira da Abav, onde, inclusive, o Salão do Turismo, por dois anos, já está incluído, e, diga-se de passagem, gastando-se talvez a metade dos recursos que se gastariam para fazer um novo Salão do Turismo.

Então, enxergando dessa forma o Ministério do Turismo, há dois anos consecutivos, apoia essa proposta que veio da Abav. Esperamos, e temos aqui o representante do Ministério, que possamos em 2015 continuar dentro dessa linha de pensamento e fortalecendo a Abav, como estamos fortalecendo, a exemplo do Salão do Turismo de Gramado e de outros eventos de grande porte que, realmente, divulgam o turismo nacional.

Para concluir, quero agora falar um pouco sobre o turismo nacional. Nós temos algumas ações, inclusive as relacionadas ao turismo da melhor idade, que é uma iniciativa, um programa também do Ministério do Turismo. Mas nós temos de entender que, com o nível de tarifas que estão sendo praticadas no turismo nacional, não teremos condição de concorrer com o internacional, e digo isso como agente de viagem.

Primeiro, é um sonho de todo brasileiro viajar para o exterior. Segundo, a classe média, que atingiu a classe C agora e que inicialmente já viajou alguma coisa em nível nacional, também tem o sonho de fazer viagens internacionais. E nós vemos na Argentina, com a sua moeda degrada em relação à nossa, os estímulos que são dados para que os brasileiros vão à Argentina.

Temos aqui, por dizer, tão perto, porque a Miami e a Orlando o brasileiro vai a toda hora, hotéis em que o brasileiro pode se hospedar por US$20,00 ao dia. Agora, vamos analisar se o brasileiro pode viajar.

Estou hoje sendo pago aqui, em Brasília, pela minha entidade. Eu vi quanto estou pagando hoje aqui. Estou pagando R$450 para ter entrado ontem, às 9 horas da noite, e ter saído hoje às 9 horas da manhã. Mas essa prática acontece no Brasil todo. O porquê vamos discutir com a sociedade.

Será que a tributação está muito grande? Será que os estímulos de financiamento não estão acontecendo? Ou será que o empresariado também está ganhando demais?

Eu acho que isso tem de ser discutido no Congresso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO DE SOUZA ÁVILA – E nós temos, com certeza, de encontrar o grande caminho de desenvolvimento do turismo brasileiro.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado a todos pela apresentação da Abav.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Muito obrigado, Dr. João Ávila, nosso patrício, amigo, que discorreu, com muita propriedade, sobre a área que ele entende. Nota dez ao seu pronunciamento.

Agora, nós convidamos o Dr. José Osório Naves, para fazer a sua exposição.

O SR. JOSÉ OSÓRIO NAVES – Vou fazer os cumprimentos e o abraço ao Dr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da CNTur, ao Senador Valadares, à Senadora Lídice da Mata. Infelizmente, ele não pôde comparecer, mas está aqui presente, através de nossa pessoa.

Quero cumprimentar o Dr. Alberto Alves, que é o Vice-Ministro do Turismo, os nossos companheiros de mesa que aqui estão, em especial os Senadores presentes, e uma saudação especial ao João Ávila, que é o Presidente do Conselho de Turismo da CNTur, em Sergipe. Ele tem feito um excelente trabalho, inclusive, valorizando nossa entidade naquele Estado, tão bem representada pelos Senadores, neste momento.

Tenho uma informação, antes de começar a falar especificamente do tema. A CNTur vive hoje uma realidade importante, com reconhecimento, por decisão Colegiada do Supremo Tribunal Federal, de 14 de setembro de 2014, credenciando-a como entidade representativa de Confederação Específica do Turismo no Brasil.

Hoje a CNTur conta com sete federações de turismo filiadas. A partir deste ano, em seu fórum nacional, durante o 26º Ciat (Congresso Internacional de Hospitalidade, Alimentação e Turismo), iniciou um amplo debate nacional com representantes dos 26 Estados e o Distrito Federal sobre uma nova política pública de desenvolvimento real do turismo brasileiro.

Então, a partir do ano que vem, estaremos fazendo fóruns e debates em todos os Estado do País, discutindo o turismo como fórmula de inclusão social, como fórmula de captação de novos recursos e investimento; além de tudo, consolidando-se como atividade econômica.

Srs. Senadores, srs. presentes, o art. 180 da Carta Magna do Brasil preconiza que: "Art. 180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico."

Com foco no enunciado acima, em face das políticas públicas de turismo atualmente praticadas no Brasil, há que se repensar esse modelo de gestão em função da própria dinâmica da atividade e da reformulação das estratégias de desenvolvimento sustentável, agora voltadas para a regionalização.

Se, de um lado, o Governo Federal, por meio do Ministério do Turismo, apresenta hoje uma estrutura institucional apta a planejar as diretrizes norteadoras e estruturantes do Programa Nacional de Regionalização do turismo; de outro, os Estados e Municípios ainda enfrentam dificuldades e obstáculos para aplicar e dar continuidade, em seus limites políticos e territoriais, às diretivas prescritas e aplicáveis em suas respectivas conjunturas.

Os grandes gargalos que têm emperrado o desenvolvimento do setor, a meu ver, se esteiam em seis itens que provocam o estacionamento estatístico do turismo brasileiro, que há mais de 20 anos não vê crescer além dos 5 milhões o fluxo de seu receptivo internacional, empacado nesse receptivo ao turismo estrangeiro.

Dificuldades de crescimento:

1. A distância dos grandes centros emissivos. Como disse o Papa Francisco, estamos no fim do mundo, referindo-se à Argentina, que é nossa vizinha. A distância dos maiores centros emissivos é o maior obstáculo. Isso torna o Brasil um destino extremante caro, um dos mais caros do mundo e, consequentemente, desestimulante a travessia do Atlântico.

2. Má qualidade de serviços. A má qualidade da mão de obra e dos serviços turísticos, no geral, também serve como desestímulo aos viajantes, cada dia mais exigentes. A qualificação profissional no País é de grande deficiência. Não há cursos de formação profissional específica para a área do turismo, e o que é disponível através do Sistema S do comércio, sem discutir sua boa qualidade, torna-se inacessível pelos preços cobrados, ante a baixa remuneração que o setor oferece. O melhor exemplo foi o que se viu durante a Copa de Futebol de 2014, quando esse assunto ficou, realmente, latente.

3. Infraestrutura ineficiente. Carência absoluta de infraestrutura urbana, quer na acessibilidade, como na mobilidade aos locais turísticos. Na cabeça dos administradores municipais, acessibilidade se resolve apenas com a construção de rampas para cadeirantes, mas não conservam as calçadas e sequer se lembram dos deficientes visuais, da falta de sinalização e sonorização, além do transporte público de péssima qualidade.

4. Falta de simbologia específica ao turismo brasileiro. A propaganda e a divulgação são fracas no exterior. Nossas peças promocionais na mídia americana, asiática e europeia são de grande qualidade visual, mas de pouco convencimento. Não elegemos nenhum símbolo como nossa atração turística. Geralmente essas peças tornam-se um verdadeiro pastel com excesso de informações que não despertam interesses específicos sobre as belezas do País. Misturam Cristo Redentor com Cataratas do Iguaçu, praias com o Pantanal, a Amazônia e cultura com o Carnaval, isso em uma só peça de marketing. Então, torna-se confusa essa divulgação que pretendemos.

5. Pontos de Estrangulamento. Esses empecilhos, em grande parte, refletem a ausência de recursos humanos capacitados e qualificados para absorver, entender e compreender os novos paradigmas, trabalhando-os no sentido de harmonizá-los e compatibilizá-los com a realidade e especificidade locais, bem como os instrumentos operacionais disponíveis. O que constatamos é a urgente sinergia entre as áreas operacionais do próprio Ministério do Turismo e destes com os Estados, Municípios, instâncias de governança e atores locais, além da necessidade de maior descentralização de recursos.

6. Atividade intersetorial e ação do Governo. Turismo pressupõe, para seu desenvolvimento sustentável, atitudes e ações de transversalidade e intersetorialidade. Portanto, precisa de ação conjunta obrigatória e integrada no seio do próprio Ministério, entre os demais Ministérios, Governos dos Estados, Prefeituras, Municípios, Consórcios de desenvolvimento regional, organizações sociais e a imprescindível iniciativa privada, bem como da área sindical. Vale lembrar que a gestão compartilhada e descentralizada está em construção no País.

Regionalização do Turismo:

As ações do Ministério do Turismo – por meio de suas Secretarias Nacionais de Políticas e de Programas de Desenvolvimento do Turismo – têm se empenhado em estreitar relações de orientação, discussão e imple-

mentação desses novos paradigmas. Criou-se até mesmo um órgão interlocutor que traduz-se como ponte entre o Ministério, os Estados e os Municípios – o Fórum Nacional de Secretários de Turismo, a fim de ampliar o debate e explicitar ao ente responsável pelas políticas públicas de Turismo, em cada Estado, a execução de políticas de turismo e seus Programas de Regionalização e Desenvolvimento Sustentável. No entanto, o que constatamos até o presente, por parte do interlocutor, é a ausência de institucionalização da política inovadora e adequada para o desenvolvimento do turismo nos respectivos Estados para assegurar a cooperação com os Programas do MTur.

É fraquíssimo o desempenho da aplicabilidade dos mecanismos que fortaleçam a legitimidade das instâncias de governança, ou mesmo que as possam inspirar a sua implantação.

Gestão Compartilhada.

A Política Nacional de Turismo deve funcionar como o elo integrador entre as esferas de decisão governamental representadas pelos segmentos oficiais do sistema e os beneficiários e usuários dessa política.

Todavia, o Poder Público pode desestimular a iniciativa privada ao criar instrumentos legais sem captar a fundo a essência da atividade turística.

Esses instrumentos, em face de sua multiplicidade, podem criar dificuldades operacionais para as empresas que atuam no Turismo, que precisam ser constantemente analisadas e avaliadas no que concerne a políticas públicas.

Legislação do Turismo.

Turismo de fato se desenvolve e funciona dentro de uma estrutura legal que pode ser dividida em duas partes.

A primeira é a legislação, agora mais configurada com a Lei Geral do Turismo, que regula os setores do Trade com o Turismo e que normalmente não é pensada como tendo resultados turísticos, mas que afeta inevitavelmente as operações nesse setor.

A segunda parte é a legislação turística stricto sensu – as leis e regulamentos direcionados ao setor, que lidam com a operação e o gerenciamento de empreendimentos turísticos –, como: as regulamentações no transporte e operações de serviço de viagem; taxas especiais de embarque e desembarque de passageiros; incentivos financeiros e fiscais; uso e ocupação do solo e outros recursos naturais para o desenvolvimento e geração de demanda de Turismo.

Com tudo isso, torna-se fundamental que o setor privado participe desse processo por meio do Conselho Nacional de Turismo e, principalmente, de sua entidade de classe que representa especificamente todo o setor que é a CNTur (Confederação Nacional do Turismo).

Gestão Empreendedora.

É fundamental destacar que estamos vivendo tempos de transformação, isto é, passando de um modelo burocrático, prestador e concessionário de serviços, para um modelo empreendedor, a formatação dentro de uma ordem de corresponsabilização solidária a que o Estado deve prestar decisiva colaboração em conjunto com as empresas privadas e as organizações sociais.

Existem diversos cenários em que os interesses dos setores público e privado convergem a uma séria parceria essencial para três objetivos principais: adequar a região às exigências da sociedade; propiciar a reorganização dos serviços; favorecer a ação conjunta entre a organização e o voluntariado.

Consciência do cidadão.

A consciência de cidadania, cada vez mais presente na sociedade atual, exige que o Governo descubra melhores alternativas para o desenvolvimento das ações de interesse público.

Esse fenômeno é definido como a transformação do Estado gestor para o Estado regulador, ou seja, o que se preocupa com os limites da atuação da iniciativa privada na realização de serviços de interesse público.

Investimentos e financiamentos.

O turismo, neste próximo decênio do século XXI, exige solucionar os conflitos de uma maneira construtiva com uma ampla participação de todos os envolvidos. Por sua vez, também exige o desenvolvimento de novos mecanismos para a tomada de decisões. Isso, com base em uma nova governabilidade eficaz, manifestando a definição de políticas em um novo marco de proteção de direito de propriedade dos indivíduos.

A multiculturalidade gerenciada por meio de processos de participação social e de planejamento participativo facilita os esforços de ajuste de um destino às tendências sociais e de turismo, e cria as bases para se obter benefícios para todos os autores.

A adoção de modelos – como o de competitividade baseada em preços –, que nem sempre tem sido bem instrumentada, e que, em outras ocasiões, não tem dado os resultados mais adequados aos interesses dos países que adotam, não reconhecendo explicitamente que os lucros vêm das pessoas – entes trabalhadores do setor – e não somente dos atrativos naturais e culturais da produção turística.

Assim, concluímos que o turismo há que se desenvolver através de políticas de investimento e financiamento do setor, orientado basicamente para apoiar o desempenho de grandes empresas, mas que forneçam, essencialmente ao pequeno e médio empreendedor, mais estabilidade.

O turismo deve ser impulsionado como atividade de inclusão social...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ OSÓRIO NAVES – ... a ser reconhecido como um direito e uma necessidade para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Obrigado, Dr. José Osório Naves.

Em seguida, passamos logo a palavra ao Sr. Jun Alex Yamamoto para fazer a sua exposição.

O SR. JUN ALEX YAMAMOTO – Bom dia a todos!

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Valadares e agradecer, desde já, o convite para esse importante momento do desenvolvimento do turismo brasileiro; cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, pela qual eu cumprimento todas as mulheres aqui presentes, e parabenizar por dois motivos: um pela escolha do tema, a estruturação de destinos turísticos no Brasil, e, em segundo, pela escolha dos participantes aqui tão qualificados.

Cumprimento os demais Parlamentares presentes, o Senador Kaká Andrade, e cumprimentar também a competência do Marcos Guevara, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Dos meus amigos aqui, colegas do Executivo, cumprimentar o Secretário Alberto Alves, grande defensor da estratégia do Ministério do Turismo, assim como cumprimento os colegas do Executivo Federal, demais conselheiros do CNT e demais profissionais presentes.

Cumprimento aqui também, parceiros aqui da mesa, Secretário Neusvaldo Ferreira, Alexandre Sampaio de Abreu, José Osório Naves, pelo qual cumprimento o Presidente Nélson Abreu, e João de Souza Ávila, pelo qual estendo os cumprimentos ao Presidente Antônio.

Bem, a apresentação do Ministério do Turismo se dará aqui em duas partes principais. Na primeira parte, se nos permitem, falar um pouco do planejamento do Ministério do Turismo e, na segunda parte, falar especificamente das políticas e das ações que compõem a política de estruturação de destinos do Governo brasileiro.

Um dos grandes papeis nossos é ser guardião e manter a estratégia do desenvolvimento do turismo no Brasil, e isso se dá de duas formas principais. A primeira delas se dá com esses parceiros, já citados anteriormente, do Sistema Nacional de Turismo, da gestão descentralizada. E a gestão do turismo não se dá somente no Governo Federal; ela se dá também em âmbitos descentralizados com as UFs – Estados, regiões e Municípios –, onde hoje temos representantes e interlocutores.

Queria destacar um papel importante aqui como guardião da estratégia do Ministério do Turismo, considerando que ele é um ministério ainda bastante novo, é um ministério de 11 anos, então os resultados para o desenvolvimento do turismo brasileiro perpassam aí a busca de objetivos a médio e longo prazos. E um grande parceiro nosso na defesa e na guarda dessa estratégia é, sem dúvida alguma, o Conselho Nacional de Turismo, representado aqui pelos demais conselheiros.

E um segundo ponto, a segunda forma de guardarmos essas estratégias é através dos instrumentos de gestão, instrumentos da gestão estratégica do Ministério, e vou passar aqui para vocês rapidamente quais são eles.

O primeiro PPA 2012/2015, citado anteriormente, é um compromisso do Ministério do Turismo com a sociedade brasileira. No próximo ano, nós teremos uma janela importante, uma janela de oportunidades muito importante que é a revisão do próximo plano plurianual, que faremos de forma participativa, sem dúvida alguma.

Um segundo ponto bastante importante é o Plano Nacional de Turismo, que representa o acordo firmado entre o setor público, que é o Ministério do Turismo, juntamente com o setor produtivo, representado pelo Conselho Nacional de Turismo. Esses esforços convergem naturalmente para o alcance dos objetivos traçados no Plano Plurianual.

E um terceiro instrumento também bastante importante é o planejamento estratégico do Ministério. Na sua versão, a edição 2012/2015, a primeira edição, desenvolvida pelos próprios servidores do ministério, ele pactua o que o Ministério do Turismo precisa para atingir os objetivos preconizados no Plano Nacional de Turismo, que é o compromisso do setor público com o setor privado, para atingirmos os objetivos efetivamente traçados no PPA 2012/2015.

Esse planejamento estratégico apresenta para a gente um referencial estratégico, que define – e isso foi definido, de forma participativa, com os servidores do ministério – missão e visão. É uma visão que praticamente deve ser compartilhada não só dentro do Ministério do Turismo, com sua equipe técnica e seus gestores, mas também com o Conselho Nacional do Turismo e com a parceria, sem dúvida alguma, do Congresso, que é a visão de atingirmos o posto de terceira maior economia turística até 2022.

O mapa estratégico também aponta quais são os aprendizados em inovação na parte interna do Ministério, o que precisamos desenvolver, quais processos precisamos trabalhar e quais resultados precisamos

atingir para, efetivamente, construirmos esse caminho, traçarmos esse caminho até atingirmos essa posição de terceira maior economia do Planeta na área de turismo.

Temos também, como instrumento de gestão, que nos ajuda a proteger a estratégia do Ministério do Turismo a médio e longo prazos, os planos de ação. Esses planos de ação representam um desdobramento do planejamento estratégico em quatro partes importantes, em quatro quartos. Entraremos agora, em 2015, no último quarto desse planejamento estratégico. Ele representa hoje 47 iniciativas e 51 indicadores, que é o esforço do Ministério do Turismo, monitorado trimestralmente pela alta gestão da pasta.

Também consideramos o esforço individual dos servidores do Ministério. Como vocês podem perceber, a gente começa desde o PPA, o plano nacional, que é o pacto com a iniciativa privada, passamos pelo planejamento estratégico, que é esforço de como atingiremos esses resultados, e também medimos o esforço dos servidores, para que a gente consiga atingir, então, os resultados dos Planos de Ação.

Por último, a cada quatro anos, desenvolvemos um documento chamado Documento Referencial, que serve como base para atualização dos instrumentos de gestão do próximo ciclo. Entraremos o ano de 2015 com uma missão bastante importante, de atualização desses instrumentos de gestão e do documento referencial, que é construído juntamente com a sociedade, representada pelo Conselho Nacional de Turismo, que nos orienta nesse ponto: qual caminho devemos percorrer.

Todos esses instrumentos são monitorados pelo Ministério do Turismo, pelos seus gestores, através do nosso sistema de monitoramento e desempenho. Temos seis sistemas de monitoramento...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Peço licença ao nobre convidado debatedor, pois tenho que me retirar momentaneamente para a Comissão de Justiça, onde tenho que participar da votação neste momento. Peço licença a todos.

Peço à nobre Senadora Lídice da Mata que ocupe a Presidência para a continuidade dos nossos trabalhos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Pode continuar, por favor.

O SR. JUN ALEX YAMAMOTO – Continuando, temos o monitoramento de todos esses instrumentos. Nós apresentamos anteriormente, ele se dá por meio de um sistema de monitoramento e está disponível não somente para os gestores do Ministério do Turismo, mas ressaltamos que todos esses instrumentos estão disponíveis no portal do Ministério do Turismo para acesso livre de todas as informações, para toda a sociedade brasileira.

Dando seguimento, ressaltando que na parte do Plano Nacional de Turismo nós temos algumas diretrizes, já entrando no tema específico da estruturação de destinos. Uma das diretrizes do Ministério do Turismo, por meio do Plano Nacional de Turismo, é o Programa de Regionalização. Esse Programa de Regionalização faz parte de um pacote de esforços do Governo Federal para estruturação de destinos e é composto de um tripé. Somados a ele, o Programa de Regionalização, temos o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) e o Programa de Infraestrutura Turística. Esses dois últimos serão apresentados com maior propriedade pelo Secretário Neusvaldo.

Contando um pouquinho aqui do histórico do Programa de Regionalização, o Ministério do Turismo, como foi abordado anteriormente, tem cerca de 11 anos. Contudo, a política com enfoque territorial, considerando que o Brasil é um País de dimensões continentais, já tem mais de 20 anos. Surgiu com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, numa onda de municipalismo, na década de 90. Posteriormente, veio o Ministério do Turismo, em 2003. Em 2004, como orientação da Organização Mundial do Turismo, o Governo passou não somente a trabalhar com Municípios, contando que temos mais de 5.500 Municípios, mas trabalhamos, então, com regiões turísticas. Então, a partir de 2003, o enfoque territorial se deu por meio das regiões, não somente pelos Municípios. Em 2004, então, surge o Programa de Regionalização do Turismo. Em 2010, uma ampla revisão desse programa. Em 2013, então, são lançadas as novas diretrizes do Programa de Regionalização, as quais já foram aqui mencionadas anteriormente.

Essas diretrizes estão disponíveis também para consulta no Portal do Ministério do Turismo. Cabe ressaltar que ela foi fruto de uma ampla discussão com a sociedade, seja com as Secretarias de Turismo dos Estados, seja com os destinos indutores, seja com a Academia. Isso foi um amplo processo de debate, até porque o Programa de Regionalização não é construído sozinho; seu instrumento em essência é trabalhar de forma descentralizada e, inclusive, culminou numa consulta pública, em que tivemos mais de 400 contribuições para, enfim, fazer o seu lançamento no Encontro Nacional de Turismo, de 2013.

Cabe ressaltar também aqui alguns parceiros do Programa de Regionalização dessas novas diretrizes, dos quais destacamos a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que também foram parceiras nesse momento da construção desse importante instrumento político para o desenvolvimento do turismo, no nosso País, e que foi lançado, repito, no Encontro Nacional de Turismo.

Mas o que é, efetivamente, essa diretriz ou o que ela representa? O objetivo principal é apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no País, de forma regionalizada e descentralizada.

O que ocorria anteriormente? Em 2010, após uma grande avaliação realizada nessa política de estruturação de destinos, representada pelo Programa de Regionalização, percebeu-se que o Ministério do Turismo vinha desenvolvendo uma série de ações – e não cabe aqui julgar a qualidade das ações, que as ações eram bem avaliadas pelos gestores locais, estaduais, municipais e regionais, pela própria sociedade –, contudo, essas ações, esses esforços ocorriam de uma forma desorganizada, de uma forma desalinhada. Nós entregávamos, às vezes, o mesmo remédio para todo mundo sem saber a necessidade real de cada um dos entes – dos Estados e dos Municípios, e dessas associações que faziam parte, à época dos nossos clientes.

Bem; essas entregas foram amplamente discutidas e organizadas, então, em oito eixos estruturantes, entre os quais destacamos a gestão descentralizada do turismo. E, quando nós olhamos esses oito eixos estruturantes, nós podemos pensar no ciclo de desenvolvimento do produto turístico, tão bem mencionado antes pelos palestrantes anteriores, que falavam que a transformação do atrativo em um produto depende de uma série de fatores, e essa série de fatores está aqui colocada dentro desse ciclo.

A gestão descentralizada do turismo é o primeiro eixo; o planejamento e posicionamento de mercado, o segundo; a qualificação profissional do serviço e da produção associada, também citada em dois momentos aqui pelos palestrantes anteriores, inclusive aqui esse seminário de arranjo produtivo local faz parte desse contexto da produção associada. Empreendedorismo e captação e promoção de investimentos também é muito necessário para o desenvolvimento da região; infraestrutura turística – e o Secretário Neusvaldo vai apresentar com maior detalhamento –, sem dúvida alguma, é peça fundamental, talvez a mais importante, equivale a 80% hoje dos esforços do Ministério do Turismo. Ainda: informação ao turista, promoção e apoio à comercialização. E, por fim, o monitoramento a fim de saber se o destino está indo bem ou não, se o destino turístico vem atendendo às necessidades e à satisfação das pessoas que o visitam.

Então, repetindo, um dos grandes esforços dessas novas diretrizes foi organizar todos os esforços e convergi-los para que eles, realmente, atinjam seus objetivos que é a estruturação dos destinos.

Bem, explicado o que é feito, explicamos, então, onde que se dá a atuação.

O Mapa do Turismo Brasileiro, na sua terceira edição, aponta hoje 303 regiões turísticas e 3.345 Municípios. Dentro do mapa do turismo brasileiro, atendemos praticamente quase todo o Território, e esse mapa aqui é construído de forma participativa, resultado de uma manifestação dos Estados, juntamente com suas regiões e Municípios turísticos, e passados para o Ministério do Turismo.

Então, aqueles pontos azuis representam as regiões turísticas brasileiras que constam do mapa, no radar do Ministério do Turismo, mas que não são atendidas – somente essas regiões, somente esses municípios –, mas, preferencialmente, se dá atenção maior para essas regiões, para esses municípios aqui listados no mapa do turismo brasileiro.

E, como que se dá a atuação, então, do Governo Federal, uma vez que já identificamos onde que nós fazemos a atuação? Bem, temos aqui o mapa, mas percebemos aqui que o mapa, que ele indica onde atuar. Então, o recorte territorial, mas ele não explica como atuar. Como se nós estivéssemos aqui num pronto-socorro, tivéssemos vários pacientes e, antes de perguntar o que ele sente, temos o diagnóstico, nós já vamos aplicando uma injeção do mesmo remédio em todos eles.

Então, é preciso agora avançar. E o estágio em que se encontra o Ministério do Turismo hoje no desenvolvimento dessa política é justamente identificar o que nós precisamos e como nós precisamos atuar nessas regiões. Isso só se dará por meio de um processo – e talvez o mais importante, o mais estratégico, eu penso, talvez desses últimos anos – que é o processo de categorização dos destinos das regiões turísticas.

Uma vez categorizado em níveis de desenvolvimento turístico, a gente consegue entender melhor qual a necessidade de cada um e promover a entrega ou ampla concorrência mediante um chamamento público dentro desse diagnóstico.

Bem, isto aqui é somente ilustração, mas uma vez que tenhamos um mapa categorizado, nós vamos ter um mapa que não indica somente onde, mas também como atuar e poderemos responder algumas questões como quais regiões e destinos prioritários precisam de ações de fortalecimento institucional. Aquela cidade, aquela região, aquele Estado que ainda não tem nenhuma Secretaria de Turismo, não tem um conselho instituído e a gente vai ter uma resposta no mapa identificando aqueles Estados e regiões que realmente precisam desse tipo de apoio e, diferentemente, quais regiões turísticas estão aptas a receber já ações de promoção e a comercialização que efetivamente são os Estados e regiões mais desenvolvidos. Temos Rio de Janeiro, Florianópolis, Aracaju, Salvador, que já são destinos consolidados e que precisam desse tipo de apoio. Muito ao contrário, alguns destinos ainda precisam preparar seu produto, qualificar seu pessoal, ter mais infraestrutura turística para poder efetivamente receber esses turistas. Aí, sim, ele estará apto para receber esses recursos de

apoio de promoção e comercialização e teremos aqui uma suposição de um mapa somente ilustrativo que indicaria quais os destinos que estão num nível mais avançado para receber esses recursos, inclusive compartilhando com a nossa autarquia vinculada, a Embratur, podendo dizer: "Embratur, esses destinos estão prontos para uma comercialização e promoção internacional".

Todo esse grande desafio, talvez, – repito, o maior desafio nosso e o mais importante desafio do Governo Federal dentro dessa política do enfoque territorial, está aqui posto, mas temos também o competente Diretor Solto, que está aqui presente. Eu tenho certeza de que ele dará conta deste grande desafio que enfrentaremos no processo de categorização.

Por findar, apresento como que nós monitoramos hoje, o que já existe hoje – naturalmente existirão novos instrumentos para monitoramento dessas políticas para verificação se esses esforços estão dando os resultados que esperamos. O monitoramento hoje se dá já mediante o índice de competitividade do turismo nacional, tão bem exposto pelo Diretor João de Souza Águila, da Abav, que expõe realmente um estudo do Ministério do Turismo que busca esses indicadores dentro dessas 13 dimensões. A gente realiza esse estudo já dentro de uma série histórica – acredito que já entrando na sua 5ª edição – para verificação de como que se está dando essa competitividade.

Isto aqui também faz parte dos objetivos e metas do Plano Nacional, assim como indicadores do nosso PPA.

Por fim, as ações diretamente ligadas que compõem, além da regionalização, o tripé da estruturação de destinos, que é o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) e o Programa de Infraestrutura Turística, o que já faz parte da apresentação do Secretário Neusvaldo.

Agradeço a atenção de todos e devolvo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Muito obrigada.

Passo a palavra ao Sr. Neusvaldo Ferreira Lima, que já vai se utilizar da própria apresentação que o Sr. Jun Aléx estava usando pelo Ministério do Turismo.

O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA – Bom dia a todos!

Cumprimento a Senadora Lídice da Mata, em nome de quem eu cumprimento os demais parlamentares aqui presentes, meus colegas aqui da mesa, toda a plateia, colega do Ministério, mídia, a quem nos assiste de casa, no seu gabinete.

Vamos conversar um pouco sobre dois programas. O Jun já fez uma introdução, informando as circunstâncias e de que forma o Ministério vem trabalhando ultimamente. Nós vamos nos deter em dois dos programas de desenvolvimento que contemplam, de forma mais forte, a infraestrutura.

É importante fazer uma observação: nós ouvimos os depoimentos dos demais colegas... Esqueci-me de cumprimentar o nosso nobre amigo Alberto Alves, nosso Secretário Executivo, nosso Vice-Ministro do Turismo, meu grande amigo.

Então, só para responder, de certa forma, para entrar no espírito da discussão, nós entendemos que fazer gestão em turismo é eminentemente se articular e é dessa forma, sob a orientação do nosso Ministro Vinícius Nobre, que a gente tem conduzido as nossas ações.

Então, voltamos a atuar de uma forma mais incisiva, proativa, junto às instituições do Trade Turístico. Com certeza, a expectativa é a de, a partir de agora, aproveitando-se o momento que o turismo nacional experimenta, com certeza melhorar os índices que os senhores falaram e que almejam para o turismo.

Então, vamos nos deter um pouco mais. Eu pediria a próxima transparência. É o meu mesmo.

Vamos começar, conversando um pouco sobre o Prodetur. Alguns ou quase todos já conhecem o que é o Prodetur. Mas, enfim, vamos falar um pouco mais sobre o que significa o Prodetur para o turismo nacional.

Foi o primeiro esforço de sistematização de programa de desenvolvimento em nome do turismo. Ele já significa hoje uma escola para quem lida com a estruturação de destinos e para quem lida com o planejamento da gestão em turismo, porque contempla não só a infraestrutura de uma forma bastante forte, mas estudos básicos sobre as localidades, sobre os locais que têm potencialidade para o turismo. E, claro, ele contêm toda uma teoria, por isso digo que é uma escola.

A gente sabe que o turismo como preocupação de Governo é bastante recente e como área acadêmica também. Esse programa vem servindo de referência e de laboratório, desde o início, para a área acadêmica. Então, a gente vem experimentando desde o início. Isso significa uma evolução, passando-se por alguns momentos de indefinição. Mas recentemente, através do Prodetur, da fase nº 3 do Prodetur, ele se concretizou, realmente, como escola de gestão em turismo.

Claro, ele se articula fortemente com a política nacional do turismo, no sentido de consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, aliando investimentos regionais, estaduais e municipais ao modelo de desenvolvimento.

Foi concebido inicialmente para preparar os Municípios e os Estados, com vistas a contraírem empréstimo externo, e mais recentemente a gente vem abrindo esta possibilidade de eles terem como fonte outros recursos, especialmente os recursos da própria União.

Então, vou ter de abrir aqui um parêntese, para dizer que todo o sucesso, não só do Prodetur, mas especialmente do Programa de Apoio à Infraestrutura Turística – claro –, se baseia na aplicação forte de uma equipe técnica dedicada, de profissionais que estudam no Prodetur e que atuam também no programa de infraestrutura, de uma forma bastante profissional e, como disse, sistemática, seguindo uma escola; mas especialmente porque se tem um grande parceiro. Então, tenho de fazer referência a esse parceiro, que é o Congresso Nacional.

Nossa forte atuação se dá em decorrência da aquiescência do Congresso Nacional ao nosso apelo, dessa parceria. E continuo fazendo aqui um apelo, como iniciou o Ministro Mares Guia. Seguindo a orientação do nosso Ministro, do Dr. Alberto Alves, é importante que os senhores se lembrem das ações de turismo na hora de apresentarem suas emendas.

Nós temos bastante subsídio já decorrente dessa escola – digamos – de formação. Nós temos hoje a indicação de projetos específicos, que concorrem para estabelecer, dentro da teoria que o Dr. Jun já explicou aqui, de toda a sequência estratégica e cronológica e regionalizada, o que é ideal para implantar hoje nas diversas Regiões do País.

Então, vai ser interessante essa nossa articulação – não é, Dr. Alberto? – a partir de agora, até que se concretize o período de apresentação das emendas parlamentares.

Nesse sentido, temos conteúdo para apresentar para os senhores, temos projeto concebido de forma consubstanciada com um componente técnico bastante forte, com a participação da academia.

Só para dar um histórico, o Prodetur/NE I, que atendeu, inicialmente, só à Região Nordeste; o Prodetur/NE II, que atendeu ao Nordeste, a Minas e ao Espírito Santo, esses programas significaram o empréstimo de recursos do Banco Interamericano – o NE I, US$400 milhões; o NE II, cerca de US$270 milhões, sem contar as contrapartidas.

Nós fizemos também outros ensaios. Como falei, esses outros não evoluíram regionalmente. Então, o Prodetur Sul, o JK e o Proecotur ficaram mais no planejamento e com alguma ação de menor expressão – digamos assim –, realizada regionalmente.

Finalmente, o Prodetur nacional, concebido a partir de uma assinatura, de um memorando de entendimentos ainda no exercício de 2008, com previsão de execução da sua programação a partir de dez anos, até dez anos. Quero dizer que os contratos podem ser assinados até 2018 pelo memorando de entendimentos. Claro que ele contempla uma programação já desde o início, com a participação de 18 Estados da Federação. A previsão de recurso, só de empréstimo, é de US$$1 bilhão, empréstimo do Banco Interamericano, e está em pleno processo de execução. Em alguns casos, alguns Estados já estão até concluindo obras e, em outros casos, nós estamos ainda em fase de negociação dos projetos.

Só para poder expressar aqui esse componente mais acadêmico, mais técnico, os programas, especialmente o Prodetur, têm uma linha de atuação que se expressa por componentes. Então, o componente de melhoria do produto, especificamente... Foi dito aqui e nós sabemos que, para que nós tenhamos um produto, é preciso trabalhar o atrativo. E é esse componente inicial contemplado no Prodetur.

Depois, o componente de promoção e comercialização; de fortalecimento institucional; a parte de infraestrutura e serviços básicos, a principal demanda, a grande demanda do País hoje; e a parte de gestão ambiental, que é mais uma demonstração de que o Brasil segue os princípios da preservação ambiental, a nossa preocupação com a questão ambiental, mesmo quando tratamos de questões que não contemplam poluição, como é o caso da indústria em si. Isso significa que estamos em dia, em nível mundial, com as políticas de preservação.

O Prodetur é realizado a partir da elaboração de planos de desenvolvimento integrado e sustentado, planos locais. O instrumento inicial é este, o PDITS, que é aquele estudo de que eu falei em que se processa uma série de interlocuções e de contatos entre a área política e a área técnica, especialmente os componentes mais acadêmicos. É um instrumento, como está dito ali, de planejamento do turismo em uma área geográfica selecionada, com o objetivo de orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo bases para a definição de ações, prioridades e tomada de decisão sobre o que fazer a partir desses estudos.

É importante aqui colocar e enfatizar como se processa a elaboração dos PDITS: a partir de um plano de trabalho, a definição de objetivos, um diagnóstico estratégico com a participação da sociedade, o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento, um plano de ação, com oficina. Depois esse documento, em caráter preliminar, é colocado em audiência pública em todos os seus componentes. E, assim, nós temos como consequência a versão final dos PDITS.

Eu não sei se a colega trouxe aqui um PDITS. Eu queria mostrar para vocês o que é um PDITS objetivamente. Na realidade tem uma expressão física e é resultado de todo um trabalho. Ele faz parte de um processo de investimentos. Não é custeio; é investimento, porque contém um componente técnico que pode ser aproveitado a qualquer momento.

Os resultados alcançados através do Prodetur nacional foram realizados em polos de desenvolvimento: 32 PDITS com recursos do próprio MTur, mais 13 com recursos dos Estados e Municípios. PDITS elaborados por Municípios específicos estão ali: 115 com recursos próprios, 219 elaborados por meio de convênios com o MTur, e 24 ainda em elaboração, envolvendo 358 Municípios.

Muitos desses PDITS já resultaram, é claro, em insumo para os empréstimos junto ao Banco Interamericano. As indicações de muitos deles já estão em execução e as de outros não. Então, são esses que não estão executados ainda que podem suscitar ações de complementaridade, algo que já vem sendo feito, que nós pretendemos ofertar para o Congresso Nacional nesse período de emendas parlamentares.

Eu quero dizer o seguinte: nós vamos estabelecer um processo de articulação com os Srs. Parlamentares e as suas assessorias, colocamo-nos desde já à disposição, porque nós temos o que oferecer, em conteúdo, para as suas emendas parlamentares.

Também na linha dos resultados alcançados, é importante dizer que esse programa, o Prodetur, não contempla especificamente infraestrutura. Então, nós temos a parte de fortalecimento institucional, planos diretores, planos de *marketing*. Como nós falamos, avaliação ambiental, com esses resultados já consagrados.

Estamos apresentando resultado dos recursos já aplicados através do BID ou da Corporação Andina de Fomento, que foi uma alternativa buscada especialmente pelos Municípios de Fortaleza e de Manaus, dentro daquele propósito de atingir US$1 bilhão de empréstimo, além da contrapartida local.

É importante aqui dizer. Para o Prodetur, existem algumas condições. Eu queria abrir um parêntese para quem nos escuta: façam uma visita ao *site* do Ministério do Turismo. Há muita informação interessante. Todas essas publicações que o Dr. Jun apresentou aqui estão dispostas para leitura, e é uma leitura rica e, com certeza, vocês vão ter muita informação do que nós fazemos, do que é necessário fazer, e, é claro, para quem é estudante e precisa conhecer um pouco mais sobre o turismo.

Por que estou dizendo isso? Porque essa Portaria nº 112 também está lá. É nossa cartilha do a, b, c. O Ministério, de certa forma, regulamentou toda a sua ação em todas as suas vertentes, não só para obras mas para as demais ações que o Ministério executa por meio dos seus recursos orçamentários. Ela regulamenta toda a transferência de recursos.

No caso do Prodetur, as exigências que se colocam são essas. O Prodetur não se estende a todo o espaço geográfico. Ele tem algumas limitações. Não é o caso do outro programa de infraestrutura turística. Então, o Prodetur se limita aos Municípios com mais de um milhão de habitantes, às capitais de Estados e, enfim, possui toda uma sistemática de apresentação de propostas, em princípio.

Então, outra coisa que é uma decisão recente, e não ocorreu no Prodetur I e II, agora, o recurso federal, o recurso do Ministério do Turismo não se presta a bancar contrapartida do empréstimo no BID. Isso foi retirado. Já existiu, mas hoje não mais.

Agora, o outro programa de que falei. Esse se estende por todo o espaço territorial do País, em princípio, também, claro, tem regras específicas. Então, esse programa de infraestrutura turística... Na realidade, cada um dos programas, do ponto de vista da execução orçamentária, são ações orçamentárias. Do ponto de vista programático, chamamos de programa.

Essa é a ação que contempla o maior volume de investimentos do Ministério, notadamente, como já falamos, só emendas Parlamentares. É um programa que se desenvolve nos Municípios brasileiros por meio da adequação, principalmente da infraestrutura como suporte para a expansão da atividade turística, melhoria da qualidade do produto bem como a consecução dos objetivos do Plano Nacional do Turismo, de que o Dr. Jun já falou aqui.

A tipologia de obras. Isso é dispositivo da Portaria nº 112. Não vou enumerar uma a uma. É leitura, e os senhores poderão ver que há uma grande variedade de obras de infraestrutura e de suporte aos destinos turísticos. É, claro, todas têm que estar associadas a esses destinos, e essa avaliação a equipe técnica faz no momento da avaliação. Importa dizer que esse programa tem como suporte recursos orçamentários da União. O programa de infraestrutura não é vinculado à ação do BID, é especificamente recurso orçamentário da União.

Vou mostra aqui a expressão dos nossos números. É importante os senhores saberem. Nós saímos, em 2004, com aporte de R$175 milhões. Esses são recursos empenhados. Chegamos a R$1,9 bilhão em 2013. Nós estamos, ainda, em processo de execução de 2014, mas todos já sabem que, neste ano, estamos executando preponderantemente o orçamento impositivo, e é, no orçamento impositivo, que vamos tentar ampliar a nossa linha de atuação nessa articulação com os Srs. Parlamentares.

É importante ver ali a evolução. Entendo isso como resultado que foi colocado aqui. Esse é o resultado da implantação do Ministério. Não há outra forma de ver.

A partir da atuação, da ação, como ação de Governo, sistemática, a gente passou a ter também uma melhoria na infraestrutura de um modo geral. Isso aí é tudo recurso em infraestrutura.

Nós elencamos aqui também um dispositivo da Portaria nº 112. Quais as condições gerais que se aplicam especialmente à infraestrutura e, claro, também ao Prodetur? São orientações gerais, mas nós temos orientações específicas para as ações de infraestrutura, mas é importante dizer aí que os Municípios que fazem parte... Isso é ação preponderante, não é exclusiva. Quer dizer o seguinte: quem não faz parte dessas condições não está obrigatoriamente excluído. Isso aqui é a nossa ação prioritária.

Municípios que fazem parte do Mapa de Regionalização do Turismo; Municípios que possuem órgão oficial de turismo, plano de desenvolvimento do Turismo e órgão colegiado composto por representantes do Poder Público e da sociedade civil. É importante porque, dessa forma, nós estamos levando à sociedade a orientação de que, para fazer turismo, nós temos que nos organizar também, no nível governamental e no nível privado.

E, aí, apresentando a nossa evolução desde a nossa criação, como já foi falado aqui. A atuação do Ministério do Turismo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA – ... de certa forma, tem a ver com esses resultados. Dobramos as viagens domésticas em dez anos; triplicamos os desembarques domésticos; os financiamentos foram multiplicados por três – os financiamentos de bancos públicos para o setor privado; a receita cambial foi triplicada pelo menos; e aplicamos R$8,3 bilhões oriundos do Orçamento da União, com 16 mil obras contempladas, mais de 4 mil Municípios brasileiros beneficiados.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Com a fala do Dr. Neusvaldo, nós encerramos, digamos assim, as intervenções dos componentes da mesa.

Eu vou passar agora a abrir o debate, para o qual já está inscrito o nobre Senador Kaká.

Quero antes, no entanto, saudar a presença aqui do Secretário Executivo do Ministério do Turismo, Dr. Alberto Alves.

Se também quiser usar da palavra no processo de discussão, fique à vontade.

Então passarei a palavra ao Senador Kaká Andrade.

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – Inicialmente bom dia a todos. Parabéns pela iniciativa, Senador Valadares, Senadora Lídice da Mata, demais membros da Mesa, Sr. Alexandre, Sr. Jun, Neusvaldo, Sr. Osório, meu particular amigo João Ávila, que foi bastante modesto na questão da criação do destino, ele teve participação ativa, juntamente com nossa Secretária de Turismo Silvinha, na nossa Canindé, ele sempre foi um nosso guia, um nosso orientador, abriu caminhos, apontou caminhos.

O destino foi transformado verdadeiramente em produto. Hoje a região dos cânions de Xingó é uma região que abrange três Estados: Sergipe, Alagoas, Bahia. A nossa terra Canindé de São Francisco, temos Piranhas, em Alagoas, Olho D´água do Casado, em Alagoas, Delmiro Gouveia, em Alagoas, Paulo Afonso, na Bahia. Esse destino tem diversos atributos turísticos, tem a Trilha do Vale dos Mestres, que conta – são trilhas ecológicas – com pinturas rupestres, tem a Fazenda Mundo Novo, que foi cenário de novela, da novela Cordel Encantado, de um seriado da Rede Globo, Amores Roubados. Nós temos a Trilha do Cangaço, a Rota do Cangaço. É uma trilha onde chegamos à gruta onde Lampião e os seus parceiros foram dizimados, em Poço Redondo. Nós temos o passeio no cânion, nós temos o Museu de Arqueologia de Xingó, onde se encontram os achados de sítios arqueológicos que foram inundados pela usina hidrelétrica. Nós temos a cidade histórica de Piranhas, que abriga o Museu do Cangaço. Nós temos a APA (área de proteção ambiental) da Grota de Angico, uma área de proteção estadual, que carece de apoio para que justamente essa questão ecológica seja valorizada, a questão da preservação da Caatinga, mas nós ainda enfrentamos...

Eu me angustio muito ao fazer um comentário. Alguém que se ache em melhor posição de responder, por gentileza, que o faça. Eu me angustio muito. A gente fica em Canindé de São Francisco e a gente assiste diariamente os ônibus passarem. Eles saem cedinho de Aracaju, enfrentam algo em torno de 200 quilômetros de estrada, eles passam por mais de 120 quebra-molas. Chegam ao Cânion, fazem o passeio, almoçam na estrutura que lá foi implantada, voltam dormindo, sequer olham para a cidade de Canindé.

Então, como o turismo é fator, primeiro, de sustentabilidade, é uma indústria limpa, lá assim acontece, a gente procura preservar todas essas coisas, mas ele precisa ser também inclusivo. É preciso que as comunidades locais, as comunidades tradicionais, e lá tem uma riqueza cultural muito grande, lá tem a Cavalhada, lá tem o Reisado, lá tem São Gonzalo, que são atividades históricas na região; tem a história do cangaço, que é uma coisa muito forte, que precisa ser reforçada; lá tem a Prainha de Canindé de São Francisco. Há muito tem-

po, a gente vem tentando fazer a implantação, está dentro dos recursos do Prodetur, mas é uma questão de titularidade de área junto à Chesf. E, aí, faço uma crítica à Chesf, que é um órgão que dificulta. Nós perdemos recursos para implantar um centro de recepção ao turista.

Na época, em Canindé de São Francisco, tínhamos recursos no Ministério do Turismo por conta da titularidade da área – toda a margem do São Francisco é de propriedade da Chesf. Essa prainha precisa ser implantada, ela está aprovada. Nós fizemos o projeto de esgotamento sanitário de todo o bairro que fica na prainha, fizemos o projeto arquitetônico de toda a prainha. Não sei como se encontra hoje para a questão da execução, mas o que gostaria de colocar aqui, de perguntar, é como fazer com tantas atividades que existem? Num dia só você não consegue ver tudo isso, você teria de passar pelo menos três, quatro dias por lá. Temos lá um hotel com 60 leitos, temos outro com trinta e mais algumas pousadas. Então, qualquer grupo já enche os hotéis. O destino foi criado, o esforço foi enorme, a gente fez parceria com o município de Gramado. A Silvinha realizou, por 15 anos consecutivos, a Festa de Sergipe, em Gramado. Na nossa administração, na administração do meu irmão, fizemos os oito anos da Festa de Sergipe em Gramado. Era a única festa. Tínhamos a festa de uma empresa de aviação e a nossa festa, que era a mais concorrida.

Então, todo esse trabalho no Município foi feito, mas eu ainda sinto a falta de que esse investimento tenha retorno para as populações locais. Como fazer para que investimentos ali aconteçam? O Sr. Alexandre falou em alguma coisa no Pantanal. A Confederação Nacional do Comércio... Precisamos dar um jeito de as pessoas ficarem por lá e experimentarem toda essa riqueza, única no Brasil, na região, onde Lampião passou, sendo bandido ou herói, seja o que for. Ele é questionável, todo mundo gosta da riqueza. Lá também tivemos dois longas metragens, que já foram feitos por lá. O Hermano Penna, o Sargento Getúlio, com base num livro do João Ubaldo Ribeiro, um baiano sergipano. Outro recente, que foi lançado este ano, *Aos ventos que virão,* que conta a história de um cangaceiro que desistiu do cangaço, que veio para São Paulo e depois retornou ao cangaço, retornou à sua terra, se envolveu com a política e acabou matando. Deixa para quem quiser assistir ao filme para ver como é a história. O destino está criado.

Eu gostaria de saber como fazer com que as pessoas experimentem isso, deixem de sair de Aracaju, que é a porta de entrada. Outra coisa é que nós temos um aeroporto em Canindé de São Francisco aprovado, com terreno adquirido.

A prefeitura, à época, fez o projeto, que está aprovado, inclusive com sinalização noturna, porque muita gente não quer sair 200 quilômetros. Olha, eu falei: mais de 120 quebra-molas. A pessoa chacoalha literalmente na estrada, e muita gente, principalmente o turista, que tem um pouquinho mais de recurso, ele, naturalmente, não se submete a isso, já que nós não temos um aeroporto. Então, primeiro, o que fazer com que esse aeroporto saia? O que fazer? Como incentivar para que a gente aumente a infraestrutura hoteleira para que as pessoas lá podem ficar e vivenciarem toda essa riqueza que é lá do nosso sertão de Sergipe, de Alagoas e de Bahia.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Obrigada, Senador.

Eu queria também fazer uma pergunta que foi deixada aqui pelo nosso Presidente ao se afastar. Ele me pediu que a encaminhasse ao Ministério do Turismo. Portanto, o nosso representante do Ministério do Turismo pode responder neste momento ou posteriormente.

Segundo ele, no ano passado, a Comissão protocolou um ofício no Ministério do Turismo solicitando que avisasse dos empenhos ali realizados no exercício de 2013 de 40 milhões, que foram empenhados após a votação da Medida Provisória 653 e que havia a partir desse momento uma discussão com o Ministério do Turismo para que pudesse informar como seriam aplicados esses recursos e em que Estado, para quais Estados eles seriam dirigidos. Então, essa é uma pergunta que não sei se há condições de responder aqui, mas, se possível, responder posteriormente num ofício formal à Comissão de Turismo.

Finalmente, queria ressaltar, como relatora desta audiência pública, dizer que a audiência tem uma finalidade que é uma finalidade definida pela Resolução do Senado Federal que estabelece que agora cada Comissão deve fazer um relatório analítico das políticas públicas originárias do seu trabalho de comissão. Como nós temos aqui o tema do desenvolvimento regional e turismo, para as políticas públicas do turismo eu fui designada. E vamos fazer isso em duas audiências públicas, como já informei antes. Nesta, nós estamos debatendo a estruturação dos destinos turísticos brasileiros.

Nesta audiência e neste contato, não há uma intenção a priori de fazer uma crítica negativa das políticas públicas que são desenvolvidas no País, mas também não é apenas uma informação dessas políticas públicas para a Casa. É uma análise do desempenho, do desenvolvimento dos planos nacionais de políticas públicas para cada área, no caso do Plano Nacional de Turismo, das suas políticas estruturantes, para que nós possamos, como Senadores, como Parlamento, discutindo com a sociedade, identificar os nós, identificar os gargalos, identificar as dificuldades, para que nós possamos alcançar as metas antes de fazer uma análise na época da meta não alcançada do porquê não alcançamos.

Então, eu identifico e identifiquei aqui, nas falas de diversas das entidades, do ponto de vista da Abav, um posicionamento de saudar os avanços, mas também de identificar dificuldades no processo atual. Não tenho dúvida, como aqui foi ressaltado, o congresso da Abav é, sem dúvida alguma, pelo Diretor João de Souza, o maior congresso de entidades turísticas do Brasil e, talvez, até da América do Sul. É, realmente, um grande momento do turismo nacional.

E as agências de viagem vêm sofrendo, já há algum tempo, diversas dificuldades, que temos debatido em alguns fóruns do turismo nacional, relacionadas com o desenvolvimento de novas ferramentas da tecnologia, o seu impacto no setor e como fazer com que, através do Ministério do Turismo ou das políticas públicas, possamos, talvez, dar outro direcionamento à política das agências de viagem ou mesmo ver de que maneira é possível incorporar esse movimento de agências de viagem, que é um movimento extremamente produtivo e, principalmente, com grande capilaridade no turismo nacional, de que maneira nós podemos fortalecê-lo e mantê-lo vivo. Eu creio que a fala do nosso caro João Ávila foi nessa direção.

Por outro lado, a CNTur fez também aqui, através da fala do nosso amigo José Osório Naves, um levantamento de pontos em todas as áreas que considerava, pelo que vi, um posicionamento mais crítico de como se encontra o desenvolvimento de diversas ações do turismo e de diversos segmentos do turismo nacional.

A CNC também deu uma contribuição importante na sua fala, presenteando com o resultado de um trabalho de estudos em turismo voltado para a análise da questão das experiências do turismo e sustentabilidade, hoje, no Brasil. Eu não o vi ainda. Fico muito contente em receber. Folheei aqui e vi as experiências da hotelaria. Não posso deixar de puxar a brasa para a minha sardinha e destacar a experiência, que não sei se está aqui, da hotelaria de Porto Seguro, que desenvolve, em muitos hotéis daquela cidade, vinculada à sustentabilidade, a sustentação energética dos hotéis através da energia solar. É uma experiência importante e interessante, que, se não estiver aqui, logo depois, a CNC corrigirá esse grave equívoco de deixar a Bahia de fora. Eu não creio que isso aconteça. Nunca esteve fora e não estará portanto.

Nós não tivemos condição de ler tudo para ressaltar a presença, obviamente, daqueles que puderam estar presentes. Pelo que já li, na análise da Associação Brasileira de Empresas Aéreas, há também uma análise do desenvolvimento da aviação e turismo nacional e metas a serem alcançadas. Eles destacam os avanços feitos nesse período, que já foram destacados também pelo Ministério do Turismo. Eles destacam no documento Aviação 2020, que é a aviação com metas até 2020. A sua meta é atingir 200 milhões de passageiros/ano, portanto, dobrar o número de destinos atendidos por voos por conexão aérea no Brasil. Acrescentar pouco mais de 400 aviões à frota atual, que já é de 520. E há de gerar com isso pouco mais de 600 mil vagas na cadeia produtiva da aviação.

Portanto, vou pedir que seja incluído pela Secretaria-Geral da Mesa, nas notas taquigráficas, esse documento do nosso Eduardo, que fala, justamente, das novas metas da aviação nacional e de quais são as políticas públicas que se pretende para essas metas.

São políticas que são conhecidas, são debatidas, há muito tempo, no setor do turismo. Algumas áreas avançaram nessa direção, alguns Estados. Na Bahia, nós conseguimos ter uma política de diminuição de ICMS para a aviação regional. Isso permitiu que nós reaquecêssemos três aeroportos que estavam, praticamente, paralisados e com destinos importantes, um deles o de Paulo Afonso, que, há muito tempo, estava sem uso permanente, que, agora, passou a ter linha direta de aviação regional; o de Lençóis, também, com muita intensidade, com dois voos semanais; e o de Valença, que é um importante destino, também, da nossa costa do descobrimento, que volta a ter funcionamento.

Então, no caso da Bahia, mas nós temos o setor aeroviário, das empresas aéreas no Brasil, com uma reivindicação específica, voltada para a diminuição do peso do custo do querosene da aviação, que é uma das reivindicações do setor, já, há muito tempo, e que é muito importante que o Senado Federal possa acompanhar essa reivindicação, debatê-la e ajudar a que o Brasil tenha uma política clara a respeito desse assunto, no sentido de fortalecer a aviação nacional, que é uma das principais reivindicações do setor.

Então, essas reivindicações todas estão aqui. Eu gostaria de acrescentar a essa discussão – tudo isso, certamente, eu vou tentar, de forma sintética, colocar no nosso Relatório – uma outra questão que diz respeito à estruturação do destino turístico mais propriamente dito, no caso da infraestrutura.

É muito ressaltado, toda vez em que se fala, historicamente, sobre instalação do Ministério do Turismo, que tem apenas 11 anos de existência, o esforço feito pelo Ministro Mares Guia, com enorme competência, de transformar o Congresso Nacional no principal parceiro do turismo nacional com uma injeção de recursos, através de Emenda Parlamentar, que deu, praticamente, sustentação ao Ministério.

Acho que essa política foi uma política indispensável para a implantação do Ministério há 11 anos. No entanto, eu creio que, onze anos se passando, é necessário que se faça uma revisitação a essa política. Eu creio que é preciso rediscutir essa política, porque eu não acho que o orçamento do Ministério do Turismo possa

sustentar uma política de desenvolvimento nacional tendo como base uma política que é extremamente fragmentada de investimentos na área de turismo.

O Ministério do Turismo recebe emendas praticamente iguais às emendas, com finalização muito semelhante às emendas do Ministério das Cidades, que tem outra visão no desenvolvimento urbano. Praticamente, fica de fora, só, o saneamento básico. E eu creio que isso tem levado, atualmente, já, depois de definida uma política e um sistema nacional de organização do turismo brasileiro, a um processo muito fragmentado de ações do turismo.

Eu penso que, para o estágio em que nós estamos, da criação do Ministério, do Sistema Nacional do Turismo, dos novos desafios que nós temos para o turismo nacional, seja necessário rediscutir com o governo e com a Presidente da República e com o centro do Ministério de Planejamento, o que se quer do turismo nacional. E isso chamando o trade turístico a participar no Conselho Nacional de Turismo.

O Parlamentar põe a emenda que interessa a ele na cidade que lhe interessa e como o Ministério do Turismo, para receber esse aporte, criou um acordo com a Fazenda, com o Presidente, com o Planejamento de liberação generosa das emendas, isso levou a que tivéssemos uma distribuição dos recursos feitos no Ministério do Turismo para todas as cidades e não necessariamente para os 65 destinos turísticos do Brasil. E ou mudamos a nossa política, ou teremos uma política sem foco. Por mais que o Ministério do Turismo reclame que as emendas não são destinadas às principais metas do Ministério, elas continuarão sendo feitas em outra direção, porque elas estão cumprindo as metas do voto dos Deputados.

Então, acho que é preciso redefinir no Governo Federal o que o Governo quer com o Ministério do Turismo. Se for um Ministério do Turismo para existir apenas para, digamos assim, servir à ideia de que temos um ministério que trata especificamente do turismo, ela tem que ser revista. Ela tem que servir ao projeto de desenvolver o turismo no Brasil para transformar o turismo em um importante vetor de desenvolvimento da economia nacional. E para tanto motivar e estimular o turismo interno, porque ele não terá sustentação se não tiver um grande projeto e um grande estímulo ao turismo interno, que dê sustentação a toda cadeia hoteleira, a toda cadeia de bares e restaurantes, a toda cadeia de agências de viagem. Portanto, o turismo voltado para o desenvolvimento interno, para poder chegar até Canindé, senão certamente não conseguiremos atrair o turista internacional para um destino com essa característica.

E ele precisa ter também sua ação voltada para alcançar a meta de crescer não tão pouco, porque considero que é muito pouco o que conseguimos crescer nesses anos todos de existência do Ministério do Turismo em relação ao turismo internacional. Estamos batendo seis milhões de visitação internacional com todo estímulo da Copa do Mundo, que não é um estímulo pequeno. E não basta, para nós, nos conformarmos com a ideia de que estamos distantes dos destinos europeus, porque temos outros destinos, outros polos emissores capazes de serem atraídos para o Brasil. Os Estados Unidos são muito mais perto do que a Europa. A América Latina, países da América Latina que hoje estão em desenvolvimento econômico mais acelerado do que o Brasil.

Enfim, acho que o nosso relatório tem que estimular que se vençam os desafios que temos pela frente e faça com que o Senado seja um parceiro dessas preocupações e não apenas o relatório para conformadamente nos relatar quais são as razões pelas quais não conseguimos alcançar ainda as metas definidas. O Senado como uma parte do poder do País, como o Poder Legislativo, tem que dar sua contribuição para que o Poder Executivo, para que a Presidente da República, através dos seus ministérios, possa alcançar aquilo e cada uma das áreas daquela que é a meta do desenvolvimento nacional.

Dessa forma, eu quero destacar que considero que foi muito importante a audiência que nós realizamos aqui, hoje. E nós esperamos que a próxima, com a presença do Ministro, inclusive, possa dar uma contribuição ainda maior a essas nossas preocupações, e que o nosso trabalho possa servir para fortalecer o Ministério do Turismo do nosso País e as suas ações.

Estou recebendo, aqui, e queria propor, pelo adiantado da hora, que nós pudéssemos fazer essas perguntas, cujas respostas já seriam parte da fala do Ministro quando viesse na próxima semana.

A não ser que o Dr. Alberto queira...

O SR. ALBERTO ÁVILA DE SOUZA – Agradeço a oportunidade, mas era exatamente parte da sugestão que eu iria... Inclusive, eu já pedi até o texto dessa fala da senhora, porque seguramente, o que a senhora está dizendo é a direção que hoje a gente vem trabalhando, internamente, que é longe de prescindir da ajuda do Congresso, até porque o Congresso é que define orçamento, define essas coisas todas.

Mas a gente está passando, a gente já está caminhando, a gente imagina, o Ministro trabalha para buscar uma outra galáxia para o turismo; uma galáxia na direção do que a senhora está dizendo. Quer dizer, a gente não pode... O Ministério, para ser efetivamente um ministério, tem que fazer com que o Brasil faça como outros países. O que eles fazem para atraírem tantos turistas? Então, nós estamos trabalhando, justamente, nessa direção, em consonância com as preocupações que a senhora demonstrou nessa na sua fala. E a senhora tenha

certeza que, no dia 12, o Ministro Vinícius vai além, muito além, dessas preocupações que a senhora colocou aqui, no sentido de, efetivamente, tornar o turismo um agente econômico importante no PIB.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Obrigada.

O SR. ALBERTO ÁVILA DE SOUZA – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Sem dúvida é importante a sua contribuição.

Eu quero registrar que, por meio do e-Cidadania, que é o canal de participação e interatividade do Senado, via internet, houve a participação de uma senhora, a Srª Anna Flávia Schmitt Baranski, que faz um comentário que eu queria reproduzir aqui:

Muitos cidadãos tem o que oferecer para tornar um destino turístico interessante no interior, mas não têm oportunidades. Municipalizar as oportunidades não é o caminho? [Ela própria pergunta.] Não é o caminho? Porque cidadãos que querem atuar na área de turismo e cultura têm as oportunidades fechadas pelas próprias secretarias que não querem que as cidades pequenas avancem. O Governo Federal deveria elaborar uma estratégia para chegar à população que tem vocação para recepção turística e cultural, de forma que ela esteja livre de qualquer prefeitura.

É a contribuição da nossa...

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Pois não.

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – Mesmo diante do adiantado da hora, eu fiz alguma provocação. Foi um comentário provocativo.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Claro. Eu darei a palavra para encerrar esta audiência a cada um dos que aqui estiveram participando.

Desta feita, porém, com um tempo menor, eu creio que em cinco minutos dá para responder os questionamentos e fazer as despedidas de todos que aqui estão. Não, sem antes, agradecer, enormemente, a disposição e a participação de todos vocês, que são nossos parceiros na atuação desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e, especialmente, para mim, que sou Relatora desta tarefa, dada pelo Senado, de analisar essas políticas públicas.

Portanto, eu, mais uma vez, agradeço, me despeço e passo a palavra, pela ordem, vindo da Abav para cá, a cada um dos que estão à mesa.

O SR. JOÃO DE SOUZA ÁVILA – A Abav se sente extremamente honrada com essa participação, Senadora Lídice, Senadores presentes e todo público presente e, lembrando o nosso representante do Ministério Público, o público nacional que nos ouviu.

Senador Kaká Andrade, eu tenho a impressão de que nós, lá em Sergipe, vamos encontrar, com o seu trabalho, com o trabalho do Congresso, com o trabalho nosso, da capacidade intelectual sergipana, a solução para melhorar essa questão de Canindé.

Quero apenas lembrar: Canindé não vai passar apenas pelo turismo, vai passar por um turismo rural, que, inclusive, tem uma demanda legislativa a ser aprovada pelo Congresso. Eu, particularmente, como diretor de relações governamentais, comprometi-me no Congresso da ABAV, naturalmente, com essa ligação que temos com os Parlamentares, em ajudar também a aprovar essa legislação pertinente, que é um trabalho importantíssimo que o Sebrae está fazendo no Brasil.

Só a questão da ligação do turismo com o agronegócio em Canindé – a produção da pequena propriedade, os assentamentos rurais, a produção do mel, do leite de cabra, da carne –, podemos transformar aquilo em um produto para ser trabalhado no Sergipe todo. Imaginem todos os hotéis sergipanos usando sabonete de leite de cabra; imaginem o mel dos hotéis sergipanos vindo de Canindé de São Francisco. É por aí que construímos um *cluster* e, com a divulgação, melhoramos essa cadeia para Canindé.

E, em nível nacional, Senadora, queremos dizer que com as suas preocupações, certamente com essa ligação que hoje mais uma vez se consolida, nós teremos do Congresso Nacional o apoio extremamente necessário para a sobrevivência das agências, porque parte principalmente pelo Ministério do Planejamento, que define as compras governamentais.

Temos uma questão muito forte a ser discutida, mas não é o momento. O tema hoje é região indutora do turismo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Teremos uma audiência posteriormente para tratar desse assunto.

Com a palavra a CNTur.

O SR. JOSÉ OSÓRIO NAVES – Em primeiro lugar, a CNTur quer agradecer o convite da Comissão para esse debate e dizer o seguinte: realmente, é do nosso propósito essa reformulação na política de turismo do

Ministério, que a regionalização não seja transformada em uma roteirização, mas que ela seja mais abrangente e divulgue no âmbito daquela região todos os atrativos turísticos.

No caso, e o Senador expôs muito bem, temos de agregar os valores que existem naquela região e não fazer um destino específico para aquele lugar. Mas já que vamos passar por aquela região, vamos, então, diversificar, e mostrar os atrativos que há à beira do caminho.

Mais uma vez, Senadora, queremos agradecer o convite. Estamos à disposição na CNTur para qualquer colaboração.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Dr. Neusvaldo, do Ministério do Turismo.

O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA – Senadora e plateia, essa temática é riquíssima, e a gente fica aqui imaginando falar um mundo de coisas, mas não há tempo, não tem fim.

Mas quero apenas dizer que nós estamos despertando, como o povo diz no jargão popular, o gigante está despertando para mais uma vocação. O Brasil é o país de exportação de produtos primários e se notabilizou nos tempos recentes em ser campeão mundial em vários produtos do agronegócio. O Brasil é o país do futebol, é um país com várias características, mas eu acho que o Brasil tende a ser também o país do turismo.

Temos muito espaços, a serem construídos ou não, para serem apreciados. Temos muitos recursos que estão sendo transformados em recursos a partir desse esforço de governo, do *trade* de turismo e da sociedade de um modo geral. Vimos a cidadã se pronunciando, querendo apresentar a sua contribuição para que o seu recurso se transforme em produto.

Eu acho que esse despertar está chegando para os diversos espaços do Brasil. Não é aqui exagero falar dessa infinidade de possibilidades que temos, desde a nossa imensa praia, o maior atrativo turístico do país em extensão e o que mais atrai o lazer. Temos o nosso Pantanal, as nossas grandes cidades, a Amazônia. Não há nada ainda estabelecido, nada em relação ao que pode ser feito. Sabemos que tem muita coisa já feita, e nós podemos ir muito mais à frente.

A Senadora falou aqui que nós atingimos seis milhões de visitas, quando Portugal, por exemplo, tem 65 milhões, com uma população de 45 milhões. Imagine se chegamos nesse nível? Nós temos condição de ultrapassar a nossa população em visitas. É um sonho, mas é possível sair de seis milhões para trezentos milhões. Há essa possibilidade.

Estou falando isso, porque há um empresariado, um cidadão com a sua poupança, com a sua possibilidade, procurando alternativa de negócio. Veja e analise as possibilidades para o turismo.

Nós estamos começando nesse mundo, como se dizia em livro: É um mundo novo, é um mundo da felicidade. O turismo consiste construir a felicidade. É a melhor coisa que se pode fazer no mundo. Então, nós estamos despertando para isso, chegou a hora.

Então, é importante que Governo, Congresso, a sociedade e o *trade* turístico passem a conversar um pouco mais. Esse evento, espero, Senadora, que seja o início de um processo de ampla discussão. E aí, como consequência, os orçamentos se ajustam. Não tenho dúvida disso. E o Governo é sensível, é claro, e vai se sensibilizar com todo esse processo. Mas ele tem de se concretizar.

Então, há várias respostas que eu poderia dar aqui. Mas eu não vou me deter mais. Só digo aqui para o nosso amigo José Osório: o modelo burocrático para o modelo empreendedor. É isso que nós queremos.

Quando chegou ao Ministério do Turismo essa participação forte do Sebrae, através de nosso Ministro e de outros colegas, a ideia era essa: sair do modelo burocrático para o modelo empreendedor. E vamos fazer, com certeza, todo esse esforço. Nós, funcionários públicos, já estávamos nesse processo, dentro do modelo burocrático, estamos absorvendo todo esse novo de pensar, e, com certeza, vamos marchar na direção de um modelo empreendedor, partindo do próprio Governo.

Então, há muitas respostas que poderão ser dadas. Eu vou parar por aqui. Tenho certeza de que o nosso Ministro, ao saber do resultado dessa discussão, vai se empolgar e trazer muitas respostas para os senhores e para as senhoras.

Quero agradecer, então, a oportunidade e me colocar à disposição. A demanda do Senador Valadares já está sendo providenciada; vai ser respondida. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Obrigada.

O representante também do Ministério, o Diretor de Programa do Ministério de Turismo, Sr. Jun Alex.

O SR. JUN ALEX YAMAMOTO – Bem, vou aproveitar os cinco minutos para responder algumas perguntas, alguns questionamentos.

Senador Kaká, não existe uma resposta pronta nem genial para um problema tão complexo. O turismo é uma atividade bastante complexa. Mas eu queria aqui apontar alguns detalhes que poderiam ajudar e aproximar talvez a gestão pública Municipal e Estadual e o Governo Federal, para que busquemos soluções e que

elas sejam também replicadas e refletidas sobre todos os outros destinos que passam pelas mesmas situações e enfrentam as mesmas dificuldades.

Bem, primeiro, acho que a distância é o maior filtro de demanda que existe no turismo. Um exemplo disso é que, no nosso dia a dia, ninguém que mora na 14 da Sul sai para comprar pão na 14 da Norte; compra numa padaria mais próxima. Isso se dá também com o turismo, como um produto em si.

Então, o grande desafio já é levar o turista, talvez um dos maiores públicos emissores do Brasil, se colocarmos São Paulo, até a Região do Nordeste. Eu falo com propriedade, porque morei seis anos no Norte e sei da dificuldade também de a população e de os turistas enfrentarem essas grandes distâncias.

O processo de regionalização facilita um pouco isso. Você não está sozinho no processo em atrair esse turista dos grandes polos emissores, por exemplo, São Paulo, para o Canindé. Você atrai para a região turística como um todo, pelo Estado como um todo. Isso já facilita bastante o processo.

O segundo grande desafio é fazer a pessoa sair do seu ponto de chegada da capital e andar os duzentos quilômetros, enfrentar 120 quebra-molas, que, para o Brasil, já é algo bastante complicado de se pensar. Imagine para o turista europeu que, com duzentos quilômetros, ele atravessa, às vezes, dois países?

Então, existe toda essa grande reflexão que temos de fazer, pensando no acesso, e pensando, principalmente, na questão da atividade.

Uma sugestão que nós daremos é o aumento da competitividade. Acho que isso se dá a partir da revisão do plano de posicionamento de mercado do destino. O planejamento anterior, no Brasil, funcionava de uma maneira bastante engessada, convencional, tradicional, burocrática, que se exigiam dos destinos e dos gestores que se fizesse um planejamento gigantesco, que se organizasse todo um Município e criasse uma ilha de excelência para que depois os turistas chegassem. E isso não acontece. Se pensássemos assim, teríamos de despoluir, por exemplo, o Rio Tietê, primeiro, para que depois existisse um turismo de negócio em São Paulo. Isso não é fato.

Então, fazendo essa revisão de planejamento, posicionamento de mercado, por meio das Secretarias locais, com o apoio da sociedade local, que é representada pelas instâncias dos conselhos municipais, e os conselhos municipais – já respondendo à pergunta da Flávia, a participante via internet –, que têm também não só a representação chapa branca do Município, da Câmara, mas, enfim, da iniciativa privada local, que se desdobra, em todo o Brasil. São os braços operacionais das nossas instituições que fazem parte do Conselho. Então, ele pode fazer parte, também, disso daí... Já ressaltando o trabalho magnífico que a cultura vem fazendo, levando essas oportunidades às pontas que não dependem somente do Governo municipal, mas, sim, que dá oportunidade a todos os cidadãos para fazer isso.

Uma sugestão do nosso Diretor Wilken Souto, que está aqui, do Departamento de Produtos e Destinos, é fazer essa aproximação, primeiro, do Município e Região com o Estado, e, aí sim, do Estado com o Governo Federal, para que a gente possa ter uma maior atenção, entender melhor esses problemas.

Isso perpassa o nosso esforço de Governo Federal, de estarmos, também, nas pontas, para olhar olho no olho dos gestores, das pessoas que fazem o turismo, realmente, acontecer na ponta e entender essas dificuldades. Muitas vezes, somente no gabinete, no trabalho de planejamento, a gente jamais ia conseguir entender o que é essa dificuldade, mas toda a nossa equipe está à disposição dos senhores.

Com relação à fala da Senadora Lídice da Mata, com certeza, o Senado é um grande parceiro. Se pensarmos, talvez, de 2011 para trás – um período bastante difícil que enfrentou o Ministério do Turismo –, quando pensávamos o Congresso e o Tribunal de Contas da União, que é um braço do Poder Legislativo, o Ministério tinha uma grande dificuldade, um grande temor. Era muito temerário receber uma ligação do Tribunal de Contas ou receber uma convocação do Congresso.

Nesse processo de amadurecimento e reconstrução em que ainda carregamos uma herança bastante difícil... (*Soa a campainha.*)

O SR. JUN ALEX YAMAMOTO – ... ainda gastamos muita energia com o passado, Senador, mas já estamos olhando para o futuro. Acho que o nosso Ministro é bastante corajoso de não sermos ufanistas, reconhecermos nossos problemas e olharmos para o futuro.

Temos, hoje, o Congresso como um grande parceiro, sim, e precisamos, sem dúvida alguma – estou convencido disso, Senadora –, ter um planejamento muito robusto, com a participação de todos os *players* do processo, para que possamos, efetivamente, transformar o turismo, talvez, em uma agricultura.

Cem anos atrás, o que era a agricultura? O que é a agricultura hoje? Uma potência. Se olharmos o turismo para transformarmos o turismo nesta potência que queremos, precisaremos, efetivamente, de um planejamento robusto, porque, a partir daí, teremos uma estratégia mais definida e, conjuntamente, buscaremos esses resultados.

Então, acho que avançamos muito. Queria agradecer a todas as contribuições dos demais parceiros aqui do Conselho.

Alexandre Sampaio, sou um grande admirador da sua liderança dentro desse processo.

A escolha destes parceiros foi muito feliz. As críticas são sempre bem-vindas e construtivas.

Osório é um grande parceiro nosso. Ele expõe suas críticas e nos faz refletir, mas concordamos, também, que estamos em diálogo permanente.

Os canais de interlocução, hoje, do Ministério do Turismo, seja com o Congresso, seja com os demais órgãos do Executivo, com os órgãos de controle ou com a sociedade têm uma interlocução permanente. Ela não se fecha agora; ela existe há pouco tempo aqui, mas todos estamos à disposição para eventuais parceiras e desenvolver conjuntamente o turismo no Brasil.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Agradeço os nossos parceiros...

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO DE ABREU – Senadora, rapidamente.

Primeiramente, Senador Kaká, quero dizer que vou levar o seu pleito ao Presidente da Fecomércio, o Laércio. Quem sabe, com a parceria da prefeitura, a gente não constrói uma unidade do Sesc lá? Então, vamos trabalhar em termos práticos.

Em segundo lugar, quero me solidarizar com a Senadora pelas colocações, todas muito pertinentes, que endosso. A meu ver, nós precisamos inaugurar uma nova fase no turismo nacional, com essa postura diferenciada do Ministério e da Política Nacional do Turismo, e que estejamos todos nós irmanados dentro desse pleito.

Em terceiro, eu queria fazer não um reparo, mas um esclarecimento sobre a colocação que o nosso colega Osório fez sobre a decisão recente do Supremo na questão da admissibilidade para continuidade do recurso que a CNC propugnou contra o registro sindical da CNTur. Na realidade, o que o Superior Tribunal resolveu é que o registro sindical da CNTur, conforme foi feito pela 186, é lícito e legal, ou seja, a CNTur representa aqueles que a ela são filiados. No Brasil, nós temos uma legislação pós-Constituinte de 88 que manteve a unicidade sindical no aspecto constitucional, não regulamentada ainda infelizmente, e que fez o Ministério adotar uma política que é oriunda da OIT, qual seja, a da pluralidade sindical, isto é, representam sindicalmente aqueles que estão a eles filiados. Então, o empresário monta o seu sindicato, se filia a uma federação com cinco sindicatos, e, eventualmente, três federações montam uma confederação.

Então, ninguém aqui deve se arvorar ao direito de representar o turismo nacional, nem a CNC, nem a CNTur. O turismo nacional é representado pelo Conselho Nacional do Turismo, com as suas entidades associativas, partícipes, trabalhando todos em prol do turismo nacional.

Então, a CNC não vai declinar da sua atuação no setor do turismo; entende ela como necessária. A nossa federação, que é o principal braço operacional do turismo nacional, vai continuar vinculada à CNC. E esse processo é um processo de escolha. Sindicalmente, nós representamos majoritariamente hotéis e restaurantes. E não podemos falar que representamos o turismo nacional – a aviação não está conosco, navio não está conosco.

Então, é uma coisa muito plural, muito ampla. E nós precisamos ser solidários e artífices de toda uma ação em conjunto em prol do desenvolvimento e não ficarmos, eventualmente, discutindo filigranas da questão da representação sindical patronal, porque ela é muito restrita à especificidade do que existe, que é a Portaria nº 186, do Ministério do Trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Obrigado.

Antes de finalizar a audiência, vou passar a palavra ao Senador Kaká Andrade.

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – Eu gostaria de deixar, como demanda para o Ministério do Turismo, essa questão de informações sobre o andamento do projeto da prainha de Canindé de São Francisco – porque, à época, nós elaboramos projeto, fizemos projeto de esgotamento sanitário, está todo pronto –, para ver quais são os entraves que estão acontecendo para que isso não aconteça. Nós não estamos mais na Prefeitura, somos adversários do Prefeito, mas não somos adversários do povo de Canindé de São Francisco. Então, gostaria de obter uma resposta de como anda isso.

Hoje, também, gostaria de ressaltar o Dia da Cultura. Cultura tem uma interface muito grande com turismo. Quero parabenizar todos aqueles abnegados que fazem os reisados, que fazem as cavalhadas, que fazem os folguedos populares por todo esse Brasil.

Muito obrigado. Fico muito honrado em ter participado desta reunião e espero ter contribuído um pouquinho para o engrandecimento dessa atividade, que é uma atividade que cresce muito. Espero – e vamos sonhar – que ela cresça cada vez mais no Brasil, e que cresça de forma sustentável e fazendo inclusão social.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Após a fala do Senador Kaká Andrade, portanto, cabe a mim declarar encerrada esta reunião de audiência pública. Muito obrigada a todos que participaram dela.

(Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2014.

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Anibal Diniz, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Kaká Andrade e Odacir Soares, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Lobão Filho, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Gim e Alfredo Nascimento. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da pauta. **Item 1: Substitutivo da Câmara dos Deputados n.º 293, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009 e 10.257, de 10 de julho de 2001." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 96, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wilder Morais, que "Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre a padronização dos dispositivos carregadores utilizados em telefones portáteis de redes celulares do tipo smartphone." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação com emenda. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 635, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que "Dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM)." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 502, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para associar a base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) às metas de qualidade no atendimento ao usuário fixadas pelo órgão regulador." O relator designado é o Senador João Capiberibe que oferece relatório pela aprovação com emenda. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, com a subemenda que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 6: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer "..., nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta no âmbito das Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para tratar da proteção à inovação no Brasil. Para tal, solicito sejam convidados os Exmos. Srs. – Ministro de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz. – Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos." A deliberação da Matéria é adiada. **Item 7: Ofício "S" n.º º 42, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 27 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Dragão do Norte Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Massapê, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Ciro Nogueira que oferece relatório pelo arquivamento. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 8: Ofício "S" n.º 16, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 4/2012, de que trata o PDC 01967 2009, que "Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 15 de junho de 2012, a transferência para a Intertevê Serviços Ltda. da concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado é o Senador João Capiberibe que oferece relatório pelo conhecimento e arquivamento. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 9: Ofício "S" n.º 20, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 8, 12, de que trata o PDC 01246 2001, que "Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 21 de junho de 2012, a transferência para a Rádio e Televisão Matogrossense Ltda. das concessões outorgadas à Rede

Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens nos municípios de Rondonópolis e Sinop, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Marcelo Crivella que oferece relatório pelo arquivamento. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 451, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio BURITI ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 70, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL AMIGOS DE TAVARES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PÁDOVA DE COMUNICAÇÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Anibal Diniz que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 109, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SCALA FM STÉREO DE CURITIBA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Anibal Diniz que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÉCULO XXI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilópolis, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Benedito de Lira que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 39, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOTEAMENTO DARCI RIBEIRO E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Benedito de Lira que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE JANDAIA ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto com emenda. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 421, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 12, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio DIFUSORA CACIQUE ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 449, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à TV MUCURIPE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbalha, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 453, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

lada na cidade de Mandirituba, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 458, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PLANALTO FM STÉREO SOM S/A para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PARA COMUNICAÇÃO DE BOZANO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bozano, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 76, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 88, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 105, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E AMBIENTAL DE CURVELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curvelândia, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PINDORAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE FÊNIX DE COMUNICAÇÃO ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 456, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à CASULO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itiruçu, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Gim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 30, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO FM DE RIO DOS ÍNDIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Ivo Cassol que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio MENINA DO ATLÂNTICO FM ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Ivo Cassol que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES DO RIO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Ivo Cassol que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 33, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de

Penha, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Ivo Cassol que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 80, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PARA O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE DE UBATÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatã, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Ivo Cassol que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 86, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PITANGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitanga, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Ivo Cassol que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 83, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE APICUM-AÇU-MA (ACCA-MA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açu, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador João Alberto Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 360, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA MIDHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador João Capiberibe que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 361, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO DISTRITO CAMPINAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado São Paulo." O relator designado é o Senador João Capiberibe que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 91, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador João Capiberibe que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 59, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO FEDERAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 71, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VINHOSA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella que oferece relatório pela aprovação do Projeto A deliberação da Matéria é adiada. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 75, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à V.P.D. EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Castelo, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 26, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SALDANHENSE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saldanha Marinho, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 28, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE BRAZABRANTES – GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brazabrantes, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Sérgio

Petecão que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA RÁDIO LIVRE TAQUARI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE AUTONOMISTA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DA TERRA DOS GÊMEOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RESERVA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Reserva, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n.º 393, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE EBENEZER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo n.º 415, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE APOIO À CULTURA DOS BAIRROS SÃO JOÃO, SION, SANTA MARIA, ROCHEDO E SÃO FRANCISCO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo n.º 416, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO CULTURA DE CAPINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capinópolis, Estado de Minas Gerais" O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo n.º 435, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE SÃO JOAQUIM DE BICAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo n.º 444, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIBEIRÃO DAS NEVES CIDADANIA ATIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às onze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de outubro de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Vou fazer alguns comunicados.

Chegou a esta Comissão o Aviso de nº 522-GP/TCU, de 30 de maio, pelo qual o Exmo Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, encaminha para conhecimento exemplar do Sumário Executivo (acompanhado de Fichas-Sínteses), sobre as contas do Governo da República, relativas ao exercício de 2013.

A Presidência informa que a CCT, durante o transcurso desse semestre e na pessoa do Senador Anibal Diniz, empreendeu várias diligências de trabalhos relacionados à proposição de avaliação da política pública do Programa Nacional de Banda Larga conhecido como Banda Larga Popular ou PNBL.

Em atenção ao plano de trabalho apresentado pelo Senador Anibal Diniz, relator da proposição, foram realizados dois debates públicos na cidade de Rio Branco, no Acre, e em Salvador, na Bahia. A Comissão foi representada ainda em eventos setoriais no Rio de Janeiro, no Congresso Latino-Americano de Satélites, e em São Paulo, no Futurecom de 2014.

Entre os dias 13 e 17 de outubro, o Senador Anibal empreendeu viagens a São José dos Campos para visitas a empresas de renome no setor aeroespacial, assim como ao Instituto Tecnológico Aeroespacial (ITA) e ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Como última atividade do ciclo apresentado no plano de trabalho do Senador Anibal, a CCT realiza, na próxima semana, mais precisamente no dia 4 de novembro, audiência pública envolvendo autoridades e representantes das empresas prestadoras, além das de entidades da sociedade civil para manifestar-se sobre o PNBL e a atual situação desse programa.

Contamos com a presença de todos na próxima terça-feira, a partir das 8h30min, no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho.

Infelizmente, por falta de quórum, nós não temos condições de prosseguir com a reunião.

Declaro encerrada a reunião.

Obrigado a todos.

(Levanta-se às 11h33min a reunião iniciada às 11h30min.)

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia quatro de novembro de dois mil e quatorze, na sala dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Anibal Diniz, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Flexa Ribeiro, Kaká Andrade, Marcelo Crivella, Odacir Soares e Benedito de Lira. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, João Capiberibe, Lobão Filho, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Gim e Alfredo Nascimento. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a avaliar a política do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), atendendo ao Requerimento **nº. 03/2014-CCT**, de autoria dos Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, e ao Plano de Trabalho correspondente, apresentado por meio do ofício nº. 028/2014-GSADIN. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Artur Coimbra, Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações (MiniCom); Laerte Davi Cleto, Assessor da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República; Paulo Sisnando Rodrigues de Araújo, Diretor da Secretaria de Fiscalização e Desestatização e Regulação de Energia e Telecomunicações do Tribunal de Contas da União (TCU); Veridiana Alimonti, Advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); Flávia Lefèvre Guimarães, Advogada da PROTESTE Associação de Consumidores; Wilson Cardoso, Diretor da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE); e Eduardo Levy, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL). Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usa da palavra o Senhor Senador Anibal Diniz. Neste momento, o Senhor Senador Anibal Diniz

requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 22, de 2014-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que requer "nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater o Programa Espacial Brasileiro, com abordagem à implantação do SGDC – 1, Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação, e dos Satélites de Coletas de Dados, com a seguinte lista de convidados: 1. Representante do INPE; 2. Representante do CTA; 3. Representante da VISIONA; 4. Representante da TELEBRÁS; 5. Representante do SindCT; 6. Dra. Flávia Schmith, Diretora-Adjunta da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 7. Representante da AEB". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e cinco minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 4 de novembro de 2014.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da última reunião da CCT.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Abrindo os trabalhos da nossa Comissão, cumpre-nos, inicialmente, enaltecer a importância da atribuição das Comissões Permanentes do Senado Federal na avaliação anual de políticas públicas, a partir da Resolução nº 44, de 2013, o que torna absoluta a atuação desses Colegiados no exercício das suas competências regimentais nesta Casa parlamentar.

No nosso caso, a política pública eleita para avaliação pela Comissão, em 2014, é o Programa Nacional de Banda Larga, que tem a mim como Relator e autor do plano de trabalho que propicia a realização também desta audiência pública.

Mesmo considerando estarmos em um ano eleitoral, dada a importância do tema e também a dedicação de toda a equipe de trabalho, conseguimos manter, apesar do período eleitoral, o nosso calendário de audiências e as visitas técnicas agendadas.

Como dito, o tema banda larga é essencial para o desenvolvimento econômico e social do País, e não podemos nos afastar da responsabilidade de tornar realidade a inserção, cada vez maior, dos cidadãos à internet e ferramentas da rede.

Mesmo considerando largo o alcance dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga, é fato que ainda não temos a situação ideal, e talvez ainda estejamos longe disso. Mas o Senado, em especial esta Comissão de Ciência e Tecnologia, está cumprindo o seu papel fiscalizador ao realizar esse trabalho.

Ressalto, mais uma vez, que esse trabalho tem proporcionado momentos muito importantes de compreensão da realidade, verificada nessa política pública, e sou testemunha do que temos ouvido em cada uma das regiões onde realizamos audiências públicas, como em Rio Branco, representando a Região Norte, em Salvador, representando a Região Nordeste, bem como nas visitas técnicas a São José dos Campos. E constatamos um conjunto de informações que pode ser muito útil para o nosso relatório, que, certamente, vai contribuir para que, nesse período de 2015 a 2018, a gente tenha, digamos assim, um salto de qualidade na efetivação do Programa Nacional de Banda Larga.

Já realizamos uma audiência com a presença do Ministro Paulo Bernardo, em maio passado, mas, hoje, teremos a oportunidade de, em um rico debate, ouvir diversos setores e lados dessa discussão, o que, esperamos, fechará com chave de ouro o longo caminho percorrido até aqui por esta Comissão Especial de Acompanhamento do Programa Nacional de Banda Larga.

Quero, antecipadamente, agradecer todo o empenho da equipe da Comissão de Ciência e Tecnologia, que tem se dedicado completamente ao sucesso desse empreendimento.

Destina-se esta reunião a avaliar a política pública do Programa Nacional de Banda Larga.

Aproveito, agora, para compor a Mesa de expositores.

Começo convidando o Sr. Artur Coimbra, Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, para estar comigo aqui à Mesa, à minha direita.

Por favor, Sr. Artur Coimbra. Seja muito bem-vindo! (*Pausa.*)

Convido também o Sr. Laerte Davi Cleto, Assessor da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República.

Seja muito bem-vindo, Sr. Laerte Davi! (*Pausa.*)

Convido também o Sr. Paulo Sisnando Rodrigues de Araújo, Diretor da Secretaria de Fiscalização e Desestatização e Regulação de Energia e Telecomunicações do Tribunal de Contas da União.

Seja muito bem-vindo, Sr. Paulo Sisnando! (*Pausa.*)

Convido também, para compor a Mesa, a Srª Veridiana Alimonti, Advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). É fundamental que esteja presente a esta audiência pública!

Seja muito bem-vinda, Srª Veridiana Alimonte! (*Pausa.*)

Convido também a Srª Flávia Lefèvre Guimarães, Advogada do PROTESTE – Associação de Consumidores, para reforçar a voz do usuário nesta audiência pública

Convido também o Sr. Wilson Cardoso, Diretor da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Por fim, convidamos também o Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, (Sinditelebrasil), o Sr. Eduardo Levy.

Seja muito bem-vindo!

Informo que, neste momento, estamos ao vivo pela TV Senado. Assim sendo, podemos também contar com a participação dos cidadãos que estão nos assistindo pelo Portal e-cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e também pelo Alô Senado no número 0800 61 2211, além das redes sociais Twitter e Facebook. Poderá o cidadão enviar comentários e perguntas, que serão repassadas aos nossos convidados. Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem conforme definido nos termos do uso do Portal, não com base na qualidade do comentário ou o mérito da pergunta, mas, sim, quanto ao cumprimento de regras de respeito e urbanidade bem como de conexão com a finalidade do debate.

Ditas essas palavras e composta a Mesa, daremos início ao nosso debate.

Eu gostaria, antes de passar a palavra aos nossos debatedores, de fazer uma contextualização de todos os passos que foram dados até aqui, de tal maneira que contribua inclusive com a orientação das exposições que se seguirão. Além disso, esta é a nossa última audiência pública, e, a partir dela, nosso trabalho vai se concentrar na finalização do relatório. Exatamente por isso, considero fundamental que façamos essa contextualização para, criadas as melhores condições possíveis, extrair o melhor de cada um dos expositores.

Esta terceira audiência pública para avaliação do Programa Nacional de Banda Larga é o encerramento de uma série intensa de atividades previstas no plano de trabalho aprovado nesta Comissão de Ciência e Tecnologia em 13 de maio de 2014, em atendimento à Resolução nº 44, de 2013.

Na condição de Relator da avaliação do Programa Nacional de Banda Larga, tive oportunidade de ouvir diferentes segmentos da sociedade. A primeira audiência pública contou com a participação do Ministro das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo, na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal. Em seguida, fizemos dois seminários de avaliação com o objetivo de ouvir as impressões que a população tem a respeito do Plano Nacional de Banda Larga e dos serviços de telefonia no Brasil. O primeiro desses seminários ocorreu em Rio Branco, capital do Estado do Acre, representando toda a Região Norte, e o segundo aconteceu em Salvador, capital do Estado da Bahia, representando toda a Região Nordeste.

Também participamos do Congresso Latino-Americano Satélites 2014, realizado no Rio de Janeiro. Vimos que a tecnologia de satélites é absolutamente fundamental para a disseminação dos serviços de banda larga em todos os pontos deste País.

Dando prosseguimento aos trabalhos, fomos convidados a participar do 58º Painel Telebrasil, que abordou aspectos importantíssimos para a agenda do próximo governo, tais como inovação e competitividade das telecomunicações. Também visitamos o Futurecom 2014, o maior evento de telecomunicações, tecnologia da informação e internet das Américas, onde foram tratados temas para o desenvolvimento do setor.

Em São José dos Campos, conhecemos a empresa Visiona Tecnologia Espacial S.A., responsável pela integração do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, que possibilitará o atendimento de banda larga nas áreas mais isoladas do nosso território. Visitamos também a Embraer, empresa controladora da Visiona, em parceria com a Telebrás.

Observamos, *in loco*, as possibilidades que a internet proporciona à educação básica por meio de um programa absolutamente ousado e inovador, promovido pela Secretaria de Educação do Município de São José dos Campos, para modernização de suas escolas públicas.

Também visitamos as instalações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Atentamos especialmente para a importância do Laboratório de Integração e Testes (LIT), um dos laboratórios do Inpe, que,

desde sua criação, em 1987, tem contribuído para o desenvolvimento do setor espacial no País e o aumento da competitividade da indústria brasileira.

Convido o Sr. Presidente Zeze Perrella para tomar assento, por favor.

Vou me colocar em plenário, para dar sequência à exposição. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, estávamos justamente fazendo uma exposição de contextualização de todos os passos que foram dados até o momento para proporcionar aos senhores expositores uma visão geral de todo o trabalho realizado até aqui e também para, digamos, dar as condições necessárias para que eles possam fazer o melhor em suas exposições.

Eu dizia que também fizemos uma visita às instalações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Atentamos especialmente para a importância do Laboratório de Integração de Testes (LIT), um dos laboratórios do Inpe, que, desde a sua criação, em 1987, tem contribuído para o desenvolvimento do setor espacial no País e o aumento da competitividade da indústria brasileira.

Conhecemos ainda o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que apresentou relevantes sugestões para o desenvolvimento do setor aeroespacial brasileiro e projetos inovadores para levar as telecomunicações às regiões mais isoladas.

Fizemos reuniões de trabalho com representantes da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, do Ministério das Comunicações e da empresa Telebrás. Enfim, buscamos ouvir todos os envolvidos no tema.

Pelo que observamos até este momento, o Plano Nacional de Banda Larga tem todas as condições de promover inclusão digital e justiça social no Brasil. Com ele, também será possível acelerar o desenvolvimento econômico e social do povo brasileiro.

Convém salientar o papel da avaliação no ciclo das políticas públicas. Ela é a etapa final deste ciclo e tem dois objetivos. Em primeiro lugar, procurar controlar todo o processo, realizando a devida prestação de contas perante a sociedade. Em segundo lugar, buscar o aprimoramento da política pública, a partir da coleta e organização de experiências e informações, que servirão para direcionar as futuras decisões da Administração Pública.

Desta forma, procurarei incluir no relatório de avaliação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), que pretendo apresentar a esta Comissão ainda este mês, não somente um diagnóstico desta política pública, mas também recomendações e proposições de aperfeiçoamento do programa, com vistas à sua adoção nesse período de 2015 a 2018.

Assim, peço aos convidados que, ao discorrer sobre as questões relevantes para o tema, também exponham sugestões que possam contribuir para a melhoria do Plano Nacional de Banda Larga, que é uma política pública fundamental, não só para a inclusão digital, mas, fundamentalmente, para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e que tem um olhar muito atento e especial para as regiões mais isoladas.

Como Senador pelo Acre, na Amazônia brasileira, tenho uma preocupação especial com esse programa, exatamente porque nós vivemos uma situação de isolamento geográfico do restante do Brasil. Então, se existe alguma possibilidade de o desenvolvimento acontecer com justiça social nesta Região Amazônica é justamente com a boa conectividade, de tal maneira que a gente tenha acesso aos benefícios gerados pela rede mundial de computadores.

Então, um bom debate para todos nós.

A partir de agora, o Sr. Presidente conduzirá a reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Anibal.

Cumprimento os nossos convidados e expositores, e o parabenizo, Senador Anibal, pelo trabalho importante que V. Exª vem fazendo sobre esse tema.

Passo, agora, a palavra aos expositores, que terão o tempo de 10 minutos, cada um, para as suas apresentações.

Com a palavra o Sr. Artur Coimbra, representante do Ministério das Comunicações.

O SR. ARTUR COIMBRA – Bom dia!

Cumprimento, aqui, o Senador Zeze Perrella, Presidente da Mesa desta Comissão. Cumprimento também o Senador Anibal Diniz, que tem feito um trabalho profundo de discussão do Programa Nacional de Banda Larga. Sem dúvida alguma, o fruto desse trabalho será muito valioso para o Governo Federal e para os governos Estaduais e Municipais na formulação de políticas mais desenvolvidas sobre o assunto. Cumprimento os colegas de Mesa, bem como todos os presentes e todos que nos assistem remotamente.

O que vou apresentar aqui, de maneira muito sintética – porque essa Mesa é muito rica e, sem dúvida alguma, todos aqui podem acrescentar informações mais valiosas ao que vou dizer – é uma visão acerca dos

resultados do Programa Nacional de Banda Larga até hoje, as principais ações e os próximos passos que estamos vislumbrando para o programa.

Em primeiro lugar, é bom a gente fazer uma avaliação de como está o atingimento da meta do PNBL.

O PNBL foi lançado em 2010 e estabeleceu uma grande meta a partir de uma avaliação de que, se conseguíssemos oferecer um pacote de um *megabyte* por segundo, por exemplo, a R$15,00, em todos os Municípios, conseguiríamos chegar a 40 milhões de domicílios com internet em banda larga em 2014. Por outro lado, se conseguíssemos, oferecer um pacote a R$35,00, chegaríamos à meta de 35 milhões de domicílios com internet em banda larga em 2014. É uma projeção que foi feita com apoio do Ipea, na época, e de consultores, bem como de técnicos da Administração Pública Federal. A grande meta, então, acabou sendo 40 milhões de domicílios, condicionada obviamente à oferta de pacotes bastante acessíveis do ponto de vista de preço. Com isso, temos uma avaliação hoje de como tem avançado a penetração do serviço.

Desde 2003, tem uma avaliação nesse gráfico que é crescente, chegando em 2013 com 28 milhões de domicílios com microcomputador e acesso à internet. Lembrando que o pacote do PNBL de 1 mega a R$35,00 começou a ser ofertado em outubro de 2011, e vem sendo, paulatinamente, até atingir todos os domicílios, já em 2015, no final desse ano.

Esse dado de 28 milhões de domicílios que tinham microcomputador com acesso à internet ainda vai ser complementado por um dado a ser divulgado pelo IBGE neste mês, em novembro, que vai conseguir captar uma coisa que hoje as pesquisas não captam: os domicílios que acessam a internet por meio de *tablets* e *smartphones*. Essa informação ainda não é captada muito bem pelas pesquisas existentes, mas o IBGE, em um trabalho com o Ministério ao longo dos últimos dois anos, adaptou às suas perguntas e vai lançar um suplemento de TICs, Tecnologia de Informação e Comunicação, em novembro, que vai trazer essa informação.

Em relação à banda larga fixa especificamente, lembrando que a meta do PNBL abrange a banda larga de forma geral, não só a fixa, mas também a móvel, tivemos um crescimento de 82% na penetração desse serviço, no número de acesso desse serviço, desde o lançamento do PNBL.

Hoje, se a gente pensar só na banda larga fixa do PNBL, que é aquele de 1 mega a R$35,00, já existem quase cinco mil cidades atendidas e 2,6 milhões de acessos só do PNBL. Mas se a gente pensar em toda a banda larga fixa, existem cerca de 23,5 milhões de acessos.

E o mais interessante desse crescimento é que ele se deu muito fortemente nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, com uma média de crescimento de 74%, mas esse crescimento foi muito maior nas regiões Norte e Nordeste, com um crescimento de 130% a 140%. Isso mostra que, embora ainda persista uma desigualdade entre Regiões Sul e Sudeste e Regiões Norte e Nordeste, essa desigualdade vem diminuindo, porque Norte e Nordeste vêm crescendo a uma taxa maior.

Em termos de banda larga móvel, também tivemos um crescimento muito grande. Hoje, o Brasil tem aproximadamente 3.600 Municípios com acesso à banda larga móvel, com as metas impostas pela Anatel, que foram adiantadas pelas prestadoras, e são praticamente – dados de agosto de 2014 – 140 milhões móveis, com crescimento vertiginoso, tanto no número de cidades atendidas, quanto no número de acessos desde o início do PNBL.

Se a gente pensar especificamente em 4G, 4ª geração, que é uma das ações do PNBL, já existiam, em julho de 2014, 3,6 milhões de acessos e 119 cidades cobertas.

Também na banda larga móvel, o crescimento foi muito grande em todas as regiões, mas especialmente a gente vê aqui Centro-Oeste, Sul e Sudeste, com um crescimento na média de 800%, 850%; quando a gente vai para Norte e Nordeste, o crescimento passa de 10 a 11 vezes nesse período.

Mais uma vez mostra que são regiões que historicamente têm menos acesso, mas esse hiato vem sendo reduzido na medida em que o programa avança.

E todos esses resultados foram fruto de uma série de ações. Não vale a pena falar aqui das mais de 60 ações que o programa tem – seria muito entediante. Mas destaco aqui algumas delas, como os termos de compromisso que foram assinados com as concessionárias de telefonia em 2011. Esse termo garante oferta de banda larga no varejo, ou seja para a população, de 1 mega a R$35,00 nas localidades-sedes de 97% dos Municípios em 2014. E para os outros 3% dos Municípios que necessitam de conexão satelital, existe uma previsão de oferta de capacidade no atacado para pequenos prestadores de SCM e também para prefeituras. Nesses Municípios que são atendidos por satélite existe disponível para as prefeituras que tiverem, por exemplo, telecentros próprios uma capacidade que elas podem contratar, a um preço fixado nos termos de compromisso, para alimentar seus telecentros, uma banda específica. Como a adoção desse serviço tem sido praticamente nula, a Anatel, em setembro, ou seja no mês passado, enviou um ofício para esses cerca de 180 Municípios, alertando sobre isso e muitos deles já manifestaram interesse e desconhecimento ainda sobre isso, de forma

que a gente acredita que mais Municípios vão contratar essa capacidade prevista no termo de compromisso também, além dos cidadãos, que, como já falei, adquirem cerca de 2,6 milhões acessos pelo PNBL.

Isso representa aproximadamente 11% de todos os acessos de banda larga fixa no Brasil. E esse crescimento do PNBL tem sido... Algumas pessoas costumam criticar o PNBL dizendo que ele só está disponível para as cidades do centro, para pessoas que têm renda, enfim, e que, na verdade, não se está fazendo inclusão social com esse acesso ao PNBL, porque, no interior e nos Estados mais afastados, esse acesso é muito difícil de contratar, às vezes não está disponível. Então, a gente preparou esse dado que evidencia que quatro dos cinco Estados com maior proporção de acesso do PNBL estão nas Regiões Norte e Nordeste.

Se a gente pegar os acessos fixos de Pará, Bahia, Pernambuco e Maranhão, por exemplo, o número de acesso do PNBL tem uma grande participação. Então, isso evidencia que, sim, o PNBL tem sido, mal ou bem, com todas as críticas que podem ser feitas, responsável por uma inclusão digital voltada para os Estados com menor renda e historicamente com maior déficit de serviços.

Uma das críticas que são feitas ao PNBL é a de que existe muita dificuldade de contratar. O cidadão sente dificuldade de contratar esse 1 mega a R$35,00 pelos canais de atendimento das operadoras e muitas vezes falta disponibilidade técnica na área do domicílio específico em que o cidadão quer contratar. Isso é verdade. Inclusive, o IDEC, aqui representado pela Veridiana, fez um trabalho muito bom sobre isso, fez uma pesquisa extensa, com registros de ligações, enfim, demonstrando que havia muitas deficiências na oferta do PNBL. Esse material foi tratado no Ministério das Comunicações e enviado à Anatel, e a Anatel já promoveu fiscalizações, constatou os problemas e tem atuado junto às operadoras para que elas melhorem esse atendimento e essa oferta e também as estações específicas voltadas para o serviço móvel.

Então, uma síntese das políticas que estão planejadas e que já estão em andamento é que todas as cidades brasileiras, as 5.570 cidades brasileiras, já têm telefonia celular desde dezembro de 2010. E todas terão banda larga móvel até 2019 e, especificamente para a área rural, foi feita uma licitação em 2012, de forma que telefonia e banda larga rurais estarão disponíveis até 2015 numa área de 30km, num raio de 30km a partir dos limites de cada localidade sede municipal.

Essa política voltada para a área rural vai resolver muita coisa, mas não tudo. Isso mostra, por exemplo, uma cobertura projetada, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, com a faixa de 450MHz, que vai cobrir a área rural. A gente vai ter um impacto significativo na Região Norte, com uma cobertura média de 90% dos domicílios rurais. Então, 90% dos domicílios rurais da Região Norte terão acesso pela faixa de 450MHz por essa política, por essa licitação que foi feita em 2012, mas ela não resolve tudo. Há Estados, aqui destaco o Estado do nosso Senador Anibal, o Acre, que, mesmo com essa política, ainda terão cerca de 25% da sua população excluída do serviço, o que evidencia a importância do satélite para atender esse restante da população. E não só o Estado do Acre, mas também o Estado de Roraima e outros ainda continuarão necessitando fortemente do satélite.

Então, aí está um exemplo do que é essa cobertura que nós temos hoje. A mancha roxa, cor-de-rosa, fúcsia, demonstra a cobertura que nós temos hoje. Ela mostra três Municípios do Estado do Acre. Os pontinhos azuis são localidades que estão cobertas, localidades e também escolas. As manchas redondas que estão mais acinzentadas projetam a cobertura futura.

Hoje nós temos 88 escolas rurais atendidas no Estado do Acre. São atendidas gratuitamente por conta dessa política. E o objetivo é atender 674 escolas rurais até dezembro de 2015. Então, hoje nós temos mais ou menos 408 mil pessoas beneficiadas por essa cobertura. Evidencia que é um passo importante, mas também existe um conjunto de pessoas e instituições que continuam devendo ser atendidos por satélites.

Nesse sentido, destaco a importância do satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas que foi contratado pela Telebrás. É um programa mais amplo de parceria com os Ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia, satélite que deve ser lançado em 2016 e deve operar em Banda Ka. O que é essa Banda Ka? Banda Ka é, mais ou menos, uma tecnologia nova para satélite.

Hoje, no Brasil, só existe um pequeno satélite que opera em Banda Ka, de forma ainda pouco expressiva, mas ela consegue entregar uma capacidade muito maior a um preço muito menor do que os satélites atuais.

Então, se compararmos os satélites tradicionalmente usados pela banda larga, que são satélites em Banda KU, os preços por 1 Mbps variam de R$1,5 mil a R$3 mil por mês. Para um satélite de Banda Ka, esses preços ficam na ordem de R$100,00 R$150,00 e uma capacidade muito maior de 2 mega, 5 mega e, às vezes, até 10 mega. Então, com esses satélites, em 2016 – não só esse satélite, que será um satélite estatal, mas também satélites privados que serão lançados até 2018, quatro ou cinco satélites – teremos uma redução drástica dos preços da conexão internet por satélites. Aí, sim, será uma oferta justa, a preços justos para a população do interior da Amazônia e do Nordeste.

Há algumas outras ações que destaco, já caminhando para o meu término: o Regime Especial do PNBL (REPNBL), programa que está sendo reaberto agora, para as operadoras oferecerem projetos. É um programa que desonera tributos federais os investimentos em rede de banda larga. Há também o Plano Geral de Metas e Competição (PGMC), que foi aprovado pela Anatel com o objetivo de aumentar a competição, de facilitar, por exemplo, o compartilhamento de infraestrutura e imprimir algumas obrigações às empresas que têm poder de mercado para que mais operadoras consigam entrar e oferecer serviços no mercado, e ele tem sido bem-sucedido.

Destaco ainda uma série de ações que desenvolvemos para provedores regionais, provedores de cunho local, que, hoje, são mais de quatro mil no Brasil: linhas de financiamento desenhadas especificamente para eles, redução de custos regulatórios, radiofrequência dedicada para uso desses provedores e ainda uma série de ações que o Ministério está tomando. A própria Telebrás, que é a empresa estatal atacadista, vende capacidade em todas as regiões do Brasil para que outros provedores adquiram e compitam na conta.

Concluindo a minha apresentação, traço aqui quais serão os próximos passos do PNBL, que vislumbramos a partir de agora. Eles partem do diagnóstico muito básico de que existe uma necessidade de universalização do serviço. Avançamos bastante na massificação, agora existe um novo desafio, que é a universalização do serviço e a necessidade de aumentar a velocidade média do acesso à internet no Brasil, que ainda está aquém do desejável. Tudo isso é acompanhado pela necessidade de Investimento estatal em infraestrutura para que se acelerem esses indicadores.

Várias ações são voltadas para isso: lançamento de satélites, como já mencionei: implantação de cabos submarinos pela Telebrás; uma ação para levar rede de transporte de fibra óptica para todos os Municípios, com objetivo de atender, pelo menos, 90% dos Municípios brasileiros com rede de fibra óptica no transporte – hoje apenas 47% são atendidos com fibra óptica; ação para levar fibra óptica no acesso em grandes e pequenas cidades. Hoje, menos de 10% dos domicílios têm acesso por meio de fibra óptica. O objetivo é chegar a mais de 45% dos domicílios nas cidades brasileiras com acesso por rede de fibra óptica. Tudo isso exige coparticipação do Estado, incentivos efetivos do Estado, para que aceleremos esse investimento. Atualização da velocidade média do Programa Banda Larga nas Escolas. Hoje, as escolas urbanas são atendidas por 2 mega, às vezes, um pouco mais. O objetivo é elevar substancialmente essa velocidade para, pelo menos, metade das escolas urbanas, levando-as a 100 mega, até mais do que isso, com rede de fibra óptica. Isso deve ser feito até 2018; ações em discussão. Por exemplo, a Flávia Lefèvre, a Veridiana sempre discutiram, são estudiosas do assunto banda Larga em regime público, quer dizer, com objetivos de universalizar a banda larga.

E isso tem sido intensamente discutido, tem sido desenhado um modelo de como se estrutura uma concessão ou de como se reestrutura a concessão atual, conforme o Ministro Paulo Bernardo já declarou. E acredito que essa discussão pode, sim, levar a um resultado positivo de efetiva universalização do serviço.

Então, em linhas gerais, era isso que eu tinha para apresentar.

Antes, porém, só para fechar, destaco os quatro próximos passos em que o Senado tem papel fundamental na sua execução.

Então, com o objetivo de melhorar a qualidade da telefonia móvel e da banda larga móvel, tem sido trabalhada uma redução de taxas de microcélulas. São antenas de celular de menor dimensão, que cobrem áreas menores, justamente para regiões de difícil acesso, e essa redução de taxas do Fistel é fundamental para que se melhore a qualidade do serviço.

Além de antenas, tema de um PL que está aqui previsto e que está tramitando no Senado para ser aprovado aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida pelo Senador Zeze Perrella, destaco, por fim, um projeto de resolução do Senado, apresentado pela Senadora Gleisi Hoffmann este ano, que é o Projeto de Resolução do Senado nº 15, que objetiva fixar um limite para o ICMS que incide sobre a banda larga fixa. Hoje, a banda larga fixa, no Brasil, é tributada em alíquotas que vão de 25% a 35%, incompatíveis com a essencialidade do serviço. Esse projeto de resolução fixa um limite de 10%, um limite mais razoável. E há toda uma apresentação, uma exposição de motivos pela Senadora Gleisi, em que a gente observa que, mesmo com essa redução da alíquota do ICMS na banda larga fixa, não haverá perda fiscal para os Estados. Ou seja: o aumento do serviço decorrente dessa redução, isto é, o aumento da demanda e o aumento da oferta suplantam essa perda tributária que aparenta haver.

Então, concluindo a minha apresentação, agora realmente, o Senado Federal tem um papel essencial no Programa Nacional de Banda Larga, de forma que essas ações são importantes para que o programa avance no mesmo ritmo que tem avançado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Passamos a palavra, então, ao Sr. Larte Davi Cleto, representante da Casa Civil.

Com a palavra V. Sª.

O SR. LAERTE DAVI CLETO – Bom dia!

Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Zeze Perrella, os demais Senadores aqui presentes, os demais colegas da mesa, o público aqui presente e o público que nos assiste pela TV Senado.

Para preparar a minha apresentação, eu busquei aquele documento que foi gerado pelo Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital, lá no final de 2010, que seria um documento básico para o Programa Nacional de Banda Larga e que foi produzido pelo Comitê com o apoio do Fórum Brasil Conectado, que reunia um conjunto de entidades da sociedade. Esse documento, que é relativamente extenso, com cerca de 70 páginas, faz, basicamente, um rápido diagnóstico da situação da banda larga no Brasil e propõe um conjunto de ações para que o País avançasse no sentido de massificar o acesso à banda larga em nosso território.

O diagnóstico estava sintetizado... Há uma explanação longa, que fala a respeito de outros indicadores, mas, enfim, ele sintetiza, em uma tabela, a posição de alguns indicadores de telecomunicações em junho de 2010. Então, a parte de telefones celulares, de telefones fixos, o que nos interessa mais é a banda larga fixa, com um número de assinaturas da ordem de 12,7 milhões.

Uma densidade, em números de acessos por 100 habitantes, de 6,3.

A disponibilidade da banda larga fixa, um percentual da população já alcançava quase 88%, mas cobria apenas 68% dos Municípios.

A banda larga móvel estava se iniciando ainda. Tínhamos apenas 14 milhões de assinaturas.

E, ali, tinha um dado também de TV por assinatura que, no contexto da banda larga, é interessante quando das aplicações *triple play*, em que a TV vem junto com a banda larga.

Nesse mesmo documento, então, ele estruturava quatro grandes eixos, nos quais as ações iriam se estruturar, para que a gente tivesse, então, uma massificação da banda larga no Brasil.

Aí eu peguei cada um desses eixos aqui e fui vendo as ações que foram realizadas ao longo do período de 2011/2014. Em 2011, o Ministério das Comunicações sofre uma grande reestruturação com a criação do Departamento de Banda Larga, da Secretaria de Inclusão Digital. E praticamente todas as competências que estavam naquele Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital migram para o Ministério das Comunicações. E aí o Ministério se transforma realmente no protagonista dessa política, uma estrutura, e passa a tocar isso.

Voltando, temos o primeiro tema de regulação e normas de infraestrutura, que o meu colega Artur já se referiu. O PGMC (Plano Geral de Metas da Competição) criou importantes mecanismos para compartilhar infraestrutura de telecomunicações. Então, empresas com poder de mercado agora precisam disponibilizar sua infraestrutura de acesso para compartilhar isso com outras empresas. Isso aumenta a competição e faz com que os preços caiam.

Ele citou também o Projeto de Lei Geral das Antenas, que procura uniformizar regras para a colocação de antenas para telecomunicações nas cidades.

Hoje a gente vive um panorama em que essas regras são definidas cidade a cidade. Isso leva a dificuldades para as empresas de telecomunicações administrarem uma miríade de regras que não são uniformes ao longo dos 5.565 Municípios.

Temos também em estado bastante avançado um regulamento Anatel/Aneel sobre o uso compartilhado de postes para cabo de telecomunicações. Hoje, também essa não é uma questão adequadamente regulada. Agora nós vamos conseguir fazer isso por meio desse regulamento. Isso também vai aumentar a competição na medida em que mais empresas vão poder acessar postes, vão poder lançar suas redes aéreas e oferecer os seus serviços.

Ainda no eixo de regulação, há um conjunto de grandes ações. Eu listei as principais ações. No Plano Geral de Metas de Universalização, em 2011, foi pactuado com as operadoras um aumento da capacidade do *backhaul* nos Municípios. Foi também criado na Anatel o Sistema de Negociação de Ofertas no Atacado (SNOA). Por esse sistema, as empresas que não detêm poder de mercado, têm um mecanismo de negociar acesso à aquisição de pacotes de telecomunicações no atacado a partir dessas empresas.

O regulamento MVNO (Operadoras Móveis Virtuais) também foi uma inovação introduzida nesse período.

Os dois leilões do 4G certamente contribuem para a expansão da banda larga. O primeiro deles, com novas metas de cobertura para o Sistema Móvel Pessoas (SMP), envolvendo especialmente a área rural, como já dito pelo meu colega. A faixa de 450 MHz é especialmente adequada para cobrir grandes regiões, assim como a faixa de 700 MHz. É uma frequência mais adequada para se alcançar uma região mais abrangente.

Destaco também o regulamento de qualidade do SCM, que agora, no começo de novembro, já fixou um calendário para esse regulamento de qualidade e, agora, a partir de 1º de novembro, as operadoras precisam entregar, pelo menos, 80% da velocidade contratada na internet. Houve um aumento expressivo de pontos de troca de tráfego. Isso era algo que estava previsto no Plano Nacional de Banda Larga. Os pontos de troca de

tráfego são especialmente importantes para conectar os sistemas autônomos das operadoras. Isso reforça a segurança das redes, porque não introduz redundâncias na internet brasileira e, ao mesmo tempo, reduz custos na medida em que o tráfego não precisa ser trocado, essa troca de tráfego ocorre entre grandes operadoras.

Havia casos em que, para se fazer uma conexão de internet de um usuário com um provedor que estava em uma outra operadora, esse tráfego ter que ir até Miami e voltar ao Brasil. Então, o aumento dos pontos de troca de tráfego minimiza esse tipo de tráfego internacional, confina mais no Brasil o tráfego brasileiro e isso contribui para a redução de custos também e para a segurança da internet brasileira.

E o serviço de acesso condicionado, que também foi importante para o setor na medida em que ele permite que provedores de internet consigam construir modelos de negócios que incorporam TV por assinatura, e isso fortalece como um todo o mercado de telecomunicações.

Outro eixo é o eixo de incentivos fiscais e financeiros ao serviço. Meu colega já discorreu sobre banda larga popular, eu vou pular esse item, então.

Mas nós tivemos debêntures para infraestrutura que, na lei aprovada, indicou explicitamente que telecomunicações era uma área de infraestrutura contemplada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAERTE DAVI CLETO – Debêntures para infraestrutura é uma nova forma de se conseguir captação de recursos privados para investir em infraestrutura. Os cidadãos que adquirem essas debêntures não pagam Imposto de Renda sobre o rendimento da debênture e isso torna o investimento atrativo do ponto de vista do investidor.

Nesse período também houve a desoneração dos *modems* e *tablets* com sua inclusão na Lei do Bem. Em 2012, uma lei fez isenção das taxas de Fistel para as redes que operassem na faixa de 450 MHz, que vão atender sobretudo à área rural. E, para as estações satelitais de pequeno porte, novamente, para atender a regiões remotas do Brasil.

E, mais recentemente, temos uma novidade, que é a desoneração das comunicações máquina a máquina, que é um ponto novo na agenda e os desdobramentos a gente vai ver ao longo dos próximos anos.

Ainda nesse eixo de incentivos fiscais, o Ministério das Comunicações, por meio da Secretaria de Inclusão Digital, tem dois projetos de cidades digitais. Houve um edital em 2012, um edital piloto com 80 cidades, para aquisição de infraestrutura de telecomunicações para os serviços públicos daquela cidade e é feita uma instalação, uma operação piloto durante um certo tempo. E essa infraestrutura é entregue, então, para a cidade. Em 2013, houve mais 262 Municípios; esses recursos foram incluídos no PAC, para garantir a sua efetividade.

E nessa segunda etapa já está se avançando para um portal de aplicativos; então, não se parou só na infraestrutura, em entregar uma infraestrutura de telecomunicações operando para um Município, mas um conjunto de *softwares* de gestão municipal também que está sendo oferecido junto. Isso dá mais efetividade ainda a essa política pública.

Destaco também o Gesac, que é um projeto anterior ao Programa Nacional de Banda Larga, ele já existia, mas sofreu um incremento substantivo.

Nós já temos, atualmente, 29 mil pontos de presença entre telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, comunidades quilombolas, postos e fronteira do exército. É um serviço importantíssimo que o Ministério das Comunicações vem desenvolvendo.

O outro eixo é o eixo da política produtiva e tecnológica. Aqui eu destaco o REPNBL, que é um programa híbrido, na medida em que ele confere uma isenção fiscal, um desconto na implantação de redes de infraestrutura, mas esse desconto está associado à aquisição de um percentual mínimo de equipamentos desenvolvidos no Brasil, com tecnologia nacional e produzidos no Brasil. Então os projetos precisam contemplar um percentual mínimo de equipamentos feitos aqui, desenvolvidos aqui. Isso é avaliado pelo Ministério das Comunicações. Na medida em que atenda o percentual e os demais requisitos, o projeto é aprovado e as empresas podem adquirir bens e serviços desonerados.

No período em que a janela de projetos ficou aberta, foram submetidos 1.803 projetos ao Ministério das Comunicações, um investimento potencial de 26,5 bilhões – falo potencial porque esses projetos estão em análise no âmbito do Ministério – e agora já se encerrou o prazo para apresentação de projetos. Então, os projetos estão sendo analisados e aqueles aprovados já estão sendo implementados e é uma política que está em desenvolvimento.

A desoneração dos *smartphones* também, mais uma vez é uma política para facilitar o acesso da população ao dispositivo que lhe permite acesso à internet. Eu acabei posicionando aqui na política produtiva e tecnológica porque só estão desonerados aqueles celulares, aqueles *smartphones* que foram feitos de acordo com o processo produtivo básico, ou seja, produzidos no Brasil, com um mínimo de etapas de produção local, mas também que a empresa produtora disponibilize um pacote de aplicativos desenvolvidos no Brasil. Então,

com isso nós temos hoje um cenário de 280 modelos de *smartphones,* que são enquadráveis dentro daqueles passíveis de desoneração, de 14 marcas diferentes, e 308 aplicativos em 28 categorias feitos por 150 diferentes desenvolvedores. Então, essa é uma iniciativa muito interessante do Ministério das Comunicações também.

A desoneração dos roteadores também foi colocada no âmbito da Lei do Bem, mas dessa vez condicionada à fabricação local e ao desenvolvimento nacional.

Por fim, ainda, na política produtiva e tecnológica, o Ministério lançou o Programa Inova Telecom, programa importante que reúne empresas e institutos de pesquisa para desenvolver soluções inovadoras em telecomunicações. Aí FUNTTEL, Finep e BNDES reuniram cerca de R$1,5 bilhão, parte reembolsável e parte não reembolsável, para fomentar esses projetos. O edital já saiu, a seleção já saiu. Esses projetos agora estão sendo contratados, estão desenvolvendo.

O Ministério das Comunicações também lançou essa iniciativa do INOVApps para fomentar, premiar 25 aplicativos de utilidade pública e mais 25 jogos. Como resultado do edital, foram mais de 2,4 mil inscrições. Dessas foi feita uma pré-seleção de 856 projetos que foram previamente habilitados e agora, no dia 14 de novembro, vai haver a premiação dos 50 finalistas.

Ainda na área de conteúdos digitais, há uma iniciativa também do Ministério das Comunicações que é a de Arranjos Produtivos Locais de conteúdos digitais em que o Ministério estruturou laboratórios, estúdios, propostas, produção, pós-produção e desenvolvimento de *software* em três localidades onde já havia um arranjo local nessa área. É um projeto piloto, está em desenvolvimento, os equipamentos foram adquiridos e a comunidade a que pertencem esses arranjos produtivos pode acessar essa infraestrutura para fazer essas atividades de produção, pós-produção e desenvolvimento de *software*. São equipamentos normalmente muito caros e as empresas que estão iniciando normalmente não dispõem deles. Então, esse é um local onde eles podem, nesse momento em que suas atividades estão se iniciando, ter acesso a esse recurso mais sofisticado.

Na área de inclusão digital, cito aqui dois programas apenas. Há um conjunto grande de programas também. O Inclusão Digital da Juventude Rural é um programa desenvolvido pela Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações e conta com o apoio do Governo. Até 2013, capacitou 6,4 mil jovens da região rural do Brasil. Foram feitas parcerias com universidades que montaram cursos específicos para esses jovens, que acabam sendo multiplicadores dos conhecimentos que adquirem.

O outro é o Rede Digitais de Cidadania, também na área de qualificação profissional, mas agora não restrito à região rural. Tem um tema importante que é a formação de técnicos e gestores municipais. As universidades também foram chamadas para propor cursos em ambientes de conectividade, com computadores e internet.

As linhas temáticas de destaque são: gestores municipais, pequenos empresários, comércio da agricultura familiar e cultura.

O quarto eixo estruturante é a rede nacional da Telebrás. Lá atrás, naquele Programa Brasil Conectado já se pensava em utilizar a Telebrás como um instrumento importante para a política pública.

Depois de quatro anos, a Telebrás já conta com uma rede de mais de 20 mil quilômetros e vai chegar a 30 mil quilômetros no ano que vem. Passa por 2.457 Municípios, potencialmente atendendo a uma população de mais de 142 milhões de habitantes.

Outras duas ações importantes da Telebrás, como meu colega já destacou: o satélite geoestacionário, que vai ser lançado até o segundo semestre de 2016, e o cabo submarino entre Brasil e Europa.

É importante destacar, neste momento aqui também, que a Telebrás, agora, cumpre um papel importante de levar a internet onde a internet ainda não chegou. O Governo está muito ciente disso e colocou todos os investimentos associados à rede ótica, ao satélite geoestacionário e ao cabo submarino no âmbito do PAC, em 2015, garantindo que esses recursos vão acontecer e que esse desenvolvimento vai ocorrer.

Com esse conjunto de ações desenhados de forma muito próxima àquilo que foi programado, àquilo que já estava previsto no Programa Nacional de Banda Larga, refiz aquela tabela que era mais ou menos uma tabela do diagnóstico de 2010 com os números de 2014. Então, telefones celulares e telefones fixos para banda larga não é muito significativo. Para os telefones fixos, vemos que permaneceu praticamente constante a densidade do serviço. Essa é uma tendência mundial mesmo. O que cresceu muito foi a banda larga, que aumentou de 12,27% para 23,5%, ou seja, quase dobramos o número de banda larga fixa no Brasil. Conseguimos chegar com a banda larga a todos os Municípios do Brasil. A banda larga móvel deu um salto mais fantástico ainda. Saímos de 13,9 milhões para 128 milhões de conexões. Ainda não conseguirmos chegar a todos os Municípios com banda larga móvel, mas isso vai ocorrer ao longo dos próximos anos. Em 2010, nem tínhamos a banda larga em 4G, mas, hoje, já temos 4,1 milhões de cidadãos que dispõem de banda larga em uma velocidade ainda mais alta, uma cobertura de quase 40% da população brasileira. Os dados da TV por assinatura, eu acabei não atualizando, porque não consegui dados mais atuais. Nesse momento, o mercado de TV a cabo foi aberto. En-

tão, temos uma miríade muito grande de operadoras de TV a cabo. Esse dado também não é relevante para o tema específico aqui, que diz mais respeito à banda larga.

Com isso, encerro a minha apresentação e agradeço a atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Sr. Laerte.

Prosseguiremos com o representante do Tribunal de Contas da União, Sr. Paulo Sisnando Rodrigues de Araújo, que tem a palavra.

O SR. PAULO SISNANDO RODRIGUES DE ARAÚJO – Bom dia a todos!

Exmo Sr. Senador Zeze Perrella, Presidente desta Comissão; Exmo Sr. Relator, Senador Anibal Diniz; Exmos Srs. Parlamentares aqui presentes; colegas de Mesa; público presente a esta audiência; público que nos acompanha pela TV Senado, inicialmente, gostaria de agradecer a oportunidade dada ao TCU de participar desta audiência pública tão importante para o desenvolvimento da banda larga no Brasil.

A nossa ideia é expor aqui o trabalho que fizemos, a atuação do TCU relativamente ao Programa Nacional de Banda Larga.

Então, inicialmente, destaco que o TCU possui uma área especializada em regulação e desestatização, a SEFID Energia, que cuida da área de energia elétrica e comunicações, incluindo a parte de telecomunicações (Anatel e Telebrás), o Ministério das Comunicações e os Correios. E a 3ª Diretoria, da qual eu sou o titular, cuida da área de banda larga e telecomunicações.

Esse trabalho que venho apresentar foi feito no âmbito das Contas de Governo de 2011 – relatório e parecer prévio, que são encaminhados ao Congresso Nacional, relatadas pelo Ministro José Múcio, que buscava, na época, verificar a sustentabilidade do crescimento da infraestrutura no Brasil, e entre essas ações de infraestrutura estava a questão da banda larga.

Qual foi a motivação desse trabalho?

Nos setores de infraestrutura é muito importante haver um planejamento de médio e longo prazos, pois a falta desse planejamento pode constituir um entrave para o crescimento nacional. Há uma clara relação direta entre os investimentos em infraestrutura e o desenvolvimento econômico do País, um aumento do PIB do País.

Como é do conhecimento dos senhores, uma pesquisa do Banco Mundial, além de várias pesquisas de outros órgãos, revelam que um aumento de penetração da banda larga traz um aumento direito – e vários órgãos trazem diferentes percentuais; no caso, este é fruto da pesquisa do Banco Mundial – de 1,38% no crescimento do PIB *per capita*. Friso: só com um crescimento de 10% da penetração da banda larga. E a falta de uma infraestrutura de banda larga no País produz o efeito contrário, ou seja, constitui um motivo inibidor de investimentos, diminuindo a produtividade do País.

Qual foi o foco da análise do TCU em relação à banda larga nesse trabalho?

Primeiramente, foi o de verificar se havia um planejamento setorial de médio e longo prazos; também, foi o de verificar se havia entraves para a implementação das ações previstas nesse planejamento; qual o tratamento dado pelo governo e a oportunidade de melhorias nessas ações.

Em relação ao planejamento, verificou-se que a edição do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), incluindo aí o documento Brasil Conectado, já citado na explanação anterior, representou um passo importante para o planejamento da banda larga no Brasil; foi o primeiro documento em relação à banda larga no Brasil. No entanto, verificou-se, em conversas com diversos atores do setor, durante esse trabalho, que faltavam nesse documento, no Programa Nacional de Banda Larga, algumas definições importantes, tais como metas mais detalhadas, alguns indicadores mais precisos e a fixação dos prazos para os responsáveis pelas ações previstas naquele documento; e, principalmente, um planejamento com horizonte temporal maior, haja vista que as ações do PNBL e do Brasil Conectado tinham como horizonte previsto o ano de 2014, ou seja, estão terminando este ano. Só para citar como exemplo, em planos de outros setores, como o de energia elétrica, existem horizontes decenais, ou seja, o planejamento é para dez anos ou mais.

Outra constatação que fizemos foi a de que algumas implementações não estavam previstas no documento base do PNBL. Como foi citado aqui, a Telebrás, atualmente, está desenvolvendo o satélite brasileiro e atuando no cabo submarino Brasil-Europa, que não estavam previstos naquele documento inicial.

Também foi verificado que o CGPID, que é a instância de coordenação multissetorial, também citada, estava inoperante desde 2010. A partir do decreto de reestrutura do Ministério das Comunicações, de 2011, as atribuições foram passadas para a Secretaria de Comunicações, para o Departamento de Banda Larga.

Verificamos também que, nas questões de monitoramento, havia algumas dificuldades para a identificação de responsáveis, metas e prazos para as ações elencadas no documento Brasil Conectado.

E, em geral, diferentemente de outros setores, não existe um plano setorial do setor de telecomunicações como um todo; não só de banda larga, mas um plano setorial para o setor de telecomunicações.

Alguns entraves identificados nesse trabalho foram, por exemplo, a falta de planejamento, como já destacado, que pode impactar no crescimento do setor, inclusive as ações de infraestrutura de banda larga.

Havia também uma dificuldade muito grande, relatada por todos, na implementação das redes de telecomunicações, tanto de banda larga como nas demais, devido à dificuldade com legislações municipais, exigências de custos e impostos por Municípios e Estados. Outra dificuldade verificada foi o compartilhamento de infraestrutura entre as próprias redes de serviços de telecomunicações e entre empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e de outros serviços, como, por exemplo, energia elétrica. Então, havia dificuldade em negociar o preço de um poste, de alugar um direito de passagem em uma rodovia. Isso tudo foi detectado com entrave para a implementação das ações de banda larga naquele momento.

Algumas ações governamentais para mitigar esses entraves verificados na época foram: projetos de lei referentes à implantação e compartilhamento de infraestrutura, a Lei das Antenas, que está em curso nesta Casa; foi aprovado o Plano Geral de Metas de Competição pela Anatel; desoneração fiscal e outras citados pelos colegas do grupo do Ministério das Comunicações e da Casa Civil anteriormente. Esses entraves são críticos porque o volume de investimentos para implantar as ações de banda larga é muito grande, a quantidade de equipamentos para a instalação é muito grande. Então, é necessário vencer esses entraves.

As oportunidades de melhorias verificadas nesse trabalho foram:

– reativação de uma instância coordenadora para discussão de temas multidisciplinares do PNBL, porque alguns temas do PNBL não envolvem só o Ministério das Comunicações ou os setores das comunicações, como, repito, a dificuldade de se negociar o preço de um poste, que envolve dois ou mais Ministérios. Por isso, seria importante – verificamos à época – uma instância coordenadora para a discussão de temas multidisciplinares;

– atualização do Plano Nacional de Banda larga, incorporando uma visão de médio e longo prazo para dar um horizonte melhor tanto para a sociedade quanto para os investidores e até para o próprio Governo, como um norte que deve ser seguido para a banda larga no Brasil;

– divulgação do relatório anual das ações, metas e resultados do Plano Nacional de Banda Larga, importante para que se dê transparência à sociedade para que ela possa acompanhar como andam as ações do PNBL no Brasil, e também para que se tenha noção de que recursos a sociedade pode dispor em benefício. Além dessas ações já citadas, há a oportunidade de melhoria se:

– acelerar as ações para superação dos entraves identificados. Como já foi citado pelos colegas, são os vários projetos de lei, redução de impostos etc.

Basicamente, era isso que eu tinha a colocar hoje, obedecendo ao tempo de dez minutos impostos pela Casa. Estamos á disposição para responder as perguntas e contribuir, o TCU, com os trabalhos da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Paulo.

Passamos agora a palavra a Srª Veridiana Alimonti, representante do Idec.

Com a palavra, a Srª Veridiana.

A SRª VERIDIANA ALIMONTI – Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar os companheiros de mesa, os presentes, e agradecer a oportunidade de, mais uma vez, estar aqui discutindo com as senhoras e os senhores temas tão relevantes para o usuário, para o cidadão brasileiro.

Acho que não vou conseguir ser tão superavitária no tempo, mas vou fazer o meu melhor.

Rapidamente, para quem não conhece o Idec, digo que é uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem milhares de associados e que tem diferentes formas de atuação em temas específicos, entre eles telecomunicações e internet. Fazemos desde teste até participação em fóruns como este, campanhas e, quando nada disso dá muito certo, ações judiciais coletivas. Entre os temas prioritários, como eu disse, está o acompanhamento dos serviços de telecomunicações.

Tratando do tema especificamente, esse é um conceito que, para nós, é muito caro quando tratamos de banda larga. Sempre trazemos muitos dados de acesso, de crescimento ou de não crescimento, mas muitas vezes a gente acaba não discutindo o fundamento de todo esse debate, que é o fato de a banda larga ser o serviço de telecomunicações que nos permite acessar algo que é cada vez mais essencial, que permite cada vez mais essencial, que permite ao cidadão, ao usuário, ao consumidor o acesso à informação, à cultura, à participação democrática, ao acompanhamento desta audiência e participação nesta audiência, a manifestação pública por meio de diferentes plataformas, o acesso à produção científica. Então é disso que se trata quando falamos da importância do acesso à internet.

Já foi apresentada pelo relator especial – agora não é mais ele, mas era à época, em 2011 – a importância do acesso à internet para a participação ativa do cidadão na construção de sociedades democráticas. Ele fazia comentário disso naquele momento em relação ao que vinha acontecendo no Oriente e na África. E dizia que, por isso, era importante que os países tivessem regulações que não restrigissem indevidamente o acesso ao

conteúdo na rede e que se esforçassem e tivessem políticas para garantir o acesso à internet para os seus cidadãos, e que esse acesso servia à efetivação de diversos direitos humanos fundamentais.

Mais recentemente, na reunião que tivemos aqui no Brasil, a NET Mundi, sobre Governança Global da Internet, resultou a declaração de que a internet é um recurso global que deve ser gerido de acordo com o interesse público.

E o Marco Civil, aprovado este ano nesta Casa – o ano da lei, 2012, está errado, a lei é de 2014 –, estabelece que a disciplina do uso da internet, no Brasil, tem por objetivo a promoção do direito de acesso à internet a todos. Portanto, a legislação brasileira garante, reconhece um direito de acesso à internet a todos os brasileiros, o que tem muita relação com o conceito de universalização, que agora o Governo Federal passa a trabalhar nessa chave, que é o entendimento, a compreensão de que quando um serviço é considerado essencial, um serviço de telecomunicações, ele tem que estar disponível a qualquer pessoa e entidade de interesse público, independentemente da localização ou da condição socioeconômica.

O Marco Civil da Internet vai além e diz que o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania. Portanto, então tendo relação com o próprio diagnóstico do relator especial da ONU para liberdade de expressão.

O Marco Civil ainda estabelece que as iniciativas públicas de fomento à cultura digital e de promoção da internet como ferramenta social devem ter esses objetivos, seguir essas diretrizes. Então também reconhece a internet como uma ferramenta social, e que o Estado deve, periodicamente, formular e fomentar estudos bem como fixar metas, estratégias, planos e cronogramas referentes ao uso e desenvolvimento da internet do País.

A importância, então, do planejamento e da realização políticas públicas estão presentes no Marco Civil da Internet que foi aprovado este ano.

Portanto, existe aí, para garantir o acesso à esse serviço, cada vez mais essencial, a centralidade das políticas públicas e da atuação no Governo Federal de maneira planejada. E o PNBL se encaixa nesse tema formulado em maio de 2010, do qual representantes do Governo que me precederam já trataram bastante e também das metas, digamos assim.

Na nossa opinião, uma das principais críticas desde o início do Programa Nacional e Banda Larga é o fato de a banda larga não ser reconhecida dentro do planejamento e da concepção do programa como um serviço essencial, apesar de, hoje, isso já ser reconhecido na legislação brasileira, mas, na época, isso não era. Isso significa que o fato de não ser reconhecido como serviço essencial faz com que o serviço de telecomunicações, ligado ao acesso à internet, que é a banda larga, o serviço de comunicação multimídia principalmente, que é a banda larga fixa, continue sendo prestado sob regime privado, contrariando a Lei Geral de Telecomunicações, que estabelece, em seu art. 65, §1º, que nenhum serviço de telecomunicações considerado essencial pode ser prestado unicamente em regime privado, exclusivamente em regime privado. É o que acontece hoje. Por isso, agora o Governo Federal passa a falar em universalização, mas até há muito pouco tempo falava em massificação do serviço, então sem a noção de que é um serviço que tem de estar disponível a qualquer pessoa, independentemente da localização ou condição socioeconômica.

O Governo, pelo fato de esse serviço ser prestado em regime privado, não tem prerrogativas, embora haja os termos de compromisso – e nós vamos entrar nesse assunto específico –, não tem prerrogativas para estabelecer controle tarifário e prerrogativas para estabelecer controle tarifário e garantir a modicidade tarifária do serviço, portanto, garantir que ele seja barato.

E a rede necessária à prestação desse serviço é de completa propriedade das operadoras e não há aí uma gestão mais voltada ou preocupada com interesse pública da rede que obviamente está sob administração das prestadoras privadas.

Foram celebrados Termos de Compromisso que estabeleceram a banda larga popular, que, na nossa opinião, tem aspectos bastante problemáticos também pelo fato de a banda larga fixa continuar sendo prestada em regime privado. Então, o Governo tinha menos condições de exigir obrigações das operadoras e, mesmo assim, eles foram feitos no contexto de renovação dos contratos de concessão da telefonia fixa, este sim um serviço prestado concomitantemente em regime público e que tem metas, revisão quinquenal dessas metas, maiores prerrogativas do Poder Público de estabelecer obrigações para as prestadoras que são concessionárias.

Entre as críticas que nós temos aos planos de banda larga popular, que são esses planos de 1 Mbps a R$35,00, nós ressaltamos o fato de que, mesmo nas conexões fixas – porque esses planos podiam ser tantos móveis quanto fixos –, existiam baixos limites de *download*, franquias de dados, que restringem a capacidade de navegação do usuário. Era permitida, na banda larga fixa, a venda casada com a telefonia fixa, ou seja, se a operadora de banda larga fixa quisesse condicionar o fornecimento do plano de banda larga popular fixo à contratação conjunta do plano de telefonia fixa, os R$35,00 se tornavam quase R$70,00 e ela tinha... Embora o Código de Defesa do Consumidor não permita isso, o Governo Federal, dentro do seu Termo de Compromisso permitia.

Além dessas obrigações de cobertura estarem limitadas às localidades-sedes dos Municípios, no contexto do Termo de Compromisso, depois foi feito o leilão da faixa de 450 MHz e foram estabelecidas metas para a área rural.

O Artur Coimbra citou essa pesquisa que nós fizemos no final de 2011, começo de 2012, ou seja, no início da implantação dos Termos de Compromisso da banda larga popular.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VERIDIANA ALIMONTI – E, embora nós discordássemos dos Termos de Compromisso, nosso intuito era verificar se eles estavam sendo cumpridos a contento. Realmente, nós tivemos a oportunidade de ter uma conversa com o Ministério das Comunicações sobre o tema. Eu pude apresentar em reunião com o Ministério os resultados dessa pesquisa. E obtivemos resposta depois, tanto do Ministério das Comunicações, quanto da Anatel, em relação aos resultados dessa pesquisa. Mas o que foi verificado na época era que as operadoras divulgavam muito pouco esse planos em relação aos outros planos dela; não tinham informações adequadas sobre aspectos importantes do plano como fato de existir franquia de dados; a venda casada, que era permitida pelo Termo de Compromisso, era realizada pelas operadoras de forma geral na banda larga fixa,com exceção da Oi.

É pouco tempo para analisar, mas essa tabela tinha em vista comparar os planos de banda larga popular fixo das operadoras com os outros planos de banda larga fixa em relação ao preço e às franquias.

Ele, de fato, era o mais barato em alguns casos, mas o fato de a franquia de dados na época, num primeiro período de implantação dos Termos de Compromisso, ser uma franquia bem baixa para um plano fixo– 300 MB é uma franquia das mais baixas dos planos móveis e era a primeira fase de franquias nos planos fixos. Isso era algo que tornava o plano de banda larga popular muito mais desinteressante, bastante precário inclusive em relação a outros que não tinham nem franquias divulgadas.

Recentemente, eu verifiquei os contratos dos plano de banda larga popular. A gente está agora no último período das franquias dos Termos de Compromisso e, mesmo assim, nesse último período, de forma geral, a franquia da banda larga fixa é um 1 GB, que é hoje uma franquia no plano móvel de um plano um pouco mais caro, digamos assim, mas a gente tem nos planos móveis já franquias mais altas do que essa – nos planos de banda larga móvel.

E se a gente olha os planos do Oi Velox, hoje, os outros que não sejam plano banda larga popular fixo, a gente vê que as franquias começam de 30 GB para cima – nos outros planos de banda larga fixa.

Então, essa limitação da franquia de dados na banda larga fixa nos planos de banda larga popular é realmente algo que precariza a utilização e compromete o acesso à internet da maneira como a gente concebe: algo que permite ao cidadão o acesso a diversos serviços relevantes tanto para participação cidadã quanto acesso à cultura, educação, enfim.

Essa foi uma matéria da Reuters, de setembro, que tem dados da Anatel – está um pouco desatualizada em relação ao que vocês divulgaram aqui, de 2,6 – que diz que, nos planos de banda larga fixa no Brasil, a representatividade dos planos de banda larga popular era baixa. Se o plano de banda larga popular incide no mercado também para baixar o preço dos outros planos de banda larga fixa, ele já cumpre o seu papel, mas isso demonstra algo sobre esses planos de banda larga popular: que eles ou não estão sendo divulgados a contento pelas operadoras até hoje ou que realmente, diante de outros planos de banda larga fixa, eles não são tão interessantes.

A Anatel divulgava um relatório que demonstrava quantos planos foram ativados em cada operadora, mas confesso que procurei no *site* um relatório mais recente sobre isso, e não encontrei. Encontrei tabelas com os Municípios atendidos, mas não a quantidade de planos de banda larga popular contratados, e por operadora, enfim, um relatório que antes tinha sido divulgado.

Aqui é só uma questão, um questionamento que faço ao Artur Coimbra. Se ele puder depois esclarecer... Essa é uma das tabelas que encontrei nos relatórios da Anatel sobre a fiscalização do PNBL. É interessante verificar que, no caso da tabela dos Municípios não atendidos, os Municípios previstos com atendimento por satélite, muitos na Região Norte, estão com os prazos já vencidos. Alguns deles estavam previstos para ser atendidos em junho de 2012, e até agora não foram atendidos. É interessante notar que, no caso das ofertas por satélite para postos de atendimento públicos, esses atendimentos dependem de demanda dessas localidades ou desses postos de atendimentos públicos e eu gostaria de ter informações em relação a como essa divulgação é feita, se essa demanda ocorre num atendimento ou se essa demanda não ocorre, porque não há divulgação de que existe essa possibilidade. Enfim, segundo o Relatório Anual da Anatel de 2013, não houve demanda para oferta de banda larga via satélite, mas é interessante entender por que.

Com relação aos compromissos de área rural, que foi o leilão de 450MHz em 2012, que pega uma área de 30km dos limites da localidade sede municipal, realmente foi um leilão importante para atender a área rural, mesmo com telefonia fixa, porque essas metas ainda não existiam, não estavam sendo cobradas em relação a

acessos individuais na área rural, mesmo com telefonia fixa. Agora, em relação à banda larga, embora haja uma meta importante de que 90% dos Municípios de área rural serão atendidos e terão esses acessos individuais, é preciso atentar para as condições desse acesso. E nós precisamos ter uma visão crítica, uma perspectiva crítica também com relação a isso.

A meta que está estabelecida no leilão, de 450MHz, é o atendimento de todos os Municípios com essa característica de 30km em volta até o final de 2015, com conexão de dados de 256Kbps com franquia de 250MB, que, entre os planos de banda larga móvel, é um dos mais baratos e um dos piores o de 250MB. E até o final de 2017, os Municípios vão ter a capacidade de 1Mbps com franquia de dados de 500MB. São conexões muito reduzidas. E o atendimento das escolas públicas vai ser feito também nesses moldes, ou seja, até o final de 2015, as escolas públicas vão ter, para a escola inteira, uma conexão de 256Kbps sem franquia de dados, mas uma conexão de 256Kbps para a escola toda utilizar. O que chega ao computador de cada aluno é muito menos do que 256Kbps.

A banda larga nas escolas públicas urbanas é um programa anterior ao Plano Nacional de Banda Larga. Como o próprio Artur Coimbra já mencionou, a maior parte dessas escolas têm conexões de 2Mbps.

Na TIC Educação, que é uma pesquisa feita pelo centro de educadores ligado ao NIC.br e ao CGI.br, 52%52% dos respondentes que sabiam a conexão tinham até 2Mb por segundo, mas 32% não sabiam qual era a conexão. Então, eu trouxe um dado do relatório anual da Anatel, de 2013, que demonstra que mais de 80% das escolas conectadas naquele ano tinham uma conexão de até 2Mbps Veja, é uma conexão na escola toda, não é a conexão que está no computador da pessoa que está acessando; é a conexão disponível para a escola. Então, isso também precisa avançar. É importante que esteja nos planos do Governo aumentar bastante essa velocidade. Senão, de fato, não é possível estabelecer planos de aula e formas de trabalhar com a internet que atendam o interesse da educação.

Em relação à Telebrás, na nossa opinião, a reativação do Programa Nacional de Banda Larga foi uma medida bastante positiva. A construção do *backbone* nacional e o estímulo à competição local também foram muito relevantes. Nós defendemos uma Telebrás cada vez mais fortalecida, investindo mesmo em locais que são interessantes às operadoras comerciais, para estimular a competitividade e os outros provedores naquele local. Mas acreditamos que existem informações importantes e dados que deveriam ser mais divulgados e mais transparentes, que fazem parte inclusive das questões que foram colocadas aqui por esta Comissão, para que fossem apresentados pela Telebrás.

Então, se o que vem sendo garantido pela Telebrás nos orçamentos... De fato as transferências levam isso em consideração, observam isso; se os provedores que contratam a capacidade da Telebrás para prestar o serviço estão ofertando corretamente o plano de banda larga popular. Na nossa opinião, a empresa deveria divulgar mais as informações sobre quantidade de clientes provedores, nos diferentes Municípios, e dos *backhauls* instalados.

Outro ponto que para nós é interessante, que é uma discussão que está na Câmara dos Deputados, é a discussão da lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Muito se diz que a lei atual tem uma barreira, impede que os recursos do Fust sejam utilizados para ampliação da banda larga. Na verdade, o que impede que os recursos do Fust sejam utilizados para ampliação da banda larga não é a lei do Fust, mas a opção do Governo Federal em prestar esse serviço unicamente em regime privado. Já que o fundo é um fundo de universalização, deve ser utilizado para um serviço que tenha a sua obrigação de universalização. Um serviço prestado em regime privado não tem essa obrigação.

Então, na nossa concepção, alterar a lei para permitir que esses recursos públicos – e grande parte deles advém de uma parte da tarifa que é paga no serviço de telefonia fixa, que é um serviço prestado em regime público, uma concessão, considerado um serviço essencial – sejam aplicados para ampliação de uma infraestrutura absolutamente privada das operadoras, sem qualquer tipo de meta de universalização... Meta de universalização significa que faça parte de um planejamento, que seja revisto periodicamente, como acontece com a telefonia fixa.

O próprio Tribunal de Contas da União estabelece que, dentro do Plano Nacional de Banda Larga, há ausência dessas metas, indicadores, responsáveis, enfim, e também bem como de um controle tarifário, um controle da tarifa, obrigação de modicidade tarifária, Isso, para nós, é bastante temerário.

Em relação aos dados de acesso à internet, eles já foram apresentados aqui. A gente vê um crescimento relevante, tanto em relação a usuários quanto em relação a domicílios com acesso à internet. Com base nos dados da TIC Domicílios, que também é feita pelo Cetic, é interessante observar que, embora tenha havido um avanço importante na redução da desigualdade entre regiões, a desigualdade ainda é grande entre área urbana e rural. Na área urbana, na média, 48% dos domicílios têm acesso; na área rural, 15% dos domicílios têm acesso. Então, é uma grande desigualdade. Em termos de classes socioeconômicas, a classe A e B têm um

acesso bom nos seus domicílios, mas quando a gente vai para a classe C já é abaixo de 40%, e nas classes D e E apenas 8% dos domicílios têm acesso. Não estou falando só de banda larga, esses dados levam em conta banda larga fixa, o modem 3G e acesso discado também.

Isso aqui são dados de crescimento, que mostram que, claro, os países desenvolvidos tiveram crescimento menor do que o Brasil entre 2008 e 2012, mas também iniciaram num patamar muito mais elevado e estão num patamar mais elevado do que o nosso, que está com 44% ou 43% agora, em 2013.

Quando comparamos o crescimento do Brasil com o da América Latina e o da África do Sul, o crescimento brasileiro é bem mais reduzido. É claro que também o Brasil é um País de dimensões continentais, com outras várias especificidades que envolvem a ampliação de infraestrutura e a conexão das pessoas.

A banda larga móvel é sempre um dado que é divulgado com entusiasmo pelas operadoras e pelo Governo, mas é importante ser analisado aí com cuidado. O dado divulgado mais recentemente pela Telebrasil é de 148 milhões de conexões 3G e 4G, sendo que 4G são 4,2 milhões, mas, desses, 132,2 milhões são conexões pelo celular.

É um convite – uma curiosidade minha, pois seria interessante – que, junto desses números, fossem divulgadas também as franquias mais contratadas dentro desses planos de internet de celular, para que tivéssemos a dimensão de quantas pessoas têm planos contratados abaixo de 1 gigabyte de franquia de dado, que são franquias, especialmente se a pessoa só tem acesso pelo celular, que limitam bastante o uso.

Essa pesquisa, cuja notícia coloco aí, foi divulgada no ano passado e demonstra que, entre os países da América Latina, o Brasil tinha a banda larga móvel mais cara, a não ser quando se tratava dos planos de banda larga com franquias mais reduzidas, até 250 megabytes, que são as franquias que, de fato, limitam o uso do consumidor a aplicações de redes sociais e a *e-mails*, e não a toda a potencialidade ao uso pleno da internet. Então, quando falamos desses planos, é importante ter em vista essa questão. E realmente não temos os dados que demonstrem quais é a maior parte das franquias contratadas.

E agora, claro, estamos discutindo aqui o menos pior, porque o ideal seria que o consumidor pudesse contratar aquela franquia que é mais condizente com o seu perfil de consumo e não que a velocidade fosse reduzida drasticamente, como é o modelo de negócio mais comum hoje, ou que a conexão seja cortada. Mas ultimamente as operadoras vêm discutindo e divulgando a possibilidade de, ao invés de a velocidade ser reduzida, a conexão ser cortada e o consumidor ter de contratar pacotes adicionais quando a franquia acaba.

Aqui são alguns dados.

O próprio relatório da subcomissão encarregada de analisar o PNBL na Câmara já faz referência a uma pesquisa um pouco mais recente que essa, porque essa foi divulgada em julho. Há uma pesquisa de outubro em que o Brasil está no 61º lugar no *ranking* de velocidades; portanto, então, mal colocado, considerando a pujança econômica do País. Temos de avançar, então, em relação não só ao acesso, mas também em garantir capacidade de rede e infraestrutura para que as velocidades sejam maiores.

A Anatel, por meio da identidade aferidora da qualidade, faz medições frequentes da qualidade da conexão em relação às conexões contratadas. Aí a questão é se as empresas estão entregando ou não as conexões contratadas em relação às metas de qualidade da Anatel. E o que se verifica é que ainda há problemas. Dos 25 Estados analisados, na banda larga móvel, com exceção de três, em todos eles, pelo menos uma operadora não atingiu as metas de velocidade instantânea ou média, e, na banda larga fixa, houve Estados em que houve problemas técnicos na medição. Mas também, em relação à velocidade mínima e média, a banda larga fixa está melhor, bem melhor do que a móvel.

Em muitos Estados houve problemas em relação a outras questões técnicas, como perda de pacotes, latência. Então, também temos de avançar. Dados da medição: na velocidade mínima, em 95% das medições, as empresas tinham de entregar pelo menos 30% da velocidade contratada e, na média, as empresas tinham de entregar 70% da velocidade contratada.

O Idec faz parte da Campanha Banda Larga é Um Direito Seu, e, já há dois anos, entregou uma proposta para o Ministério das Comunicações para que a Banda Larga pudesse ser considerada um serviço essencial e que pudesse, pelo menos em parte, ser prestada em regime público.

Esse era o nosso diagnóstico de que, pelo mercado, só sem meta, sem uma política pública mais robusta, a universalização não poderia ser alcançada. Dentro dessa proposta, a Flávia vai poder apresentar melhor, porque eu já estourei muito o meu tempo.

Mas a ideia é que houvesse um regime público e privado concomitante, um regime público, principalmente nos grandes troncos, que resultasse em obrigações na última milha para os provedores que contratassem essa capacidade com um plano básico que garantisse uma utilização suficiente, razoável da internet. A Telebrás atua, também, em mercados competitivos, subsídios a usuários de baixa renda, além de trabalhar com políticas públicas de acessos coletivos, provedores comunitários e pontos públicos de acesso à internet.

Consideramos que estamos, agora, num momento crucial desta discussão, com a revisão quinquenal dos contratos de concessão da telefonia fixa, até porque, recentemente, já que a banda larga não foi considerada um serviço essencial dentro dos contratos de concessão de telefonia fixa, passaram a ser colocadas metas de atendimento ligadas à banda larga, como a ativação de *backhauls* e, agora, dentro da proposta que a Anatel colocou em consulta pública para o plano geral de metas de universalização, está a meta de todos os *backhauls* já instalados passarem a ser *backhauls* de fibra ótica, que seriam, já que estão dentro dos contratos de concessão de telefonia fixa, reversíveis. No entanto, a própria discussão da reversibilidade – também deixo para a Flávia comentar melhor – é algo que está ameaçado.

O presidente da Anatel, João Rezende diz, que a legislação tem que ser alterada para ser atualizada, e nos parece muito que isso tem relação com acabar com a reversibilidade. Mas é importante que a gente discuta aqui e traga a relevância desse debate, na medida em que esses bens reversíveis somam bilhões de reais e estão relacionados a recursos da concessão de telefonia fixa, essa para a qual, durante muito tempo, o cidadão brasileiro pagou uma assinatura básica muito acima do que deveria ter pago. São recursos que têm o ônus, sim, do interesse público e que se trata de algo que não pode acabar da noite para o dia da maneira como talvez se pretenda realizar.

E uma outra questão, um outro ponto crítico do Plano Nacional de Banda Larga que eu gostaria de apresentar aqui foi uma participação, na nossa concepção, bastante deficiente, não porque a gente não tivesse diálogo com os representantes do Ministério das Comunicações – eventualmente, sim, conversávamos, tínhamos reuniões específicas – mas em termos de uma participação social institucionalizada, um espaço de participação institucionalizado, de acompanhamento e participação da sociedade civil, tanto no acompanhamento quanto na formulação desse plano. Infelizmente, isso não ocorreu. O Fórum Brasil Conectado que estava previsto no decreto do Plano Nacional de Banda Larga foi desativado no final do Governo Lula, e nunca mais chamado. No Governo Dilma, houve uma tentativa de fazer uma mesa de diálogo com o Ministério das Comunicações e Secretaria-Geral da Presidência da República, mas o tema do Plano Nacional de Banda Larga não foi tratado a contento.

Então, na nossa opinião e, considerando-se o atual contexto, um apelo do Idec é que seja considerado, realmente, este Decreto agora em discussão, 8.243, de 2014, que estabelece a política nacional de participação social. Para nós, dentro da discussão do PNBL, ter um decreto que estabelecesse a importância do Governo Federal, no âmbito da Administração Pública Federal ou via sociedade civil, ter conselhos ou outras formas de participação com a diretriz de que a sociedade civil tem que escolher os seus próprios representantes, além de existir uma instância que deve fazer o acompanhamento da atuação desses conselhos e fazer relatório sobre isso é realmente importante para nós.

Foi feita uma carta, assinada por mais de 70 entidades, em apoio a esse decreto e, como esse assunto vai passar pelo Senado, considerei importante demonstrar como ele poderia ter feito diferença para a maior participação dentro do Plano Nacional de Banda Larga.

É isso.

Muito obrigada, desculpa por estourar meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Veridiana.

Então, seguiremos, agora, com a apresentação da Srª Flávia Lefèvre Guimarães, advogada do Proteste.

Com a palavra a Drª Flávia.

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GRIMARÃES – Bom dia a todos.

Quero, antes de mais nada, parabenizar a Comissão por ter iniciado este trabalho fundamental. Nós, da sociedade civil, temos extremo interesse em acompanhar o desenvolvimento do Plano Nacional de Banda Larga e, como já foi dito aqui, infelizmente, o CGPID foi desarticulado em 2010; o Fórum Brasil Conectado, ligado a ele, também e, portanto, houve uma comunicação errática entre a sociedade civil o Ministério das Comunicações com relação ao acompanhamento do Plano Nacional de Banda Larga.

Então, parabenizo a Comissão por esse trabalho e agradeço a oportunidade de estar aqui. (*Pausa.*)

Eu escolhi aqui começar lá detrás não para chorar sobre o leite derramado, mas estamos em uma oportunidade de revisão dos contratos de concessão da telefonia fixa e na oportunidade de revisão das metas do Plano Nacional de Banda Larga.

Eu queria notar aqui que, lá atrás, na época ainda da definição do modelo de telecomunicações, a Lei Geral de Telecomunicações não proibia que as concessionárias prestassem outros serviços além da telefonia fixa.

Mas, infelizmente, não sei por que razão – mas a gente tem os trabalhos, os debates aqui no Congresso Nacional a respeito desse tema – decidiu-se que as concessionárias de telefonia fixa só poderiam prestar a telefonia fixa e mais nenhum serviço.

Essa realidade foi alterada com a edição da Lei do SeAC, que derrubou, que alterou ou art. 86 da LGT, e desde 2012 as concessionárias puderam prestar todos os serviços e, em virtude disso, têm feito a unificação de todas as operações dentro de um único CNPJ, sem que a Anatel tenha um controle real e efetivo – reconhecido pelo Tribunal de Contas da União, não são palavras minhas – dos bens reversíveis. E hoje temos uma situação de confusão patrimonial que dificulta muitíssimo o controle dos bens reversíveis e a definição de um destino para as telecomunicações ao final dos contratos de concessão previstos para dezembro de 2025.

Infelizmente – eu digo infelizmente – o projeto de lei não ficou como era originalmente porque em 1995 já havia o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações, em que o Governo já identificava a necessidade de se ampliar a rede de alta capacidade para atender o que se chamava na época as demandas da sociedade de informação.

O resultado, infelizmente, da não opção por se possibilitar um desenvolvimento das redes de alta capacidade vinculado de alguma maneira ao desenvolvimento da infraestrutura para a telefonia fixa, que se deu com um determinado sucesso até dezembro de 2005 – as metas de universalização dos contratos de concessão estavam previstas até dezembro de 2005, e o cumprimento delas era condição fundamental para a prorrogação dos contratos até dezembro de 2025 – é uma distribuição não democrática da infraestrutura de acesso à internet, como demonstram as pesquisas do SeTIC e as nossas próprias experiências pessoais.

Eu moro em São Paulo, que é uma capital, uma cidade que concentra uma rede de alta capacidade porque existe um mercado consumidor de alta renda, o que, portanto, estimula os investimentos das empresas lá. Contudo, na periferia de São Paulo as pessoas estão sujeitas a acessar a internet pela rede móvel com uma experiência de navegação muito reduzida e que limita, por exemplo, alguns dos objetivos do Plano Nacional de Banda Larga, como o de intensificar o acompanhamento, por parte cidadão, das políticas públicas. Duvido que, pelo celular agora, alguém possa estar aqui acompanhando a nossa audiência pública. Tenho sérias dúvidas a respeito isso, no plano de banda larga popular.

O Brasil, segundo os dados do Telebrasil, fechou agosto de 2014 com 171,5 milhões de acesso em banda larga, sendo que 148 milhões são acessos móveis; 132,2 milhões são conexões de celulares. Segundo a Anatel, em torno de 80% dos 270 milhões de celulares, operam na modalidade pré-paga com uma média de recarga mensal, sem impostos, de R$7,00 aproximadamente.

Eu pergunto para os senhores: o fato de uma pessoa ter um *smartphone* com este plano vai viabilizar que ela navegue na internet?

Possibilita que ela faça um curso de educação a distância ou qualquer coisa que, de fato, represente inclusão digital, desenvolvimento cultural? Acho difícil. Para nós, acessar o Facebook está muito longe de ser inclusão digital. Ótimo, é divertido, muito bom, mas inclusão digital é algo mais profundo e mais abrangente do que isso.

Nós entendemos que o resultado é pífio, coloca o Brasil numa situação ruim de preço de banda larga. Como a Veridiana colocou aqui, na América Latina, estamos para trás: ruim de infraestrutura, estamos para trás em desenvolvimento de infraestrutura. É o desrespeito dos termos do Decreto nº 4.733. Nós entendemos que, tanto por parte do Ministério das Comunicações quanto por parte da Anatel, houve uma negligência, por exemplo – seria para nós, na nossa análise, um mecanismo mais importante – na ferramenta mais importante que havia no Decreto nº 4.733, a implantação do modelo de custos a partir de janeiro de 2006, para viabilizar a definição de políticas públicas, para viabilizar a definição de regras para compartilhamento de rede, para viabilizar a definição de novos investimentos em infraestrutura para banda larga também, porque o modelo de custos viabiliza, instrumentaliza a Agência para tudo isso.

Por conta da ausência do modelo de custos, tivemos ausência de tarifas e preços de atacado e varejo fixadas pelo custo, como estava expresso no Decreto nº 4.733. Infelizmente, o Governo este ano mudou o discurso, mas no Decreto do PNBL está lá escrito que vai haver a massificação da banda larga. O que isso significa? Tem uma significância muito diferente do que universalizar. Juridicamente, o conceito de universalização implica, especialmente, metas de investimento de forma democrática pelo País, continuidade na prestação do serviço, coisa que, no caso da banda larga, infelizmente, estamos em situação bastante precária.

E as empresas estão querendo piorar mais, porque agora a tendência é o seguinte: acabou a franquia, nem há redução aquela velocidade péssima; estão prometendo, ameaçando – vamos chamar de uma ameaça – o seguinte: acabou sua franquia? Ou você paga ou, então, você não tem mais acesso ao serviço, sendo que a continuidade é uma característica da universalização, e a universalização, pela lei, deve contemplar os serviços que sejam essenciais, como é o caso da banda larga.

Entendemos que, a despeito de ter sido muito relevante a edição do Decreto do PNBL, houve ausência de investimentos significativos na Telebrás. No início do Governo do primeiro mandato da Presidenta Dilma, as entidades que integram a Campanha A Banda Larga é um Direito Seu, estiveram no Ministério das Comunicações...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GRIMARÃES – ... conversamos com o Ministro Paulo Bernardo, e ele chegou dizendo o seguinte: "a Presidenta me deu uma bronca [palavras dele] e me disse que nós vamos investir R$1 bilhão, por ano, na Telebras."

Desde a edição do PNBL, em 2010, até hoje não se investiu R$1 bilhão, na Telebras.

A criação de rede privativa de comunicação para Administração Pública Federal se deu apenas a partir de 2013, pós-revelações do Edward Snowden, ou seja, o PNBL determinava que se fizesse uma rede privativa para o Governo Federal para se proteger, para se garantir soberania sobre essas redes, e não foi feito. Só foi feito depois que o leite derramou.

Outro: apoio insuficiente aos telecentros e outros programas de inclusão digital, como Banda Larga nas Escolas, Floresta Digital, Navegapará, entre outros.

Quero destacar aqui que hoje eu faço parte do Comitê Gestor da Internet, representando o terceiro setor. Antes era a Veridiana. Foi uma conquista da sociedade civil implantar o fórum da internet no Brasil, que já teve quatro edições. Eu participei de todas e, em todos os lugares: Recife, em Belém, em São Paulo, em vários lugares. O relato de quem está envolvido com essas políticas públicas é: não existe apoio.

Por exemplo, nós temos redes que poderiam ser utilizadas no sistema elétrico, que poderiam ser administradas, gerenciadas pela Telebras, e que estão inativas, inacessíveis para esses projetos, mas que estão disponíveis, curiosamente, para empresas privadas.

Verifica-se ausência de medidas para garantir a oferta de infraestrutura e serviços de comunicação de dados nas localidades que não despertem o interesse econômico das empresas. E a implantação de infraestrutura é realizada de acordo com o interesse econômico das empresas, áreas rurais atendidas de forma insuficiente, assim como regiões mais pobres e periferias dos grandes centros.

Nós entendemos que não é obrigação das empresas privadas fazer universalização de serviço essencial. Isso é uma obrigação do Estado. Está na Constituição Federal. Está na Lei Geral de Telecomunicações. Está agora no Marco Civil da Internet. Caberia ao Governo exercer o que está expresso no art. 18 da Lei Geral de Telecomunicações: editar um decreto estendendo o regime público para a banda larga, de modo que ela seja prestada nos dois regimes, como a lei autoriza, como, por exemplo, a telefonia fixa é prestada, mas que se garantissem investimentos públicos nos locais que não despertam interesse econômico das empresas, onde não existe uma relação entre o alto nível de investimento que tem ser feito e a capacidade de pagamento dos cidadãos que moram naquela região.

A Veridiana já falou, mas eu queria destacar os termos de compromisso. Eles são uma prova contundente de que não houve planejamento, não houve respeito à Constituição Federal, não houve respeito ao art. 65, §1º, da Lei Geral de Telecomunicações. Isso levou a Proteste a mover uma ação civil pública contra esses termos, buscando a sua anulação. O processo está concluso para sentença desde abril ou maio deste ano. Mas o Ministério das Comunicações e a Anatel têm entendido que a evolução da banda larga vai acontecer pela força de mercado. Não, não vai. Não vai porque as empresas não têm essa obrigação e não vai porque o investimento é muito alto. E a Anatel, por sua vez, ao invés de estimular o investimento com suas medidas regulatórias, desincentiva, porque ela, por exemplo, ao alterar o regulamento do SCM, tirou a garantia que existia de que o provimento do serviço tinha um limite de no mínimo 50%. Agora não existe mais esse limite.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – O IT considera que banda larga é até 2Mbps por segundo. Nós, da Protete, em março de 2012, mandamos um ofício para a Anatel solicitando explicações sobre se os planos de banda larga popular estariam beneficiados pelos novos regulamentos de qualidade. Naquela época, em 2012, veio a resposta que sim, que se estenderiam aos contratos celebrados antes. Entretanto, depois que foi alterada a resolução do SCM e que caiu esse limite, mandamos novo ofício e a Anatel respondeu, dizendo: "Não, não tem limite. Não tem contradição. A nossa atitude hoje não tem contradição com o passado e não existe limite". Ou seja, a Anatel hoje admite que uma classe imensa de consumidores, um grupo imenso de consumidores – são três milhões de consumidores que contratam a banda larga popular – não estejam beneficiados pelo efeito de uma norma. Ou seja, isso é inconstitucional, isso é cruel, porque são justamente os consumidores mais pobres. Está aqui o ofício.

A opção do Governo de massificar – agora mudou o discurso – a banda larga leva a esse entendimento, por exemplo, por parte da Anatel. A Anatel, ao responder questionamentos a respeito da alteração da Resolução do SCM, disse: "O mercado vai resolver essa situação".

Eu convido os senhores a visitarem essa matéria que foi feita pela Revista Rede Brasil Atual, em que estão as gravações, mostrando que é impossível contratar os serviços. A pesquisa foi feita com todas as concessionárias, com as empresas que assumiram o termo de compromisso, e as pessoas não conseguem contratar.

Foi repetido neste ano, e o resultado é o mesmo: dos 28 milhões de acesso programados para o PNBL, só três milhões, nem três milhões foram comercializados.

O PNBL se guiou muito mais pela transferência de recursos públicos, pelo REPNBL e todos esses outros projetos que foram ditos aqui, para a iniciativa privada, para a implantação de redes privadas. E qual é o problema disso? O problema é que, quando há redes privadas, não se pode impor à concessionária que parte da capacidade dessa rede esteja prioritariamente voltada para políticas públicas, para a inclusão digital.

Então, é por isso que a campanha Banda Larga é um Direito Seu defende que o regime público seja estendido à Banda Larga, para que redes implantadas com recursos públicos tenham parte de sua capacidade reservada para a política de inclusão digital.

Isso está expresso na Lei Geral de Telecomunicações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para concluir.

A SRª FLÁVIA LEFÈVRE GRIMARÃES – Desculpe-me, estou terminando.

E, finalizando, o seguinte: a doutrina pacífica no Direito Administrativo é no sentido de que serviços públicos especialmente de conteúdo econômico e social, como é o caso da Banda Larga – isto tem fundamento na Constituição, respectivamente, nos arts. 21, 11, 12, 173 e 174 – demandam indiscutivelmente uma atuação do Poder Público, com investimentos públicos.

Não sei por que há uma resistência nisso. Não, a obrigação é da União. A União tem de pôr recursos públicos, estender o regime, liberar o Fust, o valor dos bens reversíveis. São 70 bilhões só em redes – redes implantadas no regime público –, que têm de ser apropriadas para o desenvolvimento tecnológico do Brasil e para a evolução das demandas.

Esse é o *site* da campanha, que tem a nossa proposta.

Agradeço e peço desculpas por me exceder tanto no tempo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Srª Flávia Lefevre.

Passo agora a palavra ao Sr. Wilson Cardoso, representante da Abinee.

O SR. WILSON CARDOSO – Obrigado, Senador Anibal Diniz. Obrigado, Senadores presentes.

Em nome da Abinee, gostaria de apresentar a nossa visão sobre o Plano Nacional de Banda Larga.

Primeiro, uma avaliação do Regime Especial de Tributação do Plano Nacional de Banda Larga. Na nossa avaliação, a melhor maneira de avaliar o Regime é a evolução do número de acessos desde o primeiro trimestre de 2013 até agosto de 2014.

Se contabilizarmos o crescimento total dos acessos fixos e móveis... Já vimos diferentes estatísticas aqui dentro, mas, pelos números da Anatel, chegamos, em agosto de 2014, a 155 milhões de usuários móveis e fixos de banda larga no Brasil.

Cabe destacar que, com o crescimento de 2013 a 2014, agregamos à rede praticamente 80 milhões de usuários. Em níveis comparativos, se olharmos o primeiro ano em que a Banda Larga começou a ser colocada no Brasil, que foi 2002, cabe destacar que, em um ano praticamente fizemos o que fizemos em dez anos anteriormente. Ou seja, de 2013 a 2014, colocamos 80 milhões de novos acessos na rede e, de 2002 a 2012, tínhamos 80 milhões de acessos na rede. É expressivo o crescimento da Banda Larga neste último ano, dentro do País.

Por outro lado, é fundamental notarmos o crescimento nas vendas dos dispositivos que conectam a Banda Larga. O Brasil acompanha uma tendência mundial de mobilidade, ou seja, se analisarmos a tabela, o número de *desktops* vem decrescendo ano a ano. No primeiro trimestre de 2013, foram vendidos no Brasil 1,55 milhão *desktops*; no primeiro trimestre de 2014, 1,21 milhão; se totalizarmos o primeiro trimestre de 2014, tivemos 2,31 milhões de unidades vendidas no Brasil.

Quanto aos n*otebooks*, já houve um crescimento de 3,39 milhões de unidades; quanto aos *tablets,* aí vem um crescimento fundamental para 4,1 milhões de *tablets* no Brasil, mostrando-se um crescimento da mobilidade.

Se contabilizarmos aí o total de *desktops, notebooks e tablets*, comparando-se o primeiro semestre de 2014 contra o primeiro semestre de 2013, tivemos um decréscimo de 1,2 milhões de unidades no País, mais ou menos 11%.

Por outro lado, sinalizando o mercado de telefones celulares, comparando os modelos tradicionais com os *smartphones*, o ano de 2014 foi o primeiro ano em que tivemos na indústria uma venda maior de *smartphones* do que de telefones tradicionais ou telefones não dotados de processadores que nos permitam navegar rapidamente na internet.

No primeiro trimestre de 2014, foram vendidos 10,9 milhões de *smartphones*; no segundo trimestre, 13,4 milhões de *smartphones*. Contabilizando o primeiro semestre de 2014, chegamos a um total de 24,3 milhões de *smartphones* vendidos no País. E, se compararmos o primeiro semestre de 2014 com o primeiro semestre de

2013, houve um acréscimo de 70% na venda de *smartphones* no País, ou seja, extremamente expressivo comparando o crescimento da venda de *smartphones* no Brasil e acompanhando a tendência mundial da adoção do dispositivo móvel individual com acesso à banda larga.

Se compararmos a variação do faturamento na área de telecomunicações somando a área de infraestrutura, em que está toda a parte de acesso fixo e acesso móvel – as estações de rádio-base, a estrutura de cabo, a infraestrutura de fibras, torres, antenas, mais a parte de telefones celulares –, nós verificamos que o total de crescimento no mercado de telecomunicações, se compararmos o ano de 2014 com o ano de 2013, será mais ou menos de 7%.

Essa comparação é relevante. Comparando o prognóstico da indústria de 2014 contra 2013, podemos verificar que a área de telecomunicações deverá ter um crescimento neste ano de 2014 de 7%.

Se compararmos com a área de informática, por exemplo, esperamos um decréscimo de 6%. Se compararmos com outras áreas, como, por exemplo, automação industrial, componentes, verificaremos que a área de telecomunicações, graças à parte de terminais, estará mais ou menos em linha com esse crescimento real. Ou seja, o crescimento do setor é nominal e deverá apresentar uma queda real de 4% na comparação com 2013.

Se fizermos uma projeção completa para o ano de 2014 em *desktops, notebooks e tablets*, chegaremos a um número de 21,5 milhões de unidades vendidas, com uma variação negativa em PC *tablet* de 3%, comparando 2014 com 2013. E, se compararmos o número de *smartphones* com o número de telefones tradicionais, veremos um crescimento brutal do número de *smartphones* em 30%. Ou seja, a participação em venda de *smartphones* no ano de 2014 chegará ao redor de 72,2% neste ano, mostrando a tendência de mobilidade do Brasil e dos brasileiros.

Então, os telefones celulares cada vez mais são fundamentais no ecossistema da indústria brasileira e representam já um total de 7% do faturamento da indústria.

Quando falamos de aprimoramento do REPNBL, colocamos já a quantidade de projetos aprovados dentro do REPNBL. Analisando o *site* do Minicom na data de 31 de outubro, verificamos que temos 4,62 bilhões de projetos aprovados, dos quais 53,6% são projetos de acesso óptico, fibra óptica nas cidades, no acesso óptico; 0,1% em OPGW, ou seja, os projetos de *backbone*, utilizando redes de alta tensão; 9,7% utilizando as redes sem fio na faixa de 450 MHz, atingindo as populações rurais, principalmente nas cidades, como nós já vimos nas outras apresentações; 3,3% em transportes ópticos; 14,2% em utilização de satélite; e 19,1% em acesso metálico.

Nós podemos dizer que nós temos um paradoxo do RE-PNBL porque grande parte dos acessos hoje vem da telefonia móvel celular, da parte da banda larga móvel, como nós dizemos, e grande parte do investimento que está sendo aprovado no REPNBL vem da parte óptica, no acesso óptico, no acesso fixo. Então, com relação a esse paradoxo, a gente pode começar a analisar de onde vem essa origem.

Pelo que foi exposto, 700 MHz são fundamentais para a universalização da banda larga ou a massificação da banda larga.

De acordo com uma portaria do Ministério das Comunicações, a Portaria 477, temos o cronograma de transição da transmissão analógica, que é praticamente a contrapartida dos 700MHz, que vai possibilitar a transição da televisão analógica para a televisão digital. Esse cronograma prevê – é não exaustiva essa tabela –, por exemplo, o desligamento da televisão analógica até 2018, por exemplo em Porto Velho, Macapá, Rio Branco, Boa Vista e outras cidades. Mas por outro lado, se nós compararmos hoje o existente REPNBL, ele finda em 2016. E em complemento, nós tivemos aprovada uma medida provisória, a MP nº 651, no dia 30/6, que viabiliza a aplicação de novos projetos até 30 de junho. Então, se nós não analisarmos o cronograma de implementação dos 700MHz, que vai até 2018 e necessita do desligamento da televisão analógica, da transmissão analógica, para a instalação dos 700MHz para a ligação da banda larga móvel, então é necessária, na nossa visão, a ampliação do Programa de Regime Especial da Banda Larga para acomodar, principalmente que o projeto de 700MHz seja acomodado dentro do REPNBL.

A sugestão então das proposições da Abinee é a submissão dos projetos até 30 de julho de 2005 através de Medida Provisória – isso já foi votado pelo Senado –, prolongar o REPNBL até dezembro de 2018, possibilitando a implementação dos 700MHz dentro do Brasil, assim como colocado hoje, a destinação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILSON CARDOSO – ... do Fust, e o último ponto são medidas de incentivo para o uso intensivo de tiques dentro das telecomunicações, possibilitando um uso mais racional das redes e fazendo com que as redes sejam levadas para todos os pontos do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Wilson.

Passamos para o nosso último expositor, o sr. Eduardo Levy, que é presidente executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel. Eu pediria a gentileza de o Sr. Levy, na sua exposição,

se possível já fazer alguns esclarecimentos sobre as questões apresentadas, tanto pela Proteste quanto pelo Idec. Com a palavra o Sr. Eduardo Levy. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO LEVY – Muito obrigado, Senador Diniz. Eu vou fazer, antes de colocar... (*Pausa.*)

Quem joga xadrez conhece esse tipo de movimento. Mas eu queria fazer, Senador, eu posso, ponto a ponto até, fazer alguns questionamentos, mas eu posso, de uma forma geral, antes de começar, falar de uma forma mais abrangente.

Existe uma história que eu aprendi um tempo atrás, de que quando dois navios de guerra se cruzam, eles se cumprimentam com uma salva de canhão. E no cruzamento de dois navios, um deles não deu a salva de canhão. Quando chegaram ao porto, o comandante do outro navio, que havia dado a salva, foi perguntar: "Por que é que você não nos cumprimentou?" Ele disse: "Por dezoito razões, sendo a primeira que nós não tínhamos pólvora." Então basta uma razão, e ela se sobrepõe a todas as outras razões para isso.

Tudo que nós ouvimos é bonito, nós gostaríamos de fazer tudo isso, mas existe uma questão que ninguém falou aqui. São dezoito razões, mas uma delas é: tem que ter pólvora, tem que ter dinheiro. Isso é muito recurso para se fazer qualquer uma das coisas que nós falamos aqui. Vou dar um exemplo aos senhores, algumas questões, porque algumas pessoas dizem que desconhecem os números. O balanço das empresas e o balanço da Telebras são públicos, e eu não estou fazendo crítica e não vou fazer crítica à Telebras em si, não é esse o meu objetivo.

A Telebrás, pelo seu balanço, investiu, de maio de 2010, quando ela foi, pelo decreto, reativada, R$685 milhões, sendo que boa parte dessa foi para a Copa do Mundo – R$685 milhões. As nossas empresas, que aqui estou representando, no mesmo período, investiram R$108 bilhões. O investimento que a Telebrás fez em 4,5 anos equivale a 10 dias de investimento das empresas privadas. Concordamos em muita coisa: falta muito. Precisa ser feito mais? Precisa, mas vou mostrar que as consultorias internacionais estão prevendo uma redução de investimento na América Latina, quando estamos falando aqui na necessidade de mais investimentos.

Então, tudo aquilo que ouvimos aqui pode ser interessante, bonito, se alterarmos a lei. É natural que possa ser assim, mas é preciso ter dinheiro. Apresentar os planos? Também temos apresentado planos para o Governo Federal. Temos apresentado planos todos os anos durante o nosso painel Telebrasil, e tivemos a honra da sua presença no nosso último painel, quando o senhor teve chance de ver o que precisa ser feito e quanto é preciso gastar. Não conseguimos fazer nenhuma conta ainda que não chegue a menos de R$200 bilhões, para um período de quatro anos, para fazer alguma coisa que faça o sentido do que a Mesa colocou aqui. Então, vamos cair um pouco na real e lembrar que, das 18 questões que colocamos aqui, uma delas, que não ouvi de ninguém, é onde estão os recursos para fazer tudo isso.

Nosso crescimento está acelerado. O celular cresce, a TV por assinatura, a banda larga fixa, a banda larga móvel. Estão aí os números que mostrei. Temos os números, e os números são crescentes de investimento a uma ordem de R$80 milhões por dia, que, vezes dez, dariam os R$800 milhões da Telebrás.

Os níveis de investimento são elevados. No Brasil, são maiores do que em outras posições da América Latina e dos mercados desenvolvidos, é natural, mas a projeção feita por consultorias internacionais é que, na América Latina e no Brasil, esses investimentos deverão diminuir. São projeções internacionais. Não são os nossos números. Os nossos números estão mostrando um crescimento descolando da América Latina, em função de uma série de fatores, mas observem que, em 2013, o nosso investimento cresceu 14%, quando a receita cresceu apenas 6%.

Sobre os altos investimentos. Esse termo aqui, essa sopa de letrinhas significa, em inglês, ganhos antes de taxa, investimento, depreciação e amortização. É uma sigla, em inglês, que mostra o resultado das empresas. É normalmente a forma como os analistas avaliam a empresa sob o ponto de vista da sua capacidade financeira, capacidade de existir no mercado. O mundo vem mostrando, Argentina, Colômbia, Brasil, México, Chile e Peru, que estamos com um retorno cada vez menor.

Temos 51% dos acessos hoje em banda larga de alta velocidade, 3G.

Temos 172 milhões de acesso em banda larga total e, desde maio de 2010, quando tivemos o decreto do PNBL, 142 milhões de novos acesso em banda larga foram ativados.

A densidade de banda larga móvel está próxima de muitos países desenvolvidos. O Brasil tem 85% de sua banda larga móvel. Podemos insistir, fazer o movimento que quisermos, mas a população brasileira gosta de mobilidade. Estamos com redução de telefones fixos e, cada vez mais, com indivíduos ou residências com mobilidade: as pessoas apenas com os seus telefones móveis. Eu sou um exemplo. Tenho banda larga fixa em casa e uso apenas o *tablet*, o tempo todo, através de uma rede *wi-fi*, basicamente. Não tenho mais computador em casa.

O preço do minuto já caiu mais da metade. O preço do minuto do celular no Brasil caiu mais da metade e o tráfego cresceu 43% nos últimos anos.

O brasileiro gasta, pelo IBGE, 1% da sua renda média com telefone celular por mês. Ele gasta, em média, R$18,70, que é um valor baixo.

Eu vou responder agora à questão do estudo da UIT. Para que a gente não ficasse falando "é isso" ou "é aquilo", nós contratamos um estudo que analisou todos esses países e mostra claramente – e eu desafio quem quiser contestar o estudo – que o Brasil não tem o serviço celular, nem de banda larga nem de voz, mais caro do mundo. É o quarto mais barato entre esses 18 países analisados. O que ocorre, senhores, é que está aqui o relatório anual de 2013 na Anatel. "No final do exercício" – não são dados nossos, isso é da Anatel – "o valor médio do minuto, de acordo com os planos de serviços homologados, variava entre R$1,20 e R$1,40, sem tributos". Na prática, no entanto, esses valores são influenciados por uma série de promoções. No terceiro trimestre de 2013, o preço médio do minuto da telefonia móvel era de R$0,15, e não R$1,20 ou R$1,40. No dia 27 de novembro, os senhores lembrem, a UIT vai novamente divulgar os preços, e ela utiliza os dados de R$1,20 e de R$1,40. Não representa a realidade do Brasil. Quem afirmar que a telefonia móvel do Brasil é uma das mais caras do mundo está faltando com a verdade ou desconhece os dados reais deste País em que vivemos. A banda larga móvel é a segunda mais barata entre esses países analisados. E como é que se pega *download* de 300MB com impostos em dólares? Podemos falar que 300MB é pouco. Não importa! Nós estamos comparando o que a UIT compara com 18 países que representam 60% de toda a base de telefonia celular no mundo.

Em 2013, os serviços de comunicação subiram muito menos do que a inflação. Basta fazer uma comparação e nós temos aqui todas as informações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LEVY – É o Banco Central que informa.

A velocidade da banda larga fixa no Brasil, de acordo com a Netflix, é colocada para os clientes Netflix com um valor bom. Pelo valor da Akamai, é um valor baixo. Nós estamos avaliando como a Akamai faz os dados e onde é feita a medida dos dados da Akamai. No caso da Netflix, ela avalia todos os clientes que têm Netflix no mundo.

Temos essa quantidade de Municípios cobertos por telefonia móvel. O decreto da Telebras deu à Telebras a prestação de conexão à internet em localidades onde inexista a oferta adequada daquele serviço. A Telebras não foi convidada para vir participar, mas também já foi falado aqui que não é conhecido onde ela atende. Nós estamos falando aqui apenas em PNBL envolvendo apenas as empresas que são associadas ao Sinditelebrasil.

Assinamos um termo de compromisso, em junho de 2011, com o Ministério e a Anatel, e nesse plano, sim, existe acompanhamento e número. O que existia da necessidade de tantos Municípios nós realizamos, até setembro de 2014, 4.932. Se alguns de vocês quiserem ter conhecimento, nós temos, Município por Município, a quantidade de clientes envolvidos, e nós temos hoje, daquelas duas grandes empresas (Oi e Telefônica)... Da Telefônica nós temos aproximadamente 2 milhões de clientes ligados; e da Oi nós temos em torno de 1,6 milhão. Então, nós temos mais de 3,5 milhões, com certeza, de clientes ligados nessa modalidade. Estão aqui os dados todos.

Daquilo que nós falamos sobre a prioridade desse serviço para o País, reafirmo que não pode ser considerado prioridade para um país um serviço que tem mais impostos do que cosméticos, aguardente e arma de fogo. Nós temos um volume enorme de tributos em cima do serviço, o que poderiam ser feitos de forma diferente. E o que é pior: em 2012, nós tivemos três Estados que ainda aumentaram o ICMS. Entendemos perfeitamente a visão dos Estados quanto à necessidade da arrecadação, à necessidade de dar continuidade aos seus planos, mas não podemos entender que isso seja uma prioridade nacional – o atendimento de banda larga.

Quando se tem ICMS de 27 para 28, é calculado por dentro. Os senhores vão ver que nós temos mais de 40% de taxas em cima dos nossos serviços.

As ofertas de PNBL no *site* das empresas estão de uma forma clara. Eu não discuto nem discordo do trabalho feito pelo Proteste e pelo Idec, que nos auxiliam, muitas vezes, na melhoria do nosso serviço, mas, de forma nenhuma, eu concordo com a posição de que nós não temos atendimento a esse serviço, quando temos quase 4 milhões de serviços já ligados.

Mas nós, também, temos oferta de banda larga móvel naquilo que o cliente quer. Temos menos de R$1,00 por dia em ofertas que são dadas aos clientes com diversos planos de capacidade para que ele possa baixar, dentro da sua necessidade ou não.

Temos antecipado nossos compromissos com a sociedade. Temos metas estabelecidas pela Anatel e, na grande maioria dos casos, temos antecipado as nossas metas. Temos um conjunto de desafios enormes, onde a alta carga tributária responde por 43% dos valores de serviços de telecom – são impostos.

Eu vou mostrar um vídeo aos senhores, que eu espero que entre.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. EDUARDO LEVY – Veridiana... Desculpa, Veridiana. Alguns a tratam por Srª Veridiana, mas eu fico à vontade. Somos colegas de comitê gestor – a Veridiana, por um período, e, agora, a Flávia Lefèvre.

Concordo com o que ela disse. Talvez, em uma discussão mais aprofundada sobre as questões que, também, ela levantou, mas os fundos foram criados, por lei, para uma utilização, e eles, basicamente, não foram utilizados para nada – para nada! – e vão continuar assim.

Quer dizer, às vezes, a discussão é sobre o porquê de não se acabar com os fundos, já que, aí, pelo menos a conta fica mais barata ou alguém gasta menos com isso; contudo, vamos dar a destinação e discutir, efetivamente, essa destinação. Há várias iniciativas que foram feitas no Congresso e que não foram levadas adiante.

Nós temos umas legislações restritivas. Esta semana saiu uma declaração de um gerente ou diretor de departamento do Ministério das Comunicações a respeito daquelas 80 cidades digitais – das quais apenas oito estão funcionando –, dizendo da dificuldade de implantar, com um atraso de mais de um ano, porque não se consegue colocar infraestrutura.

Bem-vindo ao clube! Bem-vindo ao clube! Ninguém consegue implantar infraestrutura no Brasil, porque a demora para se conseguir a licença de uma antena ultrapassa 18 meses, quando nós precisamos colocar antenas no Brasil em uma velocidade muito maior do que os 18 meses. Mas que seja!

E entendemos que nós somos extremamente importantes – e a discussão que está aqui mostra isso –, porque nós somos a plataforma da prestação de serviço. E lutamos por isto, e defendemos e apresentamos isto no Painel TELEBRASIL 2014: a necessidade, como disse a Flávia, de se querer incluir o cidadão na sociedade. E incluir o cidadão na sociedade não é dar serviço a ele apenas de Facebook, mas também, se der a ele 50 mega de velocidade, ele vai continuar sem saber onde estão os hospitais, onde está qualquer coisa, onde ele pode fazer uma inscrição para uma escola ou onde ele pode se colocar para fazer um exame de saúde ou alguma coisa.

O Brasil tem 5.570 Municípios e tem menos de dois mil pontos de NSS para atendimento; tem que ser feito através das plataformas de telecomunicações. E, para fazer todo este serviço de acesso à base do cidadão, a velocidade não é o fator fundamental, porque ele não está ali baixando um vídeo, ele não está ali fazendo um acesso maior. Para qualquer pessoa ter acesso aos serviços do Estado, não é necessária uma alta velocidade. Não estou dizendo que velocidade não seja uma coisa boa – claro que não –, mas, para fazer aquele serviço, ele não precisa de uma alta velocidade.

O que eu quero dizer é os 500 bilhões que o setor de telecomunicações investiu no País, nos últimos 15 anos, é um volume de recursos bastante grande para prestar serviços ao cidadão através das plataformas existentes. Quando eu acesso um *e-mail* ou quando eu faço um acesso ao banco onde eu tenho conta ou onde os senhores têm e que podem fazer uma transação, esses serviços podem ser possibilitados pelo Estado em outras modalidades, como educação, como saúde etc.

Sobre as escolas, como foi comentado aqui, Senador, os dados do TIC mostram que 98% delas têm banda larga, e todas essas escolas que têm uma banda larga foram feitas através de uma troca de obrigações no passado, em que o serviço é ofertado até 2025 sem cobrança do serviço. Foi uma troca feita por uma iniciativa da Telebrasil em relação a telecentros; existiu no passado uma obrigação, e essa troca foi feita, e, em função dessa troca, existe esse plano de atendimento com essa velocidade. A velocidade é baixa? Pode ser, mas o uso – e isso também é apresentado na pesquisa claramente – é baixíssimo por parte das escolas, porque não existe iniciativa pedagógica, porque não existem plataformas digitais de educação no País.

Nós achamos que podemos ter monitoramento do serviço público, gerenciamento de sinalização urbana, telemedicina – nós vamos liberar um vídeo, na semana que vem, mostrando que o Brasil tem 8 mil pontos de telemedicina já ligados com as nossas empresas em relação a hospitais privados que dão apoio a toda a população –, teletrabalho, banco... A declaração de imposto de renda já é feita, a apuração de urnas eletrônicas já é feita com uma qualidade de serviço extraordinária.

Conectamos pessoas, aumentamos a produtividade, somos a base de uma sociedade sustentável com inclusão social.

Eu espero ter atendido a sua demanda de poder responder algumas questões. Talvez não tenha respondido todas elas por não ter me recordado, mas eu as anotei aqui e, durante o debate, eu poderei fazer o complemento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Eduardo Levy.

Nós temos aqui um conjunto de perguntas e algumas reflexões. Eu já abriria de imediato...

Nós teremos que trabalhar agora com bastante objetividade nas respostas, de tal maneira que todos possam ter oportunidade de responder as questões que lhes são pertinentes e, ao mesmo tempo, também fazer as suas considerações.

Algumas vieram pela internet. O cidadão pergunta se o Plano Nacional de Banda Larga irá abranger inclusive o Município do Mendes, na Bahia. Quem pergunta é o Ney Ferreira de Oliveira.

Também há uma participação em que a cidadã reclama que, no Município de Ibiúna, São Paulo, não há linha telefônica. Diz ainda que a operadora Vivo, responsável pela cobertura de telefonia no Município, cobra um valor alto por um serviço que não é satisfatório. Quem pergunta é Rosa Lima dos Santos, de Ibiúna, São Paulo.

O cidadão solicita informações sobre o projeto para o presente e para o futuro da Base de Alcântara quanto a lançamento de satélite e também sobre o projeto da Força Aérea chamado 14-X, veículo supersônico brasileiro.

Eu já posso responder que, no dia 18, nós teremos aqui, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, uma audiência pública sobre a política aeroespacial brasileira, oportunidade em que essa pergunta será muito pertinente para os expositores que se farão presentes a esse debate, como o INPE, o ITA e todas as autoridades ligadas à política aeroespacial brasileira.

Há uma pergunta da Anna Flávia Schmitt. "Existe alguma esperança para a interiorização da banda larga? Eu moro em uma pequena localidade litorânea do Estado de Santa Catarina e vos digo: nosso sinal de internet é péssimo. E quando eu morava no Médio Vale do Itajaí era pior ainda, e continua muito ruim".

Alfredo Alonso diz: "Olá, sendo oficialmente a Telebras a empresa qualificada para gerir o Plano Nacional de Banda Larga, por que ela não está presente nessa audiência?"

Em princípio, ela deveria estar também, mas devido ao tamanho da nossa mesa, a gente teve que deixar de fora alguns que já haviam participado de audiências anteriores, no caso a Telebras e também a Anatel, que deveriam estar conosco, mas, por força do tamanho que ficou a nossa mesa, não era possível haver tantos expositores. Mas concordamos com a observação do Alfredo Alonso de que a Telebras é fundamental em todos os debates sobre o Programa Nacional de Banda Larga.

O cidadão pergunta se há previsão de o serviço de banda larga alcançar os Municípios de Capelinha, Araçuaí, Diamantina e Almenara, no Estado de Minas Gerais. Quem pergunta é Luís Antônio de Oliveira.

Essas perguntas, repito, vieram pela internet.

Alguns comentários. O Sr. Levy falou de um investimento de R$500 bilhões nos últimos 15 anos, e se esqueceu de falar do tamanho do faturamento. Seria interessante fazer essa relação para a gente ter uma noção do que significa uma coisa e outra, porque dá a impressão de uma espécie de doação do setor privado para o sistema de telefonia, e nós queremos saber também qual é o faturamento para ver qual é, digamos assim, o percentual convertido em investimento.

Outra pergunta que se faz necessária: com o leilão dos 700MHz, que é fundamental para a universalização do serviço de banda larga, nós criamos uma situação muito, digamos assim, privilegiada para as empresas. Por quê? Porque a faixa de 700MHz é o filé das telecomunicações, pois ela reúne tudo o que se possa imaginar em termos de qualidade e permite uma redução dos investimentos em relação aos da faixa dos 450MHz e também dos 2GHz. Então, pergunta-se: qual é o projeto dos investidores que contrataram a faixa dos 700MHz para que essa universalização aconteça, já que os 700MHz são a faixa, por excelência, que permitirá a universalização do plano de banda larga?

Outra questão que é fundamental.., Na realidade, nessas audiências todas que nós realizamos, detectamos uma infinidade de pontas que precisam ser amarradas. E entendemos que o primeiro passo para que haja essa ligação das pontas é a existência da conversação entre os vários setores do governo envolvidos. E a primeira ponta que vem à tona é essa questão do Comitê Gestor não estar se reunindo. Como é que uma política pública de tal envergadura pode ganhar celeridade e pode ganhar, digamos assim, dinâmica de avaliação permanente dos seus passos se o próprio Comitê Gestor não se reúne com regularidade?

Então, como é que poderemos apresentar um relatório dando alguma esperança de que essa política pública terá celeridade se o comitê encarregado pela sua gestão não se reúne? E quais são os integrantes desse Comitê Gestor?

Apresentei, durante o 58º Painel TELEBRASIL, uma proposta no sentido de que uma câmara setorial para esse setor seja criada. Na realidade, não precisa nem ser criada, porque o Comitê Gestor pode fazer esse papel, mas de tal maneira que houvesse a transversalização plena desse tema – o Programa Nacional de Banda Larga – entre todos os segmentos do governo, de vez que é um assunto que interessa a todos: aos usuários, às empresas operadoras, que são, digamos assim, quem tem o domínio do nicho econômico e empresarial do setor, mas, fundamentalmente, aos setores do governo responsáveis pela universalização. E digo isso concordando plenamente com a afirmação de que a universalização não é obrigação exclusiva das empresas. Estas têm um papel a desempenhar nesse processo, mas a responsabilidade plena, claro, cabe ao Estado brasileiro.

Já aproveito também para dizer que ainda bem que, no plano de governo da Presidenta Dilma, está posta essa expressão de maneira explícita: "universalização do Programa Nacional de Banda Larga". Ou seja, da

mesma forma que foi tratado o Programa Luz para Todos, um desafio que está quase plenamente vencido no Brasil. Nós vivíamos quase que na era medieval em termos de eletrificação no Brasil, e, ao longo dos últimos 12 anos, praticamente chegamos à universalização. Então, por que não pode acontecer o mesmo em relação à Internet de boa velocidade?

E nós não queremos velocidade a mais; nós queremos a velocidade suficiente para podermos ter acesso a essa infinidade de bens culturais que estão disponíveis na rede, o que pode permitir, sim, maior cidadania, maior participação das pessoas e uma oportunidade de se tornarem competitivas com acesso ao conhecimento.

Eu imagino que as crianças dos grandes centros, que hoje têm acesso às tecnologias, sempre terão uma vantagem competitiva em relação às crianças das áreas isoladas, que não têm afinidade com as novas tecnológicas nem com os equipamentos, nem com a velocidade.

Portanto, não há dúvida de que a Internet de boa velocidade, disponibilizada para as escolas públicas dos locais mais distantes do Brasil, constitui uma ferramenta de cidadania, um direito fundamental. Se nós não permitirmos que as crianças lá do Jordão... E vi naquela pesquisa que, entre os nove Municípios do Acre pesquisados, havia três "sim" e seis "não" – "não" de não conectividade. Assim, uma criança de uma localidade como aquelas, mesmo no núcleo urbano, está praticamente impedida de ter acesso a essa infinidade de conhecimentos se comparada a uma criança de um grande centro. Portanto, essa criança sempre estará em desvantagem competitiva. E nós não queremos que um só brasileiro viva em situação de desvantagem, porque nós queremos oportunidades iguais para todos, em todos os momentos.

Então, a Internet de boa velocidade é, sim, um direito fundamental, ainda que não expressamente consignado na Constituição, mas que tem de estar na consciência de todo gestor público, no sentido de que ou a gente garante esse direito a todos, ou não estaremos promovendo a cidadania para o povo brasileiro.

Em relação aos números dos investimentos, nós temos uma dicotomia que não vai se resolver, com certeza, nesta nossa audiência pública, mas é fundamental que deixemos explícito que a contradição existe, não com um tom pejorativo, mas no sentido de que a contradição, o contraponto de posicionamentos, permite que nós nos movimentemos no sentido de buscar a melhor solução. E nós temos, de fato, Sr. Levy, uma exposição com grandes investimentos, mas, quando vamos ao usuário para tentar sentir qual é a qualidade do serviço que chega, vemos que o resultado está muito aquém dos investimentos apregoados. O que isso significa? E não estou falando só em relação ao Plano Nacional de Banda Larga, estou me referindo aos planos que as pessoas contratam, pagam, e não recebem em seus aparelhos.

Eu fui delegado agora, no segundo turno das eleições, e tive que ficar, durante todo o período, no Município de Sena Madureira, lá no Estado do Acre. Eu vivi uma angústia terrível: ficar sem conexão. Queríamos saber das coisas, ter notícias, informações. E cadê a internet? Era preciso sair andando pela cidade para chegar a um pontinho onde havia alguém que tinha um contrato de banda larga para piratear um sinal e tentar obter uma informação. E isso ocorria num Município do Acre de 30 mil habitantes, com 20 mil eleitores – não é dos menores Municípios do Acre, é o terceiro Município do Acre.

Devo dizer que, numa visita técnica que fizemos com o Deputado Sibá Machado, que é uma pessoa extremamente interessada nessa questão de ciência e tecnologia, nós fomos ao Ifac, e eles disseram que tinham dois planos contratados para o Ifac, para atender todos os alunos, dois planos de 10 mega, e o que recebiam era menos de 2 mega por plano, de tal maneira que precisavam esperar acabar o expediente de todo mundo para tocar as questões administrativas do Ifac, exatamente por ausência de velocidade.

Então, esses aspectos todos estão postos para refletirmos sobre eles. Há uma infinidade de questões que foram aqui levantadas, mas nós não vamos abordar todas elas, vamos tentar ver se conseguimos encontrar um caminho para construir um ambiente de conversação permanente do qual possam surgir sugestões que contribuam efetivamente para a universalização do Plano Nacional de Banda Larga.

Eu passaria a palavra para os senhores expositores. Nós teremos que usar um tempo um pouco reduzido – acho que uns cinco minutos para cada um – e, aí, as perguntas e questionamentos que forem atinentes às respectivas áreas podem ser respondidos e, se houver alguma observação adicional em relação às exposições dos colegas, por favor também se sintam à vontade.

Podemos começar pelo Sr. Artur Coimbra?

Por favor.

O SR. ARTUR COIMBRA – Obrigado, Senador.

Realmente, poderíamos ficar aqui o dia inteiro discutindo todas as questões que surgiram depois de um debate, depois da série de apresentações profundas que vimos aqui hoje, mas vou tentar ser bastante objetivo nas minhas respostas.

Em relação às perguntas que surgiram, tanto do Nei Ferreira de Oliveira quanto do Luiz Antonio de Oliveira, para saber se a banda larga irá abranger determinado Município ou determinada região de um Estado, a

resposta é positiva. Na verdade, o PNBL vai sendo expandido – hoje ele já está em quase 5 mil Municípios – e, provavelmente, em alguns desses Municípios ele já está presente. A questão é entrar em contato com a operadora responsável e buscar fazer a contratação do serviço caso haja interesse.

A banda larga móvel também vai estar disponível, até 2019, em todos os Municípios brasileiros e, como já falei, na área rural estará disponível até o final de 2015.

E exatamente sobre a interiorização da banda larga em Santa Catarina, que foi uma pergunta da Ana Flávia Schmidt, essa cobertura que vai ser feita na banda larga rural – salvo engano, em Santa Catarina a operadora responsável é a TIM – vai cobrir praticamente todo o Estado até o final de 2015 e vai levar um acesso de mais qualidade para o interior, para as zonas rurais também.

Agora, além disso, a qualidade da banda larga e a velocidade como um todo, é um problema que nós temos que enfrentar hoje no Brasil. A velocidade média, por mais que haja dados razoavelmente discrepantes, a depender da fonte, no Brasil está aquém do desejável. Essa é uma bandeira agora forte para os próximos quatro anos de investimentos em rede de acesso de fibra ótica, 4G, para permitir a elevação da velocidade e a melhoria da qualidade.

Foi feita uma pergunta sobre não haver linha telefônica disponível em Ibiúna, São Paulo. Eu fiquei surpreso com isso, porque, se se tratar de telefonia fixa aqui, pelo menos é uma obrigação já desde 1998. Então, não haver linha telefônica fixa disponível na área urbana de um Município expressivo como Ibiúna é algo que me deixou um pouco estupefato. Talvez seja o caso de solicitar à Anatel que faça uma varredura, uma fiscalização amostral sobre isso.

Já encerrando, algumas perguntas que a Veridiana fez e que acho que valem a pena ser respondidas. Uma das perguntas que ela fez é que não havia conexões satelitais contratadas no âmbito dos Termos de Compromisso. Os Termos de Compromisso preveem a entrega de conexões satelitais para cerca de 185 Municípios brasileiros que não têm outra forma de acesso. De fato não havia contratação, acho que não há ainda, e isso é por desconhecimento desses Municípios.

Então, exatamente para superar isso, a Anatel, em setembro deste ano, enviou ofício a esses 185 Municípios apresentando a situação e já recebeu a resposta de uma série deles dizendo que têm interesse em contratar. Infelizmente, é um problema de comunicação da política pública e que, nesse momento, está sendo corrigido.

Foram feitas outras perguntas também sobre o 450MHz, em que medida a velocidade e a franquia condizem com a demanda. Na verdade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTUR COIMBRA – É importante salientar aqui que a velocidade prevista de 256Kbps até 2017 e, a partir de 2017, 1Mbps, foi feita pensando numa tecnologia que é a faixa de 450MHz comportava em 2011/2012. A única tecnologia disponível para essa faixa era a tecnologia CDMA, uma tecnologia 2G, a partir da qual, não se conseguia exigir uma velocidade muito maior do que 256Kbps.

De lá para cá, algumas operadoras brasileiras, algumas empresas da base industrial brasileira e o Ministério das Comunicações fizeram uma grande articulação em fóruns internacionais e conseguiram padronizar tecnologia de quarta geração para a faixa de 450MHz. Então, o que vai acontecer é que é muito provável que as empresas que venham a fazer a cobertura de 450MHz venham a usar 3G ou 4G desde o início. Isso quer dizer que se vai ter uma velocidade de 1Mbps, pelo menos, disponível. A velocidade pode vir a ser bem maior do que isso.

Em relação aos investimentos da Telebras, uma coisa que a gente tem que salientar é em que medida o governo tem aportado capital na Telebras, permitindo a ela fazer investimentos. E algo que a gente tem que salientar é que a Telebras não deixou de fazer investimentos por falta de recursos. Hoje, o caixa da empresa é positivo; ela tem feito investimentos. O que aconteceu foi uma grande economia de recursos na medida em que ela foi fazendo parcerias com outras empresas que já tinham rede e foi fazendo troca de capacidades, e isso permitiu que a gente fizesse um uso melhor dos recursos públicos.

É claro que a gente quer investir mais, e vai investir. O satélite está indo adiante, é um investimento – só o satélite! – de aproximadamente R$1,6 bilhão. Os cabos submarinos também são um investimento aproximado de US$300 milhões. Então, esses investimentos vão continuar em projetos que efetivamente necessitam deles.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Srª Veridiana.

A SRª VERIDIANA ALIMONTI – Obrigada.

Bom; eu queria começar discutindo com o Levy em relação à questão da pólvora. Para mim, as diversas apresentações aqui demonstra que nós temos a pólvora – nós, o Governo brasileiro e as empresas de telecomunicações.

Por isso, quero discutir as outras 17 razões. Quero discutir por que não temos um contrato de concessão com equilíbrio econômico e financeiro para tratar dos investimentos em banda larga, para que o Governo

possa investir naquilo que não retorna pela exploração econômica do serviço. Quero discutir como funcionou, durante todos esses anos, o subsídio cruzado da concessão de telefonia fixa para a ampliação de infraestrutura de banda larga, considerando que a telefonia fixa é uma concessão. Quero discutir por que existem bilhões de reais contingenciados nos fundos públicos. Quero discutir quais são os entraves ao compartilhamento de infraestrutura para baratear a prestação dos serviços de banda larga. E quero discutir também por que o leilão de 700MHz teve como prioridade fazer caixa para o Governo Federal em vez de ampliar as metas de cobertura dos serviços de banda larga móvel e a qualidade do serviço oferecido, entre outras razões.

Se nós concordamos nesta Mesa com os objetivos que são apresentados aqui e com a importância de o cidadão ter acesso a um serviço de internet que seja pleno, se isso é algo muito bonito com o qual nós concordamos, acredito que nós temos condições de avançar, então, para discutir como usar essa pólvora da melhor maneira, para não darmos tiro para o alto e para, em vez de cumprimentar o outro barco, não acabarmos pondo fogo nele.

Então, acho que esta é uma oportunidade ímpar para que nós possamos discutir como utilizar a pólvora que temos. Pode não ser a quantidade que nós gostaríamos, completa, mas existem, sim, recursos possíveis de serem planejados, e é possível estabelecer metas e avaliar o quanto as empresas conseguem ganhar com a exploração eficiente do serviço. Acho que é isso que tem de ser planejado. O trabalho que está sendo feito por esta Comissão auxilia muito nessa tarefa.

Com relação a outros comentários, o estudo da banda larga móvel que nós apresentamos aqui, a pesquisa que foi divulgada numa notícia de que fiz o *print* do G1, na minha opinião, não necessariamente contradiz a informação que o SindiTelebrasil apresentou aqui em relação à pesquisa da banda larga móvel. O dado não é da pesquisa da UIT. É uma pesquisa da GSMA. Realmente, a União Internacional de Telecomunicações se baseia nos planos homologados. Com relação a isso, vou fazer um comentário mais para frente.

Mas o plano que foi apresentado aqui é um plano com uma franquia de dados – falo dos planos de banda larga móvel – de 300MB. Em relação à pesquisa que eu citei, a de que a banda larga móvel no Brasil está entre as mais caras da América Latina, ela dizia justamente que, para as franquias de dados mais baixas, de 250MB e de 300MB, o Brasil tinha realmente um preço bom para a região. Então, seria interessante que esse estudo – não sei se chegou a ser feito – fosse feito com franquias um pouco mais altas, de 1GB, por exemplo, para verificar qual é a posição do Brasil nos preços desses planos.

Com relação ao fato de a UIT trabalhar com os planos homologados, realmente existe a realidade dos planos homologados...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VERIDIANA ALIMONTI – ...e a realidade dos planos praticados. A Anatel homologa planos com preços-teto, e as operadoras praticam uma série de promoções com base nesses planos. Isso...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Srª Veridiana, o seu tempo está se esgotando. Eu queria aproveitar para apresentar a pergunta de um internauta: "Por que aceitam que as operadoras façam publicidade de determinada velocidade de banda larga e entreguem menos que o contratado? É como pagar o cinema e não ver o filme todo ou como pagar a passagem e ser deixado no meio do caminho."

Outro pergunta: "Quando esses serviços chegarão ao interior da Bahia, especialmente à cidade de Banzaê e região?"

A SRª VERIDIANA ALIMONTI – O.k!

Então, para concluir, o que acontece nessa prática é que os consumidores, de forma geral, contratam uma série de promoções que são muito diferentes dos planos que estão homologados na Anatel. Muitas vezes, é até difícil para eles saberem exatamente aquilo que eles estão contratando. Por exemplo, agora, as empresas vão passar a cortar a conexão da internet móvel em vez de reduzir a velocidade, o que, para muitos consumidores, era uma condição permanente do plano. Mas, se olhar com algum cuidado a nota de rodapé ou aquelas letras pequenininhas do contrato, vai verificar que elas tratavam isso como uma condição promocional, sem que as pessoas soubessem disso. Isso também acontece com as condições da maior parte dos planos móveis, justamente porque são promoções, e não planos homologados na agência.

Só para concluir, eu gostaria de problematizar uma questão que foi trazida também pelo Eduardo Levy em relação ao fato de, para serviços governamentais, as pessoas não precisarem ter velocidade, é muito mais uma questão de chegar o serviço lá.

De fato, fazer a declaração do Imposto de Renda não necessita de grande velocidade, mas, para acompanhar esta audiência aqui hoje, a participação social e cidadã na democracia brasileira precisa, sim, de velocidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VERIDIANA ALIMONTI – Educação a distância, entre outros serviços, também precisa de uma ampliação da velocidade.

Por fim, respondendo à pergunta do internauta com relação à variação de velocidade, existe uma margem de variação de velocidade em relação ao que é contratado, existem medições em outros países que demonstram que nem sempre a velocidade que é anunciada é entregue, mas é claro que a gente tem que chegar a níveis maiores do que hoje permite a própria regulação da Anatel. E acho que o marco civil, quando garante, como direito do usuário, a manutenção da velocidade contratada, no art. 7º, nos dá elementos para exigir que esses parâmetros atuais de velocidade que foram estabelecidos nos regulamentos de qualidade de 2011 sejam ampliados, para que a gente não se contente com uma velocidade mínima de 40%.

É importante que essa fiscalização que a Anatel está fazendo aconteça, mas, hoje, a regulação setorial... (*Soa a campainha.*)

A SRª VERIDIANA ALIMONTI – ... permite essa variação, embora a gente tenha que avançar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para concluir.

Sr. Laerte Davi.

O SR. LAERTE DAVI CLETO – Vou falar sobre o CGPID.

De fato, o CGPID, no decreto de 12 de maio de 2010, foi estruturado, e esse comitê gestor trabalhou de forma bastante intensa ao longo do ano de 2010, produzindo aquele documento que norteou a implementação das políticas de lá até agora.

Na minha apresentação, tive a oportunidade de mostrar que a gente teve uma aderência muito satisfatória nas linhas que o CGPID, lá atrás, anteviu como linhas estruturantes para que a gente ampliasse o acesso à banda larga, mas, ao final de 2010, de fato, ele se tornou inativo à medida que o decreto que reestruturou o Ministério das Comunicações levou as competências do CGPID para dentro da estrutura do Ministério das Comunicações, para dentro das suas competências, na forma estrutural de um departamento de banda larga de uma secretaria de inclusão digital. E, a partir desse momento, o Ministério das Comunicações passou a ser o grande protagonista da política pública de banda larga no Brasil.

Essa é a razão da inatividade do CGPID. A Casa Civil está avaliando se revoga esse decreto que o criou. Não significa que, com isso, a gente está diminuindo a participação popular. Não, ela continua existindo no âmbito do Ministério, e a gente pode considerar também a sugestão do Senador de criar uma câmara setorial e, aí, talvez com o protagonismo importante do Ministério das Comunicações.

Creio que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Laerte.

Com a palavra, o Sr. Paulo Sisnando.

O SR. PAULO SISNANDO RODRIGUES DE ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar a Comissão pela iniciativa desta audiência e por ter escolhido o Plano Nacional de Banda Larga como política pública a ser acompanhada por esta Comissão do Senado.

Quero compartilhar algumas preocupações que o senhor colocou, fruto do nosso trabalho. Uma delas foi comentada agora pelo Laerte, a questão da reativação do CGPID. Nesse trabalho que a gente fez nas contas do Governo em 2011, verificou-se realmente que havia o decreto do CGPID, mas ele estava desativado, não estava havendo reunião e as ações estavam sendo tomadas pelo Ministério das Comunicações.

No entanto, como comentado, o Plano Nacional de Banda Larga não contempla somente as ações de infraestrutura; ele contempla a parte de inclusão digital, a parte que envolve Ministério da Educação, Ministério da Saúde, setores industriais, tecnologia. Então, daí a nossa recomendação à Casa Civil, na época, para que reativasse ou pensasse num comitê, numa câmara setorial, como o senhor colocou, que pudesse ter uma visão multissetorial do Plano de Banda Larga no Governo.

O TCU acompanhou e acompanha várias ações colocadas pelos colegas da Mesa, não de forma direta no PNBL, mas o projeto satélite brasileiro, as licitações de 4G, 700, 2,5 são objetos de trabalho do TCU dentro da nossa missão funcional de auxiliar o Congresso Nacional. Então, talvez acompanhado de forma dispersa e não olhando como o PNBL especificamente, no todo, mas vêm sendo acompanhadas as metas dos editais de licitação, como está se dando a contratação do satélite brasileiro pela Telebras, como a Anatel e a Telebras acompanharam os seus projetos na Copa do Mundo. Então, o TCU vem acompanhando e coloca-se à disposição da Comissão do Senado, do Congresso Nacional, para os futuros trabalhos que porventura sejam necessários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

Com a palavra a Srª Flávia Lefèvre Guimarães.

O SR. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Obrigada, Senador Anibal.

Eu queria só fazer pequenas considerações para não me estender.

Primeiro, a respeito das considerações feitas sobre os termos de compromisso, avaliação do cumprimento deles, eu quero lembrar o seguinte: o fato de a infraestrutura chegar ao Município não significa que os cida-

dãos consigam contratá-la. A matéria cujas gravações estão no *site* à disposição de qualquer um mostra que muitas vezes a empresa leva infraestrutura, mas reserva a capacidade dessas redes para comercializar, seja no atacado, seja no varejo, com consumidores que têm maior renda, o que dificulta a contratação no regime dos termos de compromisso, de acordo com o qual eles ganhariam menos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só uma pergunta. Essas denúncias foram levadas até a Anatel?

O SR. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Foram levadas à Justiça. Nós já temos uma ação civil pública na Justiça, e as empresas foram instadas pelo juiz a se manifestarem e, agora, o processo está aguardando a prolação da sentença.

E a Anatel sabe disso também. A gente troca ofícios bastantes com a Anatel, que tem conhecimento disso. Tanto é verdade que a expectativa do Governo, quando anunciou esses termos de compromisso, era chegar a 2014 com cerca de 28 milhões de acessos contratados. Hoje a gente tem em torno de 3 milhões, se tiver 3 milhões.

Com relação ao Fust, tudo bem que o que passou... A gente tem ouvido por aí que o que passou não dá mais para ser recuperado. Só que todo ano os consumidores pagam o Fust, e o último número que eu ouvi – eu não tenho uma fonte segura disto – foi de 2,5 bilhões ao ano. Se em cinco anos se investiu na Telebras seiscentos e não sei quantos bilhões e se conseguiu fazer o que foi anunciado aqui, imaginem, se a gente pegasse um bilhão por ano, como prometeu a Presidente, o Ministro Paulo Bernardo, no começo do primeiro mandato, na Telebras, o que a gente conseguiria?

Queria dizer o seguinte: com 254Kbps, Levy, não se acessa quase nada. E quero lembrar que, como disse a Anatel, o mercado vai se encarregar disso. E é esta a realidade que a gente tem hoje: enquanto não houver regras claras, o consumidor está sujeito às regras de mercado. E as regras de mercado são: acabou a franquia, a empresa não tem obrigação de garantir uma velocidade mínima para o consumidor pobre que contrata o PNBL na modalidade da banda larga popular.

Eu queria dizer que, com relação à troca de metas lá em 2008, existe um saldo – eu tenho os informes técnicos da Anatel – de, no mínimo – no mínimo! – R$800 milhões em favor dos consumidores. Os contratos de concessão estão desequilibrados, e espero que a Anatel trate disso neste momento de revisão quinquenal dos contratos.

A Proteste assistiu indignada à forma como o leilão dos 700MHz foi feito, sem contrapartidas imediatas e com objetivo arrecadatório. E a campanha banda larga teve o privilégio de se encontrar com a Presidenta Dilma, em diálogos que nós promovemos antes, no processo eleitoral, e ela falou claramente em universalizar o acesso à banda larga e disse que, até 2018, seria possível estender rede de fibra ótica – não é banda larga móvel – em 90% do País...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – ... com velocidade média – e ela fez questão de frisar – de 25Mbps.

Então, sem colocar o regime público e liberar o Fust para isso, como é que nós vamos conseguir essa meta? O dinheiro que as empresas têm não vai ser suficiente para fazerem isso. E a gente precisa do dinheiro do Fust e outros recursos – Funttel etc. – para alcançarmos pelo menos a metade dessa meta que foi apresentada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Srª Flávia.

Sr. Wilson Cardoso.

O SR. WILSON CARDOSO – Senador, eu vou voltar ao tema dos 700MHz, levantado por mim na apresentação.

Nós vemos 700MHz realmente como instrumento de levar a banda larga rural no País, mas nós devemos lembrar que a Abinee foi contra a posição do leilão arrecadatório para a banda larga. Se nós lembrarmos os R$5,85 bilhões arrecadados pelo Governo, seria possível a instalação de 10 mil torres de celular no Brasil. Nós podemos imaginar que nós teríamos 10 mil Municípios ou 10 mil localidades a mais cobertas hoje com telefonia celular, se esse investimento fosse feito em infraestrutura, e não em espectro de frequência.

Adicionalmente, as operadoras, antes de terem alguma arrecadação com essa frequência, deverão investir ainda R$3,6 bilhões em equipamentos, tais como filtros, conversores para TV digital, que são distribuídas por meio do Bolsa Família. Ou seja, praticamente, para as operadoras começaram a desfrutar desse espectro dos 700MHz, vão ter de investir R$10 bilhões antes de haver qualquer usuário no ar utilizando essa frequência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Levy.

O SR. EDUARDO LEVY – Em relação à pergunta dos internautas, aqueles que porventura não tenham fornecido seus dados de celular ou de internet, que o façam; e aqueles que não o fizeram e não tiverem con-

dições, nós vamos procurar responder a todos individualmente, naquilo que a gente receber da Secretaria, e, de forma geral, na nossa página no Facebook: Telecomunicações do Brasil.

Também aproveito para convidar todos para conhecerem a página www.telebrasil.org.br, onde terão a oportunidade de conhecer as propostas que nós fizemos em relação à banda larga, em relação à popularização e atendimento das demandas sociais básicas da população, que estão lá. Terão a oportunidade também de conhecer o trabalho que fala sobre os preços dos serviços praticados no Brasil, no qual nós procuramos fazer duas comparações basicamente com os 18 países. Escolhemos os países baseados no volume, na representatividade deles – os BRICS, a América Latina –, quem tem muitos celulares, etc. Depois, pegamos aqueles planos sobre os quais a UIT faz a comparação entre todo mundo, e entendemos que não são os planos que atendem basicamente à sociedade brasileira ou outras como um todo. Mas também acrescentamos um trabalho em relação à característica dos países nos planos contratados e escolhidos pela sociedade. Esse trabalho está à disposição para todos.

Nós também temos, no nosso *site*, Senador, informação sobre a apropriação dos ganhos em relação às receitas que as empresas têm. Eu não tenho de cabeça os 15 anos, mas eu posso dizer que os acionistas ficam com aproximadamente 6% a 7% de toda a receita que o setor tem – o que é muito baixo; o Banco Central apresenta um dado: quanto à atratividade dos setores industriais brasileiros, e o que tem a menor atratividade é o setor de telecomunicações.

Nós hoje temos um indicador chamado CAPEX/ROB, uma sigla para expressa a relação entre o investimento e a receita operacional bruta das empresas, em que nós estamos em torno de 15%, um dos mais altos do Brasil. E nós somos, proporcionalmente, o setor que mais investe sobre a sua receita anual.

As projeções internacionais mostram que nós e outros países do mundo tendemos a reduzir isso, o que não é bom. Então, nós temos uma receita altíssima, obviamente, pelo tamanho que as empresas têm, mas 43% dessa receita é apropriada pelo Estado através dos tributos, por exemplo. E nós entregamos aos nossos acionistas em torno de 6%, 7%.

Uma discussão que nós tivemos, em outro fórum, sobre o envio de recursos ao exterior, também está disponível na página do Banco Central – e toda remessa tem que ser feita através do Banco Central –, que é uma parcela desses 6%, 7%, porque parte dos acionistas estão no País, parte dos acionistas estão fora do País.

É importante também – e é difícil o entendimento porque não é uma matéria fácil – as pessoas entenderem como é a Internet não no seu uso, mas nas suas características técnicas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LEVY – Primeiramente, entender as questões de velocidade com questões de capacidade. Até as siglas são um pouco parecidas, dos *megabytes*, dos *megabits*. Então, cria uma certa confusão para as pessoas.

E a Internet foi concebida, desde o início da sua vida, e assim ela é até hoje, como um sistema que proporciona a todos entrarem nela e oferece àqueles que estão navegando o melhor de si. Ela faz aquilo que é chamado em inglês *best effort*, o melhor esforço. Então, não necessariamente – e é assim que ela é em qualquer lugar do mundo –, quando uma pessoa adquire – essa, a pergunta que foi feita – um plano de 5Mbps, por exemplo, não significa necessariamente que ela vai ter, em todo o seu período de navegação, aquela velocidade. Em nenhum lugar do mundo é assim!

Por isso, a Anatel estabeleceu, de uma forma inédita no mundo, um percentual de entrega que tem que ser feito. E, para aqueles que desconhecem a mecânica da Internet, é até algo assim meio *nonsense*. "Ué, estão colocando como obrigação 80% daquilo que eu contratei?" E, em relação àquilo que é colocado como 80%, também desafio qualquer um a mostrar qual é o país do mundo que tem essa obrigação nos seus planos. Não existe! Não existe país no mundo que tem essa obrigação, apesar de qualquer leigo – e eu entendo porque não é simples a matéria – não entender por que não é 100%. Porque é diferente de uma ligação de voz, que você completa; é diferente a forma como a Internet foi toda montada no mundo. É muito difícil o entendimento e é muito difícil aceitar que você tenha apenas uma obrigação de 80% quando, na realidade, essa obrigação não existe em país nenhum do mundo, por mais avançado, desenvolvido ou em desenvolvimento que ele seja.

Quanto à qualidade, Senador, abaixo do que os usuários querem, é natural que isso por ventura venha a ocorrer, porque nós não conseguimos atender todas as localidades do País, nem por capacidade de execução, nem por obrigação do serviço. O cliente tem sempre razão, obviamente. Nós temos que, pontualmente, verificar caso a caso e, de uma forma geral, verificar se estamos atendendo aquelas metas que são estabelecidas pela Anatel.

Temos o maior índice de investimento por receita do mundo e estamos, a sociedade como um todo, as obrigações como um todo... Falou-se aqui sobre 700MHz, falou-se sobre cobertura 3G, que não atende nenhum

distrito, não atende nenhuma estrada no País, não há obrigação para isso, mas é algo que, sempre que tenho vindo aqui, tenho colocado como um desafio que a sociedade tem que interpretar.

Nós, nas contas que fizemos e alguns exercícios que nós fizemos sobre o atendimento de 90% de todas as casas com uma velocidade alta em cabeamento, como muitas vezes tem se falado, estamos chegando a valores próximos de R$300 bilhões necessários para que isso possa ser feito. São valores que, se houver, é possível ser feito, mas são valores extremamente desafiadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO LEVY – ... e, neste caso, como nós já mostramos no passado, não só em volume de recursos, mas em capacidade gerencial do País, em capacidade industrial do País. Nós deveríamos, para atender toda a necessidade desta Mesa em que eu me incluo, pelo menos, no mínimo, duplicar os investimentos que são feitos hoje no País. E duplicar os investimentos naquilo que nós mostramos é algo que necessita de um estudo aprofundado, encontrar recursos, capacidade industrial e capacidade de gerenciar todos esses projetos, mas é algo que o País precisa começar para chegar, como nós falamos muitas vezes, ao caso da Coreia. Porém, é um plano que vem de 20 anos para cá, para quem conhece, e mesmo assim para o atendimento numa velocidade de 25 mega na Coreia do Sul – na Coreia do Norte não há nada – é cobrado em torno de US$35 a US$40 do usuário, o que também não é uma coisa barata.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Levy.

Antes de encerrar esta nossa reunião, eu gostaria de aproveitar o quórum de Senadores que se fez presente aqui para aprovar o requerimento relacionado à política espacial brasileira.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 22 , DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater o Programa Espacial Brasileiro, com abordagem à implantação do SGDC-1, Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação, e dos Satélites de Coletas de Dados, com a seguinte lista de convidados:

1. Representante do INPE;

2. Representante do CTA;

3. Representante da VISIONA;

4. Representante da Telebras;

5. Representante do SindCT;

6. Drª Flávia Schmith, Diretora-Adjunta da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);

7. Representante da AEB.

Autoria: Senador Anibal Diniz.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Para encerrar esta nossa audiência pública, eu gostaria, primeiramente, de agradecer, de maneira muito sensibilizada, a presença de todos, informando que nós vamos nos dedicar, ao máximo, nesses próximos dias, até o final de novembro, para termos esse relatório preparado.

Eu estou muito otimista de que vamos produzir um relatório fiel a todos os debates que aconteceram e a todas as constatações que nós fizemos também nas visitas técnicas que realizamos. Estamos esperançosos de que esse relatório, efetivamente, contribua para que essa política pública fundamental para a inclusão digital, a inclusão social e para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, principalmente nas regiões mais deprimidas, possa, efetivamente, ganhar cada vez mais impulso e que possamos, ao longo desse período de 2015 a 2018, efetivamente, fazer com que o Programa Nacional de Banda Larga aconteça em todos os Municípios.

Eu gostaria de informar, principalmente àquele nosso internauta que cobrou a presença da Telebras, que, além das duas audiências públicas que nós fizemos com a presença da Telebras, tanto em Rio Branco, quanto em Salvador, nós fizemos uma visita de toda a comissão encarregada por esse trabalho aqui da CCT à Telebras. Na última sexta-feira, nós passamos a manhã toda reunidos com a Diretoria da Telebras e conseguimos obter toda a visão estratégica que a Telebras tem, a sua missão, quais são os seus ativos em termos de infraestrutura, em termos de *backbone*, o projeto do satélite geoestacionário, como está sua situação financeira, os desafios todos postos. E isso tudo também estará presente no nosso relatório.

Em relação ao faturamento das Teles ou das empresas de telecomunicações, eu quero dizer, Sr. Levy, que fiquei muito honrado com o convite para fazer parte do 58º Painel TELEBRASIL e aprendi muito estando lá

com todos os segmentos desse setor imprescindível para a economia brasileira, diga-se de passagem, porque eu não sou... Eu sou do Partido dos Trabalhadores, mas não sou contra o lucro, não; só que sou a favor de que a gente tenha lucro com bons serviços prestados, não é? Então, longe de mim a ideia de que tenho aversão ao lucro. Eu gosto de que as pessoas possam explorar suas atividades e possam prestar bons serviços e gerar satisfação e as pessoas falarem assim: "Eu pago um preço e estou satisfeito com o resultado".

Então aprendi, lá no Painel, naquela exposição do *Boston Consulting Group,* que o faturamento, em 2013, das empresas foi de R$201 bilhões e que teve uma contribuição, em impostos, de R$62 bilhões e uma incorporação, em termos de remuneração para os investidores, de R$7 bilhões, em 2013, e que isso representou para o Brasil uma participação de 4,7% do PIB brasileiro.

Portanto, nós estamos falando de um nicho absolutamente importante da economia nacional, e, digamos assim, a escolha da Comissão de Ciência e Tecnologia por acompanhar essa política pública tem tudo a ver e está, digamos assim, em absoluta sintonia com o interesse nacional. De modo que nós queremos produzir um relatório que traduza essa sintonia, traduza essa importância e, logicamente, possa também traduzir a importância social de fazer isso chegar a ser uma política acessível a todos os brasileiros.

Então, agradecendo imensamente a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)

Edição de hoje: 630 páginas

(O.S. 14800/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL